

ANAIS ELETRÔNICOS

OS TRIBUNAIS DA HISTÓRIA

ALCANÇES E LIMITES DAS
NARRATIVAS NO TEMPO

ufjf

37ª SEMANA
DE HISTÓRIA



@SEMHIUFJF

**Anais Eletrônicos da
XXXVII SEMANA DE HISTÓRIA
do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

**OS TRIBUNAIS DA HISTÓRIA:
ALCANCES E LIMITES DAS NARRATIVAS NO TEMPO.**

08 a 12 de novembro de 2021.

Organização

Eduarda Guerra Tostes
Júlia Machado de Souza Freitas
Marco Antônio Campos e Souza

**ICH – UFJF
Juiz de Fora, 2021**

Comissão Organizadora

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:
Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco
Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

Marco Antônio Campos e Souza
Presidente

Júlia Machado de Souza Freitas
Secretária

Gabrielle Barra Tarocco
Tesoureira

Luís Felipe Duarte e Silva
Diretor Burocrático

Diretoria Burocrática
Alice Lazzarini Bento
Ícaro Assini S. Silva
João Gabriel Mayer Delgado
Lara Campos Vardiero

Eduarda Guerra Tostes
Diretora Acadêmica

Diretoria Acadêmica
Guilherme Abizaid David
Maria Luiza de Souza Loures
Raquel Damasceno Martins dos Santos
Samuel Procópio Damasceno Couto

Clara Gomes De Filippo
Diretora Financeira

Diretoria Financeira
Fabiana Tereza Rezende Silva
Iris Castro Moreira

Maria Eugênia da Silva Detoni
Marian Soares Nascimento

Isabel Vitória de Oliveira Azambuja Vargas
Diretora Cultural

Diretoria Cultural
Ana Clara Ribeiro Furtado
Flaviana Lopes Ribeiro de Oliveira
Jemima Ribeiro Toledo
Júlia Luciana Barra
Lara Ferreira de Oliveira

Maria Eduarda Taroco Vieira
Diretora de Comunicação

Diretoria de Comunicação
Bernardo Venâncio Netto
Brendo Filipe Costa Diniz
Emilly Carvalho da Silva Camilo
Isabela Moreira Silva
Milene do Carmo Gomes
Victor José do Nascimento Custódio

Lavínea Oliveira da Rosa

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN: 2317-0468

Tiragem: Eletrônica (PDF)

Texto em Português

Modo de acesso: <http://ufjf.br/semanadehistoria/anais>

1: História 2: Memória 3: Narrativas

Sumário

COMUNICAÇÕES LIVRES	10
A POLÍTICA DA VIOLÊNCIA COTIDIANA ATÉ A MORTE: TRABALHADORES DE MOÇÂMEDES, SUL DE ANGOLA (1875 – 1926)...	10
DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 NO ESPAÇO ESCOLAR: A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	27
DISPUTAS, POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL: UMA BREVE REFLEXÃO A RESPEITO DOS ELEMENTOS IMPULSIONADORES DA CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURIDADE SOCIAL.....	40
ENTRE CARTAS E REQUERIMENTOS, AS CÂMARAS MUNICIPAIS MINEIRAS, E OUTRAS AUTORIDADES: A SAÚDE PÚBLICA EM DEBATE (1802/1805).....	50
ENTRE O CRIME E A LEI: AS PRÁTICAS DE INFANTICÍDIO NO PERÍODO REPUBLICANO	66
MEDIDAS PARA ALAVANCAR A INDÚSTRIA FLUMINENSE: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E AS ADMINISTRAÇÕES AMARAL PEIXOTO	76
OS MILITARES E AS MEMÓRIAS DA DITADURA NO IHGB NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	91
OS NACIONALES DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE LISBOA	106
OS NEGÓCIOS DO SUL: A GUERRA DA CISPLATINA NA LINGUAGEM POLÍTICA DO PERIÓDICO <i>O VERDADEIRO LIBERAL</i> (1826).....	114
PRÁTICAS CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA	130
“QUERO ÁGUA PARA BEBER” – A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA POTÁVEL NAS DIVERSAS SOCIEDADES: A PRIVATIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL.	138
ST 01 – A CONSTRUÇÃO INTELLECTUAL E SOCIAL DOS SABERES NA ERA MODERNA: LETRADOS, INTELLECTUAIS, CIRCULAÇÃO DE IDEIAS	158
ESCRITOS SOBRE O CACAU: DISCURSOS MÉDICOS E MODELOS DE CONSUMO NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DO SÉCULO XVIII.....	158
ST 02 – IMPRENSA E GÊNERO NOS SÉCULOS XIX E XX	175
FEMINILIDADE, MASCULINIDADE E MILITÂNCIA: AS MULHERES REPRESENTADAS EM O CRUZEIRO E MANCHETE	175
“MUJERES DOMINANDO LOS AIRES” PARTICIPAÇÃO FEMININA NA HISTÓRIA DA AVIAÇÃO LATINO-AMERICANA: UMA HISTÓRIA COMPARATIVA ENTRE PERU E BRASIL, S. XX.	193

ST 03 – MNEMOSINE NAS TRAMAS DE CLIO: O LUGAR DA MEMÓRIA NO FAZER HISTORIOGRÁFICO	208
DITADURA MILITAR: MEMÓRIA, HISTÓRIA E USOS POLÍTICOS DO PASSADO.....	208
UM CAMPO EM DISPUTA: MEMÓRIAS DE HIROSHIMA EM HADASHI NO GEN (1983-1986).....	219
ST 04 – INTERFACES ENTRE GÊNERO, HISTÓRIA SOCIAL E CULTURA.....	230
AOS MOLDES DA MORAL E BONS COSTUMES: AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NAS IRMANDADES SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO E REMÉDIOS EM SÃO LUÍS - MARANHÃO DURANTE O SÉCULO XIX.....	230
DA PALAVRA SE FAZ A VÍTIMA: OS DISCURSOS JURÍDICOS EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL	244
ST 05 – INTELLECTUAIS, HISTÓRIA E LITERATURA: AS NARRATIVAS E AS LINGUAGENS NA ESCRITA DA HISTÓRIA.....	257
A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO EXÉRCITO VERMELHO: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE LYUDMILA PAVLICHENKO	257
COMALA CIDADE MORTA – HISTÓRIA MEMÓRIA E AUSÊNCIA EM PEDRO PÁRAMO (1955), DE JUAN RULFO.....	271
“HÁ MUITOS NOMES À DISPOSIÇÃO DE QUEM QUEIRA DAR NOMES AO FOGO”: ESCRITOS E EXPERIMENTALISMOS EM TORQUATO NETO.....	286
HISTÓRIA, LITERATURA E MITO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE DOIS IRMÃOS (2000), DE MILTON HATOUM.....	297
OS PREFÁCIOS DOS TRADUTORES COMO ARQUIVOS DE RESISTÊNCIA À INVISIBILIDADE HISTÓRICA	309
REGIME DE HISTORICIDADE IORUBÁ APRESENTADO NA TRILOGIA DEUSES DE DOIS MUNDOS	325
VALORES E CRITÉRIOS NAS NARRATIVAS PATRIMONIAIS DA REVISTA DO PATRIMÔNIO (1937-1945).....	335
ST 07: Tramas Sociais, Conflitos, Poder e Economia no Brasil	354
Conflitos, Criminalidade e Sociedade: a interiorização da Justiça em Santa Luzia do Carangola-MG no final do Oitocentos.....	354
DOM HELDER CAMARA E O MOVIMENTO NÃO VIOLENTO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ NO PERÍODO DE 1968 A 1977.....	370
Mulheres, Criminalidade e Trajetórias: Santa Luzia do Carangola-MG nos fins do século XIX	381
O poder dos poderes: os debates sobre o fim do tráfico de escravizados na primeira legislatura da Câmara dos Deputados no Brasil Imperial (1826-1829)	397

POLÍTICA INDÍGENA NO RIO DE JANEIRO COLONIAL	412
ST 08: História da Educação: sujeitos, práticas, memórias e instituições.....	424
Educação de meninos: A educação jesuíta no interior paulista na segunda metade do século XIX	424
Escolas Normais: instituições para a formação docente feminina	434
RACISMO & XENOFOBIA NA LISTA DE CHAMADA DE ÁFRICA: ETNOGRAFICA DA BRANQUIDADE DA TURMA 2017.2.....	448
ST 09: OS TRIBUNAIS NO IMPÉRIO PORTUGUÊS: ENTRE A MORAL E A FÉ (SÉCULOS XVI- XIX)	465
"E que Deos o elegeu para publicar, e ensinar os seus Divinos Misterios": a trajetória de Henequim aos cárceres do Tribunal do Santo Ofício Português (1732-1744)	465
PADRE CÍCERO: uma referência de conselheiro no catolicismo popular sertanejo do Nordeste brasileiro nos séculos XIX e XX.	480
ST 10: Direitas, História e Memória	499
"Pessoal de esquerda não tem senso de humor, não é?": o humor à direita nos contextos antidemocráticos de 1930, 1964 e 2016.	499
Antiliberalismos em português: mitos e mitologias políticas na formação das culturas políticas das direitas radicais entre Brasil e Portugal no período entreguerras através das obras de António Sardinha (1887 – 1925) e Plínio Salgado (1895-1975).....	510
Antipetismo como fundamento de mobilização, ação política e viabilidade eleitoral da direita no Brasil (1989-2018)	523
As representações monarquistas no pensamento político de João Camilo de Oliveira Torres (1915-1973)	539
Carlos Lacerda e as guerras coloniais: a importância da comunidade luso-brasileira.....	553
CARLOS LACERDA E ODILON BRAGA PELA PERSPECTIVA DOS BACHARÉIS DA UDN (1950-1955)	564
CHARGES ANTI-PLINISTAS NO "TRIBUNA DA IMPRENSA": CENÁRIO POLÍTICO DE 1950 EM RELAÇÃO AO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR	580
CONSPIRACIONISMOS E A NEGAÇÃO DO HOLOCAUSTO.....	596
Neopopulismo: A direita que saiu do armário e o desmonte do trabalhismo ...	612
Nossa Senhora das ditaduras em português: os Jubileus de Fátima e Aparecida, Brasil e Portugal (1967).....	642
O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA: A FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM DISPUTA.	660
Pesquisas no Observatório da Extrema Direita em 2020	674

ST 11 – A História da Arte como representação de narrativas das sociedades: expressões artísticas no entresséculos XIX e XX.....	682
Representação de Portuguesas: um estudo comparativo entre as obras de Maria Pardos e Julio Vila y Prades	682
Djanira da Motta e Silva:	695
a representação de uma sociedade através da produção “ingênua”	695
A REPRESENTAÇÃO DA MELANCOLIA NAS FIGURAS FEMININAS NA OBRA DA MARIA PARDOS.....	704
Histórias de personagens femininas literárias na arte brasileira: os casos de Heloíse, Francesca, Desdêmona e Virgínia	716
Teatro Moderno e Teologia da Libertação: A gente conta nossa própria História e constrói a nossa própria Libertação	729
GÊNERO MELANCÓLICO:.....	740
As teorias da sujeição butleriana e as mulheres de Romaine Brooks	740
ST 12 – Combates pelo Ensino de História: Temporalidades, Sujeitos, Saberes e Práticas	750
As potencialidades e os desafios do conceito de História em Michel Foucault para problematizar a História, o Ensino de História e a Educação.....	750
O Museu do Holocausto de Curitiba e a Exposição “Entre Aspas”: reflexões a partir do Ensino de História em um espaço não escolar	761
Pandemia e Autorreflexão: Ensino de História e Emoções Políticas	773
Saberes inacabados: as experiências e vivências dos futuros professores de História em questão	778
Da salvação à destruição: Uma análise cinematográfica do ensino da história “alternativa” da Segunda Guerra Mundial.....	789
Museu e Ensino de História: o museu virtual como espaço de (re)construção de memória	800
OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO REMOTO: ENTRE IDENTIFICAÇÕES E SUJEITOS.....	812
Diretrizes de EJA em Campinas: a História dentro do processo contínuo de reflexão e ação	825
ST 15 – História da Arte, patrimônio e memórias: diálogos possíveis	837
PATRIMÔNIOS EDIFICADOS E AS MARCAS DE EXPRESSÃO CULTURAL DE UMA CIDADE	837
Disputas em torno do Largo do Rosário:.....	848
As problemáticas do Patrimônio cultural e religioso em São Gonçalo do Sapucaí 	848
ST 16 – História Ambiental: a natureza em diálogos interdisciplinares	855
Cartografia Histórica e Imagens Aéreas na Caracterização da História Ambiental de Paraty, Brasil, 1965-2020	855
Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.	

O MEIO AMBIENTE NO PENSAMENTO MODERNO NO PARANÁ IMPERIAL (1854-1889): POLITIZAÇÃO DA NATUREZA COMO POSSIBILIDADE DE PESQUISA PARA HISTÓRIA AMBIENTAL.....	869
ST 18 – Escravidão e liberdade nas Américas: séculos XVI – XIX	881
Colonialismo e povos indígenas do Maranhão e do Grão-Pará (séculos XVII e XVIII).....	881
Traçar a liberdade através da Fronteira: Ações de liberdade da Vila de Canguçu, 1885.	892
ST 19 – Juiz de Fora: História e Pesquisa	904
Conjuntos arquivísticos em Juiz de Fora: mapeamento e considerações iniciais	904
O “Feiticeiro” do Botanágua: o papel e a importância das práticas alternativas de cura na “Manchester Mineira” (1920).....	914
Comunicação e História: compreendendo o papel da mídia através do projeto "Ruínas do Passado"	927

COMUNICAÇÕES LIVRES

A POLÍTICA DA VIOLÊNCIA COTIDIANA ATÉ A MORTE: TRABALHADORES DE MOÇÂMEDES, SUL DE ANGOLA (1875 – 1926).

Camila Dias da Costa¹

Resumo:

Este artigo apresenta um estudo sobre a violência e a morte dos trabalhadores em Moçâmedes, na região de Angola. A pesquisa se centra entre os anos de 1875 e 1926, em um momento de transição do trabalho escravo para a servidão. Em meio a estruturação de uma nova modalidade de trabalho, marcada pelo capitalismo financeiro, mantem-se as estruturas escravistas e a morte e a violência marcam esse processo. Como fonte de estudos utilizaremos os processos cíveis e criminais, a fim de restituir as vozes desses trabalhadores silenciados e violentados em todo esse processo. Utilizaremos a necropolítica como um ponto de partida para compreendermos como a morte e a violência exercidas sobre esses indivíduos tem sua justificação a partir do Estado Colonial.

Palavras-chave: Necropolítica (1); Servidão (2); Morte (3); Violência (4)

Abstract:

This article presents a study on the violence and death of workers in Mozambique, in the region of Angola. The research focuses between the years 1875 and 1926, at a time of transition from slave labor to serfdom. In the midst of the structuring of a new type of work, marked by financial capitalism, slavery structures are maintained and death and violence mark this process. As a source of studies, we will use civil and criminal processes, in order to restore the voices of these silenced and abused workers throughout this process. We will use necropolitics as a starting point to understand how the death and violence exercised on these individuals is justified by the Colonial State.

Keywords: Necropolitics (1); Bondage (2); Death (3); Violence (4)

¹ Doutoranda: Mestre em História Política - UERJ. Mestre em História política (2019) -UERJ.

E-mail: cadicosta@yahoo.com.br

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

No processo de transição da mão de obra escrava para um parâmetro liberal de atividade laboral no século XIX, a violência e a insubordinação foram marcas que estruturaram essas relações, refletindo um panorama de resistência por parte dos indivíduos explorados. Os inúmeros códigos e regulamentos voltados aos *trabalhadores locais* foram a consequência dessa política colonial. Um dos processos analisados neste trabalho relata a história de Sumbo, um indivíduo de trinta anos, natural de Cabinda e fogueiro do Caminho de Ferro de Moçâmedes.

Sumbo, de trinta anos de idade, natural de Cabinda, fogueiro do Caminho de Ferro de Moçâmedes, que para aqui foi mandado pela polícia como preso por desordeiro através da requisição dos comerciantes Antônio Monteiro Portela e Barbosa por no seu estabelecimento ter feito barulho com tentativa de agressão e prejuízo de uma garrafa de xarope que se partiu, mas que agora, no auto de inquirição que se procede, o indivíduo declara ter sido maltratado com pancadas, por um dos sócios daquela firma nos braços e na cara².

A acusação que constava no processo era de tentativa agressão, barulho e prejuízo de uma garrafa de xarope que partiu. Sumbo, mediante aos policiais, apresentava uma declaração diferente da descrita pelos comerciantes sobre o caso. Ele afirmava ter sido maltratado com pancadas, por um dos sócios daquela firma, sofrendo agressões nos braços e na cara. Nosso personagem, analisado a partir desse relato, trabalhava no Caminho da Estrada de Ferro, uma linha ferroviária que conecta o porto do Namibe (antiga Moçâmedes) até Menongue. Sua construção se inicia no ano de 1905 e termina em 1963. Essa construção representa o projeto colonizador português em seu auge. A fonte a seguir revela um pouco sobre a história do nosso personagem:

Batizado, vinte e oito mais ou menos, não paga imposto, analfabeto, nunca antes esteve preso e nem sentenciado. Da culpa respondeu que na sexta-feira mais ou menos passada, seriam umas oito e meia horas da noite, o respondente foi à taberna de Portela, onde pediu um vintém de aguardente que bebeu, deixando o dinheiro em cima do balcão³.

Sumbo parecia não ter uma vida fácil, não conseguia arcar com seus impostos, não teve acesso à educação. Lembrando que dentro dos moldes do processo colonizador,

² Processo-crime. Réu: Chumbo, fogueiro do caminho de ferro de Moçâmedes. Comarca de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1911. (Não catalogado).

³ Processo-crime. Réu: Chumbo, fogueiro do caminho de ferro de Moçâmedes. Comarca de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1911. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

a educação dos colonizados se voltava apenas para o ensino prático e técnico e do colonizador se estruturava a partir das letras e do ensino teórico. É natural que esse trabalhador fosse condicionado aos contratos de serviçais e encaminhado para a construção da Estrada de Ferro. Em meio à rotina diária de trabalho, esses indivíduos enfrentavam violências físicas e psicológicas, alimentações precárias e uma jornada de trabalho excessiva. Podemos inferir que após um dia de trabalho árduo, Sumbo resolveu ir ao bar de Antônio Monteiro Portela e Barbosa em busca de um alívio da sua rotina estressante.

A acusação levantada pelos proprietários do estabelecimento se referia à agressão, ao barulho e à quebra de um xarope. Mas, ao analisarmos o depoimento de Sumbo, percebe-se que os fatos anteriores às possíveis acusações foram ignorados. Inicialmente, ele teria sido agredido a pancadas por um dos sócios e trazia as marcas dessa violência. Em seguida, ele foi encaminhado à polícia como um desordeiro e um criminoso, apesar de ser o “agredido”. Após o pagamento pelo consumo de sua bebida, iniciaram-se as agressões e as coações, como podemos ver no relato abaixo:

Quando o dinheiro já estava na mão do empregado da Taberna, o rapaz veio-lhe tirar o chapéu. O respondente novamente entrou na taberna e agarrou no braço do referido empregado que não lhe quis entregar. Então o empregado Serafim lhe deu duas bofetadas, dando-lhe uma cacetada num braço que o deixou ferido, batendo-lhe também o rapaz com um prato de balança. O respondente atirou o prato de balança no rapaz, que logo a seguir jogou para dentro do balcão e que na ocasião partiu a garrafa. O respondente tinha deixado um vintém em cima do balcão e não sabe quem o tirou⁴.

Podemos perceber, através do corpo documental analisado, que a agressão ocorria de forma gratuita, baseada em uma política de segregação dos indivíduos. Nosso personagem, provavelmente procurou o estabelecimento a fim de extinguir as tensões de uma rotina de trabalho estressante. Chegando ao ambiente, ele pede uma bebida e, após pagar o empregado da taberna, é dado início ao ciclo de coação, que se encerra com agressões físicas. O mais que mais choca do relato é que as acusações referentes ao Sumbo atribuem uma imagem de desordeiro. Entretanto, a realidade seria diferente: em vez de iniciar uma agressão, ele a sofreria. A proposta ao revelarmos essa fonte é enfatizar

⁴ Processo-crime. Réu: Chumbo, fogueiro do caminho de ferro de Moçâmedes. Comarca de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1911. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

que sua prisão ocorre de maneira arbitrária e todas as atitudes relatadas pelos proprietários ocultariam o racismo sofrido pelo réu e as suas atitudes pautadas em sua legítima defesa contra a violência sofrida.

As estruturas da sociedade colonial portuguesa e o lugar de fala delegado aos indivíduos considerados “indígenas” era segregador em suas estruturas. Foram criadas duas ilhas separadas que abrigavam os “colonizadores europeus” e os “indígenas” com uma diferenciação entre indivíduos, principalmente quando falamos em direitos (referente ao colonizador) e deveres (referente ao indígena). A violência e muitas vezes o racismo eram a base das explorações e segregações dos “trabalhadores indígenas”. Quando analisamos a fonte, podemos perceber uma resistência por parte dos indivíduos considerados “indígenas” a essas estruturas de dominação colonial. A proposta deste projeto seria restituir a voz aos muitos “Sumbos” em meio às políticas de trabalho, à legislação indígena e às discriminações raciais.

As fontes selecionadas para elaboração deste trabalho estão localizadas no Arquivo Histórico do Namibe. Os processos cíveis e criminais foram utilizados como o corpo documental deste projeto, uma documentação inédita na qual podemos perceber a existência de uma zona de conflitos que estruturam as relações sociais. A arena judicial refletia um espaço de negociações e conflitos em meio às disputas sociais. Existem diversos registros, relatando o cotidiano de morte e violência, envolvendo os trabalhadores de Moçâmedes nos processos vigentes. A originalidade está em reconstruir a visão desses indivíduos, a fim de atribuir-lhes o papel de agentes da própria história, apesar das fontes serem elaboradas sobre a perspectiva do colonizador. O material de base para esse estudo necessita ser filtrado de formulações e preconceitos, a fim de discernir sobre as interpretações dadas pelos seus autores. (RIZZO, 2007)

A fase vivida pelo capitalismo no continente africano no pós-abolição se consolidou a partir de uma ressignificação do sentido de colônia. Foi preciso criar subterfúgios para estruturar ou justificar o trabalho forçado. A legislação foi fundamental para regulamentar o trabalho indígena, facilitando o controle colonial, e submetendo os povos subjugados a condições de trabalho sub-humanas, resultando em diversas tensões e conflitos. (ZAMPARONI, 2004)

O recorte da pesquisa localiza-se ente o período 1875 e 1926. Esse período permite analisar a transição do trabalho escravo para o livre, em meio ao contexto de pós-abolição e da estruturação do trabalho servil no sul de Angola. As transformações nas

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

relações de trabalho, a legislação e a categorização dos indivíduos na região corresponderam ao momento de maior ocupação estrangeira e de tensões na região. Essas mudanças foram refletidas em diversas regiões da África e estiveram presentes em todo o contexto da virada do século XIX para o XX, em um contexto de expansão colonial europeia sobre o continente africano.

No ano de 1875, o decreto de 28 de abril, indicado como marco da abolição definitiva⁵, promove a esses indivíduos o *status* de “libertos”. A condição de “liberto” seria representante de uma evolução em relação à de “escravo”, mas, apesar de receberem sua alforria, esses indivíduos não podiam dispor de si e do seu trabalho livremente, continuando “tutelados” por uma Junta especialmente designada. Em 1926, foi criado o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas⁶, que considerava “indígenas” os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costume, não distingam do comum daquela raça; e “não indígenas”, os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições. Com ele, houve uma mudança quanto a essa caracterização de indígena, enfatizando as características socioculturais dos indivíduos como fundamentais para classificação deles enquanto “indígenas”. (THOMAZ, 2012)

Esse período escolhido para elaboração deste estudo foi marcado pela abolição e pela transição do trabalho escravo para o servil, permeado pela promulgação na legislação de diversos regulamentos que vão influenciar fortemente na vida dos trabalhadores, como o regulamento do trabalho indígena (1889), no qual utiliza-se, como preceito legal, as punições à vadiagem previstas no Código Penal e nos regulamentos de trabalho anteriores, atribuindo a pena de trabalho obrigatório aos indivíduos considerados vadios. O estatuto jurídico do indígena tem origem na legislação laboral e fiscal, e amplifica a sua importância na legislação imperial, com a publicação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (1926), responsável por colocar a população na categoria jurídica de indígena e sujeita a obrigações específicas (impostos, trabalho forçado e serviço militar), diferenciando-os do colonizador. (NETTO, 2017)

Cria-se, através da legislação, uma divisão do povo imperial em duas classes: o oceano “indígena” e as Ilhas compostas pelos “civilizados”. Os estatutos políticos, cíveis

⁵ Utilização da Legislação Colonial a partir da análise do Banco de fontes online: <https://www2.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>

⁶Utilização da Legislação Colonial a partir da análise do Banco de fontes online: <https://www2.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

e criminais relacionados aos “indígenas” contribuíram para a construção de espaços morais e de explorações da população local. O imperativo moral de civilização estava basicamente circunscrito à educação desses povos através do trabalho forçado, considerado o pilar central da missão civilizadora do colonialismo português. Esse foi o método utilizado pela metrópole portuguesa, a fim de legitimar as doutrinas e programas de nacionalização econômica do império, de incorporação de território e de recursos, através da mobilização compulsória dos habitantes da região. (JERÓNIMO, DOMINGOS, DIAS, 2010)

Achile Mbembe seria o ponto de partida nesse estudo para se pensar a relação de trabalho colonial a partir do conceito de *necropolítica* por conta da relação que justificava a morte e a violência como elementos para o melhor funcionamento da sociedade. Com quais vidas deveriam se preocupar? Determinadas mortes são justificadas? A proposta é compreender como a morte e a violência se tornam justificáveis a partir de mecanismos políticos, pensando no estado de recessão dentro da perspectiva do colonialismo, que permitiu a violência contra o trabalhador. (MBEMBE, 2016)

Na fonte abaixo, vamos nos deparar com um caso de violência que se torna justificável a trabalhadores da região em um bar, na qual culminaria em morte. Iniciaremos pelo relato de quatro carregadores do caixão no processo criminal apresentado no ano de 1914.

Manoel Henrique Paiva, chamado Nautipa, cujos carregadores declaram ter sido assassinado pelo gentio do mesmo local, declarando mais os mesmos, vir a caminho um irmão do assassinado de nome Alexandre, bastante castigado devido a agressão cometida pelo gentio; o motivo crime segundo declaração presenciáveis dos carregadores foi a recusa do assassinado não querer fiar aguardente ao gentio⁷.

Inicialmente temos o relato de quatro testemunhas não consideradas “indígenas” e provavelmente de descendência europeia e sobre as quais podemos inferir que teriam uma ligação com o Manoel de Paiva. Eles alegavam que o motivo do crime seria devido a recusa do proprietário do bar em fiar aguardente ao assassino. Os mesmos, alegavam que a “vítima” estaria com muitos ferimentos devido aos ataques corporais sofridos. Vamos acompanhar todos os relatos sobre o processo a seguir, lembrando que os

⁷ Autos de apelação criminal. Apelante: o Ministério Público. Apelado: João Manuel Casseca. Arquivo Público do Namibe, 1914. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

processos criminais são versões construídas sobre um determinado evento. (PINSKY, LUCA, 2009)

A seguir vamos nos deparar com diversos depoimentos que mudaram os rumos desse intrigante assassinato, no qual o réu exige que se faça a venda de bebidas e por fim assassina o dono do estabelecimento. Iniciaremos com a história contada através da percepção de Ramiro Neves da Fonseca, empregado do comércio, de vinte e um anos de idade, residente na Vila Arriaga, natural de Mumbine. Ele inicia relatando fatos que antecedem o assassinato de Manoel de Paiva.

Disse nada viu, mas ouviu dizer, não podendo dizer a quem, por não lembrar, que um gentio que acompanhava a carroça de José Maria Paiva, e cujo nome ignora, achou a certa altura do caminho, próximo da Montypa, um machado, e que o europeu Hurtado Albergaria da Bibbala, empregado do referido José Maria que acompanhava o carro, disse ao gentio que entregasse o machado para ele, que era de Alexandre Paiva, filho de seu patrão, estabelecido na Montypa, ao qual o gentio respondeu que só entregaria se lhe dessem Matabicho, em vista desta atitude exigente, o referido Antônio, puxando uma pistola, ameaçou o gentio, portador do dito machado, que em seguida fugiu⁸.

O relato inicial seria apenas que o dono da taverna seria assassinado por se negar a fiar aguardente. Com o depoimento de Ramiro Neves da Fonseca percebemos que a história se inicia com um conflito quando um trabalhador da região que acompanhava a carroça de José Maria encontra um machado no meio do caminho. O funcionário de José Maria, chamado Hurtado Albergaria da Bibbala disse para que o machado fosse entregue a Alexandre Paiva, filho de seu patrão e que o objeto pertencia a ele. Diante da negativa do indivíduo em entregar e da chantagem dizendo que só entregaria caso o mesmo recebesse aguardente em troca, Antônio que também estava junto aos empregados de Alexandre de Paiva o ameaça com uma pistola. E o “Gentio” foge com o machado. Podemos perceber que mediante a transição do trabalho escravo para o forçado que as generalizações dos meios coercivos se mantiveram, ou seja, o trabalho forçado mediante a essas estruturas pode ser considerado um novo tipo de escravatura. Mediante a negativa de entregar o machado ao patrão que fora encontrado na estrada, a violência e a coação seriam as armas de controle do colonizador. (NETTO, 2017)

⁸ Autos de apelação criminal. Apelante: o Ministério Público. Apelado: João Manuel Casseca. Arquivo Público do Namibe, 1914. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Continuando a nossa análise temos o segundo momento a partir do relato abaixo da testemunha. As modalidades ideológicas dominantes procuram legitimar as práticas de violência através de uma ideologia de escravatura, no qual o ato de prender pessoas em represaria a outro indivíduo torna-se uma prática aceitável. (JERÓNIMO, 2015)

Soube mais a testemunha que alguns gentios da Carapunha, região próxima a Martypa, vieram pagar uma dívida a Manoel Paiva, irmão do Alexandre e também estabelecido na Montyppa, trazendo para isso dois bois, e que, depois de o pagarem, embriagarem-se em aguardente, indo neste estado para a loja do Alexandre. Aonde queriam beber mais, ficando a dever, ao que o Alexandre não cedeu, prendendo-lhes em seguida um rapaz dizendo que só voltaria quando aparecesse o indígena que lhe tinha roubado o machado, visto que eram companheiros⁹.

Quando analisamos a segunda parte do testemunho, percebemos como a história do machado retorna de uma maneira consistente em nossa análise. Inicialmente no relato do carregador a motivação para o assassinato de Manoel Paiva seria a negativa de fiar bebida alcoólica ao réu e o grupo que o acompanhava. Ao contrário dos relatos das primeiras testemunhas, percebemos todo um movimento de coação aos trabalhadores criadores de gados em Moçâmedes que chegaram ao estabelecimento de Manoel, afim de pagar dívidas anteriores com dois bois.

O conflito entre pastores africanos e colonos era considerado um conflito antigo. Sendo um dos principais impeditivos para o exercício da atividade administrativa e econômica, bem como para a manutenção da ordem social na região. Os criadores de bovinos eram retratados muitas vezes como como ladrões inveterados de gado europeu. A instabilidade política adquiria matizes mais complexas, uma vez que os próprios colonos e autoridades locais eram também acusados de tomar parte em campanhas violentas de roubo de gado africano, bem como de perpetrarem crueldades e arbitrariedades contra os criadores de gado. Os pastores constituídos por numerosas raças, de usos e costumes os mais atrasados e diversos. Mesmo dispondo de uma grande riqueza pecuária, eles viviam uma vida nômade durante parte do ano. Seu modo de vida e os processos de cultura são considerados rudimentares pelos colonizadores. (CAMPOS, 2017)

⁹ Autos de apelação criminal. Apelante: o Ministério Público. Apelado: João Manuel Casseca. Arquivo Público do Namibe, 1914. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Depois de se embriagarem eles se dirigem para o comércio de Alexandre Paiva, e os mesmo sugerem fiar a bebida, mas o irmão do morto não cede e em um ato injustificável prende um dos rapazes como refém, afirmando que só o libertaria caso o “indígena” que lhe roubou o machado, devolvesse o objeto. Ele afirmava que os rapazes eram companheiros do mesmo. A Colônia, enquanto um lugar imaginado, se torna um local de controle, onde as garantias de ordem judicial mostram-se instáveis. Seria a junção do espaço moral com o espaço de exploração, onde a violência da exceção impera supostamente a serviço de um princípio de civilização. Ou seja, o sequestro seria um ato justificável. (MBEMBE, 2016)

Na terceira parte do relato iniciaremos com a chegada de Manoel Paiva no estabelecimento com o objetivo de auxiliar o seu irmão em seus conflitos com os criadores de gado como podemos perceber a seguir:

Mas disse a testemunha constar-lhe também que alguns indígenas agrediram a Alexandre, tentando soltar o companheiro preso que este, mandara chamar por um bilhete o seu irmão Manoel, dando no entretanto duas garrafas de aguardente aos indígenas para os sossegar, que nesta altura apareceu o irmão Manoel com o seu carreiro Zacarias, levando cada um sua espingarda e começando ato continuo a coronhar aos indígenas que se defendiam, dando a Manoel Paiva a certa altura um tiro no indígena Nambalo não o atingindo, vendo o que que o Zacarias fez um novo tiro contra o dito Nambalo, atingindo-o numa perna, respondendo este com um tiro que atingiu a Manuel Paiva e do qual lhe resultou a morte. Disse mais a testemunha que depois disso fugiram os dois irmãos e o carreiro Zacarias, não sendo perseguidos pelos indígenas¹⁰.

Em meio ao caos os pastores agredem fisicamente ao Alexandre Paiva, a fim de libertar o companheiro. Em uma tentativa de apaziguar os ânimos o dono do estabelecimento oferece duas garrafas de bebida aos criadores de gado, enviando uma carta com um pedido de socorro a seu irmão. Com a chegada de Manoel Paiva e seu carreiro de nome Zacarias, inicia-se a troca de tiros e a agressão aos indivíduos no bar. Então Nambalo é atingido na perna, após várias tentativas de fugir dos tiros deferidos sobre ele. O direito soberano de matar e de exercer violência é algo justificável. Nele, o soberano mata em qualquer momento e de qualquer maneira. Na economia que regula o

¹⁰ Autos de apelação criminal. Apelante: o Ministério Público. Apelado: João Manuel Casseca. Arquivo Público do Namibe, 1914. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

biopoder, o racismo tem por atribuição a regulamentação da distribuição das mortes, tornando viável as funções assassinas do Estado. (MBEMBE, 2016)

Após receber o tiro Nambalo, em legítima defesa aos ataques, ele desfere um tiro em Manoel Paiva ocasionado a sua morte. A testemunha relata a fuga dos dois irmãos e de Zacarias do local, os pastores não os perseguem. Devemos enfatizar abaixo o depoimento dos criadores de gado sobre a acusação de assassinato em questão. Ao ser perguntado por Alexandre cadê o Machado que um “indígena” tinha supostamente roubado, os “gentios” afirmaram que estavam na região para fazer negócios e não tinham qualquer contato com o ladrão, não sendo o mesmo conterrâneo deles¹¹.

Primeiramente quando temos os “indígenas” interrogados, ou seja, os pastores sobre o ocorrido, percebemos o racismo estruturando e legitimando a agressão a esses trabalhadores. Esses indivíduos não conheciam quem “roubou” o tal machado do Alexandre Paiva, estavam na região apenas para negociar e realizar o seu trabalho. Eles afirmam não conhecer o ladrão pois não eram da mesma região. A morte de Manoel Paiva ocorreu em meio a agressão, sequestro e coação de trabalhadores rurais ligados a pecuária que buscavam se divertir e negociar, após um dia de trabalho pesado. Um machado não era um motivo categórico para os crimes cometidos por Alexandre e Manoel de Paiva e a morte de um dos irmãos seria uma consequência de um processo de resistência dos indivíduos, devido a coação exercida sobre eles.

O processo não deve ser analisado somente como um registro da imposição e representação da autoridade colonial, mas também como resultado documental de um processo de resistência, no qual os trabalhadores africanos apresentam os seus testemunhos. As instituições do poder colonial foram usadas pelos litigantes para alcançar fins significativos, contudo, não podemos deixar de enfatizar as contribuições que essa documentação nos revela relativamente ao contexto de suas práticas sociais. (ROBERTS, 1990)

No processo que faremos a próxima reflexão temos uma atuação em um teatro, onde os personagens principais cumprem o papel de agressor e o réu seria uma vítima mediante as estruturas Racistas. Contaremos a história de Afonso, trabalhador da câmara municipal de Moçâmedes no ano de 1912.

¹¹ Autos de apelação criminal. Apelante: o Ministério Público. Apelado: João Manuel Casseca. Arquivo Público do Namibe, 1914. (Não catalogado)
Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Tenho a honra de participar a vossa excelência que pelo Comandante de Destacamento de Polícia foi do conhecimento do signatário, que ontem pelas 21 horas, na rua das Hortas, desta cidade, foi agredido com pancadas, sem motivo para tanto, pelo indígena de nome Afonso, que este acompanha, o europeu João Tavira, ficando este com as pernas fraturadas, recolhendo por isso ao Hospital onde se encontra. Mais me cumpre informar a Vossa Excelência que o referido indígena ao ser capturado pelo citado comandante, 1º cabo Francisco Carlos d'Oliveira, ofereceu resistência tendo este que pedir auxílio a três praças de destacamento¹².

A História se inicia com a acusação de Afonso por agredir o europeu João Tavira sem motivos. Como resultado da agressão as pernas fraturadas se fazem presentes no relato. E o que mais nos marcar seria a resistência oferecida pelo réu que necessita de três praças do destacamento, afim de conter a sua fúria. Outra questão que gostaríamos de explicitar seria como um indivíduo agride outro sem qualquer motivo aparente? Como uma fonte produzida pelo colonizador revelaria a inocência ou uma possível culpa do nosso réu sem inferir qualquer posicionamento?

A proposta principal contida na análise desta fonte seria o de recuperação das vozes dos subalternos. Nosso propósito seria recuperar a fala desses trabalhadores africanos, que na maioria das vezes não deixaram nenhum registro escrito sobre eles, entretanto, há dificuldades ao fazermos este trabalho devido aos depoimentos serem produzidos mediante ao escrivão e não pelos réus, vítimas ou testemunhas. A natureza desse tipo de fonte pode atrapalhar a investigação devido a apresentar: contradições, incoerências e possíveis mentiras em seu processo de elaboração. (PINSKY, LUCA, 2009)

Analisaremos abaixo o testemunho relatando a agressão sofrida pelo europeu João José Rodrigues, casado, marítimo, residente nesta cidade, de cinquenta e quatro anos de idade, natural de Tavira:

Declarou que no dia vinte e um do ano corrente, seriam umas nove horas da noite na taberna de Joaquim Guedes da Silva, nesta cidade e aqui recebeu uma pancada, prostrando-o e ignorando quem fosse o autor. Declarou mais que não sabe o motivo de tal alteração que no dia seguinte ouviu dizer que tinha sido um preto que lhe partira a perna com uma pancada, não sabendo quem é esse preto. Mais declarou que na

¹² Processo-crime. Réu: Afonso trabalhador da Câmara Municipal de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1912. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ocasião que recebeu a pancada estava ele declarante a conversar com o taberneiro Joaquim Guedes e com a mulher dele, estando presentes nessa ocasião vários pretos que ignora¹³.

O agredido afirma que estava em uma taverna e que de repente sofreu uma violência e ignorava o autor. Ele ouviu que tinha sido um “preto” que lhe partira as pernas. E temos nos autos que ele estava a conversar com o dono do estabelecimento e sua esposa. Afirmando também que vários negros estavam presentes na taverna. Podemos inferir que João José Rodrigues encontrava-se embriagado e não fosse uma fonte muito confiável como depoente. Que motivações teria um indivíduo qualquer para agredir sem motivos? Podemos perceber um discurso racista proveniente de nossa suposta vítima. O caráter subalterno das histórias quando o réu é um não ocidental sempre tem o mesmo final, em meio aos documentos coloniais que se constroem mediante a sua própria visão. Abaixo trataremos o relato de Afonso. Uma citação de Frederick Cooper sobre a obra de Gayatri Chakravorty nos faz repensar sobre esse escrito pode um subalterno falar? (COOPER, 2016)

Afonso, casado, segundo o costume gentílico, de quarenta anos de idade provável, natural de Benguela Velha, filho de Hoango e Lamba, ainda vivos, trabalhador da Câmara Municipal desta cidade, residente em Moçâmedes. Nunca antes esteve preso e nem respondeu por crime. A culpa respondeu que não se recorda de ter cometido qualquer crime. Disse que dois brancos bêbados começaram a xingar lhe e que esses dois brancos por estarem muito embriagados se abraçaram e caíram para trás¹⁴.

Nosso réu em seu depoimento afirma que não se recorda de ter cometido qualquer crime e afirma ter sido ofendido por dois indivíduos brancos embriagados que acabaram caindo para trás. Ao analisar o possível relato dele, percebemos que provavelmente ele não agrediu o João José Rodrigues sem nenhum motivo. Embora afirme inocência, talvez para fugir de uma punição, pois nessa história a culpa geralmente recai sobre o “indígena”, ou seja, sobre o trabalhador indígena considerado pelo colonizador como um sub-povo (praticamente sem direitos e com uma gama variada de deveres). (NEVES, 2010)

¹³ Processo-crime. Réu: Afonso trabalhador da Câmara Municipal de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1912. (Não catalogado).

¹⁴ Processo-crime. Réu: Afonso trabalhador da Câmara Municipal de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1912. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Através do relato de Afonso podemos compreender como os trabalhadores “indígenas” concebiam as políticas colonialistas e faziam uso dos mecanismos de domínio através da lente judicial. O objetivo seria revelar a existência de diferentes noções de justiça em meio às relações coloniais. O uso dos processos criminais tem a finalidade de revelar as relações cotidianas, os valores e a conduta dos indivíduos. Podemos inferir que talvez o motivo do nosso réu mentir sobre a agressão estaria ligado as noções de justiça que ele possuía sobre um sistema dominado pela metrópole que consequentemente o desfavorecesse. (THOMAZ, 2012)

Nesse momento destacaremos o depoimento da primeira testemunha que seria Joaquim Guedes da Silva, o taberneiro e dono do estabelecimento no qual João José Rodrigues encontrava-se a embriagar-se:

Que no dia vinte e um de agosto próximo findo entrou em sua Mercearia, as vinte horas provavelmente o europeu João Rodrigues conhecido como João Taveira e ali bebeu um copo de vinho saindo em seguida, notando o depoente que já ia um tanto embriagado, pronunciando as palavras, ó negro, ó negro, palavras estas que costuma sempre pronunciar sempre que estava embriagado. Nesta altura e uns vinte metros aproximadamente, distante da casa dele depoente, passava pelo ofendido o arguido. Afonso, indígena, trabalhador da Câmara Municipal que sem mais ou menos se lançou sobre o ofendido João José Rodrigues, agarrando-o e prostrando-o no chão deitando-se em cima dele, continuando a agredi-lo. Logo que começou a agressão, o depoente correu para o local a fim de evitar que o arguido batesse no ofendido, o que fez tirando-o de cima do referido João José Rodrigues sendo auxiliado pela testemunha Francisco Mestre. Nesta altura o arguido começou a insultar todos que estavam presentes proferindo palavras obscenas e os maiores impropérios. Se o ofendido não estivesse tão bêbado talvez tivesse conseguido se levantar. Não sabe se o agressor usou um pau ou pedra ou mesmo um soco ou se a fratura se deu por conta da queda. O arguido resistiu à prisão¹⁵.

A partir do relato da primeira testemunha começamos a perceber o provável motivo que levaria a Afonso perder o controle e desferir golpes em João de Távira. Ele tinha por hábitos embriagar-se e ofender os habitantes locais com seu preconceito e os chamando de negros a todo momento. Ele reproduzia a estrutura colonial e segregadora da qual fazia parte em seu cotidiano. A reação de Afonso em meio da violência colonial sofrida por ele inicialmente, podemos classificar como uma transgressão constituída pelo

¹⁵ Processo-crime. Réu: Afonso trabalhador da Câmara Municipal de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1912. (Não catalogado).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ato de agressão do colonizador. E sobre a perspectiva do colonizado uma demonstração viva e brutal daquilo que ele podia violar, mas do que transformar em um sistema no qual era ignorado na maioria das vezes. (COOPER, 2016)

No próximo depoimento temos Francisco Mestre, o depoente começa a narrar a história a partir da sua perspectiva na tentativa de acudir João Rodrigues que estava sendo agredido pelo nosso réu:

Diz que a agredido não fazia mal a ninguém, apenas que “todas as vezes que se encontrava embriagado e costumava dizer pelas ruas: ó negro, mas que não passava disso e não fazia mal a ninguém, viu quando estava na sua loja o preto, isto é o arguido Afonso falava muito mal proferindo palavras obscenas¹⁶”

Em destaque temos a história contada de forma a vitimizar João Rodrigues. Segundo o relato era rotineiro o uso de bebidas alcoólicas por e justificável as ofensas proferidas a pessoas, na qual ele em seu racismo e sem qualquer contato as chamava de negras. Ele podia chama-las de negras desde que não fizesse mal a elas. Era um hábito rotineiro e amplamente aceitável para o depoente, no entanto quando o réu se defende ofendendo ao seu agressor isso torna-se algo extremamente indelicado e obsceno. Podemos concluir que Afonso foi ofendido momentos antes de responder de forma agressiva aos ataques a sua pessoa.

No resultado final relacionado a sentença, o nosso personagem é declarado culpado por agredir a João Rodrigues. Ele é condenado a 9 meses e 21 dias de prisão, digo, de trabalho correcional pelo crime de ofensas corporais em 31 de outubro de 1912. O que podemos perceber com essa sentença seria uma punição que consta na primeira legislação colonial (1894), criada com intuito de categorizar os indivíduos. Os considerados indígenas eram categorizados por descendência e por costumes comuns relativos à raça. O principal objetivo desse decreto não era baseado na definição de um grupo de pessoas, mas em quais indivíduos aplicar a pena de trabalhos públicos¹⁷.

A proposta do império português era civilizar através do trabalho. Esse enquadramento prático da população era exercido por administradores, que

¹⁶ Processo-crime. Réu: Afonso trabalhador da Câmara Municipal de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1912. (Não catalogado).

¹⁷ Primeira legislação colonial de 1894. Responsável pela categorização dos considerados indígenas e estipulação da pena por serviços públicos.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

representavam o poder do Estado. A polícia e a justiça refletiam amplamente essa política e representavam uma rigidez asfixiante as populações locais através da imposição do trabalho prisional. A sentença era comumente aplicada caso os indivíduos considerados “indígenas” fossem presos por embriaguez, desordem, ofensa moral e atentado ao pudor. A história de Afonso reflete bem essa prática. (ZAMPARONI,2004)

Concluindo nosso maior desafio é perceber que há o que se escutar no silêncio, em meio a violência e até a morte desses indivíduos. Esses grupos considerados desagregados e alvos constantes de constrangimento e violação impostos pelas classes consideradas dominantes merecem serem ouvidos e sentidos. Pode um subalterno falar. E em meio a uma crítica historiográfica nacionalista e muitas vezes eurocêntrica, as vozes dos originários da terra ecoam. A restituição dessas vozes silenciadas das populações locais, em meio a uma política de trabalho e uma legislação que segrega e caracteriza-os, ocorre por meio das vozes de Sumbo, Nambalo, Afonso e de muitos outros que têm através de seu grito de resistência, nos processos civis e criminais a reconstrução das suas vidas cotidianas e da sua história. (SPIVAK,2010)

Referências bibliográficas

CAMPOS, Rafael Coca de. **Ocupação, violência e negociação: relações econômicas, políticas e sociais entre as populações africanas pastoris e a sociedade colonial portuguesa no sudoeste angolano.** Dissertação (Dissertação em História) – UNICAMP. Campinas, 2017.

COOPER, Frederick. **Histórias de África: capitalismo, modernidade e globalização.** Lisboa: Edições 70, 2016.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009

JERÓNIMO, Miguel Bandeira; DOMINGOS, Nuno; DIAS, Nuno. **Indígenas, imigrantes e outros povos** In: Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal. Lisboa: Tinta da China, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** Arte e ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n°: 32. Dezembro, 2016.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

NETO, Maria da Conceição. **De Escravos a “Serviçais”, de “Serviçais” a “Contratados”: Omissões, percepções e equívocos na história do trabalho africano na Angola colonial.** Cadernos de Estudos Africanos. Vol. 33, 2017

NEVES, José. *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal.* Portugal. Editora: Tinta da China, 2010.

RIZZO, Lorena. The elephant shooting: colonial Law and indirect rule in Kaoko, northwestern Namibia, in the 1920s and 1930s. *In: Journal of African History*, (2007).

ROBERTS, Richard. Text and Testimony in the Tribunal de Première Instance, Dakar, during the Early Twentieth Century. *In: The Journal of African History*. Vol. 31, N° 3 (1990)

SANTOS. Maciel. **Trabalho Forçado na Época Colonial – Um Padrão a Partir do Caso Português.** Revista Latino-Americana de Direitos Humanos – HENDU, Vol. 4, N° 1, 2013.

SPIVAK. Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010

THOMAZ, Fernanda do Nascimento. **Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894 - c. 1940.** Tese (Tese em História) – UFF. Niterói, 2012.

ZAMPARONI, Valdemir. **Da escravatura ao trabalho forçado: teorias e práticas,** Africana Studia, Lisboa, n°. 7, 2004.

Fontes:

Processo-crime. Réu: Chumbo, fogueiro do caminho de ferro de Moçâmedes. Comarca de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1911. (Não catalogado).

Utilização da Legislação Colonial a partir da análise do Banco de fontes online: <https://www2.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>

Autos de apelação criminal. Apelante: o Ministério Público. Apelado: João Manuel Casseca. Arquivo Público do Namibe, 1914. (Não catalogado).

Processo-crime. Réu: Afonso trabalhador da Câmara Municipal de Moçâmedes. Arquivo Histórico do Namibe, 1912. (Não catalogado).

Processo-crime. Réu: José Paschoal, empregado agrícola, morador em Giupolla. Arquivo do Namibe, 1902. (Não catalogado).

DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 11.645/08 NO ESPAÇO ESCOLAR: A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ricardo Wilame Santana de Almeida¹⁸

André Luís Martins Carvalhosa¹⁹

RESUMO: A implementação da lei 11.645/08 na educação básica sempre foi matéria de discussão dentro e fora do meio acadêmico. O trabalho busca pesquisar os desafios em se trabalhar a religiosidade afro em sala de aula de acordo com a lei 11.645/08. Tal objetivo acabou trazendo outros como: analisar os avanços e desafios da lei 11.645/08 nos últimos 10 anos nas escolas estaduais de Montes Claros; analisar se nos últimos dez anos o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contemplou a cultura afro de acordo com as orientações da BNCC; identificar as razões da dificuldade da implementação da lei 11.645/08 em sala de aula; analisar o tímido cumprimento da referida lei pelos professores no que se refere à religiosidade afro-brasileira em sala de aula, entre outras. Como subsídio teórico utilizaremos os seguintes autores: Borges (2016), Cardoso (2016), Canto (2013), Bonfim (2020), entre outros. A pesquisa faz parte do mestrado profissional em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória – ES ainda em andamento. Portanto os resultados e as discussões ainda estão sendo construídos através de pesquisas teóricas de autores que possam nos dar embasamento para a nossa discussão, e conseqüentemente conclusão e resultados da nossa pesquisa.

Palavras-chave: Religiosidade. Afro-brasileira. Lei 11.645/08. Implementação. Desafios. Educação

ABSTRACT: The implementation of law 11.645/08 in basic education has always been a matter of discussion within and outside academia. The work seeks to research the

¹⁸ Graduado em História e Ciências Sociais pela Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES, e em Ciências da Religião pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E Mestrando em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória.

¹⁹ Graduado em História pelo Centro Universitário São Camilo, e em Pedagogia pela Universidade Santo Amaro – UNISA, e Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória - ES. Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

challenges in working with Afro religiosity in the classroom in accordance with law 11.645/08. This objective ends up bringing us others, such as: analyzing the advances and challenges of law 11.645/08 in the last 10 years in state schools in Montes Claros; analyze whether in the last ten years the National Textbook Program (PNLD) contemplated the Afro culture in accordance with the guidelines of the BNCC; identify the reasons for the difficulty of implementing law 11.645/08 in the classroom; analyze the timid compliance with the aforementioned law by teachers with regard to Afro-Brazilian religiosity in the classroom, among others. As theoretical support, we will use the following authors: Borges (2016), Cardoso (2016), Canto (2013), Bonfim (2020), among others. The research is part of the professional master's degree in Science of Religions at United Faculty of Victory – ES still in progress. Therefore, the results and discussions are still being built through theoretical research by authors who can give us a basis for our discussion, and consequently the conclusion and results of our research.

Keywords: Religiosity. Afro-Brazilian. Law 11645/08. Implementation. Challenges. Education.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos mesmo com a criação da lei 11.645/08, que tem como principal objetivo o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas das disciplinas que compõem as ciências humanas, em especial a disciplina de História, somente em trabalhar o tema escravidão, excluindo assim outros temas relevantes, como o preconceito racial e religioso sofrido por anos contra a população afro-brasileira, sendo esse último o principal objetivo desse trabalho.

Em relação ao cumprimento da lei 11.645/08, a pesquisa da professora Cardoso (2016), “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Formação Docente: um estudo de caso da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos legais”, nos permite analisar o cumprimento da lei no ambiente escolar, e de que forma a pesquisa pode contribuir para a aplicação da cidadania no ambiente escolar, pois acreditamos que o ambiente escolar se apresenta como um espaço igualitário, onde a partir do qual seria possível entender semelhanças e

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

processos característicos da sociedade em geral, sobretudo no que trata o tema da religião, em especial as religiões de origem afro brasileiras, mais precisamente o Candomblé a umbanda, “religiões que contemplam as três fontes básicas da cultura brasileira” (BORGES, p. 208. 2016).

Para isso, temos como objetivo geral: Verificar os desafios, no trabalho docente, no que se refere às abordagens em sala de aula da religiosidade afro-brasileira de acordo com a lei 11.645/08. Tal objetivo acaba nos trazendo outros como: identificar as Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Africana em sala de aula; identificar as lacunas existentes na lei 11.645/08; analisar as razões da dificuldade da implementação da lei 11.645/08, entre outros.

Como subsídio teórico utilizaremos os seguintes autores: Borges (2016), Cardoso (2016), Canto (2013), Bonfim (2020), entre outros. A pesquisa faz parte do mestrado profissional em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória – ES ainda em andamento. Portanto os resultados e as discussões ainda estão sendo construídos através de pesquisas teóricas de autores que possam nos dar embasamento para a nossa discussão, e conseqüentemente conclusão e resultados da nossa pesquisa.

A pesquisa “Cultura Afro-Religiosa Na Educação Básica: Desafios Na Implementação Da Lei 11.645/08 No Espaço Escolar” visa à construção de conhecimento de acordo com certas exigências

metodológicas. Sendo assim, para se obter o resultado esperado será adotada a Pesquisa Bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado em livros, artigos e periódicos, além de textos disponibilizados na internet de sites confiáveis, como sites de instituições de ensino, órgãos federais, estaduais, entre outros.

O método de pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas e/ou revisão literária de obras e documentos que relacionam com o tema pesquisado. Ressalva-se que, em qualquer pesquisa, exige revisão de literatura, instrumento que permite conhecer, compreender e analisar os conhecimentos culturais e científicos já existentes sobre o assunto, tema ou problema investigado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

Boa parte da nossa revisão bibliográfica até o momento foi feita por meio de sites especializados e de credibilidade para a área acadêmica, esse tipo de pesquisa está sendo demasiadamente útil e prático aos nossos esforços de buscas. Na confecção do trabalho monográfico procuraremos verificar incontestavelmente a segurança de todas as fontes e citações oferecidas via internet, e acreditamos que no decorrer da pesquisa outras possíveis fontes poderão surgir conforme a construção do trabalho.

Para tanto buscamos autores que nos deram embasamento para a nossa pesquisa. Entre esses autores estão a professora e pesquisadora Zilmar Santos Cardoso, que em sua pesquisa a professora tratou da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos cursos de formação docente. As DCNERER e o seu Plano de Implementação, aprovados em 2004 e 2009 respectivamente, representam os desdobramentos legais para fortalecer as ações para a implementação da Lei 10.639/03. O objeto de estudo foram os cursos de licenciatura em Artes/Música, Artes/Teatro, Artes/Visuais, História, Letras e Pedagogia, áreas de conhecimentos citadas na Lei 10.639/03 como privilegiadas para o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica.

Além da professora Zilmar Santos Cardoso, buscamos autores que trataram de temas como a cultura afro-brasileira, entre esses autores usamos Cristina Borges, cientista da religião que tem como principal fonte de pesquisa as religiões afro-brasileiras, com a pesquisa Tambores do sertão: diferença colonial e interculturalidade - entrelaçamento entre Umbanda/Quimbanda e Candomblé Angola no Norte de Minas Gerais, além da pesquisa: Da leitura cotidiano escolar: os desafios do ensino da história e cultura afro-brasileira no município de Barra de São Francisco – ES, da professora e pesquisadora Ingrid Câmara Luiz Vieira, Religiões africanas e indígenas e o ensino de história: uma descrição da prática docente na cidade de Cáceres – MT, pesquisador Leandro de Almeida, entre outros autores (as).

METODOLOGIA

A pesquisa “A Religiosidade Afro-Brasileira na Educação Básica: Desafios Na Implementação Da Lei 11.645/08 No Espaço Escolar” visa à construção de conhecimentos de acordo com certas exigências metodológicas. Para obter o resultado

esperado a metodologia utilizada será a bibliográfica definida por Leão (2016, p. 113) como “o ato de ler, selecionar, fichar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa. Tem por finalidade recolher, analisar, e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia”.

Ainda de acordo com Leão (2016, p. 113), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já desenvolvido em relação ao tema da pesquisa, constituído desde publicações avulsas, boletins, jornais, artigos científicos, além de monografia, dissertação, tese entre outros. Tendo como objetivo colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito, ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferência seguidas de debates que tenha sido transcrito de alguma forma, que publicadas, quer gravadas, que sirva de embasamento para a nossa pesquisa”.

O método de pesquisa bibliográfica e documental (atas, documentos da escola, registros de professores) procura explicar um problema a partir de referências teóricas e/ou revisão literária de obras e documentos que relacionam com o tema pesquisado. Entre as referências usaremos Borges (2016), Cardoso (2016), Pereira (2018), Quintana (2018), Santos (2018), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O preconceito e a discriminação contra as religiões de matriz africana persistem desde o período colonial até os dias atuais, em especial aos praticantes do candomblé e da umbanda, onde a discriminação sofrida se faz com intolerância religiosa “às tradições, isso mostra que ainda hoje esses terreiros urbanos preservam e resistem à opressão, hoje não mais do escravocrata, mas sim, dos intolerantes que continuam vendo as religiões de matriz africana como algo ruim e demoníaco, com a mesma visão de seus antecessores escravistas” (PEREIRA, 2015, p. 18).

Esse preconceito surgiu com a perseguição da Igreja Católica aos cultos afro-brasileiros, sendo posteriormente reforçado por praticantes neopentecostais com visão fundamentalista, geralmente estão associadas aos discursos de ódio, ataques a templos, agressões físicas e assassinatos aos seguidores dessas religiões, desde que as religiões de matrizes africanas foram estigmatizadas pela igreja católica e os neopentecostais até os dias atuais, o preconceitos vem crescendo dia após dia no

ambiente escolar, mesmo com campanhas contra a intolerância religiosa.

Muitos pesquisadores acreditam que a origem dessa crescente intolerância nas escolas seja conectada à influência de alguns grupos neopentecostais, bem como do racismo histórico que permeia o país e que impregnou o imaginário popular, defendendo que tudo o que é produzido pelos negros é considerado inferior, e os membros das religiões afro são macumbeiros, sujos e praticantes do mal. Os adeptos do neopentecostalismo querem expandir sua crença e ampliar o número de adeptos, o que culmina em constantes processos de evangelização e satanização na escola e isso só insufla a perseguição contra os alunos que são vinculados às religiões afro-brasileiras (SANTOS, 2018, p. 78).

Consequente essa situação nos faz refletir acerca do papel da escola contra o preconceito religioso sofrido por adeptos das religiões afro-brasileira, que nos últimos anos vem sofrendo preconceito no ambiente escolar de forma escancarada por alunos adeptos de igrejas evangélicas que, que vem tentando implantar “um projeto político e de poder, capitaneado por algumas lideranças evangélicas, em especial as pentecostais e neopentecostais, que procuram através da demonização das religiões de matrizes africanas coesionar seus membros” dentro e fora do ambiente escolar” (QUINTANA 2018, p. 121).

Ainda de acordo com Quintana (2018), “estamos diante de uma disputa política e comercial, uma “cruzada evangelizadora”, organizada e deflagrada pelas igrejas evangélicas, que tem por base a “teologia da guerra espiritual” surgida na década de 1980 no meio evangélico norte-americano”. Guerras essas que nos últimos anos vem tentando dizimar religiões afro-brasileira, através de grupos implantados nos ambientes escolares, que chegam a interferir até mesmo na elaboração do Projeto Político Pedagógico-PPP, e em alguns casos nos planos de ensino e de aula dos professores, dando assim liberdade para esses grupos transformar as escolas em um ambiente hostil para os alunos adeptos das religiões afro-brasileira, privando – os da sua autonomia democrática.

Sendo assim, cabe a escola elaborar projetos multidisciplinares com diversas temáticas, entre elas temas relacionados ao respeito, e que tenha “como finalidade promover o diálogo e a reverência, onde o diálogo surja para favorecer a construção do

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

conhecimento constituído por meio das diferentes palavras, e a reverência como respeito, cortesia, tolerância religiosa e cultural” (CARDOSO, 2016, p. 91).

Assim como é importante salientar que temas transversais fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, onde o professor deve cumprir as orientações dos PCN's de acordo com as orientações para sua disciplina, através de palestras, seminário, entre outras. Respeitando temas que contemple as seis áreas, entre elas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade), e Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o Ser Humano como agente social produtor de cultura, e Pluralidade Cultural e Cidadania), e claro, a cultura afro-brasileira, e especial a religiosidade. Que de acordo com Bonfim; Nascimento,

A questão da religiosidade é controversa e em uma sociedade cuja maior parte da população é cristã, abordar religiões diferentes tem se tornado difícil, especialmente quando a mídia apresenta, em seu noticiário, casos como o apedrejamento de alunos adeptos de religião de matriz africana, bem como o afastamento de professores que, por sua vez, também professam essa fé (BONFIM; NASCIMENTO 2017, P. 02).

Ainda de acordo com Bonfim; Nascimento, “É preciso estimular o respeito e a prática da convivência na diversidade, já que toda religião é iminentemente social, todas nascidas no seio de grupos sociais que, embora distintos, têm o intuito de refazer ou manter certos estados mentais desse grupo” (BONFIM; NASCIMENTO 2017, P. 02). E para isso se faz necessário a necessidade de um convívio social pacificador, de forma onde todos tenham liberdade para expor suas ideologias, e crenças religiosas, longe de um pensamento colonial.

O pensamento decolonial de Freire expressado em suas obras, vão na contramão da colonialidade exposta por professores adeptos de religiões com visões dominadores desde o império colonial, mesmo que nos últimos anos o governo brasileiro tenha implantado políticas públicas de ações afirmativas como forma de erradicar o preconceito, e a intolerância religiosa sofrido por adeptos da religiões afro dentro e fora do ambiente escolar.

E uma dessa políticas públicas contempla as ações afirmativa, que de

acordo com Cardoso,

[...] visam atender aos grupos estigmatizados, com a intenção de promover o acesso aos bens sociais e materiais. De acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, podemos chamar de ações afirmativas toda e qualquer política pública que tenha como finalidade promover aos membros dos grupos estigmatizados, e que sofrem preconceitos e discriminações [...] (CARDOSO, 2016, p. 21).

Dessa forma a autora pondera que as ações afirmativas desenvolvidas pelos governos nos últimos anos, tem como um dos principais objetivos amenizar as perdas sociais sofridas por grupos estigmatizados como inferiores pela “elite” brasileira desde o período colonial. Grupos como os africanos que só depois de anos tiveram seus direitos reconhecidos através de leis como 10.639/03, alterada posteriormente pela lei 11.645/08, “que abordam aspectos interpretativos sobre a identidade nacional com pressupostos não eurocêntricos, propondo ampliar o foco do currículo escolar, mas não se trata de mudança de um foco eurocêntrico para afrocêntrico” (CARDOSO, M. 2016, p.40).

Cardoso concluir explicando que,

[...] não se trata de inverter a lógica das relações de poder através de transferência de privilégios nos processos de produção simbólica e representações de identidade. Mas sim criar possibilidades para que todos os sujeitos presentes no cotidiano possam, a partir das experiências pedagógicas, reconhecer suas diferenças nessas atividades e se sentirem parte da cultura escolar (GONÇALVES; PEREIRA, 2013:41. APUD - CARDOSO).¹⁴

Assim como se faz necessário reconhecer entre essas e outras culturas as tradições e os conhecimentos de um determinado grupo social, pois só assim através de diretrizes de ações afirmativas podemos erradicar o etnocentrismo religioso contra as religiões afro-brasileiras nos ambientes escolares através de leis, como a lei 11.645/08. Ou seja, o papel da escola na desconstrução do preconceito religioso, e intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileira praticada por grupos fundamentalista, sempre serão matéria de discussões, mesmo que nos últimos anos as escolas vem buscando trabalhar a interculturalidade dentro de sala de aula.

De acordo com Borges, “Entendemos como interculturalidade, a postura consciente de convivência democrática entre elementos diferentes, com vistas a integração ausente do intuito de eliminar a diversidade reconhecendo nessa, a riqueza e a oportunidade de ampliação dos horizontes” (BOLFES, 2016, p. 222). A interculturalidade denuncia a descolonialidade contra as religiões afro-brasileira, e consequentemente denuncia indiretamente o preconceito e a intolerância religiosa sofrida por adeptos das religiões afro-brasileira no ambiente escolar.

Portanto espera-se com este trabalho contribuir para a prática da alteridade no ambiente escolar por parte dos docentes, e discentes articulados com a lei n.º 10.639/03, pois entendemos que o respeito religioso torna o ambiente escolar um lugar pacífico dos mais diversos tipos de violência. A pesquisa faz parte do mestrado profissional em Ciências das Religiões na Faculdade Unida de Vitória – ES ainda em andamento. Portanto os resultados e as discussões ainda estão sendo construídos através de pesquisas teóricas de autores que possam nos dar embasamento para a nossa discussão, e consequentemente conclusão e resultados da nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o domínio dos portugueses sobre os índios e os africanos desde o período colonial, e também pela chegada de diferentes nações europeias tão logo o Brasil passou a ser explorado pelos portugueses ao longo da história brasileira, uma visão de superioridade destes povos perante os africanos também foi sendo introduzida e a visão eurocêntrica foi sendo implantada no seio da sociedade brasileira que permanece até os dias atuais mesmo depois de vários séculos.

Sendo uma dessas visões (ideias) eurocêntrica a implantada da religião católica desde o início da colonização pelos portugueses como a religião oficial, pois o reino dos portugueses mantinha uma estreita relação com a igreja católica, sendo que de acordo com a história, o primeiro ritual religioso que se tem registro nas terras brasileiras, foi uma missa celebrada com a chegada de Pedro Álvares Cabral no ano de 1500.

E tão logo a **Igreja Católica** começou a se intensificar a partir de 1549 com a chegada dos jesuítas (companhia responsável por implantar o ensino no Brasil), além dos jesuítas, outros grupos de sacerdotes católicos também vieram para o Brasil com objetivo

de evangelizar os indígenas, entre esses grupos estavam as ordens dos franciscanos e das carmelitas, levando a eles a doutrina cristã.

Observa-se que desde o início do império colonial no Brasil, a ideia de uma religião única e oficial já persistia, mesmo que no Brasil os índios já cultuassem sua religião baseada em **conjuntos de mitos** sobre seres espirituais, ainda sim a igreja católica tentou impor o catolicismo como a única religião oficial reprimindo as manifestações religiosas dos escravos e lhe impor o paradigma cristão.

Por meio de pressão dos movimentos sociais, ONGs, e uma parcela da sociedade civil, e após várias denúncias por parte dos movimentos negros, devido as condições de vida da população negra, comprovando, entre outras coisas, que o acesso e a permanência dessas pessoas no sistema educacional é permeado por uma série de barreiras, obrigaram os estados a construir políticas públicas de combates as desigualdades educacionais e sociais. Sendo criado a lei no 10.639 instituindo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras.

Toda via mesmo depois da lei implantada ainda sim, observa-se que são várias as lacunas existente, entre elas a falta de formação continuada para professores da educação básica sobre as relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana; a falta de menção com mais ênfase a cultura afro-brasileira nos livros didáticos; a falta de conhecimento por parte dos professores sobre a cultura afro; além da falta de ações afirmativas, e políticas públicas por parte dos governantes das três esferas.

Com a criação da lei 11.645/08 uma série de questões que antes eram silenciadas, ou simplesmente ignoradas pela comunidade escolar, passaram a ganhar destaque de forma mais ampla por parte da comunidade escolar, ainda que grupos fundamentalistas tentam de forma escancarada inibir as ações afirmativas voltadas para a comunidade afro-brasileira no ambiente escolar.

É perceptível que o não conhecimento da lei por parte dos gestores escolares, e dos professores, além das fortes pressões por parte de alunos e seus familiares, e alguns líderes religiosos cristãos, mostram desinteresse em se trabalhar temáticas que abordam a religião afro-brasileira. Dando assim a ideia de que grupos fundamentalistas mantêm um poder de decisão dentro e fora do ambiente escolar, uma vez que as escolas evitam confrontos diretos com esses grupos.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Para tanto se faz necessário a ampliação das políticas públicas com ações afirmativas direcionadas à comunidade escolar, a adeptos das religiões afro-brasileira, para que se possam erradicar de vez o preconceito e a intolerância religiosa sofrida por esses grupos nos últimos anos, preconceito esse que é herança de uma visão etnocêntrica desde o período colonial. E cabe a escola, buscar de forma dinâmica e eficaz a aplicação da lei que tem por objetivo erradicar o preconceito sofrido por grupos dentro da comunidade escolar.

Acreditamos que a necessidade de estabelecer políticas públicas específicas da Lei Nº 10.639/03, é fundamental para a erradicação do preconceito racial e religioso, sendo no ambiente escolar lugar de formadores de opiniões, o espaço apropriado para erradicar de vez sentimentos que vem desde o período colonial. Pois é justamente no ambiente escolar que formamos cidadão para combater o racismo, e junto possamos viver em uma sociedade democrática, pois só assim construiremos um novo tempo.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Evandro Luiz Soares. NASCIMENTO, Alexsandro de Jesus. *A RELIGIÃO AFRICANA E O PRECONCEITO NA ESCOLA*. E-FACEQ: Revista dos Discentes da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2238-8605, Ano 6, Número 10, agosto de 2017. <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20171030115755.pdf> Visitado em 22 de Jun, de 2021.

BORGES, Ângela Cristina. *Tambores do Sertão: Diferença Colonial e Interculturalidade: entreliçamento entre Umbanda/Quimbanda e Candomblé Angola no Norte de Minas Gerais*. 10 de março de 2016, 302 f. (doutorado em Ciências da Religião) - Departamento de Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

CARDOSO, Zilmar Santos. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Formação Docente: um estudo de caso da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos legais*. 20 de março de 2016, (doutorado em Ciências Sociais) – Departamentode Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2016.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

CARDOSO, Marcos Antonio. *ENSINO RELIGIOSO E RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA: UM ESTUDO DE CASO NA EEEFM SÃO JOÃO BATISTA EM CARIACICA – ES*. 2017,

(Mestrando em Ciências da Religião) f. 100-105, Programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões. Faculdade Unida de Vitória – ES, 2017.

DEMO, P. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica*. In: Revista Brasileira de Educação, n. 29, maio-ago, 2005, p. 164-76, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro, Brasil.

_____. *Pedagogia da tolerância*. FREIRE, Ana Maria Araújo (Org.) São Paulo: UNESP, 2004
 FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36e. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

JUNIOR, Nilson Nunes da Silva. *Liberdade de crença religiosa na Constituição de 1988*. <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/liberdade-de-crenca-religiosa-na-constituicao-de-1988/>>. Visitado em 24 de Jun. de 2021.

LEÃO, Lourdes Meireles. *Metodologia de Estudo de Pesquisa: Facilitando a vida dos estudantes, professores e pesquisadores*. Editora Vozes, Petrópolis – RJ, 2016.

MUNANGA, Kabemgele. Apresentação. In _____ (org.) *Superando o Racismo na escola*. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005).

OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. *A REPRESSÃO POLICIAL ÀS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRO-BRASILEIRAS NO ESTADO NOVO (1937-1945)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense para Defesa no Curso de Mestrado em História Social. <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1903.pdf>>. Acesso em 07 de junho de 2021.

QUINTANA, E. (2018). *PRECONCEITO ÉTNICO E RELIGIOSO NA ESCOLA: (DES)HUMANIZAÇÃO E BARBÁRIE ETHNIC OR RELIGIOUS PREJUDICE IN SCHOOL: BARBARISM OR (DE)HUMANIZATION*. *RevistAleph*,(31). <<https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i31.39275>>. Visitado em 21 de Jun. de 2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

SANTOS, Reinilda de Oliveira. *ENCANTARIA EM SALA DE AULA: Ensino das Religiões afro-brasileiras e construção da consciência histórica através de seções didáticas no site do Museu Afro digital do Maranhão*. 23 de abril de 2018. 216 f, Dissertação em História, Departamento de História, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, ENSINO E NARRATIVAS.

DISPUTAS, POBREZA E PROTEÇÃO SOCIAL: UMA BREVE REFLEXÃO A RESPEITO DOS ELEMENTOS IMPULSIONADORES DA CRIAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURIDADE SOCIAL.

Raphael de Oliveira Lago²⁰

Resumo: O presente trabalho busca realizar uma reflexão a respeito dos elementos que motivaram o processo de criação dos sistemas de seguridade social presentes em sociedades modernas. O movimento proposto neste artigo consiste em pontuar questões relevantes no debate relacionado aos dilemas que a pobreza (compreendida como uma relação humana) conduz para a dinâmica das sociedades capitalistas, tornando necessário o desenvolvimento de estruturas que garantissem a reprodução da classe trabalhadora de forma que a engrenagem da acumulação de riqueza continuasse funcionando.

Palavras-Chave: Previdência Social, Seguridade Social, Reforma, Coalizões, Dominação, Disputas.

Abstract: This paper seeks to reflect on the elements that motivated the process of emergence of social security systems present in modern societies. The proposed reflection in this article consists of pointing out relevant issues in the debate related to the dilemmas that poverty (understood as a human relationship) leads to the dynamics of capitalist societies, so that it becomes necessary to develop structures that are able to guarantee the subsistence of the working class in a way that capitalist accumulation process of wealth kept working.

Key Words: Social Security, reform, coalitions, domination, disputes

INTRODUÇÃO

²⁰ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:
Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;
Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

Como lidar com o fenômeno da pobreza e de pessoas jogadas a margem da sociedade é um dilema crescente entre os estados capitalistas modernos.

O problema existe de forma empírica e está diretamente relacionado com a forma em que a estrutura social se coloca diante do processo de acumulação de riqueza agravado pelo desenvolvimento das sociedades industriais

O que fazer com os pobres e como lidar com a pobreza está conectado a necessidade de manter um “*status quo*” capaz de garantir que a engrenagem da acumulação de riqueza de forma desigual continue funcionando ao passo que incapacita qualquer tipo de modificação na estrutura e na origem do problema. A pobreza, se caracteriza por ser uma relação humana necessária para a manutenção de uma sociedade fundada na desigualdade. (Swaan, 1988)

Não nos cabe aqui realizar um levantamento bibliográfico aprofundado, muito menos desenvolver uma pesquisa heurística capaz de mapear a origem do problema e fornecer possíveis soluções.

Objetiva-se realizar uma breve reflexão sobre as origens motivacionais relacionadas a construção dos sistemas de proteção social presentes em sociedades modernas.

DOMINAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Apesar da dominação não estar presente na estrutura de toda ação social, ela sem dúvida representa um papel consideravelmente importante, mesmo que tal presença não esteja clara a primeira vista. (Weber, 1981)

Weber, ao tratar o conceito de “dominação”, expõem que esta, está presente em todas as áreas da ação social e as influencia profundamente, sendo assim, um dos elementos mais importantes da ação social.

Ainda segundo o autor alemão, nas formações econômicas mais relevantes do passado, desde o regime feudal a grandes empresas capitalistas, a dominação está presente e desempenha um papel decisivo.

Claro que nem toda forma de poder econômico manifesta-se como “dominação” no sentido da palavra adotado pelo autor, assim como nem toda “dominação” serve para fundação e conservação de coativos econômicos. Entretanto, na maior parte dos casos (e também dos mais relevantes) , ela está presente na forma como os meios econômicos são empregados, de forma a influenciar decisivamente o caráter da estrutura de dominação. (Weber, 1981)

A estrutura supracitada é quase sempre um fator relevante, em alto grau, para a economia. Além de estar condicionada, de alguma maneira, também por esta. Isto passa mesmo nos casos em que a sua natureza não esteja tão fortemente ligada a determinadas formas econômicas.

A possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria, ou seja, a “Dominação” no sentido geral do poder, pode apresentar-se de diversas formas. Para não cair na armadilha da amplitude adjunta ao conceito apresentado, o autor segue focando em dois tipos principais.

Por um lado, a dominação em virtude de interesses como a monopolização do mercado ou a coalizão de grupos ao redor de um interesse específico (muito presente em fenômenos políticos contemporâneos) e por outro a dominação em virtude de autoridade, como a autoridade administrativa, por exemplo.

As formas de dominação baseadas em situações de interesse, muito próximas as formas apresentadas pelo poder do mercado sobre as relações sociais, podem facilmente transformar-se em relações de autoridade formalmente regulamentadas ou até mesmo apresentar-se, de forma associativa, no poder do mercado e no aparato coativo exercido pela entidade administrativa

É imprescindível fazer a associação entre dominação e administração, uma vez que toda dominação se manifesta e funciona como administração. Não obstante, toda administração necessita também, em certo do grau, da dominação, uma vez que para exercê-la há necessidade de que o poder se encontre nas mãos de alguém. (Weber, 1981)

Importante não enxergar toda forma de dominação administrativa como uniforme e hierárquica em um sentido verticalizado. Quando tratamos da administração diretamente democrática, por exemplo, podemos perceber seu caráter instável.

Quando se dá a diferenciação econômica, por exemplo, surge, de forma simultânea a possibilidade de os detentores de vantagens econômicas apoderarem-se das funções administrativas uma vez que estes podem afastar-se de suas atividades laborais e dedicar-se gratuitamente ou de forma muito barata a assuntos ligados a administração. (Weber, 1981)

Logo, aqueles que necessitam, por condições materiais de sobrevivência, dedicar-se ao exercício de sua atividade laboral integralmente, tendem a estar mais afastados de assuntos ligados a administração geral. Como diz weber:

“Quanto menos tempo disponível tem aqueles que exercem um trabalho profissional, tanto mais tende, numa situação de diferenciação social, a administração diretamente democrática a transforma-se numa dominação de bonoratiores” (Weber, 1981:93)

Logo, a capacidade de articulação de determinado grupo de atores envolvidos em um processo de disputa acerca de decisões que afetam profundamente a realidade de uma população, como a modificação em leis de proteção social, pode ser afetada, e em alguns casos determinada, pela posição destes dentro da estrutura econômica presente em tal sociedade.

DISPUTAS POLÍTICAS, DEMOCRACIA LIBERAL, DOMINAÇÃO E BUROCRACIA

Ao analisar fenômenos políticos modernos, percebemos que a disputa em torno de um determinado tema está crivada de debates, negociações e reorganizações de atores em diferentes grupos de coalizão ao longo do tempo. Isso traz a luz uma série de questões antes ignoradas, como atores políticos não considerados em abordagens mais tradicionais e o próprio conceito sobre o que é política. (DELGADO, 2009)

Não vamos nos deter aqui sobre este último, entretanto, vale debruçar de forma breve sobre as disputas que envolvem fenômenos políticos nos estados modernos e, sobretudo, nas democracias liberais.

Abordagens um tanto quanto tradicionais sobre o tema supracitado consideraram, em seus estudos, uma gama de atores muito reduzida. Com foco em coalizões parlamentares e ocupantes de cargos do poder executivo e líderes de coalizões tais perspectivas desconsideravam, ou ignoravam, diversos atores presentes e participantes de forma maior ou menor no jogo político

Uma abordagem interessante sobre o tema, utilizada no Brasil pela primeira vez no início do século XXI, foi a Advocacy Coalition Framework (ACF). Esta perspectiva metodológica, ao contrário de outras abordagens, não entende as decisões governamentais e seus possíveis impactos de maneira unilateral ou autocrática, mas sim assentada nos embates entre atores e agentes provocadores de rupturas e continuidades no interior do tema. (Jenkins-Smith, Hank C. 1994)

Além disso, a perspectiva da ACF entende que tais coalizões também se constroem a partir de mediações impostas pela sua própria época, como mudanças nas condições socioeconômicas dos trabalhadores, alterações na base de apoio governamental e decisões políticas exógenas.

O modelo destaca a importância da ampliação do “range” de atores analisados, tirando o foco da importância exclusiva da liderança dos grupos de coalizão e considerando outros atores como agências oficiais, legisladores de todos os níveis, pesquisadores e alguns jornalistas.

Um grupo de atores destacado por tal abordagem que gostaria de abordar brevemente com maior atenção é o de agentes oficiais e membros da burocracia estatal. Tal grupo está presente durante a maior parte dos processos que levaram a rupturas e continuidades de políticas públicas ligadas a suas respectivas áreas. (MESA-LAGO,2007)

Como weber bem destaca ao tratar da burocracia em seu texto sobre dominação, em estados urbanos com economias mais plenamente desenvolvidas, o grau de burocratização tende a ser maior e por conseguinte o grau de complexidade que tal estrutura toma muitas vezes ultrapassa o tamanho do estado, como é o caso das modernas democracias liberais.

Temos então uma burocracia que não só assiste passivamente a processos de disputas e decisões ligadas as suas áreas de atuação, mas que opera ativamente (de forma direta ou indireta) neste.

Mesmo no caso dos Estados Unidos, país com caráter de um Estado não-burocrático, pelo menos não no pleno sentido técnico que ainda conservam, vem a perder sua posição (também de maneira formal) pela estrutura burocrática, ao passo que aumentaram os possíveis focos de conflitos exteriores fazendo com que a necessidade da existência de uma administração homogênea no interior de seu território seja latente (Swaan, 1988).

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL, DISPUTAS E ATORES ENVOLVIDOS

Como supracitado, a ampliação do range de atores envolvidos em processos de transformação política é fundamental para a maior compreensão do mesmo. Assim como os membros burocracia, diversos outros atores oriundos dos mais diversos setores da sociedade se aglutinam, formam coalizões, e influenciam no processo de tomada de decisões. (DELGADO, I. G,2001)

Suas origens podem ser as mais diversas possíveis, desde grupos de parlamentares (envolvidos muitas vezes nas etapas finais das mudanças institucionais) a entidades representativas de setores sociais e burocráticos que lidam ou são afetados diretamente pelas consequências de tais modificações na forma como a sociedade se organiza.

Temos então que o processo de modificação institucional - seja na forma como a lei regulamenta uma determinada temática, na maneira como estado encara determinado problema ou na estrutura organizacional das instituições - não acontece de maneira unilateral e faz parte de uma série de negociações, imposições, concessões e talvez do processo de “dominação”

Ora pois, seria ingênuo pensar que o processo de construção da seguridade social e avanços nas leis de proteção do estado moderno, as quais iniciam a ganhar força no final do século XIX e aceleram em meados do XX, seja apenas relacionado ao bom caráter e a noção de justiça que as classes dominantes supostamente teriam.

Os esforços de setores representantes dos trabalhadores tiveram sim sua importância e não tenho intenções de aqui afirmar o contrário. Entretanto, os atores envolvidos os quais “realizaram concessões” as classes operárias, não as realizaram com a pura intenção de beneficiá-las sem obter nenhuma vantagem. O jogo político é bem mais complexo que a inocente afirmação de que a classe trabalhadora trilhou de maneira solitária seu caminho rumo a “era de ouro” do capitalismo na Europa e as demais coalizões de atores presentes no processo apenas aceitaram passivamente suas demandas uma vez que seria inevitável opor-se a elas. (Swaan, 1988)

Os empreendimentos que buscaram, ao longo da história, assegurar minimamente a subsistência e a reprodução da classe trabalhadora aconteceram com apoio ou nenhuma resistência de setores da classe dominante, assim como estiveram e estão direta ou indiretamente relacionados com a “dominação” no sentido weberiano da palavra.

Abram de Swaan ao buscar demonstrar o desenvolvimento e dinamismo da consolidação dos sistemas de proteção do social na Europa e nos Estados Unidos, traz a luz do debate diversos aspectos de importante reflexão, como a diferenciação entre pobre e pobreza.

Pobreza seria então algo distinto de um simples processo em que se acumula uma certa quantidade de riqueza produzida de forma desigual. Tampouco seria uma relação entre meios e fins. Acima de tudo é uma relação entre pessoas, a pobreza é um status social.

Ao passo que a pobreza se torna um elemento necessário para o manutenção de forças de “dominação”, no sentido compreendido neste artigo, traz também uma ameaça para o processo de acúmulo pacífico do capital.

A medida em que o acúmulo de riquezas oriundas da posse de meios de produção alarga-se de maneira exponencial, a mendigação e criminalidade também. Diante da constatação de distúrbios a marcha do acúmulo de riquezas por um setor abastado da sociedade, tornam-se necessárias algumas medidas de redução de danos capazes de manter a engrenagem maléfica da expropriação da força de trabalho funcionando.

A dialética entre pobreza e propriedade implica em uma interdependência estrutural entre os que tem mais e os que possuem menos (ou nada). Sem tais laços eles

teriam simplesmente ignorado uns aos outros e colidido em algum momento em conflitos pontuais assim como tribos primitivas viviam em um certo nível de anarquia fragmentada. (Swaan, 1988)

O ponto é que, para a manutenção da existência da pobreza como instrumento de dominação e a mitigação de suas nefastas consequências, algumas regras para distribuição do excedente tiveram que ser criadas, assim como a criação de formas de assistências que dessem conta do problema de pessoas em estado de maior vulnerabilidade.

Ao adotar medidas capazes de amenizar as condições dos mais atingidos pelas mazelas presentes na sociedade alguns critérios começam a ganhar certa relevância, a saber: Desabilidade, Proximidade e Docilidade. (Swaan, 1988)

Desabilidade (ou habilidade) está relacionada a capacidade do indivíduo de entregar o equivalente como parte de uma troca. Gratidão, orações, bençãos e devoção podem ser elementos de troca os quais camadas vulneráveis da sociedade utilizaram como moeda em diversos momentos na tentativa de garantir sua subsistência. Destaco aqui a existência de instituições de caridade gerenciadas por entidades religiosas.

Proximidade está relacionada com o lugar geográfico em que determinados grupos estão assentados em uma determinada comunidade. Afinal, o pobre que vive mais proximamente representa maior perigo. Este problema foi muitas vezes solucionado por “*chasing the poor away*” (Swaan, 1988)

Docilidade muitas vezes aparece no julgamento moral ou criminal de determinados indivíduos. Refere-se ao grau de passividade ou atividade com que os “*pobres*” buscam a redistribuição do excedente uma vez que são excluídos da mesma.

CONCLUSÃO

O que fazer e como lidar com pessoas em estado de vulnerabilidade sempre foi e sempre será um dilema nos modernos estados capitalistas e sociedades industriais. As estruturas que protegem tais camadas da população, estiveram e ainda estão sob olhar atento de diversas coalizões com os mais distintos interesses.

As estratégias adotadas por tais grupos podem ser motivadas direta ou indiretamente por fatores políticos, sociais, culturais e econômicos, mas todos estão relacionados ao processo de disputa na busca da prevalência de certas visões de mundo.

Recentemente, tal busca vem aliada muitas vezes de perspectivas liberais relacionadas ao papel do estado. Em muitos casos, o processo de demonstração do sistema de seguridade social das sociedades modernas se descola das razões as quais levaram a sua criação no período mencionado neste artigo e desconsidera as características nefastas que tal abandono da população vulnerável a própria sorte poder ter.

Quando cito tais consequências, considero inclusive distúrbios ao processo de acumulação de capital pelas classes dominantes, como supracitado ao tratarmos da origem do problema e as motivações que levaram a montagem de alguma (mesmo que mínima e insuficiente) estrutura de proteção social.

Diante disto, buscamos realizar uma breve introdução ao tema, uma vez que consideramos de extrema relevância o debate relacionado as razões pelas quais a criação dos sistemas de seguridade social se fez necessária e seu respectivo histórico, assim como suas consequências tanto para as classes mais vulneráveis como para as mais abastadas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

De Swaan, Abram. In care of the State: Health care and Welfare in Europe and the USA in the Modern Era. **Oxford University Press**, New York. 1988

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro, 1981

BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Zahar, 2002.

MELLO, Marinilzes Moradillo. Políticas sociais e políticas de bem-estar: algumas considerações. **InterfacEHS**, v. 2, n. 4, p. 1-20, 2007.

DELGADO, I. G. Previdência Social e Mercado no Brasil – A presença Empresarial na Trajetória da Política Social Brasileira, Editora LTr, 2001

MESA-LAGO, C. Aspectos Economicos- Financeiros de la Seguridad Social em America Latina y el Caribe, Santiago de Chile, Corporacion de Investigacion, Estudio e Desarrollo de la Seguridad Social.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

DELGADO, I.G “Cidadania, Nação e Desenvolvimento: anotações esquemáticas a propósito de um Brasil golpeado, que renuncia a si mesmo”. Revista Escuta, 2016

DELGADO, Guilherme; JACCOUD, Luciana; NOGUEIRA, Roberto Passos. Seguridade Social: redefinindo o alcance da cidadania. 2009.

Jenkins-Smith, Hank C., and Paul A. Sabatier. "Evaluating the advocacy coalition framework." *Journal of public policy* 14.2 (1994): 175-203.

ENTRE CARTAS E REQUERIMENTOS, AS CÂMARAS MUNICIPAIS MINEIRAS, E OUTRAS AUTORIDADES: A SAÚDE PÚBLICA EM DEBATE (1802/1805)

Pâmela Campos Ferreira ²¹

Resumo: A presente comunicação busca dar conta dos debates travados entre instâncias como as câmaras municipais e demais autoridades coloniais com a esfera régia de poder, tendo em vista a temática referente à saúde pública. Trata-se de cartas e requerimentos encaminhados ao monarca onde as temáticas relativas à saúde despontavam com protagonismo. Neste sentido, é comum aparecerem personagens ligados à tal área, tais como médicos, e cirurgiões a demandar certas questões junto à esfera régia. É preciso ainda apontar que as câmaras eram as responsáveis pela governação da saúde pública, portanto, toda e qualquer questão que abordasse a referida área estava sob jurisdição camarária.

Palavras-Chave: Saúde Pública, câmara municipal, médicos e cirurgiões.

Abstract: This communication seeks to account for the debates held between statements such as city councils and the Other colonial authorities with the regal sphere of power, in view of the issue related to public health. These are letters and requests sent to the monarch in which health-related themes emerged as a leading role. In this sense, it is common for characters linked to such area to appear, such as doctors and surgeons demanding a certain issue from the royal sphere. It is also necessary to point out that as chambers they were responsible for the governance of public health, therefore, any and all issues that addressed the area were under municipal jurisdiction.

Key words: Public Health, town hall, doctors and surgeons.

²¹ Doutoranda pelo PPG História UFJF, bolsista CAPES, e-mail para contato: pamelacamposf@hotmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

É preciso, inicialmente, considerar a complexa dimensão instituída entre autoridades coloniais tais como o governador da capitania e o ouvidor da comarca com determinada vereança, no que tange os debates travados em relação às pautas de saúde. Tendo em vista a existência de instâncias múltiplas no interior da arquitetura de poderes da colônia, Pedro Cardim assevera sobre a existência de não apenas uma administração, mas de muitas, afinal, “durante muito tempo a Coroa articulou-se com uma pluralidade de agentes administrativos, reconhecendo a sua presença e coexistindo com eles numa situação de singular complementariedade” (CARDIM, 2005: 54).

Partindo, portanto, de tais considerações, pela documentação por nós levantada, é muito clara a existência de tal plêiade de autoridades, com suas jurisdições e regimentos próprios convivendo no interior da capitania. E por “convivência” designamos os debates constituídos por essas esferas em relação a questões variadas (SLEMIAN, 2014: 26-33). Como apontado por João Fragoso, as câmaras se constituíam enquanto assembleias onde se discutiam e decidiam sobre os objetos relativos ao governo econômico da capitania. Segundo o autor as elites locais se entendiam como “um grupo com o privilégio de exercer o mando sobre a República” (FRAGOSO, 2007: 80-81), incluindo nessa “conta” o monopólio dos cargos camarários.

Dentre as múltiplas matérias que passavam por discussão nas câmaras, temos especial interesse pelas relativas à saúde, e neste sentido, sobre como a governação camarária tratava tal assunto. Por existirem outras autoridades, para além dos vereadores, no que tange à realidade da capitania, não raro tenderemos a perceber sua presença em assuntos levantados pelas municipalidades.

Um desses personagens seria o governador, afinal eles também atuavam numa dimensão intermediária, escrevendo relatórios e cartas, narrando os acontecimentos, construindo, assim, uma interação com o poder central (COSENTINO, 2009). Segundo Raminelli, a partir de meados do século XVIII, os governadores teriam certo protagonismo no que concerne a emissão de correspondência em capitanias como as da Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais (RAMINELLI, 2017: 390). Por outro lado, isso não implica dizer que as câmaras não sigam se configurando como espaços privilegiados de comunicação com o monarca, indica apenas, o fato de que figuras como os governadores,

até mesmo os ouvidores, formavam uma *engrenagem* de poder na América Portuguesa, engendrando centros decisórios plurais.

No que tange à capitania de Minas Gerais, e aos múltiplos poderes ali instituídos com suas distintas jurisdições, segundo Roberta Stumpf, o arranjo territorial e político se consolidava da seguinte maneira:

[...] o território foi dividido em comarcas (que correspondem à jurisdição do ouvidor, a principal autoridade judiciária), as primeiras vilas foram criadas concentrando as autoridades religiosas e civis (com as câmaras a ocupar o papel de destaque na dinâmica administrativa e também na simbologia da sua edificação). A partir de então se organizou também os corpos de ordenanças, força miliciana cuja hierarquia era eleita também pelos camaristas e sancionada pelo governador da Capitania.²²

Postas estas questões, é preciso que se destaque a intenção de partimos de uma análise documental de base governativa, com vias a pensar as matérias relativas à saúde ou o que se entendia como saúde àquela altura. Partimos, então de uma lógica administrativa e governativa – tal qual era a atuação das câmaras, por exemplo –, mas que possuía entre suas atribuições uma fiscalização e regulação sobre os objetos de saúde/salubridade.

Dentre uma intensa interlocução entre distintas esferas, é possível apontar uma preocupação, por exemplo, com o conhecimento de elementos que poderiam interessar ao poder central, tal era o caso de uma troca de correspondência entre o governador de Minas Gerais, Luís da Cunha Menezes com o secretário de Estado da Marinha e dos

²² Ainda segundo Stumpf, para que tal empreendimento se realizasse Albuquerque “convocou os homens principais da terra que no caso da futura Vila Rica eram aqueles que viviam em seus muitos e pequenos arraiais, separados pelas serras. Esses habitantes de maior envergadura formaram as primeiras Juntas que passaram a deliberar sobre a criação das vilas, mas também sobre a cobrança do quinto do ouro e os diretos de entradas de mercadorias e escravos. Nos sete anos que se seguiram, ou seja, de 1711 a 1718, foram criadas oito vilas no total, um número surpreendente se lembrarmos que a Capitania terá em 1798, somente 13 vilas e uma cidade”. Ver: STUMPF, Roberta. *A câmara de Vila Rica na segunda metade do século XVIII: ofícios e representatividade política*. In: GODOY, Scarlett O’Phelan, e GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez (orgs.). *El caso del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos*. Universidade Católica do Peru, Lima, p. 237 e 238, 2017.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Negócios Ultramarinos, informando sobre a descoberta, no distrito de Sapucaí, de uma fonte de água quente com “grandes qualidades terapêuticas”.²³

Nesta carta de 6 de setembro de 1786, o governador relatava existir no Distrito de Sapucaí da Comarca do Rio das Mortes “[...] umas águas termais tão virtuosas e úteis que tem curado entre várias moléstias a do grande mal de lepra que tanto persegue este continente americano”.²⁴ Além de tal apontamento, Luís da Cunha Menezes tocava em uma questão que entendemos ser de cabal relevância, tendo em vista a mudança paradigmática existente àquela altura no Reino, e de seus possíveis reflexos no ultramar. Neste sentido ele comentava sobre recomendações (assíduas) que vinham sendo feitas pelos comandantes dos Distritos da capitania de Minas Gerais, com o objetivo de levantar o máximo de conhecimentos da natureza, bem como do território.²⁵

Ora, a partir do sublinhado pelo governador – e devemos destacar que outros apontamentos relacionados à um esforço em se conhecer as terras, bem como suas fronteiras, entre outras questões nesse sentido, apareceriam outras vezes – é possível denotarmos um certo alinhamento com as premissas da ciência de polícia, então em voga em terras lusas, para a qual conhecer essas duas “entidades-objeto” como *população* (e seus comportamentos e hábitos) e *território*, seriam fulcrais para uma posterior intervenção (SUBTIL, 2013: 263).

Foi desbravando as terras, que a descoberta de tal fonte pôde ser feita. Por outro lado, não buscamos com isso dizer que seria possível defender a estruturação de um modelo como o instituído em Portugal, a ter lugar quando da virada do modo governativo, engendrando um Estado de Polícia na América Portuguesa. Eram realidades completamente distintas, e não há dúvidas sobre isso, apenas destacamos o fato de que alguns alinhamentos podem sim ser identificados com os pressupostos da ciência de polícia, na linha do *Traité de la Police* de Delamare, onde determinadas práticas de cunho

²³ AHU_ACL_CU_011, Cx. 125, Doc. 35 (6 de setembro de 1786): Carta de Luís da Cunha Menezes, governador de Minas Gerais, para Martinho de Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Ultramar, dando conta da descoberta, no distrito de Sapucaí, de uma fonte de água quente com grandes qualidades terapêuticas.

²⁴ Idem.

²⁵ É válido destacar que foi mediante esse esforço de conhecer o território de modo mais detalhado, que havia sido encontrado a tal fonte cujas águas teriam um poder milagroso. Ver: idem.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

interventivo, sobretudo em relação ao meio urbano, eram defendidas (SUBTIL, 2020: 19).

A polícia em sua concepção setecentista possuía uma notória vocação para intervir no público, numa lógica que ia além da mera manutenção das competências tradicionais, como as da garantia de uma determinada ordem, polícia a ser fortemente influenciada pela concepção cameralística (SUBTIL, 2020: 19).²⁶ Uma polícia que cobria várias “coisas”, pois muitas eram as áreas de interesse dessa governabilidade, e neste sentido, as riquezas naturais dos territórios, bem como os recursos, hábitos, climas, vegetação, temperaturas, relevos, dentre tantas outras dimensões passaram a centralizar a atenção das governanças, ganhando relativo protagonismo (SUBTIL, 2013: 259).

Partindo dessas considerações, entendemos que tais “recomendações”, como designado pelo governador da capitania mineira nos idos da década de 1780, podem sim ser caracterizadas como aproximações de algumas linhas expressas pela ciência de polícia. Ainda que de modo inicial e descontínuo, não raro, verificamos casos como este. De todo modo, é inegável o fato de ainda tratarmos de uma sociedade de Antigo Regime, com concepções embasadas na religião e nas superstições, como podemos verificar ainda nessa mesma carta. Num segundo momento, portanto, tendo em vista o “relatório” do governador encaminhado a Martinho de Melo e Castro (secretário de Estado da Marinha), o primeiro fala sobre um caso de extrema “ignorância” por parte do povo da região, dizendo: “Do mesmo lugar se havia uma ignorante notícia e bem própria de povo [...] de que naquele mesmo citio andava o diabo por ser visto aparecer por várias vezes lançar fogos tão fortes que haviam chegado a queimar os matos, e com o temível xeiro de enxofre”.²⁷

Voltando à informação relativa à fonte de água encontrada, o comandante João Almeida da Fonseca, meses antes do governador enviar sua carta ao secretário de Estado, enviara uma carta onde detalhava os fatos acerca de tal descoberta:

²⁶ Segundo Subtil, as concepções cameralísticas podem ser entendidas como “[...] modalidades de pensamento econômico – mercantilismo primeiro e fisiocratismo depois – cruzadas e combinadas com doutrinas políticas próximas à conformidade da razão de Estado que engendraram a *governamentalização* das populações e a manipulação do espaço político entre os finais do século XVII e inícios do século XVIII”.

²⁷ C. f. AHU_CU_011, Cx. 125, Doc. 35.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

[...] dou parte a Vossa Excelência em como neste Distrito daqui onze ou doze léguas apareceu um olho de água caldas legítimas, e tão quentes que se não pode aturar dentro dela, causa suores gravíssimos, tudo o que são feridas gálicas tudo sara com brevidade e sarou um quase lazaro já com empolas grandes por todo o corpo.²⁸

Em relação, pois, às questões relatadas pelo comandante da capitania – em sua interlocução com o governador – no que concerne a existência de “águas virtuosas”, as ditas colocações nos remetem ao universo da tradição galênica, e suas práticas de cunho mais associado ao mundo das superstições e do sobrenatural (LINDEMANN, 2010: 67-69). Neste sentido, portanto, ainda que a mudança paradigmática no Portugal da segunda metade do século XVIII tenha engendrado uma nova arte de governar, pautada em lógicas igualmente inovadoras, e em particular no que concerne à medicina, com todas as alterações na forma como o ensino era perpetrado e a crítica as práticas galênicas,²⁹ os entendimentos hipocráticos vigoravam plenos nos cotidianos dos sujeitos.

Pontuamos tais considerações, pois, pelo aferido da fala do comandante é possível asseverar a continuidade das práticas e crenças ligadas aos pressupostos de matriz hipocrático-galênico – no ultramar – na medida em que dizem ter curado um portador da lepra que ao mergulhar nessas águas teria se restabelecido do seu estado avançado da doença. Ora, a ideia de que essas águas teriam um poder curativo ou milagroso se vincula de modo direto aos postulados da tradição hipocrática. E além dela, ao próprio contexto de fé em que estas pessoas estavam ligadas, à suas crenças particulares e sobrenaturais. Ainda neste sentido, há que se considerar que partindo da perspectiva de uma ciência produzida e experimentada nos meios acadêmicos não seria possível se basear meramente em relatos esporádicos, mas por outro lado, se faria necessário a construção de métodos averiguadores de evidências de que aquelas águas possuiriam uma constituição benéfica em algum sentido.

²⁸ Idem, carta de João de Almeida da Fonseca em 15 de junho de 1786.

²⁹ Sobre tais alterações, elas podem ser identificadas, sobretudo quando da reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772. Neste sentido, sem dúvidas, os pontos de crítica mais elencados em relação ao ensino médico de matriz galênica, seria por um lado a forte cultura livresca dos médicos galênicos, de base puramente teórica e intelectual, e por outro, a distinção muito rígida e hierárquica entre os ofícios dos médicos e cirurgiões. Ver: *Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 – Livro III Cursos das Sciencias naturaes e filosóficas*. Coimbra, 1972 (Edição Fac-Símile).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

O próprio governador da capitania, Luís da Cunha Menezes, adota uma posição de não questionamento,³⁰ ao apenas relatar a Martinho de Melo e Castro a descoberta da fonte de “águas curativas”. No que se relaciona especificamente com o campo médico, se no Reino esse saber passava em meados do século XVIII por uma alteração profunda – uma das mais notáveis seria a do alinhamento entre a área da medicina e a da cirurgia –, na América Portuguesa as linhagens hipocráticas seguiam orientando as posições e entendimentos, em grande parte, dos indivíduos.

O exemplo acima citado se refere a um dos raros casos – em que a dimensão de cura ou a matéria do que poderíamos designar como próxima a saúde, na medida em que a fonte da qual se falava teria um poder de curar doenças e chagas –, em que o ponto central não orbita em torno dos *cargos*. Foi justamente sobre a definição do montante a ser pago ao médico da câmara de Sabará, que a vereança sabarense se dirige a esfera central em 27 de março de 1802, buscando delimitar o partido de 600 mil réis, que neste caso se efetuará pelo rendimento do papel selado.³¹ A câmara de Sabará argumentaria acerca da importância de se conservar a vida, cabendo ao príncipe:

O paternal cuidado não só fazer gostar aos seus vassallos dos úteis e saudáveis frutos da paz e sossego público, como ainda daqueles que fazem os necessários fundamentos para a estimável conservação da vida, e da saúde deles. Se esta virtude foi sempre congênita em todos os príncipes portugueses, ela reluz em Vossa Alteza em grão superior, como com admiração pasmosa estão vendo os leais vassallos de Vossa Alteza e ainda os mesmos que habitam a região remota da América, pelos muitos e incomparáveis benefícios e graças, com que os tem felicitado.³²

³⁰ E aqui nos referimos ao fato de que o governador não questiona – o que poderia ser feito pelo alinhamento a vias científicas – o caráter curativo da dita fonte. Ele simplesmente informa ao secretário de Estado da Marinha e do Ultramar sobre a descoberta dessa fonte no Distrito de Sapucaí da Comarca do Rio das Mortes. Poderia, por outro lado, caber ao secretário ou àqueles responsáveis por uma sondagem do dito riacho uma análise mais pormenorizada e mais próxima dos conhecimentos acadêmicos sobre o assunto. De todo modo, o imaginário social era muito apegado a crendices e superstições, subjazendo, assim, as opiniões e posições dos sujeitos da época, mesmo que no reino e em diversos outros lugares da Europa, “ventos” outros já tivessem se instalado, mais próximos de entendimentos de cunho científico.

³¹ O papel selado fora introduzido em Portugal em 1664, durante o reinado de d. Afonso VI, consistia numa cobrança do imposto do selo, sob a forma de um papel que possuía uma marca, como o selo branco e que servia para documentos oficiais. Embora fosse uma receita eventual, seu montante podia ser considerável.

³² AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27 (27 de março de 1802): Representação dos oficiais da câmara de Sabará, solicitando o estabelecimento do partido de 600 mil réis para um médico, pago pelo rendimento do papel selado.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Ao monarca era reservado, portanto, a obrigação de tratar das questões relativas aos “saudáveis frutos da paz e sossego público”, ideia que expressava um alinhamento aos pressupostos da ciência de polícia no quesito de que o rei *esclarecido* deveria trabalhar em prol do bem-estar dos povos, sendo amparado, evidentemente por funcionários e conselheiros (SUBTIL, 2020: 19). Segundo José Subtil, a *população*, deveria ser conceitualizada, na medida em que se invocava o tema da *felicidade*. Neste sentido, a *população* se torna um elemento central na tratadística de polícia, bem como o seu aumento, as melhores formas de garantir sua subsistência, a qualidade da circulação de produtos e homens, e o que nos interessa sobremaneira, as questões relacionadas a saúde, afinal para se alcançar a tão desejada *felicidade pública*, os homens deveriam gozar de boas condições de vida (SUBTIL, 2020: 19).³³ Cabia, assim, em última instância, a esfera central, leia-se aqui, o monarca, a garantia das melhores formas de vida que seus súditos poderiam ter.

Dizemos isso, exatamente pelo fato de que como apontado pela vereança sabarense, ao monarca português cabia assegurar a conservação da saúde pública, e isso implicava, necessariamente, na atuação de médicos ou cirurgiões, o que por sua vez, demandava um ordenado a ser estipulado. Este era o caso levantado pela câmara de Sabará, que sublinhava os seus objetivos como sendo o respeito “[...] ao benefício público da vida, e saúde, de que precisam os mesmos povos para *aumento e conservação da monarquia* naquele Estado” [grifo meu].³⁴

A câmara se colocava numa posição de defensora do “benefício público da vida e saúde”,³⁵ como a instância a assegurar, no nível local, as medidas necessárias para uma boa condição de vida dos povos. Neste sentido, ela destacaria a falta de “hábeis médicos”,

³³ Idem, p. 20.

³⁴ É possível, assim, localizar discursos por parte da vereança, ou de alguma outra instituição, que apontam para a defesa de uma atuação que tenha como objetivo máximo e último, o aumento dos súditos, e como já comentado, isso passava, obrigatoriamente, pela via da saúde pública. C. f. AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

³⁵ Além de se colocar nessa posição, a câmara de Sabará emendaria dizendo “Tendo sido até o presente assaz saudável o clima de Minas Gerais, não deixam os seus habitantes de padecer enfermidades graves, e muito principalmente os que trabalham na agricultura e mineração. Se alguma moléstia ataca algum destes indivíduos, é qualidade admirável não sucumbir ao favor dela. E quando por acaso inesperado escapar do maior ataque, ficam pela maior parte inválidos até acabar a vida, o que tudo procede da sensível falta de médico de hábil, que haja de administrar o competente curativo [...]”. Ver: idem.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

o que resultaria num grande número de curadores, “cirurgiões que nunca viram um hospital, por quanto não saíram deste mesmo país de sua naturalidade”.³⁶

Segundo a vereança, o problema acarretado pela falta de médicos não existiria em regiões como a capital Vila Rica.³⁷ De todo modo, o que é de interesse sublinhar é a “casualidade inesperada” com a que apareceu “nesta vila o hábil médico o doutor Manoel Bernardes Pereira da Veiga”.³⁸ Dando conta sobre o grande número de enfermos, e a ausência de médicos na região, a vereança sabarense discorreria:

Logo que chegou, e sem que tivesse alguns dias de sossego foi procurado na própria casa de sua habitação por um grande número de enfermos, e de alguns daqueles estragados de remédios impróprios, e com uma doce afabilidade e compaixão admirável atendeu a todos, dando-lhe receituários para os respectivos curativos, e com tanta felicidade que até o presente tem sido raro o que não tem conseguido o restabelecimento da saúde perdida. E o mais é que continua a curar os pobres, até assistindo-lhes a sua custa com remédios, e sem outro interesse do que ser útil a humanidade.³⁹

A câmara, portanto, não apenas deixava claro a existência de muitos enfermos (o que poderia ser consequência da falta de médicos), como aponta a necessidade em se estabelecer um partido para médico. É interessante quando se referem aos que adoeceram em decorrência de “remédios impróprios”, pois certamente a referência aqui se dava aos curadores e suas mezinhas, vistos como inferiores quando comparados aos medicamentos europeus. Além disso, é possível deprendermos a atuação dos chamados *agentes das artes de curar*, (RIBEIRO, 1997: 90) provavelmente, eram eles os que aplicariam tais remédios, se utilizando de uma farmacopeia de base natural.⁴⁰

³⁶ Idem.

³⁷ Sobre tal questão a câmara de Sabará afirmaria que a vereança de Vila Rica teria a “felicidade de [possuir] ali não só um, como dois, outros médicos. Na comarca do Serro há igual número. E na do Rio das Mortes, se não tem dois como já teve, tem agora um.” Ver: idem.

³⁸ Idem.

³⁹ A câmara ainda pontuaria “a grande necessidade que tem o país de um médico hábil, e de comportamento igual, como o que se acha neste já ciência, já para a caridade, e de interesse tem inspirado a todos o grande empenho de o persuadir a fazer o seu estabelecimento e residência nesta vila, e esta câmara por bem da utilidade pública, conformando-se com os mesmos sentimentos acredita não poder fazer melhor escolha”. Ver: idem.

⁴⁰ Em relação aos medicamentos, a câmara de Sabará solicitava – além do estabelecimento do partido do médico – uma despesa no valor de 100 mil réis para a assistência com os remédios à população pobre. Neste Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Partindo da perspectiva da estruturação do cargo de médico para Sabará, a vereança se preocuparia com o próximo passo, sobre como pagar o ordenado de tal funcionário. É forçoso destacar o entendimento de que o valor deveria ser, no mínimo, substancial, para que atendesse as necessidades do médico, bem como os atraísse a atuar no dito cargo. Ainda segundo a carta da câmara, o partido que se costumava pagar era o de 180 mil réis por “faculdade régia”, em tempos remotos, no entanto, tal soma seria muito insuficiente nos idos dos anos 1800, o que demandava, por sua vez, em maiores esforços a serem despendidos tendo em vista a conservação de cargo tão importante.⁴¹

Ainda neste sentido, a vereança argumentaria que o médico que atuava junto à câmara de Sabará, se mudou para a comarca do Serro Frio, “descontente não só da tenuidade do partido, como porque seu pagamento foi sempre incerto, ou tardio pela impossibilidade que havia”.⁴² Há ainda que se considerar, despesas em outros ramos, como as relativas à criação de enjeitados. Com isso, as somas a serem despendidas no pagamento do ordenado do médico – sendo ele mais um funcionário da câmara, entre outros – (WOOD, 1977: 58)⁴³ estava longe de contar como a única despesa camarária, ainda que fossem consideradas de grande importância, outras temáticas também estavam presentes nas pautas dos poderes locais (FIORAVANTE, 2015: 323-347).

É preciso que façamos uma breve ponderação em relação, não apenas a este caso como a outros neste mesmo sentido. Segundo Laurinda Abreu, desde o reinado de d. Manuel I em meados do século XV, poderíamos assistir a emergência de uma série de

sentido, o ouvidor (figura que viria a entrar nesse debate, como a frentes e verá) entendia ser inconveniente tal aplicação, pois “a riqueza e fertilidade deste país, principalmente nos reinos vegetal e mineral oferece a um professor hábil quanto é preciso, para acudir as moléstias ordinárias sem recurso as Boticas”. Ver: C. f, AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

⁴¹ Sobre os valores a câmara diria, *ipsis litteris*, “Como porém, o estado de decadência e de pobreza em que se acha atualmente o país tem conduzido a pobreza e a necessidade de uma imensa parte de habitantes, a quem sendo impossível satisfazer, ou remunerar o trabalho a um professor que lhe assista, caminham para a morte ao desamparo; e a porção de 180 mil réis por faculdade régia foi permitida em tempos muitos a esta câmara para o partido de um médico, é muito tênue para a conservação deste, porquanto a subsistência presente depende de maiores esforços e despesas, do que naqueles remotos tempos, e que por isso mesmo se tem experimentado a perto de 20 anos a falta de um médico, pois não tem havido um que quisesse vir residir nela”. Ver: C. f, AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

⁴² *Idem*.

⁴³ Segundo Russel-Wood, não raro, as câmaras requeriam indivíduos para exercerem determinadas funções, de acordo com as demandas institucionais. Então, se por um lado, pagavam salários ao porteiro, alcaide, tesoureiro, escrivão, entre tantos outros, por outro, elas também pagavam os ordenados dos médicos de partido, pois estes também se configuravam como *funcionários* da câmara, ainda que com funções completamente distintas em relação aos primeiros. Tal pagamento se daria nos municípios onde se fixavam tais cargos, pois como estamos a apontar, eles não eram comuns em todas as regiões.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

medidas que visavam uma assistência a presos, pobres e crianças desamparadas. Para que tais postulados assistenciais se concretizassem seria necessário o envolvimento dos poderes locais. Às câmaras, assim como às Misericórdias caberiam os encargos da intervenção social assistencialista (ABREU, 2005: 127-138). A manutenção por parte dos poderes locais, por exemplo, de cirurgiões e médicos, pode ser considerada como uma forma de assistir às populações pobres dos municípios.

Poderíamos concordar com esse primeiro diagnóstico, o de que nas primeiras décadas do século XVIII as receitas camarárias ficavam isentas de determinados ônus. Em alguns casos pode-se perceber as reclamações de médicos e cirurgiões por não terem tido seus ordenados pagos, ou por estarem atrasados. De todo modo, ainda no século XVIII, o caráter do exercício médico ou dos cirurgiões tendia a se inscrever no quadro assistencial. A partir dos anos finais do Setecentos, os discursos quer da vereança, ou de qualquer outra autoridade, se encaminharam à defesa de postulados como os da “utilidade pública”, “benefício público”, e “aumento e conservação da monarquia”.⁴⁴ Poderíamos, assim, sublinhar que a própria saúde pública (e seus agentes) ganhariam contornos mais centrais, muito para além da mera chave assistencial.⁴⁵

Com isso, argumentamos que concordamos com Laurinda Abreu, quando a autora destaca o alto grau de assistencialismo quando pensamos nas práticas médicas, e dos curadores de uma forma geral, sobretudo, ao logo dos séculos XVI, XVII, e XVIII, e de como às câmaras, assim como às Misericórdias, caberia uma intervenção (no meio social) de caráter assistencial, ficando as segundas com a maior responsabilidade de estruturar tais assistências. Por outro lado, em particular, a partir das décadas finais do Setecentos, e no alvorecer do século XIX, tendo em vistas as cartas, requerimentos e petições presentes nas comunicações políticas com o monarca, podemos afirmar que a saúde pública, enquanto área, passa a não mais se configurar como um objeto ligado à assistência. Tratamos, assim, de um processo de *mudança*, na medida em que para se

⁴⁴ Como já asseverado em algumas passagens do presente capítulo, estes termos traduzem, de certa forma, um novo momento, exatamente por estarem associados às linhas gerais da ciência de polícia. Portanto, a utilidade pública, bem como o aumento da monarquia, o bem-estar e felicidade são algumas das novas expressões, vinculadas à mudança paradigmática instituída.

⁴⁵ A partir da análise de alguns casos tal questão poderá ir se afirmando de modo mais efetivo. Ainda assim, é válido considerarmos os exercícios de médicos e cirurgiões como próprios de um campo de assistência, até meados do século XVIII, pois, pelas lógicas inovadoras estabelecidas pelo Estado de Polícia, à área da saúde seria concedida uma determinante importância, afinal só se pode falar em *aumento da monarquia* quando se considera a saúde como elemento central.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

concretizar o fim último do aumento da monarquia, por exemplo, deve-se considerar a saúde, enquanto tema fundamental.

Neste sentido, a própria câmara de Sabará ao defender a estruturação de um ordenado ao médico, afinal, ele seria o agente responsável pela “conservação da vida, e da saúde”,⁴⁶ levantava indícios de que o estabelecimento de tal cargo, de forma efetiva, seria a maneira mais adequada de tratar os muitos doentes da região. Tendo em vista, portanto, a “conservação da saúde dos povos”, seria preciso também, a fixação do lugar de um boticário que pudesse preparar os medicamentos receitados pelo médico.⁴⁷

A vereança rogava, assim, junto ao rei poder estabelecer uma renda anual no valor de 600 mil réis para o médico Manoel Bernardes Pereira da Veiga, ou para outro qualquer que por ali aparecesse. Partindo de uma chave de negociação, a câmara de Sabará propunha ao monarca que o ordenado do médico fosse constituído da soma adquirida do rendimento do papel selado e do subsídio voluntário,⁴⁸ sendo 300 mil de cada um deles.⁴⁹

A proposta enviada em 27 de março de 1802, contava com a súplica da câmara de Sabará, no sentido de que a esfera régia aprovasse a quantia estipulada em 600 mil réis para o pagamento de um médico de partido, afinal os vassalos do ultramar, que sempre foram “fiéis e amantes de um príncipe tão piedoso, nunca se esqueceram de interceder ao Todo Poderoso pela saúde de Vossa Alteza, de toda a família real, e pelo aumento da monarquia”.⁵⁰ Uma aparente “solução” apareceria no horizonte, e ela viria do ouvidor António Luiz Pereira da Cunha, cerca de três anos depois da carta enviada a D. João VI pela câmara sabarense.

O dito ouvidor, em 20 de março de 1805, se dirigiria a D. João VI apontando a real necessidade do estabelecimento do cargo de médico de partido naquela vila, no

⁴⁶ Mais do que apenas prestar uma assistência, é possível identificar um entendimento de que os médicos, bem como os cirurgiões, estavam inscritos no *louvável* quadro da conservação da vida, isto é, eles eram as autoridades em matéria de enfermidades, tipologias destas, farmacopeia indicada, e terapêutica. Ver: C. f, AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Os subsídios voluntários ou donativos gratuitos eram taxas exigidas pela Coroa com uma forma de contribuição extra, com o objetivo de atenuar situações extraordinárias, como guerras e catástrofes naturais, como, por exemplo, o terremoto de Lisboa de 1755. Tais subsídios seriam, então, mais um tipo de imposto, dentre tantos outros.

⁴⁹ C. f, AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

⁵⁰ Idem.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

entanto, tendo em vista a impossibilidade de pagarem os 600 mil réis apenas pelos rendimentos da câmara (afinal, ela estava endividada), o magistrado proporia uma alternativa para a questão. A proposta era a de que a câmara municipal de Vila Nova da Rainha concorresse, isto é, dividisse o valor em duas partes, podendo usufruir também do exercício do médico, de modo que seus habitantes não precisassem “hir procurar tão longe como seja a Vila Rica e Mariana”.⁵¹

Atento ao fato de que o príncipe se desvelava no interesse “pelos bens e felicidade destes povos”⁵², o ouvidor esperava o atendimento de sua súplica, em consonância ao já abordado pelos oficiais camarários sabarenses, três anos antes. A carta do ouvidor Antônio Luiz Pereira da Cunha encaminhada a D. João VI, em março de 1805, tinha como cerne central, a informação acerca da decisão do magistrado que “atendendo a utilidade pública” concordava em fixar o partido do médico como sendo no valor de 600 mil réis, divididos entre as vereanças de Sabará e a de Vila Nova da Rainha, cabendo a primeira o dispêndio de 350 mil e à segunda o de 150. Nesta complexa trama de poderes, cada personagem se movimentava em prol de uma determinada questão. Neste caso, em específico, o ouvidor, ao que parece, se alinha às solicitações da câmara de Sabará, ainda que algumas alterações pudessem ter sido introduzidas.⁵³

Mas de um modo geral, ele defende a necessidade e urgência na estruturação de um cargo de médico de partido, afinal, os fins últimos a serem visados eram os da “conservação da vida” e a efetivação daquilo que se designa como “utilidade pública” (SILVA, 2003). Portanto, o entendimento sobre o quão vital era que se fundasse tal cargo, nos parece claro ao longo das considerações feitas por tais atores. O desafio se daria no campo prático, isto é, por qual modo seria possível formar o ordenado a ser estabelecido, afinal, era preciso “atrair” médicos para “sertões” afastados das capitais.

As câmaras eram, portanto, uma das personagens presentes e ativas nas comunicações com os órgãos centrais, no que tange, particularmente a saúde pública.⁵⁴

⁵¹ C. f. AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

⁵² C. f. AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

⁵³ Uma delas é a referente à não concordância com o dispêndio de 100 mil réis com medicamentos na assistência que se prestava aos carentes, e outra, no que concerne à proposta de divisão do montante entre as câmaras, “aliviando” o orçamento sabarense. Ver: idem.

⁵⁴ Embora outras autoridades se apresentassem também, como os ouvidores, governadores e procurador da comarca. O que, de todo modo, aponta para a já sublinhada trama de poderes, e jurisdições estruturados na colônia. Muitos eram os centros de decisão.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

E para que não esqueçamos a saúde enquanto um dos temas centrais era já uma questão levantada desde a célebre obra de Delamare, passando por António Nunes Ribeiro Sanches, e por outros tratadistas,⁵⁵ que equacionaram a *polícia médica* como estando no âmbito do governo (SUBTIL, 2013: 295). As autoridades ultramarinas e reinóis, tenderiam a estar mais alertas com as temáticas relativas à saúde, sobretudo as que envolviam doenças.⁵⁶ É válido considerar que na América Portuguesa, as câmaras eram as responsáveis pelos processos de fiscalização dos trabalhos de médicos, cirurgiões, e curadores, bem como sobre as questões de carácter sanitário, fato a ser alterado quando da vinda da família real em 1808, momento em que a Fisicatura-mor assumiria tais funções.

⁵⁷

FONTES:

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – Projeto Resgate

AHU_ACL_CU_011, Cx. 125, Doc. 35.

AHU_ACL_CU_011, Cx. 162, Doc. 27.

Estatutos da Universidade de Coimbra de 1772 – Livro III Cursos das Sciencias naturaes e filosóficas. Coimbra, 1972 (Edição Fac-Símile).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Laurinda. *Câmaras e Misericórdias. Relações políticas e institucionais*. In: CUNHA, Mafalda Soares da & FONSECA, Teresa. *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Lisboa: Edições Colibri e CIDEHUS – EU, 2005.

CARDIM, Pedro. *Administração e governo: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime*. In: BIACALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.).

⁵⁵ Exemplos como José Pinheiro de Freitas Soares, Tomás Valeriola, Valentin Foronda, Johann Heinrich Gottlobs Von Justi, Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Francisco Tavares etc.

⁵⁶ O exemplo apresentado no caso da varíola era representativo disso, de um esforço conjunto entre as autoridades coloniais e as reinóis no sentido de conter o avanço das bexigas, sendo a inoculação a solução mais efetiva.

⁵⁷ A atuação das Fisicatura no Brasil se daria do período em que ela aporta com a família real em 1808 até 1828, quando já no contexto da monarquia constitucional, viria a ser abolida, e às municipalidades retornariam as atribuições do que concernia à saúde pública/salubridade.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

COSENTINO, Francisco. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias.* São Paulo, ANNABLUME/FAPEMIG, Belo Horizonte, 2009.

FIORAVANTE, Fernanda. *Às expensas das câmaras: um estudo sobre as despesas municipais de Vila Rica e de São João del Rei na primeira metade do século XVIII.* Cadernos de pesquisa, Uberlândia, v. 28, nº 2, jul-dez, 2015.

FRAGOSO, João. *Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600/1750).* In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 80-81.

LINDEMANN, Mary. *Medicine and Society in Early Modern Europe.* Second Edition. Cambridge University Press, 2010.

RAMINELLI, Ronald. *O poder político das câmaras.* In: FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII.* Estudos históricos: Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

RUSSEL-WOOD, J. A. *O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural.* In: Revista de História, ano XVIII, vol. LV, São Paulo, 1977.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *Tradição e reforma na organização político-administrativa do espaço: Portugal, finais do século XVIII.* In: JANCSÒ, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação,* São Paulo: Hucitec, 2003.

SLEMIAN, Andrea. *As Leais Corporações.* Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano L, nº 2, pp. 26-33, Jul-Dez, 2014.

STUMPF, Roberta. *A câmara de Vila Rica na segunda metade do século XVIII: ofícios e representatividade política.* In: GODOY, Scarlett O'Phelan, e GARCÍA, Margarita Eva

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Rodríguez (orgs.). *El ocaso del Antiguo Régimen en los Imperios Ibéricos*. Universidade Católica do Peru, Lima, 2017.

SUBTIL, José. *Actores, Territórios e Redes de Poder, entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Biblioteca de História do Direito, coordenada por Ricardo Marcelo Fonseca, editora: Juruá, 2013.

_____ *Estado de Polícia, Revolução e Estado Liberal (1760/1865): “Em homenagem a António Manuel Hespanha”*. In: Cadernos do Arquivo Municipal, nº 14, Jul-Dez 2020.

_____ *O direito de polícia nas vésperas do Estado liberal em Portugal*. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (coord.). *As formas do direito: ordem, razão e decisão*. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

ENTRE O CRIME E A LEI: AS PRÁTICAS DE INFANTICÍDIO NO PERÍODO REPÚBLICANO

Micheli Rosa⁵⁸

Resumo: Na Antiguidade a ação de matar o próprio filho não se constituía como um crime, por sua vez, a partir das legislações do século XIX há uma criminalização dessa prática, mas nota-se um abrandamento do crime. Assim, o presente trabalho pretende analisar a legislação na primeira República sobre o delito de infanticídio, bem como a construção discursiva sobre a mulher e o crime. Desta forma, pelo prisma do campo da História Cultural buscamos: a) pensar a questão de gênero e a legislação; b) contexto de mudanças políticas e culturais no período. Para isso, utilizamos como fonte de pesquisa o Código Criminal do Império do Brasil (1830) e o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil (1890) e os comentários de juristas brasileiros sobre o código republicano. Respalda-se nos estudos de Pedro (2003), Esteves (1989) e Hentz (2013) entre outros.

Palavras-chave: Legislação; estudos de gênero; maternidade

Abstract: In antiquity the action of killing one's own child was not a crime, in turn, from the laws of the nineteenth century there is a criminalization of this practice, but there is a slowdown in crime. Thus, the present work intends to analyze the legislation in the first Republic on the crime of infanticide, as well as the discursive construction on women and crime. Thus, through the prism of the field of Cultural History we seek: a) to think about the issue of gender and legislation; b) context of political and cultural changes in the period. For this, we used as a research source the Criminal Code of the Empire of Brazil (1830) and Penal Code of the United States of Brazil (1890) and the comments of Brazilian jurists on the Republican code. Based on the studies of Pedro (2003), Esteves (1989) and Hentz (2013) among others

Keywords: Legislation; gender studies; motherhood

⁵⁸ Mestranda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG. E-mail: michelly.hist@gmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

INTRODUÇÃO

Este trabalho dedica-se a refletir e analisar a lei em relação as práticas costumeiras das classes populares, pois compreende-se que a normatização imposta pela classe burguesa não era recebida e realizada da mesma forma por outras classes sociais, como alerta Esteves (ano).

Neste sentido, observa-se que no final do século XVIII para o século XIX os discursos sobre as mulheres tomam novos contornos e projeções sobre a sua função social na sociedade. A mulher passará a ter grande relevância para a construção da nação e no seio familiar. Por isso, a educação para as jovens moças deveria focar em como ser uma boa mãe e esposa. Em contraposição a essa visão as mulheres que desviassem da sua natureza em ser mãe eram consideradas anormais.

A representação da mulher perpassa a também na construção da legislação. O primeiro Código Penal Brasileiro da, então, recente República traz visões sobre o feminino como, por exemplo, a questão da honra e, conseqüentemente, impõe uma forma de como as jovens devem se comportar.

Na historiografia brasileira percebe-se o uso de fontes documentais da esfera jurídica para analisar o cotidiano das classes subalternas. Entretanto, neste trabalho lançamos um olhar atento para a legislação da Primeira República Brasileira em conjunto com os estudos historiográficos sobre a concepção da mulher no período em questão. Para não estender o trabalho foi selecionado apenas o Código Penal Brasileiro de 1890, especificamente, o artigo que aborda sobre o crime de infanticídio.

Ademais, o trabalho respalda-se na História Cultural e os estudos de gênero para compreender a relação entre a lei, o crime e as práticas femininas. Por isso, utilizamos os estudos de Esteves (1989), Caulfield (2000) e Banditer (ano) para guiar a reflexão.

AS PRÁTICAS FEMININAS E A LEGISLAÇÃO: CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DE 1890

Nesta seção busca-se analisar uma prática feminina denominada pelas legislações como infanticídio. Desta forma, atenta-se apenas, especificamente, para o primeiro Código Penal, 1890, do período republicano no Brasil.

Compreende-se que em diferentes culturas a prática de eliminar uma criança estava presente na sociedade e não eram considerado um crime, ou seja, não havia punição para os envolvidos no ato. Como pontua Pedro (2003), a prática de infanticídio tinha um respaldo coletivo e eram realizados os mais variados meios para eliminar a criança, mas salienta-se que os motivos também são variados ao longo do tempo.

Antropólogos tem-nos informado sobre a prática de eliminação de recém-nascidos em diferentes povos, possivelmente aplicada como último recurso, quanto tentativas contraceptivas e abortivas não surtem efeito. Dentre estas: a de não lavar a criança recém-nascido; a de esmagar a cabeça da criança com uma pedra; a de jogá-la no chão [...]. (PEDRO, 2003: 23)

O estudo de imagens de famílias e crianças realizado por Àrie (1981: p.17) permite compreender a construção do conceito de infância ao longo do tempo. O autor demonstra que as crianças não eram vistas como um sujeito com necessidades próprias, mas, sim, como adultos em miniatura. A ausência do sentimento pela criança colabora para entender como as práticas de infanticídio eram toleradas em períodos anteriores a era moderna,

O infanticídio era um crime severamente punido. No entanto, era praticado em segredo, sob forma de um acidente: as crianças morriam asfixiadas naturalmente na cama dos pais, onde dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou para salvá-las, tornando-se um infanticídio tolerado. As pessoas se divertiam com a criança Pequena como com um animal de estimação, um sentimento superficial, “a paparicação”.

A construção da infância como um ser que necessita de cuidados e proteção, surgem no final do século XVII e início do XVIII. Neste percurso um novo conceito sobre a mãe também foi desenvolvido ao longo do século. Observa-se que o sexo feminino no final do século XVIII para o XIX era associado ao seu aparelho reprodutor e a capacidade em gerar filhos. Neste sentido, os valores iluministas, como pontua Badinter (1985),

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

destacaram a mulher para além da sua fragilidade a colocando em um pedestal, ou seja, com uma função importantíssima na sociedade. Soihet (1997) comenta a construção discursiva dos filósofos sobre as mulheres:

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade (SOIHET, 1997: p. 9).

Dentre os filósofos destacamos Jean-Jacques Rousseau que colaborou para a construção da mentalidade sobre a mulher e a maternidade. Na produção Rousseauniana, *Émile*, por exemplo, encontramos ideias que relacionam a maternidade como algo divino, essencial e, principalmente, atrelado a felicidade e ao sacrifício.

Desta maneira, observa-se a conceituação de uma prática popular feminina com um olhar crítico, especialmente, para a legislação que buscou regular e punir as mulheres que cometessem essa prática.

Ao lidarmos com o crime estaríamos lidando com uma relação individual aberrante, pouco expressiva dos padrões de conduta ou das tensões reais de uma determinada sociedade? A história da criminalidade seria quando muito uma história do desvio, daquilo que a sociedade repele intensamente? Parto de outro ponto de vista, ou seja, de que, se aprendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais (FAUSTO, 1984: p.17).

A proclamação da República significava para os juristas a oportunidade de reestruturar as instituições jurídico-penais a partir das ideias da escola positivista do direito. Elaborado por João Baptista Pereira, foi aprovado às pressas, antes da nova Constituição (1891) e com o congresso fechado. O intuito parece, segundo Hentz, uma tentativa de marcar “o início de uma nova era, mais moderna e civilizada; a abolição da pena de galés

e da prisão perpétua – as chamadas “penas bárbaras” – são um exemplo disso” (HENTZ, 2013, p.76). Entretanto, a forma como desenrolou-se a redação e a falta do debate para a construção do código foi criticada por vários juristas que abordaram as falhas existentes na legislação, principalmente, porque a concepção que norteava o código atrelava-se à Escola Clássica. Este conjunto de normas penais permaneceu vigente por cinquenta anos e sofreu várias críticas ao longo da sua existência, podemos mencionar o comentário de João Vieira de Araujo ao referir-se ao código como “defeitnosissimo código que temos” (ARAUJO, 1901: p. III).

Dentre as práticas realizada pelas mulheres previstas pela legislação como um crime é o infanticídio. Este é tipificado no incurso no artigo 298, do Código Penal, de 1890, referente, em síntese, ao infanticídio – ação de matar um recém-nascido logo após o parto. Nesta legislação, alguns elementos diferem-se da sua predecessora, principalmente em relação a pena, como veremos. Vejamos como foi tratado o crime, a partir do primeiro Código republicano, na seção do título X, dos crimes contra a segurança de pessoa e vida:

CAPÍTULO II

DO INFANTICÍDIO

Art. 298. Matar recém-nascido, isto é, infante, nos sete primeiros dias de seu nascimento, quer empregando meios directos e activos, quer recusando a victima os cuidados necessarios á manutenção da vida e a impedir sua morte:

Pena – de prisão cellular por seis a vinte e quatro annos.

Paragrapho unico. Si o crime for perpetrado pela mãe para occultar a deshonra propria:

Pena – de prisão cellular por tres a nove annos⁵⁹

Observa-se alguns elementos importantes que caracterizam o crime como, por exemplo, a definição, o sujeito da ação e a dosimetria da pena. Os elementos citados diferenciam do código anterior, de 1830, pois no código imperial o crime de infanticídio não era tão

⁵⁹ Código Penal Brasileiro de 1890. Para efeito de citação a grafia original da documentação foi mantida.

claro em sua tipologia. Para a compreensão trazemos o código Penal de 1830 para a comparação, sendo o infanticídio tipificado da seguinte maneira:

SECÇÃO II

Infanticidio

Art. 197. Matar algum recém-nascido.

Penas - de prisão por tres a doze annos, e de multa correspondente á metade do tempo.

Art. 198. Se a propria mãe matar o filho recém-nascido para occultar a sua deshonra.

Penas - de prisão com trabalho por um a tres annos.

Art. 199. Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.

Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos.

Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada.

Penas - dobradas.

Art. 200. Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.

Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos.

Se este crime fôr commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes.

Penas – dobradas (SIC)

O código republicano (1890), primeiramente, define melhor o que é o infanticídio “Matar um recém-nascido, nos sete primeiros dias”, assim a perpetração do crime leva em consideração os primeiros dias do nascimento da criança e, conseqüentemente, delimita o infanticídio do homicídio. O “limite expresso pela quantidade de dias de vida da criança se deu devido a necessidade de se diferenciar o infanticídio do homicídio, sendo que o primeiro sempre foi tratado nos Códigos Brasileiros com penas menores que o segundo” (VÁZQUES, 2005: p. 101).

Estipular a circunstância e o entendimento sobre infante foi decorrente da preocupação em caracterizar o crime de infanticídio em relação aos outros crimes, por isso o saber médico começa a ser recorrente no sistema judiciário e por meio de exames periciais seria

possível constatar o tempo de vida do infante, bem como a causa da morte. Desta forma, verifica-se a presença da medicina em casos processuais como na investigação através do exame cadavérico.

No século XIX, a medicina lança um olhar mais atencioso sobre o corpo feminino. O saber médico dedicou-se, nesse período, a compreender o funcionamento, principalmente, dos órgãos femininos e a questão da sexualidade. Percebe-se que o sexo passou a ter uma relação intrínseca com a mulher e, conseqüentemente, colaborou para a consolidação da diferença entre sexo-gênero. Entendeu-se, assim, que a mulher estava totalmente dependente do corpo e por possuir um sistema “frágil e desequilibrado”, de origem sexual, causava problemas psíquicos, delírios, histeria entre outros. Para Martins, a estruturação desse sistema advém da contribuição da ciência e da medicina, já que ambas “reconheciam as diferenças sexuais, mas atribuíram à mulher a predominância do sexo, não só na materialidade física do corpo, mas como um verdadeiro estigma que marcava sua total existência” (MARTINS, 2004: p. 111). Neste sentido, como dito anteriormente, percebe-se o estreito laço entre a Medicina e o Direito para compreender as práticas de infanticídio e aborto, pois somente em um estado fora do normal uma mulher cometeria um ato contra o próprio filho.

Outro ponto importante no artigo do Código Penal refere-se à ação das pessoas envolvidas no caso de infanticídio, porém era previsto a diferenciação entre a mãe da criança em relação a outras pessoas que viessem a praticar o crime. Quando a mãe praticava o delito para proteger a sua honra a justiça tratava de forma diferente, sendo assim a morte do infante era justificada para preservar a honra da mulher e, conseqüentemente, a pena para esse ato era menor.

A utilização da noção de honra na pesquisa pressupõe entender que o termo não é único, pois os sentidos atribuídos são diferentes em cada contexto (ROHDEN, 2006). Deve-se, isso, a capacidade simbólica da noção a outros domínios como gênero, família, religião entre outros. Nesta perspectiva, a honra enquanto um sistema de valor recai sobre as formas de relacionar-se na sociedade atribuindo e diferenciando os papéis masculinos e femininos, especialmente, no que diz respeito ao sexo. Então, a honra feminina ligava-se ao pudor, o recato e a virgindade enquanto o masculino associava-se à virilidade, à manutenção financeira da casa.

Pessoas, em geral, se cometessem o crime a pena era de 6 a 24 anos de prisão, enquanto a mãe, por motivo de honra, cometesse o crime a pena era de 3 a 9 anos de prisão. A honra masculina era refletida na conduta da mulher, para Caleiro,

O conceito recorrente em relação à honra feminina está vinculado à defesa da virgindade e fidelidade conjugal. O homem torna-se seu legitimador já que esta é dada pela sua ausência através da virgindade ou pela sua presença legítima como casamento. Essa idéia é tão poderosa que extrapola a própria mulher, abrangendo toda a família (CALEIRO, 2002: p. 126)

Compreende-se que a honra masculina excedia para além do ser, sendo projetada na conduta feminina. Portanto, para os homens (pais, irmãos ou maridos) defender a honra das mulheres significava preservar a imagem honrada da família e da própria honra. No Código Penal, como observado, a honra só caberia como argumentação no caso da mãe do infante, porém é importante mencionar um projeto de revisão do Código, em 1893, de João Vieira de Araujo que havia proposto estender o atenuante da honra para os demais familiares, como pontua Hentz (2013).

A valorização da honra sexual e a virgindade foram preocupações que permearam os juristas brasileiros ao redigir o Código Penal, tanto que o exame de virgindade realizado por médicos eram evidências nos autos processuais, especialmente, em casos de defloração. A campanha contra a “himenolatria”, pontua Caulfield (2000), demonstra o quanto a honra sexual e a virgindade foram debatidas na primeira República e atreladas ao progresso e à honra nacional.

A questão da honra permeia o Código Penal Brasileiro, 1890, percebe-se essa questão não somente nos artigos do código, mas também na interpretação de casos de defloração (CAULFIELD, 2000), em crimes de homicídio (ESTEVES, 1989), bem como em casos de infanticídio. Neste caso, a legislação leva em consideração a forma como ocorreu o crime, pois a mulher estava protegendo a honra. Então, através dos discursos de políticos, médicos e juristas que a honra sexual era a base da família e da nação.

CONSIDERAÇÕES:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

As leituras dos Códigos Penais Brasileiros permitem observar o processo de construção de normas para coibição e regulamentação das condutas, principalmente, das classes populares. Além disso, os códigos acompanham os debates de outras áreas do conhecimento como, por exemplo, a medicina. O processo histórico e social mostra-nos a construção da figura feminina em relação a outros sujeitos sociais, sendo assim a constituição da mulher ligava-se a maternidade e ao lar.

Neste sentido, a criminalização das práticas de infanticídio acompanha o debate sobre a natureza feminina: a maternidade, bem como revela-nos a preocupação com a moralidade e sexualidade. A família torna-se no período republicano o centro do debate, por isso, há uma formulação e melhor especificação do crime. Outro ponto é a interpretação dos juristas sobre a mulher que cometeu o crime, como podemos observar no trabalho de Vasquez (2005), não somente serão julgadas pelo ato de matar uma criança, mas também a conduta sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARIES, Philippe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara; 1981

ARAUJO, João Vieira de. **O Código Penal interpretado**. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal: Superior Tribunal de Justiça, 2004.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. Editora brasiliense: São Paulo, 1984.

CALEIRO, Regina Célia Lima. **História e Crime: quando a mulher é a ré Franca 1890-1940**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HENTZ, Isabel Cristina. **A honra e a vida: debates jurídicos sobre aborto e infanticídio nas primeiras décadas do Brasil republicano (1890-1940)**. 2013. 261f.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

PEDRO, Joana Maria. **Práticas proibidas**: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

ROHDEN, Fabíola. Para que Serve o Conceito de Honra, ainda hoje? **Revista Campos**. 7(2):101-120, 2006.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis do que as próprias feras**: Aborto e infanticídio nos campos gerais entre o século XIX e o século XX. 2005. 160f. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

Código Criminal do Império do Brazil (1830). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm

MEDIDAS PARA ALAVANCAR A INDÚSTRIA FLUMINENSE: O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E AS ADMINISTRAÇÕES AMARAL PEIXOTO

José Luís Honorato Lessa⁶⁰

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo ensaiar uma interpretação acerca da atividade industrial fluminense no período em que Ernani do Amaral Peixoto conduziu o executivo do Estado do Rio de Janeiro em dois contextos: de 1937 a 1945 e de 1951 a 1955. A literatura toma a economia fluminense do pós 1930 como em estágio de irreversível crise. Não obstante, a administração em tela viabilizou um conjunto de ações direcionadas à indústria fluminense de modo que a produção do setor manteve-se importante. Neste artigo, de modo particular, examinaremos a Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial.

Palavras-chave: Indústria; economia fluminense; modernização.

Abstract: The present work aims at rehearsing an interpretation of the industrial activity in Rio de Janeiro during the period in which Ernani do Amaral Peixoto led the Rio de Janeiro State Executive in two contexts: from 1937 to 1945 and from 1951 to 1955. The literature sees the post-1930 Rio de Janeiro economy as being in a stage of irreversible crisis. Nevertheless, the administration in question made possible a set of actions directed at the fluminense industry so that the sector's production remained important. In this article, we will examine the State Commission for Industrial Development.

Keywords: Industry; fluminense economy; modernization.

INTRODUÇÃO

Há uma lacuna na historiografia fluminense em relação à indústria do Estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 1930. Nos dois períodos acima identificados, o grupo liderado por Amaral Peixoto formulou políticas industriais para o território fluminense. Os estudos referentes àquela administração, além de reduzido, predomina a tendência por um viés político que se debruça especialmente sobre o denominado amaralismo, ou seja,

⁶⁰ Doutor em História, Política e Bens Culturais – PPHPBC. FGV/CPDOC. E-mail: honorato.lessa@gmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

a forte influência deste personagem nos rumos políticos do Estado. Nestas análises, a questão industrial em si, aparece como debate secundário. Logo, suscitamos trazer ao centro da reflexão o governo Amaral Peixoto articulado à economia industrial fluminense de modo a contribuir no preenchimento da lacuna existente.

Sob diversos pontos o Estado do Rio de Janeiro se ressentia de reflexões mais sistematizadas do seu período pós 1930. Não caracteriza exagero afirmar que a regionalidade fluminense se apresenta incrustada entre aspectos nada alvissareiros: ela é pouco e mal pensada. Por outro lado, no campo da industrialização e da indústria regional pensamos que dois grandes equívocos estão presentes na maioria das análises depreendidas. Quais sejam?

O primeiro condiz com um ponto metodológico. Torna-se fundamental proceder com a identificação geoespacial do que se denomina “Rio de Janeiro” - que contém duas realidades em si: a cidade e o Estado. Há algum tipo de negligência ou limitação em demarcar o espaço a qual se mira. A cidade do Rio de Janeiro que no republicanismo brasileiro foi Distrito Federal até o vinturo dos anos 1960 - é tomada como modelo explicativo totalizante, diga-se de passagem, para dar conta de toda a dinâmica industrial da região. Dito de outra maneira, para efeito de análise deste campo, é preciso distinguir a cidade e o Estado que trazem em si a denominação “Rio de Janeiro”. Isto porque, ainda que sob a sinergia da cidade, o Estado do Rio de Janeiro possuiu dinâmicas próprias de seu processo industrial. Analiticamente torna-se fundamental a distinção em torno da categoria - “Rio de Janeiro”.

Anotadas as linhas do parágrafo acima, partimos para o segundo equívoco identificado. Tal qual a cidade do Rio de Janeiro está presente na literatura como parâmetro explicativo para a indústria fluminense como um todo, ou seja, para o que se compreende hoje como Estado do Rio de Janeiro -, o mesmo balizamento ocorre entre esta e a industrialização paulista. A literatura clássica da industrialização brasileira confere muito sentido à indústria do país a partir do exemplo do Estado vizinho. Tais perspectivas de análise, tanto da literatura fluminense⁶¹ quanto da nacional⁶² ocultam determinadas nuances muito peculiares da atividade industrial do Estado do Rio de Janeiro.

⁶¹ Por literatura fluminense entendemos toda a produção analítica de temas relacionados ao estado do Rio de Janeiro, ainda que determinados estudos articulem às conjunturas nacionais e/ou internacionais como é de se esperar.

⁶² O correlato para a literatura nacional.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Não obstante, as ponderações tentam ampliar o horizonte do olhar e principalmente alertar ao leitor que no período Amaral Peixoto a indústria fluminense tem facetas bem peculiares ofuscadas quando comparadas com as dinâmicas carioca (indústria da cidade do Rio de Janeiro) e nacional sem uma sistematização mais apurada. A análise potencializada no processo industrial carioca e principalmente paulista, ofusca, por exemplo, o fato de que, no período analisado, a indústria do Estado do Rio de Janeiro ocupa a segunda posição na participação federal e cujo crescimento se dá acima da média nacional.

Feita esta intelecção, há de se considerar que o tema não é pródigo em termos de estudos que pudessem ajudar na perspectiva analítica. Por isso, a inexistência de análises específicas voltadas para a expansão industrial no tempo de Amaral Peixoto, dá-nos a impressão de profundas lacunas. Assim, torna-se premente olhar a indústria fluminense nos dois períodos no governo da administração Ernani do Amaral Peixoto: o do Estado Novo de 1937 a 1945 e entre janeiro de 1951 a janeiro de 1955 enquanto governador eleito.

Nos termos do nosso estudo, a administração Amaral Peixoto elegeu como principais metas: investimentos em obras públicas como rodovias, eletrificação, serviços de abastecimento de água, incentivos agrícolas, industriais, captação de empréstimos e estreitamento da relação com agentes privados do setor produtivo. Medidas tomadas com vistas a chamada refundação ou soerguimento do Estado. Assim, o reequipamento do setor produtivo fluminense sofreu influência do processo de modernização industrial, capitalista e conservadora em curso no país desde os anos 1930. Quanto ao último aspecto, a partir deste período o Estado brasileiro dá origem a um diversificado conjunto de organismos técnicos, consultivos, normativos ou ainda deliberativos com vistas à política de planejamento econômico. Questões já fartamente revisitadas pela literatura que aponta, inclusive, os delineamentos centralizadores característicos daquela conjuntura: Draibe (1985), Diniz (1978 e 1991), Ianni (2009) e Bielschowsky (2004).

A exemplo do governo federal, a administração do Estado do Rio de Janeiro, conduzida por Amaral Peixoto, ao fim e ao cabo, instituiu um conjunto de agências e comissões voltadas para a condução do progresso fluminense, dizia-se à época: Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio; Caixa Econômica do Estado do Rio Janeiro; Comissão de Estradas e Rodagens; Departamento de Estradas de Rodagens; Comissão de Águas e Esgotos; Comissão Central de Macabu; Central Hidrelétrica de Macabu;

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Comissão Estadual de Energia Elétrica; Empresa Fluminense de Energia Elétrica, Escola Fluminense de Engenharia; Comissão Estadual do Leite; Comissão Estadual para o Comércio e a Industrialização do Leite; Conselho Econômico e Financeiro do Estado; Companhia de Expansão Econômica Fluminense S.A e Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial. Esta última será objeto de nossa atenção mais adiante.

QUEM É O AGENTE AMARAL PEIXOTO?

Para situar o leitor, um rápido perfil da trajetória de Amaral Peixoto pode ser apresentado neste momento. Amaral nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 14 de julho de 1905 e faleceu na mesma cidade em 12 de março de 1989. Tanto seu avô materno quanto o paterno detinham certa proeminência econômica e seu pai, médico, trabalhou com Pedro Ernesto quando este fora prefeito do Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro) entre 1931 a 1935. Ingressou na marinha e formando-se em engenharia geográfica em 1927 pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Já como primeiro-tenente participou dos embates que conduziram Getúlio Vargas à presidência da República. Em 1933, Amaral Peixoto é nomeado Ajudante-de-ordens do presidente cuja função precípua seria acompanhar ou representar o mandatário da República em ocasiões em que este não podia comparecer.

Além de Ajudante-de-ordens do presidente Vargas e interventor no Estado do Rio de Janeiro Amaral Peixoto fora: Deputado Federal; Governador eleito; presidente do Partido Social Democrata; articulador e líder da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek em cujo governo assumira a embaixada do Brasil em Washington e depois o Ministério da Viação e Obras Públicas; no governo João Goulart foi ministro do Tribunal de Contas da União , depois, assumiu o Ministério Extraordinário para a Reforma Administrativa; Senador da República a partir de 1970 e presidente do Partido Democrático Social.

Esta inserção no mundo político e notoriedade construída por Amaral Peixoto começa a ganhar forma no ano de 1937 que, diga-se de passagem, em menos de 24 horas recebera duas nomeações. A partir do penúltimo mês do ano 1937 uma nova realidade se impôs à Amaral Peixoto dada às conjunturas fluminense e nacional. No plano regional as vicissitudes internas levaram o presidente Getúlio Vargas a nomeá-lo, em nove de

novembro, interventor “interino”⁶³ do Estado do Rio de Janeiro em substituição ao combalido governador Protógenes Guimarães, acometido por grave doença. Na esfera nacional, no dia seguinte, ou seja, a dez de novembro, o presidente decreta o Estado Novo e impõe nova Carta ao país. A partir desta, Amaral Peixoto é novamente nomeado interventor federal, agora efetivo. Função desempenhada até os estertores do Estado Novo. Neste ínterim, o Comandante – assim também chamado devido sua filiação à Marinha do Brasil - estreita ainda mais seus laços com Getúlio Vargas, ao casar-se em julho de 1939 com a filha do presidente e uma das suas principais conselheiras políticas do pai, Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Assim, a partir da interventoria, o personagem Amaral Peixoto constrói lastro político e dar forma a sua trajetória de homem público.

PENSAR A INDÚSTRIA FLUMINENSE A PARTIR DA COMISSÃO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Na sequência analisaremos a origem bem como o papel da Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial. Para tal, faremos amplo uso das falas do próprio Comandante. Nesta empreitada, nosso principal corpo documental é assim constituído: o livro-memória do personagem, organizado a partir do seu depoimento ao CPDOC; o arquivo Amaral Peixoto (EAP) depositado na própria instituição que organizou o depoimento do mesmo; o jornal *O Fluminense*, principal veículo de imprensa do ERJ no período analisado e a revista *O Observador Econômico e Financeiro*.

A administração do Comandante esteve de prontidão para incrementar o parque industrial fluminense. Os temas relacionados à indústria ganharam contornos personalizados. Pela riqueza do relato, convém, de imediato, acompanharmos com mais proximidade sua fala:

Dei também muito auxílio à indústria. Dava isenção do imposto de transmissão, do imposto de indústria e profissão. Ajudava a resolver dificuldades de financiamento, dificuldades técnicas. Com isso umas cem indústrias vieram para o estado, e eu aumentei a renda estadual. (PEIXOTO, 1986: 282).

Para recuperar um pouco mais as impressões de Amaral Peixoto:

⁶³ Na ausência de expressão mais apropriada faz-se uso desta. “Interino” por considerar que segundo as regras constitucionais do período haveria eleições no ano de 1938.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Para cada indústria que desejava se instalar no estado era feito um decreto dando isenção do imposto de transmissão para a compra do terreno. Era um imposto insignificante, mas a isenção sempre agrada à empresa. Eu dava também isenção do imposto de indústria e profissão pelo prazo de cinco anos, e as empresas eram obrigadas a pagar desde o início apenas o Imposto sobre Vendas e Consignações, que é a base da arrecadação estadual. Com isso atraí muitas indústrias. Se elas precisavam de auxílio técnico para resolver problemas como energia elétrica, o meu pessoal também tratava disso. A Antártica, por exemplo, ia fazer uma grande fábrica em Nova Iguaçu, e eu fiz uma estrada até o local. Acabaram não fazendo a fábrica, e quem se instalou lá foi a Merck. Talvez esse auxílio técnico representasse até mais que as isenções, que serviam apenas de estímulo. (PEIXOTO, 1986: 251).

Julgamos que as citações acima nos oferecem uma ideia quanto as formulações da política industrial amaralista. Desse modo, a agência Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial (CEDI) originada no segundo ano da governadoria, isto é, em 1952, tinha o objetivo de estudar, planejar bem como avaliar propostas e projetos empresariais. Isto é, visava ao encetamento de novas indústrias no território fluminense. Esta, fruto do decreto n. 4.264 de 19 de setembro de 1952 não esteve vinculada a nenhuma secretaria ou órgão de Estado, na verdade, pelas evidências encontradas nas fontes, subordinava-se diretamente à figura do Comandante. Para lançarmos luz à reflexão, utilizemo-nos das palavras do Comandante:

Procurando tornar mais eficiente mais eficiente nossa política de desenvolvimento industrial, permitindo maior e melhor assistência aos interessados em se estabelecer no Estado do Rio, após acurados estudos, resolvemos criar um órgão especializado, o que levamos a efeito através do Decreto nº 4.264, de 19 do corrente mês. (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Logo, no curso daquela política industrial, ao menos em tese, a CEDI é instituída enquanto agência especializada de assistência. De maneira geral, se referindo ao programa de industrialização do Estado, pela singularidade, novamente recorremos ao discurso do Comandante, extraído de outra fonte:

Procurando tornar mais eficiente essa política de recuperação econômica, permitindo maior e melhor assistência aos interessados, criamos um órgão especializado: a Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial, cuja finalidade é realizar pesquisas, promover estudos e propor providências de ordem econômica, financeira e administrativa que habilitem o governo a decidir sobre a conveniência de estimular, favorecer e facilitar a instalação de novas

industrias ou ampliação das existentes. (*O Fluminense*, 30 set. 1952. Ed. 21.354, p.1).

Segundo o discurso oficial, estamos diante de um agência técnica, de assessoramento dos agentes públicos na tomada de decisão, estes, levariam em conta a política de incentivos industriais do ERJ. Sem querer cair em mero recurso improdutivo, convém destacar as expressões de comando atribuídas à CEDI: “realizar pesquisas”; “promover estudos” e “propor providências”. Com efeito, na perspectiva do Comandante, que requisita atenção para a indústria fluminense, deve-se sublinhar o seguinte:

Nenhum assunto é de maior relevância do que a industrialização do Estado, onde repousa, de principal, a sua economia. Necessário, portanto, que nesse importante setor administrativo, tenha o Governador uma equipe esclarecida, que lhe preste constante assistência. (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Ora, mesmo diante da SAIC, secretaria específica para estas demandas sobre as quais a CEDI se propunha, ao ser assim indagado - “Qual foi a política de seu governo em relação ao setor industrial” - Amaral Peixoto responde:

Havia a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, mas toda a parte de indústria e comércio era eu que fazia diretamente. Meu assessor nessa área era o Frânzio Sales. Chegava alguém interessado em montar uma indústria, eu o colocava em contato com o Frânzio. Eles corriam o estado, escolhiam o local e negociavam diretamente comigo através de um corpo técnico do qual o Frânzio fazia parte. (PEIXOTO, 1986: 251).

A partir das ideias acima, vemos três protagonistas: o tal *corpo técnico*, Frânzio Sales e o próprio Comandante. Repare que o Interventor dá contornos pessoais à questão da indústria. Logo, como temos examinado até aqui, além de todo o aparelho de Estado ao longo da administração amaralista que auxiliaria no desenvolvimento do setor, no segundo governo, havia, paralelamente, e de forma mais externada, este traço personalista.

Quanto ao corpo técnico do qual o Comandante faz alusão, trata-se exatamente da CEDI. O curioso é que, na sequência do depoimento ao CPDOC, Amaral Peixoto revela que a mesma não desempenhara atuação contundente: “(...). *Mas essa comissão não chegou a atuar muito, não. Quem atuava mais era o Frânzio, diretamente comigo.*

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

(...).” (PEIXOTO, 1986: 251). Novamente enfatizamos os contornos personalizados face a questão industrial. Em função disso aludimos acima do papel, em tese, exercido pela CEDI no auxílio às formulações industriais. Dito de outro modo: na prática, as perspectivas do próprio Comandante põem em dúvida a CEDI enquanto conselho técnico de assistência e estímulo, ao deslocar o plano de atuação para a esfera pessoal, digamos.

Seja como for, a CEDI revela ser uma agência análoga à federal Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) de 1951. Esta última, subordinada ao Ministério da Fazenda, passou a contribuir na formulação da política industrial varguista do período, apresentando nos seus quadros nomes de peso como Horácio Lafer, Euvaldo Lodi, Edmundo de Macedo Soares e Silva, Augusto Frederico Schmidt, Valentim Fernandes Bouças, Juracy Magalhães, Luís Simões Lopes, Lúcio Marins Meira, dentre outros.

Mesmo das falas personalizadas do Comandante, por outro lado, é possível fazer uma leitura cruzada deste órgão, a julgar tanto pelo discurso do nosso personagem, quanto pela abordagem jornalística em *O Fluminense*. A CEDI esteve revestida de uma aproximação com os municípios para pesquisas e estudos relacionados à indústria; promoção de estudos das regiões; cooperação com os órgãos estaduais; obtenção de apoio ou estabelecimento de contatos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e outras agências federais tais como a CDI e o Banco do Brasil; assistência aos empresários e as empresas interessadas em instalar-se no território fluminense. O jornal por nós percorrido, se reporta ao fato como a possibilidade de ampliação e instalação de novas indústrias, dado o agenciamento econômico do ERJ. *O Fluminense* faz uso dos seguintes expressões em manchete: “Maiores possibilidades para a instalação de novas indústrias no Estado do Rio”. (*O Fluminense*, 20 set. 1952. Ed. 21.346, p1).

Nestes termos, a CEDI esteve inclinada a auxiliar na planificação e coordenação da atividade industrial junto aos demais órgãos da administração estadual. Por fim, vale reproduzir os termos do subtítulo da manchete acima. Subtítulos estes apresentados nesta sequência⁶⁴:

Importante decreto assinado pelo governador Amaral criando a CEDI –
Estreita colaboração com os municípios nas pesquisas e estudos
relacionados com o parque industrial existente – Cooperação com os

⁶⁴ Este jornal adotava termos longos nas manchetes e subtítulos. Usamos a forma abreviada da Comissão em análise. No original todas as palavras estão grafadas na forma maiúscula. Talvez por equívoco de cronologia da própria fonte, a edição de 3 de dezembro do corrente ano apresenta numeração idêntica.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

órgãos administrativos do Estado que se ocupem de assuntos de natureza industrial – A CEDI dará assistência à pessoas físicas e jurídicas que demonstrem interesse pela instalação de novas indústrias. (*O Fluminense*, 20 set. 1952. Ed. 21.346, p1).

O Fluminense segue apreciando a questão submetida a seguinte manchete: “A Batalha da Industrialização Fluminense na Palavra do Governador Amaral Peixoto”. (*O Fluminense*, 20 set. 1952. Ed. 21.346, p1). Tal como no exemplo anterior, convém recuperar as expressões impressas no subtítulo da matéria:

Finalidades da CEDI: projetar o aumento da produção de energia elétrica, assegurar isenções cambiais para a importação de maquinaria, planejar a elevação do índice da produção de cimento e estudar um regime de crédito para os empreendimentos industriais do Estado do Rio – agir como órgão de ligação entre as indústrias instaladas no território fluminense e os estabelecimentos de créditos – o problema da assistência técnica, do planejamento e a isenção de impostos para minorar o custo da produção – as diretrizes do novo órgão auxiliar do governo estadual analisadas pelo chefe do executivo. (*O Fluminense*, 30 Set. 1952. Ed. 21.354, p.1).

Na verdade, a matéria reproduz a fala do Comandante anunciada numa rádio da capital federal⁶⁵ e cujo teor integrava a mensagem encaminhada pelo governador à Assembleia Legislativa do Estado meses atrás, em março de 1952. Além das questões acima, alude ainda o esforço pela “industrialização intensiva” da região do Vale do Paraíba e dos investimentos rodoviários. E mais do que isso: sobre o “programa de industrialização”, infere acerca de três preocupações do governo naquele turno: aumentar a produção de energia elétrica; ofertar maior quantidade de cimento no mercado fluminense e ampliar as facilidades cambiais para compra de maquinários.

Assim se apresentava a composição dos seus membros: além de Amaral Peixoto, tínhamos Frânzio Sales; Gileno de Carli; Carlos Viana Guilhem; Amerino Wanick; e, por fim, um sexto integrante, Fernando Lavrador (*O Fluminense*, 8 nov. 1952. Ed. 21.387, p.1. *O Fluminense*, 18 nov. 1952. Ed. 21.394, p.1.). Pois bem, a partir de *O Fluminense*, o próprio Comandante em pronunciamento a uma emissora carioca havia dado conta de que a CEDI era integrada por poucos elementos – sem dar nomes. De fato, dizia tratar-se de - “um grupo pequeno, mas bem escolhido” -, formado por técnicos (*O Fluminense*, 30

⁶⁵ Evento ocorrido no domingo, 28 de setembro de 1952. Emissora não informada. Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Set. 1952. Ed. 21.354, p.1.).

Todavia, o próprio jornal *O Fluminense* não mais ofereceu sistemática cobertura ao tema até o corte do período analisado, isto é, o fim da governadoria Amaral Peixoto em 31 de janeiro de 1955. Exceção feita em pequena nota na edição 21.696 de 18 de junho de 1953 sob o título: “*Incentivo à industrialização do Estado*”. Na oportunidade mencionava a reunião ocorrida no Ingá e presidida pelo governador Amaral Peixoto. Integravam aquela reunião destinada a - “estudar importantes assuntos relacionados com o desenvolvimento do plano traçado pelo chefe do governo estadual, visando à industrialização intensiva do território fluminense”⁶⁶ - Gileno de Carli, como presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool; General Raulindo de Oliveira, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional; Engenheiro Manoel Pacheco de Carvalho, titular da Secretaria de Viação e Obras Públicas; Engenheiro Jair Rêgo de Oliveira, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil; engenheiro Amador Parreira Barbosa, da Rede Mineira de Viação; os deputados federais Francisco Saturnino Braga, Miguel Couto Filho, José Pedroso Teixeira da Silva e Salo Brand, dentre outros técnicos não informados (*O Fluminense*, 18 jun. 1953. Ed. 21.696, p.1.).

Os três primeiros parlamentares pertenciam as hostes pessedistas, enquanto Brand era petebista. Um detalhe: os nomes de Sales, Guilhem, Wanick e Lavrador – tomados como membros do CEDI - não foram especificamente citados como presentes nesta reunião.

A ausência deste tema nas demais edições pesquisadas talvez explique o registro deixado pelo Comandante ao apontar que apesar desta Comissão enquanto órgão de estudo e planejamento, o protagonismo de agenciamento fora exercido por ele próprio, acompanhado de perto por Frânzio Sales. Embora não tenha sido possível perseguir o passo a passo da CEDI, a extinção desta agência ocorreu em 1955, meses após a entrega do governo à Miguel Couto. É o que revela a correspondência em tom de ressentimento endereçada ao Comandante por Heitor Luiz Gurgel do Amaral, seu primo e fiel escudeiro político desde os tempos em que Amaral Peixoto fora o Interventor Federal no ERJ (1937-1945). Dado bastante curioso repousa no fato da carta está datada de 28 de maio de 1957, portanto, passado o governo Amaral Peixoto (*EAP erj 1945.11.01.*).

⁶⁶ Quanto ao chamado “plano traçado” não encontramos nenhum material de divulgação oficial ou algo do tipo. Assim, nos parece tratar das formulações gerais daquela administração para o setor.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A essa altura cabe a seguinte pergunta: afinal quem é o personagem Frânzio Sales sobre o qual o Comandante requisita centralidade?

Estamos diante de uma figura sobre a qual não encontramos maiores dados na documentação consultada. Sales era engenheiro e genro de Vicente de Paulo Galliez. Por seu turno, Galliez foi industrial com passagens por diversos empreendimentos e atuação em agências empresariais como Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Confederação Nacional da Indústria (ABREU, 2001: 2462- 2563). Vicente Galliez viria ser parente do General José Galliez, ajudante- de- ordens de Getúlio Vargas. Portanto, estamos diante de agentes do círculo getulista e amaralista, do qual inclui-se Frânzio Sales. Personagem que na documentação é apresentado como membro do *Gabinete Governamental*, por vezes, como Secretário do CEDI. O curioso é que mesmo da ênfase dada pelo governador a Sales, este ator é pouco recorrente nas fontes por nós elencadas. Por exemplo, em *O Fluminense* apareceu pouquíssimas vezes. A maioria no segundo semestre de 1952, ano/período de criação da CEDI. Então, fizemos questão de registrar as aparições de Frânzio Sales, são elas: em visita ao Ingá; em acompanhamento ao governador na inauguração do aeroporto de Campos dos Goitacazes (*O Fluminense*, 18 out. 1952. Ed. 21.370, p.1.); em noticiário de reunião do próprio Conselho ou ainda em ocasiões bem específicas com o empresariado. A exemplo do que ocorrera ao comparecer no almoço promovido pela empresa Babcock & Wilcox do Brasil na sede social do Jockey Club Brasileiro em homenagem ao Comandante Amaral Peixoto (*O Fluminense*, 28 nov. 1952. Ed. 21.342, p.1.).

Abrimos um parênteses para anotar que esta empresa, com unidades na Inglaterra e no Canadá era líder mundial na fabricação de tambores e caldeiras resistentes à alta pressão e se encontrava em vias de instalar-se no Vale do Paraíba. Como veremos mais adiante, a mesma aparece na listagem organizada pela CEDI quanto aos possíveis empreendimentos a serem canalizados para o território fluminense em face do esforço de industrialização do ERJ.

Para voltarmos à figura do Sales. Causa-nos espécie que na documentação do arquivo EAP do CPDOC que tivemos acesso, sua “presença” é menos frequente naquelas fontes. A aparição deste agente foi identificada em duas ocasiões: a) no recebimento a uma comitiva de empresários no Palácio do Ingá em Niterói, então sede da administração estadual; b) no documento produzido por Heitor Gurgel já após o término da administração amaralista em que se lamenta pela CEDI ter sido extinta (*EAP erj* Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

1945.11.01.)⁶⁷. Ora, para nós, em certa medida, o personagem não deixa de ser relativamente controverso ou enigmático, na medida que pouco conseguimos saber sobre o mesmo, cuja importância supõem as falas do governador e a função desempenhada.

Para voltar ao ponto sob fins de encadeamento do raciocínio e ilustração do nosso argumento, acompanhemos na sequência as matérias veiculadas pelo *O Fluminense* por conta dos primeiros encontros realizados entre os membros da CEDI. Na edição n. 21387 de 8 de novembro de 1952 há reservado espaço para o que classifica como primeira reunião da agência. Ocasão em que foram analisados os tipos de indústrias e grupos interessados em investir no ERJ. Eis longa manchete relacionada:

Amplas Perspectivas Que Se Abrem À Indústria no E. Do Rio: inúmeras empresas interessadas na instalação de novas indústrias em território estadual- Borracha sintética e motores de alta potência – O problema das destilarias de mandioca – Reunida a Comissão de Desenvolvimento Industrial. (*O Fluminense*, 8 nov. 1952. Ed. 21.387)

Pois bem, com base no cruzamento das fontes foi possível levantar as seguintes empresas ou grupos empresariais interessados em investir no ERJ ou que seriam estudados pela CEDI: Grupo Schneider; Grupo Borgward; Societé Aeronautique du Nord; Fábrica de Whisky Seagram's; Kulman Equipamentos Industriais; Fábrica Nacional de Estruturas Metálicas Edimental; Consórcio Fabricante de Máquinas de Costura Elna; Companhia Antártica Paulista em Nova Iguaçu; Proberil S.A; Fábrica de Cimento do Vale do Paraíba; Maveroy Sociedade Frigorífica; Pneus General S.A; Moinho Atlântico; Companhia Química Mequital; Companhia Pechiney e finalmente a Companhia Ligantes do Brasil.

No fundo, tratava-se de um plano de intenções, propostas, estudos e avaliações. Alguns destes casos se concretizaram, outros não. A CEDI tinha poder para descartar projetos se consideradas que as exigências dos proponentes fossem desfavoráveis ao ERJ. Entusiasmado, talvez, por aquele ambiente, o Comandante revelava seu “*horizonte de expectativa*” (KOSELLECK, 2006):

Dentro de alguns anos quando esse grande parque industrial que estamos criando estiver em plena produção, bem mais elevadas serão as rendas do Tesouro e maiores, portanto, as possibilidades do governo atender a um programa de obras públicas em benefício do povo. (*O*

⁶⁷ O ano que consta na classificação do documento não significa o período de produção da fonte. Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Fluminense, 30 Set. 1952. Ed. 21.354, p.1.)

Nos termos acima, a noção de expectativa traz em si uma dimensão temporal do futuro, ainda que este carregue as marcas da incerteza (KOSELLECK, 2001 e 2006). Desse modo, interpretamos: ao traçar seu anseio ou expectativa pelo futuro, Amaral Peixoto requisita a atenção para o que classifica como um dos pontos mais importantes da sua administração, qual seja: a *industrialização intensiva* onde as distintas zonas do território fluminense com algum incremento de obras públicas ou privadas teriam amplas condições de receber estabelecimentos empresariais. E completa: no ERJ tem-se “as condições necessárias para a criação de um grande parque industrial” (*EAP gov 1951.02.00*). Neste mesmo contexto, categoriza:

Não seria possível trazermos para o Estado do Rio todas essas indústrias sem estimularmos os grupos capitalistas, dando-lhes as indispensáveis facilidades à realização de seus propósitos. Estamos, não tenho a menor dúvida, plantando bases sólidas para a recuperação econômica mais rápida do Estado. (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Assim, verifica-se que as atuações institucionais do governo ou mesmo as do próprio Comandante assessoravam interesses do empresariado, portando, capitalistas. Neste sentido, convém perquirir um pouco mais as palavras do Comandante quando se refere a CEDI:

Vários outros grupos de capitalistas e industriais estão procurando instalar novas indústrias, enquanto que outros cogitam de transferir para o Estado do Rio de Janeiro grandes organizações industriais, estando os documentos a respeito em estudos no órgão competente do Banco do Brasil. (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Por fim, como entusiasta do setor, relata que o ERJ recorrentemente era procurado por empresários e empresas:

Continuamos a ser procurados, com insistência, por grupos e organizações industriais desejosos de se firmarem no Estado do Rio, montando fábrica, instalando indústrias e transferindo estabelecimentos de outros países. (*EAP gov 1951.02.00. s/p*).

Para título das considerações finais, logo, em que pese a atribuição da CEDI e o papel delegado ao agente Frânzio Sales, pela consulta à documentação geral por nós utilizada para elaboração deste estudo, há um fator bem relevante, qual seja: ao fim e ao cabo a maioria da interlocução com o empresariado ocorreu via contornos pessoais, através do próprio Comandante. Em outras palavras, apesar da Comissão aqui percorrida, as cartas, telegramas, contatos, sondagens pedidos de ajuda e de intermediação junto aos órgãos federais – quando necessária alguma deliberação - raramente eram direcionados a esta agência ou mesmo a Frânzio Sales. Invariavelmente aqueles contatos assumiam direção vertical, isto é, com destino ao Comandante. Por conseguinte, esta intermediação direta do Comandante soaria como a própria personificação do Estado como que aproximando a figura de Amaral Peixoto a do Leviatã. No entanto, este personagem interagiu com variadas forças e segmentos do capitalismo. Não é exagero categorizar que através da estrutura administrativa/governamental montada por Amaral Peixoto e seu grupo, os empresários aproximaram-se do núcleo decisório do ERJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

EAP gov 1951.02.00.

EAP erj 1945.11.01.

O Fluminense, 18 jun. 1953. Ed. 21.696, p1

O Fluminense, 20 set. 1952. Ed. 21.346, p1

O Fluminense, 30 Set. 1952. Ed. 21.354, p.1.

O Fluminense, 18 out. 1952. Ed. 21.370, p.1

O Fluminense, 8 nov. 1952. Ed. 21.387, p.1.

O Fluminense, 12 nov. 1937. Ed. 16.770, p. 1

O Fluminense, 18 nov. 1952. Ed. 21.394, p.1

O Fluminense, 28 nov. 1952. Ed. 21.342, p.1.

O Observador Econômico e Financeiro. nº. 188, set. 1951.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil**: 1930/1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991, pp. 21-38.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Los estratos del tiempo**: estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2001.

_____. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

PEIXOTO, Ernani do Amaral. **Artes da política**: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araujo, Dora Rocha Flaksman (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil século 20).

OS MILITARES E AS MEMÓRIAS DA DITADURA NO IHGB NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Daniela de Miranda dos Santos*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões realizadas ao longo das pesquisas de doutorado a respeito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre a ditadura e a democracia. Para isso, buscando entender o IHGB nos anos de transição democrática, o texto se propõe a imergir nos silenciamentos, contradições e entrelaçamentos de memórias sobre a ditadura e sobre a presença de militares na instituição neste período.

Palavras-chave: IHGB, memória, militares.

Abstract: This article, as an objective, presents some reflections made about the duration of doctoral requirements at the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) between dictatorship and democracy. For that, the IHGB will look for our years of democratic transition, the text will propose our silence, contradictions and exchange of memories about the death and about the presence of the military in the next institutional period.

Key words: IHGB, memory, military.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado na primeira metade do século XIX, em 1838, foi inaugurado em um contexto de transformações políticas na fase Regencial, período de transição entre o primeiro e o segundo reinado brasileiro. Foi, assim, criado em um cenário de crises institucionais, de revoltas que agitavam o país e de disputas pelo governo regencial, pela vacância do trono e pela falta de unidade política (GUIMARÃES, 1995).

Quando o IHGB foi fundado o Brasil acabava de passar por um processo de Independência em 1822, que inseriu no imaginário político a ideia de um império

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: danielamiranda.ufjf@gmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

autônomo. Esse processo de emancipação política significou o ponto de partida para a construção de uma ideia moderna de nação e de definição de sua própria identidade. Logo, dezesseis anos após a emancipação política e com o entorno marcado de conflitos no pós-independência em diferentes províncias com movimentos e rebeliões que tinham como objetivo comum a descentralização, o IHGB foi fundado através de uma iniciativa de Raymundo José da Cunha Mattos e Januário da Cunha Barbosa, que encaminharam uma proposta de criação do Instituto ao Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), alegando que a instituição forneceria grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros (Ibidem).

O Instituto contou com o financiamento privado, mas ao mesmo tempo se entrelaçou com o Estado brasileiro. Sua inauguração coincidiu com a fundação do Estado Nacional, fazendo com que ambos compartilhassem os dilemas e incertezas do momento. Ao mesmo tempo, fundaram e fizeram parte do IHGB personalidades cujas biografias se confundiam com a própria trajetória do Estado Imperial. Durante o Segundo Reinado os laços foram estreitados e tamanha foi a sua relação com o governo imperial que pouco tempo depois de sua criação, o Instituto Histórico mudou-se das dependências modestas que ocupava na Sociedade Auxiliadora e fixou-se no Paço da Cidade (Ibidem).

O Instituto Histórico, diante dessa aproximação, se incumbiu de delinear o perfil da nação e definir uma identidade nacional própria através da construção não só da História como também da Geografia brasileira. Dessa forma, o IHGB se concebeu, ainda que com sua autonomia, como a materialização do empreendimento de consolidação do Estado Nacional e manteve relações com a proposta ideológica em curso. Passou a ser o lugar de produção historiográfica no Brasil, e o fato de ser ligado aos projetos do Estado influenciou na forma como a historiografia e as interpretações sobre a Nação foram construídas (GUIMARÃES, 1988).

Carregou consigo a proposta de homogeneizar um passado autoproclamando o Brasil como uma nação civilizada. Por consequência, tinha como público alvo as elites e não o povo brasileiro. O IHGB tinha a função de apresentar uma história valorosa para que fosse reproduzida interna e externamente para, respectivamente, instruir e controlar as elites, e justificar a entrada do Brasil na lista de nações ditas civilizadas (GUIMARÃES, 1988). Tinha, além do desejo de fundar uma historiografia nacional, de ensinar e divulgar conhecimento, a intenção de formular uma história que se dedicasse à exaltação e glória da pátria, como modelos europeus (SCHWARCZ, 1993, p. 102).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

O Instituto, portanto, se dedicou à sua função singular e trabalhosa de dar sentido e forma a um certo discurso sobre a nação, e representou o nascimento da pesquisa histórica no Brasil. Mas, embora a instituição tenha sido detentora de grande prestígio no século XIX, sua trajetória não se desenvolveu com ritmo de ascensão até o século XXI. Ao contrário, a posição ocupada pelo IHGB foi se modificando. Ao longo do Segundo Reinado vivenciou dias de muito prestígio e movimentação. Com o passar dos anos, e principalmente com o ritmo de queda da monarquia, o Instituto Histórico entrou em um momento de inércia. O fim do Império e a consequente suspensão de regalias promovidas pelo governante aprofundaram essa situação do IHGB e o levou para um momento de crise econômica (GUIMARÃES, 2007).

Com a Proclamação da República em 1889, os novos dirigentes do país negaram a concessão de algumas verbas para o Instituto já firmadas no governo imperial. Para eles o IHGB representava uma herança do antigo regime, sendo inclusive cogitada a possibilidade de extingui-lo. Assim, o quadro de crise na instituição se agravou. A partir do governo de Prudente de Moraes o Instituto retomou algumas atividades e procurou sair de seu isolamento, atingindo o ápice da sua segunda caminhada ascendente nos anos de 1930 com a aliança que estabeleceu com Getúlio Vargas (Ibidem).

Apesar de todo o apoio de Vargas, o IHGB, a partir dos anos de 1930, foi perdendo paulatinamente a sua proeminência e seu destaque como instituição fundamental na constituição dos estudos históricos no Brasil. Isso ocorreu não por questões diretamente políticas como em anos anteriores, mas sim pela criação dos cursos universitários de História no Brasil e pelo longo processo de constituição da identidade dos profissionais de história e do ofício de historiador.

Ressalta-se nesse sentido a separação dos cursos de História e Geografia e a instituição de dois cursos distintos⁶⁸; a criação da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, que tinha a pretensão de refletir sobre as práticas do *métier*, na segunda metade dos anos de 1950; a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) que passou a estimular o desenvolvimento de pesquisas e programas de pós-graduação, também na década de 1950; a criação da Associação Nacional de História (Anpuh), em 1961; a expansão dos

⁶⁸ Os cursos eram oferecidos de forma integrada (Geografia e História). Somente a partir de 1955 com a Lei 2.5945, esses cursos se tornaram independentes (SILVA; FERREIRA, 2011).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

programas de pós-graduação nos anos de 1970 e o surgimento dos primeiros cursos de mestrado de acordo com as novas diretrizes, como salienta Marieta de Moraes Ferreira (FERREIRA, 2016).

Toda essa movimentação fez com o que IHGB, embora permanecesse com as suas atividades, perdesse paulatinamente a sua hegemonia e primazia na produção do conhecimento histórico no Brasil. De todo modo, mantendo muitas de suas tradições, a instituição, para sobreviver, se adaptou ao longo de todos esses anos buscando apoio dos governantes de cada período. Não houve, porém, nenhum outro apoio tão frutífero quanto o do imperador D. Pedro II, apesar de Getúlio Vargas e Emílio Garrastazu Médici serem lembrados na instituição com recorrência em razão dos respaldos fornecidos.

É justamente pelo fato de o Instituto não ocupar mais o palco principal de pesquisas e produções historiográficas e pela consequente escassez de estudos sobre a sua atuação e configuração no final do século XX, que a instituição surge como foco de interesse para a pesquisa. Razão esta entrelaçada às buscas de entender a ditadura civil-militar e as construções de memória sobre ela em anos posteriores na instituição.

Desse modo, o presente artigo tem o intuito de inserir o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro no contexto das discussões sobre as memórias construídas a respeito da ditadura no país no momento em que o país passava pelo período correspondente à transição democrática. Isso levando em consideração que, assim como outras, a instituição, como é apresentado na Dissertação de Mestrado (SANTOS, 2018), compartilhou valores, legitimou o golpe de 1964 e apoiou o regime recepcionando positivamente e lidando de forma complacente com todos os generais-presidentes.

Alguns dos estudos especializados, entretanto, nos esclarecem que a partir da Lei de Anistia em 1979, inaugurando o período chamado pelo historiador Daniel Aarão Reis (2010) de transição democrática, houve um pacto da sociedade, em um consenso, reunindo amplos segmentos sociais – ainda que sem unanimidade – a respeito de alguns silenciamentos. Dentre eles, foram instaurados silêncios sobre a tortura e os torturados e sobre o apoio da sociedade à ditadura. Apesar de existirem vozes que denunciavam a ditadura, as torturas e os torturadores, essas foram vozes isoladas. Quando a Anistia foi aprovada, a grande maioria não tocou mais no assunto, preferindo ignorar. Como levanta Aarão Reis, dessa forma, “os torturados foram deixados em paz” e “a tortura foi empurrada para baixo de grosso tapete”, em uma tentativa de esquecer o passado – um passado que se queria recusar. Assim, sobretudo nos últimos anos da década de 1970,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

tornou-se difícil encontrar alguém que apoiasse explicitamente o regime que se derrocava (REIS FILHO, 2010, p. 171-186).

Essa forma de olhar para o passado da ditadura se aprofundou com o passar dos anos sendo quase impossível localizar quem houvesse apoiado sem reservas o regime. Sabemos, entretanto, que a adesão existiu. Complexas relações foram estabelecidas entre a sociedade e a ditadura com participações maciças de indivíduos e instituições no momento da instauração, com ambiguidades, ambivalências, trânsitos inesperados, seguidas de um desencanto paulatino. O que se viu foi que com o passar dos anos esse apoio foi se desmanchando gradativamente até enfraquecer entre os anos de 1979 e 1980, tornando o passado da ditadura uma lembrança incômoda até certo período (Ibidem).

Ambiguidades e ambivalências já foram evidenciadas em importantes instituições durante a vigência da ditadura, como a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (REIS FILHO, 2010, p. 171-186). Foram instituições que apoiaram o golpe, mas que a partir de 1982 passaram a exigir a redemocratização (FERREIRA, 2018, p. 32). Sabendo disso, pretendemos apresentar o IHGB a partir da mesma ótica, buscando rastrear o seu posicionamento através de seus discursos e publicações, sobretudo, nos primeiros anos da década de 1980, atentando para o que já se tinha de produção sobre a ditadura nesses anos, os debates acadêmicos bem como a produção memorialística frente às atividades, discursos e produções do IHGB do mesmo período.

Convém, nesse sentido, destacar que algumas obras importantes que ditaram pilares para os debates acadêmicos posteriores a respeito do golpe e da ditadura foram produzidas nesses anos, sobretudo, por cientistas políticos, já que foram eles – e também jornalistas – que se dedicaram a interpretar e fornecer explicações para esses acontecimentos recentes no Brasil, como o golpe de 1964 e o regime ditatorial que se seguiu. Isso porque os historiadores, em um primeiro momento, não produziram estudos sobre esse passado próximo em razão da carência de fontes dos governos militares, mas também por dificuldades específicas da história do tempo presente e a cautela em analisar fenômenos contemporâneos (FICO, 2004, p. 20-21). São exemplos, Alfred Stepan (1975), Wanderley Guilherme dos Santos (1979), René Dreifuss (1981), Maria Helena Moreira Alves (1984).

No campo da memória, já eram produzidas rememorações pessoais com diversas versões apresentadas sobre a ditadura. Algumas narrativas de defesa sobre a “revolução

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

de 1964”, outras com sentimentos de contestação e narrativas de vítimas do aparato repressivo, contribuindo, assim, de certa forma, para engrossar a luta pela democratização no país. (CARDOSO, 2012, p. 18-20). Dentro dessa profusão memorialística, esse segundo tipo de abordagem teve mais sucesso editorial, a exemplo dos livros de Fernando Gabeira, como “O que é isso companheiro?”, que foi sucesso de venda no mercado editorial logo após o seu lançamento, ainda na década de 1980.

O que nos permite pensar por que esses livros fizeram sucesso, por que tiveram esse espaço em uma sociedade que não se identificou com a experiência da luta armada? Por que essa sociedade posteriormente se interessou por conhecê-la? Uma explicação possível poder estar ligada ao fato de que esses livros, livros, a exemplo do de Gabeira, saciavam uma necessidade narrativa de oposição ao golpe, a tortura, ao exílio, e um clima novo político e cultural no contexto de anistia, reabertura política, início do processo de democratização. Foram capazes de exprimir uma ânsia por mudanças e de exprimir um sentimento coletivo de não identificação com a ditadura, que muitos passaram a ter e a recusar qualquer tipo de pertencimento ou aproximação em razão da exposição de graves violações de direitos humanos, práticas de tortura, mortes, desaparecimentos (REIS FILHO, 2010; WAIZBORT, 2013).

Enquanto isso, na década de 1980, a presença exacerbada de militares chama atenção. Militares de alta patente, que se debruçavam sobre a história, e se auto-intitulavam historiadores ocupavam um espaço significativo na instituição. Eram sócios e marcavam presença nas reuniões e nas publicações da Revista. Eram ativos nos trabalhos do IHGB. Apresentavam comunicações, demarcavam opiniões, sugestões, diferentemente de outros sócios que apenas compareciam nas reuniões e muitas vezes não se envolviam nas discussões. Consequentemente, eles, que faziam parte das forças armadas e se dedicavam à história militar, fizeram com que boa parte dos assuntos tratados na instituição nesse período fosse referente a questões militares.

A *Revista do IHGB* em sua edição de julho a setembro de 1984 apresentou uma transcrição traduzida de uma entrevista de José Honório Rodrigues concedida à John D. Wirth⁶⁹ e publicada na “Hispanic American Historical”. A entrevista tratou da trajetória de José Honório desde sua origem, sua formação, suas atividades e sua carreira como

⁶⁹ Especialista em História da América Latina e professor da Universidade de Stanford, Califórnia. Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

pesquisador, escritor, arquivista e professor, e abordou também, de forma ampla, a evolução do papel dos historiadores e as direções do campo de trabalho.

Jose Honório Rodrigues, sócio antigo do IHGB⁷⁰, membro naquele ano da Comissão de História da instituição, com seus quase 70 anos, com uma longa carreira desenvolvida como professor e pesquisador⁷¹, possuía vastas produções e já se destacava como um pesquisador de relevância dedicado ao exame da produção historiográfica brasileira. Dirigiu o Arquivo Nacional até poucos dias antes do golpe de 1964. Foi professor visitante da Universidade de Texas e na Columbia University e de acordo com seu relato, recebeu oferta para ser professor titular nos Estados Unidos, com excelente salário e estabilidade, mas recusou por acreditar que um historiador brasileiro precisava morar em seu próprio país. Não previu, no entanto, “que o Brasil começara em 1964 uma ditadura militar que durou quase vinte anos”. Se tivesse cogitado, diz que não teria perdido essa oportunidade (RODRIGUES, 1984, p. 163).

Mesmo com seu prestigiado currículo e com sua longa dedicação ao Instituto, não deixou de ser alvo de críticas de seus congêneres por um fragmento de sua fala na entrevista, a qual, naturalmente, todos tiveram acesso, já que foi publicada integralmente no periódico da instituição.

As críticas começaram logo após a publicação da revista em setembro de 1984 e foram expostas em ao menos dois encontros da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS) do IHGB por sócios que dessas reuniões participaram. Assim sendo, nos encontros de 19 de setembro e de 03 de outubro do mesmo ano, em que estiveram presentes em média 27 sócios, 8 deles se manifestaram contrariamente à fala de José Honório, que foi considerada merecedora de “geral repulsa”, conforme termos usados por Herculano Mathias, integrante que trouxe à tona o assunto (IHGB, 1984, p. 333).

A fala do entrevistado que incomodou e tornou sua entrevista alvo de comentários negativos dentro da instituição foi uma crítica que fez sobre o fato de a escrita da história

⁷⁰ Sócio do IHGB desde 1948.

⁷¹ José Honório Rodrigues, bacharel em direito, trabalhou, com a direção de Sérgio Buarque de Holanda, no Instituto Nacional do Livro (1939-1944); foi bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool (1945); nos anos de 1940 fez cursos na Universidade de Colúmbia; lecionou no Instituto Rio Branco (1946-1956), na Faculdade de Ciências Econômicas do Estado da Guanabara, na Universidade Federal Fluminense, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de Brasília; pesquisador do arquivo do Ministério das Relações Exteriores (1949-1950); diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional (1946-1958) e do Arquivo Nacional (1958-1964) (GONTIJO, 2011, p. 277).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

no Brasil estar sendo feita por militares. Quando questionado pelo entrevistador sobre a influência das ciências sociais sobre a história, ele respondeu demonstrando sua posição positiva em relação a essa interdisciplinaridade, mas revelou a sua contrariedade à inserção dos estudos sociais em detrimento da história do Brasil nos currículos escolares primários e secundários, que fez com que os historiadores do Brasil perdessem mercado de trabalho. Aproveitou a oportunidade da temática da conversa para argumentar a desatenção que o Brasil estava concedendo à pesquisa histórica séria e mencionou que, no país, diplomatas estavam escrevendo história de forma equivocada com “argumentos que derivaram da pura ignorância das condições históricas brasileiras” (RODRIGUES, 1984, p. 170). Mais ainda, que “pessoas não treinadas estão escrevendo história nos vários ministérios, inclusive oficiais do exército e da marinha, quando o que necessitamos são quadros profissionais de historiadores para fazerem trabalho sério” (Ibidem). Acrescenta dizendo que a pesquisa que não é técnica ou científica não merece ajuda governamental.

Na entrevista de José Honório Rodrigues, que resultou em 17 páginas e foi publicada também fora do Brasil, a breve afirmativa, transcrita acima, de que pessoas destreinadas estavam escrevendo história, como oficiais do exército e da marinha, incomodou alguns membros do IHGB, a maioria deles sócios militares e frequentadores assíduos do Instituto naquele ano. Herculano Gomes Mathias foi o primeiro a se pronunciar sobre o teor da entrevista. Depois dele, ocorreram manifestações de Arthur César Ferreira Reis, do general Jonas Correia, do coronel Cláudio Moreira Bento, do coronel Francisco Ruas Santos, do general Francisco de Paula e Azevedo Pondé, do general Umberto Peregrino, bem como o presidente da instituição Pedro Calmon que “não fez restrições às restrições” (IHGB, 1984, p. 334). Para o general Jonas Correia, Honório Rodrigues fez acusações gratuitas aos militares historiadores.

Como se observa, dentre as pessoas que se declararam insatisfeitas com o comentário, cinco delas eram pertencentes às Forças Armadas. Eram também empenhadas na história militar e marcavam presença em praticamente todas as reuniões da CEPHAS. O entrevistado, por sua vez, não esteve presente em nenhum desses encontros. Ele, que não tinha o hábito de participar das reuniões da CEPHAS - inclusive não estava nos dias em que as críticas foram feitas - manteve o seu costume de não comparecer. Nenhuma satisfação ou providência oficial foi tomada após essa situação.

Embora não mencionado por ninguém nas ocasiões em questão, José Honório, na entrevista, quando perguntado sobre seus pensamentos com relação ao papel dos Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

historiadores e ao direcionamento do campo historiográfico brasileiro, afirmou que observava a necessidade de criar um instituto de pesquisa histórica, como havia em alguns países. Ponderou a existência do IHGB com essa finalidade, mas, confirmou seu argumento em prol da criação de uma outra instituição. Em suas palavras, o Instituto “é largamente honorífico” (RODRIGUES, 1984, p. 169). Essa sua fala pode também ter mexido com o brio de alguns sócios, como Pedro Calmon, presidente do IHGB, que não fez nenhum comentário específico sobre a situação – ao menos não relatado em ata -, mas, que também não fez questão de apaziguar os ânimos daquela reunião que tanto falou sobre ele, e Arthur César Ferreira Reis, que era vice presidente, e se manifestou contrariamente.

O relato desse mal-estar gerado em torno de historiadores militares importa não apenas pelo caso em si. Essa foi uma crítica que afetou diretamente um grupo ativo dentro da instituição (os historiadores militares) e pode ser considerada extensível também aos trabalhos e reflexões desenvolvidas na CEPHAS do IHGB. Isso porque a história militar - ou assuntos relacionados - era um dos temas comuns abordados em praticamente todos os encontros desta comissão. Militares e história militar estavam presentes no IHGB de 1984. Talvez por isso a afirmativa de José Honório tenha gerado esse desagrado e manifestações de alguns dos sócios nas reuniões - algo não muito comum de ser ver nas atas.

Em 1984 ocorreram entre 2 a 4 reuniões mensais na Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas, totalizando 29 encontros ao longo do ano. Todos eles contaram com a participação ativa de alguns de seus sócios que possuíam carreira militar. Nenhum encontro da CEPHAS ao longo desse ano ocorreu sem a presença e participação de algum deles. O mesmo pode-se dizer das reuniões ordinárias, que aconteciam uma vez por mês. Tratava-se de pessoas ativas na instituição e nos trabalhos da CEPHAS, onde apresentavam comunicações, opiniões e sugestões, diferentemente de outros sócios que apenas compareciam como ouvintes.

Eles estavam presentes não apenas em 1984 e não só em reuniões ordinárias e da CEPHAS. Lúcia Guimarães (1995) já havia afirmado que as carreiras militares juntamente com o funcionalismo público e a política constituíam as principais ocupações dos sócios do Instituto até 1889. Ainda, através da biografia coletiva dos membros da direção, sabemos que 17% da composição da administração do IHGB ao longo de 1964 a 1979 foi preenchida por militares (SANTOS, 2018). Na década de 1980, houve uma

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

diminuição: 8% dos cargos administrativos foram ocupados por membros das Forças Armadas, sendo que nenhum deles ingressou na instituição como sócio nesta década. Entraram como sócios, em sua maioria, no período da ditadura e menor número nos anos de 1950 e 1960.

Dessa forma, se fizeram presentes, enquanto sócios, nas reuniões do IHGB, mas ocuparam um número menor de cargos importantes na década de 1980 quando em comparação com o período anterior. Isso nos faz pensar que o militarismo se constituiu como uma herança e uma tradição dentro do Instituto não apenas de tempos recentes da ditadura, mas de tempos mais distantes que envolveram os primeiros anos da instituição, embora não tenhamos esses dados quantificados.

A partir de análises construídas com base nas atas de sessões da CEPHAS, percebe-se que, de 29 sessões ocorridas, apenas em 5 delas não foram realizadas qualquer referência a questões militares, apesar de os sócios militares estarem presentes. Em todo o restante dos encontros, o assunto atravessou, de alguma maneira, as conversas, ocorrendo na maioria das vezes por iniciativa desses membros do IHGB que eram pertencentes às Forças Armadas. Nas sessões ordinárias da Instituição, realizadas mensalmente, de março a dezembro, totalizando 10 reuniões no ano de 1984, em 8, com o comparecimento dos sócios com carreira nas Forças Armadas, ocorreram comunicações ou menções à história militar.

A história militar aparece através do culto a personalidades militares, falecidos ou não, considerados honrosos; através de homenagens e lembranças de seus atos grandiosos; mediante discussões sobre pesquisas ou livros escritos por membros das Forças Armadas a respeito do desenvolvimento de atividades militares; através de estudos de estratégias militares ou de batalhas e de guerras. Tudo isso comumente ligado à história política tradicional. Além do mais, os sócios indicam as suas relações próximas com instituições militares, prestando assessorias e ministrando cursos. Considerando as reuniões da CEPHAS e as sessões ordinárias da instituição, houve citações, por exemplo, relacionadas ao falecimento do almirante Washington Perry de Almeida; ao trabalho do sócio Cláudio Moreira Bento sobre o sesquicentenário da Polícia Militar de São Paulo; ao centenário de nascimento do General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (integrante da Sociedade Bibliotecária Acadêmica da Escola Militar do Realengo; às tradições da Academia Militar das Agulhas Negras em seus 40 anos em Resende. Houve também comunicações sobre a figura do oficial brasileiro José Inácio de Abreu Lima, que serviu

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

nas forças de Simon Bolívar e também sobre o Tenente Antônio João que participou da Guerra do Paraguai, dentre outros.

Os temas tratados no IHGB, portanto, são centrados naquilo que geralmente se entende por uma história militar tradicional, território geralmente ocupado por historiadores militares e poucos admiradores civis, com estudo focado nas instituições, guerras, batalhas, táticas, principais figuras militares, com uma fascinação por aspectos românticos e patrióticos. Essa história militar apareceu pela primeira vez no Brasil, enquanto um gênero identificável, no final do século XIX, quando houve um crescimento e fortalecimento institucional do Exército, e alcançou seu apogeu na primeira metade do século XX (CASTRO, 2004).

A história militar desenvolvida no Instituto, dessa forma, não se localiza, portanto, na “nova história militar”, que amplia a compreensão da instituição militar como integrante da sociedade, com estudos que abordam a origem social e vínculos de sociabilidade, por exemplo, tal como apresenta Celso Castro, mas que só foi propiciada no Brasil posteriormente, por volta de 1990. Trata-se de uma revisão da história militar, que apenas se tornou possível em razão de uma confluência frutífera de democratização e maior influência da história social e da antropologia, fazendo com que a história militar ganhasse aceitação no campo profissional no final da década (Ibidem, p. 12-24).

Através da editora da Biblioteca Militar, fundada em 1937, atualmente Biblioteca do Exército Editora ou Bibliex, o Exército tinha a missão de publicar autores de seu interesse, que no geral, estavam envolvidos na história militar tradicional (Ibidem). Todos esses historiadores militares ativos no IHGB em 1984 que foram citados tinham alguma relação com a Bibliex. Cláudio Moreira Bento ganhou prêmio literário pela Bibliex com dois livros: *Exército e a Abolição* e *Exército na Proclamação da República*; o general Francisco de Paula e Azevedo Pondé fez parte do Conselho Editorial da Bibliex; o coronel Francisco Ruas Santos teve diversos livros publicados pela editora, como *Fontes para a história da FEB* (1958), *Ensaio e estudos militares* (1959), *Coleção Bibliográfica Militar* (1960), *Osório* (1967) e *Marechal Castello Branco: Seu Pensamento Militar* (1968); o general Jonas Correia publicou seu livro *Sentido heroico da Poesia de Castro Alves* (1971) também pela Bibliex e o general Umberto Peregrino foi diretor da instituição entre 1950 e 1960 e sobre ela, em meados de 1980, escreveu o livro *História da Biblioteca do Exército: um capítulo da História Cultural do Brasil*.

A história militar acadêmica tem um curso mais complexo, por coincidir com a expansão das universidades, com o fortalecimento da história como profissão, com o envolvimento militar na política e com o regime civil-militar a partir de 1964, que teve como resultado imediato o desencorajamento da pesquisa acadêmica sobre as Forças Armadas. A academia, assim, ocupou-se pouco com a história militar para além do estudo do envolvimento militar na política, ponto delicado enquanto se vivenciava um regime autoritário (CASTRO, 2004, p. 13-17). Sobre isso, Celso Castro diz:

Uma ironia da paisagem política brasileira até o início dos anos 1980 residia na demanda de uma história sobre as origens do regime, ao mesmo tempo em que a maior parte da profissão histórica era desviada para longe dele, em parte por dificuldades de acesso a fontes, em parte por ter sofrido constrangimentos profissionais ou pessoais de diversas ordens (CASTRO, 2004, p. 17).

Certo é que o regime militar promoveu alguns estigmas para a história militar. De certo modo, há razão nas explicações de José Murilo de Carvalho, apesar de suas generalizações e de considerar os militares pertencentes a um grupo homogêneo. De acordo com ele, há na comunidade acadêmica brasileira um veto aos estudos militares, sendo poucos os pesquisadores que se dedicam ao tema. Isso porque não possui legitimidade acadêmica e do ponto de vista político é considerado suspeito. Sendo assim, para ele, “quem escreve sobre militares corre o risco de ser considerado simpático à instituição militar e à sua ideologia”, e a ter “indícios de simpatias direitistas” (CARVALHO, 2005, p. 140-142). Há que se salientar que essa rejeição não é exclusiva do Brasil. Em países onde os militares se envolveram na repressão e na tortura isso ocorre, porque a imagem do torturador passa para a categoria militar como um todo e boa parte dos cientistas sociais dessas localidades foram vítimas da repressão ou tiveram pessoas próximas que foram. Logo, “por transferência, qualquer estudioso dos militares que não seja simplesmente um denunciador da tortura, torna-se suspeito de conivência ou, no mínimo, de tolerância com as práticas repressivas” (Ibidem).

O IHGB, em suas sessões da CEPHAS em 1984, ao contrário disso, deixava espaço aberto para a história militar tradicional quando o regime militar ainda não havia se encerrado. Inclusive, percebe-se através das menções realizadas que suas conexões eram mais estreitas com instituições como Institutos Históricos Militares, Instituto Militar de Engenharia e com a Escola Superior de Guerra (ESG) – além de outras, que não têm

relação com o militarismo, como os Institutos Históricos e Geográficos espalhados pelo Brasil, museus e outras instituições culturais - do que com universidades. Em alguns desses encontros, por não serem restritos aos sócios, pesquisadores eram convidados para explanarem a respeito de suas pesquisas. Esse parece ser, em 1984 o maior diálogo que faz com a academia e, talvez, com o público externo.

Outro ponto relevante a ser destacado é que esses historiadores militares participantes ativos na instituição, na maioria das vezes, eram mencionados nos relatórios e atas de sessões a partir da patente que ocupavam no comando militar. Os títulos de coronel e general, que são os postos mais altos das Forças Armadas, foram os que apareceram com mais recorrência. Então, usualmente eles não eram chamados apenas pelos seus respectivos nomes. Antes do nome estava, via de regra, a patente. Essa prática, simbolicamente, mostra que não eram “apenas” “historiadores” ou simplesmente sócios do IHGB. Ela reafirmava, no interior da instituição, o reconhecimento à posição de comando e de autoridade militar desses homens.

Destacamos aqui os militares e a história militar, porque, em razão da recorrência, é algo relevante de ser notado quando analisamos os documentos da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas do IHGB de 1984 e as atas das reuniões ordinárias do mesmo ano. Além disso, porque possui confluência com o recorte temático e com as efemérides, já que, a despeito de qualquer tese que seja priorizada para explicar o golpe de 1964 e o regime que foi estabelecido, temos a certeza de que foram alguns grupos de militares que depuseram o presidente João Goulart, instalaram e governaram a ditadura no país. Mas, não podemos deixar de mencionar que outros assuntos também foram tratados nessas reuniões em 1984, embora não haja outro tão comum como este.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ogs.). *O Brasil Republicano* 5. O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.1, 1988. P. 5-27.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; GONÇALVES, Marcia de Almeida; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *Estudos de Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 23, nº 45, janeiro-junho de 2010. p. 171-186.

SANTOS, Daniela de Miranda dos. *O IHGB e a ditadura civil-militar brasileira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and crisis of 1964*. Stanford University. 1979.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil - 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. *História & Ensino*, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul.-dez. 2011.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

STEPAN, Alfred C. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

WAIZBORT, Leopoldo. A trilogia do retorno de Fernando Gabeira. *Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 41-92, 2013.

FONTES

IHGB. Relatório das Atividades do IHGB. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, v. 345, 1984, p. 287-340.

RODRIGUES, José Honório Rodrigues. Hispanic American Historical Review. [Entrevista concedida a] John D. Wirth. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 344, julho-setembro, 1984, p. 157-172.

OS NACIONALES DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA ATRAVÉS DAS PÁGINAS DO DIÁRIO DE LISBOA

Igor Miguel de Almeida Taborda⁷²

RESUMO: Este trabalho pretende analisar o modo como os *Nacionales* da Guerra Civil Espanhola foram apresentados à sociedade portuguesa no jornal “Diário de Lisboa”, nas edições publicadas durante o período do conflito. Tendo em vista o contexto da ditadura Salazarista, pretende-se avaliar como a atuação do *Bando Nacional* foi abordada na mídia impressa de Portugal, visto que, apesar da destacada presença de correspondentes na Espanha, os jornalistas precisaram atuar levando em conta a prática censória do Estado Novo. Analisei de que forma o *Bando Nacional* foi tratado como grupo, de que maneira suas ações no conflito foram mostradas, como o apoio das potências fascistas e de Portugal foi reportado e de que modo os principais protagonistas do movimento foram apresentados aos seus leitores.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola, Diário de Lisboa, Imprensa, Francisco Franco, Estado Novo, Salazar.

ABSTRACT: This work intends to analyze how the *Nacionales* of the Spanish Civil War were presented to the Portuguese society in the newspaper “*Diário de Lisboa*”, in the editions published during the period of the conflict. Given the context of the Salazar dictatorship, it is intended to assess how the *Bando Nacional* was approached in the print media of Portugal, since, despite the prominent presence of correspondents in Spain, journalists had to act taking into account the censorship practice of the *Estado Novo*. I analyzed how the *Bando Nacional* was treated as a group, how its actions in the conflict

⁷² Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: igor.98.taborda@gmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

were shown, how the support of fascist states and Portugal was reported, and how the movement's main protagonists were presented to their readers.

Keywords: Spanish Civil War, Diário de Lisboa, Press, Francisco Franco, Estado Novo, Salazar.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão procurou analisar o modo como o *Bando Nacional* da Guerra Civil Espanhola foi apresentado à sociedade portuguesa no jornal “Diário de Lisboa”. Primeiramente é necessário estabelecer quem são os *Nacionales*. Se tratam dos diferentes grupos e setores que compuseram as forças que em 1936 realizaram o golpe parcialmente bem-sucedido contra a Segunda República Espanhola e a Frente Popular recentemente eleita. Esse agrupamento não tem um nome consensualmente definido na historiografia. Posteriormente seriam conhecidos como Franquistas, mas pelo fato de Franco não ser o líder incontestável desde o início do movimento não se trata de uma nomenclatura precisa. Assim, optou-se por utilizar os termos: “*Nacionales*”, “*Bando Nacional*” e “Rebeldes”.

Portugal e Espanha, em suas particularidades, vinham sofrendo com a instabilidade política desde o século XIX. Apesar de ambos os países terem entrado no século XX com pouca estabilidade, quando o levante contra a Segunda República aconteceu na Espanha, Portugal já era uma ditadura desde o final dos anos 20 e estava em um período de consolidação. A pessoa responsável por essa consolidação é António de Oliveira Salazar, que em 1933 instaurou o Estado Novo, solidificando algumas características gerais da Ditadura Nacional, como a censura, trazendo um maior personalismo para o regime. Assim, Salazar, bem como muitos nomes do alto escalão da ditadura e do exército, viram na Guerra Civil Espanhola um perigo para a estabilidade do país e seu projeto conservador, antiliberal, anticomunista e fortemente influenciado pelo catolicismo. A importância do que aconteceria na Espanha não era segredo para os portugueses, e desse modo, o Estado Novo se preocupou não apenas em ajudar o *Bando Nacional* no conflito, mas também buscou evitar que notícias potencialmente danosas à imagem dos *Nacionales*, inquestionavelmente mais alinhados com Salazar do que os “Vermelhos”, fossem veiculadas na mídia local.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A pesquisa levou em consideração que, apesar de o jornalista ter compromissos com valores como a realidade e a verdade, não é capaz de reproduzir o fato tal como ele aconteceu. É um profissional que produz interpretações e reproduções da realidade carregadas de subjetividades, delimitadas pelas suas diferentes perspectivas e limitações, tanto ideológicas quanto culturais (FRAGA, 2004). Contudo, o trabalho tem em vista esse fato, assim como as circunstâncias adversas em que os jornalistas escreveram seus relatos, o que é parte essencial de sua proposta. Assim, os jornalistas precisaram atuar levando em conta os diferentes tipos e graus de censura impostos pela ditadura como forma de assegurar a continuidade dos seus periódicos e a manutenção de seus empregos. É preciso ter em vista que Salazar controlava o sistema repressivo de maneira seletiva, buscando não causar escândalo (MENESES, 2011); e a supressão de informações em Portugal não era uma força todo-poderosa, existia permeabilidade em sua atuação. Dessa forma, tendo em mente o contexto da ditadura Salazarista, levando em consideração a bibliografia sobre o conflito e as narrativas propagandísticas criadas por ambos os lados, trabalhei com as edições do Diário de Lisboa do início da guerra até o seu fim, busquei analisar como a atuação dos *Nacionales*, suas lideranças, suas ações no campo de batalha (e fora dele) foram reportadas no periódico.

O JORNAL E A GUERRA DA ESPANHA EM PORTUGAL

Levando em conta o grande interesse da população portuguesa, a proximidade do país e a ampla mobilização de jornalistas, a guerra na Espanha foi um fenômeno ímpar dentro da imprensa portuguesa do período. É até aquele momento, o acontecimento que mais correspondentes mobilizou (RODRÍGUEZ, 2003), além de ser até hoje considerado um grande fenômeno jornalístico, com expressivo aumento nas vendas e reimpressões de edições. Os jornalistas portugueses, de modo geral, tiveram uma atuação privilegiada em relação aos profissionais de outros países graças à proximidade ideológica entre Salazar e Franco.

Nesse contexto, o Diário de Lisboa foi o segundo jornal português que mais enviou correspondentes ao país. E, apesar de não ser o que contou com mais enviados, talvez seja o mais pertinente para se analisar. Diferente de outras grandes publicações, o jornal lisboeta apresentou uma equipe muito mais heterogênea ideologicamente, apresentando episódios de subserviência assim como de desafio as normas de censura. O

diário se torna especialmente notável por ter sido o primeiro veículo de imprensa a enviar

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

um correspondente para a guerra e a realizar uma entrevista com o general Francisco Franco após o início do conflito, além de ter alcançado repercussão internacional com as denúncias dos massacres de Badajoz feitas pelo jornalista Mário Neves. Ademais, contou com o capitão Jorge Botelho Moniz em sua equipe – um militar ligado ao governo Salazarista, diretamente envolvido em uma missão militar de observação portuguesa na Espanha e que capitaneava os esforços pelo envio de voluntários portugueses para o conflito (VIEIRA, 2011).

É possível dizer que a representação dos *Nacionales* no jornal não foi completamente e uniformemente partidária como em alguns outros periódicos, apresentando variações ao longo dos anos. O Diário recorreu a correspondentes próprios, mas também se utilizou de algumas agências de notícias e jornais estrangeiros como fonte, contando também com informações de rádios. As boas relações existentes entre os *Nacionales* e os jornalistas portugueses conferiram a eles acesso privilegiado a informações, de modo que, no geral, parecem ter buscado evitar atritos para não perder sua posição favorável.

No geral, apresentava a Guerra Civil Espanhola de maneira consideravelmente parcial, através do ponto de vista dos Rebeldes espanhóis. É possível dizer que isso ocorreu em parte devido à censura existente no período. Contudo, especialmente nos primeiros meses, é possível perceber tentativas de buscar uma abordagem razoavelmente “neutra” da guerra, como nas denúncias dos massacres de Badajoz. Todavia, escolhas editoriais deliberadas e a atuação de alguns jornalistas levaram a uma cobertura tendenciosa. Afinal, o jornal contou com claros apoiadores de Salazar e dos *Nacionales*, inclusive um nome da própria ditadura, o capitão Jorge Botelho Moniz.

OS NACIONALES NO DIÁRIO DE LISBOA

Finalmente, tratando sobre o modo como os *Nacionales* foram apresentados a sociedade portuguesa, em um primeiro momento, se mostrou com clareza os diferentes grupos que pegaram em armas. Alguns setores que compunham significativamente a base de apoio do movimento, mas que não estavam diretamente envolvidos no campo de batalha, tiveram pouca presença, apesar de serem citados. Esse o caso da igreja. Porém, o catolicismo e a fé sempre foram mostrados como valores implícitos entre os *Nacionales*.

Os militares receberam grande destaque, principalmente na figura dos generais. Depois deles, os falangistas certamente foram o setor mais destacado e romantizado nas Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

páginas do jornal durante o primeiro ano de conflito, sendo uma presença frequente nos relatos dos correspondentes. Os monarquistas carlistas tem seu espaço, mas eram menos enfatizados. Por mais de uma vez é dito que participavam no movimento mais “desinteressadamente”, sem impor condições. Do ponto de vista ideológico, o jornal discute normalmente as questões particulares dessas diferentes organizações, mas sem grandes polêmicas. Trata a oposição aos valores e práticas dos Republicanos como justificativa suficientemente válida para lutarem lado a lado. Porém, com o desenrolar da guerra, esses grupos minoritários vão perdendo espaço, e sua presença se torna cada vez menos frequente nas páginas do Diário de Lisboa.

Os legionários marroquinos, por sua vez, eram chamados de “mouros” e por vezes citados de maneira pejorativa, como “selvagens” e “violentos”, mesmo quando a intenção era elogiá-los em algum aspecto. Ironicamente, os atos deles eram abordados de maneira mais fidedigna, sem preocupações de amenizar as suas ações. Quanto aos civis, relatos sobre a euforia patriótica da população ou a respeito da volta à normalidade nos territórios Rebeldes foram comuns nos primeiros meses de guerra. Curiosamente, a censura na Espanha e o futuro estabelecimento de uma ditadura foram tratados com naturalidade, até pela situação política vivida em Portugal.

Ao relatar a extrema violência do conflito, a cobertura ficou aquém do esperado. Na maior parte dos casos, quando aborda bombardeios e demais ataques feitos pelos *Nacionales* às cidades, costumou enfatizar que causaram poucos danos e feridos ou que atingiram apenas os alvos militares, tratando as mortes resultantes de modo objetivo e protocolar, sem entrar em muitos detalhes descritivos e explícitos sobre o que aconteceu. O jornal falou constantemente de vitórias Rebeldes, o que de fato retratou a evolução do conflito, dada a inegável superioridade das tropas e do seu poder bélico. Contudo, a razão por trás dessa supremacia, os diversos armamentos, tanques e aviões, fornecidos pela Itália e Alemanha, é ocultada. Por outro lado, sabe-se que o *Bando Nacional* também sofreu derrotas, mas esses acontecimentos costumam ser omitidos pelo periódico. Desse modo, o movimento aparece quase sempre vencendo “heroicamente” e “libertando” cidades.

O Diário de Lisboa tratou constantemente das polêmicas quanto à participação (ou não) das potências fascistas no conflito. Porém, a discussão foi mostrada de modo razoavelmente conflitante, repercutindo jornais estrangeiros. A tendência geral da

cobertura não era em tom de denúncia e fazia parecer que a Itália e a Alemanha tendiam

a respeitar os acordos de Não-Intervenção; quando na verdade estavam deliberadamente enviando armas, tropas combatentes e forças militares, enquanto afirmavam se tratar de simples voluntários. Em meados de 1937, passou a abordar mais abertamente essa questão, repercutindo declarações de Mussolini a respeito, tratando de maneira heroica, citando mortes em combate e homenagens feitas na Itália. Contudo, ainda eram abordados como “voluntários”. O jornal praticamente nem citou as forças nazistas que atuaram na guerra auxiliando os *Nacionales*.

Quanto ao modo como alguns dos principais nomes do movimento foram abordados pelo Diário de Lisboa cabe dizer que Francisco Franco, desde o início, já aparecia como chefe supremo. Frequentemente foi exaltado por suas qualidades como líder, sendo mostrado como tranquilo, humilde, benevolente e confiante, por diversas vezes tecendo elogios à Portugal. Apesar de o jornal até citar bombardeios e mortes causadas pelos *Nacionales*, nesse contexto Franco sempre foi apresentado como alguém de personalidade forte e estrategista. Essa abordagem positiva e amistosa também se aplica à outros líderes. Trechos onde generais se defendem e fazem acusações foram comuns nas diversas entrevistas que o *Bando Nacional* cedeu ao Diário de Lisboa. Estas matérias funcionaram como um espaço para promoção oferecido às forças de Franco, onde não tiveram que lidar com grandes contestações a respeito de suas declarações. Desse modo, os militares foram muito exaltados, enfatizados como líderes respeitáveis, com suas vitórias sendo destacadas como heroicas. Generais como Queipo de Llano e Juan Yagüe foram tratados, na maior parte do tempo, dessa forma. Apesar de serem dois militares infames pelos atos de extrema violência que cometeram e ordenaram (BUADES, 2013), o jornal pouco comenta sobre essas atrocidades. As poucas menções se perdem em meio ao mar de elogios.

Na segunda metade da Guerra Civil Espanhola, Salazar autorizou o recrutamento de voluntários portugueses para lutarem no conflito, os chamados Viriatos. O heroísmo deles é constantemente exaltado, sempre enfatizando grandes feitos e um acentuado sentido patriótico em sua luta. Porém, essa cobertura sofreu uma mudança brusca. No final de 1938 o comandante dos Viriatos tem declarações veiculadas no Diário onde desmente “exageros” publicados no próprio jornal sobre a ação deles na guerra. Ele deu uma visão mais realista e menos romantizada da atuação desses combatentes, que, de fato, foi tangencial no campo de batalha. O esclarecimento ocorreu devido ao ufanismo e os exageros factuais que caracterizaram a cobertura da imprensa portuguesa quanto aos

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Viritatos, o que incomodou o próprio Salazar e sua pretensão de se envolver na guerra de maneira discreta. Desse ponto em diante o jornal passou a adotar uma postura mais contida, e como a guerra já se encaminhava para o fim, os combatentes portugueses foram perdendo espaço.

CONCLUSÃO

Sendo assim, o Diário de Lisboa, na prática, foi um meio de comunicação onde o *Bando Nacional* teve liberdade para se manifestar com a publicação de diversas declarações falsas ou enviesadas por parte de generais, sendo habitualmente mostrados de maneira positiva, com informações potencialmente danosas a sua imagem sendo omitidas, e sendo caracterizados como heroicos e bravos, com consideráveis juízos de valor. Dessa forma, tinham um espaço para acusar os Republicanos, que não possuíam direito de resposta.

Levando em conta o que foi efetivamente publicado e chegou aos leitores, a cobertura do jornal contribuiu para melhorar a imagem externa do *Bando nacional* e defender os interesses do Estado Novo. Embora existam momentos de maior idoneidade, o periódico majoritariamente se apoiou no ponto de vista dos Rebeldes, reforçando-o. Assim, é possível dizer que o Diário de Lisboa, ao apresentar os *Nacionais* da Guerra Civil Espanhola à sociedade portuguesa, foi na maior parte do tempo uma plataforma de propaganda dos interesses da ditadura de Salazar e da causa de Franco em Portugal, em detrimento de contribuir para uma compreensão mais isenta dos lados em conflito aos seus leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUADES, Josep. **A Guerra Civil Espanhola: O palco que serviu de ensaio para a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2013.

DIÁRIO DE LISBOA. Lisboa. Diário. Disponível em:<http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa>. Acesso em: 27 mar. 2021.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e vermelho: a guerra civil espanhola através das páginas do jornal correio do povo (1936-1939)**. 2004. 132 f. Tese (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MENESES, Filipe Ribeiro de. **Salazar: Biografia Definitiva**. São Paulo: Leya, 2011.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena. A guerra de propaganda de Salazar: Os correspondentes portugueses e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939). **Revista Media & Jornalismo**, Lisboa, p. 9-22, 2003.

VIEIRA, Rui Aballe. **Tomar o Pulso ao Tigre: Missões Militares Portuguesas em Espanha, entre a vigilância e a cooperação (1934 – 1939)**. 2011. 246 f. Tese (Mestrado) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

**OS NEGÓCIOS DO SUL: A GUERRA DA CISPLATINA NA
LINGUAGEM POLÍTICA DO PERIÓDICO *O VERDADEIRO
LIBERAL* (1826)**

Fabíula Paulo de Freitas Manhães⁷³

RESUMO: O presente texto apresenta alguns dos resultados colhidos ao longo da análise da linguagem política do impresso periódico *O Verdadeiro Liberal*, redigido por Pierre Chapuis e publicado no Rio de Janeiro entre março e abril de 1826. Ancorados na metodologia proposta pela Escola de Cambridge, que indica a fundamental interligação entre o texto e seu contexto de produção como mote do trabalho investigativo do historiador do pensamento político, buscamos evidenciar, especificamente, os proferimentos enunciados por Chapuis no que concernia a um assunto que, à época, gozava de enorme relevância e fervilhava pelos espaços públicos fluminenses. Nos referimos à Guerra da Cisplatina (1825-1828), declarada pelo Império do Brasil às Províncias Unidas do Rio da Prata.

PALAVRAS-CHAVE: *O Verdadeiro Liberal*; Guerra da Cisplatina; Imprensa periódica; Linguagens políticas.

ABSTRACT: This paper presents some of the results collected along the analysis of the political language found in the journal *O Verdadeiro Liberal*, written by Pierre Chapuis and published in Rio de Janeiro from march to april 1826. Based on the approach proposed by the Cambridge School, which indicate the fundamentalt connection between the text and its context as the focus for the investigative craft of the political thought historian, we seek to emphasize, in particular, Chapuis' utterances about a subject that, at the time, enjoyed enormous significance and effervesced through the public spaces in Rio de Janeiro. We refer to the Cisplatine War (1825-1828), declared by Empire of Brazil against the United Provinces of the Río de la Plata.

⁷³ Mestranda em História (PPGHIS/UFJF). E-mail: fabiuila.freitas99@gmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

KEYWORDS: *O Verdadeiro Liberal*; Cisplatine War; Periodical press; Political languages.

INTRODUÇÃO

As funções desempenhadas pela opinião pública e pela imprensa periódica na vida política da América ibérica oitocentista têm sido preocupações constantemente seguidas por historiadores. Não mais abordadas como “fiéis” oráculos em que se poderia encontrar a “verdade dos fatos” do passado, tampouco como meros ecos de uma superestrutura, as fontes documentais provenientes da imprensa – a exemplo de jornais, panfletos, revistas e pasquins –, a partir da renovação das abordagens e dos objetos manuseados pela historiografia há algumas décadas, tiveram sua importância e seu estatuto reavaliados. Concebida como “agente histórico que intervém nos processos e episódios”, a fonte impressa tornou-se um importante meio de acesso aos discursos forjados e publicizados em determinados períodos históricos (MOREL; BARROS, 2003: 8-9).

A partir de 1808, com o traslado da Corte lusitana para a América, o Brasil abrigou em seu seio o nascimento e o florescimento de uma imprensa, possibilitada pela instalação da Imprensa Régia. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal a ser publicado na colônia; seu formato, todavia, aproximava-se ao dos impressos do Antigo Regime, pois tinha seu conteúdo voltado para a divulgação de informações oficiais. Por outro lado, ainda em 1808, surgia, em Londres, o *Correio Braziliense*, cujo autor era Hipólito da Costa. Por ter seu autor nascido na Colônia do Sacramento numa época em que a região pertencia à Coroa de Portugal, considera-se o *Correio* como uma publicação brasileira. A essa altura, no entanto, não é notada a configuração de espaços públicos e de uma opinião pública de caráter moderno em solo luso-brasileiro (MOREL, 2016: 237-238).

A deflagração da Revolução Constitucional do Porto, em agosto de 1820, foi um momento chave para o processo de formatação da opinião pública no Reino do Brasil. O pensamento político vintista, fruto das movimentações constitucionalistas que se desenrolavam na Península, passou a ecoar em terras americanas a partir de 1821. Calcados na linguagem revolucionária francesa e nas linhas diretivas do liberalismo gaditano, os vintistas reclamavam o retorno de D. João VI a Portugal e a instalação de

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Cortes, que confeccionariam, por seu turno, uma constituição. Com isso, em abril de 1821 o rei deixava o reino brasílico sob a regência de seu filho, D. Pedro, e voltava à Europa. Antes disso, alinhado às ações das Cortes de Lisboa e atemorizado pela possibilidade de ter seus poderes ainda mais esgarçados, D. João havia decretado a suspensão da censura prévia às publicações (2 de março de 1821). Tal decreto sucedia a proclamação de liberdade de imprensa efetuada pelas Cortes ainda em 1820 (LYNCH, 2012: 81-82; MOREL, 2016: 238-239).

Fato é que, a essa altura, a ampla circulação de impressos no Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro, já era um fenômeno incontrolável (MOREL, 2016: 239). As produções, entre jornais e panfletos, eram intrinsecamente polêmicas, objetivas e pedagógicas. Seu objetivo precípuo era a difundir o ideário liberal e constitucionalista, habituando a população aos novos conceitos e valores que conformariam a cultura política doravante vigente no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Era comum, à guisa de exemplo, a edição de “catecismos políticos”, que, alterando a estrutura de orações próprias da liturgia católica, disseminavam pelos espaços públicos os principais componentes do vocabulário político liberal. Nesse sentido, pode-se afirmar que o período entre 1821 e 1822 foi a “época áurea” da produção e do fluxo de impressos na Corte imperial (NEVES, 1995: 126-127).

Não obstante, a prática da censura e da perseguição a redatores nunca desapareceram. Mesmo após a emancipação brasileira, erguida discursivamente sobre os alicerces do liberalismo, dispositivos extrajudiciais e processos policiais eram instaurados contra os escritores que ousassem se opor às ações do governo (NUNES, 2010). Uma clássica ilustração do enalço sofrido pelos homens de letras que expunham publicamente suas divergências em relação ao poder central é a *bonifácia*. A devassa, diligenciada pelo ministro de Estado José Bonifácio de Andrada e Silva, acusava um grupo de redatores de maquinação republicana. O grupo era formado, dentre outros, por Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira e João Soares Lisboa, sendo os dois primeiros os redatores do *Revérbero: Constitucional Fluminense* e o último o responsável pelo *Correio do Rio de Janeiro*. Além de terem seus jornais fechados, esses indivíduos foram exilados, tendo a maioria se instalado na região do Rio da Prata (FERREIRA, 2017: 19-20).

Percebemos, assim, que o forjamento de uma opinião pública e de espaços públicos modernos no Brasil e, mais detidamente, no Rio de Janeiro, não se desdobrou de forma homogênea e retilínea; pelo contrário, a sobrevivência de modalidades de comunicação do Antigo Regime – como leituras em voz alta e proclamações – e as próprias decisões do Estado concernentes à liberdade de escrita e publicação dotaram tal processo de instabilidades e frequentes “recuos e expansões” (MOREL, 2016: 239-240). É o que notaremos ao nos debruçarmos sobre os momentos que antecedem e que abrigam a criação do periódico *O Verdadeiro Liberal* por Pierre Chapuis, fonte histórica à qual nos ateremos neste trabalho.

Para compreender a urdidura da linguagem política do *Verdadeiro Liberal*, recorreremos à metodologia de análise conhecida como Contextualismo Linguístico, que tem em John Pocock e Quentin Skinner seus principais representantes. Recorremos a tal metodologia por considerarmos fundamental, de acordo com suas diretrizes, a compreensão da impossibilidade de se descarnar um texto de seu contexto de produção. Entende-se que os escritos não são meramente conjuntos de ideias colocados em folhas de papel, mas sim fortes e polêmicos interventores em um cenário político, social e cultural carregado de complexidades e demandas. O escritor, ao empunhar sua pena e levar a público seus pensamentos, nunca está “acima da batalha”, mas constitui-se como “parte da própria batalha” (SKINNER, 2010: 14-15). Logo, buscaremos identificar que tipo de intervenção Chapuis objetivava produzir no contexto linguístico em que se inseria. Para isso, perseguiremos os *lances* efetuados pelo escritor, isto é, quais recursos discursivos ele mobilizava ao tentar alterar, endossar ou invalidar os argumentos abrigados pelo contexto linguístico (POCOCK, 2003, p. 39).

1823-1825: UM ESTADO EM CONSTRUÇÃO E UM ESPAÇO PÚBLICO EM RETRAÇÃO

A característica volátil do espaço público fluminense pôde ser verificada a partir de situações vivenciadas a partir do ano de 1823. Em 17 de abril daquele ano passava a funcionar, na Corte, a Assembleia Constituinte, formada por deputados de cada província do novo Império. Entretanto, no decorrer dos trabalhos do congresso, emergiram grandes divergências entre os planos dos deputados e os de D. Pedro I. Na busca por

fortalecimento de seu governo, o Imperador encerrou as atividades da Assembleia em novembro de 1823. Em seguida, deu-se início à elaboração de uma Constituição. Promulgada em 24 de março de 1824, a Constituição regeu o Império até sua queda, em 1889 (BERBEL, 2010: 52).

Conforme Glauber Florindo (2020: 15), a decisão do monarca por dissolver a Constituinte não era de todo contrária ao ideário constitucionalista. Em última instância, ele buscava ratificar seu poder e sua autoridade na esteira da construção de um Império cuja coroa estava posicionada em sua cabeça. No entanto, não se pode negar o peso negativo que tal medida acarretou para a imagem de D. Pedro I enquanto um governante liberal. Sua postura autoritária transparecia cada vez mais e os espaços públicos refletiram tal situação. Segundo Nelson Werneck Sodré (1966) e Arthur Ferreira Reis (2016), no ano de 1823 apenas oito jornais de cunho político circulavam pelo Rio de Janeiro. Tal número diminuiria no mesmo ano, devido à expulsão dos irmãos Andrada do país e ao fim do periódico *O Tamoyo*, por eles redigido.

A aura de repressão e medo que se instalou nos espaços públicos da Corte apenas se intensificariam com a chegada do ano de 1824. A Confederação do Equador, largamente motivada pelo fechamento da Constituinte de 1823, foi severamente reprimida pelas forças imperiais. Os rumos que a vida política no Império tomaria não deixaram, nesse contexto, de serem observados e até mesmo ditados pela atividade da imprensa. De acordo com Reis (2016: 38), foi por meio dos jornais áulicos, ou seja, os jornais inclinados às tendências do governo, que D. Pedro I garantiu sua governabilidade a partir das crises que se abateram sobre seu poderio a partir de 1823. Em outras palavras, a crítica ao gabinete pedrino era presente, mas a imprensa áulica teria sido responsável por apaziguar, diante dos olhos e ouvidos do público, a onda de descontentamento com o governo.

Seguindo tal panorama, adentrava-se o ano de 1825 com o silêncio ainda pairando sobre a imprensa fluminense. Nesse ano, apenas três jornais políticos circulavam no Rio, todos de caráter áulico (REIS, 2016; SODRÉ, 1966). Simultaneamente a todos esses processos, o Brasil buscava sua consolidação enquanto Estado nacional independente e soberano. Desse modo, em 29 de agosto de 1825, o Tratado de Paz e Amizade com Portugal era assinado, por meio do qual a antiga mãe-pátria reconhecia a emancipação

brasileira. A Grã-Bretanha foi a grande responsável por mediar o acordo entre os dois países. O Tratado com Portugal foi oficializado em meio a um panorama político delicado, no qual o recém-nascido Estado-nação brasileiro necessitava de fortalecimento externo e interno. Externo, pois a apresentação do Brasil enquanto corpo político soberano frente à ordem internacional era uma premência; e interno, visto que, em 1825, a união entre as províncias estava longe da plenitude (PEREIRA, 2007: 126).

A questão cisplatina se materializava e perpassava por esse contexto, já bastante conturbado. Acoplada, por meio do Congresso Cisplatino, ao Reino Unido português em 1821, a Cisplatina foi a última província a reconhecer o governo pedrino, tendo o feito somente em 1824. A presença luso-brasileira nunca foi unanimemente aceita pelos habitantes da *banda oriental del uruguay*. Após a independência brasileira, ocorrida a divisão interna das tropas de ocupação – uma parte, juntamente a Carlos Frederico Lecor, jurou fidelidade ao governo do Rio de Janeiro, enquanto a Divisão dos Voluntários Reais D’El Rei, sob a égide do brigadeiro Álvaro da Costa, permaneceu leal a D. João VI –, a imprensa de Montevideú abriu flamejante campanha contra a permanência dos “portugueses” ou “brasilienses”. Destacou-se, nesse contexto, a ação da *Sociedad de Los Caballeros Orientales*, que combateu a ocupação por meio de jornais como *La Aurora*, *El Pampero* e *El Aguacero* (NOVALES, 2015: 84; WINTER, 2014).

Havia, por parte de um setor da elite oriental, a esperança de que a Província Cisplatina/Oriental deixasse o jugo luso-brasileiro e se anexasse às Províncias Unidas do Rio da Prata. Periódicos como *El Pampero* advogavam tal alternativa, pintando, em suas páginas, a imagem de D. Pedro I e de seu novo império com tons de absolutismo e tirania. Nesse caso, chegava-se a elogiar os combatentes das tropas lusitanas, enquanto os “imperiais” eram retratados como escravos e seu monarca como um déspota (WINTER, 2014: 335). Em 1823, Bernardino Rivadavia enviou Valentín Gomez ao Rio de Janeiro. A missão consistia em interceder pela desocupação da Província Oriental que, conforme o pensamento da elite portenha e dos orientais a ela alinhados, já era uma região independente desde o período artiguista (REAL DE AZÚA, 1992: 85). A resposta do governo imperial foi negativa.

Estava aberto, assim, o caminho que conduziria à eclosão de uma guerra. A Cisplatina era um vulcão prestes a entrar em erupção quando, em outubro de 1825,

Buenos Aires aceitava a solicitação de reunião da Banda Oriental ao território das Províncias Unidas. Tendo uma decisão sido tomada à revelia de suas diretrizes e, agora, contando com o reconhecimento da autonomia do Brasil, D. Pedro I declarava guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata. A Guerra da Cisplatina ou *Guerra del Brasil*, como é denominada na Argentina e no Uruguai, era justa, conforme o Imperador, porque sua honra não poderia ser ferida. Honra do Imperador e honra do Estado se fundiam em uma narrativa que visava legitimar a guerra, projetando-a como meio de defesa do corpo político do Brasil, ainda frágil e carente de coesão (PEREIRA, 2007: 90-91).

No dia 9 de dezembro de 1825, apenas um dia antes da declaração oficial de guerra, vinha a lume o periódico *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*. Tendo José da Silva Lisboa, futuro visconde de Cairu, como redator, o jornal era inteiramente dedicado ao tema da guerra no Sul. Não nos ateremos, aqui, aos pormenores da linguagem política do *Triumpho*. Basta que indiquemos que, como temos aferido ao longo de nossas análises e a partir de referências historiográficas (SODRÉ, 1966; PEREIRA, 2012), os discursos arranjados por Cairu montavam a imagem de uma guerra legítima em todos os aspectos e praticamente ganha.

Implacavelmente áulico, Cairu se manteve próximo da família real durante toda sua vida. Assumiu cargos importantes no seio da administração portuguesa, sendo o de censor régio um dos mais conhecidos. Seu pensamento político, em linhas gerais, era ancorado no liberalismo econômico e via com olhos conservadores as liberdades políticas (FARIA JÚNIOR, 2008; LUSTOSA, 2004: 18). Tais posturas podem ser lidas nas páginas do *Triumpho*. Em suas poucas edições – 14 no total –, o impresso obstinadamente defendia a participação do Brasil na guerra, destacando constantemente a legalidade do conflito e as razões que substanciavam a decisão de D. Pedro por escolher as armas como ferramentas de resolução da questão cisplatina. Ressoando o argumento que o próprio imperador utilizou para justificar sua empreitada, Silva Lisboa asseverava:

[...] *Às Armas, às Armas!* Habitantes das dezenove Províncias do Império Antártico: vingança contra os Infratores da Fé Publica. As armas são justas e santas aos que não têm outro recurso senão nas armas. Inimigos aleivosos estão quase à porta, ainda que nas extremas da Terra de Santa Cruz. A Providência confiou da Honra Brasileira as *Duas Chaves* do Amazonas e Prata. Temos conflitos com gente sem caráter.

Temos por nós Deus, o Imperador, e a Honra: *quando se perde a Honra, perde-se tudo*.⁷⁴

Essa curta amostra do jornal condensa algumas das linhas mestras de sua linguagem. O endosso da honra imperial, o argumento das fronteiras naturais (PIMENTA, 2006: 137) e a convocação aos “brasileiros” numa grande rede de apoio às tropas brasileiras são alguns dos pilares discursivos eleitos por José da Silva Lisboa. O que nos interessa demonstrar, neste texto, e que nos auxilia na compreensão da linguagem política d’*O Verdadeiro Liberal*, é a suposta inauguração de uma linha discursiva a partir da publicação do *Triumpho da Legitimidade*. Sendo esta uma de nossas hipóteses de trabalho, entendemos que, a partir dos tópicos já listados e de outros, encontrados durante a leitura do jornal, o barão de Cairu formulou um tipo específico de defesa da participação do Brasil na guerra. Essa defesa era, por característica, desprovida de críticas. Tratava-se única e exclusivamente de uma apologia completa à empresa bélica de D. Pedro. Havia “expectativa de feliz êxito da contenda”, pois um “Bom começo é meia Obra”⁷⁵.

A linha discursiva engendrada por Cairu, no entanto, não estaria sozinha no espaço público fluminense por muito tempo. E aqui entra em cena a importância d’*O Verdadeiro Liberal* e os impactos de sua linguagem.

SEM MEDO DAS CHAMAS: O VERDADEIRO LIBERAL E A CRÍTICA

Pouco se sabe sobre a história pregressa de Pierre Chapuis. Nascido na França, era um entusiasta da autonomia brasileira e de seu liberalismo (SODRÉ, 1966: 113). Em 1826, assim que chegou ao Brasil, deu início à publicação d’*O Verdadeiro Liberal*. Seu primeiro número veio a público em 2 de março de 1826 e o último em 6 de abril do mesmo ano, totalizando 16 números. Conforme Sodré (1966:115), Chapuis, devido a seus posicionamentos – que veremos a seguir –, foi expulso do país em março. Nos resta questionar quais soluções o redator encontrou para continuar publicando mesmo após sua expulsão.

⁷⁴ *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, n. 1, 9 de dezembro de 1825. Grifos originais.

⁷⁵ *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, n. 1, 9 de dezembro de 1825. Aqui, Cairu fazia menção ao *Diário Fluminense* de 5 de novembro.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A primeira edição do jornal apresenta um interessante diagnóstico dos jornais publicados na Corte naquele momento. Sobre o *Triumpho da Legitimidade*, Chapuis indicava que era “[...] Periódico escrito por um sábio, o que se conhece pela sua simples leitura: porém as matérias que trata não são desse mundo, nem deste século”.⁷⁶ A observação faz jus à fama de antiquado de que gozava José da Silva Lisboa no cenário intelectual e político do Império, ao mesmo tempo em que era amplamente reconhecido como o mais culto indivíduo da Corte (LUSTOSA, 2004: 17). Em relação à *Atalaia da Liberdade*, dizia Chapuis: “É Periódico escrito segundo os bons princípios, ainda é novo, porém teria podido tomar por divisa *Vires acquirit eundo*”.⁷⁷ Não podemos certificar a tradução da expressão latina, apenas encontramos algo aproximado de “reunimos forças à medida que avançamos”. A seção sobre “O espírito dos periódicos do Rio” é elucidativa a respeito do pensamento ao qual Chapuis estava alinhado, visto que, dentre todos os jornais mencionados (*Diário Fluminense*, *Spectador Brasileiro*, *Triumpho*, *Atalaia*, *O Despetador Constitucional*, *Diario de Vintem* e *O Diario Mercantil*), apenas a *Atalaia da Liberdade* figurava como uma possível aliança de ideias.

De fato, ao lermos a *Atalaia* e *O Verdadeiro Liberal* encontramos uma série de similaridades entre suas linguagens políticas, especialmente no que tocava à Guerra da Cisplatina. Ainda no primeiro número, o *Verdadeiro Liberal* adentrava o tema bélico, o que indica sua relevância para o debate que o redator buscava travar e, por que não, sua relevância para o público de maneira geral. De maneira sutil, Chapuis começava a pincelar uma certa imagem discursiva da guerra.

Parece que algum gênio mau se empenha em baldar naquelas águas [do Rio da Prata] as prudentes disposições do nosso ativíssimo Ministro da Marinha. S. Ex. deve com razão magoar-se vendo malogradas algumas das suas recomendações, pois que apesar de se acharem ali estacionadas 46 embarcações de guerra, o inimigo do Império tem conseguido iludir a vigilância de alguns dos seus Comandantes.⁷⁸

⁷⁶ *O Verdadeiro Liberal*, n. 1, 2 de março de 1826.

⁷⁷ *O Verdadeiro Liberal*, n. 1, 2 de março de 1826.

⁷⁸ *O Verdadeiro Liberal*, n. 1, 2 de março de 1826.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Nessa passagem, Chapuis poderia estar se referindo a sujeitos como Francisco de Paula Massena (ou Damasceno) Rosado e ao próprio Carlos Frederico Lecor, visconde da Laguna. Conforme informações de David Carneiro (1946: 97-98), tais militares não possuíam o pulso firme e a aptidão necessários para comandar uma guerra, sendo taxados de “homens fardados de generais”. No interior da linguagem forjada por Chapuis, a conduta militar do Brasil no Sul se configurou com uma pedra de toque. A partir disso podemos traçar uma primeira linha divisória entre a fórmula discursiva do *Verdadeiro Liberal* e do *Triumpho da Legitimidade*: o primeiro, ao contrário do segundo, endossava a participação brasileira na guerra de maneira crítica. Assim como na *Atalaia da Liberdade* de João Maria da Costa, encontraremos no jornal de Chapuis uma série de argumentos que demonstravam que, de fato, a guerra era uma ação legítima. Esta, contudo, estava longe de seguir o decurso quase perfeito que José da Silva Lisboa relatava em seu *Triumpho*.

Seguindo a primeira edição, encontramos a continuação da advertência de Chapuis à marinha do Brasil.

A Marinha Imperial está n'um estado brilhante para sofrer tais revezes, que só parecem filhos do descuido dos que devem responder por tais fatos; [...] por isso recaia sobre quem deve recair o desar daqueles sucessos, por que a prudência de quem escolhe e proporciona os meios aos fins que prevê, não se deslustra na opinião dos que julgam com ideias acertadas.⁷⁹

Aqui, além de reforçar sua percepção sobre a fragilidade do comando militar brasileiro, o redator nos revela uma pista acerca dos significados políticos da Guerra da Cisplatina para os atores históricos da época: era necessário tomar providências para que a condução do conflito não se “deslustrasse” perante a opinião pública. Tal fala, juntamente ao próprio fato de a pugna estar presente nas páginas dos jornais fluminenses, demonstra que havia interesse público por seus desdobramentos. A essa altura temos o segundo fio condutor da crítica d'*O Verdadeiro Liberal* ao conflito pela Cisplatina: o tratamento a ele concedido pelos órgãos da opinião pública.

⁷⁹ *O Verdadeiro Liberal*, n. 1, 2 de março de 1826.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Até aqui nos nossos Periódicos o Público tem visto todos os acontecimentos do Sul referidos sempre a favor do Brasil, sem aquela imparcialidade que deve caracterizar a quem escreve com o fim de aproveitar: daqui se tem seguido que muitas vezes se deixam de acreditar as vantagens, que as nossas armas alcançam, pela desconfiança que dão de si fatos mencionados por pessoas de má fé. A verdade deve ser o alvo de todo o Escritor.⁸⁰

Nesse ponto, Chapuis combate uma postura que, segundo seu entendimento, não seria cabível aos homens de letras. A personagem do escritor público foi um dos principais caracteres da modernidade política. Comprometido com a pedagogia da política, esse sujeito tomava para si a tarefa de ilustrar o público por meio, principalmente, de “impressos de combate imediato”. Nos espaços públicos, podiam se aliar ou se digladiar, mas, em última instância, buscavam concretizar sua missão de disseminação das ideias do século, trabalhando não apenas pela formação intelectual do povo e da nação, mas por sua moldura, sua existência *per se* (MOREL, 2016: 191). Chapuis era um exemplo vívido dessa figura. Fortificando seu posicionamento diante de um contexto linguístico que supostamente abafava as “verdadeiras” notícias da guerra, o redator asseverava:

Dirão alguns que se deve ocultar o mínimo desar que se haja sofrido na guerra: não estou por tal parecer; antes creio que de tudo se deve fazer o Público sabedor. Por este modo, o Ministério aprende a respeitar a Opinião, ajusta melhor as suas medidas para agradar a Nação; a qual se conhece a atividade e acerto com que o mesmo Ministério dirige a nau do Estado, ainda quando haja um êxito menos feliz, não increpa a homens que se têm esforçado por cumprir seus deveres. Este é um dos pontos em que os Governos temperados diversificam dos absolutos, onde tudo se apelida segredo de Estado, expressão que às mais das vezes encobre a má fé ou a ignorância.⁸¹

O excerto acima pode nos oferecer vislumbres, até mesmo, de algumas das razões que levaram ao fechamento do jornal e à expulsão de Chapuis do Brasil. Um dos mais

⁸⁰ *O Verdadeiro Liberal*, suplemento ao n. 2, 4 de março de 1826.

⁸¹ *O Verdadeiro Liberal*, suplemento ao n. 2, 4 de março de 1826.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

destacados componentes da Modernidade política, a instância crítica ou juízo moral do cidadão funcionava como “poder executivo da nova sociedade” (KOSELLECK, 1999: 53). O debate na imprensa, ao colocar frente a frente versões distintas de um mesmo problema público, objetivava, ao fim e ao cabo, encontrar e primar pela “verdade”. Mesmo que houvesse erros, precisamente por conta do caráter público do embate de ideias, em algum momento a “realidade dos fatos” bateria à porta. Assim, a opinião pública engrenava a roda da história (DARNTON, 2010: 125). Na Modernidade política, o espaço para ações secretas por parte do Estado era cada vez mais retraído em detrimento da prevalência da publicização. No Brasil, a atuação dos homens de letras demonstrava que um espaço público cada vez mais autônomo se solidificava, muito embora a ação repressora do Estado estivesse sempre à espreita (MOREL, 2016: 196).

A falta, ocultação ou distorção de notícias sobre a guerra era colocada por Chapuis, mesmo que de forma indireta, como o tipo de ação que poderia aproximar o Brasil do absolutismo, insígnia que, à época, era uma das piores que um Estado nacional poderia receber. Podemos inferir, assim, que para o redator o conflito no Sul era muito mais que um engodo econômico e militar, mas, de fato, um possível empecilho à consolidação da vida política do Brasil enquanto Estado e enquanto nação. Em última análise, a Guerra da Cisplatina era um problema nacional de caráter urgente que demandava uma solução. Alguns números depois, Chapuis identificava uma certa falta de diligência e alertava:

Os negócios do Sul podiam ir melhor sem réplica alguma, porém não estão no caso de se perderem as esperanças; contudo perguntamos porque motivo o Governo não manda para Montevideo um General capaz? O Sr. Magessi não está em estado de corresponder ao que dele se espera. É necessário em Montevideo, um General, que entre nas ações, e que trabalhe em pessoa, o que não fazia o General Lecor, que mandaram retirar, e não fará o General Magessi, que lá ficou: julgamos que é tempo do Governo ocupar-se seriamente dos negócios do Sul. Homens dedicados à nossa causa não faltam na província Cisplatina mas ainda está por achar um capaz de os dirigir.⁸²

⁸² *O Verdadeiro Liberal*, n. 5, 11 de março de 1826.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Nota-se, novamente, que a problemática militar era o ponto articulador da crítica de Pierre Chapuis à guerra. No entanto percebemos, no início do trecho acima, que o redator assegurava ao leitor que as esperanças não estão completamente perdidas. Consideramos que o exposto até aqui pode vir a demonstrar, como temos argumentado, que o apoio à guerra demonstrado por Chapuis era singular precisamente por ser um apoio crítico. Essa seria, ao lado da *Atalaia da Liberdade*, a linguagem política que confrontaria e desestabilizaria a linha discursiva criada por José da Silva Lisboa. Em termos amplos, a apologia límpida e otimista do barão de Cairu seria combatida, inicialmente, não por discursos que rechaçavam a guerra, mas que a defendiam sem perder de vista seus problemas, mazelas e consequências difíceis.

Partindo de tais constatações, expomos sumariamente outra hipótese de pesquisa. Segundo nossa hipótese, *O Verdadeiro Liberal*, ao lado da *Atalaia* de João Maria da Costa, teria preparado o terreno discursivo para que outros jornais pudessem abrir campanha de ostensiva oposição à continuidade da Guerra da Cisplatina. Os outros jornais seriam, nomeadamente, *Astrea* e *Aurora Fluminense*, órgãos – em especial o último – que estavam em frontal desacordo com o governo pedrino. Na mesma esteira, a Assembleia Legislativa retomava seus trabalhos em abril de 1826, dois meses antes da publicação do primeiro número da *Astrea*. O retorno do congresso foi essencial para o revigoramento dos espaços públicos fluminenses. Estariam montados, doravante, os quadros da oposição ao governo de D. Pedro I. Até 1831, quando da abdicação, ocorreria o “processo de desmontagem dos andaimes que constituíam sua autoridade” (SOUZA, 1999: 335; NUNES, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, nestas curtas linhas, ilustrar alguns dos sentidos políticos atribuídos à Guerra da Cisplatina por sujeitos que a vivenciaram, observaram e prognosticaram. *O Verdadeiro Liberal*, por meio de uma linguagem inflamada e objetiva, buscou plasmar, diante da opinião pública, a imagem de uma guerra que era necessária e legítima, porém, recoberta de problemas e carente de um tratamento mais apurado por parte do governo imperial. Evidentemente, esse era apenas um dos olhares que foram lançados ao conflito no Sul. Explorar esse olhar específico, no entanto, nos permite acessar, ainda que de

forma diminuta, uma parte importante do universo de debates que giraram em torno não apenas da Guerra da Cisplatina, mas, de maneira ampla, da construção do Estado nacional brasileiro. A entrada pela imprensa, como frisamos no início desta exposição, é uma das mais importantes chaves de acesso a esse mundo longínquo – mas não longínquo o suficiente para que não ecoe em nosso presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERBEL, Márcia Regina. Autonomia e soberania nacional às vésperas das independências ibero-americanas (1810-1824). *In*: PAMPLONA, Marco A.; STUVEN, Ana Maria (Orgs.). **Estado e nação no Brasil e no Chile ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CARNEIRO, David. **História da Guerra Cisplatina**. Companhia Editora Nacional, 1946.

DARNTON, Robert. **Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b, E-book.

FARIA JÚNIOR, Carlos de. **O Pensamento Econômico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú**. 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Paula Botafogo Caricchio. **Negócios, impressos e política: a trajetória pública de João Soares Lisboa (1800-1824)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

FLORINDO, Glauber Miranda. Entre a autoridade do monarca e o lugar do poder local: rupturas e continuidades na Assembleia Constituinte de 1823. **Revista Ágora**, Vitória, v. 31, n. 1, p. 1-19, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

LYNCH, Christian Edward Cyril. “Monarquía sin despotismo y libertad sin anarquía”: historia del concepto de liberalismo en Brasil (1750-185). *In*: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (Coord.). **La aurora de la libertad**: Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano. Madrid: Marcial Pons, 2012, p. 75-115.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). 2. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1-2, p. 123-138, 1995.

NOVALES, Ana Frega. Proyectos políticos y faccionalismo militar. Ecos de la crisis de la monarquía portuguesa en Montevideo, 1820-1824. **Illes i imperis**, Barcelona, n. 17, p. 57-90, 2015.

NUNES, Tássia Toffoli. **Liberdade de imprensa no Império brasileiro**: os debates parlamentares (1820-1840). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEREIRA, Aline Pinto. **Domínios e Império**: o Tratado de 1825 e a Guerra da Cisplatina na construção do Estado no Brasil. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

PIMENTA, João Paulo G. **Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata**: 1808-1828. São Paulo: Hucitec, 2006.

POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

REAL DE AZÚA, Carlos. **Los Orígenes de la nacionalidad uruguaya**. Montevideo: ARCA: Nuevo Mundo, 1991.

REIS, Arthur Ferreira. **“Anarquistas” e “servis”**: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a liberdade republicana**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

WINTER, Murillo Dias. O déspota e os escravos: a alteridade brasileira na independência do Uruguai (1821-1828). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 326-347, 2014.

FONTES

Periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira (HDB) da Biblioteca Nacional (BN):

- *O Verdadeiro Liberal*, 1826 (n. 1, suplemento ao n. 2 e n. 5);

- *Triumpho da Legitimidade Contra Facção de Anarquistas*, 1825-1826 (n. 1).

PRÁTICAS CULTURAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA

Helena Amaral Sant' Ana⁸³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo central apresentar como as práticas culturais são partes fundamentais na construção da identidade e na memória, principalmente em pequenos municípios. O estudo considera analisar estas práticas, sobretudo aquelas presentes no cotidiano de pequenas cidades sul mineiras, em especial para ilustrar, a Festa de São Lázaro que acontece anualmente na comunidade do Muquém, na cidade de Carvalhos em Minas Gerais. Deste modo, para fundamentar as análises, são utilizadas referências teóricas que abordam questões sobre a formação da identidade coletiva, a memória e as relações de pertencimento.

Palavras Chave: Memória, Identidade, Coletividade, Pertencimento, Religiosidade.

Abstract

The main objective of this work is to present how cultural practices are fundamental parts in the construction of identity and memory, especially in small municipalities. The study considers analyzing these practices, especially those present in the daily life of small towns in the south of Minas Gerais, especially to illustrate, the Festa de São Lázaro that takes place annually in the community of Muquém, in the city of Carvalhos in Minas Gerais. In this way, theoretical references are used that address

⁸³ Graduada em História - Licenciatura pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Email: helenaamaralsantana@gmail.com

questions about the formation of collective identity, memory and relationships of belonging.

Keywords: Memory, Identity, Collectivity, Belonging, Religiosity.

Sabe-se que a identidade histórica é algo em constante desenvolvimento, é estabelecida sobre as relações dos indivíduos com o material, com o cultural e com o social, sobretudo a partir de como passados são experienciados no presente. Ela está diretamente ligada ao sentimento de pertencimento, que compõe a forma como os grupos ou indivíduos isolados se sentem e agem em relação ao local onde vivem. As práticas culturais, analisadas a partir de suas especificidades, são essenciais para a formação da identidade histórica coletiva e para a compreensão do sentimento de pertencimento, de modo que são partes significativas das vivências sociais.

Hugo Achugar em “A nação entre o esquecimento e a memória: para uma narrativa democrática da nação”, apresenta os atos simbólicos como materialização de ideias ou modificação de alguma situação ideológica. Segundo Achugar, as experiências modificam a autoimagem e o imaginário sobre o lugar. Ao conhecer a história e o passado de um determinado espaço as concepções se alteram, e assim é desenvolvida a consciência histórica e o sentimento de pertencimento do sujeito. Para o autor, a identidade do lugar é algo situacional, onde o geográfico é atravessado pelo cultural e pelo simbólico (ACHUGAR, 2006) .

A concepção de Achugar pode ser muito bem elucidada através das tradições e práticas culturais que são comuns nas pequenas cidades mineiras, onde muitas vezes estas se sobrepõem ao patrimônio físico, de modo que estimulam a memória histórica por meio de lembranças de anos seguidos das mesmas práticas, e do conhecimento sobre o passado que antecede suas recordações. As festividades religiosas possuem grande destaque e são partes essenciais da cultura, movimentam pessoas de diferentes religiões e crenças, marcam momentos de união de comunidades, são importantes eventos no calendário, da qual as pessoas esperam e se preparam. Exemplos destas, são as festas de padroeiros que ocorrem em comunidades rurais, como a Festa de São Lázaro, na cidade de Carvalhos,

tombada como patrimônio imaterial, que anualmente mobiliza centenas de fiéis e festeiros, de diferentes lugares, em busca de graças ou de diversão.

Carvalhos é uma pequena cidade localizada no sul de Minas Gerais, onde a memória permanece ao olhar a antiga estação de trem, é notada na forte tradição política e se confunde nas diversas mudanças estéticas nas igrejas, onde cada padre deixa sua marca em reformas grandes ou pequenas.⁸⁴ A memória é viva nas conversas entre as pessoas mais velhas, nas cerimônias religiosas, nas comidas em que as receitas são transmitidas por gerações, nos porta-retratos das casas, nas novenas de natal, nas montanhas, nos costumes, nas estradas de terra, nos homens a cavalo e a carroça, na troca de alimentos cultivados por vizinhos, nas plantações no fundo das casas, nas galinhas no terreiro e nas pedras das ruas. O passado se faz mais presente na vida cotidiana do que em construções ou monumentos, o que é comum em muitas outras pequenas cidades.

Hugo Achugar apresenta os atos simbólicos como meios de manter um passado que traz conforto próximo de si, um passado sociável, coletivo, que vive entre aqueles que o compartilharam ou que trazem consigo tradições de gerações passadas (ACHUGAR, 2006), onde de forma inconsciente, até aqueles que não sabem sobre a história da cidade, vivem suas tradições e culturas, imersas no valor imaterial do passado. Realidade presente nos mais diversos lugares, nas mais diversas relações sociais, como no caso da Festa de São Lázaro, também conhecida como Festa do Muquém, em referência ao local onde acontece, um povoado rural a oito quilômetros da área urbana de Carvalhos, que acontece anualmente nos dias 08, 09 e 10 de junho.

De acordo com o conhecimento popular e registrado no livro “Raízes de Carvalhos”, do professor e historiador local Manoel Lourenço Motta do Amaral, por volta da década de 1930 no Muquém, houve um surto de Hanseníase, doença conhecida como Lepre, que deixou muitas vítimas. Como um meio de esperança contra o mal que acometia a região, as famílias Maciel e Cunha fizeram uma promessa de construir uma capela a São Lázaro, personagem bíblico ressuscitado por Jesus, representado de muletas e cheio

⁸⁴ As igrejas e capelas da cidade não são tombadas, assim, cada Padre possui a liberdade de realizar obras estéticas e estruturais. Ao longo dos anos, muitas foram as reformas lideradas pelos párocos vigentes, assim é possível notar nas igrejas características de diferentes obras, o que pode ser problemático por não haver uma preservação do original e um apego ao passado e ao patrimônio, ou positivo ao utilizar destas marcas para analisar as características do período em que foram feitas. A capela mais antiga remete ao século XIX, mas já passou por tantas transformações que pouco há de original além de algumas paredes.

de feridas, considerado o protetor dos leprosos. No dia 10 de junho de 1939, chegou de trem na Estação Ferroviária de Carvalhos, uma imagem do Santo vinda da Itália, comprada pelas famílias que fizeram a promessa, levada em um carro de boi até o Muquém (AMARAL, 2009), e está até os dias de hoje no altar da capela. Dizem que após sua chegada a doença se extinguiu por completo e desde então, São Lázaro é adorado e considerado milagroso, anualmente pessoas de diferentes lugares vão à capela agradecer bênçãos, pagar ou fazer promessas.

Foto 1 - Imagem de São Lázaro



Fonte: Edmilson Maciel, 2019.

Assim, ano após ano a festa é realizada, as comemorações não se limitam ao religioso, há muita dança, música, barracas, comidas e bebidas. O leilão de gado e de prendas é tradicional e se inicia antes mesmo da data da festa, há cavalgadas, ciclismo e

uma caminhada da cidade até lá, esta chamada de “Caminhada da cura”, conhecida por trazer bênçãos e graças àqueles que a completam. No ano de 2019, houve uma comemoração aos oitenta anos da chegada da imagem de São Lázaro, do milagre e da festa. Em um carro de boi uma imagem do Santo⁸⁵ foi levada da Estação Ferroviária de Carvalhos até a comunidade do Muquém, onde diversos fiéis acompanharam em cortejo.

Foto 2 - Caminhada da cura - 80 anos da Festa de São Lázaro



Fonte: Jornal Panorama, 2019.

A Festa de São Lázaro representa uma parte do passado que se faz presente, todos os anos são repetidas práticas e rituais que se iniciaram a oito décadas, são lembrados “os tempos do trem” e todas as pessoas que fizeram parte da festa ao longo do tempo, a organização ainda permanece por conta das famílias Maciel e Cunha e a festança mobiliza pessoas de diversas cidades, de diversas religiões⁸⁶, para dançar, beber e comer ao pé da

⁸⁵ Foi utilizada uma outra imagem, não a original, pois esta não é retirada do altar por seu tamanho e por cuidados para não danificá-la.

⁸⁶ Apesar de se tratar de uma festa religiosa católica, muitas pessoas não católicas vão apenas para comerem e se divertirem.

serra, em meio a um frio de um grau negativo que mal é sentido por conta das bebidas, do calor do forró, da fogueira e da fé.

Foto 3 - Forró na Festa de São Lázaro



Fonte: Ludvick Vilela Amaral, 2019.

Ao analisar estas comemorações, pode-se remeter a Jan Assmann em “Memória comunicativa e memória cultural”, onde aponta que a memória cultural se baseia em pontos fixos do passado, e este passado conhecido e lembrado por todos se faz presente por meio de símbolos: monumentos, construções, datas comemorativas, dentre outros (ASSMANN, 2016). Nesta direção, Pierre Nora em “Entre a memória e a história: A problemática dos lugares”, coloca que os lugares de memória traduzem uma realidade simbólica e portam uma história, são criados para trazer à tona memórias que não surgem espontaneamente, como forma de induzir as memórias no futuro. Para Nora, este fator caminha ao lado de um problema, pois acredita que existem lugares de memória por não mais existir a memória em si, como meio de impedir o esquecimento e controlar o passado por meio da história (NORA, 2010). Mas em Carvalhos e outras pequenas cidades, apesar das datas comemorativas e ritualísticas, nota-se na vida diária, um tempo ainda não consumido pela aceleração.

Complementando, Jan Assmann coloca a memória como principal fator para a formação de uma consciência de identidade, seja pessoal ou coletiva. Para o autor, é necessário lembrar para pertencer e a memória sem relação com a identidade é apenas conhecimento do passado. Assmann associa a durabilidade da memória à durabilidade dos vínculos e estruturas sociais, enquanto uma memória cultural é mantida coletivamente, uma identidade é transmitida (ASSMANN, 2016).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Essa relação dos sujeitos com o lugar onde vivem também é preservada por um sentimento de presença, do passado, das tradições e das memórias. Segundo Gumbrecht em “Produção e presença”, a presença é algo referente a relação com o mundo e seus objetos e é produzida a partir de eventos na qual se inicia ou se intensifica o impacto dos objetos sobre os corpos humanos (GUMBRECHT, 2010), como no caso das festividades e práticas culturais, onde as comemorações e os rituais, agem sobre o imaginário, sobre o comportamento e os sentimentos.

As festividades podem ser compreendidas como parte da identidade local. Estas acontecem nos mais diversos lugares, entre as mais diversas culturas, de acordo com suas crenças e devoções, com bases religiosas ou não, se organizam em prol de algo em comum. Deste modo, se configuram como parte das memórias e das tradições locais ou regionais.

Analisar e evidenciar o papel destas práticas culturais como expoentes da memória coletiva e da formação da identidade histórica, é de grande importância para compreender como o passado é experienciado e transmitido coletivamente nestes eventos, além de trazer concepções sobre o patrimônio imaterial. Este, pode ser compreendido como responsável por materializar simbolicamente as memórias e as identidades, o que fortalece a noção de que a memória mantém o patrimônio e o patrimônio contribui com a construção da memória, realçando a importância social e cultural dos eventos para o local onde são realizados. As práticas culturais são partes fundamentais da construção da identidade e da memória, sobretudo em pequenos municípios, onde há uma maior proximidade entre todos os agentes envolvidos.

Referências Bibliográficas:

ACHUGAR, Hugo. “**A Nação entre o esquecimento e a memória. Para uma narrativa democrática da nação**”. In. Achugar – *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Trad. De Lyslei Nascimento. BH. UFMG, 2006.

AMARAL, Lourenço Motta. **Raízes de Carvalhos**. 2ª edição. Varginha: Gráfica e editora Bom Pastor. 2009.

ASSMANN, Jan. **Memória Comunicativa e memória cultural**. Revista História Oral. V.19. n.1. p. 115 – 127. Trad. Méri Frotscher. 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: O que o sentido não consegue transmitir. Trad. Ana Isabel Soares. Puc Rio. RJ .2010. p. 7-19.

NORA, Pierre. **“Entre a memória e a história: A problemática dos lugares”**. Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo. 2010.

“QUERO ÁGUA PARA BEBER” – A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA POTÁVEL NAS DIVERSAS SOCIEDADES: A PRIVATIZAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO SOCIAL.

Sara Franciene de Oliveira ⁸⁷

RESUMO: Objetivamos nesse trabalho elucidar e discutir sobre o reconhecimento da água como direito fundamental implícito constitucionalmente em virtude da sua manifestação como princípio universal de direito humano em face à privatização desse bem comum. Para atingir tal desiderato, inicialmente procurou-se estabelecer uma linha de estudo acerca da teoria geral dos direitos fundamentais e sua aplicabilidade. Na sequência, procurou demonstrar acerca da institucionalização do meio ambiente ecologicamente equilibrado no rol da ordem social e seu valor constitucional. E por fim, estabeleceu-se um debate acerca da privatização da água e suas implicações e consequências frente ao posicionamento de que esta pode ser vista como produto e não como um bem compartilhado por todos. Como referencial teórico, optou-se por uma pesquisa essencialmente bibliográfica, em doutrinas modernas que tratam o assunto e na legislação pertinente, utilizando para tanto, o método de pesquisa dedutivo.

Palavras-chave: Água; Dignidade da Pessoa Humana; Direito fundamental; Meio Ambiente; Privatização.

ABSTRACT: The objective of this work is to elucidate and discuss the recognition of water as a fundamental right implicitly constitutional in virtue of its manifestation as a universal principle of human right in the face of the privatization of this common good. In order to achieve such a goal, it was initially sought to establish a line of study on the general theory of fundamental rights and its applicability. In the sequence, it sought to demonstrate about the institutionalization of the ecologically balanced environment in the social order and its constitutional value. And finally, a debate was established about the privatization of water and its implications and consequences in the position that this can

⁸⁷ Mestranda em História pela Universidade Federal de Catalão/UFCAT.Catalão– GO
Email:oliveirafsara@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Jeanne Silva

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

be view as a product and not as a good shared by all. As a theoretical reference, we opted for an essentially bibliographical research, in modern doctrines that deal with the subject and in the pertinent legislation, using for that, the method of deductive research.

Keywords: Water; Dignity of human person; Fundamental right; Environment; Privatization.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como tema o reconhecimento da água enquanto direito fundamental⁸⁸ inerente ao homem em contraste à privatização desse bem comum⁸⁹, dotado de valor social e o sustentáculo da vida na terra. Sendo fator limitante ao desenvolvimento sustentável, *pari passu* que caracteriza a positivação universal dos direitos naturais e inalienáveis ao ser humano⁹⁰.

O acesso equânime a esse bem universal é uma necessidade vital e elemento primordial garantidor de condições mínimas de dignidade e qualidade de vida humana, sendo fonte primária de existência.

Essa peculiar conexão entre o ser humano e a natureza nos remete a refletir sobre qual a real importância da água na história ambiental, social e universal. E tal reflexão nos direciona ao entendimento de que a água é a principal protagonista neste cenário de existência humana, por ser a seiva que alimenta a vida. A essencialidade primordial da

⁸⁸ Dimoulis e Martins (2012, p. 39 e p.40) lembram que a acepção “direitos fundamentais” decorre de se tratarem de direitos garantidos pela Constituição e por regerem a organização político-social do Estado, enquanto instituição. E acrescentam que o teor genérico e abstrato possibilita uma abrangência maior de direitos, que se propagam dentre vários campos.

⁸⁹ 1º da Lei nº 9.433/97, a Política Nacional de Recursos Hídricos I – a água é um bem de domínio público; II – a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; III – em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais; IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

⁹⁰ Se o legislador constituinte procedeu à classificação de meio ambiente, e sendo a água um de seus elementos constitutivos, a ela se aplica a mesma classificação, sendo, portanto, bem público de uso comum do povo, fazendo com que se aplique à água o enunciado do caput do artigo 225 da CF/88. (MACHADO, 2000, p.421)

água a caracteriza como *fortiori*⁹¹ de direito fundamental coadunada à proteção da dignidade da vida e história humana.

Como problemática do assunto, abordaremos que a água é um direito fundamental inalienável, dado que o interesse do povo necessita estar em consonância com a gestão do Poder Público. Considerar a água tratada como um produto comercial, convém o grande capital, ou seja, a subversão política e econômica pela privatização desse bem comum e universal.

Consequentemente, é possível estabelecer um questionamento acerca dos fatores condicionantes e determinantes no que diz respeito a privatização da água, sendo: Quais serão as implicações e consequências frente ao posicionamento de que a água pode ser vista como produto e não como um bem compartilhado por todos? A água é um direito ou produto comerciável? Ao privatizar a água solucionaríamos questões como os problemas de escassez, desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos? Se é um direito fundamental qual a intenção em cedê-lo a iniciativa privada? Não estaríamos diante de uma comercialização da água, isto é, as transacionais não estariam interessadas no potencial de mercado que esta possui? Se a água não sofre crise de procura e sempre terá clientela, não estaríamos diante de um monopólio entre quem utiliza e os donos da água? E por fim, qual seria a resultante da privatização da água em face as populações menos favorecidas?

Precisamos refletir e construir um entendimento histórico ambiental, legal e doutrinário sobre o direito a água enquanto fundamental, representado pela positivação dos direitos naturais e inalienáveis da pessoa enquanto ser humano e seu pertencimento e incorporação ao texto constitucional. Os quais regram a sistematização político-social do Estado, na qualidade de instituição, revelando o revestimento próprio de que serão respeitados, efetivados e concretizados.

A água é um bem dotado de valor histórico, social e a vitalidade da vida na terra, fator limitante ao desenvolvimento sustentável, visto que caracteriza a positivação universal dos direitos naturais e inalienáveis ao homem. E o acesso equânime a esse bem

⁹¹ Com maior razão, ou por maior razão, ou, ainda, com mais forte razão. (Enciclopédia jurídica)

comum é uma necessidade vital e elemento primordial garantidor de condições mínimas de dignidade e qualidade de vida humana, sendo fonte primária de existência.

A água é notoriamente inseparável na relação histórica do ser humano, ou seja, não se pode atribuir outra característica ou sentido a ela. Nessa perspectiva, de interesse global, a água é essencial à continuidade da vida e a justificativa daqueles que detêm o grande capital é de que fator do desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos fundamentaria a mercantilização da água, porém, um argumento sem fundo de verdade ao passo que o real interesse se dá pelo potencial de mercado que a água lhes fornece.

A intenção das transnacionais se justifica pelo simples fato de ser um bem essencial e insubstituível que não sofrerá pela falta de procura, quer dizer, em outras palavras, sempre terá clientela. E ao se tornar um monopólio cria-se uma sujeição entre aqueles utilizam e os “donos da água”, e a partir do momento que o poder público cede a privatização desses serviços, o resultado será a descaracterização do poder de autodeterminação dos cidadãos contrastado ao poder econômico.

Objetivamos construir um olhar sobre a água enquanto direito fundamental e inalienável do ser humano, com vistas à promoção de uma consciência crítica e interventiva entre todos os sujeitos da sociedade na luta contra a subversão política e econômica pela privatização desse bem comum e universal.

Nessa condução, consideramos que se torna imprescindível que o interesse comum da sobrevivência da humanidade venha estar acima da subversão política e econômica cega pela ambição, a fim de transmutar o liame entre sociedade, ser humano e natureza, ao subordinar-se aos princípios integradores no aspecto probó, social e protetivo da dignidade da pessoa humana.

TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Os direitos fundamentais representam o alicerce do constitucionalismo contemporâneo, o qual representa a positivação dos direitos naturais e inalienáveis da pessoa enquanto ser humano. Tal processamento se dá na forma em que tais direitos são ascendidos à iminência, visto que se encontram incorporados no cume do ordenamento jurídico, isto é, a Constituição.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

O pertencimento de tais direitos no texto constitucional revela o quão está revestido de supremacia, o que lhes confere a garantia de que serão respeitados, efetivados e concretizados, os quais vinculam o Estado, visto que organizam as interações entre os próprios particulares e dos particulares com o Estado, gerando esferas de proteção, prestação e intervenção. Em relação à questão da positivação⁹², Canotilho (2003, p. 377) observa:

Não basta qualquer positivação. É necessário assinalar-lhes a dimensão de Fundamental Rights. Colocado no lugar cimeiro das fontes do direito: as normas constitucionais. Sem essa positivação, os direitos do homem são esperanças, aspirações, ideias, impulsos, ou até, por vezes, mera retórica política, mas não direitos protegidos sob a forma de normas [...] de direito constitucional.

Na mesma ótica, Dimoulis e Martins (2012, p. 39 e p.40) lembram que a acepção “direitos fundamentais” decorre de se tratarem de direitos garantidos pela Constituição e por regerem a organização político-social do Estado, enquanto instituição. E acrescentam que o teor genérico e abstrato possibilita uma abrangência maior de direitos, que se propagam dentre vários campos.

Além disso, ressaltam que pela força jurídica conferida à espécie, há o revestimento desta como “mínimo de direitos garantidos, podendo o legislador ordinário acrescentar outros, mas não tendo a possibilidade de abolir os tidos como fundamentais” (DIMOULIS; MARTINS 2009, p. 119).

Oportuno se torna dizer que os direitos fundamentais são característicos do sistema democrático, limitando a ação dos cidadãos e do próprio Estado, que diante da existência destes direitos não pode gerar nenhuma ação que burle os mesmos (MORAES, 2001, p. 56).

⁹² O processo de positivação está ligado à questão da fundamentalidade dos direitos, que pode ser formal ou material. A fundamentalidade formal decorre do fato daquele enunciado estar prescrito pela constituição e ter força jurídica constitucional. Já a fundamentalidade material implica no reconhecimento de direitos fundamentais que não estão geograficamente localizados no texto constitucional. Sobre o tema, cf. Canotilho, p. 379 – 380 e Dimoulis; Martins, p. 40.

Nesse aspecto, Sarlet (2012, p. 100 – 103) postula ser este o valor contido neste princípio, enquanto expressão da liberdade humana de se projetar enquanto sujeito de direitos, que exige o reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais, consoante formar o norte axiológico da ordem jurídica.

Como definição de Direitos Fundamentais, Silva (2001, p. 182), ensina o seguinte fundamento:

No qualitativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem sobrevive; fundamentais do homem no sentido de que a todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados. Do homem, não como macho da espécie, mas no sentido de pessoa humana. Direitos Fundamentais do homem significa Direitos Fundamentais da pessoa humana ou direitos fundamentais.

Consequentemente, há uma relação de que os direitos fundamentais são direitos jurídicos positivados numa ordem de status constitucional, ou seja, incorpora-se direitos considerados inalienáveis e naturais do indivíduo numa dimensão de Fundamental Rights, ou seja, normas constitucionais (CANOTILHO,1998, p.347).

De acordo com Alexy (2003, p. 94), os direitos fundamentais, na condição de princípios, estão sujeitos a um mandado de otimização, diferenciando-os de outras normas constitucionais. Assim, estas normas ordenam que algo se realize na maior medida possível de acordo com as possibilidades fáticas e jurídicas.

Nesse sentido, Sarlet (2009, p. 268) esclarece que por estarem sujeitos a este mandado de otimização, a Constituição impõe aos órgãos estatais a tarefa de dar máxima eficácia aos direitos fundamentais. Um dos instrumentos para alcançar esta maximização é exatamente à regra de aplicação imediata, disposta no art. 5º, § 1º da Constituição Federal⁹³.

⁹³ Título II – Direitos e garantias fundamentais. Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Art. 5º, § 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Na esfera da dogmática jurídica, o conceito que pode ser projetado para os direitos fundamentais, de acordo com as definições de Mendes (2004, p. 2-3), Dimoulis e Martins (2012, p. 40-41), é o de serem direitos públicos e subjetivos que servem de fundamento para a “ordem constitucional objetiva” e estão contidos no texto da Constituição.

Entende-se que os direitos considerados como de primeira geração são os individuais e políticos clássicos, que vem a partir da Magna Carta; os que são chamados de segunda geração são classificados como direitos sociais, econômicos e culturais; e finaliza-se com a terceira geração que traz os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade. Estes dedicam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos (Moraes, 2001, p.57-8).

Delinear e mensurar toda a profundidade que conceitua a definição teórica de Direitos Fundamentais em sua essência constitui cautela, contudo, valemo-nos do proeminente pensamento de Ferrajoli (2011, p.9), para esta aspiração:

São “direitos fundamentais” todos aqueles direitos subjetivos que dizem respeito universalmente a todos os seres humanos enquanto dotados do status de pessoa, ou de cidadão ou de pessoa capaz de agir.

De acordo com o entendimento de Bandieri (2011, p. 226), por sua vez, acrescenta que as declarações constitucionais partem do pressuposto implícito de que sua legitimação se sustenta na garantia dos direitos e deveres fundamentais, pois são elementos basilares da sociedade. Porém, esta garantia não se faz completa apenas com o texto escrito, mas também com instrumentos constitucionais capazes de tornar este texto eficaz. Entre estes instrumentos, inclui-se a aplicação imediata dos direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais caracterizam a exteriorização da positivação universal dos direitos naturais e inalienáveis ao homem. E seu revestimento supremo enaltece a garantibilidade de que serão efetivos, eficazes, concretos e intocáveis.

São elementos substanciais da sociedade e sua legitimação vai além da norma escrita, visto que se faz necessário ferramentas constitucionais capazes de torná-lo eficaz, isto é, a aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais.

Os direitos fundamentais formam a construção terminante ao patrimônio comum da humanidade pela sua trajetória gradativa ao consagrar-se no âmbito dos direitos fundamentais e direitos humanos.

O DIREITO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO E O RECONHECIMENTO DA ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Capítulo VI do Título VIII, dedicou-se a institucionalizar o meio ambiente no rol da ordem social e seu valor ideal, apresentando no art. 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nas palavras de Marum (2002, p. 133) a Constituição de 1988 vai ao encontro com a democracia e com a plena garantia de direitos fundamentais, colocando em seu texto pela primeira vez o meio ambiente como bem tutelado:

[...] a par dos direitos e deveres individuais e coletivos elencados no art.5º, acrescentou o legislador constituinte, no caput do art. 225, um novo direito fundamental da pessoa humana, direcionado ao desfrute de condições de vida adequada em um meio ambiente saudável ou, na dicção da lei, ecologicamente equilibrado [...].

A superioridade da norma constitucional revela o quão está revestida de soberania, visto que tutela o meio ambiente e subsidia a garantia o princípio maior, isto é:

Possuí-se evidentemente uma norma que tem a função de gerar o amparo ao ambiente e como sendo uma norma constitucional, em um ordenamento jurídico, se torna superior. Assim, afasta do sistema qualquer outra norma que possa destoar do seu princípio maior, a proteção, já que gozam de supremacia e rigidez constitucionais (ROCHA, 2000, p. 188).

A propósito, Silva (2003, p.58) aclara que o meio ambiente é onde se desenvolve a vida humana, por isso é exigido que como sendo um direito fundamental, venha a nos proporcionar qualidade para viver e progredir.

Dando seguimento ao pensamento e raciocínio esboçado acima, é inescusável ressaltar o protagonista principal nessa órbita ambiental, isto é, a água. Compreendido e manifestado como direito fundamental e essencial à perpetuação da vida de todos os seres vivos e o qual os outros direitos fundamentais não se concretizariam, quer dizer, seriam direitos esparsos.

O meio ambiente e sua intrínseca ligação à coexistência do homem nos faz refletir sobre a importância da água para subsistência da humanidade, visto que sem ela não há vida, tornando-se um direito intocável. A Lei Federal nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, definiu a água como recurso ambiental⁹⁴.

Dessa forma, sendo a água um recurso ambiental, a ela se comunica o bem de uso comum do povo, destacada ainda a sua essencialidade à sadia qualidade de vida, fundamental à vida digna, garantia constitucional, fundamento do Estado Democrático de Direito brasileiro (art. 1º, III, da CF).⁹⁵ Esse é o contexto em que se recepciona o direito de águas no Brasil, qual seja, em nível de garantia constitucional, a *fortiori* de direito fundamental, por força do art. 5º da Constituição Federal.⁹⁶

No que diz respeito a direitos implícitos ou direitos fundamentais em sentido material, Sarlet (2009, p. 90) cita alguns exemplos que encontraram aceitação na esfera doutrinária e jurisprudencial, como o direito à resistência, à desobediência civil, à identidade genética da pessoa humana, garantias do sigilo fiscal e bancário. Então, concluí-se que é claramente correto extrair na letra da lei constitucional, o que de fato

⁹⁴ Lei Federal nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

⁹⁵ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana.

⁹⁶ Título II – Direitos e garantias fundamentais. Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos. art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...].

nela contem.

Vemos que a Carta Magna consagra a presença de direitos fundamentais que podem ser interpretados, ela forma implícita que se dá, sendo:

A Constituição, ao aceitar como fundamentais direitos decorrentes do regime e dos princípios, consagra a existência de direitos fundamentais não escritos, implícitos, que podem ser deduzidos por via de ato interpretativo, tendo como base direitos constantes no catálogo (SARLET, 2009, p. 85).

Na visão de Alcalá (2003, p. 94), é possível que a constituição contenha um direito que não tenha sido previamente disposto, mas para que ele possa ser considerado fundamental, é imprescindível que esteja de acordo com os fundamentos e os valores, e não seja contrário a direitos já expressos no texto constitucional.

Para Sarlet (2003, p. 84), existem direitos fundamentais universais e consensuais, dentre os quais o direito à água e o respeito à dignidade humana. Assim, reconhecer a água como direito fundamental consiste em atribuir ao Estado o dever de garantir um mínimo essencial à sadia qualidade de vida, das presentes e futuras gerações.

Porém, mais do que reconhecer a água como direito fundamental é necessária uma gestão participativa, efetiva e eficaz, isto é, nas palavras de Antônio Herman Benjamin (2007, p. 113) “a tutela ambiental não é um daqueles valores sociais em que basta assegurar uma liberdade negativa, orientada a rejeitar a intervenção ilegítima ou do abuso do Estado”, mas um conjunto de deveres positivos (obrigação de fazer) e deveres negativos (obrigação de não fazer).

Conforme ilustrado, depreende-se que a água é um direito fundamental implicitamente e explicitamente reconhecida constitucionalmente, adornada de caráter absoluto. Ademais, incorporada no meio ambiente ecologicamente equilibrado, tornando-a um direito inerente à dignidade humana, pois está diretamente ligada a sobrevivência da humanidade sendo indispensável à permanência da vida.

A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E SUAS IMPLICAÇÕES

A água desde os primórdios da história da humanidade nos mostrou sua importância substancial e essencial nas relações do homem, desde o suprimir das

necessidades mais básicas ao se tornar objeto de disputa, o que resultou na desigualdade social quanto a seu acesso, pois notoriamente via-se a fonte de poder que dela emanava. Nas palavras de Petrella (2002, p. 59–60), a água:

Desde os tempos antigos, a água sempre foi um dos mais importantes reguladores sociais. As sociedades camponesas e as comunidades aldeãs, que tinham suas condições de vida muito ligadas ao solo, estruturaram-se ao redor da água. Na grande maioria, era considerada como um bem comum e a água tornava-se uma fonte de poder. Tornaram-se raros os casos em que todos os membros de uma sociedade estivessem num mesmo nível em relação à água, posto que o acesso a ela sempre envolveu desigualdade.

Contudo, nos tempos atuais o cenário não está muito diferente da realidade enfrentada no passado, visto que o acesso à água continua sendo ponto de desigualdade e pior, tema de privatização e exploração por meio de iniciativa privada, abrindo brecha a um entendimento dúbio de que a água pode ser vista como produto, quantificando seu valor enquanto mercadoria e não como um bem comum a todos, visto que é um direito fundamental e pertencente ao homem.

No entanto houve um favorecimento a partir da globalização para que grandes empresas transnacionais estivessem ampliando sua presença em serviços de saneamento e ganhando o direito de explorar fontes de água. Surge então uma bipolaridade, com os que entendem a água como um produto que se pode manejar, engarrafar, pôr preço e vender, acreditando que a tecnologia e o mercado podem atender a necessidade humana através da iniciativa privada; frente aos ambientalistas que acreditam que a mesma não tem preço, nem dono, pertence a todos, sendo um direito fundamental e inegociável do ser humano (QUADRADO; VERGARA 2003, p.44).

O discurso utilizado para justificar o real interesse por parte dos que detêm o grande capital é que essa enorme supervalorização econômica da água deve-se ao argumento capitalista de que existe um admirável desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos, devido ao fato de que a maioria das sociedades até o momento considerou a água como um bem social e não como uma mercadoria (PETRELLA, 2002, p.77).

No entanto, não é o argumento de que a escassez da água tornou a mesma um bem de valia econômica que gerou tal fato, esse argumento responsabiliza principalmente o preço artificialmente baixo da água pelo desperdício, ou seja, um argumento sem um fundo de verdade. Na realidade, o preço da água subiu muito em todas as partes do mundo nos últimos dez anos, sem que tenha propiciado uma redução do desperdício, como também a superexploração agrícola, poluição industrial, falta de visão de longo prazo envolvendo um planejamento e um gerenciamento global integrado, ou a incapacidade de implementar esses elementos de maneira eficaz e coerente devido aos interesses econômicos e financeiros em jogo (PETRELLA, 2002, p.79-83).

A água é essencial para a perpetuação da vida do nosso planeta, um bem social, insubstituível e não um bem de mercado. Nas palavras de Petrella (2002, p. 84):

[...] Ter acesso à água, no entanto, não é uma questão de escolha. Todos precisam dela. O próprio fato de ela não poder ser substituída por nada mais, faz da água um bem básico que não pode ser subordinado a um único princípio sectorial da regulamentação, legitimação e valorização; ela se enquadra nos princípios do funcionamento da sociedade como um todo. Isso é precisamente aquilo que se chama de um bem social, um bem comum, básico a qualquer comunidade humana.

Desta forma, hoje se configura uma disputa que está relacionada ao papel do setor privado, que domina quase todos os espaços, na decisão de quem obtém a água e porquê. O comércio da água por lucro se tornou um fenômeno novo, porque o setor privado ficou consciente do valor desta, vendo lucro com a escassez. Através disto, a água promete ser para o século XXI o que o petróleo foi para o século XX: o artigo precioso que determina a riqueza e o poder das nações (BARLOW; CLARKE, 2003, p. 125).

Mediante a crise da água vemos cada vez mais o afastamento e a intenção de transferência do que é estatal para o domínio da iniciativa privada, sendo que na realidade o poder Público tem a incumbência de gestor desse bem, a fim de assegurar o interesse de todos.

Evidente que o mundo onde a crise da água ocorre, vive sob o domínio de uma corrida econômica global das corporações transnacionais, com

isso os governos abandonam suas responsabilidades quanto ao interesse público ou bem comuns dos cidadãos, se entregando somente a interesses econômicos e dificultando um direito inerente ao ser humano: consumir água (BARLOW; CLARKE, 2003, p.87-91).

Tal qual, Tovar (2002, p. 04) salienta que esse interesse das transnacionais explica-se pelas características muito especiais do potencial de mercado que a água possui para estas. Em primeiro lugar é um bem essencial e insubstituível, não sofre crise de procura, isto é, sempre existem clientes. Em seguida, acaba se tornando um monopólio, porque são limitadas as alternativas aos consumidores, criando-se uma forte dependência entre os utilizadores e os donos da água.

Enfim, é um recurso territorializado, como a sua utilização é próxima do local de ocorrência, assim torna-se fisicamente viável o controle regional por um grupo ou por uma transnacional deste bem. E acrescenta que ao se privatizar os serviços de água significa uma enorme cedência de poder político, isto é, do poder de autodeterminação dos cidadãos, em favor do poder econômico. Por isso que este procedimento tem tido a forte conivência da maior parte dos governos dos países ricos e impostos, como foi mencionado anteriormente, pelo Fundo Monetário Internacional e também pelo Banco Mundial e a União Europeia (TOVAR, 2003, p. 05).

A operação dos “senhores da água” na conjuntura atual ocorre da seguinte maneira:

O senhor da água obtém seu poder através da propriedade e do controle da água, ou através dos mecanismos de acesso, apropriação e uso em vigor, já que esses lhe permitem beneficiar-se ao máximo dos bens e serviços que a água gera ou faz ser possível gerar. O senhor da água é, assim, capaz de ampliar sua capacidade de ação (em termos de conhecimento, informação, tecnologia, finanças, relações sociais e poder cultural) e de perpetuar seu controle (PETRELLA, 2002, p. 60).

Embora exista a vertente de que o privativo possa oferecer alguma eficiência, é ilusório. Isso é uma falsidade. Eficácia é o grau de cumprimento do objetivo, e este é para o serviço público aumentar a qualidade de vida para as populações, enquanto que para o empresário é obter lucro. A eficácia do empresário mede-se pelo lucro obtido, e não pela

satisfação dos cidadãos. Tem interesse para os acionistas e não para o povo (TOVAR, 2002, p. 08-9).

Portanto o interesse do povo deve estar em consonância com a gestão do Poder Público, para que não entre em detrimento do bem comum em face ao que convém o grande capital.

No momento em que se presume uma vida em sociedade, ocorre a renúncia da liberdade plena de atuação, em favor do que é melhor e mais adequado para se conviver coletivamente. Muitas vezes o comportamento dos particulares, embora em consonância com a ordem jurídica, irá ferir os interesses e direitos da coletividade, acarretando a necessidade de disciplina hierárquica entre os direitos em choque (FREITAS, 2002, p. 103).

Por esse ângulo, como atribuição do Poder Público tem-se que o acesso à água tratada e de qualidade é um direito que todo cidadão possui visto que é um direito fundamental à sua sobrevivência e que deve ser promovido e mantido pelos Estados. Esse acesso para todos tem a função de promover novas formas de integração no aspecto social e de cidadania, especialmente levando-se em conta a saúde humana e a qualidade e expectativa de vida (TUNDISI, 2003, p. 103).

Contudo, o que se percebe é a desistência do Estado ao propiciar e cumprir com sua função, isto é, possibilitar o acesso à água a todos, passando a responsabilidade ao setor privado para que tenha nas mãos a gerência de direitos basilares.

Mas o que acontece é que em função da privatização, desregulamentação e liberalização, que são senhas dos sistemas normativos dos governos mundiais na área da economia, em muitos países o Estado e os políticos desistiram do seu papel principal de prover o acesso à água e passaram esse papel para as corporações privadas globalizadas e para os mercados financeiros, desvencilhando-se de seu papel de gerir direitos básicos aos cidadãos (PETRELLA, 2002, p. 91).

Os conflitos gerados entre o poder público e a iniciativa privada são explicados pelo fato de que o repasse ao acesso dos recursos hídricos é bem distribuído pelo poder público aos grandes centros, mas em contrapartida em áreas periurbanas é promovida pelas companhias privadas, e para aclarar tão situação Tundisi (2003, p. 103) externa que:

Em grandes centros urbanos, especialmente de países em desenvolvimento ou emergentes, a população da área central recebe a água que o setor público distribui às residências, escolas, indústrias, clubes ou associações e comércio. Já a população situada em áreas periurbanas não tem acesso à água encanada e, portanto, depende da água distribuída por companhias privadas, em carros – pipas, tendo de pagar mais caro por uma água de pior qualidade.

A visão de Tundisi (2003, p. 103), segue a mesma lógica ao afirmar que os custos da água para as regiões abastecidas pelo poder público, ou seja, as regiões centrais são bem menos onerosos para a população do que a água distribuída pela iniciativa privada às regiões periurbanas. “A população da zona central das cidades, em muitos países, gasta 1% do salário com a água, enquanto que a população da zona periurbana gasta 15% do salário”.

A questão principal mediante a privatização refletirá nas populações menos favorecida, que sofrerá com o impacto e as consequências negativas de tal processo, visto que a sua dignidade e direito a subsistência estará sob grave ameaça:

Todavia, a maior preocupação que se tem em relação ao privatizar a água, gira em torno das populações carentes. Teme-se que a privatização possa resultar na negativa desse bem, que é indispensável para a sobrevivência humana. Evidentemente, há que se resguardar tal situação, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da inviolabilidade do direito à vida (CF, art. 5º, caput). O ideal é que não haja nenhum tipo de cobrança desses usos de volumes de água tão insignificantes (FREITAS, 2002, p. 23).

E as implicações geradas pela privatização aos olhos de Tovar (2003, p. 03-04) versa que é inevitável na organização atual da sociedade, que os homens permaneçam ligados à água através de um processo artificial, “rede de serviços de água”. Mas no

momento que esta ligação possui um controle que não é do poder público, faz com que o privado tenha um poder comparável ao de quem possuísse um interruptor da máquina cardíaca dos outros homens. Assim, os indivíduos podem ser “desligados” da rede, privados do acesso à água, sendo que a quantidade liberada será medida e cobrada, a cada um será vendido o “direito à vida”.

Não podemos quantificar o valor da vida, e sem a água esse direito é violado, o que a torna um bem ímpar, social e universal a todos que não se pode ser substituído:

Dessa maneira, por ser um recurso esgotável e fundamental a água deve ser consumida de forma racional, ou seja, que as gerações presentes e futuras também possam desfrutar da mesma; assim sendo, acabou por adquirir um valor econômico, para que fosse empregada racionalmente. Porém, a água é mais que um bem econômico. Não é um bem que se enquadre nas relações de mercado, na qual os produtos que podem ser comercializados são capazes de ser substituídos por outros, a água é um bem insubstituível, único; por isso, é um bem social, não há opção de escolha, todos precisam dela (PETRELLA, 2002, p. 83-6).

Como conteúdo mínimo da dignidade de alguém, tem-se a água. Não se pode imaginar o ser humano vivendo sem água. E, sendo assim, o direito à água é inerente à dignidade humana, uma vez que esse é um dos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito (art. 1º, in. III da Constituição Federal). Não se pode falar em dignidade da pessoa humana se não está assegurada a utilização da água, quer para beber, quer para sua higiene pessoal. Água, portanto com uma utilização regular é necessária, sendo inconcebível imaginar o conceito de dignidade respeitado sem a utilização pelo ser humano de um pouco de água (ARAÚJO, 2002, p. 31-2).

Nas palavras de Milaré (2016, p. 18), de fato, a natureza morta não serve ao homem. A utilização dos recursos naturais, inteligentemente realizada, deve subordinar-se aos princípios ecológicos e aos cânones de uma vida digna para todos, em que o interesse econômico cego de minorias ambiciosas não prevaleça sobre o interesse comum da sobrevivência da humanidade e do próprio Planeta.

O direito a água propicia a continuidade da vida, vez que está fortificada constitucionalmente como um direito fundamental. Assim, se faz necessário lutar, alicerçando-se nos rudimentos e princípios constitucionais garantidores e a proteção à

dignidade da pessoa humana frente à subversão política e econômica que objetiva mercantilizar esse bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de existencialidade da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A água é um direito fundamental implícito constitucionalmente em virtude da sua manifestação como princípio universal de direito humano. É um recurso ambiental e sua essencialidade está intrinsecamente ligada à vida, refletindo-se em todo o sistema jurídico como basilar perante ao respeito à dignidade e subexistência humana.

O interesse do povo sempre deve estar em consonância com a gestão do Poder Público, para que o acesso à água tratada e de qualidade indispensável à sobrevivência não entre em detrimento ao que convém o grande capital, ou seja, a subversão política e econômica pela privatização desse bem comum e universal.

Nesse sentido, compreende-se que esse direito inerente ao homem propicia o desenvolvimento sustentável, fortificado constitucionalmente como um direito medular no qual consolida a construção da cidadania ambiental e ecológica, onde os atores sociais de forma harmonizada têm a respeitabilidade e garantibilidade de alicerçar a vida de maneira digna com o ambiente e encontrar equilíbrio e coexistência entre si.

Nessa perspectiva, de interesse global, a água é essencial à continuidade da vida e a justificativa daqueles que detêm o grande capital é de que fator do desperdício no uso e gerenciamento dos recursos hídricos fundamentaria a mercantilização da água, porém, um argumento sem fundo de verdade ao passo que o real interesse se dá pelo potencial de mercado que a água lhes fornece.

O Estado não pode se eximir de cumprir com sua função ao passar o bastão da responsabilidade estatal as corporações privadas e globalizadas para mercados financeiros, uma vez que é o seu papel possibilitar e propiciar o acesso à água a todos e gerir direitos básicos aos cidadãos.

Consideramos que se torna imprescindível que o interesse comum da sobrevivência da humanidade venha estar acima da subversão política e econômica cega pela ambição, a fim de transmutar o liame entre sociedade, ser humano e natureza, ao

subordinar-se aos princípios integradores no aspecto probó, social e protetivo da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

ALCALÁ, Humberto, Nogueira. **Los derechos sociales como derechos fundamentales en el constitucionalismo chileno. In: Direitos, Deveres, E Garantias Fundamentais.** Salvador. Ed. JusPODIVM, 2011.

ALEXY, Robert. **Tres escritos de los derechos fundamentales y la teoría de los principios.** Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2003.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A Função Social da Água. In A tutela da Água e Algumas Implicações nos Direitos Fundamentais.** Bauru: 2002, p. 21-36.

BANDIERI, Luis María. **Derechos Fundamentales, ¿Deberes Fundamentales, In Direitos, Deveres e Garantias Fundamentais,** Org.George Salomão Leite, Ingo Wolfgang Sarlet, Miguel Carbonell. Salvador: Jus Podium, 2011.

BARLOW, M.; CLARKE, T. **Ouro azul.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.

BENJAMIN, Antônio Herman. **Direito constitucional ambiental brasileiro.** In: CANOTILHO, J. J. G; LEITE, J. R. M. (Orgs). **Direito constitucional ambiental brasileiro.** São Paulo: Saraiva 2007.

BRASIL, Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a **Política nacional de educação ambiental** e dá outras providências. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> > Acesso em 07 de Out de 2018.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e teoria da constituição.** 7 ed. Coimbra. Almedina, 2003.

_____. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição.** 2. Ed. Coimbra: Livraria Almedina,1998.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Definição e características dos direitos fundamentais** In: LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang (Coord.). **Direitos Fundamentais e Estado Constitucional.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Coimbra (Pt): Coimbra Editora, 2009

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

- _____. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2012.
- FERRAJOLI, Luigi. **Por uma Teoria dos Direitos e dos bens fundamentais**. Tradução Alexandre Salim et.al. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- FREITAS, Vladimir Passos de. **Águas – Aspectos Jurídicos e Ambientais**. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. **Meio Ambiente e Direitos Humanos**. **Revista de Direito Ambiental – Publicação oficial do instituto “O Direito por um Planeta Verde”**, São Paulo, ano 7, n. 28, out. – dez.2002. ISSN 1413-1439.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MILARÉ, Edis. **Reação Jurídica à danosidade ambiental: Contribuição para o delineamento de um microsistema de responsabilidade**. Tese (Doutorado em Direito das Relações Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2016.
- PETRELLA, Ricardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- QUADRADO, Adriano; VERGARA Rodrigo. **Vai faltar água?** Revista Superinteressante, edição189, ano 17, n. 06, p.42-6, 10 jun. 2003.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3. Ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- _____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 7ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
- _____. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros: 2001.
- _____. **Direito Ambiental Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- TOVAR, Luisa. **A privatização dos Serviços de Água**. 2003. Disponível em: <<http://www.resistir.info/agua/serv-agua.html>> Acesso em 07 de Out de 2018.
- _____. **A água é um direito, não uma mercadoria**. 2002. Disponível em: Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

<http://www.osverdes.pt/public_htm/agua_aud.html> Acesso em 07 de Out de 2018.

TUNDISI, José Galizia. Água no século XXI: **Enfrentando a escassez**. São Carlos: Rima, IIE, 2003.

ST 01 – A CONSTRUÇÃO INTELLECTUAL E SOCIAL DOS SABERES NA ERA MODERNA: LETRADOS, INTELLECTUAIS, CIRCULAÇÃO DE IDEIAS

ESCRITOS SOBRE O CACAU: DISCURSOS MÉDICOS E MODELOS DE CONSUMO NAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DO SÉCULO XVIII

Eduardo Gomes Molulo Moisés⁹⁷

RESUMO: Este trabalho visa analisar a circulação de informações médicas desenvolvidas sobre o cacau e sobre o chocolate ao longo do período moderno. O fruto, conhecido pelos europeus após sua chegada à América, foi objeto de diversas análises botânicas e medicinais, que permitiram a produção de inúmeras informações sobre ele após ser transportado para o Velho Mundo. Para este estudo, procederemos à comparação de duas obras contemporâneas: o *Tratado de los usos, abusos*, de autoria de Antonio Lavedan e publicado em Madri, em 1796; e *O Fazendeiro do Brazil*, publicado entre 1798 e 1806 em Lisboa pelo Frei José Veloso. Como metodologia, empregamos a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2004), visando formular categorias que auxiliem na identificação dos conhecimentos médicos próprios dos debates científicos da modernidade.

PALAVRAS-CHAVE: História da Alimentação; Cacau; Chocolate; Consumo; Saberes médicos.

ABSTRACT: This work aims to analyze the circulation of medical informations developed on cocoa and chocolate throughout the modern period. The fruit, known by europeans after their arrival in America, was the subject of several botanical and

⁹⁷ Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Aluno de Iniciação Científica do Laboratório Saberes e Sabores: História da Alimentação e das Práticas de Cura, sob orientação da Profa. Dra. Patrícia M. S. Merlo. O autor agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa. E-mail: eduardo.molulo1998@gmail.com.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

medicinal analyzes, which allowed the production of countless information about it after being transported to the Old World. For this study, we will proceed to the comparison of two contemporary works: the *Tratado de los usos, abusos*, authored by Antonio Lavedan and published in Madrid in 1796; and *O Fazendeiro do Brazil*, published between 1798 and 1806 in Lisbon by the Frei José Veloso. As a methodology, we used the Content Analysis, as proposed by Laurence Bardin (2004), aiming to formulate categories that help in the identification of knowledge typical of modern scientific debates.

KEYWORDS: Food History; Cocoa; Chocolate; Consumption; Medical knowledge.

INTRODUÇÃO

O primeiro contato dos navegantes do “Velho Mundo” com o continente americano representou um evento decisivo da história humana, impactando sobremaneira o porvir dos diversos povos indígenas do “Novo Mundo” e dos europeus, diretamente envolvidos no acontecimento. Desde o primeiro encontro entre ambos, realizado pelo navegador Cristóvão Colombo (1451-1506), o mundo europeu teve acesso a uma série de possibilidades antes desconhecidas e que não se limitavam a metais preciosos – que compuseram, é certo, parte importante dos ganhos –, mas também abrangiam uma ampla variedade de produtos inexistentes na Europa e que exerceriam papel de destaque nas dinâmicas do mundo colonial em configuração.

Foi no seio desse processo que os europeus tiveram a oportunidade de conhecer o cacau, espécie de destaque e que era dotada até mesmo de uma aura divina entre os habitantes autóctones do território. Sua bebida era um item de luxo entre os astecas, sendo consumida pela elite, e suas sementes eram utilizadas como moeda no território (LEMPS, 1998: 467).

O primeiro contato dos europeus com o fruto ocorreu no golfo de Honduras, quando Colombo, em sua quarta viagem, encontrou algumas embarcações maias tripuladas por mercadores que transportavam, entre outras coisas, sementes de cacau (PORRO, 1997: 281). Mas foi por ocasião da tomada do continente americano que os espanhóis tiveram a chance de provar sua bebida, conhecida então como *cacáhuatl*⁹⁸. Essa primeira

⁹⁸ Literalmente, “água de cacau”.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

experiência, no entanto, não se mostrou agradável, visto que o sabor do líquido, considerado demasiado amargo e picante, não era algo que agradasse ao seu paladar (LEMPS, 1998: 467).

A acolhida do chocolate, no entanto, mudou quando grupos de religiosas que habitavam a região de Oaxaca adicionaram o açúcar a sua fórmula, transformando o sabor da bebida e tornando-a um sucesso entre os crioulos espanhóis que, assim como os indígenas, a ofereciam a pessoas de destaque que chegavam ao território (LEMPS, 1998: 467).

Ainda no século XVI, o cacau chegou à Espanha. Após algumas sementes do fruto terem sido enviadas e a bebida não ter tido boa aceitação entre os membros do séquito do rei Carlos V em 1527, a metrópole recebeu um primeiro carregamento em 1585, e no final desse mesmo século o chocolate conquistou o paladar dos espanhóis, sendo consumido diariamente entre os componentes dos círculos aristocráticos desta potência ibérica (LEMPS, 1998: 467).

E, a partir da Espanha, o chocolate se tornou conhecido por toda a Europa, conquistando adeptos e passando a integrar a dieta dos grupos de maior categoria social dos diversos Estados componentes do mapa europeu durante a Modernidade e se constituindo, entre outras coisas, como um elemento de distinção. E, para além de suas propriedades gustativas e de sua privilegiada posição social, a bebida também se mostrou um produto carregado de diversas propriedades terapêuticas, o que a levou a ser consagrada como um fármaco dotado de poderes nutritivos e digestivos, além de – segundo teorias mais exacerbadas – possuir propriedades revigorantes e curativas, extinguindo tosses e ressacas e favorecendo a longevidade (MERLO, 2019: 857).

Com efeito, assim que souberam do grau de desenvolvimento da farmacopeia asteca e do caráter medicinal assumido pelo cacau e pelo chocolate nesta civilização, os europeus buscaram inserir a planta e o líquido em seus modelos de conhecimento médico, pautados inicialmente nas teorias de dois autores provenientes do Mundo Antigo: Hipócrates de Cós (460 a.C.–377 a.C.) e Cláudio Galeno (130 d.C.–210 d.C.). Entretanto, a partir do século XVII, o desenvolvimento do racionalismo e do experimentalismo vão abrindo espaço para o surgimento de novas teorias, ligadas cada vez mais a um saber oriundo de alicerces científicos (MERLO, 2015), que passaram a dividir espaço com os argumentos hipocrático-galênicos, sem substituí-los de todo.

Neste trabalho, buscaremos acompanhar a maneira pela qual se operou a assimilação e o transporte de conhecimentos médicos acerca do cacau e do chocolate durante a Modernidade, com destaque para o século XVIII. Para tanto, procederemos à análise de duas obras publicadas na segunda metade dos Setecentos na Península Ibérica: o *Tratado de los usos, abusos, propiedades y virtudes del tabaco, café, té y chocolate; extractado de los mejores autores que han tratado de esta matéria, á fin de que su uso no perjudique á la salud, antes bien pueda servir de alivio y curacion de muchos males*⁹⁹, organizado pelo cirurgião Antonio Lavedan (1753-1819) e publicado em Madri em 1796, e *O Fazendeiro do Brazil melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, e nas fábricas, que lhes serão próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto*¹⁰⁰, publicado entre 1798 e 1806 em Lisboa pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811).

OS DISCURSOS MÉDICOS SOBRE O CHOCOLATE NO INÍCIO DA MODERNIDADE

A Modernidade é marcada como um período de grandes transformações na natureza das práticas terapêuticas ocidentais. Graças ao avanço do experimentalismo e do racionalismo, os produtores de conhecimentos médicos da época moderna puderam usufruir de um contexto profícuo para a evolução dos saberes acerca do funcionamento corporal e das práticas médicas (MERLO, 2015).

Contudo, essas transformações não ocorreram da noite para o dia, sendo, antes, percebidas apenas no crepúsculo da modernidade – sobretudo, a partir dos Setecentos. Com efeito, é importante salientar que a ciência médica voltada à alimentação na Europa durante a primeira metade do período moderno se pautava, em grande medida, nas teorias hipocrático-galênicas derivadas da Antiguidade, segundo as quais a saúde estaria condicionada ao balanço de diferentes substâncias intracorporais que se movimentariam segundo leis análogas às da circulação dos fluidos no meio ambiente (FRIAS, 2005).

⁹⁹ Abreviado a partir deste ponto como *Tratado de los usos, abusos*.

¹⁰⁰ Abreviado a partir deste ponto como *O Fazendeiro do Brazil*.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Partindo dessa concepção, Hipócrates postulou sua teoria dos humores, a partir da qual propunha que o corpo humano seria composto de uma natureza própria que se estabeleceria segundo a associação de quatro fatores: sangue, flegma, bile amarela e bile negra (FRIAS, 2005: 53). E foi também segundo esse sistema geral de pensamento que Galeno desenvolveu sua doutrina dos temperamentos, segundo a qual todo ser vivo seria formado pela relação de quatro elementos que se agrupam aos pares: quente e frio, seco e úmido (MONTANARI, 2013: 84).

Percebe-se, portanto, como a saúde dos indivíduos estava condicionada, nessa configuração do conhecimento médico, à justa proporção entre os fluidos constituintes do corpo humano. Nesse sentido, é importante salientar o papel da alimentação nesse balanceamento, visto que ela é, tanto no pensamento de Hipócrates como no de Galeno, uma das principais garantidoras da manutenção e da restauração da homeostase. Com efeito, o médico grego ressalta o papel de uma boa dieta, regulada segundo as estações do ano, as idades e as composições particulares dos indivíduos, para a adequada manutenção dos humores (FRIAS, 2005). Da mesma forma, o terapeuta romano salienta que o controle da alimentação é o fator primordial a ser levado em consideração na recuperação do equilíbrio temperamental, devendo o indivíduo doente – e, portanto, temperamentalmente desequilibrado – se alimentar de forma a formular refeições constituídas predominantemente da natureza temperamental oposta ao fator que em seu corpo impera, enquanto o indivíduo saudável deveria se resignar a alimentos de natureza equilibrada (MONTANARI, 2013: 84-85).

Partindo de bases hipocrático-galênicas, foram desenvolvidas inúmeras interpretações acerca dos produtos de outras partes do mundo que passaram a compor parte da dieta europeia ao longo da Modernidade, dentre os quais podemos destacar o cacau e o chocolate, que foram objetos de diversos debates, contando com defensores e detratores. Alguns dos primeiros relatos acerca do fruto datam de 1570, quando Francisco Hernández (1517-1587), físico real do rei espanhol Felipe II (1527-1598), foi enviado ao continente americano para realizar uma classificação da flora mexicana. Partindo de premissas galênicas, Hernández avaliou o cacau e concluiu que suas sementes eram, por natureza, temperadas, com tendência a serem “frias e úmidas”, além de proporcionarem excelente nutrição. A partir desse diagnóstico, apontou que as bebidas produzidas com o fruto seriam benéficas, inclusive medicinalmente, em climas quentes, ressaltando ainda que o

acréscimo de *mecaxochitl*¹⁰¹ em suas fórmulas auxiliaria no aquecimento estomacal, na respiração perfumada, no combate de venenos e no alívio de cólicas e dores no intestino (COE; COE, 2013).

Algumas décadas após Hernández, o médico Juan de Cárdenas (1563-1609) publicou um tratado acerca dos alimentos encontrados em solo americano. Na obra, datada de 1591, Cárdenas aponta o cacau como um produto constituído por três partes: uma primeira, “fria”, “seca” e “terrestre”; uma segunda, oleaginosa e de natureza “quente e úmida”, ligada ao ar; e uma terceira, “quente” e de sabor amargo, relacionada à ocorrência de cefaleias. Ademais, o médico chama atenção para os transtornos que o chocolate “verde” pode trazer para a digestão, assim como para seu papel na ocorrência de paroxismos, no desenvolvimento da melancolia e de arritmias cardíacas (COE; COE, 2013).

No entanto, Cárdenas destaca que o cacau também possui propriedades vantajosas, sendo benéfico, quando em conjunção com outros produtos, para o ganho de peso e para o sustento humanos, operando em favor da digestão e trazendo força e alegria (COE; COE, 2013).

Todavia, o fruto americano também foi objeto de reprovações enfáticas por parte de alguns de seus avaliadores. Entre esses, podemos encontrar o médico Agustín Farfán (1532-1604), que o associa, quando transformado em bebida, à retenção menstrual e o interpreta como alimento composto por diversos elementos contrários entre si, grossos e de difícil digestão. Ainda assim, Farfán utiliza componentes do chocolate em suas fórmulas medicinais, e entre eles o próprio cacau (TRIVIÑO, 2013: 69-70).

Por fim, podemos destacar o médico Juan de Barrios (1563-?), que se qualifica como apoiador da ingestão da bebida, caracterizada por ele como “preciosa”. Segundo sua avaliação, desenvolvida em 1609, o chocolate poderia ser consumido como um suplemento das refeições, sendo adequado para pessoas de todas as idades e mesmo para gestantes e ociosos (TRIVIÑO, 2013: 70).

Pudemos observar, a partir da análise do que foi até aqui dito, como as teorias de Hipócrates e Galeno compuseram o alicerce sobre o qual o conhecimento médico se constituiu nos primeiros séculos da Modernidade, servindo, dessa maneira, de base para

¹⁰¹ Tempero de natureza “quente” e picante (COE; COE, 2013: n.p.)

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

a análise dos diferentes produtos que faziam – e passaram a fazer – parte da alimentação europeia entre os séculos XV e XVI, entre os quais se encontram o cacau e o chocolate. Todavia, descobertas científicas ocorridas a partir do século XVII, conjugadas com transformações na própria perspectiva individual frente ao mundo permitiram mudanças nos métodos terapêuticos, quebrando a hegemonia do modelo hipocrático-galênico. Foi no interior dessa nova conjuntura do conhecimento médico que se inscreveu a produção de nossas fontes, sendo, por conseguinte, necessário analisar as causas que determinaram essas transformações. É isso que faremos a partir deste ponto.

AS TRANSFORMAÇÕES NAS PRÁTICAS MÉDICAS E CIENTÍFICAS NOS SÉCULOS XVII E XVIII E SUA RELAÇÃO COM O CACAU

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, o continente europeu passou por inúmeras mudanças sociais que levaram ao desenvolvimento de novas relações com os indivíduos e com a natureza. Dessa forma, as interações estabelecidas com povos de diferentes partes do globo, bem como os avanços vividos no interior do próprio continente permitiram que a Europa progredisse em diferentes aspectos e que surgissem novas maneiras de se produzir pensamentos e narrativas acerca de variados campos da realidade que então se impunha. No bojo desse processo, foram construídas as bases para novas formas de se praticar a medicina e se formular conhecimentos sobre a terapêutica (MERLO, 2015: 52).

Nesse contexto, a prática médica passou cada vez mais a estar ligada à ciência e a se pautar pelo uso da razão e pela prática experimental, levando os médicos a terem como dever conhecer a estrutura física do ser humano e saber identificar e classificar as doenças de forma similar à classificação da flora feita por naturalistas (MERLO, 2015: 52). E boa parte das transformações vividas no período advém de mudanças ocorridas nos próprios movimentos de elaboração dos saberes científicos na Europa Setecentista, que passaram a ser realizados segundo processos denominados de *viagens filosóficas* (RAMINELLI, 2008: 97).

Segundo o historiador Ronald Raminelli (2008: 97), tais viagens se pautavam em um método de reunião de espécies naturais de variadas regiões do planeta, acompanhada pela produção de breves relatórios de viagens que seriam enviados aos centros de ciência europeus para serem analisados e classificados a partir da taxonomia do botânico Carlos

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Lineu (1707-1778), sendo, ainda, comparados a trabalhos prévios produzidos por outros homens de ciências. A finalidade deste processo era a construção de inventários das espécies naturais e dos povos dos continentes africano, americano e asiático, visando o aumento do conhecimento acerca das potencialidades naturais dessas regiões.

A esse processo seriam ainda adicionados conhecimentos vindos dos próprios povos indígenas com os quais os europeus tinham contato ao longo de suas navegações ultramarinas. Com efeito, seria a partir da partilha de informações por parte dos grupos autóctones que os funcionários das máquinas coloniais das nações imperialistas europeias desenvolveriam boa parte de seu conhecimento sobre o mundo natural existente além da Europa. As informações conseguidas por eles a partir dessas interações – que não podem ser tomadas como pacíficas – seriam, em seguida, reunidas e reconfiguradas, formando a base para a produção de novos conhecimentos, habilidades e práticas destinadas aos mercados do saber europeus e regionais (RAJ, 2007).

É importante, ainda, destacar a dimensão econômica de todo esse processo, uma vez que as *viagens filosóficas* tinham como *leitmotiv* o desenvolvimento das nações imperialistas da Europa, bem como a busca pela felicidade de seus habitantes. Assim, foi objetivando o controle das leis da natureza que os Estados europeus empreenderam suas pesquisas na área de História Natural (MERLO, 2018: 31-32) e, nesse sentido, o papel dos naturalistas ganhou amplo destaque ao longo do século XVIII, visto que eram eles que estavam à frente das dinâmicas de busca por recursos naturais potencialmente exploráveis ao longo do planeta e que produziram os primeiros relatos acerca das espécies animais e vegetais encontradas, coletando-as e enviando-as para que vivessem tentativas de aclimação em ambientes controlados para, por fim, serem enviadas para outros territórios coloniais com vistas à dinamização do comércio (RAMINELLI, 2008: 98).

Por outro lado, as viagens filosóficas também visavam o avanço da ciência, sendo os processos de recolhimento, aclimação e reprodução de espécies em diferentes territórios parte de uma lógica científica que envolvia, também, a preocupação com o compartilhamento dos resultados obtidos nessas empreitadas ultramarinas por meio de artigos e de livros, que seriam considerados certificados de autoria e de reconhecimento dos serviços prestados às máquinas coloniais (RAMINELLI, 2008: 100).

Tais obras versariam sobre temáticas variadas, entre elas, a prática médica. O historiador indiano Kapil Raj (2007) nos apresenta como exemplo a compilação da obra médica intitulada *Ellemans botanique des plante du Jardin de Lorixa leur vertu et quallite, tans conus que celle qui ne le sont pas avec leur fleur fruis et grainne traduit de louria an frances*, produzida no território indiano pelo médico e cirurgião francês Nicolas L'Empereur por meio de sua interação com faquires locais que tinham vasto conhecimento sobre as ervas medicinais do subcontinente, assim como da leitura de compêndios produzidos na região (RAJ, 2007: 41). O livro foi enviado a Paris em 1725 e visava superar problemas relativos à perda precoce de efeito dos fármacos carregados pelos europeus em suas embarcações, para, dessa forma, tratar de doenças até então desconhecidas no continente europeu e aumentar a oferta de ervas para o tratamento dos tripulantes do Velho Mundo, visando melhorar o nível geral de saúde e diminuir as mortes no decorrer das viagens ultramarinas (*Idem*: 34-36).

Percebe-se, dessa maneira, como os processos inerentes às disputas coloniais impactaram o desenvolvimento da prática científica na Europa setecentista. Visando uma ciência de cunho utilitarista e que beneficiasse a nação, os Estados europeus buscaram operar segundo um método de desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias que andaria ao lado da dinâmica de exploração das propriedades naturais dos territórios extraeuropeus. Juntos, esses processos auxiliariam no maior conhecimento do mundo natural e da estrutura física espacial (MERLO, 2018: 37-38), instrumentalizando os saberes científicos para que atendessem ao propósito de conferir a preeminência do conhecimento técnico em um período em que este é um dos fatores preponderantes nas competições imperiais entre reinos. Nesse contexto, a produção de obras que tratavam sobre temas diversos era feita em locais localizados nas metrópoles e que eram destinados à pesquisa científica, compondo, dessa forma, o *locus* do desenvolvimento e da produção de narrativas sobre as diversas áreas do conhecimento – e entre elas, a medicina. A seguir, analisaremos dois compêndios produzidos com esse mesmo intuito: o *Tratado de los usos, abusos e O Fazendeiro do Brazil*. A partir deles, buscaremos entender a forma pela qual os cientistas setecentistas avaliaram, sobretudo medicinalmente, o cacau e o chocolate, enfocando as mudanças e permanências estabelecidas em relação a sua mobilização enquanto fármaco na primeira metade da Modernidade.

OS DISCURSOS MÉDICOS RELATIVOS AO CACAU N’O *FAZENDEIRO DO BRAZIL* E NO *TRATADO DE LOS USOS, ABUSOS*

O Fazendeiro do Brazil foi uma coletânea de textos reunidos e publicados pelo frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) entre 1798-1806 com o objetivo de transmitir aos agricultores brasileiros métodos e informações relativas a espécies agrícolas já produzidas na América lusa, bem como sobre produtos ainda pouco cultivados no território. Para isso, o frei buscou traduzir e transcrever os melhores trabalhos desenvolvidos acerca das temáticas sobre as quais visa se debruçar (MERLO, 2019: 853).

Mas, ao contrário do que se poderia pensar à primeira vista, a obra ultrapassa em larga escala o viés econômico, sendo também uma coleção que contém diversas informações acerca das práticas terapêuticas desenvolvidas no período. Com efeito, a análise da terceira parte do tomo 3 nos possibilita entender, entre outras coisas, a maneira pela qual o cacau e o chocolate foram utilizados na cura de doenças, as destinações e proibições do consumo desses produtos e quais são os fundamentos discursivos que embasam sua ingestão com finalidades terapêuticas.

A primeira passagem que trata das características medicinais do cacau no tomo se encontra na *Memoria I sobre o cacao*, produzida pelo Abbade Rosier. No relato, o autor disserta sobre a utilização do óleo de cacau no tratamento de hemorroidas, assim como sobre seus benefícios para a pele. Segundo Rosier:

[...] Póde-se empregar nos mesmos usos que o da oliveira. Algumas vezes pacifica e faz cessar a dor das hemorroidas, applicando-se algum algodão embebido nelle. As pessoas pacientes desta molestia podem admittir o seu uso utilmente duas ou tres vezes cada mez, para prevenirem a volta deste acesso, e fazer fluir brandamente as hemorroidas. As creoulas Hespanholas servem-se delle para embellezar a sua pelle, e tirar-lhe as vermelhidões, e botões (ROSIER, apud VELOSO, 1798: 7).

Ademais, o óleo também seria benéfico na cura de problemas de voz, como aponta M. de Caylus que, mediante o desenvolvimento de uma experiência, foi capaz de produzir um “oleo anodyno” que “[...] he excellente para curar, tomado interiormente, a rouquidão,

embotar a acrimonia dos saes, que nos catharros estimulam o peito” (CAYLUS, apud VELOSO, 1798: 140).

Ainda, podemos salientar que a manteiga de cacau, quando espalhada pela pele, é benéfica “[...] para amaciar as partes, augmentar-lhes a força, e macieza dos musculos, e preservallos dos rheumatismos, e outras dores que os affligem” (CAYLUS, apud VELOSO, 1798: 141).

Contudo, a planta também apresenta outras propriedades terapêuticas. Por exemplo, uma característica destacada ao longo de diversas passagens da obra é o seu poder revigorante. Essa virtude é de extrema importância na manutenção e na longevidade dos indivíduos, e podemos percebê-la nitidamente a partir dos escritos de M. Bryan Edwards, que põe em foco a capacidade da bebida de garantir uma vida saudável até avançadas idades. Com efeito, o autor destaca que:

[...] pelo contrario, nas Indias Occidentaes, por repetidas experiencias, se tem demonstrado que he em alto gráo balsamico, e restaurante. O Coronel Montagú, Inglez, Crioulo de Jamaica; e o primeiro branco, que nasceo nesta Ilha, ao depois de ser conquistada aos Castelhanos pelos Inglezes, avançou até á grande idade de cento e quatro annos, e nos ultimos trinta que viveo ratissima vez usou de outro alimento, fóra do Chocolate (EDWARDS, apud VELOSO, 1798: 28).

Mas o produto se mostra benéfico também para as demais idades, podendo atuar positivamente – até mesmo como um salvador – em idades muito precoces. Nesse sentido, M. de Caylus traz um relato revelador de poder de o chocolate garantir a manutenção da vida:

[...] Tenho hum segundo facto, contado por hum Cavalheiro de Martinica, incapaz de faltar á verdade, e vem a ser, que no seu bairro do Rio de Lezard hum menino de quatro mezes, tendo infelizmente perdido sua ama, e que não podendo seus parentes encontrar ama, que o aleitasse, se resolverão a criallo com o Chocolate, no que foi tão feliz, que se achou maravilhosamente tão são, e tão vigoroso, com os que se crião com os melhores leites, e amas (CAYLUS, apud VELOSO, 1798: 116).

A obra ainda demonstra as formas pelas quais o cacau e o chocolate eram avaliados a partir das doutrinas galênicas, demonstrando a falta de concordância quanto à natureza da planta. Dessa forma, se por um lado encontramos grande consenso quanto a seu caráter frio, apontado na *Memoria II sobre o cacaoseiro*, de autoria de Guilherme Piso Hollandes (apud VELOSO, 1798: 32), e na *Memoria VIII sobre o cacao*, produzida por autor não-identificado (apud VELOSO, 1798: 143), outros escritos o julgam um fruto temperado (CAYLUS, apud VELOSO, 1798: 114) e mesmo quente (MEMORIA VIII..., apud VELOSO, 1798: 179).

Os textos de autoria de Caylus merecem importante destaque, visto que permitem a compreensão da avaliação do cacau no contexto da ciência do século XVIII. Isto fica latente na maneira pela qual o autor desenvolve sua escrita, dotada de linguagem científico e de referências a autores que lhe precederam em análises sobre o fruto. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho:

Os Hespanhoes, que forão os primeiros, ao depois da conquista do novo mundo, que conhecêrão o Cacao, assentárão, como hum principio, ou com hum axioma, que o Cacao era frio, e secco, e que participava da terra. Não acompanhárão esta resolução, e decisão com algum exame, discurso, e experiencia; menos se sabe, donde souberão isto, que talvez fosse da tradição, e opinião dos habitantes primitivos. Seja o que for, he mui natural que d'hum principio tão falso houvessem de tirar consequencias mui erroneas (CAYLUS, apud VELOSO, 1798: 109).

Ainda, sua *Memoria* apresenta relatos de um experimento realizado com o fruto mexicano, demonstrando a aproximação do autor com a prática de análises químicas (CAYLUS, apud VELOSO, 1798: 120-122). Partindo de um novo padrão de produção de narrativas médicas, então, Caylus apresenta conclusões muito diferentes das que foram apresentadas por outros autores da obra, como podemos perceber no segmento a seguir:

Sem me valer da linguagem dos Peripateticos de qualidades quentes, e frias, presentemente abominadas, não me será difficil mostrar que o Cacao he huma substancia; primeiro, mui temperada; segundo, mui nutritiva, e de facil digestão; terceiro, mui propria a restaurar os espiritos dissipados, e forças abatidas; quarto, finalmente, mui conveniente para conservar a saude, prolongar a vida dos velhos (CAYLUS, apud VELOSO, 1798: 114).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Muitos dos textos trazidos no *Tratado de los usos, abusos* complementam e corroboram com as informações trazidas n' *O Fazendeiro do Brazil*. O manual é constituído por um conjunto de escritos reunidos em 1796 por Don Antonio Lavedan, cirurgião do Exército e da Família Real espanhola, e através de suas páginas, o leitor tem acesso a inúmeros relatos sobre diversas qualidades do tabaco, café, chá e chocolate, assim como os problemas que podem acompanhar o excesso de sua ingestão.

Na abertura do *Capítulo V* da obra, que versa sobre os atributos medicinais do chocolate, podemos encontrar informações acerca das reações causadas pela ingestão da bebida, e percebemos que o leque de efeitos é amplo, tanto para o lado positivo quanto para o lado negativo, o que se daria, segundo Lavedan, pelo fato de os professores ignorarem as variações na forma correta de consumo da bebida de indivíduo para indivíduo e receitarem o próprio modo de ingestão para todos (LAVEDAN, 1796: 221-222).

Dessa forma, o autor indica métodos específicos de associação do chocolate com a água, a depender da natureza temperamental de cada um. Em suas palavras:

[...] não obstante aos que são de temperamento colérico lhes aproveitará o beber água fria antes do Chocolate, porque com ela se modifica a nímia exaltação de sua alcalina amargura, e se corroboram os fermentos estomacais, e se depois dele beber água demais não será considerado má prática [...] Aos de temperamento fleumático não se deve aconselhar que bebam antes do Chocolate, porque isto os enerva, e debilita os fermentos estomacais e as fibras do ventrículo (LAVEDAN, 1796: 222-223, tradução nossa).

Salientando as propriedades quentes e úmidas da bebida mexicana, o cirurgião aponta que o preparo do chocolate deveria ser feito com cacau pouco torrado e com baixa concentração de aromas. Quando preparado dessa maneira, o produto seria dotado de propriedades benéficas para a cura de certas doenças:

[...] A bebida do chocolate feita com cacau pouco tostado e muito pouco ou nenhum aroma, é muito saudável para aqueles que estão acometidos de tísica e consumpção, é preservativa das obstruções, cura aos agitados chegando a tempo com este remédio, se admitem ou podem admitir

reposição, substituindo a perda dos bálsamos nutritivos que o calor frenético roubou, domando e adoçando esse ácido febril que está sorvendo os espíritos (LAVEDAN, 1796: 226-227, tradução nossa).

Na obra, também é destacado o poder do líquido para auxiliar os portadores de gota:

[...] e com o uso cotidiano do chocolate restabelece a saúde mais do que se podia esperar: na gota ou podagra é de ótima recreação, e por esta razão os gotosos devem beber este néctar dos Deuses, sem que se tenha suspeita de dano; pelo contrário, há muita vantagem em seu uso (LAVEDAN, 1796: 235, tradução nossa).

Mesmo que em larga escala atreladas às doutrinas galênicas, muitos dos aspectos das narrativas transcritas por Antonio Lavedan nos permitem associar o *Tratado de los usos, abusos* aos padrões científicos do período, como as referências feitas a outros autores. Podemos ver um exemplo disso no relato sobre um indivíduo que, através da ingestão do chocolate, pôde se curar da tísica (LAVEDAN, 1796: 227). Ademais, o próprio parágrafo de fechamento do compêndio nos mostra essa característica ao enfatizar o fato de que os conhecimentos compartilhados através da obra foram retirados dos principais autores que versam sobre o tema (LAVEDAN, 1796: 236).

CONCLUSÕES

O estudo das fontes nos possibilitou entender o desenvolvimento das narrativas médicas sobre o cacau e o chocolate durante a modernidade. Com efeito, a análise d’*O Fazendeiro do Brazil* e do *Tratado de los usos, abusos* transparece as vicissitudes interpretativas do fruto e de sua bebida no final dos Setecentos, demonstrando como seus padrões avaliativos ainda se ligavam em larga escala às interpretações trazidas por Hipócrates de Cós e Claudio Galeno.

Entretanto, as transformações dos padrões científicos começadas no século XVII, assim como os novos modelos de produção de saberes consolidados no decorrer do século XVIII permitiram que as novas espécies que adentraram o continente europeu ao longo da modernidade – entre as quais, podemos encontrar o cacau – fossem analisadas a partir de

um novo prisma. Assim, as obras analisadas nos permitem ter acesso a elementos pouco comuns para compêndios que tratavam dos saberes médicos no período moderno, como a prática de experiências para embasar hipóteses interpretativas e as avaliações bibliográficas e de autores que tratavam sobre a temática dos padrões medicinais do fruto mexicano. Tais mudanças ocorreram em consonância com transformações no próprio status da ciência e dos espaços em que ela era construída a partir da segunda metade dos Seiscentos, o que auxiliou sobremaneira na transformação do próprio estatuto do cacau e de seu líquido.

Outra questão que chama muita atenção no conteúdo dos compêndios é seu caráter utilitarista. Será objetivando o desenvolvimento econômico e a felicidade nos reinos da Península Ibérica que os autores publicaram seus trabalhos científicos. Dessa forma, a produção d'*O Fazendeiro do Brazil* e do *Tratado de los usos, abusos* está associada a um cenário de fomento do cultivo do cacau. Em tal contexto, o acúmulo de saberes acerca do poder terapêutico da planta americana seria de grande valia para esses Estados, visto que a consciência quanto aos melhores modos de proceder a sua ingestão viria em favor dos indivíduos que entrassem em contato com tais obras, tornando-lhes possível associar o prazer gustativo do chocolate a seus benefícios para a saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

LAVEDAN, Antonio. **Tratado de los usos, abusos, propiedades y virtudes del tabaco, café, té y chocolate; extractado de los mejores autores que han tratado de esta matéria, á fin de que su uso no perjudique á la salud, antes bien pueda servir de alivio y curacion de muchos males.** Madrid: Imprensa Real, 1796.

VELOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brazil: melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto.** 11 v. Lisboa: Tipografia do Arco do Cego, 1798- 1806.

BIBLIOGRAFIA

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BRAGA, Isabel D. A mesa conventual e os sabores da América. In: RIBEIRO, Cilene Gomes; SOARES, Carmen (coords.). **Odisseia de Sabores da Lusofonia**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Lisboa, 2015a, pp. 169-182.

COE, Sophie D.; e COE, Michael D. **The True History of Chocolate**. 3ed. Londres: Thames & Hudson, 2013. n.p.

FRIAS, Ivan M. **Doença do corpo, doença da alma: Medicina e Filosofia na Grécia clássica**. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

LEMPS, Alain. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (orgs.). **História da Alimentação**. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, pp. 465-475.

MERLO, Patrícia. Ciência a serviço do reino: sociabilidade e reformismo ilustrado nas últimas décadas do império atlântico português. **DIMENSÕES – Revista de História da UFES**. Vitória, n. 41, pp. 30-51, 2018.

MERLO, Patrícia. O Fazendeiro do Brasil: política ilustrada e produção de alimentos na divulgação científica do Império Luso em finais do século XVIII. Rio de Janeiro: **Anais da XIV Semana de História Política: Res Publica: caminhos e descaminhos da cidadania brasileira**, pp. 849-861, 2019.

MERLO, Patrícia. Os estudos médicos e o (des) conhecimento sobre o corpo no Setecentos português. **DIMENSÕES - Revista de História da UFES**. Vitória, n. 34, pp. 50-68, 2015.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. 2ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

PORRO, Antônio. Cacau e chocolate: dos hieróglifos maias à cozinha ocidental. São Paulo: **Anais do Museu Paulista**, 1997, pp. 279-284.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008. Disponível em: Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

<https://www.academia.edu/11810213/VIAGENS_ULTRAMARINAS_monarcas_vassalos_e_governo_a_dist%C3%A2ncia_na_%C3%ADntegra_>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Scientific Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

TRIVIÑO, Ascensión. Chocolate: historia de un nahuatlismo. **Estudios de Cultura Náhuatl**. Cidade do México, n. 46, pp. 37-87, 2013.

ST 02 – IMPRENSA E GÊNERO NOS SÉCULOS XIX E XX

FEMINILIDADE, MASCULINIDADE E MILITÂNCIA: AS MULHERES REPRESENTADAS EM O CRUZEIRO E MANCHETE

Bruna Batista Ferreira¹⁰²

RESUMO: Este trabalho tem como objeto de estudo as representações de gênero, em especial as representações das mulheres na imprensa brasileira. Para tanto, utiliza-se como fontes principais duas importantes revistas de variedades do século XX: *O Cruzeiro* e *Manchete*, concorrentes diretas na produção fotojornalística do país. Abarca-se o período de 1964 a 1975, ou seja, do início da ditadura à decadência de *O Cruzeiro*. A pesquisa ocorre por meio de análises aos resultados das buscas dos termos “feminismo, feminista e feministas” na hemeroteca da Biblioteca Nacional (*BNDigital*). Conceitos que rondam ideais de feminilidade, masculinidade e militância.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Imprensa, Feminilidade, Masculinidade, Militância.

ABSTRACT: This work has as its object of study the representations of gender, especially the representations of women in the Brazilian press. For that, two important magazines of the 20th century are used as main sources: *O Cruzeiro* and *Manchete*, direct competitors in the photojournalistic production of the country. It covers the period from 1964 to 1975, that is, from the beginning of the dictatorship to the decay of *O Cruzeiro*. The research takes place through analysis of the results of searches for the terms “feminism, feminist and feminist” in the National Library's Hemeroteca (*BNDigital*). Concepts that surround ideals of femininity, masculinity and militancy.

KEYWORDS: Women, Press, Femininity, Masculinity, Militancy.

¹⁰² Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: brunabatistaferreira@id.uff.br.

INTRODUÇÃO

O Cruzeiro e Manchete foram duas importantes revistas brasileiras do século XX. As impressões coloridas, unindo texto e imagens, eram o que havia de mais moderno no cenário jornalístico. *O Cruzeiro* foi precursor desse segmento no país. Criado em 1928, teve suas sedes principais no Rio de Janeiro, pertenceu ao grupo *Diários Associados*, do jornalista Assis Chateaubriand, e findou sua circulação semanal em meados de 1975. Uma queda fundamentada pelo sucesso de sua concorrente direta, a *Manchete*. Também produzida no Rio de Janeiro, ela foi o principal produto do grupo *Bloch Editores*, do empresário de origem ucraniana, Adolpho Bloch.¹⁰³ Fundada em 1952, a revista veiculou na versão impressa até o ano 2000.

Tanto *O Cruzeiro* quanto a *Manchete* foram revistas de variedades, ou seja, propunham-se a noticiar ou abordar temáticas diversas, que iam desde os cenários políticos do Brasil e do mundo, até as entrevistas com personalidades. No entanto, boa parte dos conteúdos desses materiais eram direcionados para as mulheres. Capas, colunas e propagandas estampavam e/ou dirigiam-se às mulheres. O que possibilita uma discussão mais profunda de gênero. Por não se tratarem de revistas expressamente femininas ou feministas, as exposições representativas dos sexos ocorriam de maneira mais fluida, ou melhor, mais dissolvida dentre as cem ou duzentas páginas das produções. Entretanto, as relevantes tiragens e números de exemplares vendidos - milhares de cópias - remontam a exposições mais abrangentes, com um poder maior de propagar ideias acerca das mulheres, principalmente no que se refere à feminilidade e ao feminismo - haja vista a crescente do movimento a partir dos anos 1960.

É nesse sentido que esta pesquisa ocorre. Através dos acervos de *O Cruzeiro e Manchete*, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a *BNDigital*, investiga-se por meio da busca dos termos “feminismo, feminista e feministas”, e também, da observação ampla de capas, propagandas e colunas ditas femininas ou de variedades, as formas com as quais as mulheres eram representadas. O

¹⁰³ A partir dos anos 1980, o Grupo Bloch demonstrou sucesso, mais uma vez, com a criação de sua própria rede de televisão - que recebeu o mesmo nome da revista semanal -, a *TV Manchete* (1983-1999).

palco das análises vai do início da ditadura civil-militar no Brasil, em 1964, até a decadência de *O Cruzeiro*, em 1975. O recorte se justifica devido a coexistência de um Estado conservador e autoritário com a explosão de um movimento revolucionário - o feminismo -, além da proporcionalidade entre as fontes, no que diz respeito à comparação. De antemão, situa-se para essa compreensão, a concatenação de uma tríade, as desinências: feminilidade, masculinidade e militância.

AS REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO

Para compreender a forma com a qual as mulheres eram representadas nas revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, vale a pena dimensionar o quanto os elementos comportamentais e culturais dos indivíduos estavam ligados à anatomia de seus sexos. Ou seja, por muito tempo acreditou-se que as mulheres estariam para a feminilidade, assim como os homens estariam para a masculinidade. O sexo conduziria a um comportamento inato, específico à mulher ou ao homem.

Entretanto, em meio às afirmativas que apregoavam a categorização binária aos sexos, teóricas e teóricos começaram a questionar a naturalização desse sistema. A antropóloga norte-americana, Margaret Mead, em sua obra *Sexo e Temperamento*, de 1935, foi uma das precursoras nessa discussão. Para Mead a diferença sexual utilizada como argumento na constituição dos papéis sociais, possuía traços diferentes em cada sociedade (MEAD, 1999).¹⁰⁴ Dessa maneira, a antropóloga diferenciava o sexo – um dado biológico –, do temperamento, que seria definido pela cultura.

Pode-se dizer que a ideia de “temperamento” de Mead foi um ensaio para as noções posteriores de “gênero”. Noções estas que vieram nos anos 1960, como resultado das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. Em 1968, o também norte-americano, Robert Stoller trouxe o conceito de gênero para discutir sexo e comportamento (STOLLER, 2020). Na obra *Sex and Gender*, Stoller apresentava como exemplos casos

¹⁰⁴ Margaret Mead realizou trabalho de campo em três sociedades ditas “simples e primitivas” na Nova Guiné durante os anos 1930: Arapesh (constatando um “comportamento feminino” e de cooperação em homens e mulheres); Mundugumor (constatando um “comportamento masculino” e agressivo em homens e mulheres); e Tchambuli (constatando mulheres com “comportamento masculino” e homens com “comportamento feminino”).

de indivíduos intersexos e transexuais para comprovar a relação não-inata e direta entre sexo e comportamento, ou seja, sexo e gênero. Assim, o estudioso estabelecia uma relação cultural entre a anatomia genital (considerada por ele como sexo) e a identidade sexual (considerada como gênero). No entanto, Stoller entendia que a identidade de gênero era mais importante do que as características anatômicas no que diz respeito à formação do “sentimento de ser mulher” e do “sentimento de ser homem”.

Apesar desse delineamento, gênero, enquanto uma categoria útil de análise histórica, somente foi proposto em 1989 pela historiadora Joan Scott. Scott, diferentemente de Stoller que associava gênero ao cultural, passou a entendê-lo como um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e como uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995). Juntamente a esta dupla definição, a historiadora nominou quatro elementos interrelacionados de gênero. O primeiro deles sendo os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, às vezes contraditórias, como as figuras bíblicas femininas Eva (representando a traição e o pecado) e Maria (representando a maternidade e a santidade). O segundo sendo os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas, como o binarismo reproduzido por religião, ciência, política e justiça. O terceiro sendo a concepção política e referência às instituições e à organização social, no que tange ao desafio da pesquisa histórica em desfazer a fixidez binária. E o quarto sendo a identidade subjetiva, ou melhor, o exame histórico das produções e reproduções de identidades generificadas, personificadas através de biografias, por exemplo.

Todas essas discussões acerca das diferenças, do sexo e da cultura, também se desdobraram ao longo do século XX através das práticas sociais. Até os anos 1950 “parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram “por natureza”, destinadas ao casamento e à maternidade”, “esse destino surgia como praticamente incontestável” (PINSKY, 2018: 470). Já durante os anos 1960 e 1970, muito em função do movimento feminista, a rigidez comportamental entre os gêneros foi se flexibilizando. “Ao lado das fórmulas conservadoras, repetidas à exaustão por vozes identificadas como “cidadãos sérios e responsáveis”, conviviam atitudes que denotavam a “evolução dos costumes” num sentido de maior liberdade e igualdade” (PINSKY, 2018: 516).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Essa coexistência de conservadorismo e modernidade dos costumes expõe-se nitidamente nas páginas de *O Cruzeiro* e *Manchete*. Ao mesmo tempo que as “colunas femininas” e a propagandas de eletrodomésticos ou utensílios para casa reforçavam o “lugar tradicional”, esposado e maternal da mulher, reportagens especiais sobre os movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos preconizavam outra forma de exibição que, para além do feminino contraponto ao masculino, figurava-se na exterioridade ao lar, na atuação militante. O cenário político nacional que envolvia essa trama de gênero, também se mostrava suscetível às contradições entre o novo e o velho, o antigo e o moderno, a tradição e a (r)evolução. A ditadura foi palco de contradições. A mídia, assim como ela.

AS REVISTAS

Muitas vezes em *O Cruzeiro* e *Manchete*, o feminino aparecia ligado a uma conotação positiva, algo inato à mulher, compatível com a sua “natureza”, e o feminismo nem tão positivo assim, atrelado à militância, à masculinização, ao não “natural” e ao passível de ser desqualificado. Joana Maria Pedro explica que essa desqualificação do feminismo é, geralmente, atribuída “ao fato de as feministas sufragistas inglesas terem defendido suas reivindicações de forma barulhenta e violenta”, mas, também, devido à “reação machista às reivindicações feministas” que “ajuda a reforçar os preconceitos” (PEDRO, 2018: 256). Em muito, a imprensa também influenciou na propagação ou manutenção de certos estereótipos femininos e feministas. Isso porque, de acordo com Tânia Regina de Luca, os discursos adquirem significados de muitas formas, e a ênfase em determinados temas, a linguagem utilizada e a natureza do conteúdo estão diretamente associadas ao público que o jornal ou a revista pretendem atingir e a forma com a qual querem atingir (LUCA, 2018, p. 115).

Assim, sendo do interesse de um grupo, nesse caso jornalístico, difundir o feminino como algo intrínseco à mulher e o feminismo como um movimento que promove a “guerra dos sexos” ou o conflito “identitário” sobreposto aos gêneros, a repercussão virá, primeiro dentro do público-alvo do periódico, depois em formas mais abrangentes na sociedade. E que a imprensa também será influenciada pelo que ocorre na sociedade. Por isso, Luca acrescenta que os conteúdos presentes nos periódicos não

podem ser desvinculados do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, de seu lugar de produção, dos fatos políticos ligados aos processos sociais. Entender esse lugar de “retorno” do político, que revive ou se renova, produz e reproduz esquemas sociais ligados ao feminino e ao feminismo, à feminilidade e à masculinidade, à subordinação e à militância, é dimensionar diversas tramas sociais que criou simbolismos acerca do “ser mulher”.

O Cruzeiro e Manchete possuíam boa parte de seus conteúdos voltados para as mulheres. Havia, inclusive, seções específicas “para elas”. Em *O Cruzeiro* recebiam o nome de *Assuntos Femininos* ou *Para a Mulher*. Algumas colunas eram fixas como: *Da Mulher para a Mulher* de Maria Teresa; *Lar, doce lar* de Helena Sangirardi; e *Elegância e beleza* de Elza Marzulo, ou ainda a *Última Página* de Rachel de Queiroz. Na *Manchete*, um trocadilho ao próprio nome da revista, a *Manchete feminina*, que trazia a *Orientação de Ida Uchôa*.

Mas as páginas dedicadas ao público feminino não estavam alocadas somente nesses espaços. As propagandas de eletrodomésticos, produtos para a casa, da moda, cuidados pessoais e estéticos, eram direcionadas às mulheres. Tanto em *O Cruzeiro* quanto na *Manchete* apareciam, inclusive, comerciais de *revistas femininas* pertencentes ao mesmo nicho empresarial de cada uma delas (no caso de *O Cruzeiro* os *Diários Associados* e da *Manchete* o *Bloch Editores*). Assim a revista *Capricho* e a revista *Jóia* eram indicadas. Vê-se se aí uma conjuntura empresarial e um mecanismo de massificação dos discursos e da marca. Trata-se de um processo que visava a hegemonia do grupo e, conseqüentemente, a propagação das ideias desse grupo para públicos cada vez maiores e mais abrangentes até mesmo, de maneira relevante aqui, das representações de gênero.

O REGIME E AS REVOLUÇÕES

Torna-se indispensável compreender o cenário político-social e o palco mercadológico do qual *O Cruzeiro* e *Manchete* fizeram parte entre os anos 1964 a 1975. Nesse sentido, Renato Ortiz afirma que “se os anos 40 e 50 podem ser considerados como momentos de incipiência de uma sociedade de consumo, as décadas de 1960 e 1970 se definem pela consolidação de um mercado de bens culturais” (ORTIZ, 1988: 113). O

teórico acredita que “é possível apreendermos essas mudanças se tomarmos como ponto para reflexão o golpe militar de 1964” (ORTIZ, 1988: 113).

Isso porque, para Ortiz, o Estado militar teve duplo significado: “por um lado se define por sua dimensão política; por outro, aponta para transformações mais profundas que se realizam no nível da economia” (ORTIZ, 1988: 113). Teria sido a “segunda revolução industrial” no Brasil.¹⁰⁵ Na qual, o Estado autoritário permitiu consolidar o “capitalismo tardio” com o crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, o fortalecimento do parque industrial de produção cultural e o mercado de bens culturais – associado, claro, ao controle estrito das manifestações que se contrapunham ao regime autoritário (ORTIZ, 1988: 114).

O movimento cultural pós-64, na visão de Renato Ortiz, foi caracterizado por duas vertentes não excludentes: a repressão ideológica e política; e o momento da história brasileira onde mais foram produzidos e difundidos os bens culturais (ORTIZ, 1988: 115). A revista *O Cruzeiro* aparece, por exemplo, entre o grupo de empresários da esfera cultural que, aliados aos interesses dos militares, articularam a derrubada de João Goulart (ORTIZ, 1988: 117).¹⁰⁶ “A partir de 1966 é dado um incentivo real à fabricação de papel, e facilidade na importação de novos maquinários para a edição, percebemos que existe claramente uma gama de interesses comuns entre o Estado autoritário e o setor empresarial do livro” (ORTIZ, 1988: 117). Assim, “ocorre uma formidável expansão, a nível de produção, de distribuição e de consumo da cultura; é nesta fase que se consolidam os grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa” (ORTIZ, 1988: 121). Não por acaso, “a década de 1960 é considerada o período auge da revista [*O Cruzeiro*]” (SERPA, 2017, p. 43).

Todo esse incentivo de produção e difusão cultural, em especial da grande imprensa, gerou uma competição acirrada entre os meios de comunicação. A *Manchete*, fundada em 1952, tinha como objetivo ser concorrente direta de *O Cruzeiro*, e foi. Entretanto, ambas precisaram lidar com “o desafio da modernização” e, na segunda metade dos anos 1960,

¹⁰⁵ Ortiz crê que a “primeira revolução industrial” brasileira teria ocorrido com o governo de Juscelino Kubitschek.

¹⁰⁶ Apud. DREIFUSS, Rene. 1964: *A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

com o Estado autoritário. Para Rodrigo Patto “as relações da imprensa com o regime militar foram marcadas por complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica, situação semelhante, aliás, à que viveram outros setores da sociedade” (MOTTA, 2013: 62). “O estudo da grande imprensa” para Patto, “assume importância particular por sua capacidade de influenciar a formação da opinião, ou melhor, das opiniões do público e da sociedade, em uma época em que a televisão ainda estava em consolidação” (MOTTA, 2013: 63).

Segundo o estudioso, num primeiro momento, a maior parte dos jornais e veículos de comunicação apoiaram o golpe de 1964 (MOTTA, 2013: 67).¹⁰⁷ *O Cruzeiro e Manchete* fizeram parte desse nicho. Um pacto que dizia respeito aos interesses similares desses grupos, interferindo de forma direta naquilo que desejavam propagar. Os ideais de feminilidade entraram nesse combo. Afinal, os anos 1960 dizem respeito a um momento de importantes movimentações políticas-sociais das mulheres, tanto na esquerda evocando o feminismo, quanto pela direita, numa linha conservadora de feminilidade, matrimônio e maternidade.

Janaína Cordeiro, analisando a Camde,¹⁰⁸ aponta para “um novo modelo de feminilidade, um modelo, podemos dizer que emergiu do próprio processo de modernização conservadora” (CORDEIRO, 2019). A historiadora mostra que “a complexidade do pacto social em torno da ditadura nos primeiros anos da década de 1970”, “transformou de forma significativa a imagem da mulher na sociedade brasileira” (CORDEIRO, 2019: 195). Afinal, o contexto “envolvia não apenas repressão, censura e propaganda, mas também euforia desenvolvimentista, expectativas de construção do futuro e modernização conservadora” (CORDEIRO, 2019: 195). Esse misto de conservadorismo e modernidade salta aos olhos lendo as páginas das revistas fontes.

¹⁰⁷ “Quando o regime militar adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente”. Patto refere-se às críticas, ainda que veladas por meio de charges, por exemplo, de muitos meios de comunicação impressos após o AI-5, ou de forma mais incisiva, pós 1969 (MOTTA, 2013: 67).

¹⁰⁸ Campanha da Mulher pela Democracia. Grupos femininos conservadores comprometidos em combater o que seria a “infiltração comunista no país” (CORDEIRO, 2009).

FEMINILIDADE, MASCULINIDADE E MILITÂNCIA

Rachel de Queiroz foi uma das colaboradoras mais conhecidas da revista *O Cruzeiro*. De 1945 a 1975 esteve presente na produção de conteúdo, em especial, à frente da coluna *Última Página*. Apoiadora do regime militar, Queiroz, por vezes, reforçava nesse espaço o seu apreço ao governo ditatorial e também a ideais sobre a feminilidade da mulher. Em 1964, em meio às aprovações da “revolução de março”, um artigo intitulado *Lavôro* (*O CRUZEIRO*, ed. 28, 18 abr. 1964: 130). Nele, Rachel deixava nítida sua visão sobre a “natureza feminina”. A escritora cearense retomava um termo, segundo ela, usual entre os antigos nordestinos, para se referir a pequenos trabalhos manuais, cuja delicadeza combinava com a mulher:

IMAGINO que tal como a natureza condicionou a abelha a fazer sempre com impecável perfeição o rendado minucioso dos favos, condicionou a mulher para os trabalhos manuais miúdos e delicados como o bordado, os trançados, o labirinto, o crivo, a renda - todos êsses misteres tradicionais que no Nordeste se chamavam antigamente e indistintamente de “lavôro”. E imagino também que o trabalho manual delicado, monótono, consumidor de horas infundáveis é uma espécie de válvula de compensação para a mulher, a satisfação de um seu instinto profundo, assim como a caça, a velocidade, a aventura e a briga o são para o seu companheiro masculino (*O CRUZEIRO*, ed. 28, 18 abr. 1964: 130).

Rachel de Queiroz via o *lavôro* como algo contrário ao que chamava de *ménage*, ou seja, as “obrigações penosas, cansativas, desagradáveis que não distraem nem descansam o espírito”, exemplificando, as tarefas domésticas do dia-a-dia. Considerava-se de uma geração que havia sido “moderna e feminista”, sim, havia. Pois, para ela, as moças “mais jovens” já não sentiam mais a obrigação de assim serem. Inclusive, indagava: “repararam como a palavra feminista quase desapareceu?”. Queiroz considerava os afazeres domésticos um dos “símbolos da escravidão feminina”. Visão diferente a que tinha do *lavôro*, motivo pelo qual afirmava que as mulheres olhavam com “nostalgia e curiosa sedução para alguma anacrônica companheira que ainda borda camisinhas dos seus bebês e faz os seus sapatinhos de lã”. Por isso, Rachel lamentava o desaparecimento das salas de costura dos colégios de meninas. Seria, nas palavras da

autora, a “desfeminização da vida da mulher moderna” (O CRUZEIRO, ed. 28, 18 abr. 1964: 130).

Eu de mim, confesso que sou dessas anacrônicas; encontro no lavôro feminino um encanto, uma compensação, uma fonte de tranqüilidade que nada mais me dá. Tiro uma espécie de equilíbrio do uso alternado do jornalismo e do crochê, literatura e bordado a mão, política e cozinha. Nas horas de crise, quando se varam noites inteiras em vigília cívica, junto ao telefone e ao rádio, esperando o estado de sítio, a proclamação dos generais, a prisão do líder, não há como um bom tricô para acalmar os nervos enquanto se espera, ou para ritmar a voz dos locutores, enquanto se escuta (O CRUZEIRO, ed. 28, 18 abr. 1964: 130).

O anacronismo que a autora afirma fazer parte, tangencia um sentimento de modernidade convivendo com o saudosismo. Rachel de Queiroz, sem dúvida, exerceu um importante papel em seu tempo. Como pontua em sua escrita, atuava no jornalismo, na literatura e na crítica política - fazendo “vigília cívica” na torcida pela prisão do presidente deposto, João Goulart, e na alçada dos generais ao poder com o decreto do estado de sítio. Mas também sentia “prazer, compensação e tranqüilidade” em fazer crochê, bordar e cozinhar. Finalizando o artigo, uma comparação do seu “equilíbrio” ao “símbolo histórico e terrível dessa dupla necessidade de ocupação da natureza feminina”: as mulheres que, durante a Revolução Francesa, tricotavam enquanto acompanhavam os debates na Assembleia Nacional ou durante as decapitações na guilhotina.

Assim, o envolvimento político de Rachel de Queiroz na segunda metade do século XX, foi emitido através de opiniões em seus escritos e falas. A recusa em ser ministro do governo Castelo Branco foi um dos questionamentos que o entrevistador Lausimar Laus fez à cronista na revista concorrente de *O Cruzeiro*, a *Manchete* (MANCHETE, ed. 663, 02 jan. 1965: 78).¹⁰⁹ Na ocasião, Laus afirmou que “a ilustre escritora” declarava “aprovar todos os atos da revolução de março, salvo algumas cassações injustas”. A entrevista, intitulada *RACHEL DE QUEIROZ: a que não quis ser*

¹⁰⁹ Devido à raridade ou inexistência de mulheres ocupando certos cargos políticos, o sufixo das denominações era masculino, como o caso da palavra ‘ministro’. À época não se falava ou escrevia ‘ministra’.

ministro, trazia como resposta para isso mais uma caracterização sobre ser mulher, agora, um pouco diferente do que havia exposto em sua coluna meses antes. Entre risos, Rachel de Queiroz afirmava que não era feminista, que não acreditava em mulher, “mas em indivíduos”, e, que, por “preço nenhum do mundo, concordaria em ser ministro”. Dizia ser “estritamente jornalista, sem nenhuma ambição na vida pública”. Completava: “De política, o que eu gosto mesmo é da fofoca (MANCHETE, ed. 663, 02, jan. 1965: 78).

Diferentemente do texto *Lavôro*, no qual Rachel definia, pelo exemplo das abelhas, a diferença entre mulheres e homens, na entrevista dada à *Manchete*, a autora dizia não acreditar em mulher, mas, sim, em indivíduos. No entanto, reforçava uma característica estereotipada conferida, na época, à mulher: a fofoca. Isso, se fosse uma mulher feminina, com características compatíveis à feminilidade. Aquelas que não conseguiam o “equilíbrio” outrora trazido por Queiroz, eram caracterizadas de outra forma.

Um caso emblemático de uma caracterização “não feminina”, tanto em *O Cruzeiro* quanto na *Manchete*, é da feminista norte americana Betty Friedan. Ambas as revistas tinham espaços destinados ao noticiário internacional, fosse por meio de matérias produzidas nas sucursais ou por correspondentes internacionais. O fato é que, o potente feminismo dos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, passou a figurar entre as matérias e notas desses periódicos. E nesse sentido, Betty Friedan, fundadora do NOW (*National Organization for Women* - Organização Nacional de Mulheres) em 1966, e autora do livro *The Feminine Mystique*, em português, *A Mística Feminina*, de 1963, aparecia nas páginas das revistas. Seu livro foi traduzido e publicado no Brasil em 1971, ano em que a autora veio lançá-lo. E os estereótipos que rondavam mulheres, militantes feministas, como Betty Friedan, eram explicitados. O texto de Valdir Zwetsch e Cláudio Kuck, com imagens feitas por Eduardo Ribeiro, trazia sob o título e subtítulo *A Mística de Betty Friedan: Líder feminista americana passou como um furacão*:

Para ela, a única diferença entre a mulher e o homem é a gravidez. Por isso, para torná-los iguais, defende o aborto e a pílula. No Brasil, onde veio lançar seu livro *A Mística Feminina* e simultaneamente levantar suas colegas da América do Sul contra o decantado machismo latino, foi chamada de feia, gorda e mal vestida. Mas o espírito crítico brasileiro descobriu uma palavra bem mais forte para caracterizar a

americana Betty Friedan: - Machona! (O Cruzeiro, ed. 17, 28 abr. 1971: 126)

Ser chamada de feia, gorda, mal vestida, mal cuidada e mal amada era algo recorrente no antifeminismo norte americano. No Brasil não foi diferente. Como pontua o jornalista, Friedan, em solo nacional, “descobriu uma palavra bem mais forte”, *machona*. Recorrer às caracterizações masculinas ou não consideradas femininas, era arma recorrente na desqualificação do movimento feminista e de suas integrantes. Os estudos da historiadora Rachel Soihet, mostram que durante os anos 1960, nos quais o Brasil vivia sob a ditadura, “o temor da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre os gêneros”, evidenciou um forte conservadorismo (SOIHET, 1997). E esse conservadorismo vinha mesmo de lugares que tinham na ridicularização uma arma contra o autoritarismo e que promovia críticas de costumes, como era o caso do jornal *O Pasquim*.

Segundo Soihet, a mordacidade do periódico voltava-se também “contra as mulheres que lutavam por direitos ou que assumiam atitudes consideradas inadequadas ao modelo tradicional de feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros” (SOIHET, 1997: 591). Dessa forma, militantes eram ridicularizadas. Contra elas eram usados rótulos como “masculinizadas, feias, despeitadas, depravadas e promíscuas”. Betty Friedan era alvo das chacotas. A forma usual para isso, eram as caricaturas. Algo semelhante ocorria nas revistas aqui analisadas, durante os anos 1970, por meio das fotografias. Friedan, normalmente, aparecia em preto e branco com destaque para o rosto expressando altivez - afinal, as fotos publicadas haviam sido tiradas em momentos nos quais ela discursava. Elementos que remetiam à falta de feminilidade. Na reportagem de *O Cruzeiro*, os próprios redatores afirmavam que “parte dos homens se defendem [de Betty Friedan], taxando-a de masculinizada, ou mesmo “machona”. Recurso este claramente expresso na coluna social de Ibrahim Sued na revista *Manchete*. Nominada *A SEMANA DE IBRAHIM SUED*, o crítico comentava a vinda de Betty Friedan ao Brasil com os seguintes dizeres:

Para começar quero registrar aqui que essa líder feminista, Betty Friedan, não é apenas contra os homens. É contra tudo e contra todos.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Neurótica, frustrada e inútil. Sobretudo porque acha que a mulher é que tem de ser machona, quando a coisa mais linda das bonecas e deslumbradas é a feminilidade. A fragilidade. A doçura. Realmente, ela prega tudo contra o que a tradição cristã da família apregoa há séculos. É uma neurótica. Falei. E se falei é lei. De leve (Manchete, ed. 993, 01 maio 1971: 48).

De forma grosseiramente incisiva, Sued não só rotulava Betty com imperativos ideais de masculinização e desqualificação - neurótica, frustrada, inútil e machona - como também fazia questão de pontuar aquilo que para ele correspondia, de fato, ao ser mulher: ser linda como uma boneca, deslumbrada, feminina, frágil e doce. O colunista apelava, ainda, para a tradição cristã da família, que, na sua visão, líderes como Friedan estariam corrompendo. Nessa mesma edição da *Manchete*, a redatora Heloneida Studart trazia uma abordagem diferente, para não dizer o exato oposto da de Ibrahim Sued. Sua reportagem intitulada *Betty Friedan* expressava admiração:

Sempre quis conhecer Betty Friedan. Em 1963 eu lera o seu livro **A Mística Feminina**, agora traduzido no Brasil pela Editôra Vozes e que então já havia vendido mais de um milhão de exemplares nos Estados Unidos. Tratava-se de um livro sério, polêmico e bem escrito sobre o problema da mulher norte-americana, que ela chamava de **problema sem nome**. A quantidade de dados, de citações, de consultas, demonstrava um trabalho dedicado e consciencioso. Achando que a teoria sem a prática não vale. Betty Friedan acabaria transformando suas idéias em força impulsionadora de um grande movimento de reivindicações femininas, o **NOW**. Ela chegou ao Brasil no dia 13, acompanhada de grande estardalhaço, e suas idéias e sua figura foram objeto de muita discussão e controvérsia. Sobretudo, sua figura de mulher (MANCHETE, ed. 993, 01 maio. 1971: 53).

A visão expressada por Heloneida Studart sobre Betty Friedan exemplifica um pouco do papel que ela exercia dentro da revista *Manchete*: trazer a pauta feminista de um modo mais receptivo. Nascida em Fortaleza, Ceará, Studart trabalhou como escritora, ensaísta, teatróloga e jornalista, além disso, atuou como política e defensora dos direitos das mulheres. Talvez seja por este motivo que grande parte das buscas pelos termos “feminismo, feminista e feministas” no acervo da *Manchete*, tragam colunas ou matérias assinadas por Heloneida. Essa foi uma de suas pautas no período em que contribuiu com o periódico, de 1971 a 1979.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Em 1972, por exemplo, Studart reportou o *I Congresso Feminino do Estado do Rio de Janeiro*, ocorrido na Cidade de Miguel Pereira, no centro-sul fluminense (MANCHETE, ed. 1051, 10 jun. 1972: 128-129). Intitulada *AS MULHERES NÃO SÃO MAIS AQUELAS*, a matéria enaltecia que os principais cargos administrativos da cidade sede do evento eram chefiados por mulheres, inclusive a prefeitura - sob o comando de Aristolina Queiroz de Almeida, a primeira líder do executivo municipal no estado do Rio -, por outro lado, criticava a composição da mesa principal do Congresso ser composta majoritariamente por homens.

Entre o final de 1973 e início de 1974, Heloneida Studart entrevistou mulheres, personalidades famosas, na coluna: *AS MULHERES E OS HOMENS*. Nesse espaço, a jornalista levantava questões sobre as diferenças entre os sexos e a emancipação feminina. Na segunda entrevista desta série, a atriz Sílvia Falkenburg afirmou que Betty Friedan era “muito feia” e que não gostava de homens. Então, o texto trazia o complemento de Heloneida Studart ao diálogo: “Respondo que a Friedan é feia [...] mas esse fato não tira o valor da sua batalha política em favor dos direitos civis e trabalhistas das mulheres” (MANCHETE, ed. 1131, 22 dez. 1973: 58). Observa-se que mesmo no discurso feminista de Studart haviam brechas ligadas aos estereótipos de beleza acerca da mulher. Isso ocorre quando ela concorda com a fala sobre “Betty Friedan ser feia”. No entanto, a postura de Heloneida vai no sentido de não desqualificar o que a líder feminista norte-americana representava, pura e simplesmente, por sua aparência. Mas, Falkenburg não mudou de opinião, pelo menos não nessa ocasião.

Na seção *Leitura Dinâmica* da *Manchete*, até mesmo personagens de telenovela rendiam pautas feministas à Heloneida Studart. Como é o caso da protagonista Catarina Batista de *O Machão*, exibida na Rede Tupi em 1974.¹¹⁰ Entrevistas, encontros, conversas com feministas de outros países, tudo isso Studart trazia para a *Manchete*. A escritora esteve à frente das prévias e expectativas para 1975, *o ano da mulher*, declarado pela

¹¹⁰ *O Machão* foi uma telenovela produzida e exibida pela extinta Rede Tupi, entre 1974 e 1975. Teve como protagonistas: Antônio Fagundes (interpretando “o machão” Julião Petruccio) e Maria Isabel de Lizandra (atuando no papel da feminista Catarina Batista). Baseada na peça teatral *A Megera Domada*, de William Shakespeare, a obra já havia ganhado uma primeira versão na televisão, em 1965, com o nome *A Indomável* - na extinta TV Excelsior. Em 2000 a trama ganhou uma terceira versão: *O Cravo e a Rosa*, produzida pela TV Globo.

Organização das Nações Unidas (ONU), e da cobertura do Congresso Internacional no México.

O empenho de Heloneida Studart em abarcar o feminismo, todavia, não deixou de ser criticado, inclusive, por figuras entrevistadas na concorrente, *O Cruzeiro*. Ainda mais após o lançamento de seu livro pela Editora Vozes, em 1974, *Mulher, Objeto de Casa e de Mesa*. Numa entrevista de Afrânio Brasil Soares ao produtor artístico Carlos Imperial, “o machão nacional” afirmava: “As mulheres ficam lendo Heloneida Studart, Rosemary Muraro, Cidinha Campos e pretensas líderes feministas - que no fundo não sabem de nada - e ficam falando besteira” (O CRUZEIRO, ed. 5, 29 jan. 1975: 16).¹¹¹ O título da entrevista *IMPERIAL DIZ QUE A MULHER É [CENSURADO]* era complementado ao longo das falas do entrevistado, como quando dizia que a mulher devia ser uma “dama na rua e puta na cama”. Acrescentava: “É preciso acabar com essa palhaçada de liberdade feminina”.

Na própria revista *Manchete* havia crítica à Heloneida Studart. Mas ela não estava sozinha na produção dos conteúdos feministas. Atenéia Feijó também assinava matérias com esse teor. É o caso da reportagem especial *A MULHER BRASILEIRA, feminina ou feminista?* (MANCHETE, ed. 1134, 12 jan. 1974: 29).¹¹² Tratava-se de uma pesquisa de opinião realizada pela própria revista: “*Manchete* ouviu 100 brasileiras, entre 20 e 40 anos, que dizem abertamente como são, o que pensam e o que querem”. As conclusões da pesquisa foram pontuadas da seguinte forma: “Nossas mulheres: não são feministas, não são ingênuas, são supermães, não se interessam por política, ainda se ligam muito nos homens” (MANCHETE, ed. 1134, 12 jan. 1974: 29). Complementava:

A mulher brasileira quer continuar na sua, ou seja, dispensada de participar da tão apregoada evolução dos costumes. Para chegar a esta conclusão, MANCHETE entrevistou, em vários estados do Brasil, 100 mulheres de diferentes camadas sociais e em diversas situações econômicas e culturais. Mineiras, cariocas ou nordestinas, elas não estão dispostas a assumir o papel de sujeitos da história - preferem

¹¹¹ Cidinha Campos é uma jornalista, radialista e política carioca. Foi deputada estadual do Rio de Janeiro. Rosemary Muraro foi uma escritora, intelectual e feminista paulistana.

¹¹² Esta reportagem foi assinada por vários jornalistas, representando cada qual um estado. São eles: Atenéia Feijó (GB, atual RJ), Neide Ricosti e José Maria dos Santos (SP), Fernando Talles (MG), Ricardo Noblat (CE), Fernando Guedes (RS), Vera Martins (BA), Ivan Maurício (PE), Ademir Pereira (BSB, atual DF).

continuar na condição de objetos adoráveis do seu homem. Demitem-se do difícil risco da liberdade; querem permanecer sob a orientação do pai, marido ou chefe (MANCHETE, ed. 1134, 12 jan. 1974: 29).

A crítica mais incisiva à omissão-submissão da mulher em esferas de atuação política e social, talvez estivesse relacionado aos avanços do feminismo no país e também à repercussão do Ano Internacional da Mulher - que, por sinal, ecoou bem diferente em *O Cruzeiro* e *Manchete*. A coluna de Lincoln Nery que trazia o título *Ano da Mulher* conferia um sentido contrário ao que a ONU e ao que muitas feministas planejavam (O CRUZEIRO, ed. 11, 12 mar. 1975: 74).¹¹³ O colunista dizia se perguntar se as mulheres, "jóias da humanidade", insistiriam "em invadir a área das atividades masculinas, como pensam as megeras falastronas e inquietas do feminismo hostil e estéril". Para que isso não ocorresse, levando-as a um processo de "desfeminização", Nery apontava o "caminho", a sua interpretação do ano da mulher: "O Ano da Mulher traz, em si, um grande apelo às mulheres de todo o mundo: "Voltem a ser mulheres. Esqueçam as frustrações". Ainda aconselhava: "Quanto mais submissas, mais vocês dominarão os homens! Condicionem-se à própria biologia. Vivam a vida. E sejam felizes, na autenticidade do sexo!" (O CRUZEIRO, ed. 11, 12 mar. 1975: 74).

Entretanto, o condicionante à natureza feminina, certamente, era algo que as participantes da I Conferência Mundial sobre a Mulher não pretendiam retomar. Nas palavras de Heloneida Studart, 1975 representava, de acordo com a resolução da ONU: "365 dias à luta contra as discriminações a que [as mulheres] são submetidas" (MANCHETE, ed. 1187, 18 jan.1975: 28). A jornalista rebateu comentários, como os do colega acima citado, dizendo que a luta feminista não se dirigia contra o homem e que não se travava de algo inconsequente e ridículo (MANCHETE, ed. 1187, 18 jan. 1975: 28). Heloneida Studart participou presencialmente do evento no México e converteu sua experiência, enquanto correspondente enviada, em matérias nas páginas da *Manchete*.

¹¹³ Segundo a Organização: "1975, o Ano Internacional da Mulher foi o momento de realização da I Conferência Mundial da Mulher sob o lema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz". O tema central: a eliminação da discriminação da mulher e o seu avanço social". Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

Diante desses recortes de *O Cruzeiro* e *Manchete* se nota querelas importantes envolvendo o ser feminina, feminista ou militante no Brasil e na imprensa do século XX, ou melhor, os estereótipos que rondavam essas esferas. Mas não somente isso. O cenário político nacional que envolveu essa trama de gênero, mostrou se suscetível às contradições entre o novo e o velho, a tradição e a (r)evolução. A ditadura foi palco de contradições. A mídia também. Estereotipar as mulheres entre “femininas ou feministas”, ou ainda, entre “machonas ou radicais”, fez parte dos discursos nem sempre lineares de *O Cruzeiro* e *Manchete*, bem como de suas personagens, a exemplo de Rachel de Queiroz e Heloneida Studart. No geral, perceptível é a maneira com a qual as mulheres eram representadas nesses espaços, ou seja, em relação à feminilidade, à masculinidade ou à militância.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Editora FGV, 2009.

CORDEIRO, Janaína Martins. Mães do ano: a Camde e a imagem da mulher nos primeiros anos da ditadura civil-militar. In: FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; VANNUCCHI, Marco Aurélio (Orgs.). *O que há de novo no Estado Novo?: autoritarismos e democracia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In.: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988

PEDRO, Joana Maria. Corpo, Prazer e Trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1ª ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1ª ed. 3ª reimp. São Paulo: Contexto, 2018.

SERPA, Leoní. *Modernidade, Mulher, Imprensa: A Revista o Cruzeiro no Brasil de 1928-1945*. Curitiba: Appris, 2017

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. *Educação e Realidade*, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf. Acesso em: 03 set. 2019.

SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, v.5, n.1, p.7-29, 1997.

STOLLER, Robert J. *Sex and gender: The development of masculinity and femininity*. Routledge, 2020.

**“MUJERES DOMINANDO LOS AIRES” PARTICIPAÇÃO
FEMININA NA HISTÓRIA DA AVIAÇÃO LATINO-AMERICANA:
UMA HISTÓRIA COMPARATIVA ENTRE PERU E BRASIL, S.
XX.**

Luz Estefany Ramos Dolorier¹¹⁴

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é explorar as diferentes semelhanças e desigualdades no processo de inserção feminina nas forças aéreas peruana e brasileira entre 1979 e 1982. Desde o início do século XX há mulheres pioneiras na aviação de diferentes partes do América Latina e América do Norte mencionando: Amelia Earhart, Ada Leda Rogato , Carmela Combe, Amelia Celia Figueredo de Pietra, Violeta Guirola de Avila , Thereza Di Marzo, Amelia Villa de la Tapia, Inés Thomann , entre outras. Essas mulheres romperam com esse estereótipo de gênero de profissões para homens e profissões para mulheres, tornando visível sua participação como aviadoras dentro dos espaços militares. Isso marcou um importante precedente histórico para vários países latino-americanos testemunharem uma figura feminina representativa e moderna em suas instituições armadas. Esta pesquisa se baseia em referenciais teóricos da história das mulheres e da história militar. Em seguida, serão lançadas as bases históricas da presença de mulheres aviadoras no Peru e no Brasil no século XX, procurando contribuir a partir da disciplina histórica, elementos de análise diante do vácuo na historiografia.

PALAVRAS-CHAVE: História das Mulheres, Século XX, Aviadores, Instituições Armadas.

ABSTRACT: The purpose of this research is to explore the different similarities and inequalities in the process of female insertion in the Peruvian and Brazilian air forces between 1979 and 1990. Since the beginning of the 20th century, there have been pioneering women in aviation from different parts of Latin America and North America, mentioning: Amelia Earhart, Ada Leda Rogato, Carmela Combe, Amelia Celia Figueredo de Pietra, Violeta Guirola de Avila, Thereza Di Marzo, Amelia Villa de la Tapia, Inés Thomann, among others. These women broke with this gender stereotype of professions

¹¹⁴ Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail de contato: luz.dolorier@estudante.ufjf.br
Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:
Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;
Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

for men and professions for women, making their participation as aviators visible within military spaces. This marked an important historical precedent for various Latin American countries to witness a representative and modern female figure in their armed institutions. This research is based on theoretical references of women's history and military history. Then, the historical bases of the presence of women aviators in Peru and Brazil in the 20th century will be laid, trying to contribute from the historical discipline, elements of analysis in the face of the void in historiography.

KEYWORDS: History of Women, 20th Century, Aviators, Armed Institutions.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga a participação de mulheres aviadoras, eixo temático que vem sendo explorado e analisado por sociólogos, historiadores, entre outros profissionais das ciências sociais. Nas últimas décadas, na historiografia peruano-brasileira, os aviadores têm sido objeto de estudos de diferentes disciplinas, havendo mais pesquisas sobre o campo de trabalho das mulheres pilotos e, por outro lado, a identidade dessa profissão.

A presença de mulheres nas instituições armadas da América Latina tem sido um interessante campo de estudo. De acordo com Donadio (2009), ele menciona que o trabalho realizado por essas pioneiras estava intimamente relacionado ao papel social exclusivo das mulheres. É importante ressaltar que, no contexto cultural do século XX, o sistema do campo militar gerou uma confusão do componente masculino, o que levou à falta de políticas internas capazes de gerenciar as primeiras situações de convivência entre os gêneros.

Durante a década de 1980, houve uma onda democratizante e, acompanhados pelos diferentes movimentos sociais, quem buscaram a reivindicação da igualdade de direitos e a adesão a convenções internacionais destacadas que eram a favor do desenvolvimento das mulheres e sua incorporação como especialistas.

Pionero fue el caso de Chile, que en 1974 creó la Escuela del Servicio Auxiliar Femenino del Ejército y el Servicio Femenino Militar, con el objetivo de capacitar damas como oficiales de servicios. La Escuela sería cerrada en 1995, cuando luego de un plan de modernización, las mujeres se incorporan junto a los hombres a las escuelas matrices.

En el caso de Argentina, la caída del régimen militar tras la Guerra

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

de las Malvinas (1982) y el consecuente retorno de la democracia facilitaron la apertura del cuerpo profesional para las mujeres en el año 1982. Por su parte, en Brasil la entrada de las mujeres al cuerpo femenino de la Fuerza Naval y Aérea en los años 1980 y 1982 colaboró a reconstruir la desprestigiada imagen de los militares. (DONADIO, 2009, p.52)

A inclusão das mulheres nessas instituições foi uma fórmula adequada para melhorar sua posição na sociedade. É evidente que havia certos limites, quem não considerava que era o momento definitivo de abrir a profissão militar à participação feminina. Foi somente na década de 90 que as mulheres puderam ingressar legitimamente na carreira militar a partir das centros de instrução e com perspectiva de comando nas forças armadas. (DONADIO, 2009)

Imagem 1 - Batalhão Feminino da Força Aérea Peruana na Parada Militar de 1981.



Fonte: acervo fotográfico pessoal de Andrea Saavedra.

Na historiografia brasileira, o texto de Fay & Oliveira (2013) destaca que, apesar dos diversos avanços na aviação brasileira, a presença de mulheres ainda é pouco visível no comando de aeronaves em comparação aos homens. São vários os fatores que influenciam essa falta de participação feminina, tais como: limitações econômicas (já que o custo do

treinamento de pilotagem é caro), maternidade e os diversos obstáculos à ascensão na carreira. Os autores demonstram a existência ainda diferenciada por gênero na aviação civil, analisando os diferentes depoimentos resumidos dos próprios protagonistas, utilizando a metodologia da história oral, extraindo dados importantes.

A presente comunicação pretende demonstrar que apesar dos avanços, a participação feminina é insignificante comparativamente a presença masculina na aviação. A presença feminina, carrega consigo uma dimensão simbólica importante na formação de uma identidade que tende a parecer que elas se diferenciam das demais, entretanto, esta mulher somente escolheu se realizar num campo tradicionalmente destinado ao homem. (FAY & OLIVEIRA, 2013, p.1)

Essas mulheres que decidem entrar e permanecer na aviação, rompem com esses estereótipos de "trabalho de homem" e "trabalho de mulher", porém, não fazem parte de cargos de alto comando, como chefes de tripulação, diretores de operações ou presidentes de companhias aéreas. É relevante mencionar que o simples ato de estar em uma cabine de avião, majoritariamente ocupada por homens, ao permitir a presença de uma mulher, gera uma importante dimensão simbólica na formação de uma identidade, que tende a aparecer diferente das demais. No entanto, esta mulher apenas optou por realizar-se e tornar-se visível num campo tradicionalmente reservado aos homens numa sociedade patriarcal.

Na aviação, as investigações mostram que apesar de sua capacidade e determinação, como "Amélias", como "Anésias", como "Lucys", como "Therezas", como "Carlas" e tantos outros pioneiros têm que ir à luta para que pode ser empregado ou "reservado" o espaço da cabine de comando, pois pilotar uma aeronave independe da busca sexual. (FAY & OLIVEIRA, 2013, p.3)

Complementando o exposto, o texto de Tardin & Lima (2015) afirma que a entrada das mulheres nessas instituições militares ocorreu após a década de 70' nas sociedades ocidentais; e aquela que quebrou o estereótipo da representação das guerras, como um espaço exclusivamente masculino. Evidentemente, essa inserção feminina se deu graças aos diferentes movimentos feministas em vários países da América Latina, com o lema da igualdade de direitos políticos e sociais, uma vez que as relações sociais de gênero sofreram mudanças no século XX.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A conquista de um espaço no mercado de trabalho foi um processo tardio para as mulheres, iniciado após a Primeira Guerra Mundial e intensificado com a Segunda. Especialmente as profissões consideradas masculinas, essa conquista enfrentou inúmeros obstáculos. (TARDIN & LIMA, 2015, p.71)

No entanto, o discurso oficial das instituições armadas brasileiras, apesar da aceitação da incorporação feminina, alerta para alguns problemas que surgem ao longo dessa atuação, tais como: a impossibilidade de participação em conflitos armados (já que têm responsabilidades como donas de casa), a limitações físicas ao parceiro masculino para ocupar todas as funções da carreira, entre outras. (TARDIN & LIMA, 2015)

Cabe destacar que a visão implícita do destino natural da mulher é cuidar da família, e esse compromisso na vida militar contraria essa dedicação, ameaçando o modelo de família patriarcal ainda vigente na sociedade brasileira. Portanto, a presença da mulher nas instituições militares e as demandas por igualdade de tratamento no que diz respeito à divisão do trabalho constituem um desafio a velhos paradigmas ainda presentes e valorizados em nossa sociedade. (TARDIN & LIMA, 2015)

Da mesma forma, a pesquisa de doutorado de Bertulucci (2019) analisa em maior medida as mulheres no mundo da aviação, desde um marco histórico inicial até o contemporâneo. Ela menciona que, no imaginário social, o trabalho das mulheres nesse campo aeronáutico era visto como uma desonra à família ou à sociedade, mas, com o passar dos anos, são vistos como exemplos de audácia ou coragem.

Imagem 2: Formação das primeiras alunas do Corpo Feminino da Força Aérea Brasileira, integrante da primeira turma " Anésia Pinheiro Machado", dezembro de 1982.



Fonte: Facebook da Força Aérea Brasileira. Link:

<https://www.facebook.com/aeronauticaoficial/photos/a.573696925981193.151976.276573379026884/573700282647524>

No início do século XX, Alberto Santos Dumont apresentou uma importante inovação ao apresentar ao público francês um avião mais pesado que o ar, que era acompanhado em solo por uma mulher por ele treinada. Embora o campo da Aviação tenha sido, e continue sendo, resistente à entrada de mulheres na alta direção; o estereótipo, a fragilidade, a incompetência e a deficiência foram quebrados pelas mulheres, que buscam se desvincular das funções profissionais, sociais e culturalmente definidas como o mais adequado para as mulheres, enquanto seus verdadeiros desejos eram diferentes. (BERTULUCCI, 2019)

Para complementar, a contribuição de tais pesquisas está na visibilidade das mulheres no campo laboral da aviação. Desta forma, alcançar uma profissionalização feminina numa perspectiva de autonomia e empoderamento. Desenvolve uma pesquisa com o método qualitativo, a partir de entrevistas abertas com aquelas mulheres que trabalham como pilotos.

Por outro lado, no caso peruano, a pesquisa sobre este tema é muito limitada. Um deles, escrito por Pacheco Ibarra (2012), oferece algumas reflexões iniciais sobre a incursão das mulheres peruanas na aviação.

La llegada de los primeros aviones al Perú atrajo la atención de las damas de la sociedad limeña de la época. Muchas fueron a ver los vuelos de Bielovucic y Tenaud en el actual campo de Marte, donde las limeñas pusieron sus ojos en el cielo por primera vez. (IBARRA, 2012, p.1)

Os dois textos a seguir de nossa autoria exploraram a presença feminina no registro dos acontecimentos históricos da aviação peruana, contando a história não só de Carmela Combe e Inés Thomann, pioneiras da aviação, mas também explorando as diversas representações que se têm sobre a mulher através dos artigos da revista de aviação da Força Aérea de Peru. Tornando visível também a presença do “Batallón femenino da FAP”.

Andrea Saavedra y Beatriz Vargas fueron parte de las primeras generaciones del “Comando Femenino de la Fuerza Aérea”. Cabe recalcar su participación voluntaria en la Guerra de las Malvinas (1982), formando parte de las pocas mujeres que decidieron ir a dicha misión. El “Batallón Femenino” fue impulsado por el gobierno militar de Francisco Morales Bermúdez y paralizado abruptamente por orden del presidente Belaúnde Terry; más de 60 mujeres que participaron no cumplieron con sus ilusiones y aspiraciones de ser pilotos de la Fuerza Aérea. Hasta la actualidad, las historias de estas mujeres no han sido contadas, siendo relegadas de la historia oficial. (RAMOS, 2019, p.01)

A historiografia peruana não explorou muito a presença feminina na aviação, a história institucional só deu visibilidade a essas duas pioneiras e aviadoras hoje, relegando ao esquecimento o Batallón femenino da FAP e as mulheres que o integravam. Vale destacar que recentemente se tornou visível e reconhecida a corajosa participação da primeira promoção de mulheres paraquedistas do exército peruano. Mais de 50 mulheres quiseram participar do primeiro curso básico de paraquedismo e foram um importante precedente histórico para a inserção das mulheres nas forças armadas peruanas.

No final da década de 1990 e início do século XXI, essa concepção do papel que a mulher poderia desempenhar nas instituições militares foi mudando, marcando um antes e um depois na história da incorporação feminina: a abertura do corpo de comando. Mais tarde, aceitas para ingressar na carreira militar, as mulheres ampliaram seus horizontes profissionais ao terem a possibilidade de desenvolver habilidades de liderança e planejamento, alcançando assim aspirações à chefia de unidades e comandos militares.

(DONADIO, 2009)

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Este cambio de paradigma se encuentra estrechamente vinculado al cambio cultural, producto de los diversos espacios conquistados por organizaciones de mujeres y movimientos sociales. Como parte de este proceso, la participación económica y política de la mujer en la sociedad se expandió significativamente. Frente a ello, la apertura de las instituciones armadas a la incorporación formal de las mujeres era cuestión de tiempo. (DONADIO, 2009, p.53)

Na América Latina, as diversas reformas relacionadas com a abolição gradual do serviço militar obrigatório suscitaram a necessidade de atingir níveis de recrutamento capazes de manter o funcionamento das instituições em condições vitais mínimas (DONADIO, 2009). No Peru, com a publicação do Decreto-Lei nº 10.967, marcou um importante precedente histórico permitindo a entrada de mulheres para cumprir o serviço militar com certas restrições. Surgindo assim, anos depois, a criação do Batallón Femenino (1979-1982).

Imagem 3: Batalhão Feminino da Força Aérea Peruana - Classe de 1981.



Fonte: acervo fotográfico pessoal de Andrea Saavedra.

No caso do Brasil, o ingresso nessas instituições teve início na década de 1920, época em

que havia necessidade de ampliação do contingente e, por isso, foram realizados estudos para incluir mulheres como militares. As primeiras mulheres militares ingressaram na FAB em 1982 no Corpo Aéreo da Reserva Feminina, que reunia o quadro de Oficiais da Força Aérea da Reserva Feminina (QFO) e o quadro de Graduados da Força Aérea da Reserva Feminina (QFG). As primeiras turmas de graduados (cabos e sargentos) foram formadas em Belo Horizonte, no Centro de Instrução de Graduados da Aeronáutica (CIGAR) e os oficiais do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR) no Rio de Janeiro. Havia 306 soldados no total.

Imagem 4: Formação das primeiras alunas do Corpo Feminino da Força Aérea Brasileira, integrantes da primeira turma " Anésia Pinheiro Machado" – 1982.



Fonte: Facebook da Força Aérea Brasileira. Link:

<https://www.facebook.com/aeronauticaoficial/photos/a.573696925981193.151976.276573379026884/573700015980884>

A partir da segunda metade do século XX, as forças armadas de vários países latino-americanos passaram a admitir mulheres, que recebiam treinamento idêntico ao dos homens. Antes disso, eles ocupavam diferentes cargos, como na área da saúde. No Brasil, a marinha foi a pioneira na convocação de mulheres para quadros de carreira (1980) dois

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

anos antes da aeronáutica. Com o passar dos anos, as situações exigiriam mudanças na legislação para se adequar às novas demandas do quadro feminino, como a criação da licença maternidade e a permissão para casamento entre militares.¹¹⁵

Imagem 05: Nota jornalística da Revista Aviación, outubro de 1974.



Fonte: Revista Aviación del IEHAP.

REFLEXÕES FINAIS

Assim, para os propósitos desta pesquisa, entende-se que as primeiras aviadoras, inclusive as pioneiras, foram um exemplo de interpretação e valorização dessa dicotomia tradição/modernidade que tem sido representada nos modelos culturais de gênero. Colocar em cena mulheres que na época significavam uma nova forma de visibilidade e criatividade feminina, uma forma original de invadir o espaço público que nos obrigou a reconsiderar ideologias do passado e gerar diferentes formas de valorizá-las e significá-las.

Parte da pesquisa realizada sobre a participação das mulheres na aviação peruana se deve

¹¹⁵Até o momento do atual avanço da pesquisa, esta revista aeronáutica brasileira é a única aberta ao público e tem com uma nota exclusiva no inserção das mulheres dentro a Força Aérea Brasileira. Revista AEROVISAO n°234 – Outubro-Nov-Dez 2012. Link: <https://issuu.com/portalfab/docs/aerovisao234/55>
Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

à análise hemerográfica da revista *Aviación*, que abriga o desenvolvimento histórico da aeronáutica peruana nos séculos XIX e XX, consultado no Instituto de Estudos Aeroespaciais do Peru (IEHAP). Uma menção especial às fontes históricas fornecidas por Andrea Saavedra, quem brindo seu arquivo fotográfico pessoal e as notas jornalísticas por Mercedes Perla Baca, que contribuíram para a referida investigação.

Portanto, esta pesquisa visa resgatar essas mulheres do esquecimento que, lentamente e apesar dos diversos obstáculos, restrições e desafios, estão escrevendo a história das mulheres. Mulheres que devem lutar para legitimar seus espaços negados por séculos e séculos. Consideramos importante que as diversas publicações para a aviação nacional e internacional continuem a divulgar a louvável participação das mulheres nos diversos acontecimentos históricos.

PROBLEMATIZAÇÃO

Essa linha de pesquisa não foi explorada mais extensivamente a partir de um espaço geográfico latino-americano. Tais trabalhos abordaram a história das mulheres aviadoras, principalmente relacionadas à sua inserção no mercado de trabalho da aviação civil em um contexto pós-século XXI.

Dessa forma, o presente trabalho colocará em debate o problema da invisibilidade pública em relação às mulheres aviadoras no registro da história oficial do século XX; minorizando suas façanhas, uma vez que se considerou que eles não tinham capacidades suficientes. Considerou-se, inclusive, que tanto elas quanto suas ações eram valorizadas de forma diferenciada e deram origem a discursos singulares que reforçavam ainda mais os modelos culturais, que falavam de diferenças inquestionáveis que são produtos da biologia feminina. (MONCO, 2018)

Por fim, tentando demonstrar como o discurso oficial/institucional sobre as primeiras aviadoras é um discurso-armadilha, que, por um lado, parece encorajar e aplaudir presenças e comportamentos femininos singulares, por outro, não deixa de ou menos explicitamente recordar o processo heterodesignativo, as regulamentações de gênero e sua relação com os espaços. Desta forma, alguns dos novos discursos da época refletem valores e modelos culturais que não foram suficientemente apagados, que parecem já passados e que continuam válidos. (MONCO, 2018)

JUSTIFICAÇÃO

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Este projeto de pesquisa busca traçar e reconstruir historicamente mulheres aviadoras durante o século XX, no Brasil e no Peru. Para compreender a relevância social desta proposta, é necessário reconhecer aspectos gerais da realidade da América Latina em que ela se desenvolverá. Atualmente, a presença de pilotos do sexo feminino nas diferentes companhias aéreas da América Latina e Europa é evidente e com alguma procura. Em Espanha, as pilotos femininas constituem uma parte importante e significativa da aviação comercial, obviamente com certas limitações e benefícios laborais diferenciados por sexo. Isso possibilitou um maior reconhecimento dessas mulheres no campo de trabalho na aviação, influenciando inclusive na criação de associações que congreguem mulheres nesses espaços.

No entanto, o interesse acadêmico por cada uma das histórias dessas mulheres foi invisibilizado. As mulheres pioneiras são as que mais têm recebido atenção de pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais e letras. Desconhece-se que havia mulheres muito antes dos anos 90, que também tinham essas aspirações de ser aviadoras e forjar uma identidade feminina autônoma. Na realidade do Peru e do Brasil não são diferentes, há certas semelhanças e diferenças que este projeto de pesquisa tentará explicar. Sem dúvida, reconhecer e explorar a lacuna existente na historiografia é nutrir o campo de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Márcia Siqueira de. *Mulheres do século XX: a aprendizagem das mulheres*. São Paulo: Memnon Scientific Editions, 2004.

ARAÚJO, Clara e SCALON, Celi (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

AVELAR GIANNINI, Renata. *Género, Fuerzas Armadas y Policía: la Participación del Cono Sur en operaciones de paz. La mujer en las instituciones armadas y policiales. Resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina*, 2009.

_____. *Promovendo gênero e consolidando a paz: a experiência brasileira*. Artigo Estratégia 9, Instituto Igarapé, setembro de 2014.

AVIATION for Women Magazine. Disponível em: <http://www.wai.org>. Acesso em 30 set. 2008.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

BALTHAZAR, Lucy Lupia. Voo Proibido; O aplauso de um pioneiro. Rio de Janeiro: Editora: RIO, 1992.

BERTULUCCI, Sandra Fabiola Estigarribia Salinas, et al. Mulheres no mundo da aviação: quem são elas? 2019.

Bourdieu, Pierre. À dominação masculina. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BURKE, Peter (Org.). Uma história escrita: novas perspectivas. Tradução por: Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CÃO, Michelle; SAUL, Mariana. Minha história de mulheres. Buenos Aires, Argentina: Fundo de Cultura Econômica, 2008.

CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas Portuguesas. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

_____. Família, maternidade e profissão militar. Revista Estudos Feministas, v. 5 p. 69-81, 1997.

_____. A brasileira militar mulher no século XXI as instituições armadas e policiais: a resolução 1325 e as operações de paz na América Latina. Buenos Aires: RESDAL, 2009.

CASTELÃO, MPL Homens e Mulheres de Armas: Duas Dinâmicas de Identidade? Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 1999.

CHARTIER, Roger. História cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1990.

DONADIO, Marcela; MAZZOTTA, Cecilia. La mujer en las instituciones armadas y policiales: resolución 1325 y operaciones de paz en América Latina. Buenos Aires: RESDAL, 2009.

ESCORCIA, Boris Alexander Caballero. La historia comparada. Un método para hacer Historia. Sociedad y Discurso, 2015, n° 28.

FAY, Cláudia Musa; OLIVEIRA, Geneci Guimarães de. Como mulheres na aviação brasileira. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2013, vol. 10, pág. 1-9.

- GIULANI, Carla. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.
- HOBBSAWM, EJ. Globalización, democracia y terrorismo. trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LOMBARDI, Maria Rosa; BRUSCHINI, Cristina; MERCADO, Cristiano. Como mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: a Marinha do Brasil 1980-2008. São Paulo: FCC; DPE, 2009.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. As mulheres chegam aos quartéis. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII. Anais... Londrina: ANPUH, 2005.
- MINAYO, MARIA CECÍLIA de SOUZA. a partir de. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa. (8ª edição). São Paulo: Hucitec Abrasco, 2010.
- MONCÓ REBOLLO, Beatriz. Primeras mujeres aviadoras: una construcción cultural entre la exclusión y la ambigüedad. Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social, 2018, vol. 18, no 1, p. 365-384.
- NADER, Maria Beatriz. Mulher: fazer destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes, 2001.
- OLIVEIRA, Geneci Guimarães de. ROTA DE COLISÃO: A História das mulheres não tem espaço “reservado” da cabine de comando. Monografia final para Bel. História da PUCRS, 2006.
- PACHECO IBARRA, J. El día que las peruanas conquistaron el cielo. Publicado en Historiadordelperu.blogspot.com, Perú, 2012. Disponible en: <http://historiadordelperu.blogspot.com/2012/03/el-dia-que-las-peruanas-conquistaron-el.html>
- PEREIRA, Aldo. Breve história da aviação comercial brasileira. Rio de Janeiro: Europa, 1987.
- QUETEL, Claude. Como Mulheres na Guerra (1939-1945). São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. Vol. 02.

RAMOS, L. Participación femenina en la aviación peruana. Noticiasser.pe, Perú, 2020. Disponible en: <http://www.noticiasser.pe/opinion/participacion-femenina-en-la-aviacion-peruana>

RAMOS, L. Participación femenina en el registro de los acontecimientos históricos en la aviación peruana, 1960-1975, Uku Pacha. Revista de Investigaciones Históricas, 2020, vol. 21, p. 119-128.

RAMOS, L. IX Históricas, precursoras de las fuerzas del orden y seguridad. Lima: Bicentenario Perú 2021, 2021. (Entrevista). Disponible en: <https://bicentenario.gob.pe/exposiciones/historicas/fuerzas-del-orden-seguridad.html>

SCOTT, Joan Walach. Uma cidade paradoxal: ases feministas francesas e os direitos dos homens. Tradução: Elvio Antonio Funck. Florianópolis: Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, não. 2 P. 71-99, Jul.-Dez., 1995.

TARDIN, Elaine Borges; LIMA, Lana Lage da Gama. Uma militar brasileira no século XXI: velhos paradigmas, novos desafios. Revista Ágora, 2015, nº 22, p. 70-82.

TIBILETTI, Maria da Paz. Atlas Comparativo de Defesa na América Latina e Caribe. Buenos Aires: RESDAL, 2014.

WOHL, Roberto. A paixão pelas asas: a aviação e a imaginação ocidental (1908-1918). Londres: Universidade de Yale, 1994.

ST 03 – MNEMOSINE NAS TRAMAS DE CLIO: O LUGAR DA MEMÓRIA NO FAZER HISTORIOGRÁFICO

DITADURA MILITAR: MEMÓRIA, HISTÓRIA E USOS POLÍTICOS DO PASSADO

Rodrigo Musto Flores¹¹⁶

RESUMO: O processo de construção de uma memória sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964 – 1985), vem ganhando cada vez mais espaço em trabalhos acadêmicos. Estes, buscam delimitar os elementos de algo que está em permanente movimento: a memória. Dessa forma, obedecendo os limites da presente reflexão pretendo abordar, brevemente, alguns desses elementos que fazem da memória sobre a ditadura militar um verdadeiro campo de batalhas. As reflexões presentes nesse texto estão relacionadas a uma pesquisa ainda está em fase inicial, cujo objetivo central é entender o lugar da memória dos militares cassados durante a ditadura na memória hegemônica crítica ao período.

PALAVRAS-CHAVE: ditadura militar; memória; militares cassados

ABSTRACT: The process of construction a memory about the Military Dictatorship in Brazil (1964 – 1985) has been gaining more space in academic works. These, seek to delimit the elements of something that is in permanent movement: a memory. Thus, obeying the limits of this reflection, I intend to briefly address some of those elements that make the memory of the military dictatorship a real battleground. The reflections present in this text are related to a research that is still in its initial phase, whose main objective is to understand the place of the memory of the military who were removed during the dictatorship in the critical hegemonic memory of the period.

¹¹⁶ Aluno de doutorado no programa de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais, orientado pelo professor Jean Rodrigues Sales. Contato: rodrigomustoflores89@gmail.com.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

KEYWORDS: military dictatorship; memory; dismissed military

Quando se trata de uma possível abordagem sobre a construção de uma memória da ditadura militar brasileira (1964-1985), acabamos esbarrando em questões e disputas ainda muito latentes e peculiares. Segundo Marcos Napolitano (2018), o que se entende atualmente como uma memória social sobre a experiência ditatorial brasileira é fruto de um processo de construção que uniu dois grandes paradigmas de memória inconciliáveis: a memória das esquerdas, vítima das violações de direitos humanos cometidos durante o período, e a memória liberal, alicerçada no rompimento com os traços autoritários do regime, principalmente após o ato institucional nº 5, mas também crítica às lutas armadas. Os dois regimes de memória supramencionados formam, de acordo com o autor, uma memória social hegemônica sobre o período que, apesar de propor uma crítica ao período, acaba por suprimir outras narrativas. (NAPOLITANO, 2018, p.213).

A consolidação desse discurso hegemônico é o que vai pautar as ações do Estado no desenvolvimento de políticas de memória a partir da década de 1990 e, mais recentemente, da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528/2011, que ainda gera debates calorosos que opõem: de um lado, aqueles herdeiros do regime que criticam sua legitimidade, discordando de sua instituição. De outro lado, o grupo submetido as violações de direitos humanos que questionam a falta de autoridade da CNV em punir criminalmente os envolvidos.

Os regimes ditatoriais que emergiram por todo o mundo no século passado, mais precisamente as ditaduras militares vivenciadas na América Latina, deixaram uma série de testemunhos e depoimentos, relacionados à repressão política, que chegam à público através de documentários¹¹⁷, filmes e entrevistas. Estes depoimentos acabaram se consolidando como elementos cruciais para a formação de uma memória crítica às ditaduras, enfatizando, sobretudo, as violações de direitos humanos praticadas por

¹¹⁷ O documentário intitulado: *Cúmplices? A cooperação da Volks com a ditadura militar* ressalta um aspecto da ditadura no Brasil ainda pouco conhecido a cooperação das grandes multinacionais com os militares. A produção, realizada pela TV pública alemã, traz a história de Lucio Antônio Bellentani, que relata as perseguições sofridas por funcionários no interior da empresa e a cooperação da segurança interna da Volkswagen do Brasil na identificação e prisão de operários engajados nas lutas contra a ditadura militar. O documentário contou com a participação de historiadores que comprovaram a participação da empresa, no entanto, a Volks continua negando.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

agentes do Estado durante o período e disputando espaço no debate público em busca de uma vitória sobre seus perpetradores, nem que seja no campo de batalhas da memória.

De acordo com João Roberto Martins Filho (2002), tão logo se acenou o processo de abertura política apareceram os primeiros relatos de memória, produzidos por ex-integrantes da luta armada, como forma de denunciar as atrocidades do regime e seus envolvidos. O autor aponta que os livros de Renato Tapajós e Fernando Gabeira, lançados ainda durante a ditadura militar, são as primeiras obras que iniciam a movimentação da esquerda no campo de batalha da memória, tornando-se precursoras de outros relatos, igualmente importantes. Estas produções, encaradas como revanchismo por integrantes do aparato repressor foram importantes, já que abriram caminho para outras produções que buscavam recuperar a memória dos sobreviventes das perseguições políticas (FILHO, 2002, p. 186).

No entanto o divisor de águas, segundo o autor, é marcado pela divulgação da obra “Brasil: nunca mais”, lançado em 1985 pela editora vozes. O relatório, é tido como o primeiro esforço de recuperação e reunião de um aporte documental com o intuito de denunciar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura. A obra, produzida através de pesquisas realizadas pelo projeto da arquidiocese de São Paulo, com o mesmo nome, pretendia dar voz aos atingidos pelo aparato repressor do regime (ARNS, 1985, p. 23). Lançado em meio ao processo de abertura política, Brasil: nunca mais, gerou protestos por parte das Forças Armadas, mas foi um importante esforço de divulgação e catalogação de processos e relatos que ainda hoje servem como fontes quase indispensáveis para pesquisas sobre a ditadura militar.

No entanto, a disseminação de relatos testemunhas das vítimas do regime atua, com igual potencial, como mola propulsora para a divulgação de testemunhos dos perpetradores e ex-agentes do aparato repressivo, que almejam consolidar uma representação do passado e a vitória em meio ao campo de batalhas da memória. Estes depoimentos, são marcados pelo forte teor de descrédito que atribuem aos testemunhos das vítimas. Segundo Márcio Seligman-Silva, a disputa por espaço público protagonizada por antigos membros do aparato repressor indica os elementos de uma estratégia bem elaborada, a eliminação da testemunha. O crime perfeito não consiste em matar a vítima e as testemunhas, mas em antes obter o silêncio das testemunhas, a surdez dos juízes, atestando, publicamente, a insanidade dos sobreviventes. (SELIGMAN-SILVA, 2010, p. 16).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A saída demasiadamente negociada da ditadura, costurada pela Lei da Anistia, colaborou para a não identificação dos mortos e desaparecidos, para o prevalecimento de um sentimento de impunidade, bem como para o silenciamento das testemunhas, sobretudo, por não encontrar eco na sociedade. Nesse sentido, a disputa por espaço público, apontada acima, é um dos fatores que mantém em pleno funcionamento uma máquina de esquecimento, uma vez que desprestigiam a vítima no espaço social, inviabilizando a escuta elemento de fundamental importância na elaboração do testemunho.

Os testemunhos colocam a problemática da disputa pela memória da ditadura militar em destaque, uma vez que estes não cessam de concorrer por espaço no debate público. Além disso, estes depoimentos, e o *status* de verdade que requerem, passam a disputar com as pesquisas historiográficas o título de porta-vozes de uma narrativa verídica sobre o passado. Outro aspecto dessa disputa alcança o espaço das salas de aula quando, frequentemente, os professores passam a ser interpelados por questões de cunho quase inquisitorial. Por mais que seja natural à profissão do historiador, seja no âmbito da pesquisa ou do ensino, a convivência com críticas e questões propostas por seus interlocutores, recentemente, essas situações têm causado constrangimentos à professores e pesquisadores. (MOTTA, 2013, p. 61).

Esse campo de batalha pela representação do passado recente se fortalece com a multiplicação de livros e documentários que dão ênfase aos testemunhos e narrativas dos integrantes do aparato repressor. Nesse sentido, se multiplicam “guias politicamente incorretos” sobre a história do Brasil¹¹⁸, assim como vídeos e documentários¹¹⁹ em plataformas digitais, que prometem fornecer argumentos úteis para refutar professores e pesquisadores. Estas práticas encontram ressonância em políticas de revisionismo promovidas pelo próprio Estado.

O revisionismo, que propicia a disseminação destas produções e embasar políticas de memória, é vista também as pesquisas acadêmicas sobre a temática. Como demonstra

¹¹⁸ Inserido nessas perspectivas relacionadas ao conflito de memórias e a produção de narrativas que pregam uma visão antiacadêmica, se destacam: O livro escrito pelo jornalista Leandro Narloch, “O guia Politicamente Incorreto da História do Brasil”, publicado em 2009, traz uma visão conservadora sobre a história do Brasil. Desenvolvendo uma série de argumentos que vão no sentido de construir narrativas negacionistas, o livro não traz uma pesquisa bibliográfica bem estruturada e nem demonstra as fontes pesquisadas. No entanto, após o sucesso de vendas o livro foi adaptado para uma série de televisão.

¹¹⁹ Na mesma corrente de propostas revisionistas e antiacadêmicas, podemos apontar o documentário produzido pelo canal Brasil Paralelo intitulado: “1964: o Brasil entre armas e livros”. A produção, possui um número bastante alto de visualizações, chegando a 8.945.830, no momento da escrita deste trabalho.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Demian Bezerra de Melo (2014), essa vertente ganhou força no contexto das comemorações relacionadas aos cinquenta anos do golpe de 1964, produzindo uma série de interpretações que propunham o encurtamento da ditadura, pontuando o retorno do Estado Democrático de Direito em 1979, ou ainda a interpretação de uma ditadura à brasileira – com o neologismo de “ditabranda”. As revisões são próprias do fazer historiográfico, uma vez que este está sempre sujeito a um processo permanente de interpretações e atualizações, em geral, ocasionadas pelas descobertas de novos dados, fontes e o amadurecimento de interpretações. No entanto, como pontua Melo, essas revisões vêm acompanhadas de novos usos políticos do passado recente que se convertem em armas letais para a conferência de novos sentidos ou ainda - o que é mais perigoso - de um discurso conciliatório ao extremo, provocando, em última instância, o abrandamento das violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura militar (MELO, 2014, p. 174).

A emergência dessas narrativas convive ainda com outros fatores que as legitimam, recentemente, entrou em cena o frequente incentivo a práticas de comemoração em homenagem ao 31 de março de 1964. Esse estímulo, vem sendo aplicado com um certo grau de revanchismo pelo projeto de poder em vigência, acrescentando elementos aos embates pela memória. Dessa forma, estes eventos buscam construir um certo consenso, reforçando a seletividade da memória ao incentivar não só comemorações oficiais, mas passeatas e eventos extraoficiais com a presença de centenas de pessoas.

Essas práticas são acompanhadas pelo prosseguimento de um silêncio conivente por parte das Forças Armadas. Nesses ambientes, as comemorações, acabam por ressaltar determinados pontos referentes à ditadura militar brasileira, que dentro do universo comum compartilhado, em maior ou menor grau, pelos indivíduos pertencentes ao grupo atuam sedimentando ideais políticos e ideológicos, a partir de um processo ativo de seleção da memória que atua apagando as situações constrangedoras, ao mesmo tempo em que, manipulam uma determinada representação sobre o passado, sacralizando uma narrativa sobre o período. Além disso, as Forças Armadas, ainda se nutrem de um imenso aparato burocrático herdado do regime, resquícios do período são muito presentes no imaginário militar, sendo evidenciados nos cursos de formação de novos militares e,

principalmente, na ausência da temática da ditadura no conteúdo programático de concursos para ingresso nas academias militares.¹²⁰

Enquanto para determinados quadros de militares da ativa as manifestações políticas são desencorajadas e, até certo ponto, punidas pelos regulamentos de hierarquia e disciplina, uma parcela de militares – em geral do alto oficialato – e militares da reserva não possuem as mesmas amarradas. Nesse sentido, o próprio clube militar atua como uma espécie de porta-voz de seus associados difundindo, sem o mínimo de pudor, sua memória saudosista e laudatória referente à ditadura militar, organizando solenidades em comemoração ao golpe de 1964 e manifestos, criticando publicamente políticas de memória como a Comissão Nacional da Verdade.

A instituição da Comissão Nacional da Verdade se deu em meio a esses embates, uma vez que esta tocava uma memória cercada de tabus e silêncios, mas longe de ser homogênea e blindada de disputas. Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2014), em fevereiro de 2012 um manifesto, intitulado *Alerta à Nação*, elaborado e difundido por um pequeno grupo de oficiais vinculados ao Clube Militar criticava, duramente, o então ministro da defesa Celso Amorim e rejeitavam a formação da Comissão Nacional da Verdade. O manifesto, que ainda circulava de forma tímida entre seus signatários e nas páginas do Clube Militar, ganhou repercussão nacional quando a então presidente Dilma Rousseff exigiu sua retirada das páginas do Clube Militar e a punição de seus autores. Tal determinação acabou gerando um efeito reverso, causando a disseminação e aumentando a adesão ao documento (CUNHA, 2014, p. 17)

A CNV produziu, como resultado de suas investigações, um longo relatório que, apesar das críticas oriundas de ambos os lados, recomendava ações que atuavam, diretamente, sobre o dito modelo de memória hegemônica, explicado acima. Dentre essas medidas, o relatório produzido deixa claro na recomendação nº 28 a importância da adoção de “medidas para preservação da memória das graves violações de direitos

¹²⁰ A recente divulgação das referências bibliográficas utilizadas nas quatro principais escolas do Exército - Escola Superior de Guerra (ESG), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Ainda trazem uma bibliografia desatualizada e arraigada aos preceitos do período da Guerra Fria. No que se refere à concursos para o ingresso de novos militares em duas instituições do Exército Escola de Sargentos das Armas (EsSA), o conteúdo programático cobrado na prova de história para ingresso de novos alunos nem chega a tocar as questões relacionadas ao período da Ditadura Militar. Ver: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-n-3/sca-de-23-de-marco-de-2021-concurso-publico-para-admissao-e-matricula-311957103>. Acesso em: 19/06/2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

humanos ocorridas no período investigado pela CNV e, principalmente, da memória de todas as pessoas que foram vítimas dessas violações.”¹²¹

Nesse sentido, o relatório final recomenda ações práticas que tocam a preservação e identificação de imóveis urbanos ou rurais nos quais ocorreram violações de direitos humanos, bem como a institucionalização de um Museu da Memória, em Brasília. Outras recomendações chamam atenção, uma vez que se referem, diretamente, à memória das Forças Armadas, propondo a cassação de homenagens e honrarias concedidas a agentes públicos ou particulares que tenham colaborado com o regime. Além disso, a proibição de comemorações públicas ao golpe militar de 1964, a reformulação do conteúdo programático nos concursos públicos para as academias militares, bem como no conteúdo ministrado aos alunos dessas instituições, valorizando nestes os preceitos de democracia e direitos humanos.¹²²

Os marcos de memória, recomendados no relatório da CNV, se apresentam como uma parte fundamental das políticas de memória relacionadas à ditadura militar. Se a punição aos agentes do Estado é impossibilitada pela Lei de Anistia, a institucionalização de monumentos e museus tem por objetivo combater o esquecimento deliberado dessas memórias, processo que beneficia, principalmente, os perpetradores. Segundo Bruno Groppo (2002), pensar em políticas de memória que convidam a reflexão e o combate ao esquecimento significa lembrar as vítimas das violações de direitos humanos, mas, sobretudo, entender as heranças dos regimes ditatoriais, tais como: a imposição de um regime neoliberal radical, a desindustrialização, a especulação financeira e as desigualdades sociais profundas, herdadas desses períodos. Nesse sentido, a preservação da memória e o combate ao esquecimento deliberado em relação as violações de direitos humanos, não é algo que interessa somente aos que sofreram perseguições políticas ou seus descendentes, mas sim à toda sociedade (GROPPO, 2002, p. 188).

A memória é um dos principais canais de acesso às experiências passadas para que possamos acessá-la, necessitamos de uma força externa que atue na motivação do processo de recordação. Os monumentos e lugares de memória, instituídos a partir das recomendações da referida comissão, tocam em questões relacionadas às memórias traumáticas, deslocando essas narrativas para o espaço das cidades e instituindo marcos

¹²¹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório, v.1. Brasília: CNV, 2014. p.974.

¹²² *Ibidem*, p. 967.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

que homenageiam essas memórias. Nesse sentido, é evidente o papel dos “lugares de memória” no processo de elaboração de uma memória sobre a ditadura militar, uma vez que atuam como elementos de transmissão, o lugar de memória, tem o poder de reativar a recordação assim como, a recordação de ativar o lugar.

Segundo Paul Ricoeur (2007), o verbo “lembrar” remete, diretamente, ao substantivo “lembrança”, tornando o ato lembrar um exercício ativo, que extrapola o acolhimento determinada imagem do passado. Recordar é, sobretudo, fazer alguma coisa com a imagem, exercitar a memória (RICOEUR, 2007, p. 71). Além disso, o ímpeto de recordar passa, necessariamente, por um exercício no qual o indivíduo não é um agente passivo. Segundo Lisa Block (2012), existe uma convergência em torno do verbo “recordar”, tanto no espanhol, no francês e também no inglês. Nesses três idiomas, recordar remete ao coração, se recorda com o coração, com a representação que se tem do passado. Recordar é uma palavra chave e um exercício situado no limiar das representações, lembranças, esquecimentos, tradição, memória e história (BLOCK, 2012, p. 24).

Com efeito, o patrimônio perde a sua função estritamente contemplativa e passa também a exercer uma função ativa na elaboração e suporte de uma memória social. Segundo as políticas de memória e a escolha daquilo que merece a chancela ou não de patrimônio histórico, são frutos de disputas incessantes entre atores políticos, sociais e agentes de memória. Nesse sentido, o patrimônio não é um sujeito passivo em meio à selva de pedras das grandes cidades, ele interroga, dialoga, se relaciona com os espaços das grandes cidades, problematiza e produz significados.

Demarcar na paisagem das cidades um lugar em homenagem à memória daqueles que, inseridos em diferentes lutas sociais ousaram questionar a ordem estabelecida, deixa ainda mais evidente a importância dessas políticas de memória, principalmente, em torno do combate ao esquecimento social. Dessa forma, entende-se que existe um imperativo ético na produção de imagens e objetos de arte que remetam a memórias relacionadas a eventos traumáticos. Esse imperativo, está diretamente ligado a um esforço de esclarecimento da população, para que experiências como estas não voltem a ocorrer. De acordo com Pedro Hussak (2018), essa dimensão ética, que embasa a promoção de políticas de memória, chama à atenção para o papel das artes plásticas na elaboração de uma memória social da barbárie. Nesse sentido, a memória social da ditadura militar

brasileira dialoga de forma muito próxima com as questões suscitadas que se

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

relacionavam à possibilidade de representação da barbárie do Holocausto/*Shoah*. (HUSSAK, 2018, p. 43).

Dessa forma, a preservação dessas memórias e o combate ao esquecimento social, principalmente àquele advindo do silêncio do Estado, interessa ao corpo social como um todo. A elaboração dessas políticas provoca uma vigília permanente no presente, tornando a memória uma ação política de luta contra a barbárie. Nesse sentido, as artes visuais apresentam – se como uma ferramenta fundamental na comunicação dessas memórias relacionadas à barbárie. Na clássica interpretação de Pierre Nora (1993), segundo a qual, “só se fala tanto em memória porque ela já não existe mais” (NORA, 1993, p. 07), vai de encontro ao que se tem observado no atual contexto. A série de monumentos ao nunca mais, conclamam a eterna vigilância: escritos nos muros das grandes cidades, bradados por manifestantes em protestos, presentes em monumentos ou livros o imperativo; “ditadura: nunca mais” ou “tortura: nunca mais”, fica mais presente quanto mais nos afastamos daquele março de 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo, portanto, a memória como um dos principais canais de acesso às experiências passadas é evidente o papel dos “lugares de memória” nesse processo de recordação, uma vez que estes atuam como elemento de suporte. Todavia, esse suporte que ampara a memória, bem como um determinado modo de recordar, garante aos lugares de memória um estatuto particular, sobretudo, porque, como já apontado recordar é um exercício que pressupõe uma ação do observador.

O fato de lidarmos no Brasil com um problema de representação e elaboração da memória social de seu passado ditatorial resulta, principalmente, de uma saída, demasiadamente, conciliatória do seu passado ditatorial. Ao não punir os agentes de Estado envolvidos nas diversas violações de direitos humanos, bem como manter estruturas herdadas do aparato ditatorial, conservando como principais atores do processo de redemocratização aqueles que mais haviam se beneficiado com o sequestro da democracia o ato de recordar, como já colocado por Hussak ganha contornos de exercício ético.

Nesse sentido, as políticas de preservação e criação de lugares de memória que suportem, de alguma maneira, a memória das vítimas das violações de direitos humanos é um exercício positivo. Além disso, discutir o papel das artes visuais na construção da

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

memória social da ditadura extrapola o caráter meramente estético à medida que traz à tona discussões sobre o direito à memória. Assim, a construção de marcos de memória e monumentos que suportem a memória das vítimas está relacionada com o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985
- BLOCK, Lisa. Recordar: uma palavra chave. In: CORNELSEN, Elcio Loureiro, VIEIRA, Elisa Amorim, SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.) *Imagem e Memória*. Belo Horizonte: Editora: FALE/UFMG, 2012, p. 23-41.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Militares e Militância: Uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- GROPPO, Bruno. Las Políticas de la Memoria. *Sociohistórica*, La Plata, n. 11-12, 2002, p. 187-198.
- HUSSAK, Pedro. A memória do que não passou: Leila Danziger e a elaboração da memória da ditadura brasileira nas artes visuais. *Viso - cadernos de estética aplicada*, n. 23, jul-dez 2018.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória – A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, dez. 2002, p. 178-201.
- MELO, Demian Bezerra de. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o atual estado da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.) In: *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as Disputas pela Representação do Passado Recente. In: *Patrimônio e Memória*, UNESP, v.9, n.1, janeiro-junho 2013. p. 56-70.
- NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum*, n. 39, 2018, p. 205-218.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses*, Londrina, v. no 2015, n. 15, p. 9-44, 2015.

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 22 ago. 2021.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad: Alain François [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMAN-SILVA, Márcio. *O local do testemunho*. *Tempo e Argumento*, v. 2, n. 1, 2010, p. 3-20.

UM CAMPO EM DISPUTA: MEMÓRIAS DE HIROSHIMA EM HADASHI NO GEN (1983-1986)

Maxton Moreira Filho

RESUMO: O objetivo central do trabalho é mostrar a disputa que ocorre dentro do campo da memória sobre os eventos da Bomba de Hiroshima, na obra cinematográfica Hadashi no Gen, que conta a trajetória de sobrevivência Nakazawa Keiji, criador e roteirista da obra fílmica. Ao tentar passar sua experiência e memórias através da arte, Nakazawa constrói uma nova visão sobre o ocorrido, uma visão que atravessa tanto em sua experiência individual, mas também de forma coletiva. Ao externaliza-la, Nakazawa cria uma identidade para si e para outros sobreviventes, sendo assim um aporte para a disputa sobre o passado, e a reinvenção como sobreviventes. Suas vidas como as conheciam foi destruída, e suas memórias agora precisam entrar em disputa com outras, tudo que restou de suas identidades foi a memória.

PALAVRAS CHAVES: Memória, História, Disputa, Hiroshima;

ABSTRACT: The main objective of the work is to show the dispute that takes place within the field of memory about the events of the Hiroshima Bomb, in the cinematographic work Hadashi no Gen, which tells the survival trajectory of Nakazawa Keiji, creator, and screenwriter of the film. By trying to pass on his experience and memories through art, Nakazawa builds a new vision of what happened, a vision that cuts across both his individual experience, but also a collective way. By externalizing it, Nakazawa creates an identity for himself and for other survivors, thus being contributing to the dispute over the past, and reinvention as survivors. Their lives as they knew them were destroyed, and their memories now need to come into dispute with others, all that was left of their identities was the memory.

KEY WORDS: Memory, History, Dispute, Hiroshima;

INTRODUÇÃO

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

O tempo não para ele não segue as vontades da humanidade, podemos racionaliza-lo, criar várias formas de apreende-lo, o calendário é um monumento erguido pelos seres humanos, com o objetivo de lidar com o tempo. Nessa racionalização o tempo continua incondicionalmente para frente, alguns dizem “rumo ao progresso”, ao futuro. O tempo não para por àqueles que ficaram para trás, o que passou, não existe mais, isso está correto, não podemos acessar o passado tal como ele foi. Na tentativa de salvaguardar o passado, criasse monumentos, instituições de documentação, calendários com as festividades culturais de determinada comunidade, tudo isso é pensado para manter certos eventos e suas memórias assegurados, contra esse avanço contínuo do tempo.

Mas a memória que se guarda, ou melhor, que recebe o direito de ser guardada passa por uma seleção e disputas que partem do presente, e não do passado. Essas disputas ocorrem em todas as instâncias, nacionais, regionais, coletivamente e individualmente. A obra aqui analisada está em disputa com a memória dita “oficial” sobre o bombardeio de Hiroshima, no período em que foi lançada. As obras em questão são os dois filmes em formato anime, intitulados *Hadashi no Gen* (はだしのゲン), Gen pés descalços intitulado aqui no Brasil, a primeira parte lançada em 1983 e a segunda 1986, os dois filmes foram roteirizados por Nakazawa Keiji¹²³, que também é criador dos mangás¹²⁴ de mesmo nome, onde os filmes se baseiam.

Para trabalhar com as obras cinematográficas e sua narrativa, optou-se pela perspectiva de Paul Ricoeur (2007), onde há a possibilidade de analisar a memória não como um catálogo do passado, mas sim perceber que a memória é construída, passando por escolhas, o ato de rememorar é uma construção narrativa, que entra em consonância

¹²³ Nakazawa Keiji (中沢 啓治, 1939-2012), nasceu na cidade de Hiroshima Japão, onde sobreviveu a explosão da bomba atômica lançada pelo Estados Unidos da América em 6 de agosto de 1945. No ano de 1961 muda para Tóquio na busca de se tornar um quadrinista, de início acaba produzindo pequenas histórias, dessas historias se destaca as obras: *Shōnen Kin*, *Bokura*, *Shōnen Gah*. Mas é após a morte de sua mãe no ano de 1966, que o autor se volta as suas memórias sobre o ataque a Hiroshima, assim transformando o evento, em peça central de suas narrativas. Após escrever *Kuroi Ame ni Utarete* (黒い雨に打たれて), uma narrativa fictícia sobre o mercado negro do pós-guerra, Nakazawa parte para o retrado de sua vida, em um primeiro momento com a obra *Ore wa Mita* (おれは見た), Eu Vi, publicada na *Shonen Jump*, lançado em 1972, no termino dessa obra, no ano seguinte ele lança *Hadashi no Gen* (はだしのゲン), Gen Pés Descalços, sua obra de maior sucesso. Para mais informações ler: GONÇALVES, Ana Cristina. **Representações de Hiroshima: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

¹²⁴ O mangá é um quadrinho tipicamente japonês, tendo surgido em 1814 trazendo caricaturas e ilustrações sobre a cultura japonesa. O mangá referido no texto, se trata de uma modernização do antigo, tendo influência do ocidente, seu principal expoente e criador foi Osamu Tezuka em 1947, com a obra *Shin Takarajima* (A nova ilha do tesouro).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

com o real e o ficcional para tornar inteligível, o que já ocorreu. Sendo assim entende-se que não há uma separação sistemática entre a narrativa oriunda da memória e a ficcional, pois a obra mistura a primeira e a segunda para contar sua história, mostrar outros vestígios que sobreram do evento, que aqui sobreviveram ao soterramento provocado pela perspectiva “oficiais”.

A utilização da perspectiva da “*história a contrapelo*” de Walter Benjamin se faz pertinente, posto que, entendemos que todo documento, toda a história é produzida por aqueles que venceram. Sendo assim compreendemos que os dominantes hoje são herdeiros dos vencedores do passado, a história soterra aqueles que perderam, “não há documento de cultura que não seja também documento da barbárie” (BENJAMIN, 2013). A experiência produzida pelo narrador, pretende de uma forma ou de outra se afastar do cortejo triunfal, que marcha por cima dos que jazem na terra (LOWY, 2005, p. 73).

Os sobreviventes desse terrorismo de massa como Domenico Losurdo (2020) chama, foram de muitas maneiras silenciados, o autor busca enfatizar e dar voz aos sobreviventes do ataque, assim entrando em disputa (memórias concorrências) com certas narrativas ditas “oficiais”. Seus relatos suas memórias por muito tempo foram como lágrimas em um oceano que seria a história oficial contada pelo Estado Japonês e pelo Ocidente, apagados em um imaginário coletivo “oficial”.

MEMÓRIA, PRESENTE, PASSADO: A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DE HADASHI NO GEN

Dentro dos estudos sobre a memória há um consenso de que a memória não é algo dado e acabado, mas é uma construção e reconstrução que paulatinamente atualiza o passado. Diferente do que se pensa a memória não reconstitui o passado de forma fiel, como ele ocorreu, isso é um dado impossível, pois o passado não existe mais, o que nos restas são os vestígios: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele” (NORA, 1993, p. 8).

Esse enquadramento feito pela memória, alia tanto a memória subjetiva quanto a coletiva, pois as duas formas são indissociáveis, elas se mesclam e se compõem como já teorizado por Maurice Halbwachs (2003). É a partir desse entendimento de memória

que o texto se ancora, pois é através da ficção do romance, da narrativa fílmica, que a memória de Nakazawa Keiji, ganha forma e espaço.

As narrativas sobre o acontecimento do ponto de vista de um *Hibakusha*¹²⁵, encontraram obstáculos para ganharem vida. Com o resultado da guerra, a população japonesa ficou sob controle civil/militar dos Estados Unidos que sancionou leis que impediam e censuravam a fala sobre os atos de guerra, inclusive a bomba atômica, censura essa que se iniciou logo após a ocupação estadunidense em 1945. O contexto do pós-guerra proibiu a discussão sobre o atentado terrorista de Hiroshima e Nagasaki, fotos foram proibidas de circular nos veículos de informação do país, o luto não poderia ser feito, pois não se podia falar. No mesmo ano foi criada a CIE (Civil Information and Education Section) um departamento voltado à propaganda pró ocupação, que tinha controle sobre as produções cinematográficas do país. Aqui temos um segundo genocídio, tão cruel quanto as próprias bombas, o negacionismo que procura veementemente negar o ocorrido e, impedindo a narrativa de suas vítimas, apagando seus crimes, se não completamente, suavizando suas atrocidades. Só após a ocupação Estadunidense acabar em 1952, as imagens sobre o ocorrido começam a circular no país.

A memória do evento começa a ser disputada entre o silenciamento orquestrado pelo governo japonês e norte americano, as narrativas começam a ser construídas sobre um jogo entre as duas nações, o imperialismo japonês para com as outras nações asiáticas é deixado de lado, o foco se torna Japão e Estados Unidos. Desta forma, nota-se que a ocupação Estadunidense no continente japonês tinha além do objetivo econômico, o de construir uma memória da guerra, o que (CONRAD, 2020) chama de “memórias entrelaçadas”¹²⁶, os contornos da guerra são ditados por essa relação transnacional, a memória de sujeitos são postas de lado, para criar uma História nacionalizada.

¹²⁵ Sobrevivente da bomba atômica.

¹²⁶ O termo “memórias entrelaçadas” não se refere tanto ao fato de que o passado lembrado – o objeto da memória – deve ser disposto em um contexto transnacional e visto como um produto de processos de trocas e de influências. Em vez disso, concentra-se no momento da produção da memória, vista não apenas como uma tentativa de se conectar ao passado individual ou coletivo, mas também como o efeito de múltiplos e complexos impulsos no presente. (CONRAD, Sebastian. 2020, pg. 133).

Como mostrado acima foi só após a ocupação americana do Pós-Segunda Guerra encerrar-se em 1952, que houve a possibilidade de falar sobre assuntos antes proibidos ou considerados delicados começaram a ganhar atenção e representações. Como apontado por Primo Levi (LEVI *apud* SELIGMANN-SILVA, 2008), ao se passar e sobreviver por tais “catástrofes históricas”, a uma extrema necessidade de se verbalizar sobre tal ocorrido, transformar os outros participantes, mas o que ocorre com os sobreviventes da bomba, é um impedimento em forma de silenciamento, silêncio esse que só ter fim anos depois. Apesar dessa tentativa de soterrar os vencidos, os impedindo de falar, marginalizando suas memórias, as lembranças podem esperar o momento próprio a vir a tona, o silêncio do passado pode ser a resistência de uma sociedade impotente, incapaz de admitir ser a causadora de certos eventos (Pollak, 1989). O que se nota na memória oficial japonesa, é a tentativa de controlar as narrativas sobre o acontecimento:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou Estado desejam passar e impor. (POLLAK, 1989, P. 08)

Essa imposição pode encontrar dificuldade para se manter, pois como ela surge tem uma necessidade do presente, o presente pode abrir a possibilidade dessas memórias “subterrâneas”, saiam do “não dito”, e ganhem espaço, pois o presente colore o passado. A memória não é guiada pelo passado e seus acontecimentos, é o presente que molda o passado, ou melhor, a forma como interpretamos os rastros que nos é deixado, para falar sobre sua experiência passada, Nakazawa é compelido pelo presente. A morte de sua mãe é um dos primeiros motivadores, assim como ocorreu na Europa quando os sobreviventes do holocausto começaram a morrer, houve uma necessidade de preservar suas histórias, seja pela família, organizações de memória, ou o próprio estado. Nakazawa parece ser afetado por essa necessidade. Outro motivador, são as movimentações políticas que ocorrem logo após a morte de sua mãe, há uma tenção e disputa para uma mudança no Capítulo II da Constituição japonesa:

Artigo 9. Aspirando sinceramente a paz mundial baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre o uso da guerra como direito soberano da nação ou a ameaça e uso da força como meio de se resolver disputas internacionais. Com a finalidade de cumprir o objetivo do parágrafo anterior, as forças do exército, marinha e aeronáutica, como qualquer outra força potencial de guerra, jamais será mantida. O direito a beligerância do Estado não será reconhecido. (**Embaixada do Japão**, 2012)

A mudança estava ligada a questão bélica e militar, o governo Japonês com o apoio dos Estados Unidos tinham como objetivo reestabelecer o direito do Japão ao uso da guerra, e abrindo caminho para que futuramente a nação pudesse entrar em disputas internacionais. O que levantava a desconfiança e medo da população, pois neste período o Sudeste da Ásia estava em guerra com o Ocidente, com a Guerra do Vietnã.

Figura 1



(foto cortesia dos Arquivos Nacionais do Japão)

O medo de um novo conflito, de que tragédias como as ocorridas durante a Segunda Guerra Mundial voltem a se repetir, gera movimentações contra o governo, e a possível mudança na constituição. Durante a década de 1970, o imperialismo japonês

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

entra em declínio o que gera o crescimento de movimentos sindicais e estudantis, dessa forma tais grupos começam a ir para as ruas fazendo manifestar contra o tratado de segurança mútua que permitia a interferência dos Estados Unidos no Japão. O que provoca a criação de um departamento de controle e censura para monitorar mangas em 1977, pois os partidos de direita associavam as influências dos mangas aos movimentos estudantis, que estariam instaurando rebeldias. Isso acontece devido a um movimento de mangakas¹²⁷ chamado Gekiga, que escreviam sobre temas adultos, incluindo questões de guerra, violência, sexualidade, inclusive sobre o atentado das bombas nucleares.

É neste período surge o mangá de *Hadashi no Gen* que provocou diversas questões sobre o ocorrido em Hiroshima e Nagasaki, pois as pessoas realmente se questionavam sobre a realidade dos acontecimentos narrados no mangá e posteriormente no filme, não havia conhecimento sobre os efeitos da bomba e sobre o abandono dos sobreviventes, que ainda sofriam as consequências do ataque. Aqui a denúncia sobre o esquecimento e as políticas de rememoração deste trauma são evidentes, ocasionando tamanho espanto que acaba por provocar o cancelamento da obra em pleno sucesso de vendas, devido a interferência indireta da censura que dizia que mangas deveriam tratar apenas de conteúdos infantis, e sem ideias consideradas subversivas.

Logo no início do filme a narrativa impõe um dos seus temas centrais, a possibilidade de seguir em frente, mesmo com todas as adversidades e dificuldades impostas pela guerra. Somos apresentados a uma população, que luta e persevera no meio a fome, e ao constante medo de um bombardeio. Mas essa escolha por parte do autor e do diretor do filme, não vem de uma tentativa de tirar o peso dos horrores causados pelo Japão as nações vizinhas. A denúncia aqui proposta por Nakazawa é a de mostrar caso a população não esteja vigilante, aos atos causados pelo próprio país, ele foge do binarismo de certos relatos, onde para se firmar como vítima é necessário apagar os seus próprios erros. Nakazawa em sua obra, constrói um retrato diferente dos sobreviventes da bomba e luta contra certas narrativas oficiais:

Neste sentido, as narrativas oficiais sobre a bomba atômica tentam realizar uma espécie de superação do passado por meio do silenciamento. Para a história oficial japonesa, quando se trata de

¹²⁷ Autores de mangás.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

apontar culpados, a bomba atômica já passou, não faz parte do presente. Porém, é considerada presente quando é utilizada para justificar ações visando a proteção de determinada elite política. (MARCELLO NETO, 2021, p. 55 – 56)

A crítica do filme, surge como uma manifesto contra as narrativas apresentadas pela história oficial do Japão, lembrando quem realmente eram as pessoas que viviam em Hiroshima, ao tempo em que se preocupa com o presente. As memórias de Nakazawa estão embebidas no desejo de renascimento e vigilância

Figura 2



Fonte: GEN, Hadashi no.Hirata Toshio. 1986. 01 hora e 20 min.

Nesse sentido, o momento do desfecho da película se torna emblemático, pois ele representa o final e o recomeço. Final este, representado pela perda da mãe do personagem – último elo de sua vida anterior à bomba. Mas, na mesma cena, o enquadramento e a paisagem se destacam, pois não vemos nenhum sinal de destruição, mas sim uma cerejeira, árvore esta que nos remete no Ocidente e no Oriente à nação

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

japonesa. Outro destaque é para uma pétala caindo, que na cultura ocidental pode representar um sinal de recomeço. Mas essa possibilidade de um futuro melhor, só se torna possível, se houver vigilância, e o ímpeto para que possibilidades concretas de uma guerra não ocorram novamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hadashi no Gen, mostra um lado da guerra que por certo tempo foi impossibilitado de chegar na superfície das representações sobre o bombardeio atômico de Hiroshima. A película cinematográfica parte de prerrogativas do presente, assim expondo princípios do passado, que não foram elaborados, ocasionando problemas no interior do seu próprio contexto como nos explica Bervernage (2018). A questão do filme não “só” o “passado”, mas sim como o presente se utilizada, trata e elabora esse passado. MARCELLO NETO ao trabalhar com narrativas não oficiais do passado japonês nota que:

Isso deixa evidente que as feridas históricas sobre o passado japonês, expostas por determinados sujeitos ou instituições sociais aqui analisadas, permitem não só a compreensão de formas possíveis de se questionar a conformação do passado recente japonês, mas também a emergência de possibilidades de se entender que toda tentativa totalizante do passado impede tanto qualquer possibilidade de conciliação com o mesmo quanto uma possível elaboração, gerando um eterno silenciamento de eventos tão importantes para compreensão da essência do ser humano. (MARCELLO NETO, 2021, p. 56).

É nessa tentativa de acabar com esse silenciamento que se encontra a obra de Nakazawa, sua memória e de outros sobreviventes em disputa com narrativas “oficiais” para que não haja um “sepultamento do passado”, assim realizando um trabalho com o objetivo de destotalizar a narrativa do bombardeio de Hiroshima. A obra tem em sua demanda vingar os mortos nos termos Benjaminianos, mostrando que a sociedade japonesa em sua relação com o passado traumático, não se relacione única e exclusivamente pelo trauma e por seu predicado insuperável. O fato de o Japão ser vítima, não descarta suas ações como algoz, o silenciamento das vítimas, tem um objetivo revisionista da história e da culpa dos crimes de guerra japonês. Ao expor sua memória,

Nakazawa, tenta romper com a vergonha, abrindo possibilidades para o enfrentamento do trauma, ao mesmo tempo que cobra vigilância para os eventos do seu presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A CONSTITUIÇÃO DO JAPÃO. **Embaixada do Japão**, 2012. Disponível em :<https://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/constituicao.html>. Acesso em: 02/12/2021).

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. 08. Ed. Revista – São Paulo: Brasiliense, 2012. v. 1: magia e técnica, arte e política.

_____. **O anjo da história**. Autêntica, 2013.

BEVERNAGE, Berber. **História, memória e violência de Estado: tempo e justiça**. Vitória: Milfontes, 2018.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto. 2011.

CONRAD, Sebastian. 2020. Memórias **entrelaçadas: versões do passado na Alemanha e no Japão, 1945-2001**. Esboços, Florianópolis, v. 27, n. 44, p. 130-148. ISSN 2175-7976 DOI <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e71081>

GONÇALVES, Ana Cristina. **Representações de Hiroshima: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva (1950)**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LOSURDO, Domenico. **A linguagem do império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses" Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARCELLO NETO, Mario. Entre a bomba atômica e os crimes de guerra: o negacionismo e a historiografia japonesa em perspectiva. **Revista Brasileira de História**, v. 41, p. 37-60, 2021.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

PENNA, Tiago. **A nova barbárie segundo Benjamim**. In: Anais do IV Colóquio internacional Cidadania Cultural: diálogos de gerações. Campina Grande: Editora EDUEPB, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Unicamp, 2007.

Seligmann-Silva, M.. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

FONTES

HADASHI no Gen. Direção: Mori Masaki. [S.I]: Madhause, 1982. 1 DVD (80 min).

HADASHI no Gen 2. Direção: Toshio Hirata. [S.I]: Madhouse, 1986. 1 DVD (80 min).

ST 04 – INTERFACES ENTRE GÊNERO, HISTÓRIA SOCIAL E CULTURA

AOS MOLDES DA MORAL E BONS COSTUMES: AS RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NAS IRMANDADES SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO E REMÉDIOS EM SÃO LUÍS - MARANHÃO DURANTE O SÉCULO XIX

Ana Caroline Silva Caldas¹²⁸

RESUMO: Durante o século XIX, as relações na sociedade tendiam a designar espaços pré-determinados no que concerne ao gênero, raça e a classe. Como forma de analisar as relações estabelecidas pela prática dotal nos estabelecimentos femininos e as formas de inserção ou exclusão das mulheres nestes espaços, o artigo analisa as relações estabelecidas entre a Santa Casa de Misericórdia e o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. Os recursos metodológicos para o presente estudo foi possível através da leitura sobre as temáticas e catalogação das fontes de imprensa encontradas nos jornais: Jornal Maranhense; Minerva: Folha Política, Litteraria e Commercial; O Conservador; O Publicador Oficial e Publicador Maranhense, disponibilizadas pela Hemeroteca Digital (BNDigital).

PALAVRAS-CHAVE: Gênero, irmandades, século XIX.

ABSTRACT: During the 19th century, relationships in society tended to designate pre-determined spaces with regard to gender, race and class. As a way of analyzing the relations established by the dotal practice in female establishments and the forms of insertion or exclusion of women in these spaces, the article analyzes the relations

¹²⁸ Graduanda em História - Licenciatura na Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e bolsista pelo Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC) pela agência de fomento FAPEMA. E-mail: anacaroline233@gmail.com.

established between the Santa Casa de Misericórdia and the Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. The methodological resources for this study were made possible through reading about the themes and cataloging the press sources found in the newspapers: *Jornal Maranhense*; *Minerva: Folha Política, Litteraria e Commercial*; *O Conservador*; *O Publicador Oficial* and *Publicador Maranhense*, made available by Hemeroteca Digital (BNDigital).

KEYWORDS: Gender, sisterhoods, 19th century.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa compreender as relações estabelecidas entre o gênero, raça e a classe nas irmandades da Santa Casa de Misericórdia e Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios na cidade de São Luís, Maranhão. Movidas em proteger a moral e bons costumes cristãos, a Irmandade e Recolhimento detinham diferentes implicações às mulheres durante o século XIX, que destinaram suas vidas para o casamento através da prática dotal, principalmente entre órfãs e pobres, ou trabalho compulsório com a escravidão.

O trabalho, resultado de pesquisas na iniciação científica (PIBIC) pela agência de fomento FAPEMA, o artigo se divide em duas partes, a saber, um breve panorama acerca da prática dotal, que mobilizou a proteção de mulheres contra os “perigos mundanos”, notadamente para moças pobres e órfãs nas Santas Casas de Misericórdia como forma de assegurar o casamento, e os diversos caminhos traçados referentes ao gênero, raça e classe na Misericórdia do Maranhão e Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios.

Compreendendo as fontes de imprensa como forma de emitir opiniões, discursos e imaginários que moldam e transformam o modo de ver a sociedade, a possibilidade em discutir as problemáticas foi possível através das análises dos jornais: *Jornal Maranhense*, *Minerva: Folha Política, Litteraria e Commercial*, *O Conservador*, *O Publicador Oficial* e *Publicador Maranhense*, disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional Digital.

A DISTRIBUIÇÃO DE DOTES REALIZADOS NAS SANTAS CASAS DE MISERICÓRDIA

O “nascimento” do feminino, isto é, tornar-se mulher, perpassa por profundas transformações no tempo e espaço. Produto da sociedade, a construção do feminino traça nossos destinos, afinal, “o mundo sempre pertenceu aos machos” (BEAUVOIR, 2019: 95). Durante a Idade Moderna, o prestígio da mulher seria medido de acordo com comportamentos e julgamentos da comunidade, associando a honra feminina em torno da vergonha e timidez. Manter o recato feminino significou a obediência ao pai ou marido, submissão e pouco contato com os homens, principalmente entre as mulheres solteiras.

As noções que moldaram o feminino culminaram no sentimento de proteção, isto é, o incentivo ao enclausuramento em conventos ou recolhimentos, estimulados após o Concílio de Trento (1545-1563). O cuidado de mulheres pobres e órfãs preencheu as preocupações na sociedade pós-tridentina, que resultou no surgimento de instituições e recolhimentos a estas mulheres, a mercê do perigo devido a ausência do pai, a exposição por trabalharem em locais pouco seguros ou o perigo da prostituição.

A preocupação em dotar moças desvalidas ganhou intensa preocupação da Santa Casa de Misericórdia, importante instituição fundada em 1498 pela rainha D. Leonor. A Irmandade tornou-se a principal distribuidora de dotes em Portugal e suas colônias. Os locais de reclusão feminina criados pelas Misericórdias ou cedidos por homens preocupados com a moral foram erigidos em toda Europa do Sul pós-Trento (ARAÚJO, 2008). Ao recolher moças pobres e órfãs, a educação voltada para a esfera doméstica foi responsável por preparar suas vidas para o casamento.

A 232roteção às mulheres preencheu uma parte significativa das práticas das Misericórdias, não somente nas dádivas de roupa, dinheiro, géneros, mas também no acesso a outros serviços de caridade. Algumas administravam recolhimentos, “guardando mulheres” até ao momento do matrimónio, distribuindo dotes às internadas e a outras que se mantinham em casas de familiares, mas a maioria destas confrarias não possuía instituições de reclusão, desenvolvendo, em alguns casos, uma intensa actividade distribuidora de dotes de casamento (ARAÚJO, 2010: 368-369).

Nas Misericórdias portuguesas, o dote foi palco de inscrições, do qual as candidatas deveriam se apresentar nas portas das igrejas da Irmandade ou foram anunciadas no púlpito. Outras Misericórdias não existiam a divulgação, pois se considerou a candidatura realizada em determinados meses no ano, comumente encerrando-se em maio. Após o lançamento das inscrições, as candidatas deveriam expor informações, como a paternidade, residência, naturalidade, idade e sobre a situação de pobreza e vulnerabilidade o qual se encontrava (ARAÚJO, 2010). A próxima etapa se caracterizou na análise dos pedidos e na averiguação pessoalmente da situação da candidata. Boatos e fofocas que causasse a queda de reputação da moça poderiam resultar na desclassificação.

Na Santa Casa da Misericórdia em Portel, por exemplo, a minuciosa inspeção da futura candidata se iniciou no momento de suas candidaturas, o qual deveriam lançar a candidatura na Mesa¹²⁹ junto com a certidão do juiz dos órfãos e batismo para comprovar sua idade entre 14 e 30 anos. Na petição, além de informações pessoais, a possível candidata deveria consentir a investigação da Irmandade sobre as informações passadas. Dessa forma, os irmãos da Mesa deveriam ir pessoalmente à residência da jovem, bem como recolher informações dos vizinhos a respeito de sua conduta moral. Caso fosse aprovado o dote, a validade seria de 12 anos.

Estabelecendo regras segundo sua localidade, em outras Misericórdias a escolha da candidata poderia ser realizada de duas formas: a votação ou realização de sorteios, comumente realizado por uma criança para garantir a imparcialidade do sorteio. Com o rigor e seriedade na avaliação, não foram raros a disputa entre as próprias candidatas sobre a “má conduta” que,

[caso as possíveis candidatas fossem] vistas acompanhadas por homens, nas festas, nas desfolhadas, nas romarias, nas ruas ou nos caminhos, não eram beneficiados. As que se mostravam amigas de conversas eram normalmente sujeitas a maiores averiguações, porque sobre elas recaíam suspeitas de serem inclinadas a conversas com homens e falta de recato. Por vezes, concluía-se que essa característica apenas servia para ser dotada, porque a jovem se poderia perder mais facilmente, mas

¹²⁹ A chamada Mesa, composta por homens denominados como “irmãos”, foi responsável por decisões administrativas referentes à Santa Casa e seus estabelecimentos.

nada a denegria até ao momento. Também a jovialidade e a alegria não eram razões para descanso. Os irmãos defendiam que estas características podiam contribuir para o descaminho e, por isso, suportavam o seu merecimento pela facilidade com que se poderiam perder (ARAÚJO, 2010: 376).

O valor do dote significou a possibilidade de conseguir em curto espaço de tempo um candidato a desvalida. Por essa razão, algumas moças entravam no concurso bem jovens, a fim de garantir a maior possibilidade de se casarem. Após a realização da seleção da dotada, o próximo passo seria conseguir um pretendente, por vezes, elegendo à mulher o poder de escolha¹³⁰. Caso conseguissem um noivo, as dotadas seriam encarregadas de contactar a Santa Casa de Misericórdia para a autorização do matrimônio, tornando-se crucial sua presença e aval no reconhecimento da união e posterior entrega do dote.

As Misericórdias assumiam [...] o lugar da família, ou melhor dito do pai, a quem era necessário pedir autorização para “conversar” e posteriormente a mão da filha. O casamento fazia-se geralmente na igreja da Santa Casa e, em muitas confrarias, escolhia-se o dia de Santa Isabel, data comemorativa da padroeira, para a sua realização. Associava-se a festa da Casa à cerimónia dos casamentos, numa manifestação de júbilo para toda a confraria. Também neste momento, a instituição vigiava e zelava para que o acto fosse realizado dentro dos padrões estabelecidos e com a dignidade exigida (ARAÚJO, 2010: 378).

Confirmado o casamento, o pagamento para a desvalia seria entregue ao marido ou alguém de confiança. Comumente o dote pela Misericórdia sofreu atrasos, pois na história das Santas Casas, foi recorrente endividamentos e crises administrativas, resultando no atraso do recebimento do dote por anos. Todavia, os dotes entregues pela Irmandade garantiram além do valor, a respeitabilidade perante a comunidade, visto que a Instituição recebia excelentes elogios pelos serviços prestados à sociedade.

¹³⁰ Vale ressaltar que, grande parte das mulheres desconhecia o seu pretendente, pois segundo os preceitos da época, o convívio entre marido e esposa desenvolveria sentimentos como o amor. Todavia, houve candidatas que desenvolveram relações afetivas antes ou depois da candidatura, dessa forma, não esperavam por anos.

Como visto, em Portugal a Misericórdia foi a principal responsável pela concessão de dotes. Com a vasta extensão do Império, a Irmandade seguiu além das fronteiras portuguesas, estabelecendo-se em suas colônias e Ultramar. No Brasil, à medida que exploravam o território e realizavam povoamentos, logo a instituição chegou à colônia. A primeira Misericórdia em território brasileiro data 1543 na cidade de Santos, no qual “em muitos casos, a fundação de uma Misericórdia era simultânea com a fundação de uma caridade, ou a seguia de pouco” (RUSSEL-WOOD, 1981: 31).

O costume de dotar mulheres continuou nas Misericórdias brasileiras, sendo um costume antes trazido por portugueses no século XVI, inicialmente comum entre a elite brasileira. O dote pode ser entendido de duas formas:

No primeiro, o dote é visto do ponto de vista de quem o concede é definido como os bens que pais, ou outros parentes ou não parentes, concedem a uma mulher por ocasião do casamento [...]No segundo sentido, o dote é visto do ponto de vista de seus beneficiários, o casal de conjugues, e é definido como os bens que uma mulher leva consigo para a sociedade conjugal. nesse sentido, o ‘dote’ pode ser o dote que uma noiva recebe de seus pais, bens que herdou anteriormente e leva consigo para o casamento, ou bens que herdou anteriormente e leva consigo para o casamento, ou bens que possui como viúva e eleva consigo ao casar-se novamente (NAZZARI, 2001: 19).

O dote, baseando-se na obra da historiadora Muriel Nazzari “O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900”, os bens dos dotes constituíram-se em bens de produção e bens de consumo. Antes do século XIX, os bens de produção se valiam de terras, gados, plantações de trigo e pessoas escravizadas, expandindo a economia familiar e perpetuação da linhagem entre as famílias abastadas. Os bens de consumo, amplamente difundidos nos séculos XVIII e XIX continham enxovais, joias, móveis e dinheiro. Entre as mulheres pobres e órfãs brasileiras, os dotes em dinheiro e enxovais foram possíveis através das Santas Casas de Misericórdia, logo, bens de consumo.

Na cidade de São Luís do Maranhão durante o século XIX, o estabelecimento do dote como forma de proteger o sexo feminino contra os “perigos do mundo” foi possível

através da Santa Casa, o qual foram acolhidas no estabelecimento da cidade chamado Casa dos Expostos. Para além da Irmandade, a partir de 1840, esta passou a transferir as expostas para o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios. Entre os dois estabelecimentos edificados, o intuito principal foi assegurar que as moças fossem dotadas e saíssem casadas.

Considerando a imprensa como o principal divulgador de concepções, ideias e imaginários, foi possível analisar as particularidades da sociedade ludovicense, que culminaram entre as protegidas da Casa péssimas condições habitacionais e as problemáticas levantadas entre o gênero, raça e a classe, traçando e moldando o destino das mulheres na cidade, a saber, casamento ou trabalho, ambos com percalços e distintas implicações durante o século XIX.

O GÊNERO, CLASSE E A RAÇA EM PERSPECTIVAS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E RECOLHIMENTO DE NOSSA SENHORA DA ANUNCIAÇÃO E REMÉDIOS

Fundada pelos idos de 1623, a Santa Casa de Misericórdia foi uma importante instituição para a sociedade maranhense, notadamente no século XIX, pois durante o período colonial a Irmandade,

estava bastante aquém do cumprimento de seus deveres caritativos, devido à escassez de recursos. Ainda segundo o mesmo autor, essa irmandade ficou esquecida durante muito tempo na igreja de Santana, tendo seu respaldo perante a sociedade ludovicense aumentado principalmente a partir de 1830, momento da transferência da sede da associação para a igreja de São Pantaleão (COE, 2008: 55).

Dessa forma, é durante o período Oitocentista que a Irmandade em São Luís passou a deter igrejas, hospitais e cemitérios. Dentre os principais estabelecimentos havia a Igreja de São Pantaleão, o Hospital da Caridade, o Hospital dos Lázaros e a Casa dos Expostos. Em especial o último estabelecimento citado, na sessão de 15 de agosto de

1827, a Misericórdia do Maranhão efetuou o pedido do testamento do Coronel da Guarda Nacional Izidorio Rodrigues Pereira, falecido em 17 de agosto de 1825, que assegurou a quantia de 2:000\$000 réis para a fundação de uma casa que acolhesse aos pobres e órfãos da cidade. Dessa forma, o estabelecimento no acolhimento e cuidado de recém-nascidos, crianças e mulheres.

Para as mulheres acolhidas pela Casa, estas poderiam permanecer por longos períodos, uma vez que a Misericórdia assegurava as moças dotes de casamento no valor de 400\$000 réis. Todavia, a prática dotal não se limitou ao estabelecimento, o qual a partir de 1840 estabeleceu ligações com o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios pela Lei Provincial nº 95. Em síntese, o decreto concede que as expostas da Santa Casa poderiam, caso a Mesa administrativa da Misericórdia aprovasse, transferir para o Recolhimento meninas com idade de 7 anos, que seriam providas com mesada, cessada após os 21 anos ou até se casarem, devidamente dotadas com a quantia de quatrocentos mil réis.

Vale ressaltar alguns pontos que abordam o funcionamento da Lei: (1) as expostas órfãs e de pais abastados valeriam as mesmas condições; (2) o valor do dote seria entregue após o casamento e com a aprovação do Presidente da Província e (3) poderiam ocorrer alterações na mesada após um ano, com exceção das meninas pobres e órfãs, “que não podendo ser admittidas gratuitamente por não o permitirem já as rendas do recolhimento, tiverem contudo um protector”¹³¹.

A disparidade referentes ao tratamento de meninos e meninas foi perceptível ao longo da história dos estabelecimentos, uma vez que a educação para as moças foi voltada para as “boas prendas domésticas”, isto é, foram moldadas para a ocuparem a esfera privada, no qual deveriam ser boas esposas e mães. As expostas da Santa Casa recebiam uma educação voltada às primeiras letras, costura e trabalho doméstico e no Recolhimento, as moças foram ensinadas a ler, escrever, noções de aritmética, doutrina cristã, costura, artesanato e bordados.

¹³¹ JORNAL MARANHENSE, 07.12.1841: 1.

Em contraste com o sexo masculino, os meninos que chegassem aos 11 ou 14 anos foram enviados para a Companhia de Aprendizes e Marinheiros ou a Casa de Educandos e Artífices, pertencente a Misericórdia. O estabelecimento da Irmandade foi responsável por qualificar o sexo masculino para o mercado de trabalho, no qual eram ensinadas as primeiras letras, ensino da língua francesa, aula de música, aulas de ciência e oficinas de alfaiate, sapateiro, carpinteiro, pedreiro, etc. As relações de gênero estabelecidas delinearão caminhos opostos para o futuro de homens e mulheres à medida que enquadraram espaços pré-determinados no público e privado.

Para além das noções de gênero, as irmandades religiosas no Brasil, oriundas da dominação do homem branco e europeu também foram regidas de acordo com a raça. A Misericórdia Maranhense, a tempos moldada segundo as elites locais, proibiu a presença de escravizados, ex-escravizados e pobres. No entanto, o mesmo não impediu que a Irmandade detivesse pessoas escravizadas, recebidas de legados ou abandonadas nos hospitais¹³².

No auxílio aos recém-nascidos deixados, a Santa Casa contactava amas de leite para que suprissem os bebês com leite materno. Em 1828, há registros sobre a chamada para essas mulheres¹³³ cujo o procurador Antonio Dias de Araujo Guimarães torna conhecido aos leitores que a Misericórdia ativa a chamada “Casa da Roda” para receber os expostos, chamando a atenção a todos aqueles que possuíssem uma ama de leite que poderia criar o enjeitado se dirigissem ao inspetor do Hospital da Santa Casa, Manoel Antonio Rodrigues Valle, para que ajustassem o salário que receberiam por mês.

Nos anos posteriores, o número de amas de leite não foi suficiente: em 1833 no Jornal “O Publicador Oficial”¹³⁴, havia a chamada para a contratação, no qual os seus senhores podiam conceder às mulheres escravizadas por uma “causa maior” ou por dinheiro.

¹³² Os hospitais da Misericórdia acolhiam escravizados, porém o senhor deveria pagar sua estadia e tratamento.

¹³³ MINERVA: FOLHA POLÍTICA, LITTERARIA E COMMERCIAL, 27.11.1828: 263.

¹³⁴ O PUBLICADOR OFICIAL, 15.05.1833: 662.

A Meza da Caza da Santa Mizericordia desta Cidade, querendo prevenir imencos malles a que estão sujeitos os innocentes expostos na roda da mesma Caza, como agora a conteçe que tendo sido lançado hum, a tres dias, athe o presente não se tem descuberto ama para delle tomar conta, e dar-lhe os primeiros alimentos; por isso roga as pessoas que tivrem escravas com bastante leite, equerão ceupallar neste servisso, ou por caridade ou por ajuste adinheiro, fallem com o Administrador da Caza dos expostos, Joze Antonio de Souza, nella residente, para formarem seus ajustes, deixando seus nomes, rua, e N.º da Caza para serem procurados quando repentinamente a pareça procurados quando repentinamente a pareça percizão, certificando-se que terão toda a preferencia as escravas de pessoas que tiverem família.

O Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios se valia do trabalho escravo para serviços no estabelecimento. No que concerne às mulheres escravizadas, em 1850 a Comissão de Negócios Eclesiásticos, encarregada de examinar o estabelecimento, chamou a atenção com o elevado número de escravizadas, que no total foram 58: sete pertenciam ao Recolhimento; a superiora, uma senhora de setenta anos possui dezesseis escravizadas, que após sua morte, doze serão libertas; dez aprendizes e vinte e cinco pertencem às educandas.

Vistas como “canais de desmoralização” pela Comissão, o número de mulheres escravizadas no Recolhimento era contrários aos ensinamentos sobre a moral e religião, bem como o serviço de baixa qualidade, apesar do elevado número de mulheres que trabalhavam para o estabelecimento e/ou indivíduos. Para os investigadores, se ao menos as escravizadas vivessem reclusas, seria menos indigno para recolhimento, uma vez que é recorrente a entrada e saída dessas mulheres que trazem o “mal”.

A moral e bons costumes, associadas a conventos e recolhimentos foram excepcionais para garantir que mulheres brancas, em situação de reclusão e devoção vivessem em comunhão com Cristo e, caso saíssem para se casarem, as bases para suas vidas privadas seriam alcançadas de acordo com os ensinamentos anteriores, voltadas para a boa comunhão do lar, isto é, a submissão ao chefe da casa (marido). Assim, quantidade e mobilidade de mulheres negras escravizadas no estabelecimento, que deveria prezar pelos estatutos e normas de brancos, a situação tornou-se inadmissível. No

ano de 1860, o número de mulheres escravizadas no Recolhimento reduziu para nove¹³⁵, demonstrando que a repercussão resultou em medidas concretas.

Entre a classe de mulheres que marcaram ambos os estabelecimentos, as mulheres brancas e mestiças presentes na Casa e Recolhimento, foram marcadas por péssimas condições habitacionais. Na Casa dos Expostos, sustentava vinte e oito crianças, e entregou doze pessoas que exerceram cargos de tutela. A mortalidade entre as crianças acometeu a metade dos expostos que, além da insuficiência de espaço, onde dormiam no mesmo quarto ou sala crianças e mulheres, havia a falta de ventilação na casa, comprometendo a respiração de seus residentes¹³⁶. No ano seguinte, a Câmara Municipal alertou a Santa Casa para a necessidade da transferência dos expostos para outro edifício, devido ao calor que o pio estabelecimento causava, considerado uma das causas da mortalidade.

Fora dos domínios da Santa Casa de Misericórdia, as meninas enviadas para o recolhimento conviviam com alojamentos pouco confortáveis. O Recolhimento em 1850, o local estava em completa ruína, assim como a Igreja, anexada a estrutura sofreu com alagamentos provenientes das chuvas, as grades que compõem a estrutura inutilizáveis, as portas desgastadas e o pavimento superior a qualquer momento viria a desabar. No plano interno, a falta de recursos persiste com a falta de uniformidade no vestuário, a inexistência de uma mesa comum para todas as educandas “senão para as pobres numerarias ou para essas que são sustentadas pelo auxilio dos cofres prouvinciaes e rendimentos do Estabelecimento”¹³⁷.

Diferentemente da Casa dos Expostos, durante a década de 1864 notamos a qualidade do Recolhimento aumentou, principalmente com a nova direção “quer na sua administração interna, quer na sua prosperidade, tudo isto devido às prudentes medidas pela tomada pelo Exm. bispo diocesano, que o tem debaixo de suas vistas immediatas”¹³⁸. A Casa, apesar das reclamações tecidas nos jornais e pela Câmara Municipal, as

¹³⁵ O CONSERVADOR, 06.06.1860: 1.

¹³⁶ PUBLICADOR MARANHENSE, 13.05. 1843: 4.

¹³⁷ PUBLICADOR MARANHENSE, 31.10.1850: 3.

¹³⁸ PUBLICADOR MARANHENSE, 09.05.1864: 1.

exigências não foram atendidas, destinando às moças pobres e mestiças a situações pouco confortáveis.

No Recolhimento, visto que admitiram filhas de pais abastados como pensionistas, algumas mulheres, por serem brancas e ricas, recusavam-se a compartilhar o refeitório com as educandas órfãs por estas serem de origem humilde ou mestiça, o qual “mesmo que as regras e a regente desaprovassem esse ato, as escravas particulares estavam sujeitas às ordens de suas senhoras que alegavam sempre algum tipo de inconveniência” (RODRIGUES, 2010: 77). A diferença entre a classe de mulheres que integravam o local expressou-se em práticas de exclusão que delimitaram espaços e privilégios.

CONCLUSÃO

Durante o século XIX, a preocupação em proteger o sexo feminino encontrou nas irmandades religiosas motivo de intensa preocupação, motivadas a zelar pelo recato e bons costumes de moças ricas e pobres, moldadas para o matrimônio. A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, através da Casa dos Expostos proporcionou o auxílio exclusivamente a moças pobres e órfãs, assegurando-lhes um dote de 400\$000 mil réis caso saíssem casadas, bem como no Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios, que recebeu as expostas da Casa a partir de 1840.

Ambos os estabelecimentos apresentam distinções referentes a raça, gênero e classe, que analisadas em conjunto demonstram que as mulheres pobres e órfãs, brancas ou mestiças acolhidas pela Casa e Recolhimento convivam em péssimas condições infraestruturais, foram rejeitadas pelas nobres residentes no Recolhimento, que por sua vez tinham mais privilégios. As mulheres escravizadas, vistas de forma depreciativa, foram designadas ao trabalho compulsório como amas de leite pela Casa e serviçais no Recolhimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

Jornal Maranhense (07.12.1841)

Minerva: Folha Política, Litteraria e Commercial (27.11.1828)

O Conservador (06.06.1860)

O Publicador Oficial (15.05.1833)

Publicador Maranhense (13.05.1843)

Publicador Maranhense (31.10.1850)

Publicador Maranhense (09.05.1864)

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. A assistência às mulheres nas Misericórdias portuguesas (séculos XVI-XVIII), **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En línea], Coloquios, 2008, Puesto en línea el : 18 février 2008.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. **Tomar estado:** dotes e casamentos (séculos XVI-XIX). Braga : CITCEM, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. 5^oed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

COE, Agostinho Júnior Holanda. “**Nós, os ossos que aqui estamos, pelos vossos esperamos**”: a higiene e o fim dos sepultamentos eclesiásticos em São Luís (1828-1855). Dissertação (mestrado) em História Social – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote:** mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RODRIGUES, Maria José Lobato. **EDUCAÇÃO FEMININA NO RECOLHIMENTO DO MARANHÃO:** o redefinir de uma instituição. Dissertação (Mestrado em Educação)

- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos:** a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

DA PALAVRA SE FAZ A VÍTIMA: OS DISCURSOS JURÍDICOS EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

Paloma Heller Dallagnol¹³⁹

RESUMO: O presente trabalho pretende abordar o uso de discursos jurídicos como ferramenta de silenciamento e invisibilidade de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes na década de 1950 e 1960 na Comarca de Guarapuava-PR. Percebendo como estes são capazes de influenciar na percepção das vítimas e dos agressores, criando imagens ideais que são baseadas em noções interseccionais de classe, raça e gênero criados a partir de representações da mulher e vítima ideal, que por conseguinte são reflexos de padrões morais, de honra e honestidade imputados às mulheres no período analisado. Consequentemente, pautados em estereótipos de violência sexual, transformam crimes praticados contra crianças e adolescentes em sexo consensual, inclusive alterando a fronteira de pertencimento da criança, hora entendida como criança, inocente e ingênua, hora como adulta responsável e imoral.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Infância; Justiça; Violência.

ABSTRACT: The present work intends to approach the use of legal discourses as a tool for silencing and invisibility of sexual crimes committed against children and adolescents in the 1950s and 1960s in the Comarca of Guarapuava-PR. Realizing how they are able to influence the perception of victims and aggressors, creating ideal images that are based on intersectional notions of class, race and gender created from representations of the ideal woman and victim, which are therefore reflections of moral standards, honor and honesty attributed to women in the period analyzed. Consequently, based on stereotypes

¹³⁹ Mestranda em História pela Universidade Federal do Paraná-UFPR pela linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento na História com o projeto “O Fim da Inocência? Sexualidade e Infância a partir de processos crimes no período de 1950 A 1967, na Comarca de Guarapuava - Paraná, financiado pela CAPES. E-mail: palomaheller@gmail.com.

of sexual violence, they transform crimes committed against children and adolescents into consensual sex, including changing the child's boundary, at times understood as children, innocent and naive, at times as responsible and immoral adults.

KEYWORDS: Discourse; Childhood; Justice; Violence.

INTRODUÇÃO

Os processos criminais durante a segunda metade do século XX tornaram-se uma rica fonte para os estudos históricos, pesquisadores buscavam a partir destes, compreender diversas novas temáticas, desde o estudo da criminalidade, do cotidiano e das relações sociais. Pois, os processos criminais garantiam o “acesso” à fala das pessoas ditas “comuns”, algo não tão explorado em outras fontes amplamente estudadas em períodos anteriores.

Neste sentido, essas fontes tornaram-se ricas para a análise de outra dimensão, a discursiva. A presença de uma diversidade de discursos é notável, tem-se a fala de policiais, juízes, promotores, médicos, advogados, vítimas, acusados e testemunhas, criando uma espécie de rede discursiva, ou um quebra-cabeça, que pode levar o pesquisador a compreender um pouco mais sobre a exterioridade do processo.

No entanto, essas falas obtidas nos processos passam por um filtro, o da justiça, pois, todos esses discursos passam pela mão do escrivão para estar no processo, o que acaba por não representar a fala real dos indivíduos. Ou seja, o processo criminal não representa um acesso ao fato material (o crime em si), mas a uma narrativa sobre o ocorrido, uma construção linguística sobre o acontecimento. Ao construir as linhas narrativas, cada agente envolvido busca persuadir os ouvintes de sua verdade, seja a vítima, o acusado, promotores ou defensores. Todos almejam convencer, a partir de discursos, que podem ser pautados em provas materiais ou não, de que carregam consigo uma verdade.

Dessa forma a linguagem apresenta-se como uma forma de construção de subjetividades dos envolvidos, quando o crime cometido tem caráter sexual essa construção torna-se envolta em interseccionalidade de raça, gênero e classe, pautadas em valores e construções sociais e culturais sobre cada um dos indivíduos envolvidos. O que

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

é ser vítima, o que é ser acusado perpassa as narrativas do próprio crime, para encontrar-se em narrativas morais e normativas de papéis de gênero, vontades, desejos são julgados e elevados ao patamar de prova. Da mesma forma, quando se trata de vítimas menores de idade, a construção de infância tem sua fronteira fluida, ser criança depende da construção discursiva em torno da inocência e vulnerabilidade na imagem da vítima, caso contrário, não será percebida como criança, mas como adulto.

O crime é percebido e levado à justiça após certas circunstâncias, a primeira delas é o que Suárez e Bandeira (1999, p. 114) chamam de notícia de crime. Como o fato material (crime) é inalcançável, para que o crime seja julgado é preciso que haja uma primeira narrativa, a notícia do ocorrido, trazendo o fato abstrato o mais próximo possível do ocorrido, esta notícia sempre carrega consigo o ponto de vista do narrador. Seguindo assim, para Suárez e Bandeira, quando a notícia carrega consigo o contar de uma violência, a fala precisa ser carregada de realidade, para aproximar o ouvinte e facilitar o entendimento, os detalhes são essenciais para alcançar o aspecto de verdade, sendo assim:

[...] são resultado de um processo de produção definido como percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima - acontecimento - em um produto - a notícia. Enquanto o acontecimento cria a notícia, a notícia cria o acontecimento. A notícia seleciona, exclui, acentua diferentes aspectos de um acontecimento, orientando-se por uma narrativa escolhida. É dessa maneira que a notícia constrói a realidade (SUÁREZ; BANDEIRA, (1999, p. 120).

Nos processos criminais, as diversas narrativas disputam a verdade do ocorrido, a vítima precisa provar o crime e o acusado provar sua inocência. Os agentes tidos como oficiais também se utilizam de discursos e narrativas para dar prosseguimento aos processos, a partir de seus saberes específicos e seus campos de atuação, utilizando-se das ferramentas linguísticas de suas áreas de conhecimento. No entanto essa produção discursiva, não se dá de forma livre e desordenada, como apresenta Foucault (1996, p. 08-09), a produção de discursos, é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, que podem ser exclusivos ou de interdição, o que cria um tabu do objeto e da fala privilegiada. Ou seja, os discursos são como jogos no qual as interdições se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando

uma grade complexa, não apenas como uma manifestação do desejo da fala, mas como objeto de desejo, do poder e de se apoderar (FOUCAULT, 1996, p. 20).

Nesse sentido, os processos criminais trazem consigo, como já mencionado, discursos que são criadores e mantenedores de subjetividades e estereótipos, no caso de crimes sexuais, principalmente estereótipos de gênero. Pois a linguagem e o discurso não são apenas abstração ou reflexo:

Além de procurar compreender a língua enquanto trabalho simbólico que faz e dá sentido, constitui o homem e sua história, leva em conta o homem e a língua em suas concretudes, não enquanto sistemas abstratos. Ou seja, considera os processos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem. Assim fazendo, insere o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade (SILVA, 2005, p. 05).

Sendo assim, não há como analisar os discursos contidos em processos criminais como elementos isolados da exterioridade do processo, cada fala apresentada, mesmo dos agentes que figuram autoridades, carregam consigo as condições de existência e da produção dos discursos. Não há objetividade nem neutralidade, os discursos processuais são pautados em valores morais e normativos hegemônicos de sua época, e são a partir desses discursos que poderemos perceber como o crime sexual é percebido pelos envolvidos, como imagens ideias são criadas, e como os estereótipos de crime e de vítima construídos são fatores de invisibilidade e silenciamento das vítimas.

A VERDADE SILENCIOSA OU A FALA INVISÍVEL: O QUE TORNA ATO EM CRIME E UM CRIME EM APENAS SEXO?

Nos últimos anos, alguns dados apresentados pelos órgãos de denúncia anônimas (Disque 100) apontam que em torno de 81% de crianças e adolescentes sofrem violência em casa, desde violência física, moral, psíquica ou sexual; das denúncias de violência sexual presume-se que haja uma subnotificação de 90% no geral (BRASIL, 2020).

Essa subnotificação levanta diversas hipóteses quanto às motivações, tendo em vista que o mesmo relatório apontou que 88% dos abusos acontecem na própria casa da vítima, com majoritariamente os agressores sendo membros da família ou amigos próximos, podemos considerar este cenário como uma possibilidade. Pois, estando a criança em contato tão urgente com o agressor e pelo envolvimento familiar, algumas ocorrências podem passar despercebidas pelas autoridades, e acabar ficando no silêncio e na invisibilidade do interior da casa. O fato de que, com a falta de educação sexual na infância, muitas crianças e adolescentes não são capazes de perceber e denunciar os abusos sofridos, que nem sempre deixam marcas evidentes que possam ser percebidas, pois o abuso sexual não envolve apenas atos extremos e sangrentos, mas jogos psicológicos, que envolvem o medo, o silêncio a barganha, o que dificulta também a notificação e a denúncia.

Um terceiro elemento, que iremos apontar no decorrer deste artigo, é a inibição de denúncias causadas pelo próprio sistema judiciário. Ao buscarmos analisar temas como a violência, principalmente a sexual, é preciso perceber que este objeto é complexo, pois trata-se de um termo abrangente, diversificado e com julgamentos que por muitas vezes se diferem. Principalmente porque a violência de nível interpessoal passou a ser alvo de estudos apenas tardiamente, sendo considerada invisível quando relacionada à categoria de gênero (SUÁREZ; BANDEIRA, 1999, p. 15).

A invisibilidade por diversas vezes é associada ao silêncio, como causa da falta de denúncias, entretanto, há uma inversão destas causas e efeitos. Silenciar e invisibilizar não são verbos sinônimos, neste caso. Para Suárez, o campo discursivo faz pensar que esses verbos estão associados e têm o mesmo significado, no entanto, “o significado desses verbos são bem diferentes: *silenciar* significa calar-se; e *invisibilizar* significa não deixar ver” (SUÁREZ; BANDEIRA, 1999, p. 99).

Na prática, não é o silêncio que causa a invisibilidade, mas a invisibilidade que causa o silêncio, como efeito da falta de importância dada às denúncias das violências sofridas. As vítimas são levadas a calar-se por não serem bem recebidas e não ter apoio, enfrentando julgamentos tanto da sociedade, quanto do próprio sistema, que as viola novamente ao submeter as vítimas a determinadas circunstâncias, na busca pela verdade

do fato, ou ainda, quando provado o crime, submetê-las a julgamentos morais, anulando a violência por esta vítima não encaixar-se em um padrão ideal.

Ainda, as denúncias de crimes cometidos por homens contra mulheres, ou adultos contra crianças, são entendidos como impertinentes, problemas privados. Tendo em vista que o período da pesquisa relacionada a este artigo, trata-se dos anos 1950 e 1960, há de forma mais evidente um caráter elitista do sistema, para Machado (1999, p. 173-174), a crença no processo de modernização pela civilização das pessoas tornava as relações de violência interpessoal como grosseiras e incivilizadas. Neste sentido, as violências de gênero eram entendidas como privadas, pois a denúncia difama a vítima, ofende a moral e a honra quando expostos.

A citada difamação ocorre porque, na busca pela verdade, a vítima passa por um processo de inquirição, na qual suas atitudes, escolhas, desejos, são analisados e julgados, e muitas das afirmações dadas durante a construção das narrativas tornam-se armas de defesa dos advogados para demonstrar uma pretensa falta de moral e idoneidade das meninas. Como já mencionado, a noção de verdade percorre todo o processo, desde o juramento antes dos interrogatórios, até as afirmações dadas pelos depoentes, que sempre asseguram “falar a verdade”. A busca pela verdade vincula-se ao poder, para Foucault, a relação entre poder e verdade é circular, a verdade é produzida e mantida pelo poder e em retorno a verdade produz e expande os efeitos de poder (MCLAREN, 2016. p. 36). Sendo as normas, uma concepção de verdade, do certo e do errado, do melhor e do pior, podendo determinar os sujeitos e como interpretamos o que é ser mulher de verdade, homem, criança, criminoso. São criados padrões, comportamentos que são capazes de excluir os desajustados e marginalizar os anormais, os discursos são, dessa maneira, ferramentas da relação verdade, saber e poder, o saber cria a verdade, cria sujeitos.

Dentro destas normatizações e padronizações temos, dois caminhos a percorrer, o primeiro que estereotipa a violência sexual, e o segundo que cria a imagem de vítima ideal. Como apontado, a invisibilização do crime sexual se dá em grande parte, pelo medo das vítimas de não serem acolhidas pela justiça, devido ao estereótipo de violência sexual, como se esta fosse apenas representada pelos estupros com carga máxima de violência. Aqueles nos quais a vítima é abordada por um desconhecido em um beco, no entanto, essa forma de violência sexual é a de mais baixa ocorrência, pois a maioria dos crimes

acontece entre pessoas próximas, namorados, maridos, pais, amigos, parentes, no interior da casa. O medo do julgamento e da exposição, a vergonha, impedem a denúncia, pois mesmo quando realizada pode acarretar impunidade por não estar dentro dos estereótipos do crime.

A violência sexual, está além do sangue derramado, há uma relação entre violência e poder. Foucault em sua percepção de poder, demonstra que este deve ser compreendido como uma multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio que exercem, um jogo incessante de lutas e de relações de força, formando cadeias, sistemas, estratégias que se originam no esboço geral e acabam por se cristalizar e tomar corpo em formas de lei e hegemonias (FOUCAULT, 1988. p. 88-89). Sendo assim, este poder adquirido pode ser exercido de diversas formas numa relação de desiguais, que não está localizado numa posição binária entre dominantes e dominados, mas atravessa o corpo social, atuando nas famílias, nos grupos, na sexualidade, sendo ao mesmo tempo intencionais e subjetivas (FOUCAULT, 1988. p. 89-92).

A partir dessa noção de poder é possível pensar a relação entre violência e poder no âmbito das relações de gênero. Para a antropóloga Rita Segato, as estruturas de violência apontam para um modelo de compreensão a partir das relações de gênero, principalmente em se tratando de crimes sexuais, que para a autora são como um enunciado ou testemunho, um mandato. Este mandato é entendido como um imperativo e uma condição necessária para a reprodução do gênero como estrutura e posição marcada pela hierarquia paradigmática e de ordem de status, seja classe, raça, nação, região. O estupro, de forma forçada e naturalizada, apresenta-se como um tributo sexual, como um papel necessário para a reprodução da economia simbólica de poder, uma marca do gênero, um ciclo necessário para a restauração de poder (SEGATO, 2003, p.13). A relação de status hierárquica é organizada em torno das identidades, representações, ideologias, discursos que são criados pelas culturas e práticas de gênero que dão acesso a economia simbólica que instala as hierarquias e as reproduzem. Essas produções simbólicas ao nível do discurso, das representações restringem e limitam o gênero o enquadrando nas práticas controladas pela matriz heteronormativa.

Para Segato (2003, p. 30-33) o estupro pode ter caráter corretivo ou de vingança de uma mulher que saiu de sua posição de subordinada. Ao não responder a essas

expectativas essa mulher colocou em cheque a posição hierárquica e de status deste homem, não obedecendo as leis morais, nessa perspectiva não há poder sem subordinação. Ou ainda, pode ter caráter de afronta, o corpo feminino como instrumento de recuperação de um poder perdido, como uma demonstração de virilidade, força, diante dos pares, preservando seu lugar e provando sua competência sexual.

Essas práticas, interpretadas anteriormente como fragilidade, patologia, ou como da “natureza” do homem, para Segato, demonstram o mandato da violação, como um horizonte mental utilizado para demonstrar a capacidade viril, um elemento da masculinidade e subjetividade este sujeito não estupra porque tem o poder, mas porque quer obter o poder (SEGATO, 2003, p. 39-40).

Sendo assim, a relação entre a violência sexual e poder, está muito além do estereótipo do estupro sangrento, que exclui as violências sutis, simbólicas, psicológicas, aquelas que não deixam marcas físicas, principalmente, quando há uma relação emocional que ligam as vítimas e agressores, como no caso do abuso infantil. Estes estereótipos, influenciam na forma como as vítimas são recebidas ao fazer a denúncia, pois como a agressão sexual é percebida dentro de padrões pré-estabelecidos, assim também a vítima é percebida, e esta percepção está relacionada a relação de gênero.

Nas falas processuais é evidente o conflito de gênero e as diferentes representações do delito e sobre o papel das partes envolvidas, pois antes de dar prosseguimento ao inquérito, a vítima precisa provar seu comportamento, sendo aferido a partir de depoimentos, provas, indícios, sua moral tinha papel fundamental no resultado do processo (LIMA; WINTER, 2003. p. 07-08).

A conduta e moral da vítima determinaria a fronteira do consentimento, sendo essa fronteira fluida, entre estupro e sexo, se ela provasse uma mulher digna de proteção da justiça era estupro, do contrario era apenas sexo, demonstrando o quanto as representações de gênero fazem parte dos discursos processuais. Mesmo buscando a linguagem objetiva os fatores determinantes do processo não eram pautados em provas, mas nas normas em torno do comportamento da vítima.

No entanto, essas investigações sobre a moral e a honestidade da vítima não são objetivas, muito menos neutras, como quer parecer o filtro da justiça. Para Castro (2017, p. 31), os operadores do direito estão marcados por vícios sociais e culturais, marcados

em seus argumentos e estereótipos que podem ser notados, inclusive, nos marcadores de gênero reproduzindo a violência, agora de forma simbólica e institucional, pois “denota-se a impossibilidade de se falar em imparcialidade jurídica, visto que, ao aplicar o Direito no caso concreto, os julgadores realizam um processo interpretativo sem neutralidade, incorporando fatores externos aos autos.”

Neste momento, as narrativas se tornam ferramentas da construção da verdade, provas de que o comportamento da vítima e do agressor estão dentro dos perfis criados e padronizados dentro dos discursos jurídicos. Os advogados atacam as vítimas, tentando provar que não são meninas honestas, pois ao demonstrar sua falta de vulnerabilidade o acusado podia transformar a acusação de estupro em apenas sexo e os promotores atacam os acusados tentando provar não serem sujeitos honestos e de bons costumes.

A percepção desta transformação levou a pesquisadora Lia Zanotta Machado a criar o conceito de “transformismo” que apresenta-se como uma chave explicativa e uma capacidade de reversão do estupro dependendo da posição no interior do código relacional da honra. Ou seja, a noção de estupro como uma dimensão do investimento subjetivo, um jogo perverso em que “o desejo do outro não será levado em conta, porque ele quer fazer valer somente o seu desejo” (MACHADO, 1999. p. 299; 337; 351) Este jogo surte efeito na configuração do imaginário da moralidade social, no qual as mulheres são julgadas pelos seus desejos e liberdade sexual, e estes são invocados pelos agressores como justificativa para o estupro. Essa capacidade de transformismo da noção do estupro faz com que o entendimento do crime como hediondo contra a pessoa, passe a ser um crime contra o costume, ou como atos banais e corriqueiros das relações sexuais.

Para Lia Machado, essa construção narrativa se pauta numa ideia dicotômica de pureza e impureza. O estupro é um ato de rompe a pureza inscrevendo-se no corpo e na subjetividade da vítima, instaurando-se como uma marca profunda, na moral, porque no corpo feminino a moral é situada na interioridade, construção da subjetividade (MACHADO, 1999. p. 303). Um exemplo dessa noção de impureza, é o fato de que a maioria das mulheres ao sofrer essa violência, aponta a autora, buscam se limpar e eliminar qualquer lembrança física do ocorrido, tomam banho, jogam fora as roupas e só depois pensam em procurar a justiça.

Vejamos, no processo abaixo, o advogado de defesa buscou inocentar seu cliente, alegando a responsabilidade de sedução do acusado, realizada pela menina de 13 anos:

Considere-se ainda que a menor sentiu-se atraída para ele e ela mesma confessa que pretendia viver com ele e que ele entregou-se e se entregou o fez livre e espontaneamente. Também a menina sendo órfã de pai e vivendo com a mãe que é pessoa bastante simplória tendo esta se juntado a outro homem com o qual não viveu; que a deixava sozinha por dias em casa; que lhe não podia dar o necessário, a ela, vítima que já mocinha começava a despertar para a vida. São vestidos bonitos, o pó de arroz e sapato de salto alto, a água de cheiro, o namorado, enfim. Há que se concordar em que a facilidade de aproximação entre ele denunciado e a vítima, a repulsa que naturalmente a mulher legítima lhe causava e o frescor da juventude de uma menina que sempre estava só e com orientação de todo precária, tudo isso propiciava um desencadeamento dos fatos até o contato sexual, mormente em se tratando do denunciado que não consegue penetrar a fundo o problema da sua responsabilidade (Proc: n°965.2.5884, 1965, p. 42-44).

Nesta argumentação realizada pelo defensor, a culpa do crime se daria pela curiosidade da menina, que ao ter uma vida simplória, sem pai e com a mãe dando “mal exemplo”, começou a se interessar por coisas “de adulto”, vestidos, maquiagem e namorados. Ou seja, uma jovem não deveria apresentar-se dessa forma, a família deveria ser mais estruturada dentro dos padrões estabelecidos pelas normativas sociais, apenas dessa forma, haveria crime de estupro, do contrário foi apenas sexo consentido. Mesmo que em termos da lei, menores de 14 anos não podem consentir relações sexuais, pois este consentimento é entendido como viciado, influenciado, de acordo com o art. 224 do Código Penal de 1940. Mas para o advogado, se a menina já se interessava por namorados, já estava apta a consentir um relacionamento com um homem casado com muito mais idade do que ela.

Neste breve exemplo, podemos perceber que dentre os padrões estabelecidos para a imagem de uma vítima ideal, está o fato de que a mulher não deveria ter interesse sexual, curiosidade, deveria frequentar locais higiênicos, não beber, não ir a bailes, se vestir de maneira adequada, e principalmente não acessar a rua livremente. Enquanto que o homem, para ser descartado do perfil de agressor sexual, era preciso demonstrar ser um sujeito trabalhador, de família, que frequenta a Igreja. Pois além do estereótipo de crime,

tem-se o estereótipo de agressor, como um sujeito patológico, um monstro, um agressor descontrolado, pervertido. Acusados que não demonstram nenhum desses traços, eram entendidos como “homens de bem”, portanto, impossível que a denúncia fosse verdadeira. Demonstrando que o meio judiciário está cercado de padrões e normas de gênero que influenciam nos ditames processuais e no desenvolvimento do processo, inibindo as denúncias e auxiliando no processo de invisibilização da violência sexual e consequente silenciamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou brevemente abordar algumas características de como a violência sexual é acolhida no meio judiciário, principalmente de como as narrativas são parte essencial no decorrer do processo e como os discursos influenciam na invisibilidade e silenciamento das denúncias desse tipo de crime.

Entendendo que a vítima enfrenta não apenas uma violência, mas várias, desde a primeira violência que é o ato criminoso, até a violência institucionalizada, durante a colhida do depoimento, os exames de comprovação de agressão, novos depoimentos agora em juízo, ter sua vida investigada e difamada em frente a outras pessoas, entre várias outras demonstrações de invalidação que pode vir a enfrentar.

Tratando-se de crianças e adolescentes essa violência institucionalizada torna-se mais traumática, pois em casos de abuso com relação parental, um caso de absolvição ou arquivamento da denúncia, acarretará na contínua convivência com o agressor, agora impune. As baixas taxas de denúncia podem ser percebidas como reflexo do medo da impunidade, e dos mecanismos de proteção de normas e padrões morais que não atendem mais a realidade de crianças e adolescente que são diariamente vítimas de adultos que percebem o sistema judiciário como um local no qual poderão ser acolhidos como “sujeitos de bem”. O objetivo do texto não é promover uma “caça as bruxas”, como os discursos demagogos e de palanque de eleição que vemos cotidianamente. Mas busca demonstrar que não é apenas de sangue que se faz uma vítima, as violências sutis, psicológicas e simbólicas, precisam começar a fazer parte das características da violência sexual e precisam ser recebidas pelo judiciário. Meninas negras e pobres precisam começar a ter o mesmo tratamento pela justiça do que meninas brancas, a violência sexual

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

precisa começar a ser debatida não apenas como uma agressão contra mulheres honestas, mas como um crime que não tem rosto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Disque Direitos Humanos: Relatório 2019**. Brasília, DF, 2020.

CASTRO, Paloma Gouveia de. **O Judiciário e a Cultura do Estupro**. 2017. 55 fls. Monografia (Bacharelado em Direito). Centro de Ciências Jurídicas e Faculdade de Direito do Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

LIMA, Lana Lage da Gama; WINTER, Mariana Lima. Representação de gênero e construção da verdade jurídica: processos-crimes de defloração e estupro na Comarca de Campos dos Goyacazes (1890-1930). In: **Anais do XVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento Histórico e Diálogo Social**. Natal, Rio Grande do Norte. 2003.

MACHADO, Lia Zannota. Sexo, estupro e purificação. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (org). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

MCLAREN, Margaret. **Foucault, Feminismo e subjetividade**. São Paulo: Editora Intermeios, 2016.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes e. Sobre a Análise do Discurso. In: **Revista de Psicologia da UNESP**, 4(1), 2005. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/998>. Acesso em 11/09/2021.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes (org). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

FONTES

Processo crime encontrado na 2º Vara Criminal de Guarapuava: ALVARO DE OLIVEIRA, proc. n°965.2.5884, caixa 315, n° de páginas 88, 03/02/1965, no arquivo CEDOC-Guarapuava.

**ST 05 – INTELLECTUAIS, HISTÓRIA E LITERATURA: AS
NARRATIVAS E AS LINGUAGENS NA ESCRITA DA
HISTÓRIA**

**A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO EXÉRCITO
VERMELHO: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE
LYUDMILA PAVLICHENKO**

Aline Vieira Fernandes¹⁴⁰

RESUMO: O presente trabalho busca analisar como o campo da literatura biográfica retrata a imagem das mulheres que estiveram presentes no contexto da Segunda Guerra Mundial, partindo de uma figura em específico chamada Lyudmila Pavlichenko. A fonte analisada foi a autobiografia da ex-combatente soviética Pavlichenko. Utilizando para a análise literária os conceitos de gênero e representação da corrente historiográfica denominada História Cultural, e através da imagem da personagem histórica supracitada, torna-se possível levantar uma arguição acerca do cotidiano feminino dentro do exército vermelho russo, além de objetivar um maior destaque a essas personagens, abrindo mais espaço para as vozes menos ouvidas. Para tanto, serão úteis as abordagens teóricas de Barros (2010; 2011), Lejeune (2008) e Scott (1990; 2001).

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Exército Vermelho; Segunda Guerra Mundial; Autobiografia.

¹⁴⁰ Graduanda no curso de Licenciatura em História, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras – PB. E-mail para contato: aline.vieira@estudante.ufcg.edu.br

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ABSTRACT: This paper seeks to analyze how the field of biographical literature portrays the image of women who were present in the context of World War II, starting from a specific figure named Lyudmila Pavlichenko. The source analyzed was the autobiography of former Soviet fighter Pavlichenko. Making use of the concepts of gender and representation for the literary analysis of the historiographical current called Cultural History, and through the image of the aforementioned historical character, it is possible to raise an argument about the female daily life within the Russian Red Army, in addition to aiming for greater prominence to these characters, making more room for voices less heard. Therefore, the theoretical approaches of Barros (2010, 2011), Lejeune (2008) and Scott (1990) will be useful.

KEYWORDS: Women; Red Army; Second World War; Autobiography.

INTRODUÇÃO

O primeiro exército soviético que lutou na Primeira Guerra Mundial, em 1914, contra o avanço alemão, era formado por camponeses sedentos por pão e terra e, também, por oficiais saídos de uma elite rural ligada ao antigo poder imperial; essa primeira formação não representava a força necessária, sendo importante a criação de um novo exército. Então, o Exército Vermelho foi, a princípio, instituído para a defesa do regime e do Estado instituídos pela Revolução Russa de outubro de 1917. Porém, de acordo com Raymond Garthoff “o Exército Vermelho, por decreto de 12 de janeiro de 1918, tornou-se uma realidade em 23 de fevereiro do mesmo ano” (GARTHOFF, 1957, p. 51).

De acordo com a historiografia referente ao tema, existe a ideia de uma “criação” ou “fundação” de uma nova equipe militar, isto é, o chamado Exército Vermelho. Essa mesma historiografia atribui a Leon Trotsky, ~~um~~ intelectual marxista e revolucionário bolchevique, o papel de “fundador” desse exército, com novas práticas e ações mais eficientes, ainda era composto pela mesma massa de soldados do antigo exército imperial.

Desde sua fundação até o ano de 1941, o exército era composto somente por homens, mas no ano de 1941, quando da entrada da então União Soviética na Segunda Guerra Mundial, há registros da presença de mulheres no exército soviético, sendo recrutadas para treinamento e outras se alistando por conta própria, quando atuaram no primeiro enfrentamento entre soviéticos e nazistas: a operação Barbarossa. Mas foi somente a partir do ano de 1942, que as mulheres iniciaram oficialmente nas atividades de

navegadoras, coronéis, instrutoras, aviadoras, enfermeiras, médicas, entre outras funções mais brandas se comparadas com a das atiradoras de elite e pilotas de carros-bomba.

Dessa forma, a presente pesquisa busca trazer uma abordagem mais próxima da realidade do contexto feminino na Segunda Guerra Mundial através da visão de Lyudmila Pavlichenko, uma ex-combatente soviética, por meio da história autobiografada, lançada em 2019 na versão em espanhol, com o título *Lyudmila Pavlichenko: la francoatiradora de Stalin*. Sua autobiografia é, por ora, a fonte mais conhecida da sua história, e nela podemos levantar uma análise acerca da mentalidade de uma mulher inserida em um papel que para muitos era malvisto, pois a visão limitada da época fazia com que as pessoas enxergassem funções mais pesadas como exclusivas dos homens, mas Pavlichenko superou as adversidades e os estereótipos construídos em torno da sua função no exército vermelho, tornando-se uma figura feminina de destaque por suas habilidades.

A análise da narrativa autobiográfica, torna-se possível graças ao conceito de representação, criado pela corrente historiográfica denominada de Nova História Cultural, que passou a integrar o movimento dos Annales no final da década de 1980, mais precisamente na terceira geração, bem como pela fatídica relação entre história e literatura, também possível pelas propostas da Escola dos Annales, surgida em 1929, cujos líderes foram Lucien Febvre e Marc Bloch, que acentuaram a ampliação do que era considerado documento e, desse modo, trouxeram a valorização e o uso de textos literários como fontes históricas.

A AUTOBIOGRAFIA COMO FONTE HISTÓRICA

Qualquer fonte histórica pode proporcionar ao pesquisador inúmeras questões, de acordo com o que está sendo procurado. Desse modo, é válido ressaltar o fato de que os objetos de estudo que se tornam documentos para uma pesquisa, não são completos, ou seja, não fornecem ao pesquisador todas as informações necessárias; é nesse quesito que se faz essencial a problematização da fonte, em busca de preencher as lacunas deixadas por ela. Por essa razão, nenhum fato histórico foi totalmente extraído de uma determinada fonte, seja ela um documento oficial do governo ou simplesmente um objeto encontrado em algum lugar. O papel do historiador passa a ser, então, o de completar a história, juntando o seu conhecimento com as parcelas do passado que podem ser acessíveis.

O conceito de representação trazido da Nova História Cultural, proporciona ao historiador formas de visualizar a história. Como o próprio termo sugere, o pesquisador precisa, então, representar aquilo que está sendo visto em uma determinada fonte, complementando a interpretação mais óbvia que pode ser extraída facilmente. Nesse sentido, o ato de representar possibilita a construção de novas visões a partir daquilo que não está sendo explícito, ou seja, vai além do que se pode ver, por meio de práticas. De acordo com (BARROS, 2011), tanto os objetos culturais, como os sujeitos produtores e receptores de cultura, seriam produzidos entre “práticas e representações”, correspondendo aos “modos de fazer” e aos “modos de ver”, respectivamente.

Ao analisar uma obra literária, é importante atentar-se sempre à relação existente entre história e literatura, que apesar de serem dois mundos separados, com algumas características diferentes entre si, também se assemelham em muitas coisas, pois dentro das narrativas literárias, podemos sempre encontrar elementos históricos, que possibilitam a construção de novos sentidos para um determinado contexto. Sendo assim, de acordo com José d’Assunção Barros:

A História, portanto, é uma modalidade de literatura, e o historiador um tipo de escritor que não deixa de enfrentar problemas similares aos de qualquer outro criador de textos literários, tais como as questões de estilo, a seleção de modalidades de intriga, a escolha (voluntária ou não) de um padrão de narratividade que dialoga com formas de expressão como o Romance, a Comédia, a Tragédia, a Sátira. (BARROS, 2010, p. 10)

Portanto, o historiador consegue problematizar a narrativa, de forma a expressar a sua objetividade nos novos significados encontrados. Na literatura autobiográfica, por exemplo, também existe uma construção, mesmo que nesse tipo de narrativa costumeiramente existam mais detalhes realistas, tendo em vista que ali está depositada a vida de uma pessoa. Portanto, o pesquisador ao se deparar com esse tipo de fonte, assim como qualquer outra, não deve tratar como verdades absolutas tudo que está escrito, considerando o risco de encontrar cenários ou situações inventadas por quem escreveu.

É essencial lembrar que o papel de sujeito central da pessoa autobiografada no contexto narrado, deve sempre permanecer dessa forma, numa centralidade. Mesmo que existam exageros na narrativa, que objetivam persuadir o leitor, é preciso fazer uma análise cuidadosa acerca dos elementos apresentados, como estão estruturados no texto,

o que pode ser inventado, ou seja, aquilo que gera dúvida pelo exagero, bem como pelas censuras. É preciso atenção aos detalhes explícitos e implícitos, sejam eles do conteúdo ou da forma como este é escrito.

Além disso, a seleção dos conteúdos faz parte do processo de escrita de qualquer texto, não sendo diferente nas autobiografias, pois a pessoa que decide se autobiografar, precisa selecionar os elementos mais importantes de sua vida, no intuito de construir um texto interessante e impactante, ao ponto de transformar a sua trajetória em algo relevante para a sociedade. Sobre o processo de construção das autobiografias, Teresa Malatian aponta que elas:

Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que a autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se, deste ponto de vista, de escritas de si nas quais o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo no qual se movimenta. (MALATIAN, 2008, p. 22)

Por fim, vemos que a elaboração de um texto autobiográfico acontece por meios subjetivos de reflexão e seleção de um sujeito construindo sua identidade. Esses elementos, combinados com o conhecimento histórico do pesquisador, proporcionam a elaboração representativa de uma nova visão acerca de um determinado contexto, pois faz-se possível atribuir novos significados teóricos de cunho social e cultural para essas narrativas, que surgem no âmbito singular e podem chegar a fazer parte do campo coletivo, em muitos casos mesmo sem essa intenção de propagação.

HISTÓRIA E GÊNERO: O ESPAÇO FEMININO NA HISTORIOGRAFIA

Levando em consideração a teoria de que o termo gênero é uma construção social e cultural, ligada a diversos âmbitos de poder onde existem os dominadores e os dominados, o que torna o significado de gênero bastante amplo e sempre sujeito a implicações, é importante considerar também a figura feminina para além da determinação biológica. Desse modo, fica claro que esse campo se torna aberto para constantes debates. As ideias acerca do gênero no âmbito do poder, se propagam através de discursos culturais sobre os papéis femininos considerados adequados, construídos socialmente.

A princípio, gênero era apenas sobre mulheres e homens e sobre como os traços atribuídos para cada sexo justificavam os diferentes tratamentos que cada um recebia, em Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

um sistema binário hierárquico. O estudo das mulheres está associado ao estudo dos homens, onde um implica em resoluções sobre o outro. Posteriormente, tornou-se palco de debates mais aprofundados sobre as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero, sendo também uma forma primária de dar significado às relações de poder. Esse poder encontra-se fincado nos âmbitos político, científico, econômico, religioso, jurídico, educacional ou familiar, por exemplo, o que, conseqüentemente, reflete na sociedade como um todo.

Segundo (SCOTT, 1990), primeiramente, é importante fazer o uso do gênero inserindo-o em uma categoria útil de análise histórica, atribuindo historicização a ele, isto é, dando significados ao termo. essa preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Apesar do tema feminino e masculino já ter sido exposto desde o século XVIII, a exemplo de debates sobre a oposição entre os dois sexos, ainda não havia concepções acerca do gênero como uma forma de falar sobre relações sociais, por exemplo.

Judith Butler explica que o conceito de gênero foi forjado como oposição ao determinismo biológico, que implicava na biologia como um destino: o sujeito nasceria homem ou mulher e suas diferentes experiências e lugares na sociedade seriam determinados naturalmente de acordo com o sexo que o sujeito nasceu:

Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino. (BUTLER, 2003, p.26, grifo nosso).

Tudo isso faz parte dos usos e abusos do gênero, no que diz respeito às formas como o termo é visto e debatido, sendo algo amplo dentro de vários campos de discussões teóricas. É necessário descobrir a variedade de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, que mantêm ou mudam a ordem social. Joan Scott usou o termo para descrever a ascensão da história das mulheres, em que “as mulheres tanto foram acrescentadas à história” como “ocasionaram sua reescrita” (BURKE *apud* SCOTT, 2001, p.70). Dessa forma, acrescentar as mulheres na história refere-se a uma desconstrução de tabus que as deixavam, de certa forma, apagadas. Em consequência,

constrói-se uma nova história, com o adicional feminino e sua contribuição social relevante.

Portanto, o estudo das mulheres acrescenta novos temas e impõe novas visões críticas aos trabalhos científicos existentes, tendo em vista a possibilidade de ampliação do conhecimento acerca da temática que, conseqüentemente, traz uma interdisciplinaridade para a história, levando em consideração a micro-história, isto é, a valorização inclusiva dos pequenos grupos que compõem as esferas sociais e que contribuem para uma teoria abrangente sobre o funcionamento da sociedade como um todo, através de parcelas.

A TRAJETÓRIA DE LYUDMILA PAVLICHENKO: DA ESCOLA DE TIROS AO EXÉRCITO VERMELHO

De acordo com a autobiografia, é possível perceber que a trajetória de vida de Lyudmila Pavlichenko foi baseada em influências familiares, tendo em vista que desde muito antes de se alistar ao exército, ela já se encontrava cercada de ideais patriotas em seu próprio lar, principalmente através de seu pai que já tinha feito parte do exército vermelho. Em um certo momento da narrativa autobiográfica, um Major General menciona que as habilidades de Pavlichenko lembram as de um homem muito valente que ele conheceu na Guerra Civil, e ela responde que ele é seu pai, representando assim uma tradição militar em sua família.

O sobrenome Pavlichenko, tem como origem o momento em que Lyudmila tenta se alistar ao exército pela primeira vez, mas é barrada pelo fato de seu sobrenome oficial estar registrado em Kiev, sendo que ela iria direto para Ucrânia, após o alistamento. Desse modo, utilizou o sobrenome de seu marido, que não via há três anos, para conseguir se alistar como voluntária no exército vermelho.

Ela esteve, desde antes dos seus quinze anos, inserida em um espaço familiar que exaltava a nacionalidade e a defesa da pátria a todo custo. Concomitante a isso, seguia as ideologias impostas ao público feminino daquele período, de que deveriam ser mulheres do lar, casadas e com filhos. Porém, em um certo momento de sua vida, Lyudmila decide começar a se desprender dessas imposições e a dar mais atenção ao que sempre gostou. Aos poucos e com apenas 15 anos, em 1934, Pavlichenko começou a se envolver com as questões militares de seu país. Sobre a sua paixão por armas, Pavlichenko e a visão que seus pais tinham acerca disso, retratou que:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Em casa eles se divertiram brincando sobre a minha paixão por armas. Eu era incapaz de explicar-lhes o que me levou a acabar indo para o campo de tiro ou o que me atraiu para um objeto fornecido de um barril de metal, um estoque de madeira, um quarto, um gatilho ou uma visão, e por que era tão interessante controlar a trajetória de uma bala até seu objetivo. (PAVLICHENKO, 2019, p. 20)

O primeiro passo dado por Lyudmila, foi a participação na Liga Comunista Juvenil e, posteriormente, passou a integrar a equipe de trabalhadores de uma fábrica de arsenal armamentista e a frequentar clubes de tiros. Podemos perceber então, que a entrada de Lyudmila no exército vermelho foi baseada em uma trajetória anterior, repleta de paixão e de uma dedicação prematura ao mundo militar.

Mas foi somente em 1941, após uma invasão de Hitler à Rússia, que ela se alistou ao exército vermelho, deixando seu curso de História na Universidade Estadual de Kiév, na Ucrânia, o qual deu início em 1936. E foi durante o seu curso de História na Universidade Estadual de Kiev, que Lydumila Pavlichenko decidiu aperfeiçoar suas aptidões com tiro. Foi então, que um homem chamado Fiódor Kushenko aconselhou-a participar do curso de dois anos para atiradores, do Osoviajím, que tinha aberto há pouco tempo em Kiev.

A partir de então, a futura nova integrante do exército soviético dava início a uma carreira que ficaria marcada para sempre em sua vida, onde conviveu diariamente com homens que duvidavam de sua habilidade em atirar e combater. Isso se confirma pelos trechos da autobiografia em que Pavlichenko relata o negacionismo que vivenciou, com relação ao papel da mulher enquanto atiradora, a exemplo de quando se alistou pela primeira vez e mesmo mostrando aos comandantes os seus diplomas da escola de tiros de Kiev e sua aptidão com armas, ao mencionar que sabia usá-las, duvidaram de suas capacidades e queriam colocá-la para o pelotão médico, pois consideravam que as mulheres somente podiam atuar no âmbito sanitário.

A ex-combatente aborda as dificuldades vividas na linha de frente da guerra, em especial nas batalhas. O perigo que enfrentava, colocando em risco a sua vida, a exemplo de quando uma granada de morteiro atingiu o parapeito de sua trincheira, em um fogo cruzado, que acabou por levá-la a um hospital; e o medo, antes de lutar, como é descrito por ela no seguinte trecho:

Antes de um ataque você nunca sente particularmente bem. Uma espécie de vazio mental invade você e seu estado de espírito acaba caindo. Foi uma sensação opressiva e desagradável. Em nossa companhia evitamos isso contando qualquer história engraçada que vivemos ou lembrando episódios de lutas vitoriosas para não deixar ninguém sucumbir à ansiedade. (PAVLICHENKO, 2019, p. 61)

Contudo, os dias na linha de frente da guerra não se resumiam apenas a momentos difíceis. Lyudmila também vivenciou momentos de glória, através de suas conquistas. Primeiramente, se alistou como soldado e posteriormente se tornou comandante de pelotão na 2.^a Companhia do 1º Batalhão da Divisão Chapáyev, por ter derrotado a metralhadora inimiga, ganhando novos distintivos para seu novo cargo militar, presentes e bastante atenção de seus companheiros, que a princípio, se surpreenderam por ser uma mulher em posição de comando:

Eu logo convenci meus subordinados que os ditados populares do tipo "um frango não é um pássaro de jogo e uma mulher não é um homem", "mulher, da porta para o fogão", "cabelos longos, cérebro curto" e outras expressões denegrindo não seria aceitável em meu pelotão. Eu atirei melhor do que eles fizeram e sabia mais sobre guerra, e eles deveriam submeter-se incondicionalmente a minha autoridade. (PAVLICHENKO, 2019, p. 99)

Desse modo, percebe-se a luta de Pavlichenko para abolir os estereótipos e preconceitos existentes naquele universo, considerado correto apenas para homens, quando ela impõe suas ideologias femininas em prol de garantir um espaço de respeito para o seu papel na grande guerra.

A trajetória dessa mulher também foi marcada por sentimentos, quando por exemplo, sente tocar em seu coração as tragédias presenciadas, como durante a passagem por Odessa, na visita aos moradores, através do que ela conseguiu descobrir e como isso a impactou; o sofrimento de todas aquelas pessoas diante de um cenário de guerra, comoveu a combatente. Ademais, também existiu lugar no coração de Pavlichenko para um novo amor, quando se apaixonou durante a guerra pelo subtenente Alekséi Kitsenko. Esse amor foi destruído quando Alekséi faleceu em seus braços, após um ataque surpresa da artilharia inimiga, que o feriu gravemente.

Considerando essa mistura de acontecimentos existentes em sua trajetória, Lyudmila Pavlichenko tornou-se uma personagem bastante conhecida naquele contexto; tudo isso rendeu para a combatente uma exposição de sua vida em diversos meios, a

exemplo de museus e mídias impressas. Nos museus, por exemplo, durante a guerra, foram expostos documentos contendo informações sobre a vida de Lyudmila enquanto combatente da Divisão Chapáyev, mais especificamente sobre sua função de atiradora, além de armas e outros objetos de guerra. Ademais, a partir do ano de 1944, foi possível encontrar fotos de Pavlichenko com suas condecorações conseguidas até o ano supracitado.

Consequentemente, ela foi transformada em personagem de propaganda da URSS, pousando para fotos com armas, concedendo entrevistas e ministrando conferências. Houve até mesmo a criação de um panfleto sobre sua vida, por meio de um escritor soviético famoso chamado Borís Andréievich Lavreniov, no ano de 1942. Contudo, os meios de divulgação não eram tão fiéis à realidade de sua vida. As censuras e exageros existiram em alguns meios de propaganda, a exemplo do panfleto. Sobre isso, Lyudmila explica que:

Para mais, Lavreniov dedicou-se a misturar episódios isolados da minha biografia com invenções e citações extraídos da Grande Enciclopédia Soviética, e para reescrever a história da Ucrânia. Por exemplo, ele não mencionou quando e como eu me alistei no Exército Vermelho. (PAVLICHENKO, 2019, p. 291)

O grande enfoque acerca de sua vida, levou Lyudmila a ser enviada junto a seu batalhão para os Estados Unidos, a mando do próprio Stalin. Participaram de uma assembleia de estudantes em Washington, convidados pelo presidente da época Franklin Delano Roosevelt, de eventos para entregas de condecorações, concederam muitas entrevistas e frequentaram a Casa Branca, onde Lyudmila acabou se aproximando muito da então Primeira-Dama Eleanor Roosevelt que, inclusive, demonstrou demonstrou muito interesse pela vida da combatente, fazendo muitas perguntas e também tecendo comentários de estranheza com relação ao papel de Pavlichenko, ao alegar que para uma mulher estadunidense, era difícil acreditar que mulheres podiam atirar.

A passagem de Lyudmila e seu batalhão soviético pelos Estados Unidos foi marcada por grande marcação midiática. A imprensa cercou assiduamente a delegação soviética nos Estados Unidos, desde a chegada, ela mesmo afirma que “Para aquela gente, a chegada de uma delegação de jovens soviéticos era um acontecimento relevante que podia influenciar na política estadunidense do momento” (PAVLICHENKO, 2019, p. 320). Nas coletivas de imprensa, a grande maioria das perguntas eram voltadas para

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Lyudmila, o que deu margem para que essa mesma imprensa concedesse uma atenção maior a ela, divulgando informações positivas e ao mesmo tempo difamações à sua imagem, chamando-a de assassina com sangue frio.

Pavlichenko relata também, um momento importante durante a passagem da delegação soviética nos Estados Unidos, que de acordo com suas palavras, representou para a imprensa e para a população estadunidense, a razão primordial da visita do exército vermelho à América do Norte, ou seja, as questões políticas com relação à segunda guerra mundial, principalmente quando foi divulgada nos jornais uma foto de Lyudmila com o então presidente Roosevelt e a primeira-dama Eleanor. Sobre isso, Pavlichenko menciona que, “Desta forma, a aliança militar russo-americana contra o fascismo se manifestou de forma evidente e concreta. No dia seguinte, a fotografia apareceu nos jornais e os comentaristas interpretaram a imagem cada um à sua maneira.” (PAVLICHENKO, 2019, p. 326).

Diferente da visão que a delegação soviética teve com relação aos periodistas estadunidenses, Lyudmila enxergou a imprensa britânica de maneira mais positiva, quando passaram pelo Reino Unido. As boas impressões também se deram para além do âmbito midiático, a exemplo do encontro com o primeiro-ministro do Reino Unido, Winston Churchill, e sua esposa Clementine, que para Pavlichenko pareceram muito mais aptos a tolerar um pensamento distinto do que Roosevelt e sua esposa. Após as viagens, Lyudmila expôs todas as suas opiniões acerca de suas viagens para o próprio Stalin, para informá-lo não só acerca das questões políticas que envolveram a situação, o qual demonstrou muito interesse pela sua vida enquanto atiradora, deixando-a bastante emocionada.

Durante suas viagens, Lyudmila pôde voltar a experimentar um pouco do que era a vida antes de estar na linha de frente da grande guerra, a exemplo das questões estéticas, tendo em vista que no *front* as mulheres só podiam usar uniformes que mais pareciam trajes excepcionalmente masculinos. Após sua passagem pelo Cairo, no Egito, Pavlichenko relatou sua emoção em usar um vestido pela primeira vez em muito tempo e um salto alto, que pela perda de costume, a fez sentir medo de não saber se portar com esses elementos. De certo modo, a partir das viagens, a vida de Lyudmila começou a ir se distanciando da linha de frente da guerra.

No ano de 1943, Lyudmila foi mandada para uma faculdade de comandantes do batalhão, onde era a única mulher, e se formou em 1944. Foi também em 1943, que ela

participou de um curso de tiro tático, a mando do exército vermelho, onde muitos que fizeram esse curso receberam a condecoração de herói da união soviética, e com ela não foi diferente, pois naquele mesmo ano a Equipe do Soviete Supremo da URSS concedeu a ela esse título.

Em 1944 ela voltou para a sua cidade natal, tendo em vista que a queda de Hitler e seu partido nazista já podia ser visualizada, graças ao visível avanço soviético contra as forças alemãs. Em seu regresso à vida fora da linha de frente da grande guerra, tentou reingressar na faculdade de História, em Kiev, conseguindo ser readmitida e voltando a estudar a partir do quinto período do curso. Era a aluna mais velha da turma e após ter apresentado suas teses, conseguiu se formar em 1945 e no mesmo ano retornou para Moscou:

Meu retorno ao serviço militar ocorreu nas fileiras da Marinha, cujo Estado-Maior me nomeou assistente de pesquisa na seção de história das frotas. As consequências das feridas de guerra e do estresse de combate estavam ficando mais longas e, em junho de 1953, durante uma especialização na guarda costeira naval, fui forçada a me aposentar por motivos de saúde (incapacidade de segundo grau) com direito a usar uniforme. (PAVLICHENKO, 2019, p. 402)

Durante a guerra, Lyudmila recebeu vários certificados por suas habilidades com tiro e até diploma pelo mérito com relação ao número de mortos por suas armas até o presente momento. Recebeu também a condecoração mais importante, chamada de Ordem de Lenin. No pós-guerra, ela ainda recebeu diplomas, certificados, armas, condecorações e foi chamada para participar de conferências, encontros e palestras. Foi também nesse período que voltou à cidade de Sevastópol, um lugar muito importante de sua trajetória, onde participou da batalha mais significativa de sua carreira. A luta em Sevastopol aconteceu de 1941 a 1942 e a cidade foi destruída pelos alemães, mas os soviéticos lutaram bravamente, sendo um dos episódios mais marcantes da vida de Lyudmila.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, é possível perceber a importância que Lyudmila Pavlichenko representou para o exército vermelho soviético, porém, sua atuação ainda é pouco conhecida. E não só com relação a ela, mas a todas as mulheres que estiveram na

linha de frente da segunda guerra mundial. A historiografia expõe mais o lado das mulheres enquanto submissas a um regime que as considerava como aptas apenas a ficar em casa, fazendo o papel de dona do lar.

Desse modo, existe ainda uma parcela de silêncio acerca desse lado feminino da história, que demonstra um outro lado da guerra. Pavlichenko se destaca nesse meio, principalmente pelo fato mais conhecido de sua história: o número de fascistas mortos pelas suas armas. Mito ou verdade, o total chega a pouco mais de trezentos, e em seu texto autobiográfico, a combatente expôs que, em um determinado momento de sua carreira militar, segundo ela e a maioria das poucas fontes informativas sobre sua atuação, disse em voz alta que o seu objetivo numérico foi alcançado.

Conhecer esse lado da história das mulheres, é algo significativo para história geral e também para a sociedade, que ainda exprime posicionamentos machistas, que tentam constantemente limitar os papéis que o universo feminino pode ou não desempenhar. É conhecer as mulheres para além dos fatores biológicos, e compreendê-las também enquanto construção social, por meio de ideologias e opiniões, sejam elas pessoais ou empíricas. É acrescentar dentro da historiografia fatos históricos relevantes de serem expostos e conhecidos, que podem despertar o senso crítico e expandir a mentalidade das pessoas, além de dar espaço a essas vozes menos ouvidas, que fazem parte de um prisma social muitas vezes deixado à margem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. **A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos**. Cadernos de História, Beo Horizonte, 2011.

BARROS, José D'Assunção. **História e Literatura - novas relações para os novos tempos**. Revista de Artes e Humanidades, 2010.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?**. Tradução Sergio Goes de Paula, 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

GARTHOFF, Raymond. **Doutrina militar soviética**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

JUSTO, Saymon de Oliveira. **A fundação do Exército Vermelho: entre rupturas e permanências**. *Crítica e Debates*, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul./dez. 2010.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet**. Organização: Jovita Maria Gerhein Noronha; tradução: Jovita Maria Gerhein Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MALATIAN, Teresa Maria. **A biografia e a história**. Cadernos Cedem: Franca – SP, 2008.

PAVLICHENKO, Lyudmila. **Lyudmila Pavlichenko: la francoatiradora de Stalin**. Tradução por Héctor Piquer Minguijón. Epublibre, Espanha; 2019.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1990.

COMALA CIDADE MORTA – HISTÓRIA MEMÓRIA E AUSÊNCIA EM PEDRO PÁRAMO (1955), DE JUAN RULFO

Maria Eduarda Cardozo Guedes¹⁴¹

RESUMO: Com o presente estudo objetivou-se orientar a investigação da relação entre história, memória e ausência em *Pedro Páramo* (1955), de Juan Rulfo. Pelos problemas das relações entre história, memória e ausência na narrativa ficcional, cria-se um horizonte de possibilidade para explorar, em Pedro Páramo, pontos de conexão com as discussões da teoria da história. A partir de entrevistas, uma biografia, e do diálogo entre a crítica literária e a história, analisa-se o modo como Rulfo articula uma experiência da história mexicana de meados do século XIX e início do século XX, explora-se a ideia de Davi Arrigucci Jr. de que a narrativa de Rulfo representa uma revolução na linguagem por dar voz própria à experiência interior daquele que não teve voz na história mexicana e são apresentadas possíveis relações entre *Pedro Páramo* e *Cem anos de solidão* (1967).

PALAVRAS-CHAVE: história e literatura; memória; ausência.

ABSTRACT: This study investigates the relationship between history, memory and absence in *Pedro Páramo* (1955), by Juan Rulfo. From the questions which arise from the relationship between history, memory and absence in the fictional narrative created a horizon of possibility is created to explore, in *Pedro Páramo*, links with current discussions of the theory of history. Based on interviews, a biography, and the dialogue between literary criticism and history, this study analyzes the way in which Rulfo articulates an mexican historical experience in the mid-nineteenth and early twentieth centuries, explores Davi Arrigucci Jr.'s idea that Rulfo's narrative represents a revolution in language by giving voice to the experience of those who had no voice in mexican

¹⁴¹ Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense. Email: mariaecg@id.uff.br

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

history and and also possible links between *Pedro Páramo* and *A hundred years of solitude* (1967).

KEY WORDS: history and literature, memory, absence.

A BUSCA PELAS ORIGENS

A morte foi um tema de extrema importância na vida e na obra de Juan Rulfo. Além de sua própria história familiar, ligada à história do México, os extermínios decorrentes da Revolução Mexicana e as perdas das guerras mundiais marcaram profundamente o seu trabalho como escritor. *Pedro Páramo* (1955), seu único romance, além de ser um dos livros mais emblemáticos do cenário latino-americano do século passado, foi considerado por Susan Sontagum dos livros mais influentes para a literatura mundial. Para o biógrafo de Juan Rulfo, Alberto Vital, seus personagens trágicos, tão marcantes em *Pedro Páramo*, são construídos com base no profundo pesar com o qual ele foi marcado: toda história é a história de alguém.

las víctimas más humildes y anodinas siguen siendo individuos: concebidos desde su muerte o desde el momento más angustioso o desde una coyuntura donde es notorio que ya no tienen futuro, los personajes rulfianos, hasta los más fugaces, vienen a ser vívidos y visuales. (VITAL, Alberto, 2017, p.191)

Rulfo foi marcado pela morte desde menino. Com seis anos seu pai foi assassinado e no espaço de um ano perdeu seu avô; alguns anos depois sua mãe faleceu de tristeza. De acordo com Alberto Vital (2017), seu biógrafo, Rulfo encontrou na escrita uma forma de olhar seu passado e acordar dele. Após a morte do pai e do fechamento da escola católica da cidade que residia, foi enviado a um internato católico, onde passou a maior parte do tempo lendo na biblioteca do padre. A biblioteca teve um grande impacto em seu crescimento, se tratava de um vasto acervo, o padre recolhia livros dos moradores da cidade e simplesmente os deixava em sua biblioteca. Rulfo cresceu e se tornou um homem culto, se dedicou a estudos antropológicos, traduziu Rilke de punho, produziu mais de 6 mil negativos sobre o México e tinha conhecimento amplo de história. Ele é considerado

um dos escritores mais importantes da literatura mexicana por sua originalidade e profundidade.

O livro *Pedro Páramo*, publicado em 1955 depois de cerca de sete anos de dedicação, conta a história de uma pequena cidade chamada Comala cujos moradores que um dia ali viveram não puderam descansar após a morte. O romance utiliza o método de penetrar na matéria narrada: são as vozes que ecoam sem descanso que constroem o enredo. Para Davi Arrigucci Jr., um dos aspectos mais importantes da obra é a “revolução da visão social do ponto de vista” (ARRIGUCCI, 2004, p. 135), que permite a penetração na matéria e implica algo maior: a experiência histórica incorporada como visão da realidade.

Uma das novidades do cenário literário do século XX foi a emergência de uma literatura latino-americana que procurava contar a América a partir de si mesma, sem partir das concepções do velho mundo. Para o crítico literário Ángel Flores, a década de 1950 foi um momento de emergência de uma proposta estética literária latino-americana autêntica, momento no qual a América Latina sua expressão por meio da literatura (FLORES, 1955).

Nesta emergência literária estaria sugerida uma forma própria de se relacionar e experimentar a passagem do tempo. Para Octavio Paz, diferentemente das experiências de modernidade européias, a literatura latino-americana experimentaria a modernidade afirmando a América Latina, sem ser uma repetição ou negação do velho mundo, ou seja, algo próprio, ainda que influenciado (PAZ, 2017). No caso de *Pedro Páramo*, esta afirmação se dá no lugar, Comala, espaço negligenciado que encontra seu lugar de afirmação de dentro da morte.

A vanguarda do realismo mágico se apresenta desafiando o real e transformando o narrador na matéria narrada. São histórias vistas de dentro, nas quais os escritores se utilizam de situações absurdas, fantásticas, para fazer emergir as barbaridades da realidade. De acordo com Irlemar Chiampi, o realismo mágico revela uma nova preocupação, uma nova atitude do narrador sobre o real. “Esse modo estranho, complexo, muitas vezes esotérico e lúcido, foi identificado genericamente com a magia” (CHIAMPI, 2008, p.21). O realismo mágico naturaliza o irreal, mas mais do que isso, ele sobrenaturaliza o real: isso significa dizer que o absurdo, o irreal, o maravilhoso, não são

apenas naturalizados como também fazem parte do cotidiano e da lógica narrativa. Em *Pedro Páramo*, a morte tem voz, ou vozes, e Comala, a cidade fantasma, é o espaço que a morte ocupa.

A preocupação estética do realismo mágico recai em compreender a realidade por dentro e não através da dicotomia entre “vencidos” e “derrotados”. O narrador se transforma na própria matéria que está sendo narrada, sendo muito fácil se perder em quem conta a história e quem ouve. Para Ángel Flores (1955), o precursor do realismo mágico latino-americano foi Jorge Luis Borges, quando publicou o livro *Historia universal de la infâmia* (1935). Segundo Flores, um dos primeiros a começar a tratar do realismo mágico, as principais características desta vanguarda seriam: 1) a descrição da vida cotidiana agregando acontecimentos fantásticos e irreais; 2) o uso de imagens sintéticas no lugar de descrições verborrágicas, de modo a criar uma precisão lógica de apresentação do fantástico; 3) a tendência do desaparecimento da cronologia como ordenadora lógica dos acontecimentos da vida (FLORES, 1955).

De acordo com Hartog (2008), o escritor sempre está na vanguarda em relação ao historiador, porque ele pode experimentar possibilidades diferentes e a linguagem é o grande território do escritor, que constrói o mundo e a realidade a partir da linguagem. No realismo mágico, a própria realidade é posta em questão. Na leitura de Octavio Paz, Davi Arrigucci Jr. e outros críticos literários e ensaístas, a vanguarda do realismo mágico afirma que existem múltiplas realidades coexistindo e propõe que existem múltiplas experiências do tempo, e mais, elaboram uma experiência latino-americana própria.

Juan Preciado, o personagem que guia o romance *Pedro Páramo*, parte para Comala por conta de duas promessas feitas à mãe: a primeira seria encontrar Pedro Páramo, seu pai, enquanto a segunda seria exigir o que era deles e foi esquecido e que cobrasse caro de Pedro Páramo por esse esquecimento. Juan Preciado cumpre sua promessa e parte em busca de um passado desconhecido. Ele deixa claro, porém, que sua principal motivação era conhecer seu pai, uma empreitada cheia de sonhos e de ilusões. Em sua busca pelo pai e por suas origens, Juan Preciado se depara com pessoas que não estão mais vivas, mas que não podem descansar. O padre da cidade não pôde absolver os mortos e como consequência os moradores de Comala vagam sem saber que estão mortos, embora compreendam que os outros são fantasmas. A cidade fala e interrompe Juan: o

passado é um lugar que fala mesmo morto, que guarda as tragédias infligidas por Pedro Páramo, o patriarca. Só os mortos têm nome e são eles que dominam as páginas, conduzindo Juan e o leitor pelas desgraças e pelas tragédias que sofreram em vida. O livro dá a dica pelo nome: Pedro: pedra, e páramo: deserto¹⁴². Comala seria então um espaço inóspito, seco, desértico ao ponto de sufocar Juan Preciado tirando-lhe a vida. Juan Preciado ganha nome pela primeira vez na metade do livro, pouco antes de se descobrir que ele também está morto. A busca pelas origens tem como resultado a própria morte de Juan. É através dos relatos daqueles que vagam sem descansar que o romance se faz: o fio narrativo é o eco dos mortos.

O homem moderno se define como um ser histórico, em busca de si e do futuro. A busca pelas origens é um tema comum na modernidade, apresentado por Rulfo como uma busca pela cidade natal, pelo pai, onde nessa busca se faz emergir as vozes abafadas pela violência e negligência do Estado e de instituições como a Igreja. No livro, a morte não é lugar de descanso, ela ecoa sem parar. Juan Preciado, ao buscar por suas origens se reconecta ao se tornar parte dela, embaixo da terra, se juntando aos outros, partilhando a solidão da morte.

Para Paz, há uma ponte entre a modernidade – a busca pelo progresso e pelo futuro – e a tradição. Nesse sentido, múltiplas temporalidades coexistem ao mesmo tempo. Mais do que uma busca pelo progresso e pelo homem, a modernidade seria uma jornada de descida às origens, na qual o presente é o lugar de encontro do passado com o futuro. Dessa forma, Paz desenvolve que no momento em que se rompe com a inocência começa a solidão: o sentimento de desalojamento do presente, o processo de tornar-se adulto nesse sentido seria ser expulso do presente, portanto, a experiência de modernidade seria buscar o seu tempo e suas origens (PAZ, 2017). Ele relacionou a revolução mexicana com o surgimento do movimento de vanguarda literária na chave de desvelar o passado e encontrar o presente e o futuro:

foi uma agitação popular que pôs às claras o que estava escondido. Por isso mesmo foi, tanto ou mais que uma revolução, uma revelação. O México buscava o presente fora e o encontrou dentro, enterrado, mas

¹⁴² “páramo” significa uma planície deserta e desabrigada, especialmente os campos das altas montanhas andinas, qualquer paragem fria e exposta a todos os ventos (Díaz y García Talavera, 2008, p.339).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

vivo. A busca da modernidade nos levou a descobrir nossa antiguidade, o rosto oculto da nação. Inesperada lição de história que não sei se todos compreenderam: entre tradição e modernidade há uma ponte. (PAZ, 2017, p.81)

A interpretação de Arrigucci sobre a experiência de modernidade nas vanguardas e especialmente em *Pedro Páramo* nesta busca pelas origens, diverge da leitura de Octavio Paz no que concerne à reflexão sobre o futuro e a relação entre experiência histórica e a matéria narrada. No que se refere à percepção do futuro, a descida à Comala produz uma pergunta enigmática e trágica sobre o futuro diante da terra arruinada (ARRIGUCCI, 2004). Depois da tragédia, da violência, da fome, da seca, da terra arrasada, o que o futuro pode reservar?

Para Arrigucci, o realismo mágico se trata de

um realismo mais profundo e reflexivo do que o realismo tradicional; daí a trágica força de verdade humana que se desprende do livro, para além de qualquer mito. (Arrigucci Jr., Davi, 2004, p.142)

Pedro Páramo não tem apenas como preocupação a busca pelas origens, identidade e presente num sentido puramente filosófico, mas também histórico: adentrar a matéria requer reconhecer sua historicidade, a experiência histórica incorporada com a realidade citada por Arrigucci. Rulfo experimenta a literatura como uma forma de confrontar o passado aterrado, mas que ecoa pelos ventos da memória, com a história oficial trazendo à tona as vozes silenciadas. A história não está ausente, ela está ali, por de dentro, enterrada, despercebida, ela faz parte da matéria e ecoa nas vozes que vem e vão na narrativa, atormentadas por se repetirem sem descansar. Rulfo experimenta na literatura uma multiplicidade de tempos coexistindo: coloca-se o tempo em suspensão, assim passado e presente se misturam, acontecendo simultaneamente. A matéria do romance são as vozes, dotadas de um contexto histórico, reveladas através da mágica e do absurdo do realismo mágico. Segundo Vital, o escritor procurava expor a realidade do país em suas obras, principalmente a unilateralidade do poder político no México, incapaz de perceber as nuances da realidade e as reais necessidades da população (VITAL, 2017).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

É importante ressaltar que a Revolução em si não interessa ao autor como matéria literária, ele afirma em um manuscrito guardado pelo arquivo de Sra. Clara Aparicio de Rulfo, uma entrevista transcrita e revisada pelo escritor, que não era de sua intenção fazer uma literatura social, testemunhar, ou ainda denunciar os efeitos da Revolução Mexicana, sua intenção era “sino simplemente la forma en que han caído o han quedado ciertos sitios después de La llamada ‘Revolución Mexicana’” (RULFO, 1970, p.393). Em outras palavras, não era do interesse do autor tratar da Revolução Mexicana ou ainda se debruçar em questões referentes aos estudos da história, interessava a ele tratar da experiência histórica.

No que se trata da relação entre memória e identidade, o futuro ocupa um papel importante na elaboração da identidade, o futuro pode ser considerado como uma das faces da identidade nacional, isso significa dizer que a identidade se constrói à medida que se tem um futuro e se tem um problema de identidade na medida em que se tem um problema com a elaboração do futuro (HARTOG, 2017). É sintomático que a incógnita do futuro apareça em *Pedro Páramo*, indica conflito entre memória e história oficial que resulta na dificuldade em elaborar o futuro uma vez que o passado está encoberto, no livro, o passado pode ser descoberto, ou melhor, ouvido. A memória e a historização da matéria narrada nesta perspectiva, indicam que o problema do futuro se estabelece a partir do conflito entre esquecimento, memória e história.

A relação entre história e memória vem sendo explorada com grande dedicação pela comunidade acadêmica desde a metade do século XX. Para Hartog, a história se encontra entre a memória e o esquecimento, uma vez que a memória segura tudo aquilo que uma sociedade ou um grupo considere importante de ser lembrado e questionando e o esquecimento encerra a investigação sobre a condição histórica. Este último seria o portador de uma “inquietante ameaça”, emblemático da fragilidade deste processo (HARTOG, 2017).

Existe na literatura possibilidades que o historiador ou cientista social não pode alcançar (HARTOG, 2020). O historiador parte de um procedimento reflexivo, mas o escritor tem outras intenções, preocupações e métodos. Juan Rulfo a partir da memória e do esquecimento/ausência experimenta de uma forma particular o tempo: coloca no mesmo plano o esquecido, o passado, e o presente, ao ponto que não é possível distinguir um do outro. No inchaço do passado, o futuro se distancia, há apenas repetição.

Para Hartog, aquilo que torna um escritor um grande escritor é dizer aquilo que não foi dito ainda, ou poderia sê-lo, pelo historiador. Esta busca em alcançar algo que ainda não foi dito permite o escritor experimentar a realidade de uma forma mais livre, o que significa dizer que ele não se submete a regras, não é necessário apresentar provas, referências, a fim de permitir a outros refazerem o mesmo caminho. O escritor não precisa preocupar-se com todo um rigor metodológico, por outro lado assume mais riscos, uma vez que pode não apreender o que quer apreender, pode se equivocar, se perder. Rulfo, nesse sentido, é um grande escritor. Ele demorou sete anos elaborando esta grande obra. Neste meio tempo, publicou vários contos, todos no caminho para escrever *Pedro Páramo* e entender o mundo que estava tentando alcançar. Depois do romance nunca mais escreveu nada que se saiba.

AMÉRICA LATINA E SOLIDÃO

Segundo Vital, uma das principais marcas do estilo rulfiano é a criação da imagem do espaço não apenas nas palavras, mas em uma atmosfera onde o terror é o efeito de pura solidão (VITAL, 2017). A solidão, a ruína, o passado e o presente convivendo em um diálogo absurdo e sofrido e o enigma do futuro são temas que se entrelaçam e se apresentam nas vozes e estas contam a história de um lugar, Comala, a terra arrasada. As vozes sem som que sufocam Juan Preciado têm este efeito de gerar uma atmosfera de terror, mas, em última instância, de solidão. O terror e estranheza inicial provocados pela cidade fantasmagórica com o passar dos relatos evocam a solidão dos personagens, que vagam, que falam, que não descansam e se repetem indefinidamente.

Y aunque no había niños jugando, ni palomas, ni tejados azules, sentí que el pueblo vivía. Y que si yo escuchaba solamente el silencio, era porque aún no estaba acostumbrado al silencio; tal vez porque mi cabeza venia llena de ruidos y de voces.

De voces, sí. Y aquí, donde el aire era escaso, se oían mejor. Se quedaban dentro de uno, pesadas (RULFO, 1955 p. 8).

O ar e o vento são símbolos importantes no romance – por vezes, antes de aparecer um novo personagem ou quando algum evento provocado pelos fantasmas acontece, o

vento reaparece como se ele que estivesse soprando as vozes. O ritmo do romance nesse sentido se dá não apenas através de Juan Preciado, que se aventura pela cidade e norteia o enredo, mas também por um ritmo intrínseco ao próprio espaço, de onde emergem as vozes. O tempo em suspensão é um aspecto importante para a elaboração da narrativa: não se sabe quanto tempo passou desde que Juan Preciado saiu da casa de sua mãe até chegar a Comala, quanto tempo levou até sua morte, em que ano se passa, quando aconteceu cada evento. Todos acontecem simultaneamente de certa forma, à medida que não há passagem do tempo na morte. O ritmo da história se dá de forma misteriosa, por vezes de forma caótica, mas segue a lógica fantástica, onde o absurdo é natural e obedece a regras próprias e não necessariamente claras ao leitor. O enigma do futuro e a suspensão temporal reiteram a solidão à medida que não há continuação, apenas repetição das vozes falando umas por cima das outras indefinidamente.

A contribuição de Juan Rulfo no realismo mágico é enorme. Escritores como Gabriel García Márquez foram profundamente marcados por *Pedro Páramo* e são perceptíveis algumas semelhanças nas narrativas entre *Pedro Páramo* e *Cem anos de solidão* (1967). O personagem de Melquíades morre e regressa à cidade de Macondo por não suportar a solidão. Resolvendo voltar ao mundo dos vivos, ele salva os moradores da febre da insônia ao trazer um remédio: a memória. Redige uma série de pergaminhos em uma língua estranha que só poderia ser decifrado após cem anos. No final do livro se revela que nos pergaminhos eram a própria história de Macondo e da família Buendía,

tudo que estava escrito neles era irrepetível desde sempre e para sempre, porque as estirpes condenadas a cem anos de solidão não tinham uma segunda chance sobre a terra (García Márquez, Gabriel, 2017, p. 446)

Os mortos que retornam e habitam um meio termo, as tragédias obrigadas a se repetirem de geração em geração (que tem seu paralelo nas vozes que se repetem em *Pedro Páramo*), a pergunta do que reserva o futuro para uma cidade abandonada, e se há futuro, são aspectos de semelhança entre *Cem anos de solidão* e *Pedro Páramo*. No caso de *Cem anos de solidão* não há futuro, uma vez que a família Buendía não terá uma segunda chance. No caso de *Pedro Páramo*, a pergunta ecoa em silêncio com as vozes, há apenas repetição e esquecimento?

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

A solidão se mostra de forma particular nas duas obras ainda que com algumas semelhanças. Tanto em *Pedro Páramo* quanto em *Cem anos de solidão*, cada personagem tem sua própria forma de desolação, cada personagem tem sua sina. Do mais cruel ao mais injustiçado, todos se ligam pelo sentimento desolador da solidão. A decadência e a ruína evocam a solidão em um sentido mais coletivo, da história e identidade de um lugar sendo corroída. O espaço perdura meio esquecido, abandonado, atualizado em seu descaso e pela impossibilidade de reparação. Esse esquecimento e essa memória que se reúnem na ruína reforçam a pergunta enigmática do que se esperar do futuro. Em ambos os livros é como se o espaço, Comala e Macondo, e não só as pessoas, tivessem a sua própria solidão causada pela história. No discurso de posse do Nobel de literatura, García Márquez falou sobre a solidão da América Latina:

Me atrevo a pensar, que es esta realidad descomunal, y no solo su expresión literaria, la que este año ha merecido La atención de la Academia Sueca de las Letras. Una realidad que no es la del papel, sino que vive con nosotros y determina cada instante de nuestras incontables muertes cotidianas, y que sustenta un manantial de creación insaciable, pleno de desdicha y de belleza, del cual este colombiano errante y nostálgico no es más que una cifra más señalada por la suerte. Poetas y mendigos, músicos y profetas, guerreros y malandrines, todas las criaturas de aquella realidad desaforada hemos tenido que pedirle muy poco a la imaginación, porque el desafío mayor para nosotros ha sido La insuficiencia de los recursos convencionales para hacer creíble nuestra vida. Este es, amigos, el nudo de nuestra soledad. (Gabriel García Márquez, 1982)

A matéria narrada por de dentro no realismo mágico tem como aspecto fundamental da própria existência da matéria a sua historicidade e o absurdo da realidade latino-americana. Este absurdo cria a atmosfera de magia e terror que desnuda a solidão latino-americana, uma experiência fundada na história do espaço.

De acordo com Arrigucci, a grande novidade do realismo mágico é a visão interna, internalizada pelo narrador. Eles dependem da oralidade e da matriz do conto oral, que constitui o fundamento da tradição épica latino-americana, que se une com a tradição urbana do romance (ARRIGUCCI, 2004). A oralidade é um aspecto importante da obra de Rulfo, e este foi particularmente marcado pela oralidade enquanto crescia:

Las guerras engedran tal suma de relatos orales que las historias escritas representan una parte mínima en el tejido total de las cosas contadas. Se necesita narrar como um conjuro, como catarsis o premonición, como noticia. Esos relatos crean una atmósfera particular, que durante la Revolución Mexicana se magnificaba y agravaba en la penumbra y frente al anafre, el café en el pocillo, el calor de la lumbre, la crepitación del ocote, la cera derretida. Y había grandes narradores orales en cada familia, en cada comunidad, en cada casa, que aprendían a ejercitarla voz, a modular y dosificar los efectos, a prever y provocar reacciones (VITAL, 2017, p.46).

Não à toa Pedro Páramo é feito de vozes. O passado, muito além do que foi registrado por escrito, é contado de família para família, de geração em geração.

Rulfo dejó narrar em sus páginas a personajes locales o regionales de la Revolución y la Cristiada. Dejó que voces primarias condujeran sus historias, y por eso prefirió los textos en primera persona; es que esa 'primera persona' pobló su infancia, además de todo porque La costumbre de contar lo que nos pasa se agudiza cuando la vida está em peligro. A una persona que padece el lujo de la violencia, le resta apenas otro lujo: el de los detalles (VITAL, 2017, p.46-47).

A afirmação do espaço e do presente da América Latina se vê no romance de Rulfo também a partir dos detalhes, nas vozes que remontam a própria vida detalhe por detalhe. Uma vez que a violência e a dor da história da América Latina são resultado da colonização que permaneceram como personagens ativos após as independências e perduram ao longo do século XX em acontecimentos diários absurdos e trágicos, contar os detalhes, ouvir as vozes que ecoam ou ainda ouvir a história de uma estirpe condenada ao esquecimento é afirmar a América Latina, e perguntar se haverá uma segunda chance. Para García Márquez (1982), este esquecimento da história e das pessoas que morreram vítimas da violência é o tamanho da solidão latino-americana. A solidão, neste sentido, faz parte da experiência histórica incorporada com a realidade que se apresenta tanto em *Pedro Páramo* como em *Cem anos de solidão*.

Em *Cem anos de solidão*, García Márquez utiliza a oralidade como um caminho para criticar a modernidade que prega o progresso a partir da racionalização da vida. Quando Macondo é assolada pela febre da insônia, o primeiro sintoma é o esquecimento. Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

José Buendía, como estratégia, passa a escrever o nome e a função de cada objeto para não se esquecer, mas até a ler ele esquece e tudo perde o sentido. O momento crítico de esquecimento da escrita encerra a possibilidade de preservar a memória. A racionalização da vida na narrativa não é capaz de contemplar a realidade: se só restasse a escrita, a realidade seria inventada. A solução para a febre da insônia veio de Melquíades, aquele que não suportou a solidão da morte e trouxe a memória como antídoto para o povo de Macondo. García Marquez se apodera da oralidade na narrativa como forma de trazer outras formas de se tratar da memória e cabe como uma crítica à racionalização da verdade histórica, que não se encerra na palavra escrita. Fica claro como a relação entre memória, esquecimento e história são paradigmas que servem de pilar para a construção das narrativas tanto em *Pedro Páramo* quanto em *Cem anos de solidão*.

A modernidade se vê confrontada com uma realidade impossível tanto em *Pedro Páramo* quanto em *Cem anos de solidão*: se a modernidade simboliza progresso e o futuro, que progresso e futuro são possíveis em uma terra arrasada, em uma terra de mortos? Em *Cem anos de solidão* esta crítica aparece de modo mais explícito. A modernização da cidade de Macondo traz uma ruptura negativa de desordem generalizada na ordenação da vida: a chegada dos trilhos de trens, do cinema, da Companhia das Bananas, todos esses elementos da modernização impõem um novo modo de viver que não edifica a cidade, pelo contrário, tem um caráter destruidor. A modernização acelera o ritmo da narrativa e se percebe mais nitidamente a decadência da família Buendía. Com a aceleração do tempo se acelera também a desordem, a dor e a violência. No caso de Comala o problema da modernidade aparece de aparece pela impossibilidade do progresso, uma vez que não há pessoas vivas e não há terra produtiva em Comala, há apenas esquecimento e solidão.

Pedro Páramo, o cruel patriarca, condena a cidade à miséria por não respeitar o período imposto por ele de luto por Susana San Juan. O afeto que Pedro Páramo nutria por Susana era a última ligação que tinha com a esperança de redenção, era sua explicação por ter cometido tantas atrocidades. Quando ela morre, acaba sua esperança e ele condena todos com total desamparo. Rulfo, em uma entrevista, conta que todo o romance pode ser resumido em uma pergunta: “onde se encontra a força que causa nossa miséria?” (RULFO, 1970, p.400). Na mesma entrevista, Rulfo é questionado sobre a solidão presente no romance e sua resposta é que muitas coisas podem ser ditas sobre a solidão, que todos são desamparados em alguma medida e que a solidão uma vez aceita cria um

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ambiente propício, por exemplo, propicia a imaginação. Ele completa que a solidão nunca foi ingrata ou assassinou alguém. Em *Pedro Páramo*, intencionalidade e poder são os elementos que divergem a solidão existencial do desamparo e solidão a qual os moradores de Comala foram submetidos. A força que causa a miséria na narrativa vem de Pedro Páramo e da Igreja, daqueles que detém o poder e que determinam a história do romance, aqueles quem infligem os sofrimentos narrados pelo fato de deterem poder.

O livro abarca o tema da solidão e do abandono social, mas aborda também a épica jornada humana de um homem sobre suas origens e seu lugar do mundo. A solidão não aparece somente como um sintoma da experiência histórica de abandono e violência, o livro trata também da solidão de existir em um mundo fragmentado onde passado e presente se entrelaçam e o futuro parece distante, uma incógnita sombria. O percurso de Juan Preciado na narrativa é impulsionado primeiro pelo sentimento de não pertencimento no mundo e seu desconhecimento sobre sua história, então parte para Comala e entra em contato com os fantasmas, depois se depara com a ausência de futuro e repetição. Nesse sentido, a experiência histórica incorporada à realidade na narrativa aparece historicizando as desgraças e sofrimentos de um povo e também traduz uma forma própria da literatura latino-americana de experimentar a modernidade e experimentar o tempo.

CONCLUSÕES

A experiência histórica incorporada à realidade em Rulfo tem sua originalidade e forma a partir da oralidade, a colcha de retalhos de vozes é tanto a matéria narrada quanto aquilo que narra e conduz a história. Nesse sentido, se verifica a ideia defendida por Davi Arrigucci Jr. que a narrativa de Rulfo representa uma revolução na linguagem por dar voz própria à experiência interior daquele que não teve voz.

A solidão é um aspecto incontornável da obra, ela é a própria essência da narrativa no sentido de que se trata de uma história dos desamparados. Para além de um sentimento individual, a solidão se apresenta como um sintoma da pergunta que para Juan Rulfo poderia resumir o livro: “onde se encontra a força que causa nossa miséria?”. A solidão faz parte da experiência histórica que é incorporada à realidade, porque a história da América Latina e a história de Comala partem da dor e da violência, em outras palavras,

a solidão e o desamparo são provocados pela história de abandono e violência que a população é sujeitada.

Tanto a experiência histórica de solidão quanto o uso da oralidade são aspectos de semelhança entre *Cem anos de solidão* e *Pedro Páramo*, assim como o lugar paradoxal que o narrador ocupa, desde a morte, de dentro da morte. Nas narrativas, é de dentro da morte que se combate o esquecimento e o desamparo provocado pela história. A oralidade em *Cem anos de solidão* cabe como crítica à racionalização do conhecimento histórico, pois o passado e a realidade não podem ser analisados e compreendidos apenas no que se refere à história escrita. A racionalização do conhecimento impôs também a perda de sentido da ordenação da vida na narrativa. A oralidade, nesse cenário, opera como vanguarda dos esquecidos na narrativa, assim como em *Pedro Páramo*.

A oralidade também foi um aspecto importante para pensar a relação entre história, memória e ausência no livro. As memórias do próprio escritor sobre a contação de histórias quando criança foram fatores importantes para a construção da narrativa, pois os relatos dos acontecimentos da Revolução Mexicana e das guerras foram tantos que era impossível ter todos registrados por escrito. Assim, a oralidade funciona como a matéria narrada e ao mesmo tempo narradora ao evidenciar o passado que não foi registrado e que foi esquecido. Juan Preciado foi o último a contar a história do lugar, e como ele mesmo acabou sendo arrastado para a terra em sua descida pelas origens e “pelo inferno”, como interpretam alguns críticos sobre a jornada de Juan Preciado, a história ficou em suspensão. A história contada de dentro da morte seria então a única forma de preservar a memória. Os mortos, por não descasarem, se vêem repetindo suas histórias indefinidamente, uma vez que não conhecerão descanso, pois foram abandonados. Por isso se repetem.

A intenção da narrativa ao incorporar a experiência histórica à realidade e a matéria narrada aparece não como uma tentativa de reconstruir a história, pois não era do interesse do autor tratar da Revolução Mexicana ou da história, mas sim da memória. Em outras palavras, era de seu interesse compreender a historicidade da matéria, mas não de fato tratar da história. Ele procurou alcançar uma história vista de dentro e para isso, partiu de dentro da terra e da morte. A novidade de Rulfo recai na originalidade com a qual ele fez a matéria falar, assim como tratar da solidão como experiência histórica, sintoma do

abandono para além de um sentimento individual, assim como é tratada depois em *Cem anos de solidão* (1967). A experiência histórica incorporada à matéria em ambos os romances contempla passado e presente em uma repetição de histórias, em sintonia, enquanto o futuro ainda não se apresenta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arrigucci Jr., Davi. Entrevista com Davi Arrigucci Jr (com Walter Carlos Costa e Rafael Camorlinga). In: Fragmentos, Florianópolis, n.27, jul.-dez, 2004.
- Chiampi, Irlemar. O realismo maravilhoso. São Paulo: Perspectiva, 2008
- Flores, Ángel. Magical realism in Spanish American fiction. *Hispania*, Alabama, v. 38, n. 2, p. 187-192, 1955.
- García Márquez, Gabriel. *Cem anos de solidão*, tradução de Eric Nepomuceno – 111ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2019
- Hartog, François. Crer em história. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017
- Iegelski, Francine. Tempo, história e historiografia: entrevista com François Hartog. *Tempo*, Niterói, v. 26, n. 1, p. 255-267, Apr. 2020
- Paz, Octavio. Notas sobre o presente. A busca do presente e outros ensaios. Tradução: Eduardo Jardim. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017. Coleção Ensaios contemporâneos.
- RULFO, Juan. *Pedro Páramo*. España, Bibliotex, Telefonica, Biblioteca el mundo, 2001.
- Vital, Alberto. Noticias sobre Juan Rulfo. La biografia. México DF: Fundación Juan Rulfo/ Editorial RM, 2017.

“HÁ MUITOS NOMES À DISPOSIÇÃO DE QUEM QUEIRA DAR NOMES AO FOGO”: ESCRITOS E EXPERIMENTALISMOS EM TORQUATO NETO.

Geise Caroline de Sousa¹⁴³

“Você pode chamar isso tudo como bem quiser. Há muitos nomes à disposição de quem queira dar nomes ao fogo, no meio do redemoinho, entre os becos da tristíssima cidade, nos sons de um apartamento apertado no meio de apartamentos.”

Torquato Neto

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo levantar algumas discussões sobre a inserção da Linguagem na produção historiográfica articulando-a a trabalhos que se voltaram para esse debate, utilizando a escrita do poeta e jornalista Torquato Neto buscando compreender essa linguagem torquateana enquanto reflexo de seu real e produtora de sua realidade. O artigo dialoga com conceitos de Michel de Certeau e diálogos na área da História Cultural.

PALAVRAS-CHAVE: História Cultural, Linguagem, Torquato Neto.

ABSTRACT: This article aims to raise some discussions about the insertion of Language in historiographical production articulating it to works that have turned to this debate, using the writing of the poet and journalist Torquato Neto seeking to understand this

¹⁴³ Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí, é mestranda em História do Brasil no PPGHB/UFPI. Email: Geise.gomes01@hotmail.com

Torquatean language as a reflection of his real and producer of his reality. The article dialogues with concepts by Michel de Certeau and dialogues in the area of Cultural History.

KEY WORDS: Cultural History, Language, Torquato Neto.

Quando a História assume o seu lugar de Mestra da Vida - não mais como conselheira de grandes Impérios ou arquiteta de rumos previsíveis para tempos posteriores, mas como mentora de indivíduos múltiplos, plurais, plurifacetados - ela traz para seu centro os atores responsáveis por fabricarem as narrativas desta Mestra que os devolve para si mesmos, como numa operação de um permanente ir e vir. Ao fazer isso a História nos permitiu encontrar nos rumos dessa cotidianidade, essa massa de vida que nunca nos escapa, diluída em suas ações diárias, espontâneas ou planejadas, coniventes ou não, mas de certo: muitos caminhos se confluindo nessas narratividades. É preciso “tomar a história como arte de inventar o passado [...] e se a vida é amiga da arte, enquanto houver vida e quisermos vivê-la precisaremos da arte de inventar novos mundos possíveis, inclusive a de inventar o passado” (ALBUQUERQUE, 2017).

Nesse movimento de enxergar através desses sujeitos, é possível ir um passo adiante e superar a verticalização, antes tão presente na História, operando com um horizonte que abre espaço para as subjetividades fabricadas no interior dos arranjos socioculturais, trazendo para o interior das reflexões a produção dessas identidades e compreendendo os acontecimentos fora da descrição analítica, pondo-os em sua “des-cadência”. Uma operação possível desde que “a identidade virou um problema de ordem histórica [...] de responder como se constituem historicamente os sujeitos” (CASTELO BRANCO; BRITO, 2017, p. 54) e ainda considerando o fato que

A História é um discurso sobre o passado e que sendo assim, o interesse do historiador deve deslocar-se das grandes verdades universais – o Estado, a Classe, a Economia, etc. – para o murmúrio quase inaudível das palavras que dizem – e ao dizer constituem aquelas verdades. O resultado disso é a conclusão, aparentemente óbvia, de que a História sendo um discurso, acontece antes de tudo na linguagem [...] (CASTELO BRANCO; BRITO, 2017, p. 54)

Por acontecer antes de tudo na Linguagem, e assim ser constituída de diversas camadas discursivas que as compõem, se faz necessário ao historiador o exercício de descortiná-las e ir descobrindo quais são as formadoras da realidade construída por tais sujeitos, uma vez que a Linguagem tem essa função não só de expressar e refletir, mas de construir e articular o Real, como num jogo de nomear o mundo vivido, e criar novos mundos através dos nomes. E se há muitos nomes há disposição para quem queira dar nomes ao fogo vamos buscar nos escritos de Torquato Neto essas fricções e choques que se transformaram em faíscas epifânicas alterando a temperatura de um tempo onde o mundo de sempre gira e o fogo rende.

Torquato foi um dos sujeitos que naquele momento propiciou através da sua escrita, o consumo das palavras e das ideias, e tomá-lo como uma espécie de lupa para compreender o período dos anos sessenta e setenta do Brasil Contemporâneo, se dá por sua figura ser “um bom exemplo de sujeito dilacerado entre a organização e o delírio, o que oferece uma boa entrada para pensar o sobressalto” (CASTELO BRANCO, 2005) daquele tempo, e nas palavras de Décio Pignatari, Torquato era um criador-representante da nova sensibilidade dos não-especializados, um contemporâneo de seu tempo, uma vez que

O contemporâneo é aquele que percebe o escuro de seu tempo como algo que lhe concerne e não cessa de interpela-lo, algo que mais do que toda luz, dirige-se direta e singularmente a ele. [...] Perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo, por isso contemporâneos são raros. E por isso ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas manter fixo o olhar no escuro da época, mas também perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós distancia-se infinitamente de nós. (AGAMBER, 2008, p. 25)

Ao tatear nas obscuridades de um tempo, o poeta buscou resolver na própria existência os conflitos, eis aqui o mote das resistências vividas e propostas por Torquato, este que “entre trair ou cumprir, mesmo quando isso já se tornara historicamente impossível. Daí tentar resolver a contradição no próprio corpo, foi um passo.” (BUENO,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

2016, p. 22). Passos alimentados por perigo, uma vez que em sua missão ele compreendia o perigo, e não fugia dele, considerando-o necessário inclusive para a formação do sujeito poeta, em suas palavras:

Escute, meu chapa: um poeta não se faz com versos. É risco, é estar sempre a perigo, sem medo, é inventar o perigo e estar sempre recriando dificuldades pelo menos maiores, é destruir a linguagem e explodir com ela. Nada no bolso e nas mãos. Sabendo: perigoso, divino, maravilhoso. (TORQUATO NETO, 1971.)

O aviso do poeta em relação do perigo, como um elemento primordial na recriação das coisas, era mais do que apenas descrição, ele experimentava-o e dava para quem pudesse e estivesse disposto a provar, este risco que é também explicado aqui sob a ótica benjaminiana como uma ameaça e medo de entregar-se, pois

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIM, 1940)

O perigo era acabar por se deixar vencer pela imposição, era o de alguma forma se acomodar e não procurar abrir caminhos e espaços. O inimigo parecia maior a cada dia e Torquato procurava vencê-lo, “quem deve ser atacado é o inimigo. No caso todas as causas, das mais óbvias, às mais sutis, próximas ou remotas, do obscurantismo brasileiro” (BUENO, 2016, p. 30). Chamando outros para sua luta, da qual esteve à frente, ao tratar sobre os dilemas que o pusera nesta condição, Queiroz aponta que

Torquato Neto colocou-se como frágil anteparo no centro de um intenso choque de linguagens. Porém provavelmente, o problema com que se defrontou e o fez submergir frente à guerrilha das palavras e de seus significados não terá sido o da liberdade do leitor ou do ouvinte quanto à apropriação do que lê ou ouve. (QUEIROZ, 2005, p. 30)

O frágil anteparo é esse poeta que “manteve o olhar fixo nos olhos do seu século-fera, soldando com o seu sangue o dorso quebrado do tempo, esse tempo que é o conjunto

do tempo de vida do indivíduo e o do tempo histórico coletivo” (AGAMBER, 2008, p. 25), e por falar dessa relação entre o individual e o coletivo é importante ver como Torquato em sua narrativa esteve costurando essas suturas, alinhavando-as entre palavras e gestos, nos modos de viver e de falar.

Segundo Certeau, o ato de falar não se reduz apenas ao conhecimento da língua, mas esse ato de falar opera no campo do signo linguístico, coloca em jogo uma apropriação ou reapropriação da língua por locutores, instaura um presente relativo a um momento e um lugar e estabelece um contrato com o outro numa rede de relações e lugares. (CERTEAU, 1998). E é entendendo os contratos como um pacto entre sujeitos, num conjunto de contratos tácitos por entre os espaços e lugares da cidade, vamos rastreando nas escritas como ele nos apresenta essas questões.

O primeiro ponto é estabelecer uma relação entre a obra do poeta e os tais lugares de que Certeau tanto nos fala, é possível esquadrihar nos escritos torquateanos como ele vê esse universo cambiante? Parece-nos que sim e para tal vamos elencar aqui uma mescla de várias de suas fases, tanto de cancionista quanto redator, passando por letra de canções, trechos de seu diário pessoal e notas periódicas.

A começar por sua fase de Cancioneiro, Torquato compôs várias canções, algumas ganharam maior destaque como, por exemplo, “*Geléia Geral*” gravada por Gilberto Gil, “*Mamãe Coragem*” na voz de Gal Costa, ambas no disco “*Tropicália ou Panis it Circencis*” de 1968, “*Deus vos Salve a Casa Santa*” registrada na voz de Nara Leão em 1968 no disco que leva o mesmo nome da cantora, música que inclusive cabe aqui uma citação por trazer em suas primeiras estrofes essa problemática do lugar, já que “Um bom menino perdeu-se um dia entre a cozinha e o corredor” apresentando-nos o dilema entre os lugares-fixos (cozinha) e os lugares-fluxo (corredor).

Ainda nesse mesmo ritmo, seguimos rastreando as estrofes desse cancionista, trazendo outra canção que supomos acrescentar nessa discussão, chama-se *Coisa mais linda que existe* escrita também em 1968, gravada na voz da cantora Gal Costa em seu Álbum *Gal Costa* (1969):

Coisa linda nesse mundo
 É sair por um segundo e te encontrar por ai
 Pra fazer festa ou comício
 Com você perto de mim
 Na cidade em que me perco
 Na praça em que me resolvo
 Na noite da noite escura
 É lindo ter junto ao corpo
 Ternura de um corpo manso
 Na noite da noite escura
 (...)

O apartamento, o jornal
 O pensamento, a navalha
 A sorte que o vento espalha
 Essa alegria, o perigo
 Eu quero tudo contigo
 Com você perto de mim
 Coisa linda nesse mundo
 É sair por um segundo
 E te encontrar por ai
 Pra fazer festa ou comício
 Com você perto de mim
 A coisa mais linda que existe
 É ter você perto de mim

Há beleza nessa retórica ambulatória que o poeta descreve no ato de “encontrar o outro num segundo”, em uma cidade que ele ao mesmo tempo se perde e se resolve, e por fazer um caminho justamente ao se caminhar, o sujeito molda seus percursos, decidindo ao próprio tempo se faz *festa ou comício*. Esse ato nos remete ao fato de que dentro de uma malha urbanística como na cidade do poeta, existem ordens espaciais que organizam as possibilidades e as proibições, mas o caminhante sempre as atualiza, fazendo-as aparecer e desaparecer, através de suas improvisações e variações (CERTEAU, 1998, p.177-178), não à toa a expressão “*por ai*” utilizada nos versos, denota uma indefinição espacial, podendo surgir em qualquer tempo e lugar, criando uma organicidade móvel do ambiente.

Em outro fragmento, agora em uma de suas colunas jornalísticas veiculadas na década de 1970, escrita quatro anos após a canção *Coisa mais linda que existe*, ainda reconhecemos esse desejo do caminhar no ímpeto de criar e recriar os espaços e as relações com o outro, o título “*Sabiam? Não sabiam*” de uma sexta-feira, décimo quarto dia de janeiro em 1972, trazia nas primeiríssimas linhas: “O negócio é andar por aí.

Andando a gente se encontra, dá de cara com uns e outros, fica sabendo das coisas, se adianta, adianta a freguesia.” (ARAÚJO NETO, 1982, p. 239).

Nesse jogo de ir e vir, é evidente esse traço onde as relações interpessoais na busca de vivenciar o espaço ser o argumento que se coloca como possibilidade de inverter as ordens estabelecidas, isso porque, “a percepção das brechas em Torquato é a percepção de que somos o resultado das nossas relações sejam relações pelas quais optamos seja a relação que travamos com as macropolíticas” (CASTELO BRANCO, 2005, p. 210).

Não à toa poderíamos citar tantos outros trechos de seus poemas/canções que invocam uma espécie de diversos convites para sair, andar, ver a cidade, “você me chama eu quero ir no cinema”¹⁴⁴, “são três horas da tarde, vamos dar um passeio.”¹⁴⁵ Como também o próprio poeta descreve “teve um dia que eu pensei que estava pra morrer. Faz muito tempo, mas eu pensei em Deus ainda a tempo e Deus me salvou. Eu me levantei e saí novamente pela rua” (ARAÚJO NETO, 1982, p. 187)

Esse trecho acima citado foi retirado da Coluna Geléia Geral que Torquato Neto manteve no jornal *Última Hora*, que circulou entre agosto de 1971 até março de 1972, na cidade do Rio de Janeiro. E ela é um bom exemplo para reiterar a discussão aqui debatida, pois há em suas colunas um traço permanente em diversas notas estimulando essa deglutição da urbe, seja teatros, cinemas, praias, clubes ou museus. O leitor podia absorver a coluna e através dela, dissolver-se nesses pontos indicados nas páginas do jornal.

As páginas em preto e branco serviram para dar cor à um período onde “pintar qualquer coisa” era imprescindível. O público regulamente era convidado a abrir caminhos, nas palavras do próprio poeta podemos perceber isto: “A primeira providência continua sendo a mesma de sempre: conquistar espaço, tomar espaço.”

A Geléia Geral foi uma coluna, também no sentido figurativo da palavra, porque além de sustentar os ideários do seu escritor, deu ao leitor um pilar dentro das ruínas que assolavam toda a nação. A coluna servia como uma espécie de grande mural, as colagens

¹⁴⁴ Trecho da canção *Go Back*, escrita por Torquato com Sérgio Brito (não-datada), gravada pelo grupo Titãs em 1988.

¹⁴⁵ Trecho da canção *Domingou*, escrita em 1967.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

de diversificados assuntos davam ao público suporte suficiente das mudanças ocorridas nos cenários naquele momento, seja o da música, do cinema, das artes e da política, e,

Do ponto-de-vista tático e político, *Geléia Geral*, foi ainda linha de frente daquilo que poderia se chamar de a cultura de resistência dos anos 70. E nesse sentido, dois pontos não podem ser esquecidos. Em primeiro lugar, o quase obsessivo projeto de abrir espaços que Torquato imprimiu em *Geléia geral*, fez dessa coluna o lugar por excelência, onde circularam a informação nova e os debates mais polêmicos que esquentaram a produção cultural pós AI- 5. [...] O segundo ponto que chama a atenção em *Geléia geral*, é a determinação abertamente política de enfrentar com a poesia e com a prática jornalística as possíveis brechas que eventualmente pintem. (HOLLANDA, 1980, p. 19)

Toda a apresentação de conteúdos nas colunas diárias, se dava muito mais do que apenas uma compilação de dados, era feita de forma a induzir quem estava do outro lado a absorver tudo ali descrito. Essa postura na mudança de sua linguagem é compreendida, pois

As linguagens são as mediadoras do sonho, do desejo, do medo, de todas as formas de poder. Dessa maneira, novas palavras e novos significados constroem novas relações de poder e corporificam a emergência de formatos novos para as relações sociais. (QUEIROZ, 2005, p. 22)

Esta foi a ação que permeou a jornalística torquateana a de ressignificar as palavras para construir novos tipos de relações, e é importante compreende-la como configuração, no molde da formação cultural e política de uma juventude que se via intensamente barrada pela censura vigente. Ao colocar vida na coluna, não há como ler e não dialogar com ele e todas as artes, das quais o poeta debatia, fazendo isto com autoridade sobre os assuntos que se propunha discutir, acreditando que a imprensa, segundo ele, era mais um item no lixão da indústria cultural pedindo para ser reciclado, reprocessado, engolido e transformado.

Torquato e tantos outros sabiam que a imprensa alternativa era uma das poucas chances de se exercer a liberdade de opinião, e isto ele fala mais claramente numa carta

ao amigo Almir Muniz quando diz: “eu digo: brechas: é por elas amigo, essa bosta da última hora é uma brecha que está pintando: eu não tenho que agradecer a nada, nem muito menos de derrubar a permissividade: eu só quero é o poder sabe?”. O poeta sabia da necessidade de ter poder e mesmo com tanta censura, ele ainda conseguiu ter grande voz. Essa relação entre informação e poder já é recorrente por que:

Ainda e sempre, é o mesmo problema; informação é poder: informação controlada é poder fechado, controlado, em benefício de uns poucos (países ou pessoas). Por isso a informação tem de ser aberta, democratizada, para que haja igualdade de oportunidades para todos, que é a base de qualquer sistema democrático (CASTILHO, apud NOVAES, 1996, p. 75)

No período das impressões erigidas da Geléia, o Brasil estava em plena ditadura militar, não se podia esperar uma liberdade a ser exercida, o Estado não assegurava, muito pelo contrário, a repressão se fazia intensa em todos os níveis, os jornais eram analisados antes mesmo de suas publicações. Os compositores precisavam constantemente modificar as suas letras, para que não fossem barradas pela censura e algumas vezes discos inteiros se perdiam por não estarem de acordo com o discurso repressivo, considerando que

A crescente articulação institucional da cultura, pela via da empresa e agências estatais e o controle político imposto pela censura estimulam a busca de novas alternativas, seja a nível de produção – ali onde seria mais acessível a iniciativa “marginal”, como no caso da imprensa e da literatura de certo teatro -, seja em relação á linguagem. Aqui toda uma retórica de alusões através de truques e metáforas é desenvolvida. (HOLLANDA; GONÇALVES, 1993, p. 96)

Tanto as forças oficiais que comandavam a nação como os grupos sociais alternativos, sabiam do forte poder de conter a tutela da informação, porque dependendo do caráter que ela assumisse, teria uma grande carga de representação e influência no pensamento do círculo social que a absorvesse. Mesmo com tantas repressões, a coluna conseguiu se manter, de certa forma ileisa.

Geléia Geral é, mais do que um oásis de liberdade, uma aberração. Enclave da imprensa alternativa num jornal de grande circulação, fonte de informação preciosa, posto avançado da boa e agressiva polêmica, conclamação a uma mobilização política que, bem ao gosto da época,

não está nos partidos ou movimentos, mas na própria existência. (PIRES, 2004, p. 18)

Segundo à autora, quando Torquato passa a confrontar-se com a signagem das palavras e seus intensos choques, que geram então a problemática dele com a linguagem, não terá sido motivado pela vontade de dar liberdade ao seu leitor, e nem ao ouvinte, porém compreendemos que embora não tenha sido esta a causa, acabou tornando-se fortuitamente uma consequência, uma vez que nas escritas da Geléia os tons didáticos são intencionáveis para a ação direta do leitor. E essa relação na busca de instituir uma comunicação encontra um conveniente espaço na coluna, uma vez que

A coluna é lugar de construção de espaços políticos e culturais e de invenção de novas formas de intervenção social, ocupando todas as brechas possíveis com as praticas ainda não suscetíveis de cair nas malhas da censura. Esse esforço que não é individual, resulta talvez na elaboração de novas linguagens e em tentativas de estabelecer comunicação com o público, a partir de poemas visuais, desenhos, montagens, pôsteres, e mesmo de cinematografia. [...] Torquato incentiva e aconselha no sentido de aproveitamento incessante de brechas e fraturas sociais, encoraja os leitores para que enfrentem o medo. (QUEIROZ, 2005, p. 31)

Torquato Neto é assim então um nome à disposição no descobrimento de diversas facetas, uma vez que em vida deslocou-se por diversos espaços e práticas, desafiou os poderes estabelecidos e na busca de uma imagem nua e crua, foi às últimas consequências. Aqui, enfaticamente o seu papel de jornalista, serviu para o poeta como sua tribuna e seu lugar de voz, quando empreendeu uma luta na busca da (re)construção da cultura nacional em meados dos anos 1970.

E assim concluímos compreendendo os escritos de Torquato à luz das lupas certeunianas sobre os indivíduos cidadãos, que se mesclam, entrelaçam, “como num corpo-a-corpo amoroso” em suas relações subversivas, interpelando-se contra a ordem espacial e suas proibições, reinventando os espaços no universo cambiante das cidades. Por que embora houvesse mesmo muito “perigo na esquina”, ainda era preciso tomar um sorvete na lanchonete, andar uns com os outros, pra se ver de perto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBER, Giorgio. **O que é Contemporâneo? E outros ensaios**. Tradução: Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC. Argos, 2009.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: Edusc, 2007

ARAÚJO NETO, Torquato. **Os últimos dias de Paupéria**. São Paulo: Max Limonad, 1982

_____, Torquato. **Torquatália**: obra reunida de Torquato Neto. Org.: Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Rocco, 2004

BENJAMIM, Walter. **Sobre o conceito de História**. 1940

BUENO, André. Um poeta não se faz com versos. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; CARDOSO, Vinicius Alves (orgs.). **Torquato Neto: um poliedro de faces infinitas**. Teresina: EDUFPI, 2016

CASTELO BRANCO, Edwar; BRITO, Fábio Leonardo C. B. Por uma escrita bailarina da História. In: PATRIOTA, Rosângela. **História cultural: Produção e circulação de conhecimento**: São Paulo: HUCITEC, 2017

_____, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria**: Torquato Neto e uma contra-história da Tropicália. São Paulo: Anablume, 2005

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1 - Artes de Fazer, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. São Paulo: Brasiliense, 1980

HISTÓRIA, LITERATURA E MITO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE DOIS IRMÃOS (2000), DE MILTON HATOUM

Fabrício Lucas Sampaio Moreira Almeida¹⁴⁶

RESUMO: O romance *Dois irmãos* (2000), do escritor manauara Milton Hatoum, narra a história de uma família árabe da Manaus durante a ditadura militar, tendo como um dos eixos centrais a rivalidade irreconciliável dos gêmeos Omar e Yaqub. Hatoum constitui o romance no entremeio da história e do mito: a rivalidade entre irmãos é um tema que remonta às narrativas dos Tupinambá do século XVI, registrados por André Thevet e estudados pelos antropólogos Alfred Métraux e Claude Lévi-Strauss. Tendo estes elementos constitutivos do enredo do romance em conta – a relação com a ditadura, a história ameríndia dos falsos gêmeos e a escrita literária –, o principal objetivo deste trabalho é orientar a investigação da relação entre história, mito e literatura no segundo romance de Milton Hatoum.

PALAVRAS-CHAVE: Mito; Literatura, Narrativas; Representação da realidade

ABSTRACT: The novel *The Brothers* (2000), by Manaus writer Milton Hatoum, narrates the story of an Arab family from Manaus during the military dictatorship, having as one of the central axes the irreconcilable rivalry of the twins Omar and Yaqub. Hatoum constitutes the novel in between history and myth: sibling rivalry is a theme that goes back to the narratives of the 16th century Tupinambá people, as registered by André Thevet and studied by anthropologists Alfred Métraux and Claude Lévi-Strauss. Taking these constitutive elements of the novel's plot into account - the relationship with the dictatorship, the Amerindian history of the false twins, and literary writing - the main objective of this paper is to guide the investigation of the relationship between history, myth, and literature in Milton Hatoum's second novel.

KEYWORDS: Myth; Literature; Narratives; Representation of reality;

¹⁴⁶ Graduando de História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de Iniciação Científica do CNPq no projeto “História, mito e memória. Um estudo sobre o romance *Dois irmãos*, de Milton Hatoum (2000)”. E-mail: fabricsampaio@id.uff.br

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

INTRODUÇÃO

Hatoum é um consagrado escritor brasileiro, traduzido em diversas línguas, autor de importantes romances. É conhecido também pela publicação de crônicas e contos em jornais de ampla circulação, a exemplo de *O Estado de São Paulo*. Além de escritor, Hatoum foi professor de literatura da Universidade de Manaus, estudioso das estratégias de composição de narrativas modernas e das condições de produção e recepção dessas narrativas num dado contexto histórico e social. Sua obra repercute perspectivas estéticas e concepções de história e memória da crítica literária, das ciências humanas e da filosofia contemporâneas. O pano de fundo de *Dois irmãos*, livro que é o principal objeto desta proposta de investigação, também é a violência da história e o contexto da ditadura militar brasileira.

O segundo romance de Hatoum, *Dois irmãos*, conta a história dos gêmeos rivais Yaqub e Omar, filhos de uma família de imigrantes árabes de Manaus. O tema dos gêmeos rivais tem relação com um clássico problema da antropologia, o da chamada “impossível gemealidade”. Este problema diz respeito à interpretação de um amplo conjunto de mitos ameríndios e foi estudado notadamente pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss no livro *História de Lince*, publicado em 1991, no contexto das comemorações dos 500 anos do “Descobrimento” da América, em ele que ressaltou a violência e a devastação sofridas pelos povos indígenas no encontro com os Brancos (IEGELSKI, 2016: 292-296). Em *História de Lince*, Lévi-Strauss colocou no centro de sua investigação o famoso mito tupinambá dos falsos gêmeos, filhos de Maíra-ata, registrado pelo viajante francês André Thevet no século XVI. O antropólogo Alfred Métraux fez, em 1928, uma das primeiras análises etnológicas deste mito Tupinambá (MÉTRAUX, 1979).

Os antigos Tupinambá pertenceram à grande família tupi-guarani e viveram em quase toda a costa brasileira no momento do Descobrimento. Eles ficaram famosos graças aos relatos da prática de canibalismo feitos por religiosos e viajantes do século XVI. O mito tupinambá dos falsos gêmeos, filhos de Maíra-ata, foi colhido por André Thevet entre 1550 e 1555 e publicado no Rio de Janeiro em seu livro *Cosmografia universal*, em 1575. Vale ressaltar que os mitos que contam as sagas de gêmeos não são exclusivos das populações indígenas que vivem nas Américas, mas, para Lévi-Strauss, entre as populações do Novo Mundo, eles são uma espécie de manifestação das características específicas do pensamento ameríndio, a saber, o seu dualismo em desequilíbrio – que não

deve ser confundido com a natureza binária do pensamento humano – e a abertura para o outro.

É surpreendente constatar que no livro de Hatoum encontram-se ecos do pensamento ameríndio estudado por Lévi-Strauss. *Dois irmãos* trata da assimetria entre os gêmeos rivais, Yaqub e Omar; o mito de Thevet fala das características antitéticas dos falsos gêmeos amigos, filhos de Maíra-ata e Gambá. Povoado com as histórias dos habitantes das terras amazônicas, este romance de Hatoum é uma narrativa sobre as desventuras dos gêmeos Yaqub e Omar que, tendo a mesma aparência física – “tinham o mesmo rosto anguloso, os mesmos olhos castanhos e graúdos, o mesmo cabelo ondulado e preto, a mesmíssima altura. Yaqub dava um suspiro depois do riso, igualzinho ao outro” (HATOUM, 2000: 16) –, distanciavam-se muito em temperamento.

O MITO NA LITERATURA E A LITERATURA NO MITO

No âmbito dos estudos da crítica literária, o problema da representação do real sempre norteou o interesse dos estudiosos, se configurando como um dos eixos centrais. Se o trabalho de crítica de um romance é uma tentativa “de compreensão disso que nos ultrapassa, desafia e ilumina” (ARRIGUCCI JR., 1999: 20) – a obra literária –, o que, de um ponto de vista da história, pode revelar a obra literária? Existe uma íntima conexão entre o escritor e o historiador. De acordo com François Hartog,

O escritor, pelo menos aquele que assume a tarefa de revelar o mundo, se ele caminha, é à frente. E não se trata aí de vanguarda, mas disso apenas: o historiador vem depois, não só cronologicamente, mas cognitivamente. Isso é verdade para todos os praticantes das ciências humanas e sociais, de quem se espera que reúnam, tanto quanto possam, as provas que avançam. Eles são inevitavelmente como a coruja de Minerva, que alça seu voo ao anoitecer: a abordagem reflexiva circunscreve seu domínio. Enquanto o escritor pode se emancipar dela para captar aquilo para o que ainda não existem palavras e que, livro após livro, ele vai tentar abordar com suas próprias palavras. Como um trapezista sem rede de proteção (HARTOG, 2017: 128).

Existe uma relação estreita entre as obras literárias e a história. Não porque a narrativa literária e a narrativa histórica tenham, em maior ou menor grau, um “quê” de conteúdo ficcional. A história nunca abdicou de seu interesse, ou busca, pela verdade. Podemos dizer o mesmo da literatura. Entretanto, a verdade que a literatura comunica não é a mesma verdade da história, mas nem por isso estas verdades são contraditórias, nem

por isso elas se excluem. As obras literárias dão acesso à dimensão utópica da verdade, uma verdade que não é a dos fatos, mas sim a dos valores, das ideologias, dos códigos de cultura e de linguagem que comunicam um estilo de pensamento (BENZAQUEN DE ARAÚJO, 1998: 257). Segundo Roberto Schwarz, a matéria com a qual trabalha o escritor não é informe: “é historicamente formada e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência” (SCHWARZ, 2000: 31).

Erich Auerbach, ao se debruçar sobre as origens da literatura ocidental, identifica na comparação entre os escritos homéricos e os textos bíblicos duas tendências estéticas distintas. Enquanto em *Ilíada* e *Odisseia* a construção linguística é complexa do ponto de vista sintático, o efeito produzido pela narrativa na construção da imagem dos homens é simples – as personagens e seus motivos são lineares e a relação com a realidade da vida que descreve também o é. Dessa forma, o impulso de representação dos fenômenos de forma acabada, visível e com intencionalidades bem definidas, a despeito do que se espera, produz um efeito lacunar na obra. A profundidade linguística e sintática da obra, justamente por seu alto grau de elaboração, não abre margem para o histórico, que é permeado por diferentes planos sobrepostos. É desta maneira que Homero apenas conhece “o primeiro plano, só um presente uniformemente iluminado, uniformemente objetivo” (AUERBACH, 1971: 5) e a passagem do tempo na narrativa é apenas instrumental – as características físicas das personagens e do ambiente podem mudar, mas as virtudes e moralidade permanecem no plano do eterno presente.

O relato bíblico contém seu contraponto; a intenção religiosa do texto condiciona uma exigência absoluta de “verdade histórica” e, a despeito da simplicidade linguística, as personagens e enredos apresentados são repletos de planos. Não se trata de distinguir história da lenda, mas de compreender que a intencionalidade dos textos os coloca em estruturas narrativas distintas: a bíblia na estrutura histórica, representando os homens e mulheres em suas múltiplas contradições, que se amplificam com a passagem do tempo; as narrativas homéricas na estrutura lendária, na qual a dimensão temporal do presente é a única possível (AUERBACH, 1971). Como forma de consolidar o argumento, Auerbach resgata a história do sacrifício de Isaac pelo profeta hebreu, Abraão. Seria possível representar os dilemas éticos que perpassam toda a história do sacrifício de seu próprio filho na narrativa homérica?

O debate acerca de uma suposta historicidade nos textos homéricos é amplo e está longe de ser consensual, como atesta François Hartog ao apreender uma consciência

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

histórica na Odisseia (HARTOG, 2014). O encontro de Ulisses com o aedo Demódoco e a confrontação do herói com o seu próprio passado é um dos pontos nevrálgicos para a apreensão de uma noção de historicidade em emergência, ainda que não em sua plenitude. Há de se considerar que embora não existam palavras para definir o passado nas obras homéricas, a tensão estabelecida entre aquilo que aconteceu em Troia, narrado em *Ilíada*, e o resgate deste conflito no canto do poeta demarca uma fronteira que cria uma relação ambígua em Ulisses, cuja identidade no tempo presente é confrontada com sua própria alteridade, aquilo que ele já foi. A impossibilidade de evocar o passado em palavras, por sua vez, é traduzida nas lágrimas do herói ao ouvir o canto épico.

A perspectiva de Hartog, além de relativizar a ideia de um eterno presente nas obras homéricas, observando diferentes planos psicológicos nas personagens e enredos, também apresenta, em outros termos, a problemática da representação do passado como uma chave de análise da obra literária. Embora o historiador francês reconheça que a construção dos textos bíblicos e homéricos é distinta do ponto de vista de estratégias narrativas, a “tensão opressiva” a qual diversos poetas acreditavam não existir em se tratando dos poemas clássicos (AUERBACH, 1971: 8) também se estabelece com os gregos por meio de uma relação que articula o passado no presente. As lágrimas de Ulisses não seriam apenas um detalhe despercebido, mas lágrimas de lembrança: expressão da memória do herói e, concomitantemente, esforço para não o tornar refém do esquecimento. Considerada a epopeia do retorno, a Odisseia representa uma experiência temporal complexa, ainda que esteja atrelada à estrutura narrativa lendária.

Conquanto as diferenças se apresentem, tanto o texto eloísta quanto os textos homéricos bebem das águas do mito, cuja função é tornar o passado inteligível, coligindo os pontos difusos da colcha de retalhos da tradição. É justamente esse caráter fragmentado dos mitos que torna possível a compreensão da sua dimensão compartilhada por diferentes sociedades. Aprender a narrativa mítica não como uma massa de histórias irracionais, mas como uma explicação inteligível sobre a origem do mundo, contendo em si uma série de valores morais que atravessam e dão sentido à organização das sociedades, é fundamental para apreender a função dos mitos, que se complexificam na medida em que diversos grupos sociais entram em contato. A colcha de retalhos da narrativa mítica nada mais é que a expressão da articulação entre diferentes sociedades ao longo do tempo. Apesar da distinção realizada por Auerbach em termos de estruturas narrativas, o crítico

literário não nega a presença dos mitos nos relatos bíblicos – a grande diferença se dá na posição que a lenda assume na obra eloísta.

Sob esse aspecto, o crítico literário Robert Alter refere-se à bíblia como uma ficção historicizada, na qual a construção linguística do texto contrasta com a narrativa do mundo mitológico, transitando da representação metafórica para a metonímica (ALTER *apud* MELLO, 2013). Essa transição dá um tom mais realista à obra, mas não exclui a técnica de representar do lendário. No entremeio da história e da lenda, a literatura, portanto, constrói uma representação da verdade que não se estabelece pelos critérios de racionalidade da ciência histórica ou da exegese, revelando os pontos de tensão entre diferentes regimes de discurso.

Para a análise dos textos bíblicos e da mitologia ameríndia, além dos instrumentos analíticos da crítica literária, os estudos antropológicos de Claude Lévi-Strauss em *História de Lince* e a análise realizada por Alfred Métraux sobre a mitologia tupinambá se apresentam de forma a mobilizar as relações intertextuais, visto que alguns temas-chave aparecem de forma sistemática nas diferentes narrativas. Tendo como base os relatos de viagem de André Thevet, escritos durante o século XVI, é interessante notar que o tema da gêmealidade impossível aparece em diferentes mitos indígenas da América.

Na análise dos mitos ameríndios, Lévi-Strauss identifica um princípio de organização do pensamento indígena norteado pelo dualismo em desequilíbrio. Em *História de Lince*, o antropólogo belga percorre um longo itinerário, perscrutando os pontos de conexão entre os mitos sobre gêmealidade na América do Norte e Sul. Seja Lince e Coiote ou Tamendonare e Aricoute, a dualidade é estruturante nos mitos, revelando não uma peculiaridade do pensamento indígena, mas uma recorrência do pensamento humano, que é expressa em diferentes histórias de origens tanto do Velho quanto do Novo Mundo (LÉVI-STRAUSS, 1993)¹⁴⁷. No entanto, o que difere as sociedades ameríndias das demais quanto ao dualismo é justamente a assimetria: não há polos completamente antitéticos entre os gêmeos e, nesse sentido, as características morais das personagens podem ser ambíguas ao longo da narrativa. Além disso, a recepção do nascimento de gêmeos não é consensual entre as diferentes sociedades

¹⁴⁷ O antropólogo identifica que a dualidade enquanto princípio de organização opera de formas distintas ao comparar grupos de origens indo-europeias com os ameríndios. O pensamento bipartido do Velho Mundo se estabelece de forma simétrica na gêmealidade, de forma a criar uma completa identidade nas personagens ou uma posição completamente antitética.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

indígenas, como atesta o antropólogo belga: “Na América do Sul (...) os gêmeos verdadeiros são maléficos, aqueles gerados por pais diferentes cumprem uma função indispensável ao bom andamento do mundo” (LÉVI-STRAUSS, 1993: 118).

Portanto, a ideia de uma gêmealidade simétrica – tanto do ponto de vista genealógico quanto do ponto de vista moral (no qual as virtudes de um se tornariam o completo oposto do outro) não somente é negada, como também é encarada como um provável sinal de destruição, pois nas sociedades indígenas americanas

(...) os mitos concebem toda uma série de intermediários. Irredutível, a dualidade assumirá a forma da antítese, um gêmeo bom e o outro mau; um associado à vida, o outro à morte; um ao céu, o outro à terra ou ao mundo subterrâneo. Seguem sistemas em que a oposição entre os gêmeos perde seu caráter absoluto em benefício de uma desigualdade relativa: esperto ou tolo, jeitoso ou desajeitado, forte ou fraco etc. Os mitos americanos apresentam uma boa amostra dessas soluções graduadas. (LÉVI-STRAUSS, 1993: 205)

Daí decorre o princípio de organização da dualidade em constante desequilíbrio – ou, para o caso dos irmãos, da impossível gêmealidade. As posições são intercambiáveis e intermediárias e, no espaço em que se constrói o mito, “a identidade [entre os pares] constitui um estado revogável ou provisório; não pode durar” (LÉVI-STRAUSS, 1993: 208).

Recolhendo os relatos de viagem de André Thevet durante o século XVI, Alfred Métraux organiza-os em *A religião dos Tupinambá e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*, procurando alcançar, por meio do cruzamento dos relatos, o que poderia ser a forma primitiva do mito. Embora se reconheça alguns limites da reconstituição, tanto pelo fato de o explorador ter omitido alguns trechos em sua escrita quanto pela própria natureza fragmentada da tradição oral, os pontos de convergência entre os diversos relatos são úteis para a investigação. Lévi-Strauss ainda advoga que a omissão de certos detalhes por Thevet não é arbitrária: “Todo mito possui uma estrutura que dirige a atenção e ecoa na memória do ouvinte (...) Thevet não escolheu ouvir e guardar qualquer coisa. É, antes, nos mitos registrados nos séculos e que se podem frequentemente reconhecer os cacos de uma mitologia mais coerente, ainda atestada em outros lugares” (LÉVI-STRAUSS, 1993: 49).

Sobre o mito tupinambá, Métraux inicia ressaltando o papel central dos gêmeos, considerando-o “tão importante quanto o [papel] do próprio herói-civilizador. Sua função

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

é a de rematar a obra desse último e de ocorrer em ajuda da humanidade” (MÉTRAUX, 1979: 21).

Tamendonare e *Aricoute* eram dois irmãos rivais, divididos por seus diferentes temperamentos. *Aricoute*, intrépido e belicoso, desprezava seu mano, a quem reputava poltrão; mas este, certa vez, tendo humilhado o irmão por ter o mesmo trazido como troféu apenas o braço do inimigo, *Aricoute*, irritado, lançou o despojo contra a choça de *Tamendonare*, provocando, por esse ato, a ascensão ao céu, imediata, de toda a aldeia. Logo, *Tamendonare* bateu com o pé na terra, fazendo jorrar a água, que não tardou a recobrir o globo. Os dois irmãos, acompanhados de suas mulheres, salvaram-se trepados às árvores e repovoaram, depois, o mundo. Pretendem os Tupinambá descender de *Tamendonare* e os Temiminó de *Aricoute* (MÉTRAUX, 1979: 21).

As definições de *Tamendonare* e *Aricoute* apontam justamente para a dualidade em desequilíbrio a qual Lévi-Strauss se refere: apesar da relação de contraste entre os irmãos, não é uma relação maniqueísta entre bem e mal, herói e vilão. *Tamendonare*, reputado como covarde pelo seu irmão, ainda assim provoca a ira de *Aricoute*, o que desencadeia uma série de conflitos de dimensões catastróficas que influem na ordenação da natureza. Pode-se encontrar uma cena similar já no início de *Dois irmãos*, resgatando as memórias de infância de Yaqub. O irmão “intrépido e belicoso”, Omar, provoca sentimentos mistos em Yaqub.

Quando chovia, os dois trepavam na seringueira do quintal da casa, e o Caçula trepava mais alto, se arriscava, mangava do irmão, que se equilibrava no meio da árvore, escondido na folhagem, agarrado ao galho mais grosso, tremendo de medo, temendo perder o equilíbrio. A voz de Omar, o Caçula: “Daqui de cima eu posso enxergar tudo, sobe, sobe”. Yaqub não se mexia, nem olhava para o alto: descia com gestos meticulosos e esperava o irmão, sempre o esperava, não gostava de ser repreendido sozinho (...)

Não, fôlego ele não tinha para acompanhar o irmão. Nem coragem. Sentia raiva, de si próprio e do outro, quando via o braço do Caçula enroscado no pescoço de um curumim do cortiço que havia nos fundos da casa. Sentia raiva de sua impotência e tremia de medo, acovardado, ao ver o Caçula desafiar três ou quatro moleques parrudos, aguentar o cerco e os socos deles e revidar com fúria e palavrões. Yaqub se escondia, mas não deixava de admirar a coragem de Omar (HATOUM, 2000: 17-18)¹⁴⁸.

¹⁴⁸ O trecho citado não é arbitrário para a análise da relação de *Dois irmãos* com a mitologia ameríndia. No mito tupinambá, o conflito entre *Aricoute* e *Tamendonare* provoca a suspensão de toda a aldeia aos céus, e os irmãos se agarram, com suas respectivas esposas, a duas árvores para se salvarem: *Tamendonare* à conhecida *Pindoba* e *Aricoute* à *Jeniparana*, de acordo com os relatos colhidos por André Thevet. O espaço Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Para os ameríndios da América do Sul, a gemealidade oriunda da mesma paternidade seria maléfica. A narrativa de Thevet, iluminada pelas observações de Métraux, já deixa clara a distinta paternidade de Tamendonare e Aricoute para os Tupinambá: um seria filho do herói-civilizador Maíra-ata, enquanto o outro de “um homem que não se distingue do comum dos mortais” – que em algumas narrativas aparece personificado na figura de um gambá (MÉTRAUX, 1979: 22). A distinção entre os irmãos sempre colocava o filho do herói-civilizador na posição de desfazer os erros do outro, embora em um dado momento das histórias ambos consigam realizar suas atividades com êxito. Dessa forma, ainda que opostos, o contraste dos irmãos torna possível a criação de uma complementaridade, que vai se construindo ao longo de todo o mito.

Aqui é necessário ressaltar como o mito ameríndio se transpõe para o enredo da rivalidade entre Yaqub e Omar: assim como atestava a tradição tupinambá, caso a paternidade dos dois irmãos fosse a mesma, seus destinos estariam inexoravelmente fadados à ruína e à destruição, minando quaisquer condições de uma possível união – o que se concretiza ao longo da narrativa. Além disso, a relação que os gêmeos possuem com seus progenitores é emblemática na construção dos textos, tanto do mito quanto do romance. O desequilíbrio das relações afetivas entre o patriarca e Omar e, em contrapartida, o relacionamento atávico do mesmo Caçula com sua mãe, Zana, além do próprio temperamento oposto dos irmãos só pôde ter como consequência o esfacelamento da família – contrapondo-se ao senso de cumplicidade fraterna atestado nos mitos dos povos originários.

Analogamente, o mito tupinambá narra a jornada de Tamendonare e Aricoute em busca de Maíra-ata, e os percalços enfrentados pelos gêmeos na procura do herói-civilizador também demonstram a situação irremediavelmente conturbada entre pai e filho. A paternidade assume um dos focos do enredo e é um tema que atravessa não só a mitologia ameríndia, mas também a mitologia cristã. Nas diferentes versões do mito, o reencontro do herói com sua prole é marcado pela imposição de uma série de desafios aos meninos para a comprovação da paternidade (neste caso, de um dos irmãos); passar por

natural da Amazônia em *Dois irmãos* também é objeto de reflexão para a obra, podendo Manaus ser considerada uma das personagens, como o pesquisador Benito Petraglia defende em artigo.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

tais tribulações, vencendo os adversários, significava o triunfo nas aventuras e, sobretudo, a comprovação do laço familiar com o herói-civilizador.

Na obra hatouniana, contudo, o conflito entre Halim e Yaqub/Omar é selado antes mesmo da concepção de Zana, pois, embebido de amor por sua esposa, o comerciante árabe não desejava ter filhos, mas enxergou na gravidez a possibilidade de findar o longo luto da amada pelo seu pai. Numa análise preliminar, poder-se-ia dizer que a profecia tupinambá se faz presente na obra do escritor manauara: desde o início, a existência dos irmãos de um mesmo pai está condicionada a um conflito irremediável – seja entre pai e filhos, seja entre os próprios irmãos. Os desafios pelos quais estes se deparam não teriam o mesmo desfecho que os de Tamendonare e Aricoute com Maíra-ata em virtude de um destino já previamente organizado cosmologicamente.

A dualidade dos irmãos se estabelece de maneira gradual ao longo das páginas, apesar de já estar presente desde o início do livro pelo ordenamento não-linear dos capítulos. Pode-se dizer que o foco narrativo do dualismo se intensifica, chegando ao seu ápice em um dos períodos mais violentos da história política brasileira: a ditadura militar. Yaqub, o irmão que migra para São Paulo e vê com otimismo os projetos de modernização conservadora do regime autoritário apoia o empreendimento militar na terra natal, afinal, “Manaus está pronta para crescer” (HATOUM, 2000: 195). Omar, por sua vez, torna-se um resistente à ditadura, escrevendo um manifesto contra os golpistas, se mobilizando principalmente após a morte de seu professor e amigo Antenor Laval, violentamente perseguido pelas forças policiais. Na medida em que se destruíam quaisquer possibilidades de conciliação entre os irmãos, a destruição da cidade manauara acompanhava o processo no mesmo ritmo.

“Duelo? Melhor chamar de rivalidade, alguma coisa que não deu certo entre os gêmeos ou entre nós e eles”, revelou-me Halim, mirando a seringueira centenária do quintal” (HATOUM, 2000: 62). A inevitabilidade do destino conflituoso é reafirmada na narração do filho da empregada da família, Nael, que reescreve suas conversas com o patriarca libanês.

CONCLUSÃO

Hatoum passeia entre diferentes matizes culturais para a construção do romance Dois irmãos. Bebe das águas da literatura homérica, transita pelos simbolistas europeus, bem como extrai das narrativas ameríndias e bíblicas um arsenal de temas que vão

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

assumindo contornos próprios em sua obra. As temáticas abordadas na literatura hatouniana não se esgotam e, na verdade, se atualizam com os referenciais históricos e sociais da comunidade de leitores, construindo, dessa forma, uma relação dialógica entre obra, contexto e artista.

A relação entre história, mito e literatura em *Dois irmãos* pode, por fim, ser analisada sob o prisma da violência: o espectro da ditadura militar que ronda os destinos da família sírio-libanesa e de Manaus é um processo político que não só transforma a realidade dos personagens, como escancara as desigualdades profundas da região, cujo processo de integração nacional nunca fora completamente realizado. De maneira análoga, os mitos ameríndios têm como objetivo a explicação de uma realidade que articula homem, natureza e divindades. Os mitos não são inertes, portanto, os conflitos presentes nas narrativas também são uma tradução das experiências históricas violentas vividas pelos povos ameríndios. Por fim, a literatura torna-se a condição de possibilidade narrativa para Hatoum exprimir uma relação mais verdadeira com os processos violentos que vivenciara durante a ditadura militar, traduzindo uma experiência coletiva.

FONTES

HATOUM, Milton. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de Lince*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

MÉTRAUX, Alfred. *A religião dos Tupinambá e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “História e narrativa”. In: *Ler e escrever para contar*. Documentação, historiografia e formação do historiador, org. Ilmar Rohloff de Mattos. Rio de Janeiro: Access, 1998.

ARRIGUCCI JR., Davi. *Outros achados e perdidos*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

AUERBACH, Erich. A cicatriz de Ulisses. In: *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

IEGELSKI, Francine. *Astronomia das constelações humanas*. Reflexões sobre Claude Lévi-Strauss e a história. São Paulo: Humanitas, 2016.

HARTOG, François. *Crer em história*. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Trad. Andréa Souza de Menezes, Bruna Beffart, Camila Rocha de Moraes, Maria Cristina de Alencar Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

MELLO, L. *Dois Irmãos e seus precursores: um diálogo entre o romance de Milton Hatoum, a Bíblia e a mitologia ameríndia*. Dissertação (Mestrado em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

OS PREFÁCIOS DOS TRADUTORES COMO ARQUIVOS DE RESISTÊNCIA À INVISIBILIDADE HISTÓRICA

Denes Augusto Clemente¹⁴⁹

RESUMO: O presente trabalho busca compreender a tradução e o prefácio do tradutor como resistência contra a o movimento histórico de invisibilidade do tradutor. Memória, esquecimento e origem são temas imprescindíveis nessa leitura, cujo fundamento se encontra na revisão de dois ensaios: *A Tarefa do Tradutor* (1923) de Walter Benjamin e *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana* (1995) de Jacques Derrida. Assim, esta proposta procura relacionar estes espaços de escrita como elementos importantes para a visibilidade histórica do tradutor.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução, Arquivo, Memória

RÉSUMÉ: Le présent travail cherche à comprendre la traduction et la préface du traducteur comme résistance contre le mouvement historique de l'invisibilité du traducteur. Mémoire, oubli et origine sont des thèmes essentiels de cette lecture, dont le fondement se trouve dans la recension de deux essais : *La Tâche du Traducteur* (1923) de Walter Benjamin et *Mal d'Archive* (1995) de Jacques Derrida. Ainsi, cette proposition cherche à mettre en relation ces espaces d'écriture comme des éléments importants pour la visibilité historique du traducteur.

MOTS-CLÉS: Traduction , Archive, Mémoire

INTRODUÇÃO

Faz parte das expectativas de um livro a ideia de que a obra raramente comece de imediato. Basta abrir qualquer volume que se tenha em mãos para que, após superar as

¹⁴⁹ Mestrando em Literatura Alemã na Universidade Federal Fluminense.
denesjf@gmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

páginas dedicadas às informações técnicas, se depare com a presença de paratextos. Eles, de uma maneira geral, despertam pouco ou nenhum interesse aos leitores menos pacientes que, na pressa de iniciar a leitura do texto, saltam sem culpa, as páginas introdutórias. Nesta desconsideração há um importante paradoxo em relação a estes textos que, sem os quais, os leitores não considerariam estar diante de um livro *sui generis*: a necessidade da presença destes paratextos que, forçosamente, ou, em geral, serão preteridos em favor do próprio livro.

A fundamentação deste trabalho entende o prefácio do tradutor enquanto arquivo apoiando-se na teoria de Derrida. É de igual interesse reconhecer as afinidades entre os paratextos e o pensamento tradutório benjaminiano, mais precisamente do seu prefácio/ensaio *A Tarefa do Tradutor*. Por fim, a valorização do discurso sobre a tradução através da escrita do tradutor faz do prefácio um lugar de evidência, ou seja, enquanto os leitores tendem a obliterar o tradutor, os paratextos aqui analisados buscarão ir na contramão dessa tendência, uma vez que os prefácios do tradutor, quando tratam de tradução, geralmente propiciam uma emancipação em relação ao autor, pois agem como um impulso à luta por visibilidade.

Sobre a seleção dos prefácios, alguns critérios foram adotados: 1) que fossem prefácios do tradutor que tratassem da tradução; 2) que apresentassem, entre si, diferenças significativas de abordagem da tradução; 3) que fossem relativos à tradução de obras de poesia; 4) que exemplificassem situações recorrentes em outros prefácios. Para isso, foram consultados outros trabalhos sobre prefácios de tradutores, particularmente aqueles em que se pode observar um corpus de análise bem mais volumoso.

Crerios como língua, autor, pertença a estilos literários e problemas pragmáticos de tradução não foram levados em consideração, até porque se trata de um estudo sobre prefácios de tradutores, e não uma análise de tradução. Assim, este corpus buscou considerar a diversidade dos textos, sendo formado pelos seguintes prefácios: “Nota sobre a tradução”, de Cláudia Cavalcanti, presente na obra *Cristal* (2014), “Sobre a Tradução”, de Lilian Pestre de Almeida, presente na obra *Diário de um Retorno ao País Natal* (2012); “Nota Limiar”, de José Paulo Paes, presente na obra *Rainer Maria Rilke [poemas]* (2012); “Adonis em Português”, de Michel Sleiman, presente na obra *Adonis [poemas]* (2012).

TEORIA DO ARQUIVO

Fruto de uma conferência proferida por Derrida em Londres no ano de 1994, sob o título: *Memória: a questão dos arquivos*, o ensaio *Mal de arquivo: uma impressão freudiana* (2001) é uma intensa reelaboração do conceito de arquivo. Tão denso quanto o conteúdo do livro são os detalhes da obra; por isso, vale observar que o texto é organizado a partir de um índice cujos títulos de alguns capítulos são títulos de paratextos. O primeiro capítulo intitulado *exergo*, fundamental nesta análise, é precedido por dois paratextos sem título que, apresentando igual importância, inauguram a discussão derridiana. É nesses paratextos iniciais, cujo escopo é a discussão em torno da palavra arquivo, e no primeiro capítulo, em que se discute o conceito de arquivo, que está o aporte necessário para delimitar a compreensão de *arquivo* e *mal de arquivo*, especialmente no que toca os prefácios dos tradutores. Apresentando a discussão sobre a problemática da palavra arquivo, Derrida expõe que *Arkê*, *Arkheîon* e *Arconte* compõem uma tríplice base intimamente ligada à origem do termo, aspecto importante para a (des)construção do nome, ideia e conceito de arquivo.

No primeiro eixo desta tríplice está o étimo *Arkê* que, por sinal, remete à origem do nome arquivo. Nesta palavra grega congrega-se um duplo significado: *começo* e *comando*. Enquanto *começo*, a *Arkê* condensa, segundo Derrida (2001) “o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* – princípio, físico, histórico ou ontológico” (p. 11), como *comando* é o “princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social” (DERRIDA, 2001, p. 11). Deste modo, este termo coordena o *onde* começa e o *quem* comanda, através da lei, o arquivo. Segundo Joel Birman (2008):

um conjunto de documentos que remeteriam a diversos *acontecimentos* que ocorreram numa dada ordem social. Porém, tais documentos recobriram os tratamentos prévios de decantação e de classificação, que implicariam o agenciamento realizado pelo poder propriamente dito. (p. 115).

Neste caso, o “poder propriamente dito” revela a outra origem da palavra arquivo e, portanto o segundo eixo, que emerge a partir de *Arkheîon*. O *Arkheîon*, casa dos *Arcontes*, cede morada ao arquivo. O termo estoca as marcas, impressões e tipografia do arquivo, sendo, portanto, “nesta *domiciliação*, nesta obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram” (DERRIDA, 2001, p. 13). No entanto, a casa não deixa de ser

a morada do *Arconte*, “poder propriamente dito”, último eixo da palavra arquivo, o qual atuaria no *Arkheion*, lugar e domicílio, como *guardião* e *intérprete* do próprio arquivo. Sob esse aspecto, o *Arconte* conservaria a autoridade para o exercício das funções de unificação, identificação e classificação. Com efeito, é notória a relação entre localização (*Arkheion*) e autoridade (*Arconte*), sugerindo, portanto, um retorno à palavra *Arkhe* em seu duplo sentido: enquanto *começo*, onde as coisas *começam*, mas, igualmente, como *comando*, lei ou ordem, ou seja, *quando* e *onde* a ordem é instituída (DERRIDA, 2001, p. 11-12).

Nesse sentido, o princípio *arcôntico* é *começo* e o *comando*. Segundo Dirce Solis (2014) “lugar e lei, o lugar do *ethos*, em seu sentido mais originário. casa dos *Arcontes* marca, pois, a primeira passagem do privado ao público, do segredo ao exposto” (p. 378). Essa passagem assinala a consignação, reunião dos signos, pois “Num arquivo não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou *segredo* que viesse a separar (*secernere*). Compartimentar de modo absoluto” (DERRIDA, 2001, p. 14). Deste modo, o princípio *arcôntico* do arquivo é um princípio de consignação, isto é, reunião (DERRIDA, 2001, p. 14).

Sobre o conceito de arquivo, segundo Derrida, o *exergo* articula-se com uma citação, sendo, portanto, a partir de algumas palavras que se deve dar o tom, ressoando a forma ou o sentido que permite ao *exergo* “capitalizar numa elipse. Acumular de antemão um capital e preparar a mais-valia de um arquivo” (DERRIDA, 2001, p. 17). Sob essa forma de *exergo* que Derrida aponta a primeira figura do arquivo, justamente por prefigurar um caráter “ao mesmo tempo *instituidor* e *conservador*” (DERRIDA, 2001, p. 17), condições que assinalam sua *economia* em um duplo sentido: em que simultaneamente guarda e põe em reserva, mas, por outro lado, faz respeitar a lei da casa, domicílio (*óikos*), ou seja, uma *eco-nomia* (DERRIDA, 2001, p.17). Nesse sentido, a noção de arquivo apresentada no *exergo* indica duas acepções para afigurar o conceito de arquivo que talvez liguem secretamente entre si dois lugares de *inscrição*: a *tipografia* e a *circuncisão* (DERRIDA, 2001, p. 18).

Segundo Derrida, neste primeiro lugar observa-se logo de início que a hesitação de Freud em *Mal estar na civilização* expõe um paradoxo. Quando Derrida apresenta a incerteza de Freud em relação à validade de mobilizar um aparato tipográfico para, então, imprimir um discurso que todos já conhecem, assinala que o psicanalista procede em uma *captatio benevolentiae* (DERRIDA, 2001, p. 20). Para obter a confirmação, basta observar

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

que o empenho retórico, com a finalidade de alcançar a benevolência do leitor, é cultivado, portanto, pela interpelação de Fred quanto à necessidade de arquivar tipograficamente o próprio discurso, ou seja, o questionamento sobre a utilidade dos enunciados seria a condição de possibilidade de ganhar o leitor. No entanto, este paradoxo revela algo de mais profundo, como assinala Solis “esta ‘reclamação’ acaba por deslanchar a importância da pulsão de morte, o que justifica, então, a impressão do texto” (2014, p. 337).

No outro campo explorado por Derrida a dimensão privada do arquivo, onde a *circuncisão* “de modo reiterado, deixa o rastro de uma incisão *diretamente* na pele” (DERRIDA, 2001, p. 33). Para Freud, essa *inscrição privada* é reelaborada na ocasião de seu 35º aniversário, quando seu pai lhe entrega a bíblia Philippsohn, usada em sua juventude, “sob uma nova pele”. Entre a *impressão* pessoal deste signo da aliança e sua renovação “sob uma nova pele”, acontece um movimento de arquivo, em que o segredo da marca de um evento pessoal, torna-se público através da materialidade exterior, do suporte e do arquivo.

O PREFÁCIO ENQUANTO ARQUIVO

Expostas as reflexões derridianas acerca do sentido e do conceito de arquivo, lança-se, então, uma importante questão: Considerando-se, pois, os prefácios dos tradutores como arquivo, de que maneira eles compreenderiam um mal de arquivo, assim como descreveu Derrida? Para melhor tratar a questão, parte-se da seguinte observação de Lawrence Venuti:

Os efeitos sociais da invisibilidade do tradutor acrescentam uma urgência ainda maior à necessidade de uma desmistificação da prática da tradução. Esta tarefa foi iniciada pelos prefácios que os próprios tradutores ocasionalmente anexam ao seu trabalho e pela maior sofisticação da literatura da área de tradução, de natureza tanto teórica como crítica. (VENUTI, 1996, p. 112)

Essa invisibilidade, ou melhor, este esquecimento do tradutor é uma marca historicamente *hypomnética*, resultado de um desejo de apagamento do tradutor. Com efeito, todos esses elementos vêm sendo arquivados atualmente nos prefácios do tradutor. Este arquivo em seu sentido clássico “teria uma origem e se configuraria como experiência de rememoração, que seria definida e materialmente realizada pela

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

configuração de uma historiografia de uma dada tradição” (BIRMAN, 2008, p. 115). Essa tradição pode ser aqui compreendida pela experiência do livro pós-Gutenberg, cuja materialidade vem sendo definida através da historiografia, em especial após o século XVI quando se percebe uma inserção mais significativa dos temas e procedimentos dos prefácios nos livros, como assinalou Genette (2009, p. 147).

Entretanto, essa experiência de rememoração, *anamnese*, não constitui uma instância única do arquivo, especialmente, no caso dos prefácios, que por diversos fatores, impedem uma memória historiográfica isenta de grandes lacunas. Nesse sentido, a experiência *anamnésica* sofre um alargamento para além deste conceito clássico, nesse caso, a *hypomnese* (BIRMAN, 2008, p. 115). Deste modo, o prefácio do tradutor não se restringe apenas à verdade material que se daria no registro *patente*, isto é, enquanto documento, mas, por outro lado, assimila também os enunciados dos registros *latentes* (BIRMAN, 2008, p. 116), revelando uma verdade histórica, onde a dimensão *hypomnérica* do arquivo encontraria lugar.

Justamente nesse arquivo aberto, lugar da lembrança e do esquecimento, espaço material que não comporta todos os elementos da memória pela documentação, é que se inscrevem os registros *latentes*, nos quais se evoca o esquecimento e as marcas de invisibilidade do tradutor, deste modo, o sentido se deixa contaminar pela estrutura arquivante, ou seja, o tradutor atua na própria estrutura de seu esquecimento; o livro.

Sendo assim, os prefácios enquanto arquivos, testemunhas e resistência à invisibilidade, estariam também sujeitos a uma ameaça, aquela a qual os tradutores “esquecidos” são continuamente submetidos. Essa ameaça fere igualmente o poder *arcôntico* exercido pelo tradutor, é ela quem devora todo desejo de arquivo. É exatamente isto, esta pulsão de morte que, nesta situação, é denominada de *mal de arquivo* (DERRIDA, 2001, p. 23).

OS PREFÁCIOS ENQUANTO ARQUIVOS

Expostas as reflexões derridianas acerca do sentido e do conceito de arquivo, lança-se, então, uma importante questão: Considerando-se, pois, os prefácios dos tradutores um arquivo assim como Derrida descreveu, de que maneira eles compreenderiam um mal de arquivo? Para melhor dimensionar a questão, parte-se da seguinte observação de Lawrence Venuti:

Os efeitos sociais da invisibilidade do tradutor acrescentam uma urgência ainda maior à necessidade de uma desmistificação da prática da tradução. Esta tarefa foi iniciada pelos prefácios que os próprios tradutores ocasionalmente anexam ao seu trabalho e pela maior sofisticação da literatura da área de tradução, de natureza tanto teórica como crítica. (VENUTI, 1996, p. 112)

Essa invisibilidade, ou melhor, este esquecimento do tradutor é uma marca historicamente *hypomnética*, resultado de um desejo de apagamento do tradutor. Com efeito, todos esses elementos vêm sendo arquivados atualmente nos prefácios do tradutor. Este arquivo em seu sentido clássico “teria uma origem e se configuraria como experiência de rememoração, que seria definida e materialmente realizada pela configuração de uma historiografia de uma dada tradição” (BIRMAN, 2008, p. 115). Essa tradição pode ser aqui compreendida pela experiência do livro pós-Gutenberg, cuja materialidade vem sendo definida através da historiografia, em especial após o século XVI quando se percebe uma inserção mais significativa dos temas e procedimentos dos prefácios nos livros, como assinalou Gerárd Genette (2009, p.147).

Entretanto, essa experiência de rememoração, *anamnese*, não constitui uma instância única do arquivo, especialmente, no caso dos prefácios, que por diversos fatores, impedem uma memória historiográfica isenta de grandes lacunas. Nesse sentido, a experiência *anamnésica* sofre um alargamento para além deste conceito clássico, nesse caso, a *hypomnese* (BIRMAN, 2008, p. 115). Deste modo, o prefácio do tradutor não se restringe apenas à verdade material que se daria no registro *patente*, isto é, enquanto documento, mas, por outro lado, ele assimila também os enunciados dos registros *latentes* (BIRMAN, 2008, p.116), revelando uma verdade histórica, onde a dimensão *hypomnérica* do arquivo encontraria lugar.

SOBRE OS PREFÁCIOS, SOBRE A TRADUÇÃO

Os laços que unem tradução e original firmam-se através de um vínculo delicado e vital que, através de algum de seus elos, considera nessa relação a orientação do tempo, pois as traduções são sempre posteriores aos originais e, justamente, nelas é que se encontra o estágio de continuação de sua vida (BENJAMIN, 2008, p. 68). Essa relação,

pela continuidade, indica uma temporalidade futura, um dos elementos pelos quais a rememoração se articula e dele a vida jamais pode carecer.

Com efeito, embora a vida histórica da tradução seja atravessada pela rememoração do original, ela nada significa para ele. Entretanto, sob hipótese alguma isto diminui o vínculo entre ambos. Essa relação, embora não convencional, pode ser, como já dito, denominada vital, pois assim como os sinais de vida nada significam para o indivíduo e, no entanto, são fundamentais para ele, assim também é a tradução para o original (BENJAMIN, 2008, p. 68). Entretanto, no movimento inverso, o original torna-se a *Arkhe* da tradução, seu começo e comando, “pois nele reside a lei da tradução, contida na sua tradutibilidade” (BENJAMIN, 2008, p. 83) e igualmente seu começo em alguma temporalidade, sua origem.

A memória, a vida e o vínculo com o original se inscrevem na tradução em um arquivamento perfeito, que já no processo tradutório, o tradutor em exercício de seu poder *arcôntico* de consignação e união empenha-se na tarefa de recompor os fragmentos das línguas, buscando, como que em um vaso quebrado, configurar em sua língua, “amorosamente, chegando até aos mínimos detalhes, o modo de designar do original, fazendo assim com que ambos sejam reconhecidos como fragmentos de uma língua maior” (BENJAMIN, 2008, p. 77). Seria, então, exatamente nesse processo que a tradução começa a se articular como um documento de rememoração arquivante, porém *diferido* do original.

Esse original aponta para um aspecto próprio do arquivo, especificamente para o momento em que, neste caso, a tradução mata o evento, esquecendo o original, mas ao mesmo tempo conserva e documenta sua memória, consignada na língua pura por um *Arconte*, depositada em um *Arkheion*, e em um constante movimento de renovação insere-se naquela condição de rememoração e desmemoração, *anamnese* e *hypomnese*, na qual, através de sua vida histórica, o arquivo se efetiva e, como tradução, dá seu testemunho.

O prefácio, por sua vez, apresenta-se em um momento posterior à tradução, em uma ligação temporalmente ainda mais distante do original. Geralmente eles refletem sobre a tradução e não sobre a técnica de tradução. Em síntese, esse é o abrigo público do discurso do tradutor, seu lugar de evidência, conservação de sua reflexão e narrativa sobre a tradução enquanto arquivo direcionado ao passado, às passagens do texto original traduzido, mas igualmente aberto para o tempo futuro, a rememoração.

Nesse momento, por meio uma pequena análise dos prefácios dos tradutores busca-se, de maneira pontual, as pistas, traços e pequenas lembranças da tradução que se arquivaram através dessa escrita. Os prefácios dos tradutores documentam, portanto, alguma memória da tradução e sua reflexão, sendo que essa última possivelmente pode ser identificada por meio de alguma similaridade com os temas do ensaio *A Tarefa do Tradutor* (2008) de Benjamin.

O primeiro arquivo a ser aberto é o prefácio à antologia de poemas de Paul Celan intitulada *Cristal*, traduzida por Cláudia Cavalcanti. Neste prefácio emerge uma questão aparentemente discreta, mas fundamental no ensaio tradutório de Benjamin. A tradutora relata que a dificuldade de traduzir Celan não configura uma impossibilidade, mas segundo ela:

Desde que morreu em Paris, em 1970 aos quase 50 anos, Paul Celan vem sendo sistematicamente traduzido para as mais diversas línguas, a ponto de, em 1995, como parte das comemorações dos 25 anos de sua morte, ter sido organizado um simpósio de tradutores de Celan na capital francesa. Estavam presentes, entre outros, o tradutor croata, o árabe, o espanhol, a japonesa, o luxemburguense – uma prova de que, apesar da grande dificuldade, Celan é possível em outras línguas. (CAVALCANTI, 2014, p. 13).

Se Celan é possível em outras línguas, conforme afirma Cavalcanti, é porque existe a possibilidade de sua tradução. É evidente que essa premissa parece demasiadamente tautológica, contudo, ela se liga de forma íntima ao conceito de traduzibilidade, pelo qual se compreende a tradução como forma, cuja lei reside no original. Nesse sentido, embora não seja mencionado no prefácio, o livro é uma edição crítica, onde o original, lei e abrigo da traduzibilidade, precede a tradução, testemunha da possibilidade da qual Cavalcanti afirmara.

Curiosamente o discurso de Cavalcanti enuncia a variedade de línguas em que Celan foi traduzido, em Benjamin esse seria um bom exemplo a respeito do movimento tradutório que eleva o original a uma língua pura e verdadeira, onde todas as outras línguas empíricas e incompletas se complementam mutuamente em uma língua da verdade. Sobre essa relação de complementaridade entre as línguas em um espaço perfeito, a narrativa prefacial sobre a tradução do texto de Celan, apresenta uma intenção de ruptura da barreira da similaridade superficial entre as línguas, facilmente verificável

pela citação dos numerosos tradutores que verteram Celan para os mais diferentes idiomas. Esse fato acena para a própria traduzibilidade da obra do poeta, condição de possibilidade que permite ao original seu desdobramento na pluralidade das línguas, acolhendo por meio de sua tradução o amadurecer do sêmen da língua pura. Desse modo, o pensamento benjaminiano evidencia a complexidade desta informação sutil do discurso da tradutora, aclarando a maneira pela qual “apesar da grande dificuldade, Celan é possível em outras línguas”. (CAVALCANTI, 2014, p. 13).

No segundo texto, Lilian Pestre de Almeida oferece na forma de posfácio um extenso e acurado estudo sobre a obra, o qual é voltado para a complexidade do longo trabalho da construção poética do *Diário de retorno ao país natal* do poeta martinicano Aimé Césaire. Os elementos da tradução são retomados em outro posfácio, “Sobre a Tradução”. Embora mais curto que o anterior, a brevidade deste posfácio não diminui sua densidade, especialmente pelos atravessamentos de temas relacionados à tradução e alteridade, recriação e diferença. O recorte específico para essa análise fundamenta-se na tarefa do tradutor, compreendida em Benjamin no ato de “Redimir na própria a pura língua, exilada na estrangeira, liberar a língua do cativo da obra por meio da recriação”. (BENJAMIN, 2008, p. 79). Como relata Almeida (2012), houve muitas perdas, mas em algum momento é possível aferir um ganho:

Indico imediatamente um ganho, senão traduzir seria um pertinente exercício de masoquismo e frustração. Numa passagem do poema, encontrou-se um jogo de palavras sem dúvida mais rico que o original. Césaire recita, em determinado momento, um discurso coletivo e anônimo dos brancos sobre os negros (p. 150-151).

Com efeito, esse “jogo de palavras sem dúvida mais rico que o original” (ALMEIDA, 2012, p. 150-151), é possível pelo exercício do poder *arcôntico* do tradutor, a tradução. É por meio deste poder que a língua, carregada de construções de sentido grave e estranho, desvincula-se desses elementos, “transformando o simbolizante no próprio simbolizado, ao recobrar a pura língua plasmada no movimento da linguagem” (BENJAMIN, 2008, p. 79). Este, portanto, seria o poder da tradução que, acompanhado de algum êxito da tarefa do tradutor, permitiu a Pestre de Almeida conquistar tal ganho documentado em seu pós-fácio.

O decurso da tradução também abriga um complexo processo de arquivamento por meio de uma memória aberta, compreendendo, nos termos de Benjamin, o original

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

evoluído em uma língua perfeita, cujos traços são postos na língua orgânica como pequenos fragmentos. Através do esquecimento do próprio original é que a tradução cumpre sua função, libertando-o de seu sentido comunicacional, razão pela qual conserva essa semente da língua pura, mas, igualmente, dela, pela tradução, guarda alguns traços, a saudade e a memória.

O terceiro prefácio é de José Paulo Paes, cujo conteúdo é ao mesmo tempo um pequeno relato sobre a obra de Rilke, em particular no sistema literário de língua portuguesa, e a experiência do tradutor por meio de sua reflexão sobre a tradução. O excerto escolhido apresenta um conceito importante sobre o exercício da tradução, amplamente difundido no imaginário coletivo pela crença de que um bom poeta é igualmente competente na tradução. O poeta e tradutor deixa resvalar essa concepção, quando afirma que:

Enquanto poeta, voltado que estava para preocupações de ordem bem diversa, não me senti nem um pouco atraído pela moda rilkiana. Mas, espiçado por ela, fiz naquela época as primeiras leituras do poeta, em traduções espanholas e francesas. Só muitos anos mais tarde, depois de ter adquirido uns rudimentos de alemão, foi que finalmente pude ter acesso aos textos originais e com eles confrontar as traduções lidas e relidas. Como essas traduções preocupavam apenas com o sentido literal do poema, negligenciando-lhes aspectos formais como rimas, metrificação, veio logo a tentação de recuperá-los em português. (PAES, 2012, p. 10)

A tarefa da tradução de Rilke desempenhada por Paes é atravessada por sua experiência de poeta, basta considerar a ocasião de desinteresse pela “moda do autor” para perceber sua ótica em relação pouco atrativa à apreciação de Rilke que, posteriormente, se reverte pelo contato com a tradução. Outra percepção deste atravessamento é a preocupação de recuperar em português os elementos formais, anteriormente desconsiderados nas outras traduções, mas que o poeta e tradutor supostamente não deixa escapar de atenção talvez mais aguçada pelo ofício de poeta. Enquanto poeta, José Paes reconhece a importância formal da poesia, enquanto tradutor empenha-se em incorporá-la na própria tradução. Todavia, para Benjamin, o tradutor poeta não é uma condição fundamental para o exercício da tradução, não há garantia que um poeta tenha vantagens como tradutor. A deslegitimação desta cláusula assevera-se em exemplos históricos, como o caso dos românticos em que, segundo Benjamin:

Embora sua teoria praticamente não tenha visado a tradução, sua própria grande obra de tradutores implicava uma sensibilidade para com a essência e a dignidade dessa forma. Ao que tudo indica, essa sensibilidade não tem necessariamente de ser mais forte no poeta; talvez nele, poeta, ela tenha justamente menos espaço. Nem mesmo a história sugere o preconceito convencional, segundo o qual os tradutores importantes seriam poetas e poetas insignificantes, tradutores menores. Muitos dos grandes, como Lutero, Voss, Schlegel, são incomparavelmente mais importantes como tradutores do que como poetas, e outros, dentre os maiores, como Hölderlin e George, não podem ser compreendidos em toda abrangência de sua criação unicamente sob o conceito de poeta. E ainda menos como tradutores. (BENJAMIN, 2008, p. 74).

O objetivo desta análise não é o enquadramento de José Paes enquanto mau poeta e bom tradutor ou vice e versa. Com efeito, o que importa é a manifestação de seu discurso enquanto tradutor, especialmente na exposição de seu status de poeta, fato que possivelmente acarretaria em uma noção de benefício ou preeminência. Com isso, o texto benjaminiano serve de crítica a essa prática e, por consequência, a esse discurso.

Nesse contexto, o tradutor poeta deve, então, se preocupar unicamente com sua tarefa de tradutor, pois em sua produção literária, obviamente diferida da tradução, não alcança a língua como tal, “à sua totalidade, mas única e imediatamente, a determinadas relações linguísticas de conteúdo” (BENJAMIN, 2008, p. 75). Pois somente como tradutor é que Paes poderá elevar a obra de Rilke a uma língua pura, na qual estará em constante renovação. Por outro lado, na sua posição de poeta só verá sua obra se desdobrar em uma língua perfeita e mais elevada por meio da tradução, na qual o eco de seu original se despertará no texto traduzido juntamente com algum traço da verdadeira língua.

Por fim, o último prefácio trata da tradução de Adonis por Michel Sleiman que, assim como muitas traduções, marca a inserção formal de um escritor na língua portuguesa, pois essa tradução se trata do primeiro livro de fato a ser publicado com a obra do poeta. O curto prefácio divide espaço com o itinerário percorrido na seleção e composição do conteúdo do livro e, dialogando com o leitor, pondera algumas reflexões sobre a tradução. O trecho escolhido mais parece uma explicação do que de fato uma reflexão sobre a tradução. Nesta ocasião, o tradutor relata por meio de um grande elenco de dificuldades, a complexidade da obra. Sendo, portanto, nesse fragmento do prefácio do tradutor que Sleiman parece capitalizar os argumentos do seu discurso concluindo com esta possível justificativa. Segundo o tradutor:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Por isso mesmo, às vezes não deixará de tocar ao leitor de português certa combinação de estranhamentos e reconhecimentos nos poemas, assim como tem tocado há décadas o leitor árabe e os das dezenas de línguas para as quais se verteu até agora a poesia de Adonis. Algum hermetismo, por vezes, algum descompasso resultante das diferenças de cultura; espero que a tradução tenha se limitado a esse descompasso, escapando *inchalá*, à imprecisão na medida do possível (SLEIMAN, 2012, p. 31).

Em linhas gerais, o estranhamento e o reconhecimento que toca os leitores do original são possivelmente asseverados pela tradução, mais precisamente através de algum hermetismo ou descompasso ocasionado pelas diferenças culturais. Esse hermetismo que descompassa a comunicação distanciando-se dela em um estranhamento parece, de algum modo, interferir na fluência da leitura e na compreensão do conteúdo da obra. Com efeito, este caso tende a conduzir ao questionamento benjaminiano: “O que ‘diz’ uma obra poética? O que comunica? Muito pouco para quem a compreende. O que lhe é essencial não é a comunicação, não é o enunciado” (BENJAMIN, 2008, p. 74).

O questionamento de Benjamin se origina da crítica ao direcionamento da obra poética para um receptor ideal, cuja relação implicaria na comunicação de um conteúdo inessencial. Entretanto, a tradução não escapa também da concepção de Benjamin, exatamente porque, semelhante ao caso da obra poética, ela não se dirige a quem não compreende o original, portanto ela não assimila “uma transmissão inexata de um conteúdo inessencial” (BENJAMIN, 2008, p. 66). Se a comunicação não lhe é essencial, o que seria? De que serviria, então, este descompasso intencionado na obra de Adonis? Longe de buscar uma resposta precisa, os questionamentos contidos nestas indagações apontam para o alargamento de sua reflexão, cujo pronto de partida é o próprio arquivo.

Evidentemente o discurso de Sleiman põe em igualdade os leitores da tradução aos do original, especialmente quando afirma que a obra de Adonis “às vezes, não deixará de tocar ao leitor de português certa combinação de estranhamentos e reconhecimentos nos poemas, assim como tem tocado há décadas o leitor árabe e os das dezenas de línguas para as quais se verteu até agora a poesia de Adonis” (SLEIMAN, 2012, p. 31).

Se a obra poética e a tradução existissem em função do leitor não seria possível conceber esta última como forma e, tampouco, descortinar, como já aqui exposto, a língua pura exilada no original implicando, portanto, no impedimento da possibilidade de

tradução em diversas línguas, na qual se dá o testemunho do movimento recíproco de complementação que atestaria a unidade através dessa língua maior.

O que difere este trecho do discurso de Sleiman daquele escolhido no de Cavalcanti é o arquivamento. O estranhamento e o reconhecimento presentes no original em árabe são igualmente preservados nas outras línguas, rememorando a relação já distanciada entre ambos. Com efeito, esse descompasso particular e não comunicacional íntimo ao original torna-se público em outro suporte, especificamente na tradução como inscrição pública destes elementos e, no entanto, igualmente no livro enquanto objeto do qual a tradução imersa neste contexto não pode prescindir. Seria, portanto, neste movimento de (re)memória e (des)memória que a tradução toca o arquivo em algum nível de seu acontecimento, permitindo-se ser arquivada e depositada neste espaço de *Arkheion*, o livro.

CONCLUSÃO

É importante reforçar que a viabilidade deste trabalho não se pautou na análise de tradução, mas na reflexão sobre a tradução pelo discurso do tradutor, semelhante ao que se tem feito com Benjamin em quase 100 anos após a publicação do prefácio *A Tarefa do Tradutor*. A voz do tradutor quase ninguém escuta, pois assim como a obra do autor geralmente não é sua transcrição vocal, assim também é a tradução. No entanto, no caso do autor, ela se faz ecoar através dos costumeiros paratextos sobre sua vida, conjunto da obra e, imprescindivelmente, seu nome na capa. Por outro lado, os tradutores não possuem a mesma visibilidade. Contudo, apesar das querelas editoriais, pouco a pouco se esboça uma mudança, verificáveis inclusive no tímido aumento das páginas, nem sempre generosas, dedicadas aos prefácios dos tradutores. Ainda assim, infelizmente não são raros os casos em que o nome do tradutor consta apenas na ficha técnica ou, quando muito, são impressos na capa com uma letra infinitamente menor reforçando sua invisibilidade.

Tanto os autores quanto os tradutores já expressam grande visibilidade facilmente aferida desde Benjamin, o tradutor de Baudelaire, à Sleiman, professor da USP e tradutor de Adonis. No entanto, aos outros tradutores caberia, especialmente àqueles que estão à margem, também gozar de uma democratização do reconhecimento, não sendo mais, possíveis, agentes sujeitos às marcas do esquecimento. Essa marca sumariza a discussão,

ela é fruto do exercício de muitas leis, como em um dos exemplos se encontram os “*Arcontes* editores”, capazes de oferecer um suporte e um arquivamento à altura das obras, ou simplesmente replicarem os traços do esquecimento.

Por meio deste trabalho seria difícil comprovar uma teoria da tradução como teoria do arquivo ou o contrário. No entanto, percebe-se que aparentemente não haveria impedimentos para compreender a relação entre memória, tradução e arquivo. Desse modo, é possível compreender a tradução como sujeita a um arquivamento da memória do original e os prefácios, quando se empenham em falar de tradução, como um arquivo de testemunho dos traços deste processo.

Por fim, os aspectos do arquivo estão igualmente presentes nos prefácios dos tradutores através da guarda da memória da tradução. Já a teoria da tradução de Benjamin se revela viva no discurso dos prefácios considerados arquivos e, seja pelos contrastes ou pela sintonia, ela auxilia no processo de revelação dessa memória. Deste modo, seria muito pouco fecundo considerar a tradução uma cópia ou passagem de uma língua a outra, pois ela sempre entrega ao seu destino algo diferente daquele que encontrou na partida, ela recria seu original, mas talvez, manifestando a saudade da elevação a qual foi possível essa recriação, ela arquiva a memória do original e permite a o tradutor relatar algum quadro de seu percurso, conceito ou lembrança. Se esse último arquivo será público ou uma inscrição privada dependerá da visibilidade do tradutor - isso nem sempre será sua escolha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lilian Pestre. Posfácio. In: CÉSAIRE, Aimé. *Diário de um retorno ao país natal*. Tradução de Lilian Pestre de Almeida. São Paulo: Edusp, 2012, p. 93-153.

BENJAMIN, Walter. *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin*: quatro traduções para o português. Organização de Lúcia Castello Branco; tradução de Fernando Camacho, Karlheinz Barck e outros, Susana Kampff Lages e João Barrento - Belo Horizonte, Fale/UFMG, 2008.

BIRMAN, Joel. *Arquivo e Mal de Arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. Natureza Humana*, São Paulo, v. 10, n.1, jun., 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf>. Acesso em 25 ago. 2020.

CAVALCANTI, Cláudia. Nota sobre a tradução. In: CELAN, Paul. *Cristal*. Tradução de Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Iluminuras, 2014. p.13-16.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

CARNEIRO, Teresa Dias. *Contribuições Para Uma Teoria Do Paratexto Do Livro Traduzido*: caso das traduções de obras literárias francesas no Brasil a partir de meados do século XX. Tese (Doutorado em Literatura) – Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 398. 2014.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Trad. Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

LAGES, Susana Kampff. "A tarefa do tradutor" e o seu duplo: a Teoria da Linguagem de Walter Benjamin como Teoria da Traduzibilidade. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 1,

PAES, José Paulo. Nota liminar. In: RILKE, Rainer Maria. *Poemas*: Rainer Maria Rilke. Trad. José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 9-11.

RISÉRIO, A. Nota do Autor. In: RISÉRIO, Antonio. *Oriki, Orixá*. São Paulo: Perspectiva, 2013, p.15-20.

SANTIAGO, Silviano (Superv.). *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

SLEIMAN, M. Adonis em português. In: ADONIS. *Poemas*. Tradução de Michel Sleiman. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.27-31.

SOLIS, Dirce E. N. Tela desconstrucionista: arquivo e mal de arquivo a partir de Jacques Derrida. *Revista de Filosofia Aurora*, [S.l.], v. 26, n. 38, p. 373-389, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/1096>. Acesso em 25 ago. 2020.

VENUTI, Lawrence. A invisibilidade do tradutor. In: *Palavra 3*. (1996) 111-134. Tradução de Carolina Alfaro. Rio de Janeiro, 1995.

REGIME DE HISTORICIDADE IORUBÁ APRESENTADO NA TRILOGIA *DEUSES DE DOIS MUNDOS*

Janara Puchulate de Moraes¹⁵⁰

RESUMO: Neste texto, pretendemos abordar uma comparação entre a maneira de ver o tempo da sociedade iorubá do passado e a nossa sociedade atual. Tal comparação se dá a partir da trilogia ficcional *Deuses de dois mundos* (PEREIRA, 2014a, 2014b, 2015), obra que se passa ao mesmo tempo no passado mítico iorubá e na São Paulo do século XXI. Usaremos a literatura para pensar o pensamento iorubá e brasileiro e indicaremos o Candomblé como uma das heranças da visão sobre o tempo iorubá no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Regime de historicidade, Literatura, Pensamento iorubá, Deuses de dois mundos, Candomblé.

ABSTRACT: In this text, we intend to approach a comparison between the way of seeing time of the iorubá society and our actual society. This comparison is based on *Deuses de dois mundos* (PEREIRA, 2014a, 2014b, 2015) trilogy, a work that takes place in the same time in the mistic past iorubá and in São Paulo in twenty one century. We will use literature to think of ioruba thought and brazilian and we will indicate the Candomblé as one of the legacies of the iorubá vision about time in Brazil.

KEY-WORDS: Historicity regime, Literature, Iorubá thought, Deuses de dois mundos, Candomblé.

INTRODUÇÃO

¹⁵⁰ Janara Puchulate de Moraes. Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: janarapuchulate@id.uff.br.

Nossa reflexão neste texto começa com o questionamento de como o tempo é visto por duas diferentes sociedades, a ocidental e a iorubá. Essa reflexão e comparação foi gerada a partir da leitura da trilogia *Deuses de dois mundos* (PEREIRA, 2014a; 2014b; 2015), obra que traça um diálogo entre a vida do povo iorubá do passado, antes do contato com os europeus e a vida no Brasil do início do presente século.

A escolha desses livros para análise se esclarece por alguns motivos: Além de os livros trazerem a reflexão sobre a passagem do tempo no enredo da história, a maneira como a história é apresentada, sua estrutura, também chama a atenção para a questão temporal. Além disso, a trilogia que estamos analisando mostra uma reflexão sobre o tempo, a partir da maneira de pensar do povo iorubá, levando em consideração esse povo antes das constantes interações com os europeus, fazendo, assim, uma reflexão histórica; reflexão que não está necessariamente presente na maioria das obras literárias do Brasil, como acontece em alguns países lusófonos da África, como nos mostra Rita Chaves (CHAVES, 2005, página 45), mas que é essencial e estruturante nas obras que estamos analisando.

Nosso interesse é tanto uma reflexão sobre tais obras ficcionais como também o modo de pensar iorubá sobre o tempo. Nossa intenção é tratar tal modo de pensar como um regime de historicidade e para pensar nesse conceito, nossa base teórica é o autor Hartog, particularmente sua obra *Regimes de historicidade* (HARTOG, 2013). Para refletir sobre nossa visão ocidental sobre o tempo, também usaremos os autores Koselleck (KOSELLECK, 2014) e Ricoeur (RICOEUR, 2010).

Para refletirmos sobre o pensamento iorubá, usaremos tanto livros sobre esse povo como *Os nagô e a morte* (SANTOS, 2008), como obras que pensam as religiões afrodescendentes, como *O rei, o pai e a morte* (PARÉS, 2016). Em especial, entre essas religiões, destacamos o Candomblé, pois estamos considerando essa religião como herdeira do pensamento iorubá no Brasil. Embora saibamos que o Candomblé não é apenas uma cópia da cultura iorubá, mas que essa religião aglutina memórias iorubá com a cultura preta desenvolvida no Brasil, fazendo parte “tanto da identidade cultural da população afrodescendente como do imaginário nacional” (PARÉS, 2016: 26), sendo espaço de possibilidade de síntese cultural.

REGIMES DE HISTORICIDADE: O PRESENTISMO E O REGIME DE HISTORICIDADE IORUBÁ

No prefácio da obra *Regimes de historicidade*, de François Hartog (HARTOG, 2013), somos levados a refletir sobre o conceito de historicidade, que pode ser entendido como “a presença do homem para si mesmo enquanto história” (HARTOG, 2013:12) e também “como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo” (HARTOG, 2013:12). Essa interpretação da palavra historicidade é muito importante para esse trabalho pois estamos tratando aqui exatamente da relação entre coletividade e tempo, de como o tempo se constitui a partir da experiência coletiva, ainda que cada pessoa possa refletir individualmente sobre o tempo, e provavelmente faça isso em algum momento da vida, entendemos que é na coletividade que o tempo se instaura e se faz perceber e interpretar.

Dizemos interpretar, pois não nos parece que haja uma definição precisa para o conceito de tempo. Nem quando olhamos para uma população em específico e muito menos quando comparamos um povo com outro. Em relação à cultura ocidental atual, gostaríamos de citar as reflexões de dois autores sobre o assunto. O autor Paul Ricoeur diz que “o tempo é.” (RICOEUR, 2010: 17) e Koselleck diz que “precisamos usar metáforas ao falar sobre o tempo.” (KOSELLECK, 2014: 09). Percebemos, assim, a complexidade inserida nessa reflexão, na questão do tempo e da nossa relação com ele, entendida como regime de historicidade.

No Brasil, estamos inseridos num regime de historicidade chamado presentismo, que está relacionado à falta de expectativa de futuro gerada a partir da queda do muro de Berlim, que gerou a sensação de estarmos num eterno presente.

Os iorubás possuíam uma relação muito distinta com o tempo da relação ocidental atual. Nossa hipótese é que a maneira iorubá de lidar com o tempo representou um regime de historicidade próprio, já que há uma maneira específica de ver o tempo (o tempo cíclico regido pelas histórias míticas) e toda uma estruturação social ao redor dessa visão, com repercussões que incluem até mesmo o entendimento sobre o próprio universo, do qual seria impossível conhecer o começo ou o fim; de acordo com Helena Theodoro, esse seria

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

“o mistério (*awo*) da vida e da morte” (THEODORO, 2010:40). Além disso, inferimos a partir dos livros ficcionais de PJ Pereira já citados (PEREIRA, 2014a; 2014b; 2015) e nos baseando teoricamente em Juana Elbein dos Santos (SANTOS, 2008), que o tempo não apenas era visto de maneira cíclica como também de maneira simultânea; no sentido de o passado e o presente e o futuro, acontecerem contemporaneamente um com o outro, ou seja, a um só tempo. Assim, inferimos que o tempo não estaria apenas se repetindo, mas acontecendo simultaneamente em diferentes temporalidades, em realidades e espaços diferentes, e também nas mesmas realidades e nos mesmos espaços, como se tudo que já aconteceu, que acontece e que acontecerá estivesse sempre acontecendo. Essa frase define o regime de historicidade iorubá que estamos propondo aqui: o entendimento do tempo, em que os três aspectos que lidamos, presente, passado e futuro, acontecem conjuntamente. E não estamos teorizando aqui sobre linhas do tempo paralelas ou sobre viagem temporal, não estamos tratando de física, nem da compreensão do tempo natural. O que estamos teorizando é que no pensamento iorubá o tempo é percebido e interpretado como simultâneo, o que implica em diversas consequências no modo de pensar e organizar o pensamento, incluindo a maneira de ver a vida e a morte, que estariam interligadas e acontecendo simultaneamente sem que uma ou outra marque definitivamente um fim, porque elas não aconteceram ou acontecerão apenas, elas estão sempre acontecendo e re-acontecendo ao mesmo tempo.

Dessa forma, enquanto o pensamento ocidental vive, hoje, no regime historicidade presentista, em que o presente parece se colocar como eterno, sem perspectiva real do futuro, o regime de historicidade iorubá mantém esperança e expectativa do futuro, pois o futuro está interligado ao passado, tendo até mesmo a possibilidade de alterar esse último, como percebemos no ditado iorubá que diz que “Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje.”

A forma de pensar iorubá que descrevemos aqui está diretamente interligada com o pensamento religioso desse povo. Tanto que no ditado popular que temos sobre isso, vemos a figura de Exu, divindade iorubá. Nossa ideia é que Exu é uma peça central na forma de pensar o tempo iorubá, pois ele representa movimento e ligação entre o mundo dos humanos e dos Orixás (divindades iorubás). Então levantamos a hipótese de que, no pensamento iorubá, seja o Orixá Exu quem faça o movimento temporal acontecer de

forma própria, pois sua movimentação é tão diferenciada que Exu consegue andar pelo mundo dos homens e pelo mundo dos deuses; então talvez seja ele quem inaugure esse movimento do tempo, permitindo, até mesmo, que outros Orixás sejam incluídos nesse movimento e que o próprio pensamento de um povo humano se insira nesses movimentos temporais.

O pensamento religioso iorubá permanece vivo nas regiões habitadas por esse povo na África nos dias atuais, o que nos leva a crer que o regime de historicidade que estamos propondo permanece vivo na África. Também entendemos que o Candomblé, no Brasil, se afirmou como lugar de continuidade do pensamento iorubá e portanto guardou esse pensamento sobre o tempo, e não apenas entre os adeptos dessa religião, mas também entre os observadores ou admiradores da mesma, e entre aqueles que são criados dentro dessa forma de fé, ainda que cresçam e não sigam a religião. No próximo capítulo, falaremos mais sobre o Candomblé e no capítulo seguinte falaremos mais sobre a trilogia *Deuses de dois mundos* (PEREIRA, 2014a, 2014b, 2015), usando-a como exemplo e ressignificação do que já expusemos sobre os iorubás e o tempo e sobre o que vamos explicar sobre o Candomblé.

CANDOMBLÉ: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA, INOVAÇÃO

Até o século XIX, o Brasil foi um país escravocrata, completando assim cerca de 300 anos de prática de transporte forçado de pessoas de origem africana para a América para a execução de trabalhos forçados. Mas ainda que um ser humano olhe para outro e veja um objeto, aquele que é olhado como coisa continua sendo humano e continua possuindo cultura, costumes e fé. É sobre a permanência e reinvenção da fé dos iorubás, que estão entre os povos que foram trazidos forçadamente da África para o Brasil, que vamos falar neste capítulo.

Os iorubás são considerados o último povo a ser trazido como escravizado para o Brasil “nos fins do século XVIII e início do século XIX” (SANTOS, 2008: 28), também são conhecidos como nagô e são “provenientes do Sul e do Centro do Daomé e do Sudoeste da Nigéria” (SANTOS, 2008: 29).

As crenças dos iorubás que foram trazidas para o Brasil através da escravização se transformaram, entre outras religiões e outros costumes, no Candomblé. O Candomblé, então, é uma religião brasileira que surgiu na Bahia, no século XIX. Essa religião se baseia na fé dos orixás. A umbanda surge a partir da aglutinação do Candomblé com outras crenças e também se relaciona com a fé nos Orixás. Não existia a religião chamada Candomblé na África. Antes da vinda dos iorubás para o Brasil, antes da colonização europeia na África, não havia em tal continente a necessidade de se nomear a fé praticada, pois a fé fazia parte do modo de viver de cada povo, as práticas de fé estavam interligadas com as práticas de vida.

O povo iorubá de antes dos encontros contínuos com os europeus era um povo da oralidade. Reginaldo Prandi explica sobre a crença de que o Orixá Exu teria reunido “301 histórias, o que significa, de acordo com o sistema de enumeração dos antigos iorubás, que Exu juntou um número incontável de histórias” (PRANDI, 2001: 17). Essas histórias, todas repassadas através da oralidade, representavam para os iorubás as explicações necessárias para toda a vida, explicações que eram consultadas através dos jogos de búzios e que também envolviam as histórias sobre os Orixás. Os jogos de búzios indicavam em qual história era necessário se basear para cada tomada de decisão. É muito interessante pensar que as histórias reunidas por Exu conduziam a vida social iorubá e que Exu é o Orixá justamente ligado à vida social dos iorubás (SILVA, 2015: 83). Essas histórias ou lendas foram guardadas nas memórias das pessoas que foram trazidas como escravizadas para o Brasil e através delas e das práticas que envolvem seus usos surgiu o Candomblé.

Notemos que no parágrafo acima, colocamos, novamente, Exu como centro do pensamento, centro do modo de vida, centro do modo de pensar o tempo. Pois Exu reuniu histórias vividas pelos seres humanos, histórias que ficaram guardadas na memória popular, histórias que se tornaram base para a tomada de decisões, histórias que trazem o passado para o presente e fazem esse passado se repetir e acontecer novamente, colocando Exu na centralidade da maneira de se lidar com o tempo e com a vida.

No Candomblé, temos também o jogo de búzios. O jogo de búzios representa a consulta aos Orixás sobre a melhor atitude a ser tomada. E essa decisão é sempre baseada no que foi feito em uma situação parecida no passado. Ou seja, o jogo de búzios mostra

qual história do passado está se repetindo no presente, demonstrando o re-acontecimento do passado nos dias atuais.

Toda essa prática iorubá que se repete e que também é reinventada no Candomblé gerou no Brasil uma relação com o tempo própria. Não somos como um todo, um país que vive no regime de historicidade iorubá, mas várias pessoas em nosso país tem essa forma de lidar com o tempo que difere do presentismo ocidental. Esse jeito de vivenciar o tempo aparece na fala dos adeptos do Candomblé e também no modo de pensar de pessoas que têm contato com candomblecistas e vão pouco a pouco refletindo sobre outras maneiras de ver o tempo. Esse pensamento diferenciado sobre o tempo se apresenta na fala de alguns artistas, como percebemos quando Caetano Veloso fala sobre o índio em uma das suas músicas e diz que o índio virá e afirma “virá que eu vi” (VELOSO, 1977). Ora, nossa interpretação é que quando Caetano Veloso fala essa frase, ele relaciona um ato futuro a algo do passado e os próprios tempos verbais empregados demonstram isso. Também o artista Emicida inicia o documentário AmarElo (EMICIDA, 2020: 0:20) citando o ditado iorubá que já citamos aqui e em seguida o mesmo artista diz: “Eu não sinto que eu vim, eu sinto que eu voltei.” (EMICIDA, 2020: 1:00), demonstrando uma maneira de ver o mundo que é cíclica e não linear, nossa interpretação também se manifesta na música que Emicida canta no final do documentário que afirma que “Viver é partir, voltar e repartir.” (EMICIDA, 2020: 1:24:40) e se confirma na explicação que o próprio artista citado dá ao mencionar novamente o ditado iorubá com o qual começa o documentário, alegando que “Todas as nossas chances de consertar os desencontros do passado moram no agora”(EMICIDA, 2020: 1:24:48) .

Continuando a reflexão sobre a demonstração do regime de historicidade iorubá nas artes brasileiras, passemos, agora, ao próximo capítulo que analisa a obra literária a partir da qual começamos nossa pesquisa.

REGIME DE HISTORICIDADE IORUBÁ NA OBRA *DEUSES DE DOIS MUNDOS*

Toda a nossa pesquisa se iniciou e está pautada na obra ficcional que nomeia nosso trabalho e esse capítulo. A história contada nesses livros se passa como se fossem duas.

Uma em nosso tempo atual e outra que se passa no passado mitológico do povo africano iorubá, antes mesmo que todos os orixás, já tivessem recebido tal título; ou seja, alguns dos orixás são apresentados como sendo ainda personagens humanos. Esse fato deixa claro o quanto no passado essa parte da história contada está localizada.

Quando dizemos que a história se passa em duas partes, não queremos dizer que há uma primeira parte seguida de uma segunda, as duas histórias apresentadas se combinam, sendo apresentadas em forma de revezamento nos livros.

A história que se passa em nossos dias é protagonizada por New, um jornalista, que apesar de protagonista não possui exatamente um comportamento totalmente heróico, e vai oscilando entre comportamentos bondosos e outros totalmente antiéticos e até mesmo machistas. A parte da narrativa que se passa no passado mítico iorubá, mostra o modo de vida desse povo no passado e o surgimento de vários Orixás. O personagem que faz a ponte entre o passado e o presente é Exu, o que reforça nossa hipótese de que esse personagem é um protagonista no pensamento iorubá sobre o tempo.

O enredo que liga o passado e o presente e que dá sentido à trama é uma disputa entre Orixás femininos e Orixás masculinos. Essa narrativa se mostra como uma interpretação do autor sobre os Orixás a partir de suas próprias pesquisas pessoais sobre o assunto. Dentro dessa disputa, Orixás femininas sequestram as divindades masculinas que participam da comunicação entre o mundo dos homens e o mundo das divindades. Dessa forma, é instaurado o silêncio nos jogos de búzios e esses príncipes do destino são substituídos por pessoas de temporalidades diferentes, incluindo New. O problema é que New não cumpre integralmente o que é pedido a ele enquanto príncipe substituto e se envolve com pessoas que possuem atitudes ainda mais duvidosas e antiéticas do que as dele originalmente. No terceiro livro da trilogia (PEREIRA, 2014a; 2014b; 2015), New se redime e deixa de existir corporalmente, passando a fazer parte da existência de seu amor da juventude. Sua consciência é transferida para que ele conviva com a mulher que ama, compartilhando com ela o próprio corpo da mesma, como se ele em si tivesse se tornado um Orixá, reforçando a premissa do autor de que novos Orixás surgem e podem surgir infinitamente. Tal premissa reforça nossa interpretação sobre a influência do pensamento iorubá sobre o pensamento brasileiro, pois Pereira coloca em seus livros a continuidade do passado mítico iorubá no qual surgiram os Orixás.

CONCLUSÃO

O que percebemos até aqui é que realmente temos nos povos iorubá uma maneira de pensar própria que podemos considerar como um regime de historicidade único.

Devido à escravização ocorrida e intensificada a partir das grandes navegações, houve um espalhamento dos pensamentos e filosofias africanas para outros continentes. Esse processo colaborou, no Brasil, para a formação do Candomblé, que entendemos como sendo uma religião que representa memória, resistência e inovação do povo preto que se estabeleceu aqui. Memória porque guardou as lembranças das lendas e costumes iorubás, incluindo sua maneira de ver o tempo. Resistência porque essa religião se estabeleceu num contexto de proibição, no qual as pessoas que estavam envolvidas com sua formação não eram nem ao menos vistas como pessoas, mas como coisas de alguém. Inovação porque essa é uma religião nova que incluiu a uma liturgia trazida do outro lado do Atlântico vários novos costumes.

É graças à continuidade do pensamento iorubá no Brasil, que temos também em nosso país diversas pessoas que veem o mundo de acordo com o regime de historicidade iorubá, muitas delas usam essa forma de ver o tempo para tentar interagir com a realidade e construir nela um mundo em que as mazelas do passado sejam superadas e no qual o racismo estrutural se desfaza, esses também são objetivos nossos ao pesquisar e escrever sobre os iorubás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

EMICIDA. *Amarelo - É Tudo Pra Ontem*. Direção: Fred Ouro Preto. Produção: Evandro Fióti. Mundial: Laboratório Fantasma e Netflix, 2020. Disponível em: <https://www.netflix.com/title/81306298>. Acesso em: 3 ago. 2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

PARÉS, Luis Nicolau. “Introdução” In _____. *O rei, o pai e a morte: A religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental*. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

PEREIRA, PJ. *Deuses de dois mundos: o livro da morte*. São Paulo: Editora Da BoaProsa, 2015.

_____. *Deuses de dois mundos: o livro da traição*. São Paulo: Editora Da BoaProsa, 2014.

_____. *Deuses de dois mundos: o livro do silêncio*. São Paulo: Editora Da BoaProsa, 2014.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: 1. A intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Exu*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

SANTOS, Juana Elbein dos. *Os nagô e a morte: Pàdè, Àsèsè e o culto Égun na Bahia*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

THEODORO, Helena. *Iansã: rainha dos ventos e das tempestades*. Rio de Janeiro: Pallas, 2010.

VELOSO, Caetano. Álbum *Bicho*, de 1977. PolyGram. Universal Music.

VALORES E CRITÉRIOS NAS NARRATIVAS PATRIMONIAIS DA REVISTA DO PATRIMÔNIO (1937-1945)

André Fabrício Silva

Priscila Faulhaber Barbosa

RESUMO: O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi o primeiro órgão a estabelecer uma narrativa oficial sobre o patrimônio cultural no Brasil. Criado em 1937, teve como primeiro diretor Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, que permaneceu no cargo até o ano de 1967. Dentre as medidas de proteção ao patrimônio, Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade cria a linha editorial do SPHAN, com as séries Publicações do SPHAN e a Revista do Patrimônio, que se tornou um espaço de legitimação das ações do órgão. A Revista do Patrimônio apresentou, durante o período do Estado Novo, uma variedade de autores que procuraram, por meio dos artigos publicados, elaborar distintas narrativas sobre o patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse sentido, esse artigo tem por objetivo compreender como se estabeleceu os primeiros conceitos acerca do patrimônio no Brasil a partir da criação do SPHAN, tendo como referencial a Revista do Patrimônio. Tomamos a Revista do Patrimônio como fonte de análise, no intuito de perceber quais critérios e valores sobre o patrimônio estavam sendo elencados nas narrativas dos artigos publicados na revista.

PALAVRAS-CHAVES: Revista do Patrimônio; patrimonialização; SPHAN; Estado Novo; Valores; Narrativas

ABSTRACT: The National Historical and Artistic Heritage Service (SPHAN) was the first agency to establish an official narrative about cultural heritage in Brazil. Created in 1937, its first director was Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade, who remained in office until 1967. Among the measures to protect heritage, Rodrigo Melo Franco Franco de Andrade creates the editorial line of SPHAN, with the series Publicação do SPHAN and Revista do Patrimônio, which has become a space for legitimizing the agency's actions. A Revista do Patrimônio presented, during the Estado Novo period, a variety of

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

authors who sought, through published articles, to elaborate different narratives about the national historical and artistic heritage. In this sense, this article aims to understand how the first concepts about heritage in Brazil were established from the creation of SPHAN, using the *Revista do Patrimônio* as a reference. We took the *Revista do Patrimônio* as a source of analysis, in order to understand which criteria and values about the heritage were being listed in the narratives of the articles published in the magazine.

KEYWORDS: *Revista do Patrimônio*; patrimonialization; SPHAN; Estado Novo; Values; Narratives.

INTRODUÇÃO

Na década de 1930 do século passado o Brasil viveu uma modificação que representou mudanças na sua conjuntura, ao mesmo tempo que alterou o entendimento da relação do intelectual com o Estado e com as preocupações voltadas para a questão cultural na política brasileira. As mudanças sociais, econômicas e políticas, ensejada pela Revolução de 1930, exigiram uma nova organização do Estado brasileiro, no qual a valorização da nacionalidade foi essencial para a estruturação de um projeto de país, determinando tendências e direções políticas assumidas por diferentes atores e agências do Estado.

Getúlio Vargas, quando do seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, ressaltou o distanciamento que havia entre “intelectuais” e “políticos” até a década de 1930, afirmando que “Políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social”. Da mesma forma advertiu: “O Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa têm de recair necessariamente sobre os intelectuais e os homens de pensamento”¹⁵¹.

Diante dessa perspectiva, uma série de discussões e ações em torno da criação de políticas culturais e de ações preservacionistas tomam conta do cenário público. Logo quando assume o poder, Getúlio Vargas cria o Ministério da Educação e Saúde e, com

¹⁵¹Discurso de posse. Disponível em <http://www.academia.org.br/academicos/getulio-vargas/discurso-de-posse>. Acessado em 09/01/2020.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ele, uma nova concepção de política e de cultura começa a se delinear, tendo Gustavo Capanema como Ministro (SCHWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2001). O ministro Capanema convida o modernista Mario de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, para a tarefa de escrever o anteprojeto para a criação de um serviço de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional.

Dentro do projeto de construção e modernização da nação, Mario de Andrade elabora em 1936 o anteprojeto de criação do SPHAN¹⁵², constituindo-se em referência central para a elaboração do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, que estabeleceu o conceito de patrimônio cultural e criou o instrumento do tombamento. A direção executiva do SPHAN coube a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu seu diretor até 1967.

No esforço de colocar em prática suas ideias, Rodrigo Melo Franco formou uma equipe com pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, restauradores, mestres-de-obras etc. Sob sua meticulosa orientação, foram realizados inventários, estudos e pesquisas, obras de conservação, consolidação e restauração de monumentos, organização de arquivos de documentos e dados colhidos em arquivos públicos e particulares, a estruturação de uma biblioteca, dentre diversas outras realizações. Além disso, Rodrigo Melo Franco tinha interesse em relação à divulgação dos trabalhos realizados pelo SPHAN. De maneira que, no intuito de estabelecer um espaço em que pudesse apresentar as ações do órgão, tanto no campo teórico quanto no prático, criou uma linha editorial dentro da instituição, com destaque para a Revista do Patrimônio.

É interessante notar que a política editorial do SPHAN foi dirigida por Rodrigo Melo Franco. Ele, além de buscar sedimentar o sentimento de pertencimento à memória nacional, procurou, como diretor da revista, sedimentar também uma “cultura do patrimônio” da qual ele próprio seria o principal articulador (SILVA, FAULHABER, 2019). Além disso, serviu como mecanismo de legitimação pública das práticas do

¹⁵²Para o nosso estudo utilizaremos a denominação SPHAN. A denominação da instituição foi modificada diversas vezes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1936-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN (1979-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural/ IBPC (1990-1994); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ IPHAN (desde 1994).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

SPHAN. A revista foi um espaço de estudos de diversos intelectuais brasileiros que despontavam nos anos 1930 e 1940 no bojo dos debates sobre a identidade nacional.

Assim, a produção discursiva, a construção da ideia de patrimônio e o lugar de fala se estabeleceu dentro da instituição SPHAN e representou uma mudança concreta na ideia de patrimônio. A Revista do Patrimônio constituiu-se como um espaço de publicação de artigos ligados aos monumentos da história nacional, abordou aspectos da cultura, da arte, apresentou reproduções de documentos, resumos de obras consagradas, além de apresentar alguns estudos teóricos que delimitaram o campo de ação do órgão.

Os estudos elaborados na Revista do Patrimônio elevaram as discussões sobre o patrimônio, alçando o SPHAN ao patamar de autoridade nos assuntos ligados à preservação do patrimônio cultural brasileiro. Rodrigo Melo Franco, enquanto editor da Revista, soube articular os intelectuais em destaque, reconhecidos como autoridades no assunto, para publicarem estudos, na mesma medida em que inseria sua concepção ideal de patrimônio.

As narrativas encontradas na Revista não estavam isentas de elementos representativos do discurso oficial do Estado Novo. Os discursos elaborados sobre os monumentos, através das narrativas dos artigos, são representativos no processo de consolidação de uma vertente patrimonial, a de “pedra e cal”, que se ligava aos bens materiais, com destaque para os bens militares, a arquitetura civil e religiosa. O Brasil identificado nos artigos da revista tem um passado barroco e português. Mais que isso, podemos afirmar que é um espaço de ampliação do discurso nacionalista do Estado Novo. Ampliação essa que se dá por meio da constituição de um amplo aparato burocrático, através do alinhamento político do governo com os mais diversos setores, dentre eles a imprensa e todo o aparato editorial. A criação de um ideal mítico de nacionalismo, como um instrumento de legitimação, vai encontrar em diversos espaços elementos para reforçar esse discurso. Entendemos que a Revista do Patrimônio não se encontra alheia a tal processo.

Dessa forma, as narrativas que culminaram nos processos de patrimonialização¹⁵³ dos bens culturais brasileiros revelam critérios e valores bem específicos, justificando o

¹⁵³ Patrimonialização é compreendido dentro do âmbito jurídico de proteção do patrimônio cultural brasileiro. É o ato, feito ou ação de tornar um bem com valor de patrimônio cultural e social através do estudo, salvaguarda, preservação, conservação e divulgação.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

tombamento dos bens ligados à “civilização material”¹⁵⁴ em detrimentos de outras formas de patrimônio. O propósito deste artigo é perceber quais são os critérios e valores encontrados nas narrativas dos textos publicados na Revista e como estes contribuíram para as práticas de tombamento. Os textos encontrados na Revista, em sua maioria, possuem um caráter historiográfico, o que permite perceber as narrativas elaboradas possuidoras de formas específicas de construção, tornando-se representativas quando pensamos a patrimonialização.

REVISTA DO PATRIMÔNIO E NARRATIVA

Marcia Chuva aponta que historiadores e historiadores da arte foram os mais numerosos a contribuir com artigos para a Revista do Patrimônio. Responsáveis pela produção de um discurso sobre as origens, esses autores, legitimados pelas fontes inéditas, representaram um valor de extrema importância na configuração da nova área de intervenção do SPHAN. A característica da produção discursiva dos historiadores contribuiu para a construção e legitimação do discurso a respeito do passado que se desejava construir e proteger.

A maioria desses estudos era de caráter historiográfico, e, embora partindo do vestígio material, tinha a preocupação de alcançar a “verdade histórica”, revelada a partir da necessidade, repetidamente lembrada, de se recorrer a fontes inéditas, autenticando a originalidade dos trabalhos que sempre deveriam conter uma bibliografia (CHUVA, 2009, p. 250).

Sobre o texto histórico, Hayden White chama a atenção para o caráter narrativo e, conseqüentemente, literário que este possui. Para White, os eventos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, pela caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas, enfim, de elementos imperativos de uma estrutura de enredo que caracteriza

¹⁵⁴ O conceito de “Civilização Material” foi elaborado por Afonso Arinos de Melo Franco e se tornou a base para os estudos teóricos e metodológicos que guiariam as ações do SPHAN. O conceito possibilita a leitura dos bens patrimoniais mediante sua relação com o processo de ocupação das regiões brasileiras pelos colonizadores.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

uma trama narrativa (WHITE,1978)¹⁵⁵. Dessa forma, “o Historiador partilha com seu público noções gerais das formas que as situações humanas devem assumir em virtude de sua participação no processo específico da criação de sentido que o identifica como membro de uma dotação cultural e não de outra.” (WHITE,1978, p. 103).

Ao estudar um dado complexo de eventos, o Historiador começa por perceber a possível forma de enredo que tais eventos podem configurar (WHITE,1978). É plausível pensar também que essas possíveis formas de narrativas históricas estão amalgamadas a contextos históricos específicos, cujos elementos imperativos estão intimamente ligados ao discurso político oficial. Após o golpe de 1930, uma série de medidas foram tomadas a fim de forjar um nacionalismo brasileiro que seria usado como base ideológica do novo governo, com características autoritárias. O Brasil encontrava-se em "uma conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade e na construção e consolidação do Estado Nacional"(SCHWARTZMAN apud FAULHABER e TIBAU, 2013, p. 202). Nos apoiando em White, podemos afirmar que a Revista do Patrimônio representou um espaço de consagração do discurso levantado pelo Estado Novo no que diz respeito à busca de elementos da cultura nacional como forma de reforçar a identidade preterida pelo estado. Através dos seus artigos, apresentou uma narrativa específica que justificou a necessidade de conservação de diversos monumentos históricos a partir da relação destes com a história nacional.

Gaddis explica que para Hayden White as formas de explanação escolhidas pelo historiador, conscientemente ou inconscientemente, que privilegiam o aspecto do enredo, são “a liberdade de destacar algumas coisas em detrimento de outras e de não se ater a uma cronologia estrita, a permissão de reunir fatos sem conexão no espaço, e, depois reorganizá-lo geograficamente” (GADDIS, 2003, p. 34-5). Ao analisar os oito volumes da Revista do Patrimônio, foi possível perceber como a escrita dos artigos estão permeadas por elementos linguísticos que possuem um estilo de exaltação de objetos da cultura nacional e conseqüentemente justificando a necessidade da preservação dos mesmos. Alguns dos artigos publicados na Revista são representativos ao elencar

¹⁵⁵Hayden White, ao usar o termo “*story*”, refere-se ao caráter de enredo que determinado fato histórico pode representar, tratando-o como categoria literária. Embora a tradução literal para estória tenha sido usada no âmbito da literatura por importantes escritores, em análises de cunho acadêmico prefere-se narrativa, relato, trama, tecido, enredo, ficção, dependendo do contexto. Assim, quando White o emprega traduzimos de modo livre, conforme o significado que adequa ao nexu do que se quer dizer.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

elementos literários que destacam o caráter nacionalista dessas narrativas sobre os objetos históricos, cujo pensamento para a patrimonialização vão ao encontro do discurso do Estado Novo.

Iremos observar que as narrativas históricas sobre o patrimônio abordadas na Revista fazem é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos a fim de torná-los "familiares". Os artigos permitem entender que as narrativas sobre o patrimônio são não só uma reprodução dos acontecimentos nelas relatados, mas também um complexo de símbolos, de elementos linguísticos que fornecem ao leitor direções para encontrar na estrutura da Revista similitudes com o discurso do Estado Novo. É notável nas narrativas a unicidade dos objetos, os relatos heroicos, a valoração dos grandes monumentos e da pátria, os artifícios linguísticos usados para exaltar a beleza natural.

Como estrutura simbólica, a narrativa não reproduz os eventos que descreve, ela nos diz a direção em que devemos pensar acerca dos acontecimentos e carrega o nosso pensamento sobre os eventos de forma emocional diferente. A narrativa histórica não imagina as coisas que indica, ela traz à mente imagens das coisas que indica, tal como faz a metáfora (WHITE,1994). No âmbito do Estado Novo, a narrativa descrita na Revista do Patrimônio produz no imaginário a ideia do patrimônio, da identidade ligada aos monumentos que a Revista deseja “resgatar”. Os intelectuais ligados à Revista, em sua concepção, são capazes de figurar como representantes legítimos do conjunto da sociedade, atuando como gestores do espólio cultural da nação, na medida em que elaboram ou reproduzem conceitos vinculados aos processos de patrimonialização dos bens apresentados na Revista.

VALOR HISTÓRICO: MITOS E HERÓIS DA NAÇÃO

No primeiro número da Revista é possível identificar alguns desses elementos valorativos logo no primeiro artigo que abre a Revista, de autoria do historiador Alfonso de E. Taunay, ao tratar do forte de São Tiago de Bertioiga. Descreve que os restos deste “*sejam os únicos vestígios hoje subsistentes da era quinhentista em terras de S. Paulo*” (TAUNAY, 1937, p.05. Grifos nossos) e que na primeira metade do século XVI os

“índios desembarcados de setenta grandes igaras *afrontavam a resistência heroica e* Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

improfícua dos cinco irmãos, filhos de Diogo de Braga, e mais alguns colonos.” (TAUNAY, 1937, p.05. Grifos nossos). Aponta que o Presidente Washington Luís “com o seu alto e fervente espírito de tradicionalismo” restaurou o forte, mandando “o benemérito zelador do patrimônio nacional fazer-lhe a simétrica.” (TAUNAY, 1937, p.07). Com o perigo do oceano que avança pela praia de Bertiooga, demonstra sua preocupação e diz “Urge tal providência, em prol da conservação do *único vestígio quinhentista subsistente do apossamento luso em terras de S. Paulo* (TAUNAY, 1937, p.07. Grifos nossos).

Em narrativa semelhante encontrada no texto publicado na primeira edição, “A natureza e os monumentos culturais”, de Raimundo Lopes, sobre o Forte do Picão, localizado na cidade de Recife, são perceptíveis os elementos de exaltação, ao referi-lo como “*legendaria sentinela montada no quebramar do arrecife arenítico(...)Pelo seu papel na guerra holandesa(...)ele merece uma restauração e um monumento que lembre aqueles feitos.*” (LOPES,1937, p.80. Grifos nossos). Ainda destaca que “A grande província do Rio-Mar tem uma série de *velhos fortes de glorioso passado* na conquista do Amazonas(...). O baluarte do Presepe, ou do Senhor Santo Cristo, ainda se ergue intacto na “cidade velha” de Belém.” (LOPES, 1937, p. 84. Grifos nossos). Godofredo Filho narra de maneira análoga ao tratar do castelo de Garcia d’Avilla em artigo publicado na terceira edição da Revista:

E um nome ficou, entre tantos que se perderam no olvido ou na morte, *simbolizando a coragem, a ousadia, a esplendida força desses heróis; um nome que, ainda hoje, lembramos com admiração, por que o trouxe primeiro, e pela família de que foi tronco, raça dos mais intemeratos violadores do sertão: Garcia d’Avila* (FILHO, 1939, p. 253. Grifos nossos).

A configuração familiar que une personagens da política do Estado Novo permite compreender alguns elementos destacados nos artigos de Alfonso de E. Taunay, Raimundo Lopes e Godofredo Filho, pois trazem justamente elementos que vêm reforçar aquilo que o Estado Novo busca e defende com a sua propaganda: o heroísmo no mito da fundação; o espírito tradicionalista; a urgência em proteger esses objetos que reforçam o

discurso do estado; a unicidade desses objetos enquanto elementos característicos da cultura nacional.

O passado vanglorioso, com destaque aos personagens históricos, parece figurar como critério essencial na justificativa da importância de determinados bens a serem preservados. Nessa lógica, diversos artigos, ao tratarem da história de determinados bens culturais, são permeados por narrativas laudatórias cujo objetivo é destacar figuras históricas ou eventos ligados à história nacional, com o propósito de agregar valor ao objeto, conferindo assim ao texto um tom ufanista. No artigo “A Igreja dos Montes Guararapes”, de Aníbal Fernandes, personagem e evento se agregam em torno da narrativa sobre a igreja. Em seu primeiro parágrafo, temos em destaque a importância do local onde se erigiu a igreja. “*No mesmo local em que se travaram as batalhas de 18 de abril de 1648 e 19 de fevereiro de 1649 levanta-se, como um monumento de patriotismo e de fé, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres.*” (FERNANDES,1937, p.113. Grifos nossos)¹⁵⁶.

Os artigos publicados por Alberto Lamego sobre edificações jesuítas, na segunda e quarta edição da Revista, tornam evidentes a importância dos personagens históricos para o processo de valoração dos bens culturais. Apresenta uma sucessão de personagens em distintos contextos históricos com relação direta ao objeto tratado. No artigo “O Solar do Colégio” é destacado o personagem Saldanha Gama¹⁵⁷, cujo relato de vida é ligado ao colégio de que trata o artigo, tornando quase única a ligação entre o personagem e o colégio jesuíta. A narrativa do artigo é uma espécie de romance floreado por elementos literários buscando engrandecer a imagem de Saldanha Gama na sua relação com o colégio. Os critérios elencados por Lamego, na pretensão de agregar valor ao colégio jesuíta, assim como visto em Aníbal Fernandes, estão ancorados na lógica da representatividade que os personagens da história brasileira oferecem ao objeto. Atento

¹⁵⁶A Batalha dos Guararapes, na sequência da Guerra da Restauração, após a Restauração da Independência de Portugal de 1640, foi uma batalha travada em dois confrontos, primeiro em 18 e 19 de abril de 1648 e depois em 19 de fevereiro de 1649, entre o Exército da Holanda e os defensores do Império Português no Morro dos Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes, situado na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco, Brasil.(VILAÇA, 2013).

¹⁵⁷Luís Filipe de Saldanha da Gama ou Almirante Saldanha da Gama,(Campos dos Goitacazes, 7 de abril de 1846 — Campo Osório, RS, 24 de junho de 1895) foi um militar brasileiro da arma da Marinha. Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ao passado, afirma que “não se vive só do presente, é mister cultivar com carinho nossas tradições.” (LAMEGO, 1940, p. 70).

A representatividade de personagens da história nacional serve como elemento discursivo que busca agregar valor simbólico aos objetos abordados na Revista. Embora, quase sempre, essa representatividade esteja ligada a monumentos civis, militares e religiosos, esse critério se adequa a outros objetos que ganham certa representatividade não por sua grandiosidade ou ligação à civilização material, mas sim pelo elo que estabelece com personagens da história brasileira. É o caso da barraquinha de Euclides da Cunha. Abordada no artigo escrito por Francisco Venâncio Filho, na segunda edição da Revista, a barraquinha vai adquirir outra dimensão diante do valor que lhe é agregada a partir da sua relação com Euclides da Cunha. A referência evoca o lugar onde Euclides da Cunha escreveu sua obra “Os sertões”, enquanto trabalhava como engenheiro em uma ponte que havia desabado. A importância da obra e do personagem é que irão definir os critérios para agregar valor à barraquinha. Sendo assim, para Francisco Venâncio Filho “no acervo do patrimônio histórico e artístico do Brasil *não haverá monumento que, na humildade da sua estrutura, represente tanta opulência de beleza espiritual como a barraquinha tosca de S. José do Rio Pardo*”. (FILHO, 1938, p. 254. Grifos nossos).

A elaboração dos conceitos que irão definir os critérios para a patrimonialização são construídos dentro dessa lógica narrativa. Parte deles baseiam-se tanto na relação que esses objetos têm com personagens e eventos da história nacional, assim como a dimensão heroica que tais objetos possuem. A cada artigo, esses critérios são destacados, carregados por um simbolismo poético que configuram os textos para além de um texto historiográfico, apesar do grande número de documentos originais utilizado na elaboração dos artigos.

VALOR EDUCATIVO, MORAL E CÍVICO

Alguns artigos revelam que certos objetos analisados têm suas representatividades ligadas ao caráter patriótico e/ou educativo que possuem ou representam. No próprio artigo de Noronha Santos sobre o Campo de Santana esses elementos são destacados, quando trata do processo de revitalização que o Campo sofreu, afirmando que “*essa resolução refletia a aspiração dos verdadeiros patriotas e, particularmente, dos filhos do*

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Rio de Janeiro. Concorria para dotá-lo com um grande melhoramento de ordem material, de que se poderia orgulhar a metrópole brasileira. (SANTOS, 1944, p.129. Grifos nossos).

Paulo T. Barreto, em seus dois artigos publicados na Revista, apresenta uma narrativa significativa para compreender a maneira como o patrimônio é analisado a partir do caráter civil que ele pode representar. Ambos, fazem questão de apresentar uma série de personagens históricos. No artigo “Uma casa de fazenda em Jururuba”, publicado na primeira edição da Revista, ao tratar do prédio, afirma que é uma construção simples de programa, mas rica de interesse, por ter pertencido a um fidalgo de alta linhagem: Reimão Pereira. Essas qualidades se encontram expressas plasticamente na casa da fazenda Jururuba. Realiza uma ode à construção, ao descrever as maravilhas que compõe a arquitetura da casa, as pinturas, o seu caráter pórtico, sempre destacando o momento áureo da casa que se concretiza num passado glorioso (BARRETO, 1937). Em seu texto “O Piauí e a sua Arquitetura”, debruça-se sobre o processo de fundação das cidades do Piauí, apresentando um documento inédito que diz respeito a todo o processo de construção da arquitetura das cidades. No caso, as próprias cidades, assim como o documento, são pensadas como objeto educativo de culto à pátria e aos bons princípios que dela se deve apreender.

Para Godofredo Filho, é o sentido moral que em alguns casos servirão como critério de valoração do objeto, quando este não apresenta um aspecto monumental ou artístico evocativo da grandiosidade de determinado passado:

Os monumentos arquitetônicos que o Brasil herdou em sua maioria são majestosos e belos somente para nós, que os admiramos através da emoção, *procurando ressaltar-lhes o sentido moral que, muitas vezes, deve compensar a ausência de outras perfeições* (FILHO, 1937, p. 108. Grifos nossos).

É a importância evocativa do passado que motiva Lourenço Lacombe a escrever sobre “A mais velha casa de Correias”. Para o autor, o prédio destaca-se por encerrar em si a história do nascimento de Petrópolis. Na ocasião da comemoração do centenário de fundação do antigo Córrego Seco, afirma não querer “perder a oportunidade de evocar o passado do velho casarão” (LACOMBE, 1938, p. 93).

Na lógica desses autores, a ideia de patrimonialização de determinados bens está vinculada aos aspectos cívicos e morais que destes objetos podem ser apreendidas. Veem nos objetos da história nacional uma espécie de ferramenta educadora que poderiam ser utilizadas como parte integrante do aparato educativo amplamente utilizado dentro da política do Estado Novo. Os grandes monumentos se enquadrariam como exemplos máximos do passado heroico brasileiro e tornam-se representativos no espólio da nação. É nítida essa representatividade dentro de alguns artigos encontrados na Revista, o que permite enquadrar esses valores como um dos critérios destacados dentro do periódico para pensar os processos de patrimonialização que estavam sendo elaborados naquele período.

VALOR DE HERANÇA: O LEGADO COLONIZADOR

Alinhados com o pensamento da “Civilização Material”, diversos artigos publicados na Revista tomam o referencial externo como critério explicativo e valorativo do patrimônio nacional. As concepções sobre o patrimônio são elaboradas a partir de uma perspectiva universal. A história da cultura brasileira é pensada através da sua relação com a cultura ocidental, destacando a ideia de que o Brasil pertencia a um plano universal da história. Isso universalizava o debate sobre o patrimônio colocando-o no rol das nações europeias. O elo entre o Brasil e a Europa é estabelecido por Portugal, dentro do pensamento de que foram os portugueses que civilizaram o país.

O arquiteto Lucio Costa, ao abordar os mestres de obra, não deixa dúvida quanto à representatividade portuguesa. Em sua primeira publicação na Revista do Patrimônio, realizou uma análise sobre a arquitetura portuguesa no Brasil, apresentando uma defesa contra a ideia de que por se tratar de uma arte “popular” não se via essas construções como produções artísticas, assim como as construções clássicas portuguesas. Avalia de forma aprofundada todo o processo de construção dessas casas, abarcando os antigos mestres e pedreiros como grandes artistas (COSTA, 1937Grifos).

O pensamento que visava enquadrar o patrimônio histórico e artístico nacional numa lógica universal, determinou alguns discursos elaborados na Revista do Patrimônio. Estes, basearam-se na influência europeia para pensar a identidade arquitetônica, paisagística e artística, dentro de um contexto que destacasse a imponência do patrimônio

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

nacional, cujos elementos exaltadores do valor histórico desses objetos encontravam-se na herança europeia. Isso clarifica o entendimento da maneira como alguns conceitos estavam sendo elaborados dentro da Revista, no intuito de justificar a importância de determinados bens e sua consequente inserção na política de salvaguarda realizada pelo SPHAN. Sendo assim, podemos afirmar que parte dos critérios elaborados na Revista do Patrimônio para a patrimonialização de determinados bens históricos se encontravam na relação que estes estabeleceram com as tradições europeias.

VALOR ARTÍSTICO: AUTENTICIDADE E ORIGINALIDADE NO BARROCO MINEIRO

Dentre os elementos valorativos do patrimônio histórico artístico nacional, o mais característico a se destacar na Revista do Patrimônio foi o ligado à arquitetura religiosa colonial, com destaque para o barroco mineiro, pensado como um estilo genuinamente nacional. Praticamente todos os números da Revista analisados dentro do nosso recorte apresentam estudos que reforçam o passado barroco que o SPHAN procurou consagrar. Esses artigos representaram o esforço do órgão em pensar na produção artística o aspecto de autenticidade enquadrando-a como uma produção destacada na arte brasileira. Os estudos focaram na originalidade brasileira de readaptar as produções simbólicas europeia a uma realidade regional, genuinamente brasileira, reforçando o caráter de autenticidade e originalidade dessas obras. Encontramos esse pensamento na publicação de Gilberto Freyre em artigo publicado na sétima edição da revista, em que trata das cartas e do diário de Vauthier sobre a arquitetura doméstica no Brasil (FREYRE, 1943, p. 101).

Assim como Gilberto Freyre, Ayrton de Carvalho e Camilo de Oliveira Neto, de maneira semelhante, destacam a influência regional na produção artística desenvolvida no Brasil. Arthur de Carvalho em seu artigo “Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste” afirma que “o exame de conjunto da arquitetura religiosa do nordeste (...) revela a influência da qualidade e das características dos materiais de construção no tratamento arquitetônico que lhes foi dado” (CARVALHO, 1942, p. 277). Da mesma maneira, destaca que “há uma forte influência regional na composição da fachada, cujos elementos são inspirados ora na própria natureza da região, ora nas igrejas levantadas sob inspiração erudita”

(CARVALHO, 1942, p.288). Para Camilo de Oliveira Neto “a diversidade do clima, maior em algumas regiões que em outras, estabelecia a necessidade de adaptações a serem atendidas com materiais locais, o que representava muitas vezes verdadeiro trabalho de criação” (NETO, 1940, p. 84).

As adaptações parecem revelar o tom de originalidade que destacariam os valores dessas obras, cuja importância era pensada fora da ótica universal, o que representaria a autenticidade brasileira almejada. Essa particularidade pode ser observada na fala de Luis Jardim, ao compreender que “a ausência de conventos em terras auríferas, consequência da proibição da corte, contribuiria em grande parte para isso: *a criação de um tipo de igreja menos universal que particular.*” (JARDIM,1939, p. 69. Grifos nossos). No mesmo artigo, Luiz Jardim vai se dedicar a apresentar estudos realizados para o SPHAN, em algumas cidades mineira, sobre o barroco.

O barroco mineiro que se desenvolveu no século XVIII, ápice da exploração do ouro, é apropriado dentro da Revista do Patrimônio como símbolo e espaço da “autêntica tradição brasileira”. Seus estudos reforçam a pretensão da Revista em destacar uma arte original nacional. Nesse sentido, encontramos nos volumes da Revista aqui analisados elevado número de estudos sobre a arquitetura e arte barroca mineira. Na primeira edição, há dois artigos sobre igrejas mineiras, a “Plantas da igreja do Carmo de Ouro Preto”, sem autoria, e “A Capela de N. S. de Sant’Ana”, que se encontra na cidade de Mariana, de Epaminondas de Macedo. A partir da segunda edição é que verificaremos o aprofundamento da análise sobre o barroco mineiro e suas características que destacariam sua peculiaridade. Em seu artigo “Ligeiras notas sobre arte religiosa no Brasil”, Augusto de Lima Junior analisa a formação dos altares nas igrejas barrocas. O autor avalia que “na segunda metade do século XVIII a evolução se verifica com o aparecimento do barrôco brasileiro, notadamente em Ouro Preto, São João d’El Rei e Sabará”. (LIMA JUNIOR, 1938, p. 101). Dessa maneira, narrativas foram elaboradas tendo como referencial os bens que tivessem relação com a figura de Aleijadinho ou a manifestação do barroco em si. O simbolismo de ambos, seria um dos principais critérios para destacar o valor patrimonial de alguns objetos abordados na Revista.

Não à toa, após a segunda edição da Revista, em que Rodrigo Melo Franco destaca a importância das obras de Aleijadinho e propõe estudos futuros para a solução dos

problemas relacionados a autoria das obras do mesmo, uma série de estudos são publicados tendo como foco principal tanto a figura de Aleijadinho quanto discussões que envolvam o barroco. Na terceira edição é publicado um estudo de Luiz Jardim sobre o tema, como já foi discutido anteriormente. Isso sugere uma tentativa de estabelecer uma tipologia sobre o barroco, culminando no barroco mineiro, para justificar a importância da grande quantidade de obras produzida no período. Na mesma edição são publicados os artigos “O primeiro depoimento estrangeiro sobre o Aleijadinho”, de Afonso Arinos de Melo Franco e “Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa”, de Judith Martins, indicando a atenção dada ao tema dentro da Revista.

Em seus “Apontamentos para a bibliografia de Antônio Francisco Lisboa”, Judith Martins, revelando o esforço de se ampliar os estudos sobre as obras e a história de Aleijadinho, tece uma série de comentário a respeito de uma extensa bibliografia sobre a vida do artista. Esses resumos apresentados possibilitavam esclarecer algumas lacunas sobre a vida de Manuel Francisco Lisboa, pai de Aleijadinho, representando assim a tentativa de destacar o amplo campo de ação do artista em Minas a partir da relação com as obras legadas por seu pai.

Outros dois artigos, cujo tema tratava do personagem Aleijadinho, foram publicados na quarta edição da Revista. Os artigos, “João Gomes Batista”, de Lucio Camilo de Oliveira Neto (1940), e “Subsídios para a biografia de Manuel Francisco Lisboa”, de Judith Martins (1940), refletem a consagração do tema dentro da Revista. Os dois artigos têm como propósito apresentar estudos que procuraram esclarecer algumas dúvidas do desenvolvimento das técnicas de Aleijadinho. Os textos tratam sobre as principais circunstâncias da vida de Manuel Francisco Lisboa. O intuito é confirmar a autoria de diversas obras realizadas como a Ponte de Itaubira e o Chafariz do Padre Faria, realizadas em 1757.

A arte barroca figura na Revista como manifestação máxima da produção artística produzida no Brasil. Parte do destaque dado ao tema pode ser pensada dentro dos estudos elaborados por Lucio Costa, ao pensar o barroco dentro de uma lógica modernista. Se o pensamento modernista, como foi abordado no primeiro capítulo, teve destaque dentro das ações do SPHAN, é na arte barroca que irão encontrar as manifestações do que consideram “moderno”. Justamente por essa acepção, é que vemos como critério de

análise das obras ligadas ao período barroco na Revista as variações artísticas sofridas no Brasil colônia, que por suas adaptações regionais, são dignas de apreço. Lucio Costa irá estabelecer essa relação do barroco com o “modernismo” no artigo “A arquitetura jesuítica no Brasil”, debruçando sobre às características da arte barroca desenvolvida no Brasil, entendendo a sua relação com a arquitetura moderna. A configuração do barroco é estabelecida por meio de valores que Lucio Costa relaciona com as adaptações ao meio colonial e o desenvolvimento ocorrido no auge da mineração em Minas Gerais, o que gerou um grande senso de liberdade e desenvolvimento artístico e cultural. (COSTA, 1941, p. 12).

Vemos que associação dos objetos da arte barroca ao modernismo caracteriza formas de estabelecer valor ao objeto, a partir da sua relação com o próprio debate que se configurou entre os intelectuais modernistas dentro do órgão SPHAN, de maneira que a definição de moderno vai contrário à ideia de ruptura com o passado. No modernismo brasileiro, essa ideia se estabeleceu de forma dialética, já que a inserção da modernidade não excluiu a tradição, mas manteve com a mesma uma relação particular e específica. (MAIA, 2014, p. 84).

CONCLUSÃO

Procuramos aqui compreender, a partir das narrativas dos artigos publicados na Revista do Patrimônio, quais critérios e valores foram estabelecidos para pensar o patrimônio no contexto do Estado Novo. Como pudemos observar, os critérios elencados para atribuir valor aos objetos são permeados pelos valores que se estabeleceram dentro da política vigente. O debate sobre a identidade nacional direciona a forma como os autores abordam o patrimônio e na relação que este estabelece com o passado na sua relação direta com o presente. Sendo assim, a representatividade patrimonial dos objetos abordados se encontra na herança vinculada ao passado português e europeu, nos seus aspectos de autenticidade, originalidade, valor histórico e artístico, a relação com personagens heroicos da história nacional, o valor educativo e patriótico que representam a partir da idealização do passado e, principalmente, àqueles que são entendidos como objetos que representariam os ideais modernistas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Paulo Thedim. Uma Casa de Fazenda em Jurujuba. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

CARVALHO, Ayrton. Algumas notas sobre o uso da pedra na arquitetura religiosa do Nordeste. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol 6. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942.

COSTA, Lucio. Documentação Necessária. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

CHUVA, Márcia Regina Romero. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FAULHABER, Priscila; TIBAU, Fernanda. Cinema documentário, política de boa vizinhança e a construção de uma imagem do Brasil na década de 1940. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 199-216, jan.-abr. 2014.

FERNANDES, Anibal. A Igreja dos Montes Guararapes. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

FILHO, Godofredo. A torre e o castelo de Garcia D'Ávila. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

FILHO, Francisco Venâncio. A barraquinha de Euclides da Cunha. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

FILHO, Godofredo. Seminário de Belém da cachoeira. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

FREYRE, Gilberto Freyre Casas de Residência no Brasil – Introdução. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 7. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1943.

GADDIS, John Lewis. Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

JARDIM, Luis. Pinturas decorativas em algumas igrejas de minas. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 3. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1939.

LACOMBE, Lourenço Luiz. A mais velha casa de Corrêas (Município de Petrópolis). In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

LAMEGO, Alberto. O Solar do Colégio. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.

LAMEGO, Alberto. Os sete povos das Missões. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

LOPES, Raimundo Lopes. A Natureza e os monumentos culturais. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

MAIA, Cleiza Deccache. Românticos, Cardeais e Literatos: Um Olhar Histórico para Algumas Narrativas de Nação e Brasilidade em Torno da Ideia de Patrimônio. Rio de Janeiro – 2012.

OLIVEIRA NETO, Luiz Camilo de. João Gomes Batista (nota preliminar). In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1940.

SANTOS, Noronha. O parque da praça da república, antigo da aclamação. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 8. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1944.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001, 388p.

SILVA, Andre Fabrício.; FAULHABER, Priscila. Narrativas sobre o patrimônio: Rodrigo Melo Franco de Andrade, redes de sociabilidade e a escrita do patrimônio na Revista do Patrimônio (1937- 1945). ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, v. 51, p. 150- 173, 2019.

TAUNAY, Afonso de E. O forte de São Tiago da Bertioga. In.:Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

WHITE, Hayden. Meta-História, 1978. A Imaginação Histórica do Século XIX/Hayden White;(tradução de José Laurêncio de Melo) - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura/ Hayden White; tradução Alípio Correia de Franca Neto. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

Simpósio Temático 07: Tramas Sociais, Conflitos, Poder e Economia no Brasil

Conflitos, Criminalidade e Sociedade: a interiorização da Justiça em Santa Luzia do Carangola-MG no final do Oitocentos

Randolpho Radsack Corrêa¹

Resumo

O presente trabalho tem por finalidade analisar a atuação da Justiça frente às transformações ocorridas na região de Santa Luzia do Carangola-MG, nos anos finais do Império brasileiro. Objetivamos caracterizar os impactos da ocupação, expansão e desenvolvimento no cotidiano das sociedades integradas à região, por meio da análise dos processos criminais tramitados no Termo de Santa Luzia do Carangola desde sua criação em 1880, até a sua elevação à categoria de Comarca após 1890. Com base neste recorte, será possível compreender parcialmente as relações sociais em seus diversos aspectos, principalmente em meio ao contexto de amplas mudanças em nível nacional e regional, evidenciando um quadro de constantes conflitos com a interiorização da Justiça.

Palavras-Chave: Criminalidade; Sociedade; Justiça; Transformações.

Abstract

The present work aims to analyze the role of Justice in the face of the transformations that took place in the region of Santa Luzia do Carangola-MG, in the final years of the Brazilian Empire. We aim to characterize the impacts of occupation, expansion and development in the daily life of societies integrated in the region, through the analysis of the criminal processes processed in the Termo de Santa Luzia do Carangola since its creation in 1880, until its elevation to the category of District after 1890. Based on this clipping, it will be possible to partially understand social relations in their various aspects, especially in the midst of the context of broad changes at national and regional level, evidencing a picture of constant conflicts with the internalization of Justice.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Key words: Crime; Society; Justice; Transformations.

Introdução

Ao longo da segunda metade do Oitocentos, a Zona da Mata Mineira passou por profundas transformações, seja pelo processo de ocupação, como também pelo fenômeno da expansão demográfica nestas terras. Relacionam-se a esses eventos, o aumento da população, a presença da mão-de-obra escrava, junto ao processo de produção agrícola diversificado, com ênfase no cultivo cafeeiro na transição entre os séculos XIX e XX (CARRARA, 1993).

Vitória Andrade destaca que, após 1820 foi intenso o crescimento das vilas na Zona da Mata Mineira (ANDRADE, 2011). Segundo a autora, São Paulo do Muriaé, município que Santa Luzia do Carangola pertenceu entre 1855 e 1882, era composto por um grande território, agregando uma quantidade significativa de distritos. Cabe ressaltar, que em virtude das transformações políticas, econômicas e geográficas de Santa Luzia do Carangola nos fins do século XIX, esta região sofreu expressivas alterações, passando pelos processos de elevação de suas instâncias jurídicas, da concretização de sua emancipação política e de crescimento significativo de suas bases econômicas.

É importante destacar que o processo de crescimento e expansão das fronteiras, além de ampliar as perspectivas de mercado, contribuiu para a elevação do fluxo demográfico. A partir desta reflexão, compreendemos que junto ao crescimento demográfico, se ampliaram os interesses, as mobilidades, as disputas por espaços e demandas, ocasionando uma série de conflitos sociais que passaram ser monitoradas e administradas pelo Estado e suas instituições.

Ao propormos uma discussão sobre a criminalidade regional, analisando os eventos que compõem atividades conflituosas das camadas sociais inseridas nos trâmites processuais, dentre elas: livres, escravos e libertos, homens e mulheres, pobres, indivíduos das camadas intermediárias e mesmo integrantes das elites, temos a possibilidade de identificar parcialmente os conflitos gerados na região, como uma possível consequência do crescimento e expansão da mesma. No que diz respeito às transformações, podemos verificar as ampliações das estruturas políticas, administrativas, econômicas e sociais.

Conforme já enfatizamos, a região de Santa Luzia do Carangola foi ocupada a partir do século XIX. Entre os anos de 1870 e 1890, a região passou por mudanças impactantes que se interconectaram as transformações do país. Em nível “macro” podemos destacar a Lei de Terras de 1850, o avanço da legislação abolicionista entre 1850, 1871, 1885 e 1888, o fim do regime monárquico e a proclamação da República em 1889. Em um contexto regional, podemos elencar a elevação da instância jurídica de Santa Luzia do Carangola à categoria de Termo em 1880. Esta categoria se constituiu em uma instância submetida à Comarca de Manhuaçu. A partir da necessidade de se criar uma representação da Justiça nesta região, compreendemos que a mesma esteve presente e de forma mais atuante. Em 1882, no plano político administrativo, o distrito de Santa Luzia do Carangola é elevado à categoria de município, conquistando sua emancipação enquanto distrito de São Paulo do Muriaé. Cabe ressaltar que para o município de Santa Luzia do Carangola encontramos os seguintes distritos: São Sebastião da Barra, Faria Lemos, Tombos, São João do Rio Preto, São Francisco do Glória e Divino. Em 1885, a linha férrea chegou à cidade junto com trabalhadores e operários de outras regiões. Em 1889, a mesma linha férrea se ampliou nas comunidades vizinhas, permitindo a ampliação da mobilidade na região.

Por fim, em 1890 criou-se a Comarca de Santa Luzia do Carangola e a partir de 1891/1892 iniciaram-se definitivamente os trabalhos da mesma. Devido ao aumento populacional após as transformações apontadas, a Justiça se fez mais presente na região, promovendo suas instâncias, participando mais ativamente da resolução de conflitos e interferindo diretamente na vida das sociedades. Para se ter um comparativo, entre 1881 e 1890, o município de Juiz de Fora registrou 542 processos criminais (GUIMARÃES, 2006) para 74.136 habitantes no final do período². Entre os anos de 1880 e 1892, encontramos 307³ processos criminais tramitados no Termo de Santa Luzia do Carangola para 21.698 habitantes no fim do período. O que mostra um elevado índice de crimes oficializados em Carangola, se comparados com os dados para Juiz de Fora.

Estas transformações sequenciais que se destacam entre a efetiva ocupação, a municipalização de Santa Luzia do Carangola, a elevação das instâncias jurídicas e da consequente expansão demográfica, influenciaram diretamente no número de crimes encontrados para a região? Nossa hipótese dialoga entre a violência ocasionada em detrimento das transformações ocorridas na região e a presença efetiva da Justiça, uma

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

vez que os conflitos passaram a ser registrados e oficializados com mais frequência nas barras do tribunal.

Por conseguinte, compreendemos que os conflitos oficializados no ritual jurídico e na elaboração do processo criminal dos referidos casos, podem espelhar uma parcela do cotidiano desta sociedade diversificada que abarcava: escravos, libertos e livres de várias categorias sociais

Criminalidade, Justiça e o Interior

As transformações regionais atuaram diretamente na mudança de comportamento da sociedade, na inserção de novos protagonistas nessas relações e conseqüentemente, na ampliação dos conflitos que se oficializaram nas barras do tribunal. Sobre a intensificação do papel da Justiça e as categorias previstas na legislação do Império, Marinete Rodrigues afirma que:

Criminalidade, crime e criminoso, são categorias que ajudavam a compor a representação justa do projeto de nação, pois serviam para sancionar as divisões sociais e as classificações segundo os preceitos universais de uma almejada ordem social. Assim, as noções de civilização, progresso e ordem, divulgada por diversas correntes de pensamento e ideias percorriam o mundo em transformação e, com maior ou menor intensidade, influenciou as ações dos magistrados, políticos e grupos sociais que lutavam nesse período pela manutenção dos “bons costumes” e da “boa sociedade” (RODRIGUES, 2007: 04).

Desta forma, a legislação brasileira definiu ao longo do século XIX, uma série de mecanismos para coibir, reprimir, castigar os envolvidos, em algum tipo de crime e esses mecanismos podem ser conhecidos por meio de uma análise sucinta da legislação criminal ao longo do século XIX. Dentre elas podemos destacar: Constituição Imperial de 1824, Código Criminal de 1830, Código do Processo Criminal de 1832 e Código Penal de 1890. É possível perceber nas décadas finais do Segundo Reinado e no início da República brasileira, que esse mesmo Estado, interferia de forma mais direta na vida

social, na organização das condições de trabalho e na conduta do brasileiro, independentemente de sua categoria social (CARVALHO, 1990).

Compreender a atuação da Justiça e do fenômeno da criminalidade em relação à sociedade nos exige um olhar cuidadoso sobre a complexidade de um Estado em formação que, por sua vez, se moldou sobre bases consideradas antiquadas em relação ao mundo europeu do século XIX. Cabe ressaltar, que em poucos anos, o Brasil que se sustentou por séculos em um regime colonial, sofreu grandes transformações após o processo de Independência, condicionando um novo sistema administrativo, mesmo inspirado por modelos europeus anteriores.

A partir destas reflexões, é importante que tenhamos cautela em relação à generalização de categorias e definições, sobretudo pelas atipicidades na formação das estruturas de um Estado moderno na América. Os cuidados necessários sobre possíveis definições e compreensões acerca do Estado brasileiro surgem, principalmente pelos modelos até então conhecidos e inspirados a partir do sistema de colonização ibérica e seus arquétipos. Será importante compreender os fundamentos deste Estado junto às características e singularidades que fundaram a ideia de Brasil independente. Sobretudo, aquelas que interferiram categoricamente nas dinâmicas sociais e suas respectivas diversidades e complexidades.

É necessário verificar que, independentemente das condições políticas anteriores, mesmo que o Brasil seguisse um modelo semelhante à administração portuguesa após a sua independência, muitos problemas, contradições e adaptações ocorreriam naturalmente, tendo em vista as características das sociedades, a necessidade de uma reconfiguração política, administrativa e conseqüentemente social. Mesmo controlado pela metrópole, ou mesmo por um governo adaptado após a elevação da condição do Brasil a reino unido de Portugal, o trato com a civilização, independente das múltiplas camadas envolvidas nesta teia, se tornou mais presente, uma vez que o papel do Estado como regulador do poder buscou a aplicação e a manutenção das normas e regras constituídas após a independência do Brasil. Contudo, parte do controle realizado pela presença do Estado interferiu nas emoções espontâneas, nos sentimentos e nas ações potencializadas pelo cotidiano dos grupos sociais que, até então, eram administrados sem a efetiva atuação de uma Justiça consolidada (SOUZA, 2007).

A presença do Estado enquanto regulador dos conflitos e dinâmicas sociais compreende-se a partir da preparação do mesmo para uma série de transformações reais, da relação entre juristas com o próprio Estado, apresentando regras norteadoras no plano teórico para que as mesmas regulem as ações e os modos de pensamento dos cidadãos submetidos. Contudo, é preciso garantir a integração da população aos novos princípios e, sobretudo, ganhar legitimidade da mesma (BOURDIEU, 2014).

O fenômeno da interiorização da ação do Estado traz à tona o que Giovanni Levi determina como transformação do espaço local através da “ação política de um novo tipo de indivíduos de relevo, especializado em fornecer notícias vindas do mundo externo, em simplificá-las e em adaptá-las às situações internas da comunidade.” (LEVI, 2000: 175).

Dentro da construção do Estado e de sua plataforma de atuação, a interpretação do sistema administrativo e, principalmente do jurídico, poderá nos auxiliar na tentativa de responder essas questões. Em nossa proposta de estudo, a Justiça e a criminalidade serão os pontos de apreciação dentro ampliação do Estado, tendo como base a análise e a discussão dos crimes envolvendo o Termo de Santa Luzia do Carangola. A inserção e a análise desses itens como prerrogativa da compreensão das sociedades ao longo do Império serão preponderantes para a fundamentação do nosso trabalho.

O processo criminal e as evidências do cotidiano

Como o presente trabalho tem como objetivo reconstruir uma parcela das trajetórias da sociedade de Santa Luzia do Carangola, o processo criminal enquanto fonte principal será um importante aliado no resgate das relações sociais, dos conflitos, das transformações e do desenvolvimento regional.

Com base nas referências que iremos apresentar e com as fontes que serão destacadas neste trabalho, tentaremos demonstrar que, os arquivos criminais podem ser uma fonte de grande valia para a investigação do cotidiano de determinadas populações (BRETAS, 1991). Por vezes esquecidas nos acervos históricos, os processos criminais podem descrever em seus autos uma série de atividades relacionadas às sociedades,

integrando homens livres de diversas condições socioeconômicas com a população escrava do fim do Oitocentos.

É importante destacar que, embora os autos processuais contribuam com a investigação de uma parcela significativa do cotidiano das sociedades, evidenciando parte das dinâmicas relacionadas ao desenvolvimento e suas respectivas transformações, utilizar o processo criminal para tal fim não é tarefa fácil. É preciso levar em consideração a necessidade de se verificar as entrelinhas do processo para localizar informações das partes envolvidas com seus respectivos cotidianos e costumes. Em suma, nem toda fonte criminal apresenta explicitamente as informações acerca de seus envolvidos.

Segundo Marcos Bretas:

Os historiadores que tentaram abordar a vida cotidiana a partir dos arquivos criminais tiveram problemas também ao selecionarem seus dados. Os arquivos judiciais são organizados a partir de comportamentos classificados como criminais, e inúmeros obstáculos são verificados quando se tenta encontrar outros tipos de comportamento. A busca de informações sobre cultura, gênero ou religião ao longo de seus dossiês tem se provado uma árdua tarefa (BRETAS, 1991: 50).

O processo criminal enquanto fonte traz uma narrativa padronizada, que na maioria das vezes facilita a análise. Contudo, há uma variação na característica dos autos. Neste caso, nos referimos ao estilo da redação dos agentes da Justiça, ao tipo de letra, ao tamanho do processo, tendo em vista à possibilidade de continuidade dos trâmites processuais por meio de recurso dos resultados nos tribunais de apelação e até mesmo a incompletude dos autos.

Tais considerações sobre as dificuldades e possíveis ciladas que o discurso da fonte pode ocasionar são muito relevantes, principalmente pela rotina da leitura em uma fonte padronizada e ritualizada em sua tramitação. O cuidado essencial que devemos tomar, diz respeito aos respectivos conteúdos dos autos. Não se devem tomar os teores e seus depoimentos como descrições literais e imparciais dos casos. Cabe ressaltar que, os envolvidos nos trâmites processuais buscavam construir as suas verdades, apresentando suas respectivas versões para obterem vitória nas barras dos tribunais (MAUCH, 2013).

Acerca da dinâmica e do encaminhamento dos processos, Cláudia Mauch esclarece que:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

(...) tais versões podem mudar ao longo do desdobramento do processo: desde as declarações feitas na polícia até as que são feitas diante do juiz atuam diferentes pressões, jogos de força e temporalidades sobre os depoentes. Assim sendo, não cabe ao pesquisador ir atrás dos culpados e inocentes nas histórias contidas nos processos (embora muitas vezes a tentação seja grande), sua investigação é outra (...) (MAUCH, 2013: 22).

A autora caracteriza o processo criminal como uma fábula construída por manipuladores técnicos, que neste caso seriam os agentes da Justiça. Estes ordenavam a realidade dos trâmites processuais, redigindo os passos do ritual jurídico desde a apresentação formal da denúncia até a sentença final. Contudo, ao elaborar todo um roteiro, o processo passa a disponibilizar um rastro de evidências e elementos que se adequam a um modelo legal e social em seu contexto de ações, buscando certa coerência na linha tênue entre normas escritas e ações vividas pelas partes envolvidas, fomentando o papel de seus julgadores (MAUCH, 2013).

O processo criminal pode ser considerado como uma rica fonte de dados, tendo em vista que seu rito apresenta um conjunto de informações acerca do cotidiano da região, das relações sociais, das formas de trabalho e lazer, da alimentação, de maneira que podemos extrair e analisar informações inerentes às intimidades e particularidades dos micro-contextos.

No ano de 1885, quando a linha férrea chegou no distrito de Faria Lemos, José Lourenço do Carmo transitava pelo local que ainda estava em construção. Como o acesso aos trilhos estava proibido em função das obras e das manutenções, o português Sebastião Cardoso que trabalhava na referida construção advertiu José Lourenço para que não transitasse sobre os trilhos. Não cumprindo a advertência, Sebastião Cardoso agrediu José Lourenço com golpes de broca de ferro. Após a agressão realizada com o instrumento de trabalho do réu, o conflito foi levado aos trâmites processuais.

Logo no início do processo, um comunicado foi anexado aos autos, informando as autoridades a partida de Sebastião para Portugal. Contudo, por conta das investigações que seriam necessárias, este subterfúgio não se concretizou. Para que a denúncia oferecida pela promotoria fosse avaliada, na sequência dos autos foi realizado o auto de perguntas ao ofendido. Neste ato, José Lourenço alegou que foi advertido por Sebastião, para que não caminhasse pelos trilhos do trem. A vítima voltava com suas ferramentas após o trabalho na lavoura. José Lourenço argumentou ao réu que, quando o trem se aproximasse

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ele se retiraria da estrada. Contudo, no próprio depoimento, José Lourenço relatou que foi advertido normalmente por Sebastião, dizendo que “ali não era estrada”. Após esta advertência, recebeu três “bordoadas”.

No auto de Corpo de Delito, a narrativa dos peritos relata graves ofensas físicas. Os peritos, José Marcos da Rocha e Martinho José Rodrigues foram os responsáveis para o procedimento executado na vítima. De acordo com os peritos:

(...) encontrarão no offendido hum ferimento na cabeça do lado direito com huma brecha com 7 centímetros d'estenção e hum de profundidade que se observa o osso do crânio quebrado, e huma contuzão no hombro direito, que lhe proíbe mover com o braço, e uma leve contuzão sobre o braço esquerdo; tendo a camisa e a calça toda manchada de sangue (...).⁴

No mesmo documento, os peritos informaram que o ferimento foi decorrente de ofensas físicas, que era considerado mortal e fora efetivado por um instrumento de ferro. Pontuaram ainda que houve comprometimento de membros e possível inabilitação dos mesmos. Alegaram que a ofensa poderia resultar em deformidades, pela forte pancada, resultando na perda de força da vítima. Argumentaram que a pancada dada na cabeça poderia influenciar em perturbação de José Lourenço, criando grave incômodo de saúde e a inabilitação de seu serviço por mais de trinta dias. Os peritos avaliaram o valor do dano causado em cento e oitenta mil réis.⁵

Ainda nos procedimentos realizados na subdelegacia, algumas testemunhas foram arroladas para a verificação do crime. A primeira testemunha se chama João da Silva Callado, tinha 40 anos, era negociante, natural de São Paulo e residente no distrito de Faria Lemos. De acordo com a sua qualificação, podemos verificar a presença de indivíduos de províncias externas residindo na região. Do mesmo modo, observamos uma qualificação profissional que denota outras atividades além das relacionadas à lavoura. A qualificação das testemunhas referentes a esse caso apresenta situações semelhantes.

A testemunha relatou ter visto o réu conduzindo a vítima ensanguentada. Perguntou ao ofendido o que havia ocorrido. A vítima esclareceu que Sebastião o havia agredido na linha do trem. Questionando Sebastião sobre o motivo da agressão, o réu perguntou o que João Callado tinha com isso. A testemunha perguntou aos presentes o motivo da agressão. Soube também que havia sanções e multa de cinco mil réis para quem estivesse obstruindo a linha do trem. Foi informado pelos presentes que Sebastião espancou a

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

vítima após ter solicitado que a mesma saísse da linha do trem. A testemunha informou que o ofendido foi entregue ao Mestre de Linha, sendo o réu Sebastião designado para a continuidade do trabalho na linha férrea. Ao ser questionado sobre o perfil das partes, a testemunha alegou que a vítima era um homem de bons costumes e bem conceituado. Já em relação ao réu, ouviu dizer que o referido era “muito bom no cassete”.⁶ A testemunha foi questionada se aprovava o ato do réu. Contudo, respondeu que se existia uma multa prevista, nada justificava uma agressão física.

As próximas testemunhas que colaboraram com o procedimento na subdelegacia, foram Domingos da Silva Cunha e Antônio Prudência. Domingos tinha trinta e nove anos, era negociante, natural do Porto de Santo Antônio em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Antônio Prudência tinha vinte e cinco anos, era lavrador, natural de Rio Novo em Minas Gerais e residente em Faria Lemos. Ambas as testemunhas alegaram que a vítima era bem conceituada e que o réu era provocador.

Nos procedimentos encaminhados à Justiça, a defesa questionou a intensidade dos exames discriminados no auto do corpo de delito. Neste ato do processo, a mesma defesa solicitou novos exames em relação à vítima. Da forma como foram discriminados os ferimentos no corpo de delito inicial, as referidas ofensas categorizavam o ato como delito cometido por Sebastião. Conforme verificamos, a forma como foram relacionados os ferimentos no corpo de delito, os movimentos da vítima estariam comprometidos, inabilitando a mesma para o trabalho. No entanto, com a solicitação de um exame de sanidade física, a defesa buscou provar que a intensidade dos ferimentos não foi tão impactante conforme atestaram os peritos iniciais. O objetivo da defesa era provar que os ferimentos eram mais brandos, com o intuito de convencer a Justiça pela não criminalização do ato. De acordo com a defesa, foram oficiados *dois peritos completamente ignorantes da ciencia medica, pois são dois rústicos*⁷. Após o pedido de um exame de sanidade física, foi solicitada vista ao promotor público para se pronunciar sobre a nova perícia. Em um processo de interiorização da Justiça em uma região que passava por constantes transformações, era previsto que as limitações em relação aos serviços prestados fossem uma realidade em vários aspectos. As perícias realizadas nos exames de corpo de delito, por vezes, eram conduzidas por indivíduos que não tinham a formação médica. Isso denota que, por vezes, para o andamento do ritual processual, a improvisação era uma realidade para os trabalhos da Justiça.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

O resultado do exame de sanidade requerido pela defesa apresentou de fato, o abrandamento das feridas realizadas em José Lourenço do Carmo. De acordo com os novos peritos:

(...) procederão o exame na pessoa de José Lourenço do Carmo de constituição forte, trinta e cinco anos presumíveis de idade, e de estatura mais que regular, encontrando na parte media do parietal direito uma solução de continuidade, já em via de cicatrização, de sete centímetros de extensão e um de largura, tendo a direção de cima para baixo e de traz para diante; este ferimento interessou apenas o couro cabeludo; encontrando mais uma escoriação de cor roza e forma quadrangular e de oito centímetros de lado, tendo a sua sede na (INDEFINIDO) direta, indicando ser produzida por um emplastro revulsivo; observando na mesma região uma echymose acompanhado de edemacia, echymose e edemacia determinadas por corpo contundente (...).⁸

Após o exame realizado, os peritos alegaram que os ferimentos foram produzidos por ofensa física. No entanto, diferente dos pareceres dos peritos anteriores, alegaram que os ferimentos não são mortais, não resultaram em mutilação ou destruição de algum membro ou órgão, não houve inabilitação ou deformidade, não ocorreu grave incômodo de saúde e não houve inabilitação de serviço por mais de trinta dias. O promotor público acatou o resultado do exame de sanidade, alegando que os peritos do primeiro exame de corpo de delito não eram profissionais para o ato, não possuindo capacidade para a realização do exame. Cabe a ressalva de que, com a solicitação da defesa em prol de um novo exame na vítima, se formalizou o uso de predicados legais para a desclassificação do delito praticado por Sebastião Cardoso. A tese da defesa buscou provar que os ferimentos descritos no corpo de delito eram amplamente excessivos se comparados às reais ofensas físicas.

Após este embate entre as partes, o processo foi conduzido para os procedimentos comuns ao ritual. Na qualificação do réu, Sebastião Cardoso alegou ser solteiro, ter vinte e oito anos e desempenhar a profissão de feitor de turma da conservação da Estrada de Ferro da Leopoldina. Alegou saber ler e escrever, sendo natural de Portugal.

As testemunhas arroladas para os trâmites na Justiça apresentaram versões muito semelhantes ao procedimento realizado na subdelegacia. O que se destaca na qualificação das mesmas, é o fato de serem naturais de outra região e estarem residindo em Faria Lemos. Algumas testemunhas do inquérito concretizado na subdelegacia foram arroladas novamente para o tribunal. João da Silva Callado, era solteiro, possuía 40 anos, era natural

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

de São Paulo e residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Domingos da Silva Cunha, era casado, tinha 30 anos, era natural de Ubá, residia no distrito de Faria Lemos atuando como negociante. Antonio Prudêncio, era casado, tinha 25 anos, era natural de Rio Novo, residindo em Faria Lemos como lavrador. Lindolpho Rodrigues Pereira, era casado, tinha 40 anos, era natural de Vassouras, residindo em Faria Lemos como empregado público. Nicolas de Souza Pereira, era solteiro, tinha 19 anos, sendo o único natural da região, atuando como lavrador.

Como já enfatizamos, a década de 1880 para esta região se destacou em vários segmentos. A elevação de instâncias jurídicas ocorreu em 1880, a emancipação do município em 1882, a chegada da linha férrea e suas respectivas extensões a partir de 1885 e a elevação à categoria de Comarca em 1890. É provável que parte desses indivíduos que são qualificados como negociantes estivessem residindo na região pela conjuntura econômica favorável para o recorte. Em relação às partes envolvidas, podemos observar um trabalhador de lavoura em confronto com um trabalhador da linha de trem. Em outras palavras, o trabalho da terra se defrontando com o trabalho da expansão e desenvolvimento econômico.

De acordo com Maria Sylvia de Carvalho Franco: “(...) foi possível verificar como se institucionalizavam, na situação de trabalho, os componentes de ruptura e tensão, no sentido de dar-lhes livre curso e de serem conduzidos em função da natureza das relações existentes entre os colaboradores, até os conflitos irreduzíveis.” (FRANCO, 1997: 132). Em outras palavras, a atividade mercantil, oriunda do desenvolvimento, construiu uma imposição legal, restringindo determinados costumes e valores previamente estabelecidos. A possibilidade de caminhar livre pelas estradas, estava fadada a nova normatização de segurança em relação a desobstrução da linha de ferro, que era uma novidade na região. Esta mesma imposição originou o estado de tensão, culminando no conflito e em sua interferência através da justiça.

No interrogatório do réu, Sebastião alegou que residia em Faria Lemos, especificamente no quilômetro 135 da linha do trem. O réu afirmou que, em virtude do trabalho desenvolvido na manutenção da linha, residia neste local há onze meses ou mais. Em seu depoimento, Sebastião argumentou que estava rondando a linha férrea para afastar dos trilhos qualquer empecilho que pudesse obstruir a passagem do trem. Este procedimento

ocorria sempre que se aproximava a hora da passagem da locomotiva. Ao perceber a presença de José Lourenço, Sebastião advertiu a vítima sobre a proibição de permanecer próximo aos trilhos tendo em vista que muitos desastres já haviam ocorrido por causa de imprudências. De acordo com o réu, José Lourenço resistiu à advertência, permanecendo na estrada do trem. Na necessidade de retirar a vítima do trajeto, Sebastião quis afastá-lo da linha. Segundo o réu, José Lourenço deu um arranco que o fez cair dentro de um buraco feito de pedra e cimento. Sebastião disse que retirou José Lourenço do local da queda ao perceber que o mesmo havia se ferido.

Após o interrogatório destinado ao réu, o juiz se posicionou na contramão da denúncia inicial. De acordo com a autoridade, a própria vítima confessou desobedecer ao regulamento da linha férrea ao ser advertido pelo réu. Cabia a Sebastião a função de desobstruir a estrada para a passagem do trem. O juiz ressaltou que a própria vítima confessou que, ao ser admoestado, argumentou que assim que chegasse o trem sairia do caminho. Ressaltou ainda que, quando as testemunhas visualizaram a vítima, esta já se encontrava ferida, não oferecendo provas que Sebastião tivesse ocasionado os respectivos ferimentos. O juiz interpretou como aceitável a retirada de José Lourenço da linha do trem, uma vez que esse resistiu às advertências preliminares. Alegou ainda que, se o réu tivesse intenções criminosas com a vítima, Sebastião deixaria José Lourenço ferido para ser morto pelo impacto com o trem. Sendo o réu um vigia da empresa, este não poderia permitir a presença de indivíduos imprudentes sobre a linha. Era lícito ao vigia utilizar a força para coagir e afastar alguém que estivesse resistindo e obstruindo a estrada do trem. Seria natural que o queixoso, ao cair por ser retirado da estrada acabasse se ferindo. Por não poder admitir o crime por ilação, o juiz considera improcedente a queixa. Sendo assim, a autoridade solicitou o arquivamento do processo, encerrando o caso sem qualquer condenação. A necessidade do cumprimento das regras em relação à chegada e ao funcionamento da linha férrea, fez com o que o juiz interpretasse a ofensa física realizada em José Lourenço como justificável, tendo em vista que a desobstrução do trajeto do trem era responsabilidade de Sebastião Cardoso.

As mudanças em meio ao cotidiano de uma vida que, até então, se conduzia em um ambiente exclusivamente rural, acabou por se constituir um obstáculo para os hábitos comuns. A lida e o trato com os empecilhos também destacam o embate entre o indivíduo do campo e o indivíduo atrelado aos movimentos de transformação. Nesse sentido,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

podemos identificar como as novas regras podiam causar resistência dentro de um novo contexto. Com a chegada do trem, novas normas impunham certa limitação em relação ao trânsito e ao próprio cotidiano dos habitantes que já viviam na região.

Considerações Finais

A ampliação da Justiça e de sua complexa interiorização acabou criando obstáculos ao arbítrio do poder privado. O tribunal se tornou acessível aos indivíduos que recorriam às suas barras para buscar a solução de suas demandas. As baixas oscilações do número de crimes ao longo de nosso recorte apresenta essa evidência. Após um evento de transformação local, há um salto no nível de crimes, seguido de uma estabilidade de registros por ano.

A mudança nos padrões comportamentais oscilou entre a violência espontânea e a agressão premeditada. De um lado observamos as lutas naturais pela honra e de outro a ação criminosa calculada e arquitetada. Os referidos fenômenos apresentam significativas mudanças das interações sociais e no uso da violência. Nesse sentido, observamos um gradual controle e disputa do espaço e dos posicionamentos frente à sociedade (VELLASCO; ANDRADE, 2018).

A contradição advinda da quebra de costumes e acordos tácitos, em detrimento de uma normatização originada por instituições oficiais, permitiu que o conflito não só ocorresse de forma acentuada, como também passasse a ser ritualizado em um processo jurídico. A presença da Justiça buscando a implementação de preceitos racionais para a conduta da sociedade, externou a clássica dicotomia entre o arbítrio privado e o público (FRANCO, 1997). A partir da interiorização da Justiça, percebemos como uma parcela da sociedade atuou em um cotidiano diversificado nas relações.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os Sertões de São Paulo do Muriahe: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

BOURDIEU, Pierre, *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. *BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 49-61, 2º. sem. 1991.

CARRARA, Angelo Alves. *A Zona da Mata de Mineira: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993, p.44. Dissertação (Mestrado em História).

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Alan Nardi de. *Crime e Castigo: A Criminalidade em Mariana na Primeira Metade do Século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000,

GUIMARÃES, Elione Silva. *Violência entre parceiros de cativo: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX*. São Paulo: Fapeb, Annablume, 2006.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013. v. 11. pp. 17-31. 2013.

RODRIGUES, Marinete. *Visões da criminalidade em Mato Grosso no Século XIX*. In: XXIV Semana de História: Pensando o Brasil no centenário de Caio Prado Júnior. Anais do: XXIV Semana de História. Franca: 2007. Disponível em:

<http://www.assis.unesp.br/Home/Eventos/SemanadeHistoria/marinete.PDF>.

VELLASCO, Ivan de Andrade.; ANDRADE, Cristiana Viegas. Criminalidade, violência e justiça na Vila de Tamanduá: A reconstrução de estatísticas criminais do Império à República. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 34, n. 64, pp. 51-80, abr. 2018.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Fontes

CDH, 1889, Caixa 20, Feito M-18-04.

RECENSEAMENTO DE 1890. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 10 de jul. de 2018.

DOM HELDER CAMARA E O MOVIMENTO NÃO VIOLENTO AÇÃO, JUSTIÇA E PAZ NO PERÍODO DE 1968 A 1977

Rosildo Henrique da Silva⁹

Resumo

Este artigo vem pesquisar o movimento Ação, Justiça e Paz-AJP criado pelo arcebispo de Olinda e Recife dom Helder Câmara no dia 02 de outubro de 1968. O objetivo é analisar a atuação do movimento Ação, Justiça e Paz no contexto do regime militar, principalmente com o alvorecer do AI-05, havendo, com isso, uma intensificação da ditadura. A metodologia é qualitativa, pesquisando os documentos como as cartas circulares, discursos e palestras de dom Helder Câmara, sendo submetidos ao tratamento da informação. Portanto, o arcebispo de Olinda e Recife combateu o poder conservador e militar nos anos de chumbo da ditadura, através do método de não violência ativa, incentivando a participação e organização de diversos movimentos contestatórios.

Palavras-chave: D. Helder. Ação, Justiça e Paz. Ditadura Militar.

Abstract

This article researches the Action, Justice and Peace-AJP movement created by the Archbishop of Olinda and Recife Dom Helder Câmara on October 2, 1968. The objective is to analyze the performance of the Action, Justice and Peace movement in the context of the military regime, mainly with the dawn of AI-05, with that, there being an intensification of the dictatorship. The methodology is qualitative, researching documents such as circular letters, speeches and lectures by Dom Helder Câmara, which are submitted to information processing. Therefore, the Archbishop of Olinda and Recife fought the conservative and military power in the leaden years of the dictatorship, through the method of active non-violence, encouraging the participation and organization of various protest movements.

Keywords: D. Helder; Action. Justice and Peace. Military dictatorship.

INTRODUÇÃO

Este artigo vem evidenciar o movimento não violento criado pelo arcebispo de Olinda e Recife dom Helder Pessoa Camara, chamado Ação, Justiça e Paz-AJP. O Movimento foi criado no dia 2 de outubro de 1968, próximo ao golpe dentro do golpe da ditadura civil-militar que foi o Ato Institucional nº 5 (AI-5). A violência se intensificou neste período, havendo com isso, vários discursos de dom Helder contra as violências e em favor da paz.

O arcebispo de Olinda e Recife nasceu no Ceará em 7 de fevereiro de 1909. Tornou-se padre aos vinte e dois anos e meio no seminário Lazarista da Prainha em Fortaleza. A sua mãe gostava de lhe chamar de José, pois era o nome que queria lhe ter dado, porém o pai preferiu Helder. O Dom, como era carinhosamente conhecido, terminou chamando o seu Anjo da Guarda com o nome José.

Viajou para arquidiocese do Rio de Janeiro onde tornou-se bispo auxiliar do arcebispo conservador dom Jaime Câmara. Ele criou a Cruzada São Sebastião que tinha como objetivo construir alguns apartamentos para os favelados do Rio, ficando conhecido como “bispo das favelas”. De 1962 a 1965 ocorreu o Concílio Vaticano II em que alguns bispos, com a colaboração de dom Helder, fizeram um pacto, conhecido como “Pacto das Catacumbas” com o intuito de viverem uma vida de pobreza, José Beozzo esclarece,

Essa recepção pelo pacto traz uma marca toda especial. Aqueles bispos, pouco mais de quarenta, os quais se somaram no dia seguinte, outros quinhentos, assumem o concílio como um caminho de conversão e de compromisso pessoal com os pobres, seus sofrimentos, suas necessidades, suas lutas e esperanças. Não pregam para os outros, mas examinam a si mesmo e à sua Igreja. Assumem o propósito de ser pastores identificados com os seus rebanho e querem que sua Igreja seja servidora e pobre (BEOZZO, 2015: 09).

Podemos deduzir que o ano de 1968 no Brasil foi de violência cotidiana. As repercussões das mortes de estudantes ocasionaram manifestações em todo o país, gerando constantes agressões. O mundo também neste ano estava passando por momentos conturbados. Os Estados Unidos da América envolveu-se com a guerra do Vietnã, gerando vários mortos, com isso, houve constante protestos. Em 1968 o ativista americano pelos direitos humanos Martin Luther king, foi morto, havendo comoção nacional. O ano de 1968 estava bastante efervescente. Mark Kurlansky salienta, “nunca houve um ano como 1968 e é improvável que volte a haver[...] em 1968, Polônia, França, Estados Unidos e México eram muito mais diferentes um do outro do que são hoje,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ocorreu uma combustão espontânea de espíritos rebeldes no mundo inteiro” (KURLANSKY, 2005:13).

Dom Helder falava da não violência ativa, evidenciando que a solução não era a guerra ou revolução que ocasionava mortes e sofrimentos. Ele pregava a paz e incentivava a não violência ativa. A ação de não violência também não pode ser confundida com inércia, que significa passividade, submissão, aceitação, por isso, a ação de não violência significar para Gene Sharp, “por definição, a ação não-violenta não pode ocorrer exceto mediante a substituição da passividade e submissão pela atividade, desafio e luta.” (SHARP, 1983: 113).

O Dom sabia que existia diversas formas de violências, chamado de Espiral da Violência. A violência estava dividida em três: a primeira, é a violência devido a situação de miséria do povo empobrecido, por viverem em uma condição infra- humana. A segunda, a reação do pobre a esta situação, gerando conflitos constantes. A terceira e última, a reação dos poderosos perseguindo e torturando. A violência atrai mais violência. Por isso a importância do movimento de não violência. Em relação a violência do Estado que ocorria no período do regime civil-militar brasileiro, Helder diz: “é a violência nº 3 – a repressão governamental, sob o pretexto de salvaguardar a ordem pública, a segurança nacional, o mundo livre” (CAMARA,1971: 22).

Dom Helder estava atento para conscientizar o povo sobre a situação em que o Brasil se encontrava, havendo uma total violação aos direitos humanos. Para fazer as denúncias ele utilizou dos meios de comunicação e dos discursos nas celebrações das Missas. Ele abria os olhos dos cristãos por meio da palavra de Deus, utilizando a figura de Jesus Cristo como o libertador, mas também, elencava outros grandes personagens da história, como Gandhi, que foi um grande ideólogo da Índia e tentou à libertação por meio da ideologia da não-violência e respeito à pessoa humana. Dom Helder no terceiro caderno da campanha “Pressão Moral Libertadora” aborda o personagem Gandhi. Falar de liberdade e Direitos Humanos no Brasil em que estas duas coisas estavam sendo desrespeitadas foi um ato de muita coragem e ousadia.

Este movimento de não violência ativa, ou também chamado de violência dos pacíficos, foi bastante discutido para chegar a nome Pressão Moral Libertadora-PML. Inicialmente sugeriu-se Força da Justiça e do Amor- FORJA, como esclarece Dom Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Helder, “forja é lugar onde se prepara o ferro e, salvo engano, onde se tempera o aço. Na Forja, queremos que se formem caracteres. No movimento, se devem forjar os homens de amanhã, as estruturas de amanhã.” (ROCHA; SIGAL, 2013: 138).

A busca por um nome para o movimento de justiça e paz foi constante, o Dom pediu para alguns Biblistas procurarem um nome significativo. Eles sugeriram em hebraica Guevar Há Hessed- Força da Justiça e do Amor. Este nome irá dá uma grande dor de cabeça para Helder, pois, a América Latina estava vivendo a Revolução Cubana, tendo como um dos líderes Che Guevara, ficava difícil explicar para os militares no poder a expressão Guevar, que poderiam associar a Guevara.

Os debates em torno do nome eram bastante calorosos, porém, na Conferência Episcopal de Medellín, em 1968, firmou-se o nome oficial. O Dom diz que a Ação, Justiça e Paz - AJP tem o dever de “vigiar a reação violenta das autoridades que usam como pretexto a salvaguarda da ordem pública” (CAMARA, 1971: 59). O processo do lançamento do movimento Ação, Justiça e Paz ocorreu no dia 2 de outubro de 1968. Edvaldo M. Araújo evidencia:

O lançamento do movimento aconteceu, conforme o previsto, em 02 de outubro de 1968, em Recife, no pátio do colégio São José. Em seu discurso no lançamento do movimento Ação, Justiça e Paz, Dom Helder fez um resumo das propostas apresentadas em forma de esboço. Referiu-se em primeiro lugar ao contexto de violência institucionalizada que gera a miséria na América Latina, estudado profundamente em Medellín (ARAÚJO, 2012: 191).

O Dom, no dia 2 de outubro de 1968 expressou a importância do movimento que daria apoio a diversos movimentos sociais e lutaria em favor dos direitos humanos. Houve também repressão ao movimento Ação, Justiça e Paz, como confirma Stela Maris Saldanha: “o sucesso e a repercussão positiva relativos ao lançamento da Ação, Justiça e Paz aconteceram apesar da tentativa de boicote registrada ainda na véspera da solenidade” (SALDANHA, 2019: 28). A AJP foi comparada à luta bíblica entre Davi e Golias, conforme salienta Ivanir Antônio Rampon, que “Davi venceu Golias com cinco pedras e que a AJP tinha cinco pedras para vencer as estruturas injustas: a fé em Deus, a confiança na verdade, a confiança na justiça, a confiança no bem e a confiança no amor” (RAMPON, 2013: 267).

Para combater as injustiças dom Helder utilizou a técnica da não violência ativa, que não é passividade, “escolher o caminho não violento para combater as injustiças não implica, de forma alguma, uma passividade” (ARRUPE, 1977: 93). Já no primeiro encontro com a população de Recife e Olinda no discurso de posse, ele afirmou a disposição para estabelecer diálogos com todos, sem fazer acepção de direita ou esquerda. E acrescentou que o Cristo, no Nordeste, se chama Zé, Antônio, Severino... Dom Helder estava sendo perseguido pelos militares e acusado de comunista e subversivo, além de tentarem prendê-lo. Havia neste momento uma violência constante contra o povo e os membros da Igreja. Scott Mainwaring, destaca que, “as autoridades militares do Recife acusaram Dom Helder Camara de ser um comunista, subversivo e o ameaçaram de prisão. [...] Como ocorria com frequência, essa repressão contra os padres locais impulsionava a cúpula da Igreja a denunciar o regime” (MAINWARING, 1989: 118-119). A justiça social pregada por Dom Helder no tempo da ditadura militar, principalmente do governo Médici, confundia-se com esquerdismo e subversão, Kenneth Serbin, salienta,

durante os anos Médici, ela se tornou uma expressão polivalente para os militares, servindo para tudo que cheirasse a esquerdismo, que ameaçasse o *status quo* político ou que implicasse crítica ao regime, como por exemplo, organizações de camponeses, movimento estudantil e canções de protesto(SERBIN, 2001: 240).

A Ação, Justiça e Paz não deve ser um movimento como muitos outros que regam a paz, ele não pode ser um movimento morno mas ativo de denúncia a situação socioeconômica e política do Brasil. Para o Dom, a AJP está baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, principalmente em três artigos: o artigo 4º que diz que ninguém será mantido em escravidão e serviço; o artigo 3º todo homem tem direito a vida, a liberdade e a segurança pessoal; artigo 23 todo homem tem direito ao trabalho.

Dom Helder defendeu os direitos humanos em toda a sua trajetória. No ano de 1970 no Palácio dos Esportes em Paris, ele denunciou as torturas no Brasil, levando-o a ser extremamente perseguido e caluniado. O seu nome foi censurado em todos os meios de comunicação. A elite conservadora utilizou todos os meios para denegrir a imagem do arcebispo de Olinda e Recife. Acusavam-no de ser comunista e subversivo.

O movimento Ação, Justiça e Paz tinha algumas ações concretas: reuniões conscientizadoras, bem planejada, bem organizadas, bem conduzidas; Utilização

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

inteligente dos meios de comunicação social, inclusive e sobretudo música e teatros; Apoios a greves justas; “Promoção de grandes concentrações e marchas como momentos culminantes de atividade bem planejadas; reclamações pacíficas, mesmo com perigos de prisão. Em defesa de quem for detido, abusivamente, ao defender direitos humanos” (CAMARA, 1977: 117).

A violência era constante, física, psíquica e através dos discursos da classe dominante. Em 1968 intensificou-se as perseguições e prisões, as injustiças multiplicaram-se e as modalidades de violências também. O arcebispo de Olinda e Recife criou o movimento Ação, Justiça e Paz, que tinha a intenção de denunciar as injustiças e socorrer os perseguidos e marginalizados pelo regime, como relata Zildo Rocha:

Em meados daquele ano de 1968, Dom Helder, influenciado, por um lado, pela leitura ou por contatos mantidos durante o concílio com líderes pacifistas e, por outro, impressionado com a escalada da violência e a atração da juventude pelos movimentos de libertação através do luta armada, resolveu lançar um movimento que inicialmente chamou de Pressão Moral Libertadora e, em seguida, de Ação, Justiça e Paz (ROCHA, 2019: 42-43).

O ano de 68 esteve recheado de acontecimentos em favor e contra Dom Helder. Neste ano, ele transferiu a sua residência para uma casa atrás da Igreja das Fronteiras que teve os seus muros pichados e metralhados. Martinho Condini esclarece, “esses acontecimentos fortaleceram sua campanha contra a violência e a luta por justiça social através de movimentos como a Ação, Justiça e Paz liderado por Dom Hélder, em outubro de 1968” (CONDINI, 2004: 40). Naquele ano viajou por vários países europeus denunciando o colonialismo externo e interno e pregando a não-violência ativa, como salienta Rampon, “pregando a não violência ativa seguindo, assim, a trilha de Gandhi e Martin Luther King” (RAMPON, 2014: 115). O Dom estava em constante viagem por vários países transmitindo a ideologia da não-violência ativa; por isso, chamavam-no de profeta ou de “Gandhi brasileiro”. Assis Claudino destaca:

Único bispo católico que alcançou verdadeira audiência no mundo não católico, D. Helder se fez projetar como profeta do desenvolvimento e foi consagrado com sua Conferência na Mutualité, em Paris, em 1968, como “o profeta do Terceiro Mundo”. Chamado o “Gandhi brasileiro” e considerado o sucessor de Luther King (CLAUDINO, 1985: 138).

O Dom se considerava um lutador em favor da paz. Inclusive, foi indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz, pois era extremamente contrário às ações de violência

e pregava a não-violência. O governo brasileiro pressionou os organizadores do Prêmio Nobel da Paz para que Dom Helder não fosse agraciado; como afirma Newton Cabral, “A repetida indicação de seu nome para o Prêmio Nobel da Paz, ensejou articulações contrárias, hoje parcialmente conhecidas, por parte do governo brasileiro através de ações de membros do seu corpo diplomático” (CABRAL,2020: 69), no entanto, ele conseguiu um Prêmio Popular da Paz.

Em consequência das decisões negativas da Comissão Nobel pela não premiação de dom Helder ao Nobel da Paz, organizações da juventude da Noruega, com o apoio do Movimento Trabalhista, sindicatos e partidos trabalhistas do mesmo país, indignados, organizaram-se em busca de angariar donativos para oferecer a Dom Helder Câmara, personalidade que adotava por intenção “tornar os oprimidos conscientes de seus direitos e torná-los capazes de lutar por si, por sua própria iniciativa”, o Prêmio Popular da Paz (CEMVDHC, 2015: 44).

Ele recebeu uma soma em dinheiro de países que lhe concederam o Prêmio Popular da Paz. Dom Helder utilizou-o para fazer o bem, comprando três engenhos para doar aos necessitados. Edvaldo Vieira de Souza Júnior confirma,

a terra foi comprada por Dom Helder com o dinheiro que recebeu de vários prêmios internacionais em decorrência da sua luta pela paz, principalmente entre 1971 e 1974, a terra era adquirida em nome de uma associação dos camponeses e a posse ficava sendo coletiva (SOUZA JÚNIOR, 2016:111).

O arcebispo de Olinda e Recife tinha a intenção de colocar o Prêmio em favor da luta pela não violência; ele esclarece: “o Prêmio que me confiais, eu o porei a serviço destes sonhos, destas Utopias. Será uma ajuda para a nova guerra – sem violência – pela Humanização do Mundo” (CAMARA, 1993: 64). Helder possuía grande admiração por dois arautos da não-violência: o hinduísta Mahatma Gandhi e o pastor batista Martin Luther King. Dom Helder admirava a figura religiosa e intelectual destes personagens, como salienta Lucy Pina Neta, “Uma dessas figuras, cuja admiração religiosa era, também, intelectual, foi o Pastor Martin Luther King, a quem o Dom se referia com os nomes traduzidos em português Martinho Lutero King” (PINA NETA, 2018: 72-73).

A ideologia da não violência ativa era o carro-chefe das ações do arcebispo de Olinda e Recife e estava presente nas suas cartas e nos seus discursos. Ele sabia que para fazer uma revolução deveria ser dentro da paz, não tinha ilusões sobre a violência armada que crescia com a ditadura, como ele salienta, “mas, se não creio na violência armada, também não chego à ingenuidade de pensar que bastam conselhos fraternos, apelos

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

líricos, para que tombem estruturas socioeconômicas, como ruíram os muros de Jericó” (CAMARA, 1968: 37).

Dom Helder escreveu sobre o movimento Ação, Justiça e Paz em várias Cartas-Circulares, nas quais destina um apelo para as minorias abraâmicas, termo usado para distinguir as minorias que sentem fome e sede de paz e justiça. O movimento Ação, Justiça e Paz necessitava da colaboração destas minorias. Para o Dom, as minorias abraâmicas nasceram com incurável vocação e desejo de servir, para dedicar-se e gastar-se ao serviço do próximo (ARAÚJO, 2012: 509). Ele acreditava no aumento constante dessas minorias que fariam pressão moral na sociedade. Assim ressaltava, “se o número dos oprimidos aumenta a cada dia, aumenta, também, a todo instante, o número das minorias que participarão da grande Pressão Moral Libertadora” (CAMARA, 1993: 64).

A ditadura militar incentivava as diversas violências através principalmente da Escola Superior de Guerra (ESG). Contra esta ideologia, Dom Helder sugeriu a criação de uma Escola Superior da Paz.

Sobre isso, afirma Adenilson Ferreira de Souza:

Além da Ação Justiça e Paz, dom Helder propõe a criação de “Escolas Superiores de Paz”. À Escola Superior de Paz caberia abordar os seguintes temas: analisar os métodos adotados pelos países ricos para a fixação dos preços das matérias primas dos países pobres e de seus próprios produtos industrializados; à semelhança das indústrias da guerra, suscitar o surgimento de indústrias de paz (SOUZA, 2010:196).

O amor e a paz estavam presentes no cotidiano de Dom Helder, mas ele não deixava de lutar contra as injustiças sociais e propagava a paz, esta realiza por meio da justiça social. Com estas ideias, foi estigmatizado como comunista e subversivo. Nelmo Katheren esclarece, “Helder constata que quem ousa desmascarar a farsa que encobre as causas da pobreza é confundido propositalmente como comunista” (KATHEN, 1991: 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dom Helder Camara expandiu o movimento não violento para vários países. Ele chamava este Movimento de violência dos pacíficos ou Ação, Justiça e Paz. Este ajudou os movimentos contestatórios existentes na ditadura civil-militar.

A violência durante o regime militar era constante. Todos que contestavam as ideias da classe dominante eram considerados comunistas ou subversivos. Dom Helder denunciou

a violação aos direitos humanos, as torturas e as perseguições. Tentaram, com isso, silenciar sua voz censurando-o nos meios de comunicação social.

O movimento Ação, Justiça e Paz rendeu grandes esforços do arcebispo de Olinda e Recife. Ele Expandiu este Movimento para várias dioceses brasileira, principalmente da região Nordeste e depois conseguiu divulgá-lo no exterior.

A atuação política do movimento estava evidente nas denúncias e apoios dados aos diversos movimentos sociais, como greves, passeatas e marchas. A AJP era um movimento não violento que estava baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na II Conferência Episcopal de Medellín na Colômbia. A luta por qualidade de vida para os mais pobres eram objetivos almejados por dom Helder.

Com o Concílio Vaticano II à Igreja Católica iniciou um novo rumo. Helder participou desta mudança, principalmente através do grupo denominado “Igreja dos pobres”, onde fizeram um pacto de aderirem a uma Igreja pobre e servidora. A vida e ações do Dom estava focado nas conclusões do Concílio e de vários documentos da Igreja, como a constituição pastoral *Gaudium et Spes*, e também a Encíclica *Populorum Progressio* do Papa Paulo VI.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edvaldo M. *Dom Helder Camara*. Profeta-Peregrino da justiça e da paz. Pensamento teológico e antropológico. Aparecida: Ideias & Letras, 2012.

ARRUPE, Pedro. Testemunho da justiça. In: LAND PHILIP *et al.* *Justiça no Mundo*. Comissão Pontifícia Justiça e Paz Sínodo dos Bispos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BEOZZO, José Oscar. *Pacto das catacumbas: por uma igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Onde está o povo, aí está a Igreja?* História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria [recurso eletrônico, Recife: Ed. da UFPE, 2020.

CAMARA, Dom Helder. *Espiral de violência*. Porto: Poveira, 1971.

CAMARA, Dom Hélder. In: CARDEAL ARNS, Dom Paulo Evaristo *et al.* *A firmeza-permanente: a força da não violência*. São Paulo: Loyola; Vega, 1977.

- CAMARA, Dom Helder. *Revolução dentro da Paz*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- CAMARA, Dom Helder. *Utopias peregrinas*. Recife: Editora Universitária da UFPB, 1993.
- CLAUDINO, Assis. *O monstro sagrado e o amarelinho comunista: Gilberto Freyre, Dom Helder e a revolução de 64*. Recife: Opção, 1985.
- COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. *Cadernos da memória e verdade*. v. 4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015.
- CONDINI, Martinho. *Dom Hélder Câmara: modelo de esperança na caminhada para a paz e justiça social*. 2004. Dissertação (mestrado em ciência da religião) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.
- KATHEN, Nelmo Roque Tem. *Uma vida para os pobres: espiritualidade de D. Helder Camara*. São Paulo: Loyola, 1991.
- KURLANSKY, Mark. *O ano que abalou o mundo*. Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PINA NETA, Lucy da Silva. *O dom da leitura: Helder Camara e suas bibliotecas*. São Paulo: Paulinas, 2018.
- ROCHA, Zildo. *“Irmão dos pobres e meu irmão”*: presença de Dom Helder em minha vida. Recife: Ed. do autor, 2019.
- ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (Org.). *Dom Helder Câmara: Cartas Circulares Pós-Conciliares*. Vol. IV. T. II (de 25/16 de fevereiro de 1968 a 30/31 de dezembro de 1968). Recife: CEPE Ed. Instituto Dom Helder Câmara, 2013.
- RAMPON, Ivanir Antônio. *O caminho espiritual de Dom Helder Camara*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- RAMPON, Ivanir Antônio. *Paulo VI e Dom Helder Camara: exemplo de uma amizade espiritual*. São Paulo: Paulinas, 2014.

SALDANHA, Stella Maris. *Dom Helder Camara e o teatro popular dos coelhos: uma ação popular libertadora*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião), Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2019.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

SHARP, Gene. *Poder, luta e defesa: teoria e prática da ação não-violenta*. São Paulo: Paulinas, 1983.

SOUZA JÚNIOR, Edvaldo Vieira de. *Dom Avelar Brandão versus Dom Helder Camara: apontamentos sobre eclesialidade e política no discurso e prática das CEBS em Salvador e Recife (1964 a 1985)*. 2016. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

Mulheres, Criminalidade e Trajetórias: Santa Luzia do Carangola-MG nos fins do século XIX

Patricia de Oliveira Guerra Radsack Corrêa¹⁰

Resumo

O presente artigo tem por finalidade analisar uma parcela do contexto criminal envolvendo mulheres na região de Santa Luzia do Carangola, nos anos finais do Oitocentos. Tal escolha se justifica pela relevância e intensidade encontradas nos registros criminais do referido período. Por se tratar de um recorte geográfico em momento de constantes mudanças, o índice de criminalidade entre os anos de 1876 e 1892 registrou 307 processos criminais que foram efetivados na Justiça. Nesses referidos casos, foram encontrados 44 eventos onde mulheres foram protagonistas na condição de réus ou vítimas. Em um recorte em que o “silenciamento” do feminino era uma realidade no país, esta região se destacou por uma relevante atuação e presença das mulheres na Justiça.

Palavras-chave: Mulheres; Criminalidade; Carangola

Abstract

This article aims to analyze a portion of the criminal context involving women in the region of Santa Luzia do Carangola, in the final years of the 19th century. This choice is justified by the relevance and intensity found in the criminal records of that period. Because it is a geographical area at a time of constant change, the crime rate between 1876 and 1892 recorded 307 criminal cases that were carried out in court. In these cases, 44 events were found in which women were protagonists as defendants or victims. In a

context in which the “silencing” of women was a reality in the country, this region stood out for the relevant performance and presence of women in Justice.

Keywords: Women; crime; Carangola

1 Introdução

No dia 29 para 30 do mês de Abril do corrente anno, as 9 horas da noite mais ou menos, na dita povoação do Divino do Carangola, e rua do Jaracattiá, depois de ter o denunciado, tentado entrar a força na casa de Sebastiana de Tal onde achava-se Joaquina Pisaouro para com esta ter relações ilícitas lhe tendo sido franqueada ultimamente uma janela da referida casa por Fuão Ilheo, por via da qual conseguindo penetrar do interior; não tendo sido aceito pela dita Pisaouro a que dirigio supplicas amorosas e algumas pillacria de máo gôsto, dispeitado pela atual recusa disfechou-lha um tiro com a garrucha com que se achava, tentando matal-a, não tendo concebido, por motivos independentes de sua vontade.¹¹

Com a interferência da Justiça em 1883, Joaquina Pisaouro buscou resolver a contenda em que estava inserida na condição de vítima, na povoação de Divino, pertencente ao município de Santa Luzia do Carangola. Desta forma, casos como o de Joaquina foram conduzidos em um ritual processual na referida região, que envolveu 55 mulheres em 44 processos criminais, em um universo de 307 processos no total. Sobre o caso criminal retratado, mesmo com a materialidade das provas colhidas no processo de Joaquina, o júri interpretou que as circunstâncias que levaram o réu a cometer a tentativa de estupro e homicídio eram atenuantes. Nesse sentido, o conselho de sentença absolveu Silvestre José Rodrigues por unanimidade.

O referido processo ocorreu na região de Santa Luzia do Carangola, na Zona da Mata mineira. O município foi emancipado em 07 de janeiro de 1882, se desmembrando de São Paulo do Muriaé (ANDRADE, 2011). Foi na segunda metade do século XIX, que Carangola passou por um efetivo processo de ocupação e desenvolvimento, se destacando como uma espécie de referência regional no final do século XIX (BOECHAT, 2006). De acordo com o censo demográfico de 1890, Carangola possuía 21.698 habitantes, sendo 11.413 homens e 10.285 mulheres.¹²

Com o processo de crescimento político, social e econômico, Carangola passou a se caracterizar pela diversidade de produção agrícola, não apresentando um gênero que se destacasse isoladamente dos demais. É na transferência do século XIX para o XX, que Carangola ganhou ênfase na produção cafeeira (BOECHAT, 2006). Em relação ao contexto jurídico, três instâncias delimitavam a institucionalização da Justiça entre os municípios. Inicialmente, a categoria de “Distrito de Paz” era a primeira instância efetivada em uma região. Sob esta condição, Carangola esteve entre os anos de 1860 e 1880. A instância intermediária da presença da Justiça em uma determinada localidade é a categoria de “Termo”. O Termo de Santa Luzia do Carangola esteve em funcionamento entre os anos de 1880 e 1890. Em um período de dez anos, Carangola foi rapidamente elevada à categoria de “Comarca” em 1890, a instância mais importante para um município com as estruturas de Carangola (HOSKEN, 1992). O que delimitava o nível da instância era a quantidade de residências e habitantes (CHAVES, 2013).

Os processos criminais verificados entre a efetivação do Distrito de Paz, a elevação ao Termo e a concretização da Comarca enquanto instância jurídica somam 307 conflitos oficializados. Conforme mencionamos anteriormente, dos 307 crimes realizados para Carangola, 44 processos envolveram mulheres na condição de vítimas e réus. De acordo com Ivan Vellasco:

As queixas de agressão, ameaças e ofensas levadas à justiça testemunham que, ainda que inseridos numa cultura violenta, homens e mulheres possuíam e negociavam seus próprios limites e noções de legitimidade sobre os limites da violência justificável e necessária (VELLASCO, 2005: 178).

Evidentemente, a presença mais efetiva da Justiça possibilitou o acesso recorrente para a resolução dos conflitos existentes no interior das sociedades. O referido autor ressalta em outro trabalho que:

Uma das razões que moviam aqueles que procuravam a justiça certamente residia em algum cálculo razoável a respeito das possibilidades de atendimento de suas demandas. De um ponto de vista estritamente lógico, é pouco provável que tais cálculos não se fizessem presentes no ato dos que cotidianamente, e de maneira crescente, decidiam por submeter à apreciação e escrutínio das normas jurídicas suas desavenças, contendas e dramas particulares (VELLASCO, 2004: 179).

A disputa construída de acordo com a visão de mundo em que os diferentes grupos sociais procuravam impor influenciava diretamente nos comportamentos e nas consequências do conflito. A análise dos padrões comportamentais coletivos e individuais, com a verificação de seus embates materializados nos processos criminais, nos permite uma compreensão mais contundente sobre as dinâmicas e as relações sociais, tendo em vista o comportamento específico dos gêneros. No século XIX era comum a tentativa de se elaborar uma imagem da mulher totalmente submissa e incapaz. Em meio aos discursos políticos, médicos e até na historiografia tradicional, a imagem da mulher foi estereotipada por uma inferioridade intelectual, que comprometia a realização de atividades complexas, excluindo-a até mesmo da prática de atos de violência. De acordo com Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, parte significativa desta problemática esteve relacionada com a sexualidade, virgindade feminina e a manutenção da honra de homens, mulheres e da família (RODRIGUES, 2016). Sobre a historiografia envolvendo mulheres, Rachel Soihet aponta que a grande reviravolta ocorreu nas últimas décadas, uma vez que as temáticas e os grupos sociais, até então excluídos da História, alçaram às condições de objetos e sujeitos no campo de investigação (SOIHET, 1997). De acordo com a autora:

O desenvolvimento da história das mulheres, articulando às inovações no próprio terreno da historiografia, tem dado lugar à pesquisa de inúmeros temas. Não mais apenas focalizam-se as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da educação, ou dos direitos civis, mas também introduzem-se novos temas na análise, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros (SOIHET, 1997: 280).

Quando elencamos esse debate ao mundo da criminalidade, precisamos compreender que é comum que parte dos eventos criminosos e, conseqüentemente, dos estudos relacionados a esse campo, destaquem o estereótipo da mulher como vítima de crimes violentos. Na contramão da chamada história “miserabilista”, podemos analisar que, além dos eventos onde mulheres foram elencadas na condição de vítimas, temos um significativo protagonismo das mesmas nas barras do tribunal, sendo comumente relacionadas na categoria de réis, conforme iremos discriminar ao longo da pesquisa. O processo de ampliação da Justiça ao longo do Império apresentou grande limitação ao arbítrio do poder privado, permitindo o acesso aos tribunais por homens e mulheres que

buscavam a resolução de seus litígios. Além disso, a composição patriarcal existente no século XIX efetivou grande parte das relações e dos modelos onde a mulher esteve inserida.

Sobre o conceito de patriarcalismo, podemos obter definições clássicas na construção da historiografia brasileira, junto às novas interpretações que dialogam com o protagonismo da mulher e seus atos de resistência. Sendo o patriarcalismo uma forma de construção social com base no patriarcado, podemos interpretá-lo como domínio social centralizado na figura masculina. Nesse sentido, quando analisamos a perspectiva tradicional brasileira, o conceito não se limita à descrição de um modelo ou das características da relação de gênero. É importante verificar a intenção de descrever toda uma ordem social onde o poder patriarcal junto à família seriam elementos fundamentais (ALBUQUERQUE, 2003). Em definição clássica sobre o patriarcalismo no Brasil, Gilberto Freyre caracteriza como a base da sociedade, enfatizando os parâmetros de procriação, administração financeira e política (FREYRE, 1981). No entanto, temos acesso às novas interpretações sobre o contexto, que enfatizam as ações de protagonismo por parte das mulheres. Emília Viotti da Costa enfatiza que:

Durante muito tempo, esses dois retratos – o da mulher dependente e o do poder patriarcal com seu inegável viés classista – ocultaram dos historiadores não só a complexidade e variedade da experiência feminina, como também as mudanças que estavam tendo lugar na vida das mulheres no decorrer do século XIX (COSTA, 2007: 496).

Nesse sentido, é fundamental o cuidado com a historicização do conceito, trazendo o contexto para o centro do debate. Para Durval Albuquerque:

(...) os conceitos nunca dirão plenamente as coisas; faz-se necessário, pois, entender que condições históricas possibilitaram a emergência de um determinado conceito, que fundamento ele teve, e a que relações de poder esteve ligado, num dado momento histórico (ALBUQUERQUE, 2003: 137).

Entendendo a ressignificação do próprio conceito, podemos compreender que o patriarcalismo faz parte de um contexto relacional, onde a mulher participava de seu processo de construção. De acordo com Marcus Carvalho:

A dinâmica deste feixe de tensões eventualmente também poderia voltar-se contra os homens, uma vez que a eles eram atribuídas pesadas

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

regras de honra e o dever de prover o sustento das mulheres da família, uma obrigação que nem sempre eram capazes de cumprir. Ao jogar com essas contradições, algumas mulheres aprendiam a gerenciar melhor suas relações com os homens, aumentando sua esfera de atuação, pressionando os limites dos rígidos códigos patriarcais de conduta. Conquistavam assim espaços políticos e econômicos que normalmente lhes seriam vedados (CARVALHO, 2003: 42).

Trazendo as especificidades para cada região, as particularidades dos grupos sociais evidenciaram as mudanças na condição feminina até a para uma vida nitidamente mais social, na contramão da imobilidade dos estereótipos das matronas apáticas, reclusas e sedentárias (COSTA, 2010). E, para romper com o silêncio dos referidos estereótipos e com as imagens que as vê como “contraditórias”, é preciso rastrear as trajetórias e as minúcias, para compreendermos as tensões entre mulheres e homens que são tecidos da narrativa histórica (PRIORE, 1992). De acordo com Maria Sylvania de Carvalho Franco, as agressões eram recorrentes nas estruturas familiares no século XIX:

Mesmo nas relações que são apontadas como o protótipo do modelo comunitário – as relações de família – observa-se a violência incorporada, com alguma regularidade, às formas de ajustamento. Também nesta área de relações sociais, a luta não resulta de motivos ou de circunstâncias que, por sua excepcional relevância, quebrem o consenso harmonioso e levem à oposição (FRANCO, 1997: 43).

Nos espaços em que as mulheres protagonizaram suas ações seja como vítimas ou réis, podemos identificar que, além da desconstrução da “invisibilidade” no campo da história, quebrou-se o estereótipo da mulher enquanto vítima de crimes violentos que ressaltavam o argumento da “fragilidade”. Utilizaremos a criminalidade para verificar esse protagonismo, tendo em vista a relevância na robusta presença do feminino na história criminal do recorte proposto nesta pesquisa. É importante destacar que, muitas e extensas são as narrativas nos autos que delimitavam o papel da mulher, tendo em vista a necessidade do cumprimento dos “deveres de esposa” e das limitações no cotidiano feminino.

Em um evento ocorrido em 1880, Joaquim Antonio da Rocha esfaqueou sua mulher de nome Júlia Maria do Espírito Santo, ao tentar impedir que a mesma se dirigisse a uma festa. De acordo com o inquérito policial encaminhado à Justiça:

(...) no dia 28 de agosto do corrente anno, (1880) às 9 horas da noite, pouco mais ou menos, sahindo Júlia Maria do Espírito Santo de sua casa, na povoação do Senhor Bom Jesus, no Distrito do Divino Espírito Santo do Carangola, d'este município, para ir à um divertimento que se fasia na referida povoação, encontrou-se em caminho com o denunciado Joaquim Antonio da Rocha o qual começou instar com a mesma par não ir ao divertimento, não sendo porem attendido o denunciado servio-se de uma faca, que consigo trasia, e fes na dita Júlia Maria do Espírito Santo os ferimentos constantes no auto de corpo de delicto junto ao inquérito policial que instrue a presente denuncia; ferimentos estes que produzirão na paciente inabilitarão de serviço por mais de um mes.¹³

O simples evento em que uma mulher fosse desacompanhada para uma festividade, era motivo para que uma série de conflitos surgisse em torno do debate da moralidade. Conceitos como “deveres de esposa” e “mulher de família” fizeram parte de uma realidade nos processos envolvendo mulheres para Carangola no recorte proposto. O que identificamos é o ato da contradição dos valores tradicionais, onde a mulher passou a questionar normas e regras que determinavam seus papéis sociais dentro da família. Ao vivenciar e questionar os constrangimentos comuns às circunstâncias do contexto, essas mulheres tiveram a oportunidade de reconfigurar seus relacionamentos e parte de suas trajetórias (RODRIGUES, 2016). A festa como contexto social induzia as relações antagônicas, permitindo as afirmações de supremacia e destemor (FRANCO, 1997). A vontade de Júlia em frequentar o divertimento, estremeceu a autoridade masculina de Joaquim na tentativa de proibição e controle dentro da relação.

A valorização de um modelo doméstico idealizado pelos grupos sociais advindos do Império foi incorporada e personificada a partir de uma série de padrões (CALEIRO; SILVA; JESUS, 2011). A discussão historiográfica relacionada à história da mulher possui seu marco efetivo na Escola dos Annales, abordando novos campos e novas perspectivas metodológicas. Os estudos mais expressivos surgiram a partir da década de 1970, rompendo com a visão tradicional da invisibilidade da mulher. De acordo com Rachel Soihet:

A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais; os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns.

Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto da história (SOIHET, 1997: 275).

A autora enfatiza que esta linha historiográfica se voltou para a história dos seres-vivos, concretos, relacionando-os com os cotidianos e seus contextos. Mesmo que, inicialmente, as mulheres não tivessem sido incorporadas diretamente na historiografia pela Escola dos Annales, houve uma contribuição significativa para que tal realização pudesse ser concretizada posteriormente (SOIHET, 1997). A questão de gênero começou a ser debatida de forma mais expressiva na década de 1970, buscando teorizar a questão da “diferença sexual”. Sobre o conceito de “gênero”, Soihet afirma que:

A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais”- a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres (SOIHET, 1997: 279).

Sobre o debate historiográfico brasileiro, Margareth Rago aponta que, a partir dos anos 1980, a produção historiográfica sobre a mulher se modificou intensamente (RAGO, 1995). O campo passou a ser desenvolvido dando foco à atuação da mulher como sujeito histórico, tentando identificar a sua presença na vida social, reinventando seu cotidiano e criando estratégias informais de resistência às explorações sofridas por elas. O trabalho de Margareth Rago ligado à história social (RAGO, 1985), também segue essa segunda vertente de produções acadêmicas, trabalhando com formas de resistência feminina na sociedade patriarcal no começo do século XIX. A historiografia brasileira também contou com contribuições relevantes de Raquel Soihet, com produções sobre a violência contra a mulher nos anos iniciais da República (SOIETH, 1989) e Mary Del Priore, relacionando as histórias íntimas do cotidiano feminino no Brasil (PRIORE, 2015).

Ao relacionarmos crime e gênero feminino, podemos compreender que a construção ideológica em torno da figura da mulher, conduz para que tudo que se desprenda do “padrão” patriarcal seja encarado como algo a ser enfrentado de maneira contundente, seja pela quebra de uma norma, seja pela própria entrada da mulher em um ambiente criminal (PRIORE, 2013). Não surpreende que tais fenômenos ocorram, uma vez que, no recorte proposto, inúmeros direitos eram negados às mulheres no espaço de

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

poder e em suas ações sociais (CARVALHO, 1996). Devemos estar atentos para a renovação nas pesquisas históricas com essa abordagem, uma vez que, a transformação da história das mulheres acabou por destacar que as relações sexuais devem ser avaliadas também como relações de poder. Isso demonstra que as diferenças entre os sexos ao longo do século XIX, eram mais de aspecto cultural do que biológico (RODRIGUES, 2016). Esse modelo de relação conduzia os comportamentos cotidianos e seus respectivos interesses políticos e econômicos também nas investigações policiais e nas decisões judiciais, sobretudo quando o tema envolvia violência e mulher (RODRIGUES, 2016).

2 A Justiça, as Mulheres e as Estatísticas

Para melhor compreendermos o problema histórico encontrado para o recorte proposto, utilizaremos esse tópico para elencar alguns dados referentes à pesquisa. Conforme já ressaltamos, dos 307 casos tramitados entre as instâncias jurídicas até a elevação da Comarca de Carangola, em 1890, temos 44 casos envolvendo o gênero feminino em diversas situações. O quadro a seguir mostra a quantidade de processos envolvendo mulheres por ano, desde o primeiro registro em 1876, até o ano de 1892, com os primeiros atos da Comarca.

Quadro 1 – Registro de Processos Criminais Envolvendo Mulheres em Carangola – 1876-1892



Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Para melhor analisarmos os dados, é importante destacar que o único processo que registrou a presença de mulheres antes da elevação do Termo de Carangola, foi no ano de 1876. Após o surgimento do Termo em 1880, a presença da mulher nos processos se tornou uma realidade. Contudo, cabe a ressalva de que esses dados não traduzem que os conflitos relacionados à mulher aumentaram necessariamente. Com a presença da Justiça

e com a ampliação da possibilidade de denúncia e interferência do Estado, podemos constatar que foi progressivo o aumento da participação das mulheres nos autos criminais. Podemos perceber um aumento real do registro de casos entre os anos de 1880 e 1884. Posteriormente, há um salto no ano de 1886, uma oscilação nos anos seguintes e um novo aumento expressivo a partir de 1890. Na possibilidade de realizar a referida pesquisa, objetivamos avaliar a motivação e a conjuntura das oscilações verificadas no quadro. Em relação à tipologia dos crimes verificados nos 44 processos, encontramos 45 crimes baseados na legislação vigente. Neste caso, estamos nos referindo ao Código Criminal de 1830¹⁴ que tipificava os crimes e suas categorias e o Código do Processo Criminal de 1832¹⁵ que ritualizava os procedimentos jurídicos e seus respectivos roteiros. O quadro a seguir constrói uma avaliação prévia dos tipos de crime cometidos no recorte proposto desta pesquisa.

Tabela 01 – Tipologia Criminal dos Processos Envolvendo Mulheres em Carangola 1876-1892

Tipologia Criminal	
Ofensa Física	13
Tentativa de Homicídio	11
Homicídio	8
Estupro	7
Injúria	1
Uso Indevido de Propriedade	1
Ameaça	1
Ataque a Semovente	1
Cobrança de Dívida	1
Levantamento de bens	1
Total	45

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Perfazendo o total de 45 tipos de crime, cabe a ressalva que, em um determinado processo, o mesmo indivíduo cometeu o crime de estupro e homicídio no mesmo evento. Destacam-se os casos de 13 ofensas físicas, 11 tentativas de homicídio, 8 homicídios e 7 estupros. Na tabela seguinte, podemos verificar a participação de homens e mulheres nos respectivos processos em que o gênero feminino esteve presente.

Tabela 02 – Divisão de Gênero e Participação nos Processos Criminais envolvendo mulheres em Carangola – 1876-1892

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Tabela Vítimas	
Mulheres	Homens
37	13
Tabela Réus	
Mulheres	Homens
18	38

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Nos 44 processos criminais identificamos as participações de vítimas e réus. Em relação às vítimas, identificamos 37 mulheres e 13 homens. No que diz respeito ao quadro de réus, observamos 18 mulheres e 38 homens. Mesmo que os homens tenham cometido mais crimes que as mulheres para o recorte proposto, temos 32,14% dos crimes cometidos por mulheres. Esse dado descontrói a perspectiva de invisibilidade até então sustentada pela historiografia tradicional. No entanto, verificamos que, das 50 vítimas registradas nos processos, 74% são de mulheres que sofreram algum tipo de ação criminosa. Em 44 processos criminais temos a participação de 55 mulheres e 51 homens. Em relação aos resultados dos 44 processos já levantados, observamos que o número de absolvições foi superior às demais sentenças.

Tabela 03 – Resultado dos Trâmites Processuais Envolvendo Mulheres em Carangola – 1876-1892

Resultado dos Trâmites Processuais	
Absolvições	16
Condenações	6
Incompletos	10
Arquivados	12
Total	44

Fonte: Processos Criminais – Centro de Documentação Histórica – Carangola – MG

Percebemos que o número de condenações foi extremamente baixo se observarmos as demais sentenças. Em um universo de 44 processos, verificamos 16 absolvições, 06 condenações, 10 processos incompletos e 12 arquivamentos. Cabe a ressalva de que os processos arquivados são absolvições que não chegaram ao conselho de sentença do júri. São processos interpretados como improcedentes, prescritos ou com desistência formalizada. Cabe a ressalva de que era muito comum que as denúncias de ofensas físicas contra mulheres não passassem das denúncias. É possível verificar algumas desistências

nesses tipos de crime (RODRIGUES, 2016). O que se identifica é um número expressivo

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

da participação feminina nos eventos criminosos da região. Além da participação mais efetiva das mulheres nos autos criminais a partir de 1880, verificamos um número significativo de absolvições, mesmo com provas materiais, autos de corpo de delito e testemunhas arroladas comprovando as ações criminosas. Pretendemos nos debruçar detalhadamente sobre os processos para verificar as ações e os resultados encontrados juntos a essas interrogações observadas.

Nossa fonte principal é o processo-criminal e os autos constantes em seu ritual. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo que a fonte seja de uma riqueza significativa, é preciso levar em conta a sua oficialidade e sua intencionalidade na produção das informações. Os processos criminais permitem acessar parcialmente o cotidiano dos grupos sociais envolvido nos autos. Podemos verificar algumas dinâmicas relacionadas aos hábitos, às trajetórias e aos costumes de uma determinada parcela da sociedade.

Na primeira parte da pesquisa, analisamos quantitativamente os 44 processos criminais julgados pelo Termo de Santa Luzia do Carangola, criando um banco de dados para a análise das características destas fontes que envolveram mulheres em seus trâmites. A análise dos processos criminais compreende os seguintes aspectos: a) Identificação da condição e do gênero das partes envolvidas nos autos, entre vítimas e réus; b) Identificação do motivo do crime em conjunto ao tipo de delito cometido; c) Avaliação dos meios e dos recursos utilizados para a realização do crime; d) Análise dos resultados dos trâmites processuais no tribunal; e) Criação de uma tipologia para a criminalidade envolvendo mulheres, contendo as características dos conflitos e seus respectivos envolvidos.

Em um segundo momento, sob um prisma qualitativo, pretendemos avaliar os motivos, as condições, os contextos e as formas de julgamento dos crimes onde o feminino se fez presente. Em relação à referida abordagem, o processo-crime se consolida como uma fonte provida de riquezas e minúcias dentro de seus procedimentos judiciais. Podemos constatar as ações dos sujeitos envolvidos juntamente com seus discursos, mesmo com a intermediação realizada pelo escrivão (VELLASCO, 2004). Além do processo-crime, utilizamos fontes secundárias para compreendermos e confrontarmos o contexto referente

ao recorte proposto. Referimo-nos aos jornais do município, ao Código de Posturas de Carangola e à legislação criminal de época.

3 Considerações Finais

Como a referida pesquisa se encontra em fase inicial e, ainda, não pode apresentar resultados mais consolidados, é importante realizarmos algumas considerações. A proposta desta pesquisa possui relevância ao contrastarmos a mesma com trabalhos já solidificados sobre o tema. A dissertação de Marinete Rodrigues (RODRIGUES, 2016) analisou 50 processos criminais envolvendo mulheres para a região de Mato Grosso, entre os anos de 1830 e 1889. Nesse sentido, estamos tratando de um recorte de 59 anos, em uma região com aproximadamente 65.000 habitantes. Buscando contribuir com a historiografia da região leste da Mata mineira, a presente pesquisa possui 44 processos criminais em um recorte de 16 anos e com uma população de aproximadamente 21.698 habitantes.¹⁶ Em outros números, Carangola possui 33.3% da população no comparativo entre as pesquisas e 88% dos crimes em um recorte temporal significativamente inferior. Esta comparação não tem a intenção de reduzir o brilhantismo do trabalho realizado por Marinete Rodrigues. Mas, de enfatizar a relevância dos dados encontrados para a região de Carangola. Ressaltamos que nesses casos verificamos delinquências, espancamentos, homicídios, furtos/roubos e estupros. Com a ressalva de que estamos analisando um universo de crimes praticados contra mulheres e por mulheres.

Na análise das experiências individuais, temos a possibilidade de resgatar as trajetórias que se encontravam em consonância ou não com o contexto vivenciado no recorte. Ao fugir de uma narrativa ou de uma linearidade histórica, as análises individuais podem destacar certas variações das configurações sociais com permanências, rupturas e redefinições de um aspecto mais amplo (CARNEIRO, 2020). Podemos ter acesso a um percurso individual que externa uma configuração baseada nas relações sociais mais abrangentes (GRIBAUDI, 1998). Partindo do princípio que o espaço social é marcado pelas incoerências, temos a oportunidade de verificar os pontos de tensão e de estabilidade no coletivo e no individual. São trajetórias individuais que se conectam com zonas sociais. Afinal, quem são essas mulheres? Quem são esses homens? Eis o nosso desafio!

4 Referências Bibliográficas

Artigos

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysso Luiz de Freitas de. *Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. Dimensões. Vitória*, v. 26, pp. 302-320, 2011.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. “A Microstoria italiana e os desafios biográficos na historiografia recente (1980-2000)”. *Locus: Revista de História*, 26, n. 1, pp. 211-234, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.9, n.18, pp. 337-360, Dez, 1996.

CARVALHO, Marcus. De portas adentro e de portas fora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Áfro-Ásia*, Bahia, n.º 29/30, pp. 41-78, 2003.

CHAVES, Edneila Rodrigues. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região Norte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, pp. 817-845, set./dez. 2013.

MAUCH, Cláudia. O processo crime para além dos crimes. In: *XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2013. v. 11. pp. 17-31, 2013.

PRIORE, Claudia. *Violência Cometida pelas Mulheres: Práticas e Construções discursivas*. Anais do Colóquio de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, 2013, p. 431.

Fontes

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso: 05 jan. 2021.

BRASIL. Lei de 29 de novembro de 1832. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm>. Acesso em 19 jan. 2021.

CDH, 1883, Caixa 52, Feito M-45-05.

CDH, 1880, Caixa 28, Feito M-23-08.

RECENSEAMENTO DE 1890. Disponível em:

<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227299>>. Acesso em 02 de jan. de 2021.

Livros

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino*. A invenção do falo – uma história do gênero masculino. Maceió: Catavento, 2003.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 21a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

GRIBAUDI, Maurizio. Escala, Pertinência, Configuração. In: *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Org. Jacques Revel. 121-150. Rio de Janeiro: EdFGV, 1998.

HOSKEN, Jairo Motta. (Org.). *Centenário da Comarca de Carangola*. Belo Horizonte: Inédita Editoria de Arte, 1992.

PRIORE, Mary del. História do cotidiano e vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Os domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.

_____. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. *Mulheres, Violência e Justiça no Século XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – Século 19*. Bauru: Edusc, 2004.

Teses e Dissertações

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Os Sertões de São Paulo do Muriahe: Terra, Riqueza e Família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade).

BOECHAT, Maria Cristina Coutinho Robert. *A ocupação da região de Carangola: um estudo sobre a expansão das fronteiras agrícolas da zona da mata mineira na segunda metade do século XIX*. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006, p, 37. Dissertação (Mestrado em História).

COSTA, Maria Lígia Fernandes. *A escrita e o desejo: As relações de gênero na produção literária de Clodoaldo Freitas*. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010. Dissertação (História do Brasil).

O poder dos poderes: os debates sobre o fim do tráfico de escravizados na primeira legislatura da Câmara dos Deputados no Brasil Imperial (1826-1829)

Glauber Miranda Florindo¹⁷

Resumo

Neste trabalho analisamos as discussões sobre o tráfico de escravizados, ocorridas na Câmara dos Deputados, a fim de pensarmos as conformações do Estado brasileiro em relação à escravidão, e de pensarmos as disputas políticas entre os poderes do Estado no pós-independência. Pensar as discussões parlamentares em relação ao tráfico em consonância às tensões políticas daquele contexto, contribui para o desenvolvimento de uma percepção mais complexa do processo de formação do Estado no decorrer do Primeiro Reinado, nos ajudando a entender alguns dos diversos aspectos do debate político daquele contexto em relação à escravidão.

Palavras-chave: Tráfico de escravizados, Câmara dos Deputados, Primeiro Reinado.

Abstract

In this paper, we analyze the discussions about the slave trade, which took place in the Chamber of Deputies, to think about the configuration of the Brazilian State in relation to slavery, and to think about the political disputes between the State powers in the post-independence period. Thinking about, among others, the parliamentary discussions in relation to trafficking in line with the political tensions in that context, contribute to the development of a more complex perception of the process of state formation during the First Reign, helping us to understand some of the different aspects of the political debate in that context in relation to slavery.

Keywords: Slave trade, Chamber of Deputies, First Reign.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

Alfredo Bosi provavelmente foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a perceber uma diferença fundamental entre o Brasil e os EUA a respeito da Escravidão no século XIX. Aqui de maneira muito diferente do Norte, nenhum dos grandes proprietários de escravos ou seus representantes eleitos assumiu explicitamente a defesa da Escravidão. Nos Estados Unidos, ao contrário, não foram poucos os fazendeiros e seus representantes que abertamente saíram em defesa do sistema escravista e de justificativas que enfeixavam um amplo repertório de motivos, desde os mais racionais até mesmo religiosos.

No Brasil uma característica peculiar irá marcar a escravidão, enquanto em outras partes do continente a escravidão africana não era a forma de trabalho predominante, casos do Uruguai, da Argentina, do Paraguai, do Chile, da Bolívia, do Equador, da Venezuela, do México e de outros países. Nas regiões onde o regime cativo africano funcionava para a maioria da população, como era o caso de Cuba, a ilha se mantinha em uma situação colonial “confortável” com as reformas estabelecidas pela metrópole ibérica, desde o reformismo borbônico e além. Já os EUA, onde a escravidão predominava em vastas extensões do seu território, principalmente no Sul algodoeiro, o Estado Nacional surgido desde a sua independência possuía também vastas extensões onde as relações de trabalho predominantes eram assalariadas ou assemelhadas.

Dito de uma outra forma, o Brasil era, por definição, talvez o único, mas sem dúvida o maior Estado escravista existente na América, quiçá em todo o mundo ocidental. Principal território escravista da América ao longo dos séculos XVI ao XIX, o Brasil se constituiu enquanto sociedade e economia a partir dessa “opção” que, tomada inicialmente pelos nossos “colonizadores” foi introjetada e assumida pelos nossos “pais fundadores” e suas consequências até hoje se fazem sentir.

Podemos pensar essa “opção” por uma sociedade e por uma economia escravista, por exemplo, às vésperas do processo de separação política entre Brasil e Portugal, no contexto da transferência da família real para a América. Ação que contou com a proteção inglesa, que em consequência, dentre outras exigências, intentou encerrar o tráfico transatlântico de escravizados.

A pressão inglesa sobre a limitação e, depois, sobre o fim do tráfico de escravizados e sobre as penas e tipificações que tal prática deveria ter, datam, no mínimo, do início do século XIX. Segundo Paula Beiguelman, a ação inglesa se verifica na imposição de tratados, os quais, com o passar do tempo têm seus termos cada vez mais exigentes. Em uma primeira fase, a partir de 1810, a Inglaterra teria buscado restringir as áreas para o tráfico, depois, procurou impor a busca nos navios suspeitos do comércio ilícito de escravos e determinou prazos para o fim da atividade de tráfico, por fim, passou a dispensar provas diretas, bastando evidências indiretas do comércio de escravizados, para a apreensão dos navios (BEIGUELMAN, 1973, p. 08).

De acordo com Beatriz G. Mamigonian, a Grã-Bretanha impôs um alto preço à proteção dada à família real portuguesa na sua transferência para o Brasil entre 1807 e 1808. Segundo a autora, os tratados assinados com a Corte portuguesa em 1810 estabeleceram os principais temas da política externa inglesa para as décadas seguintes, que seriam a defesa do comércio britânico e a imposição do abolicionismo (MAMIGONIAN, 2014, p. 214).

Ainda sobre o tratado de 1810, Rubens Ricupero afirma que D. João cooperar para uma gradual abolição do comércio transatlântico de escravos nos domínios portugueses. Assim, segundo o artigo X do tratado de Amizade e aliança, ficou estabelecido que Portugal se limitaria a comercializar escravos apenas nos limites dos seus domínios, incluindo Cabinda e Molembo – contestados pela França –, a Costa da Minas e Ajudá em Daomé (RICUPERO, 2011, p. 149-150).

No mesmo sentido, Leslie Bethell chama a atenção para os tratados de Comércio e Navegação e os de Amizade e Aliança, assinados em fevereiro de 1810, que para além do livre comércio, exigiam do governo português a limitação do comércio de escravos aos domínios de Império Colonial Português (BETHELL, 2002, p. 29). Segundo Bethell, assim, Portugal teria assumido sua primeira obrigação de restringir e, de forma gradual, extinguir o comércio de escravos (BETHELL, 2002, p. 30).

Com o início das negociações do Congresso de Viena a Inglaterra retomou o fôlego para acabar com o comércio de escravizados. Castlereagh não encontrou resistência das potências centrais – Rússia, Áustria e Prússia –, no entanto, as negociações não avançaram muito com a França e com a Espanha (BETHELL, 2002, p. 30).

O conde de Palmela, responsável por representar Portugal em Viena, tinha instruções por parte do governo português, que nessa época tinha sua sede no Rio de Janeiro, para não aceitar uma abolição imediata do comércio de escravizados (PEIXOTO, 2013, p. 24). O Tratado de Amizade e Aliança assinado em 1810 teve uma interpretação equivocada sobre a proibição do tráfico ao norte do equador, o que provocou apreensões de navios de traficantes da Bahia e de Pernambuco. Em Viena, esses ocorridos foram postos em pauta (RICUPERO, 2011, p. 149-150). Em 21 e 22 de janeiro de 1815 foram assinados entre a Inglaterra e Portugal duas convenções. A primeira estabeleceu a indenização paga, com bastante atraso, pela Inglaterra, pelas apreensões ilegais (RICUPERO, 2011, p. 149-150). A segunda tornou ilegal, o comércio de escravos, ao norte da linha do equador para Portugal e seus súditos, porém, ao sul da linha, o comércio permaneceu legalizado (BETHELL, 2002, p. 34).

Em 28 de julho de 1817 foi assinado um ato adicional a convenção de 1815 (PEIXOTO, 2013, p. 25). Em resumo, além da proibição do tráfico ao norte do equador, ficou estabelecido o direito de visita e busca nos navios e, também, se instituiu comissões mistas – no Rio de Janeiro e em Serra Leoa – para julgar os apresamentos e garantir a liberdade dos africanos apreendidos (BEIGUELMAN, 1973, p. 10).

A pressão inglesa, ao longo desse tempo, não conseguiu quebrar a resistência portuguesa, sob alegação repetida de que os interesses coloniais lusos tornavam impossível, para aquele momento, a proibição do comércio de escravizados ao sul do equador (BETHELL, 2002, p. 50). D. João VI, desse modo, negociou de forma efetiva um caminho para o tráfico legal de escravizados ao Sul do equador. De acordo com Tâmis Parron, com o fim do tráfico inglês, norte-americano e holandês, e a situação de legalidade do comércio de escravizados, por parte de Portugal, a média anual de escravos desembarcados no Rio de Janeiro entre 1809 e 1820 dobrou em comparação à década anterior (PARRON, 2011, p. 50).

Com o processo de independência brasileira a dinâmica das negociações foi alterada. Para o caso brasileiro, a pauta do reconhecimento da independência do Brasil se tornou um trunfo nas mãos dos ingleses. A cargo das negociações, a Inglaterra exigiu como ponto de partida que o Brasil cumprisse os acordos firmados por Portugal em 1815

e 1817. O governo brasileiro precisou demonstrar suas intenções em abolir definitivamente o comércio transatlântico de escravizados (PEIXOTO, 2013, p. 32).

É preciso, ademais, sublinhamos que com o processo de independência do Brasil, o Império Colonial Português ficou sem o seu principal domínio ao sul do equador, assim, a justificativa dada a Inglaterra, sobre a necessidade da manutenção do tráfico negreiro nos mares do Atlântico Sul, em função dos interesses coloniais do império luso caiu por terra. Ou seja, a Inglaterra poderia impor à Portugal e ao Brasil, o cumprimento do tratado de 1810, o qual limitou o comércio negreiro ao sul do equador apenas ao Império Colonial Português, do qual o Brasil não faria mais parte (BETHELL, 2002, p. 50-51).

No dia 8 de maio de 1826, dois dias após a sessão solene de abertura das câmaras, ocorrida no paço do Senado, teve início, desconsiderando as sessões preparatórias, os trabalhos da primeira legislatura da Câmara dos Deputados. Onze dias se passaram até a leitura de um projeto de lei que tinha por pretensão abolir o comércio de escravizados. De autoria do deputado eleito pelo Rio de Janeiro, José Clemente Pereira, o projeto era composto de três artigos, segundo os quais a partir de 31 de dezembro de 1840, ficaria proibida a entrada de escravizados no Brasil. Todo navio que fosse apreendido, a partir daquela data, seria leiloado e o valor arrecadado seria dividido em duas partes, metade para os que haviam feito a captura e o restante em favor dos libertos. Seria elaborada uma lei que regularia a educação e o emprego desses libertos (ACD, sessão de 19 de maio de 1826, p. 85).

O projeto foi lido e encaminhado à segunda leitura sem que nenhum deputado tenha se pronunciado a seu respeito.

Na sessão de 8 de junho de 1826, vinte dias depois da primeira leitura do projeto apresentado por José Clemente Pereira à Câmara dos Deputados, o deputado pela Bahia, Antônio da Silva Telles, a mando da comissão de legislação e justiça civil e criminal, da qual faziam parte também, os deputados Antônio Augusto da Silva (pela Bahia), e José da Cruz Ferreira (pelo Rio de Janeiro), leu o parecer, no qual chamou a atenção para a necessidade de abolição do tráfico de escravizados, um comércio contrário “à boa razão” e a “justiça natural”. Segundo a comissão o tráfico deveria ser suprimido o quanto antes, mas tendo em vista as condições do Brasil e sua dependência dos “braços escravos”, seria

necessário tolerar o comércio de almas por mais algum tempo, “o menos possível” (ACD, sessão de 8 de junho de 1826, p. 79).

O deputado por São Paulo, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro cobrou uma emenda por parte da comissão sobre o parecer que deram. Ficou resolvido que o projeto voltasse para a comissão de legislação e justiça civil e criminal, que ficou incumbida de apresentar as emendas consideradas necessárias ao projeto (ACD, sessão de 8 de junho de 1826, p. 79).

Na sessão de 15 de junho de 1826 a emenda foi apresentada pela comissão de legislação. Segundo o texto, se estabeleceria o fim do comércio de escravos dentro de um prazo de seis anos a contar da publicação daquela lei e, por consequência, também ficaria proibida a entrada de escravos nos portos de todo o império do Brasil. Não houve nenhuma discussão. Segundo o relato dos anais: “foi mandada imprimir a emenda com o projeto” (ACD, sessão de 15 de junho de 1826, p. 149).

Na sessão de 14 de maio de 1827, ou seja, praticamente 11 meses depois, o deputado Araújo Lima fez um requerimento, pedindo urgência “sobre negócio proposto na sessão do ano passado”, isto é, sobre o projeto que tratava do fim do tráfico de escravizados. O deputado, portanto, pediu pressa para a conclusão do projeto e propôs uma emenda propondo o fim do comércio de escravizados para 31 de dezembro de 1829.

Em resposta ao pedido de urgência de Araújo Lima, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos disse que era desnecessário, pois o “tratado já est[ava] concluído, sem que a Assembleia se metesse nisso: foi o governo quem o fez como bem sabe a nação”. Portanto, não fazia mais sentido a câmara tratar de abolição do tráfico escravizados. Em sua tréplica Araújo Lima questionou a câmara diante da assinatura do tratado entre o governo do Brasil e o da Inglaterra, pois, o tráfico de africanos seria um negócio do Brasil e que, embora fosse a favor do seu fim, essa decisão deveria ser brasileira. A fala de Araújo Lima recebeu vários deputados. Seu pedido de urgência foi posto em votação e aprovado (ACD, sessão de 14 de maio de 1827, p. 85).

Outros onze meses se passaram, e então, na sessão de 22 de maio de 1827, chegou à Câmara um ofício enviado pelo marquês de Queluz – José Antônio da Silva Maia, então ministro dos Negócios Estrangeiros – comunicando oficialmente aquela casa a assinatura, em 23 de novembro de 1826, de uma convenção para a abolição do comércio

de escravizados entre o governo do Brasil e o governo inglês. A convenção foi ratificada pelo imperador em 13 março de 1827 e a seu pedido a câmara estava recebendo naquele momento a notícia de tal acordo, assim como as razões, ou melhor, “os fortes motivos” que teriam levado o executivo a assiná-lo e depois, o ratificar (ACD, sessão de 22 de maio de 1827, p. 154-155).

A convenção da qual o ofício trata foi assinada quando a Câmara estava em recesso. Tal fato é utilizado no ofício para alegar que “o governo” se sentia “embaraçado” de tomar alguma decisão a respeito do comércio de escravizados, tendo em vista que a Câmara dos Deputados já estava discutindo um projeto de lei com esse intuito. Os tempos, portanto, seriam outros, como diz o documento, diferentes daqueles de 18 de outubro de 1825, quando foi assinado o outro acordo, o qual a majestade britânica não ratificou. Em 1825 o poder Legislativo ainda não estava funcionando, mas no fim de 1826 estava e D. Pedro preferiria esperar pela decisão da Câmara dos Deputados. Conforme o ofício, não conseguiu. Nesse sentido, a convenção de 23 de novembro de 1826 teria sido assinada e depois ratificada em 13 março de 1827, mais por conta da pressão inglesa do que por vontade do imperador, que não queria passar por cima do processo, a esse respeito, em curso na Câmara dos Deputados (ACD, sessão de 22 de maio de 1827, p. 154-155).

Em 18 de outubro de 1825, Sir Charles Stuart, representante inglês, assinou um acordo para o fim do tráfico, aceitando a proposição brasileira de se estabelecer um prazo de quatro anos para o cessar daquele comércio. Tal acordo foi rejeitado pela Coroa inglesa. O ministro inglês, secretário de Estado dos negócios estrangeiros, George Canning, havia orientado o seu plenipotenciário a estabelecer o prazo de 2 anos para o fim do tráfico praticado no Brasil, e quando soube das ações de seu enviado, não ratificou o acordo (PEIXOTO, 2013, p. 63).

A convenção de 23 de novembro de 1826, depois ratificada em 13 março de 1827, estabelecia a instituição de um prazo de 3 anos para o fim do comércio de escravos na costa da África, e, qualquer indivíduo “súdito de S. M. Imperial” que continuasse com o tráfico após o prazo fixado, seria considerado praticante de pirataria. Após sua leitura, o ofício e a convenção foram remetidos à comissão de diplomacia e estatística da Câmara dos Deputados. É bom ressaltarmos, não houve discussão alguma na ocasião (ACD, sessão 22 de maio de 1827, p. 154-155).

Na sessão de 16 de junho de 1827, a comissão de diplomacia e estatística – da qual faziam parte os deputados Luiz Paulo de Araújo Bastos e Marcos Antônio de Souza, pela Bahia; Raimundo José da Cunha Matos, por Goiás; Luiz Augusto May, por Minas Gerais; e Romualdo Antonio de Seixas, Bispo da Bahia eleito pelo Pará (PARRON, 2011, p. 51) – apresentou um parecer sobre a convenção de novembro de 1826. Diante do primeiro artigo da convenção, que estabelecia o prazo de três anos para se extinguir o comércio de escravizados e tornava tal prática crime de pirataria, a comissão foi incisiva na Câmara do Deputados (ACD, sessão 16 de junho de 1827, p. 80).

O parecer apontou logo no seu início que a convenção assinada entre os governos brasileiro e britânico, privaria o Brasil de benefícios econômicos e de mãos de obra para a agricultura (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 79). Ou seja, o Brasil teria problemas diante do acordo feito, podemos resumir assim a conclusão apresentada pela comissão. No entanto, após o início contundente que deixava bem claro as consequências da convenção de novembro de 1826. A comissão chamou a atenção para as “luzes do século”, que não permitiriam a continuidade do comércio de escravos (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 80).

Chama a atenção a quase inexistência de discussões em torno do projeto submetido pelo então deputado José Clemente Pereira, para o fim do tráfico de escravizados. O deputado, como vimos, apresentou o projeto à Câmara na sessão do dia 19 de maio de 1826, a partir dessa data foram 3 sessões que trataram brevemente da questão, até assinatura do tratado entre os governos do Brasil e da Inglaterra em 23 de novembro de 1826 e a ratificação desse acordo em 13 de março de 1827.

Também chamam a atenção os prazos estabelecidos para o fim do tráfico, pelo projeto seriam 14 anos, a emenda apresentada pela comissão de legislação e justiça civil e criminal estabeleceu um prazo de 6 anos, junto do seu pedido de urgência para a discussão do projeto – quando o tratado entre o governo brasileiro e o governo britânico já se encontrava celebrado – o deputado Araújo Lima apresentou uma emenda para a abolição do tráfico em pouco menos de 3 anos. Nas sessões citadas acima não houve nenhuma fala contrária aos prazos.

Se considerarmos os dados a respeito do número médio de escravizados desembarcados no Brasil, conforme a Tabela 1, apenas nos anos de 1826 e 1827 –

considerando o momento em que o projeto sobre o tráfico estava em tramitação – temo um número superior a sete mil indivíduos desembarcados para servir como escravo no Brasil, sendo que entre 1822 e 1831, foi justamente para ano de 1826 que a média de indivíduos desembarcados pelo tráfico teve seu maior valor.

Tabela 1

Ano	Número médio de escravizados desembarcados no Brasil
1822	3.145
1823	3.544
1824	3.702
1825	3.645
1826	3.753
1827	3.546
1828	3.864
1829	3.647
1830	3.444
1831	2.923

Fonte: <http://slavevoyages.org>

No início desse texto nos referimos ao fato do Brasil ter sido o maior Estado escravista da América. Não se pode negar a importância da escravidão para o Estado brasileiro no decorrer de todo o século XIX. Como bem observou José Murilo de Carvalho, a partir da obra de Joaquim Nabuco, o governo brasileiro era a sombra da escravidão (CARVALHO, 2008, p. 234 e 420). Nesse sentido, é estranho o silêncio em torno da questão do tráfico, por outro lado, talvez, o silêncio se justifique pela mesma afirmação feita por Carvalho. O Estado brasileiro dependeria da escravidão para se sustentar e discutir o fim do tráfico de escravizados seria também discutir o fim da escravidão. Ademais, não se pode perder de vista que o Estado brasileiro dava seus primeiros passos constitucionais, após um conturbado processo, do qual tivemos uma Constituinte fechada e uma Carta outorgada. Talvez a ausência de debates em torno do fim do tráfico de escravizados na Câmara se justifique na necessidade de se evitar polêmicas em um momento no qual elas não eram bem-vindas. Mas pensar apenas dessa forma seria pensar de forma simplista.

Cabe a pergunta, então, o que explica o comportamento da Câmara dos Deputados em relação ao projeto de lei apresentado pelo deputado José Clemente Pereira? Dada a importância da escravidão e, por consequência, do tráfico de

transatlântico de escravizados, para o Brasil, por que o projeto foi pouco discutido pelos deputados?

Rafael Cupello Peixoto afirma que D. Pedro teria sido informado acerca do fracasso do acordo com os ingleses – assinado em 18 de outubro de 1825 com Sir Charles Stuart, representante inglês, que estabeleceria um prazo de quatro anos para o cessar do tráfico – antes da abertura dos trabalhos do primeiro ano da primeira legislatura da Câmara do Deputados. Assim, quando a Câmara iniciou os seus trabalhos, o monarca já sabia que não demoraria para a Inglaterra propor outro acordo em relação ao fim do tráfico atlântico de escravizados. Portanto, quando José Clemente Pereira apresentou o projeto para o fim do comércio de escravizados na Câmara, com no prazo de 14 anos, o fez a mando do grupo governista (que apoiava D. Pedro na Câmara) do qual fazia parte, ou, a mando do próprio D. Pedro (PEIXOTO, 2013, p. 62-63).

Para o início do Primeiro Reinado, tendo em vista o momento político brasileiro, em que se instruía um arranjo institucional monárquico constitucional, observamos uma disputa em torno da autoridade do imperador, chefe do poder executivo e monarca, haja vista as condições sob as quais ocorreu (e ocorria) o processo de independência. O constitucionalismo dos revolucionários do Porto em 1820, reascendeu de forma definitiva nas frações das classes dominantes do então Reino Unido do Brasil, a chama por um arranjo de Estado constitucional. A partir de então, se combinou a uma agenda de continuidades: pelo Brasil como sede do Império, pela monarquia, pela liberdade de comércio, e, pela escravidão; uma agenda de novidades: por uma Constituição (FLORINDO, 2018, p. 195-196).

No decorrer do Processo de Independência, D. Pedro teve sua figura ressignificada, trazida do bojo de uma monarquia dinástica para uma monarquia constitucional. A questão-chave, no decorrer do Primeiro Reinado, ficou em torno da autoridade de D. Pedro, enquanto monarca e chefe do executivo. Vale lembrar, que na Constituinte de 1823, parte dos deputados defendiam que o imperador deveria ter, enquanto chefe do executivo, um plus de autoridade em função de seu status monárquico, já outros deputados defendiam que os poderes deveriam ser equilibrados entre o executivo e o legislativo, e, se não fosse assim, que o legislativo tivesse maior autoridade que o monarca (FLORINDO, 2018, p. 88 *et. Seq.*).

Fechada a Constituinte de 1823 e outorgada a Carta de 1824, o debate em torno da dimensão dos poderes e da autoridade do monarca só vai ser retomado em 1826, quando a primeira legislatura da Assembleia Geral tomou assento (FLORINDO, 2018, p. 140 *et. Seq.*). Nesse sentido, consideramos que para a primeira legislatura, a disputa se dá entre dois grupos, em sentido lato, o dos apoiadores de D. Pedro e o da oposição ao monarca. Ou como sugere Vantuil Pereira, governo e oposição, respectivamente (PEREIRA, 2010, p.170-171). D. Pedro estava consciente dessa situação, principalmente depois do fechamento da Constituinte de 1823, sabia que sua relação com o poder Legislativo estava bastante sensível.

Considerando o contexto descrito e o relacionando a leitura das fontes, temos algumas hipóteses que talvez contribuam para as respostas às questões elaboradas acima. O imperador e/ou seus partidários enviaram à câmara dos deputados o projeto para regulamentar o fim do tráfico de escravizados com a intenção de conferir protagonismo ao legislativo e, assim, estabelecer uma melhor relação do órgão com o imperador. Outra possibilidade é a que imperador e/ou seus partidários, tenham submetido à câmara o projeto para o fim do tráfico, com a finalidade de evitar a interferência dos ingleses na questão, dando mostras para a Inglaterra que a questão estava sendo cuidada internamente e que, assim, se dispensava tratados. Como observou Paula Beiguelman ao dizer que um ultimato ao tráfico de escravizados, tal projeto visaria evitar a ingerência inglesa nos negócios de Estado do Brasil (BEIGUELMAN, 1973, p. 08).

Por seu turno, a câmara dos deputados recebeu o projeto, mas foi morosa na sua tramitação, talvez uma forma de encurralar o imperador, haja vista a necessidade que D. Pedro teria em manter boas relações com a Inglaterra não só para o reconhecimento da independência do Brasil, mas sobretudo para garantir a sucessão do trono português, na figura de sua filha (Cf. RICUPERO, 2010). Ademais, as pouquíssimas discussões e as emendas enviadas pelos legisladores, reduzindo o tempo do prazo para o fim do tráfico, sugerem que os deputados tinham conhecimento da pressão inglesa e tentavam dar mostras que tinham interesse em encerrar o comércio de escravizados, por esse motivo, também, nas poucas falas dos parlamentares e nos pareceres das comissões não há defesa explícita do comércio de africanos, se reconhece as dificuldades do fim do tráfico, mas não há oposição ao seu encerramento, muito embora nenhuma decisão tenha sido tomada sobre o tema.

A câmara dos deputados não tinha nenhum interesse em voltar uma lei para o fim do tráfico de escravizados, por isso não discutiu a questão. Da mesma forma o imperador não tinha interesse nenhum em fazer um acordo sobre o tema com a Inglaterra, preferia que a câmara tivesse o protagonismo nessa questão, a fim de evitar conflitos com o legislativo. Enfim, nem o imperador, nem a câmara dos deputados queriam protagonismo em relação a um tema tão sensível ao Estado brasileiro.

Na sessão de 16 de junho de 1827, quando a comissão de diplomacia e estatística apresentou o parecer sobre a convenção de novembro de 1826, ratificada em 13 de março de 1827, os deputados Raimundo José da Cunha Matos, por Goiás e Luiz Augusto May, por Minas Gerais, membros da comissão tiveram seus votos “vencidos em parte”, assim, após a leitura do parecer na câmara dos deputados, fizeram suas declarações de votos sobre a questão (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 80).

Segundo Cunha Matos, a convenção acordada entre o governo brasileiro e o governo inglês a respeito da abolição do comércio de escravizados, seria “derrogatória da honra, interesses, dignidade, independência e soberania da nação brasileira”. O deputado elencou algumas razões que justificariam sua afirmação. A primeira razão foi de que a convenção atacaria a lei fundamental do império brasileiro, pois desrespeitaria o Estado brasileiro ao privá-lo de legislar sobre a proibição do comércio de escravizados e as consequências para os que insistissem nele, impor, assim, aos súditos brasileiros as regras impostas pelos tribunais ingleses (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 80).

Outra razão elencada pelo deputado foi o próprio comércio negreiro e sua interrupção, que prejudicaria o “comércio nacional”, segundo Cunha Matos, “já circunscrito a poucos ramos em razão da abertura dos portos do império a todas as nações do universo, e em consequência do tratado de 1810 feito com a Inglaterra” (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 80).

A agricultura também foi mencionada. A atividade agrícola seria arruinada pela falta de mão de obra, pois o crescimento vegetativo dos escravos não bastaria para suprir a demanda por braços nas lavouras, uma vez que a taxa de mortalidade dos escravos seria, segundo o deputado, muito alta para a atividade agrícola. A navegação também seria aniquilada com o fim do comércio de escravizados. As vendas de tabaco e aguardente seriam prejudicadas, assim como o comércio de ouro, marfim, azeite de palma, cera,

panos, resina e outros gêneros que seriam comercializados na orbita do comércio negreiro (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 80).

Ademais, Cunha Matos acusou a convenção assinada em novembro de 1826 entre o governo do Brasil e o da Inglaterra de ser extemporânea, haja vista a Câmara dos Deputados ter apresentado um projeto – aquele apresentado pelo deputado José Clemente Pereira, na sessão de 18 de maio de 1826 – que se incumbiria de, nas palavras do deputado: “diminuir gradualmente a importação de escravos para o Brasil” (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 80).

O voto em separado do deputado Luiz Augusto May considerou, à primeira vista, pontos técnicos, no entanto, é possível perceber em sua fala alguns elementos de caráter político, no que diz respeito ao lugar que deveria ocupar o legislativo dentro do arranjo institucional de Estado. O deputado disse que tinha um entendimento do artigo 102 da Constituição, no seu parágrafo VIII, diferente do entendimento que tinha o “ministério brasileiro”. No entanto, uma vez que a convenção assinada entre os governos brasileiros e britânico já estava ratificada, não poderia ser objeto de deliberação do legislativo. Ou seja, uma vez assinada e ratificada pelo imperador e pelo governo inglês, não haveria nada que a Câmara dos Deputados pudesse fazer a respeito da convenção que interromperia em três anos o tráfico intercontinental de escravizados (ACD, sessão de 16 de junho de 1827, p. 81).

De acordo com a Constituição de 1824, era uma atribuição do poder executivo fazer tratados com outras nações e, quando o interesse e a segurança do Estado permitissem, após a conclusão dos acordos, esses deveriam ser apresentados à Assembleia Geral (CPIB, 1824, art. 102). No caso de acordos que envolvessem a cessão ou troca de territórios, em tempos de paz, só poderiam ser ratificados sob aprovação da Assembleia Geral. O parágrafo é bastante claro a respeito da necessidade de se ter aprovação da Assembleia Geral para a ratificação de acordos que envolvessem territórios. No entanto, no que diz respeito a acordos de outra natureza, a redação do artigo é omissa. Diz que os acordos depois de concluídos deveriam ser levados ao conhecimento do parlamento, porém não diz que a ratificação se daria mediante a aprovação da Assembleia Geral (CPIB, 1824, art. 102).

As falas de Raimundo José da Cunha Matos e de Luiz Augusto May ocorreram depois da retificação do tratado entre o governo do Brasil e da Inglaterra. A discussão fala de Bernardo Pereira de Vasconcelos diante do pedido de urgência de Araújo Lima, na sessão de 14 de maio de 1827 também ocorreu após da retificação do acordo, assim, concluímos que uma vez assinado o tratado, não havia mais motivos para manter o silêncio sobre a questão no parlamento, afinal, o tratado estava concluído e a câmara não tinha responsabilidade sobre ele, uma vez que tinha sido celebrado pelo Executivo. Ou seja, uma vez que a questão do tráfico de escravizados fugiu ao controle do parlamento, a defesa da escravidão chega à pauta na câmara dos deputados, por meio da fala de Cunha Matos.

A agenda da oposição ao imperador na câmara, assim, passa a ser a defesa da necessidade do comércio transatlântico de escravizados e da escravidão, a crítica ao tratado e a ineficiência dos ministros que o negociaram, e, a crítica ao Executivo por ceder à pressão inglesa e concordar com um tratado antes que o Legislativo pudesse fazer uma lei que regulamentaria o fim do tráfico. Se a fala de Cunha Matos ofereceu argumentos para a defesa do cativo, a fala de Luiz Augusto May pode ser vinculada à oposição ao imperador, e aos seus ministros, que ao celebrarem uma convenção com o inglês, não teria apenas cedido à pressão inglesa, mas impedido o Legislativo de fazer seu trabalho, ferindo, assim, a soberania do Brasil.

Referências Bibliográficas

- BEIGUELMAN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no império. In: BEIGUELMAN, Paula. **Pequenos estudos de ciência política**. 2ed. Livraria Pioneira Editora, 1973
- BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos 1807-1869**. Brasília: Senado Federal, 2002
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da Ordem. A elite política imperial / Teatro de Sombras. A política imperial**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil Imperial: Volume I - 1808-1831**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014
- PARRON, Tamis. **A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2011

PEIXOTO, Rafael Cupello. **O poder e a lei:** o jogo político no processo de elaboração da "lei para inglês ver" (1826-1831). 2013. 263 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013

PEREIRA, Vantuil. *Ao Soberano Congresso:* Direitos do cidadão na formação do Estado Imperial brasileiro (1822-1831). São Paulo: Alameda, 2010

POLÍTICA INDÍGENA NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

João Filipe Domingues Brasil¹⁸

Resumo: O presente artigo tem como objetivo central compreender o protagonismo indígena na cidade do Rio de Janeiro colonial através do conceito de Política Indígena. Traçando um paralelo entre as possibilidades de existência da cidade e das relações que os sujeitos indígenas estabeleceram com ela e seus agentes, busca-se compreender aspectos fundamentais da história do Rio de Janeiro colonial e dos povos indígenas inseridos no seu contexto, aspectos esses muitas vezes negligenciados e postos de lado pela historiografia brasileira. A pesquisa, portanto, baseia-se no levantamento bibliográfico sobre o tema proposto, discussão sobre os conceitos de história política, política indígena, cidade e Rio de Janeiro colonial, visando entender como os povos indígenas se relacionavam com a cidade e como foram protagonistas na sua história.

Palavras-Chave: Política Indígena; Política Indigenista; Rio de Janeiro Colonial.

Abstract: This article has as its main objective to understand the indigenous role in the colonial city of Rio de Janeiro through the concept of Indigenous Policy. Drawing a parallel between the possibilities of existence of the city and the relationships that indigenous subjects established with it and its agents, we seek to understand fundamental aspects of the history of colonial Rio de Janeiro and the indigenous peoples within its context, aspects which are often neglected and set aside by Brazilian historiography. The research, therefore, is based on a bibliographic survey on the proposed theme, discussion on the concepts of political history, indigenous politics, colonial city and Rio de Janeiro, aiming to understand how indigenous peoples related to the city and how they were protagonists in the your story.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Keywords: Indigenous Policy; Indigenist Policy; Rio de Janeiro Colonial.

INTRODUÇÃO

Como escrever um artigo sobre um assunto que possibilita escrever uma tese de doutorado? Tentarei responder à essa indagação nas próximas páginas, assim como outras que se impõe à pesquisa que aqui se inicia: o que são os conceitos de política, política indígena e cidade? O que possibilitou a existência de uma cidade como o Rio de Janeiro colonial? Como os povos indígenas estavam inseridos em seus contextos? E como atuaram como protagonistas em sua história?

Cabe fazer aqui algumas ressalvas. O presente trabalho não tem por preocupação, e não poderia ter pela pouca quantidade de linhas e grande volume bibliográfico, dar conta de todos os aspectos nele levantados. Por conta disso prioriza-se debates sobre conceitos e aspectos fundamentais, conforme apresentado acima, desejando dar-se continuidade a ele posteriormente. A abordagem aqui proposta é inédita uma vez que busca fazer o diálogo entre a existência da cidade do Rio de Janeiro colonial e os povos indígenas inseridos em seus contextos, entendendo esses como protagonistas históricos. Trabalhos como os de Ronald Raminelli (1996), Luís Rafael Araújo Corrêa (2012), Maria Regina Celestino de Almeida (2013), entre outros, contribuem para a presente pesquisa, principalmente no desafio de trabalhar-se com protagonismo indígena, mas apresentam escopos de pesquisa diferentes. Finalmente, não proponho aqui uma metodologia fechada em si, mas o diálogo entre antropologia e história, deixando ao leitor a decisão de classificá-lo (ou não) como trabalho de antropologia histórica, história antropológica ou etno-história.

Passando à pesquisa, pretendo analisar primeiramente o conceito de história política. Tal análise é importante pois permitirá entender posteriormente o que foi a política indígena no Rio de Janeiro colonial. Conforme aponta Burke (1992) a história política esteve durante o período de construção do estatuto científico da história, entre

meados do século XIX e início do século XX, atrelada à história oficial da escola positivista, história essa que superestimava os documentos escritos dando ênfase aos grandes eventos. Naturalmente, com o surgimento da primeira geração da “Escola dos Annales” em 1929, essa história política sofreu duras críticas juntamente com a escola positivista, sendo posta em segundo plano em relação à “Nova História” inaugurada por March Bloch e Lucien Febvre.

Fernand Braudel, representante da segunda geração dos Annales, ao pôr em destaque a história de longa duração, afasta-se ainda mais da história política (Burke, 1992). Observo assim que em meados do século XX, os historiadores que se pretendiam realizar uma história política encontravam-se à margem do movimento historiográfico vigente que tinha no centro a Escola dos Annales e a Nova História. Contudo, a denominada terceira geração dos Annales ao realizar suas críticas às duas gerações anteriores observa que apesar de elas terem tirado do centro do debate histórico a escola positivista que pretendia realizar uma “história oficial”, acabaram por fazer também uma história política.

Resumindo. Febvre e Braudel podem não ter ignorado a história política, mas não a tomaram muito a sério. O retorno à política na terceira geração é uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismo (especialmente o “economismo” marxista). Está associado à redescoberta da importância do agir em oposição à estrutura. Está associado também ao que os americanos denominam “cultura política”, de idéias e de mentalidades. Graças a Foucault, esse retorno se estendeu em direção à “micropolítica”, a luta pelo poder no interior da família, da escola, das fábricas, etc. Em consequência dessas mudanças, a história política está em vias de uma renovação (BURKE, 1992, p. 72-73).

A história política torna-se assim necessária para esse trabalho, pois, conforme aponta René Remond (2003, p. 35-36) ela

Aprende que se o político tem características próprias que tornam inoperante toda análise reducionista, ele também tem relações com os outros domínios: liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva. O político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. As pesquisas sobre o abstencionismo, os estudos sobre a sociabilidade, os trabalhos sobre a socialização, as investigações sobre o fato associativo, as observações sobre as correspondências entre prática religiosa e comportamento eleitoral contribuem para ressaltar tanto a variedade quanto a força das interações e interferências entre todos esses fenômenos sociais

Concerne esclarecer agora o que entendo por política indígena. Entendendo política como a interação entre diferentes atores sociais e a história política como o estudo dessas relações em múltiplos contextos, pode-se entender política indígena como a relação estabelecida entre os povos ameríndios e os diferentes agentes em contextos sociais variados. Essa noção afasta-se da de política indigenista ao passo que toma como referência os indígenas enquanto sujeitos e não meramente como objetos reacionários a impulsos exógenos, sejam eles oficiais ou não. Essa política indígena tem um local definido nesse trabalho, a cidade do Rio de Janeiro colonial.

É importante entendermos o conceito de cidade, sendo ele polissêmico em sua essência, não havendo consenso para o seu surgimento. Podemos inferir que os conceitos de cidade e urbano contrapõe as noções de urbano e rural enquanto são intrínsecas às ideias de centro e periferia. Segundo Marcel Roncayolo (1986, p. 396)

O aparecimento das cidades pressupõe condições muito precisas: produção dum excedente agrícola que permita alimentar, total ou parcialmente, a população urbanizada; divisão do trabalho que esteja na base da sua atividade econômica, a qual, por sua vez, será por ele desenvolvida; especialização e hierarquia das tarefas.

Nesse sentido, é importante considerar que

A cidade muda: os homens, as sociedades não criam o seu ambiente apenas para satisfazer certas necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar num espaço real de vida algumas de suas ambições, das suas esperanças, das suas utopias. As formas urbanas são o produto da história. No termo 'cidade', mais do que o rigor dum conceito, acumula-se uma grande soma de experiências históricas (RONCAYOLO, 1986, p. 396-397).

Admito, portanto, que cada cidade é um produto social de seu tempo, apesar de terem pontos de confluências. O que seriam então as cidades coloniais americanas, dentre as quais o Rio de Janeiro fez parte? Um primeiro ponto a se considerar é que antes da chegada dos europeus na América, já existiam inúmeras e antigas cidades nesse continente. A maioria delas localizavam-se na Mesoamérica e foram construídas por Astecas e Maias, algumas sendo objetos de pesquisas arqueológicas e históricas até hoje, como Teotihuacan, Tenochtitlan e Yucatán¹⁹. Temos em contraste com esse cenário as

poucas cidades construídas pelos Incas nos altiplanos da América do Sul. Tal fato não relega uma posição de superioridade das primeiras em relação à segunda, nem das denominadas civilizações em relação aos demais povos indígenas, uma vez que cada um(a) adaptou-se socialmente à natureza da melhor maneira que conseguiram.

Outro fato de indispensável consideração é que as cidades americanas surgidas a partir de 1492 são frutos dos processos de colonização aqui instaurados desde então. Muitas cidades indígenas foram aproveitadas pelos europeus para sua utilização, como é o caso de Tenochtitlan e Cuzco. Ademais, sobre os colonizadores europeus, é possível admitir que

Al cruzar el Atlántico no sólo habían pasado de un continente viejo a uno presuntamente nuevo, sino que habían atravesado el muro del tiempo e ingresado al capitalismo expansivo y ecuménico, todavía cargado del misionismo medieval. Aunque preparado por el espíritu renacentista que lo diseña, este modo de la cultura universal que se abre paso en el XVI sólo adquiriría su perfeccionamiento en las monarquías absolutas de los Estados nacionales europeos, a cuyo servicio militante de plagaron las Iglesias, concentrando rígidamente la totalidad del poder en una corte, a partir de la cual se disciplinaba jerárquicamente la sociedad. La ciudad fue el máspreciado punto de inserción en la realidad de esta configuración cultural e nos deparó un modelo urbano de secular duración: la *ciudad barroca* (RAMA, 1993, p. 567).

Assim, quando o europeu projeta seu ideário colonizador no novo mundo, ele transfere para essa nova geografia e ontologia uma carga simbólica atrelada ao imaginário da metrópole europeia. Nesse sentido, as cidades, pretensiosamente barrocas (apesar de nunca o terem sido), agem como elemento duplo de dominação, tanto do terreno, quanto dos povos indígenas que nele habitavam. Portanto, “la translación del orden social a una realidad física, en el caso de la fundación de las ciudades, implicaba el previo diseño urbanístico mediante los lenguajes simbólicos de la cultura sujetos a concepción racional (RAMA, 1993, p. 570).

Pode-se assim considerar que as cidades americanas coloniais, de modo geral, obedeciam a uma dupla funcionalidade: dominação física e simbólica, conforme mencionado anteriormente, e exploração de mão de obra e recursos (RAMA, 1993; MORSE, 1999). Essa mão de obra foi primeiramente indígena, depois integrou a negra. Na cidade do Rio de Janeiro essa dinâmica não foi diferente. Sua existência só foi possível graças a alianças dos portugueses com os povos indígenas que habitavam a baía de

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Guanabara no século XVI, culminando na expulsão dos franceses que se interessavam por aquela região. Tal fato, abordado há pouco tempo na historiografia brasileira, que sempre relegou o feito ao heroísmo europeu, pode ser entendido como um aspecto da política indígena, uma vez que essa não nasce na relação com os europeus, mas vislumbrava-se também nas relações interétnicas pré-coloniais.

Desde a sua fundação, a cidade do Rio de Janeiro cresceu em importância para a metrópole, chegando ao posto de capital da colônia em 1763, permanecendo com esse título até a chegada da família real portuguesa na cidade em 1808, tornando-a capital imperial. Nos próximos capítulos buscaremos compreender a relação estabelecida entre os povos indígenas e a cidade do Rio de Janeiro colonial, tomando como referência a política indígena.

POVOS INDÍGENAS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

Quando os europeus chegaram aonde hoje é a cidade do Rio de Janeiro, grande parte do seu território era ocupado por populações indígenas. A saber:

Jean de Léry, num levantamento parcial, encontrou em torno da baía de Guanabara um total de 32 aldeias tupis entre 1550 e 1560. Depois, novas listas, também parciais, foram feitas por missionários e cronistas portugueses, acrescentando outras povoações.

O primeiro nome da lista de Léry é a aldeia *Kariók* ou *Karióg*, situada no sopé do morro da Glória, na foz do rio Carioca, o rio sagrado dos Tamoio que tinha, além dessa, uma segunda foz, mais caudalosa, na praia do Flamengo, onde localizava-se outra aldeia, chamada *Urusúmirim* ou *Abruçumirim*.

O Pão de Açúcar também estava cercado por aldeias indígenas. Três delas situadas ao lado do Morro da Babilônia: *Jaboracyá Eyrámiri*, *Pana-ucú*. Duas - *Japopim* e *Ura-uassú-ué* - quase em frente ao penedo. Entre o Pão de Açúcar e o Morro da Viúva, ficava a aldeia *Okarantim*. No caminho para o rio Carioca, a aldeia *Tantimã*. Na barra da Tijuca, a aldeia *Guiraguadú-mirim*. A aldeia Maracajá, na ilha do Fundão, era ocupada pelos *Temiminó*. A lista continua. Próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas, existia uma aldeia chamada *Kariané*. Distribuídas pelos morros de Santa Tereza e Santo Antônio, as aldeias de *Katiuá*, *Kiriri*, *Anaraú* e *Purumuré*. Na região ocupada hoje pelos subúrbios ao longo a Central do Brasil existiam dezenas de aldeias, entre as quais *Pavuna*, *Irajá*, *Catiú*, *Savigahy*, *Taly*, *Uepeé*, *Itauá*, *Uery*, *Acorosó*, *Margavia*, *Sarapú*, *Iramem*, *Sapopema* (FREIRE, 2010, p. 11-12).

O mesmo autor, assim como Ronald Raminelli (1996), esclarecem que essas aldeias referiam-se às etnias tupinambá, tamoio e temiminó. Dentro das perspectivas de cidade colonial e da fundação da cidade do Rio de Janeiro, podemos considerar que “com a ajuda dos guerreiros tupinikim e temiminó, os portugueses derrotaram os franceses e seus aliados - os tupinambá. Os índios derrotados tiveram seus territórios invadidos, suas aldeias destruídas, suas terras ocupadas, loteadas e distribuídas” (FREIRE, 2010, p. 26). Tal fato corrobora com o entendimento de que podemos vislumbrar a política indígena antes da chegada dos europeus. Devemos considerar também que os europeus foram utilizados pelos povos indígenas em seus conflitos pré-coloniais, como foi o caso dos temiminó e tupinambás.

Com a instalação da capitania do Rio de Janeiro, os indígenas foram progressivamente aldeados pela coroa portuguesa. Apesar dessas aldeias localizarem-se próximas à cidade, observa-se que não eles não figuravam na paisagem urbana, a não ser como força de trabalho, pois

Cabe lembrar que a política indigenista da Coroa portuguesa, sempre oscilante entre a necessidade de incluir os índios como força de trabalho e tê-los como aliados nas aldeias coloniais, caracterizou-se por uma infinidade de leis que se sucediam e, por vezes se anulavam. O estabelecimento dessas leis e seu cumprimento se faziam conforme as pressões dos grupos interessados: autoridades locais e metropolitanas, colonos, jesuítas e os próprios índios. Sem detalhar essa problemática, cabe lembrar que até 1755, quando, no âmbito das reformas pombalinas, proibiu-se definitivamente a escravidão indígena, prevaleceu na colônia duas possibilidades legítimas de escravidão indígena: o resgate e a guerra justa. A primeira consistia em trocar, com os grupos aliados, seus prisioneiros de guerra que, resgatados pelos portugueses, podiam se tornar escravos. A guerra justa, por sua vez, justificava a escravização de povos que não colaboravam com os portugueses (ALMEIDA, 2014, p. 12).

As aldeias indígenas foram, de modo geral em toda a América colonial, de duas naturezas: uma de *encomenda* ou *repartição*, para exploração de mão de obra indígena por um colono, conforme demonstrado acima, e outra de cunho religioso, sendo entregue a franciscanos e jesuítas para catequização e domesticação dos indígenas. De todo modo, a existência desses dois tipos de aldeamentos demonstra como a construção do espaço urbano colonial na América exclui de sua forma e idealização os aspectos autóctones.

Em uma análise mais profunda, pode-se realizar levantamentos a respeito dos aldeamentos próximos à cidade do Rio de Janeiro colonial, seus tipos, utilizações e suas reverberações na história colonial americana. Como tais preocupações não fazem parte do que o trabalho propões, seguiremos no entendimento da política indígena no Rio de Janeiro colonial.

A POLÍTICA INDÍGENA NO CONTEXTO DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

Considerando que as construções dos espaços urbanos na América colonial expulsavam de seus contextos os povos ameríndios e que esses procuravam ser aldeados de pelo menos duas maneiras distintas, cabe a reflexão: como os povos indígenas interagiram com tais circunstâncias? Deve-se atentar que essas interações poderiam ser endógenas, quando partiam dos próprios indígenas em relação aos diferentes agentes sociais com os quais relacionavam-se, e exógenas, que seriam as políticas indigenistas oficiais. Essas últimas são extensas e muito bem documentadas. Não podendo ser investigadas nesse trabalho, podem ser visitadas em investigações posteriores. Cabe atentarmos para esse primeiro tipo de interação, ou a política indígena, sobretudo no Rio de Janeiro colonial.

Quando observamos a utilização da mão de obra indígena no Rio de Janeiro colonial, podemos inferir que

Os povos indígenas, no entanto, não estavam à disposição dos europeus e sua incorporação ao mercado de trabalho na capitania – como aldeados ou como escravos – fez-se através da legislação e de muitas disputas cotidianas. A documentação sobre conflitos em relação ao trabalho dos índios evidencia que as aldeias não existiam simplesmente para satisfazer os interesses dos colonos e da Coroa como redutos de mão de obra. O cumprimento ou não das resoluções do rei na colônia dependia do jogo de forças entre os agentes sociais envolvidos e, de ambos os lados, houve casos de desobediência às ordens da Coroa. A inserção dos índios nas atividades produtivas da capitania passava também por seus próprios interesses e possibilidades de barganha ou resistência. Apesar da condição subalterna e dos incalculáveis prejuízos, abusos e explorações que lhes eram impostos, as disputas não se faziam à sua revelia, como costumava ser sugerido pela historiografia. De acordo com a documentação, os índios participavam dos conflitos em torno de seu trabalho (ALMEIDA, 2014, p. 13).

Esse é um primeiro aspecto da política indígena que podemos observar no Rio de Janeiro colonial, assim como de maneira geral na América: a resistência ao cumprimento das políticas indigenistas e do emprego compulsório e escravo de sua mão de obra. Seja por meio de fugas dos aldeamentos, interiorização cada vez mais para a mata adentro, por descumprimento de ordens, que geravam muitas vezes castigos e reclamações por parte dos colonos, ou até mesmo pelo conhecido e descrito “corpo mole” em determinadas situações, a política indígena estava cotidianamente presente como resistência ao trabalho escravo e compulsório.

Dentro das aldeias franciscanas e jesuítas a forma de resistência era mais sutil, mas efetivava-se como um aspecto da política indígena. Observa-se que

Durante todo o período colonial, houve uma disputa entre missionários - especialmente jesuítas - e moradores portugueses pelo governo das aldeias e a repartição dos índios. Quem controlava a distribuição da força de trabalho indígena, detinha um poder real de gerar riquezas (FREIRE, 2010, p. 34).

Esse antagonismo logo iria configurar-se em uma guerra que culminaria na expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759. Dentro das aldeias jesuítas, assim como nas demais, as quais eram responsáveis por catequizar e cristianizar os indígenas, ocorreu outro importante aspecto da política indígena, também de maneira geral na América: o religioso, do culto aos elementos cosmológicos indígenas, mesmo com a conversão ao cristianismo. Tal circunstância, relatada muitas vezes com aflição pelos clérigos e relegada muitas vezes à falta de capacidade de aprendizado por parte dos indígenas é uma forma muito sutil de resistência, que podemos classificar como uma política indígena. Resistindo dessa maneira, era possível manter-se conectado às suas origens, existindo enquanto índio e também enquanto cristão.

Outro aspecto que podemos vislumbrar da política indígena no Rio de Janeiro colonial é o que diz respeito propriamente à relação dos indígenas com os colonos portugueses. Sobre isso, cabe observar que

Ao estabelecer acordos com os portugueses, em condições de extrema violência e desigualdade, os índios deviam buscar, principalmente terra e proteção, como informam os documentos. Diante do caos instalado nos sertões, com guerras, epidemias, escravizações em massa e redução, cada vez maior, de territórios livres e recursos naturais, o ingresso nas aldeias coloniais surgia, com certeza, como possibilidade de

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

sobrevivência. Sujeitavam-se às regras portuguesas, passando a viver em condição subordinada e sujeitos ao trabalho compulsório. Misturavam-se com outros grupos étnicos e sociais, viam reduzir-se as terras às quais tinham acesso e expunham-se às altas mortalidades. Além de tudo, submetiam-se à nova rotina, que lhes proibia o uso de certas práticas culturais e os incentivava a abandonar antigos costumes e incorporar novos valores, como parte do processo de transformá-los em súditos cristãos. Apesar de tudo, não abdicaram de negociar sobre suas perdas como informam instigantes documentos sobre seus conflitos e reivindicações no interior das aldeias (ALMEIDA, 2014, p. 20).

Assim como escapar dos aldeamentos era uma forma de resistência e política indígena, procurá-las como abrigo e forma de sobrevivência também era. Percebemos os nuances que as políticas indígenas poderiam tomar em um contexto urbano na América colonial.

Como quarto e último aspecto da política indígena no Rio de Janeiro colonial, atentamos para o fato de indígenas ocuparem cargos oficiais, se colocando como interlocutores oficiais entre seus povos e a Coroa portuguesa. Os documentos que comprovam isso são investigados há algum tempo na historiografia²⁰ e demonstram mais uma vez como eram diversas as relações dos sujeitos indígenas com os diferentes agentes sociais com os quais se relacionavam, as nuances do que tratamos nesse trabalho como política indígena e como os indígenas foram protagonistas na história do Rio de Janeiro colonial e da América.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei abordar nesse trabalho a política indígena na cidade do Rio de Janeiro colonial. Entendendo como a história política ajuda na compreensão da pesquisa proposta e que por política indígena entendemos como os povos indígenas interagem com os diversos agentes sociais no contexto urbano.

Compreendo assim que a cidade colonial na América, de maneira geral, excluía os povos indígenas de seus contextos, exceto como mão de obra compulsória e escrava. Admitimos quatro aspectos principais de política indígena no Rio de Janeiro colonial: resistência ao aldeamento privado, clerical, à imposição religiosa e índios enquanto

agentes oficiais. Essa política coloca os indígenas como protagonistas nas relações sociais na colônia e na história da América.

Essa incipiente pesquisa abre a possibilidade de investigações mais completas e profundas sobre a política indígena no Rio de Janeiro colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. *Escavidão indígena e trabalho compulsório no Rio de Janeiro colonial*. In: *Revista Mundos do Trabalho* | vol. 6 | n. 12 | julho-dezembro de 2014 | p. 11-25.

CORRÊA, Luís Rafael Araújo. *A aplicação da política indigenista pombalina nas antigas aldeias do Rio de Janeiro: dinâmicas locais sob o Diretório dos Índios (1758-1818)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia Fernanda. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

HAMMOND, N. *La planificación de un centro cerimonial maya. La ciudad: su origen, crecimiento e impacto en el hombre, selecciones de Scientific America*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1979: 79-87.

MILLON, R. *Teotihuacan. La ciudad: su origen, crecimiento e impacto en el hombre, selecciones de Scientific America*. Madrid: H. Blume Ediciones, 1979: 90-101.

RAMA, Angel. *La ciudad letrada*. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. S. Paulo/Campinas: Memorial/UNICAMP, 1993, V. 1, A situação colonial, p. 565-588.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RONCAYOLO, M. *Cidades*. ROMANO, R. (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, v. 8, pp. 396-487.

SILVA, Ana Paula da. *O Rio de Janeiro continua índio: território do protagonismo e da diplomacia indígena no século XIX* / Ana Paula da Silva. – 2016. – 360 f. – Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

**Simpósio temático 08: História da Educação: sujeitos, práticas,
memórias e instituições.**

**Educação de meninos: A educação jesuíta no interior paulista na
segunda metade do século XIX**

Andrea Colsato²¹

Resumo: A ação educacional da Companhia de Jesus é amplamente conhecida, mas pouco se tem falado sobre os colégios criados após a restauração da ordem. Neste artigo, mostro o reingresso dos jesuítas no interior de São Paulo no século XIX com a criação de um colégio interno de meninos e analiso a dimensão de seu retorno frente às mudanças políticas que se operavam na região. Começo por fazer uma breve história da ação educacional da Companhia, desde a criação do *Ratio Studiorum* e traço um panorama da reorganização de suas práticas já em terras brasileiras, no interior paulista, a partir da análise do prospecto de abertura do colégio. Procuo trazer, assim, uma reflexão sobre a dimensão dessas práticas educacionais no cenário de embates político-ideológicos da época.

Palavras-chave: Companhia de Jesus, educação de meninos, interior paulista, século XIX

Abstract: The educational action of the Society of Jesus is widely known, but little has been said about the schools created after its restoration. In this article, I show the re-entry of the Jesuits in the São Paulo countryside in the 19th century with the creation of a boarding school for boys, and analyze the dimension of their return to the political changes that were taking place in the region. I begin by providing a brief history of the Company's educational action, since the creation of the *Ratio Studiorum*, and an overview of the reorganization of its practices in São Paulo, Brazil, based on the analysis of the school's opening advertising brochure. I aim to bring, therefore, a reflection on the

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

dimension of these educational practices in the scenario of political-ideological clashes at the time.

Key words: Society of Jesus, boy's school, São Paulo countryside, 19th century

I. Introdução

As Universidades se foram instituindo após a emancipação das communas e as Cruzadas; mas, não obstante, as Ordens Religiosas continuaram a manter e propagar escolas, até que, no seculo XVI, o mundo contemplou o apparecimento desse instituto insigne, que, na phrase completa de um escriptor, - «se apresentava com as fórmas de um colosso e punha em pratica as forças de um gigante», a Companhia de Jesus²².

Um pouco mais de 100 anos de sua expulsão, a Companhia de Jesus empreende uma cruzada para reinstalar-se no Brasil, trazendo consigo um dos elementos mais importantes de sua ação durante os séculos de sua existência: sua atuação na educação.

Foi notória a ação educacional da Companhia na grande rede mundial criada a partir de sua fundação, o que repercutiu de forma estrondosa também deste lado do oceano durante o período colonial no Brasil. No entanto, pouca ênfase tem sido dada à retomada educacional pós pombalina, principalmente no esclarecimento sobre como ocorreu a reentrada da Ordem e a construção de colégios nesse período. Neste artigo, pretendo enfatizar a empreitada da Companhia de Jesus na retomada da educação de meninos no interior paulista no século XIX, mostrando como ocorreu e como foi capacitada pela elite e irmandades locais, a partir de um contexto sócio-econômico e histórico propício.

Assim, procuro mostrar primeiramente, e em linhas gerais, a ação da Companhia de Jesus na criação de colégios e as diretrizes de seu trabalho educacional, delineando como esse projeto foi detalhadamente organizado desde os primeiros anos da Companhia. Em seguida, descrevo o procedimento para a sua reinserção no interior paulista, a criação do colégio de meninos, fazendo um panorama da reorganização de suas práticas de acordo

com os procedimentos estabelecidos no *Ratio Studiorum*. Para finalizar, analiso a dimensão dessa atuação educacional nos embates político-ideológicos da época.

A Companhia de Jesus foi fundada em 1540, por Inácio de Loyola, e se estabeleceu a partir da bula papal *Regimini Militantes Ecclesiae*, do papa Paulo III, com a missão de catequização, ensino e assistência. As Constituições, documento mor da Companhia, foram escritas e corrigidas até o ano de 1556, contando com a ajuda de seus companheiros, entre eles, João Afonso de Polanco. Esse longo trabalho definiu as normas de atuação da Companhia e de todos os seus integrantes, criando uma coesão de objetivos, regras e estabelecendo os princípios de sua ação missionária, de hierarquia e de obediência. De acordo com Paiva & Pontes (2000), a atividade missionária articulou-se fortemente com a ação educacional, relacionando o ideal de salvação das almas com a concepção de que a formação intelectual está inalienavelmente vinculada à virtude. Dessa premissa que surge o *Ratio Studiorum*, o plano educacional da Companhia, sobre o qual falarei mais adiante, imbuindo os missionários do espírito de que, através do estudo, a partir da transmissão do conhecimento, alcançava-se a salvação das almas.

Durante o período do Brasil colônia, a ação educacional da Companhia de Jesus fez-se presente em diversas regiões do país. Em 1549, foi construído em Salvador o primeiro colégio, fundaram também a Província do Brasil da Companhia de Jesus, funcionando como sede da Ordem. Em 1553, o curso de humanidades e o noviciado para formação de padres foi criado no Colégio dos Jesuítas da Bahia, sendo a primeira instituição de nível superior no Brasil, com figuras de renome, como José de Anchieta e Antônio Vieira. Outras escolas elementares de ler, escrever e contar foram sendo abertas: Porto Seguro e São Paulo, em 1554; Rio de Janeiro, em 1568; Olinda, em 1576; Ilhéus, em 1604; Recife, em 1655; São Luís, Paraíba, Santos, Belém, Alcântara, em 1716; Vigia, em 1731; Paranaguá, em 1738; Desterro; em 1750. Toda essa campanha de abertura de escolas mostra a força da Companhia de Jesus na formação dos alicerces da sociedade brasileira.

Esse longo período de ação educacional foi interrompido com a expulsão dos jesuítas em 1759 e a supressão total da Companhia em 1773²³. Pelo decreto de Pombal, 590 jesuítas “foram forçados a abandonar 17 colégios e 10 seminários que administravam em 12 municípios, desde Belém do Pará até Paranaguá, além de 55 missões entre os nativos, num total de 131 casas religiosas.” (KLEIN, 2016).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A restauração ocorrida quase quatro décadas depois, em 1812, suscitou o paulatino retorno dos jesuítas ao Brasil, que ocorreu em meio a conturbadas medidas mal sucedidas devido a inúmeros empecilhos, entre eles a epidemia de febre amarela e também a grande campanha antijesuítica amplamente divulgada nos jornais e romances da época. A Companhia teve êxito anos mais tarde em algumas regiões do país, mas, principalmente com uma ação bem orquestrada em Itu, ao ser amparada pelas irmandades locais e a elite local, no ano de 1864.

Para essa retomada, os jesuítas contaram com o apoio da Igreja ultramontana²⁴, com a reforma eclesiástica encabeçada por Dom Antônio Joaquim de Melo, num programa de recristianização da sociedade em todos os seus segmentos e de endurecimento das ações do clero, na tentativa de oposição aos valores liberais em curso na região, condenando, entre outras coisas, o ensino laico descolado da educação religiosa. Dessa forma, a volta dos jesuítas correspondia a uma parte do programa do ultramontanismo de recomposição do quadro religioso que tinha como intuito o enrijecimento dos valores mais conservadores da igreja, mitigando as ações de irmandades voltadas ao catolicismo liberal²⁵.

A campanha da Igreja contou com ações muito bem orquestradas que envolveram a abertura do Seminário Episcopal de São Paulo, em 1855 com a vinda de padres capuchinhos de Roma; a abertura de um colégio feminino pelas irmãs de São José de Chamberry, em 1859 e a criação do Colégio São Luís pelos padres jesuítas, em 1867. Dessa forma, o ultramontanismo procurava corresponder não só à formação de padres, mas também à educação de meninas e meninos, agindo, assim, no fulcro da família.

II. O método pedagógico dos Jesuítas: O *Ratio Studiorum* e a sua aplicação no colégio de meninos

O retorno trouxe junto as práticas educacionais estabelecidas no *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, o Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus. O *Ratio Studiorum* trata-se de uma unificação dos procedimentos pedagógicos, uma sistematização que foi guiada pelo Geral da Companhia Claudio Acquaviva, em 1583, que organizou uma comissão inicial de 12 padres a fim de formular a ordem de estudos dos colégios da Companhia, e obteve seu êxito, anos depois, com a formação de uma

segunda comissão com seis eruditos e especialistas em ensino, nomeada em 1584. Como bem esclarece Franca (2019), o *Ratio* não é um tratado de pedagogia; mas, sim, um conjunto de regras sobre as atividades docentes que objetivam garantir a uniformidade de conduta entre educadores para a formação de alunos, com seu conjunto de regras administrativas, currículo e metodologia.

Nesse sentido, os preceitos do *Ratio* voltam a ser empregados na abertura do novo colégio de meninos de Itu. Essa ação ocorre a partir da divulgação da abertura do colégio de meninos, com um prospecto assinado pelo padre T. Razzini, publicado pela *Typografia J. Leme de O. Cesar*, em 1865. Segundo a publicação, a função do Colégio seria a educação religiosa, intelectual e civil da mocidade e que o colégio empregaria todo o desvelo para que os alunos aproveitassem a educação nesses três âmbitos, isto é, dentro daquilo que era previsto no *Ratio Studiorum*.

Os parâmetros de admissão de meninos especificava que “seriam admitidos alunos em regime interno, que principiavam sua educação pública, não podendo ser menores de 7 anos, nem maiores de 14 anos. A escolha pelo regime interno evidenciava a vigilância do tempo e das ações dos jovens como forma de controle sobre a circulação das ideias. A entrada de pessoas externas não seria autorizada, assim como não seria autorizada a comunicação dos alunos com pessoas externas. No que diz respeito à expressão “educação pública”, mostrava-se a concepção de que a educação começa no berço da família antes de tudo.

Outro ponto do panfleto mostra que os alunos “deveriam ser destinados a cursar inteiramente o curso de estudos exigidos como preparatórios para as academias do Império”. Assim, os alunos deveriam cumprir aquilo que era chamado de Instrução Primária e Instrução Secundária. A instrução primária, em um curso de 1 ano; e a instrução secundária, em um curso de 5 anos, conforme determinava o “Programma de Ensino para os Collegios da Companhia de Jesus no Imperio do Brasil”:

Curso de Instrução Primária:

Português, Caligrafia, Aritmética, História e Religião.

Curso de Instrução Secundária:

1º ano: Latim, Português, Francês, História, Geografia, Aritmética, Religião;

2º ano: Latim, Português, Francês, História, Geografia, Aritmética;

3º ano: Latim, Português, Francês, Inglês, História, Geografia, Matemática, Religião;

4º ano: Latim, Português, Inglês, História, Matemática, Religião;

5º ano: Latim, Português, Inglês, História, Matemática, Religião.

Como previsto no *Ratio Studiorum*, a formação nas humanidades era prioritária. O estudo do Latim, base das línguas românicas e língua oficial da Igreja Católica era prática cotidiana da instituição, que a usava não só nas missas, mas também nos documentos oficiais do colégio. O ensino das línguas vernaculares vulgares é uma decisão posterior às primeiras edições do *Ratio*, como estratégia de adequação aos novos tempos.

Em relação ainda ao cotidiano, pelas normas gerais, as aulas se concentravam no período da manhã, com preleções, explicações do professor, exercícios de repetição e recitação. No período da tarde, os alunos tinham tempo para lições e dúvidas. Alguns dos livros de Língua Portuguesa e Literatura adotados encontram-se listados abaixo:

- Selecta Nacional – Curso Pratico de Litteratura Portugueza – Primeira Parte, por F. Julio Caldas Aulete, Seleção de textos: parabolos, apologos, anedoctas, contos, breves narrações, descripções, typos nacionais, paralelos, caracteres e retratos, pensamentos e sentenças, provérbios e rifões, historia e biografia; religião, filosofia, moral e sciencia; papeis officiaes; cartas, estylo bíblico; estylo gongórico, 1887, Lisboa.
- Selecta Nacional – Curso Pratico de Litteratura Portugueza – Segunda Parte, por F. Julio Caldas Aulete/Professor do Lyceu de Lisboa e deputado ás côrtes em diferentes legislaturas, etc./Approvada pelo Governo para uso dos lyceus, e por ele mandada adoptar em 1885 como livro de leitura e análise nas aulas primarias - Introducção/ Preceitos Geraes da Rhetorica.

- Reflexões sobre a Língua Portuguesa, escriptas por Francisco José Freire, publicadas com algumas anotações pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis – Trata do valor das palavras e correccão da Gramatica. Segunda edição, Lisboa, Typographia do Panorama, Travessa da Victoria, 73, 1863.
- Questões Língua Portuguesa por F. Adolpho Coelho, Segunda Parte, Livraria Internacional: Porto, 1874.

Na relação de obras para o curso de Língua Portuguesa, é nítido já a partir dos títulos, o critério de seleção e controle de textos, com especificações de trechos para leitura e análise estilística, enfatizando a correção gramatical e a retórica. A partir da delimitação das obras literárias e dos assuntos linguísticos abordados, é possível perceber como era feito o controle de ideias. Além das aulas convencionais, os alunos eram envolvidos em práticas diárias de religiosidade, como as orações, os atos litúrgicos e os festejos comemorativos. No final do ano letivo, um dos festejos mais esperados era a “Solemne Distribuição de Prêmios”, na qual eram agraciados os alunos que melhor se destacavam nas matérias.

Além disso, cada aluno deveria trazer um enxoval composto de colchão, travesseiro e bacia; toalhas, cobertores, lençóis e fronhas; escovas de roupa, dentes e cabelo. Para o uniforme do dia-a-dia, constava uma sobrecasaca preta, uma calça, colete branco, gravata branca, botina e chapéu de copa alta. Havia também o uniforme de passeio, em tom mais claro. Para o banho, eram necessários dois calções, visto que os alunos não podiam se despir completamente.

Para se ter uma ideia do tipo de clientela atendida pelo colégio, no mesmo prospecto estão detalhados os valores cobrados: a pensão para os internos era de 300:000 (trezentos mil réis) pagos por trimestres antecipados, na ocasião do ingresso, juntamente com a taxa da primeira matrícula em uma vez de 30:000 (trinta mil réis). Na pensão estavam compreendidos os alimentos, o ensino, a lavagem de roupa, os gastos de luz, o serviço doméstico. Todas as outras despesas ficavam a cargo das famílias.

Outra informação interessante constante no prospecto diz respeito à especificação da clientela do colégio. Assim, enfatizava-se que não era permitido o ingresso de alunos que sofressem de alguma moléstia, de escravos e de alunos “despedidos” de outros colégios. Reforça-se, portanto, o caráter elitista da instituição, pois criava uma diferenciação social ao ser frequentado apenas pelos filhos das famílias ricas. Enfim, o prospecto com as informações gerais sobre a abertura do colégio apresentava os objetivos educacionais preconizados pela ordem dos jesuítas, amparados pelo ultramontanismo, que procurava concretizar seu projeto de reinserção e de reconstrução da sociedade.

Nesse sentido, é relevante observar que a clientela aguardada pelo colégio era, em grande parte, a elite agrária local. Segundo Cavalheiro (2001), em contrapartida, as famílias que procuravam o colégio jesuítico buscavam uma formação “tradicional e exemplar a seus filhos”. Esse grupo de famílias do interior paulista era composto por proprietários de terra, de imóveis e de estabelecimentos comerciais, ou ligados ao cultivo da cana-de-açúcar e à plantação de café. Na lista dos primeiros alunos do colégio, encontram-se nomes conhecidos da oligarquia cafeeira e açucareira do interior paulista, como as famílias Almeida Prado, Barros, Ferraz da Luz, Ferraz Sampaio, Camargo, Pacheco, que se destacaram ou política ou como fazendeiros, banqueiros, empresários, médicos, advogados.

Tristão Mariano da Costa, em seu livro *Breve História do CSL*, expõe que, durante os primeiros quarenta anos de atividades do colégio, a intenção foi formar alunos para as altas posições da sociedade:

E agora no correr destes 40 anos que aqui estão, que numero avultado dos discipulos dos Padres Jesuitas, no parlamento, na magistratura, no exercito, na marinha, no comercio, na lavoura, na industria, nas belas artes, nas ordens sacras onde até bispos contamos! (...) Seriamos os maiores ingratos sinão reconhecessemos os inumeros beneficios que tem feito esse Padres ao nosso caro Brasil pela instrução civil e religiosa, sabendo aliar a fé com a ciência, e formando o caráter do homem conforme sua posição social. (COSTA, 1906)

O colégio de meninos, ao atender a parcela mais abastada das famílias do interior paulista, não só se colocava como um dos maiores irradiadores dos ideais católicos, colocava-se ainda como instituição formadora para as altas esferas de poder da sociedade paulista. A fala de Tristão Mariano da Costa, assim como o excerto de discurso de João Mendes que abriu este texto, nos revela a articulação do colégio jesuítico de manutenção de uma sociedade oligárquica monárquica, escravocrata e patriarcal. Como afirma Azzi (2005), “a afirmação do catolicismo romanizado correspondia também aos anseios da burguesia agrária paulista, desejosa de pautar-se pelos valores civilizatórios europeus”.

O colégio de meninos manteve suas atividades até o ano de 1917, na cidade de Itu, quando procurou outro endereço para se estabelecer na capital. Tal mudança está relacionada a diversos fatores, entre eles a epidemia de febre amarela que mitigava a população do interior, e, de forma mais substancial, à mudança de sua clientela com a explosão demográfica da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Referências bibliográficas

AZZI, Riolando. **Entre o trono e o altar: a Igreja Católica em São Paulo como poder espiritual**. In: VILHENA, Maria Ângela & PASSOS, João Décio. *Presença Católica na História da cidade de São Paulo*: Ed. Paulinas, 2005, p. 395-429.

CAVALHEIRO, Diogo. **Hegemonia católica e educação da elite em Itu (1851-1889), o Colégio N.S. do Patrocínio (feminino) e o Colégio de São Luiz de Gonzaga (masculino)**. Tese de doutorado, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2001.

COLSATO, Andrea. **Organização hierárquica e linguística: o modelo jesuítico após a restauração**. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2017.tde-05042017-084202. Acesso em: 2021-12-21.

COSTA, Tristão Mariano da. **Breve Notícia Histórica do Colégio São Luís**, 1906 (manuscrito).

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas - O *Ratio Studiorum***. 2. ed. São Paulo: Cedet, 2019.

KLEIN, P. Luiz Fernando. **Trajatória da educação jesuítica no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3026>. Acesso em: 22 dez. 2021.

MANSO, Maria de Deus. A Companhia de Jesus em Portugal: identidade e historiografia. **Temas Americanistas**, v. 44, p. 264-292, jun. 2020. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/27954/1/10_MANSO%20%28artigo%2C%20publicado%2C%20Temas%20Americanistas%29%2C%202020.pdf. Acesso em: 21 dez. 2021.

PAIVA, J.M. & PUENTES, R.V. **A proposta jesuítica de educação: uma leitura das Constituições**. Comunicações. Piracicaba, ano 7, n.2, p. 101-118, novembro, 2000.

Escolas Normais: instituições para a formação docente feminina

Letícia Cavalcante Lima Silva²⁶

Resumo: Este trabalho tem por finalidade fazer uma breve explanação sobre as escolas normais desde a criação no século XIX até o início do século XX, no intuito de analisar como estas se organizaram para oferecer formação docente para mulheres e, concomitantemente educação feminina para as funções de esposa e mãe, atendendo as exigências do patriarcado vigente no país. Tomando por base o fato de, terem sido criadas para atender a demanda da formação de homens para o exercício do magistério, tornaram-se, na prática, com o passar do tempo, uma instituição para a formação docente feminina, sendo a província da Bahia a primeira a prever um curso normal para as mulheres. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como suporte bibliográfico trabalhos produzidos acerca dessa temática.

Palavras-chave: Escola Normal; Mulheres; Formação docente; Educação feminina.

Abstract: This work aims to make a brief explanation about normal schools from their creation in the 19th century to the beginning of the 20th century, in order to analyze how they were organized to offer teacher training for women and, concomitantly, female education for the functions of wife and mother, meeting the demands of the patriarchy in force in the country. Based on the fact that they were created to meet the demand for training men for the exercise of teaching, they became, in practice, over time, an institution for the training of female teachers, with the province of Bahia being the first to predict a normal course for women. This is a qualitative research that has as bibliographic support works produced on this theme.

Keywords: Normal School; Women; Teacher training; Female education.

Introdução

As escolas normais foram criadas no Brasil após a demanda produzida pelo Ato Adicional de 1827 que determinava a instrução das crianças através das escolas de Primeiras Letras para meninos e meninas, surgindo à necessidade de formar professores para atuarem nessas escolas.

Desse modo a partir de 1835 foram criadas escolas normais em várias províncias do país, inicialmente contemplando a formação de homens para o exercício do magistério. Mas devido as pressões exercidas pela sociedade patriarcal, pautadas nos princípios da Igreja mobilizaram a preferência pelas mulheres para exercerem a profissão nas escolas de primeiras letras atendendo meninas e meninos.

Nesse momento a Bahia se destaca como sendo a primeira a criar um curso especial para mulheres desde a sua criação em 1836 e posteriormente matricular e formar mulheres logo após a inauguração que se deu em 1842.

É importante salientar que inicialmente as províncias que possuíam escolas normais para homens e mulheres, geralmente ofertavam as aulas em dias alternados evitando o contato entre os homens e mulheres no espaço escolar. Além disso, o currículo sofria alterações, disciplinas ligadas às prendas domésticas eram ofertadas ao sexo feminino, enquanto os homens recebiam aulas de álgebra.

A mulher estava nesse período, destinada a ocupar somente o espaço privado, primeiro como filha e, após o casamento como esposa e mãe. A educação recebida (por algumas) se dava no espaço doméstico através de preceptoras ou em conventos fechados e serviam primordialmente para instruí-las nas funções de esposa e mãe (VIEIRA, 2013).

Adentrar as escolas enquanto crianças nas escolas de Primeiras Letras, e posteriormente como normalistas representava uma mudança e um avanço, uma vez que o projeto de vida para elas se referia ao espaço doméstico. Ressaltando que apesar de oficialmente determinada, a instrução feminina ocorreu lentamente e beneficiou primeiro as mulheres das classes abastadas, para posteriormente alcançar as camadas populares.

Com o passar do tempo às mulheres foram cada vez mais frequentando as escolas e se tornando professoras, ao passo que os homens iam deixando a profissão em busca de

outras mais rentáveis contribuindo para a crescente ocupação das mulheres na profissão docente (ALMEIDA, 1998). Essa conjuntura favoreceu a prevalência das mulheres nessas instituições, do mesmo modo que contribuiu para fazer da mulher maioria na profissão docente.

É sobre esse momento da história da educação, que trataremos aqui. Este artigo está dividido em duas sessões, nas quais são apresentados aspectos que tornaram possível ao longo dos anos transformarem as escolas normais em instituições de formação feminina. Na primeira sessão, é feita uma pequena explanação de como se deu a criação, implantação e organização das escolas normais no Brasil. A segunda sessão aborda o ineditismo da Bahia, como a primeira província a organizar uma turma de formação para as mulheres. Por fim são apresentadas algumas considerações a respeito desse momento da história da educação brasileira.

1 Criação das escolas normais no Brasil

A criação das escolas normais no Brasil foi decorrência das escolas de Primeiras Letras criadas para atender as crianças, meninos e meninas ofertando o ensino primário. As Escolas Normais serviram para formar os professores, atendendo a demanda dessas escolas. O Ato Adicional de 1834 possibilitou às províncias legislar sobre a instrução pública possibilitando a criação das mesmas. A partir daí foram criadas escolas normais em várias províncias, sendo a primeira no Rio de Janeiro em 1835.

Após a criação da primeira escola normal surgiram outras em vários pontos do país: Minas Gerais, 1835 (instalada em 1840 – VILLELA, 2000; TANURI, 2000); na Bahia, 1836 (instalada em 1841²⁷ - VILLELA, 2000; TANURI, 2000; ROMANELLI, 1985); Pará, em 1839²⁸ (ROMANELLI, 1985); Ceará, 1845²⁹ (id, 1985); São Paulo, em 1846³⁰ (TANURI, 2000); Paraíba, em 1854³¹ (ROMANELLI, 1985); Pernambuco e Piauí, em 1864 (instaladas em 1865 – TANURI, 2000); Alagoas, 1864 (instalada em 1869) (id, 2000); São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869 (id, 2000); Rio Grande do Sul, em 1870 (ROMANELLI, 1985); Sergipe, em 1870 (instalada em 1871 – (TANURI, 2000); Amazonas, 1872, apesar da criação de uma aula de Pedagogia no Liceu no ano anterior (id, 2000); Espírito Santo, em 1873; Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); Maranhão, em 1874 (escola normal particular); Corte, em 1874 (também particular), e,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

em 1876 uma pública (instalada em 1880³² - TANURI, 2000); Paraná, em 1876 (TANURI, 2000); Mato Grosso, em 1874³³ (TANURI, 2000); Santa Catarina, em 1880 (TANURI, 2000); Goiás, 1881³⁴ (ROMANELLI, 1985).

As primeiras escolas normais mantiveram características comuns, pois a organização didática era simples, tendo um ou dois professores para todas as cátedras, em um curso de dois anos, que se ampliou até o fim do Império. O currículo tinha rudimentar formação pedagógica limitada à disciplina de Pedagogia ou Métodos de Ensino com caráter prescritivo. Além disso, era vedado às meninas o estudo dos decimais e proporções, como também Geometria. Estas por sua vez, para compensar aprendiam cozinhar, bordar e outras atividades peculiares à vida doméstica. Isso se deve principalmente a cultura patriarcal e preconceito quanto à capacidade intelectual da mulher, característica do momento histórico. Tal restrição só foi superada no final do século quando o número de mulheres ultrapassa o de homens e quando o currículo foi unificado (VILLELA, 2000).

A infraestrutura dessas escolas era precária, sendo, muitas vezes, composta por edifícios cedidos, móveis emprestados e escassez do material didático. Essas condições forçaram algumas escolas fecharem as portas, principalmente por falta de alunos ou oscilação administrativa, sendo submetidas a medidas de criação e extinção para conseguirem se afirmar no final do Império.

Essa situação de pouco ou nenhum sucesso das escolas normais provocaram sua rejeição em algumas províncias, adotando, as mesmas, sistemas de professores adjuntos (inspiração austríaca e holandesa) no qual os aprendizes eram empregados como auxiliares de professores, aprendendo a profissão docente unicamente pela prática. Adotado o sistema, primeiramente na província do Rio de Janeiro através do Regulamento de 14 de dezembro de 1849 foram introduzidos em outras províncias, permanecendo mesmo depois o estabelecimento das escolas normais.

No contexto do ideário de popularização do ensino, iniciado a partir de 1878/70, provocado pela generalização da crença na educação entre diferentes partidos e posições ideológicas, as escolas normais voltam a ser cogitadas e gozam sucesso. Ao tempo que são valorizadas têm seu currículo enriquecido, ampliando os requisitos para o ingresso e são abertas às mulheres.

As escolas normais contribuíram para o surgimento das primeiras associações profissionais, já que seus dirigentes eram formados por ex-alunos e professores dessas escolas e, por isto, reivindicavam pela melhoria do estatuto, definição de carreira e uma identidade profissional. A imprensa pedagógica se constitui como o primeiro gênero lançado no Brasil.

O Estado, através das escolas normais, ao tempo em que formava, recrutava e controlava os docentes, assegurando-lhes novo estatuto sócio-profissional, definindo saberes e formas de conquistar uma identidade profissional sendo o divisor de águas entre o velho mestre-escola e o novo profissional primário que surgiu no final do século XIX (VILLELA, 2000).

O incremento nos currículos foi iniciado com o Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879 de Leôncio de Carvalho, inspirando outras províncias, inclusive a instalada na corte, em 1880 (inaugurada em 1881). O currículo incluía: Língua Nacional, Língua Francesa; Aritmética, Álgebra e Geometria; Metrologia e Escrituração Mercantil; Geografia e Cosmografia; História Universal; História e Geografia do Brasil; Elementos de Ciências Físicas e Naturais e Fisiologia e Higiene; Filosofia, Princípio de Direito Natural e Direito Público; Princípio de Economia Política; Noções de Economia Doméstica (para as alunas); Pedagogia e Prática do Ensino Primário em Geral, Prática do Ensino Intuitivo (lição de coisas); Princípios da Lavoura e Horticultura; Caligrafia e Desenho Linear, Música Vocal; Ginástica; Prática Manual de Ofícios (para os alunos), Trabalhos de Agulha (para as alunas); Instrução Religiosa (não obrigatório para os que não praticavam o catolicismo). A Reforma Leôncio de Carvalho permitiu que frequência e exames fossem livres, e a duração do curso foi fixada em séries de matérias, que aplicavam exames para os alunos.

Ao fim do Império as províncias tinham de uma a duas escolas normais públicas, sendo uma para mulheres e outra para os homens, organizadas com, geralmente, três anos de duração. Em quase todas não se alcançavam o nível do curso secundário, sendo inferiores no conteúdo e duração dos estudos. Além disso, a formação pedagógica limitava-se às disciplinas de Pedagogia, e, às vezes, de Legislação e Administração Educacional (TANURI, 2000).

A formação profissional empobrecida nesse momento pode ser explicada pela pouca bibliografia pedagógica disponível:

Apenas depois dos pareceres de Rui Barbosa a bibliografia pedagógica brasileira entra numa fase mais fértil. Assim, em 1882 surgem os pareceres sobre as diversas questões do temário do não realizado Congresso de Instrução do Rio de Janeiro. Em 1884, edita-se o volume *Lições de Coisas*, de Salfray, e, 1886, *Primeiras Lições de Coisas*, de Calkins, traduzido por Rui Barbosa, difundindo no Brasil as ideias de Pestalozzi e Froebel acerca do ensino intuitivo e da educação pelos sentidos, em oposição aos processos verbalistas da escola tradicional. Em 1887, é lançada a obra *Pedagogia e Metodologia*, do professor da Escola Normal de São Paulo Camilo Passalacqua e, no ano seguinte, o *Tratado de Metodologia Coordenada*, de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho. (TANURI, 2000, p. 67).

Apesar de terem sido criadas exclusivamente para atender aos homens que desejassem ser professores, algumas províncias foram permitindo a abertura de curso para as mulheres, como Niterói, Bahia, São Paulo e Pernambuco (TANURI, 2000). Permitir a criação de cursos para as mulheres atendeu “[...] às necessidades sociais que a urbanização incipiente exigia, representada pela vontade de estender a escolaridade básica para uma parcela maior da população, e, em parte, às necessidades de trabalho das jovens de poucos recursos [...]” (ALMEIDA, 2013, p. 73). Além disso, representava uma via para a formação intelectual, pois até pouco tempo estavam totalmente alijadas da formação educacional institucional.

Assim aos poucos as mulheres foram adentrando o espaço docente, de modo que os ideais daquele momento histórico também favoreciam sobremaneira essa participação, vez que à mulher era atribuída a ternura, a doçura e o cuidado a serem dedicados ao marido e filhos, e, por conseguinte dispensado aos seus alunos. A Igreja também aconselhava que as meninas devessem ser educadas por mulheres, no intuito de não ferir a pureza, guardando os valores morais tão defendidos pela sociedade da época. Mesmo para as casadas, a profissão docente permitia conciliar os papéis de esposa e mãe (tão cultivados naquele momento) com o trabalho assalariado, sendo permitido lecionar apenas um turno.

Paralelo a esse movimento de expansão da educação pública, houve desde o início do século XIX a busca por parte de algumas mulheres previamente privilegiadas com a instrução, de reivindicar principalmente através da literatura feminina, escrevendo livros, criando jornais, fundando associações no intuito de equalizar as relações entre homens e mulheres. Entre elas destaca-se a escritora Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nos seus livros buscou enfatizar a importância da instrução para o desenvolvimento das mulheres, reconhecendo suas capacidades e, inclusive aperfeiçoando os cuidados com a família, enquanto esposa e mãe (DUARTE, 2003). Desse modo a profissionalização feminina não foi apenas uma concessão mediante as mudanças sociais como a crescente urbanização e industrialização do país, a influência da Igreja Católica, mas também resultado de um movimento conduzido por mulheres, reivindicando direitos até então dispensados apenas aos homens.

Mesmo sendo vista como um avanço, no que se refere às conquistas femininas:

[...] a concepção implícita na frequência das escolas normais pelas mulheres, e na educação feminina de um modo geral, continuava atrelada aos princípios veiculados de ela ser necessária não para seu aperfeiçoamento ou satisfação, mas para ser a esposa agradável e a mãe dedicada [...] (ALMEIDA, 1998, p. 68)

Na verdade as mulheres estavam aproveitando as prerrogativas das concessões patriarcais para assumir funções no espaço público, conquistando paulatinamente novos espaços. Foi um processo em que as motivações patriarcais e as lutas femininas convergiram para o acesso à educação e a inserção no campo profissional docente, de modo que não deixassem de atuar no espaço privado dos seus lares, onde eram as “rainhas”:

A reprodução da espécie e a responsabilidade pelo cuidado com as gerações futuras concentravam-se nas mãos femininas e isso era uma esfera de poder. Renegar essa capacidade e todo o potencial de que se revestia, ao insurgir-se contra os atributos maternos, era estabelecer a sua negação como seres femininos aquinhoados pela natureza com o dom de conceber e dar à luz. (ALMEIDA, 1998, p. 69)

Além desses fatores, a questão econômica foi fator motivador, tanto para ajudar no orçamento, para as mulheres casadas, como para o próprio sustento no caso das solteiras e viúvas, além de ser uma profissão melhor remunerada e de maior prestígio em relação a outras profissões como parteira e costureira por exemplo. Em alguns casos a profissão representava a única fonte de renda da família:

[...] o salário da mulher-professora se constitui muitas vezes, na única e principal fonte de renda familiar. [...] desde o início do século XX, as mulheres professoras eram consideradas autoridades em muitas cidades, e seus maridos eram conhecidos apenas como “o marido da professora”, pois muitos deles não possuíam uma atividade econômica definida ou se encontravam sem emprego. (LIMA, 2006, p. 150)

Podiam inclusive recusar casamentos impostos por suas famílias, já que possuíam uma profissão na qual tinham a aprovação da sociedade para exercê-la e garantir o sustento (ALMEIDA, 1998). Ademais a formação profissional docente proporcionava às mulheres adquirir uma formação intelectual que as aproximava dos homens. É importante salientar que as primeiras mulheres a terem acesso à instrução e a formação docente, em sua maioria, pertenciam às classes médias e altas, para depois alcançar as mulheres das classes trabalhadoras, visto que estas já realizavam inúmeras formas de trabalho, e não possuíam condições de frequentar tais escolas.

A medida que as mulheres foram sendo permitidas de adentrar nas escolas normais, e exercer a profissão, os homens foram deixando a profissão em busca de outras mais rentáveis, tendo em vista a crescente urbanização e industrialização pela qual o país passava nesse momento. Ademais alguns homens eram professores, mais por falta de opção, do que por vocação (LIMA, 2006), assim deixar a profissão se tornou um alívio para alguns deles, ao passo que para aquelas representou um trampolim para o início da sua emancipação intelectual e econômica.

A partir daí elas foram se organizando em sindicatos, fundando jornais e revistas, e empreendendo mobilizações para reivindicar direitos da instrução para todas e em todos os níveis, direito ao voto, direito a exercer outras profissões (antes designadas apenas para o exercício masculino).

Impedidas de frequentar as escolas normais nos primeiros anos de sua criação, algumas mulheres tornavam-se professoras com o pouco que sabiam isso se refletia no salário recebido, seus salários eram inferiores aos dos colegas homens, devido à falta de formação (DUARTE, 2010). Em seu livro *Opúsculo Humanitário*, a escritora e professora Nísia Floresta vai reclamar a instrução feminina como condição para o desenvolvimento social e intelectual do país, e “[...] defende aí a tese de que o progresso de uma sociedade depende da educação que é oferecida à mulher, e que só a educação moral e a religiosa inculcada desde cedo na menina fariam dela melhor esposa e melhor mãe” (DUARTE, 2010, p. 26-27).

Desse modo, as escolas normais foram importantes, não apenas no sentido de promover uma formação profissional, mas também possibilitou às mulheres transpor o espaço privado, exercendo a profissão adquiriam o direito de transitar no meio urbano sem precisar ser acompanhadas, permitindo que também pudessem constituir família e exercer a maternidade.

2 A Bahia, precursora na escola normal para as mulheres

No Brasil, a primeira província a prever um curso normal para as mulheres foi a Bahia. A criação da primeira escola normal baiana ocorreu a partir da Lei nº 37 de 14 de abril de 1836. Em um momento de crise econômica e revoltas sociais, onde a educação era vista como uma importante ferramenta para colaborar no progresso industrial, bem como na conformação da população perante a transição da monarquia para o regime democrático. Neste sentido Lima (2006) pondera:

[...] a elite baiana percebia a necessidade de buscar mecanismos para conter essa população pobre e sem perspectiva encontrando, na instrução um dos meios mais eficazes. [...] Portanto, trabalho com a hipótese de que *as mulheres são convocadas exatamente por não existir, no período alguém mais confiável que elas para assumirem a tarefa do magistério*. (LIMA, 2006, 139-140, grifo do autor)

Isso se deve ao fato dos homens baianos estarem naquela época inaptos a exercer a docência, pois os negros eram escravos, e os brancos, alguns estavam ocupados nas revoltas ocorridas nesse período e os outros eram trabalhadores livres sem instrução. Dos

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

poucos que se dedicavam ao magistério, eram por falta de opção e não por vocação, e talvez por isso não fossem tão competentes. Cabia, pois, as mulheres civilizar as crianças de tal maneira que se desenvolvesse o amor pela nação e por suas leis (LIMA, 2006).

Embora muitos estudiosos do assunto, atribuam a outras províncias a primeira experiência com as mulheres na escola normal, no estudo desenvolvido pela professora e pesquisadora Marta Maria Leone Lima na sua tese de doutorado, intitulada Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história mostra através da análise dos discursos oficiais a existência de mulheres estudando já em 1843. Com isso a Bahia se torna precursora no país: “[...] a Bahia propôs a criação da sua escola normal, distinguindo-se em sua posição política, social e econômica das demais províncias [...], ao sugerir algo original para o século XIX no Brasil, que é aceitação de mulheres no curso normal [...]” (LIMA, 2006, p.151).

Na Bahia, a Igreja buscou auxílio nas mulheres para evitar a proliferação das ideias liberais que as mudanças políticas e sociais traziam consigo, determinando como as mesmas deveriam se portar nas diferentes fases da vida: juventude, fase adulta e velhice (VIEIRA, 2013).

Passados seis anos após a sua criação, depois de enviar professores para a França e obter formação para dirigir a escola, em 1842, já se inicia a matrícula de mulheres na Escola Normal da Bahia, e em 1843 já possuía três alunas. Em meio às muitas mudanças pelas quais as escolas passaram e a conjuntura histórica, verificou-se no final do século XIX a prevalência das mulheres nas escolas normais de todo o país, assim como também na Bahia. Concomitante essa prevalência, observam-se as relações sociais, econômicas e sexuais perpassando a educação das mulheres:

[...] ainda que as mulheres desejassem mais do que educar-se para os papéis a elas atribuídos naquela época, os caminhos para uma instrução escolar/ profissional apresentava-se apenas delineado e bastante restrito, em especial para as jovens de poucos recursos. Além da desigualdade presente na oferta da educação conforme critérios de classificação social e econômica havia, também, a divisão sexista, agravada com o impedimento da co-educação, que dificultava o acesso das mulheres a outros níveis de ensino para além do primário e do curso normal.(VIEIRA, 2013, p. 70)

Desse modo, as escolas normais não preconizavam apenas a formação docente, mas de modo enfático e previsto no regimento estavam atentas aos tradicionais papéis de esposa e mãe. Isso pode ser visto no regimento da escola normal da Bahia onde: “Os artigos 16º e 17º informam que as mulheres serão admitidas em sessão especial na Escola Normal e que deverão constar, na grade curricular, as matérias do curso primário, acrescidas do Desenho Linear e das Prendas Domésticas” (LIMA, 2006, p. 158). Esse padrão foi seguido nas demais escolas criadas na província e, também no restante do país.

Depois da Escola Normal de Salvador foram criadas outras escolas no estado, possibilitando a expansão da profissionalização docente feminina, como a de Caitité e da Barra, criadas no final do século XIX.

A Escola Normal de Caetité criada em 1895, foi inaugurada em 1898 e atendia ao público feminino. A instituição tinha por objetivo formar professoras para atender a demanda das cidades vizinhas. Desativada em 1903, retomou suas atividades em 1926, por ação do então diretor-geral da Instrução Pública Anísio Teixeira. Desde a criação da primeira escola até sua reabertura o ensino era elitizado, uma vez que as estudantes selecionadas faziam parte das famílias tradicionais. Além disso, de 1836 a 1937, das onze escolas criadas na Bahia, somente três eram públicas, as demais particulares (SOUZA; CRUZ (Orgs.), 2012).

Frequentar a escola normal trazia algumas obrigações inerentes, relacionadas ao bom comportamento, desse modo as normalistas deveriam evitar cometer atos que ferissem a moral, além de usar o uniforme e evitar frequentar ambientes como espaços recreativos e feiras enquanto estivessem trajadas com o mesmo.

No século XX outras escolas foram criadas ao longo do estado visando atender as demandas de outras partes do estado. Na obra *Escolas Normais da Bahia*, estão documentadas algumas delas como: o Instituto Ponte Nova na cidade de Wagner, criada em 1906; a de Feira de Santana, criada em 1925; e a de Nazaré das Farinhas, criada em 1937; e a de Vitória da Conquista, em 1952 (SOUZA; CRUZ (Orgs.), 2012). As escolas atendiam ao projeto de expansão da educação, assegurando as exigências postas pela industrialização, e funcionavam como pólos atendendo as cidades vizinhas.

Nesse momento histórico a mulher era vista como mais adequada a exercer a docência de crianças, pois de acordo com o pensamento vigente: “A mulher era

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

considerada mais adequada à função, por ser também concebida como mais afeita ao sacrifício e ao amor desinteressado” (SOUZA; CRUZ (Orgs.), 2012, p. 57). Ademais não era impeditivo que fosse também esposa e mãe, colaborando para a organização da família.

Apesar de algumas escolas não terem sido criadas para atender somente mulheres, observou-se a predominância delas. Assim por exemplo, a escola de Feira de Santana “[...] tornou-se, na sua prática, uma escola com esse fim, uma vez que procurada basicamente por mulheres, porque essa era, naquele momento, uma atividade considerada feminina” (SOUZA; CRUZ (Orgs.), 2012, p. 63).

Além de promover a expansão da educação, na cidade de Nazaré, a Estrada de Ferro exerceu juntamente com a Escola Normal, por exemplo, representou um sinal de progresso, possibilitando além do acesso à escola por parte de moças de muitas cidades vizinhas, o desenvolvimento do comércio local e regional.

No Instituto Ponte Nova, situado na cidade de Wagner, vinculado à Igreja Presbiteriana do Norte, atendia-se homens e mulheres, oferecendo uma educação voltada para a fusão da formação religiosa e moral à intelectual. As mulheres recebiam a formação docente e concomitante:

[...] era oferecida a disciplina Ciências Domésticas, a qual procurava prepará-las para cuidar de suas próprias casas, dotando-as de um conhecimento básico de corte e costura e de culinária, ensinando-as a aproveitar os recursos naturais da região, capacitando-as a se autossustentarem, quer casassem ou não. (SOUZA; CRUZ (Orgs.), 2012, p. 89)

Desse modo, o currículo feminino favorecia a mulher a formação tanto para o exercício do magistério como também para trabalhos domésticos que pudessem gerar renda (costura e culinária, por exemplo), possibilitando a aquelas que não se casassem obter outras fontes de sustento. E com isso também não deixava de reforçar os papéis de esposa e mãe arraigados no Brasil patriarcal.

Conclusão

As escolas normais inauguraram um tempo novo na educação brasileira, possibilitaram a participação das mulheres. Mesmo tendo sido criadas para atender a formação docente dos homens, foram admitindo mulheres por diversos fatores, entre os quais a vocação da mulher em acolher e ser terna, a orientação da igreja em não permitir que os homens educassem as meninas e a busca dos homens por profissões mais rentáveis.

É importante salientar que favorecer a profissionalização docente, não impediu a formação para os papéis de esposa e mãe, pelo contrário o currículo foi adaptado, preconizando disciplinas como Prendas Domésticas em detrimento de outras disciplinas como álgebra ofertadas somente para os homens.

No Brasil, a Bahia foi a grande inovadora, quando em 1836, criou um Curso Especial para as mulheres. E em 1842, na implantação do curso já iniciava a matrícula de mulheres.

A medida que as mulheres adentraram as escolas normais, os homens vão deixando a profissão, contribuindo para a predominância das mulheres na docência e fazendo da escola normal, uma instituição de formação docente feminina, adequando o currículo para atender a formação profissional e as funções de mãe e esposa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura: discurso e história. In: **O Eixo e a Roda**. p. 195-219, dez. 2003.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LIMA, Marta Maria Leone. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história**. 181f. Tese (Doutorado) Universidade Federal da Bahia, Salvador - Ba, 2006.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil: 1930-1973**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de; CRUZ, Antonio Roberto Seixas de (Orgs.). **Escolas Normais da Bahia: olhares e abordagens**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14. Mai/jun/jul/ago de 2000 (Número Especial 500 anos de educação escolar), p. 61 – 88.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP Salvador, BA: EDUFBA, 2001.

VIEIRA, Débora Magali Miranda. **A Escola Normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890-1914)**. 130 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2013.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95 – 134.

RACISMO & XENOFOBIA NA LISTA DE CHAMADA DE ÁFRICA: ETNOGRAFICA DA BRANQUIDADE DA TURMA 2017.2

Débora de Queiroz Moreira³⁵

RESUMO

O curso de História da UFRRJ Campus Seropédica vem apresentando nos últimos anos tensões com a presença constante do racismo e a xenofobia matriculados especificamente na disciplina de África. Torna-se uma ironia pensar que no mesmo período o Direto Acadêmico recebe reclamações do corpo discente para denunciar a ausência da presença histórico-cultural das populações africanas e indígenas. Dessa maneira, o objetivo desta pesquisa é analisar a branquidade do curso de História manifesta na disciplina de África no período de 2017.2, buscando demarcar a urgência da implementação de novos debates sobre as relações étnico-raciais e uma interligação com a construção do Projeto Político Pedagógico do Curso.

Palavras-chaves: branquidade, relações étnico-raciais, África, ensino de história, racismo, xenofobia;

ABSTRACT

The History course at UFRRJ Campus in Seropédica has been showing tensions in recent years with the constant presence of racism and xenophobia specifically in the discipline of Africa. It is ironic to think that in the same period the Academic Directorate receives complaints from the student body to denounce the absence of the historical-cultural presence of African and indigenous populations. Thus, the objective of this research is to analyze the whiteness of the History class manifested in the discipline of Africa in the second semester of 2017, seeking to demarcate the urgency of implementing

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

new debates on ethnic-racial relations and an interconnection with the construction of the Pedagogical Political Project of the Course.

Keywords: whiteness, ethnic-racial relations, Africa, history teaching, racism, xenophobia;

Em 2017 ao entrar no Diretório Acadêmico do Curso de História da UFRRJ – Seropédica, acabei me deparando com inúmeras problemáticas que decaíam sobre o mesmo local comum: A grade curricular. Se outrora havia exigências do MEC para a reformulação da estrutura da grade do curso, havia de outro, uma demanda por parte dos discentes de uma revisão bibliográfica das disciplinas pelo apagamento da presença histórico-cultural das populações não-brancas, buscando uma abordagem para além da perspectiva da escravidão, degeneração e tutela do Estado.

A problemática se tornara ainda maior quando precisei abrir ocorrências pelo modo como a disciplina de África estava sendo conduzida – e se me permitem a licença – isto me fez rir pela incoerência que surgia. Como poderia os mesmos alunos que reclamavam da ausência ou do olhar engessante da historiografia abordada pelo curso, não aguentarem aulas que questionavam o conhecimento que fora construído por toda a graduação? Não era esses que desejavam não mais ver o continente africano apenas em uma narrativa de escravização?

Meus questionamentos não poderiam parar, pois afinal, estava no Diretório Acadêmico e deveria levar a sério as reclamações dos discentes, ao mesmo tempo, pontuar suas incoerências. E quais eram as reclamações? Bibliografia extensa do curso não composta por historiadores ou não conhecidos pela academia eurocêntrica, rigidez com leituras, fala correta dos nomes dos autores e horário. O que mais? “Tenho medo dele andando em sala de aula...” A fala da discente do curso me marcara, especialmente pelos anos subsequentes – 2018 e 2019 – o racismo e xenofobia continuaram se matriculando na lista de chamada da disciplina de África.

Fazendo uso do recurso da etnografia, esboçarei o comportamento da turma em relação ao discente de África para conduzir um debate sobre a branquidade e subjetividade do historiador. Segundo Mattos “a etnografia crítica de sala de aula é um instrumento valioso de investigação e análise do processo de ensino e aprendizagem. Avaliar o ambiente da sala de aula constitui observar os processos interativos³⁶”. Pensando na definição de etnografia de Mattos e refletindo nas palavras de Fanon “O problema da colonização comporta assim não apenas a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também a atitude do homem diante dessas condições³⁷”, se faz importante encararmos o processo colonial, o racismo e xenofobia que estão ativos nas estruturas acadêmicas, pois esses continuam forjando narrativas de dependência, inferioridade e desumanização do outro a partir dos estranhamentos culturais e uma falsa democracia racial, articulando assim, enquanto elementos de sustentação da branquidade.

IDEIAS “OUROLUX” NO BRASIL:

O século XIX no Brasil é marcado pelas tensões políticas, sociais e raciais que precisavam ser mediadas e reinterpretadas para a institucionalização e manutenção do Estado Imperial, pois, buscava-se salvaguardar os privilégios da classe senhorial ao mesmo tempo que se forjava a imagem – interna e externa – de uma Nação homogênea. O estabelecimento de instituições de ensino no campo da Medicina, História e Direito ganhara notoriedade diante da definição de “homens da ciência” e o papel de criar uma narrativa que arguisse uma Independência de Portugal e estabelecesse uma direção de progresso apregoado pela Europa.

Segundo Ilmar Mattos “fundadores e consolidadores do Império do Brasil tinham os olhos na Europa e os pés nas Américas³⁸”. A expressão representa o cuidado e a filtragem com as ideias iluministas que fervilhavam no palco europeu, o crescente medo da haitização e a busca por liberdade pelos escravizados, o que implicaria diretamente em uma crise do escravismo e queda da classe senhorial. Hebe Maria Mattos define a contradição da realidade brasileira em relação as transformações da sociedade europeia como o “dilema teórico do liberalismo e escravidão³⁹”, cabendo aos intelectuais e parlamentares implementar mecanismos políticos e ideológicos que articulasse através da raça restrições para populações não brancas.

Segundo a historiadora Lilia Schwarcz “a década de 70 é entendida como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais e análise cumprem um papel fundamental⁴⁰”. A arguição do darwinismo social é a mais difundida no Brasil, legitimando a diferença entre as raças e uma hierarquia natural, ao mesmo tempo, solucionava o problema da miscigenação ao responder que “as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade era uma⁴¹”.

A presença do discurso darwinista social no palco político e cultural brasileiro tencionava ainda mais intelectuais e instituições que deveriam pensar em políticas públicas voltadas para a civilidade e progresso, especialmente quando as ideias difundidas sobre a eugenia implicavam no Brasil por ser uma população evidentemente mestiça. Como construir uma “raça superior” que é interligada a um ideal de brancura/ pureza diante de tanta “degeneração” pela presença das populações não brancas?

O PROBLEMA DA RAÇA:

A ação dos estadistas esculpira uma realidade completamente diferente no campo das relações raciais no Brasil ao ponto de considerar única em relação as demais repúblicas latino-americanas, ao mesmo tempo, desenvolveram uma imagética internacional do país na existência do mito da democracia racial. Recuperando a articulação da classe dirigente, podemos perceber que nas ações de dissimulação escondem a raça sobre a classe.

Podemos exemplificar a partir da análise do historiador Sidney Chalhoub que define as ações dos parlamentares enquanto “abstração” por construírem uma arguição de criminalização da população não-branca através dos conceitos ideológicos de higienização populacional pelas palavras “pobres”, “viciosas”, “degeneradas” e “classes perigosas”. Essa argumentação parlamentar estabelece uma conexão ao mundo do trabalho, providenciando a manutenção da ordem senhorial, ao mesmo tempo, ao optarem por utilizar a classe enquanto marcador social, estabelecem uma argumentação de culpabilização individual pela não ascensão social sendo uma marca principal da sociedade liberal.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Essa ação de dissimulação política provoca diversificados impactos na sociedade, especialmente no imaginário social onde atribui-se a negritude uma perspectiva de marginalização e doenças, enquanto a branquitude, por não existir uma construção naturaliza-se como uma direção à civilidade. A branquitude que nesta argumentação se encontra escondida pela classe e os conceitos de “ordem senhorial”, “elite”, “cidadão”. Nesta ação a negritude e branquitude conferem-se enquanto um reflexo oposto um do outro, contudo, segundo Liv Sovik:

Conceber a branquitude como espelho da negritude pressupõe uma ficção de igualdade social: eu me valorizo, como você se valoriza. O valor da branquitude se realiza na desvalorização do ser negro e ela continua sendo uma medida silenciosa dos quase brancos, como dos negros⁴².

A citação de Sovik proporciona uma brecha ideal para conferirmos a branquitude enquanto um objeto de pesquisa, pois, segundo a mesma “a branquitude é um problema, uma questão que precisa ser teorizada, mais do que um conceito já pronto para ser modificado e adaptado a novos contextos⁴³”. Isto fomenta implicações para pensarmos sobre os avanços dos estudos da branquitude no Brasil e ao compará-lo ao campo das relações sociais norte-americanas encontram-se mais avançados, surgem argumentações que se justificam através da estruturação do sistema birracial norte-americano, provocando uma maior formalização e visualização das hierarquias sociais e os benefícios ao sistema de gratificação da branquitude definido por D.U. BOIS.

Por outro lado, no caso do Brasil, conceber as relações raciais torna-se mais difícil diante do bojo das ações de dissimulação política e o trunfo da miscigenação que institui uma falsa argumentação da “saída de emergência do mulato⁴⁴” à qual, MARX vai apontar como:

(...) uma ordem racial informal altamente discriminatória contra negros e pardos, de tal maneira que a desigualdade inicial foi mantida. Apenas alguns mulatos avançaram - o suficiente para incentivar a crença na mobilidade. Assim, a manutenção da crença popular na saída de emergência dos mulatos parece se basear menos nas condições materiais que num projeto ideológico que incentiva a assimilação. A miscigenação em si não produziu o mito da mobilidade, mas essa imagem de fato diluiu o conflito potencial⁴⁵.

Em “A construção da raça e o Estado-Nação” Marx faz um estudo comparativo sobre o sistema racial na África do Sul, Estados Unidos e no Brasil e no último caso, a miscigenação aparece como uma ação de diluir a ameaça negra à minoria branca, desfazendo-se da argumentação de Degler – a quem estabelece um debate teórico – que “a miscigenação em si reduz a possibilidade da dominação racial e discriminação estritas e dos conflitos resultantes⁴⁶”, pois no caso brasileiro a miscigenação provoca uma dificuldade de categorização racial, mas ao mesmo tempo, provoca o que o autor definira de economia de raça.

A miscigenação nos Estados Unidos e na África do Sul não impediu o estabelecimento de leis segregacionistas, mas no caso do Brasil, a construção da teoria da economia da raça confere um caso onde “menos desenvolvimento econômico e menos concorrência explicaram a ausência de políticas semelhantes⁴⁷” de proteger brancos da concorrência negra mantendo os seus status social salvaguardado. Essa economia da raça unindo-se a ficção de igualdade social e o valor da branquitude definidos por Sovik encontram-se atuantes em o nosso imaginário contemporâneo, pois, se realizarmos um exercício de visualização das profissões definiremos involuntariamente uma hierarquização correspondente da ordem senhorial, onde as profissões consideradas subalternas estarão vinculadas a indivíduos não-brancos, enquanto por outro lado, aquelas que encontram-se vinculadas a um determinado status social, são exercidas por pessoas brancas.

A consolidação do Estado Nação no Brasil é marcado por uma centralização de poder, a direção da ordem senhorial e um processo de emancipação que confere uma marginalização da população não-branca e políticas de higienização que concede um ideal de brancura. Todos esses elementos atuantes demonstram que o projeto construído por todo o século XIX fora um sucesso, pois, ao esconder a raça sobre a classe, implementou a democracia racial que sufoca as identidades raciais, ao mesmo tempo, que criminaliza os movimentos que buscam construir uma autoestima ou uma perspectiva de valorização da sua racionalidade em referência ao peso histórico enquanto segregacionistas.

Se faz urgente a ampliação de pesquisas que venham se debruçar sobre “lacuna” no processo de racialização, pois configura-se enquanto um problema a ser explorado, pois,

segundo Roediger, “ignorar a etnicidade branca é redobrar a sua hegemonia, tornando-a natural⁴⁸”. Deste modo, ainda que a historiografia venha fazer uma análise de baixo para cima, sem a construção da branquitude enquanto um objeto de análise para explorar a miscigenação, a economia da raça, e, romper uma perspectiva de homogeneização da branquitude, a presença do discurso que a constrói enquanto difusora da civilidade e superioridade racial continuará nosso imaginário social validando sua posição de poder.

Por que existe essa dificuldade em articularmos a branquitude enquanto objeto de análise? Isto é um reflexo da historiografia marxista que concebe as relações sociais da modernidade pela ordem econômica? Deste modo a justificativa encontrar-se-ia em que a raça é uma construção ideológica e histórica, por outro lado, a classe é um despertar de consciência e reconhecimento. Segundo Roediger, “é comumente reduzida à ideia de que a classe (ou o econômico) é mais real, mais fundamental, mais básica ou mais importante do que a raça, tanto em termos políticos quanto em termos de análise histórica⁴⁹”.

“A construção da raça não pode ser separada do processo de desenvolvimento econômico⁵⁰”, desde modo, a construção que desejo realizar nesta pesquisa não concebe os marcadores sociais de raça, classe e gênero de modo vertical, mas sim, de modo interseccional, pois as configurações não são homogêneas, criando diversificadas variações que precisam ser interpretadas e estudadas. Segundo Rodieger “não obstante, privilegiar a classe à raça nem sempre é produtivo ou sensato. Situar a raça nas formações sociais é absolutamente necessário, mas reduzir a raça à classe é nocivo⁵¹”.

Então o que é a branquitude? Segundo Jesus “a nomenclatura branquitude toma o lugar que até então dizia respeito a branquitude para definir as práticas daqueles indivíduos brancos que assumem e reafirmam a condição ideal e única de ser humano, portanto, o direito pela manutenção do privilégio⁵²”. Se avaliarmos a partir da ótica de Fanon, compreenderemos a branquitude enquanto um “duplo narcismo⁵³”, pois configura-se enquanto o ideal de ser humano, e ao fechar-se em sua brancura, constrói uma ação de protetoramento com outros indivíduos que se articulam em outras esferas, protegendo a sua brancura. O campo sobre a branquitude é extenso, contudo, a definição que guia nossa arguição é compenetrada ao conceito de economia da raça.

“O interesse em analisar a branquitude não é traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou

atenção aos valores que o definem⁵⁴.” As palavras de Sokiv decaem sobre as análises históricas, pois mesmo quando analisamos a Alemanha Nazista não adentramos sobre os embates de branquidade e a demonstração de sua não homogeneização.

Na primeira vista pode parecer um exemplo radical, mas baseando-se nas distinções estabelecidas por Cardoso entre a branquidade: crítica e acrítica, sendo “a branquidade crítica que desaprova o racismo “publicamente” e a branquidade acrítica que não desaprova o racismo, mesmo quando não admite seu preconceito racial e racismo a branquidade acrítica sustenta que ser branco é uma condição especial, uma hierarquia obviamente superior a todos não-brancos⁵⁵”. Segundo Cardoso, essa distinção entre as branquidades configuram-se em linhas para pensar os diferentes tipos de práticas sistêmicas e isoladas de racismo. Deste modo significa uma autoavaliação da subjetividade da acadêmica, o que será visualizado na apresentação da turma de África 2017.2.

A AUSÊNCIA DA REFLEXÃO DA “RAÇA” NO CURRÍCULO

O curso de História da UFRRJ localizado no Campus de Seropédica fora criado em 2001. Segundo as informações disponíveis no site⁵⁶, a expansão de sua grade curricular, concurso para Professores Adjuntos e a ampliação da entrada de discentes pelo ENEM, são resultados das ações da política educacional REUNI-MEC em 2009. Essas modificações podem ser acompanhadas a partir das reuniões do CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que se encontram disponíveis as deliberações da UFRRJ desde 2005 até 2015.

Utilizarei desta documentação para acompanhar as mudanças da estrutura do curso. Entretanto, focalizarei na disciplina de África – que fora implementada na grade curricular em 2006 – seguindo as mudanças da Lei de Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) para a alteração de Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Em 2008 a lei sofre alterações, vigorando a de Nº 11.645 onde incorpora o ensino e cultura da história dos povos indígenas.

Em 2008 o curso de História implementara os Núcleos de Ensino e Pesquisa - NEPS, articulando-se entre uma visão quadripartite da história e linearidade, mas na matriz curricular não se encontra nenhuma alteração sobre uma valorização da população indígena, pelo contrário, em 2018 – dez anos após a implementação da lei – a Gestão do DAHIS recebeu reclamações por parte dos discentes da não execução da lei nas disciplinas de Brasil e América. Aponto a reclamação para que futuramente possam surgir pesquisas que venham fazer uso desta documentação para avaliar o ensino de história dos povos indígenas na UFRRJ, entretanto, continuarei direcionando meus olhos ao meu objeto de estudos: A disciplina de História da África.

Baseando-se nas deliberações do CEPE, o Curso de História de Seropédica demorou três anos para a implementação da disciplina de África na grade curricular. Aprovada no dia 10 de fevereiro de 2006, a DELIBERAÇÃO de N° 18⁵⁷, aprovava a modificação da grade curricular do 5° ao 8° período da graduação em História – Seropédica, tornando-se obrigatórias ao todo 19 disciplinas e entre os presentes: História da África. Neste documento é possível observar a reformulação da grade, acoplando a disciplina no 5° período.

5° Período		
Disciplinas	Créd.	Pré-requisitos
IH469 História da América II	(4-0)	IH 468
IH 472 História da África	(4-0)	-
IH 475 História do Brasil II	(4-0)	IH 474
IE 330 Estrutura e Funcionamento do Ensino	(4-0)	-
IH 471 História da Civilização Ibérica	(4-0)	
Total	20	

Tabela 1 - Retirada da Deliberação N°18

Dê 2006 até 2009 a disciplina de História da África foram ministradas pelos docentes presentes no curso sem qualquer relação com um verdadeiro cumprimento da lei 10.639. No ano de 2009 com os recursos do REUNI-MEC, encontra-se nas deliberações do CEPE o resultado dez homologação referente aos concursos públicos aprovados para os cargos de Professores Adjuntos do Departamento de História e Relações Internacionais da UFRRJ – Seropédica. Segundo a Deliberação n° 292 em 18

de setembro de 2009⁵⁸, aprovava-se no conselho de extensão da UFRRJ a homologação do concurso público em referência ao cargo de Professor Adjunto para a disciplina de África. O qual viera assumir a disciplina em 2010.

No ano de 2013 o curso de História da UFRRJ sofrera importantes modificações com a aprovação da DELIBERAÇÃO de número 42º no dia 13 de maio de 2013⁵⁹ – Algumas datas nos chamam atenções – pois, estabelecia os reajustes do Projeto Pedagógico do Curso de História nas modalidades bacharel e licenciatura. Neste documento, História da África descolava-se do 5º para o 7º Período.

Sétimo Período	
*Monografia I	60
Disciplina Optativa	60
História Contemporânea II	60
Ensino de História II	60
História da África	60
Estágio Supervisionado III	100
Subtotal	400

Tabela 2 - Retirada da Deliberação de N 42º

Observando a reestruturação da grade curricular e o posicionamento da disciplina de África surgem-se questões: Qual seria a justificativa para o deslocamento da disciplina? Poderíamos partir da hipótese que o deslocamento veio por intermédio de uma mudança na ementa da disciplina de África que passara compreender e contextualizar o continente africano a partir dos seus movimentos de independência, aproximando-se assim dos contextos abordados pela disciplina de Contemporânea II? Entretanto, se basearmos nas ementas do curso e os seus objetivos, a disciplina não deveria ter permanecido próxima das disciplinas de Brasil e América? Pois os objetivo descritos são:

Capacitar o aluno a assimilar conhecimentos que possibilitem a identificar regiões da África que permitam uma análise significativa e uma periodização que aponte os principais **momentos da história da escravidão e da economia política naquele continente**. Específico: Analisar a **escravidão moderna e a influência do tráfico de escravos para o Brasil em Moçambique**⁶⁰ (grifos do autor)

Sendo assim, pelas ironias históricas o curso sediado em Seropédica disponibilizara no dia 13 de maio de 2013 em sua ementa uma periodização da História do Continente Africano a partir da perspectiva da violência da escravização, não sendo

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

arguido enquanto processo de humanização aos povos que sofrera as violências e sim uma discursiva alimentada pelo olhar eurocêntrico de uma “implementação”, “descoberta” ou “salvamento da degeneração”.

Entretanto, ainda levo em consideração o espaço-temporal de 2013 para 2021, onde podemos notar modificações sobre o fazer historiográfico e o crescimento de uma narrativa decolonial, onde a qual busca desfazer as amarras que a branquidade concebeu sobre a história oficial, contudo, qual o espaço-temporal para essa renovação transitar para o Projeto Político Pedagógico? Qual o Impacto deste olhar engessante para o alunado e a disciplina de África?

XENOFOBIA E RACISMO NA LISTA DE CHAMADA

O segundo semestre é sempre o mais temível na UFRRJ, não pelas disciplinas que o acompanham, mas sim, pelo modo como sol escaldante recai sobre a cabeça dos alunos que fazem o caminho do ICHS x PAT. O fantasma – que deveria ser um refrigerio – muitas vezes ocasionava complicações, não apenas pelo seu pouco contingente, mas em período pós-almoço era sempre cheio. Isto refletia constantemente no início das aulas e para o docente da disciplina de África, chegar atrasado era um sinônimo de desrespeito.

Na primeira aula de 2017.2 fora apresentada o programa. Havia alegria por parte do docente em lidar depois de um período com poucos alunos matriculados e do curso de RI ver sua sala lotada de alunos de História. A vivacidade era ressaltada por seus olhos. A turma estava cheia, ali mesclava-se alunos de 2014.1 e 2014.2 que se conheciam. Por acompanhar esses discentes em explanações em eventos acadêmicos como o PET, estava animado em ver suas aulas não se tornam mais monólogos, mas sim, um grande empate a partir da perspectiva de um sociólogo e futuros historiadores.

Um diálogo comum por parte dos discentes de História nas aulas era a disciplina estar composta de alunos do 7º e 8º período e que muitos desses próximos de sua formação não haviam encontrado tema e viam a disciplina como possibilidade, mas isto significava borrar o período – no vocabulário ruralino significa permanecer períodos além do programado – pois a disciplina ficava nos últimos períodos de formação. Assim como

havia reclamações sobre uma disciplina ser capaz de abarcar todo o período histórico de um continente, sendo assim, era esperado muitas leituras e estranhamentos pelos discentes.

Nesta primeira aula fora acordado 15 minutos de tolerância com os atrasos, o uso de celulares e conversas paralelas serem consideradas desrespeito e a importância da leitura dos textos antecipadamente e a participação da turma, pois uma negativa sobre a última em especial ocorreria uma aplicação de prova. O programa da Disciplina de África tinha como temática principal: A presença-ausência da África na História: Os africanos e suas diáspora na Historiografia Universal”.

Tinha como objetivos: contextualizar os debates sobre o surgimento do ser humano no continente africano e os impactos dos processos da sua dispersão para o povoamento no mundo; analisar os impactos da domesticação no meio ambiente, práticas religiosas e uso de técnicas e tecnologia; o último: a formação das bases do mundo ocidental, o Egito Faraônico e a consolidação do cristianismo no Norte da África e o seu apagamento histórico.

Nos dois primeiros objetivos do curso os textos eram bem debatidos. Ali havia participação por parte dos alunos que ainda que não mostrassem a leitura total do texto, poderiam participar com o conhecimento adquirido de outras disciplinas, pois, buscava-se ali uma interdisciplinaridade em localizar nas outras disciplinas do curso o papel desempenhado pelo continente africano. Está fora a temática da primeira avaliação. Deveríamos falar da “África & As estruturas do Mundo”, forjando assim um olhar decolonial e uma mudança da escrita eurocêntrica que fora composta durante o curso.

Houve uma falha por parte dos alunos em atingir o objetivo que havia sido imposto pelo docente e isto ocasionou em notas baixas. A prova buscava não apenas a utilização dos textos utilizados na disciplina, mas uma mescla do conhecimento adquirido em outras disciplinas para ser avaliado ali o “fazer historiográfico”. Se um lado haviam provas que copiavam os textos de sala, de outro, haviam provas que ainda colocavam o continente africano no mesmo local de passividade que a historiografia eurocêntrica forja. Fora a partir desta avaliação que iniciou a batalha silenciosa.

No período de 2017.2 estava matriculada na disciplina enquanto discente e ainda como porta-voz dos alunos por ser do Diretório Acadêmico. Precisava conversar com o professor sobre uma reavaliação – que fora incentivada pelo mesmo em sala – pois, buscava ver o empenho daqueles historiadores que estavam se formando. Entretanto, do lado de fora da sala ao virem conversar comigo os alunos comportavam-se de modo diferente. “Quem ele pensa que é para me dar aquela nota?”, “Ele deveria retornar ao Senegal”, “Nem sabe falar português corretamente e quer vir dizer sobre o uso do &”. Isto fora uma grande questão. Os alunos utilizavam “E” ao invés “&” e para o professor a utilização do último referenciava uma participação intrínseca do continente africano para forjar as bases da modernidade ocidental.

A Guerra Fria permanecia estabelecida e da minha parte deveria desempenhar o papel de chanceler em conciliar os conflitos, mas por parte do eixo discente não havia nenhum posicionamento de retomada de paz, buscavam apenas uma guerra incansável mesmo que isto significasse abrir processo. Devo dizer que quando reflito sobre isto admiro a ética do professor, pois, o mesmo além de administrar a disciplina estava como Chefe de Departamento, logo, os processos administrativos deveriam ser abertos a partir de sua assinatura – devo dizer, aqueles que buscaram a abertura de processo, o mesmo fora solícito em atender.

Ao entrarmos no bloco do cruzamento das religiões monoteístas não havia mais paz por parte do eixo discente e estabelecia-se assim o conflito armado. Os textos sobre “O legado do Egito” e “Moisés e o monoteísmo” foram o que deflagraram os primeiros sinais de fogo. No início do debate dos textos os alunos não permitiam por parte do processo a introdução das temáticas, havendo alterações por parte dos discentes em afirmar “Esses textos não são produzidos por historiadores”, “Qual é a fonte?”, “Não foi o que eu aprendi na disciplina de Medieval I”. Os textos localizavam a origem do cristianismo no continente Africano e mesmo havendo por parte do docente se aberto em debater os textos utilizando o conteúdo da disciplina de outros docentes, os alunos exclamavam “Você não é um historiador é um sociólogo o que está fazendo no curso de História?”.

A partir daquele momento os alunos não permaneciam em sala. Saíam constantemente para beber água e demonstravam-se desatentos com o andar da disciplina.

Em uma aula, uma discente reclamou para comigo “Tenho medo dele andando em sala de aula, não sente o mesmo?” Comecei a sentar-me ao fundo da sala para observar se havia uma intimidação por fala ou era outro medo... Comecei a observar que a discente ao esbarrar nas vestimentas do Professor se limpava e ali não havia outro sinal que não fosse o racismo. Após a aula conversei com a mesma e questionei se sentia medo do modo que a Professora de Brasil II e o Professor de Contemporânea andavam em sala, houve uma negativa, me perguntou o porquê e optei por não responder.

A desatenção respingou nas notas, isto provou uma maior confusão por parte dos discentes que se encaminharam a sala do Diretório Acadêmico. Ali me questionaram a burocracia para a abertura de um processo administrativo. Por causa da agitação dos alunos, o Professor se antecipou e marcou uma conversa para que os alunos pudessem levar suas notas, informar no que discordavam na correção. Nesta reunião houve a presença de 3 alunos da turma, 2 alunos do Diretório Acadêmico e 1 aluno que fora aprovado na disciplina em outro período como testemunha. As reclamações não se fundamentavam, pois o conteúdo da prova não correspondia ao que o enunciado pedia. De ânimos exaltados e dedos apontados na face do Professor, após a finalização da conversa o mesmo confessou: “Esses alunos não querem ser reprovados por um negro. Não querem ser reprovados por um imigrante”, mesmo que nunca houvesse aberto o diálogo por parte dos alunos a mim, ele sabia.

CONCLUSÃO:

Pensar sobre a branquidade do curso de História é um desafio, pois, significa preencher lacunas que estão encobertas sobre o manto do eurocentrismo. Ao mesmo tempo, implica mexer com uma configuração que é herdada da colonização. Como fazer o outro enxergar a branquidade que fora composta por toda a da graduação em uma narrativa histórica que apresenta a raça enquanto uma construção ideológica e o processo de racialização é sinônimo da negritude? Como preencher as lacunas de participação da África na estruturação da modernidade do mundo se a divisão linear e quadripartite não favorece essa construção histórica?

A disciplina de África localizada no 7º período fica encarregada de desconstruir e causar incômodo nos alunos por abordar as temáticas relacionadas à branquidade,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

decolonialidade e modernidade, reconfigurando as lacunas escritas pela historiografia que a lançam em uma posição de subalternização, devolvendo não apenas para a civilidade, mas pela abordagem da disciplina, a mesma torna-se o berço da civilização. Desde modo, como não esperar uma reação do alunado que vê a dupla ação da disciplina? Isto é, a arguição da disciplina quebra a ação da branquidade ao apresentar que a sua presença não é natural, ao mesmo tempo, toca na água desfazendo o reflexo do narciso que enxerga em si as boas qualidades.

Por outro lado, a ação dos alunos para com o professor da disciplina demonstra uma ação da branquidade em permanecer enquanto detentora do conhecimento, pois reconhece independente do status da hierarquia como aquela que é possível de dominar e ser ultrapassado ou questionado por alguém de “raça inferior” provoca tal reação. Retomando a definição de branquidade crítica e acrítica, os alunos da disciplina de história demonstram que a branquidade permite posições que sejam explícitas e implícitas e continuam protegidos em seus nichos.

A ação dos alunos é a representação da ausência de debates étnico-raciais que tragam para o cerne a racialização da população branca, para que possamos enxergar a sua não homogeneização e compreendermos o modo como a mesma se constrói no Brasil a partir da economia da raça, ao mesmo que se esconde através da classe conduzindo uma meritocracia e os privilégios raciais.

Isto infligira em novas questões metodológicas como: Uma articulação de estudos no campo da história que estabeleçam a branquidade para além de um conceito de análise, mas um objeto de estudos. Pois, no caso da UFRRJ - História a única disciplina que vem propondo reconfigurar e trazer uma perspectiva decolonial e interdisciplinar - apresenta-se enquanto uma ironia a ação dos alunos que ovacionam a terceira escola de Annales – é rejeitada, sendo uma consequência da estrutura arcaica do curso, onde prevalece a disciplinas que abordam a Europa e a África cabe um único e último período para desenvolver uma argumentação que desmanche o imaginário conduzido pelos anos de graduação.

BIBLIOGRAFIA:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latino Americana de ciências sociais, Niñez y Juventud**. Manizales: Vol.8 n.1. jun, 2010.p611. Disponível em <<http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>>. Acessado em: 20/05/2021.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo:Companhia das Letras. 2011.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008

JESUS, Camila Moreira de. Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco. III **Encontro Baiano de Estudos em Cultura**. Salvador UFBR, 2012. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/05/Branquitude-x-branquidade-uma-ana-%C3%83%C3%85lise-conceitual-do-ser-branco-.pdf>>. Acessado em: 20/08/2021

MARX, Anthony W. A construção da raça e o Estado-Nação. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.29. Março de 1996.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de Mattos. A pesquisa em colaboração com o professor: vivências de campo em etnografia crítica de sala de aula IN:MATTOS, CLG (Org). **Etnografia e educação - Conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro:Zahar, 2000.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

ROEDIGER, D. R. **Sobre a autobiografia e a teoria: uma introdução**. In, WARE, Vron (org.) Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco:hegemonia branca e media no brasil. In: WARE, Vron (org.) **Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____.**Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro:Aeroplano, 2009.

Umut Özkırımlı. Contemporary Debates on Nationalism: A critical engagement. New York: PALGRAVE MACMILLAN, 2005. **Capítulo 2: What is Nationalism?** Tradução para fins pedagógicos por Luís Edmundo de Souza Moraes e Marcela de Oliveira.

APRESENTAÇÃO DE CURSO. Disponível em: <
<http://cursos.ufrj.br/grad/historia/apresentacao/>>. Acessado em 03/05/2021

DELIBERAÇÃO Nº 18 Disponível em:
<http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2006/Delib018CEPE2006.pdf> Acessado em: 03/05/2021

DELIBERAÇÃO Nº 292. Disponível em:
<http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2009/Delib292CEPE2009.pdf>. Acessado em: 03/05/2021

DELIBERAÇÃO Nº 42. Disponível em:
<http://www.ufrj.br/soc/DOCS/deliberacoes/cepe/Deliberacoes_2013/Delib042CEPE2013.pdf> Acessado em: 03/05/2021

GRADE HISTÓRIA Disponível em
<<http://cursos.ufrj.br/grad/historia/files/2013/06/Africa.pdf>>. Acessado em: 03/05/2021

**Simpósio temático 09: OS TRIBUNAIS NO IMPÉRIO
PORTUGUÊS: ENTRE A MORAL E A FÉ (SÉCULOS XVI- XIX)**

***"E que Deos o eleger para publicar, e ensinar os seus Divinos
Misterios": a trajetória de Henequim aos cárceres do Tribunal do
Santo Ofício Português (1732-1744)***

Israel Andrade dos Reis Valentim⁶¹

Resumo: Pedro de Rates Henequim foi um português que se aventurou pelas terras tropicais brasileiras por volta de 1702, vivendo por 20 anos aqui até decidir regressar para Lisboa, já repleto de ideias consideradas milenaristas que por aqui, e principalmente as vindas do Reino Português, o tanto inspiraram. Sua vasta cosmologia foi encontrada em seus manuscritos que levava consigo em um pequeno baú, contendo 101 teses que reformularia a ortodoxia católica, estes considerados pelos inquisidores como proposições heréticas. Neste artigo, vamos tratar sobre a trajetória desse personagem singular em meio a tantas em frente ao Tribunal do Santo Ofício, as denúncias que recebeu, sua cosmologia e suas relações com a Corte Portuguesa e Espanhola, utilizando-se do seu processo-crime e outros processos-crime parecidos.

Palavras-chave: Pedro de Rates Henequim; Cosmologia; Tribunal do Santo Ofício.

Abstract: Pedro de Rates Henequim was a portuguese who ventured into Brazilian tropical lands around 1702, living here for 20 years until he decided to return to Lisbon, already full of millenarian ideas that around here, and especially those coming from the Portuguese Kingdom, inspired. His vast cosmology was found in his manuscripts which he carried with him in a small chest, containing 101 theses that would reformulate Catholic orthodoxy, these considered by the inquisitors as heretical propositions. In this article, we will deal with the trajectory of this singular character among so many in front

of the Court of the Holy Office, the accusations he received, his cosmology and his

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

relations with the Portuguese and Spanish Courts, using his criminal process and others similar criminal proceedings.

Keywords: Pedro de Rates Henequim; Cosmology; Court of the Holy Office.

Introdução

Pedro de Rates Henequim foi um português que se aventurou pelas terras tropicais do Brasil por cerca de 20 anos, regressando para Lisboa repleto de ideias milenaristas que o aqui, e principalmente vindas do Reino Português, o tanto inspiraram. Sua vasta cosmologia foi encontrada em seus manuscritos que levava consigo em um pequeno baú. Nestes manuscritos estavam as suas 101 teses, consideradas pelos inquisidores como proposições heréticas, refutando os dogmas da Igreja Católica e tratando sobre toda a ideia do Livro de *Gênesis*, os mistérios do mundo e alguns sobre o Apocalipse de São João.

Denunciado ao Santo Ofício de Lisboa por três vezes, durante sua última denuncia sendo orquestrada pelo Desembargador Joaquim Rodrigues de Santa Marta Soares, à mando do próprio El-Rei D. João V – devido a cometer o crime de lesa-majestade a querer que o irmão do rei, D. Manuel, se tornasse o imperador do Quinto Império. Henequim foi preso pelo Tribunal do Santo Ofício e durante seus interrogatórios dizia ser o iluminado pelo Espírito Santo e escolhido por Deus para revelar todos os mistérios e segredos do mundo. Pretendia escrever quatro livros que revelariam todos esses segredos e seus manuscritos revelam uma cosmologia ímpar, original e rica de detalhes, explicações sobre as reflexões que fez ao ler as Sagradas Escrituras.

Busco assim analisar as suas três denúncias ao Santo Ofício e os caminhos percorridos pelo réu Henequim até aos cárceres da Santa Inquisição, mostrando o porquê ele é considerado pela historiografia da Inquisição Portuguesa como um dos casos mais peculiares e conhecidos de proposições heréticas. Também trazer parte de suas 101 teses e descrever as relações que este tinha com a Corte Portuguesa e Espanhola, claramente buscando o seu título de mercê de Conde, tornando-se assim as razões da utilização do

aparato inquisitorial para silenciar os delitos e ideias de Rates. Este era assim considerado pela Coroa Portuguesa como uma pessoa que estava atrapalhando, incomodando o Reino e deveria ser silenciada e sua memória apagada, esquecida para sempre.

As metodologia e fontes utilizadas serão as denúncias que o réu sofreu, seu processo-crime e alguns outros processos parecidos com o de Pedro de Rates em torno das ideias messiânico-milenaristas, além de uma bibliografia servindo de base para as reflexões.

A trajetória de Rates aos cárceres do Tribunal do Santo Ofício

Henequim é um dos casos mais singulares e conhecidos da Inquisição Portuguesa em torno de suas ideias que foram consideradas pelos inquisidores de seu processo-crime como proposições heréticas. De acordo com o historiador Stuart Schwartz, as proposições heréticas são caracterizadas como “falas que potencialmente indicavam concepções erradas em questões de fé e que eram, portanto, pecaminosas” (SCHWARTZ, 2009, p. 39). Antes de chegar aos cárceres do Limoeiro, Henequim tem uma longa trajetória desde da sua infância com relação as hierarquias políticas, sendo ele filho do cônsul holandês em Lisboa, Francisco Henequim, e de Maria da Silva e Castro, católica e natural da cidade do Porto, da freguesia de S. Nicolau.

Com seus 5 anos de idade, seu pai veio a falecer e sua mãe o abandonou nesta mesma idade, ficando aos cuidados de um frei amigo de seu pai, o frei Rodolfo, que assumiu a tutela e o mandou para Oeiras para ficar aos cuidados do padre Antônio de Oliveira Ribeiro, sendo assim criado no catolicismo. Ficou em Oeiras por volta de até os 10 anos de idade, sendo alfabetizado e instruído no latim. Após, completou os estudos no Colégio Jesuítico de Santo Antão, aprendendo Filosofia, Teologia, Teologia Moral e algumas palestras particulares com dois frades dominicanos sob supervisão de seu tutor frei Rodolfo. Foi no curso de Teologia que segundo Plínio Freire Gomes, começou a se instruir em uma daquelas que se tornou uma das suas principais preocupações de vida: “identificar a diferença do sentido literal e figurado das Escrituras” (GOMES, 1997, p. 42).

Na marca dos seus 20 anos, o cônsul holandês, que assumiu o lugar de seu falecido pai, e sua esposa decidiram sair de Portugal e retornar à Holanda. Henequim mesmo após ser convidado para a viagem, decide não atender ao convite e instruído pelo seu tutor, decide tentar a sorte como muitos outros faziam, na América, mais precisamente no Brasil, tendo as despesas de sua viagem pagas por ele, frei Rodolfo. Sua escolha pode ser em torno de todo o imaginário europeu construído sobre o Novo Mundo, desde as riquezas dos descobrimentos, os chamados “sonhos de riquezas” (PIORE, 2016, p. 16-25), até os belíssimos horizontes que tanto estigavam o imaginário cristão europeu dando diversas visões de um lugar edênico, uma localização exata do Paraíso Terreal, as várias visões de um paraíso (HOLANDA, 2010).

Portanto, por volta de 1702, Pedro de Rates desembarca na região de Pernambuco partindo para a região mineradora, tendo rápidas passagens pelas regiões como Vila Rica, Sabará, Itacambira, Ribeirão do Carmo, entre diversas outras, porém tendo sua estadia mais na cidade de Vila Rica. Viveu por aqui por cerca de duas décadas, acompanhando os diversos movimentos revolucionários que estavam acontecendo, como a acirrada Guerra dos Emboabas (ROMEIRO, 2008) e as primeiras descobertas auríferas. Durante os interrogatórios frente ao Tribunal do Santo Ofício, já estando preso e respondendo ao seu processo-crime, afirmou que por estas terras tropicais teve o único trabalho o de minerar e se dedicar cada vez mais as leituras das Sagradas Escrituras (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864), apenas procurando por ouros nas Minas sem ter tido qualquer outro emprego, este desmentido pelas pesquisas de Adriana Romeiro que descobriu um emprego no cargo de escrivão das execuções de Sabará, por volta de 1710, este sendo um cobiçado cargo para a época (ROMEIRO, 1996, p. 229).

Antes chegar aos cárceres da Inquisição, Henequim havia sofrido duas denúncias devido as suas falas heréticas, mas, para a sua sorte, conseguiu escapar de processos. A primeira denúncia foi feita por um herege já conhecido da Inquisição que tentava sair das vistas do Tribunal com as suas denúncias, Simião de Oliveira de Souza (A.N.T.T, proc. 15.520). O denunciante alegava que ambos moravam juntos e disse ouvir diversas heresias proferidas por Henequim, estas sendo concepções místicas desaprovadas firmemente pela Igreja Católica. Simião também afirma na denúncia que Rates defendia os judeus, não vendo que estes fizeram mal algum ao Reino para sofreram tantas

perseguições em suas vidas. Cita uma das proposições de Pedro de Rates encontrado anos depois: Deus era muito misericordioso, por isso não pode existir inferno.

Para sorte de Henequim, Simião era um velho conhecido do Tribunal do Santo Ofício, como falado anteriormente, sendo preso por três vezes devido a adotar nomes de padres e alguns moradores lusos do qual não era seu nome de verdade, além de sofrer uma sentença de degredo de 10 anos à Índia (BARROS, 2012). Portanto, os Inquisidores pouco deram atenção a denúncia.

A segunda denúncia que Henequim sofreu foi no ano de 1733, com um texto apresentado à Mesa Inquisitorial por Bernardo Paulo Martins de Sampaio e Bento José Marques da Cruz, em que o acusavam de cometer heresia sobre a consagração perfeita da hóstia. O caso aconteceu no escrito irmão do segundo denunciante, o médico Dr. Paulo Caetano de Tauroca, durante uma discussão teológica do uso da palavra *hoc* ao decorrer da consagração da hóstia. Henequim, interferindo na discussão, disse convicto que aquela palavra usada nada mais era sobre o sentido de transfiguração da hóstia, sendo ela gradual até chegar em seu estado perfeito, estando totalmente consagrada, indo, então, contra a ortodoxia católica do sacramento perfeito, cometendo uma grave heresia. Na manhã seguinte a denúncia, Rates foi conduzido à Mesa do Tribunal do Santo Ofício para tratar sobre suas heresias. Entretanto os inquisidores não o processaram, apenas lhe dizendo que “dessa cidade não se ausente sem expressa licença desta Mesa”. Suas penitências foram estabelecidas apenas a de se apresentar todos os dias à Mesa, exceto nos feriados. Essa segunda denúncia recebida se encontra no Caderno do Promotor (A.N.T.T, Caderno do Promotor 99, Livro 292).

Foram os irmãos Santa Marta, em 1741, que o levaram aos cárceres do Limoeiro. Um fato interessantíssimo dessa terceira denúncia é que a busca por Henequim foi embolsada pelo próprio El-Rei D. João V que mandou o Desembargador e Familiar do Santo Ofício, Joaquim Rodrigues de Santa Marta Soares (um dos irmãos Santa Marta) a ir atrás do paradeiro daquele que estava incomodando o reino por estar criando um complô em divulgar o desejo de tornar o Infante D. Manuel em Imperador do Quinto Império, este estando presente – de acordo com teus ideais – na América, mais precisamente no Brasil. Pedro Henequim estava cometendo um dos crimes mais graves e

abominável, no qual as leis do Reino Português o comparavam muitas das vezes à lepra (ROMEIRO, 1996, p. 27).

Joaquim Rodrigues de Santa Marta Soares sem suas jornadas pelo Alentejo para encontrar o paradeiro de um dos seus incômodos, após prender Henequim em flagrante – já tendo deixado um cárcere privado em sua casa destinado ao então criminoso de lesa-majestade – vindo montado a cavalo e acompanhado por um dos criados do Rei, cedidos pelo próprio Sereníssimo D. Manuel (ROMEIRO, 1996, p. 27), pela estrada de Belas. No seu processo consta que com ele foram encontrados apenas “um paliteiro de prata, quatrocentos e noventa em dinheiro”, o equivalente a 490 réis. Também, principalmente, os seus manuscritos encontrados em um pequeno baú que levava consigo não deixando que ninguém tivesse acesso a estes. Nestes se encontrava as suas 101 teses sobre o mundo, sua cosmologia, considerados mais tarde pelos inquisidores como proposições heréticas.

Devido a estes manuscritos, separados em dois grupos – quarenta e cinco no primeiro grupo e outras cinquenta e seis no segundo grupo –, Henequim não foi levado direto ao Santo Ofício (também pelo fato de não ter provas de sangue contra o mesmo). O Desembargador Joaquim Rodrigues Santa Marta Soares o leva para o seu cárcere privado que já tinha deixado separado para o réu. Para provar sua “limpeza de sangue”, provando se tratava de um cristão-novo ou de um descendente direto de um judeu, além de tirar à limpo todas estas suas ideias, Joaquim Rodrigues contou com a ajuda do seu irmão que era padre, Teodósio de Santa Marta Soares, que por cerca de um ano o interrogou acerca de suas proposições de mundo e algumas questões religiosas. Joaquim Rodrigues havia combinado com o seu irmão que para conseguir as provas necessárias, durante os interrogatórios, ficaria atrás da porta tomando nota das falas do criminoso civil.

Henequim atende aos desejos dos irmãos com suas falas, afirmando ser ele o escolhido pelo próprio Deus para revelar os mistérios do mundo, pretendendo criar quatro livros que iriam manifestar o verdadeiro e real sentido das Escrituras, que até então nenhum outro tinha feito. Foram estes papéis e o seu interrogatório durante cerca de um ano que foram fundamentais para transformar um criminoso de lesa-majestade a um criminoso religioso, adotando a máquina Inquisitorial para silenciar mais um dos milhares de sentenciados.

Levado ao Tribunal do Santo Ofício com a denuncia dos irmãos Santa Marta Soares, a denúncia ocupa-se basicamente de que diversos assuntos religiosos tratados por Henequim durante os interrogatórios do padre Teodósio de Santa Marta – chegando a parecer que era uma conversa de padre para padre, devido ao tamanho conhecido das Escrituras que versava Henequim – especialmente sobre a sua ideia milenarista da localização do Paraíso Terreal:

Falando do Paraíso Terreal, afirmava, que estava no Brasil no meio das Serranias daquele Estado. Que o Querubim, que se diz guardava o Paraíso, era apócrifo, porque ele se entendia o Filósofo Aristóteles, e os seus sequazes, que negaram aquela parte do novo mundo. Que no Brasil havia uma árvore que produzia frutos como maçãs, como figos, e que esta era a árvore do Paraíso. Que Adão se criara no Brasil, e de lá se passara a pé enxuto para Jerusalém, e hoje se conservam os vestígios das passadas em uma terra junto à Bahia. E que da mesma sorte que se abrisse o mar Vermelho e o Rio Jordão para passar os Israelitas; assim também se abrisse o mar Oceano para passar Adão e não era novo na Sagrada Escritura o entenderem-se uns casos pelos outros. Que os quatro Rios que diz saíam do Paraíso, a saber Afion, Gion, Tigre e Eufrates, eram nomes apócrifos, porquanto os verdadeiros eram os Rios de São Francisco, e das Amazonas, e outros (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fl. 56).

Esta denúncia e suas ideias do mundo os levaram aos cárceres do Tribunal da Inquisição, começando o seu longo processo de 490 fólios – cerca de 980 páginas – o transformando de um criminoso civil para o criminoso de lesa-majestade. Pedro de Rates Henequim estava nas mãos dos inquisidores e sua vida dependia daquilo que confessasse ou não aos agentes da fé.

O mundo original e próprio de Henequim

Henequim escreveu suas 101 teses sobre o mundo se baseando em suas leituras, principalmente da Bíblia, manuscritos que circulavam na época, as terras tropicais, suas convivências por aqui e o padre Antônio Vieira, este, e sua defesa durante o seu processo (ANTT, TSO, IL, proc. 1.664). O primeiro grupo de proposições consta com quarenta e

cinco proposições (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fls. 48-56) e o outro grupo com cinquenta e seis proposições (ANTT, TSO, IL, proc. 4.864, fls. 114-118).

Vieira era considerado, já nos anos de 1640, como “o maior pregador português do século XVII”, “admirado por muitos. Odiado também” (VAINFAS, 2011, p. 12). Vieira se inspira nas Trovas de Gonçalo Annes Bandarra e o Sebastianismo, principalmente pela sua obra *História do Futuro*, onde endossou as trovas do sapateiro de Trancoso, estas vistas pelos clérigos romanos como um “odor de judaísmo” (NOVINSKY, 2021, p. 47) – o grande crime combatido pela Inquisição Portuguesa durante seus trezentos anos de funcionamento: o judaísmo.

Segundo Novinsky, desde a publicação do seu livro, ainda quando Vieira vivia no Maranhão catequizando índios, a Inquisição já armava para chama-lo para depor sobre a sua obra. Porém, foi a Rainha D. Luisa e o Marques de Marialva que intercederam nesta decisão e Vieira não foi convocado a comparecer à Mesa (NOVINSKY, 2021, p. 47-48).

Os outros escritos do padre Vieira, como o “Esperança de Portugal, Quinto Império do Mundo – primeira e segunda vida de El-Rei D. João IV”, também assevera sobre as *Trovas* e profecias de Bandarra de acordo com as Sagradas Escrituras, quando sua constante defesa dos judeus e cristãos-novos, representando, assim, um ataque direto à dignidade do Santo Ofício, Vieira ao retornar ao Reino, foi convocado com pretextos de suas ideias messiânicas-milenaristas, já com os inquisidores suspeitando da influência da Cabala em seus escritos e que até o mesmo fosse judeu. Como afirma Novinsky em seu último livro:

Vieira nunca se integrou ao estreito ambiente político e religioso de seu tempo. Sua visão de mundo, sua noção de justiça e tolerância, sua opinião crítica contra a Igreja, sua concepção do outro e sua opinião sobre aqueles que eram ‘diferentes’, lhe conferem um lugar de destaque em uma sociedade cujas mentes estreitas e fanáticas da classe dominante portuguesa confrontaram-se com sua mentalidade pragmática e moderna. Seus sonhos utópicos tinham um propósito prático: unificar todas as nações em uma época de harmonia. (NOVINSKY, 2021, p. 47)

Segundo Luiz Carlos Villalta, Vieira formulava a sua ideia de Quinto Império em torno de querer que o Estado e a Nação portuguesa se tornasse uma só coisa. Vieira também lutava a favor dos judeus, querendo que portugueses e judeus fossem unidos em uma só nação (VILLALTA, 1999). Vieira situa o Quinto Império estando na Terra e não no céu, quando a redenção do povo de Israel seria comprovada. A ideia de salvação, para padre Vieira, não precisava de uma permissão da Igreja de Roma, e os judeus que já haviam sido convertidos ao catolicismo teriam o direito de continuar judeus se assim o quisessem.

Quando Vieira escreve ao Rei a sua defesa aos judeus, não lhe pediu se quer nenhum favor, como alguns podem imaginar, mas sim apenas que houvesse justiça. Após a sua volta de Amsterdã, Vieira elaborou conceitos teóricos sobre a Nova Igreja, afirmando que essa ideia de Nação seria onde cristãos e judeus viveriam em um mesmo destino histórico de dimensão universal (NOVINSKY, 2021, p. 43-44). Antônio Vieira revisa o Velho Testamento, onde encontra as soluções políticas necessárias para cessar os conflitos de Portugal, usando exemplos das conversas de Deus com Abraão e Moisés, por exemplo, para exaltar os judeus, dizendo:

nos tempos antigos, que Nação no mundo teve um Abraão, um valente David, um sábio Salomão, Ezequiel, Jonas, José, um Moisés que falou com Deus, rosto a rosto? - É que Nação, por mais belicosa, chegou a alcançar tantas vitórias e triunfos como a nação hebreia? (NOVINSKY, 2021, p. 63)

A ideia de paz para Vieira teria uma condição central para a então vinda do Messias. O Messias não havia ainda chegado no mundo, pois a paz ainda não havia sido alcançada. De acordo com Novinsky, Vieira manipulou magistralmente a concepção de Messias que correspondia o ponto crucial das divergências e conflitos dos cristãos-novos e cristãos-velhos. A paz prometida pelo Profeta Jesus, para Padre Antônio Vieira não havia se concretizado no mundo, porém irá se cumprir no último estado da Igreja, este sendo o Reino de Cristo consumado na Terra. Já que a paz no mundo era um dos sinais mais importantes para a era messiânica, o Messias, para Vieira, ainda não havia chegado (NOVINSKY, 2021, p. 68-69)

Quando analisamos estas ideias que Vieira tanto defendia, lutando cerca de 32 anos de sua vida acerca destas causas, e comparando com as ideias do réu Henequim, percebemos claramente a completa influência que este teve de Vieira. Algumas proposições de Henequim rebatem os mesmos pontos abordados pelo padre. No seu primeiro grupo de proposições trata acerca de Deus e sua criação do mundo, focando mais nas ideias vindas do livro de Gênesis

Que imediatamente logo depois da criação da Natureza Divina, della creou o mesmo Deos tres imagens de figura, e forma humana (...) Que as ditas tres imagens forão compostas de carne Divina, mas muito espiritual, e que têm corpo humano, e todos os membros, exempli grati, cabeça, braços, pernas etc.⁶²

Considerava os Anjos como seres sexados, estando divididos em machos e fêmeas, correspondendo cada um ao seu gênero, no qual em sua Proposição 1:18 afirma que as estrelas que iluminam o céu na verdade são os próprios anjos:

Que Deos criou os Anjos huns machos, outros femeas. O que prova: 1º das palavras do Evangelho ibi: *hoc genus in nullo potest exte, nisi in oratione, et jejunio*; ergo há demônios de diverso genero; 2º Porque a Scriptura falando da Batalha de São Miguel com o Diabo diz, que o tal Diabo era do genero masculino, porque se explica, e diz, que era Dragão: *Draco*; e falando do Diabo, que tentou a Eva diz, que era do genero feminino; porque se explica pela palavra: *Serpens*, logo há Anjos mãos, machos e femeas.⁶³

Se dizia ser o iluminado pelo próprio Espírito Santo para revelar os mistérios de Deus, o eleito por ele para publicar e ensinar a todos os Divinos Mistérios nunca antes tratados:

Confeessa, que o Spirito Sancto o illuminou, e lhe ensinou misterios nunca ouvidos, nem pensados dos homens. E que Deos o elegeu para publicar, e ensinar os seus Divinos Misterios, e o mandara que fosse depressa; e ainda q' ele repugnara considerando que os Theologos vendo com as suas doutrinas convencidas de falças, as que têm ensinado, e de erradas as inteligencias, que derão às Scripturas, e

opostas a ella mesma, supondo que tudo quanto elle ensina são heresias, dirão: *crucifige, crucifige eum*, a vista do que todos o apedrejarão: *tulerunt ergo lapides*, com tudo se delibera dizendo: *quia tu docuisti me a juventude mea, et usque nunc pronuntiabo mirabilia tua*; e que tinha experimentado no meyo da mayores tribulações, que tem padecido, que são muitas e grandes lhe Deos mais claras luz dos misterios escondidos, E que se São Paulo e jactava de ser hum idoneo Ministro do Testamento Novo *X^a illud: nos fecit idoneos ministros novi testamenti*; com mayor razão se pode elle jactar, por ser ministro tão universal da Biblia, que dá Lições como nenhum outro por dentro, e por fora em hu', e outro Testamento.⁶⁴

Plínio Freire Gomes chegou a considerar Henequim como um novo Moisés, chamando-o de Moisés Herético (GOMES, 1997, p. 29).

Durante o segundo grupo de proposições, Henequim mostra seu carácter mais político de mundo, tratando sobre a localização exata do Paraíso Terreal, além das suas ideias milenaristas que tanto vigoraram em países da Europa nos séculos XV e XVI, difundidas entre teólogos e eruditos (VILLALTA, 1999, p. 51)

Que o Paraíso Terreal, em que Adão foi creado, está na America debaixo da Linha Equacional, e perpendicular ao lugar em q' Deos tem o seu Trono no Ceo; e o prova de nesta nova terra se achar tudo o que a Scriptura diz delle; porque nella se acha o fruto da Arvore da Vida, que são as Bananas compridas, e o da Sciencia, que são as Bananas curtas, e, frutas, rios, e delicias; e de Adão se chamar vermelho como se chamão os filhos do Brasil.

Já a língua falada no paraíso, e a língua escolhida, seria o português:

Que a Lingoa portuguesa correcta, e pura como elle a ensina, e falla há de ser a que se há de falar 5º Imperio dos Portugueses, que está próximo, e há de ser nos Brasis no lugar do Paraiso Terreal, e que há de ser de Judeos. Que Adão deixara em Portugueses a seus descendentes em folhas de certas Palmeiras, que há de no Brasil todos os documentos, que lhes erão necessarios. Que a palavra de Christo: *Regnum meum non est de hoc mundo*; e as palavras do Apocalypse: *Vidi caelum novum, et terram novam*, se entendem do 5º Imperio.⁶⁵

Essas e outras diversas proposições de Henequim se encontra nos anexos do livro de Plínio Gomes, que transcreveu todas as 101 proposições de Henequim que foram fixadas em seu processo-crime (GOMES, 1997). Sua sentença do Santo Ofício foi anexada em outro livro recente do historiador Pedro Vilas-Boas Tavares, transcrevendo toda a sentença que Henequim recebeu dos inquisidores do Tribunal do Santo Ofício.

Casos parecidos com o de Pedro Henequim, acerca do Quinto Império, são o do padre baiano Manoel Lopes de Carvalho que saiu do Brasil e foi para Lisboa avisar ao Rei D. João V que era chegada os fins dos tempos. Condenado a ser relaxado à justiça secular, Manoel Lopes de Carvalho pensou até os últimos minutos de sua vida que seria salvo pelo próprio El-Rei, já que o mesmo não estava cometendo heresia alguma, sendo apenas um mensageiro de Deus. Infelizmente, os inquisidores não pouparam a sua vida, mesmo prolongando bastante o seu processo (ANTT, TSO, IL, proc. 9.255) devido a um tal Bartolomeu de Gusmão, figura que estava aprontando bastante peripécias no Reino com a sua passarola, prometendo a D. João V que através dela o mesmo iria governar todos os reinos e formar o tão sonhado Quinto Império Universal. Gusmão fez três tentativas de levantar voo perante ao rei, conseguindo apenas na última, ganhando o apelido de “padre voador” (NOVINSKY, 2015, p. 223-224). Devido as ameaças constantes de Gusmão estar tendo conversas diretas com cristãos-novos, acusado de cometer judaísmo, o mesmo foge com medo das garras da Inquisição, vindo a adoecer e falecer em sua fuga no ano de 1724, com seus 38 anos de idade (VISONI e CANALLE, 2009, p. 10)

Conclusões

Percebemos que Henequim teve as suas influências diretas de Antônio Vieira, trazendo principalmente suas mesmas ideias acerca dos judeus e do Quinto Império. Muitos dessas foram inspiradas também pelas suas leituras, as apropriando e as interpretando da sua maneira e da sua vontade. Conceitos estes tratados por Roger Chartier: representação e apropriação, para ele o conceito de representação fornece a ferramenta necessária ao historiador para entender melhor que a realidade é sempre

construída em prol dos valores e interesses dos grupos que as forjam (CHARTIER, 1990: 17).

Henequim recebeu a sentença maior de ser relaxado à justiça secular. Tentaram e muito silenciar uma ex-colono que estava incomodando o Reino, porém sua história continua a ser contada e conhecida cada vez mais na historiografia inquisitorial. Como afirma Pedro Vilas-Boas, Pedro de Rates Henequim poderá estar condenado a ir cada dia mais criando novos amigos e até disputantes, e admiradores (TAVARES, 2011, p. 15)

Referências

1. Fontes Primárias

1.1 MANUSCRITAS

1.1.1. Lisboa

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (A.N.T.T)

PT/TT/TSO-IL/028/04864 – Pedro de Rates Henequim

PT/TT/TSO-IL/028/09255 – Padre Manoel Lopes de Carvalho

PT/TT/TSO-IL/028/CX1611/15520 – Denúncia contra Pedro de Rates Henequim

PT/TT/TSO-IL/030/0292 – 99º Caderno do Promotor

Bibliografia

2.0. Livros, teses, dissertações e artigos

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

BARROS, António Manuel dos Santos – As máscaras e o rosto. Os processos inquisitoriais de Simeão de Oliveira e Sousa. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa, Difel, 1990.

GOMES, Plínio Freire. *Um Herege vai ao Paraíso – Cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744)*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

NOVINSKY, Anita. *A luta inglória do Padre Antônio Vieira e outros estudos*. São Paulo: LVM Editora, 2021.

_____ ; LEVY, Daniela; RIBEIRO, Eneida; GORENSTEIN, Lina. *Os judeus que construíram o Brasil: Fontes inéditas para uma nova visão da história*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.

ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1996.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: os usos do livro na América Portuguesa*. 1999. Tese (Doutorado) – Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VISONI, R.M. e CANALLE, J.A.B.G. *Bartolomeu Lourenço de Gusmão: o primeiro cientista brasileiro*. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 31, 3604.1 – 3604.12, setembro, 2009.

PADRE CÍCERO: uma referência de conselheiro no catolicismo popular sertanejo do Nordeste brasileiro nos séculos XIX e XX.

João Everton da Cruz Santos⁶⁶

Resumo

Este artigo é sobre o Pe. Cícero Romão Batista (1844-1934) como conselheiro no catolicismo popular sertanejo do Nordeste brasileiro. Ele superou a vida mística e espiritual e se plantou no chão das realidades sociopolíticas da região do Vale do Cariri, no Ceará. A questão do catolicismo popular, que assume a forma particular do catolicismo do país, marcada pelas antigas tradições de conselheiros, porque a história cultural do Nordeste é pontuada pela necessidade de um conselheiro. A sociologia oferece alguns parâmetros que ajudam a situar o sertão. Os mais desfavorecidos sofrem a mais cruel exclusão social com a escassez de água e a perda de terras, especialmente depois da lei fundiária de 1850. O Padre Cícero, estando proibido de exercer a sua atividade pastoral, na administração dos sacramentos, suspenso das ordens, no dia 5 de agosto de 1892, teve que realizar uma obra que se identificou com a ação do Padre Ibiapina (1806-1883), exercendo a função de conselheiro.

Palavras-chave: Padre Cícero. Catolicismo Popular. Conselheiro. Nordeste.

Résumé

Cet article concerne le père Cícero Romão Batista (1844-1934) en tant que conseiller dans le catholicisme populaire sertanejo dans le nord-est du Brésil. Il a dépassé la vie mystique et spirituelle et s'est implanté dans le sol des réalités socio-politiques de la région de Vale do Cariri, au Ceará. La question du catholicisme populaire, qui a pour forme particulière le catholicisme du pays, marqué par les vieilles traditions des conseillers, car l'histoire culturelle du Nord-Est est rythmée par le besoin d'un conseiller. La sociologie propose quelques paramètres qui aident à situer les gens du sertão. Les défavorisés subissent l'exclusion sociale la plus cruelle avec la rareté de l'eau et la perte des terres, surtout après la loi foncière de 1850. Le père Cícero, étant interdit d'exercer son activité pastorale, dans l'administration des sacrements, suspendu des ordres, en Le 5 août 1892, il dut

accomplir un travail qui s'identifiait à l'action du Père Ibiapina (1806-1883), exerçant le rôle de conseiller.

Mots-clés: Père Cícero. catholicisme populaire. Conseiller. Nord-Est.

Introdução

Escrever um artigo acerca do fenômeno religioso em torno do padre Cícero Romão Batista (1844-1934) como conselheiro inserido no catolicismo popular sertanejo do Nordeste brasileiro é como percorrer pelos caminhos dos “movimentos religiosos de protesto social” (RIBEIRO, 1985, p. 241). É extraordinário o capricho com que a população do Nordeste recorre ao seu santo protetor, às orações, aos ritos, isto é, como a cultura popular sertaneja se orienta na caminhada dentro das tradições do catolicismo popular, cujas expressões se distanciam do catolicismo romanizado. A prática de devoção aos santos, era corriqueiro no universo católico no início do cristianismo, pois, quando os fiéis era dada a ação e legitimação desse culto. Porém, pelas regras da Igreja a partir do século XVII, somente a Santa Sé, na pessoa do Papa, pode reconhecer a Santidade entre os fiéis. Mesmo assim, ainda hoje, são muitos os santos eleitos pelo povo e cultuados em festas e visitação ao túmulo.

O Pe. Cícero Romão Batista foi um conselheiro que superou a vida mística e espiritual e se plantou no chão das realidades sociopolíticas da região do Vale do Cariri, no Ceará. Destaca-se pela importância da função do conselheiro que é decisiva na memória do catolicismo popular, que tem como forma peculiar o catolicismo sertanejo. O conceito de catolicismo popular pode ser entendido conforme cada autor. Padre Cícero foi um conselheiro respeitado no catolicismo popular do Nordeste brasileiro, representando a figura paterna e afetuosa do conselheiro na cultura popular nordestina; conseguiu muito bem alimentar a fé do romeiro dentro de uma realidade muito específica. Assim diz o sertanejo em situações de dificuldades e perigos: “Valei-me Nossa Senhora!”, “valei-me Padim Cícero!”. Essa manifestação devocional foi sendo cristalizada por meio dos conselheiros presentes na vida dos nordestinos, possibilitando o encaminhamento de muitas pessoas para uma vida decente. São os símbolos religiosos que conectam os romeiros à devoção ao Padrinho – qualificação pela qual é designado -, como o rosário,

o cajado, o chapéu de palha. A Casa Museu do Padrinho e o seu mausoléu na Capela do Socorro são circuitos religiosos de visita dos romeiros. O lugar da penitência dos romeiros se encontra na Serra do Horto, passando por estreitos caminhos, pois é um ritual que exige cuidado e paciência.

Este texto é parte da dissertação, “FREI DAMIÃO: a figura do conselheiro no catolicismo popular do Nordeste brasileiro”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião em 2010.

Para situar melhor esse fenômeno, abre-se com o contexto social em que viveu o Pe. Cícero Romão Batista e Mas, quem é ele? Na parte seguinte, a figura do conselheiro no catolicismo popular sertanejo. Apresenta-se os grandes conselheiros da memória nordestina. E, por fim, Pe. Cícero como conselheiro e a memória dos ecologistas. A pesquisa evidenciou que os conselhos de Pe. Cícero estão colados na memória dos romeiros como agentes do circuito religioso da “Terra da Mãe das Dores”. Os fatos de Juazeiro e o ambiente religioso que se criou em torno do Pe. Cícero era perceptível que ele ocupasse a função de santo conselheiro deixado pelo exemplo de trabalho pastoral do Pe. Ibiapina. Não se trata de uma peculiaridade regional, porque também em outras regiões existiram pessoas que desempenharam função semelhante, como Nhá Chica em Baependi (MG) e o monge João Maria na região do Contestado (hoje Santa Catarina). Igualmente não se pode falar de uma característica do catolicismo, porque outras tradições religiosas também têm grande afeição por guias espirituais como o guru, o pajé, o xamã e outras pessoas que fazem alguma forma de direção espiritual. Convido você, crentes e descrentes, religiosos e materialistas, independentes de sua situação de fé, a caminhar conosco no tema deste ensaio.

1 O contexto em que viveu padre Cícero Romão Batista (1844-1934)

O contexto social onde acontece o movimento religioso em torno da pessoa do Pe. Cícero Romão é o sertão do Nordeste, empobrecido pela decadência da produção algodoeira e pela exploração dos trabalhadores rurais pelos grandes fazendeiros. Joazeiro está localizado no Cariri ou Cariri Novos, sul do Ceará, um oásis no sertão cearense, por

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

conta da fertilidade de seu solo e a existência de fontes de água. A região é rica, relativamente ao sertão nordestino, onde a oligarquia local previra formar um Estado autônomo, desligado do Ceará. Porém, o Vale do Cariri, foi ocupada nas primeiras décadas do século XVIII por proprietários de bovinos, procedentes da Bahia e de Pernambuco. A situação foi agravada pela grande seca de 1877/1879. Os engenhos forneciam açúcar mascavo e refinado para o mercado europeu. As terras desses engenhos eram utilizadas para a agricultura de exportação. Toda economia girava em torno da monocultura do grande “latifúndio”. Esse foi o contexto e a base da colonização do Brasil. Poucos homens concentrando grandes extensões de terras e cultivadas com o uso de técnicas rudimentares e com baixa produtividade. Na interpretação de Ribeiro de Oliveira, desenvolvida no livro “Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil”,

O capitalismo agrário traz consigo a dissolução da dominação pessoal, exercida pela classe senhorial sobre a massa camponesa. Tendo perdido a força do trabalho escravo, a classe senhorial transforma-se, em parte, em burguesia agrária, e, em parte, em classe de latifúndios que obtêm a renda da terra explorando, por diversos meios, os camponeses que nela trabalham. Esse processo de dissolução da dominação senhorial, que se prolonga desde meados do século XIX até os nossos dias, não é uniforme: sua intensidade depende do grau de penetração das relações sociais de produção capitalistas na grande lavoura. Ele é portanto um processo diferenciado conforme as condições de cada traço estrutural que é a substituição da dominação pessoal pelas relações impessoais entre compradores e vendedores da força de trabalho. (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 1985, p. 239).

Com o objetivo de esclarecer a natureza dessa relação, é indispensável recordar ligeiramente em que consiste a dominação senhorial. A dominação pessoal é exercida pelo grande proprietário de terra, porque cede aos trabalhadores rurais uma área para cultivo e/ou proteção política em troca de diversos serviços. Nasce daí a dominação pessoal, estabelecido nos vínculos de lealdade entre dominante e dominado. Formando uma hierarquia social cimentada pela troca de proteção. A natureza desta relação entre dominantes e dominados são idealizadas como relações de aliança que se manifesta pelo código familiar, consolidada pelas relações de compadrio. O catolicismo popular, concebendo a dominação pessoal como uma representação terrena das relações que vinculam o ser humano aos seus protetores divinos, desempenham uma função social fundamental para a dominação senhorial, porque ele identifica como a cosmovisão do mundo desejada por Deus. É notório que o analfabetismo, a fome, a seca, a miséria e a

pobreza seriam então transfiguradas como resultado de leis celestiais e, portanto, imutáveis. Pierre Bourdieu evidencia o caráter dominante da religião quando diz que

Neste ponto, Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para “domesticação dos dominados”. E ademais, Weber nos fornece os meios de escapar à alternativa simplista de que são produto suas análises mais duvidosas, ou seja, à oposição entre a ilusão da autonomia absoluta do discurso mítico ou religioso e a teoria reducionista que torna esse discurso o reflexo direto das estruturas sociais. Procura esclarecer ao máximo o elemento comum ausente no discurso das duas posições opostas e complementares: o trabalho religioso realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais. (BOURDIEU, 1974, p. 32-33).

A experiência religiosa não esgota a experiência do transcendente, que pode se dar também fora da própria religião enquanto instituição. A evangelização da sociedade brasileira foi fortemente marcada por duas tendências que perpassam séculos de história: a “pastoral da convivência” e a “pastoral da visita”. O historiador Eduardo Hoornaert

Na realidade brasileira esta pedagogia evangelizadora realizou-se de diversas maneiras no decorrer dos três primeiros séculos de sua história, e pensamos que houve desde o início duas tendências: uma mais baseada na *convivência*, outra baseada na *visita*. O projeto missionário dos aldeamentos, que procurou distanciar um mundo indígena do mundo colonial, levou aos poucos a uma experiência de convivência que teve grandes conseqüências. O das “missões populares”, que prolongava no Brasil numa linha pastoral muito desenvolvida na Europa após o concílio de Trento, levou a experiências de visitas esporádicas que igualmente tiveram conseqüências típicas e significativas.

[...] As *santas missões*, baseada na visita de um missionário a uma determinada comunidade humana (lugarejo, vila, fazenda, engenho), foi a forma que provou ser a mais realista e mais adaptada às condições concretas da evangelização no Brasil. [...] Do outro lado, os indígenas brasileiros pareciam aceitar bem estas visitas regulares, já que estas correspondiam a uma tradição ameríndia: a da chegada dos feiticeiros ou pajés “para fazer santidade”.

[...] A estrutura básica destas “visitas” de “feiticeiros” é descrita por Nóbrega, é estranhamente parecida com a das “santas missões” tipo Padre Ibiapina, no século XIX, no interior nordestino (HOORNAERT, 2008, p.125-133).

Na pastoral da visita apresentamos duas práticas, a saber: a desobriga e as missões populares. A desobriga é a visita feita pelos padres esporadicamente às comunidades,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

consistindo em pregações e de administrações dos Sacramentos. Já as missões populares consistiam em visitas dos missionários a diversas comunidades para reacender as expressões religiosas. Porque a ausência de padres no Nordeste é datada da época colonial. Mesmo sendo escassa, essa convivência servia para manter e/ou garantir o laço de pertencimento do catolicismo popular ao catolicismo oficial por meio de um consentimento religioso que fazia com que os diferentes grupos sociais que viviam espalhados pelo sertão admitissem como pertencentes à única e mesma Igreja da Hierarquia Eclesiástica. Não estabeleciam dois catolicismos oponentes, embora o catolicismo popular mantivesse um profundo respeito para com a figura do padre missionário, a quem interpretava como portador de poderes espirituais, revestidos de um poder diferente que era evidenciado nas visitas. Com essa atividades pastoral, logo, há pouca compreensão ou nada acerca dos problemas essenciais das comunidades, e as visitas servem apenas para abreviar, na mentalidade do devoto, a sua dignidade diante de Deus, que só poderá ser recuperada novamente pelas práticas penitenciais cotidianas, dada a escassez de sacerdotes para administração dos Sacramentos. Há uma enorme distância que marca a crença religiosa e a vivência concreta do dia a dia do romeiro; sendo que essa vivência religiosa pouco auxilia para a libertação dos seus problemas, desencadeando numa fonte de mistificação, alienação e até mesmo opressão. O Pe. Cícero procurou por meio da utilização da piedade popular, levar uma melhoria de vida e saúde aos habitantes empobrecidos do sertão árido do Nordeste brasileiro.

1.1 Mas, quem é ele?

Romão Batista nasceu na cidade do Crato, interior do Ceará, perto do Juazeiro do Norte, em 24 de março de 1844, filho de Joaquim Romão Batista, um pequeno comerciante de tecidos e ferragens. Sua mãe, Joaquina Vicência Romana, conhecida como Dona Quinô, era dona de casa. O núcleo familiar incluía duas irmãs. Cícero foi o primogênito e único filho homem desta família de poucas posses. Cícero Romão Batista foi ordenado subdiácono no dia 20 de novembro e no dia 27 de novembro foi ordenado diácono, sagrando-se sacerdote no dia 30 de novembro de 1870, em Fortaleza, e retorna ao Crato, sua terra natal, no dia 8 de janeiro de 1871; celebra sua primeira missa no altar de Nossa Senhora da Penha. Nessa época, recebe um convite para celebrar e atender os fiéis da Capela de Nossa Senhora das Dores no Juazeiro do Norte, lugarejo distante três horas a cavalo do Crato. Padre Cícero pretendia voltar a Fortaleza (CE) atendendo o

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

convite para ser professor no Seminário, onde havia realizado seus estudos eclesiásticos. Diante das necessidades humanas e pastorais que encontra em Juazeiro, decide ali permanecer, onde passa a residir com seus familiares. A seu pedido, em setembro de 1872, o bispo o nomeia capelão de Nossa Senhora das Dores. Após estar estabelecido há dezessete anos em Juazeiro, Pe. Cícero, no dia 1º de março de 1889 (foi também um ano de seca), depois de uma longa vigília noturna de oração, ao dar a comunhão para Maria de Araújo, presencia o fenômeno extraordinário do sangramento da hóstia, fato que se repete em diversas ocasiões. Sobre o episódio do milagre protagonizado pela beata Maria de Araújo, Antônio Carlos Ferreira Lima sugere

quatro hipóteses para o fenômeno da “comunhão ensangüentada”. A primeira é apoiada pelo “Padrim” e pelos médicos que fizeram o primeiro exame concluindo como evento de natureza miraculosa. A segunda é defendida pela igreja oficial que aponta o acontecido como fruto de superstição, fanatismo e abuso à “Santa Eucaristia”. A terceira foi apresentada pelo Pe. Antônio Gomes de Araújo, e classifica o fato como um embuste patrocinado pelo Prof. José Marrocos em conivência com a beata; e finalmente levantada pelo Dr. Júlio César da Fonseca, qualificando o caso como fruto da influência do psiquismo sobre o organismo e, posteriormente, pela parapsicologia como caso de “aporte” (LIMA, 2008, p.138).

Depois disso a sua atividade pastoral concentra-se sobretudo no aconselhamento daqueles que o procuravam. Sua palavra e ensinamentos penetram tanto nas casas senhoriais quanto nos casebres. Empenha-se para capacitar os sertanejos. Sua permanente busca pela readmissão no uso das sagradas ordens o leva, em 1898, a Roma, onde é autorizado a celebrar e é absolvido das sanções eclesiásticas. Não obstante, seu bispo ordinário mantém a proibição de administrar os sacramentos no âmbito de Juazeiro e adjacências. Com Plácido Cidade Nunes temos a seguinte observação:

Padre Cícero, impedido de exercer uma ação pastoral meramente sacramentaria, uma vez que estava suspenso do uso das suas ordens sacras, teve que realizar um trabalho que identificou com a ação de Ibiapina, realizando uma ação de conselheiro e padrinho lá onde se estrangulavam os angustiantes problemas da população. Há necessidade de solucionar os conflitos, de apaziguar os ânimos, de acolher tantos retirantes, de colocar jovens e adultos no campo do trabalho. Tudo isto é problema do cotidiano e as soluções devem começar aqui e não apenas na eternidade ditosa. E a estratégia de fazer de Juazeiro um lugar de oração e trabalho, fez de Juazeiro um lugar sagrado, onde se manifesta o poder de Deus não apenas nos fatos miraculosos, então, proibidos e censurados. Mas através de uma ação de aconselhamento que vê no trabalho a possibilidade de encaminhamento de muitas e muitas pessoas para uma vida mais

decente, base futura de uma realidade mais abrangente. A palavra do Padre Cícero era a palavra da misericórdia de Deus: “quem matou não mate mais, quem roubou não roube mais, quem pecou não pegue mais” (NUVENS, 1994, p.29-30).

Padre Cícero passou a maior parte da sua vida dando conselhos às pessoas que o procuravam em Juazeiro. Há um depoimento em E. Hoornaert que evidencia seu papel de conselheiro no seguinte diálogo entre um devoto e o padre:

Quando cheguei a Juazeiro com toda família, fui ao padrinho e disse: 'Meu padrinho, cheguei aqui para pedir um meio de vivência aqui'. O padrinho disse: 'Escolha um dos dois: ou trabalho ou negócio; tem que ficar com trabalho ou com negócio'. Eu achava ótimo o negócio. E pronto fui para o negócio. E fiquei no negócio e me dei bem (HOORNAERT, 1969, p.592-593).

Lira Neto diz que “a exemplo dos pajés das antigas nações cariris, cujo sangue lhe corria nas veias misturado aos dos ancestrais portugueses, Cícero passara a acumular as funções de conselheiro, benzedor e curandeiro” (NETO, 2009, p.281). Pe. Cícero exerceu uma autoridade paternal-religiosa. O padrinho, como é chamado pelos devotos, se insere dentro do contexto do compadrio, estreitamente ligado às tradições populares, impossibilitando uma tomada de consciência de grupo por parte dos afilhados, que aprendem a esperar tudo do padrinho. A relação do Pe. Cícero com a população do sertão não se constitui pelo mandonismo e sujeição, como era uma prática dos coronéis diante dos seus agregados. Tendo superado a lógica das facções, que regia as relações sociais naquele contexto, Pe. Cícero se torna o Padrinho Conselheiro de todos os órfãos deserdados.

1.2 O lugar onde surgiu a devoção

Padre Cícero Romão Batista, aos 11 de abril de 1872, chega ao povoado denominado “Taboleiro Grande” com sua família e pouca bagagem. Os relatos conhecidos são de que Pe. Cícero foi morar no Juazeiro em decorrência de um sonho. Este sonho marcou a vida do Padre Cícero, porque assumiu a função de conselheiro das massas nordestinas. Em 1872 o pequeno arraial era um aglomerado de casas de taipa, convergindo para uma Capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, dona do lugar; erigida pelo primeiro Capelão, Padre Pedro Ribeiro de Carvalho. Paulatinamente Juazeiro passou a ser um modelo de ordem social e de virtude. Durante muito tempo

Padre Cícero permaneceu na pobreza. Não quis receber nada pelos sacramentos que administrava. Adquiriu fama de um sacerdote dedicado inteiramente ao povo do sertão, sempre disponível, atento, um excelente conselheiro do povo, aceitando trabalhar na capelinha mais empobrecida da diocese. Bem antes de acontecer o milagre da hóstia consagrada que teria vertido sangue na boca da beata Maria de Araújo, Padre Cícero já tinha fama de santo, de profeta e de milagreiro pelo povo do sertão nordestino. No período da seca de 1888, Pe. Cícero fez a promessa de levantar uma grande igreja, em honra do Sagrado Coração, no alto da serra do Catolé. Com as chuvas as obras tiveram início, cumprindo, assim, a promessa recebida do retorno das chuvas nos sertões. Juazeiro era, de fato, uma “cidade santa” presidida por um santo Patriarca, que era padrinho dos doentes, dos desabrigados, dos oprimidos, dos que tinham fome, dos criminosos e pecadores. Tachados de fanáticos pela sociedade culta do litoral, tais romeiros, pelo contrário, consideravam-se apenas afilhados do Padre Cícero (DELLA CAVA, 1985, p.141).

2 A figura do conselheiro no catolicismo sertanejo do Nordeste brasileiro

Nesta parte do texto é “essa matriz geradora de uma estirpe de conselheiros do povo do Nordeste” (MENEZES, 1996, p.2). Dentro do catolicismo popular sertanejo, deparamos com os grandes conselheiros: Padre Ibiapina (1806-1883), Beato Antônio Conselheiro (1830-1897), Padre Cícero (1844-1934) e Frei Damião de Bozzano (1898-1997), sendo o primeiro uma figura matricial. O conselheiro Pe. Ibiapina foi uma referência religiosa para o beato Antônio Conselheiro e para o Pe. Cícero, na medida em que não se diferenciava muito desses missionários que o sucederam no sertão nordestino. O Antônio é conselheiro consagrado pelo povo e adquiriu popularidade no Nordeste devido aos seus conselhos e pregações moralizantes. O Pe. Cícero foi um conselheiro que superou a vida mística e espiritual e se plantou no chão das realidades sociopolíticas da região do Vale do Cariri, no Ceará. Ressalta como a atuação do padre Ibiapina deixou bons exemplos que seriam seguidas por padre Cícero. Seguindo sobre o catolicismo popular, que tem como forma peculiar o catolicismo sertanejo. Ainda com a conceituação do que é catolicismo romanizado, em que prevalece a hierarquia eclesiástica, diferenciando-se do primeiro por não se adaptar à cultura do povo, mas

por reproduzir um catolicismo europeu. Faustino Teixeira fala sobre “as malhas do catolicismo”, dizendo que “são malhas diversificadas de um catolicismo, ou poder-se-ia mesmo falar em catolicismos”, no plural (TEIXEIRA, 2009, p. 19), como segue abaixo. São os alicerces do catolicismo popular na Igreja Católica no Brasil e, sobretudo, no chão da Igreja do Ceará.

2.1 Catolicismo popular

A expressão mais adequada para descrever as características do catolicismo popular brasileiro, sobretudo entre o período colonial dos séculos XVI e XIX, como declarou Gilberto Freyre (2006), “*muita reza e pouca missa, muito santo e pouco padre*”, pois não havia um clero nativo. As expressões religiosas foram vivenciadas e disseminadas por figuras locais, a exemplo dos místicos beatos, grandes pregadores de uma devoção aos santos e santas que marcam o catolicismo brasileiro. Seguiremos aqui o conceito de catolicismo popular que pode ser definido como “religião do popular”, “catolicismo rural” ou “piedade popular”. Isto significa que o conceito de catolicismo popular pode ser entendido conforme cada autor. O catolicismo popular não é um fato coisificado nem um “sistema religioso”, mas um processo histórico, onde se desenvolvem expressões de fé e de organização, agregando as características específicas e elementos universais do Catolicismo.

Com relação à expressão popular, ela não tem o significado de vulgar ou de uma produção de caráter subalterno. O termo popular tem o sentido de distinção cultural e social de um povo e de um comportamento religioso que se diferencia do oficial ou erudito. No Nordeste do Brasil o catolicismo popular manifesta-se por atos concretos ligados ao cotidiano, como rezar para pedir chuva, benzer uma pessoa doente e, além disso, o culto aos santos e santas, novenas e romarias, procissões e promessas, buscando uma resposta positiva para os seus problemas e reinterpretando as doutrinas do catolicismo oficial. Com a definição sociológica de catolicismo popular, Oliveira (1985) ressalta que é

A autoprodução religiosa popular não fica portanto separada da produção oficial, mas guarda com ela uma relação dialética: ela exprime as condições de existência das classes dominadas e subalternas, fazendo uso dos códigos religiosos oficiais. Podemos então definir o

Catolicismo Popular como um conjunto de representações e práticas religiosas autoproduzidas pelas classes subalternas, usando o código do catolicismo oficial. Isso significa que o Catolicismo Popular incorpora elementos do catolicismo oficial – os significantes – mas lhes dá uma significação própria, que pode inclusive opor-se à significação que lhes é oficialmente atribuída pelos especialistas. O resultado é que o mesmo código religioso é diferentemente interpretado pelas classes sociais de maneira que, sob uma unidade formal, escondem-se, de fato, diversas representações e práticas religiosas (OLIVEIRA, 1985, p.135).

Isto significa que o catolicismo popular se define pela autoprodução religiosa – uma comunidade se une pelos seus atos religiosos numa ação comum e autônoma; porém, numa sociedade de classes, os rituais populares católicos estão vinculados aos símbolos religiosos do catolicismo oficial ou romanizado. Ou seja, as crenças e práticas religiosas, ao longo da tradição do cristianismo, foram socialmente incorporadas como “católicas”. Não se pode dizer que seja um catolicismo independente do catolicismo da hierarquia eclesiástica, mas se trata de uma retradução do mesmo.

2.1.1 Catolicismo popular sertanejo

O catolicismo popular sertanejo é uma forma nordestina do catolicismo popular, que é típica do sertão e tem como núcleo a figura do conselheiro. O catolicismo popular sertanejo é marcado pela tradição dos beatos e beatas, segundo o costume dos sertanejos com suas cantorias rezas populares; além do medo do diabo e do hábito de rezarem o terço e o ofício de Nossa Senhora. O catolicismo popular sertanejo seguiu uma matriz de um catolicismo familiar. Esse foi o catolicismo difundido no sertão do Nordeste pelos missionários por meio das Santas Missões, com destaque para os capuchinhos italianos, porque foram eles que aperfeiçoaram o método da vivência da fé e da vida cristã, católica. E. Hoornaert, elucida com inquietação, que

O sertanejo nordestino vive imerso num mundo referencial bíblico e cristão, reconhece os símbolos, sabe interpretar as figuras. É herdeiro de uma longa e bonita tradição teológica, sendo ele mesmo teólogo. Teólogo sofrido, de mãos calejadas, mas teólogo. Embora não acostumado ao mundo das letras, produz versos, poesias e textos que não são de forma nenhuma simplórios, mas carregados daquela sabedoria sofrida típica do povo da terra, feita de desencanto mas também de uma esperança indestrutível. Sertanejo-teólogo, cioso em descobrir o sentido mais profundo das coisas, concentrado em encontrar uma leitura teológica dos fatos que presencia. Não cartesiano no sentido

de se operar uma rígida separação entre a racionalidade e a emotividade, entre os conceitos claros e as imagens, entre o experimentado e o sonhado. Mas um curioso das coisas de Deus, atrás do sentido último. Sua teologia é mística e escatológica, espera um tempo bom após tanto sofrimento. Com o dizia Câmara Cascudo: o sertanejo é teólogo “antes, durante e depois dos concílios ecumênicos e dos Santos Padres” (HOORNAERT, 1997, p.63-64).

Pe. Ibiapina, beato Antônio Conselheiro e Pe. Cícero, na concepção E. Hoornaert, são três figuras religiosas nordestinas que por assim dizer caracterizam a religião do sertão na segunda parte do século XIX e primeira do século XX”. (HOORNAERT, 1997, p. 95). Em decorrência da renovação estabelecida pelo episcopado por meio do Concílio Vaticano I, o catolicismo popular sertanejo baseado na pessoa do beato é interpretado como uma negação à prática do catolicismo romanizado e não como uma forma popular de fazer o catolicismo. Há uma fragmentação do catolicismo popular sertanejo quando recebe uma ação repressiva e utilizante face ao catolicismo oficial, que, por sua vez, é uma modalidade de catolicismo dominante, institucionalizado, e que é comum no círculo da hierarquia eclesiástica. Essa repressão por parte da cultura oficial ocorre em não pretender compreender os diferentes elementos significativos que constituem esse catolicismo, estabelecendo uma dicotomia cultural que se exprime na existência de uma cultura oficial dominante e uma outra meramente popular e muitas vezes considerada como algo periférico e supersticioso. Muitos dos beatos e beatas são analfabetos e analfabetas, mas dominam com sabedoria a sua tradição. O beato é aquele que aos olhos de seu povo domina melhor a arte de aconselhar.

2. 2 Catolicismo romanizado ou oficial – ultramontano e europeu

Destaca-se a reforma interna por que passou a hierarquia eclesiástica católica no Brasil. O catolicismo romanizado pode ser datado a partir de 1858, pois é o movimento de reestruturação interna da hierarquia eclesiástica com o objetivo de reforçar seu poder espiritual, reafirmando os cânones de fé e moral, uma vez que perdeu seu poder secular devido à separação entre Igreja e Estado. A ideia era modelar o catolicismo brasileiro conforme o esquema “romano”, implicando num rigor doutrinal, moral e hierárquico. Esse catolicismo teve como principais divulgadores os religiosos missionários. Os efeitos da romanização face ao catolicismo popular foram

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

importantes, como sinaliza Pedro Ribeiro de Oliveira, “a romanização aparece, pois, como um processo de repressão clerical do catolicismo do povo. Porém, este último nem por isso desapareceu (...), sobreviveu à imagem do controle clerical” (LIVEIRA, 1979, p. 72). A inquietação do catolicismo romanizado era afugentar os fiéis do catolicismo popular e orientá-los para a prática do catolicismo romano, com enfoque na vida sacramental. Os agentes romanizados têm o catolicismo romano como única forma legítima de cristianismo, pois para eles o Catolicismo Popular é um desvio. O catolicismo romanizado tem como meta combater o Catolicismo Popular, conforme afirma Oliveira em seu clássico ensaio *Religião e dominação de classe: o caso da “Romanização”*:

Para a burguesia agrária, como para os bispos e clérigos, a luta contra o Catolicismo Popular apresentava-se como uma luta contra a ignorância, o fanatismo, as superstições, as crenças atrasadas, as práticas imorais. O combate aparecia, portanto, como uma missão educativa a ser desempenhada pelo aparelho religioso, para elevar o nível cultural e religioso das grandes massas populares (OLIVEIRA, 1980, p.181).

Como vimos, a prioridade do processo de romanização tem o seu estatuto na medida em que elimina a produção religiosa popular. A hierarquia eclesiástica é investida de uma visão preconceituosa quando se propõe a elevar o nível cultural e religioso do povo; combate principalmente o tradicional caráter lusitano leigo do mundo devocional e junte-se a isso a desarticulação das funções dos leigos, como os beatos e rezadores. A permanência dos beatos no meio dos sertanejos se dá pelo domínio de seu universo cultural das manifestações religiosas. Eles são os principais responsáveis pela sedimentação dos comportamentos sociais da época. O fato é que quando não eram os beatos e beatas, eram os heróis desafiando os poderosos e as forças policiais. Daí que “as beatas, com seu poder até miraculoso, eram consideradas perigosas, maldizentes e intransigentes.” (DELLA CAVA, 1976, p.137). Mesmo quando os presbíteros eram desacreditados como pessoas, nunca deixaram de ser considerados os produtores mais legítimos dos serviços do sagrado. O saber religioso do leigo era, sob muitos aspectos, uma retradução ao alcance da cultura, do saber do presbítero erudito. Ouvindo e aprendendo com os padres e missionários nas cidades de romarias, o capelão, o rezador, o beato acumulava um saber doutrinário e um repertório de rituais que traziam o catolicismo romano para dentro da fazenda, da comunidade. Para Comblin, os motivos pelos quais o povo não compreende o

catolicismo da hierarquia eclesiástica acabam afastando qualquer noção de pretensa ignorância do povo ou fanatismo:

O povo não se interessa pela catequese porque não sente falta de conhecimentos religiosos. Nós achamos que eles estão precisando de catequese. Mas eles não se acham ignorantes em matéria religiosa. Ao invés, eles acham que em assuntos religiosos, sabem todas as coisas necessárias para a vida... Na realidade, o povo não é ignorante de sua religião, desse Catolicismo Popular que se transmite por tradição oral de geração em geração desde os primeiros portugueses que o trouxeram há quatro séculos. O povo não conhece o catolicismo oficial da Igreja Católica, nem se preocupa por conhecê-lo [...] O povo não é ignorante da sua religião: é ignorante da nossa (COMBLIN, 1967, p.848).

O contexto sociológico onde acontece o fenômeno religioso em torno do Pe. Cícero como conselheiro é o Juazeiro do Norte (CE) em contato com o povo romeiro, pois privado do exercício do ministério presbiteral, torna-se o “*Padim Ciço*” o Conselheiro e Romeiro por “*antonomásia*”, em que os romeiros se espelham, tornando-o como seu protetor e guia.

3 Padre Cícero como conselheiro e a memória dos ecologistas

Não resta dúvida de que o Pe. José Antônio de Maria Ibiapina (1806-1883) fixou a imagem do “Grande Conselheiro e Mediador do Povo” do Nordeste. Isto porque o catolicismo do Nordeste brasileiro foi marcado por uma linhagem de conselheiros introduzida pelo padre Ibiapina e seguida por Antônio Conselheiro, padre Cícero e, por derradeiro, frei Damiano de Bozzano (1898-1997). Por volta de 1850 padre Ibiapina já conhecido por circular pelo sertão nordestino montado no lombo de burro, formando um método missionário próprio. Quando chegava em algum lugar, tratava de observar as necessidades do povo e, com a participação de todos, construía o que era necessário.

Houve momentos em que ocorreram encontros de Pe. Ibiapina com o beato Antônio Vicente Mendes Maciel (1830-1897) e também com Pe. Cícero. Com Antônio ocorreu quando foi Juiz de Direito em Quixeramobim (CE). Ali, observou por várias vezes, o conflito entre família dos Maciéis e a dos Araújo; inclusive, Maciel chegou a acompanhar Pe. Ibiapina em missão. Fica, portanto, evidenciado que a figura do

conselheiro ou da conselheira parece ser típica do catolicismo sertanejo. O padre Ibiapina, chamado de frei Ibiapina, porque jamais poderá ser esquecido pelo trabalho missionário, humanitário, social e político, voltado para o bem e amparo da mulher sertaneja, e do homem nordestino abandonado e desprezado. Padre Cícero Romão Batista continua sua atuação, porém como conselheiro junto aos romeiros, em sua residência. Dentre seus inúmeros conselhos, destacamos alguns que fazem eco com a atualidade:

Não derrube o mato, nem mesmo um só pé de pau. Não toque fogo no roçado nem na caatinga. Não cace mais e deixe os bichos viverem. Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá, ou outra árvore qualquer, até que o sertão seja uma mata só. Não plante serra acima, nem faça roçado em ladeira; deixe o mato protegendo a terra para que a água não arraste e não se perca sua riqueza (BARRETO, 2003, p.44).

Seus conselhos não perderam a validade com a distância no tempo. No final do século XIX e início do século XX, Padre Cícero já aconselhava o povo no sentido de se preservar o meio ambiente para a sobrevivência de todos. Também em suas cartas ele aconselha os fiéis: “não vá morar em terra de senhor de engenho. Não venda suas terras. Não queiram morar em terra alheia. Compre sua terra.” (BARRETO, 2003, p.43). Seus conselhos estão presentes no substrato religioso que foram passando de geração em geração; tanto isso é verdade que alguns dos conselhos dados pelo Frei Damião já haviam sido ditos por Padre Cícero. Assim, Padre Cícero é o grande conselheiro da memória nordestina, que se envolve com todos os aspectos do cotidiano dessa sociedade, tais como métodos de higiene, noções de agricultura, conselhos matrimoniais, conciliação de conflitos familiares e de vizinhança. Um aspecto central na figura do conselheiro é o próprio aconselhamento. Fica a pergunta: por que, seguindo uma tradição ancestral, os romeiros procuram aconselhar-se com o Pe. Cícero Romão Batista? O zelo pastoral de Pe. Cícero o leva a uma ação que visava orientar, organizar e moralizar com energia e rigor não apenas a vida religiosa, mas também social do lugar. Abraça a causa e começa a se impor como pregador, conselheiro e moralizador dos costumes da época, fundando em Juazeiro do Norte as Conferências Vicentinas e o Apostolado da Oração. Dedicando-se a corrigir os vícios do povo e também os abusos morais, chegando a proibir as danças,

conseguiu que os homens parassem de bater nas mulheres e obrigou as prostitutas a confessar seus pecados.

Por isso o Frei tornou-se conselheiro dando aos sertanejos uma resposta sobrenatural aos seus problemas e aflições. Frei Damião começou suas atividades no meio do povo três anos antes da morte do Pe. Cícero, e muitas pessoas pensam, ainda hoje, que ele é o continuador do padrinho do Juazeiro do Norte. Um ponto comum dos dois é a sensibilidade para com os pobres, além do uso de uma linguagem simples. Combatendo os vícios, os jogos, resolvendo contenda de terras dos fazendeiros e outros problemas da comunidade, a função dos dois conselheiros converge.

No contexto de pobreza do Nordeste e do desalento dos seguidores e devotos, o padre Cícero aconselha aos seus conterrâneos a reclamar e reivindicar, fazendo valer seus direitos para fortalecer sua terra e sua identidade como povo. Nesse ponto diverge frontalmente Frei Damião que ignorava os movimentos sociais do Nordeste. Uma particularidade da missão de padre Cícero é que ele não viajava, os devotos é que iam até ele. Já o frade capuchinho era peregrino, andante, perambulante, viajava para realizar suas missões pelos estados nordestinos. Frei Damião foi elevado à condição de santo pelos seus devotos, ainda em vida, por sua personalidade serena, fala mansa, disciplina e pelas mortificações que fazia, como jejum e abstinência. Abdalaziz de Moura diz que “O que ele representa, realiza e aconselha, se deve à sua santidade. Se não fosse santo, um homem de Deus, não seria o que é, nem teria o significado que tem. Ele é diferente dos outros, porque é bem mais calmo que os outros, parece um santo e é só nele que eu acredito” (MOURA, 1978, p.53-54). No caso dos sertanejos nordestinos, existe um patrimônio cultural que foi ensinado pelos antigos e passado de pai para filho, por meio da oralidade.

Na linha de argumentação de Ildefonso Silveira, no resumo do Testamento do Padre Cícero de 1923 há um trecho em que ele declara que “esses conselhos que sempre dei em minha vida não me canso de repeti-los aqui para que, depois da minha morte, fiquem bem gravados na lembrança deste povo, cuja felicidade e salvação sempre foram o objeto da minha maior preocupação.” (SILVEIRA, 1976, p.234). Faleceu no dia 20 de julho de 1934, com 90 anos de idade, depois de ter recebido os últimos sacramentos. Foi um acontecimento de grande comoção popular no Nordeste brasileiro. O prestígio de Pe. Cícero como conselheiro e como santo não diminuiu em nada com o passar dos tempos,

e sua memória permanece viva no catolicismo popular sertanejo. O movimento de romeiros de Pe. Cícero atrai, a cada ano, aproximadamente dois milhões a Juazeiro do Norte (CE), embora não tenha sido canonizado pela hierarquia eclesiástica.

Conclusão

Ao encerrar este artigo, convém apontar algumas considerações a modo de conclusão. O catolicismo popular do Nordeste brasileiro que distancia da hierarquia eclesiástica e do controle do clero é deixado de lado, às margens e, inclusive, combatido.

Pode-se questionar, porém, em que medida a figura do conselheiro está presente – ainda que sob outras denominações – em outras formas regionais do catolicismo popular brasileiro. Pe. Cícero passou a maior parte da sua vida dando conselhos às pessoas que o procuravam em Juazeiro do Norte (CE). O estudo da figura do conselheiro, que tem grande significação para uma larga camada do povo nordestino, os conselhos de Padre Cícero ainda valem como referencial de vida, aparecendo em forma de provérbios e ditos. Assim os sertanejos ao longo do tempo tiveram no conselheiro um aliado que os auxiliam a explicar as calamidades, as secas, que são próprias da sua região, e a combater os homicídios, os roubos, os vícios etc. Aplica-se ao caso estudado que o mal, os horrores da seca são questões ligadas ao sobrenatural; daí que não se duvida em consultar o conselheiro.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Padre Ibiapina**: peregrino da caridade. São Paulo: Paulinas, 1996.

AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

BARBOSA, Francisco Salatiel de Alencar. **O joazeiro celeste**: tempo e paisagem na devoção ao Padre Cícero. São Paulo: Attar, 2007.

BARRETO, Francisco Murilo de Sá. **Padre Cícero**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2003.
BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A terra da mãe de Deus**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Brasília: INL, 1988.

- BOURDIEU, Pierre. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p.32. Cap.2.
- BRAGA, Antônio Mendes da Costa. **Padre Cícero**: sociologia de um padre, antropologia de um santo. Bauru/São Paulo: Edusc, 2008.
- COSTA, Gutemberg. **Profeta do Nordeste**. Natal: Clima, 1994.
- CRUZ, João Everton da. Frei Damião: a figura do conselheiro no catolicismo popular do Nordeste brasileiro. 2010. 115f. (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CERTEAU, Michel de. Cultura popular e religiosidade popular. **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 40, nov./dez. 1975.
- COMBLIN, José. **Padre Ibiapina**. São Paulo: Paulinas, 1993.
- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. 23.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1954.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Juazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. 2.ed. São Paulo: Paulus, 1989.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- HERVIEU-LÉGER, Daniele. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Trad. João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOORNAERT, Eduardo. A distinção entre “Lei” e “Religião” no Nordeste. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 29, n. 3, p.580-606, set. 1969.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro**: 1550-1800. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HOORNAERT, Eduardo. O Catolicismo Popular numa perspectiva de libertação: pressupostos. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 36, n. 141, p.189-201, mar. 1976.
- HOORNAERT, Eduardo. **Verdadeira e falsa religião no Nordeste**. Bahia: Beneditina, 1972.
- JÚNIOR, Luis Araújo. O padre Ibiapina, precursor da opção pelos pobres na Igreja do Brasil. **Revista Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, Ano 34, n° 93, p.197-222, maio/ago. 2002.

LOPES, Diana Rodrigues. **Padre-Mestre Ibiapina** e Casa de Caridade de Triumpho – PE. Santa Cruz da Baixa: Gráfica Folha do Interior, 2004.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Pe. Ibiapina: figura matricial do catolicismo rústico do Nordeste do século XIX. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 20, 1996, Caxambu.

NUVENS, Plácido Cidade. Tentativas de Caracterização da Romaria de Juazeiro do Norte. In: **SEMINÁRIO DE 150 ANOS DE PADRE CÍCERO**, 1994, Fortaleza/Juazeiro do Norte. **Anais...** Fortaleza/ Juazeiro do Norte: Editora RCV, 1994, p.25-30.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. Catolicismo Popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. n.141, p.131-143, mar. 1976.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. Religiosidade popular na América Latina. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 32, n.126, p.354-364, jun. 1972.
OLIVEIRA, Pedro de Assis Ribeiro de. Religião e Dominação de Classe: o caso da “Romanização”. **Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais**, Rio de Janeiro, 1980, p. 181.

ROLIM, Francisco. Condicionamentos sociais do Catolicismo Popular. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, v. 36, n. 141, p.142-170, mar. 1976.
SANTANA, Manoel Henrique de Melo. **Padre Cícero do Juazeiro**: condenação e exclusão eclesial à reabilitação histórica. Maceió: EDUFAL, 2009.

SOBREIRA, Padre Azarias. **O patriarca de Juazeiro**. Petrópolis: Vozes, 1969.
STEIL, Carlos Alberto. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa. Petrópolis: Vozes, 1996.

TEIXEIRA, F. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Orgs.). **Catolicismo plural**: dinâmicas contemporâneas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. P.17-30. cap. 2.

Simpósio Temático 10: Direitas, História e Memória

“Pessoal de esquerda não tem senso de humor, não é?”: o humor à direita nos contextos antidemocráticos de 1930, 1964 e 2016.

Renan Pereira⁶⁷

Resumo: Os memes e a politização do espaço cibernético, as falas pouco decorosas do presidente Bolsonaro e o partidarismo político de comediantes, como Danilo Gentili (1979-atual), evidenciam que o humor foi elemento categórico na ascensão e consolidação da nova direita no Brasil. Nas primeiras décadas do século passado, as publicações humorísticas de José Madeira de Freitas (1893-1944), integrante do alto escalão da Ação Integralista Brasileira (AIB), e, na década de 1960, as caricaturas de Hilde Weber (1913-1994) contra o presidente João Goulart e as esquerdas revelam a aparição do humor em discursos reacionários e anticomunistas em polarizações políticas também no século XX. Dessa forma, pretende-se avaliar os ideais contidos nesses humorismos e como esses discursos despontaram dentro de suas conjunturas artísticas e políticas. A compor esse quadro de comichões à direita, é possível incitar novas reflexões sobre a relação utilitária e intersubjetiva do riso com espectros políticos conservadores.

Palavras-chave: humor; conservadorismo; nova direita.

Abstract: The memes and the politicization of cyberspace, the impolite speeches of President Bolsonaro and the political partisanship of comedians, such as Danilo Gentili (1979-current), show that humor was a categorical element in the rise and consolidation of the new right in Brazil. In the first decades of the last century, the humorous publications of José Madeira de Freitas (1893-1944), a high-ranking member of the Brazilian Integralist Action (AIB), and, in the 1960s, the caricatures of Hilde Weber (1913-1994) against President João Goulart and the left reveal the appearance of humor in reactionary and anti-communist speeches in political polarizations in the 20th century. In this way, it is intended to evaluate the ideals contained in these humorisms and how these discourses emerged within their artistic and political conjunctures. To compose this

comics frame from the right wing, it is possible to incite new reflections on the utilitarian and intersubjective relationship of laughter with conservative political specters.

Keywords: humor; new right; conservatism.

No dia 4 de março de 2020, o presidente Bolsonaro levou para a sua coletiva de imprensa, na entrada do Palácio da Alvorada, o artista Márvio Lúcio, mais conhecido como Carioca. O humorista, especialista em imitações, representava Bolsonaro, personagem interpretado por ele em 2017 no programa *Pânico na Band*.⁶⁸ A divulgação do PIB do ano anterior, resultado ruim comparado às projeções, colocava a imprensa interessada nas justificativas do presidente, mas o que era pra ser uma coletiva virou uma apresentação humorística.⁶⁹ Apesar do episódio não ter paralelo na história do país, a ousadia de Bolsonaro não causou surpresa, visto que as suas respostas aos jornalistas, frequentemente, não correspondem ao decoro do cargo e envolvem agressões verbais e piadas ofensivas.⁷⁰

Em sua trajetória política que se iniciou em 1988, Bolsonaro ganhou espaço na imprensa por declarações antidemocráticas e violentas, como quando disse que “uns 30 mil corruptos”, inclusive o próprio presidente, na época, Fernando Henrique Cardoso, deveriam ter sido fuzilados na Ditadura.⁷¹ Ademais, ele ascendeu ao cenário nacional quando, no início da década de 2010, começou a participar com frequência de programas da televisão aberta de humor e auditório e, assim, angariar seguidores.⁷² O primeiro deles foi o *CQC – Custe o que custar* -, programa de quadros jornalísticos que, em sua maioria, usava de irreverência humorística para abordar a política de São Paulo e do Brasil.⁷³ Em 2020, em entrevista ao apresentador Pedro Bial na Rede Globo, a atriz e comediante Monica Iozzi considerou que o CQC, no qual era integrante, fez mal ao ter dado audiência para Bolsonaro.⁷⁴

Outro ex-integrante do CQC e ícone do humor no país, Danilo Gentili aproximou-se politicamente de Bolsonaro.⁷⁵ Defensor do humor politicamente incorreto, Gentili tem trajetória marcada por polêmicas, intrigas e processos judiciais, como quando respondeu a um homem negro no *Twitter*: “Quantas bananas você quer para deixar essa história pra lá”.⁷⁶ Danilo recebeu em seu *talk show* três vezes Jair Bolsonaro e uma vez seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL). No entanto, na vigência do atual governo, Gentili deixou de apoiar Bolsonaro e, em maio de 2021, o deputado federal Kim Kataguirí

revelou no podcast *FlowPodcast* as intenções do Movimento Brasil Livre (MBL) em tentar convencer Danilo a ser o candidato à presidência em 2022.

Em 2014, o MBL nasceu da conjunção de jovens oriundos da militância digital em prol das ideias liberais e ultra-liberais. No início de 2015, o movimento já teve grande destaque na esfera nacional porque foi, junto com o *Revoltados Online*, o primeiro grupo a mobilizar quantidade significativa de pessoas a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Em 2014, mas antes da fundação oficial do movimento, vários de seus integrantes organizaram um protesto em frente ao consulado cubano em São Paulo no qual foi utilizada uma canoa que representava a fuga do regime socialista. Também foram esses jovens que realizaram a campanha do “Raio Privatizador”, o empresário Paulo Batisti, a deputado estadual de São Paulo. Com vídeo viralizado no *Youtube*, o super herói que voava pela cidade e privatizava tudo com seu raio magnético não foi eleito, porém a campanha ganhou destaque em matéria do *New York Times* sobre como propagandas políticas zombeteiras e ultrajantes faziam sucesso no Brasil.⁷⁷

A aproximação de Bolsonaro e do MBL ao humor não é isolada quando se observa o contexto internacional. Liderado simbolicamente pelo ex-presidente dos EUA, Donald Trump, o mundo ocidental observou um vertiginoso fenômeno político de caráter conservador, religioso, populista, anticientífico e xenófobo que se alavancou para o debate nos EUA por meio de espaços alternativos da internet. Com aspecto discursivo e imagético próprio, que figurava entre o sério e o jocoso, criou-se uma arma poderosa da guerra cultural, os *memes* (NAGLE, 2017). No Brasil, o cenário foi similar, e os *memes* também foram valiosos para páginas do *Facebook*, como Liberalismo da Zoeira, Socialista de iPhone e Marx da Depressão ridicularizarem pautas identitárias, políticos de esquerda e, principalmente, o Partido dos Trabalhadores (NAKATSUI, 2019).⁷⁸ O surgimento desses ambientes digitais politizados foi responsável pela guinada das ideias e grupos da chamada nova direita brasileira.

Tendo, no início do século XXI, o Instituto Millenium e o intelectual Olavo de Carvalho como dois de seus primeiros promovedores, a nova direita brasileira pode ser definida como um engajamento através de institutos, movimentos, programas de rádio, televisão e novos espaços na internet que integraram juristas, estudantes, intelectuais, jornalistas, blogueiros, empresários, políticos, artistas etc. A alcunha de “nova” ainda é

matéria de disputa, mas se atribui devido aos novos locais de engajamento (fora de partidos) e a marca de novas lideranças (CÊPEDA, 2018). Segundo Camila Rocha, a formação da nova direita começou no segundo mandato do governo Lula e chegou ao poder numa inédita larga frente ultra-liberal-conservadora. De amplo campo ideológico, que vai de liberais radicais a reacionários monarquistas, todas essas correntes confluíram contra ao governo Dilma e o apoio incondicional ao seu processo de impeachment. Sustenta-se a ideia de nova direita, apesar das continuidades com a “antiga”, pelas seguintes características: 1) perda do medo de se afirmar como direita; 2) diagnóstico unânime sobre a hegemonia cultural da esquerda na mídia e universidades; 3) radicalismo de livre-mercado aliado a um pragmatismo conservador; 4) oposição ao modelo de Estado desenhado no pacto de 1988; 5) jovens de classe média, alguns da trabalhadora, que militam em fóruns e espaços alternativos, como as redes sociais e 6) atuação performática e disruptiva próprio de grupos *contra-públicos* da sociedade (2021: p. 4)

Em 2008, Danilo Gentili gravou matéria no evento da UNE que rememorava os 40 anos do marcante congresso de 1968. Na matéria, a maioria dos entrevistados demonstrou hostilidade e irritação diante dos comentários satíricos dele sobre a esquerda e o socialismo. Um deles chegou a usar a expressão ‘viado’ para ofendê-lo e com outro sujeito, num clima mais ameno, Gentili perguntou: “pessoal de esquerda não tem senso de humor, não é?”.⁷⁹ A pergunta torna-se emblemática, pois invoca um quadro de incompatibilidade entre a esquerda e o humor e, ao mesmo tempo, pressupõe a disponibilidade da direita ao riso. No entanto, esse riso parece ser contrário à tradição conceitual, de aporte em Mikhail Bakhtin e Humberto Eco, que via naquele arma potente contra a opressão moral e institucional conservadora.⁸⁰ Assim, compreendemos o estranhamento do historiador Claudio Figueiredo ao se referir a um criador de chistes na imprensa da primeira metade do século XX: “Se humoristas conservadores são espécimes mais do que raros, o que dizer de um humorista de extrema-direita?”.⁸¹ O sujeito em questão era José Madeira de Freitas, que se tornou popular com o pseudônimo Fradique Coutinho.

José Madeira de Freitas, ou Fradique Coutinho, iniciou sua trajetória na década de 1910 com caricaturas e textos humorísticos em revistas ilustradas cariocas e paulistas, e depois foi sucesso de vendas com o livro *História do Brasil pelo método confuso* (1920). Ao analisar Bastos Tigre, Emílio Menezes e Raul Pederneiras, o especialista em história

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

cultural do humor, Elias Thomé Saliba compôs Madeira de Freitas no quadro de dezesseis humoristas de frequente publicação na imprensa do período e destacou o texto de Coutinho *As ideias do meu cavalo* como exemplo do ceticismo desiludido de alguns autores daquela geração.⁸² Saliba ainda comparou essa visão aos arroubos em *Viagens de Gulliver* de Jonathan Swift, romance identificado como marco do humor conservador contra posições liberais (SALIBA, 2002: p. 144) (MOTTA, 2006: p. 32.).

De 2008, a tese de doutorado em Letras *Mendes Fradique e seu método confuso: sátira, boêmia e reformismo conservador* questionou a aproximação excessiva de Fradique, feita pela historiografia da década de 1980 e 1990, à literatura modernista visto que as posições de Fradique sempre foram avessas aos do movimento.⁸³ Ao longo da década de 1920, as crônicas de Fradique Coutinho no periódico *O Jornal* eram simpáticas ao autoritarismo e a Mussolini.⁸⁴ Na década de 1930, Madeira compôs o alto escalão da Ação Integralista Brasileira (AIB) e assumiu como redator chefe na principal publicação integralista, *A Offensiva*.⁸⁵ Esse momento estritamente político e militante de Madeira de Freitas foi objeto de análise de Cláudio Figueiredo na obra sobre o humorista Apparício Torelly, o Barão de Itararé. Torelly e Madeira devido ao humorismo, a formação em medicina e a militância política, um no Partido Comunista e o outro na AIB, possuíram proximidade curiosa. Em 1934, como redator chefe da principal publicação integralista, *A Offensiva*, Madeira atacou o surgimento do *Jornal do Povo* de Apparício Torelly ao dizer que, apesar de se dizer comunista, Torelly tinha muitas propriedades em Copacabana (FIGUEIREDO, 2012: p. 135-149).

Ademais os valores cristãos, o anticomunismo é um dos elementos aglutinadores entre bolsonaristas e grupos neointegralistas, como a Frente Integralista Brasileira (FIB) e a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALLE).⁸⁶ A ideia do complot internacional comunista contra instituições nacionais e valores cristãos foi sempre movedor de sentimentos e apoios a favor de rompimentos constitucionais e instauração de regimes de exceção, como foi em 1964.⁸⁷ Em 1961, depois da renúncia de Jânio Quadros à presidência setores conservadores viram com receio o país ser conduzido por João Goulart, um herdeiro da política trabalhista de Vargas e com proximidade ao sindicalismo. Com crise econômica e intensa polarização da sociedade, a tensão dominou grupos da mídia impressa e radiofônica que se uniram para criar a Rede da Democracia contra o chamado perigo vermelho (CARVALHO, 2008). Segundo Rodrigo Patto Sá

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Motta, tal polarização impulsionou a caricatura de tendência política nos grandes jornais da época, no qual os traços de Hilde Weber apareceram como os mais virulentos contra o governo Goulart e as lideranças de esquerda.⁸⁸

Hilde Weber concluiu os seus estudos na Escola de Artes Gráficas de Hamburgo e mudou-se para o Brasil para viver com seu pai. Em 1933, quando ela chegou, a revista *O Cruzeiro* publicou matéria da ilustradora e seus croquis (caricaturas). A matéria informava que a jovem era colaboradora assídua das revistas *Hamburger Fremdenblatt*, *Hamburger Anzeiger* e *Verchiedene Kinderbuch*, mas estava naquele momento em turnê pela América do Sul. Segundo a revista, Weber seria caricaturista desde jovem e dona de um traço singular e nervoso que tinha no ridículo da vida e seus flagrantes alegres os seus temas.⁸⁹ Hilde em terras brasileiras passou a atuar ao lado de Rubem Braga nos Diários Associados de Assis Chateaubriand e, depois, criou ilustrações para a *Folha de S. Paulo*, *Noite Ilustrada*, *O Cruzeiro* e *Manchete*. No jornal a *Tribuna da Imprensa*, maior opositor ao varguismo, ela destacou-se com suas caricaturas antigetulistas e, na década de 1960, se transferiu para *O Estado de São Paulo*, jornal de também viés liberal-conservador. Na década de 1970 e 1980, Hilde trabalhou na revista *Visão* do empresário Henry Maksoud, um entusiasta das ideias pró-mercado e neoliberais no país. E, no final de sua carreira, recebeu o prêmio Seção América Latina do Concurso World Newspaper e se aposentou em 1989.⁹⁰

No artigo *As charges antiperonistas de Tribuna da Imprensa (1949-1955)*, publicado em 2016, Rodolpho dos Santos explorou as charges antiperonistas de Hilde Weber na *Tribuna da Imprensa* de 1949 a 1955 que, segundo ele, acompanharam a linha editorial do jornal reafirmando a posição maniqueísta sobre Perón, no qual o via como uma ameaça à democracia brasileira. Em 2006, no livro *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* de Rodrigo Patto Sá Motta, cuja análise se direcionou ao humor desferido pelas caricaturas ao governo Goulart e setores da esquerda na imprensa periódica, os caricaturistas Adail, Biganti e Hilde Weber, alinhados ao posicionamento dos seus jornais, expressaram posição veementemente antiesquerdista, anticomunista e ajudaram a construir um quadro negativo do país que viabilizava o desejo de uma intervenção fora dos padrões institucionais. No caso de Weber, não se pode desconsiderar que ela chegou a apoiar o projeto político de Carlos Lacerda e que as suas caricaturas no *Estado de S. Paulo* se

utilizavam da bandeira anticorrupção para apoiar a cassação de deputados inimigos da “Revolução” (MOTTA, 2016).⁹¹

Na última década, a bandeira anticorrupção voltou a tremular com força no cenário político nacional e foi arma muito bem manejada por setores pró-mercado e da nova direita a fim de arrefecer um sentimento antiesquerdista, antipartidário e antiestadismo na sociedade. No humor, as piadas sobre “o país da piada pronta” movido por malandros e corruptos existiam muito antes do antipetismo ou da nova direita, como foram as piadas surgidas a partir da “desilusão republicana” no início do século XX.⁹² Contudo, o riso produzido no século XXI, principalmente, pelos *memes* e a comédia *stand-up*, articularam de outra forma a desilusão com a política e suas instituições.

Em outubro de 2011, saiu reportagem não assinada no jornal britânico *The Guardian* sobre o *boom* do *stand-up comedy* no Brasil. O título, a saber, era: “Brazil’s stand-up comics lead revolution against powerful elites”. Segundo a reportagem, a popularidade da nova geração de comediantes dava-se pelo fato do alargamento dos limites da crítica num país de passado autoritário e de forte influência dos poderosos. Além disso, destacava-se a pluralidade do movimento pela razão de estar acontecendo em diferentes capitais e ter comediantes negros e de origem humilde, como Robson Nunes e Danilo Gentili. Com a sua foto na matéria, Gentili recebeu centralidade no texto e foi apresentado como controverso, audacioso, crítico dos políticos e protagonista do gênero no país.⁹³ No Brasil, a reportagem repercutiu em vários veículos nacionais e a revista *Veja* publicou o artigo: “Piada? Jornal britânico vê revolução social em humor politicamente incorreto no Brasil”.⁹⁴ Apesar do *The Guardian* não ter feito menção ao politicamente incorreto, o título refletia o posicionamento da revista acerca do debate nacional em voga.⁹⁵

Em 2015, na tese de doutorado em psicologia *O discurso do humor politicamente incorreto no mundo contemporâneo* Mateus Gruda recompôs o nascimento do termo e a disputa política em torno dele. O autor definiu o politicamente correto como a tentativa de normatização na esfera pública do respeito ao multiculturalismo e às denominadas minorias. Na contramão disso, o discurso conservador acusa-o de ineficácia e censura à liberdade de expressão.⁹⁶ Aprofundando-se nas argumentações, o autor criticou a ineficácia do discurso politicamente correto quando esse focalizou exageradamente na homogeneização de termos em detrimento da compreensão histórica geradora de

desigualdades.⁹⁷ No entanto, isso não justificaria a fala conservadora que inverte o binômio opressor-oprimido e responsabiliza o chamado patrulhamento do politicamente correto pelo desmoronamento do mundo criativo. Para Gruda, isso faz parte da narrativa cínica contemporânea (2014: p. 152)

Em 2014, Maria da Conceição Francisca Pires examinou os elementos ideológicos constituintes do humor gráfico brasileiro das últimas décadas. Segundo Pires, o traço político do cartunista Henfil, na década de 1970, interpelou dogmatismos que insinuavam a inexistência de ética no projeto cristão e militar em curso no país. Sobretudo nos anos 80, a linha *underground* de Angeli definiu-se pela recusa do engajamento da arte, no qual as personagens não defendiam nenhum tipo de projeto social ou ideológico, mas expressavam dúvidas acerca de todos os valores que constituíam o mundo moderno ocidental.⁹⁸ Por último, analisou-se os cartuns do Dr. Pepper publicados na internet a partir de 2008, e definiu-os como uma forma de expressão de valores conservadores e arcaicos emergentes. Ao valer-se da autoironia, esse humor interroga valores fundamentais como se fosse continuação extremada da linha de Angeli, porém esse questionamento não se completa e a lógica do riso reproduz as relações atuais de poder aos moldes de uma racionalidade cínica.⁹⁹ Da mesma maneira, em 2016, Eduardo Silveira de Menezes e Aracy Ernst defenderam que o discurso de Danilo Gentili no show *Politicamente Incorreto* fantasiava-se de crítico e antissistêmico para validar ideais patriarcais e etnocêntricas. Como se percebe, todas essas análises mencionadas sobre o humor politicamente incorreto não deixaram de classificá-lo como integrante do discurso cínico contemporâneo.¹⁰⁰

Segundo Safatle, a racionalidade cínica contemporânea é uma posição discursiva em sociedades em crise de legitimação. A ideia seria amortizar o caos com um discurso condenatório numa lógica do “quanto pior, melhor” (2008: p. 14). Segundo Peter Sloterdijk, em *Crítica da razão cínica*, a ideologia hegemônica já saberia de sua distância da realidade e por isso deixou de se constranger pelo fato de usar máscaras, por isso é cínica (1988 Apud ZIZEK, 1996: p. 312). Nessa lógica, o discurso politicamente incorreto de Danilo Gentilli, por exemplo, não camuflaria os interesses particulares que existem por detrás da ideologia, apesar disso, prefere ainda defendê-la e conservar as máscaras. Segundo Zizek, o riso na modernidade tardia não seria, como aparece em *O nome da rosa*,

libertário e antitotalitário. Nas sociedades contemporâneas, o distanciamento cínico, o riso e a ironia já seriam parte do jogo (1996: p. 311).

Em junho de 2009, Gentili realizou reportagem pelo programa *CQC* sobre a greve dos estudantes e funcionários na USP. Colocando-se como espécie de mediador, o repórter abordou estudantes a favor e contra a greve, porém a edição da matéria notadamente privilegiou àqueles que se manifestavam contra a paralisação das atividades na universidade. Junto de um estudante, Danilo o perguntou se achava que os grevistas eram massa de manobra de partidos e o jovem concordou. Em seguida, ele perguntou se o entrevistado não achava que depois de formado ele não seria igual aos grevistas, visto que se transformaria em massa de manobra de sistemas capitalistas de grandes multinacionais. Rindo, o garoto respondeu: “Pelo menos eu vou estar ganhando dinheiro, esses caras nem isso. Então, está valendo”. Depois de agradecer o rapaz, Danilo começou a gritar como se estivesse numa manifestação: “Dinheiro! Dinheiro! Dinheiro...”.¹⁰¹

Segundo a filósofa lacaniana Alenka Zupančič, o mundo contingente criado é por si só *nonsense* e pode ter seus paradoxos explorados por um outsider jocoso. As piadas, então, são capazes de nos dar mais consciência da nossa instável construção de mundo. Elas articulam e expressam a dimensão precária e incerta das coisas.¹⁰² A resposta, digamos, acachapante (“lacradora”) do entrevistado e a ironia final de Gentili é certo que exibiram esses paradoxos da realidade que fala Zupančič. Porém, a demagogia revelada parece não ser digna de mudar ou afetar o posicionamento deles, mas só os fazem reafirmá-los de maneira cínica. Quando eles revelam suas máscaras, mas não as negam, eles criam uma moral, como disse Zizek, a serviço da imoralidade (1996: p. 313).

Os casos de José Madeira de Freitas, Hilde Weber e Danilo Gentili nos permitem historicizar essa problemática do riso que, segundo Angela Nagle, assumiu na *alt-right* estadunidense uma estética de contracultura, transgressão e não conformidade ao estilo do “é proibido proibir” de 1968. Assim, a pesquisa que se inicia compartilha da visão que, nas palavras de Rodrigo Sá Motta, a sensibilidade conservadora para rir e deslegitimar seus adversários ainda não recebeu devida atenção (MOTTA, 2006: p. 32). Acredita-se que a análise minuciosa dessas conjunturas elucidará aspectos performáticos do campo político neoliberal e conservador e suas interações com a sociedade e os eleitores.

Referências

CARNEIRO, Cleverson Ribas. *Mendes Fradique e seu método confuso: sátira, boemia e reformismo conservador*. Tese (Doutorado em Letras) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CÊPEDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 75-122, mai.-ago. 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia – O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

EAGLETON, Terry. *Humor: o papel fundamental do riso na cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FIGUEIREDO, Cláudio. *Entre sem bater: a vida de Apparício Torelly, o Barão de Itararé*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

GALLEGO, Esther Solano (org.) *O ódio como política [recurso eletrônico]: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira e NETO, Odilon Caldeira [recurso eletrônico]. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV editora 2020.

GRUDA, M. P. P. O controverso discurso do politicamente correto: algumas considerações e desdobramentos. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, 1(2), p. 148-163, 2014.

HORTA, Natália Botelho. *O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LEMONS, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura 1840/2001*. Rio de Janeiro: Bom Texto e Letras e Expressões, 2002.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

LUSTOSA, Isabel. (org.) *Imprensa, Humor e caricatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (orgs.) *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Brasil pelo método confuso – humor e boemia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

MENZES, Eduardo Silveira ERNST, Aracy. Cinismo e humor: uma análise do discurso político praticado pelo *stand-up* comedy no Brasil. *SocioPoética*, v 1, n. 17, p.4-21, jun- dez , 2016.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

_____. Os expurgos de 1964 e o discurso anticorrupção na caricatura da grande imprensa. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 09 - 39. maio/ago. 2016.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Rio de Janeiro: Eduff, 2020.

NAGLE, Angela. *Kill all normies: online culture warm from 4Chan And tumblr to Trump and the Alt-Right*. Washington: Zero Books, 2017.

NAKATSUI, Rafael. *Tensões entre a “zoeira” e o “politicamente correto”: entrelaçamentos entre estética e política na cultura digital jovem*. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Derrisão e ironia cínica no humor contemporâneo: os limites entre o politicamente incorreto e o incorretamente político. *História (São Paulo)*, v.33, n.2, p. 470-488, jul./dez. 2014.

ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: todavia, 2021.

ROSA, Alex; VECHI, Fernando. O cinismo segundo Foucault, Sloterdijk e Safatle. *Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte: v. 5, n. 2, e20979

RUGGI, L. et al. Gênero e humor nas redes sociais: a campanha contra Dilma Rousseff no Brasil. *Opinião pública*, Campinas, vol. 24, nº 3, set.-dez., 2018.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e a falência da crítica*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. *A comédia urbana de Daumier a Porto – Alegre*. São Paulo: Museu de Arte Brasileira - Fundação Armando Álvares Penteado, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. História cultural do humor: balanço provisório e perspectivas de pesquisas. *História (São Paulo)*, n.176, a01017, 2017, p. 16-17. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.127332>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, R. G. Cardoso dos. As charges antiperonistas de *Tribuna da Imprensa* (1949-1955). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 18, p. 215 - 248. mai/ago. 2016

SLOTERDIJK, P. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VALE, Rony Petterson do. *O discurso humorístico: um percurso de análise pela linguagem do riso*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In *Um Mapa da Ideologia*. São Paulo: Contraponto, 1996.

ZUPANCIC, Alenka. *The Odd One In: On Comedy*. Cambridge: The MIT Press, 2008.

**Antiliberalismos em português: mitos e mitologias políticas na
formação das culturas políticas das direitas radicais entre Brasil e
Portugal no período entreguerras através das obras de António
Sardinha (1887 – 1925) e Plínio Salgado (1895-1975)**

Pedro I. D. Tanagino¹⁰³

Resumo: Esta pesquisa, que se desenvolve na interface entre os campos da História Política e História Intelectual, aborda o processo de formação das culturas políticas das direitas radicais entre Brasil e Portugal nas décadas de 1920 e 1930, através de suas mitologias políticas, objeto de análise deste trabalho. É analisado os ideários políticos antiliberais no Integralismo Lusitano, através do pensamento de António Sardinha (1887 – 1925), seu fundador e principal ideólogo, e através do pensamento de Plínio Salgado (1895-1975), fundador e principal ideólogo do Integralismo Brasileiro, com enfoque sobre a crítica de Sardinha sobre o regime republicano liberal instalado em Portugal em 1910, e sobre a crítica de Salgado ao liberalismo oligárquico instalado com a República de 1889.

Palavras-chave: Antiliberalismo. Integralismos. Mitologias Políticas. António Sardinha. Plínio Salgado.

***Abstract:** This research, which is developed at the interface between the fields of Political History and Intellectual History, addresses the process of formation of political cultures of radical right between Brazil and Portugal in the 1920s and 1930s, through their political mythologies, object of analysis of this Work. It analyzes the antiliberal political ideas in Lusitano Integralism, through the thought of António Sardinha (1887 – 1925), its founder and main ideologist, and through the thought of Plínio Salgado (1895-1975), founder and main ideologist of Brazilian Integralism, with focus on Sardinha's criticism of the liberal republican regime installed in Portugal in 1910, and on Salgado's criticism of the oligarchic liberalism installed with the Republic of 1889.*

Keywords: *Anti-liberalism. Integralisms. Political Mythologies. Antonio Sardinha. Plinio Salgado.*

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Neste trabalho, nosso objetivo é demonstrar que a tese defendida pelo historiador israelense Zeev Sternhell (1998), de que a formação das ideologias fascistas no período histórico entre as duas Guerras Mundiais foi necessariamente precedida por movimentos de “rebelião cultural” antidemocrática contra as heranças do Iluminismo e da revolução Francesa do século XVIII e do cientificismo do século XIX, também se aplica no caso das culturas políticas das direitas radicais luso-brasileiras nos anos que antecedem o surgimento dos fascismos em ambos os países nos anos 1930. Essa rebelião cultural ajudou a consolidar nos dois países uma visão da modernidade embasada pela tradição do idealismo romântico e do conservadorismo católico, apostando no poder dos mitos políticos para buscar superar o racionalismo até então em voga no campo intelectual.

Nas palavras do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 26-27), determinadas culturas políticas, cujas tradições tenham ganhado solidez com o passar do tempo (como no caso do republicanismo, comunismo, fascismo, integralismo, etc.) tendem a abranger indivíduos de classes sociais diversas, acentuando a ideia de pluralidade, não apenas entre os grupos em disputa, mas no próprio interior dos grupos. Por outro lado, segundo Motta, o conceito de ideologia pode ser tomado de empréstimo ao pensamento marxista, se for considerado como “um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impele à luta pela conquista do poder”. Admitimos, assim como o autor, que a noção de culturas políticas extrapola a ideologia, ao movimentar sentimentos, valores, representações, afetividades e formas de sociabilidade tradicionais. Nessa visão proposta pelo historiador, a força da noção de culturas políticas se encontra na percepção de que parte das pessoas adere menos pela concordância com as ideias e mais por identificar-se com os valores e as tradições representadas pelo grupo.

De acordo com Daniel Cefaï (2001), as investigações guiadas pela noção de culturas políticas buscam compreender as lógicas de ação e situação dos atores; as estruturas de temporalidade, de interação e de pertinência que enquadram as culturas políticas; a constituição dos universos políticos; os usos pragmáticos e estratégicos das culturas políticas; as gramáticas da autoridade e do consentimento que formam o eixo da ideia de cidadania; os repertórios de identificação, narração e argumentação, ações, de símbolos e rituais utilizados na mobilização de grupos e instituições, que são veículos de criação e

difusão das culturas políticas. Sardinha e Salgado estiveram entre os principais ideólogos dos movimentos do integralismo lusitano e do integralismo brasileiro, respectivamente, que compartilharam ideologias e culturas políticas através de contatos diretos e indiretos, intensificados no cenário da internacionalização do fascismo nos anos 1920 e 1930.

O período histórico entre as duas guerras mundiais é caracterizado pela ascensão de regimes ditatoriais de direita e extrema-direita que trouxeram a reboque uma série de transformações constitucionais, legislativas, judiciais, econômicas etc., no sentido de pôr em prática um conjunto de teorias e proposições elaboradas nas décadas anteriores e então em voga, no campo do pensamento político do nacionalismo corporativista. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, o corporativismo foi reabilitado pela doutrina social da Igreja católica com a publicação da encíclica papal *De rerum novarum* (1891), do papa Leão XIII, ganhando espaço nos diversos pensamentos políticos que procuravam uma *terza via* alternativa ao liberalismo democrático e ao socialismo (SILVA, 2003, p. 130-131). Desse modo, o historiador português António Costa Pinto (2014, p. 19) nos lembra que o corporativismo se tornou um dos instrumentos políticos mais duráveis das ditaduras do século XX.

O cientista político Philippe Schmitter apresenta uma das mais correntes definições do conceito de “corporativismo”, que pode ser descrito como um sistema de representação de interesses cujas unidades constitutivas do mundo da produção são organizadas dentro de um número limitado de categorias com caráter singular; compulsório; não-competitivo; hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas; reconhecidas ou permitidas (quando não criadas) pelo Estado, garantido um deliberado monopólio da representação dentro de suas respectivas categorias, em troca de certa margem de controle do Estado na seleção de líderes e na articulação entre demandas e apoios (SCHMITTER, 1974, p. 93-94).

Do ponto de vista conceitual, António Costa Pinto (2014: 21) amplia as reflexões de Schmitter, nos sugerindo a clivagem metodológica entre dois tipos diferentes de corporativismo, sendo eles o “*corporativismo político*” e o “*corporativismo social*”, ao lado dos quais Álvaro Garrido (2016: 25-26) aduz um conceito, ainda em formulação, de “*corporativismo econômico*”. No entanto, o que é subjacente a estes três matizes dados ao conceito de corporativismo pelas ciências sociais, a partir de uma investigação das

linguagens e conceitos básicos empregados pelos doutrinadores do corporativismo no Entreguerras, é a visão “organicista” da sociedade como base desse pensamento, a qual fundamentou a ideologia e a gramática dos diversos projetos corporativistas do período, ancorados no campo do “estatismo-orgânico” (STEPAN, 1976).

Deste modo, pretendemos contribuir com as pesquisas acerca do pensamento político e da ação e produção intelectual dos dois escritores na internacionalização de um ideário autoritário, nacionalista e corporativista no mundo ibero-americano, em cotejo com a crescente bibliografia de referência sobre o tema. Esperamos colaborar para o esforço coletivo e contínuo, desempenhado pelos historiadores e historiadoras do tema, analisando as fontes linguísticas do contexto histórico da Primeira República brasileira.

De acordo com o historiador brasileiro Leandro Pereira Gonçalves, os integralismos lusitano e brasileiro realmente não possuem o mesmo significado histórico, nem constituíram movimentos similares de um modo global. Todavia, afirma ser visível que o movimento lusitano ofereceu precedência ao integralismo brasileiro, através da intensa circulação no Brasil do período de ideias e conceitos formulados no âmbito do conservadorismo português. (GONÇALVES, 2016, p. 260).

Para compor a nossa leitura das representações contidas nas mitologias políticas exploradas pelos autores analisados, aliamos a análise neokantiana de Ernst Cassirer (1992, 2003) sobre a relação histórica entre linguagem e mito no pensamento político sobre o Estado nacional moderno à caracterização dos quatro principais tipos mitológicos contemporâneos identificados por Raoul Girardet (1987): o “mito do Salvador”, o “mito da Conspiração”, o “mito da Unidade” e o “mito da Idade de Ouro”. As fontes utilizadas são os livros *Na Feira dos Mitos* (1942), de António Sardinha e *Despertemos a Nação!* (1955) de Plínio Salgado.

O Integralismo Lusitano teve início em Portugal nos anos 1910. Conforme Sardinha (1942, p. XIII), um movimento que se caracterizava como uma “Contrarrevolução intelectual” que possui dois princípios: catolicismo e realeza. Pode ser considerado outra grande expressão dos “nacionalismos integrais”, que passam a se multiplicar na Europa e na América Latina após a fundação da *Action Française*, movimento nacionalista da direita radical francesa, fundado e liderado pelo intelectual Charles Maurras¹⁰⁴, em 1899.

A Ação Francesa, inaugurada em 1899, foi o movimento nacionalista de maior destaque até a Primeira Guerra Mundial. Sob a liderança de Charles Maurras, esse movimento defendia um nacionalismo doutrinário conservador e monarquista, que Maurras chamou de “nacionalismo integral”. Sua propaganda, divulgada na *Revista da Ação Francesa*, atacava judeus, maçons e o governo parlamentar, ia contra o *laissez-faire* e contra a abolição dos privilégios dos estamentos, e defendia a sociedade como produto da natureza, o governo monárquico controlado pelas famílias principais responsáveis pelo bem público, o controle da Igreja na educação, e a harmonia entre as classes por meio de uma “justiça social como forma de preservar a França das ideologias internacionalistas”. (OLIVEIRA, 1990, p. 59).

Sem embargo, podemos dizer que a síntese ideológica do fascismo italiano dos anos 1920, e os demais movimentos que ele influenciou, surgiu na França, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. O “nacionalismo socialista” de Maurice Barrès, o “nacionalismo integral” de Charles Maurras, e o “sindicalismo revolucionário” de Georges Valois seriam expressões das influências intelectuais autoritárias francesas no fascismo italiano. Desta forma, grande parte do que se tornou o programa fascista já estava presente no meio cultural europeu no começo do século XX, mas deve ser reconhecido como parte de um novo tipo de formação política que surgiu entre 1914 e 1918: o partido revolucionário militarizado. (PINTO, 2009, p. 215-218). No cerne do pensamento desses autores, estava a negação do individualismo igualitário e da herança intelectual iluminista, afirmando os princípios aristocráticos da raça e do “determinismo biológico”, perspectiva teórica que alavancou o antissemitismo na França (OLIVEIRA, 1990, p. 55-56).

Os integralistas lusitanos se formaram em torno da revista *Nação Portuguesa* e do jornal *A Monarquia*, periódicos em que escreviam expoentes desse movimento monarquista, como António Sardinha, Francisco Rolão Preto, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo e Alberto de Monsaraz. Os integralistas lusitanos deixaram a simples produção intelectual universitária para dar início à uma ação política militante contra a República fundada em 1910 e a sua Constituição liberal. Objetivavam a restauração, ou antes, a refundação da monarquia em moldes corporativistas antiliberais, descentralizada e tradicionalista, apresentando nos anos 1920 um discurso anticomunista ao lado de sua tradição antiliberal.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

António Maria de Souza Sardinha (Monforte, Portugal, 1887 – 1925, Elvas, Portugal), foi principal ideólogo do integralismo lusitano (1910-1922) e maior referência intelectual do fascismo nacional-sindicalista português nos anos 1930, fundado por Rolão Preto. António Sardinha iniciou sua trajetória intelectual quando era estudante em Coimbra. Sardinha chegou a ser eleito deputado pela minoria monarquista no governo de Sidónio Pais (1917-1918), mas veio a aderir aos opositores do regime republicano recém instalado, participou da tentativa malograda de golpe e restauração monárquica em 1919, sendo logo após exilado, passando por Espanha, França e Bélgica.

Sardinha (1942) escolheu como epígrafe de seu livro *Na feira dos mitos*, uma frase do escritor católico francês Jacques Maritain (1882-1973): “*Ce que j’appelle ici antimoderne, aurait pu tout aussi bien être appelé ultramoderne*”¹⁰⁵ (SARDINHA, 1942, p. 5). A escolha por essa frase é um forte indicativo do caráter de rebelião cultural que Sardinha atribuía ao movimento integralista, à sua geração intelectual e a si próprio.

O discurso de Sardinha sobre sua geração a colocava na posição de vítima das ideias liberais em circulação em Portugal desde o século XIX. A Proclamação da República portuguesa em 1910 seria a face mais atual e trágica de uma transformação vista como deletéria para a sociedade portuguesa, em curso há quase um século. Diz o autor: “Achamo-nos vítimas de erros que não cometemos. Por isso, se nesta hora amarga só existimos para o cumprimento dos nossos deveres, há um direito de que não abdicamos, - o direito supremo de acusar!”. (SARDINHA, 1942, p. 3). Assim, o autor também imputava um ideal de missão aos intelectuais de sua geração.

A República e a Constituição liberal eram apontadas como os inimigos prioritários do Integralismo Lusitano, e a sua campanha de rebelião intelectual não deveria ficar restrita ao campo das ideias e de uma lenta transformação da cultura. Sardinha pugnava por um movimento que deveria fazer o uso da violência como parte de seu método. O liberalismo seria a raiz dos problemas portugueses de sua época, expresso, por exemplo, em trechos em que escreve “Múltiplas, e de exame complexo, se nos apresentam as causas da decadência do nosso país. Entre tantas avulta, como agravamento de todas elas, a implantação do regime dito ‘liberal’. O Constitucionalismo é criminoso de lesa-pátria!”. (SARDINHA, 1942, p. 4).

O discurso antiliberal de Sardinha trazia em si elementos claros do que podemos considerar em suas próprias palavras como um discurso de ódio. Nas palavras do autor “Um ódio santo nos deve ligar: o ódio contra a mentira liberalista”. (SARDINHA, 1942, p. 6).

No disperso indiferentismo da nossa época um grande sonho nos irmana, - sonho em que parecem renascer as energias ancestrais da Raça. De certo modo, não somos nós, na nossa precária forma individual, quem se alinha debaixo do pelicano simbólico da Grei, contra as investidas crescentes dos inimigos de dentro e de fora. Não! À sombra duma doutrina de salvação nacional, não é neste momento a mocidade portuguesa que enfileira unicamente. São os nossos Mortos, - são as virtudes de sempre, as virtudes rurais e guerreiras dum povo, já imortalizado na história do mundo como um dos pioneiros mais nobres da civilização. (SARDINHA, 1942, p. 5).

Como o próprio autor escreveu na obra, uma posição no campo do conservadorismo, naquela época, não lhe parecia suficiente para expressar o ideário político e a visão cultural dos integralistas lusitanos. A figura do rei é colocada como a de um salvador da pátria portuguesa.

Não somos *conservadores*, - palavra amolecida que nada exprime. Somos antes *renovadores*, - na definição claríssima do grande marquês de La Tour du Pin. Como *renovadores*, a nossa doutrina é uma doutrina de *violência*, realizando na *ação* o *pensamento* que a inspira. Vive conosco o militante de todos os apostolados. Em apostolado da Pátria, batemo-nos pela Igreja, que é a sua única força moral, e damos ao Rei o fogo desinteressado da nossa dedicação, - ao Rei, que é a melhor garantia do nosso futuro e a segurança mais firme da nossa vitalidade! (SARDINHA, 1942, p. 6).

Ao falar sobre a opção pela monarquia em Portugal, Sardinha aponta que, para os integralistas, a figura do monarca seria um elemento importante para a constituição de um regime organicista. Segundo o autor, “Nós não somos patriotas por sermos monárquicos. Somos antes monárquicos por sermos patriotas. Pondo a nacionalidade como razão e fim de nós próprios, concluímos a necessidade do Rei como elemento orgânico do seu prestígio e da sua existência”. (SARDINHA, 1942, p. 3).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Os integralistas lusitanos reunidos em torno da revista *Política* fundada em 1929 mantiveram contato e exerceram influência sobre o movimento brasileiro Ação Imperial Patrianovista. O patrianovismo foi um movimento criado no contexto da reação católica na década de 1920 no Brasil, uma reação pela qual Portugal já passava há uma década. No Brasil, esse contexto foi marcado pela criação do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, liderados pelo conservadorismo radical e nacionalista de Jackson de Figueiredo (SIMÕES, 2005). Tanto o integralismo lusitano quanto o patrianovismo representavam uma tentativa de mobilização do laicato católico em torno do ideário de uma monarquia orgânica e corporativista, que os patrianovistas chamavam também de “Estado Integral”. A Ação Imperial Patrianovista foi um dos principais grupos mobilizados na fundação da Ação Integralista Brasileira em 1932, sendo absorvido por esta em parte (TRINDADE, 1979, p. 108-115). O objetivo dessa reação católica e monarquista nos dois países era aumentar sua influência em áreas da educação, da cultura e, indiretamente, da política (CAZETTA, 2018, p. 46).

No início dos anos 1930, Plínio Salgado (São Bento do Sapucaí, Brasil, 1895 – São Paulo, Brasil, 1975) já era um jornalista, escritor e político conhecido no Brasil, quando se tornou o fundador e chefe nacional da Ação Integralista Brasileira em 1932. O Integralismo Brasileiro foi um movimento de massas que teve papel determinante na crise política dos anos 1930 até a outorga da Constituição de 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas iniciou a ditadura do Estado Novo, extinguindo a AIB junto com os outros partidos. Surgido como um movimento cultural fundado por intelectuais como Plínio Salgado (GONÇALVES, 2017), Gustavo Barroso (RAGO FILHO, 1989) e Miguel Reale (TANAGINO, 2018), como o integralismo lusitano, a Ação Integralista Brasileira se tornou rapidamente um movimento de massas e partido político, com núcleos em todos os estados do país.

Foi nas hostes do Partido Republicano Paulista (PRP), eleito deputado estadual em 1927, que Salgado alcançou maior notoriedade na arena política paulista, recebendo o beneplácito do perrepeista que foi um dos maiores financiadores de sua futura campanha integralista, o banqueiro Alfredo Egydio de Souza Aranha. Lançou nesta época o livro *Literatura e Política* (1927), fruto da reflexão sobre suas experiências no movimento modernista e no PRP. Ainda em 1926, Salgado pronunciou uma conferência no salão do jornal *Correio Paulistano*, intitulada *A Anta e o Curupira*, que mais tarde foi publicada

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

no livro *Despertemos a Nação!*. Nesta conferência, o autor apresentou uma de suas primeiras análises do momento vivido pelo movimento cultural e de ação política chamado de *verdeamarelismo*.

Salgado, ao perceber os intelectuais de sua geração como parte do movimento transnacional de “rebeldia intelectual e cultural” que circulava a nível transnacional no campo das direitas radicais entre a Europa e a América Latina, afirmava ter sido a Semana de Arte Moderna de 1922 o estopim para a formação de um nacionalismo mais radical no Brasil. O autor diz: “A revolução literária e artística de 1922-1923 teve o mérito de acender um chamejante espírito de rebeldia, com o qual iniciávamos a derrubada dos velhos cultores da forma, quebrando o ritmo do processo de estilo, e nos encorajávamos no sentido de quebrar também o ritmo político do país”. (SALGADO, 1955, p. 11).

O seguinte fragmento do manifesto da “Revolução da Anta”, publicado em vários jornais de São Paulo, Porto Alegre e Curitiba em 1927, explicita a nova tendência política que se tornou uma característica de Plínio Salgado na década de 1930: “A nossa geração precisa convencer-se de que será uma sacrificada. Não realizará o definitivo. Não verá o advento do Poeta, do Chefe, do Iniciado. Sem se criar a consciência da Nacionalidade, é impossível lançar o Novo Pensamento” (SALGADO, 1955, p. 14).

A democracia, senso intermédio de liberdades, é um fruto do Romantismo sequioso de liberdades integrais. Hoje, que a política universal desloca o seu eixo da ideologia romântica para a realidade econômica, estamos, mais do que nunca, ameaçados do predomínio material absoluto; e a Europa, que nos tem governado até agora, pela forma dissimulada de sua filosofia e pela ditadura de seus financistas, certamente quererá impor-nos uma nova era medieval. (SALGADO, 1955, p. 62).

Inspirado na doutrina social da igreja e em movimentos da direita radical, como a *Action Française* e, mais tarde, o fascismo, o discurso de Plínio Salgado nos anos 1920 já defendia a criação de um Estado forte e interventor na economia e no arbítrio das relações entre trabalho e capital, com uma economia planejada e subordinada aos interesses desenvolvimentistas do Estado, alçado ao papel de principal agente da modernização nacional.

Porém, o ataque à filosofia liberal e à herança do Iluminismo se faz presente, em Despertemos a nação! Na forma de um ataque ao regionalismo, em favor do misticismo e do paradigma linguístico e mítico (CASSIRER, 1992).

Eu quis frisar muito este ponto, não para condenar o louvável e belo esforço dos que estão trabalhando com os materiais da nossa língua brasileira: mas para dizer que a inteligência, especulativa e criadora, sem a colaboração íntima do sentimento, nunca fará obra de Arte. Por isso, ao mesmo tempo que devemos lançar mão dos elementos verbais de que dispomos, devemos integranos no sentimento que determinou a existência de tais elementos verbais. (SALGADO, 1955, p. 47).

Assim, esse Estado forte seria centralizador e hierárquico, nacionalista, autoritário e corporativista. Sua cultura política era republicana, permeada por diferentes espectros políticos que iam do conservadorismo católico ao jacobinismo florianista. Apresentava esse caldo de cultura que acreditava unir os pensamentos de autores como Maurras e Sardinha aos seus, como uma reação “espiritualista” à epistemologia materialista, especialmente contra o marxismo, mas colocava-se também como anticapitalista, antiliberal e, nos anos 1930, radicalmente anticomunista. Mas nos anos 1920, seus principais adversários políticos e alvos de sua crítica eram as oligarquias liberais que governavam a Primeira República e os setores considerados retrógrados do PRP (GONÇALVES, 2016, p. 265-275).

Considerações finais

Com o objetivo maior de contribuir com a teoria da história e a história da historiografia no Brasil e em Portugal, essa pesquisa apresentou as possibilidades e limites de uma abordagem comparativa constituída a nível transnacional das obras de dois intelectuais lusófonos dos anos 1920, situados no campo da direita radical nacionalista, conservadora, autoritária e católica em circulação no universo intelectual e político luso-brasileiro do período Entreguerras. Ambos estiveram entre os intelectuais mais lidos e respeitados no campo das direitas radicais e do conservadorismo nos dois países, Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

tornando-se, ambas as obras, bibliografias de referência para os movimentos fascistas que nasceram nos dois países na década de 1930, o Nacional-Sindicalismo Português e a Ação Integralista Brasileira.

Os integralismos lusitano e brasileiro foram analisados em obras produzidas no contexto de instabilidade e transformação dos regimes republicanos no Brasil e em Portugal, por dois autores que formaram grupos de pressão propositores de uma *terza via* antidemocrática ao liberalismo e ao socialismo. Nosso objetivo foi buscar compreender como a “rebelião cultural” que caracteriza as direitas radicais do período entre o final do século XIX e início do século contribuiu para a criação de culturas políticas antidemocráticas em ambos os países. Assim, foi abordada a produção intelectual de ambos os escritores enquanto processos multiautorais desenvolvidos nas redes que se inseriram, como as universidades, a imprensa, os partidos e movimentos políticos.

Referências

CASSIRER, Ernst. **Linguagem e Mito**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASSIRER, Ernst. **O Mito do Estado**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Códex. 2003.

CAZETTA, Felipe. Pátria-Nova e Integralismo Lusitano: propostas autoritárias em contato por meio de revistas luso-brasileiras, **Tempo**, V. 24, n. 1, jan-fev 2018.

CEFÄI, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Leandro Pereira. O integralismo de Plínio Salgado e a busca de uma proposta corporativista para o Brasil. In: PINTO, António Costa; MARTINHO,

Francisco Carlos (Orgs.). **A Vaga Corporativa**: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016, pp. 255-284.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

MARITAIN, Jacques. **Antimoderne**. Paris: Éditions de la Revue des Jeunes, 1922.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____. (org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A Questão Nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PINTO, António Costa. “Fascism: a ‘revolutionary right’ in interwar Europe”. In: ATKIN, Nicholas; BIDDISS, Michael. **Themes in modern European history, 1890-1945**. Nova York: Routledge, 2009.

PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis**: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: EDUPE, 2016.

RAGO FILHO, Antônio. **A crítica romântica à miséria brasileira**: o integralismo de Gustavo Barroso. Dissertação de Mestrado (História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989.

SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação!** São Paulo: Editora das Américas, 1955. (Col. Obras Completas, v. 10).

SARDINHA, António. **Na Feira dos Mitos**: idéias e factos. 2 ed. Lisboa: Edições Gama, 1942.

SCHMITTER, Philippe C. Still the century of corporatism? **Review of Politics**, 36 (1), p. 85-131, 1974.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os fascismos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (orgs.). **O século XX: o tempo das certezas, da formação do capitalismo à primeira grande guerra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1.

SIMÕES, Renata Duarte. **Integralismo e Ação Católica**: sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima. Dissertação de mestrado (Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

STEPAN, Alfred. **Estado, Corporativismo e Autoritarismo**. Trad. Marina L. T. V. de Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHERI, Maia (Orgs.). **El nacimiento de la ideología fascista**. Madrid: SigloVintiuno de España Editores, 1998.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A Síntese Integral**: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). Tese de Doutorado (História), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TRINDADE, Hélgio, **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. 2ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

Antipetismo como fundamento de mobilização, ação política e viabilidade eleitoral da direita no Brasil (1989-2018)

Marcos Alexandre Gennari Faria¹⁰⁶

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Fabio Cesar Venturini¹⁰⁷

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

RESUMO

Este trabalho faz um apanhado do histórico do petismo, do antipetismo, suas transformações e como se tornou o fator determinante para manobrar a agenda do debate público que viabilizou o golpe parlamentar de 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro (2018). Também apresenta um levantamento consolidado de dados dos diversos institutos de pesquisa de opinião mostrando como a extrema-direita conquistou o eleitorado lulista em 2018 com: i) a espetacularização da facada em Jair Bolsonaro; ii) a impugnação da candidatura de Lula e a sua substituição por Fernando Haddad; iii) a consolidação da agenda moral para impulsionar o antipetismo junto à população mais pobre e evangélica.

Palavras-chave: antipetismo, antitrabalhismo, Bolsonaro, ditadura, eleições, Lula, lulismo, petismo, PSDB, PT, sindicalismo, trabalhismo, voto.

ABSTRACT

In this research, we did a historical outlook on petism, antipetismo, its transformation process and how it became one of the most important factors to guide the public debate, which made possible the coup against Dilma in 2016 and Jair Bolsonaro's election (2018). Using a based compilation on public opinion polls, the results indicate how the far-right reached to Lula's voters: i) the mass propaganda about the stab on Bolsonaro; ii) the impugnation on Lula's candidacy for president; iii) the moral agenda becoming the most

discussed topic between Haddad and Bolsonaro, which led to the antipetism's strengthen among the most poor and religious people

Keywords: antipetism, antilabor, Bolsonaro, dicatorship, elections, Lula, lulism, petism, PSDB, PT, unionism, labor, vote.

1 – Construção social do petismo

O movimento político da segunda metade dos anos 1970 que originou o Partido dos Trabalhadores foi amplo, múltiplo e diversificado. Ele aglutinou militância oriunda da luta armada, correntes trotskistas opositoras ao stalinismo, setores saídos do Partido Comunista Brasileiro, intelectualidade de esquerda (também, mas não apenas marxista), setores republicanos de classes médias, trabalhadores qualificados organizados no “novo sindicalismo” e movimentos de trabalhadores despossuídos reunidos em pastorais da igreja católica, especialmente em torno da teologia da prosperidade.

Essa composição resultou num partido que colocou o socialismo no horizonte, ao mesmo tempo em que rejeitava método de organização político-partidária típicas do marxismo-leninismo, como o centralismo democrático, mesmo que várias de suas correntes se organizassem como “subpartidos” do tipo marxista-leninista. Reivindicava o tratamento equânime na política externa entre os países capitalistas e o bloco comunista, porém produzia ferozes críticas à URSS (incluindo a adesão com revisão da teoria conservadora do Totalitarismo, chave interpretativa útil à direita civil ao nivelar por baixo, como degenerações militarescas, a Alemanha Nazista e o comunismo soviético). Propunha uma democracia de ampla participação popular, inovando nas gestões municipais com a inclusão dos cidadãos nas decisões orçamentárias (os “orçamentos participativos”), enquanto seus quadros tinham dificuldades em lidar com a gestão da coisa pública, a obtenção de verbas dos entes federados superiores e o relacionamento com os legislativos locais.

2 – Decapitação do movimento comunista e desarticulação do trabalhismo

Adicionalmente, com o fim da Ditadura Militar e a fragilização do poder executivo, potencializada pela morte de Tancredo Neves antes da posse, os setores

“produtivistas”, ainda confusos com a agenda neoliberal e uma tradição defensora do desenvolvimento pela industrialização, fragmentaram-se. A ala burguesa da aliança produtivista vinha rompida com os setores de trabalhadores desde o fim do governo de Jango, enquanto os sindicatos oscilavam entre a defesa de vias institucionais e revolucionárias.

Houve nesse ínterim, contudo, a derrocada da União Soviética, um cataclismo político global que ajudou a precipitar mudanças radicais de posição e puxou o centro político para a direita. A alternativa ao capitalismo em termos de desenvolvimento econômico-científico-tecnológico, distribuição mais justa da produção e geração de prosperidade estava caída e desmoralizada.

O “petismo”, como movimento de trabalhadores em nome dos interesses de trabalhadores de toda natureza, catalisou em torno de si os ódios políticos existentes desde antes da ditadura. Com um novo PTB, rivalizando contra a nova UDN (PSDB-PFL) e tendo o partido do interior como fiel da balança (PMDB), o Partido dos Trabalhadores se tornou a referência de inimigo vermelho a ser combatido pela direita com a catalisação sobre si do antitrabalhismo/antivarguismo e do anticomunismo. Pelo flanco esquerdo, os setores mais radicais, particularmente de classes médias intelectualizadas de esquerda, se voltaram contra o a direção que formava o “campo majoritário”.

3 – Fragmentação do petismo

André Singer afirma que, no governo, o “lulismo” se viabilizou em cima da oposição entre ricos e pobres, não entre direita e esquerda. Em nossa leitura desse autor o lulismo pode ser categorizado como uma das vertentes do petismo, essa tendência fragmentada, múltipla, tensa e em constante crise. O lulismo, contextualizado no campo do petismo, é a hegemonia do campo majoritário hegemônico dentro do Partido dos Trabalhadores que coloca a seu reboque as correntes minoritárias, incapazes de se aglutinarem em um único movimento capaz de reunir forças, construir um programa comum e fazer a interface com a sociedade capaz de reverter em potencial eleitoral. Essas correntes do petismo estiveram dentro e fora do PT e são organicamente, independente do partido ao qual se filiam, antilulistas, a versão pelo flanco esquerdo do antipetismo, um sentimento essencialmente de classe média cujo pilar de sustentação é a frustração da revolução não realizada.

Desde os primeiros fragmentos nos anos 1980, como a saída da Causa Operária, formando o PCO, passando pela criação do PSTU (decorrente da saída consensual na

forma de expulsão da Convergência Socialista)¹⁰⁸, a Articulação dos 113 era acusada de trair a possibilidade de uma revolução socialista brasileira. Seja como “Campo Majoritário” ou como corrente “Construindo um Novo Brasil”, manteve a imagem de agrupamento degenerado e traidor inclusive por correntes que permaneceram no partido. As acusações de caráter moral em discurso político criaram uma responsabilidade ao partido de maior força política pelos fracassos de grupos minoritários defensores de um sistema político globalmente desmoralizado e paulatinamente reformado para formas de capitalismo regulado.

No campo da esquerda, o rompimento com a intelectualidade teve o ponto alto na reforma da previdência de 2003, uma vez que atingia base sindical do funcionalismo público histórica e fundadora do partido, incluindo a dos professores universitários, e a crise do Mensalão, especialmente por se tratar de uma incongruência com o discurso político-moral purista que orientou as campanhas do partido antes de se tornar governo.

Desse movimento surgiu o Partido Socialismo e Liberdade, que se colocou como o partido da classe média de esquerda, porém anos-luz distante das classes trabalhadoras (proletariado e subproletariado) cujos interesses afirma defender.

O bloco PSOL/PSTU, mesmo com suas próprias crises intrínsecas ao seu funcionamento, nutriu a esperança de se tornar o que o PT deveria ter sido se as “traições”, “degenerações” e “conciliações com a burguesia” não tivessem impedido decorrente da ilusão de ótica política gerada quando o PSOL assumiu a condição de principal partido de esquerda no Rio de Janeiro, superando PT e PCdoB, onde cresceu tomando espólio do PT, suscetível a tomar outros rumos em decorrência das constantes intervenções da direção nacional para garantir no local a viabilidade de alianças com o partido do interior e garantir a governabilidade no plano federal.

O auge do antilulismo se deu no início do auge do lulismo. O antilulismo depende do lulismo para viver. Os indícios são de que há algum nível de consciências considerando a voracidade com que a militância apresentou contra o PT mesmo durante, quando uma grande parte do PSOL e a integralidade do PSTU aderiram ao Fora Dilma na vergonhosa

e velada forma do “Fora Todos” e outros setores, mais próximos às posições do novo PCB, ou negavam a natureza golpista do *impeachment* de Dilma Rousseff ou reconheciam o golpe, mas argumentavam de forma longa, enfadonha e prolixa que era merecido e nada mais do que mera consequência de um “governo de conciliação de classes”.

5 – Dualidade PT-PSDB

5.1 – 1994 e 1998 como antecedentes

Para explicar a dualidade que se estabeleceu entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na disputa presidencial entre 2002 e 2014, é necessária uma breve retomada dos dois processos eleitorais anteriores.

A disputa entre PT e PSDB nas eleições para o Executivo tem seu início a partir de 1994, com Fernando Henrique Cardoso (PSDB) garantindo a presidência em primeiro turno, com 34.314.961 votos, totalizando 54,24% do total. Em segundo lugar veio Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 17.122.127 votos, totalizando 27,07% do total. Nas eleições de 1998, FHC também vence no primeiro turno, com um número de votos parecido ao de 1994 (35.936.540, com 53,06%) e também tendo Lula em segundo lugar, mas com um melhor desempenho se comparado com as eleições anteriores (21.475.218, com 31,71%).¹⁰⁹

A utilização do antipetismo como forma de viabilidade eleitoral fez parte da estratégia política de Fernando Henrique. Durante a sua campanha, destacava seu entendimento do caráter populista de Lula, pontuando que: “Se por alguma catástrofe, que não vai ocorrer, se elegeisse um populista, nem ele seria capaz de fazer o que diz que vai fazer, porque o povo repudiaria imediatamente.” (FERREIRA, 2001) Não cabe nesse texto uma análise histórica e aprofundada dos significados do antipetismo, mas sim como a direita e a esquerda utilizam os termos dentro da lógica do antipetismo:

1) Para a direita, entende-se que o candidato possui ideias e discursos incabíveis na realidade dos fatos, buscando apenas garantir base eleitoral com promessas infundadas. A melhor representação dessa linha de raciocínio é o discurso de FHC em 1998, já que a direita irá buscar outros meios de ataque a partir do início da dualidade em

2002, quando o PT vence as eleições – dando destaque para as acusações de corrupção a partir do “Mensalão”, em 2005.

2) Para a esquerda, o conceito ainda possui relevância. O “populismo petista” seria um dos principais problemas resultantes da governabilidade do PT, pois “[...] este não veio ligado apenas a uma política de ‘aliança de classes’, o que em si mesmo poderia ser tolerado sob certas condições, mas também ao uso abusivo da máquina do Estado em benefício do partido e particulares.” (FAUSTO, 2017) O que se observa, portanto, é um conjunto da principal crítica à esquerda ao PT – a realização de uma “aliança de classes” – com o aspecto moral da corrupção, foco da direita a partir de 2005.

O antipetismo integra a estratégia política de Fernando Henrique em 1994 e 1998 tendo como base a disputa política centrada no Plano Real. Em 2002, essa conformação estratégica do antipetismo pela direita entra em crise com a vitória de Lula e inicia o que pode ser denominado como a dualidade entre PSDB e PT, já que os dois partidos irão disputar as primeiras posições em todas as eleições presidenciais entre 2002 e 2014.

5.2 – 2002 a 2014: Lulismo como barreira à viabilidade da direita no dualismo PT-PSDB

É em 2002 que, após três tentativas (1989, 1994 e 1998), Lula conquista a presidência no segundo turno contra o candidato do PSDB, José Serra. No primeiro turno, o candidato petista obteve 39.455.233 votos, contabilizando 46,44% do total. Do outro lado, o tucano obteve 19.705.455 votos, contabilizando 23,19% do total. No segundo turno, Lula manteve a ampla vantagem do primeiro turno, conquistando 52.793.364 votos, somando 61,27%. Serra termina com 33.370.739, somando 38,72%.

Com o Partido dos Trabalhadores ganhando o Executivo, a direita precisou se reorganizar como oposição, mantendo o PSDB como a sua alternativa de disputa política. É a partir desse momento que podemos descrever a estruturação do que André Singer descreveu como “lulismo”, fenômeno político capaz de garantir quatro eleições presidenciais para o PT e inviabilizar os principais nomes do PSDB para um retorno ao Executivo.

A composição do capitalismo brasileiro foi analisada, dentre outros, por Caio Prado Jr. O autor propôs que, dentro da Colônia, havia segmentos da sociedade que

poderiam ser considerados como “inorgânicos”, ou seja, não possuíam uma posição na estrutura social separada entre Senhores e Escravos com base na exportação de produtos primários (SINGER, 2018). O processo de industrialização brasileiro viria a selecionar essa camada inorgânica como mão de obra excedente no mercado de trabalho, conforme definiria Celso Furtado posteriormente.

A partir desse retrospecto e da definição de subproletariado, André Singer busca em Francisco de Oliveira, no ensaio “O ornitorrinco”, a importância de se ter um “exército de reserva” na estrutura do capital brasileiro. Na construção histórica do subproletariado, o capital adequava-se à sua forma de reprodução e acumulação em desenvolvimento a partir do baixo custo da mão de obra dessa camada com a intenção de garantir a concentração de renda para a classe dominante.

É nesse ponto que o lulismo exerceu uma transformação fundamental. Essa camada historicamente “inorgânica” passou a ser alvo de políticas públicas de redistribuição de renda e de melhorias na qualidade de vida. A configuração particular do capitalismo brasileiro não abria espaço para acabar com a pobreza em sua totalidade através desse artifício, mas foi transformador o suficiente para tirar milhões de brasileiros da miséria.

A via eleitoral para essa reação ficou bloqueada com o investimento feito no subproletariado. Com a inserção de uma população historicamente marginalizada em um circuito de consumo exclusivo para a classe média tradicional, o PT desenvolve uma base eleitoral suficientemente grande para que a direita não consiga retornar ao governo dentro da dualidade PT-PSDB.

A inserção dessa população, antes “inorgânica”, para o mercado de trabalho e com o salário mínimo valorizado, resultou na possibilidade de consumo de bens antes exclusivos de classes com alto poder aquisitivo. Em continuidade aos impactos do lulismo e a sua aceleração dentro do governo Dilma, a participação de brasileiros antes invisíveis na estrutura social e econômica gerou uma reação na classe média adequada ao capitalismo “ornitorrinco” brasileiro.

O resultado das eleições de 2006 e 2010 confirma a permanência do lulismo como barreira para a via eleitoral da direita e reitera a apresentação dos dados e da argumentação anteriores. Na primeira, Lula conquista a reeleição no segundo turno contra Alckmin, com

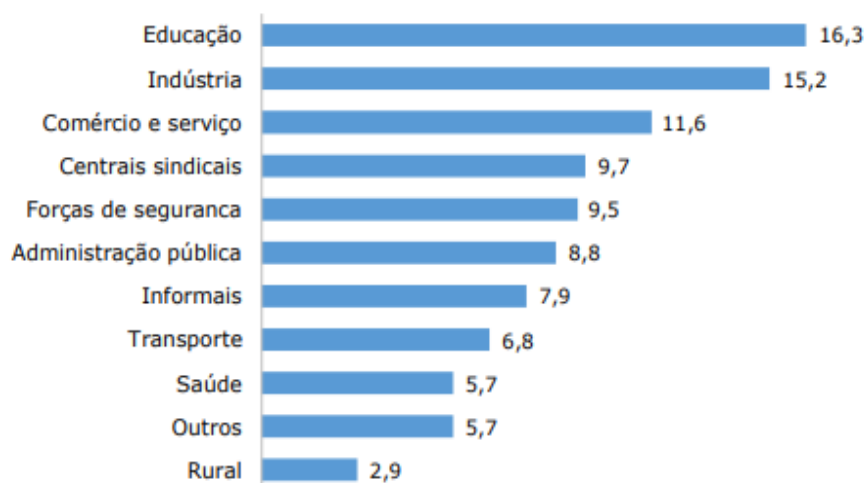
58.295.042 votos (60,83%) e 37.543.178 (39,17%) para o tucano. Na segunda, Lula consolida sua sucessora no segundo turno: Dilma Vana Rousseff. A candidata conquista 55.752.529 votos (56,05%) contra 43.711.388 votos (43,95%) de José Serra.

6 – “Jornadas” de junho de 2013 e o golpe de 2016: fim anunciado do dualismo

Com as manifestações de 2013, a direita passou a se reorganizar diante da barreira eleitoral criada pelo lulismo. O mensalão, em 2005, em conjunto com a criação da Lava Jato no período de 2013 e 2014, deram a justificativa moral para a classe média proporcionar a desestabilização do lulismo. O cenário, naquele momento, não era de crise, como apontam os dados de Luciana Tatagiba e Andreia Galvão.

As autoras apontam que contabilizaram as conclusões a partir de “1.285 protestos, com uma média de 222,6 protestos ao ano.” (GALVÃO e TATAGIBA, 2019: 69) O debate de suas conclusões com as de Singer encaminham o argumento para a interpretação dos antecedentes de junho de 2013 com maiores detalhes.

Gráfico 1 – “Grupo social desagregado – Trabalhadores (%)”



Fonte: Tatagiba e Galvão (2018)

“* Desagregação da categoria Trabalhadores (N = 455).”

A importância dos dados se dá a partir de sua configuração e da interpretação das autoras, observa-se que a presença majoritária dos manifestantes estava dividida entre trabalhadores de setores “precarizados” e de trabalhadores que compunham setores intermediários, como os da educação, bancários e administração pública.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Em 2013, um total de 445 protestos foi registrado – o maior número no período entre 2011 e 2016. O que os três gráficos mostram é que os eventos de 2013 não foram efetivamente consequência de uma crise econômica. Os dados apontam que o PIB estava na casa dos 3%, o desemprego permanecia próximo a 6,9% e a aprovação do governo atingia seu ponto mais alto, marcando 65%.

Já em 2016, os dados econômicos condizem com um cenário de crise decorrente da desestabilização provocada em 2013: o PIB marcava -3,6%; o desemprego havia elevado em aproximadamente 5%, contando com um total de 11,9%; e a aprovação do governo havia caído para 10%. As observações parecem ilógicas do ponto de vista dos dados, ao tentar associar momentos de crise com aumento de protestos e suas reivindicações. Para compreendê-los com maior rigor, é necessário entender a transformação do antipetismo após o dualismo PT-PSDB.

Com o bloqueio da via eleitoral a partir do lulismo, o antipetismo se reconfigura em uma reação de duas classes médias: 1) “Tradicional”: consequência do impacto causado com as políticas de redistribuição de renda e inserção em seu circuito de consumo, antes exclusivo. 2) “Nova classe média”: trabalhadores beneficiados pelo lulismo, mas que interpretaram a sua ascensão a partir da lógica liberal da meritocracia, identificando a burocracia estatal como obstáculo para continuar a ascensão econômica.

As eleições de 2014 manifestam o impacto da reorganização da direita a partir da reação das duas classes médias: Dilma conquistou a reeleição em segundo turno com a menor diferença de votos das eleições para a presidência em que o PT foi vitorioso contra o PSDB, contabilizando 54.501.118 votos, sendo 51,64% do total, contra 51.041.155 votos para Aécio Neves, somando 48,36% do total.

7 – Eleições de 2018: resultado do antipetismo em reforma durante o dualismo PT-PSDB.

Para compreender o antipetismo nas eleições de 2018, faz-se necessário compreender a dinâmica das campanhas em primeiro e segundo turno. Para isso, utilizaram-se dados obtidos a partir de seis institutos de pesquisa – CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe – com o intuito de compará-los com eventos e

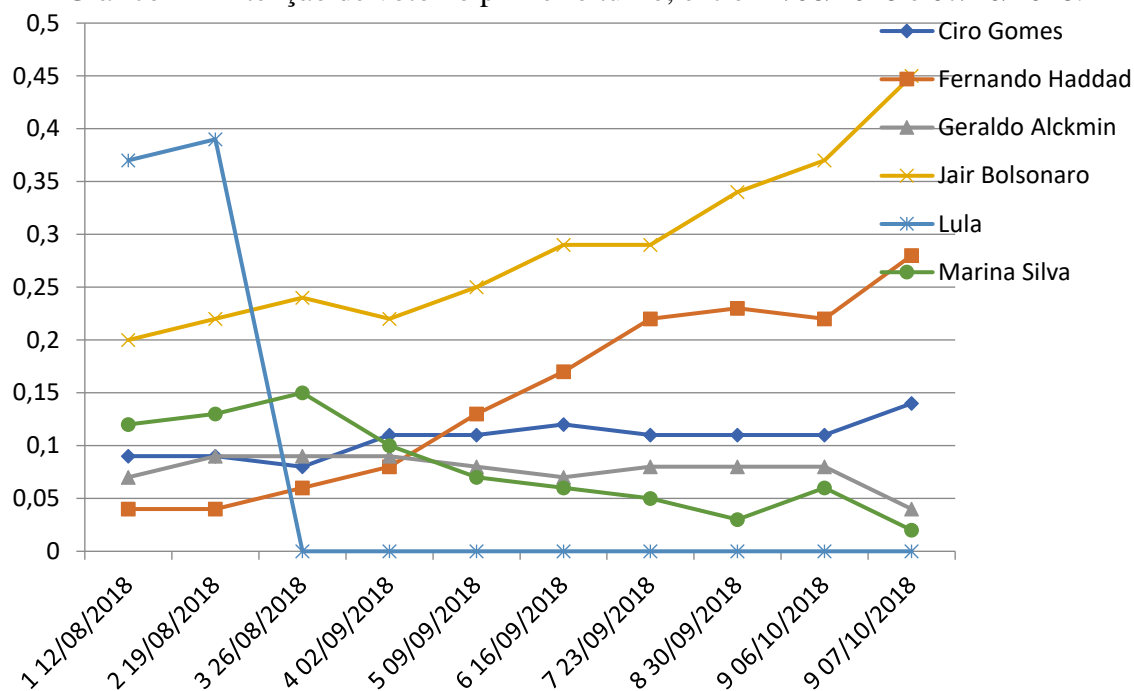
acontecimentos durante o período eleitoral. É nessa perspectiva que os dados a seguir são apresentados.

Tabela 1 – Intenção de voto no primeiro turno, entre 12/08/2018 e 07/10/2018

Semana	Data	Ciro Gomes	Fernand o Haddad	Geraldo Alckmi n	Jair Bolsonar o	Lul a	Marin a Silva
1	12/08/2018					0,3	
	8	0,09	0,04	0,07	0,2	7	0,12
2	19/08/2018					0,3	
	8	0,09	0,04	0,09	0,22	9	0,13
3	26/08/2018						0,15
	8	0,08	0,06	0,09	0,24		
4	02/09/2018						0,1
	8	0,11	0,08	0,09	0,22		
5	09/09/2018						0,07
	8	0,11	0,13	0,08	0,25		
6	16/09/2018						0,06
	8	0,12	0,17	0,07	0,29		
7	23/09/2018						0,05
	8	0,11	0,22	0,08	0,29		
8	30/09/2018						0,03
	8	0,11	0,23	0,08	0,34		
9	06/10/2018						0,06
	8	0,11	0,22	0,08	0,37		
	07/10/2018						
	8	0,14	0,28	0,04	0,45		0,02

Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Gráfico 2 – Intenção de voto no primeiro turno, entre 12/08/2018 e 07/10/2018.



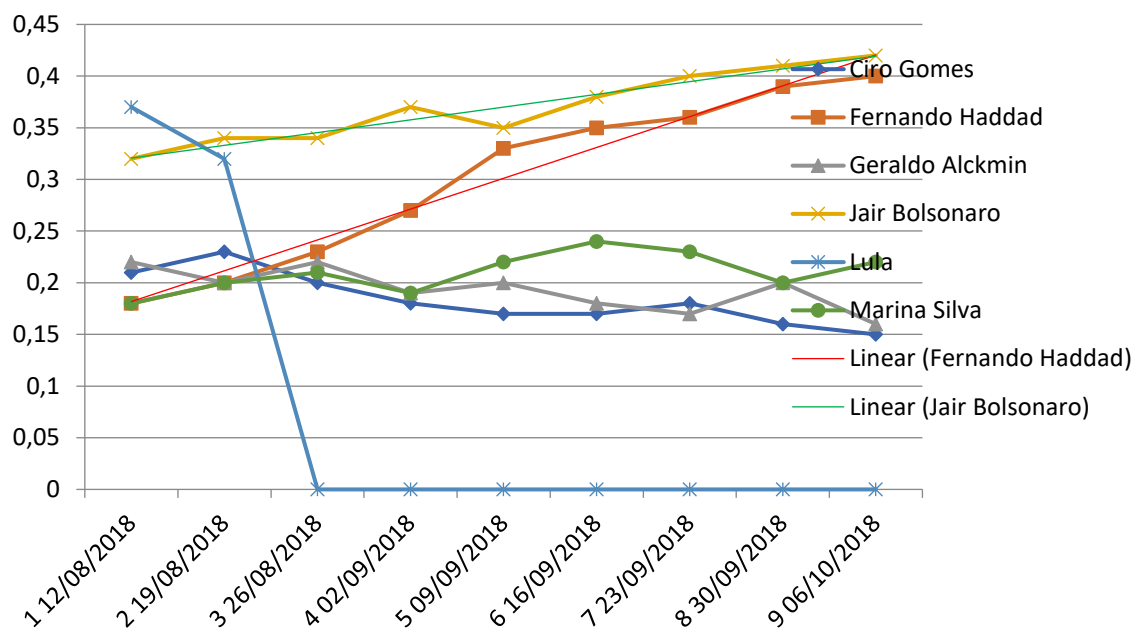
Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Tabela 2 – Rejeição dos candidatos no primeiro turno, entre 12/08/2018 e 07/10/2018.

Semana	Data	Ciro Gomes	Fernando Haddad	Geraldo Alckmin	Jair Bolsonaro	Lula	Marina Silva
1	12/08/2018	0,21	0,18	0,22	0,32	0,37	0,18
2	19/08/2018	0,23	0,2	0,2	0,34	0,32	0,2
3	26/08/2018	0,2	0,23	0,22	0,34		0,21
4	02/09/2018	0,18	0,27	0,19	0,37		0,19
5	09/09/2018	0,17	0,33	0,2	0,35		0,22
6	16/09/2018	0,17	0,35	0,18	0,38		0,24
7	23/09/2018	0,18	0,36	0,17	0,4		0,23
8	30/09/2018	0,16	0,39	0,2	0,41		0,2
9	06/10/2018	0,15	0,4	0,16	0,42		0,22

Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Gráfico 3 – Rejeição dos candidatos no primeiro turno, entre 12/08/2018 e 07/10/2018.



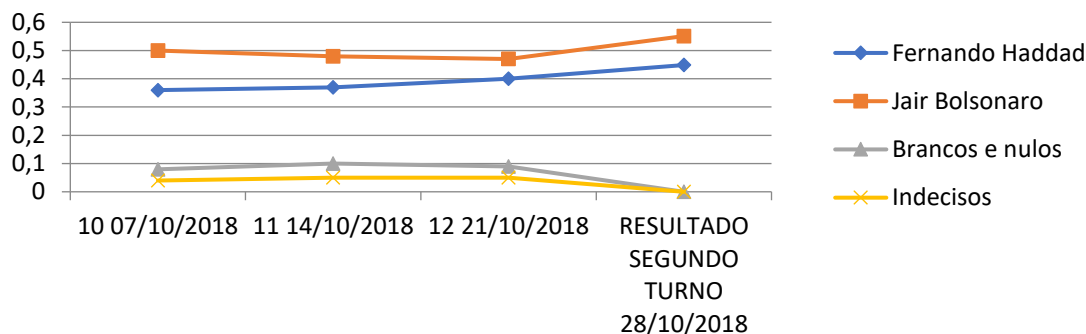
Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Tabela 3 – Intenção de voto no segundo turno, entre 07/10/2018 até 28/10/2018.

Semana	Data	Fernando Haddad	Jair Bolsonaro	Branco e nulos	Indecisos
10	07/10/2018				
	8	0,36	0,5	0,08	0,04
11	14/10/2018				
	8	0,37	0,48	0,1	0,05
12	21/10/2018				
	8	0,4	0,47	0,09	0,05
	28/10/2018				
RESULTADO	8	0,4487	0,5513		

Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Gráfico 4 – Intenção de voto no segundo turno, entre 07/10/2018 e 28/10/2018.



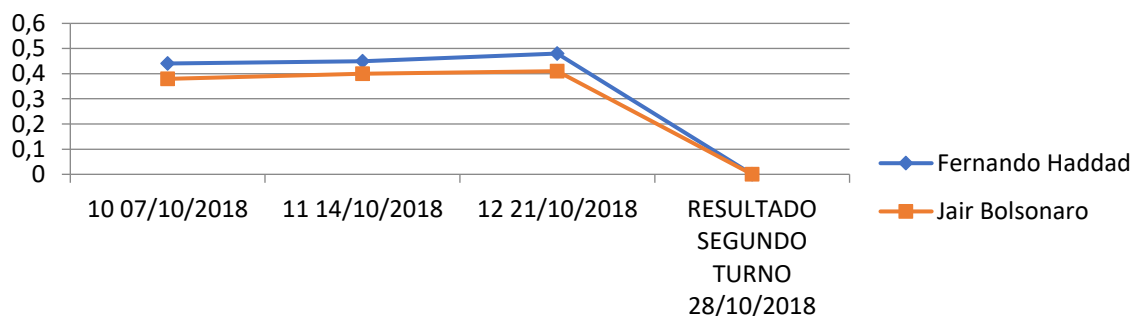
Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Tabela 4 – Rejeição dos candidatos no segundo turno, entre 07/10/2018 e 28/10/2018.

Semana	Data	Fernando Haddad	Jair Bolsonaro
10	07/10/2018	0,44	0,38
11	14/10/2018	0,45	0,4
12	21/10/2018	0,48	0,41
RESULTADO	28/10/2018		

Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Gráfico 5 – Rejeição dos candidatos no segundo turno, entre 07/10/2018 e 28/10/2018.



Elaborado pelo autor com base em CNT (MDA), DataFolha, Ibope, FSB (BTG), Vox Populi e XP/Ipespe.

Com relação ao primeiro turno, três eventos tiveram importância fundamental na definição dos dados:

1) A impugnação da candidatura de Lula, no dia 31 de agosto¹¹⁰. O crescimento de Haddad como principal nome petista começa a ser percebido a partir do aumento das

intenções de voto junto com a rejeição. Era de se esperar que o ex-presidente fosse transferir os votos válidos em conjunto com a sua rejeição para quem o substituísse.

2) O atentado contra Bolsonaro, no dia 06 de setembro¹¹¹. O que se observa nos dados é que, a partir desse momento, ocorre uma estabilização de sua rejeição e, em contrapartida, há uma constante ascensão de suas intenções de voto até o dia da votação em primeiro turno. Haddad manteve-se com o crescimento nas intenções de voto. Porém, agora já havia aumentado em 10% a sua rejeição no intervalo de duas semanas – entre os dias 26 de agosto e 09 de setembro.

3) Entre os dias 24 e 29 de setembro, com o crescimento de manifestações relacionadas ao processo eleitoral, ganha destaque as que podem ser sintetizadas na signa “#EleNão”¹¹², enquanto Bolsonaro consolidava seu apoio dentro da Igreja Evangélica ao receber uma declaração pública de voto feita por Edir Macedo¹¹³, proprietário da TV Record e líder da Igreja Universal do Reino de Deus.

As eleições acontecem em segundo turno e a tentativa de afastamento de Haddad em relação à Lula, além do investimento da campanha no “voto pela democracia”, não foram suficientes para impedir a vitória de Bolsonaro. Ao fim da votação, Bolsonaro havia ganhado a disputa pela presidência com 55,13% das intenções de voto, contra 44,87% de Haddad. No valor total, o presidente eleito somava 57.797.847 votos contra 47.040.906 do petista. Abstenções, nulos e brancos somados compunham 42.466.402 não realizados.¹¹⁴

A principal conclusão do processo, portanto, foi a relevância das estratégias adotadas pelos candidatos observada no impacto nas intenções de voto e nas rejeições dos candidatos. A entrada na pauta moral em detrimento da reivindicação do legado econômico e social petista por parte da campanha de Haddad foi fundamental para que as duas frentes de ataque (imprensa e notícias falsas) garantissem que sua rejeição fosse o suficiente para não ser eleito. Os dados mostram que Haddad iniciou a campanha com 18% de rejeição nas primeiras pesquisas e termina com 48% no final do segundo turno, enquanto Bolsonaro começava com 32% e manteve-se próximo dos 40% ao término das eleições.

Para retomar a comparação das eleições de 2018 com as anteriores após a redemocratização e responder o apontamento de sua diferenciação com os processos eleitorais anteriores, dois elementos se destacam para explicá-la como única em suas dinâmicas: 1) A utilização das notícias falsas como o principal artifício da campanha do candidato eleito; 2) A escolha de um candidato extremista, em seu discurso e proposições, por parte da direita, alterando ainda outro cenário de disputa que se configura desde 2002 entre PSDB e PT.

As notícias falsas tiveram desempenho fundamental para garantia da eleição de Bolsonaro, tendo as seguintes características durante as campanhas presidenciais: em primeiro lugar, diminuir o potencial propagandístico de virtudes da agenda pública de debate dos adversários (nesse caso, especialmente do candidato do PT), a partir da ocupação desse espaço com fatos mentirosos e centralizados no campo da moral; em segundo, persuadir e ludibriar a opinião pública, sensível ao aspecto imoral que a campanha petista recebia; por fim, organizar o discurso político da base de apoio, tanto de Bolsonaro quanto de Haddad.

Conclusão

O antipetismo é um sentimento de ódio oriundo do anticomunismo, antitrabalhismo e antissindicalismo que se aglutinou contra um único partido quando este chegou ao governo. Tal sentimento passou a orientar programas políticos excludentes, elitistas e humilhantes herdeiros legítimos do sistema escravagista. Tem permeado a visão de mundo das classes médias conservadoras em seus setores mais retrógrados, fundamentado no medo do pobre, o pavor pela possibilidade de empobrecer e da perda de prestígio social. Foi a principal força motriz das manifestações de 2013, evoluindo para pilar do golpe de 2016 e fundação do movimento bolsonarista.

Em suma, temos que:

1) O petismo/lulismo é a aliança que assumiu a posição de partido produtivista após o colapso soviético.

2) Esquerda anti-Lula/antilulista consolidada em torno de trotskismos rompidos com o PT, sendo fragmentações orgânicas do petismo que rejeitaram as alianças feitas

pelos setores dirigidos por Lula e José Dirceu, sendo o mais relevante nos anos 1990 o do PSTU. Encorpou-se quando o PT chegou ao governo com a adesão do novo PCB e o recém-criado PSOL e com a ascensão do lulismo se tornou antilulista, realizando inclusive alianças pontuais com correntes do próprio PT contra outras correntes do PT em disputas de eleições sindicais.

3) Principal cicatriz deixada pela ditadura militar nos processos eleitorais da democracia de direito do tipo burguesa na Nova República que são os setores saudosos daquele período e que o reivindicam como período idealizado de prosperidade, sem corrupção e paz social decorrente de uma agenda repressiva na execução penal e no policiamento ostensivo.

Para recuperar a via eleitoral como forma de chegar à presidência, perdida a partir do início do lulismo em 2002 e com o fracasso do PSDB até 2014, foi necessária uma nova configuração do antipetismo. Com a reação das duas classes médias em 2013, fomentando um cenário propício para o impeachment de 2016 como única alternativa diante da derrota de 2014, Bolsonaro consolidou-se com o uso de notícias falsas diante da aposta da campanha petista na pauta moral do movimento #EleNão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO, Andreia; TATAGIBA, Luciana. **Os protestos no Brasil em tempo de crise (2011-2016)**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 25, nº 1, jan.-abr. p. 63-96.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Editora Companhia das Letras, 2018.

FONTES

Datafolha. Arquivo de eleições de 2018 para presidente. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/presidente/indice-3.shtml>> Acesso em: 19/07/2020.

XP investimentos/Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (XP/Ipespe). *Histórico de pesquisas XP*. Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/politica/pesquisas-xp-2/>> Acesso em: 08/07/2020.

Folha de São Paulo. *Poder: eleições 2018*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/eleicoes/2018/>> Acesso em: 06/09/2020.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

As representações monarquistas no pensamento político de João Camilo de Oliveira Torres (1915-1973)

Pedro Carlos de Oliveira Alves¹¹⁵

Resumo

O presente trabalho é resultante das discussões e debates realizados ao longo do desenvolvimento da disciplina obrigatória de Abordagens e Métodos, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. A partir do cabedal teórico da Nova História Cultural e das contribuições teóricas de Roger Chartier por meio dos conceitos de representações e práticas, desenvolvemos uma análise das representações monarquistas presentes no pensamento político do intelectual mineiro João Camilo de Oliveira Torres (1915 – 1973), tendo como fonte primária sua *Magnum opus* História das Ideias Políticas no Brasil.

Palavras-chave: Representações e práticas; João Camilo de Oliveira Torres; Monarquismo

Abstract

The present work is the result of the consequences and debates carried out throughout the development of the mandatory subject of Approaches and Methods, of the Post-Graduate Program in History at the Federal University of Espírito Santo. From the theoretical background of the New Cultural History and the theoretical contributions of Roger Chartier through the concepts of representations and practices, we developed an analysis of the royalist representations present in the political thought of the Minas Gerais intellectual João Camilo de Oliveira Torres (1915 - 1973), having as primary source his *Magnum opus* History of Political Ideas in Brazil.

Keywords: Representations and practices; João Camilo de Oliveira Torres; Monarchism

1. INTRODUÇÃO

Em 1993, aproximadamente 6 milhões e 800 mil brasileiros disseram “sim” à monarquia enquanto forma de governo que deveria ser adotado no país. Contudo, a proposta de restauração do regime monarquista sofreu acachapante derrota perante o regime republicano, preferência de aproximadamente 44 milhões de eleitores¹¹⁶. Estes números são resultado de plebiscito aprovado na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), e efetivado 5 anos depois em todo território nacional sobre a Forma e Sistema de Governo que seria adotado no Brasil. Constavam ainda, como alternativas ao sistema de governo, as opções Parlamentarismo e Presidencialismo, com vitória desta última.

Tal plebiscito somente foi viável devido à derrubada de cláusula pétrea imposta na primeira constituição brasileira após a queda da monarquia, pelo Governo Provisório, ainda em 1889, que proibia a contestação do regime republicano. Nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte no período da redemocratização do país, grupos partidários da monarquia propuseram uma emenda popular que interrogasse ao povo brasileiro sobre o regime e sistema de governo que deveria ser adotado (BILUCZYK, 2020).

À época o deputado federal Antônio Henrique Bittencourt Cunha Bueno atendeu o clamor destes simpatizantes do regime monarquista e, em articulação política, ágil em favor da abolição da cláusula pétrea que tornava o regime republicano incontestável. O deputado tornou-se o mais destacado defensor da causa monárquica e, com o plebiscito agendado para 1993, iniciou a divulgação e propaganda monarquista (NEMÉTH-TORRES, 2008)

Em sua defesa do regime monárquico, um dos argumentos do Deputado Cunha Bueno era a corriqueira utilização do vocábulo “rei” pelos brasileiros, fato que ratificava, em sua percepção, a visão positiva que o povo brasileiro teria pelo regime monárquico (BUENO, 1988). O argumento, sem espanto, tornou-se alvo de chacota entre a imprensa brasileira devido sua puerilidade (BILUCZYK, 2020).

Podemos inferir, com o exemplo do argumento dado por Cunha Bueno, que o mesmo supunha a existência de uma cultura política monarquista brasileira¹¹⁷ e que a representação do rei por ele apresentada seria uma confirmação disto. Será a partir do conceito de representações, tal como elabora o historiador francês Roger Chartier, que construiremos este trabalho. E para início de conversa, é importante destacar que esta ocasião em tela, do plebiscito de 1993, não foi a primeira vez que grupos monarquistas fizeram sua voz ser ouvida no cenário político. Aliás, ao longo de nossa história republicana o monarquismo jamais se extinguiu, ainda que desacreditado e sem força política por vezes.

A República, em seu nascimento, precisou encarar os “subversivos” (JANOTTI, 1986), monarquistas dispostos a combater o regime republicano por quaisquer meios disponíveis naquele momento. Houve um verdadeiro combate entre republicanos e monarquistas, não somente no que tange ao político, como também pela representação simbólica entre o regime recém deposto e o seu sucessor, conforme afirma Angela Alonso (2009). Agressões físicas, censura e fechamento de jornais era acontecimento corrente naquele momento.

A partir da década de 1920, com a o surgimento da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), o movimento monarquista retoma fôlego. Ainda que não se possa afirmar suas vinculações com as famílias tradicionalmente monarquistas, em grande parte os patrianovistas procuravam se distanciar dos monarquistas tradicionais, que nutriam o desejo de restauração da monarquia do Segundo Reinado, afirma Teresa Malatian (2013). A AIPB teve vida até meados dos anos 1970.

E, após a agitação em torno do plebiscito de 1993, anteriormente abordado, em 2013, de maneira muito menos organizada, tivemos a presença de grupos apoiadores do regime monarquista novamente em cena durante e após as manifestações de junho. Também tivemos a presença de elementos da família real brasileira no movimento de apoio à campanha do então candidato à presidência da República Jair Bolsonaro, nas figuras de Bertrand de Orleans e Bragança, e Luiz Philippe de Orléans e Bragança, deputado federal. Consta ainda a existência de uma bancada “monarquista” no congresso nacional, envolvendo os deputados federais Paulo Martins (PSC-PR) e Carla Zambelli

(PSL-SP)¹¹⁸. Não é difícil encontrar sítios eletrônicos com propaganda pró-monarquia e seus seguidores se revelam cada vez mais por meio de redes sociais virtuais.

Interessado sobre este fenômeno que nomeou de “Nostalgia Imperial”, Ricardo Salles (2013) alega não ser suficiente para explicar a força da ideia monárquica somente a decepção popular para com a república, pois para além da realidade ou possibilidades políticas, o monarquismo marca presença no imaginário, qual seja a sua representação na época em que se manifesta.

Por meio desta breve apresentação, podemos então falar na permanência de um certo “pensamento monarquista” dentro pensamento político brasileiro em toda sua história republicana. Deste modo, neste trabalho buscaremos compreender as representações políticas monarquistas no pensamento do intelectual mineiro João Camilo de Oliveira Torres (1915 – 1973), pensador que julgamos ter dado importante contribuição para o pensamento monarquista brasileiro, autor de vasta obra, mas que apenas recentemente tem tido seu legado revisitado pelos historiadores.

2. NOVA HISTÓRIA CULTURAL: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS

Peter Burke (2005) argumenta que os símbolos e suas interpretações são o cerne da atenção dos historiadores culturais. Todavia, as abordagens e a própria forma de trabalho individual de cada historiador é relativa à tradição a qual se insere, cuja caracterização pode ser geralmente definida em termos nacionais.

Deste modo, quando falamos em História Cultural – e posteriormente Nova História Cultural - neste trabalho, nos referimos à tradição francesa. Esta tradição em um primeiro momento e diferentemente de outras tradições, utilizava “*civilisation*”, “*mentalités collectives*” e “*imaginaire social*” em detrimento do termo “cultura” (BURKE, 2005). Para compreendermos o que significa a Nova História Cultural, precisamos conhecer o que ela veio à contrapor – ou agregar -, a História Cultural.

Esta História Cultural Clássica, para utilizarmos a expressão de Burke (2005), possuía como predomínio dos objetos de estudo dos historiadores culturais as obras clássicas, seja da arte, literatura, filosofia e afins. Era a própria compreensão do significado de cultura que orientava e direcionava a atenção dos historiadores.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Afirma Barros (2005) que essa História Cultural Clássica (por ele chamada de história da cultura) do modo que era praticada apresentava-se como uma história elitizada, não somente nos objetos de pesquisa, mas também por parte dos pesquisadores. Isso porque a própria noção de cultura neste período possuía um significado extremamente restrito, onde as manifestações culturais oriundas do popular eram ignoradas, como também era o conhecimento de que todo e qualquer objeto material produzido pelo homem também é um produto cultural. Por fim não existia a compreensão de que a vida cotidiana é envolta no cultural.

É a partir de fins dos anos 1980 que se passou a utilizar a expressão Nova História Cultural, possibilitada pela expansão dos objetos historiográficos. Esta “virada cultural” é fruto da ampliação do conceito de cultura a partir dos diálogos entre História e Antropologia, mais precisamente com o conceito de cultura proposto por Geertz. Todavia, a Nova História Cultural não parou por aí e teve outras fontes de inspirações, como Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu (BURKE, 2005).

O conceito de cultura passa a incluir, para além dos bens culturais produzidos pelo homem, o próprio processo comunicativo e comportamento humano, conforme Barros (2014, p. 19)

Uma nova História Cultural interessar-se-á pelos sujeitos produtores e receptores de cultura – o que abarca tanto a função social dos “intelectuais” de todos os tipos [...] até o público receptor, o leitor comum, ou as massas capturadas modernamente pela chamada ‘indústria cultural’[...] Agências de produção e difusão cultural também se encontram no âmbito institucional: os Sistemas Educativos, a Imprensa, os meios de comunicação, as organizações socioculturais e religiosas.

Essa compreensão do conceito de cultura em uma perspectiva ampla que lança luz sobre outros objetos de pesquisa e alarga o campo de atuação do historiador. Neste prisma, destacamos as contribuições do historiador francês Roger Chartier, não somente para a historiografia francesa, mas para a Nova História Cultural como um todo, tanto no auxílio à delimitação do campo de atuação desta vertente quanto na proposição de conceitos e métodos.

Chartier compreende que a “História Cultural” tem “por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Essa realidade social é construída por meio da ação de grupos de acordo com os seus interesses, e tampouco são discursos neutros.

Pesquisador das práticas de leitura, história do livro, da relação entre cultura oral e cultura escrita “mostrando como indivíduos não-letrados podem participar da cultura letrada através de práticas culturais diversas [...], ou como, ao contrário, dá-se a difusão de conteúdos veiculados através da oralidade para o registro escrito” (BARROS, 2005, p. 130), Chartier contribui para o horizonte teórico dos historiadores culturais com dois conceitos basilares: “práticas” e “representações”.

Chartier apropria e aprimora seu conceito de representações a partir de diálogo com Marcel Mauss e Emile Durkheim, em busca do aporte conceitual que, para o historiador, a história das mentalidades careceu, qual seja, o conceito de “representação coletiva” (CHARTIER, 1990). Chartier delimita e determina o conceito de representação a partir das sociedades do Antigo Regime, onde ocupava um local de centralidade. Existiam ali dois sentidos para a noção de representação: “a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que se representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (CHARTIER, 1990, p. 20).

“As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). As representações podem legitimar e justificar as escolhas e atitudes dos indivíduos, como também resultar em lutas de representações entre os grupos sociais, na tensão entre os discursos de cada grupo sobre suas visões de mundo e o contexto o qual estão inseridos.

O conceito de prática é complementar ao conceito de representação, correspondendo, de maneira simplória, aos “modos de fazer” (BARROS, 2005). A prática está relacionada não somente com ação concreta na produção de um bem cultural, mas também aos usos e costumes por quais grupos e sociedades se expressam.

De modo a contribuir para a clarificação de ambos os conceitos e o modo pelo qual eles se inter-relacionam, Barros (2005) utiliza a figura do “mendigo” no Ocidente Europeu em período específico, entre o fim do século XI e o início do século XIII. O

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

mendigo – ao menos o conhecido -, era bem-vindo na sociedade medieval pois em tese era a ligação entre o céu e a terra, e sua existência era justificada pela necessidade de os ricos alcançarem a salvação divina por meio da caridade para com eles. Assim, a representação do mendigo enquanto figura “salvífica” para a sociedade medieval resultava em práticas para com o mesmo: no lugar de hostilidade, acolhimento, no lugar de ojeriza, caridade.

No Período Moderno, com as transformações sociais e econômicas, a representação social do mendigo se altera, visto em uma perspectiva de crescente exclusão por conta de seu caráter “marginal”, pois não se encaixava no sistema de trabalho. Agora, a perspectiva “salvífica” do mendigo dá lugar ao medo, ao julgamento, resultando em práticas de exclusão.

Assim, novas práticas substituem as antigas, que legitimam ou constroem novas representações, que orientam e direcionam novas práticas, em um movimento resulta em um emaranhado de representações e práticas. “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem suas figuras” (CHARTIER, 1990, p. 27).

3. O INTELLECTUAL JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES

Nascido em Itabira, Minas Gerais, em 1915, e vitimado por um infarto em sua mesa trabalho em 1973, João Camilo, entre as duas datas, foi funcionário de carreira do funcionalismo público no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), professor e jornalista. Do lado paterno, sua família era politicamente saquarema e, do materno, luzia. Era primo do poeta Carlos Drummond de Andrade e do monge beneditino Dom Marcos Barbosa, que chegou a integrar os quadros da Academia Brasileira de Letras e irmão de Luiz Camillo de Oliveira Netto, professor da Universidade do Distrito Federal, diretor da Casa Ruy Barbosa e diretor da Biblioteca do Itamaraty.

João Camilo não chegou a concluir nenhum curso superior. Guiado pela perspectiva financeira, tentou o curso de Medicina, mas, como ele mesmo afirma, felizmente reprovou no vestibular (TORRES, 2005). Em seguida, contra sua vontade,

iniciou e abandonou pela metade o curso de Direito, em Belo Horizonte. Sua terceira tentativa foi o curso de Filosofia, desta vez na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. A faculdade contava com nomes de prestígio à época: Alceu de Amoroso Lima, Gilberto Freyre, Mário de Andrade, Portinari, Graciliano Ramos e muitos outros entre professores e funcionários (RAMIRO JÚNIOR, 2019). Neste ambiente de elevado nível intelectual João Camilo se vislumbra e se entusiasma com o curso de filosofia.

Entretanto, para sua tristeza, o governo federal encerra os trabalhos na Universidade do Distrito Federal e ali, em seu lugar, tenta outra empreitada educacional. Tal acontecimento teve grande impacto na vida de João Camilo, que afirma: “Não me refiz do golpe e voltei para Minas, tentei prosseguir o curso de Direito e afinal desisti por falta de motivação” (TORRES, 2005, p. 97). Porém, o contato com o curso de filosofia durante aquele período o marcaria por toda sua vida.

Extremamente apegado às suas raízes, João Camilo jamais abandonou Minas Gerais definitivamente, a não ser para a breve estadia no Rio de Janeiro, motivada por estudos. Em sua passagem pela então capital federal frequentou o Centro Dom Vital, responsável pela publicação da revista *A Ordem* – revista a qual contribuiu, ambiente aglutinador do laicato católico, figuras como Alceu Amoroso Lima e Jackson Figueiredo, entre outros. Outro momento de sociabilidade que lhe deixaria marcas.

João Camilo, agora enfocando sua produção, nos legou vasta obra, com aproximadamente 41 livros publicados, tradução de obras de língua inglesa e centenas de artigos em revistas e jornais. Seu projeto de maior fôlego foi sua tentativa de construir uma história das ideias políticas no Brasil, com os seguintes escritos: *Interpretação da Realidade Brasileira* (1969); *História das Ideias Religiosas no Brasil* (1968); *O Pensamento Político do Reino Unido* (não publicado); *A Democracia Coroada* (1957); *Os Construtores do Império* (1968); *A Formação do Federalismo no Brasil* (1961); *O Positivismo no Brasil* (1943); *O Presidencialismo no Brasil* (1961); *A Vida Partidária no Brasil* (não publicado); *A Estratificação Social no Brasil* (1965); *A Ideia Revolucionária no Brasil* (1981) e, por fim *Textos e Documentos Para a História da Monarquia no Brasil* - parcialmente publicado, seria uma coletânea de artigos (RAMIRO JÚNIOR, 2019)

O intelectual alcançou reconhecimento como historiador e foi laureado com diversos prêmios. Seu ensaio “O Homem e a Montanha”, sobre a história de Minas Gerais,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

recebeu o prêmio “Diogo de Vasconcelos” de Erudição, em 1943, da Academia Mineira de Letras. Talvez sua obra mais conhecida, “A Democracia Coroada”, recebeu o prêmio Joaquim Nabuco da Academia Brasileira de Letras, em 1952 e o prêmio Cidade de Belo Horizonte. “Os Construtores do Império”, outro volume de sua História das Ideias Políticas, recebeu o prêmio de História do Instituto Nacional do Livro, em 1969.

4. AS REPRESENTAÇÕES MONARQUISTAS NO PENSAMENTO DE JOÃO CAMILO

O tema monarquista sempre esteve presente nos escritos de João Camilo, perpassando toda sua obra, o que por vezes resultou em repetição das mesmas ideias, mas faz parte da atuação do intelectual a insistência em um tema. Antônio Carlos Villaça chegou a chamar João Camilo de “principal teórico do governo régio entre nós”, responsável por um monarquismo de caráter doutrinário. Tristão de Athayde afirma que a questão imperial foi o tema camiliano por natureza, mas diferente de uma preocupação descritiva, como em outros autores, em João Camilo assume de fato uma perspectiva de filosofia política.

Ainda que João Camilo tenha atuado publicamente no mesmo período em que os monarquistas patrianovistas também estavam em atuação, as representações políticas monarquistas de nosso autor diferem destes em alguns aspectos. Não almejamos aqui abordar o pensamento monarquista camiliano em todos seus ângulos, porém buscaremos apresentar alguns aspectos que julgamos principais.

Para João Camilo o Império careceu, no Brasil, de uma teoria política do regime monárquico, e sua defesa consistia em uma perspectiva pragmática devido a sua utilidade para o momento, ou por despertar fidelidade e amizade pessoais em relação ao monarca. A figura do Imperador era o primeiro alvo caso alguma ação política não surtisse o efeito desejado, “defendia-se, então, a necessidade de manter-se o imperador no trono, mas a existência deste trono não foi considerada coisa lá muito importante” (OLIVEIRA TORRES, 2018, p. 82). Faltava ao regime monárquico, segundo nosso autor, uma teoria que conjugasse fundamentos lógicos de defesa do trono imperial. O império não satisfazia à razão, e o Partido Conservador não conseguiu construir nada de útil em defesa do princípio monárquico (OLIVEIRA TORRES, 2018).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A obra “A Democracia Coroada” é onde João Camilo empreende seus esforços em elaborar, de fato, uma teoria do regime monarquista que o Império não viu e seus partidários não se empenharam em construir. Contudo, o intelectual se decepciona ao constatar que no Brasil contemporâneo há uma reação hostil à qualquer espécie de raciocínio, resultando em uma espécie de comodismo ou imobilismo intelectual. A posição filosófica dominante na sociedade brasileira seria o nominalismo em sua forma mais radical, não há discussão de ideias nem do valor objetivo de uma solução, mas apenas discussão sobre coisas ou pessoas (OLIVEIRA TORRES, 2016), é lugar comum a atitude “não li e não gostei”.

Essa atitude resulta em um afastamento da importância do debate teórico, onde as pessoas passam a adotar as ideias de sua posição política, e não a posição política de acordo com suas ideias. No tocante a isto, desabafa João Camilo

Se alguém se declara monarquista, e apresenta uma justificação deste ideal em termos de ciência política moderna e em bases fundadas na experiência socialista das monarquias europeias, a reação seria a seguinte: trata-se de pessoa que aceita o direito divino dos reis e seus argumentos todos estão como se nada de grave houvesse em função de suas crenças monarquistas. Ele diz tais e tais coisas por ser monarquista. Mas ninguém se lembraria de demonstrar que os argumentos são inadequados e seu raciocínio incorreto. (OLIVEIRA TORRES, 2016, p. 162)

Podemos concluir que na fala em questão João Camilo atenta para a própria dificuldade de inserir, em bases teóricas, o debate sobre o monarquismo no cenário político brasileiro. Disso decorre na existência do que o autor chama de “basileufobia” ou “complexo de Bruto” presente em certos brasileiros. Recorrendo ao método psicanalítico, o intelectual afirma que o que ele denomina de complexo de Bruto seria a hostilidade irracional alimentada por algumas pessoas, sem base teórica, em relação às figuras régias (OLIVEIRA TORRES, 2018). Estão excluídos de tal complexo aqueles que chegaram à conclusão crítica do regime monárquico pela via do esforço intelectual e estudo.

Correlacionado ao comodismo intelectual já anteriormente citado e lançando mão da psicanálise, João Camilo identifica a figura do rei com a do pai, e as inevitáveis consequências resultantes do “Complexo de Édipo”, explica o autor:

O fato nada tem de surpreendente: tradicionalmente o rei é considerado o pai do povo e a literatura e o folclore estão cheios de exemplos de tal modo sugestivos que seria ocioso repetir um verdadeiro lugar-comum sociológico. O rei, pois, é um pai e sempre se explicou a origem da realeza como ampliação do patriarcado (OLIVEIRA TORRES, 2018, p. 56)

Então, se o rei é um pai, o pai também é um rei. Assim como ninguém se torna o próprio pai, uma pessoa não poderá ser o próprio rei, portanto, a relação entre rei e súdito, pai e filho sempre serão marcadas pela desigualdade. Rei e pai sempre serão soberanos e, neste sentido, argumenta João Camilo (2018), no inconsciente de certas pessoas o regicídio e o parricídio se identificarem é perfeitamente compreensível.

João Camilo (2018) aponta para a curiosidade do lema da Revolução Francesa: Liberdade, igualdade e fraternidade. Tais ideais são possíveis somente entre irmãos, em contraponto aos ideais possíveis somente à figura paterna: Hierarquia, autoridade e paternidade. A figura do pai é um empecilho à realização dos ideais dos irmãos, assim sendo a Revolução Francesa representaria um verdadeiro choque entre tais ideais, que no fundo são sustentados pelo Complexo de Édipo, vez que a Lei Sálica impedia em França a ascensão ao trono de uma figura feminina. O que resulta na adoção do novo regime pós-revolução de uma figura feminina.

Ampliando sua argumentação, João Camilo (2018) conclui que o parricídio inconsciente em certas pessoas as fazem aceitar com mais facilidade a figura do ditador do que a do rei, pois o ditador não se apresenta como um novo pai, mas sim um irmão que ocupou o lugar deixado pelo pai. É o “complexo de bruto”, de acordo com o autor, o responsável pela propaganda antimonárquica, pois “procurava falar mais à imaginação, à sensibilidade, recorrendo às reações emotivas, do que formulando apelos ao raciocínio teórico” (OLIVEIRA TORRES, 2018, p.59).

Importante característica das representações políticas monarquistas no pensamento de nosso autor é sua compreensão do primado do rei na formação brasileira. Resultado de sua posição política conservadora, João Camilo enxerga negativamente as revoluções, seja política ou social, contudo, o intelectual considera a separação política de Portugal, em 1822, como a legítima revolução brasileira.

A legitimidade da revolução brasileira, assim considerado o movimento de Independência em 1822, advém do fato de que ela nada quis destruir. João Camilo dedica sua pena à tecer longas páginas sobre sua compreensão do conceito de revolução, mas de forma sucinta, seria o hábito das revoluções “destruir uma forma de legitimidade, para não dizer toda legitimidade existente. As revoluções possuem dupla face: destroem uma ordem existente e estabelecem outra” (OLIVEIRA TORRES, 2017, p. 69).

Contrariando tal princípio, a independência foi uma revolução legítima pois o Brasil deixou de ser uma monarquia absoluta para uma monarquia constitucional, de Reino Unido à Portugal e Algarves ao posto de nação soberana. O Brasil, que teve Estado antes de ter povo, teve sua independência política sem abdicar do rei. João Camilo (2017) conclui que a independência foi uma revolução legítima pelos seus fins, com “reestabelecimento da ordem legal ameaçada pelas Cortes” e pelos seus meios: o Estado brasileiro representado pelo príncipe regente e as câmaras municipais em representação do povo, ambos em busca da autonomia política do Brasil e o governo representativo.

Não houve ruptura traumática nem destruição da ordem e estruturas vigentes, com a independência e a outorga da carta constitucional em 1824, ventila no Brasil os ventos liberais, características do tempo até então. Esta é a originalidade da revolução brasileira que a torna legítima aos olhos de João Camilo.

Por fim, com objetivo de finalizar este pequeno ensaio, realçamos a representação do Poder Moderador no pensamento camiliano. João Camilo (2017) julga ter sido o Poder Moderador o fator de integração e razão pelo qual a estrutura política do Império do Brasil obteve êxito enquanto existiu, responsável pelo equilíbrio do Estado e representação da nação perante as demais.

Posto que seja um poder neutro, o rei imbuído do Poder Moderador atuaria representativamente em favor da nação em sua unidade, todavia sem uniformizá-la. À Assembleia Nacional caberia representar a nação em seus interesses regionais em sua diversidade.

5. CONCLUSÃO

João Camilo não almejou, como o argumento apresentado no início deste ensaio pelo Deputado Cunha Bueno sobre a representação do rei no imaginário do brasileiro, apelar para o emocional a fim de justificar – em sua opinião - a superioridade do regime monárquico perante o presidencialista. Avessamente, João Camilo buscou formular uma teoria do regime monárquico brasileiro em bases lógicas e racionais. Esta tentativa está fragmentada em todos seus escritos – ainda que algumas obras, como *A Democracia Coroada*, apresentem um corpo mais significativo deste esforço, não podemos ignorar seus outros livros e publicações – e não conseguiríamos levar ao fim neste ensaio uma perspectiva definitiva quanto as representações monarquistas no pensamento camiliano.

As representações monarquistas de João Camilo são um campo fértil dentro da temática do pensamento monarquista brasileiro, principalmente no que tange a sua crítica ao republicanismo e presidencialismo brasileiro, e sua abordagem por meio do conceito de representações de Chartier é apenas uma das formas de se pesquisar o pensamento camiliano. As publicações acadêmicas sobre a obra de João Camilo são recentes, porém há mais deste intelectual que merece ser redescoberto pela academia.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Arrivistas e decadentes: O debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Prisma – Revista de História Intelectual** (Universal Nacional de Quilmes, Argentina), 2009.

BARROS, José D’Assunção. A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v.9, n. 1, p. 125-141, 2005.

_____. Existe uma Nova História Cultural? Análise de um campo histórico. **Revista Poder e Cultura**, Rio de Janeiro. Ano I. Vol.2. Out/2014.

BILUCZYK, Roberto. Os monarquistas e o plebiscito de 1993: construções da memória e das representações. **História Unicap**, Pernambuco, v.7, n. 13, jan/jun. 2020.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, nº 11, V. 5, p. 173-191, jan./abr. 1991.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

TORRES, João Camilo. **A democracia coroada**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

_____. **A ideia revolucionária no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017.

_____. **Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017

NÉMETH-TORRES, Geovani. A Odisseia Monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: **Veredas da História**. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 abr. 2008.

MALATIAN, Teresa. O tradicionalismo monarquista (1928-1945). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 6, n. 16, p. 75-96, 15 dez. 2013.

RAMIRO JÚNIOR, Luiz Carlos. “João Camilo de Oliveira Torres”. In: MAZUCATO, Thiago (org). **Coleção Clássicos & Contemporâneos**, Penápolis: Editora FUNEPE, 2019.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado**. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Editora Ponteio, 2013.

Carlos Lacerda e as guerras coloniais: a importância da comunidade luso-brasileira.

Fernanda Gallinari Sathler Mussi¹¹⁹

Resumo:

A proposta desse artigo é apresentar os primeiros resultados de pesquisa da tese intitulada, provisoriamente: *Carlos Lacerda em Portugal: salazarismo e as guerras coloniais (1956-1977)*. A pesquisa prioriza investigar as proximidades que Carlos Frederico Werneck Lacerda possuía com Portugal no contexto do Estado Novo, bem como na transição democrática no 25 de abril de 1974. Lacerda se posicionou, midiaticamente, um convicto defensor de Portugal nas Guerras coloniais, exigindo esse posicionamento dos ex-presidentes do Brasil: JK, Jânio Quadros, João Goulart e os militares. Ele estava disposto a fazer campanhas para que o *Tratado de amizade e comércio*; os laços econômicos e sociais, e também a construção sólida da *Comunidade Luso-brasileira*, homenageada e respaldada durante seu governo de Guanabara, fossem concretizados.

Palavras-chaves: Carlos Lacerda, História Transnacional, Brasil-Portugal

Summary:

The purpose of this article is to present the first research results of the thesis entitled, provisionally: *Carlos Lacerda in Portugal: Salazarismo and the colonial wars (1956-1977)*. The research prioritizes investigating the proximity that Carlos Frederico Werneck Lacerda had with Portugal in the context of the Estado Novo, as well as in the democratic transition on April 25, 1974. Lacerda positioned himself, in the media, as a convinced defender of Portugal in the colonial wars, demanding this position of the former presidents of Brazil: JK, Jânio Quadros, João Goulart and the military. He was willing to campaign for the Treaty of Friendship and Commerce; the economic and social ties, as well as the solid construction of the Luso-Brazilian Community, honored and supported during his government in Guanabara, were put into practice.

Keywords: Carlos Lacerda, Transnational History, Brazil-Portugal

1. Nasceu um defensor de Portugal

*O Brasil sempre prezou em manter boas relações com Portugal, e Carlos Lacerda também, que dizia ser português de alma.*¹²⁰

Carlos Frederico Werneck de Lacerda era filho de Maurício de Lacerda e Olga Caminhoá Werneck. Nasceu no dia trinta de abril de mil novecentos e quatorze, na Primeira República (1889-1930) no Rio de Janeiro, mas seu pai, preferiu registrá-lo em Vassouras, município próximo. Ele faleceu devido a um ataque cardíaco no dia 21 de maio de 1977, na cidade do Rio de Janeiro¹²¹.

Ele nasceu em um meio político, seu pai Maurício de Lacerda escrevia críticas ao governo de Getúlio Vargas no *Diário de Notícias*, logo após, seus tios, Fernando e Paulo serem perseguidos por fazerem parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Aprendeu que naturalmente o jornalismo estava ligado a política, e tinha uma espécie de compromisso importante: “a força de dizer todos os dias, como é que devem ser feitas as coisas e a fazer oposição, acaba-se, de certo modo, comprometido a fazê-las.”¹²²

Influenciado pelos seus familiares, se interessou pelo PCB, iniciando-se, portanto, sua trajetória política. Sua relação com o partido comunista brasileiro não terminou de forma amigável. Ele acabou sendo expulso, depois de uma notícia sobre a história do Partido que não agradou seus principais membros. Após isso, Lacerda participou da formação da União Democrática Nacional, a UDN, momento em que marca sua guinada para a Direita. Foi eleito vereador no Distrito Federal, em 1947.

Sua primeira atuação como político udenista, foi na campanha de Brigadeiro Eduardo Gomes. Escrevendo contra os concorrentes de Brigadeiro na coluna “na Tribuna da Imprensa”, Lacerda foi ganhando fama como um exímio jornalista. Esses artigos vão ser o marco na sua profissão como jornalista, e vai ajudá-lo a conquistar o seu próprio jornal, o *Tribuna da Imprensa*. O *Tribuna da Imprensa*, era uma espécie de “arma ameaçadora dos governos”, seu maior alvo de críticas inicialmente foram o PTB e Vargas.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

O jornal cresceu rapidamente, garantindo espaço no mercado nacional, principalmente, no Rio de Janeiro onde encontrava sua sede.

De fato, Carlos Lacerda esteve presente em todas as crises políticas que abalaram a frustrada experiência democrática iniciada em 1946. Sua fama de demolidor de presidentes, iniciou-se após o atentado que ele sofreu em 1954¹²³, que vai ter como consequência o fim de uma das maiores eras políticas da história brasileira, a era Vargas, acompanhada de uma das grandes crises institucionais que o país já sofreu: o suicídio do Presidente Vargas. Lacerda se ausenta do país por um tempo, e a escolha por Portugal não foi por acaso. Ele se sentia à vontade e em casa nas terras portuguesas.

Sua relação com os portugueses se intensificou em um período bastante conturbado de sua vida. O *Diário de Notícias*, um dos periódicos mais vendidos em Portugal, noticiou a chegada de Lacerda no país: *chegou hoje a Lisboa o jornalista brasileiro Carlos Lacerda cuja ação esteve na base da queda do regime de Getúlio Vargas*¹²⁴. Na notícia havia uma minibiografia da trajetória política do Lacerda, e parte de uma entrevista concedida por ele onde ele defendia o "fortalecimento da política luso-brasileira". Fez muitos elogios, e afirmou que em toda oportunidade traria seus filhos a Portugal para eles entenderem mais de suas origens. Lacerda aproveitou para esclarecer que não candidataria a presidência do país, pelo menos nas próximas eleições.

A Polícia internacional e de defesa do estado, a PIDE, foi informada que um "Indivíduo perigoso e nefasto"¹²⁵ havia chegado ao país e poderia trazer graves consequências. Trata-se de uma carta extensa, e a assinatura do documento é desconhecida, anexada em um dossiê organizado pela PIDE. O envelope confirmava que o destinatário era o chefe da polícia internacional portuguesa, que também foi anexado:

Este indivíduo, conseguiu, mercê de uma democracia liberal-suicida, conspirar abertamente contra o presidente Getúlio Vargas, culminando por sublevar às forças armadas que jogou contra à pessoa do chefe da nação. Quando o governo do saudoso presidente desaparecido, tentou reagir, era tarde demais. Com palácio cercado na noite do dia 23, para 24 de agosto do corrente ano, e com a intimação de se render pela renúncia, mandou dizer aos revoltosos que só encontrariam seu cadáver. E cumpriu a promessa. Carlos Lacerda usando técnicas de usa exclusiva autoria, conseguiria penetrar no seio da mocidade militar, do exército, da aeronáutica e marinha sublevando a revolta não oferecendo nenhuma resistência (...) Assim, Exa. Senhor, muito cuidado com a nefasta

personalidade que vai pisar no solo português. Ele declarou que vai descansar no interior... muito cuidado!!!¹²⁶

Sabemos que a PIDE controlou os passos de Lacerda em Portugal, encontramos registros e documentações a partir do ano de 1954. Foram arquivadas fichas, nomeada “Serviços Reservados”, nas quais haviam informações de todos os tipos, como: os nomes dos lugares que ele escolhia para hospedar, o Ritz Hotel, um dos mais conceituados hotéis de Lisboa, era o preferido dele e da família. Monitorava também os seus encontros, principalmente com os políticos e outros intelectuais, horário de entrada e saída do hotel, além de pronunciamentos, textos publicados, aparições em gerais, etc.

Lacerda era um político bem articulado no país, portanto, essa vigilância em Portugal era algo esperado. Quando ele retornou para o Brasil, ele continuou suas diligências política, pois, não reconhecia a vitória dos políticos Juscelino Kubistchek e João Goulart, para presidência e vice-presidência do Brasil, respectivamente. Defendia o plano golpista, que se resumia na anulação das eleições de 1955, Café Filho, estava disposto a presidir as eleições na data correta, sem nenhuma objeção.

Ele vai ser um dos líderes do Golpe da Legalidade, em resumo, foi uma tentativa de golpe para impedir a posse dos eleitos democraticamente. Após o ocorrido, ele recebeu um recado do governo avisando-o que não havia mais a possibilidade da responsabilização pela sua vida. Temeroso, Lacerda prefere sair novamente do país, pois, sabia dos riscos que corria. De acordo com o historiador Jorge Ferreira,

(...) Os militares não tomaram o poder em meados da década de 50 não por volta de vontade e confiança, mas, porque tanto o campo político civil como o militar estavam profundamente divididos (...) a indignação dos militares antinacionalistas voltou-se contra o general Lott, principalmente depois da formação da chamada Frente de Novembro - composta por representados do movimento popular nacionalista.¹²⁷

Após uma breve passagem pelos EUA, Lacerda prefere terminar seu asilo político em Portugal. A situação nesse momento era muito favorável para os portugueses. Café Filho não tinha intenção de interferir nas relações Brasil-Portugal, portanto, Raul Fernandes, o ministro das Relações exteriores, procurou intensificar as relações entre às

duas nações. A prova desse impulsionamento, foi o convite assentido pelo presidente Café Filho para ir a Portugal, demonstrar seu apoio ao Estado Novo português¹²⁸. Ele reafirmou todos os compromissos brasileiros para com a Comunidade Luso-Brasileira, que era tão idealizada também por Carlos Lacerda, enfatizando todo seu apoio a Salazar, principalmente, na questão Góia. Para Portugal, a viagem e todas as declarações do presidente, representava mais uma vitória diplomática¹²⁹.

Podemos afirmar que uma das únicas medidas que Lacerda não contestava de JK, fora o apoio incondicional a Portugal. Antes mesmo de tomar posse, no mês de janeiro de 1956, JK embarcou em uma viagem ao exterior, onde propôs fazer uma breve expedição: visitou os Estados Unidos, Holanda, Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha e Portugal. O principal objetivo da viagem era ganhar apoio para pôr em prática seu programa de governo, e confirmar algumas alianças, no caso, com os portugueses: “o meu governo vai aumentar a solidariedade com Portugal no caso de Goa e em todos os terrenos”. Ele acreditava que seu plano estava começando, e, com sucesso,

O que tinha em mente, ao realizar aquela excursão, não era apenas afastar-me por algum tempo da cena nacional, de forma a permitir que as paixões serenasse, mas, sobretudo, estabelecer contatos diretos com os chefes de governo e com os capitães de indústria e do comércio daqueles países, para apresentar-lhes, em termos concretos, a política de desenvolvimento econômico que instauraria no Brasil, de forma a tentar interessá-los naquela arrancada¹³⁰.

Ao chegar em Portugal, o presidente Kubitschek foi bem recebido pelos portugueses. Transmitiu segurança às autoridades governamentais portuguesas, afirmando que o Brasil marcharia com Portugal, colocando assim, fim aos temores portugueses e que ele seguiria a linha colonialista. Ele era identificado pela diplomacia portuguesa, como “presidente capaz de garantir a continuidade das relações luso-brasileiras.”¹³¹ Após a Conferência Afro-Asiática de Bandung, e todas as movimentações anticolonialistas que existiam pelo mundo, Portugal precisava mais do que nunca manter boas relações com o Brasil. António Salazar acreditava que ele era o presidente certo para manter as relações diplomáticas e a retificação novamente do Tratado de Amizade e comércio.¹³²

Os discursos de Kubitschek foram essenciais para compreensão de sua política externa e de seus objetivos como presidente do Brasil. Ele demonstrava através de suas ações, que estava disposto a fazer tudo para alcançar seus objetivos, agindo de forma estratégica. Prova disso, é que esse lusismo de Kubitschek está atrelado a seus propósitos. Ele registrou que seu apoio ao colonialismo português vinha acompanhado da ajuda do Estado Novo português para o desenvolvimento industrial do Brasil¹³³. Desde sua posse, ele não cedeu à reivindicação indiana de incorporar Goa, Damão e Diu, até a véspera do fim de seu mandato, quando já havia muitas reivindicações anticolonialistas no país e no exterior. Ou seja, ele nunca descumpriu seus compromissos diplomáticos com Portugal, mesmo quando percebeu que a produção de café colonial africano e a Constituição do Mercado Comum Europeu estavam provocando queda das exportações de café do Brasil, ameaçando seu programa econômico.

O presidente prezou em manter boas relações com os países desenvolvidos do ocidente, para tentar capitais que seriam indispensáveis para ele poder cumprir suas principais promessas de campanha, o desenvolvimento industrial interno e a construção da nova capital, criando, portanto, uma política modernizadora. Porém, de acordo com Williams Gonçalves, o que o presidente tinha para oferecer, além das facilidades fiscais consideradas necessárias para remunerar os capitais investidos, era uma inequívoca posição anticomunista que transmitia segurança para os investidores estrangeiros¹³⁴. Lacerda tinha um posicionamento contrário e uma política oposicionista em relação ao governo, que ele afirmava ser comunista. Portanto, Kubitschek precisava lidar com essas críticas fortemente, e não deixar seus investidores acreditarem no discurso de um dos seus principais opositores. Que era um político de referência, com muitos aliados e uma voz muito ativa dentro e fora do país.

Kubitschek manteve também o Tratado de Amizade e Consulta durante todo o seu mandato. O tratado, assinado durante o governo Vargas em 1953, se tornou o mais forte argumento a favor contra todas as iniciativas de corrente nacionalista que pudessem, de algum modo, criar embaraços para os interesses lusitanos. O historiador José Honório Rodrigues, partidário da política externa independente brasileira de inícios dos anos 60, escreveu: O tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para sua órbita (...) visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais¹³⁵. Para ele, a política brasileira precisava ter uma maior aproximação com a África. Seus planos de governo

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

estavam sendo divulgados por um dos mais importantes jornais portugueses do período, o *Diário de Notícias*¹³⁶. Era recorrente notícias da situação de Lacerda na mesma sessão.

Lacerda participou ativamente do chamado Caso Humberto, em 1958, que obteve grande repercussão não apenas em Portugal, mas também no Brasil. Humberto Delgado era um importante político português, servidor e apoiador do Estado Novo¹³⁷, regressou na época de Washington, onde foi representante de Portugal na NATO. Delgado manifestava intenções de se apresentar, naquele ano, como candidato independente à Presidência da República, causando a insatisfação aos apoiadores do governo.

A ligação do político Humberto Delgado se inicia, quando ele é enviado para o Brasil para cumprir um asilo político. Lacerda o recebe em casa, e passa defendê-lo publicamente. Principalmente, após o governo português proibir a ida dele para a França e também qualquer manifestação midiática. Lacerda não achou justo, acreditava no livre arbítrio, e criou um cenário defensivo, até mesmo se propôs ir para Portugal para ajudar a amenizar a situação do ex defensor e membro do Estado Novo.

Lacerda faz um apelo ao governo português, que é bem claro:

Sr. Presidente, desta Tribuna ousou fazer um apelo ao governo português, governo de uma terra em que eu próprio encontrei asilo não oficial, pois o não solicitei, nunca oficial, pois não solicitaria naquela emergência quando nessa terra também a minha vida foi ameaçada e, ainda mais do que ela, a minha honra de homem público (...) Com autoridade de amor fraterno e com a autoridade da compreensão, mas com a veemência de quem espera preiteia justiça elementar a nação brasileira, que eu apelo ao governo de Portugal, para que, uma penada, com simples visto no passaporte, pois isso basta (...) permite o trânsito ao aeroporto para o avião brasileiro do Sr. General Humberto Delgado, nosso hóspede e nosso irmão¹³⁸.

Sobre a comunidade luso-brasileira, Lacerda era um grande defensor. Afirmava que teria mais eleitores caso houvesse uma política de imigração mais acessível no Brasil. Portanto, ele acreditava muito no apoio dos imigrantes portugueses na sua candidatura em 1965. Durante o governo de Guanabara, Lacerda criou um projeto onde construiria uma estátua do rei Dom João VI, para comemorar o IV Centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Esse gesto constituiu um dos momentos mais reveladores da vontade

de preservação da história luso-brasileira. O Jornal correio da manhã divulgou o projeto, que foi reconhecido em Portugal,

Estátua Dom João VI – Rio de Janeiro



Fonte: inventariosdosmonumentosrj.com.br

“Ao inaugurar, ontem, a estátua de Dom João VI, na Praça 15 de Novembro, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Aberto Franco Nogueira, declarou que o Príncipe e Rei, que «tanto amou esta cidade», teria de ser considerado o «construtor da comunidade luso-brasileira». Agradecendo a homenagem, o governador Carlos Lacerda disse que «a anedota vulgarizou-o, a sua obra o consagrou». «Nestas pedras brancas de granito; neste bronze antigo em que se encontram fundidos velhos canhões do Exército Português; nesta obra de arte, em suma, presta-se homenagem e perpetua-se a memória de um Príncipe e Rei que muito amou o Rio de Janeiro, que lhe devotou muito do seu labor, que lhe dedicou muito do seu esforço», disse em seu discurso o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dando início à solenidade de inauguração da estátua de D. João VI no Cais Pharoux (Praça 15), que foi presenteada ao povo carioca pelo governo de Portugal pela passagem do IV Centenário da cidade

Houve outras manifestações de Lacerda em apoio a Comunidade Luso-brasileira, como podemos notar, era algo indispensável em sua percepção e nos leva a compreensão de suas artimanhas em relação a essa parceria. Um outro caso que teve repercussão nacional, foi de uma professora imigrante, nascida em Portugal, que veio para o Brasil em meados da década de 60 em busca de novas oportunidades de trabalho e uma melhoria de vida. Lacerda a apoiou. Ele a enxergava como uma possível eleitora. Portanto, era favorável a flexibilização da política imigracional e de permanência no país. Além de mudanças na

Constituição, para que imigrantes pudessem votar após um determinado tempo residindo e trabalhando no país.

Há ainda muitas fontes para serem analisadas e ponderadas em relação a esses conceitos de Lacerda, que foram levados para frente, e defendidos até a sua morte em 1977.

Referências

Arquivo Brasil

Arquivo de Obras Raras Carlos Lacerda, Brasília. Universidade de Brasília (UDN)

Arquivos Portugal

Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

Arquivo Oliveira Salazar

Arquivo Marcello Caetano

Arquivo da PIDE/DGS

Arquivo da Legião Portuguesa.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Arquivo da Rádio Renascença

Hemeroteca Municipal de Lisboa

Biblioteca Nacional -Pt

Periódicos

Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro.

Última Hora- Rio de Janeiro.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

Diário de Notícias - Pt

Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victória Mesquita. **A UDN e o Udenismo. A ambigüidade do liberalismo brasileiro 1945-1965.** São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política.** Editora Estampa, 1968.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. **A economia política dos bacharéis udenistas.** Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

CHALHOUB, Sidney. **A história contada.** Editora Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

DELGADO, [Lucília de Almeida Neves](#) & FERREIRA, Jorge. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** 3º volume, Civilização Brasileira, 2019.

DELGADO, Márcio de Paiva. **O “Golpismo Democrático”- Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964),** dissertação de mestrado defendida na UFJF.

_____. **A Frente Ampla de Oposição ao Regime Militar (1966-1968.),** tese de doutorado defendida na UFMG.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador.** Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

DUTRA, Eliana. **Histórias e Culturas Políticas- definições, usos e genealogias.** Artigo para a UFMG.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964 - O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1º edição, 2014.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

GOMES, Ângela de Castro. **História, Historiografia e Cultura Política no Brasil.** 2017.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **A escalada política:** meu caminho para Brasília. Vol II, Rio de Janeiro, Bloch editores, 1976, p.460

LACERDA, Carlos. **Depoimento.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968.** São Paulo: Códex, 2002.

MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. **Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977).** Dissertação de mestrado. História, Juiz de Fora: UFJF, 2020.

NETO, João Pinheiro. **Carlos Lacerda – um raio sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** 2º Edição, FGV editora.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo.** Editora Paz e Terra, (1982).

Williams da Silva. **O realismo da fraternidade Brasil - Portugal:** Do tratado de Amizade ao caso Delgado. Lisboa, Portugal: 2003.

CARLOS LACERDA E ODILON BRAGA PELA PERSPECTIVA DOS BACHARÉIS DA UDN (1950-1955)

Jordan Marcos Rocha¹³⁹

Resumo:

Esse artigo analisa brevemente as concepções políticas e econômicas dialogadas entre os bacharéis da UDN em comparação com as concepções de outros dois políticos: Carlos Lacerda e Odilon Braga no período da chamada Experiência Democrática (1946-1964). Nesse período, Lacerda teve papel político ativo na oposição aos presidentes, enquanto Odilon Braga é amplamente reconhecido como alinhado aos bacharéis da UDN, embora até então não foi analisado como tal. Os bacharéis pensavam nos problemas práticos mais urgentes, mas tinham uma visão política transcendente a esses, mais legalista, embora também mais afastada das demandas populares. A nova democracia de 1946, apesar de limitada pelas estruturas políticas autoritárias permanentes do regime anterior, permaneceu com essas novas demandas que eram estranhas ao domínio das oligarquias e dos militares, como também dos bacharéis.

Palavras-chave: UDN, bacharéis, Carlos Lacerda, Odilon Braga, democracia

Abstract:

This article briefly analyzes the political and economic conceptions discussed between UDN (National Democratic Union) bachelors in comparison with the conceptions of two other politicians: Carlos Lacerda and Odilon Braga in the period of the so-called Democratic Experience (1946-1964). During this period, Lacerda played an active political role in opposing the presidents, while Braga is widely recognized as aligned with the UDN bachelors, although until then he has not been analyzed as such. The bachelors thought of the most urgent practical problems, but they had a political vision transcending these, more legalistic, although also far removed from popular demands. The new democracy, although limited by the authoritarian political structures remaining from the previous regime, remained with these new demands that were alien to the domain of the oligarchies and the military, as well as the bachelors.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Keywords: UDN, bachelors, Carlos Lacerda, Odilon Braga, democracy

INTRODUÇÃO

Esse artigo visa, antes de tudo, acrescentar pesquisas anteriores a respeito de Odilon Braga e Carlos Lacerda. Lacerda teve seu discurso analisado por Chaloub (2018), e tem grande peso ao representar um contraste com os bacharéis nas práticas políticas. Já Odilon Braga teve grande papel político dentro da UDN também como oposição à política varguista e seu discurso esteve alinhado com os bacharéis, embora não tenha recebido a atenção dos estudos de Chaloub (2017, 2019) da mesma forma que outros bacharéis da época. Aqui nos interessa a crítica das discussões dos bacharéis e a comparação com as concepções de Carlos Lacerda, que levarão o último a liderar a tentativa de golpe de estado de 1955, como também, uma análise dos discursos de Odilon, revelando a proximidade desse político com os demais bacharéis.

Assim destacamos que nosso estudo envolve a análise de um espaço social diferenciado, o das direitas políticas, principalmente as liberais, no cenário de Experiência Democrática, que durou de 1946 a 1964. Procuramos relacionar os três artigos de Chaloub (2017, 2018, 2019) como uma forma de estudo e contextualização e incorporar os novos estudos a respeito de Odilon, em parte já publicados em Rocha (2019). Não estamos nessa análise procurando entender a sucessão de fatos dessa República, mas o processo de formação e evolução das ideias e culturas políticas dentro desse espaço mais livre ao debate, ainda que marcado pelos obstáculos e restrições do caráter ditatorial remanescente do Estado Novo (1937-1945)¹⁴⁰. O principal questionamento, que inspirou a escolha desse tema, gira em torno da possibilidade ou não de existência de uma cultura que envolva as direitas políticas do período, incluindo não somente os liberais no qual esse trabalho se foca, mas também sobre os autoritários, remanescentes da AIB, Ação Integralista Brasileira, dissolvida durante o Estado Novo e adaptada ao novo período democrático sob a sigla partidária do Partido de Representação Popular, PRP. Dessa forma, esse estudo é um dos passos iniciais no entendimento da Cultura Política do período, e constitui uma leitura analítica de três artigos de Jorge Chaloub (2017, 2018 e 2019), original na análise de grupos específicos da UDN e suas discussões, participando dos recentes estudos sobre as direitas, e a introdução de algumas considerações baseadas em discursos e documentos de Odilon Braga, da UDN. Reconhecemos ainda, com base

em Mergel (2012), que nem todas as esferas de discussão são possíveis de um acesso simbólico amplo, uma vez que a força e a violência e os efeitos dessa são elementos da História nem sempre presentes no discurso, nem daqueles que as praticam, como também daqueles que as sofrem, constituindo ausências e até mesmo esquecimentos. Daí a importância de outros estudos dentro da História Social Renovada que preconizam, dentre outros aspectos, a evolução das desigualdades sociais, do desenvolvimento econômico, do resultado das políticas para além dos discursos, embora estejam sempre relacionados com esse universo discursivo.

OS BACHARÉIS DA UDN

Durante a história do Brasil, os bacharéis tiveram papel fundamental na construção de uma instituição nacional que avançou se aproximando de um estado de direito. Segundo Weber (2004, apud Chaloub, 2019) essa participação não é única no Brasil, já que os bacharéis tiveram papel importante na progressão das estruturas políticas europeias em direção a uma forma estatal racional. Um dos únicos a dar foco sobre os bacharéis dentro da UDN, Chaloub (2019) entende que a formação em bacharel era uma das formas de se aproximação da política por três formas. A primeira por representar uma distinção social e forma de ingresso na política por si só, embora a formação em si não necessariamente distingue as capacidades dos que a escolhem. Também por desenvolver um estilo forense e retórico, de importância na capacidade discursiva do político, embora nem sempre esteja acompanhado pela absorção das fórmulas e argumentos jurídicos, sendo esses relegados ao segundo plano, nesse caso. E, por fim, há também o modo de afirmar politicamente ao possuir uma expertise nas leis de modo completo, utilizando-a na compreensão da realidade, sendo o espaço político uma maneira de defender o processo legal existente, realizando sua adaptação dentro das possibilidades legais.

Chaloub (2019), utilizando principalmente de trechos de Afonso Arinos, para esse meio de afirmação na política, recaiu a identidade de pouca adaptação aos problemas da vida política, ou da realidade nacional, já que suas mentes estariam voltadas aos tratados jurídicos, compreendendo o autor que o universo jurídico é também muito rico em meio as contingências do político, relegando esses bacharéis suas ações ao campo da ciência jurídica, com importância em si mesma, antes de aplicá-la. Ao lado da figura do bacharel,

também existiria a figura do jurista, também comprometido com ciência do direito, a qual seria uma série de pressupostos lógicos, ocupando a política um lugar menor, limitada aos interesses pessoais. O jurista se diferenciaria pelo interesse inovador, se colocando numa posição criativa e, por isso, de tendência menos conservadora, entretanto podendo ser reacionário ou progressista em suas propostas. Por sua vez, os bacharéis, com sensibilidade sociológica pouco desenvolvida, não conseguiam se depreender das formulas jurídicas preexistentes e estavam impossibilitados de acompanhar as vertiginosas mudanças da participação das massas, as quais o regime do Estado Novo soube deixar legados que esses bacharéis tiveram de incorporar, eram assim “compelidos a combater o ditador sem negar as heranças da ditadura”¹⁴¹.

Já ao explicar o posicionamento dos bacharéis quanto a economia política, ponto importante na formação da cultura, outro ponto levantado por Chaloub (2017) é com relação à forte presença do discurso jurídico no liberalismo, característica específica do tipo de liberalismo existente no Brasil. Embora o liberalismo tenha uma forte presença da argumentação jurídica, que se organiza em torno da garantia dos direitos individuais frente ao poder do Estado, através dos conceitos de “Estado de direito”, “governo da lei” e “sujeito de direito”, por exemplo, no Brasil esse discurso vai se sobrepor ao econômico, ocupando o mercado um papel de menor preponderância na organização social, frente ao papel do próprio estado em organizar a sociedade de acordo com um código de leis considerado moderno e típico das demais sociedades de ordem capitalista e competitiva. Essa forma “juridicista” é assumida, ainda segundo o historiador, por julgarem a sociedade despreparada para se ordenar sozinha. Nesse cenário, os valores aristocráticos ainda predominam sobre o esforço da construção de uma sociedade burguesa. O discurso dos udenistas evitou qualquer projeto que construísse uma liberdade excessiva e que resultasse na participação das massas. A transformação promovida por baixo, que se constituiu como passos necessários para o desenvolvimento do liberalismo nos Estados Unidos e em outros países, não estava presente nos discursos desses liberais no Brasil, receosos da destruição das antigas cadeias de comando e privilégios, da estrutura agrária. Nesse sentido, o utilitarismo, propagado principalmente pela defesa do livre-mercado, dá origem a um liberalismo conservador, em que existe uma preocupação com a harmonia social, garantida pelo direito, que é levado a cabo pelas elites e descrito pelo conceito analítico de “modernização conservadora”¹⁴². Interessante destacar que nesse ponto

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ocorre uma diferenciação entre esses bacharéis e Carlos Lacerda. Na cultura política desse último político, como veremos adiante, os princípios jurídicos assumiram um lugar secundário com relação ao utilitarismo econômico e a contingência política.

Ainda sobre os bacharéis, Chaloub (2019: p. 279-280), principalmente através de Afonso Arinos e Milton Campos, entende que os bacharéis brasileiros julgavam que a realidade do livre-mercado era distante da nacional, utilizando a definição de Faoro quanto à defesa desses bacharéis de “um capitalismo politicamente orientado”. Dessa forma, os bacharéis não queriam um estado que se assemelhasse a uma simples gerência, ou a política um simples negócio. Ainda na concepção liberal desses bacharéis, o indivíduo não é meramente movido por interesses pessoais, tendência que igualaria os homens, mas possuem “distinções qualitativas” que evitam essa “igualdade abstrata” comum nas concepções clássicas do liberalismo, mas não presentes nas manifestações ibéricas desse¹⁴³. Nesse sentido, do ponto de vista econômico, as ideias do livre mercado eram difíceis de serem abraçadas, embora estavam dentro do campo intelectual dos bacharéis, ao contrário do materialismo histórico, do qual visavam afastar o país. À antropologia mercadológica, centrada na virtude pessoal e aparentemente superficial do mercado, os bacharéis estavam mais próximos dos liberais franceses do XIX, nos quais havia uma (FRANCO apud CHALOUB, 2017: p. 280) “manifestação de crença nas possibilidades de aprimoramento e evolução do homem”. Criticando a massificação do homem pelo livre-mercado, do ocaso da virtude pessoal desse, defendendo as virtudes como a capacidade de governar, esse liberalismo tem características de um pensamento conservador, de “elites virtuosas”, que dirigem as massas amorfas¹⁴⁴. As elites seriam portadoras de harmonia e moderação frente a um povo que inapto a escolher os melhores representantes, se entrega aos piores líderes (CAMPOS apud CHALOUB, 2019: p. 285) “que o exploram e o traem”. Essa visão das massas se intensifica com as derrotas eleitorais da UDN em 1946 e em 1950. O sistema democrático das eleições livres encontrava limites na educação cívica da população, que tornaria o voto livre:

“[...] agrilhado às mais espúrias forças políticas brasileiras, os patriarcas e caudilhos, já que, com a exceção de uma “elite liberal”, a plebe se vê enfeitada por promessas, valores e símbolos rebaixados, que impedem o país de se desenvolver” (CHALOUB, 2019, p. 287).

Essa crítica ao resultado das eleições liberais se progredia como uma crítica ao caudilhismo, e à figura política de Vargas, já que era completamente contrária da figura de homem público preconizada pelos bacharéis. Porém, Chaloub (2019: p. 288) enfatiza que essa oposição dos bacharéis não pode ser entendida tão somente dentro do campo pessoal, como estava presente em relatos como o do bacharel Afonso Arinos, mas dentro de uma disputa de projetos políticos, onde Vargas era “manifestação pública” de uma “ordenação de mundo” divergente do projeto dos bacharéis. Dentro dessa perspectiva udenista, embora haja uma separação entre instituições e pessoas, Chaloub complementa que a política, apesar de ordenada pelas instituições, não é alheia aos “traços pessoais daqueles que a comandam”.

Ainda que legalistas, dentro da UDN é evidente a relação próxima entre os setores militares e os bacharéis modernizantes, para os quais as figuras fortes do exército se faziam como inspiração e reserva de moralidade contra a corrupção. Os contorcionismos jurídicos, em torno da exigência de maioria absoluta nas eleições, por exemplo, eram explicados pelo fato da legalidade já ter sido corrompida, sendo necessário sair dela para mantê-la, argumento semelhante ao de Lacerda e sua concepção dinâmica do direito, como veremos adiante.

Novamente tangenciando o elitismo, Chaloub (2019: p. 290) destaca que o direito é que dá origem à lei, embora aos bacharéis, no caso brasileiro, devido ao “desnível cultural”, era evidente o papel das elites e da norma jurídica no fortalecimento do direito. A sociedade brasileira necessitaria da organização firme da lei, já que não há valores compartilhados suficientes para ordenar o país. O povo brasileiro seria um povo sem passado, mas com futuro. Dentro dessa perspectiva, os bacharéis e os estadistas seriam responsáveis por conter os impulsos sociais e definir os rumos do país em planejamentos, realizando uma mediação social. Essa necessidade forte de leis, próprias do caso brasileiro, afastariam o país de uma ordenação social pelo mercado, já que a população não tinha condições de ter clareza sobre o melhor para si. O planejamento, presente na perspectiva dos bacharéis conservadores, vai ganhar ainda mais feições mais modernas para os liberais modernizantes, há menor preocupação com a virtude, e maior preocupação na modernização do aparato jurídico. Em contrapartida, Carlos Lacerda, que analisaremos em diante, terá outra concepção com relação a ordenação pelo livre mercado e a participação política. Para Lacerda (apud Chaloub: 2018), havia na formação do Brasil

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

um paternalismo prejudicial ao desenvolvimento do país. Há em Lacerda, assim como em Odilon Braga uma crítica ao poder moderador e ao centralismo político, que em Lacerda também resvala na crítica às oligarquias que impediam a participação das massas.¹⁴⁵

A UDN, para Benevides (1981), não possuía uma visão ou projeto econômico único, já que é marcada por tensões e disputas por concepções de organização e funcionamento econômico. Para ela, o partido era guiado sobretudo pelos aspectos políticos de cada questão econômica. Com uma visão diversa, ainda que comunicante com essas conclusões da historiadora, Chaloub (2017) tenta aproximar as concepções econômicas dos udenistas, utilizando o bacharelismo como ponto central desse esforço em encontrar pontos de convergência das concepções econômicas, que estavam envolvidas sobretudo em seus discursos políticos e jurídicos.

CARLOS LACERDA, UMA QUASE ANTÍTESE DOS BACHARÉIS

Sobre Carlos Lacerda, Chaloub (2018) afirma que o político não teve preocupação em apresentar uma política coerente, já que seus posicionamentos estavam vinculados a efemeridade do jogo político. Dessa forma, não havia preocupação em produzir uma filosofia coerente, mas sua atuação política revelou estigmas com relação aos adversários. Lacerda operava desse modo com o liberalismo como forma a avaliar a política dos demais, representando a liberdade, enquanto as demais ideologias fascista e comunista, consideradas afastamentos desse ideal, semelhantes entre si em seu totalitarismo, e que eram retratados em uma linguagem sanitarista, ou seja, que considerava tais ideias como de fácil propagação, e que por isso deveriam ser combatidas fortemente. Destacamos a nossa última pesquisa a respeito de Carlos Lacerda que resultou em uma monografia (ROCHA: 2021). Em diversos momentos, percebemos a linguagem combativa de Lacerda que tratava os adversários como doenças ou inimigos a serem combatidos¹⁴⁶.

Ainda segundo o pesquisador, as semelhanças entre bacharéis e Carlos Lacerda englobavam a identificação das causas e de uma crise do liberalismo no país. Contudo, as divergências eram relacionadas a métodos e na referência ao passado. Se mesmo para bacharéis modernizantes, a inovação deveria conviver com a conservação, para Lacerda, não havia nada positivo nesse passado brasileiro. Ele deveria ser destruído para que as transformações ocorressem.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Interessante perceber que ambas partes interpretam de maneira diferente esse passado. Como no artigo sobre os bacharéis, fica clara a ideia de que as elites, para os bacharéis, teriam o efeito de guiar a massa da população, ainda não completamente adequada para o exercício pleno da política. Nesse ponto de vista, o predomínio das elites na política do Brasil imperial seria admissível. Mas, ao contrário, Carlos Lacerda, que antes havia sido comunista, considera que liberalismo no século XIX brasileiro foi um “artifício, através do qual o Poder Moderador efetivamente governou esta nação”. A participação e o advento das massas, desejável historicamente, teria sido então desde o Império “desviado nas suas fontes, canalizado para outros rumos, quais sejam os rumos de um paternalismo republicano, os rumos de uma ditadura inspirada na degeneração do positivismo de 1889.”

No trecho, o termo paternalismo já evidencia a posição de Lacerda em criticar a baixa participação das massas. Mas, vale lembrar, as mesmas massas que deram vitória à Getúlio em 1950, cujo governo contraditoriamente o udenista tentou inviabilizar com a sua oposição (DELGADO: 2006). Para Lacerda, a vitória do adversário seria consequência da negligência da República de 1889 em efetivamente viabilizar a participação política, permitindo o caudilhismo.

Outro ponto de discordância também envolve o que Chaloub (2018) definiu como “tópico realista”. Para o cientista político, Lacerda julgava a retórica dos bacharéis como excessivamente legalista, muito comprometida com um ideal jurídico que não era existente na República. O político teria seu próprio senso de realidade, em que não se encaixaria o legalismo ou mesmo o discurso dos bacharéis diante dos movimentos políticos adversários. Essa visão de corte realista também andava junta com o reconhecimento e reabilitação da imagem de Lacerda, reforçando o seu papel político de representar interesses específicos, para além da aparente neutralidade das leis. Daí a crítica que realiza aos barachareis, que possuíam, segundo ele, uma visão estática das leis, que não percebia as mudanças políticas e o uso político delas, sacralizando as leis e confundindo o que são com o que deveria ser numa visão jurídica idealizada, muito embora também dialogavam com os setores militares da UDN nos cenários de crise institucional.

Assim são traçadas as principais divergências entre os definidos como bacharéis da UDN e Carlos Lacerda, cuja notoriedade e posição dentro do partido o tornava um adversário dos bacharéis. Como vimos, elas perpassavam por visões diferentes do passado brasileiro, que para Lacerda tem poucas coisas a serem aproveitadas, mas para os bacharéis representam uma forma das elites em lidar com as limitações do país ao modelo liberal. Também pela concepção dinâmica e, ao mesmo tempo, efêmera da política, em que Lacerda se apresentava de maneira combativa, valorizando a imagem do político audaz, ao contrário da concepção dos bacharéis, ligados a uma concepção legalista e idealista do código jurídico, no qual a política poderia ser corruptora.

ODILON BRAGA, UM EXEMPLO DE BACHAREL UDENISTA

Aqui destacamos outro político de grande relevância nos anos 1950, sendo presidente daquele partido político, a UDN. Trata-se de Odilon Duarte Braga, cujo reconhecimento no tempo presente não é tão grande, mas cuja importância teve ao ser um dos principais políticos de oposição ao Estado Novo depois que pediu demissão do cargo de ministro da agricultura em 1937, sendo esse ato uma das primeiras contestações ao regime. Desde então, segundo Romão (1979) o político passou a não exercer atividade política significativa até a elaboração do Manifesto dos Mineiros de 1943, em que teve intensa participação na redação e foi um de seus signatários. Após o Estado Novo, em 1950 se torna candidato à vice-presidente. Eleições sobre as quais se destacam dois estudos nossos (ROCHA, 2019, 2021), nas quais Braga, assim como Eduardo Gomes, candidato à presidência pelo mesmo partido, tentam aproximação com Plínio Salgado, ex-líder integralista agora presidente do Partido de Representação Popular, PRP, visando a formação de uma chapa eleitoral. Entretanto, apesar da aliança com o PRP em que elementos em comum se ressaltam, os discursos de Braga sempre enfatizaram valores democráticos, a legalidade jurídica, assim como possuíam diversas referências a elementos da Revolução Francesa de 1789, ou seja, elementos que permeiam uma visão legalista, e por vezes conservadora, do jogo político.

Sentimos necessidade de dar foco a esse personagem no artigo pelo fato de Chaloub não citá-lo em nenhum trecho de seus artigos a respeito dos bacharéis, embora consideramos que Braga possa ser considerado uma figura pertencente a esse grupo.

Romão (1979: p.21) também o identificou como um bacharel, “entre os quais é figura exponencial”. Também na mesma página, mais à frente, o autor o identifica como um “jurista descontente”, junto com Milton Campos e Prado Kelly. É importante ressaltar que o político se formou como “bacharel em ciências” em 1911 pelo ginásio do Grambery, de Juiz de Fora, prosseguindo na mesma instituição durante curso de direito até ser transferido para a Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro em 1915, devido a Lei Carlos Maximiano.

A linguagem do político, nos discursos que analisamos em Rocha (2019), é rica em conceitos e termos jurídicos que denotam uma educação apropriada, a formalidade é presente nos textos¹⁴⁷. São recorrentes as utilizações de passagens elementos da revolução francesa como forma de valorizar a tradição e os princípios liberais, e nesse caso destacamos um discurso ao Partido Nacionalista, sem data aparente, em que Odilon Braga relembra a figura do barrete frígio¹⁴⁸. Nele há a presença da referência tradicional presente no discurso conservador, em que a modernização convive ao lado da conservação do passado. Mesmo sendo um conceito não muito fechado, isso é, historicamente não debatido de forma satisfatória, de acordo com os estudos de Chaloub (2017, 2019), nos quais o termo recebe destaque, podemos considerar as características que inicialmente retratamos aqui como sendo uma definição dos membros daquele grupo, e sob as quais Braga se encaixa de maneira muito satisfatória, como veremos a seguir.¹⁴⁹

Em seus discursos e entrevistas sobre o campo econômico, no qual trabalhou como assistente jurídico do Banco do Brasil, como também participou de diversas discussões envolvendo o mineiro e petróleo, recursos naturais aos quais o debate público voltava seus olhos, Odilon Braga teve uma visão prática da economia e dos problemas do desenvolvimento nacional, em que demonstra conhecimento das propostas para combatê-los e grande capacidade de análise. Alguns dos documentos foram analisados em Rocha (2019) e envolvem outras importantes personalidades do período, como o General Horta Barbosa e o literato Monteiro Lobado, ambos inseridos dentro das discussões que levariam ao movimento “O Petróleo é nosso”.

Ao mesmo tempo, em uma análise dos estudos sobre economia que contemplam, principalmente, citações de obras que leu e estudou, há, sobretudo, uma preponderância de uma visão política e jurídica da economia, a qual o aproxima dos demais bacharéis,

que também politizavam esse tema. Nesses estudos, se sobressaem discussões a respeito do corporativismo, trabalhismo, corporativismo agrícola, sindicatos, em que se investigam principalmente as implicações jurídicas e políticas da incorporação de tais esquemas de organização¹⁵⁰.

Em seus discursos e entrevistas, há sempre tom analítico no emprego dos termos, o que o diferencia de uma postura mais combativa, como a presente em Carlos Lacerda. Nos textos com tema político, há referência ao jusnaturalismo, relegado à Aristóteles e São Tomás de Aquino, e ao juspositivismo, inclusive com referência a especialistas do direito, como Kelsen:

“Os partidários interesseiros dos regimes totalitários acometem contra a democracia porque a dizem baseada sobre entidades metafísicas, de pura abstração lógica: soberania do povo, igualdade, liberdade, direitos individuais. – Ora, que colocam no lugar de tudo isso? – O Estado. Que é, porém, o Estado sinão – a personificação jurídica da Nação? Já o notara Kelsen: - “A personificação do Estado é um véu que dissimula o fato, insuportável à sensibilidade democrática, de uma dominação do homem pelo homem”. É para ele – “a peça fundamental da teoria do direito público contemporâneo[sic]”.

Nesse trecho, retirado em um discurso intitulado de “Democracia” pelo político, sem data aparente, observamos mais uma vez o rico repertório de referências que marcam os discursos¹⁵¹. Como em um discurso durante a formação do Partido Nacionalista, mais uma vez Odilon Braga ressalta a Revolução Francesa e sua contribuição para o desenvolvimento da noção de democracia, dirigindo uma crítica aos incultos e críticos da democracia: “os incultos e os que fecham, por conveniência, os olhos perante as lições do passado, supõem que só agora a democracia experimenta os efeitos de análises agudas e severas”¹⁵². Logo após, lembra o nome daqueles que fizeram parte das primeiras críticas severas ao ideário democrático da Revolução Francesa, como Maistre, Bonald, Summer Maine e Guizot, procurando destacar que antes dos questionamentos da década de 1930 com relação à democracia, já existiam inúmeros críticos a ela, não sendo novidade aqueles questionamentos. No trecho em específico, é possível notar o posicionamento de Odilon em prol do legalismo pelo qual ficou conhecido o grupo dos bacharéis, possuindo uma

perspectiva jurídica da política, em que o sistema de leis fornece um sistema de contrapesos contra o totalitarismo. Mais na frente, continuando o discurso, o bacharel investe contra os fascistas e nazistas, mais precisamente, aos teóricos desses movimentos de massa:

“Um equívoco lamentável, deliberada a maliciosamente produzido pelos teóricos do fascismo e do nazismo defunde-se hoje pelos círculos culturais e políticos de outros países: o de que o indivíduo precedeu a sociedade, no tempo, pelo que deve ser subordinado aos interesses desta, representada pelo Estado. Por que o proclamam e sustentam? Porque somente eles compõem os órgãos coletivos do Estado. E que eles não são indivíduos como seus outros patrícios? Nesse caso, poderíamos, baseado no mesmo princípio, exigir deles que subordinassem os seus interesses e as suas opiniões políticas aos da maioria da população excluída do privilégio do governo [...] [sic]”

Nesse trecho em uma perspectiva bastante jusnaturalista, Odilon Braga critica a visão de que a sociedade sucedeu o indivíduo, e em seguida questiona a diferença entre os fascistas e os demais cidadãos, e conseqüentemente o ideal fascista de tomada do Estado para o favorecimento do seu movimento totalitário. Como solução, Braga propõe subordinar o Estado aos interesses dos indivíduos que não possuem o privilégio do governo e revelados pela opinião pública.

Ao longo das entrevistas com assuntos econômicos, Odilon Braga também tem uma linha de pensamento própria, que mescla o livre mercado e investimentos externos com os investimentos estatais e uma crítica ao lucro dos grandes bancos internacionais, reforçando o ponto defendido por Chaloub (2017: p.11) de que os bacharéis possuíam uma perspectiva econômica que flertava em torno de um Estado com papel ativo, o que não implica também em um “radical estatismo”¹⁵³. Também há referências à Rui Barbosa em um segundo discurso, referente ao dia dos advogados, revelando mais uma vez as referências históricas utilizadas por Odilon Braga em sua cultura política¹⁵⁴:

“E de Rui? O que dizer de Rui, não que foi provavelmente o maior e mais genial dos advogados do Hemisfério, o potente demiurgo do Direito Público e Constitucional da nossa era republicana, por ele plasmado, com a lava

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

incandescente dos seus entusiasmos e das iras, em inumeráveis pareceres, arrazoados e discursos que assombra pela formosura do estilo e pela riqueza inexaurível dos dados de erudição e de doutrina?! [sic]”

Nesse trecho, percebemos o claro apreço de Odilon Braga pelo político, que é iniciado por uma pergunta retórica, que nos remete a uma reverberação do discurso ao público, a um eco de aceitação por aqueles que acompanham os passos argumentativos do orador. Sendo, segundo as notas do arquivista e reforçado pelas informações trazidas pelo texto, um discurso no dia dos advogados, esse texto nos diz de um círculo social que molda e é moldado por Braga. Rui Barbosa é elevado a um dos melhores, senão o melhor jurista que o Brasil já teve, mesmo com o encilhamento ocorrido durante seu período no Ministério da Fazenda, valorizado pelos bacharéis pelo sentido político em suas decisões, que equacionavam as forças presentes como um estadista de responsabilidade. Daí, mais uma semelhança compartilhada pelos udenistas denominados bacharéis.

Outras figuras como o próprio Carlos Lacerda, e Otávio Mangueira, para utilizar políticos citados por Chaloub (2019), tinham uma perspectiva crítica com relação a esse perfil de homem jurídico, como bem transparece Chaloub (2019: p.268) ao parafrasear esse último: “Estamos perdidos! Político com livro em casa nunca deu certo! Quem tinha mais livros era o pior político: chamava-se Rui Barbosa”. Já para Lacerda, que escancarou seu perfil político na imprensa, seja através do tom belicoso da sua coluna, e depois do seu jornal, ou mesmo na postura em fotos, analisadas por Delgado (2006, 2013), nas quais até chegou a empunhar armas, essa política ligada a neutralidade e cumprimento das leis não era interessante. Já que, ao político e jornalista, o ambiente político era maior que o rito das leis, que em excesso se transforma em um formalismo que atrapalha a inserção e realizações de aspirações populares, semelhante ao paternalismo que criticou no Império e na nova República, da qual não havia muita coisa de se orgulhar (CHALOUB, 2019). Vale lembrar ainda a trajetória de Lacerda, em que largou o curso de direito, justificando sua decisão (1987 apud MEDONÇA, 2002: p. 39), por ter verificado duas coisas dentro do direito: “primeiro que eu [ele] era contra a ordem jurídica vigente, segundo, que a advocacia era uma profissão muito estranha porque os casos que me interessavam não davam dinheiro e os casos que davam dinheiro não me interessavam”¹⁵⁵. Então,

percebemos a perspectiva e a identidade de Lacerda que se construía por detrás das leis, pelo questionamento acima do cumprimento.

Sentimos a necessidade de realizar novos estudos a respeito da perspectiva democrática de Odilon Braga em um artigo próximo, levando em consideração também estudos que realizamos a respeito das alianças políticas durante a eleição de 1950, em que Odilon Braga esteve ao lado de Eduardo Gomes na defesa de uma aliança com o PRP, Partido de Representação Popular, reconhecido, principalmente pela historiografia, como a continuação do integralismo dentro do novo regime democrático de 1946. Esse posicionamento, vindo de uma figura cujo legalismo esteve fortemente presente em seus valores políticos, pode ser considerado contraditório, ao mesmo tempo que explicável pelas mudanças que tornaram o PRP inserido naquela democracia. Naquele contexto, outro udenista, Carlos Lacerda, mesmo possuindo uma visão não tão legalista como as dos bacharéis e que iria resultar em golpes futuros que apoiou, contrariou amplamente a decisão de formar chapa como PRP, principalmente através de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, denunciando o caráter totalitário do passado do chefe integralista. Esse posicionamento mais segregado já foi estudado por nós na monografia “Plínio Salgado na Tribuna de Lacerda”, sendo mais uma contribuição para o entendimento da cultura política da direita durante a Experiência Democrática de 1946 a 1964.

CONCLUSÃO

Esperamos ter sido possível entender melhor o grupo dos bacharéis da UDN, assim chamados por terem um posicionamento e discurso diferente dos demais políticos do partido e que envolviam a consideração e respeito das leis e do processo legal. No estudo desse grupo se destacou dois artigos de Jorge Chaloub, únicos a darem aos bacharéis o lugar de principal objeto de análise. Esse historiador também foi importante para a consideração de outro importante daquela conjuntura: Carlos Lacerda, cujo relevo político dentro da conjuntura da Experiência Democrática de 1946-1964, com uma posição oposta à dos bacharéis dentro do UDN, nos impeliu a considera-lo dentro desse estudo, quase como uma antítese ao comportamento dos bacharéis. Por fim, sentimos a necessidade de apresentar importante figura do mesmo período, mas que não esteve presente nas análises de Chaloub: Odilon Duarte Braga, que ao lado dos bacharéis da

UDN fez oposição ao Estado Novo e ao governo eleito de Vargas, após ter se demitido do Ministério da Agricultura como forma de oposição ao novo regime. Verificamos em seus discursos, grandes similaridades de valores e referências jurídicas que nos permite identifica-lo como pertencente a uma mesma cultura política que esteve presente nos bacharéis udenistas.

Referências

Fontes: Arquivo Histórico da UFJF. *Fundo Odilon Braga*: pastas 115, 124 e 125

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROOLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, QUADRAT, Samantha Viz. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 29-46.

CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965)*. Cascavel: Edunioeste, 2010.

_____. *O integralismo no Pós-Guerra: a formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

_____. *O integralismo no processo político brasileiro – A trajetória do Partido de Representação Popular (1945-1965) – Cães de guarda da ordem burguesa*. 2005. 819f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza. A economia política dos bacharéis udenistas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.32, n.94, p.1-18, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jpLRmqPtXhVCSjVxQD5rPQB/?lang=pt#>>. Acesso em 28 de out. de 2021.

_____. O Brasil dos bacharéis: um discurso liberal udenista. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, São Paulo, n. 113, p.263-304, mai.-ago., 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/tn7ZcPLBzxfkwjYBqm5TFqC/?lang=pt>>. Acesso em 28 de out. de 2021.

_____. O liberalismo de Carlos Lacerda. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.64, n.4, p.385-428, out.-dez., 2018. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/dados/a/cvrWsGmwb9ztWdDrzf4VYWS/?lang=pt>>. Acesso em 28 de out. de 2021.

DELGADO, Márcio de Paiva. *O golpismo democrático: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF. Juiz de Fora. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3263>>. Acesso em 25 de jul. de 2021.

- GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- MENDONÇA, M. G. *O Demolidor de Presidentes*. São Paulo, Codex 2002.
- MERGEL, Thomas. *Kulturgeschichte der Politik* (versão 1.0) (Tradução de René E. Gertz). *Docupedia-Zeitgeschichte*, out., 2012. Disponível em: <https://docupedia.de/zg/Kulturgeschichte_der_Politik_Version_2.0_Thomas_Mergel>. Acesso em 28 de out. de 2021.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Souza. Desafios e possibilidades da apropriação de cultura política pela historiografia. In: *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009. p. 13 – 37.
- MUSSI, Fernanda Gallinari Sathler. Conservadorismo e política: Carlos Lacerda em suas obras literárias (1964-1977). 2020. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF. Juiz de Fora.
- RÉMOND, R. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- ROCHA, Jordan Marcos. Odilon Braga (UDN) e Plínio Salgado (PRP): um estudo das relações das direitas políticas no contexto das eleições de 1950. In: *Anais Eletrônicos da XXXV Semana de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, p. 432 – 443, 2019. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2020/04/Anais-da-XXXV-Semana-deHist%c3%b3ria-da-Universidade-Federal-de-Juiz-de-Fora.pdf>>. Acesso em 02 de ago. de 2020.
- _____. Plínio Salgado, o integralismo e o PRP na Tribuna de Lacerda (1950). 2021. 37 f. Monografia (Bacharelado em História) – UFJF. Juiz de Fora.
- ROMÃO, J. E. (coord.). *Arquivo “Odilon Braga”*. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1979.

CHARGES ANTI-PLINISTAS NO "TRIBUNA DA IMPRENSA": CENÁRIO POLÍTICO DE 1950 EM RELAÇÃO AO PARTIDO DE REPRESENTAÇÃO POPULAR

PAULO ROBERTO FRANCO FERREIRA¹⁵⁶

JORDAN MARCOS ROCHA¹⁵⁷

RESUMO: Na presente pesquisa, o objeto de interpretação se trata da charge com a caricatura de Plínio Salgado (1895-1975), ilustrada pela chargista Hilde Weber (1914-1994), publicada no jornal “Tribuna da Imprensa” (1949-2008). Desse modo, a charge contribuiu para compreendermos a relevância do Partido de Representação Popular, principalmente no ano de 1950. Assim, apontaremos durante o texto aspectos como o método documentário aplicado a charge de Weber, com o qual utilizamos interpretações formuladas e refletidas, apontaremos a relação do integralismo brasileiro com o nazifascismo europeu e o liberalismo norte-americano.

PALAVRAS-CHAVE: Plínio Salgado; Partido de Representação Popular; Integralismo; Tribuna da Imprensa; charges.

ABSTRACT: In this research, the object of interpretation is the cartoon with the caricature of Plínio Salgado (1895-1975), illustrated by the cartoonist Hilde Weber (1914-1994), published in the newspaper “Tribuna da Imprensa” (1949-2008). In this way, the cartoon contributed to understanding the relevance of the “Partido de Representação Popular”, especially in 1950. Thus, we will point out, during the text, aspects such as the documentary method applied to Weber's cartoon, using formulated and reflected interpretations, and we will explain the relationship of integralism Brazilian with European Nazi-fascism and North American liberalism.

KEY-WORDS: “Plínio Salgado”; “Partido de Representação Popular”; “Integralismo”; “Tribuna da Imprensa”; cartoon.

1. INTRODUÇÃO

O objeto da presente pesquisa se trata da charge com caricatura de Plínio Salgado (1895-1975), (1895-1975), publicada em 26 de julho de 1950, contexto de eleições presidenciais em que Plínio Salgado negociou seu apoio a uma chapa eleitoral antigetulista. Assim, a charge selecionada apresenta autoria da artista Hilde Weber (1914-1994) e foi disponibilizada no jornal "Tribuna da Imprensa". Desse modo, essa pesquisa tem como objetivo compreender a relação do contexto político e social ligado à figura de Plínio Salgado, principalmente, acerca da representação da chargista e o posicionamento do jornal. Plínio Salgado foi um dos principais líderes do integralismo, tendo ligação com o ideal nacionalista católico de extrema direita e relação com o movimento fascista europeu. Inicialmente, o chefe integralista possuía ligações com o governo de Getúlio Vargas, entretanto, com o golpe do Estado Novo, seu movimento, a Ação Integralista Brasileira (AIB), foi posto na ilegalidade, que mais tarde resultaria em tentativa de golpe contrário a Getúlio e na prisão e exílio de Salgado em Portugal. Já em contexto de abertura política da ditadura getulista. Salgado criou o Partido de Representação Popular (PRP), em 1945, ao retornar do exílio em Portugal, tornando-se candidato à presidência em 1955, revertendo tal candidatura em poucos votos, deixando-o numa posição de terceira força no cenário político de 1959.¹⁵⁸

Nesse momento político e social, de 1950, charges do líder integralista Plínio Salgado foram ilustradas por Hilde Weber. Essa chargista possuía nacionalidade alemã e colaborou para periódicos como "Folha de São Paulo", "Noite Ilustrada", "O Cruzeiro" e "Manchete", bem como, no ano de 1950, transfere-se para o estado do Rio de Janeiro e trabalha na "Tribuna da Imprensa", tornando-se conhecida, principalmente, pelas charges políticas e caricaturas do presidente Getúlio Vargas.¹⁵⁹ Apontamos que a charge foi encontrada numa coleção com vários números do jornal "Tribuna da Imprensa", disponibilizados na Hemeroteca Nacional Digital. Como publicação que pertencia à imprensa brasileira ligada ao século XX, o "Tribuna da Imprensa" foi um jornal carioca diário e vespertino, criado em 1949, por Carlos Frederico Werneck de Lacerda, sendo adquirido por Hélio Fernandes, seu atual diretor, deixando de circular em papel em 2008, mas mantendo uma edição online.¹⁶⁰

Nessa pesquisa, a metodologia utilizada se trata da investigação qualitativa de imagens, desenvolvida pelo sociólogo alemão Ralf Bohnsack. Assim, o método de pesquisa qualitativa destaca uma interpretação aprofundada acerca das fontes analisadas,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

buscando-se um possível significado documentário. Bohnsack aborda que o método documentário de interpretação remonta à Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim (1893-1947), bem como na influência do método de "Análise Iconográfica" e de "Interpretação Iconológica", utilizado por Erwin Panofsky (1892-1968). Além disso, apontamos o "Método Icônico" do alemão e historiador da arte Max Imdahl (1925-1988), como estudo da constituição formal da imagem, observando-se aspectos como planimetria, coreografia cênica e perspectividade. Por isso, destacamos dois tipos de etapas de análise, denominadas como Interpretação Formulada e Interpretação Refletida.

Portanto, o objeto de interpretação analisado nessa pesquisa, especificamente a charge de Wilde Weber, publicada no "Tribuna da Imprensa" em 1950, possui a caricatura de Plínio Salgado e simbologia ligada ao movimento Integralista Brasileiro. Assim, durante a pesquisa, abordaremos aspectos como, o método documentário de análise aplicado a charge selecionada, selecionada, apresentaremos uma interpretação formulada e refletida e apontaremos uma discussão sobre o integralismo em relação ao contexto do fascismo e do liberalismo no contexto brasileiro. Desse modo, como principais referências, utilizaremos pesquisas relacionadas aos pesquisadores Vinícius Liebel, Walter Benjamin, Federico Finchelstein, Robert Paxton, Fábio Chang, Leandro Pereira Gonçalves, Jorge Chalhoub, Maria Benevides, dentre outros.

2. MÉTODO DOCUMENTÁRIO NA ANÁLISE DA CHARGE "MUDANDO DE BIBELOT", DA ARTISTA HILDE WEBER

Na presente seção, apontaremos o método documentário de análise, consistindo de duas etapas denominadas interpretação formulada e refletida. Desse modo, a metodologia utilizada nessa pesquisa de charge, se trata de uma análise qualitativa denominada Método Documentário, abordada pelo sociólogo alemão Ralf Bohnsack. Bohnsack aponta que o considerável desenvolvimento dos métodos qualitativos durante os últimos vinte anos relacionado à "virada linguística", sendo que, no entanto, é preciso estabelecer uma diferença entre a comunicação sobre a imagem e a comunicação através da imagem. Assim, o acesso metodológico a compreensão pré-conceitual foi introduzido pela iconologia de Erwin Panofsky e pelo caráter icônico das teorias de autores como Max Imdahl, bem como pelo método de interpretação do sociólogo Karl Mannheim (BONHSACK, 2007, p. 286-311).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Conforme as ideias de Bohnsack, o pesquisador Vinícius Liebel apresenta o Método Documentário de análise de imagem, suas possibilidades para os estudos de História e demais áreas das Ciências Humanas. Assim, Liebel destaca que a busca pelo sentido documentário da imagem, para além do sentido imanente, caracteriza o método como uma visão de mundo e do *habitus* do grupo produtor da fonte. Desse modo, passa-se da simples interpretação da imagem para o estudo aprofundado das características, ideias, ações, conceitos e preconceitos ligados a esse grupo pesquisado. Desse modo, Liebel destaca a utilização das ideias de Karl Mannheim acerca de seu método qualitativo, na sociologia, para analisar um objeto de estudo em suas diferentes acepções, de acordo com as características imanentes ou socialmente construídas, a partir da decomposição da imagem para recomposição de seus variados sentidos, entendendo a imagem como reflexo e produtora da realidade social, mas como um sistema particular que encerra signos e significados em si mesmo (LIEBEL, 2011, p. 174-175).

Logo, a interpretação formulada se divide em duas fases, denominadas pré-iconográfica e iconográfica. Vinícius Liebel destaca que na fase pré-iconográfica há uma busca pelo “*o que é*” a imagem ou pelo que está nela representando, respondida através da descrição dos objetos, dos fenômenos e do ambiente. Assim, o segundo passo da análise iconográfica se constitui de uma interpretação das ações e gestos que se passam na imagem de modo a encontrar um sentido geral para eles, apreendendo sua natureza de acordo com o senso comum. Nesse sentido, Panofsky diferencia o reconhecimento prático dos níveis pré-iconográfico e iconográfico, além de apresentar a fase iconográfica abrange ainda outras interpretações estilísticas e de senso comum, existindo o reconhecimento de símbolos e de arquétipos presentes no imaginário. Ainda, Liebel aponta que o último passo na análise clássica de Panofsky é a parte central da interpretação, em que esse passo se compreenderá a caracterização de elementos determinantes no reconhecimento de elementos coletivos, apontando para a análise da visão de mundo e do *habitus* da sociedade ou grupo em questão, ou seja, do *modus operandi* tanto do pensar quanto do agir de seus diferentes produtores. (LIEBEL, 2011, p. 173).

Por conseguinte, de acordo Liebel, sentidos eminentes na interpretação refletida já começam a aparecer na fase formulada de análise da imagem, ou seja, quando se muda o entendimento de *o que é*, para *como* foi constituída a imagem, mas que tal proposição

se consolida com o método icônico de Max Imdahl. Logo, Liebel cita que, como complemento do método documentário abrange-se, também, o método icônico de Max Imdahl, sendo que esse método segue as linhas da Iconologia de Panofsky, apresentando elementos para análise que, também, são relacionados principalmente com as teorias técnicas da arte. Logo, para Imdahl é relevante o papel das cores, das linhas, das luzes e das formas durante a interpretação. Desse modo, através da análise icônica a pesquisa ganha um novo foco, o qual se direciona para a composição geral a imagem, uma busca pela questão do como no método icônico é dirigida especificamente a natureza da imagem, aos elementos técnicos que sustentaram a sua produção (LIEBEL, 2011, p. 174-175).

Aliás, interpretaremos a charge de Weber (figura 1) na etapa formulada. Assim, durante a análise de caráter pré-iconográfico, na charge, observamos um personagem e duas esculturas, bem como um título e uma referência a artista Hilde Weber. Desse modo, existe um agrupamento com esse personagem, ou seja, o personagem está junto a uma dessas esculturas, bem como a segunda escultura está solitária. Numa análise iconográfica, observamos que a representação do busto de Hitler, com bigodinho e franjinha, está solitária do lado direito da ilustração. No centro da imagem, vemos Plínio Salgado, com bracelete integralista, numa posição segurando a escultura da estátua da liberdade norte americana, posta num pedestal por este. Além disso, o título da charge é: “Mudando de ‘bibelot’”, além de ter a autoria escrita em um apontamento: “Desenho de Wilde Weber’.



FIGURA 1: WILDE, Weber. “Mudando de ‘bibelot’”. In: **Jornal “Tribuna da Imprensa”**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/1921>.

Acesso em 24 de nov., de 2021.

Ainda, durante a análise da iconicidade considerando a charge de Weber na etapa refletida (figura 2), observaremos a planimetria da charge, sendo que a chargista compõe um plano simples, com o personagem integralista e as duas esculturas. Desse modo, encontramos a escultura de Hitler no chão, bem como Plínio Salgado colocando a escultura da estátua da liberdade no pedestal. Na projeção perspectivista, observamos que no centro da charge está Plínio Salgado voltado para a escultura da estátua da liberdade no pedestal, se opondo ao busto de Hitler, deixado no chão. Na coreografia cênica, vemos que o integralista Plínio Salgado está arrumando a escultura da estátua da liberdade numa posição de relevância, em comparação ao busto de Hitler, abandonado no chão do canto da charge.



FIGURA 2: WILDE, Weber. “Mudando de ‘bibelot’”. In: **Jornal “Tribuna da Imprensa”**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/1921>.

Acesso em 24 de nov., de 2021.

Dessa maneira, o método de análise qualitativa é relevante para selecionarmos aspectos interessantes da charge abordada, a fim de compreendermos fatores acerca da Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

relação de Plínio Salgado com o nazifascismo alemão e o liberalismo norte-americano, principalmente. Nesse processo, é importante reconhecermos a ligação do chefe integralista com o fascismo, principalmente utilizando as pesquisas do historiador Walter Benjamin, Federico Finchelstein, Robert Paxton, Fábio Chang, Leandro Pereira Gonçalves, além de discutirmos a relação do Partido de Representação Popular com o liberalismo norte-americano, norte-americano, já em um novo contexto político nacional posterior à Segunda Guerra Mundial, em que se destacam as pesquisas de Maria Benevides e Jorge Chalhoub, sobre o liberalismo da União Democrática Nacional, e Gilberto Calil (2005) quanto ao Partido de Representação Popular, considerado uma continuação do integralismo ao novo período parcialmente democrático.

3. ANTIPLINISMO NA ABORDAGEM INTEGRALISTA EM RELAÇÃO AO NAZIFASCISMO: BUSTO DE HITLER FORA DO PEDESTAL

Na segunda seção, com as interpretações formulada e refletida da charge, publicada no jornal “Tribuna da Imprensa”, observaremos personagens e símbolos que relacionam o movimento integralista e o nazifascismo europeu. Assim, a figura de Plínio Salgado está numa posição oposta ao busto de Hitler abandonado no chão, facilmente reconhecível por sua feição de franjinha e bigodinho. Desse modo, Hilde Weber abordou uma ruptura do partido de representação popular com a ideologia nazifascista, uma adaptação da cultura política daquele partido ao novo contexto, que foi reconhecida e, ao mesmo tempo, problematizada pela historiografia através de Calil (2005). Também, durante as interpretações da charge, abordamos símbolos acerca do liberalismo norte-americano, relacionando essa ideologia ao movimento integralista. Logo, a representação do chefe integralista foi apresentada numa posição que privilegia a estátua da liberdade, colocando-a num pedestal, ou seja, local mais alto destacado na charge. Portanto, a chargista aponta uma relação relevante do partido de representação popular com o liberalismo norte-americano.

Federico Finchelstein aborda que a palavra fascismo deriva da palavra italiana *fascio*, referindo-se a um grupo, sendo que, também se refere visual e historicamente a um símbolo de autoridade imperial romana, bem como seu berço foi o movimento político moderno no Morte da Itália, preferivelmente no ano de 1919, com seu fundador Benito

Mussolini. Ou seja, segundo o pesquisador, suas origens ideológicas antecedem seu nome, ou seja, como uma contestação ideológica mundial à ordem liberal anterior à Primeira Guerra Mundial. Vale destacar que a ideologia do nacionalismo radical que o tomou possível fazia parte de uma reação intelectual mais alargada ao Iluminismo, uma tradição não europeia, bem como foi concebido com uma reação as revoluções progressistas ao longo do século XIX, sendo um ataque contrarrevolucionário à igualdade política e econômica, à tolerância e à liberdade. (FINCHELSTEIN, 2019, p. 53) Além disso, o autor também destaca que o fascismo não foi só uma reação ao liberalismo e à democracia, mas de que se tratou de uma filosofia de ação política que atribuía valor absoluto à violência no domínio político, reforçada como contrário ao produto extremo do Iluminismo, o comunismo soviético. (FINCHELSTEIN, 2019: 54)

Robert Paxton destaca que ao longo dos tempos, muitas outras interpretações e definições viriam a ser propostas, mas até hoje nenhuma alcançou aceitação universal. De acordo com o autor, aparentemente o movimento fascista surgiu do nada e tomou múltiplas e variadas formas, exaltando o ódio e a violência em nome da superioridade nacional, bem como conseguiu atrair estadistas, artistas e intelectuais de prestígio e cultura. Ainda, aponta que os movimentos de tipo fascistas variaram de forma tão evidente de um contexto nacional para o outro, que há quem chegue a duvidar de que o termo fascismo de fato signifique algo, além de seu rótulo pejorativo. (PAXTON, 2007, p. 22)

Adiante, apontaremos os fatores que relacionam as ideologias do fascismo europeu com o integralismo brasileiro, principalmente através das pesquisas de Walter Benjamin sobre o nazifascismo. Em seu livro “Magia e Técnica, Arte e Política”, Benjamin aborda de forma crítica o conceito de fascismo, destacando a luta contra esse tipo de ideologia, bem como de que forma esse movimento se beneficia das circunstâncias de seus adversários acerca do enfrentamento em nome do progresso. (BENJAMIN, 1994 [1940])

Assim, compreendemos que esse alemão foi um dos mais importantes pensadores do século XX, também atuando como filósofo, ensaísta, crítico, literário e tradutor, sendo um dos autores mais lidos da atualidade e mais estudado atualmente, do que em sua época. Sua produção intelectual é relevante para diversas áreas do pensamento contemporâneo, principalmente em estudos sobre arte, sociedade, linguagem, filosofia, literatura, dentre

outros (HILDENBRAND&FARIAS, 2019, p. 02). Desse modo, os autores citam que Benjamin apontou temas a partir de diversos ângulos e que seu estilo ensaístico se vale de procedimentos que o aproxima da literatura e poesia. Vale ressaltar, ainda segundo os autores, de que era filho de pais judeus, escrevendo grande parte de seus escritos na República de Weimar (1919-1933), período do entre guerras, marcada pela crise caracterizada economicamente pelo crescimento desenfreado da inflação e politicamente pela expansão da ideologia fascista. (HILDENBRAND&FARIAS, 2019, p. 02)

Pires confirma sua lembrança desse autor judeu alemão fortemente marcado pelas contingências históricas que atravessaram toda a primeira metade do século XX, refletindo não apenas no campo político através de seus ensaios como “Teorias do fascismo alemão” (1930) e “Experiência e Pobreza” (1933), mas também acerca do caráter provisório e descontínuo de trabalhos controvertidos como “Passagens” (1927-1940). Aliás, aponta que em 1940, Benjamin morreu tragicamente, cometendo suicídio ao fugir do nazismo, mas construiu uma obra múltipla, optando pela escrita não didática, polifônica e não linear, divergindo do cânone oficial da universidade alemão, se aproximando da filosofia por via indireta. (PIRES, 2014, p. 815-816)

Vieira aborda que ao contrário de uma parcela da esquerda alemã (em certa medida não se preocupou com a ameaça fascista), a ascensão da extrema-direita alemã esteve no campo de visão de Walter Benjamin, desde os anos de 1920, quando se propôs a refletir sobre temas políticos e conjunturais mais imediatos, indicando simultaneamente um giro político em seus escritos. Assim, a ascensão da extrema-direita informa o quadro teórico-contextual de alguns de seus escritos do começo dos anos 20, aparecendo articulada à análise da contrarrevolução em curso na Alemanha (VIEIRA, 2007, p. 02). Ainda, destaca a eclosão de um movimento revolucionário na Alemanha, reprimido violentamente pelo governo social-democrata e pelas classes dominantes, que se rompe pelo relativo isolamento de Benjamin em relação as questões políticas cotidianas durante os anos em que viveu exilado na Suíça, isolamento que se deve a tentativa de reconstrução da sua vida junto com sua esposa Dora, após exílio da fuga ao alistamento compulsório que se estendia a parcelas cada vez mais amplas da população alemã. (VIEIRA, 2007, p. 03)

Além disso, Vieira aponta que são diversos os textos pós-1933 em que Benjamin se propõe a analisar criticamente o fascismo alemão, mas havia constatação de que seus escritos estavam inseridos numa discussão que comporia o quadro sócio-histórico mais amplo, assumindo forma de um testemunho contra a barbárie e de um chamado a ação na tentativa de intervir nos meios possíveis para evitar a catástrofe eminente com a qual a humanidade se defrontava (VIEIRA, 2007, p. 11). Logo, o seu conhecido ensaio denominado “A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica” tem o objetivo de construir conceitos estéticos impróprios para objetivos fascistas e que pudessem, porventura, ser úteis às exigências revolucionárias para enfrentar esse estado de coisas, sendo que nesse ensaio procura analisar brevemente a composição social do fascismo, sua relação com a estrutura de classes na Alemanha e sua especificidade diante da crise capitalista que libera forças destrutivas, expostas com nitidez a barbárie contida na civilização burguesa. (VIEIRA, 2007, p. 12)

Em relação ao contexto entre fascismo e formação das massas, compreendemos que Vieira considera relevante as ideias de Benjamin. Assim, o fascismo é uma tentativa de disciplinamento dessas massas proletarizadas, evitando com isso que haja qualquer perturbação ao regime de propriedade posto, tratando de permitir que estas se expressem enquanto massa, desde que a ordem posta não fique em xeque, bem como quaisquer reivindicações que toquem na estrutura social sejam contidas. (VIEIRA, 2007, p. 12) Desse modo, Vieira constata que Benjamin aprofunda um pouco essa reflexão ao proceder à segunda versão desse ensaio, diferenciando a massa, no sentido nazifascista, e classe, sendo que o elemento fundamental para os diferenciar é a percepção lukásiana de consciência de classe, essencial para entender a classe em si, mas que a consciência de classe do proletariado forma uma imagem de massa compacta apenas exteriormente, para seus opressores (VIEIRA, 2007, p. 13). Defende que a guerra fornece um objetivo às massas típicas do nazi-fascismo, em que machismo e racismo se articulam, na exaltação à virilidade e à raça superior pronta para combater, reproduzindo um inimigo. Reconhece que a guerra se torna um espetáculo, seja na literatura ou na propaganda cotidiana, promovendo exaltação de líderes, heróis, dentre outros símbolos, enquanto o espetáculo interno pretende transmitir a imagem de que as coisas correm bem, mas a sociedade está se desmoronando, marcada pela alienação e adesão subjetiva a barbárie, criando vínculos viciosos no qual se entra em níveis cada vez mais aprofundados de destruição. Portanto,

se trata de uma denúncia conjuntural relacionada ao aprofundamento da dominação nazifascista na Alemanha, na Europa e para além desse continente. (VIEIRA, 2007, p. 15; p. 17)

Ao interligar o contexto do fascismo com o integralismo, observamos que Fábio Chang de Almeida indica a existência da presença fascista na América Latina, por exemplo, como imitações do movimento autêntico. Chang aponta Trindade sobre a criação de grupos nazifascistas que reúnem países onde surgiram movimentos com expressiva base social e influência sobre o regime político nacional, como no México, Chile, Bolívia e Brasil. Assim, destaca que o caso brasileiro é o único tipo a preencher os requisitos considerados como um movimento tipicamente fascista, sendo a Ação Integralista Brasileira um movimento ultranacionalista, xenófobo e antiliberal, mas considerado o primeiro movimento de massa brasileiro, fundado por Plínio Salgado e formada essencialmente pela limitação de setores médios da sociedade. Desse modo, de acordo com Chang, o integralismo surgiria em um momento de transição econômica, social e cultural do país, sendo as rebeliões de jovens oficiais das forças armadas explodem nos anos de 1920, contestando esse sistema dominante, bem como o advento do anarquismo e do comunismo ajudariam a compor o quadro de inquietação e politização dos segmentos trabalhistas. (ALMEIDA, 2008, p. 85-86)

Também, Leandro Pereira Gonçalves aponta que entre os diversos estudos historiográficos qualificados de referências centrais, Ricardo Benzaquen elaborou uma teoria sobre a natureza da ideologia disseminada por Plínio Salgado, demonstrando que os integralistas possuíam uma concepção totalitarista de mundo, bem como tratou de identificar a matriz fascista em que nasceu o pensamento do chefe da AIB. Inclusive, Gonçalves cita René Gertz como iniciador dos estudos de história regional do integralismo, mapeando o movimento integralista e suas bases sociais na região meridional brasileira, colocando ênfase na questão da imigração alemã, possibilitando, também, o debate sobre a ligação entre imigração e os movimentos autoritários, abrindo espaço para relações com teses do âmbito do nazismo e do fascismo italiano. (GONÇALVES, 2017, 241-256)

Nesse momento, se faz importante entender o contexto de criação do Partido de Representação Popular e observar a trajetória de Plínio Salgado, desde a proibição do

movimento integralista em 1937, seu exílio em Portugal, bem como seu retorno ao Brasil, em 1945, momento em que o PRP tem sua origem. De uma maneira geral, Leandro Pereira Gonçalves destaca que nessa conjuntura, o lançamento da candidatura de Plínio Salgado nas eleições presidenciais, de 1955, se tornou um marco, por conta da grande adesão ao movimento integralista, apesar do tamanho do Partido de Representação Popular. Explica que para alcançar o público, o líder integralista utilizava o discurso democrata-cristão como sustentáculo, bem como a intenção de fortalecer a doutrina integralista nacionalista cristã. (GONÇALVES, 2017, 319)

Gilberto Calil destaca a mudança de perspectiva como sendo ao mesmo tempo concreta e simbólica, bem como realizando uma alteração de sua estratégia, abandonando a percepção dos moldes fascistas e corporificação do estado integralista, mas aceitando os limites do regime democrático-liberal, mesmo de maneira provisória. De acordo com as concepções de Calil, as alianças efetivadas representavam a perda dos ideais originais, dando preferência aos laços estabelecidos com os grupos afins, viabilizando a permanência do movimento integralista no cenário político do país. (CALIL, 2005, p. 380)

Quanto ao liberalismo que se apresentou como elemento da cultura política da, compartilhada pela UDN e a Experiência Democrática de 1946 a 1964, Bárbara Mitchell destaca que a transição do liberalismo clássico para o moderno envolveu uma extensão dos princípios de igualdade, do direito à liberdade e a reconstituição de políticas domésticas e internacionais nos Estados Unidos, apontando que, na interpretação liberal do século XX, o direito à igualdade começou a ser defendido de forma ampla e com o passar dos anos chegou a considerar a sociedade de forma geral, indicando que boa parte dos liberais se comprometeu pela luta da garantia de igualdade perante a lei, dos direitos políticos, dos direitos civis, ao acesso dos meios básicos para a prosperidade dos indivíduos na sociedade e às oportunidades de crescimento social sem distinções. Ainda, Mitchell aborda que, justamente por não ser uma forma específica de governo ou concepção política, o liberalismo deve ser entendido por sua pluralidade tanto em relação aos seus ideais como nas diversas áreas em que pode ter aplicação, sejam elas sociais, econômicas ou políticas. A autora enfatiza que, sobre o liberalismo democrata é evidente a sua mutabilidade como pluralidade de sentidos desde os seu entendimento clássico ao moderno, nos Estados Unidos, ressaltando a importância da Era Progressista e, em

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

especial, da sua vertente hamiltoniana como influencia na formação do liberalismo democrata e, aponta para o papel do New Deal na implementação do liberalismo econômico de interpretação no keynesiana como principal método de administração da economia americana entre os anos de 1930 até 1970 e, posteriormente, favoreceu a adesão de muitos liberais democratas à luta pelas causas sociais e culturais. (MITCHELL, 2016, p. 304)

Maria Benevides indica que o liberalismo foi uma inspiração doutrinária para a UDN, se tornando uma referência básica do udenismo, talvez mais interessante, sem dúvida sobre o liberalismo brasileiro, sendo uma referência à ideologia algo inevitável, uma vez que o tema integra, com frequência insuspeitada, a retórica dos programas e discursos da UDN, assim como dos representantes externos mais identificados como o udenismo. (BENEVIDES, 1981, p. 185) Já Jorge Chalhoub aponta que a farta presença do discurso jurídico é umas peculiaridades da tradição liberal brasileira, destacando que os conceitos principais do pensamento liberal, como estado de direito, governo da lei e sujeito de direito, pertencem ao léxico jurídico, já que cabe ao direito, nesse ideário, a garantia da esfera de atuação do indivíduo e da sua proteção perante o poder estatal. Dentre diversas ressalvas, cita que é inegável a especificidade de certo liberalismo brasileiro, sobretudo pelo papel relativamente subalterno que o conceito de mercado ocupa no seu discurso, sendo que, são evidentes os vínculos entre a perspectiva liberal do Direito e da economia, já que as construções jurídicas liberais quase sempre partem de uma concepção antropológica voltada para o interesse e da presença do conceito de mercado como ideal de organização social, para além da economia. Para além disso, indica que nesta tradição não exclusivamente brasileira, enquanto o mercado ocupava um papel mais discreto na ordenação social, o Direito ganha enorme força, visto como instrumento mais relevante para a atuação de Estado e organização da sociedade, sendo o liberalismo como forma jurídicista por julgar a sociedade na qual atua ainda despreparada para uma ordenação por suas próprias forças e interesses, abordando que ainda que distante de uma ordem capitalista e competitiva, o país iria constituí-la por meio do Direito, caminho para o moderno. (CHALHOUB, 2019, p. 276)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Esperamos ter abordado a relação do integralismo brasileiro com o nazifascismo europeu e o liberalismo norte-americano através da charge de Hilde Weber, vinculada ao jornal Tribuna da Imprensa. Através dos diversos níveis de análise realizados, foi possível reconhecer a nova dinâmica política da Experiência Democrática de 1946 a 1964. Nesse contexto, houve um afastamento, principalmente pelo PRP, dos ideais políticos nazifascistas que nortearam a cultura política do integralismo, que na charge de Weber teve seu chefe nacional, Plínio Salgado, associado a tal ideologia. Atuando como um ponto de partida, a charge foi útil para a ampliação das pesquisas com relação às características do nazifascismo e suas contradições com a perspectiva liberal, da qual Plínio Salgado se aproximou posteriormente e foi criticado por isso. Também entendemos que as concepções liberais do jornal Tribuna da Imprensa, compartilhadas também por seu criador e, até então, redator-chefe, Carlos Lacerda, eram mais aproximadas do ideal de livre-mercado norte-americano, sendo esse um fator de distanciamento entre os dois políticos e que contribuiu para a publicação da charge em 26 de julho de 1950, na edição 179 daquele jornal.

FONTE:

HEMEROTECA NACIONAL DIGITAL WILDE, Weber. “Mudando de ‘Bibelot’”. **In: Jornal “Tribuna da Imprensa”**. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/1921>. Acesso em 24 de nov., de 2021.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Fábio Chang de. Por uma teoria do fascismo: a busca de um modelo conceitual. **In: A Serpente na Rede: extrema-direita, neofascismo e Internet na Argentina**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, 2008, p. 85-86.

BENJAMIN, Walter. **Mágica e Técnica, Arte e Política: Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, Vol. I, 1994.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo.** Disponível em: < **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** >. Acesso em 23 de dez. de 2021.

BRITTO, Felipe Vieira. **WALTER BENJAMIN À BRASILEIRA? A EXTREMA-DIREITA BOLSONARISTA SOB A LUZ DOS CONCEITOS DE HISTORIOGRAFIA BURGUESA E ESTETIZAÇÃO DA POLÍTICA.** Disponível em: < <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/46309>>. Acesso em 22 de out. de 2021.

BOHNSACK, Ralf. *Qualitative Methoden der Bildinterpretation und dokumentarische Methode* (A Interpretação de Imagens e o Método Documentário). **In: Sociologias.** Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p. 286-311.

CHALHOUB, Jorge. **O BRASIL DOS BACHARÉIS: UM DISCURSO LIBERAL UDENISTA.** Lua Nova, São Paulo. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ln/a/tn7ZcPLBzxfkwjYBqm5TFqC/?format=pdf&lang=pt> >. Acesso em 20 de dez. de 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no processo político brasileiro: o PRP entre 1945 e 1965 –cães de guarda da ordem burguesa.**2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005. p. 380.

FINCHELSTEIN, Federico. O que é fascismo na História? **In: FINCHELSTEIN, Federico. Do fascismo ao populismo na História.** São Paulo: Almedina Brasil, 2019, p. 53-129.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975).** Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2017. p. 289.

HILDENBRAND, Johanna; FARIAS, Francisco. **Walter Benjamin: Um contemporâneo de seu próprio tempo.** Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2019v16n2p127/40054> >. Acesso em 29 de out. de 2021.

IMDAHL, M. **Giotto – Arenafresken: Ikonographie – Ikonologie – Ikonik.** München, 1988.

LIEBEL, Vinícius. Entre sentidos e interpretações: apontamentos sobre análise documentária de imagens. **In: Educação Tempo Digital,** Campinas, v.12, n.2, jan./jun., 2011, p. 174-175.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

MANNHEIM, Karl. **Strukturen des Denkens**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980.

MITCHELL, Bárbara Maria de Albuquerque. **O liberalismo moderno nos Estados Unidos: discussões acerca da sua pluralidade entre os séculos XIX e XX**. Disponível em: < <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/4962> >. Acesso em 22 de dez., de 2021.

PANOFSKY, Erwin. **Ikonographie & Ikonologie**. Colônia: Dumont, 2006.

PAXTON, Robert. **A Anatomia do Fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIRES, Eloiza Gurgel. **Experiência e linguagem em Walter Benjamin**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/86277>>. Acesso em 22 de out. de 2021.

VIEIRA, Rafael. **Modernidade e barbárie: as análises de Walter Benjamin sobre o fascismo alemão**. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZlvPT5ODTEIJ:https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC45/mc452.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>>. Acesso em 22 de out. de 2021.

CONSPIRACIONISMOS E A NEGAÇÃO DO HOLOCAUSTO

Marcos Meinerz¹⁶¹

Resumo: Nos últimos anos, a arena de debate público e histórico do Brasil está cada vez mais repleta de teorias conspiratórias e de discursos negacionistas. Ao espalharem desinformações, as conspirações e negações servem para acobertar interesses econômicos, políticos ou ideológicos de algum grupo radical, geralmente da extrema direita. Seus discursos são extremistas, panfletários e sem rigor científico. O que fazer com eles e outras formas de história que não são científicas? Longe de descartá-las, o historiador deve analisar como essas diferentes narrativas manifestadas pelos meios de comunicação de massa, por instituições culturais e por políticos, afetam o cotidiano e a realidade dos indivíduos. Este artigo, portanto, analisa a relação da extrema-direita negacionista do Holocausto com as teorias conspiratórias que, por sua vez, correspondem a elementos importantes na configuração de sua ideologia.

Palavras-chave: Negacionismo; Conspiração; Holocausto.

Abstract: In the last years, an arena of public and historical debate in Brazil has been increasingly replete with conspiracy theories and denial discourses. By spreading disinformation, conspiracies and denials serve to cover up economic, political or ideological sectors of some radical group, usually on the far right. His speeches are extremist, pamphleteering and without scientific rigor. What to do with them and other forms of history that are not scientific? Far from discarding them, the historian must analyze how these different narratives expressed by the mass media, cultural institutions and politicians affect daily life and the reality of individuals. This article, therefore, analyzes the relationship of the far right Holocaust-denying with conspiracy theories that, in turn, represent important elements in the configuration of their ideology.

Keywords: Denialism; Conspiracy; Holocaust.

Nos últimos anos, a arena de debate público e histórico do Brasil está cada vez mais repleta de teorias conspiratórias e de discursos negacionistas que, de acordo com o historiador Arthur Lima de Avila, “almejam não só respeitabilidade historiográfica, mas hegemonia intelectual, isto é, o controle mais ou menos estrito sobre como imaginamos o passado” (AVILA, 2019). De fato, deparamo-nos com um cenário marcado pelo avanço de pessoas ou grupos que utilizam o passado de acordo com suas agendas políticas, sem o rigor científico e metodológico necessário, no qual os historiadores estão perdendo progressivamente seu lugar de fala, seu local de autoridade, em comparação a outros profissionais ou, até mesmo, charlatões, como: jornalistas, cineastas, museólogos, astrólogos, ocultistas, conspiracionistas e negacionistas.

É claro que os historiadores não possuem o monopólio sobre o estudo do passado, mas, portam algumas ferramentas necessárias e essenciais para “errarem menos” em suas interpretações sobre os fatos ocorridos: um sistema teórico, uma metodologia, um conhecimento histórico, uma racionalidade e uma interpretação baseada nos vestígios deixados pelos humanos. Como preconiza Rüsen (2001), ao produzir afirmações sobre o passado humano, a Ciência Histórica se torna a ciência competente para refletir sobre o modo como a consciência histórica é produzida.

Por exemplo, ultimamente identificamos várias tentativas de reconfigurar o passado da Ditadura Militar brasileira (1964-1985), seja por youtubers de extrema direita como Nando Moura ou por iniciativas de intelectuais e empresas como o Brasil Paralelo. De acordo com Avila, o Brasil Paralelo tenta minimizar a violência e tortura do período “buscando reabilitá-la enquanto um ‘momento fundacional’ da democracia brasileira, já que teria abortado uma ‘revolução comunista’ supostamente em curso durante o governo de João Goulart” (AVILA, 2019). Contudo, a empresa omite fatos, distorce registros históricos e se silencia sobre dados inconvenientes da Ditadura:

Ao fim, o que surge da leitura do passado que nos é oferecida pelo grupo empresarial [...] é uma “interpretação” higienizada e, a despeito das supostas intenções de imparcialidade de seus autores, manipulada ideologicamente para dar legitimidade aos atuais projetos políticos que governam o país – cujo Presidente da República é um ardoroso defensor do regime instaurado em 1964. Deste modo, é possível falarmos que, no que se refere à história recente brasileira, este empreendimento acaba por refletir uma tentativa de reabilitação da própria ditadura civil-militar que equivale, ao menos como uma de suas possibilidades de entendimento, a uma operação negacionista. (AVILA, 2019)

Outro negacionismo existente no Brasil é sobre a escravidão africana. As produções do Brasil Paralelo e do jornalista Leandro Narloch, com o seu livro “Guia politicamente incorreto da História do Brasil” (2009), tentam minimizar e esvaziar os horrores e violências desse processo, negando, por exemplo, o seu legado contraproducente para as desigualdades sociais existentes no país nos dias de hoje (AVILA, 2019). Entretanto, o negacionismo historicamente mais conhecido no mundo é o do Holocausto. São pessoas ou organizações que minimizam ou negam o assassinato em escala industrial de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo seus ideólogos, o evento não passa de uma mentira criada por aqueles que venceram o conflito em aliança com os judeus sionistas fundadores do Estado de Israel, com o objetivo de conquistar vantagens econômicas. Em suas narrativas, os judeus são representados como seres conspiratórios pertencentes a uma organização secreta diabólica e o Holocausto é “apresentado como uma das maiores e inúmeras formas do ‘judaísmo internacional’ lançar suas garras sobre o mundo, controlando as finanças, os meios de comunicação, a mídia e a civilização mundial” (NETO, 2009, p: 1118).

Ao espalharem desinformações os negacionismos (do Holocausto, da ditadura, da escravidão, da pandemia do Covid-19, do aquecimento global e de genocídios) servem, na grande maioria das vezes, para acobertar interesses econômicos, políticos ou ideológicos de algum grupo radical, geralmente da extrema direita. Seus discursos são extremistas, panfletários e sem rigor científico. Contudo, não somente os negacionismos, podemos colocar nesse mesmo pacote as teorias conspiratórias que existem aos montes na atualidade, seja na “*cultura pop*” ou no cenário político.

Uma das últimas conspirações que apareceram no cenário nacional e internacional é a de que o Covid-19 foi criado em laboratório pelos chineses a fim de se beneficiar economicamente com a crise. Isso aconteceria, principalmente, por causa da queda do preço do petróleo e das ações de grandes empresas ao redor do mundo, além de uma valorização do dólar, que aumentaria o lucro dos chineses com a venda de títulos públicos americanos. Tal teoria, inclusive, tem tanta repercussão em alguns setores da sociedade que até o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, seus filhos e parte dos seus seguidores acreditam e compartilham que a pandemia tem ligação com o plano de recuperação econômica do governo chinês.¹⁶²

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Nessa conjuntura, pudemos observar certo irracionalismo presente em nossa sociedade, verificado, facilmente, na existência dos sentimentos de ódio, xenofobia e preconceito contra os chineses, orientais e seus descendentes do Brasil e do mundo. Muitos desses denunciaram as agressões sofridas: “olha lá a chinesa saindo, sua chinesa porca, nojenta, fica aí espalhando doença para todos nós”, declarou Marie Okabayashi no Twitter, com um vídeo da agressora, uma senhora com mais de setenta anos de idade.¹⁶³

Dada a constatação dos negacionismos e conspiracionismo presentes no debate político e no próprio cotidiano de milhões de pessoas, o que fazer com eles e outras formas de história que não são científicas? Longe de descartá-las ou desconsiderá-las, o historiador sabiamente deve analisar e investigar como essas diferentes narrativas manifestadas pelos meios de comunicação de massa, por instituições culturais e por políticos, afetam o cotidiano e a realidade dos indivíduos. Ou como afirma Pierre Vidal-Naquet, devemos discutir sobre os negacionistas (e conspiracionistas) analisando os seus textos como fazemos a “anatomia de uma mentira: podemos e devemos analisar o seu lugar específico na configuração das ideologias, questionar-nos sobre o porquê e como apareceram, mas não discutir *com* os ‘revisionistas’” (VIDAL-NAQUET, 1988, p: 10-11).

O que podemos notar é uma “íntima” relação existente entre o pensamento conspiratório e o negacionismo do Holocausto. Comumente, o negacionismo vem acompanhado de uma teoria conspiratória ou, até mesmo, podemos considerá-lo como uma conspiração. Nas páginas seguintes analisamos como ocorre a relação entre esses dois fenômenos, bem como suas principais características.

A negação do Holocausto

Em outubro de 2020, Daniela Reinehr (sem partido) assumiu interinamente o governo do estado de Santa Catarina após o governador Carlos Moisés (PSL) ter sido afastado temporariamente do cargo enquanto seu processo de impeachment era julgado. Durante sua primeira coletiva de imprensa no cargo, ela foi questionada sobre os posicionamentos neonazistas e negacionistas do Holocausto do seu pai, professor de história, Altair Reinehr. O repórter Fábio Bispo, do Intercept Brasil, fez a seguinte pergunta:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

No começo da sua fala, a senhora agradeceu sua família. Seu pai, como professor de história, pregava em sala de aula o negacionismo do holocausto judeu, inclusive utilizando livros de uma editora que foi condenada por contar mentiras sobre a Segunda Guerra Mundial. Agora que a senhora é governadora de Santa Catarina, a gente quer saber qual é a sua posição, se a senhora corrobora com essas ideias neonazistas e negacionistas sobre o holocausto.¹⁶⁴

Daniela evitou responder diretamente a pergunta afirmando que cabia a ela, como filha, “manter a relação familiar em harmonia, independente das diferenças de pensamento”. O fato de tratar o pensamento do seu pai como mera “diferença”, evitando condená-lo veementemente, levou entidades como a Confederação Israelita do Brasil (Conib) e a Associação Israelita Catarinense (AIC) a se manifestar. Ambas pediram para que a governadora rechaçasse as ideias negacionistas do seu pai. Fernando Lottenberg e Sergio Iokilevitc, respectivamente, presidentes das instituições, declararam:

A governadora deve, de forma veemente, manifestar sua repulsa ao negacionismo da tragédia que foi o Holocausto. É importante que ela se pronuncie sobre o assunto e demonstre de forma inequívoca sua rejeição às ideias que levaram ao extermínio de 6 milhões de judeus inocentes, além de outras minorias e adversários políticos e provocaram uma guerra que devastou a humanidade.¹⁶⁵

Outras instituições que se manifestaram contra a declaração da governadora foram a “Judeus pela democracia” e o Museu do Holocausto de Curitiba. Esse último, por meio de sua página no Facebook, declarou que a governadora, ao tratar o Holocausto dessa maneira, como divergências que não podem ser publicamente condenadas em nome da manutenção da harmonia familiar, está compactuando com os objetivos dos negacionistas, que é analisar o “nazismo como uma opção política como outras, com as quais podemos concordar ou discordar, e não como algo cuja condenação inequívoca é obrigação de qualquer ser humano, sobretudo de uma figura pública”.¹⁶⁶

Tal fato fez com que o passado de Altair Reinehr viesse à tona. Logo depois do ocorrido, portais de notícias como “Istoé”, “O Globo”, “BBC News”, “Veja”, “DW”, “Folha”, “Uol”, entre outros,¹⁶⁷ começaram a publicar reportagens sobre as suas ideias negacionistas. Por exemplo, ele foi membro do CNPH (Centro Nacional de Pesquisas Históricas) que durante as décadas de 1980 e 1990 buscava legitimar historiograficamente o negacionismo do Holocausto, além de no ano de 2005, ter publicado artigo no jornal

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

“A Notícia” da cidade de Joinville, Santa Catarina, em que negava o número de judeus mortos pela Alemanha nazista, tratando o Holocausto como uma mera lenda.¹⁶⁸

Em 2011, Reinehr publicou outro artigo intitulado “Da casa do Papa à casa de Adolf Hitler”, no qual narra sua visita a cidade natal de Adolf Hitler, *Braunau am Inn*, na Áustria. Sobre o *Führer*, afirmou que ele teve “uma infância bastante infeliz, uma adolescência e juventude marcada por enormes dificuldades, sacrifícios de toda a ordem e notadamente incompreensões” (REINEHR, 2011). Ainda exaltou os feitos de Hitler à frente do governo alemão: “realizou algo inédito e até hoje não imitado [...], acabou com o problema do desemprego de 6 a 7 milhões de pessoas, revitalizou a indústria, moralizou os serviços públicos e transformou a Alemanha num canteiro de obras” (REINEHR, 2011). Reinehr termina o seu artigo afirmando, entre outros, que Hitler foi de “estadista mais amado e popular do mundo” para “o estadista mais odiado”, que na Alemanha é proibido “FALAR BEM DE HITLER” (uma vez que não é permitido lembrar de suas “obras reconhecidamente positivas”) e que nas escolas europeias não se ensina a conhecer o seu governo, nem o que era o Nacional-Socialismo, “mas ensina-se a odiar” (REINEHR, 2011).

Antes mesmo dos dois artigos, no ano de 2000, Reinehr testemunhou a favor do negacionista Siegfried Ellwanger Castan, que acabou sendo condenado à época por racismo pelo Supremo Tribunal Federal. Castan era dono da editora Revisão, conhecida por publicar obras que negam o Holocausto, sendo, inclusive, autor de um dos mais famosos livros negacionistas do Brasil: “Holocausto: Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século” (CASTAN, 1987). No site da editora, além do catálogo dos livros negacionistas distribuídos, podemos encontrar afirmações enfáticas como: a Comissão Especial da Cruz Vermelha Internacional não teria encontrado nenhuma evidência da existência de câmaras de gás em Auschwitz e Birkenau; o mito do holocausto justificaria os bilhões de dólares que o Estado de Israel e sobreviventes têm recebido da Alemanha a título de reparação, sendo usado pelo grupo sionista para controlar a política exterior dos EUA em suas relações com Israel; e que o diário de Anne Frank é uma farsa, pois ela teria morrido aos 22 e não aos 14 anos, além dele ter sido escrito, segundo alega Castan, com uma caneta esferográfica, inventada vários anos depois da morte de Anne.

Castan conclui que:

Para manter a farsa sobre o diário que, juntamente com as supostas câmaras de gás e as fábricas de sabão e abajures, é das mais antigas, também recebeu um Museu em Amsterdã, onde os crédulos turistas são levados para partilhar da lembrança e sofrimento. No Brasil a farsa é mantida dando o nome Anne Frank para Ruas, praças, colégios, teatros etc... Até quando?¹⁶⁹

Tais afirmações não encontram respaldo historiográfico e muitos trabalhos acadêmicos de historiadores, sociólogos ou de testemunhas diretas do Holocausto já comprovaram a existência do mesmo, como é o caso da obra “É isto um homem?” do italiano Primo Levy (1947), sobrevivente de Auschwitz, que narra os horrores e atrocidades dos campos de concentração. Apesar de possuírem algumas divergências (como o exato número de mortes – na casa dos milhões-, sua suposta singularidade, se foi intencional ou funcional, etc.), os pesquisadores não discutem a existência ou não do Holocausto, porque tal ideia nunca esteve em pauta. Como afirma Bruno Leal Pastor de Carvalho “examinando filmes, peças de teatro, livros didáticos, pesquisas historiográficas e documentários, o assassinato em massa de judeus durante a Segunda Guerra Mundial se tornou um dos grandes eventos do nosso tempo” (CARVALHO, 2019).

Independentemente de todas as evidências e estudos, exemplos de negacionismos do Holocausto cresceram nos últimos anos.¹⁷⁰ O fenômeno não é novo, uma vez que podemos traçar as suas origens históricas nos primeiros anos do pós-guerra, como um esforço da extrema direita em minimizar a intensidade das atrocidades nazistas. Segundo Carvalho, entre os representantes dessa “primeira fase” podemos destacar: o fascista francês Maurice Bardèche (1907-1998) que sustentou a ideia na qual os judeus foram os verdadeiros responsáveis por começar a guerra e que os campos de concentração eram uma fraude; e o escritor francês Paul Rassinier (1906-1967) que defendeu a ideia na qual os sobreviventes do Holocausto exageraram em suas histórias, principalmente aquelas que falavam do comportamento dos guardas dos campos. Na segunda fase, iniciada na década de 1970, papel especial coube a Robert Faurisson (1929-2018), professor de literatura da Universidade de Lyon, que negava a existência das câmaras de gás. É com Faurisson que o negacionismo se expandiu e se difundiu para países como os Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, tornando-se mais popular entre grupos neonazistas e de extrema-direita (CARVALHO, 2016). Dentro dos Estados Unidos o responsável por difundir sistematicamente a negação do Holocausto, o ódio aos judeus e teorias

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

conspiratórias do complô judaico internacional, foi o *Institute for Historical Review* (IHR) fundado em 1978.

Contudo, podemos afirmar que o recrudescimento do discurso negacionista de extrema-direita nas últimas décadas, dentro e fora do Brasil, é resultado do *boom* da internet na vida cotidiana. É por meio dela que esses grupos disseminam seus discursos, coordenam suas atividades e financiam seus gastos. Segundo Carvalho (2016), se antes tal discurso estava restrito a produtos impressos de pouco alcance, a internet possibilitou que ele atingisse um público muito maior, disponível a qualquer pessoa com acesso, em diferentes línguas e de forma gratuita por meio de sites, blogs, fóruns e redes sociais.

Esse fato é de extrema importância, pois, nos dias atuais, a probabilidade de as pessoas serem introduzidas a muitos temas históricos primeiro por meio da internet é muito grande. Temos que levar em conta que o material produzido por muitos youtubers, blogueiros e teóricos conspiratórios, que não possuem compromisso com a verdade histórica, chega a possuir um alcance e atração maior que a história ensinada nas salas de aula. O problema é que muitos deles utilizam o passado de forma descontextualizada, mais para fins comerciais e, muitas vezes, políticos. Ao propagarem conspirações, senso comum, sensacionalismo, estereótipos, ocultismo e negacionismos, estes meios ajudam a borrar os limites existentes entre fato e ficção, daquilo que sabemos ser verdadeiro sobre o passado, sobre o Holocausto.

Um exemplo de negacionismo muito difundido ultimamente é do “nazismo de esquerda”. No dia 11 de agosto de 2017, na pequena cidade de Charlottesville, localizada no Estado norte-americano da Virgínia, um grupo de supremacistas brancos da extrema-direita protestaram depois que foi anunciada a retirada de uma estátua do general confederado Robert E. Lee de um parque municipal. Lee foi um militar que comandou as tropas dos Estados Confederados, a união de seis estados separatistas do Sul dos Estados Unidos, durante a Guerra Civil Americana entre 1861-1865.

O Sul perdeu, mas mesmo assim Lee tornou-se um símbolo, um herói, para os movimentos de extrema-direita e dos supremacistas brancos do país. Obviamente que a decisão de retirar a sua estátua foi considerada uma afronta para tais grupos, que decidiram protestar. Durante o ato, carregavam tochas (clara referência ao grupo racista Ku Klux Klan), armamentos pesados, símbolos nazistas, bandeiras dos Estados

Confederados, faziam saudações nazistas e gritavam palavras de ordem contra negros, homossexuais, judeus e imigrantes. No dia seguinte, em resposta, grupos como o “*Black Lives Matter*” saíram às ruas para protestar contra esses supremacistas brancos de extrema-direita. A tensão entre as partes acabou gerando um intenso confronto nas ruas de Charlottesville, resultando na morte de uma pessoa por atropelamento. Alex Filds Jr, simpatizante neonazista, jogou seu carro contra os manifestantes, matando Heather Heyer de 32 anos e ferindo outras dezenove pessoas.

Talvez, em nenhum outro lugar do mundo, após os acontecimentos de Charlottesville, blogueiros e youtubers do Brasil (como os do Instituto Mises Brasil e o youtuber Nando Moura) inundaram seus canais com vídeos e textos explicando como o nazismo foi um regime político pertencente ao espectro da extrema-esquerda.¹⁷¹ Tal teoria negacionista já havia aparecido no livro de Narloch, quando afirmou que o socialismo e o nacional-socialismo pertenciam ao mesmo campo político, a esquerda, sendo “gêmeos heterozigotos” ou “irmãos gêmeos que brigam” (NARLOCH, 2009). Contudo, a grande maioria desses estudos apresentam uma lógica argumentativa simplista, sem análise empírica aprofundada, não levando em conta certas condições históricas e, muito menos apresentando fontes, documentos ou bibliografias especializadas que baseiam as suas ideias. Quando muito, citam alguns autores periféricos e não historiadores, distorcendo também interpretações de pesquisadores sérios como Richard J. Evans (2010) que analisa e coloca o nazismo no espectro da extrema-direita e não da esquerda.

A explicação sempre é ancorada em algumas generalizações e falta de interpretação de conceitos, a saber: 1º) o nazismo é de esquerda por causa do nome Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. A lógica de tal argumento é a de que se possui socialismo no nome, logo é de esquerda. 2º) o nazismo é de esquerda por causa de um broche que contém a foice e o martelo. Ambas são símbolos históricos que representam respectivamente o trabalhador do campo e o trabalhador da cidade. Enquanto no socialismo tais símbolos fazem alusão a união dos trabalhadores (com a foice e o martelo cruzados), no broche nazista (criado para comemorar o dia do trabalho, “*Tag Der Arbeit*”, em 1934), os símbolos, separados pela águia do partido de Hitler, significam a negação da luta de classes. 3º) o nazismo é de esquerda por causa do “Estado Máximo”. Ou seja: a ideia na qual um partido de esquerda sempre prega o “Estado Máximo”, enquanto a direita sempre é adepta ao “Estado Mínimo”. Uma clara falta de conhecimento

histórico dos conceitos de direita e esquerda, visto que ambos já foram adeptos ou utilizaram os “estados” máximo e mínimo (ou até mesmo a sua inexistência, como o caso do anarquismo) em algum momento da história.

Esse fenômeno pode ser considerado como um negacionismo, pois quando não conseguem mais negar o Holocausto - ou seja, de fato ele ocorreu -, a extrema direita o coloca no “colo” da esquerda. A consequência disso é que se estabelece uma diferença entre a perspectiva fascista da Europa e a perspectiva nazista da Alemanha: o nazismo produziu o Holocausto e ele é de esquerda, o fascismo não. Dessa forma, a extrema-direita fica livre para recuperar suas perspectivas perdidas no pós-guerra e tornar seus projetos políticos aceitáveis socialmente.

Como os grupos de extrema direita são extremamente atuantes na internet, eles acabam induzindo várias pessoas a entrarem nessa “onda” de afirmar que Holocausto não existiu e que o nazismo é de esquerda. De acordo com Carvalho (2019), tais grupos são poderosos por terem mais recursos, serem mais organizados, fazendo da negação um empreendimento sistemático.

os negacionistas de extrema-direita produzem artigos, publicam livros, fazem palestras, eventos e fundam instituições com o objetivo de produzir narrativas voltadas para o grande público. Essas narrativas negacionistas buscam simular a produção historiográfica na sua forma, isso é, os negacionistas tentam produzir algo que pareça com o trabalho do historiador. Eles querem ser vistos como historiadores, tanto que muitos se proclamam “revisionistas”. Contudo, esse material não é uma revisão, mas uma falsificação, carecendo de todos os elementos que caracterizam a historiografia e o trabalho do historiador: fontes, metodologia, controle dos pares, escrita ética, debate historiográfico, reconhecimento acadêmico e, principalmente, verdade histórica. Há materiais negacionistas que até usam documentos. Mas é justamente nesses casos em que a mentira e falta de ética fica mais escancarada, pois tais documentos são utilizados de maneira distorcida ou fora de contexto (CARVALHO, 2019).

Contudo, a explicação de negar o Holocausto para tentar tornar as ideias fascistas novamente toleráveis, não é a única. A negação pode ter relação com o racismo, xenofobia, crenças religiosas e, o mais importante para esse texto, conspiracionismos.

Negacionismo e Conspiracionismo

De acordo com Ricardo Castro (2014), desde a década de 1970, grupos de extrema-direita fortalecem teorias conspiratórias como chave explicativa para se entender a sociedade. Fato exacerbado depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas do World Trade Center e da expansão e popularização da internet. Nos Estados Unidos, por exemplo, desde 2017 a teoria conspiratória do QAnon é amplamente divulgada por setores da extrema-direita: Hillary Clinton, Barack Obama, Tom Hanks, Bill Gates, George Soros, Papa Francisco, astros de Hollywood, youtubers e membros do Partido Democrata dos Estados Unidos seriam adoradores de Satanás, bebedores de sangue de recém nascidos (para conseguirem juventude eterna) e teriam uma rede de pedofilia mundial. O messias salvador do mundo contra os QAnon seria o próprio Donald Trump.

É importante analisar essa teoria, pois ela revela algumas características centrais do pensamento conspiratório. Geralmente, as conspirações apresentam uma explicação diferente sobre algum acontecimento histórico com o objetivo de desmentir a versão acadêmica e desmascarar as intenções maléficas e ocultas de certos grupos e/ou indivíduos. Os adeptos a essas crenças pensam que a sociedade é controlada por poderosas forças ocultas e demoníacas, em que os conspiradores são capazes de influenciar os acontecimentos históricos ou o funcionamento de toda a vida social. De acordo com o cientista político estadunidense Michael Barkun (2003), os crentes nessas teorias têm uma visão de mundo maniqueísta, uma vez que compreendem o mundo como uma luta mítica entre a luz e as trevas, entre os reinos do bem e do mal, e acham que esta polarização persistirá até o final da história quando o mal finalmente será derrotado.

Outra característica importantíssima das teorias conspiratórias diz respeito ao fato delas serem ferramentas utilizadas por certos grupos e líderes políticos para mobilizar uma massa de seguidores ou para justificar a perseguição a determinados grupos. Uma das consequências da utilização política das conspirações é a formação de um ambiente em que o racismo, o fanatismo, o antissemitismo e outras formas de preconceito e opressão podem florescer. Podemos identificar esses atributos na teoria do QAnon: a tentativa de desmascarar as intenções maléficas de um grupo; a compreensão da vida como uma luta mítica entre o bem e o mal, sendo eles os representantes do bem; e, talvez

a mais importante, a sua utilização para angariar uma massa de seguidores para Trump e outros políticos, como a republicana Marjorie Taylor Greene que conseguiu, em 2020, uma vaga de deputada federal pelo Estado da Geórgia utilizando essa teoria como propaganda política.¹⁷²

Dessa forma, quando os negacionistas afirmam que o assassinato em escala industrial e sistemático de milhões de Judeus durante a Segunda Guerra Mundial foi uma mentira criada pelos vencedores do conflito em união com os judeus fundadores do Estado de Israel, com o objetivo de enriquecimento dos mesmos por meio de indenizações, temos a formação de uma visão conspiratória da realidade que nega as evidências concretas da existência do Holocausto, como os depoimentos dos sobreviventes.

Os negacionistas acreditam que o campo de concentração de Auschwitz, no Sul da Polônia, era “apenas” um campo para prisioneiros e que as câmaras de gás utilizadas para matar os judeus eram, na verdade, “câmaras de desinfecção” ou “abrigos antiaéreos”. Dessa forma, o Holocausto seria um “mito fabricado”, uma vez que os documentos existentes teriam sido falsificados no final do conflito pelos judeus e espalhados por toda a Europa. Isso leva a não acreditarem nos depoimentos de testemunhas, principalmente de militares ou membros do governo nazista, já que essas pessoas teriam confirmado existência dos campos de extermínio devido a fortes torturas e ameaça de morte e, por isso, os seus depoimentos devem ser ignorados. Contudo, Lipstadt afirma que muitas confissões da existência do Holocausto foram feitas depois que os nazistas criminosos já haviam sido condenados à morte. Mesmo assim, os negacionistas acreditam que estas “confissões pós-condenação refletem a ‘enxurrada de propaganda’ a que foram submetidas essas ‘vítimas do engano’” (LIPSTADT, 2018).

Deve-se destacar que a extrema direita dos dias atuais nega a existência do Holocausto com o objetivo de angariar uma massa de seguidores. Ou seja, tal conspiração tem por objetivo dar coesão ao grupo, reforçar a imagem do inimigo demoníaco, ao mesmo tempo em que tenta fortalecer um novo projeto fascista. Isso é materializado no “complô judaico internacional” atual, ou seja: a farsa do Holocausto. Por esses motivos, é importante constatar que as teorias conspiratórias possuem implicações na realidade por mais excêntricas ou “sem sentido” que possam parecer. Elas são sinônimos de atritos

sociais, corroem o debate público e político, pois prejudicam a capacidade de diálogo dentro da sociedade, transformando adversários em inimigos. Se o adversário conspira, as ferramentas da democracia não funcionam, possibilitando a formação de um crescente discurso de ódio e intolerância (BERLET, 2009).

No bestiário conspiratório os judeus (e qualquer outro conspirador) são representados como seres que se infiltram, rastejam, escondem-se, são portadores da sujeira e da infecção, assim como o rato, a sanguessuga e o polvo. Envoltos em vestimentas sombrias, os judeus operam a noite, subterraneamente, clandestinamente, infiltrando-se e controlando todos os meios tradicionais de comunicação e saber, possuindo a habilidade suprema da manipulação, com suas tropas invisíveis presentes em todas as partes. Praticam a corrupção, a depreciação dos costumes, a desagregação das tradições sociais e dos valores morais. Nessa lógica conspiratória, a negação do Holocausto corresponde a uma inesgotável vontade de poder dos Judeus que querem retomar o sonho eterno da construção de um Império em escala universal, da unificação do globo sob a sua total autoridade.

Segundo a lógica das teorias da conspiração, os defensores do negacionismo do Holocausto rejeitam qualquer análise proposta por historiadores, sociólogos, cientistas políticos, entre outros, acusando-os de estarem a serviço dos judeus. Compreendendo o mundo como sendo um palco da luta eterna entre o império do bem contra o império do mal, os negacionistas se consideram como soldados das forças do bem por denunciarem o complô judaico de dominação mundial que estaria sendo ocultado pela “grande mentira do século”, ou seja, o Holocausto. Portanto, quando culpam os nazistas pelo crime de genocídio, os judeus estariam colocando em prática seu projeto de hegemonia.

Mas, não é só isso. Essas versões da realidade acreditam que os professores, escolas e universidades fazem parte da conspiração por esconderem ou ocultarem o “conhecimento verdadeiro”. Barkun (2003) explica que isso acontece porque as teorias da conspiração geralmente contestam a versão oficial de um acontecimento do passado ou atual, criando explicações fantasiosas e/ou atribuindo-lhes outro significado e interpretação. Por isso, seus criadores e adeptos observam com ceticismo, desprezo e desconfiança algumas explicações dadas pelas universidades, escolas, intelectuais e os principais meios de comunicação, pois a conspiração parece ser tão poderosa que controla

praticamente todos os meios através das quais as informações são disseminadas. Segundo a lógica conspiratória, todos esses meios são ferramentas usadas pelos conspiradores a fim de iludir, falsificar, controlar e encobrir a verdade da população, promovendo uma verdadeira lavagem cerebral coletiva.

De acordo com o historiador estadunidense Richard Hofstadter (1964), a literatura conspiratória tem a pretensão de ser racional e empiricamente relevante. Ou seja, a fim de fundamentar e sustentar as suas afirmações, como o negacionismo de algum evento histórico, tentam elaborar, acumular e retroalimentar evidências tangíveis. Imitam a metodologia de citação de fontes e apresentação de evidências encontradas em estudos científicos, porém, são nesses casos que a mentira e falta de qualquer ética fica evidente, como afirmou Carvalho (2019), pois tais documentos são usados de maneira distorcida ou fora de contexto.

É preciso destacar ainda que as conspirações são reflexos de um tipo de mentalidade que surge em momentos de intensa crise social e desnorteamento coletivo, como um sintoma de caos social. Essa característica também é muito importante. A denúncia de um complô é historicamente mais comum em contextos de agitação ou mudança social. Conforme Girardet (1964) elas surgem quando a sociedade está sofrendo um clima psicológico e social de incerteza, insegurança, de temor ou de angústia. Ou seja, são nos “períodos críticos” da sociedade que os mitos se afirmam e aparecem com maior clareza, impõem-se com mais intensidade e exercem com mais violência seu poder de atração. Nesses momentos, as conspirações podem surgir entre grupos que acreditam estar em desvantagem política ou social em comparação a outras consideradas socialmente superiores ou privilegiadas.

Entretanto, não são apenas as conspirações que se fortalecem em períodos de crise. Historicamente, a extrema direita fascista, criadora e propagadora de várias teorias conspiratórias com o objetivo de angariar adeptos ou perseguir determinado grupo, também se fortalece em tempos de crise econômica e política, quando a população se encontra desacreditada com os rumos que a sociedade está tomando. São nesses períodos que a raiva, o ódio, a violência e as teorias conspiratórias recaem sobre um determinado grupo.

Considerações Finais

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A extrema direita se fortaleceu em vários países do mundo (Europa, Brasil e Estados Unidos) devido à crise econômica e migratória dos últimos anos. Para angariar adeptos, perseguir determinados grupos e aprovar projetos políticos, criam, fomentam e difundem inúmeras teorias conspiratórias, principalmente, envolvendo os judeus, refugiados e imigrantes. Nesse contexto, fortaleceram a conspiração que nega a existência do Holocausto, uma vez que necessitam tornar as ideias fascistas novamente toleráveis. Como afirma Carvalho, quem nega o Holocausto fere todos que morreram durante a Segunda Guerra Mundial e todos aqueles que sobreviveram para contar as suas experiências e dores. Deste modo, repelir e repudiar o negacionismo “é um ato em defesa da história, do conhecimento e, principalmente, dos direitos humanos, pois o Holocausto é um evento chave para se compreender diferentes violências e violações da dignidade humana” (CARVALHO, 2019).

Podemos interpretar que o Holocausto não começou quando as câmaras de gás de Auschwitz mataram os primeiros judeus, mas sim quando as teorias conspiratórias fizeram o povo acreditar que eles eram seres malignos e/ou animais passíveis de extermínio. Por isso, dada a sua grande permeabilidade no corpo social, devemos analisar as ideias conspiracionistas, por mais absurdas que possam parecer, de maneira séria, racional e científica.

Negacionismos e conspiracionismos, provavelmente, sempre existirão e sempre voltarão à tona com maior força de atração em tempos de crise social, assim como a contestação sobre cientificidade da história e do papel do historiador como cientista do passado. Isso já ocorreu e ocorrerá novamente. Cabe ao historiador compreender as questões de seu próprio tempo para produzir um conhecimento histórico responsável, ético e crítico, difundindo-o de maneira cada vez mais atrativa para um amplo público não especializado. Assim, quem sabe, podemos evitar que as pessoas sejam informadas por negacionismos e conspiracionismos de todo o tipo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 05/05/2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

BARKUN, Michael. **A culture of Conspiracy**: Apocalyptic Visions in Contemporary America. London: University of California Press, 2003.

BERLET, Chip. **Toxic to Democracy**: Conspiracy Theories, Demonization, & Scapegoating. Somerville, EUA: Political Research Associates, 2009.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Por que há pessoas que negam o Holocausto? (Artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-negam-o-holocausto/>. Publicado em: 30 dez. 2019. ISSN: 2674-5917. Acesso: 05/05/2021.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. O negacionismo do Holocausto na internet: o caso da “Metapédia – a enciclopédia al-ternativa”. In: **FACES DA HISTÓRIA**, Assis-SP, v.3, nº 1, p. 5-23, jan.-jun., 2016.

CASTAN, S. E. **Holocausto Judeu ou Alemão**: Nos bastidores da mentira do século. Porto Alegre: Revisão, 1987.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. O Negacionismo do Holocausto: pseudo-história e história pública. **Resgate-Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 22, n. 28, p. 5-12, 2014.

EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Planeta, 2010.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOFSTADTER, Richard. The Paranoid Style in American Politics. **Harper’s Magazine**. Edição de Outubro, p. 77-86, 1964.

LIPSTADT, Deborah. O que defendem os negacionistas do Holocausto, no centro de polêmica envolvendo Mark Zuckerberg. In: **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-44897985>. Publicado em: 20 Jul. 2018. Acesso: 03/04/2021.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2009.

NETO, Odilon Caldeira. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. In: **Antíteses**, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 1097-1123.

REINEHR, Altair. Da casa do Papa à casa de Adolf Hitler. In: **Jornal Imagem**. Disponível em: <http://www.oimagem.com.br/Mostra.asp?Id=1695>. Publicado em: 09 nov. 2011. Acesso em: 04/05/2021.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história - os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas, São Paulo, 1988.

Neopopulismo: A direita que saiu do armário e o desmonte do trabalhismo

Maria Karyna Ribeiro de Sousa¹⁷³

Resumo:

O que o governo atual possui de semelhante com fórmulas anteriores para ser comparado com o que é conhecido como “populista” e quais suas diferenças que levam historiadores a distinguí-lo como um “neopopulismo”? Será desejado no presente trabalho realizar um breve passeio por conceitos históricos da formação da concepção de populismo, abordando as principais implicações quanto ao trabalhismo brasileiro.

Palavras-chave: Trabalhismo, Populismo, Neopopulismo.

Abstract:

What similarities does the actual government has in comparison to old models to be recognized as “populist” and what differences makes historians discern it as a “neopopulism”? Will be intended with this job brietly study historical concepts of the emergence of populism addressing the main implications for brazilian labourism.

Keywords: Labourism, Populism, Neopopulism.

Introdução

O governo do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, é marcado desde seu início por ações polêmicas e por supostos mal entendidos, que muitas vezes são captados por parte da opinião pública como mal entendidos e por outra parte como recuos diante de

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

repercussões desfavoráveis. Sobre isso, seria possível enumerar diversos fatos relevantes, como o que é notório quanto aos fatos envolvendo as vacinas preventivas a Covid-19, investigadas pela CPI das vacinas, em que embora haja vídeos e gravações que comprovem que o presidente Jair se posicionou contra a compra das vacinas e ampla defesa da utilização de medicamentos como hidroxicloroquina, atualmente busca se defender negando tais afirmações¹. Igualmente, um fato muito mais recente e de notório conhecimento público se fez presente com relação à nota oficial² publicada no último dia 09 de setembro, dois dias após o dia da independência, em que em flagrante recuo, desfez as próprias afirmações contundentes³ impressas em ocasião de manifestações em seu apoio no supramencionado dia 07 de setembro contra o Supremo Tribunal Federal e os demais órgãos componentes do sistema democrático nacional.

Igualmente – e mais relevante para a discussão aqui proposta – um dos primeiros atos como presidente da República de Jair foi a dissolução do Ministério do Trabalho. Este importante e histórico ministério foi recriado pelo próprio Bolsonaro no dia 27 de julho através da Medida Provisória nº 1.058/2021. A observância desses atos – tanto da destruição quanto da recriação – se fazem impossíveis de serem ignorados uma vez que atingem diretamente a tradição trabalhista indissociável do fenômeno varguista que instituiu, por sua vez, o que primeiro conhecemos como populismo no Brasil.

Por isso, será intentado através desse trabalho delimitar a importância histórica do referido ministério, contextualizando sua real importância no momento de sua construção e de sua dissolução. Por isso, primordialmente o convite aqui estabelecido é retornar aos primórdios do trabalhismo brasileiro, para conseguirmos compreender o presente.

1. A construção do Trabalhismo no Brasil

É impossível compreender o que foi o advento do trabalhismo, sem que haja perfeita compreensão do que havia antes dele. Sobre isso, a historiadora Angela de Castro Gomes⁴ elucida que o corpo operário do final da década de 1920 era composta

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

basicamente por filhos de ex-escravos e europeus imigrados para trabalharem em indústrias. Assim, a pluralidade de distinção entre trabalhadores e

¹ IDOETA, Paula Adamo. "A história de Bolsonaro com a hidroxiclороquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid". BBC News Brasil, 2021. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>> Acesso em: 10 de set. 2021

² BOLSONARO, Jair Messias. "Nota Oficial - Presidente Jair Bolsonaro - 09/09/2021". Gov.br, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021>> Acesso em: 10 de set. 2021

³ "As ameaças de Bolsonaro em discursos no 7 de Setembro". BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>> Acesso em: 10 de set. 2021

⁴ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

seus próprios ideais e necessidade tornavam difícil que houvesse coesão entre eles. Muitos ideais foram trazidos da Europa, como o Comunismo e o Socialismo, com forte influência de notícias da vitoriosa Revolução Russa, além do anarquismo e sindicalismo.

Claudio Batalha⁵ explica que a queda do Império e instituição de uma República deu esperanças aos trabalhadores de adquirirem regulamentações de trabalho, impossível em contexto imperial. No entanto os avanços foram poucos. Algumas regulamentações foram até escritas, mas ficavam no papel e raramente eram cumpridas. Sequer havia como reivindicar seu cumprimento. Aliás, muitas vezes a reivindicação era tratada como caso de polícia. Assim, o fim do século XIX e início do século XX foram marcados por pequenas e grandes greves, das quais se pode destacar as do Porto e Santos (em 1891 e 1897) e a da indústria têxtil no Rio de Janeiro (em 1903), mas nenhuma das reclamações foram atendidas e os movimentos foram duramente reprimidos.

Embora todos os ideais buscassem a reivindicação de interesses da classe trabalhadora, as soluções apresentadas eram também distintas entre si. Toda essa divergência de pessoas e ideias e o duro tratamento durante a Primeira República a greves e motins, deixavam a classe trabalhadora apenas convulsionando sem conseguir se impor.

Outro fato que deve ser mencionado é que durante a Primeira República, o sufrágio era ainda muito restrito. Dessa maneira, os discursos dos candidatos eram sempre dirigidos integralmente às oligarquias. O pioneiro a quem se pode imputar dirigir um discurso à classe trabalhadora foi Nilo Peçanha, concorrente à presidente, e após ele, igualmente vanguardista, Getúlio Vargas.

A figura de Vargas se faz mais relevante considerado o desfecho da década de 1920, em que o movimento tenentista representou uma frente revolucionária que, em síntese, foi importante na derrubada do regime oligárquico do ciclo do café-com-leite e imposição do início do período getulista em 1930.

Sobre isso, Angela⁶ ressalta que Vargas era pertencente à classe oligárquica. Esta característica é fundamental para compreender muitas das críticas tecidas pelas principais correntes historiográficas que abordam o trabalhismo brasileiro. Pode-se destacar também que embora muitas vezes Getúlio Vargas

⁵ BATALHA, Cláudio. *"O movimento operário na Primeira República"*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

⁶ GOMES, Angela de Castro. op. Cit.

possa ser imaginado como um apaixonado pelo poder que fez de tudo para se manter na presidência, em um primeiro momento, Vargas receou se compromissar com a Aliança Liberal em uma junta para destituir Washington Luis da presidência, uma vez que atuava como governador do Rio Grande do Sul e temia uma intervenção caso o ato fracassasse. Por isso é indiscutível ressaltar a complexidade do percurso varguista e a necessidade de recortar didaticamente essa trajetória em períodos curtos que tornem inteligível sua atuação.

Assim como já antes introduzido, outros desdobramentos dessa relação de pertencimento de Vargas à classe operária são encarados de formas distintas por correntes historiográficas. Para Angela de Castro, a classe operária teria feito um pacto com Vargas. Esse seria, para a historiadora, um pacto complexo, uma vez que no que chamou de “heteronomia da ação política” a classe operária confiava a defesa dos seus interesses a um não pertencente da própria classe – pois Vargas era oligarca. Para ela, no entanto esse pacto não teria apassivado politicamente os trabalhadores, muito pelo contrário, seria resultado da luta dos trabalhadores que buscavam se organizar desde antes de sua subida ao poder. Suplementarmente essa percepção é interessante, dado que ao ver da historiadora, teria sido responsável por ascender os trabalhadores enquanto atores políticos.

Em oposição a esse pensamento, para Paranhos⁷ não teria havido um pacto, mas Vargas teria tentado silenciar a voz dos trabalhadores, ao que chamou de “roubo da fala”, tomando para si o monopólio do palco político. A corrente de Paranhos ressalta as resistências populares à ‘dominação’ do pensamento varguista, perceptível em sambas⁸ que driblavam a censura para expressar seu descontentamento com o pensamento trabalhista da época.

Para Paranhos o trabalhismo não teria surgido do nada, mas seria um discurso “roubado” em um momento em que o Estado Capitalista já não tinha mais meios de seguir ignorando reivindicações inerentes à questão social. Assim, argumenta citando Terry Eagleton em que o trabalhismo então seria “uma fala roubada dos trabalhadores, reformulada e a eles devolvida como um mito”⁹.

⁷ PARANHOS, Adalberto. *O Roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 1999.

⁸ PARANHOS. “*Entre sambas e bambas: vozes destoantes no ‘Estado Novo’*”. *Locus: Revista de História*, v. 13, n. 2, 11, 2007

⁹ EAGLETON, Terry; Apud. PARANHOS, Adalberto, op. Cit.

Talvez o único ponto comum entre Angela de Castro e Paranhos no trato da relação do povo trabalhador e a vinculação com o Estado, dada a divergência quanto à existência ou não de um pacto, seja a compreensão de que não se poderia considerar que os movimentos resultaram na passivação do operariado, visão que Paranhos reforça levar a uma visão empobrecedora da discussão.

2. Trabalhismo e Populismo: qual a relação?

Conforme já abordado brevemente, há muitas vezes uma percepção precipitada da figura de Vargas, talvez inevitável por parte de quem estude o assunto apenas superficialmente, de que seria alguém disposto de qualquer meio para se manter no poder. Isso se dá por causa das inúmeras manobras e intervenções ocorridas em seu período. A gestão varguista, sustentada pela aprovação do povo, sobretudo da classe popular trabalhadora, foi marcada por discursos nacionalistas e de apelo emocional que o conferem percepção de “líder populista”. No entanto, para historiadores como Angela de Castro, apenas o populismo não dá conta de explicar muitas facetas do que foi trabalhado por Vargas a partir de 1930, por isso, recorre-se ao conceito de “trabalhismo” para entender com maior precisão o maior sustentáculo de seu governo.

Ainda em 1930, no ano que subiu ao poder, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, conquista revolucionária para o trabalhismo. Seu grau de importância se dá pois, como vimos, embora na Primeira República algumas regulamentações tenham sido tecidas, houve falta de vontade de fazê-las cumprir. Agora com o Ministério do Trabalho, pela primeira vez o trabalhador tinha onde recorrer para fazer cumprir tudo o que a lei determinasse. A diferença pode parecer sutil, mas na prática foi o estopim para grandes mudanças que estavam por vir.

Assim como Pandolfi¹⁰ descreve, entre 1931 e 1934 várias regulamentações entraram em vigor, adequando na prática as condições de trabalho. Foram, por exemplo, fixadas as horas diárias de trabalho, estipulado o direito a férias,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

idade mínima para o trabalho e regulado o trabalho da mulher e dos menores de idade. Somado a isso, a instrumentalização da carteira de trabalho foi

¹⁰ PANDOLFI, Dulce. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: "*O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*". Livro 2, 2ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

um aparato surgido na época importante para que se fizesse cumprir os direitos adquiridos. Todos esses foram passos imprescindíveis para a evolução legislativa até a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943.

Atribuindo o sucesso da nação e o progresso ao trabalho, Vargas fazia do trabalhismo o principal pilar de sustentação do seu prestígio. Seu discurso era voltado para a classe trabalhadora, idealizando a figura do trabalhador. Até hoje, pode-se dizer que há uma vinculação entre “ser trabalhador” e “ser honesto”, sequela direta dos discursos fundamentados nessa época.

Angela de Castro¹¹ problematiza os discursos trabalhistas de Vargas, enxergando neles “ecos de pensamento” pré-abolicionistas, em que caberia aos pobres uma educação conscientizadora sobre a obrigação ao trabalho, de modo a blindar o Estado de perigos sociais que o “pobre ocioso” poderia representar. Cabe aqui ressaltar que em 1937, na constituição ditatorial a vadiagem chegou a ser criminalizada. Esse pensamento, na percepção de Angela de Castro estaria atrelado não apenas ao momento histórico brasileiro de conquistas do trabalho, mas também às heranças dos tempos de escravidão, que era ainda muito recente, com o agravamento do fato de Getúlio ser um oligarca.

Assim, como consequência direta do depósito de confiança de uma classe em um não pertencente à ela. Em sua visão, muitas vezes o discurso trabalhista de Vargas reverberava pensamentos da oligarquia ao passo que desconsiderava a luta dos trabalhadores, estando vazio do seu histórico de mobilização.

Pandolfi¹² também agrega compreensão nesse sentido, quando explicita que houve claros esforços de Vargas para alcançar os sindicatos. De acordo com sua explicação, muito embora a sindicalização não fosse obrigatória, os benefícios só alcançavam os membros sindicalizados, de forma que se tornava quase compulsória. Dessa maneira, buscava em cadência transformar os sindicatos em ferramentas de sustentação do governo.

A criação do programa de rádio A Hora do Brasil, desde 1935 teve papel propagandista claro. Isso foi ainda intensificado pelo Departamento de Imprensa e Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Propaganda (DIP), fundado em 1939 e que além de ser o responsável por séries de censuras em músicas, livros etc, também formulava estratégias de propagação dos

¹¹ GOMES, Ângela de Castro, op. cit.

¹² PANDOLFI, Dulce, op. Cit.

ideais trabalhistas. Uma dessas estratégias se deu entre 1942 e 1945, em que o programa A Hora do Brasil passou a dar voz ao Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, por cerca de dez minutos às quintas-feiras. Neste período somaram-se mais de duzentas palestras dirigidas ao povo trabalhador. O programa era de tanto sucesso que sua exibição era praticamente obrigatória em estabelecimentos comerciais¹³.

3. O Trabalhismo e o Populismo então são ruins?

Antes de que seja formulada uma percepção que os adventos do populismo e trabalhismo são ruins ou prejudiciais à nação, precisa-se estabelecer algumas compreensões.

Primeiramente quanto ao populismo, se faz necessário o reconhecimento de que a compreensão do que seria uma prática ‘populista’ foi alterada através do tempo. Jorge Ferreira¹⁴ esclarece que resgatando o sentido histórico do vocábulo a priori até 1945, marco do fim do regime ditatorial de Vargas, ser populista era mero sinônimo de popular, usado de forma elogiosa. A imputação de vergonha, como da utilização de meios de manipulação de massa veio depois. A compreensão do significado de populismo feita por estudiosos pode inclusive ser separada em gerações.

Angela de Castro¹⁵ expõe que as primeiras formulações teóricas sobre populismo foram tratadas por um grupo de intelectuais chamados Grupo de Itatiaia, ainda em 1952. Muito preocupados em debater problemas políticos, econômicos e desenvolvimentistas, desejavam a derrubada de Vargas do poder¹⁶. Hélio Jaguaribe¹⁷, um dos expoentes do grupo, deu a definição de política populista que estaria no vínculo criado através da manobra de massas, propicia a emergência de

¹³ GOMES, Ângela de Castro, op. cit.

¹⁴ FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica / organização, Jorge Ferreira - 3a. edição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p.166.

¹⁵ GOMES, Angela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p.22.

¹⁶ Vargas havia sido eleito novamente em 1950 após ter sido tirado do poder em 1945 e sucedido pelo General Eurico Gaspar Dutra.

¹⁷ JAGUARIBE, Hélio. Apud. MUSSI, Daniela; CRUZ, André Kaysel Velasco e. OS POPULISMOS DE FRANCISCO WEFFORT. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2020, vol.35, n.104, p.4. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092020000300507&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Set. 2021

lideranças personalistas, carismáticas, envolvendo trabalhadores sem consciência de classe.

A primeira geração foi marcada por estudar como o populismo teria sido pautado no discurso de mudança e modernização dos meios de trabalho. Assim, ainda na primeira geração, uma interpretação sociológica pode ser obtida com o pensamento de Maria Helena Capelato. A autora convergia com uma corrente que enxergava na transição de trabalhadores do meio rural para o urbano um fenômeno observável, pois o trabalhador transposto na cidade não se enxergava pertencente a nenhuma classe e acabava ficando vulnerável a múltiplas espécies de manipulação. Assim, com palavras de Jorge Ferreira, a “adesão do populismo é entendida então a partir da estrutura social, sem se levar em conta qualquer elemento de ordem política ou cultural”¹⁸.

Já no pensamento de segunda geração, para Francisco Weffort, a política populista teria sido produto de um longo processo de transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir de 1930. A segunda geração bebe de muito do que foi discutido na primeira geração, mas recusa a ideia de modernização, aproveitando apenas a questão da repressão policial e a manipulação executada principalmente pelo DIP. Acreditando em uma relação verticalizada de cima para baixo, sem espaço para interlocuções. Nessa percepção, o povo teria sido apenas massa de manobra. Jorge Ferreira¹⁹ cita José Murilo de Carvalho sobre os cuidados na visão maniqueísta da política, sob o qual o Estado é o vilão e a sociedade simplesmente a vítima. Outrossim, percebe-se que esse pensamento de segunda geração verifica nos trabalhos propagandistas da imprensa, do DIP e da repressão policial como métodos exercidos pelo Estado para evitar que a sociedade brasileira alcançasse a sonhada consciência de classe.

Por fim, a terceira e mais recente geração revolucionou a compreensão acerca do advento do populismo. Muito mais instrumentalizada com análises interdisciplinares, munida de noções antropológicas culturalistas só possíveis a partir da década de 1980, desfez muito da percepção manipulatória que vinha se cultivando até então. Assim como bem dito por Peter Burke²⁰, a mente humana não

¹⁸ FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 72-73.

¹⁹ Idem, p. 95.

²⁰ BURKE, Peter. *“A cultura popular na Idade Moderna. Europa, 1500-1800”*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 86. Apud. FERREIRA, Jorge, op. cit., p.98.

seriam folhas em branco esperando para serem escritas. Se apropriou da concepção de resistência cultural bem como da compreensão de que o ser humano é capaz de aderir e rejeitar ideias, mesmo quando não são parecidas com suas ideias anteriores ou se impostas.

Um nome importante de ser mencionado sobre a terceira geração, ainda de acordo com a descrição de Jorge Ferreira, é Roger Chartier²¹, historiador francês que contribuiu com ideias que acabaram influenciando as análises feitas em âmbito brasileiro. Conforme seu pensamento, culturas eruditas tendem a se impor nos povos, no entanto não há por que se pensar que os indivíduos se submetem a elas universalmente e de modo infalível. Há, então, que se considerar e distinguir entre injunção e prática; entre sentido visado e sentido produzido. Buscou-se assim a apresentar na história, atores políticos pensantes capazes de escolher opções que fossem convenientes conforme suas necessidades de cada momento, evitando também anacronismos e a importação de modelos estrangeiros e justificativas para os fenômenos nacionais embasados em fórmulas impossíveis de serem aplicadas em contexto da sociedade brasileira, em respeito ao relativismo cultural²².

Sobre isso, embora correntes historiográficas antagônicas entre si tenham surgido ao estudar os adventos do populismo e do trabalhismo, não é difícil enxergar por que algumas convergências podem ser verificadas em meio a divergências cruciais. Assim como trabalhado em um primeiro momento neste artigo quanto aos embates de entendimento entre Angela de Castro e Paranhos sobre a existência ou não de um pacto entre trabalhadores e o Estado, enquanto Angela defende que o apoio a Vargas era consciente, munido de defesa do próprio interesse, exemplificando que em diversos momentos casos em que o povo demonstrava participação ativa e consciência de classe, Paranhos também o faz na sua defesa de inexistência do suposto pacto entre trabalhadores e Estado, ao afirmar que os trabalhadores não eram unânimes em depositar a confiança no líder carismático e até resistiam e desafiavam os ideais trabalhistas através da música que abria caminhos para superar a censura do DIP. Assim, Paranhos acaba por testemunhar a existência de uma consciência política, ainda que compreendendo o

²¹ CHARTIER, Roger. “*A história cultural; entre práticas e representações*”. Lisboa Difel, 1990, p. 136-137. Apud. FERREIRA, Jorge, idem.

²² GOMES, Angela de Castro. In: FERREIRA, Jorge, idem, p.45.

Estado como articulador de tentativa de silenciar a voz popular e monopolizar a ação política.

Para Angela de Castro o próprio movimento Queremista seria um grande exemplo da construção de consciência política e não mera reprodução comportamental de povo alienado. Segundo tece, em 1945 a classe trabalhadora via muito dos seus direitos adquiridos prejudicados pelo que Elza Borghi Cabral²³ chamou “esforço de guerra”, uma vez que vários direitos foram suspensos ou reduzidos. No entanto, ainda assim para a classe operária a manutenção de Vargas no poder representava a não ameaça aos direitos que foram adquiridos ao longo do seu governo. O temor era que mudanças pudessem trazer regressões muito mais severas além de gratidão por ter feito tanto em quinze anos, visto que trabalhadores mais velhos ainda possuíam memórias das condições de trabalho de antes de 1930. Conforme Ferreira²⁴ cita uma declaração do representante da comissão eleita pelos operários da Companhia de Fiação e Tecelagem de Pelotas: “Não querem voltar tempos antigos quando bala e pata cavalo imperavam”.

O assombro do retorno de condições de trabalho análogos ao do tempo da escravidão, muitas vezes ainda praticados durante a Primeira República, levaram à construção de sentimento de defesa dos próprios interesses. Ainda que não houvesse muita articulação organizada, o movimento “queremos Vargas” se espalhou.

Outra peculiaridade relevante sobre esse período é que, principalmente a partir da década de 1940, sobretudo a partir de 1950, conforme destaca Lucília Neves Delgado²⁵ houve a perpetuação do credo da transformação do presente como método para construir um futuro melhor. Esse materialismo, consciente da necessidade de intervenção humana, é fruto da construção desenvolvimentista da época e, mais do que isso, fortalecia o discurso trabalhista de Vargas, proliferando e perpetuando mesmo após ele. O antigo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), extinto durante a ditadura militar, herdou diretamente os ideais trabalhistas e após o período antidemocrático se bifurcou entre um novo partido com a mesma sigla e o PDT (Partido Democrático Trabalhista), fundado pelo saudoso Leonel Brizola.

²³ CABRAL, Elza. Apud FERREIRA, Jorge, *idem.*, p. 73.

²⁴ FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 77

²⁵ DELGADO. Lucília Neves de A. “Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p. 171.

Assim, o maior legado do período varguista foi a retirada do discurso trabalhista da marginalidade, ocupando a principal pauta política.

4. O Neopopulismo enquanto antítese do populismo clássico

O populismo não se restringiu a uma característica pontual apenas do governo varguista. Uma das dificuldades que se possui de compreender a complexidade deste fenômeno é que ele se reinventa, reorganiza e readapta, podendo até ocultar a si próprio, como denunciou Weffort²⁶ sobre Juscelino Kubitschek que não se dizia populista, mas executando em plano de fundo suas principais práticas. Dada sua longevidade e capacidade de retornar à atualidade, levou Jorge Ferreira a o apelidar de “gato de sete vidas”²⁷.

Quando se observa a vida acadêmica do pensador Francisco Weffort é muito interessante perceber como há uma clara mudança de pensamento ao longo dos anos. Mussi e Cruz²⁸ foram taxativos ao encontrar uma clara alteração de sua compreensão sobre o populismo antes e após o golpe de 1964.

O jovem Weffort, formado em um momento acadêmico extremamente crítico ao nacionalismo comunista soviético, buscava afastar o quanto podia a concepção de nacionalismo de populismo. Esse pensamento, no entanto, mudou. Em visões posteriores, reconheceu a visão do depósito de confiança da classe trabalhadora em uma figura não pertencente à própria classe e ao observar a trajetória varguista, dedicou esforços para “descortinar” mistérios referentes ao fenômeno do populismo. Para ele, o populismo teria criado uma crise na organização da sociedade, bagunçando os aparatos de controle das elites sobre as classes populares. Em suma, se referia à organização do trabalho durante a Primeira República em contraste com a forma de controle de Vargas, fundamentada na confiança e no apreço, vocacionada pelo carisma e apelo emotivo. No entanto,

²⁶ Ibidem, p. 3.

²⁷ FLORES, Elio Chaves. “FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORES, Elio Chaves”. *Politeia: História e Sociedade* v. 2 n. 1, 2002. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3961/3262>> acesso em: 10 Set. 2021.

²⁸ MUSSI, Daniela; CRUZ, André Kaysel Velasco e. “Os populismos de Francisco Weffort”. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.35, n.104 [online]. 2020. p. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092020000300507&lng=en&nrm=iso> Acesso em 10 Set. 2021.

ao argumentar, acrescentou também outra observação, de que a ampliação do sufrágio havia servido para a realização do inverso, isto é, para que as camadas populares pudessem exercer certa pressão às elites econômicas, o que era inédito até então. Assim, embora reconhecesse a relação estabelecida pela confiança e apego sentimental, também criticava a visão reducionista apenas no campo carismático, reconhecendo como uma expressão política que rompeu com moldes tradicionais de dominação.

O golpe de 1964, tal qual outros governos antes, possuíam características que bebiam diretamente da fonte do populismo varguista. O nacionalismo exacerbado, o pilar do trabalho como sustentáculo do progresso entre outros. O próprio grupo de Itatiaia, na condição de opositores contemporâneos de Vargas, em ocasião de preocupação com o Ademarismo, temiam que o movimento de apoio a Adhemar de Barros, candidato que caía no gosto popular e alcançava público marginalizado, pudesse dar continuidade às práticas populistas de Vargas. A publicação do artigo "O que é o Ademarismo?" na revista *Cadernos de Nosso Tempo*, em 1954, sustentava a narrativa de que através do levante de liderança mediante a popularidade se tornava possível a execução de estratégias de manipulação de massas sem consciência de classe. No entanto, assim como Hélio Jaguaribe²⁹ articula sobre essa situação, na ocasião o Ademarismo agregou as camadas populares a participarem das eleições ativamente, distanciando-os ainda mais dos mecanismos de "clientelismos" característicos da Primeira República.

No entanto, nas múltiplas reinvenções do populismo até aqui, o que é notório é a deposição do líder carismático como porta voz do povo em defesa dos interesses dos trabalhadores, fundamentado no discurso trabalhista. Assim, por tradição, práticas de Estado Grande que passou a ser atacado pelas pautas do novo populismo insurgente. A própria Petrobrás que foi criada por Vargas sob defesa do lema "o petróleo é nosso" se tornou assunto de disputa. Além dela, outras empresas foram fundadas com o passar do ano, muitas das quais acabaram sendo desestatizadas, como ocorreu com a Vale do Rio Doce, atualmente denominada apenas Vale.

Essa questão se torna problemática na medida que se tenta entender o governo atual. Embora a história ainda esteja em curso, vários autores buscam

²⁹ Cf. JAGUARIBE, Hélio. “*Que é o adhemarismo?*” Cadernos do Nosso Tempo, 1954. Apud MUSSI, Daniela; CRUZ, André Kaysel Velasco e, op. Cit.

compreender o momento que vivemos. Danilo Silva³⁰ reforça essa compreensão de como o hoje conhecido como neopopulismo age como uma antítese, uma desconstrução ou reinvenção do próprio fenômeno populista.

Para Rodrigo Soares, isso estaria inteiramente ligado ao longo período de permanência no poder de regimes assumidamente compromissados com pautas de esquerda e que pouco a pouco, somado foi descortinando uma direita radical, antes envergonhada³¹ desde a derrota da saída dos militares do poder, posta para hibernar sem palco, diluída entre um centro supostamente moderado e conciliador.

Sufocada, essa direita voltou a ganhar espaço mediante a notoriedade da figura carismática de Jair Messias Bolsonaro, candidato que se expôs desde sempre como de direita e conservador – muito embora em afirmações mais recentes tenha em mais um recuo se assumido sendo de centrão³² – a direita ganhou credibilidade, se legitimando sobre a pauta da repulsa à corrupção e abrindo caminho para uma conciliação entre a “velha direita” e uma “nova direita” ocupando o que Madeira e Quadros³³ consideram como sendo um “Vácuo representativo” deixado pelas direitas nos últimos anos.

Em outro contexto, antes da eleição que consagrou Bolsonaro presidente, Angela de Castro³⁴ enxergou que o neopopulismo, ou populismo liberal, vinha de encontro com a tradição populista, considerando que inaugura um pensamento perigoso em que o sentido de nacionalismo seria alcançado com o desmonte do Estado, entrelaçando a concepção de progresso e a estatização.

Se para Marilena Chauí³⁵ a política brasileira ainda é verticalizada e hierarquizante e organizada pela sua retromanutenção, impedindo grandes alterações tanto para aventuras democrático-liberais quanto para perseguição de justiça social inclinada a valores socialistas, renova o sentimento populista

³⁰ SILVA. *Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura*. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v.59, n°2, 2020, p.25.

³¹ SOARES, Rodrigo. "Da velha à nova política: A onda Populista no Brasil". 77p. Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019, p.41.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

³²“'Eu sou do Centrão', diz Bolsonaro ao ser questionado sobre Ciro Nogueira na Casa Civil”. G1, Brasília, 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/22/eu-sou-do-centrao-diz-bolsonaro-ao-ser-questionado-sobre-ciro-nogueira-na-casa-civil.ghtml>> Acesso em 10/09/2021

³³ MADEIRA, Rafael Machado; QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. “*Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil*”. Opinião Pública v. 24, n. 3, Campinas, 2018 Apud SOARES, Rodrigo. *op. cit.*, p.12.

³⁴ GOMES, Angela de Castro, *op. cit.*, p.51.

³⁵ CHAUI, Marilena. “*Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados*”, 1994, p.19-30. Apud. GOMES, Angela de Castro. In: FERREIRA, Jorge, *op. cit.*, p.51-52.

caracterizado pelo sentimento salvacionista messiânico de depósito de confiança em lideranças carismáticas, sobretudo pelos setores mais populares. Então, há de se convir que seria muito mais conveniente que o discurso fosse voltado para o alcance dos objetivos igualmente populares. O movimento bolsonarista se faz inovador e precursor de um fenômeno que não pode ser ignorado, pois inaugura também a perpetuação nas classes populares a crença de que como remédio à crise e à falta de empregos, a defesa dos interesses patronais seria conveniente para a classe trabalhadora. Dessa maneira, pautas como o desmonte do Ministério do Trabalho, conquista histórica da classe trabalhadora, para de incomodar e o abandono dos valores definidos pela CLT deixa de agredir a opinião pública de grande parte do setor trabalhador que sustenta Jair Bolsonaro e abraça sua causa.

Poderia-se colocar lado a lado e comparar a promessa de diminuição de direitos feita por Jair Bolsonaro³⁶ antes do pleito eleitoral e que ainda assim resultaram na vitória de Jair Bolsonaro, com o movimento Queremista, em que o povo seguiu apoiando Vargas ainda que tenha havido algumas reduções e suspensões de direito. Nessa comparação, no entanto, alguns pontos ressaltam gravemente. Primeiro que havia um sentimento de gratidão por atos já praticados da parte de Vargas, enquanto Bolsonaro ainda era uma promessa. No fundo, o corpo trabalhador de 1930 temia que mudanças negativas no poder pudesse alcançar seus direitos, retrocedendo aos moldes da Primeira República, enquanto o eleitorado de Bolsonaro se debruçava claramente em desesperança, ansiando por alguma fonte de renda, ainda que abrindo mão de direitos obtidos.

Sobre o autoritarismo, Bolsonaro é largamente criticado por ser abertamente saudosista dos valores da ditadura militar. Vargas, por sua vez, também flertou com modelos ditadores, agindo como um entre 1937 e 1945. Então que fique claro que a grande distinção não está nos valores de democracia e liberdade individual, mas no trato dos valores trabalhistas, construídos nos tempos de Vargas e alvo de atentados de desmonte pelo atual governo.

³⁶ NUNES, Fernanda. “‘Ou todos os direitos e desemprego ou menos direitos e emprego’, diz Bolsonaro” Estadão, 2018. Disponível em:

<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/recebi-projetos-sobre-previdencia-e-pouco-sera-aprovado-diz-bolsonaro,70002599184>> Acesso em: 10/09/2001

Conclusão

Toda a trajetória realizada nesse passeio histórico aqui realizado foi pensado para expor como a luta pelos direitos trabalhistas remonta datas anteriores a 1930 e como a conquista desses direitos passou por uma relação dúbia com o Estado Vargasista, ora encarado como um propulsor, ora como um silenciador da causa popular.

Outro ponto a ser destacado é a aquisição de uma consciência de classe, que foi construída no imaginário do trabalhador lentamente, mas que não deixou de se consolidar com o passar do tempo. Tanto na existência de um pacto entre os trabalhadores e o Estado, quanto na resistência aos atos ideológicos controladores estrategicamente executados por Vargas, a consciência foi praticada na defesa dos interesses dos trabalhadores. Nisso o Ministério do Trabalho representou uma grande conquista trabalhadora, uma vez que possibilitou a possibilidade prática de que fosse exigido o cumprimento dos direitos adquiridos.

Absorvendo os pontos expostos anteriormente, se torna claro observar como a extinção de um órgão crucial como o Ministério do Trabalho contradiz a tradição histórica dos movimentos trabalhistas e foi pontualmente estratégico devido o momento político que foi feito em decorrência do novo molde de pensamento propagado e que saiu vitorioso na contramão dos modelos clássicos populistas, nutrindo na aceitação popular valores antes impensáveis, como do desmonte da proteção do Estado e da diminuição de direitos como forma de remediar problemas para a classe trabalhadora.

Bibliografia

"As ameaças de Bolsonaro em discursos no 7 de Setembro". BBC News Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>> Acesso em: 10 de set. 2021

BATALHA, Cláudio. "O movimento operário na Primeira República". Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BOLSONARO, Jair Messias. "Nota Oficial - Presidente Jair Bolsonaro - 09/09/2021". Gov.br, 2021. Disponível em:

<<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021>> Acesso em: 10 de Set. 2021

'Eu sou do Centrão', diz Bolsonaro ao ser questionado sobre Ciro Nogueira na Casa Civil". G1, Brasília, 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/22/eu-sou-do-centrao-diz-bolsonaro-a-o-ser-questionado-sobre-ciro-nogueira-na-casa-civil.ghtml>> Acesso em 10 Set. 2021

FERREIRA, Jorge. O populismo e sua história: debate e crítica / organização, Jorge Ferreira - 3a. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FLORES, Elio Chaves. "FERREIRA, Jorge (Org.). O Populismo e sua História: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FLORES, Elio Chaves". Politeia: História e Sociedade v. 2 n. 1, 2002. Disponível em:

<<https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/view/3961/3262>> acesso em: 10 Set. 2021.

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

IDOETA, Paula Adamo. "A história de Bolsonaro com a hidroxiclороquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid". BBC News Brasil, 2021. Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>> Acesso em: 10 de set. 2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

MUSSI, Daniela; CRUZ, André Kaysel Velasco e. “Os populismos de Francisco Weffort”. Rev. bras. Ci. Soc. vol.35, n.104 [online]. 2020. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092020000300507 &lng=en&nrm=iso> Acesso em 10 Set. 2021.

NUNES, Fernanda. “Ou todos os direitos e desemprego ou menos direitos e emprego”, diz Bolsonaro” Estadão, 2018. Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,recebi-projetos-sobre-previdencia-e-pouco-sera-aproveitado-diz-bolsonaro,70002599184>> Acesso em: 10/09/2021.

PANDOLFI, Dulce. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: "O Brasil Republicano - O tempo do nacional-estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo". Livro 2, 2ª Edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2007.

PARANHOS. “Entre sambas e bambas: vozes destoantes no ‘Estado Novo’”. Locus: Revista de História, v. 13, n. 2, 11, 2007.

PARANHOS, Adalberto. O Roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 1999.

SILVA. Embates semiótico-discursivos em redes digitais bolsonaristas: populismo, negacionismo e ditadura. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v.59, nº2, 2020.

SOARES, Rodrigo. "Da velha à nova política: A onda Populista no Brasil". 77p. Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019

Nossa Senhora das ditaduras em português: os Jubileus de Fátima e Aparecida, Brasil e Portugal (1967)

Mathews Nunes Mathias¹⁷⁴

RESUMO: Em 1967, a Igreja Católica celebrou os 250 anos de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e os 50 anos de Nossa Senhora de Fátima em Portugal. Naquele contexto, ambos os países lusófonos viviam sob ditaduras e as festas religiosas receberam conotações políticas que conformam, em certa medida, a natureza dos regimes que vigoravam no Brasil e em Portugal. Ao mesmo tempo, o envolvimento do Vaticano na celebração dos Jubileus também expõe a complexidade do pontificado de Paulo VI e da sua relação com os regimes autoritários após o Concílio Vaticano II (1962-1965). Portanto, a partir da celebração dos Jubileus de Aparecida e de Fátima em 1967, o principal objetivo do trabalho é compreender a formação do consenso social em torno do salazarismo e da ditadura civil-militar brasileira.

Palavras-chave: Igreja Católica; Aparecida; Fátima; salazarismo; ditadura civil-militar brasileira

ABSTRACT: In 1967, the Catholic Church celebrated the 250 years of Our Lady of Aparecida in Brazil and the 50 years of Our Lady of Fatima in Portugal. In that context, both Lusophone countries were living under dictatorships and the religious festivals received political connotations that, to a certain point, conform the nature of the regimes that were in force in Brazil and Portugal. At the same time, the Vatican's involvement in the celebration of the Jubilees also exposes the complexity of Paul VI's pontificate and its relationship with authoritarian regimes after the Second Vatican Council (1962-1965). Therefore, from the celebration of the Jubilees of Aparecida and Fátima in 1967, the main objective of this work is to understand the formation of social consensus around Salazarism and the Brazilian civil-military dictatorship.

Keywords: Catholic Church; Aparecida; Fátima; Salazarism; Brazilian civil-military dictatorship

Introdução

Em 2014, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por ocasião do aniversário de 50 anos do golpe de 1964, publicou uma nota em que reconhecia a apoio de setores da Igreja Católica na derrubada do presidente João Goulart. No entanto, ao mesmo tempo em que o assumia o “erro”, o texto assinado pelo então arcebispo de Aparecida, dom Raymundo Damasceno Assis, também fazia questão de lembrar que a Igreja não se omitiu diante da repressão. Assim, no ímpeto de reafirmar seu compromisso com a democracia no presente, a CNBB silenciou sobre a sua responsabilidade institucional no passado, atribuindo a culpa a apenas uma parcela da instituição – uma parcela sem nome e sem rosto.

Ainda em 2014, o Patriarca de Lisboa, dom Manuel Clemente, divulgou um editorial em que fazia um balanço sobre a posição da Igreja portuguesa em relação à Revolução dos Cravos, que completava 40 anos. Com o objetivo de explicar por que a Igreja Católica portuguesa não teve grandes dificuldades para se adaptar à mudança de regime político após o 25 de abril de 1974, dom Manuel ressaltou o processo de *aggiornamento* eclesial, encetado pelo cardeal António Ribeiro nos anos 1970, e a participação ativa de católicos na construção da democracia (FONTES, 2013). Em alguma medida, o Patriarca de Lisboa reforçava o sentido de reconciliação expresso na *Carta Pastoral sobre o contributo dos cristãos para a vida social e política*, publicada pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) em 1974, que afirmava que as relações entre a Igreja Católica e o regime de Salazar haviam decorrido em quase todo período do Estado Novo, “num clima de entendimento, sem prejuízo da clara distinção das respectivas competências”. Em 2014, dom Manuel, assim como os bispos portugueses de 40 anos antes, lembrou que a Igreja não deixou de sofrer com os defeitos do regime e contribuiu para os minorar.

O tom adotado por D. Manuel e pelo episcopado brasileiro em relação à participação da Igreja Católica no Estado Novo salazarista e na ditadura civil-militar brasileira é muito semelhante. No Brasil e em Portugal, a Igreja teria sido, ao mesmo tempo, vítima e resistente. Com essa tomada de posição, os bispos não só lançaram um denso véu sobre a participação da Igreja Católica nas ditaduras, mas também deram o tom da memória coletiva portuguesa e brasileira sobre os regimes. Em Portugal, Salazar teria se mantido no poder exclusivamente pela violência e pelo terror praticado pela PIDE, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado. Ao mesmo tempo, as resistências, que ganharam força nos meses finais do decrépito governo marcelista, foram alargadas para grande parte da sociedade, como se a maioria tivesse resistido desde sempre ao Estado Novo. De maneira semelhante, no Brasil, a partir de 1979 – ano da anistia e da revogação dos Atos Institucionais – teve início um longo processo de transição democrática que formulou uma memória baseada na ideia de que a ditadura teria sido uma imposição dos militares, de cima para baixo, contra a vontade de todos; a memória “dos *anos de chumbo* e da barbárie dos *porões da ditadura*” (ROLLEMBERG, 2010: 99-100).

Guardadas as devidas diferenças entre os processos de transição democrática no Brasil e em Portugal (FREIRE & MARTINHO, 2012), observa-se que, assim como outras sociedades recém-saídas de ditaduras na Europa e na América Latina, grande parte da sociedade portuguesa e brasileira também varreu para debaixo do tapete as complexas relações que manteve com o Estado Novo salazarista e com a ditadura civil-militar. Como bem apontou Bruno Groppo (2015, p.42), “essa visão de uma sociedade hostil desde o início à ditadura conduz a ignorar ou a subestimar a amplidão dos fenômenos de colaboração, de consentimento e de adesão (voluntária ou oportunista)”. Nesse sentido, é interessante observar as diferentes formas pelas quais algumas instituições, como a Igreja Católica – tão ativa na transição democrática dos dois países –, se comportaram ao longo dos regimes autoritários.

Em 1967, a Igreja celebrou os 250 anos de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e os 50 anos de Nossa Senhora de Fátima em Portugal. As duas festas reuniram milhares de devotos diante do altar da Virgem e nelas tomaram parte grupos conservadores e de direita, religiosos, políticos, militares e diversos segmentos sociais. As semelhanças e diferenças nos dois casos são instigantes e revelam a importância da Igreja e das tradições religiosas para os dois regimes. Por isso, a análise dos jubileus pode nos ajudar a

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

compreender não só a natureza das relações entre Igreja e Estado autoritário no Brasil e em Portugal, mas a formação do consenso social em torno do Estado Novo salazarista e da ditadura civil-militar brasileira. Assim, neste artigo, pretendo discutir quais sentidos políticos as devoções à Nossa Senhora assumiram na celebração dos Jubileus de Fátima e Aparecida em 1967.

Fátima e Sua eternidade

A celebração do Jubileu de 50 anos de Nossa Senhora de Fátima ocorreu em um período marcado pelos efeitos da guerra colonial em Portugal e pelo lento processo de *aggiornamento* da Igreja Católica portuguesa. De acordo com Duncan Simpson (2012: 104), entre 1961 e 1968, a guerra reafirmou “um laço ideológico fundamental da aliança Estado/Igreja”, além de proporcionar ao regime “uma causa capaz de assegurar uma certa medida de consenso político e social”. Embora o Estado Novo tenha sido abalado por uma onda contestatória a partir das eleições de 1958, “entre a maioria dos católicos imperou uma lógica de acatamento da legalidade e autoridade vigentes” (FONTES, 2020: 204). Ou seja, além do respeito pela autoridade instituída, “para a maioria dos católicos, a salvaguarda da ordem social e um certo entendimento de unidade nacional” (Idem) se sobrepôs ao empenho do catolicismo militante.

A rigor, a ideia de que Portugal possuía um “destino imperial” se tornou quase consensual na sociedade portuguesa a partir de 1961. De sorte que tanto as elites quanto as camadas populares, educadas há décadas no culto ao Império, se mostraram dispostas “a defender até a morte a soberania nacional, para bem de todos os portugueses, de todos os tons de pele” (CRISTO apud SIMPSON, 2014: 204). Nesse sentido, a Igreja institucional contribuiu sobremaneira para a legitimação da guerra colonial por meio de cartas pastorais, que recordavam os fiéis a vocação evangelizadora da nação. Logo nos primeiros dias do conflito, os bispos portugueses emitiram uma *Nota pastoral sobre o ultramar português*, lamentando a condenação internacional do colonialismo português na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1960. No documento, o episcopado erguia-se como “defensor da civilização cristã” em um momento em que “o Ocidente parecia ter perdido a consciência de si mesmo”. Ao mesmo tempo, os jovens foram instados pela

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Igreja a cumprir o seu *dever* patriótico e não foram poucos os que passaram pelo Santuário de Fátima, na Cova da Iria, antes de embarcarem para a África para pedir a proteção da Virgem na sua missão de manutenção do império de ultramar (RAMPINELLI, 2012: 283).

Apesar do apoio da maior parte do episcopado português à guerra colonial, as relações entre o Estado Novo salazarista e a Santa Sé tiveram alguns curtos-circuitos ao longo dos anos 1960. Durante os pontificados de João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978), parecia cada vez mais difícil conciliar o imobilismo do regime de Salazar com a nova agenda do Vaticano que incluía o multilateralismo, a abertura aos países do Leste europeu, a valorização da democracia e a descolonização. Porém, uma ruptura total entre a Santa Sé e a ditadura salazarista nunca ocorreu. Pelo contrário, o Vaticano adotou muita cautela na gestão diplomática das relações com Salazar e, como observado por Duncan Simpson (2014: 211), “através de medidas compensatórias públicas, até ofereceu ao regime oportunidades para continuar a legitimar ativamente o seu poder com base nas suas alegadas credenciais católicas”.

Em dezembro de 1964, quando o papa Paulo VI visitou Bombaim, na Índia, por ocasião do 38º Congresso Eucarístico Internacional, Salazar chegou a afirmar que enquanto ele estivesse vivo, o papa não colocaria os pés em Lisboa (NOGUEIRA, 1987: 103). De fato, na perspectiva do ditador, a visita do pontífice representava a legitimação do Santa Sé à União Indiana, que havia anexado Goa em 1961. Como a Índia estava longe de ser considerada como um país católico e Bombaim não era um local tradicional de peregrinação, Salazar entendeu que a viagem de Paulo VI possuía apenas motivos políticos e não pastorais. Nesse particular, foi acompanhado pelo Patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, que não permitiu que os prelados mencionassem a viagem do papa durante as missas (SIMPSON, 2014).

Embora a memória construída pela Igreja Católica – sobretudo após a recente canonização de Paulo VI – tenha interpretado a visita papal a Bombaim como um ato de enfrentamento a Salazar, não se deve esquecer que no ano seguinte, em 1965, o próprio pontífice buscou compensar o *insulto*, ao enviar uma Rosa de Ouro para o Santuário de Fátima. A honraria foi entregue pelo cardeal Fernando Cento, ex-núncio em Portugal, diante de mais meio milhão de devotos – entre eles, o ditador. Nesse sentido, a Rosa de

Ouro representou não só a diligência da Santa Sé em preservar relações positivas – e ambivalentes – com o Estado Novo, mas também o “esforço do governo português e da hierarquia católica em transformar a homenagem ao Santuário de Fátima numa homenagem a toda a nação” (CARVALHO, 2000: 34). Em sua defesa, a Santa Sé afirma que a Rosa havia sido concedida à Fátima, não a Portugal. No entanto, foi difícil não perceber o envio da honraria como um ato de desagravo em face da visita de Paulo VI a Bombaim.

Em 1967, os esforços de despolitização se tornaram ainda mais complexos quando o Santuário de Fátima celebrou o Jubileu de 50 anos de aparição da santa na Cova da Iria. Estrategicamente, Paulo VI pediu que não fosse recebido como chefe de Estado, excluiu Lisboa do seu roteiro e não pernitoou em Portugal no dia 13 de maio de 1967. A viagem seria breve. De fato, a primeira visita de um papa a Portugal durou poucas horas, mas não impediu que o Estado Novo rentabilizasse os efeitos políticos da passagem do pontífice.

Em primeiro lugar, o pontífice não conseguiu evitar o encontro com Salazar. Franco Nogueira, no sexto volume da sua biografia de Salazar, revela que o ditador narrou o seu aperto de mãos com o papa em Monte Real em tom de piada: “naturalmente – teria dito então Salazar – tratei o pontífice por Vossa Santidade. Sabem como me tratou o Santo Padre? Chamou-me Vossa Eternidade!” (NOGUEIRA, 1985: 288). O fato de o ditador relatar o encontro com ar anedótico pode levantar dúvidas sobre a veracidade da saudação de Paulo VI a Salazar. De todo modo, o episódio revela que, se Paulo VI realmente tinha críticas à duração do Estado Novo, preferiu não as externar em público.

Na verdade, alguns *atos e omissões* do próprio Paulo VI durante a sua passagem pelo Santuário de Fátima contribuíram para que visita papal fosse politizada ao máximo pelo regime. Diante dos olhares da sociedade portuguesa, que acompanhou a peregrinação papal ao lado de milhares de devotos na Cova da Iria ou pela televisão, a postura de Paulo VI não transmitiu qualquer desconforto. Durante a homília, o pontífice pediu orações pela paz universal e clamou por conciliação, denunciando “o grande arsenal de armas terrivelmente mortíferas” que assolava a humanidade,¹⁷⁵ mas não fez nenhuma referência direta à guerra colonial ou à repressão da PIDE – para alívio de Salazar.

Embora Paulo VI tenha pedido orações pelos países que viviam sob o comunismo e reforçado a sua abertura ao diálogo construtivo, o fato de falar no altar de um Santuário

fortemente identificado com o anticomunismo, transmitiu uma mensagem ambígua para os devotos. Afinal, como o papa poderia se apresentar como progressista se estava abençoando uma devoção profundamente associada ao anticomunismo e ao conservadorismo? Ao mesmo tempo, ao expressar sua honra ao visitar a “Nação Fidelíssima” e render ações de graças à “gloriosa” tradição evangelizadora de Portugal, Paulo VI concedeu elementos suficientes para que a propaganda do Estado Novo pudesse reforçar o caráter conservador e colonizador do regime. Mais que isso, com a presença do papa na metrópole, Salazar pôde sublinhar a unidade espiritual da “nação multicontinental” e mobilizar os portugueses para a luta pela “civilização cristã” no Ultramar (SIMPSON, 2014).

É bem verdade que a visita de Paulo VI ao Santuário de Fátima enfrentou resistências entre as oposições católicas e não católicas. Quando o papa condecorou o major Fernando da Silva Pais, diretor da PIDE, o Partido Comunista Português (PCP) não deixou de registrar a sua indignação: como o papa poderia condecorar o “director de um selvático instrumento de tortura e de crimes”?¹⁷⁶ Como falar de ecumenismo e abrir o debate sobre a doutrina mariana da Igreja se, na primeira oportunidade, o papa peregrinava até Fátima? Como a Igreja poderia se firmar no cenário mundial como uma força progressista se o papa visitava uma ditadura?

Porém, a figura do papa era por si só difícil de combater num país católico como Portugal, ainda mais sendo uma figura que, nos últimos tempos, vinha apresentando perspectivas consideradas mais progressistas. O papa que visitava Fátima era o mesmo que havia estimulado o diálogo com os comunistas e escrito encíclicas amplamente debatidas entre as esquerdas portuguesas. Além disso, no altar e diante de mais de um milhão de peregrinos, Paulo VI se sentou ao lado de Salazar e de outras autoridades do Estado Novo. Tal imagem confirmava, em alguma medida, a harmonia entre Igreja e regime, na qual grande parte dos fiéis tinha sido levada a acreditar por décadas. Portanto, “o grosso da população não viu nada de chocante na presença do papa ao lado de Salazar” (SIMPSON, 2014: 217).

Aparecida e a fé em Costa e Silva

No Brasil, a celebração do Jubileu de 250 anos de Nossa Senhora Aparecida se deu no primeiro ano de governo do general Artur da Costa e Silva, um período marcado por muitas tensões no cenário político. Apesar do crescimento econômico de 4,8%, a ditadura se viu pressionada pelas ações da Frente Ampla, formada por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart, e por jornais que haviam apoiado o golpe de 1964, como *O Estado de São Paulo* e o *Correio da Manhã*, mas que passaram a denunciar o arbítrio do governo. Ao mesmo tempo, uma série de movimentos artísticos e culturais se articularam, embalados por canções de protesto, e estudantes universitários se mobilizaram contra a truculência do regime. Parte da cúpula da Igreja Católica iniciou a transição para as linhas de defesa dos direitos humanos, gerando curtos-circuitos com os militares. O governo Costa e Silva respondeu com o crescimento da violência política e das leis coercitivas. A repressão se intensificou e os órgãos de informação sofreram modificações significativas com o objetivo de combater a “subversão” até o fechamento do regime em 1968 com o Ato Institucional nº5.

Porém, 1967 também marca o período em que Costa e Silva procurou alcançar legitimidade na sociedade civil e apresentar a ditadura com um “rosto humano”. Em meio às críticas dirigidas aos militares, a celebração do Jubileu de Aparecida oferece um exemplo interessante para a compreensão das formas pelas quais o governo Costa e Silva buscou “quebrar o gelo” com a população,¹⁷⁷ valendo-se da tradição patriótica que há muito tempo reverenciava a Padroeira do Brasil como grande símbolo nacional. Além disso, a festa no Santuário de Aparecida representou uma espécie de clímax da boa convivência entre a Igreja e o regime (MARIN, 2010: 130).

Em janeiro de 1967, antes de tomar posse, Costa e Silva fez questão de visitar Paulo VI, no Vaticano. O pontífice recebeu o general com toda a pompa e circunstância e em seu discurso lembrou as raízes das tradições de piedade cristã do Brasil e reconheceu os “problemas concretos e urgentes a serem resolvidos no plano social, político, econômico e cultural”, como “a desigualdade entre as classes, a integração dos imigrantes, o desemprego e o desequilíbrio financeiro” (PAULO VI, 1967). O papa via em Costa e Silva o perfil de “um homem sincero, simples e decidido”, ideal para conduzir o *Brasil do futuro*, que “atingiria o seu pleno desenvolvimento, mostrando ao mundo que pode ser um grande país moderno”.¹⁷⁸

Além da estima de Paulo VI, Costa e Silva deixou o Vaticano com a promessa de que no transcurso da comemoração dos 250 anos de Nossa Senhora Aparecida, o papa enviaria à Basílica da Padroeira do Brasil uma Rosa de Ouro, tal qual havia feito em 1965, ao conceder a mesma honraria ao Santuário de Fátima. A promessa animou a ditadura, pois a primeira e única personalidade brasileira a receber uma Rosa de Ouro tinha sido a princesa Isabel por ter assinado a Lei Áurea em 1888. Se no final do século XIX, a honraria papal havia representado o galardão da libertação dos escravos, em 1967, a oferta da Rosa de Ouro serviria como “um penhor especial de Aparecida” para que a ditadura conseguisse garantir “a completa independência, com a libertação econômica e social do Brasil”.¹⁷⁹

Se na visão de Costa e Silva, o presente de Paulo VI representava um gesto de confiança do papa no *novo* Brasil que a ditadura estava construindo, para a Igreja, a Rosa de Ouro era uma grande homenagem da Santa Sé à Padroeira do Brasil e aos milhões de devotos brasileiros.

No Santuário Nacional, a notícia de entrega da Rosa foi recebida com muito entusiasmo. O arcebispo de Aparecida, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, promulgou um Ano Mariano repleto de indulgências plenárias¹⁸⁰ e benefícios espirituais com o objetivo de atrair mais fiéis para a Basílica e celebrar a Padroeira. Ademais, os bispos, o próprio Costa e Silva e outros presidentes latino-americanos, como o argentino Juan Carlos Onganía e o chileno Eduardo Frei, esperavam que Paulo VI visitasse o Brasil para entregar a Rosa de Ouro pessoalmente e estendesse sua visita à América do Sul. Contudo, o pontífice não atendeu aos apelos do continente e determinou que o cardeal Amleto Cicognani, secretário de Estado do Vaticano, o representasse na cerimônia de entrega da Rosa marcada para 15 de agosto de 1967, dia em que a Igreja celebra a assunção da Virgem Maria ao céu ou a festa de Nossa Senhora da Glória.

A ausência de Paulo VI não diminuiu a importância da festa no Santuário Nacional. Em agosto de 1967, fiéis do Brasil inteiro viajaram até Aparecida para participar da cerimônia que contou com a presença de mais de 30 mil devotos. Costa e Silva e vários ministros militares também compareceram à celebração e foram ovacionados pelos romeiros e pelo clero de Aparecida.¹⁸¹ Na cerimônia, o cardeal Cicognani, em nome de Paulo VI, expressou sua esperança no governo Costa

e Silva e previu um futuro magnífico para o Brasil. Em suas palavras, a Rosa de Ouro representava o fortalecimento da “liberdade” e da “religião”, as “duas colunas da nação brasileira” e “fontes de energia a que o Brasil devia o seu progresso, a sua prosperidade e o seu bem-estar”.¹⁸² Assim, os milhares de fiéis que participaram da comemoração dos 250 anos de Aparecida também expressaram a sua fé em um Brasil grande, próspero e livre que, naquele momento, tinha o regime militar como o seu principal artífice e estava sintetizada na figura do marechal Costa e Silva. Na celebração do Jubileu, depois de Aparecida, Costa e Silva encarnava a figura central da celebração, pois a sua autoridade como chefe máximo da nação conferia legitimidade à cerimônia envolta em liturgia patriótica.

Depois da celebração em Aparecida, o cardeal Cicognani deu sequência a sua missão de distribuir rosas para a ditadura. No dia 17 de agosto, o legado de Paulo VI esteve no Congresso Nacional para expressar as suas notas de otimismo no futuro do Brasil diante de deputados e senadores reunidos em sessão solene. A ida de Cicognani ao Congresso realizou o *milagre* de juntar situação e oposição para celebrar a Padroeira do Brasil. A presença do cardeal também aliviou a tensão que pairava sobre os senadores por conta da disputa entre Auro de Moura Andrade e Pedro Aleixo pela presidência do Senado.¹⁸³ Nos discursos de Ulysses Guimarães, em nome da Câmara, e de Mem de Sá, em nome do Senado, a Rosa de Ouro representava uma “homenagem a uma nação ciente das grandes tarefas a empreender no combate a fome, a ignorância e a doença” que tinha em Aparecida o apoio para promover “o bem-estar social de todos os brasileiros, sem distinção de raça, classe ou credo”.¹⁸⁴

No Supremo Tribunal Federal, onde o cardeal Cicognani também foi recebido, o clima de otimismo e deferência pela Rosa de Ouro era o mesmo. O ministro Eloy da Rocha saudou o legado papal como um mensageiro da esperança para o Brasil e reafirmou o compromisso do Supremo com os valores humanos em resposta “aos anseios dos que tem fome de justiça, mas estão convencidos de que só Deus pode governar só”.¹⁸⁵ Assim, os poderes da República expressavam seu otimismo e sua confiança no futuro do Brasil que começava a ser construído naquele presente em que o discurso de Costa e Silva prometendo diálogo, respeito aos valores democráticos e ordem jurídica estável ainda ecoava pela Praça dos Três Poderes.

Antes de voltar para Roma, o cardeal Cicognani se encontrou mais uma vez com Costa e Silva. Em banquete no Palácio do Itamaraty, o presidente afirmou se inspirar na encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI, para orientar as ações do governo no combate à pobreza e à ignorância no mundo, consolidando a paz em Cristo (BRASIL, 1983, p.108). Aliás, é preciso destacar que desde a sua posse em março de 1967, o presidente sempre afirmou o desejo de pautar o seu plano de governo na encíclica papal. Era na *Populorum Progressio* de Paulo VI que Costa e Silva baseava o seu lema “homem como meta do governo”; foi a partir da encíclica que o ditador apelou para que os homens se empenhassem na construção do *novo* Brasil.

Em resposta ao compromisso firmado por Costa e Silva, o cardeal despediu-se do Brasil afirmando estar impressionado com os esforços do governo e do povo trabalhador para a superação das dificuldades. Para Cicognani, a Rosa de Ouro simbolizava a confiança da Igreja no futuro do Brasil que, naquele momento, tinha Costa e Silva como seu grande artífice. Dessa forma, “se a primeira Rosa entregue à Princesa Isabel havia marcado a libertação do homem dos grilhões de ferro, a segunda poderia registrar o começo da libertação do homem brasileiro da miséria e da fome”.¹⁸⁶ A expressão de tamanha confiança do cardeal emocionou Costa e Silva que só soube olhar para Cicognani e dizer: “Esse já é brasileiro”.¹⁸⁷

A Virgem e as ditaduras em português

No Brasil e em Portugal, a celebração dos Jubileus de Aparecida e Fátima revelam relações complexas não somente entre a Igreja Católica e os regimes autoritários, mas também entre as ditaduras e as sociedades. Nos dois países, os Jubileus ofereceram oportunidades para que os regimes autoritários dialogassem com as zonas cinzentas, onde, de acordo com Pierre Laborie (2010), é possível observar a sociedade se posicionar ora como oposição, ora como apoio ao regime, ou nos dois espaços ao mesmo tempo. Nesse sentido, durante os Jubileus, brasileiros e portugueses envolvidos nas festividades e os próprios bispos refletiram sobre a sua relação com a ditadura civil-militar e com o Estado Novo salazarista.

A rigor, os Jubileus foram celebrados em clima de *paix de Dieu* entre a alta hierarquia da Igreja Católica e os regimes autoritários que vigoravam nos dois países. A partir da celebração do Jubileu de Fátima, com a presença do papa Paulo VI, Salazar demonstrou contar com o apoio da maior parte do episcopado português, que resistia aos ventos de mudança que sopravam do Concílio Vaticano II e abençoava as guerras coloniais em nome da chamada “missão civilizadora da Nação Portuguesa” (CEREJEIRA, 1963). Na pessoa do cardeal Cerejeira, a maior parte dos bispos deixou claro que pretendia defender o *status quo* nas suas relações com o Estado, sem aceitar qualquer contestação católica à política africana do regime (MATOS, 2000: 281).

No Brasil, a celebração do Jubileu de Aparecida deu bem a medida da boa convivência que a Igreja Católica mantinha com os militares antes dos embates que ocorreriam em 1968. Além dos votos de esperança do papa Paulo VI, Costa e Silva contou com o consentimento da CNBB que preservou um tácito acordo feito no governo Castello Branco, revelado pelo arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, pelo qual o governo não prenderia padres envolvidos com organizações oposicionistas sem o conhecimento prévio dos bispos (GASPARI, 2002: 253). Além disso, a CNBB, assim como os bispos portugueses, também se manteve refratária às propostas mais progressistas do Concílio Vaticano II e da reunião extraordinária do Celam (Conselho Episcopal Latino-americano) em Mar del Plata em outubro de 1966. Na Assembleia Geral de maio de 1967, reunida no Santuário de Aparecida, a maioria dos bispos brasileiros evitou atacar o governo, a repressão e o modelo econômico, embora considerassem “o capitalismo injusto e opressor” (MAINWARING, 1989: 104).

Porém, mais do que as relações entre o episcopado e o Estado Novo salazarista e a ditadura civil-militar brasileira, a celebração dos Jubileus de Fátima e Aparecida também revela as ambivalências do papa Paulo VI – todas contornadas após a sua canonização pelo papa Francisco em 2018. Lembrado como um pontífice progressista, Paulo VI esteve, na verdade, na corda bamba em relação ao Brasil dos militares e a Portugal do Estado Novo. Parece evidente que o papa não se deslocou para o Santuário de Fátima em 1967 apenas para rezar pela paz. Sua missão era, antes de tudo, amenizar as relações com Salazar após a polêmica visita a Bombaim. Ao mesmo tempo, do ponto de vista da Igreja universal, a presença de Paulo VI em Fátima revalidou o culto mariano

e acenou para as alas mais conservadoras da Igreja que temiam o excesso de progressismo nos agitados anos pós-conciliares (REIS, 2006: 322-323).

Da mesma forma, ao receber Costa e Silva no Vaticano, o papa ainda ecoava o seu discurso proferido no Colégio Pio-Brasileiro, em Roma, logo após o golpe, quando elogiou o movimento de março de 1964 por ter transcorrido em paz e com civismo. Na ocasião, Paulo VI expressou o seu desejo de que o movimento fizesse as reformas sociais em favor dos menos favorecidos. O papa também exortou os militares a envidar esforços a fim de “evitar-se [a] triste experiência [do] comunismo que conserva (...) imutáveis suas características [de] subversão e [de] antirreligiosidade” (RODRIGUES, 2006: 70). Naquele momento, não havia nem mesmo críticas nos bastidores do Vaticano contra a ditadura brasileira. Brasil e Santa Sé mantinham relações normais, condição que só mudaria nos anos 1970 com as denúncias de prática de tortura. De todo modo, mesmo com as graves denúncias, vale lembrar que Paulo VI não fez nenhuma referência pública direta ao Brasil e continuou temperando suas críticas veladas ao regime brasileiro com palavras de elogio e discrição (SERBIN, 2001: 169).

Embora Paulo VI não tenha vindo ao Brasil, o envio da Rosa de Ouro ao Santuário de Aparecida serviu para a ditadura brasileira reafirmar a sua legitimidade não só em relação à Igreja, mas também entre segmentos mais amplos da população. Afinal, na liturgia cívico-religiosa de entrega da Rosa de Ouro, os devotos tomaram parte não somente como fiéis pagadores de promessas ou ávidos por indulgências, mas como cidadãos que depositavam no altar de Aparecida as expectativas por um Brasil melhor. Entre os devotos que partiram de vários estados do país, certamente, circulavam as vozes dissonantes; aqueles que no âmbito privado se expressavam contra a ditadura e outros tantos que eram indiferentes ao regime; aqueles que esperavam um bom governo com Costa e Silva e aqueles que viam o presidente com desconfiança. A presença do ditador na missa poderia ser incômoda para alguns, mas não ao ponto de obscurecer o brilho da festa de Nossa Senhora Aparecida que representava, acima de tudo e de todos, a Mãe Pátria. No final, todos aplaudiram Costa e Silva porque valorizavam a atitude do presidente que se ajoelhava diante da santa venerada por milhões de brasileiros e que se mostrava ele também um romeiro junto aos milhares de peregrinos.

Em Portugal, a presença de Salazar ao lado de Paulo VI reanimou o providencialismo entre os devotos. A celebração dos 50 anos das aparições de Fátima lembrava que “a Virgem continuava a velar pelos portugueses” (CARVALHO, 2000: 35), especialmente, pelos camponeses mais humildes que haviam se deslocado até o Santuário. Entre “as gentes humildes das aldeias, que deixaram os campos, as fábricas, a faina da pesca, a fim de cumprirem promessas feitas em momentos de ansiedade”,¹⁸⁸ é difícil enxergar apenas uma “massa rural despolitizada, analfabeta, submissa”, como observou Fernando Rosas (1989: 20-21). Assim como entre os devotos de Aparecida, também circulavam vozes dissonantes entre os fiéis de Fátima. Por isso, é preciso perceber o comportamento social dos devotos na *zona cinzenta*, onde é possível ser contra a ditadura e, ao mesmo tempo, aplaudir e ovacionar os ditadores que escolhem estar junto dos fiéis e contar com a ajuda da Virgem para construir o progresso dos seus países.

De todo modo, se o Estado Novo estava em decadência, a celebração do Jubileu de Fátima fez parecer que o regime de Salazar vivia, na verdade, o seu auge, sobretudo, no que diz respeito às suas relações com a Igreja. Porém, é importante ressaltar que, embora a Igreja tenha sido um dos pilares do salazarismo, é difícil entender o Estado Novo como um regime católico. É bem verdade que muitos católicos fizeram parte do governo e várias reformas beneficiaram a Igreja Católica portuguesa, mas não é possível afirmar que Portugal esteve sob uma espécie de “catolicismo nacional” como ocorreu com a Espanha franquista. Apostar na total submissão da Igreja a Salazar – como argumenta Fernando Rosas (1982; 1999) – ou na sua total autonomia em relação ao regime – como defende Manuel Braga da Cruz (1998) – é subestimar a complexidade das relações entre religião e política ao longo do século XX em Portugal.

Da mesma forma, se no Brasil, em 1967, surgiram os primeiros conflitos entre a Igreja e a ditadura, o Jubileu de Aparecida demonstrou que a maior parte do episcopado ainda mantinha seu voto de confiança nos militares. Daí a importância de compreender as ambivalências da Igreja durante a ditadura civil-militar para além da memória cristalizada pela CNBB e por setores da Teologia da Libertação. Afinal, tanto no Brasil quanto em Portugal, foram precisamente as relações complexas entre Igreja e Estado que contribuíram, no limite, para que o consenso social em torno dos regimes autoritários em vigor nos dois países fosse renovado.

FONTES

Avante!, nº 381, ago. 1967.

Ação Católica, Boletim Arquidiocesano, Braga, nº 5, mai. 1967.

Carta Pastoral sobre o contributo dos cristãos para a vida social e política

Correio da Manhã, 16 ago. 1967 a 10 nov.1967.

Diário de Lisboa, 11 mai. 1967.

Jornal do Brasil, 17 ago. 1967.

Jornal do Commercio, 15 ago. 1967.

Jornal do Maranhão, 20 ago. 1967.

O Cruzeiro, 27 mai. 1967.

Nota pastoral sobre o ultramar português

PAULO VI. *Discurso de Sua Santidade Paulo VI ao Marechal Costa e Silva, Presidente do Brasil*. 5 jan. 1967. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1967/january/documents/hf_p-vi_spe_19670105_presidente-brasile.html.

Acesso em: 20/12/2021.

Relatório do STF, 1967.

Voz Diocesana [MG], 10 jan. 1967.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, *Pronunciamentos do Presidente Costa e Silva*. 1º semestre de 1967. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1983.

BRUSTOLONI, Júlio J. *A Senhora da Conceição Aparecida: História da Imagem, da Capela e das Romarias*. 2. ed. Aparecida: Editora Santuário, 1981.

CARVALHO, Rita Almeida. Fátima e Salazar. *História*, n 29, outubro 2000. pp 28-37.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves. *Cartas de Roma: Concílio Ecuménico Vaticano Segundo*. Lisboa: União Gráfica, 1965, p. 85-96.

CRUZ, Manuel Braga da. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.

FONTES, Paulo. D. António Ribeiro e o seu tempo (1928-1998). In FERREIRA, António Matos; MATOS, Luís Salgado (Orgs.) *Interações do Estado e das Igrejas: instituições e homens*. Lisboa: ICS, 2013; p. 201-239.

_____. Igreja Católica, sociedade e Estado em Portugal no século XX In: GONÇALVES, Leandro Pereira; REZOLA; Maria Inácia. *Igrejas e ditaduras no mundo lusófono*. Recife: Edupe, 2020, p. 175-221.

FREIRE, Américo O. Guichard.; MARTINHO, Francisco C. Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 124–145, 2012.

GASPARI, Elio *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditaduras em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samanta Viz (Orgs). *História e memória das ditaduras do século XX*, v.1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.p. 39-56.

LABORIE, Pierre. 1940-1944. Os franceses do pensar-duplo. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 3: Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARIN, Richard. Les Églises et le pouvoir dans le Brésil des militaires (1964-1985), *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*, vol. 105, n° 1, 2010, pp. 127-144.

MATOS, Luís Salgado de. Igreja Católica. Colaboração e Resistência. In: AFONSO, Aniceto, e GOMES, Carlos de Matos (orgs.). *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

NOGUEIRA, Franco Alberto. *Salazar. O Último Combate*. v.6. Porto: Livraria Civilização Editora, 1985.

_____. *Um político confessa-se*. Diário (1960-1968). 3ª ed. Livraria Editora Civilização: Porto, 1987.

RAMPINELLI, Waldir José. O uso das “Aparições de Fátima” na manutenção do Império Colonial Lusitano. *Esboços*, v. 27, p. 273-287, 2012.

REIS, Bruno Cardoso. Os primeiros cinquenta anos de Fátima In: *História*, Ano XXII (III Série), nº 29, outubro 2000, p. 16-27.

_____. *Salazar e o Vaticano*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

RODRIGUES, Sérgio Henrique da. *Entre a cruz e a espada: relações diplomáticas entre a ditadura militar brasileira e o Vaticano (1964-1977)*. Dissertação (mestrado) – UFRJ /IFCS/ Programa de Pós-graduação em História Social, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória*. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974) In _____.; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Volume 3: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

ROSAS, Fernando. A Igreja em Portugal nos anos 40. *História*, nº 46, agosto de 1982, pp. 3-17.

_____. Estado e Igreja em Portugal: do salazarismo à democracia. *Finisterra, Revista de Reflexão e Crítica*, nº 33, dezembro 1999, pp. 25-35.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SIMPSON, Duncan. *A Igreja Católica e o Estado Novo salazarista*. Lisboa: Edições 70, 2014.

_____. The Catholic Church and the Portuguese Dictatorial Regime: The Case of Paul VI's Visit to Fátima. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 19-20 (2007-2008). pp. 329-378.

O ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA: A FRENTE NEGRA BRASILEIRA EM DISPUTA.

Taís Daiele Alves¹⁸⁹

Resumo: O trabalho objetiva gerar apontamentos acerca da fundação da Frente Negra Brasileira - FNB (1931-1937), dando ênfase aos embates ideológicos entre dois de seus principais líderes, Arlindo Veiga dos Santos e José Correia Leite. A ideia central do texto está relacionada às concepções políticas e ideológicas de Santos, vencedor da disputa pelo controle da agremiação e primeiro presidente geral da FNB, ao mesmo tempo, líder da Ação Imperial Patrianovista (1932-1937). O conservadorismo de suas convicções ideológicas repercutiu nas duas entidades, e a infiltração de princípios monarquistas e autoritários se fez notar, especialmente nas publicações do jornal “A Voz da Raça”. A aceitação da figura de Veiga dos Santos pelo Movimento Negro nos anos posteriores foi bastante controversa, suscitando um enquadramento da sua participação e memória.

Palavras-chave: Frente Negra Brasileira, Enquadramento da Memória, Arlindo Veiga dos Santos, Movimento Negro.

Abstract: This work aims to approach the foundation of Brazilian Black Front - FNB (1931-1937), emphasizing ideological conflicts between two of the main leaders, Arlindo Veiga dos Santos and José Correia Leite. The central idea refers to the political and ideological conceptions of Santos, who wins the dispute to control the union and was the first general president of FNB and also leader of Ação Imperial Patrianovista (1932-1937). The conservative position of his ideological convictions had a significant impact on these two entities and the permeation of monarchical and authoritarian principles became evident, especially on the pages of the newspaper “A Voz da Raça”. The acceptance of Veiga dos Santos by the Black Movement in subsequent years was highly controversial, inspiring a framework for his participation and memory.

Keywords: Brazilian Black Front, Memory Framework, Arlindo Veiga dos Santos, Black Movement.

1. Os embates fundadores entre os líderes da Frente Negra Brasileira

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Fundada em São Paulo em 16 de setembro de 1931, a Frente Negra Brasileira (FNB) surgiu através das lideranças negras que lutavam em prol de uma ação integracionista. A preocupação do movimento negro era amparar os seus iguais através da união. Seus líderes acreditavam que a partir da conscientização e união da população negra, seria possível lutar e alcançar igualdade de direitos de forma efetiva.

A associação ganhou abrangência nacional na luta por melhores condições de vida para a população negra, tornou-se uma das mais relevantes associações negras da década de trinta, passando a ter núcleos em vários estados brasileiros (OLIVEIRA, 2002)

Durante sua fundação a FNB foi alvo de diversas disputas políticas e ideológicas, por um lado havia lideranças ligadas a ideias de esquerda, como o comunismo e o socialismo. Trazemos como exemplo de engajamento no movimento fretenegrino a figura do líder José Correia Leite¹⁹⁰, por outro lado, temos o grupo liderado por Arlindo Veiga dos Santos¹⁹¹, dirigente do movimento Ação Imperial Patrianovista, movimento monarquista, com características nacionalistas, anticomunistas, corporativistas e antiliberal.

As correntes políticas antagônicas geraram obstinados embates durante o processo de idealização e formação da FNB, a constituição de um estatuto que fosse capaz de convergir pensamentos políticas distintas, visando um projeto maior, que ambicionava gerar a união da população negra, com a formação de uma única entidade agregadora, mostrou-se inviável (MALATIAN, 2017).

Veiga dos Santos foi um dos principais líderes da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), fundada anteriormente como Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova (CMCSP Pátria Nova) em 1928, escreveu diversas obras sobre este projeto político. A originalidade da proposta encontrava-se na propositura de instauração de uma monarquia corporativa, baseada na compreensão de ser o Brasil uma “Pátria-Imperial”, com questões que não poderiam ser resolvidas por um regime republicano, pois este, de acordo com os patrianovistas, já continha em seu cerne, características antinacionais, separatistas e dissolventes.

O movimento Pátria-Nova tem sua origem ligada aos intelectuais católicos, muitos deles vinculados a Faculdade de Filosofia São Bento, atualmente Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, baseando-se na atualização da filosofia de Santo Tomás de Aquino, iniciada por Leão XIII com a encíclica *Aeterni Patris* (1879). Este movimento de releitura

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

do tomismo, buscava respostas as questões vivenciadas no “mundo moderno”, propunha uma alternativa política em relação ao liberalismo, ao anarquismo, socialismo e comunismo. (MALATIAN, 2017).

Mesmo tendo sido gestado em grupos intelectuais católicos, o movimento patrianovista não se tornou um partido político, em razão das próprias orientações da Igreja Católica, que desencorajava ações nesse sentido, temendo a ocorrência de divisões entre os católicos.

Outras duas lideranças de grande importância no meio negro, nas primeiras décadas do século XX, foram José Correia Leite e Jaime de Aguiar, juntos fundaram o jornal *Clarim d'Alvorada* em 1924, (chamado apenas de *Clarim* inicialmente). Seus idealizadores compreendiam a dimensão pequenina do mesmo, inicialmente a folha não tinha conotações políticas ou qualquer ideia de aproximação com a comunidade negra, sendo um jornal de notícias literárias. Entretanto, o contato de seus redatores com os membros do *Getulino*, jornal fundado em 1923 na cidade de Campinas, e os diálogos travados nas esquinas e bares paulistas, que quase sempre incluíam assuntos sobre a situação do negro no país, questões sociais e políticas que envolviam a realidade do negro, influenciaram demasiadamente nas mudanças nos rumos da folha.

A questão racial passou a ter maior espaço e repercussão nas edições, contudo, a maioria dos artigos responsabilizava o próprio negro, pois este não conseguia até então, se adequar à sociedade urbana, burguesa de São Paulo. Neste primeiro momento, os jornalistas não questionavam o *status quo*, a função dos artigos e notícias era gerar um processo de tomada de consciência e mudança de comportamento nos negros, o que seria uma reação contra a apatia do próprio negro, apatia esta, a causadora daquela realidade (FERREIRA, 2005).

Jornalistas, membros de associações recreativas e beneficentes, líderes e intelectuais negros de diversas regiões da cidade de São Paulo, se mobilizaram para angariar fundos e constituir uma associação agregadora de todas as entidades negras. Já em 1931 Veiga dos Santos publicou um artigo de lançamento da Frente Negra Brasileira no *O Clarim d'Alvorada*, este continha uma sistematização de discussões que vinham sendo gestadas pelas lideranças (MALATIAN, 2015).

Correia Leite, dentre outros idealizadores, discordavam dos estatutos que Arlindo Veiga dos Santos deseja propor à associação, durante um de seus depoimentos, anos após os acontecimentos, José Correia Leite declarou:

Quando a Frente Negra foi fundada, eu já estava incluído para ser membro do Conselho. Tudo começou no momento em que foram aprovados os estatutos e nós não pudemos participar das discussões. Se nós estivéssemos lá esses estatutos seriam aprovados com muita dificuldade, eu acho que nem seriam aprovados, porque nós iríamos alertar aqueles negros (BARBOSA, 1998, p. 66).

A heterogeneidade das lideranças, agremiações e orientações políticas que vinham dialogando na busca pela criação de uma Frente ampla, inviabilizou este processo, a presença de convicções ideológicas tão diferentes, impediu a união.

De acordo com Malatian (2015), é difícil precisar se no momento de fundação e assinatura dos estatutos da Frente, sobre os quais o grupo do *O Clarim d'Alvorada* era contra, se Correia Leite já “(...) partilhava dos ideais socialistas ou comunistas, é difícil esclarecer, mas já manifestava oposição ao fascismo e sobretudo à atuação de Arlindo na liderança da FNB”.

O amadurecimento dos ideais políticos de José Correia Leite parece ter se firmado ao longo dos anos posteriores, o que se tem certeza é que durante o momento crucial da votação dos estatutos, este líder e seu grupo foi impedido de ter acesso ao prédio onde a votação acontecia, revelando assim a luta que se travava entre as correntes políticas empenhadas em conduzir a direção do movimento. O uso da força para aprovar com tranquilidade os estatutos propostos por Veiga dos Santos revelam a essência autoritária da corrente vitoriosa que esteve à frente do movimento.

2. Enquadramento e disputas de memória: o líder Arlindo Veiga dos Santos

Michael Pollak em sua obra “Memória, Esquecimento, Silêncio”, levanta reflexões a respeito da definição de memória coletiva, memórias subterrâneas e enquadramento da memória. Neste último ponto o autor explicita que a memória se alimenta do material

fornecido pela história, um material que pode ser interpretado e combinado a inúmeras referências associadas. O trabalho de enquadramento da memória “(...) guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modifica-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p. 10).

A participação de Veiga dos Santos na idealização e direção da Frente Negra Brasileira desperta até os dias atuais, reações que vão de surpresa, crítica ferrenha e até mesmo o apagamento puro e simples de sua memória. O incansável anticomunismo de Arlindo pode ser explicado em razão dos seus vínculos com o catolicismo antiliberal e a filosofia política tradicional e conservadora, estes elos institucionais lhe propiciaram uma formação com convicções que o impediam de realizar certas conciliações (MALATIAN, 2015).

A surpresa e a crítica ao defrontar-se com negros defensores da monarquia se deve ao fato do regime, ter dado continuidade a utilização da mão de obra escrava, durante toda a sua permanência no poder, baseando o seu desenvolvimento por meio dessa mão de obra. Está aparente incoerência foi alvo de muitas críticas no meio negro, o apagamento da figura de Arlindo Veiga dos Santos se deve a incompreensão das suas convicções ideológicas e assim a negação dessa figura e de sua importância para o movimento negro.

Para compreender as posições ideológicas tomadas por Veiga dos Santos é necessário, primeiramente, localizar os discursos políticos em seu campo de conflito contextual, é essencial evitarmos anacronismos ao atribuí-lo uma “cegueira histórica”, confrontando personagens que estão inseridos em um contexto histórico muito anterior e diverso, das etapas e realidade do desenvolvimento político-democrático nos dias atuais (CASSIMIRO, 2015).

A partir de um esforço de análise é possível compreender a tomada de posição ideológica de Veiga dos Santos, para tanto é necessário ter em mente o peso da sua formação e trajetória de vida, as instituições com as quais o intelectual dialogava, estando diretamente relacionado e vinculado durante toda a sua trajetória.

Arlindo frequentou, desde a infância, o Colégio São Luiz dos Jesuítas, foi filiado a Congregação Mariana da Imaculada Conceição de Santa Ifigênia e durante toda a vida, recebeu o apoio do mecenato Católico. Formou-se na Faculdade de Filosofia e Letras de Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

São Paulo, antiga Faculdade São Bento, se tornando bacharel em Filosofia e Letras em 1926.

De acordo com Immergut (2007), leis, costumes e instituições formam e influenciam certas preferências individuais. As instituições não determinam o comportamento dos indivíduos, mas oferecem o contexto para a ação, o que nos auxilia a compreender o por que os indivíduos fazem determinadas escolhas.

Que fazem as instituições? Desse ponto de vista, as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a ação. O indivíduo é concebido como uma entidade profundamente envolvida num mundo de instituições composta por símbolos, de cenários e protocolos que fornecem filtros de interpretação, aplicáveis à situação ou a si próprio, a partir das quais se define uma linha de ação. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afetam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a ação (HALL; TAYLOR, 2003, p. 198).

O líder patrianovista foi profundamente afetado pelos valores e visões de mundo católicos, são as instituições ligadas a Igreja Católica que forneceram seus valores morais, visões de mundo, tradições, patriotismo, contribuindo na formação da sua identidade e sua cultura política (MOTTA, 2009). O sistema de valores, normas e crenças de um indivíduo, fornecem a ele ferramentas para realizar a sua própria leitura do passado, do presente, da realidade em que este está inserido, gerando aspirações para o futuro e o motivando a atuar num determinado momento da sua história (BERSTEIN, 1998).

Arlindo atribuía a República a responsabilidade sobre a situação de privação sob a qual os negros se encontravam. Na leitura do líder monarquista, o Segundo Império deveria ser absolvido da culpa pela escravidão, afinal o regime escravista de trabalho seria responsabilidade dos “primitivos tempos do Brasil” e ao momento da organização do Primeiro Império.

No intuito de preservar a imagem do Império, procurava convencer seu público de que nesse período se iniciara a solução do problema da escravidão,

embora não houvesse oportunidade para concluir a obra emancipadora. Restou ao regime republicano o ônus de “dar atenção unicamente às questões econômicas imediatas e ao favorecimento irracional das imigrações ‘arianas’ para substituir o negro que era nossa mão-de-obra desprezada” (MALATIAN, 2015, p. 139).

Com base neste tipo de discurso, Veiga dos Santos absolveu o Segundo Império pela escravidão, atribuía a este, a partir da figura da princesa Isabel, a magnânima iniciativa de colocar fim ao regime escravista e alegava que a Republica teria sido a responsável por não dar continuidade as iniciativas de libertação e valorização dos negros, idealizadas pelo Segundo Império, pois este não teve oportunidade de concluir a obra emancipadora.

Veiga dos Santos estabeleceu uma relação entre o anti-republicanismo da Pátria-Nova e a insatisfação existente entre os negros em relação à oligarquia paulista. As oligarquias paulistas não teriam trabalhado para inserir a população negro no meio social, político e cultural, marginalizando-a. Os negros se viam preteridos tanto do mercado de trabalho quanto no meio social.

Arlindo procurava desassociar quaisquer insinuações que relacionassem as duas associações as quais o intelectual se dedicava, a Ação Imperial Patrianovista Brasileira e a Frente Negra Brasileira. Em 26 de janeiro de 1933, o líder concedeu uma entrevista a folha *Platéa*, a matéria foi transcrita no *A Voz da Raça*, periódico oficial da FNB, na primeira edição de abril de 1933, nesta o presidente geral declarou que a Frente Negra não era influenciada pelas doutrinas monarquistas, menções “(...) que constantemente se apregoa por ahié um facto que se prende unicamente á minha pessoa (...)”. O intelectual declarou:

Quanto á pergunta que me faz referente ás noticias que se assoalham por ahi, afirmando que á “F.N.B.” visa a implantação do extinto regimen monarchico, tenho a declarar-lhe o seguinte: não há duvida alguma de que é comum essa presunção nos nossos meios,. Mas, nada há entre a “F.N.B”. A á Ação Imperial Patrianovista”. Embora monarchista, o cargo que occupo aqui, absolutamente nada tem que ver com as minhas idéias. São cousas perfeitamente opostas. A orientação da F.N.B. é puramente republicana. Fundada num espirito novo, orgânico, em harmonia com as evoluções sociaes do mundo contemporâneo, em que perecem os valores negativos de tradição, renascendo os positivos, como no caso de syndicalisação vertical das classes, muitas vezes burlada pelo primitismo da luta de classe, apregoadá pelo

socialismo, os arregimentadores dos negros vieram buscar o actual presidente, de que tinham conhecimento pelos pequenos trabalhos do passado.

Sou patrianovista, é certo. Mas na “F.N.B.” que não cogita de questões de regime, comquanto repilla o liberalismo democrático, por ser um regime ré, de grandes e irremediáveis injustiças sociaes, na “F.N.B.” não prego as minhas idéas, por que isso seria abusar da confiança dos meus bons patrícios negros que me entregaram a sua obra para conseguir apenas, na média do possível, dentro do regime actualmente em vigor no paiz, as reivindicações dos direitos dos negros (...) ¹⁹². (*A Voz da Raça*, 1 abril de 1933, p. 4)

O líder fretenegrino procurou enfatizar que se dedicava aos dois campos de atuação e que não “misturava” as ideias e propostas das diferentes associações, Arlindo declarou que a Frente Negra “é puramente republicana”, todavia a mesma seria a favor da “syndicalisação vertical das classes” e “repilla o liberalismo democrático”, a contradição das suas declarações fica ainda mais evidente ao analisarmos outras edições do jornal *A Voz da Raça*.

A edição de 10 de junho de 1933, exhibe um artigo com o título “A afirmação da Raça”, o texto de Veiga dos Santos declara apoio ao “ditador Hitler no afã violento do repor a Alemanha no caminho das suas tradições”, iniciando uma “campanha de afirmação prática da raça germânica, única com a qual pôde contar aquela nação afim de realizar a imensa obra de resgate nacional”.

Impagável bobagem das inteligências líquidas, que não compreendendo (salvo o exagero natural em quem tanto sofreu do cosmopolitismo judaico), não compreendendo as razões profundas da atitude nacionalista alemã, queriam que o grande condutor pactuasse com todas as formas de estupidez liberal que iam levando a Germania á ruina!

Está certo Hitler! Tanto é expressiva, e tanto ecôa na alma alemã a sua afirmação (...). (*A Voz da Raça*, 10 jun. 1933, p. 1)

Veiga dos Santos reitera a importância da valorização na raça nacional, se utilizando para tanto, do exemplo que vinha ganhando notoriedade em âmbito internacional, o reconhecimento da raça nacional não vinha ocorrendo no Brasil, uma nação que nega à “Gente Negra” o seu espaço, os seus direitos e a sua verdadeira importância, privilegiando o imigrante, “cedendo lugar a todos os oportunistas de arriabação”. Sob a perspectiva de Arlindo: “Nós também temos uma Raça! Se não há, como não pôde hever, um só Tipo

Nacional, somos uma Raça Mestiça, com os nossos Negros, Cafusos, Caboclôs, Negroides, Brancoides, e (até!) os Bugres que ainda moram no mato”. (*A Voz da Raça*, 10 jun. 1933, p. 1)

Em diversos artigos publicados no *A Voz da Raça*, muitos deles escritos por Veiga dos Santos, seu irmão Isaltino Veiga dos Santos, outros membros e colaboradores da FNB e sua folha oficial, é perceptível e evidente a presença de posicionamentos ideológicos conservadores, nacionalistas, autoritários, corporativistas, antiliberais, anticomunistas, e que se colocavam claramente em defesa de projetos fascistas, antidemocráticos ou neomonarquistas.

Em dezembro de 1933, Santos escreveu uma “Reposta a um boletim”, “lançado pela canalha anarquista-comunista-socialista. Que obedece aos padrões judeus e estrangeiros”. Na resposta, publicada na primeira página da edição, Arlindo conclamava os frentenegrinos a se colocarem “(...) a postos contra a onda estrangeira, que, além de vir tomar o nosso trabalho, ainda quer dominar, por um regime iniquo e bandalho, o Brasil dos Nossos Avós”. Arlindo declara que o negro brasileiro sempre foi, é e será nacionalista, se colocando em defesa da boa ordem, trabalhando pelas reformas sociais dentro de um espírito cristão de colaboração entre todos, e prossegue:

Mas, quando se trata de lutar contra a camorra que vem de fora, para pelo ouro judeu-russo para nos aniquilar, para aniquilar a nossa Nacionalidade, nada temos mais que fazer senão juntar-nos com os outros patrícios para dar uma lição aos piratas que, além de comerem o nosso feijão, deixar-nos sem empregos (porque tudo no Brasil, e especialmente cá em S. Paulo, é mais para eles imigrantes que para nós Negros), além de tudo, ainda querem criar no Brasil um regimen safado que somente a eles pode convir.

Contra as tramas dos inimigos da Patria, os verdadeiros Brasileiros são SÓ BRASILEIROS: não há negros, não há brancos, não há frentenegrinos, não há chapa-única, não há patrianovista, não há fascismo. HÁ SO BRASILEIROS. (*A Voz da Raça*, 09 dez. 1933, p. 1)

O líder frentenegrino lançava um chamamento de união entre os brasileiros em defesa da nação, que vinha sendo ameaçada por propostas comunistas e socialistas que chegavam ao país pelos estrangeiros. E declarava que não importava se Hitler não queria negros na Alemanha, isso demonstrava apenas que este valorizava e orgulhava-se da sua raça, coisa

que o Brasil também tinha, a própria raça, a “*Raça Negra*”, a “*Raça Mestiça*”, que também deveria ser valorizada, pois nunca trairia a “*Nação*”. Reiterou em diversas declarações o quanto era “contra a importação do sangue estrangeiro” que vinha somente para “(...) atrapalhar a vida do Brasil, a unidade da nossa Pátria, da nossa Raça, da nossa Língua”. (*A Voz da Raça*, 09 dez. 1933, p. 1). Assim como Hitler afirmava a raça alemã, os fretenegrinos afirmavam a “*Raça Brasileira*”, acima de tudo por seu elemento mais forte, o “*Negro Brasileiro*”.

Os trechos expressos manifestam a interpretação que Arlindo tinha em relação a ideologia nazista, evidencia também a sua admiração e o desejo de inspirar-se e recriar essa realidade no Brasil. Centralizador e personalista, o líder e presidente geral comandou a Frente de maneira bastante autoritária, não admitia divergências e perseguia os seus adversários políticos. Regimes conservadores, nacionalistas e autoritários eram propalados por ele como as melhores alternativas para a condução governamental. (DOMINGUES, 2006)

Para Petrônio Domingues (2006), o jornal *A Voz da Raça*, enquanto órgão da imprensa negra, foi utilizado por Veiga dos Santos e seus apoiadores, como instrumento propagandista do programa ideológico patrianovista. O subtítulo da folha “Deus, Pátria, Raça e Família” era bem próximo das palavras de ordem do movimento integralista, Deus, Pátria e Família, o líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), chegou a ter artigos publicados no jornal fretenegrino.

A edição de 26 de maio de 1934, transcreveu um texto de Plínio Salgado, publicado no jornal *A Tribuna*, de São João Del Rey, neste o intelectual declara que o Brasil está endividado e dividido, seus estados seriam assim “(...) 20 naçõeszinhas petulantes que não respeitam a Grande Nação”, o Brasil estaria repleto de instituições estrangeiros que o consomem, o devoram, companhias, sindicatos e bancos estrangeiros. O país teria uma infinidade de partidos imorais, “(...) uma imprensa, quase toda vendida a grupos de panelinhas. O Brasil está atacado de gangrenas comunistas. O Brasil está deformado, feio, tiste, gafeento. Sempe deitado. Até o Hino Nacional¹⁹³. (*A Voz da Raça*, 26 maio. 1933, p. 4)

A publicação de um texto de Plínio Salgado retirado de outra gazeta e, transcrito no *A Voz da Raça*, demonstra a concordância e confluência de pontos de vista ideológicos entre

o grupo patrianovista que comandava a Frente Negra Brasileira e os direcionamentos da Ação Integralista Brasileira.

A partir do que foi exposto, fica claro que a aceitação da figura de Veiga dos Santos pelo Movimento Negro nos anos posteriores, foi bastante problemática, o que motivou, diante do desconforto, um apagamento da sua participação ou mesmo um enquadramento, que visa mencioná-lo sem colocá-lo em evidência.

Ao longo da sua trajetória enquanto presidente geral da Frente Negra, a liderança de Arlindo sofreu desgastes sucessivos, o primeiro deles foi o fracasso de sua candidatura a deputado constituinte em 1933, mesmo os estatutos da associação prevendo a participação da entidade em processos políticos institucionais. “A escassa votação por ele alcançada não deixa dúvidas quanto à perda de liderança e ao fracasso da tentativa patrianovista de conduzir esse movimento e, portanto, de mobilização popular” (MALATIAN, 2017, p. 9).

Veiga dos Santos deixou a presidência da agremiação em 1934, alegando questões pessoais, todavia, continuou auxiliando a entidade, atuando como consultor jurídico e colaborando com o jornal *A Voz da Raça*, que seguiu toda a sua trajetória, publicando artigos e reflexões do militante. Justiniano Costa assumiu a presidência após a saída de Arlindo, deixando-a somente com a dissolução da associação, a partir do seu impedimento com a ditadura do Estado Novo em 1937.

Considerações finais:

Arlindo Veiga dos Santos sofreu um processo de desconstrução da sua biografia, as ações, importância e a memória do líder passaram a ser apagadas e desqualificadas. Os embates políticos dentro da Frente Negra Brasileira e no Movimento Negro, levaram a essa estratégia historiográfica que atendia aos objetivos da militância negra.

Não podemos esquecer também, que no início da República, havia uma tradição, um grande número de negros e negras apoiavam de maneira ostensiva ou velada a Monarquia no Brasil. Essa admiração dirigiu-se não só ao Imperador D. Pedro II, mas principalmente a princesa Isabel, considerada por este grupo a salvadora da “Raça Negra”. Esta admiração precisa ser compreendida dentro do seu campo de conflito contextual, assim

como o posicionamento conservador de Arlindo Veiga dos Santos, explicitado neste trabalho por meio dos artigos de opinião, entrevistas e desabafos que o líder publicava no *A Voz da Raça*.

Declarações de Arlindo, publicadas em dezembro de 1933, manifestavam o seu descontentamento em relação aos rumos da República e principalmente os rumos administrativos em São Paulo, as oligarquias paulistas apoiavam abertamente a política imigratória, em detrimento da utilização da mão de obra negra, recém liberta. Veiga dos Santos declarava que a “camorra judeo-russa” vinha para “aniquilar nossa Nacionalidade”, os piratas que, “(...) além de comerem o nosso feijão, deixar-nos sem empregos (porque tudo no Brasil, e especialmente cá em S. Paulo, é mais para eles imigrantes que para nós Negros) (...)”. (*A Voz da Raça*, 09 dez. 1933, p. 1)

A República que se instalou mostrava-se europeizadora e defensora do embranquecimento, tais características alimentavam na população negra uma certa inquietação e resistência quanto a sua implantação. Guimarães (2021) ao desenvolver reflexões sobre a mobilização popular pela abolição, o que talvez tenha representado o primeiro grande movimento social do Brasil, abordou brilhantemente a apreensão com que a República foi recepcionada pelos negros. A proclamação da República, feita por militares positivistas e com o apoio dos fazendeiros, não foi percebida pela população negra como “(...) um aprofundamento revolucionário da liberdade, mas como uma restauração conservadora da ordem.” (GUIMARÃES, 2021, p.65)

A partir do que foi exposto, é possível compreender e interpretar que o apagamento da figura de Arlindo Veiga dos Santos no movimento fretenegrino, foi um recurso de reinterpretação e modificação do passado, um enquadramento de uma figura controversa e de difícil aceitação pelo Movimento Negro, em razão dos seus posicionamentos ideológicos. As orientações do líder fretenegrino estavam ligadas à sua cultura política, as influências institucionais que o cercavam durante toda a vida, o peso das tradições familiares e religiosas que o formaram, e motivaram-no a agir, a engajar-se na política e lutar por um país nacionalista e conservador e por melhores condições de vida para a “Gente Negra Nacional”.

O processo de enquadramento da memória de Veiga dos Santos pelo Movimento Negro, coaduna com as mudanças que o Movimento sofre ao longo das décadas do século XX.

Nas últimas décadas deste século, o Movimento Negro passa a atribuir a escravidão e ao sistema capitalista a responsabilidade pela marginalização do negro, a trilha política de solução era pensada via regime socialista, diante do exposto, o Movimento buscou associar a sua imagem, a figuras do passado que se assemelhavam ideologicamente as convicções existentes no movimento do presente.

Referências

Fontes

Jornal “A Voz da Raça” de São Paulo (1933-1937) – Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Bibliografia

BARBOSA, Márcio (Org.). **Frente Negra Brasileira: Depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. As Origens Ambivalentes do Conservadorismo. O lugar de Edmund Burke na História do Pensamento Político. **Cadernos de Pesquisa Política**, v. 1, p. 56-87, 2015

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, vol.12, n.23, 2007, p. 100-122.

_____. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36, Jul /Dez 2006, p. 517-536.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. **Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulista: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. (Dissertação de Mestrado).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930 – 1970)**. São Paulo: Editora 34, 2021.

IMMERGUT, E. “O Núcleo Teórico do Novo Institucionalismo. 1998, In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas** – Coletânea Volume 1. 2007.

MALATIAN, Teresa. **Império e missão: um novo monarquismo brasileiro**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001.

_____. Memória e Contra-Memória da Frente Negra Brasileira. **XXIX Simpósio de História Nacional**. Contra os Preconceitos: História e Democracia. UNESP/Franca, Titular em Historiografia. Agência financiadora FAPESP, processo 2016/20111-0, 2017.

_____. **O cavaleiro negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira**. São Paulo: Alameda, 2015.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

OLIVEIRA, Laiana Lannes. **A Frente Negra Brasileira: Política e questão racial nos anos de 1930**. (Dissertação de mestrado) Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

Pesquisas no Observatório da Extrema Direita em 2020

Lavínea Oliveira da Rosa¹⁵⁸

Marco Antônio Campos e Souza¹⁵⁹

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados parciais do projeto de iniciação científica Observatório da Extrema Direita. Assim, o artigo irá analisar e discutir as relações mapeadas entre três grupos neointegralistas da extrema direita brasileira analisando as publicações realizadas por estes em suas redes sociais: a Frente Integralista Brasileira, a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro; tendo como base a ideia de “direita grupuscular” defendida pelo historiador Roger Griffin.

PALAVRAS-CHAVE: Extrema Direita. Fascismo. História Pública Digital. Observatório da Extrema Direita.

ABSTRACT: This article aims to present the partial results of the scientific initiation project Observatório da Extrema Direita. Thus, the article will analyze and discuss the mapped relations between three neointegralist groups of the Brazilian extreme right by analyzing the publications made by them on their social networks: the Brazilian Integralist Front, the Arcy Lopes Estrella Civic and Cultural Association, and the Brazilian Integralist and Linearist Movement; based on the idea of "groupuscular right" advocated by historian Roger Griffin.

KEYWORDS: Far Right. Fascism. Digital Public History. Far Right Observatory.

INTRODUÇÃO

As pesquisas apresentadas neste artigo surgiram a partir do projeto Observatório da Extrema Direita no ano de 2020, sob a orientação do Professor Doutor Odilon Caldeira Neto do departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. O Observatório da Extrema Direita é uma iniciativa de pesquisa

¹⁵⁸ Graduanda em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: lavinea2001@gmail.com

¹⁵⁹ Graduando em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: marcoantoniosouza99@gmail.com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

de História Digital Pública que possui como objetivo monitorar, analisar e mapear a extrema direita brasileira e internacional, com o intuito de entender as ligações e rupturas.

INTRODUÇÃO

As pesquisas apresentadas neste artigo surgiram a partir do projeto Observatório da Extrema Direita no ano de 2020, sob a orientação do Professor Doutor Odilon Caldeira Neto do departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. O Observatório da Extrema Direita é uma iniciativa de pesquisa de História Digital Pública que possui como objetivo monitorar, analisar e mapear a extrema direita brasileira e internacional, com o intuito de entender as ligações e rupturas.

Dessa forma, as pesquisas desenvolvidas neste projeto tiveram, como objetivo principal, acompanhar e analisar as interações de três grupos neointegralistas, sendo estes a Frente Integralista Brasileira, a Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro, com outros grupos da extrema direita brasileira e internacional, compreendendo quais são os espaços e motivações para a interlocução com o campo político mais amplo.

FONTES E METODOLOGIAS

As pesquisas tiveram como objetivo principal entender com quais outros grupos estes se relacionam. Logo, para atingir o objetivo principal da mesma foi necessário analisar as publicações realizadas pela FIB, ACCALE e MIL-B em suas contas em redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter, além de publicações em seus sites oficiais. Para isso, foi criado um banco de dados no qual eram salvas publicações dessas redes sociais que tinham um único critério: conter alguma menção a demais grupos da extrema direita, sendo estes pertencentes ao Brasil ou não.

Neste banco de dados, eram salvos diversos dados das publicações: os autores, as datas, os links em que se encontravam, palavras-chave e os nomes dos grupos citados. Dessa forma, por serem fontes digitais, foi de grande importância uma cópia desses

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

documentos para que não houvesse problemas posteriormente. A bibliografia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa teve como objetivo analisar o neointegralismo e os grupos provenientes deste, além de explicar a direita grupuscular e discutir sobre as relações dos grupos neointegralistas brasileiros através da ideia proposta por Griffin.

O MOVIMENTO NEOINTEGRALISTA

O movimento neointegralista é um movimento da extrema direita brasileira descendente do movimento integralista que teve sua origem após a morte de seu fundador, Plínio Salgado, no ano de 1975. Os grupos do movimento neointegralista possuem como base a doutrina integralista mas com novas interpretações e visões, por isso faz-se importante entender com quais outros grupos estes se relacionam. apesar de dito como um movimento antifascista, era um movimento de cunho fascista, nacionalista, anticomunista e que tinha como lema “Deus, Pátria e Família”. De acordo com o professor e historiador Odilon Caldeira Neto:

O integralismo, compreendido aqui no sentido ideológico do termo, i. e, não restrito a grupos específicos, surgiu oficialmente no ano de 1932, a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que também foi, certamente, a maior organização integralista já existente. Inspirados por movimentos fascistas europeus, mas também por algumas organizações e grupos nacionais, sobretudo aqueles ligados a setores do conservadorismo e tradicionalismo católico, a AIB foi a principal organização fascista existente na história brasileira (embora, como observa Trindade,¹ não tenha sido a primeira). Foi, ainda, de acordo com Griffin,² o principal movimento fascista em atuação além da Europa. (CALDEIRA NETO, 2012, p. 149).

O movimento integralista possuía Plínio Salgado como seu líder, como a síntese do movimento, logo, com o falecimento do líder no ano de 1975 as tentativas de reorganizar o movimento e decidir quem substituiria Plínio Salgado cederam espaço para a criação de novos grupos que possuíam como inspiração as ideias integralistas. De acordo com Caldeira Neto:

Após a morte de Plínio Salgado há início do chamado fenômeno neointegralista, isto é, organizações, grupos ou mesmo indivíduos que buscam reorganizar o integralismo sem a presença de sua principal liderança e elemento histórico do movimento integralista e em suas diversas fases. Há, então, a consolidação de um campo aberto para disputas de poder e, ainda, o surgimento de novas compreensões e/ou “modernizações” da ideologia integralista para os

tempos mais recentes, aspectos intrinsecamente relacionados. (CALDEIRA NETO, 2012, p. 153).

Assim, com o surgimento do neointegralismo, cada grupo descendente criou sua própria identidade, uma maneira específica de expressar o que se desejava, ou seja, novas perspectivas e interpretações surgiram através das ideias de Plínio Salgado, além de uma nova forma de interação com a sociedade e disseminação de suas ideologias. Com isso, resultado desse processo, três grupos se destacaram com uma certa influência na sociedade: a Frente Integralista Brasileira (FIB), Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE) e o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B).

A Frente Integralista Brasileira (FIB), de acordo com Gonçalves e Caldeira Neto:

é o maior, mais organizado e ativo entre os três grupos neointegralistas surgidos após o congresso de 2004. Atualmente, o presidente do grupo é Moisés Lima, que se apresenta como filósofo. A FIB foi fundada no dia 22 de janeiro de 2005, com sede em São Paulo, e se apresenta como um grupo voltado a resgatar a herança cultural, cívica, política e ideológica da Ação Integralista Brasileira. (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p.171-172).

A FIB é um grupo que tem como sua base principal a doutrina integralista e leva isso a risca, sendo o grupo mais parecido em todos os aspectos com o movimento integralista. O grupo faz fortes críticas à mídia, é pró-vida, sendo fortemente e explicitamente contra o aborto e percebe-se uma grande preocupação para manter os valores morais, patrióticos e religiosos. A ligação com a Igreja Católica se faz muito presente e o grupo preocupa-se principalmente com as questões políticas, econômicas e sociais brasileiras. Ademais, os mesmos se consideram os herdeiros oficiais do movimento integralista.

A Associação Cívica e Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), de acordo com Gonçalves e Caldeira Neto:

(...) se apresenta como “nem destros nem sinistros” (nem direita nem esquerda), se define como uma associação que tem por finalidade a divulgação do pensamento nacionalista, por meio de palestras, seminários, mesas-redondas e cursos de formação. O grupo, que não tem estrutura rígida, com líderes definidos, tem como patrono Arcy Lopes Estrella, o dr. Arcy. As bandeiras da Accale são o nacionalismo, o anticomunismo, o antiliberalismo, a contrariedade ao progressismo e à usura, assim como a defesa de uma revolução interior, muito similar à proposta integralista. (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p.187).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

A ACCALE é um grupo que faz uso da doutrina integralista, possui uma abordagem mais agressiva e voltada aos adolescentes, são contra o progressismo, marxismo, aborto e liberalismo. O grupo se diz contra a inércia, preguiça, indivíduos que não se rebelam com o contexto social e político da atualidade e contra o comodismo. Entretanto, apesar de serem contra o aborto, o grupo não é tão ligado a questão religiosa e aborda sobre questões políticas tanto brasileiras quanto estrangeiras.

O Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) é um grupo que tem como proposta, de acordo com Gonçalves e Caldeira Neto:

(...) criar uma “sequência harmônica de explicação”, na qual as ideias do campo científico, aliadas aos valores morais e intelectuais do integralismo, teriam capacidade de resolver problemas de vários tipos: sociais, econômicos, políticos e até espirituais. A isso, eles deram o nome de filosofia linear, ou linearismo. No entendimento deles, as ideias científicas - vindas da matemática, da física e de outras disciplinas - promoviam um despertar de consciência, de forma muito parecida ao processo de revolução espiritual defendido pela Ação Integralista Brasileira. A diferença básica entre o linearismo e o integralismo da primeira fase é justamente que o linearismo afirma ter princípios mais descritivos e atuais. (GONÇALVES e CALDEIRA NETO, 2020, p. 167-168).

O MIL-B é um grupo que faz uso da doutrina integralista e faz uso de métodos científicos lógico-estrutural para discutir sobre diversos assuntos. O grupo aborda diversos assuntos, até mesmo o veganismo. A ligação com a religião encontra-se presente, mas não possuem uma religião principal. Além disso, o grupo discute sobre uma possível volta da monarquia ao poder.

A “DIREITA GRUPUSCULAR” E OS MOVIMENTOS NEOINTEGRALISTAS

Os três grupos, apesar de suas particularidades, possuem três coisas em comuns: o uso da ideologia e doutrina integralista na base de seus estudos, a pequena participação e até mesmo a ausência de mulheres no movimento, sendo mais voltados à homens brancos de classe média (a elite brasileira), e as relações com diversos grupos, e até mesmo partidos, da extrema direita, podendo ser relacionado ao fenômeno da direita grupuscular.

O historiador e professor Roger Griffin, em *From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right*, debate sobre o que ele intitula de “direita grupuscular”. A extrema-direita possui um alto grau de adaptação de acordo com os anos

e acontecimentos para continuar existindo. Com o avanço da internet, a extrema-direita precisou se modificar até se tornar o que conhecemos hoje, a atual extrema-direita, diferentemente da “extrema direita clássica”.

Segundo Griffin:

In the context of extreme right-wing politics in the contemporary age groupuscules are intrinsically small political (frequently meta-political, but never primarily party-political) entities formed to pursue palingentic (i.e. revolutionary) ideological, organizational or activist ends with an ultimate goal of overcoming the decadence of the existing liberal democratic system. Though they are fully formed and autonomous, they have numerically negligible active memberships and minimal if any public visibility or support. Yet they acquire enhanced influence and significance through the ease with which they can be associated, even if only in the minds of political extremists, with other grouplets that are sufficiently aligned ideologically and tactically to complement each other's activities in their bid to institute a new type of society. As a result the groupuscule has the Janus-headed property of combining organizational autonomy with the ability to create informal linkages with, or reinforce the influence of, other such formations. This enables groupuscules, when considered in terms of their aggregate impact on politics and society, to be seen as forming a non-hierarchical, leaderless and centreless (or rather polycentric) movement with fluid boundaries and constantly changing components. This ‘groupuscular right’ has the characteristics of a political and ideological counter-culture rather than a conventional party-political movement and, in an age of relative political stability, is ideally adapted to the task of perpetuating revolutionary extremism, however utopian in pragmatic terms. (GRIFFIN, 2003, p. 30).

Dessa forma, entende-se que a direita grupuscular refere-se a pequenas entidades ou grupos políticos com poucos adeptos, pouca influência e pouco ou nenhum apoio público. Assim, esses pequenos grupos de direita conseguem com facilidade se relacionar a outros pequenos grupos, formando uma grande rede de pequenos grupos que, alinhados, se complementam de forma ideológica e tática, gerando uma certa influência popular.

CONCLUSÕES

O intuito da pesquisa é mapear e debater sobre as relações estabelecidas entre estes grupos, demonstrando que todo grupo da extrema-direita, seja ele com muitos integrantes ou não, possui um poder de influenciar a sociedade, a partir da reverberação de seu ideário. Logo, ao analisar as relações destes três grupos neointegralistas com os demais grupos, percebe-se que cada um deles possui relações específicas com determinados tipos de grupos.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Ao analisar as publicações realizadas pela FIB, percebe-se que a mesma possui como foco principal as questões nacionais, com ênfase na questão política brasileira, a qual faz uso da menção de diversos partidos políticos para justificar suas críticas ou elogios. Ademais, percebe-se que a mesma se relaciona fortemente com grupos religiosos, pró-vida e antiesquerdistas. Alguns dos grupos que possui ligação são o Centro Cultural Arcy Lopes Estrella (ACCALE), Frente Monarquista Brasileira e Frente Negra Brasileira (FNB)

Ao analisar as publicações realizadas pela ACCALE, percebe-se que a mesma tem um foco na faixa etária mais jovem. A mesma faz uso de uma abordagem mais radical e reacionária, a qual parece buscar uma maior integração de jovens ao movimento. Percebe-se relações com diversos movimentos e partidos estrangeiros, principalmente da França, da extrema direita ultranacionalista. Alguns dos grupos que possui ligação são Frente Nacional por la Familia, Legião Nacional-Trabalhista – LNT, Frente Integralista Brasileira (FIB), MSIA- Movimento de Solidariedade Ibero-americana, Casa Pound, Front Populaire, Máscaras Tricolores (Tricolour Masks) e Frente Renovadora Brasileira.

Ao analisar as publicações da MIL-B, percebe-se que o mesmo apresenta uma visão saudosista do Brasil Monárquico/Império, além de passar a ideia de integração nacional. Percebe-se relações com diversos movimentos monárquicos e até mesmo estrangeiros. Alguns dos grupos que possui ligação são Camisas-Verdes da Inglaterra, Movimento Brasileiro de Resistência (MBR), Movimento Bandeirante Nacionalista (MBN), Movimento Integralista Monárquico (MIM), Movimento Integralista Luso Brasileiro (MIMLB) e Falange Integralista Monárquica de Espanha (F.I.M.E).

Portanto, a conclusão a que se chega é de que as relações que cada grupo apresenta demonstram um pouco mais sobre a ideologia e princípios dos mesmos, além de demonstrar que todo grupo possui um certo grau de influência. A ideia de que apenas grupos com muitos integrantes e adeptos influenciam outros grupos ou a própria sociedade e que apenas estes merecem a atenção de serem estudados se mostra obsoleta.

Logo, a ideia de direita grupuscular de Griffin se mostra cada vez mais necessária no sentido de estudar grupos da nova extrema-direita, demonstrando que cada pequeno grupo se relaciona com outro e forma um emaranhado de pequenos grupos radicais que se complementam e possuem uma influência notável. Por isso, para um estudo eficaz de

grupos da extrema-direita, é necessário estar atento aos pequenos grupos, às suas adaptações para o meio político, social e econômico em que estão instaurados e em suas relações estabelecidas com outros grupos.

Bibliografia

Gonçalves, Leandro P., & Caldeira Neto, Odilon. (2020). O Fascismo em Camisas Verdes: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora.

Cf. GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*. Londres, Routledge, v. 37, n. 1, 2003.

Simpósio Temático 11 – A História da Arte como representação de narrativas das sociedades: expressões artísticas no entresséculos XIX e XX.

Representação de Portuguesas: um estudo comparativo entre as obras de Maria Pardos e Julio Vila y Prades

Isabel Vitória de Oliveira Azambuja Vargas¹

Júlia Machado de Souza Freitas²

RESUMO: O presente artigo visa analisar os quadros Portuguesa (1916) da pintora espanhola, fixada no Brasil, Maria Pardos e Jovem Portuguesa (sem data) do pintor espanhol Julio Vila y Prades. Ambos os quadros pertencem ao acervo do Museu Mariano Procópio, localizado em Juiz de Fora – Minas Gerais. Partindo de um amplo referencial teórico (CHRISTO, 2012; VIEIRA, 2014; FASOLATO, 2014; FASOLATO, 2015; SIMIONI, 2015) bem como fontes (JORNAL DO COMMERCIO, 1911; O PAIZ, 1912; ILUSTRAÇÃO PAULISTA, 1912; CORREIO PAULISTANO, 1912) para situar os dois pintores bem como suas respectivas trajetórias, o objetivo do artigo é igualmente comparar a perspectiva dos pintores sobre a temática mulheres portuguesas, debatendo suas semelhanças e diferenças. Apesar da escassez de fontes relacionada principalmente ao quadro Jovem Portuguesa (sem data), também é pretensão do presente artigo cunhar algumas hipóteses acerca da circulação das obras. Por fim, não é ambição das autoras esgotar a discussão sobre representação feminina nos quadros do século XX, mas sim lançar luz às obras presentes no acervo do Museu Mariano Procópio que permanecem às margens de estudos sistemáticos.

PALAVRAS-CHAVE: comparação; representação feminina; mulheres portuguesas; Maria Pardos; Julio Vila y Prades; século XX; Museu Mariano Procópio.

ABSTRACT: This article aims to analyze the painting Portuguesa (1916) of the Spanish painter, settled in Brazil, Maria Pardos and Jovem Portuguesa (undated) of the Spanish painter Julio Vila y Prades. Both paintings belong to the collection of the Mariano Procópio Museum, located in Juiz de Fora - Minas Gerais. Starting from a broad theoretical framework (CHRISTO, 2012; VIEIRA, 2014; FASOLATO, 2014; FASOLATO, 2015; SIMIONI, 2015) as well as fonts (JORNAL DO COMMERCIO, 1911; O PAIZ, 1912; ILUSTRAÇÃO PAULISTA, 1912; CORREIO PAULISTANO, 1912) to situate the two painters as well as their respective trajectories, the objective of the article is also to compare the perspective of the painters on the theme of Portuguese

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

women, debating their similarities and differences. Despite the scarcity of sources mainly related to the painting *Jovem Portuguesa* (undated), it is also the intention of this article to make some hypotheses about the circulation of both work. Finally, it is not the authors' ambition to exhaust the discussion on female representation in 20th century paintings, but rather to shed light on the works present in the collection of the Mariano Procópio Museum.

KEY WORDS: comparison; female representation; Portuguese women; Maria Pardos; Julio Vila y Prades; 20th century; Mariano Procópio Museum.

2. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar, de maneira comparativa, os quadros *Portuguesa* (1916) da pintora espanhola, fixada no Brasil, Maria Pardos e *Jovem Portuguesa* (sem data) do pintor espanhol Julio Vila y Prades. Ambos os quadros pertencem ao acervo do Museu Mariano Procópio, localizado em Juiz de Fora – Minas Gerais. Partindo de um amplo referencial teórico – Christo (2012), Fasolato (2014), Fasolato (2015), Simioni (2015), Vieira (2014) bem como fontes de jornais, o artigo é estruturado em uma breve biografia dos autores, trajetória dos artistas e obras escolhidas e comparação das obras. Tanto a breve biografia quanto a trajetória dos artistas são apresentadas aos leitores a fim de situá-los na temática.

A despeito de terem trajetórias artísticas muito distintas, Maria Pardos (1866? - 1928) e Julio Vila y Prades (1873-1930) podem ser considerados pintores da transição do século XIX para o século XX com pouca projeção durante o seu tempo. A escassez de fontes, principalmente em torno de Julio e suas obras, evidenciam isso. Pardos foi uma pintora, com uma carreira relativamente curta na pintura, tentando reconhecimento dentro da tradição; já Vila y Prades foi um pintor espanhol que viajou por diversos países e executou diversas obras.

A ausência de fontes e referenciais teóricos acerca das pinturas retratadas neste artigo foi algo notado pelas autoras, apesar disso algumas hipóteses foram formuladas. Por fim, não é ambição das autoras esgotar a discussão sobre representação feminina nos quadros do século XX, mas sim lançar luz às obras presentes no acervo do Museu Mariano Procópio.

3. BREVE BIOGRAFIA DOS AUTORES

Apesar do objetivo de o artigo ser um estudo comparativo entre as obras, se faz importante situar o leitor em uma breve biografia de ambos os pintores.

2.1. MARIA PARDOS, PINTORA ESPANHOLA RADICADA NO BRASIL

Maria Pardos (1866? - 1928) foi uma pintora de origem espanhola, radicada no Brasil, pertencente a um grupo de mulheres desejosas de serem reconhecidas no meio artístico por

meio de suas habilidades técnicas. Segundo Fasolato (2014), Maria Pardos “chega ao Brasil em novembro de 1890, sem a família, talvez a convite da Companhia Italiana de Óperas Cômicas e Operetas dirigida pelo Sr. G. Gargano” (FASOLATO, 2014: 27).



Fig. 1: A. Félix. Maria Pardos, desenho, papel e grafite, 30,50 x 23,50 cm. Museu Mariano Procópio.

Aluna de desenho e pintura de Rodolpho Amoedo (1857-1941) em seu ateliê particular e ambiente doméstico, Maria era considerada, em conjunto com Regina Veiga (1890-1968),

uma das discípulas mais estimadas de Amoedo. Conforme Fasolato (2014), “entre as discípulas de Rodolpho Amoedo, é bastante perceptível que Regina Veiga e Maria Pardos ganharam maiores recompensas, receberam menções e medalhas, os mais evidentes sinais de distinção e reconhecimento no meio” (FASOLATO, 2014: 34). Entre os anos de 1913 e 1918, Maria participou seis vezes da Exposição Geral de Belas Artes, recebendo os prêmios de “menção honrosa de primeiro grau; medalha de bronze e pequena medalha de prata e o prêmio em dinheiro” (FASOLATO, 2014: 35).

Para além da EGBA, as obras de Maria Pardos circularam por outros ambientes. A própria pintura Portuguesa (1916), objeto de estudo do presente artigo, situada no acervo do Museu Mariano Procópio, passou pela Galeria Jorge em uma exposição em conjunto com Regina Veiga. De acordo com o fragmento do jornal A noite de 1916, utilizado por Fasolato (2014):

EXPOSIÇÃO DE PINTURA VEIGA-PARDOS

Tem sido bastante visitada a exposição de pintura das Sras. Regina Veiga e Maria Pardos, funcionando na Galeria Jorge, à Rua do Rosário. E têm sido também bastante apreciados os quadros de ambas aquelas artistas discípulas do professor Rodolpho Amoedo. Com isto vale dizer Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

que muitos desses quadros já foram adquiridos, salientando-se a uma tela do certame – —Daphinis e Chloél da Sra. Regina Veiga, que vai figurar na coleção do Se. Comendador Vasco Ortigão. (FASOLATO, 2014, p. 54, apud A Noite, 19 de outubro de 1916).

Ao que tudo indica, Maria parou de pintar dois anos depois, em 1918, após receber um prêmio no valor de quinhentos mil réis na EGBA.

A trajetória bibliográfica de Maria Pardos igualmente se entrelaça com a trajetória de Alfredo Ferreira Lage (1865-1944), colecionador e idealizador do MMP em Juiz de Fora – Minas Gerais. Conforme cartas da época, ao que parece, Maria e Alfredo tiveram um longo relacionamento amoroso de 37 anos - até a morte da pintora, apesar de não se encontrar nenhum registro de casamento entre ambos, algo incomum para a época.

O ano de 1891 é o início do romance, a carta sustenta ainda a suposição de que se conheceram no espaço do teatro aliado ao fato de seu nome não aparecer mais atrelado às companhias teatrais deste período em diante. Reforça assim a hipótese de que, devido ao relacionamento com Alfredo Lage, Maria Pardos tenha se interessado por uma trajetória como pintora, mudando seu espaço de atuação artística dos palcos para os salões. (FASOLATO, 2014: 28).

Maria Pardos faleceu em 18 de maio de 1928 e, a partir desta data, Alfredo Ferreira Lage inicia uma série de homenagens póstumas a sua companheira de longa data. Entre as homenagens constam a sala “Maria Pardos” no MMP, possivelmente inaugurada em 1929, a instituição do “Prêmio Maria Pardos” e um busto em gesso de Modestino Kanto (fig. 2). Para

Fasolato (2014), a importância das ações de Lage, reside na

[...] manutenção da memória de Maria Pardos pelo viés do colecionador, Alfredo Lage, nos possibilitou alcançar, passado um século, a existência desta mulher pintora. E o que podemos dizer é que a artista existiu e exerceu a atividade tardiamente, apesar de suas limitações técnicas, obteve premiação rapidamente nos salões. A artista mostrou-se com ambições altas e perspicácia ao perceber o que estava sendo aceito e premiado pelos salões para produzir e expor sua pintura. (FASOLATO, 2014: 69).



Fig. 2: Modestino Kanto. Maria Pardos, escultura, gesso, 55 x 38 x 28 cm. Museu Mariano Procópio.

2.2. JULIO VILA y PRADES, UM PINTOR ESPANHOL

Julio Vila y Prades foi um pintor nascido em Valência em 1873. Estudou na Real Academia de Belas Artes de San Carlos, e morou em diversas cidades e países como Madrid, Paris, onde estudou na Académie Julian, Argentina, Peru. Além de ter feito trabalhos em Nova York, São Francisco, Havana, Caracas e Cidade do México. No final de sua vida estava morando em Barcelona onde foi enterrado em 1930. Genro de José Artal, o grande promotor da pintura espanhola em Buenos Aires.

Julio não foi um artista que pode se dizer com muita influência e projeção em seu tempo, apesar de ter estado dentro de ciclos sociais e reconhecimento para dar voz ao seu lado artístico. Não há, mesmo procurando em sites espanhóis, muitos registros dessa sua obra especificamente. Suas biografias são pouco aprofundadas, e giram em torno desses ciclos sociais do qual fez parte.

Foi discípulo de Joaquín Agrasot, Juan Peyró e Francisco Domingo Marqués enquanto Madrid, frequentou o ateliê de Joaquín Sorolla (1893 e 1904) e as Exposições

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Nacionais de Belas Artes, nas quais alcançou menção honrosa em 1892 e 1897 e uma segunda medalha em 1904 com o quadro *Do Arroz* (MUSEO DEL PRADO, 2020).

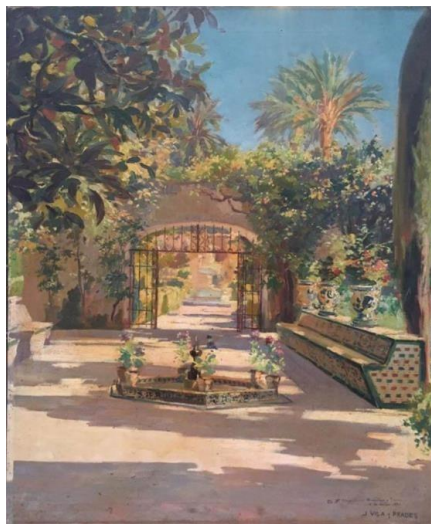


Fig.3: Autor: Julio Vila y Prades (Valencia, 1873 - Barcelona, 1930). Título: Jardín valenciano.

4. TRAJETÓRIA DOS ARTISTAS E AS OBRAS ESCOLHIDAS

3.1. MARIA PARDOS, UMA PINTORA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Como mencionado anteriormente, Maria Pardos foi aluna de Rodolpho Amoedo em seu ateliê particular, não passando, ao que tudo indica, pela tradicional Escola Nacional de Belas Artes. Seguindo os ensinamentos de seu mestre, Maria Pardos teve uma formação digna para uma artista acadêmica. Conforme Fasolato (2015),

Amoedo preocupava-se com o conhecimento literário da arte e da estética, incentivava a idealização, a interpretação e a composição. Fazia pequenas digressões por coleções nacionais e internacionais por meio de estampas, e apreciava vários mestres. O professor acreditava em um aprendizado prático. (FASOLATO, 2014: 231).

Como uma mulher pintora do início do século XX, Maria Pardos não buscava romper com a tradição determinada, mas sim dialogar com ela. Para tanto, participou seis vezes da EGBA, recebendo inúmeros prêmios e honrarias, algo importante para o meio artístico da época. Na publicação de um artigo da Revista da Semana de novembro de 1916, é possível dimensionar o significado de receber prêmios para uma mulher pintora:

Rosa Bonheur [pintora e escultora] por ocasião de obter a sua primeira medalha no Salon, de Paris, dizia: „Para que uma mulher artista seja premiada, é sempre necessário que tenha algum pequeno mérito, pois se há alguma cousa em que os homens são severos para com as mulheres é na avaliação dos seus merecimentos“. (FASOLATO, 2014, p. 37, apud Iracema. Revista da

Semana. Cartas de Mulher. Rio de Janeiro, 04 de novembro de 1916; Ano XVII; n° 39; p. 18. MMP).

Em 1916, Maria Pardos participou de uma exposição na Galeria Jorge com 54 de seus quadros - a obra Portuguesa (1916), objeto de estudo do presente artigo, compôs o catálogo. Consoante a Christo (2012), é possível também que a obra Portuguesa (1916) tenha sido exposta na EGBA no mesmo ano com o nome de Saloia. A exposição em conjunto com Regina Veiga foi amplamente divulgada pela imprensa da época e diversas críticas, positivas e negativas, foram tecidas.

Por fim, não conseguimos achar em fontes e documentos quando foi ano da aquisição do quadro Portuguesa (1916) por Alfredo Ferreira Lage para o acervo do MMP. Podemos supor que a presente aquisição tenha ocorrido após a exposição na Galeria Jorge, uma vez que a XXIII Exposição Geral de Belas-Artes teve sua inauguração em 12 de agosto de 1916 e a exposição na Galeria Jorge, em conjunto com Regina Veiga, aconteceu em 13 de outubro de 1916. Caso o quadro da mesma forma tenha sido exposto na XXIII EGBA.

3.2. JULIO VILA y PRADES, UM PINTOR COM DIVERSOS TRABALHOS

Julio fez diversos trabalhos de retratos, paisagens e cenas de gênero, desenhos no casamento do rei Alfonso XIII, pintou o teto do novo Gran Kursaal de San Sebastián, fez os croquis *in loco* de um mural da Batalha de Ayacucho, A Apoteose do Soldado da Califórnia, para o teatro no museu da Legião de Honra. O governo peruano concedeu-lhe a Ordem do Sol, embora o mural que havia sido encomendado permanecesse inacabado com sua morte, dois anos depois em 1930.

Sobre sua obra Jovem Portuguesa, objeto de estudo deste trabalho, não encontramos registro pelos bancos de dados de outros museus latinos e espanhol. Podemos pensar ser uma obra que foi adquirida na exposição individual do Julio ou em leilão em sua passagem pelo Brasil. Em uma fotografia de 1915 tirada por Oscar Vidal Barbosa Lage encontramos o quadro Jovem Portuguesa (sem data) ao fundo. Por meio da fotografia, podemos supor que a aquisição da obra para o acervo do MMP tenha ocorrido no mesmo ano ou em algum ano anterior.

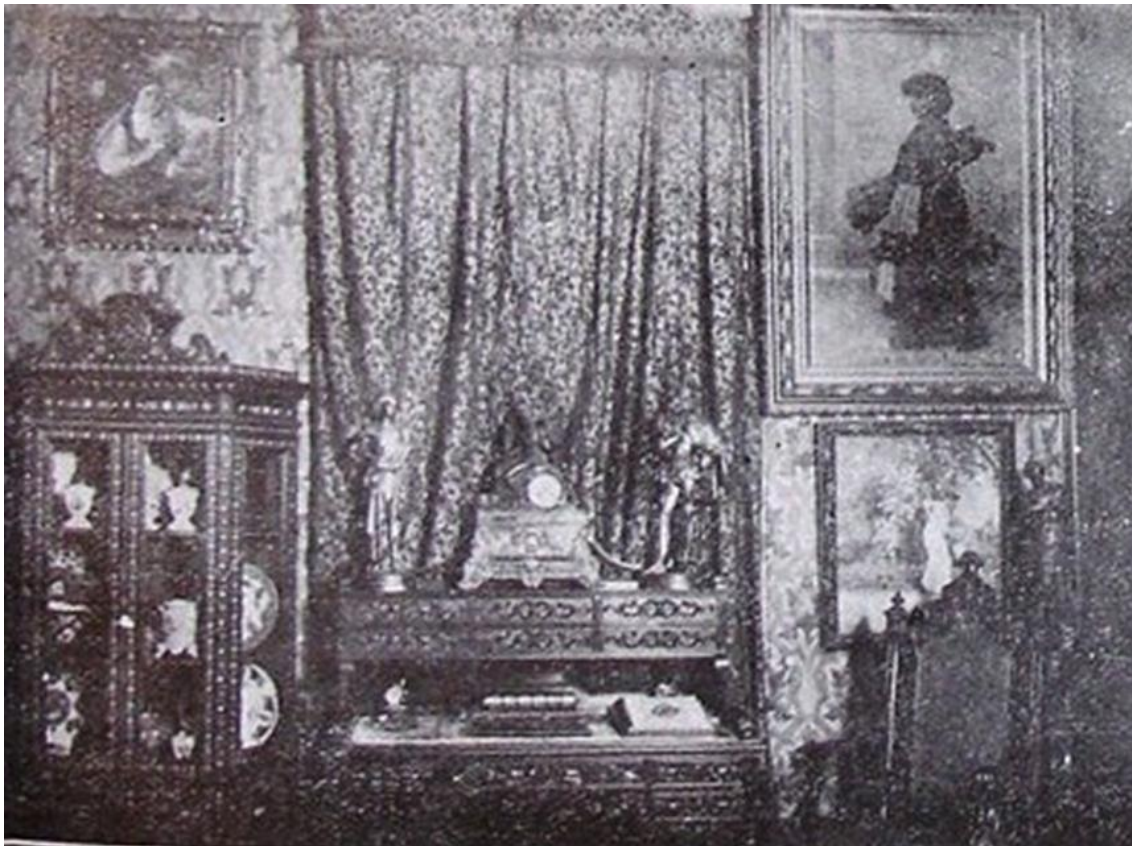


Fig 4 :Escritório do Palacete Mariano Procópio. LAGE, Oscar Vidal Barbosa. ESTEVES, 1915.

Encontramos registros no jornal do Commercio (RJ) de 1911 sobre sua participação na organização de uma exposição de arte, na galeria de da Escola Nacional de Belas Artes. Há comentários sobre suas obras em que críticos dizem ser nada de extraordinário e sofrendo comparações com as outras obras presentes o coloca de maneira secundária, apesar do exagero de contrastes e iluminação avermelhada em quase todas as figuras, que atrai o espectador. Comentam sobre sua capacidade artística, sobre saber desenhar e entender de técnicas, além de passar sentimentos.

Para mais, o jornal O paiz (RJ) de 1912 cita uma exposição de Julio no salão da Escola Nacional de Belas Artes, caracterizando-o como “um dos mais queridos artistas de sua raça, notável mesmo pela segurança do seu traço e a verdade incontestável de seu colorido” (O PAIZ, 15 de junho de 1912). Ainda em 1912, o jornal Correio Paulistano (SP) cita mais uma exposição de Vila y Prades. No fragmento, os críticos exprimem que “os nossos amadores vão ficar, assim como nós, encantados da sinceridade e do vigor da arte de Villa y Prades” (CORREIO PAULISTANO, 9 de agosto de 1912).

A revista Ilustração Paulista (SP) de 1912, por fim, tece elogios ao pintor e menciona um pouco de sua trajetória. Vila y Prades, porém, não se pode confundir com os demais.

É um artista feito e um dos mestres mais reputados da moderna pintura hespanhola. A sua consagração, como todas as consagrações verdadeiras, fez-se em Paris, nos salons, onde obteve Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

diversos premios e onde foi recebido pela critica de uma fôrma onde o louvor roçava o entusiasmo. [...] A sua especialidade é a figura, que ele trabalha com um rigor de desenho e cuidado anatomicos dignos dos mais reputados metes. (Ilustração Paulista, 1912).

5. COMPARAÇÃO DAS OBRAS

As obras escolhidas para o presente artigo são Portuguesa (1916) de Maria Pardos e Jovem Portuguesa (sem data) de Julio y Prades.



Fig. 5: PARDOS, Maria. Portuguesa. 62,50x48cm. 1916. Museu Mariano Procópio.



Fig. 6: PRADES, Julio Vila y. Jovem portuguesa. 60x50cm. Ano desconhecido. Museu Mariano Procópio.

A obra Portuguesa (1916) é um retrato, óleo sobre tela, compõe o acervo do MMP sob o número de inventário: MMP.PIN00594. A obra Jovem Portuguesa (sem data) igualmente é um retrato, óleo sobre tela, sob o número de Inventário: MMP.PIN00555.

Ambas as obras são pinturas de mulheres portuguesas, feitas com os materiais tinta óleo e tela, com medidas bem parecidas, mudando somente 2,5 cm de altura a mais na Portuguesa de Maria Prados. As duas puxam tons avermelhados, principalmente nas vestes brancas e alaranjadas que vestem. Entretanto na obra Portuguesa esses tons são bem mais evidentes para além dos tecidos. Em Jovem Portuguesa o alaranjado aparece como um destaque para o tom mais escuro da pintura, enquanto em Portuguesa toda a paleta de cores parece se inspirar em tons mais vivos e claros. É possível ver em Jovem Portuguesa, o contraste que os críticos descrevem sobre as obras do artista com um fundo escuro e as vestes claras com tons avermelhados que prendem atenção. Uma e outra portam molduras detalhadas cores puxadas para a madeira e o dourado.

Não podemos deixar de notar que as mulheres retratadas nas pinturas são bem diferentes. A obra de Maria Prados parece trazer uma modelo com mais idade, talvez não branca, que possui uma pele mais enrugada e com mais pelos comparada a outra obra. Seu fundo mais neutro faz com que toda atenção fique presa a mulher, seus aspectos físicos e vestimenta. Enquanto a obra de Julio Vila y Prades aparenta trazer uma modelo mais jovem, branca, de uma classe social mais elevada, principalmente devido a suas

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

roupas. O fundo de sua obra mostra um jardim detalhado, enquanto a moça segura um jarro enquanto se apoia a uma mesa, adicionando muito mais detalhe ao ambiente.

Finalmente, devemos comentar que as obras são feitas por artistas com trajetórias muito diferentes, e suas visões sobre uma mulher já seria, provavelmente bem distinta, e por isso, sua visão e retratação de uma mulher portuguesa é tão divergente. O ponto de partida de Prados é a partir do olhar de outra mulher, enquanto de Vila y Prades não.

6. CONCLUSÕES

O objetivo do presente artigo foi um estudo comparativo das pinturas Portuguesa (1916) e Jovem Portuguesa (sem data) presentes no acervo do Museu Mariano Procópio. Para realizar o estudo foi necessário tecer breves comentários sobre a biografia e trajetória de ambos os artistas. Ao analisar as obras e trajetórias dos artistas, foi possível verificar que, apesar de obras tratarem de uma mesma temática e utilizar os mesmos materiais, cada autor possui sua própria maneira de expor seus métodos e visões sobre uma mulher portuguesa. Embora serem retratos de portuguesas e possivelmente terem sido executados em épocas similares, a escolha de cores, técnica, modelos, demonstra personalidade dos pintores ao tema.

Ademais, a carência de referenciais teóricos e fontes acerca das duas pinturas, principalmente sobre o pintor Júlio e sua obra, amplia a importância do presente artigo, tanto para reconhecer ambos os pintores da transição do século XIX para o século XX quanto para evidenciar as peças que compõem o acervo do Museu Mariano Procópio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTES E ARTISTAS, O Paiz, Rio de Janeiro, 15 jun. 1912. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22Julio%20Vil%20a%20y%20Prades%22&pasta=ano%20191&pagfis=12306>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CHRISTO, Maraliz de Castro. **Cenas familiares na pintura de Maria Pardos na década de 1910**. In: Mariza Malta; Sonia Gomes Pereira; Ana Cavalcanti (Org). Novas perspectivas para o estudo da arte no Brasil entre séculos (XIX/XX): 195 anos de Escola de Belas Artes. Rio de Janeiro, EBA/UFRJ. 2012.

ESPAÑA. Governo da Espanha. Ministério da Cultura (org.). **Vila Prades, Julio**. 2020. Pesquisa em acervo. Disponível em:<<http://ceres.mcu.es/pages/ResultSearch?txtSimpleSearch=Vila%20Prades,%20Julio&simpleSearch=0&hipertextSearch=1&search=advanced&MuseumsSearch=&MuseumsRolSearch=1&listaMuseos=null>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ESPAÑA. MARÍA LUISA GARCÍA SERRANO. **Julio Vila y Prades**. 2020. Museo Carmen Thyssen. Disponível em: <https://www.carmenthyssenmalaga.org/artista/julio-vila-yprades>. Acesso em: 09 nov. 2020.

EXPOSIÇÃO VILA y PRADES, Ilustração Paulista, São Paulo, 1912. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186848&pesq=%22Julio%20Vila%20y%20Prades%22&pasta=ano%20191&pagfis=2874> >. Acesso em: 26 nov. 2020.

FASOLATO, Valéria Mendes. **As representações de infância na pintura de Maria Prados**. Orientador: Prof.^a Dr.^a Maraliz de Castro Vieira Christo. 2014. 226. Dissertação. Pós-graduação em história, UFJF, Juiz de Fora, 2014.

FASOLATO, Valéria Mendes. **Maria Pardos: sonhadora e impressionável**. In: Fernanda Pitta; Maraliz Christo. (Org.). Coleções em Diálogo: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca do Estado de São Paulo. 1ed. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2015, v. 1, p.

230-239.

Museo Del Prado. **Vila Prades, Julio**. 2020. Disponível em: < <https://www.museodelprado.es/aprende/enciclopedia/voz/vila-prades-julio/7aca0373-aa3b4808-9bdc-af63af8471ad> >. Acesso em: 09 nov. 2020.

NOTA DE ARTE, Jornal do comércio, Rio de Janeiro, 11 set. 1911. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_10&pesq=Julio%20Vila%20Prades&pasta=ano%20191&pagfis=6844 >. Acesso em: 27 out. 2020.

REGISTRO DE ARTE, Correio Paulistano, São Paulo, 09 ago. 1912. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Julio%20Vila%20y%20Prades%22&pasta=ano%20191&pagfis=25842 >. Acesso em: 26 nov. 2020.

Simioni, Ana Paula Cavalcanti. **O Feminino na Arte; e Mulheres em foco: representações do feminino no Museu Mariano Procópio**. In: Fernanda Pitta; Maraliz Christo. (Org.). Coleções em Diálogo: Museu Mariano Procópio e Pinacoteca do Estado de São Paulo.

1ed. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2015, v. 1, p. 218-229.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

VIEIRA, Samuel. **A flor da pele: Amuada de Belmiro de Almeida e a pintura na segunda metade do século XIX**. Orientador: Prof.^a Dr.^a Maraliz de Castro Vieira Christo. 2014. 163. Dissertação - Pós-graduação em História, UFJF, Juiz de Fora, 2014.

LISTA DE IMAGENS

Fig. 1: A. Félix. Maria Pardos, desenho, papel e grafite, 30,50 x 23,50 cm. Museu Mariano Procópio. Disponível em: < <https://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=2388#ad-image-0> >. Acesso em: 03 nov. 2020.

Fig. 2: Modestino Kanto. Maria Pardos, escultura, gesso, 55 x 38 x 28 cm. Museu Mariano Procópio. Disponível em: < <https://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=4138#ad-image-0> >. Acesso em: 03 nov. 2020.

Fig. 3: Autor: Julio Vila y Prades (Valencia, 1873 - Barcelona, 1930). Título: Jardín valenciano. Descripción: óleo sobre lienzo firmado y dedicado en el ángulo inferior derecho. Medidas sin marco 98x78 cm. Obra en buenas condiciones con signos de la edad. Museo Subasta Real disponível em: < <https://subastareal.es/pintura/julio-vila-y-prades-jardin-valenciano> >. Acesso em: 21 nov. 2020.

Fig. 4: Escritório do Palacete Mariano Procópio. LAGE, Oscar Vidal Barbosa. ESTEVES, Albino (Org.). *Álbum do Município de Juiz de Fóra*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915, p. 343.

Fig. 5: PARDOS, Maria. Portuguesa. 62,50x48cm. 1916. Museu Mariano Procópio. Disponível em: < <https://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=10882#ad-image-0> >. Acesso em: 29 out. 2020.

Fig. 6: PRADES, Julio Vila y. Jovem portuguesa. 60x50cm. Ano desconhecido. Museu Mariano Procópio. Disponível em: < <https://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=10843#ad-image-0> >. Acesso em: 29 out. 2020.

LISTA DE ABREVIATURAS

EGBA – Exposição Geral de Belas Artes

MMP – Museu Mariano Procópio

Djanira da Motta e Silva: a representação de uma sociedade através da produção “ingênua”

Luíza Estruc dos Santos de Oliveira¹

RESUMO

O presente texto visa apresentar Djanira da Motta e Silva (Avaré, São Paulo, 1914 — Rio de Janeiro, 1979) e sua obra socialmente engajada. O conjunto de obras dessa artista considerada ingênua, a partir de 1950, pode ser um grande exemplo de como construiu um repertório interessante à segunda fase do movimento modernista brasileiro e à construção de uma imagem nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Djanira, Muralismo, ingênua, Modernismo brasileiro.

ABSTRACT

The following work presents Djanira da Motta e Silva (Avaré, São Paulo, 1914 — Rio de Janeiro, 1979) and her socially engaged art. The group of Djanira's works, whom was considered a *naif* artist, from 1950, could be an exemple of contribution on the second fase of brazilian modern moviment, and also, the built of a national image.

KEY WORDS: Djanira, Muralism, *naif*, Brazilian modernism.

INTRODUÇÃO

A artista Djanira da Motta e Silva (Avaré, São Paulo, 1914 — Rio de Janeiro, 1979) produz seu repertório diverso, com temas relacionados ao popular durante a segunda fase do modernismo brasileiro. De origem humilde, galgou seu objetivo de tornar-se uma pintora reconhecida não apenas pelo título de ingênua.

Durante sua primeira exposição, em 1942, é conhecida pela crítica e chama a atenção “por sua origem social modesta e autodidatismo” (MOURA, 2019: p.31). Nesse sentido, recebe o título reafirmando por anos em sua carreira de pintora “ingênua”.



Figura 1: Djanira da Motta e Silva, **Ciranda**, 1940. Aquarela e nanquim sobre papel. Acervo Museu Nacional de Belas Artes-RJ.

Após sua primeira exposição, Djanira começa a elaborar ainda mais sua linguagem própria, voltando-se a reproduzir em seus quadros, temas onde a “realidade da pintura” seria o Brasil².

O país de sua pintura compunha-se, por exemplo, pela figura do trabalhador, do índio e do negro. A paisagem de cores vibrantes marcava a identidade brasileira, bem como a fé, representada por seus orixás, anjos e santos.

Defensora de uma pintura voltada as questões sociais, buscou não apenas reafirmar imagem de um país naturalmente belo e democrático. Para ela, a realidade, como já mencionada, tratava-se também de problemas e deveria ser objeto da obra de arte. Como afirmou por muitas vezes durante sua carreira “Pintura não é uma palavra abstrata. É lealdade social e compromisso.” (SILVA, Djanira da Motta e apud JUNIOR, 2004: p.35).

O engajamento da pintora pôde ser observado, então, em suas obras bidimensionais com os temas abordados anteriormente, mais ainda, no que seria apontado por estudiosos como uma referência ao muralismo mexicano. A chamada “vocação muralística”³ está liada à representação pungente de trabalhadores em obras de médias e grandes dimensões, também à ideia de arte acessível, fora dos grandes museus.

A “realidade” em Djanira está, também, em aproximar a arte do povo. Além disso, como nacionalista declarada⁴, procura produzir uma arte “autenticamente nossa”⁵ durante o modernismo de 1930.

O mesmo nacionalismo e ideia de autenticidade está presente nos discursos de patrimônio, na representação de nação. Neste “imaginado nacional”⁶ estão os murais da artista, de certa forma patrimonializados, em contato com instituições de memória e Iphan.

A coragem de uma mulher que emerge como artista em um meio dominado pelo masculino, deixando relevantes contribuições ao repertório moderno, permite algumas perguntas contemporaneamente falando: Djanira da Motta e Silva foi, desde o seu início, uma artista ingênua? Como situar o nacionalismo e a autenticidade defendidos por ela?

Durante o próximo tópico, apresentarei algumas informações a fim de elevar a discussão sobre a produção dessa artista, levando primeiramente sua ideia de realidade e seu enfrentamento.

A CORAGEM DE ENFRENTAR A REALIDADE

É possível considerar que a realidade tenha sido, desde o início de sua vida, algo que não pôde escapar. Djanira começa a trabalhar em plantações de café ainda criança em Porto União (SC) e, em sua juventude, trabalha como doméstica morando em São Paulo. Na indústria, faz limpeza de máquinas, caindo doente com tuberculose.

Começa a pintar quando internada no sanatório Ruy Dória, em São José dos Campos. O Cristo no Calvário pendurado em uma das paredes vira objeto de sua cópia e, assim como Frida Khalo, terminou por utilizar a arte como terapia. Djanira foi “milagrosamente salva pelo desenho” (JÚNIOR, Gesiel, 2004: p. 12).

Em uma das entrevistas concedidas durante os Anos 1950, a pintora fala sobre essa realidade que a cercava. Já em um bom momento de sua carreira, quando havia participado de diversas exposições e desenvolvia sua técnica, a artista responde sobre as tendências da pintura brasileira naquele momento, dizendo “[...] E esta coragem de enfrentar a realidade, seus problemas imensos, muitas vezes trágicos, frente a vida e frente a tela que o artista figurativo brasileiro está trabalhando para resolver.”⁷

Como pintora figurativa, encontrava a necessidade de retratar cada vez mais o social. Projetar na memória visual brasileira o trabalhador, o negro, o índio, a religião afro-brasileira está na base de sua pintura engajada.

Ainda, como segundo Rodrigo Moura (2019: p.33), essa “vocação por uma pintura social” se fez em uma breve “interrupção na rotina das grandes cidades” nas representações dos divertimentos da classe trabalhadora, em seus momentos de lazer e descanso.

Figura 3: Djanira da Motta e Silva, Mercado da Bahia, 1959.  leo sobre tela.



Figura 2: Djanira da Motta e Silva, Parque de diversões, 1948. Guache.



No mesmo período, a arte mural começa a se popularizar no país. Em 1950, artistas como Cândido Portinari e Di Cavalcanti produziram murais voltados a representação nacional. Neste meio, Djanira também se destacaria.

Dois grandes murais que remontam à representação de uma sociedade em transformações. São eles o **História de Petrópolis**, 1953 e o **Indústria Automobilística**, 1962.



Figura 4: Painel **História de Petrópolis**, 1953. Óleo sobre tela. 12,75 m x 3,50 m. DIÁRIO de Petrópolis. **Restauração do painel Djanira deve ser iniciada ainda neste semestre**, 2019. Liceu de Artes e Ofícios, Petrópolis. Disponível em: <https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/restauracao-do-painel-djanira-deve-ser-iniciada-ainda-neste-semester-165447>. Acesso em: 11 mai. 2021.



Figura 5: “Estudo definitivo para painel decorativo **Indústria Automobilística** do navio *Princesa Isabel* da Companhia de Navegação Costeira.”, 1962. Têmpera sobre papel, 57,5 x 124,3 cm. Acervo MNBA. N° reg.: 12177.

Em um rápido comparativo, a primeira informação interessante é a diferença de idade entre os dois. O primeiro de 1953, conta uma breve história da cidade de Petrópolis, em cenas de trabalho fora à indústria como o homem que manipula barro e, por exemplo, trabalhadores da indústria têxtil. Em todas as cenas percebidas no grande mural, há uma mudança de paisagem oriunda dessa industrialização.

Pode-se perceber, então, a vivência da artista neste local, quando nos Anos 1950 percebe a mudança das dinâmicas de trabalho e, de maneira interessante, retrata em sua obra. Há, também, uma representação da identidade e tradição de Petrópolis com a carruagem. Além disso, o patrimônio é representado pelo Museu Imperial e a locomotiva.

Já o segundo mural, datado de 1962 trata-se de uma encomenda feita a artista para ornar as paredes internas do Navio *Princesa Isabel* da Companhia de Navegação Costeira. Este representa cenas já de labor completamente industrial. Nesse sentido, é possível perceber a mudança nas configurações de trabalho no país já na década de sessenta.

Em relação à técnica desenvolvida pela artista, nesta época, percebe-se o começo de uma geometrização, vista mais fortemente em sua série de trabalhadores desenvolvida em 1970. Como afirma Isabella Rjeile (2019: p.53), ao abordar o quadro **Trabalhadores de cal**, 1974:

Essa geometrização da paisagem que sofreu os efeitos da industrialização da época também teve seus efeitos no trabalho humano, cada vez mais mecanizado nas fábricas e no campo. A geometria em Djanira nunca foi a forma pura e livre de relações figurativas, sempre esteve associada a algum aspecto da vida humana e ligada a algum elemento da realidade da classe trabalhadora que a cercava. [...] a artista acrescenta uma visão social ao debate da arte brasileira que nos anos 1950 e 1960 ganhava profunda influência da abstração geométrica. No entanto, Djanira fazia à sua maneira [...]



Figura 6: Djanira da Motta e Silva, **Trabalhadores de cal**, 1974. Óleo sobre tela, 116 x 89 cm. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes-RJ.

A autenticidade falada por Djanira, então, se relacionaria tanto à forma aproximada de representar a realidade nacional, quanto à sua maneira original de explorar o conhecimento formalista adquirido durante sua carreira e pelo qual ela se orgulhava.

O nacionalismo percebido em sua arte e em sua vida, não se restringe apenas a ela. Principalmente neste período quando o muralismo tomava força e forma no Brasil, o nacional esteve voltado para a “construção do moderno como cultura”. (FERRAZ, 1998: p. 17 apud C. M. JUNIOR: p.6).

Outro ponto interessante no universo dessa construção do moderno como cultura é pensar a identidade brasileira. De encontro ao patrimônio nacional, é possível perceber como a arte mural serviu de objeto para essa imagem da nação pois “vinculava uma visão do coletivo histórico do país” (RUBBI, C.; MAKOWIECKY, S., 2020: p.7).

Em uma perspectiva crítica, pode-se perceber que a arte figurativa produzida por uma artista considerada por muitos “ingênuas”, evidenciou o trabalhador e toda problemática social de um país de forma clara, na tentativa de ser acessível.

Na mesma época em que começa a produzir os murais, a artista participa de concurso no Teatro Experimental do Negro sobre o tema do Cristo Negro. Produz, então, o quadro Largo do Pelourinho, 1955, vencendo o concurso e demonstrando sua visão completamente crítica a partir do tema sugerido.



Figura 7: Djanira da Motta e Silva, **Largo do Pelourinho**, 1955. Óleo sobre tela.

Ao enfrentar essa realidade, de um país que se reafirmava artisticamente, buscando desde a Semana de 1922 o seu modo de fazer; de um país que adaptava sua paisagem ao industrial, e que seria politicamente conturbado, Djanira demonstra sua lucidez e resistência em sua obra e posicionamentos cada vez mais claros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o olhar atento ao repertório da artista e aos contextos em que foram produzidas, é possível que suas pinturas representem uma época, um país em transformação, assim como a identidade nacional em transição, tanto na arte, quanto na realidade dos brasileiros.

A chamada “vocação *muralística*” da pintora encontra-se em amplitude. Desde suas obras voltadas ao labor, a representação do trabalhador em serviço dentro e fora da indústria, e nos seus momentos de lazer. A vocação é também, social, e está na presença do negro, do índio e das religiões afro, e pela denúncia como em sua obra **Largo do Pelourinho** anexada anteriormente.

O conjunto de obras apresentado demonstra, sobretudo, o domínio da técnica adquirido por Djanira. Em meio ao modernismo, a mulher “autofabricada”⁸, segundo a autora Isabella Rjeille (2019: p.46), se consolida como pintora em um meio artístico machista e reducionista da época.

Finalmente, fica clara a necessidade de pesquisas sobre a artista em questão. É de se observar sua contribuição não apenas ao modernismo brasileiro, mas à memória de seu país.

REFERÊNCIAS

- Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GESIEL JÚNIOR, [Gesiel Theodoro da Silva Júnior]. Contando a arte de Djanira. São Paulo: Editora Nova América, 2004.

MOURA, Rodrigo. In MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. Catálogo Djanira: a memória de seu povo. Texto: Djanira: a memória de seu povo. São Paulo: [s.n.], 2019, p. 30-45.

RJEILLE, Isabella In MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO. Catálogo Djanira: a memória de seu povo. Texto: Cronica de uma mulher autofabricada. São Paulo: [s.n.], 2019, p.46.

RUBBI, C.; MAKOWIECKY, S. A Arte Muralista: um breve tour. **DAPesquisa**, Florianópolis, v. 15, p. 01-27, 2020. DOI: 10.5965/18083129152020e0002. Disponível em:<https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/18083129152020e0002>. Acesso em: 21 dez. 2021.

XEXÉO, Pedro Martins Caldas; BARATA, Mário; ABREU, Laura Neves de. A arte sob o olhar de Djanira, coleção Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul Design e Editora Ltda, 2005.

A REPRESENTAÇÃO DA MELANCOLIA NAS FIGURAS FEMININAS NA OBRA DA MARIA PARDOS

Estela Maria Gonçalves de Souza¹

Maria Beatriz de S. Thiago Ragon²

RESUMO

As obras da artista Maria Pardos (1866 - 1928), que serão analisadas no presente artigo, compõem o acervo do Museu Mariano Procópio, situado na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Através das pinturas *Desolada* (1916), *Má notícia* (1916) e *Primeira Separação* (1918), objetivamos entender a constância existente na representação de gênero feminino enquanto sensível, normalmente associado a situações de melancolia. À luz de pesquisas desenvolvidas no campo historiográfico, que buscam trazer o protagonismo de mulheres dentro do cenário de artes plásticas brasileiro, pretendemos compreender o cotidiano da artista e como ele se associa às obras analisadas. A constante representação de mulheres em momentos de melancolia, bem como a correlação existente entre a opressão de gênero vivenciada no contexto de criação das obras é vetor inicial para as indagações aqui desenvolvidas.

Palavras-Chave: Maria Pardos; melancolia; representações femininas; Museu Mariano Procópio.

ABSTRACT

The works by the artist Maria Pardos (1866 - 1928), which will be analyzed in this article, are part of the collection of the Mariano Procópio Museum, located in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais. Through the paintings *Desolada* (1916), *Má Notícia* (1916) and *Primeira Separação* (1918), we aim to understand the constancy in the representation of the female gender as sensitive, usually associated with melancholy situations. In light of research developed in the historiographical field, which seeks to bring the protagonism of women within the Brazilian fine arts scene, we intend to understand the artist's daily life and how it is associated with the works analyzed. The constant representation of women in moments of melancholy, as well as the correlation between the gender oppression experienced in the context of the creation of the works, is the initial vector for the questions developed here.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Key words: Maria Pardos; melancholy; female representations; Mariano Procópio Museum.

Índice de Ilustrações

Figura 1: Maria Pardos. *Desolada*. 1916. Óleo sobre tela; 70,5 X 52,3 cm; Juiz de Fora, Coleção Museu Mariano Procópio;

Figura 2: Maria Pardos. *Má notícia*. 1916 Óleo sobre papelão; 66 x 50,5cm; Juiz de Fora, Coleção Museu Mariano Procópio;

Figura 3: Maria Pardos. *Primeira Separação*. 1918. Óleo sobre tela; 121 x 80 cm; Juiz de Fora, Coleção Museu Mariano Procópio;

Figura 4: Belmiro Almeida. *A má notícia*, 1897. Óleo sobre tela, 168 × 168 cm. Belo Horizonte, Museu Mineiro.

Figura 5: Almeida Júnior: *Saudade*, 1889. Óleo sobre tela, 197 x 101 cm. São Paulo, Pinacoteca;

7. Introdução

O Museu Mariano Procópio (MAPRO), situado no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, possui um acervo com mais de 50.000 peças, incluindo pinturas, esculturas, gravuras, desenhos, livros raros, documentos, fotografias, mobiliário, prataria, armaria, numismática, indumentária, porcelana, cristais e peças da História Natural. Antes de se tornar Museu, era parte do acervo particular do colecionador Alfredo Ferreira Lage (1865-1944), filho de Mariano Procópio Ferreira Lage (1821- 1872), a quem o nome do museu é dedicado. Estruturalmente, parte das obras se encontram no que fora a residência de Mariano Procópio, denominada Villa Ferreira Lage, e devido à ampliação do acervo, se fez necessária a construção de um anexo para abrigar a galeria de Belas Artes, inaugurada em 13 de maio de 1922.³

Um dos objetivos iniciais de seu idealizador, Alfredo Ferreira Lage, era o de exaltar a memória e a influência do período imperial para a sociedade brasileira. Desse modo, parte do acervo dedica-se ao Império, que pode ser exemplificado pela presença dos trajes da coroação, da maioridade e do casamento de D. Pedro II e o traje de corte da Princesa Isabel, além de bustos e mobiliários que remetem ao período. O MAPRO possui grande relevância no cenário nacional devido às particularidades de seu acervo, sendo integrado por peças desde o século XVI até o século XIX.⁴

Apesar de um maior destaque para obras que remetem ao Império, o acervo do MAPRO conta com uma diversidade de obras contemporâneas, como por exemplo as Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

obras de Maria Pardos, pinturas e desenhos que possuem diversas abordagens temáticas. De acordo com a catalogação de Valéria Fasolato (2020), as obras de Maria Pardos pertencentes ao MAPRO são “46 pinturas e 217 desenhos totalizando 263 obras” (FASOLATO, 2020. p. 26) Para melhor estudo das pinturas, Fasolato dividiu-as em gêneros, a saber: “Retratos e seus subgêneros [...], Cenas de Gênero [...], Nus [...], Pintura Histórica [...], Naturezas-mortas [...], Paisagem [...] e Aquarelas [...]” (Ibid. p. 7-8).

No presente artigo trabalharemos com algumas cenas de gênero da artista, buscando entender a forma como se relacionam com a melancolia e como isso é expresso nas pinturas. Para isso, o artigo é estruturado numa breve apresentação da trajetória artística de Maria Pardos, sucedida pela análise das obras *Desolada* (1916), *Má notícia* (1916) e *Primeira Separação* (1918). Buscamos abordar conceitualmente a melancolia, e como ela está associada diretamente ao feminino. Além disso, utilizaremos duas obras de outros dois artistas, para pensar a presença da tristeza associada diretamente às mulheres. As pinturas, *A má notícia* (1897), de Belmiro Almeida e *Saudade* (1889) de Almeida Júnior, compõem o objetivo de aproximar as representações femininas e a presença da melancolia.

Através dessa análise, o objetivo é compreender como as reproduções melancólicas se associavam ao papel atribuído à mulher, e como o contexto de produção dessas pinturas, os anos finais do século XIX e os anos iniciais do século XX, dialogavam com essa constância na forma de representação. Além disso, buscamos pistas sobre como a trajetória de Maria Pardos pode ter exercido influência em suas representações, direta ou indiretamente.

8. Uma breve apresentação de Maria Pardos

A trajetória de Maria Pardos, sobretudo no que tange à busca para a sua consolidação enquanto artista mulher, num período em que a misoginia imperava, pode ser vista como um tanto distinta. Espanhola, da cidade de Zaragoza, chega ao Brasil em 1890 solteira e, “inusitadamente”, sozinha. Aparentemente, fixa residência na cidade do Rio de Janeiro e logo no ano seguinte começa um romance com o fotógrafo e jornalista Alfredo Pereira Lage (1865 - 1944) (FASOLATO, 2014. p. 29).

A associação da artista com a pintura é muito atrelada à figura de seu companheiro, que já nutria uma forte relação com as artes plásticas, construindo aos poucos o seu acervo particular de obras que viriam a se tornar o Museu Mariano Procópio. Antes de estabelecer uma relação com Alfredo, Maria Pardos já integrava o campo artístico, aparentemente, como bailarina, associada à Companhia Italiana de Óperas Cômicas e Operetas (Ibid, p. 28). Não se sabe concretamente se essa era a realidade da artista. No entanto, a maneira como a sociedade julgava e compreendia essas mulheres, “como prostitutas, eram vistas como possuidoras “adequadas” da beleza física e sexual e se moviam legitimamente na sociedade como seres atraentes e desejáveis” (REIS, 1999. p. 58), o que pode significar um dos motivos da necessidade de Maria Pardos migrar para a pintura.

Apesar de inegavelmente ter se relacionado e vivido com Alfredo Lage, em seu registro civil de óbito, assinado “na própria residência do casal, à Rua Cândido Mendes,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

58, na Glória, Rio de Janeiro, aos 18 dias de maio de 1928” por ele, declara que ela “faleceu com 61 anos de idade a mulher solteira, capitalista, natural da Espanha” (FASOLATO, 2014. p. 32), negando tanto a atuação profissional da mulher quanto a sua relação com ela.

Ademais, é importante perceber o lugar ocupado pela artista na sociedade, para que seja possível vislumbrar a provável tradução de um sentimento vivenciado não só por Maria Pardos, mas por todas as mulheres que viveram no entresséculos XIX e XX, atingidas de formas diferentes, mas inegavelmente afetadas pelo patriarcalismo e misoginia imperantes no período. Assim, ao analisar as obras que foram expostas em sequência, é possível “dar sentido às coisas”, de modo que a História da Arte “nos auxilia para que tenhamos uma compreensão profunda da nossa cultura” (FERNANDES, 2018. p. 202).

9. Exposição das Obras



As obras escolhidas para trabalhar alguns dos questionamentos já supracitados, são todas representações femininas em situações que parecem expressar o impacto da angústia e da incompletude humana (DORNELES, 2015. p. 30), traduzindo-se como melancólicas. A primeira, então seria *A Desolada* (Figura 1), que nos mostra uma mulher branca sentada “em um canto impreciso” (FASOLATO, 2020. p. 79) com as mãos sobre o colo. Tem uma espécie de lenço preto sobre a cabeça e vestes igualmente escuras, o que ajuda a compor o sentimento de luto e perda expressos na pintura. Tem um olhar vazio voltado para baixo, o rosto é marcado pelas encovas da pele e o cabelo castanho parece estar desarrumado. Os tons terrosos são predominantes na obra, corroborando com a melancolia e nos remetendo aos sentimentos de angústia e solidão sentidos pela personagem, que são completados pelo título da obra, confirmando as pressuposições feitas.

Figura 1: Maria Pardos. *Desolada*. 1916. Óleo sobre tela; 70,5 x 52,3 cm; Museu Mariano Procópio

A obra seguinte é *Má Notícia* (Figura 2), que também retrata uma mulher branca sentada, agora com um lenço em uma mão, representando que a mulher estaria chorando, e um papel “margeado em preto, possivelmente uma foto fúnebre” (FASOLATO, 2020. p 75) na outra mão posicionada sobre o colo. Também com a cabeça baixa, tem o olhar profundo marcado por bolsas ao redor dos olhos, reforçando a possibilidade do choro. Usa vestes simples, uma blusa branca engomada e saia preta, além de um lenço vermelho na cabeça prendendo os cabelos castanhos claros. Usa, ainda, um brinco de tamanho significativo na orelha esquerda, que está em bastante evidência na obra. Parece estar de alguma forma escorada em uma parede, mas “o enquadramento e o fundo não permitem identificar o local na qual ela se encontra” (Ibid. p 75). Mais uma vez os tons terrosos se fazem predominantes na obra, nos remetendo a sentimentos fúnebres e melancólicos e nos levando a crer que a má notícia recebida pela personagem seria sobre a perda de algum ente querido.



Figura 2: Maria Pardos. *Má Notícia*. 1916. Óleo sobre tela; 66 x 50,5 cm; Museu Mariano Procópio

Por fim, a última obra escolhida é *Primeira Separação* (Figura 3). Retrata o que supomos ser uma cena de mãe e filha, dentro de um ambiente aparentemente doméstico. Apesar do fundo representar um jardim bem iluminado por luz natural, a pintura é escura e novamente traz a significativa presença dos tons terrosos em sua composição. As duas mulheres, brancas e loiras, protagonizam a obra, ocupando uma posição central na pintura. Uma delas, que parece ser mais nova, usa um vestido de tons de rosa claro, com babados na parte superior, segura uma trouxa na mão e abraça a mãe em busca de consolo ao deitar-se no ombro materno. Já a outra mulher, se coloca numa postura mais ereta, usa um vestido mais longo em tons de azul escuro, e acolhe a filha em seus braços. Apesar de estar em uma posição de acolhimento, a mãe possui um olhar vazio e repleto de melancolia, o que nos leva a crer que “a filha sairá para a claridade de um novo dia,

enquanto a mãe permanecerá na penumbra, metáfora da definitiva separação” (CHRISTO, 2012. p. 187).



Figura 3: Maria Pardos. *Primeira Separação*. 1918. Óleo sobre tela; 121 x 80 cm; Museu Mariano Procópio.

10. A questão da Melancolia

Apesar de retratarem diferentes situações, as obras escolhidas têm em evidência a maneira como se percebe os sentimentos traduzidos pela artista. Num primeiro olhar, talvez mais desatento, os sentimentos expressos pelas imagens não fiquem tão claros, mas ao analisar mais profundamente é possível sentir a angústia, a incompletude, o luto, a tristeza e a melancolia. Diferentemente do luto, a melancolia freudiana está associada a essa necessidade de expressão do sentimento e sua relação com as subjetividades, é o

sentimento de angústia que emerge da transitoriedade que cada ser humano sente num mundo em constante passagem e mutação. Melancolicamente composto de angústia, impregnado de incertezas, o sujeito sofre a instabilidade emocional por aquilo que não compreende e não pode controlar. (DORNELES, 2015)

Assim, apesar da sociedade moderna se escorar, de uma forma geral, em princípios narcísicos que colocam a individualidade e o particular em proeminência, apenas alguns sujeitos têm a possibilidade de enfatizar seus sentimentos apropriadamente sem serem silenciados. Essa não é a realidade das mulheres, que acabam por muitas vezes usando da arte como uma ferramenta para a expressão do soturno, a exemplo Maria Pardos.

As primeiras obras, “Desolada” (Figura 1) e “Má Notícia” (Figura 2) são potentes para enxergarmos essa diferença entre o luto e a melancolia, que apesar de parecidos, tendo o desânimo, a incapacidade de amar e a perda de interesse pela vida como características marcantes. Logo, se diferenciam na maneira como se apresentam internamente, já que “A perturbação da autoestima está ausente no luto; afora isso, porém, as características são as mesmas.” (Freud, 1917). Dessa forma, ambos sentimentos são expressos nessas pinturas. O pesar do luto pode ser identificado nos contrastes escuros de luz e sombra, na presença dos tons terrosos, que se entrelaçam com a história e ressalta os sentimentos das personagens. A melancolia se associa mais com o externo e como isso se reflete internamente no sujeito. Assim, “a melancolia só pode ser compreendida como doença da cultura” de forma que “a melancolia parece insubordinar-se à separação entre a matéria e o espírito” (DANZIGER, 2008). Desse modo, o luto sentido por ambas as mulheres se traduz na melancolia pela aflição, o anseio de novas possibilidades e a falta de sentido nessa nova realidade, sucumbindo à maneira como o “eu” passa a se perceber. Pode também estar relacionado com o fato de serem mulheres agora provavelmente sozinhas em uma sociedade que marginaliza o feminino em virtude do patriarcado.

A trajetória de Maria Pardos nos levanta muitas questões, reflexo do contexto sociopolítico da época e como isso se refletia nos percursos percorridos pela artista. Podem ser, principalmente no que tange o seu possível labor enquanto bailarina, e a inviabilidade ainda desconhecida da oficialização do seu relacionamento com Alfredo Lage, essenciais para entendermos o sentimento dessas mulheres representadas pela artista. Não necessariamente elas refletem exatamente os sentimentos de Pardos, mas talvez fossem uma expressão do que ela era inibida de sentir, impossibilitada de se colocar pela sua identidade de gênero, e que se expressam inconscientemente em sua obra. O luto pela perda de si mesma e a incompletude do seu ser, consumidos pela melancolia e falta de perspectiva numa possibilidade de emancipar-se desses sentimentos, corroboram para essa hipótese.

A obra “Primeira Separação” (Figura 3) representa essa possível dualidade de sentimentos manifestando, também, a melancolia a partir de um diferente viés. A mãe, apesar de uma posição de firmeza acolhendo a sua filha, mostra o possível conflito e a contradição de sentimentos que a permeiam, e são tão marcantes da melancolia que, conforme Freud, “não é explicável mas está presente no sujeito”. É possível que a mãe esteja feliz com a perspectiva da emersão da filha para um mundo claro e de novas possibilidades, mas o sentimento melancólico se faz presente quando ela ainda se vê presa na escuridão e na impossibilidade de prosperar de tal maneira. Esse conflito de sentimentos transparece de forma angustiante na sua expressão facial e na maneira como a obra pode ser percebida e sentida, até mesmo pelo espectador mais desatento.

O dramaturgo Victor Hugo prelecionava que “Todo o grande artista amolda a arte à sua imagem”, podendo levar-nos a concluir que é impossível o autor eximir-se completamente de sua obra, o que acaba por exteriorizar os sentimentos mais ocultos e muitas vezes desconhecidos do próprio artista. O conflito representado na “Primeira Separação” pode ser a expressão do conflito interno de Maria Pardos, de alguma forma insatisfeita com a sua decisão de mudar de carreira mas conflitantemente feliz com as possibilidades que a pintura lhe proporcionaria. Nunca saberemos de fato o que se passava pela cabeça da artista no momento de produção de suas obras, e só nos resta aqui especular, buscando a relação com demais representações semelhantes do mesmo período

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

e a forma como possivelmente se associavam às condições sócio-históricas e culturais da época.

11. A representação da melancolia no gênero feminino

Os estudos sobre as representações de gênero são discussões presentes dentro do campo artístico-cultural. No que tange às representações femininas, oscilam em diversas temáticas, transitando desde momentos históricos até momentos cotidianos. De acordo com Fasolato (2014, p. 23),

Vários estereótipos foram criados ao longo da história da humanidade para caracterizar identidades femininas e masculinas. Michelle Perrot (1998) relata que, nas sociedades modernas, às mulheres designou-se o espaço privado das casas, onde assegurariam sua honra; já aos homens coube o espaço público, onde a política e o trabalho tornaram-se seu santuário. Essas divisões estabeleceram uma estrutura hierárquica entre os sexos, afastando das relações de gênero a noção de igualdade.

O debate sobre gênero e teorias feministas passaram a compor o cenário intelectual e historiográfico a partir da década de 1980, uma vez que se viu a necessidade de compreender o feminino, suas relações estabelecidas socialmente e os apagamentos promovidos pela história com o passar do tempo. A consolidação do patriarcado enquanto norma logrou a elas um lugar subordinado e secundário. Conforme exposto, havia grande dificuldade para mulheres se estabelecerem enquanto artistas, as quais ficavam, muitas vezes, restritas à temáticas pouco valorizadas dentro do campo artístico⁵, tratando principalmente de cenas domésticas e

As pinturas de gênero, principalmente as de fins do século XIX no Brasil, [que] funcionavam como espelhos que refletiam cenas estudadas e escolhidas da intimidade da casa, da família, do indivíduo, penduradas nas paredes das casas burguesas – uma auto-imagem de intimidade domiciliar. Esse espelho imaginário levaria para a tela imagens produzidas de acordo com convenções sociais e estéticas, com seus códigos próprios. (MALTA, 2006. p. 07)

Sobre as representações femininas especificamente, há uma reprodução constante de cenas em que se encontram cabisbaixas e desoladas. Um exemplo é a pintura “A má notícia”, de Belmiro Almeida (Figura 4), em que apresenta em primeiro plano uma mulher sentada numa poltrona colorida e debruçada em seu braço levando a mão ao rosto. Em segundo plano, no chão, há um pedaço de papel contendo provavelmente alguma notícia que contribuiu para seu atual estado. O bilhete apresenta tarja preta, o que à época de sua produção significava luto. A mulher representada é jovem, e utiliza roupas de cores claras. Porém, a posição em que se encontra é suficiente para transmitir o sentimento de perda, desespero, angústia e melancolia. A composição da cena, lembra o ambiente doméstico, devido à presença de um sofá ao fundo, além do que aparenta ser um móvel e possivelmente parte de um quadro na parede.



Figura 4: Belmiro Almeida. A má notícia, 1897.

Óleo sobre tela, 168 × 168 cm. Belo Horizonte, Museu Mineiro.

Outra cena de melancolia feminina pode ser observada na pintura "Saudade" (Figura 4), de Almeida Júnior. Nela, há uma mulher de uma classe social mais simples em primeiro plano, evidenciado por sua roupa preta surrada, seu sapato marrom, e o lenço que está envolto em seu pescoço que mistura tons de preto e marrom, que contrastam com o cenário. Seu corpo está escorado na beirada da janela, e seu rosto pende para baixo, devido à leitura de uma pequena carta que se encontra em sua mão. O ambiente em que se encontra é simples, tendo pedras ao chão e uma parede de tijolos, além de um pequeno móvel ao seu lado. Todo o ambiente se harmoniza em tons frios, em consonância com a pele da mulher, o que confirma pertencer ao lugar. Ao lado da personagem há um chapéu masculino no alto, o colocando em uma posição de superioridade, que pode justificar o nome da obra. Provavelmente, a saudade e a melancolia que sente é em relação à ausência dessa figura masculina, que pode ser seu pai, avô, irmão, ou até mesmo cônjuge. Percebe-se novamente a figura da mulher associada a um ambiente caseiro, familiar.



Figura 5: Almeida Júnior: Saudade, 1889.

Óleo sobre tela, 197 x 101 cm. São Paulo, Pinacoteca.

Em acordo com as obras de Maria Pardos aqui analisadas, as representações acima também trazem semelhanças: a presença da melancolia e tristeza profunda das mulheres, bem como o ambiente caseiro em que se encontram. De acordo com a antropóloga Marilyn Strathern (1988), no ocidente há uma linha de demarcação do feminino no ambiente privado, já que, excluídas da vida pública, tinham que se limitar à esfera doméstica e privada. Em todas as obras analisadas, as personagens se encontram em ambientes caseiros e internos, de modo a corroborar com a afirmação. Pensa-se aqui que nessas representações há direta associação entre o feminino e o masculino, de modo que o sofrimento dessas mulheres estaria necessariamente atrelado à uma ausência masculina.

Como ambas as Figuras 4 e 5 foram pintadas por homens, há uma associação do feminino ao lar e ao eterno sofrimento proporcionado possivelmente por um homem. Assim, apesar de representarem o feminino, o cerne da questão retrata o masculino e como que, mesmo a sua ausência, se faz presente. Conforme enfatizado por Leila Dazinger (2008), a melancolia é fruto de construtos culturais e a sociedade sendo, então, edificada em cima do patriarcado e da misoginia, a melancolia feminina não poderia se expressar de forma diferente. Isso é evidente nas produções de Maria Pardos, pois mesmo com sua tentativa de se emancipar das diversas amarras a ela impostas socialmente, é perceptível a semelhança nas representações de Almeida Júnior e Belmiro Almeida. Isso

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

se deve ao meio social em que a artista se encontrava, uma vez que a ordem e os estabelecimentos sociais pautavam-se na hegemonia masculina. Infere-se, portanto, que o modo como os artistas representam suas personagens é capaz de expressar e nos aproximar do sentimento esboçado pelo corpo das mulheres, fazendo com que a melancolia transponha os limites da obra.

12. Bibliografia

ALVES, Caroline. *Arte, gênero e sociabilidade: Nair de Teffé, a brasileira retratada por Georgina de Albuquerque*. Juiz de Fora: UFJF. 2019.

CHRISTO, Maraliz de Castro. *Cenas familiares na pintura de Maria Pardos na década de 1910*. Novas perspectivas para o estudo da arte no Brasil de entresséculos XIX/XX: 195 anos de Escola de Belas Artes. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2012.

DAZINGER, Leila. *Melancolia à brasileira: a aquarela Negra tatuada vendendo caju, de Debret*. Revista [19&20](#), Rio de Janeiro, v. III, n. 4, out. 2008. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/melancolia_ld.htm.

DORNELES, Giele Rocha. *Melancolia, memória e subjetividade*. Porto Alegre, UFRS. 2015.

FASOLATO, Valéria. *A catalogação da pintura de Maria Pardos*. Juiz de Fora, UFJF. 2020

FASOLATO, Valéria. *As representações de infância na pintura de Maria Pardos*. Juiz de Fora, UFJF. 2014.

FERNANDES, Barbara. *Do Juramento da Princesa ao Senado Imperial: A análise de uma obra e sua inserção no projeto político do Estado*. Juiz de Fora, UFJF. 2018.

FREUD, S. *Luto e Melancolia*. Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917.

MALTA, Marize. *A iconografia dos objetos decorativos na pintura acadêmica*. XII Encontro Regional de História ANPUH: Usos do Passado, 2006.

REIS, Angela de Castro. *Cinira Polonio, a divette carioca: estudo da imagem pública e do trabalho de uma atriz no teatro brasileiro da virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Histórias de personagens femininas literárias na arte brasileira: os casos de Heloíse, Francesca, Desdêmona e Virgínia

Vitoria Amadio de Oliveira¹⁶⁰

Resumo: Trataremos sobre a relação entre as artes visuais e a literatura no Brasil durante o final do século XIX e início do século XX, especificamente através da ótica de quatro personagens femininas literárias comumente representadas por artistas desse período. Para tanto, abordaremos as imagens de Heloíse d'Argenteuil, Francesca da Rimini, Desdêmona e Virgínia, mulheres conhecidas em decorrência de suas origens literárias. Recuperaremos a maneira que tais personagens foram pintadas pelos artistas brasileiros Pedro Américo, Aurélio de Figueiredo, Rodolpho Amoêdo e Antônio Parreiras, partindo de análises comparativas com outras imagens propostas por pintores internacionais e do contexto artístico brasileiro.

Palavras-chave: Arte brasileira; Século XIX; Literatura

Abstract: We will discuss the relationship between visual arts and literature in Brazil during the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, specifically through the perspective of four female literary characters that were commonly represented by artists during that time. To do that, we will discuss Heloíse d'Argenteuil, Francesca da Rimini, Desdêmona, and Virgínia's images, women known for their literary origins. We intend to explore the way those characters were portrayed by the Brazilian artists Pedro Américo, Aurélio de Figueiredo, Rodolpho Amoêdo, and Antônio Parreiras, starting from comparative analyses with other artworks by international painters and the Brazilian artistic context.

¹⁶⁰ Mestranda do Programa de Pós-graduação de História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, cuja pesquisa, orientada pela Profa. Dra. Elaine Dias, é intitulada *Romances em pinturas: representações de personagens femininas literárias no Brasil (1880-1920)* e recebe o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2020/13472-1.

Keywords: Brazilian art; 19th century; Literature

Este trabalho objetiva evidenciar como a produção artística brasileira do entresséculos XIX e XX traçou relações com a literatura estrangeira a partir de exemplos de pinturas do período. Interessa-nos explorar de que maneira os pintores utilizaram de escritos literários como inspirações, comparando as duas instâncias e explorando suas semelhanças e diferenças. Proporemos algumas hipóteses sobre as escolhas dos artistas a partir de análises de passagens que consideramos essenciais para as interpretações das obras. Para tanto, utilizaremos quatro obras como exemplos, sendo elas: *O voto de Heloíse* (1880) de Pedro Américo, *Francesca da Rimini* (1883) de Aurélio de Figueiredo, *Desdêmona* (1892) de Rodolpho Amoêdo e *Virgínia* (1905) de Antônio Parreiras.

A relação entre literatura e pintura no período era estreita e, embora foquemos no âmbito brasileiro, é importante ratificarmos como muitos desses elementos vieram do modelo francês, uma esfera importante de circulação de artistas, difusão de referências e por vezes até de origem das histórias. Sobre esse aspecto, citamos Celina M. Moreira de Mello, que apresenta em seu livro *A Literatura francesa e a pintura - ensaios críticos* como isso ocorre nesse cenário e faz apontamentos relevantes sobre o contexto histórico:

Durante o período revolucionário e napoleônico, o Instituto, sucedâneo da Academia, se vê obrigado a incorporar os novos valores políticos, morais e estéticos que haviam prevalecido, sem contestação, no período que vai de 1792 a 1794. Uma certa hierarquia que dominara, durante séculos, as relações entre o literário e o pictórico estava rompida. Desmontam-se as poéticas clássicas nos embates para impor novos gêneros. Abre-se uma nova cena, para um novo personagem, o do artista romântico. (MELLO, 2004: 18)

Se a autora aponta para a vinda do próprio artista como um “novo personagem”, nosso trabalho deseja elucidar uma faceta do que tal personagem escolhe pintar. Esse entendimento do artista está integrado com o universo literário, que foi amplamente explorado por brasileiros. Para analisar tal contexto, retomaremos quatro exemplos que deixam essa relação muito evidente e que estão relacionados com o gosto (dos artistas, dos espectadores e da crítica) mais do que com o âmbito nacional ou político.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

A partir das análises dos quadros e das passagens que eles possivelmente referenciam, trataremos brevemente da iconografia estabelecida previamente dessas personagens, das popularidades das temáticas no período, de considerações sobre aspectos biográficos dos artistas que são pertinentes às criações e, por fim, de um estudo mais aprofundado sobre os elementos presentes nas obras.

1. Heloíse

A obra *O voto de Heloíse* (figura 1) (1880) de Pedro Américo apresenta uma mulher trajando um hábito branco com uma cruz vermelha no peito, segurando um turbíbulo do qual sai uma fumaça à sua esquerda que revela duas visões: na parte inferior, a de uma mulher lendo e, na parte superior, a de um casal nu se abraçando. À direita da mulher, vemos um altar com um crucifixo, duas velas com castiçais, um livro aberto com notas musicais que se trata de um antifonário, um vaso de flores e um tecido rendado em que pode ser lida a assinatura do artista: Pedro Américo 1880 Florença.



Figura 1 – O voto de Heloíse, 1880, Pedro Américo. Óleo sobre tela, 140 x 150 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MNBA_Pedro_Am%C3%A9rico_O_Voto_de_Helo%C3%ADsa.jpg.

A pintura foi feita durante um período em que o pintor estava morando em Florença. Em 1880, Américo já era um artista consolidado no Brasil e inseria-se também na esfera internacional. Como demonstra o historiador da arte Fabriccio Miguel Novelli Duro em sua dissertação intitulada *Pedro Américo e a Exposição Geral de 1884: Pintura Histórica Religiosa e Orientalismo*, a obra circulou por três grandes exposições do período, sendo elas a Esposizioni di Belle Arti in Roma, o Salon de Paris e a Exposição Geral de Belas Artes no Rio de Janeiro. Além disso, Novelli Duro localizou uma gravura feita da obra em Paris, o que contribui ainda mais para a noção de que Heloíse circulou por meios diversos e obteve reconhecimento.

O quadro é uma referência a uma mulher que viveu na França durante o século XII. Ela morava na catedral de Notre-Dame com seu tio quando conheceu Pierre Abélard, que foi morar lá para ser seu professor. Eles se apaixonaram, casaram às escondidas e até mesmo tiveram um filho, mas o relacionamento era mal visto em virtude da carreira religiosa de Abélard. O tio de Heloíse, insatisfeito com a situação, mandou que o castrassem. Depois disso, os dois amantes entraram para a vida monástica e Heloíse tornou-se abadessa de Argenteuil. Enquanto estavam separados, eles trocaram uma série de cartas, que os deixaram conhecidos na posterioridade.

No quadro de Américo, vemos Heloíse como uma abadessa, cuidando de seus afazeres religiosos. Entretanto, seu olhar volta-se para o que parece ser uma lembrança de seu passado com Abélard. Durante todo o século XIX, existe um *revival* de histórias de amor com fins trágicos nas artes plásticas, e o caso de Heloíse é um exemplo ideal desse tipo de gosto. Verificaremos agora o trecho específico da correspondência, escrita por Heloíse para Abélard, que possivelmente inspirou Américo a realizar sua obra:

Aqueles prazeres de amantes que nós aproveitamos juntos foram tão doces para mim que eu não sou capaz de condená-los; nem sou capaz de bani-los da minha mente. Onde quer que eu me vá, eles aparecem diante de meus olhos para incitar meus desejos. Mesmo quando estou adormecida, as ilusões deles me atormentam. Nos momentos mais solenes da própria Missa, quando a oração deveria ser especialmente pura, as impurezas das fantasias daqueles prazeres obcecaram minha alma de forma que eu fico mais preocupada com esses atos do que com as minhas orações. Quando eu deveria estar lamentando o que eu fiz, invés disso anseio por aquilo que eu perdi. Não apenas aquilo que nós fizemos juntos, mas os momentos e lugares variados em que nos amamos estão

tão intercalados com você e tão vividamente impressos com sua imagem em minha mente, que em meus pensamentos eu faço tudo novamente, até mesmo o sono não me liberta de tais ilusões.¹⁶¹ (HELOÍSE apud MCLAUGHLIN; WHEELER, 2009: 67)

O trecho escrito pela abadessa demonstra como as memórias com Abélard dominavam seus pensamentos durante suas obrigações religiosas, uma representação adequada ao que o brasileiro pinta em 1880. Américo insere Heloíse entre dois espaços opostos: o do desejo e do dever; do sagrado e do profano; do sonho e da realidade. O corpo da mulher aparece torcido, demonstrando como ela está dividida entre eles. A composição traduz a carta da abadessa, mas também é representativa de suas escolhas de vida de maneira geral e de como elas foram interpretadas pelos contemporâneos ao artista. É possível que as intenções de Pedro Américo estivessem relacionadas com outras obras anteriores representando a abadessa, já que elas também colaboraram para a construção de uma imagem que ratificava Heloíse como uma heroína romântica. Obras como as de Jean Vignaud e Marie Phillippe Coupin de la Couperie mostravam Heloíse e Abélard juntos sendo observados pelo tio da mulher. Cita-se, ainda, pinturas em que Heloíse recebeu protagonismo, como algumas da série feita pela pintora inglesa Angelika Kauffman, a obra de Jean-Baptiste Greuze e a pintura de Raymond Monvoisin.

É importante ressaltar como a pintura de Pedro Américo é uma interpretação original sobre a obra, principalmente quando comparada com pinturas anteriores¹⁶². A composição (em especial o recurso narrativo da fumaça) foi utilizada para trazer conotações mais modernas e relevantes para a história, mas ao mesmo tempo o artista se relaciona com a tradição anterior de representações. Em 1880, ano de criação da obra, Américo já tinha prestígio, o tema e a competência do trabalho do artista também

¹⁶¹ Esta e as demais traduções são de nossa autoria. No original: Those delights of lovers that we enjoyed together were so sweet to me that I cannot condemn them; nor can I really banish them from my mind. Wherever I turn, they appear before my eyes to arouse my desires. Even when I am asleep, their illusions plague me. In the most solemn moments of the Mass itself, when prayer should be especially pure, the impure fantasies of those pleasures so obsess my wretched soul that I am more concerned with these base acts than with my prayers. When I should be lamenting what I have done, I long instead for what I have lost. Not only what we did together, but the various times and places of our love-making are so entwined with you and so vividly impressed with your image in my mind, that in my thoughts I do everything again with you, and even sleep brings no release from these illusions.

¹⁶²³ Ressalta-se que existe, além das pinturas à óleo, um rico universo de esculturas e gravuras sobre o tema, que não poderá ser devidamente contemplado neste texto. O mesmo vale para as personagens seguintes. Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

possibilitaram que sua Heloíse circulasse em países diferentes. Por esses motivos, assim como pelo fato de a obra estar perfeitamente ancorada em sua inspiração literária, as inovações compositivas se sustentaram para público e crítica.

2. Francesca

Tratemos sobre uma pintura feita pelo irmão de Pedro Américo, o pintor Aurélio de Figueiredo, intitulada *Francesca da Rimini* (1883) (figura 2). Ele escolheu representar Francesca em sua obra de estreia, que também foi uma personagem do período medieval. Ela era uma mulher de origem nobre moradora de uma região italiana, que se casou com um homem por uma aliança política, mas se apaixonou pelo irmão dele, chamado Paolo. Quando o marido descobre sobre o romance, ele mata ambos. A história de Francesca foi contada pela primeira vez por Dante Alighieri numa passagem da *Divina Comédia*, mas no século XIX ela foi inspiração para diversos outros artistas, incluindo o italiano Silvio Pellico, que criou uma tragédia com o nome da protagonista, contando sua história com maior detalhamento. Aurélio de Figueiredo se inspirou nessa tragédia de Pellico, na qual ele descreve o momento em que Paolo viu Francesca pela primeira vez e se apaixonou. A obra conta com um castelo e vestes medievalistas para criar a narrativa do encontro dos dois personagens



Figura 2 – Francesca da Rimini, 1883, Francisco Aurélio de Figueiredo e Mello. Óleo sobre tela, 271,7 x 205,7 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Figueiredo-rimini-MNBA.jpg>.

O momento que Figueiredo retrata é narrado, na peça, por Paolo e trata-se de uma invenção de Pellico, já que é um detalhe que não foi citado por Dante. A seguir, verifiquemos a passagem que possivelmente inspirou o pintor:

No dia em que em cheguei a Ravenna, / Enviado por meu pai, então eu a vi
atravessar / Uma corte com um cortejo fúnebre de / Senhoras tristes, e seu passo
diante de mim / Uma sepultura recém-construída e lá devotas / Prostrava-te e
levantava tuas mãos / Aos céus com silenciosas porém devastadas lágrimas. E /
Quem é ela? Eu perguntei para alguém lá. / A filha, ele respondeu, de Guido. –
E aquela / Sepultura? – É o sepulcro da mãe dela. / – Que mundo de piedade eu
senti em meu coração / Por aquela filha aflita! / Quão confuso eu senti o bater
de meu coração! / Ó Francesca, embora / Tu estavas velada; naquele dia não vi
teus olhos, / Mas desde aquele dia eu te amei.¹⁶³ (PELLICO, 1905: 50)

Quando Figueiredo expõe essa obra na Exposição Geral de 1884 da Academia Imperial de Belas Artes, ela é sua grande estreia, que serviria para estabelecer sua carreira como pintor. Trata-se, afinal, de sua primeira grande pintura de história, aquela que deveria lhe libertar da sombra do sucesso de seu irmão. Como era esperado, *Francesca da Rimini* sofreu diversas críticas, principalmente porque era muito mais comum que pintores utilizassem Dante ao invés de Pellico como inspiração. Além disso, críticos da época questionaram como Paolo seria capaz de se apaixonar por uma mulher de costas.

¹⁶³ No original: The day that at Ravenna I arrived,/ My father's Envoy, then I saw thee cross/ A court with a funereal cortege of/ Sad ladies, and arrest thy step before/ A new-built sepulchre and there devoutly/ Prostrate thyself and raise thy clasped hands/ To heaven with silent but heart-broken tears. And/ Who is she? I said to some one there./ The daughter he replied, of Guido. —And/ That sepulchre? —Her mother's sepulchre, — What worlds of pity in my heart I felt/ For that afflicted daughter !/ How confused I felt my heart beat ! O Francesca, thou/ Wast veiled ; thine eyes I did not see that day,/ But from that day I loved thee.

Uma dessas críticas, feita por Fantasio no periódico *Le Mésseger du Brésil*, levou o pintor a se defender publicamente com uma nota no jornal *Gazeta de Notícias*:

Para mim a arte, sem ter a missão directa de – moralisar, deve ter, não obstunto, nas suas observações estheticas um cunho altamente moralizador. E a historia, que é a grande fonte reveladora dos talentos superiores, deve nobilita-los – inspirando-nos nos seus estupendos exemplos do heroismo, de amor, de abnegação, de piedade..., e não avilta-los – transviando-os pela horrorosa senda dos seus crimes e vícios ! Porque assim penso, é que não preferi ao episodio que pintei (...) Não discutirei a excellencia da tragedia de Silvio Pellico; d’ella tirei apenas a situação que mais me convinha para fazer da minha heroína – uma virgem isenta de toda culpa. (FIGUEIREDO, 1884: 2)

A partir do próprio pintor, podemos compreender porque ele optou por esse momento específico da história. Ele quis passar ideais moralizantes, construir a narrativa de Francesca como uma mulher inocente, ajoelhada como se já pedisse perdão por pecados que ainda nem cometera. Essa construção da imagem de Francesca foi possível através da peça de Pellico porque o autor faz algo semelhante, desprendendo totalmente a personagem de seu fim eterno que a condena como pecadora para evidenciar sua personalidade, sua agência e seus sentimentos, tornando-a assim mais inocente aos olhos do público. Apesar disso, ratificamos que a inspiração “original” sobre Francesca (ou seja, os escritos de Dante) também tendem a remover a culpa da mulher, já que o protagonista desmaia após ouvir sua história, como uma forma de piedade pelo seu destino. Em suma, Aurélio de Figueiredo atualiza a narrativa em sua composição, garantindo uma interpretação ainda mais enfática para a personagem.

3. Desdêmona

O terceiro quadro analisado que representa uma personagem literária será *Desdêmona* ou *Desdêmona adormecida* (figura 3) de Rodolpho Amoêdo datado de 1892. O pintor cria uma versão da popular personagem da peça *Otelo*, que aparece dormindo em uma cama com cortinas esverdeadas. Desdêmona tem cabelos ruivos e aparece mordendo seu lábio, como se estivesse sonhando, com parte do peito descoberto por sua

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

chemise. Na tragédia na qual Amoêdo se inspira, ela é uma mulher veneziana que se casa com Otelo, um homem de origem moura. Iago, o antagonista da peça, convence Otelo que sua esposa estaria lhe traindo. Otelo fica tão consumido pelos ciúmes que a assassina e depois, ao descobrir seu erro, suicida-se.



Figura 3 – Desdêmona, 1892, Rodolfo Amoêdo. Óleo sobre tela, 97 x 130.5 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. Fonte: <<https://www.wikiart.org/en/rodolfo-amoedo/desdemona-1892>>.

A inspiração para o quadro do artista brasileiro pode ter sido uma das inúmeras encenações da tragédia no período, em peças ou óperas como a do compositor de Giuseppe Verdi – sendo que uma destas estava sendo apresentada em 1891 no Casino municipal de Nice, ou seja, numa data próxima a realização da pintura e em que o artista estava morando em Paris¹⁶⁴. É possível que o momento retratado por Amoêdo seja durante o monólogo de Otelo ao observar sua esposa dormir:

¹⁶⁴ Uma reprodução do cartaz da ópera está no site da Bibliothèque nationale de France e está disponível em <<https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb42344504t>>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Esta é a causa, esta é toda a causa minha alma. / Eu não a revelarei a vós, vós puras estrelas! / Esta é a causa. Não derramarei o seu sangue. / Não golpearei a pele alva, alva como a neve, / Tão suave como um monumental alabastro. / Sim, tem que morrer, senão ela trairá outros homens. / E eu apago essa luz, e então, eu apago essa luz. / Se eu vos sufocar, oh, presbítera estrelante, / Posso a vossa luz novamente restaurar, / Se eu me arrepender. Mas, se tua luz já feneceu, / Modelo exemplar da excelente natureza, / Não sei onde achará toque de prometeu que / Possa avivar-te a beleza. Se eu arranco a rosa, / Não posso insuflar-lhe o vigor mais uma vez, / Ela irá secar. Oh, frescor ainda no galho. /Beija-a. /Hálito de bálsamo, que quase convence /A justiça a esquecer da honra! Mais um. /Fiques assim após a morte, é o que te darei, /Pra te amar ainda depois. Mais um, e o final. /Tão doce e tão mortal. Chorar, que mais me resta? /Mas são lágrimas cruéis, vindas de uma dor /Celeste, que abate o ser que ama. Ela desperta.

(SHAKESPEARE, apud TAVARES, 2007, p. 274)

A partir desse trecho, interpretamos que o artista pintou a personagem a partir dos olhos de Otelo, já que na peça ela é inocente e na pintura ela ganha uma aura maliciosa. A forma com que Amoêdo representou Desdêmona pode demonstrar o olhar de Otelo sob ela melhor do que sua própria personalidade – que é na realidade carinhosa, submissa e ingênua. Recursos como o degrau que sugere que ela está em uma superfície acima da do observador, o jogo de luzes que pode demonstrar uma porta se abrindo e a posição da personagem que deixa seu seio amostra são alguns dos elementos que colaboram com tal hipótese. Além disso, convencionou-se representar Desdêmona dormindo com Otelo a observando, pois quando ela é representada sozinha normalmente a personagem está sorrindo, viva e acordada, numa ênfase de sua isenção de culpa.

É interessante notarmos que ao fazer isso Amoêdo insere, juntamente com sua própria interpretação, uma nova camada na pintura. A escolha é tão importante que altera até mesmo o cabelo de Desdêmona, mais comumente representado em tons de castanho ou loiro¹⁶⁵, mas que aparece com uma coloração vermelha viva, dialogando com essa nova faceta sedutora atribuída à ela.

¹⁶⁵ Ver, por exemplo, as obras: *Othello and Desdêmona* (1829) de Alexandre-Marie Colin, *Desdémone* (1888) de Sir Frederic Leighton e *Desdémone* (1875) de Gustave Moreau.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Em termos técnicos, *Desdêmona* é uma pintura ousada, já que ela demonstra inovações relacionadas às cores vivas e brilhantes, assim como uma representação da luz muito moderna. Considerando como a personagem, assim como as anteriores, faz parte originalmente de um universo anterior, elementos como esses foram capazes de evidenciar aspectos novos para a interpretação dela. Outros artistas do período que a pintaram, ou pintaram outras personagens shakespearianas, também garantiram esse tipo de inovação que as tornava muito relevantes para o meio e capazes de tratar sobre questões valorizadas naquele contexto, como questões ligadas ao feminino, à morte romântica e ao universo matrimonial.

Em 1892, Rodolpho Amoêdo estava em Paris a trabalho, pois sua bolsa de estudos que ganhara em decorrência do Prêmio de Viagem já acabara. De acordo com uma entrevista que o artista concedeu para Tapajós Gomes em um suplemento do *Correio da Manhã* de 23 de julho de 1939, intitulada “Rodolpho Amoêdo, mestres do nosso Museu”, sabemos que *Desdêmona* estava sendo pintada no ateliê do artista em Paris quando ele recebeu uma carta de Rodolpho Bernadelli convocando-o para ser professor da Escola Nacional de Belas Artes. Portanto, a obra paira entre os aprendizados de aluno e a consolidação como professor, assim como entre o universo artístico brasileiro e o francês. Sem dúvidas, esse trânsito possibilitou suas inovações compositivas.

4. Virgínia

Por fim, trataremos sobre Virgínia. O quadro *A morte de Virgínia* (figura 4) é de Antônio Parreiras e foi pintado em 1905. A tela foi baseada no romance *Paulo e Virgínia* do escritor francês Bernadin de Saint-Pierre, inicialmente publicado em 1788. A história do livro é a de duas crianças, nomeadas no título, que crescem juntas em uma ilha. Quando a mãe de Virgínia começa a perceber que eles podem estar desenvolvendo uma atração amorosa, ela envia sua filha para a França. O casal é separado e anos mais tarde, quando Virgínia consegue retornar à ilha, seu navio naufraga. A personagem tem duas opções: tirar sua roupa e se salvar ou afundar com o peso de suas vestes. Virgínia opta pela morte. Seu corpo é trazido pela maré e a visão do cadáver da jovem é o que Parreiras escolhe retratar.



Figura 4 – A morte de Virgínia, 1905, Antônio Parreiras. Óleo sobre tela, 220 x 150 cm.

Museu do Estado do Pará, Belém. Fonte:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Morte_de_Virg%C3%ADnia.JPG>.

O livro, apesar de ter sido uma criação do século XVIII, mantém-se atual no período por tratar de temas em voga, principalmente a cena escolhida por Parreiras que retoma a iconografia da famosa Moema de Meirelles. A personagem se concretiza como um exemplo de virtude, além de representar a temática do suicídio, que havia sido explorada em diversos trabalhos artísticos nos anos anteriores. O trecho do livro que provavelmente inspirou Parreiras foi:

Nós descemos até ele e um dos primeiros objetos que me chamou atenção na praia foi o cadáver de Virgínia. O corpo estava parcialmente coberto com areia, e preservava a atitude em que nós a tínhamos visto perecer. Seus traços não haviam mudado consideravelmente, seus olhos estavam fechados, e seu semblante permanecia sereno; mas os tons pálidos do roxo da morte estavam

misturados em sua face com o rubor da modéstia virgem.¹⁶⁶ (BERNADIN DE SAINT-PIERRE, 2006)

Em relação à representação do livro por outros artistas, as escolhas mais comuns são aquelas que mostram o casal junto, sendo uma das mais famosas a pintura *Paul and Virginia* (1842) de Henri Frédéric Schopin. Não é difícil, inclusive, que o casal seja representado enquanto ainda eram crianças. O protagonismo feminino, entretanto, pode ser visto em algumas obras, em especial gravuras.

Parreiras é um conhecido paisagista. A cena da morte de Virgínia foi uma oportunidade

ideal para que ele unisse seu gosto por paisagens com um episódio de um romance. A inserção do corpo morto sozinho na praia também contribui para enfatizar a melancolia da cena, fazendo com que o observador sinta mais pena do suicídio dela. A incursão entre paisagem e figura humana foi comentada pelo crítico da época Gonzaga Duque:

Entende-se, pelo título, ser assumpto apropriado aos figuristas; mas Parreiras o reteve, substituindo a dominante beleza da figura pela grandeza do cenário. É uma maneira de compreender, cuja liberdade não está restringida por nenhum código nem sopitada por nenhuma ditadura. (...) É isolado e vasto o cenário; e, confessemos, a figurinha, apesar de sua importância secundária, ali fica mais triste e malaventurada, como um fragmento do nada humano perdido na imensidade da Natureza bravia. (DUQUE, 1905:11)

O que Parreiras faz, como observado por Gonzaga Duque, é uma utilização da temática para explorar a paisagem. O corpo passa, portanto, a ter uma importância equiparada, ou menor como sugere o crítico, ao cenário que se alonga em grãos de areia, ondas do mar e nuvens nubladas. Nesse caso, o artista também se torna capaz de um tipo de transgressão, pois volta a relevância da obra para questões que não necessariamente estão colocadas com importância no romance. Como mencionamos, o resultado é uma

¹⁶⁶ No original: We descended towards it and one of the first objects that struck my sight upon the beach was the corpse of Virginia. The body was half covered with sand, and preserved the attitude in which we had seen her perish. Her features were not sensibly changed, her eyes were closed, and her countenance was still serene; but the pale purple hues of death were blended on her cheek with the blush of virgin modesty.

ênfase no ato, mas também uma nova interpretação que prioriza o triunfo da natureza diante da insignificância do corpo humano. A temática não deixa de ser romântica, mesmo que a Virgínia de Parreiras não esteja tão idealizada quando comparada à outras heroínas mortas, que têm ênfase em um corpo belo por vezes seminu e em feições delicadas. Mesmo assim, podemos ver que Virgínia se relaciona com essa tradição anterior, afinal, seu cadáver está com uma mão no peito e outra ao lado do corpo, como se dormisse, de maneira parecida com o que descreve o escritor.

5. Considerações finais

Nesse panorama breve de pinturas baseadas em literatura, pudemos observar diferentes maneiras que essa prática era incorporada no trabalho de artistas brasileiros. Utilizamo-nos de exemplos que evidenciam algumas tendências do período, relacionadas às mensagens que as personagens femininas passavam, com caráter moralizante, virtuoso ou sedutor. As personagens se desprendiam muitas vezes do confinamento dos escritos literários quando eram representadas e ficou a critério dos pintores o quão fiéis eles seriam aos seus materiais de origem.

Foi possível evidenciarmos através da comparação das obras com outras pinturas do período, assim como com os livros que as originaram, como os artistas brasileiros inseriram suas próprias interpretações na representação dessas personagens. Embora elas se tratem de mulheres que vieram de contextos anteriores, suas imagens são constituídas como as de heroínas modernas, já que elas ganham mais agência ao tomarem os protagonismos e ganham novas nuances através de detalhes, como a visão na fumaça do turbilho de Heloíse, a posição de Francesca, a coloração do cabelo de Desdêmona e o cenário de Virgínia.

Em suma, ressaltamos a importância de análises como essas para explorarmos uma faceta diferente da historiografia da arte brasileira, já que tratamos de obras conhecidas, mas cuja relação com a literatura ainda precisa ser melhor explorada. Ressaltamos, ainda, a astúcia dos pintores e suas criatividade por proporem figuras tão originais mesmo partindo de um objeto de origem já consolidado.

Referências

MELLO, Celina M. Moreira de. *A Literatura francesa e a pintura - ensaios críticos*. Rio de Janeiro: 7 Letras; Faculdade de Letras / UFRJ, 2004.

NOVELLI DURO, Fabriccio Miguel. Pedro Américo e a Exposição Geral de 1884: Pintura Histórica Religiosa e Orientalismo. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História da Arte, Guarulhos, 2018.

PEREIRA, Sonia Gomes. A sincronia entre valores tradicionais e modernos na Academia Imperial de Belas Artes: os envios de Rodolfo Amoedo. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 85-94, jan.-jun. 2010

Fontes

BERNADIN DE SAINT-PIERRE, Jacques Henri. *Paul and Virginia*. Digitalização por Project Gutenberg, 2006.

DUQUE, Gonzaga. *Antonio Parreiras em sua exposição de 1905*. Contribuição de Arthur Valle e Camila Dazzi. Transcrição do texto “A Exposição do Mez”, publicado na revista *Kosmos*, n.4, abril de 1905, pp.10-14. Disponível em <http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/gd_parreiras.htm>. Acesso em 23 de dezembro de 2021.

FIGUEIREDO, Aurélio. Francesca di Rimini. In: *Gazeta de notícias*, Rio de Janeiro, 5 de março de 1884, seção de avisos, edição 65.

GOMES, Tapajós. Rodolpho Amoêdo, mestres do nosso Museu. *Correio da Manhã*, suplemento de domingo. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1939, edição 13715, p. 4.

MCLAUGHLIN, M.; WHEELER, Bonnie (Ed.). *The letters of Heloise and Abelard: A translation of their collected correspondence and related writings*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

PELLICO, Silvio. *Francesca da Rimini*. London, Edinburgh, Glasgow, New York and Toronto: Henry Prowde, 1905.

SHAKESPEARE, William. Otelo. In: TAVARES, Enéias Farias. *Otelo – O mouro de Veneza, de Shakespeare: crítica e tradução literária*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

Teatro Moderno e Teologia da Libertação: A gente conta nossa própria História e constrói a nossa própria Libertação

Modern Theater and Liberation Theology: We tell our own History and build our own Liberation

David Bruno Narcizo¹

RESUMO: Tanto as artes quanto as religiões, trazem o imaginário e a história, oral ou escrita, de um determinado grupo, sociedade e nação. Ao olharmos para as obras dramáticas brasileiras dos anos 50/90, encontramos uma mobilização para valorizar a cultura e história do povo brasileiro. Essas obras artísticas trouxeram elementos da cultura brasileira e também, das religiões cristãs, ameríndias e de matrizes africanas. Dessa forma, a arte dramática deste contexto foi totalmente permeada pela busca de dar voz aos seres humanos que habitavam este país. No aspecto religioso, há o processo do Concílio do Vaticano II e as propostas da Teologia Latino Americana que resultaram, na Teologia da Libertação onde, o foco está na encarnação para possibilitar a libertação do sujeito, do indivíduo e de um povo. Assim, é possível afirmar que, tanto a arte dramática quanto religião cristã inspirados pela teologia da libertação, buscaram, além do diálogo e da mudança das condições de opressão do povo brasileiro, possibilitar que o próprio povo escrevesse e contasse a sua própria história durante o processo de tecer a sua própria libertação!

Palavras Chave: Teologia da Libertação; Teatro Moderno; História;

ABSTRACT: Both the Arts and Religions bring the imagination and History, be it oral or written, of a particular group, society and nation. When we look at the Brazilian dramatic works of the 50's/90's, we find a mobilization to value the culture and History of the Brazilian people. These artistic works brought elements of Brazilian culture and, also of Christian, Amerindian and African religions. In this way, the dramatic art of this context was totally permeated by the search to speak up for the human beings who inhabited this country. In the religious aspect, there is the process of the Second Vatican Council and the proposals of Latin American Theology that resulted in Liberation Theology, in which the focus is on the incarnation to enable the liberation of the subject, the individual and a people. Thus, it is possible to affirm that both the dramatic Art and the Christian religion, inspired by the Theology of liberation, sought, in addition to dialogue and the change in the conditions of oppression of the Brazilian people, to enable the people themselves to write and tell their own story during the process of creating their own liberation!

Keywords: Liberation Theology; Modern Theater; History.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Introdução

O início do século XX foi um momento muito conturbado. Hoobsbawin marca esse momento com suas grandes obras intituladas *A Era das Revoluções* e *A Era dos Extremos* e de fato, a virada das mentalidades e das relações sociais econômicas do poder que este período trouxe para a sociedade moldou o mundo contemporâneo. As artes e a religião não ficaram de fora. Quando fazemos um recorte histórico específico de 1900 a 1990, e reconhecemos que é um recorte bem grande, mas quando olhamos para a América e, focando ainda mais a lupa, no Brasil, vemos grandes movimentos populares lidando com os regimes totalitários que traziam a bandeira de estarem em luta contra o comunismo.

Como se sabe, o terreno em que a figura do indivíduo prosperou foi o período do capitalismo concorrencial, cujo apogeu se verificou na década de 1960. Dois fatos – ligados, mas não de maneira imediata – indicam que essa fase estava em dias de superação: em 1871 a Europa teve oportunidade de viver, ainda que por pouco tempo e em escala municipal, a experiência daquele espectro que a “rondada”, segundo o Manifesto de Marx e Engels, a Comuna de Paris; e em 1873 o “crack” da Bolsa na Alemanha anunciava à própria burguesia a necessidade de impor alguma disciplina à “livre manifestação do eu” no jogo dos negócios. A derrocada do proletariado parisiense não impediu o ascenso continuado de sua organização em escala internacional, tanto no plano da legalidade – na Alemanha, em 1877, o Partido Socialista Operário Alemão (unificado em 1875 em Gotha) elege doze deputados, colocando-se na vanguarda do socialismo internacional – quanto na clandestinidade: em 1870, a Federação Americana do Trabalho (AFL) já é uma realidade, ainda que “ilegal”. Esse ascenso, ao final de duas décadas, tem proporções tais que governos burgueses e a Igreja (a *Rerum Novarum* de Leão XIII é de 1891) começam a desenvolver estratégias de neutralização do ímpeto da classe operária. No plano dos negócios, a saída que a burguesia encontrou para os problemas da “livre-concorrência” foi a concentração da “livre-iniciativa” em poucas mãos (cartelização) com seu corolário, a fusão entre o capital industrial e o capital bancário a que Hilferding chamou de capital financeiro. Em 1900, o processo já se encontrava plenamente configurado e mesmo economistas atuando na perspectiva burguesa já o tinham nomeado: imperialismo. A experiência social dessas novas realidades é o conteúdo que a forma do drama já não tinha como configurar; o drama naturalista foi, em termos históricos, a primeira tentativa de dar conta desse novo conteúdo, com todas as dificuldades que a camisa de força da antiga forma impunha a dramaturgos como Zola, Hauptman, Arno Holz e outros. A necessidade de dar voz à classe operária que começava a conquistar um espaço na cena política fez que o drama começasse a narrar: o drama deu o primeiro passo em direção ao teatro épico. (COSTA, 2017: 20)

Esses acontecimentos produziram acontecimentos no Brasil como a Ditadura de 1964 a 1984 e, em resposta às manifestações populares, um regime de repressão e controle ao extremo. Nos acontecimentos presenciados na primeira grande Guerra com a postura totalitária nazista, presenciamos similaridades na postura totalitária de militares em terras brasileiras onde, com a afirmação de caça aos comunistas legitimaram o exílio de diversos cidadãos brasileiros e, também, o desaparecimento, torturas, massacres de seres humanos, mordida da possibilidade de expressão e, também, o desaparecimento de milhares de seres humanos que até hoje não temos notícias. O que de um lado era a proposta de acabar com as propostas comunistas, de outro era a proposta de poder falar

sobre a sua própria realidade. Esses dois ambientes antagônicos produziram uma zona de guerra entre totalitários e cidadãos.

Dentro de um grupo de pessoas, encontramos dois movimentos que trazem algumas similaridades. De um lado encontramos os adeptos do movimento teológico da libertação, dentre os mais conhecidos, temos Leonardo Boff, Bispo Pedro Casaldáliga, Dom Helder Câmara, entre outros cuja sua proposta era de uma prática de fé ligada aos pobres e com uma mensagem evangélica que tratasse das dificuldades e das realidades que cada cidadão brasileiro vivia, além disso, propunham, influenciados pelo concílio do Vaticano II, uma organização de culto que trouxesse a cultura das pessoas que viviam no Brasil dentro de suas várias caras, jeitos e gostos moldando uma fé popular e multifacetada.

Ao mesmo tempo, encontramos o Teatro Moderno com seu início literário a partir das obras de Oswald de Andrade, porém, a que primeiro foi ao palco brasileiro foi a obra Vestido de Noiva, encenada pelo grupo Os Comediantes e dirigida pelo ator e diretor polonês, Zibigniew Zienbinski, assim, abre-se no Brasil um caminho de pesquisa e de busca de uma nova forma de se fazer teatro, com a cara brasileira.

Encontramos assim, uma virada teológica e artística brasileira com muitas similaridades.

A construção da História

Todos os povos, desde a antiguidade, passaram pela realidade da carestia de escrita da história. A maioria das populações não sabiam ler e tampouco escrever, assim também, o custo dos utensílios para poderem registrar a história e o seletivo grupo que aprendiam essas habilidades eram muito poucos, assim, a realidade da história oral é mais frequente, porém, nesse aspecto, a possibilidade de acréscimos era muito maior.

Povos como os do Egito, Babilônia, Assíria, Síria, Pérsia, como os Gregos e Romanos, tiveram a sua história nas mãos dos grandes poderosos e, os Reis, Faraós, Imperadores, etc., com suas posses, construíram seus meios de escreverem suas próprias histórias, registrarem seus feitos e, ao mesmo tempo, apagar a história de seus povos dominados. Esse processo foi tão natural que, quando olhamos para os textos contidos na bíblia, livro sagrado dos judeus, fazendo esse processo de análise, percebemos que são textos que, dentro de um determinado momento, os governadores, reis e sacerdotes do povo, construíram seus textos e mitos para poderem controlar o povo, unificar o reino e se manterem vivos historicamente.

Obras do historiador Liverani e do arqueólogo Israel Finkelstein, nos últimos tempos, passaram a recontar a história que estava registrada nos textos sagrados, assim, realidades como a dominação davídica, as doze tribos, o reinado de Saul e o processo de recontagem da história de dominação, após o retorno do exílio babilônico, foram recontados em livros como os das Crônicas, assim, está mais que provado que, o momento histórico e a capacidade de dominação fizeram o trabalho de registro da história e a história contada passará sempre pela ideologia e desejos do dominador.

É evidente que existia (ou melhor, constituiu-se) uma tribo de Judá na zona entre Jerusalém e Hebron (Js 15). Essa tribo foi suporte tribal do reino de Davi na metade do século X, de modo que não é temerário julgar que a tribo existisse pelo menos um século antes; mas é também

plausível o processo inverso, ou seja, que a “tribo” de Judá tenha sido se auto-identificado definitivamente só depois da constituição do reino de Davi (LIVERANI, 2014: 92).

Esse processo irá passar pela Idade Média e, ainda assim, a história contada será também, a história do dominador que teria o poder de ter seus escribas para poder registrar sua própria história.

Com a invenção da imprensa e com o momento moderno, muitas mudanças irão acontecer. O processo de falta de aceitação da história contada pelos dominadores e, as atrocidades realizadas pelos seres humanos corruptos que ocuparam muitos cargos da instituição religiosa católica durante o final da Idade Média, despertaram nos movimentos do Iluminismo e Humanismo, além do processo do Renascimento, um olhar para as obras antigas e buscar uma nova forma de lidar com as relações sociais.

O movimento protestante trouxe, também em contraponto à postura dominadora da Igreja Católica, os textos em Latim e a fé que eles tinham de que os textos, de tão sagrados que eram, não poderiam ser falados em línguas inferiores, mantinham essas obras sob domínio dos líderes religiosos e construíam um poder de dominação centralizado no Papa. Com a virada moderna, as mudanças econômicas e futuramente despontariam no capitalismo e liberalismo, e a máxima levantada pelos protestantes de “sola scriptura” seguido da tradução dos textos em latim para as línguas de cara povo, trouxeram a necessidade de que as pessoas aprendessem a ler e, conseqüentemente, também a escrever.

Um outro detalhe que aconteceu é que, durante a modernidade e a Idade Média, os rituais e a palavra tinham um poder muito grande. Os documentos escritos não tinham o mesmo poder que a palavra possuía, porém, na modernidade, também influenciados pelos movimentos copistas medievais e a valorização do texto sagrado, trouxeram a mentalidade documental, assim, agora, no ocidente, a valorização do documento escrito será muito maior e, ao mesmo tempo, após todas as palavras soltas na Idade Média e o resultado em Inquisições e dominações de povos e massacres, fizeram que o documento escrito passasse a ter mais valor do que a palavra falada.

Nessa virada, encontraremos uma sociedade que buscará ler e registrar suas histórias em documentos.

No século XVIII e XIX, com a virada na abordagem histórica para uma análise documental e de que, agora, a factualidade histórica só será comprovada através de documentos, a necessidade da escrita será muito apreciada. Ao mesmo tempo, movimentos como o da Nova História, irão mudar a forma de olhar para o acontecimento. Nesse momento, o jogo vira e passa a deixar de olhar a história simplesmente para os dominadores, mas agora, passa-se a aceitar que a história política é resultante das relações sociais, políticas, econômicas e culturais que acontecem no dia a dia das pessoas comuns. Ao mesmo tempo, o historiador irá ampliar os elementos passíveis de documentação para contar a história antiga, assim, ao mesmo tempo que textos construídos pelos imperadores e dominadores terão seu valor, os objetos deixados pelas diversas sociedades também serão valorizados para a construção da narrativa histórica e também, a historiografia do homem e da mulher comum também passa a chamar muito os olhos dos historiadores.

O Brasil do XX

A sociedade brasileira, saída do regime centralizado de Getúlio e das influências nazistas e fascistas, porém, que ao mesmo tempo teve uma valorização das relações de trabalho entre trabalhadores e patrões nos anos trinta e quarenta, chega aos sessenta. Os governos populistas são instituídos e, ao mesmo tempo, com uma proposta de Social-democracia, influenciados pela queda de 1929 da Bolsa de Valores de Nova York. Assim, chegaram em 1964 com esta realidade.

Ao mesmo tempo, após a segunda grande guerra e o grande movimento de melhorias das condições de vida dos trabalhadores e claro, também após as grandes guerras e a saída dos Estados Unidos em condições de tomada imperialista na América Latina e Central, fizeram que esta potência buscasse realizar a sua dominação colonialista em toda a América. Dessa forma, influenciou a criação dos regimes totalitários dentro das américas e, no Brasil, a sistematização e implantação dos regimes totalitários e centralizados pelos militares.

A dominação comunista que nunca aconteceu foi o discurso para alimentação do ódio popular e das instituições para legitimar a centralização do poder e, em 1964, o golpe acontece, muito influenciado também por lideranças religiosas católicas.

Nesse processo, a implantação da censura é um dado muito importante para mostrar que o processo de escrita da história e da produção de mitos e organização de mentalidades deveriam passar pelas mãos do dominador, assim, realizar ações em arte e organizações sindicais, políticas e sócias, estavam fora de cogitação.

Este será o celeiro para o nascimento dos movimentos religiosos e artísticos nesse período que nas próximas letras serão tratados neste artigo!

Teologia da Libertação

A Teologia ou até, como também é conhecido, o Cristianismo de Libertação, traz em seu bojo a base bíblica da experiência do Êxodo proposto na teologia bíblica do primeiro testamento onde o povo de Israel foi liberto do processo de dominação e opressão no Egito por volta do século XII a.C. Esse fenômeno inspirou toda a teologia bíblica que unifica o povo de Israel e os Judeus na diáspora em toda a história deste povo. A Arqueologia e a História, nas pesquisas atuais, apresentam outras possibilidades para a construção desses mitos, porém, o fato é que essas narrativas, preservadas pelas diversas tradições, mantiveram vivos e unidos este povo até constituírem uma nação no ano de 1948.

Essa narrativa irá inspirar a espiritualidade cristã americana dentro das diversas opressões dos regimes totalitários e será estabelecida uma proposta de prática e vivência dessa espiritualidade num olhar a partir dos oprimidos.

A máxima proposta por esta teologia é a base do Ver, Julgar e Agir, assim, dentro de cada fenômeno de opressão, é necessário olhar e julgar qual divindade está sendo o mote principal para a opressão, assim, depois de detectado, a partir do oprimido, é necessário construir meios de libertação daquela determinada situação de opressão.

Esta realidade permitiram que organizações sociais fossem criadas para oportunizar o acesso à educação, organizações políticas foram organizadas para que a

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

sociedade pudessem assumir cargos públicos e participarem das diversas tomadas de decisões no setor público, organizações sindicais foram realizadas para que as condições de trabalho fossem melhoradas e novas possibilidades de emprego e renda fossem oportunizadas, além dessas, situações de trabalho infantil e trabalho escravo foram ambientes em que bispos e padres organizassem iniciativas de libertação das pessoas que estiveram nessas situações.

É claro que, essa realidade foi marcada com muito sangue, porém, iniciativas como a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, iniciada por Dom Helder Câmara foi um meio de organizar o diálogo entre diversos bispos para pensar a prática da ação da Igreja e principalmente, nortear e organizar iniciativas de libertação.

Dentro dos procedimentos de culto, a visão tradicional da Igreja dentro da liturgia e do procedimento de culto foi transformada pelo diálogo com as culturas dos povos, assim, a homilia em língua local e também, a musicalidade e elementos da religiosidade popular foram permeando os fenômenos de culto e tornaram a cristandade e a prática da religiosidade com cara brasileira e americana.

Nesse processo, a participação popular na vida da Igreja foi muito mais efetiva e presente e, ao mesmo tempo, a participação da Igreja na transformação da vida da comunidade e das condições de vida desses sujeitos, foi efetiva e muito presente. Dessa forma, a libertação em parceria e de braços dados com a comunidade foi sendo gradativamente construída.

O *pactum stantis et cadentes* da Teologia da Libertação é o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e os padecimentos sem conta que sofre. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. Toda opressão clama por uma libertação. Por isso, onde há opressão concreta e real que toca a pele e faz sofrer o corpo e o espírito aí tem sentido lutar pela libertação. (BOFF, 2014: 11)

Nomes como Gustavo Gutiérrez, o fundador desta teologia com seu livro publicado em 1971 que traz este mesmo nome pela espanhola Ediciones Sígueme, Leonardo Boff, que foi calado pela instituição religiosa de que fazia parte e depois, deixou a vida ministerial e se dedicou à vida acadêmica e também a publicação de diversos textos sobre espiritualidade e teologia, Juan Luis Segundo.

Teatro Moderno Brasileiro

O teatro moderno tem suas peculiaridades dentro da realidade brasileira. Em meio à ditadura militar essa linguagem do teatro brasileiro teve seu grande apogeu. Nessa realidade, artistas como Zé Renato, Plínio Marcos, Gianfrancesco Guarnieri, Zé Celso Martinêz Correa e Augusto Boal, entre muitos outros, tiveram suas vidas e vozes caçadas pelos censores da ditadura. Em um momento em que a arte da palavra buscava dizer seus versos, em coro foram obrigados a saírem do país para poderem preservar a vida. Porém, ao mesmo tempo que em que eram impedidos de falar, esses artistas se propuseram a criar uma obra dramática focada na apresentação do cidadão brasileiro e as condições de opressão.

A arte moderna no Brasil iniciou com a Semana de Arte Moderna, muito influenciada pelas revoluções filosóficas e artísticas oriundas da Rússia e da Europa. Os grandessíssimos fenômenos das revoluções mundiais provocaram as diversas revoluções artísticas também no Brasil.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Esteticamente, a revolução dramática foi iniciada na dramaturgia por Oswald de Andrade com o seu texto *O Rei da Vela* encenado por Zé Celso no Teatro Oficina cerca de vinte anos depois, porém, os Comediantes abriram em 1943 com a peça *Vestido de Noiva* o Teatro Brasileiro, mas, enquanto aparato técnico, esse grande marco se dará com o Teatro Brasileiro de Comédia.

Anteriormente a esta década, há uma peça que ocupa lugar de destaque. Trata-se de *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade. A encenação da peça pelo teatro Oficina, em 1967, revelou a atualidade da mesma, no que dizia respeito à sua virulência política e artística, discutindo questões importantes no campo: político, com a democracia liberal; ideológica, com a ruptura com o catolicismo; moral, com a família nos moldes tradicionais, etc. e também, estética, mediante a ruptura com o próprio modernismo, com a concepção da arte politicamente engajada. De acordo com Magald (1999), em ocasião da montagem de *O Rei da Vela*, pelo Oficina de São Paulo em 1967, Procópio Ferreira justificou não ter montado o texto na década de 30. É que, segundo ele, na época a censura impedia que se pronunciasse no palco a palavra amante: por isso não coube a Oswald de Andrade a primazia da criação do teatro brasileiro moderno, título ostentado por Nelson Rodrigues. No que se refere à salvação pelo popular, Prado (1993) já destacava o caso de autores como Nelson Rodrigues, com a incorporação à sua dramaturgia de bicheiros, cartomante, jogadores de futebol, etc.; Dias Gomes e Jorge Andrade, com o messianismo ingênuo e cruel das populações rurais marginalizadas; Gianfrancesco Guarnieri, com o ítalo-brasileiro, o operário; Augusto Boal, com o homem simples massacrado pela cidade; e outros nomes como Ariano Suassuna, com o cangaceiro, os heróis folclóricos (SANTOS, 2012: 27).

Em 1950 teremos o processo de profissionalização da arte brasileiro e um processo de tomar uma própria cara, um próprio jeito de se fazer teatro. Até então, a proposta desta arte em terras brasileiras era sempre de imitar o teatro europeu e norte-americano. Assim, os artistas traziam um jeito europeizado de falar, porém, com o TBC, passamos a organizar de uma forma de atuação técnica com a nossa própria cara.

(...) a história do teatro profissional em São Paulo é curta: tem oito anos de idade, precisamente a idade do TBC. Compreender o TBC é, portanto, compreender, de certo modo, o próprio teatro paulista: foi à sombra dele que crescemos e nos formamos todos, atores, críticos ou espectadores. Deve-se à sua influência, não contrabalançada, a não ser recentemente por outras de igual peso – como a do Teatro Maria dela Costa – a relativa homogeneidade do meio teatral paulista, bem maior, acreditamos, do que a de qualquer outra no Brasil. (BASBAUM, 2009:18)

Do TBC de Franco Zampari, sairão artistas como Zé Renato de Pécora, que criará o Teatro de Arena (1953), um jeito de fazer teatro que quebrava com a quarta parede do teatro Italiano e, numa arena, o ator teria que estar ligado o tempo todo pois, em nenhum momento ele deixava de atuar.

Depois do Arena, nascerá o Teatro Oficina (1958) que fará um teatro com diálogo constante com a cultura e religiosidade brasileira. Nesta proposta, Zé Celso Martinêz Correa, nascido em Araraquara, interior de São Paulo, mas aluno do Curso de Direito da Universidade do Largo São Francisco, trará para a cena a vida do homem e da mulher brasileira além da sua corporalidade, espiritualidade popular e em diálogo com o teatro Grego, provocará uma estética própria.

Além desses, enquanto grande figura, haverá também Augusto Boal que fará parte tanto do Arena quanto do Oficina onde produzirá espetáculos e trará uma proposta do Seminário de Dramaturgia, onde muitos dramaturgos nascerão trazendo para a cena,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

diversos textos que apresentarão a realidade dramatúrgica do povo brasileiro. Boal também construirá no Brasil e no Exílio, a Estética do Oprimido onde sua proposta com o Teatro Jornal, Teatro do Oprimido, Arco Íris do Desejo e Teatro Fórum, proporá que através do teatro, o ser humano brasileiro toma consciência da sua situação de opressão e constrói sua própria libertação. Assim, essa proposta irá viajar o mundo todo e nascerão diversos Centro de Teatro do Oprimido em todos os continentes. Na Índia, mulheres em situações de grande opressão masculina irão fazer esse teatro, na África, com o alto número de infectados pela Aids, mulheres e homens terão no teatro do oprimido a possibilidade de pensar a sua própria condição e iniciar o diálogo libertador, no Brasil, a juventude negra e periférica terá no teatro do oprimido a possibilidade de consciência de sua situação de opressão e buscar a sua liberdade.

O Teatro Moderno foi um grande meio onde, em meio à ditadura e opressão do regime totalitário brasileiro, as condições de opressão foram pensadas e repensadas, além disso, o ser humano das terras tupiniquins, foram representados nas diversas obras. A religião de matrizes africanas num momento onde a Igreja Católica e a Medicina pressionavam as práticas ameríndias de religiosidade, foram colocados em cena com obras como O Pagador de Promessas de Dias Gomes e, a realidade de aceitação da moeda, mas recusa do ser humano foi representada nesta obra apresentada pelo TBC no ano de 1960 e em 1962, o filme com o mesmo nome conquistou o Festival de Cannes.

Peças com a de Plínio Marcos, Quando as Máquinas Param trazem o ser humano brasileiro numa família onde, Zè, sem trabalho e vivendo a opressão dos que se valem da situação de miséria e deficiência de renda para ganharem em cima, descobre que será pai de um filho em processo de gestação em sua esposa, Nina e, não aguentando a pressão de que terá que sustentar uma família sem trabalho, provoca um aborto com um soco na barriga de sua esposa. Nessa obra, o desemprego e as condições de miséria provocadas pelo capitalismo, fazem que os níveis de problemas psicológicos e de violência acometam também os cidadãos de bem que, com oportunidade, jamais passariam por essa realidade. Além dessa, peças como O Anão do Caralho Grande, Barrela, Navalha na Carne e Dois Perdidos Numa Noite Suja mostram as condições de miséria do povo brasileiro e as diversas formas que literalmente “se viram” para conquistarem melhores condições de vida.

Já o Teatro Oficina, com obras como Vento Forte para Papagaio Subir, Gracias Señor e Bacantes, Zé traz as condições do artista brasileiro e também, a corporalidade e musicalidade brasileira, assim, numa estética própria, mostra a corporalidade, espiritualidade e musicalidade brasileira e do cidadão brasileiro.

Construindo Libertação

A Libertação no Cristianismo da Libertação se dá no processo da encarnação do indivíduo na situação de miséria do sujeito que vive a opressão, inspirado pelo fenômeno Cristo, pessoas comuns de carne e osso, entram na vida de miséria de pessoas comuns e constrói possibilidades de mudanças. Assim também é o Teatro Moderno que, no Palco ou em mobilizações ligadas ao Movimento Sem Terra, Partidos Políticos e diversas Iniciativas Populares, atores, dramaturgos, diretores, artistas, entram na situação

de miséria e retratam em cena, a realidade do povo e da gente que sofre na expectativa de criar condições melhores de vida para cidadãos comuns.

Obras como as de Boal onde coloca em cena a faxineira, o pedreiro, o pobre, e as diversas pessoas vendo suas próprias condições e sendo aplaudidos, trazem a vontade de viver e a garra por batalhar ainda mais por melhores condições de vida.

Iniciativas como as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base onde numa proposta pastoral, pessoas são organizadas coletivamente para pensar a condição da mulher, das famílias, da criança e das políticas públicas, fazem que uma prática religiosa da porta para fora, construam melhores condições de vida para as diversas pessoas humildes.

Nessa proposta, vemos tanto o Teatro quanto a Religião promovendo uma possibilidade de Libertação.

E Hoje?

Na atualidade, influenciados diretamente ou não por essa realidade, vemos as iniciativas de Frei David e do projeto Da Pedra pra Rocha. Frei David com a iniciativa chamada Educafro, consegue abrir a possibilidade de acesso à formação superior a jovens negros e pobres a partir do Cursinho Pré-vestibular; assim cidadãos de baixa renda alcançam a formação superior e têm melhores oportunidades de acesso. Além disso, a iniciativa Da Pedra para Rocha da Igreja Bola de Neve, entra na Cracolândia e permite que haja um meio de resgate de dependentes e pessoas em situação de pobreza e rua dentro de condições desumanas, assim, numa realidade de entrar na realidade de sofrimento, constroem a possibilidade de libertação.

O Teatro e as artes trazem em seus diversos históricos a transformação de vida de pessoas que através do contato com o teatro e com a arte de grupo, alcançaram condições de vida econômica, psicológica e social muito melhores assim, puderam construir sua própria história a partir da escrita da sua própria libertação!

Conclusão

Tanto a arte quanto a religião podem construir a libertação das pessoas, além disso, nunca haverá religião sem arte e, na arte, elementos da espiritualidade pulsam provocando a unidade de grupo.

(...) a fé cristã poderia se expressar como uma lembrança que nos deixa livres para sofrermos o sofrimento dos outros, apesar da negatividade do sofrimento em nossa sociedade para parecer cada vez mais intolerável, como uma lembrança que nos deixa livres para a contemplação, apesar de parecer que estamos sempre, nos recônditos espaços da consciência, hipnotizados com o trabalho, o desempenho e o planejamento; como uma lembrança que finalmente nos deixa livres para calcular nossa finitude e nossa dubiedade, apesar de nossa vida pública estar sempre à mercê da sugestão de uma vida cada vez mais “perfeita”. Aqui a fé cristã poderia se expressar como uma lembrança que nos deixa livres para levarmos em conta os sofrimentos e a esperança do passado, para enfrentarmos o desafio de não deixarmos de ser solidários com os que morrem, aos quais nos juntaremos amanhã, e para quem uma sociedade avançada, que acredita apenas no planejamento, só tem perturbações, ceticismo ou esquecimento (METZ, 2013: 32)

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Na realidade do Teatro Moderno, o resultado foi a conquista da constituição de 1988 e a conquista dos direitos civis e, também nesse processo, a Igreja, nos seus mais variados coletivos e ordens religiosas, estiveram totalmente envolvidos nesse processo de transformação. Dessa forma, puderam colocar nas mãos dos oprimidos a força e a esperança de buscar e escrever a sua própria história, porém, nessa história, viveram a Libertação!

Referências

BASBAUM, Hersch. José Renato – Energia Eterna ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 198p. Coleção Aplauso Série Teatro Brasil | Coordenação Geral Rubens Ewaldo Filho. São Paulo, 2009. ISBN 978-85-7060-772-0

BIDEGÁIN, Ana María. História dos Cristãos na América Latina trad. Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. ISBN 85-326-0974-0

BINGEMER, Maria Clara. Teologia Latino-Americana – RAIZES E RAMOS trad. Suzana Regina Moreira. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Rio de Janeiro, RJ. Editora PUC, 2017. ISBN 978-85-326-5489-2.

BOFF, Leonardo. Teologia do Cativo e da Libertação. Ed. Vozes. 7ª Edição. Petrópolis, RJ, 2014.

CAZELLES, Henri. História política de Israel – Desde as origens até Alexandre Magno. São Paulo: Paulus, 2008.

CORREA, José Celso Martinêz. Do Pré-Tropicalismo aos Sertões – Conversas com Zé Celso [entrevista com] Miguel de Almeida – [São Paulo]: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. 204p. ISBN 978 85 7060-998-4

COSTA, Iná Camargo. Dias Gomes – Um Dramaturgo Nacional-Popular ed. Editora Unesp. São Paulo, 2017. 200p. ISBN:978-85-393-0696-1

DORIA, Gustavo A. Moderno Teatro Brasileiro - Crônica de suas raízes. Rio de Janeiro - 1975, Serviço Nacional de Teatro. ano 1975. 198p. Ministério da Educação e Cultura.

GARCIA, Sílvia (organização). Odisséia do Teatro Brasileiro ed. Senac São Paulo. São Paulo, 2002. 307p. Apoio cultural Ágora. ISBN 85-7359-261-3

HOOSBAWN, Erick. A Era das Revoluções ed. Paz e Terra S.A. Rio de Janeiro, 1977.

LICIA, Nydia. Teatro Brasileiro de Comédia – Eu vivi o TBC ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. 384p. Coleção Aplauso Série Teatro Brasil | Coordenação Geral Rubens Ewaldo Filho. São Paulo, 2007. ISBN 978-85-7060-534-4

LIVERANI, Mario. Para além da bíblia – História antiga de Israel. São Paulo: Paulus & Edições Loyola, 2008.

MACKINTOSH, H. R. Teologia Moderna – de Shleiermacher a Bultmann. Itapetininga/SP: Fonte Editorial, 2002.

MAGALDI, Sábado. O texto no Teatro ed. Editora Perspectiva. 2ª edição. Ano. 1999. 481p.

METZ, Johann Baptist. Mística de olhos abertos. São Paulo: Paulus, 2013. TILLICH, Paul.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Ruptura do Teatro Moderno – texto da SP Escola de Teatro. Visto dia 24/01/2022 In. <https://www.spescoladeteatro.org.br/coluna/ruptura-do-teatro-moderno/>

SUNG, Mo Sung. Cristianismo de Libertação – Espiritualidade e Luta Social. Editora Paulus – São Paulo/SP, 2008.

Teologia da Cultura. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

TILLICH, Paul. Textos Seleccionados. São Paulo: Fonte Editorial, 2020.

GÊNERO MELANCÓLICO: As teorias da sujeição butleriana e as mulheres de Romaine Brooks

Eponina Castor de Mello Monteiro¹

RESUMO: No presente artigo, iremos abordar as facetas da melancolia na obra de Romaine Brooks à luz das teorias da sujeição butleriana. Dentro da obra da artista, iremos enfatizar a produção de retratos femininos em que a questão de gênero se apresenta com vigor. As cores, temáticas e as matizes que Romaine Brooks lança mão escancaram uma melancolia e um pesar que se estendem nas formas oblongas, nos traços pontudos e na pele macilenta de suas modelos. E para nos aprofundarmos nessa melancolia que parece se colocar intrínseca ao ser feminino desviante da normativa, a compreensão do gênero melancólico, aos moldes de Judith Butler, se revela como uma possibilidade. Ao abordar o Eu que se vê na impossibilidade de prantear aquilo que nem chegou a ser considerado como alternativa, Butler escancara a melancolia da perda do amor pelo seu próprio Eu refletido: o outro do mesmo sexo. E a análise butleriana dessas obras parece mostrar caminhos de uma melancolia que perpassa e constitui a noção de gênero e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Romaine Brooks, Judith Butler, melancolia, gênero

ABSTRACT: In this article, we will approach the facets of melancholy in the work of Romaine Brooks through Butlerian subjection theories. Within the artist's work, we will emphasize the production of female portraits in which the issue of gender is presented with vigor. The colors, themes and hues that Romaine Brooks uses open up a melancholy and regret that extends to the oblong shapes, the pointed features and the emaciated skin of her models. And to delve deeper into this melancholy that seems to be intrinsic to the female being deviant from the normative, the understanding of the melancholic genre, along the lines of Judith Butler, reveals itself as a possibility. When approaching the Self that finds itself in the impossibility of mourning what was not even considered as an alternative, Butler opens wide the melancholy of the loss of love for its own reflected Self: the other of the same sex. And the butlerian analysis of Brooks' works seems to show ways of a melancholy that permeates and constitutes the notion of gender and sexuality.

KEY-WORDS: Romaine Brooks, Judith Butler, melancholy, gender.

1

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

INTRODUÇÃO

Nesse projeto, nos propomos a debater algumas obras da pintora estadunidense Romaine Brooks à luz da teoria butleriana da sujeição e da melancolia de gênero. Partiremos de quatro pontos fundamentais da obra e vida de Brooks: 1) a figura da artista Romaine Brooks, mulher lésbica e pintora estadunidense que se representou e foi representada com uma estética andrógina incontestável; 2) os retratos realizados por Brooks, que em grande parte são de mulheres com traços também claramente andróginos ou mulheres declaradamente lésbicas da cena artística da década de 20; 3) a reflexão sobre os conceitos de gênero da época, como se relaciona a estética andrógina e o *cross-dressing*, com a orientação sexual e o que de fato fazia parte de um movimento estético de diluição da estética de gênero; e 4) a rede de sociabilidade de Brooks, já que vemos uma estreita conexão do seu círculo íntimo e as pessoas representadas em suas obras, sendo muitas delas suas amantes e amigas – assim esses quatro pontos serão brevemente analisados e relacionados aos parâmetros de uma melancolia butleriana como parte fundante do Gênero, retomando uma melancolia freudiana que parece fazer parte de um processo de luto e perda na gênese da existência do Eu ao se perceber como não extensão no outro.

Os retratos femininos mapeados até o momento são: *Le Bonnet a Brides* (1904), *Maggie* (1904), *The Charwoman* (1904), *La Veste en Soie Verte* (1907), *The Black Cap* (1907), *Madame Errázuriz* (1908-10), *La Jaquette Rouge* (1910), *Jeune Fille Anglaise-Yeux et Rubans Verts* (1910), *La Débutante* (1910-11), *Dame em Deuil* (1910), *Azalées Blanches* (1910), *Le Piano* (c. 1910), *Le Trajet* (1911), *Esquisse D’Ida Rubinstein* (1912), *La France Croisée* (1914), *Ida Rubinstein* (1917), *Renata Borgatti, Au Piano* (1920), *Miss Natalie Barney, “L’Amazone”* (1920) *Chasserresse* (1920), *Self-Portrait* (1923), *Peter (A Young English Girl)* (1923-24), *Una, Lady Troubridge* (1924), *La Baronne Emile D’Erlanger* (c. 1924); e os poucos retratos masculinos mapeados até então são: *Étude: Le Duc D’Albe* (1925), *Le Duc Uberto Strozzi* (1961). As personagens que aparecem recorrentemente e que fizeram parte do círculo social de Brooks são: Ida Rubinstein, Renata Borgatti e Gluck. Mas no presente trabalho não iremos abordar todos os retratos, focando em alguns que consideramos particularmente representativos para o tema aqui abordado.

Mas ainda tão recorrente quanto as citadas acima, vemos na bibliografia disponível sobre Brooks² outros nomes que não necessariamente são retratados pelos pincéis de Brooks, mas que apresentam profunda importância e impacto em sua trajetória como artista, são eles: Natalie Barney (sua companheira de longa data e que merecendo um capítulo a parte), Radclyffe Hall (poeta, amiga de Brooks, que possivelmente a apresentou a Una Vincenzo Troubridge), Gabriele D’Annunzio (amigo poeta com quem Brooks compartilhava gostos), John Ellingham Brooks (amigo e marido, de quem se divorciou em pouco tempo), Dorothy Wilde (sobrinha de Oscar Wilde e famosa socialite que promovia bailes com convidados quase exclusivamente LGBTQI+ e diversas amigas de Brooks).

Pensamos ser importante o mapeamento dessa produção e a comparação com outros tipos de produção do mesmo gênero, para compreendermos como Romaine Brooks se constrói enquanto retratista de mulheres – lésbicas – e como parece ela mesma se

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

retratar e se construir através de cada retrato. O retrato aqui parece uma forma de construção de si através do outro, do dúbio que reflete aquilo que se quer ser.

Uma outra questão sempre levantada é, ao analisarmos corpos femininos representados por um homem, o conceito de *male gaze*³, e assim o pensar sobre mulheres lésbicas que retratam mulheres lésbicas, com vestimentas tipificadas como masculinas no entresséculos nos pareceu imperativo para uma retratação de cânone “homem-branco-heterossexual”, e uma resposta a uma lacuna gigante de uma produção efervescente, sendo não apenas uma questão identitária ou inclusão, mas uma descortinação e reparação dessas artistas que existiram e produziram e enfrentaram a invalidação de seu trabalho (ou até uma supervalorização de suas vidas pessoais em detrimento de suas obras) por serem quem eram, retornando a um dos pontos do nossos objetivos que é compreender como esses conceitos se inserem na vida e no cenário de Romaine Brooks e como a produção de seus retratos se relacionam com tais conceitos.

2

A MASCULINIDADE COMO CONSTRUÇÃO

Sobre as meninas, sabemos que, por causa da falta de um grande pênis visível, consideram-se gravemente prejudicadas, que invejam os meninos por essa posse e que, basicamente por esse motivo, desenvolvem o desejo de ser um homem, desejo que vai ser novamente retomado mais tarde na neurose, que irrompe por causa do fracasso no seu papel feminino.⁴

A não identificação com o corpo que lhe é designado. A incompletude pela falta peniana. A feminilidade enquanto algo faltoso, enquanto algo sempre em ao que é ser macho. Freud analisava as *perversões* em 1916 (data da palestra da qual o trecho foi retirado), e em diversas outras partes a ideia da falta vem à tona. E em nenhum grande momento essa ideia parece ser questionada enquanto modelo. A falta peniana parece ser fato dado as pessoas que não possuem o tão desejado falo. É apenas com o tempo que a história se dilata, permitindo pensamentos como os de Simone de Beauvoir. Mas ainda assim, Beauvoir traz algumas questões dúbias, como o fato de ser mulher estar sempre relacionado ao ser homem: a passividade (feminino) X virilidade (masculino); a mulher que se recusa na passividade, e a mulher que se deleita na passividade.⁵ Mas pensamos que não necessariamente Brooks e suas mulheres retratadas constituam esse conflito dicotômico da existência⁶. cremos que a existência dessas mulheres e a necessidade de Brooks de retratação do similar se configure de forma mais complexa, em que a o existir passe pela configuração da dualidade enquanto um elemento potencial por si próprio e não apenas aquele baseado na positividade ou negatividade; da exploração das possibilidades enquanto forma de recriar a própria existência. E Romaine Brooks ao pintar suas semelhantes parece se contruir também a partir delas, mas sem com que isso defina uma negação do estereótipo masculino.

Romaine Brooks nasceu em 1874, e teve seu ápice enquanto retratista entre 1910 e 1920, apenas alguns anos a mais ou a menos da palestra de Freud, e alguns anos após o

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

nascimento de Beauvoir. Brooks e seu famoso círculo já traziam essas questões à tona, não através da conceitualização, mas eram elas o próprio objeto – de forma direta ou indireta – de Freud e Beauvoir, trazendo inclusive a morbidez como ponto chave para esse grupo de mulheres.



Figura 1 Romaine Brooks. *Le Trajet*. 1911. Óleo sobre tela. 115,2cm X 191,4cm. Smithsonian American Art Museum.

Em *Le Trajet*, ou *O Caminho* (1911), Romaine representa uma mulher nua, de pele alva e macilenta, deitada sobre um lençol, que fantasmagoricamente flutua no fundo azulado, com ílios pontudos. Seu sexo, parcialmente coberto pela própria perna da modelo, não traz pelos, conferindo uma continuidade mórbida ao corpo. É sua amante e amiga, Ida Rubinstein, com cores e formas cadavéricas. Ida é representada de forma a não deixar a menor dúvida da morte como uma questão epistêmica do desejo – no caso, o desejo lésbico. O corpo de Ida é pontuado pelos ossos que se colocam como montanhas, seus cabelos negros contrastam com sua pele branco-azulada, escorrem pelo lençol como filetes de sangue esvaindo o corpo da energia vital. Seu braço longo ao lado do corpo sem qualquer tensão muscular, sem qualquer indício de movimento, nos lembra do que não esperar, do movimento que não virá. E ainda assim, seu corpo categoricamente chama nosso olhar, seja pelo corpo nu sem qualquer tentativa maior de se esconder, seja pelo mistério que se encerra em si mesma.

Em *Le Trajet*, Brooks não traz com tanta força a questão da androginia, deixando para seus trabalhos mais tardios essa discussão, apesar de já trazer alguns aspectos, como os seios não proeminentes e a melancolia (que viria a ser conhecida como melancolia de gênero)⁷



Figura 2 Romaine Brooks. *La France Croisée*. 1914. Óleo sobre tela. 116,2cm X 85cm. Smithsonian American Art Museum.

Já em *La France Croisée*, Brooks começa a realçar os traços andróginos de Ida, ainda que não tão enfaticamente. Aqui a França se personifica na imagem dessa mulher, que não traz consigo os adereços que historicamente lhe fazem mulher: suas vestes brancas são cobertas por uma veste preta, a cruz, sinal de cura e sangue, junto com o planejamento branco à cabeça nos remete facilmente a ideia de uma enfermeira. Mas o fato de ser reconhecida como enfermeira, ainda a conecta com o ser mulher, sendo relegado as mulheres o eterno papel de cuidadoras. Contudo, já vemos um maxilar mais proeminente, lábios mais severamente fechados, com os tendões do pescoço a tensionar, nos lembrando mais de sua força do que de sua fragilidade (em um momento em que os dois conceitos pareciam ser excludentes). E a paleta de cores, tão brookiniana, prossegue. O fundo cinza, o branco e o preto, nos lembrando dos dias frios e úmidos que acompanham a melancolia. A performance de algo além do feminino começa a se esboçar por aqui e se instala na obra *Renata Borgatti, Au Piano*.



Figura 3 Romaine Brooks. Ranta Borgatti, Au Piano. 1920. Óleo sobre tela. 141,8cm X 188,7cm. Smithsonian American Art Museum.

A obra de 1920 parece ser um marco para Brooks. É uma das primeiras, senão a primeira obra em que uma mulher é claramente retratada com uma estética andrógina. Aqui, Brooks retrata Borgatti, pianista com quem teve um breve relacionamento, e retoma a temática de *Le Piano*, obra de 1910, mas traz a mulher dessa vez como o elemento ativo do acontecimento, e não apenas como receptora da produção musical. Com a obra, Brooks coroa o caminho que vinha percorrendo na busca de mulheres com feições que não revelam claramente seu gênero.

Sua capa preta não manifesta suas formas, a possível gravata no peito e a camisa branca de Renata reforçam o olhar acostumado da década de 20. Renata é a primeira de suas mulheres com traços marcadamente masculinos, e não apenas suas vestimentas. Suas mãos não são finas e delicadas, seu nariz é reto terminando em sobrancelhas grossas espessas, dando à Renata, junto com a sua vestimenta e a falta de adornos, o ar de introspecção e erudição tão comum na representação masculina. Essa obra, com efeito estético incrível, parece soldar a Renata ao piano pelas vestes pretas aos pés do piano que não se apresentam muito definidos. Suas vestes, que não erroneamente lembram uma toga, retomam um ar masculino introspecto e conseqüentemente exalam poder. Mas nada disso parece ser ao acaso. Ao colocar no título e na obra Renata como pianista em uma toga preta, Brooks nos lembra de como ser homem passa também por uma construção social, e de como a melancolia parece habitar os mundos não normativos.

A prevalência dessa matriz heterossexual na construção do gênero surge não só no texto de Freud, mas também nas formas culturais de vida que absorveram essa matriz e são habitadas por formas diárias de angústia de gênero. Por conseguinte, o medo do desejo homossexual na mulher pode induzir o pânico de que ela está perdendo sua feminilidade, de que não é mulher, de que não é mais uma mulher propriamente dita, de que se ela não é exatamente um homem, é como se fosse um, e por isso, monstruosa de alguma maneira.⁸

O medo de não ser, o do estar-entre, o de não poder se declarar como se é traz, para Butler, a melancolia do que não pode ser pranteado. E o não pranteamento aqui é dúbio e constante reverso: a mulher lésbica que se retrata e se quer retratada como homem é impedida de prantear o amor que não teve pelo homem, mas também não pranteia o amor não declarado pela mulher que deseja. No caso de Brooks, a fatura melancólica é constante, e diríamos que o não pranteamento tem ainda outra esfera: o luto contido por quem foi, e quem já não é mais. Sempre de bom tom lembrarmos que Brooks se relacionou com homens, tendo se casado com um (John Ellingham Brooks), e se apaixonado por outro (Gabriele D'Annunzio) – e talvez por ter que se afirmar a cada pincelada e a cada momento, os amores normativos perdem espaço esboçando mais uma impossibilidade de pranteamento. As obras de Brooks nos mostram um caminho árduo e sofrido, mas igualmente belo e potente.



Figura 4 Romaine Brooks. Self-portrait. 1923. Óleo sobre tela. 117,5cm X 68,3cm. Smithsonian American Art Museum.

E então Brooks nos brinda com um autorretrato em 1923. A impossibilidade de prantear, o se tornar mulher, a busca incessante pelo pênis tão gloriosamente desejado escancarado nessa obra. Romaine Brooks se retrata com o chapéu (seria de feltro⁹), uma camisa aberta branca embaixo de um sobretudo preto, com luvas também pretas resgatando uma ideia de diferenciação da classe elitista (da qual Brooks fazia parte)¹⁰. Sua cartola sombreia seus olhos nos dando pouco acesso a eles, mas dando total visibilidade a Brooks – ela nos vê, e nós a vemos como ela quer ser vista. O mistério e a melancolia parecem ter uma relação simbiótica nas obras de Brooks, quase sempre colocando a mulher em posição de controle dessa construção de uma melancolia misteriosa.

Um ponto que todos citados aqui parecem concordar é a necessidade de voltar a si, de fazer o retorno ao Eu e como esse Eu se coloca em relação a outro-normativo. E

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Brooks parece fazer isso a cada instante: vemos Brooks em suas retratadas, vemos suas retratadas em Brooks. Brooks faz a volta e ainda assim parece reafirmar enquanto Eu-Invertido cada vez mais. Seria Brooks o corpo da sujeição que vira ao ser interpelado? O corpo que carrega a culpa inerente ao ser desviante? Revelando a culpa de ser quem é e ensaiando a melancolia do corpo que precisa ser redimido para só então ser? Ou seria Brooks um quarto ponto da sujeição não tão explorado por Althusser ou Foucault do corpo que se permite ser o que é, forçando as limitações conceituais ao ponto de se colocarem como um corpo que assume o pranto que não se pode prantear e o corpo que apesar de julgado culpado insiste e existe? Fato é que Brooks existiu.



Figura 5 Foto de Romaine Brooks (à direita) e sua companheira Natalie Barney (à esquerda). Fonte: Wikipedia.

BIBLIOGRAFIA

BAXANDALL, Michael. **Padrões de Intenção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência viva**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

_____. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BONADIO, Maria Claudia. *Moda: Costurando Mulher e Espaço Público: estudo sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo 1913-1929*. 2000. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

_____. **Imitation and Gender Insubordination.** In: FUSS, Diana. *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories.* London: Routledge, 1991

_____. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** 19. ed. Rio de Janeiro: Cvilização Brasileira, 2020.

BROOKS, Romaine. No pleasant memories: Romaine Brooks papers. 1910-1973. Washington: Archives of American Art, Smithsonian Institution. Disponível em: <<https://www.aaa.si.edu/collections/romaine-brooks-papers-6290/series-4/box-3-folder-11>>.

_____. The Toll of Friendship - Selections from the Memoirs of Romaine Brooks. Introduction by Timothy Young. *The Yale Review* .Volume 103, Issue 4, October 2015.

CLARK, Kenneth. *The nude – A study in ideal form.* Princeton: Princeton University Press. 1984.

COLI, Jorge. *O Corpo da Liberdade.* São Paulo: Cosac Naify.2010. _____. Exposição, ocultação, contemplação: o olhar o sexo feminino. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2016%20-%20artigo%208.pdf>. Acesso em: 20/06/2017.

CHADWICK, Whitney. **Women, Art, and Society.** 5. ed. New York: Thames&hudson World of Art, 2.

_____. *Amazons in the Drawing Room - The Art of Romaine Brooks.* Catálogo de exposição. Berkeley: University of California Press; National Museum of Women in the Arts, Washington, DC, 2000.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 2002.

D'AVELLA, Megan. Redefining the Gaze: The Self Portraiture of Helene Schjerfbeck, Romaine Brooks, and Marianne Werefkin. *The Compass: Vol. 1 : Iss. 4 , Artigo 3.* 2017. Disponível em: <https://scholarworks.arcadia.edu/thecompass/vol1/iss4/3>. Acesso em: 19/07/2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **A Imagem Sobrevivente.** Rio de Janeiro: Editora Contraponto. 2013.

_____. **O que vemos, o que nos olha.** São Paulo: Editora 34, 2018.

DIJKSTRA, Bram. *Naked: The nude in America.* New York: Rizzoli. 2010.

DUNCAN, Carol. Virility and Domination in Early Twentieth Century Vanguard Painting. In: BROUDE, Norma; GARRARD, Mary D. (Ed.). **Feminism and Art History: Questioning the Litany.** London, New York: Harper & Row, 1982. p. 293-313. Disponível em:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

<http://www.columbia.edu/itc/barnard/arthist/wolff/pdfs/week6_duncan.pdf>. Acesso em: 30 maio 2019.

ELIADE, Mircea. **Mefistófoles e o Andrógino**: comportamentos religiosos e valores espirituais não-europeus. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Isto não é um cachimbo. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **A história da sexualidade**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FREUD, Sigmund. **Amor, Sexualidade, Feminilidade**: obras incompletas. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018

LANGER, Cassandra. **Romaine Brooks**: a life. Wisconsin: The University Of Wisconsin Press, 2015.

MULVEY, Laura. "Visual Pleasure and Narrative Cinema." *Screen*, v. 16, n. 3, p. 6-27, Autumn 1975.

NOCHLIN, Linda. **The Body in Pieces**: The Fragment as a Metaphor of Modernity. New York: Thames And Hudson. 1994.

ZIMMERMAN, Bonnie. **Lesbian histories and cultures**: an encyclopedia. New York: Garland Pub, 2000.

Simpósio Temático 12 – Combates pelo Ensino de História: Temporalidades, Sujeitos, Saberes e Práticas

As potencialidades e os desafios do conceito de História em Michel Foucault para problematizar a História, o Ensino de História e a Educação

Anderson Ferrari¹

Júlia de Castro Martins Ferreira Nogueira²

Resumo

A pesquisa é centrada na construção e nos usos do conceito de História na trajetória de investigação de Michel Foucault. Acredita-se que a partir da perspectiva histórica em Foucault tem-se a possibilidade de ampliação dos entendimentos de Verdade, Conhecimento e Sujeito, proporcionando um Ensino de História que incorpore temáticas e sujeitos antes ausentes na sala de aula como, por exemplo, a história das mulheres e das relações de gênero. A metodologia é a pesquisa bibliográfica, averiguando os trabalhos que já se realizaram na História e na Educação a partir da perspectiva foucaultiana e do uso do conceito de História, analisando fontes secundárias, tendo assim a oportunidade de apontar para a inserção do autor nessas áreas, assim como as lacunas que podemos explorar para ampliar os debates.

Palavras-chave: Foucault, História, Ensino de História, Educação

Abstract

The research is centered on the investigation of the construction and use of the concept of History in the trajectory of Michel Foucault. It is believed that, based on a concept of History in Foucault, there is the possibility of expanding the understandings of Truth, Knowledge and Subject, allowing for a Teaching of History that has incorporated themes and subjects previously absent in the classroom, such as the history of women. The methodology is bibliographic research, investigating the works that have already been carried out in History and Education from the Foucauldian perspective and the use of the concept of History, analyzing secondary sources, thus having the opportunity to point to the insertion of the author in these areas, as well as the gaps that we can explore to broaden the debates.

Keywords: Foucault, History, History Teaching, Education

Introdução

Este texto é o resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica iniciada em 2020 em que buscamos investigar a construção do entendimento de História nas obras de Michel Foucault para pensar as possibilidades que este oferece a área de Ensino de História. Embora Foucault não se considerasse um historiador, como ele mesmo afirmava (FOUCAULT, 2006), ele se interessava em problematizar e propor uma história que se afastasse da ideia de essência e de totalidade. Com isso ele se dedicou a pensar um trabalho com a História, entendida nos numerosos e diversificados sentidos que se podiam atribuir a essa ciência. No seu trabalho de perspectiva histórica ele procurava a emergência do não dito, sempre inquieto com o que chamamos de realidade, de maneira que podemos dizer que o trabalho com a História parte do tempo presente, das questões de incômodos no presente.

Assim sendo, Michel Foucault vai defender a História como uma prática discursiva, resultado de disputas, abalos, estratégias e táticas, se comparando a um jogo. Neste sentido, ele nos convida a colocar sob investigação as possibilidades de emergência deste ou daquele objeto histórico. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Numa entrevista realizada em 1975, intitulada “eu sou um pirotécnico”, Michel Foucault é perguntado se poderia ser chamado de historiador. Não negando totalmente esse enquadramento, ele responde: “eu me interessou muito pelo trabalho que os historiadores fazem, mas quero fazer outro”. (FOUCAULT, 2006, p. 69). Ao longo da entrevista, em inúmeras vezes, ele se aproxima de um fazer a história aos moldes foucaultianos, diretamente ligado à sua trajetória de investigação, responsável por obras que trazem no título o vínculo com a história como, por exemplo, a história da loucura, a história da sexualidade, a história do pensamento. “Eu pensei em escrever uma história que nunca apareceria...” (FOUCAULT, 2006, p. 70). Podemos dizer que é a perspectiva histórica que orienta as problematizações do autor, interessado no funcionamento histórico das coisas que investigava - a loucura, a sexualidade, a psiquiatria, o poder, o sujeito, a verdade - enfim, a formação dos saberes no interior de uma sociedade. Explorando mais sua autodefinição como “pirotécnico” ele explica: “fabrigo alguma coisa que serve, finalmente, para um cerco, uma guerra, uma destruição. Não sou a favor da destruição, mas sou a favor de que se possa passar, de que se possa avançar, de que se possa fazer caírem os muros”. (FOUCAULT, 2006, p. 69).

Nossa aposta, portanto, é que esse entendimento e esse trabalho com a História podem acrescentar problematizações ao campo mencionado, tanto na ampliação dos entendimentos de Verdade, Conhecimento e Sujeito, como também dentro dessas problematizações no ensino da disciplina na sala de aula, assim como na incorporação e ampliação de temáticas e sujeitos antes ausentes da sala de aula.

A metodologia de investigação do projeto de Iniciação Científica em curso é a pesquisa bibliográfica, feita no trabalho do próprio Foucault e nos campos da História, Educação e Ensino de História. A pesquisa bibliográfica serve para aprofundar e traçar um histórico do conceito na trajetória foucaultiana, também possibilitando identificar as lacunas dele. Além disso nos interessa um modo singular de fazer pesquisa próprio das investigações foucaultianas, que é a problematização. Problematizar é colocar em questão algo dado como “normal” por nós, tornando problema as condições de existência do que pensamos, da forma como agimos e botando sobre investigação a nós mesmos. (FOUCAULT, 2006).

Os caminhos da pesquisa

Trabalhando com o conceito de História de Foucault somos provocados a trazer para o debate a própria problematização para a forma como olhamos o Ensino e a História. Ao questionarmos através dessa problematização aqueles que são os fatos consagrados de nossa História, trazemos outras histórias e grupos sociais calados para a sala de aula. Quando Jenkins diz que “A história é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas identidades” (JENKINS, 2017: 42) nos faz pensar na importância de trazer esses grupos para o ensino de história, pois falar de Ensino de História é falar dos processos educativos que ocorrem na relação com os conteúdos, com o currículo e com o tipo de sujeito que queremos ao final da escolarização. Em um contexto de conservadorismo crescente, em que o negacionismo histórico ameaça professores e professoras em seu ofício, trazer as problematizações de Foucault é se propor a fazer frente à censura de certos temas na sala de aula, levando estudantes a problematizarem os discursos que perpassam e organizam nossa sociedade.

Principiamos a pesquisa através de um levantamento dos trabalhos apresentados na Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, nos Grupos de Trabalho (GT) de Filosofia da Educação e História da Educação. Também foi realizado um levantamento nos Simpósios Nacionais da Associação Nacional de História - ANPUH, averiguando os simpósios temáticos que eram da área de Ensino de História ou que tomavam Foucault como referência central. Por fim, investigamos também a Revista Brasileira de História e a Revista História. O procedimento metodológico consistiu em ler os resumos de todos os trabalhos publicados no período de 2010 a 2020 nos GTs, nos simpósios temáticos e nas revistas citadas, procurando aqueles que usassem o referencial foucaultiano.

Encontramos um total de 42 trabalhos que tinham Foucault como referência. Desse total, dois discutiam (BRANCO, 2014; GRAVELO, 2013) o conceito de Acontecimento, que na obra de Foucault tem muitas relações com o conceito de História e, portanto, de relevância para o nosso trabalho. Desses dois que tratavam do conceito de Acontecimento, apenas um (GRAVELO, 2013) o explorava na relação com o conceito de História em Foucault. Ele foi analisado em texto publicado no Anais da XXXVI Semana de História, ocorrida em 2020 (FERRARI, NOGUEIRA, 2020). O artigo “Acervo, escrita e pesquisa: modos de narrar e escrever uma vida” de autoria de Leonardo Martins Costa Garavelo, publicado na ANPUH parte de um processo de catalogação de um acervo do Hospital Psiquiátrico São Pedro em Porto Alegre (RS), referente a uma oficina de criatividade, e se foca em um dos internos desse hospital, chamado Frontino Vieira dos Santos (GRAVELO, 2013).

Nesse trabalho, vemos sendo utilizado a História em Foucault como forma de discutir e estudar a vida de um interno do Hospício que, caso não tivesse passado pela instituição, não teria quase nenhum registro de sua existência. É um fazer de História como Foucault propõe em seu trabalho “A vida dos homens infames”, que traz para esse saber aqueles por muitas vezes esquecidos e ignorados. É uma renovação no objeto da “História Instituída” como o autor a chama (GRAVELO, 2013). Trazendo, como já foi afirmado, o conceito de acontecimento para sua análise, Garavelo fala de “acontecimentalizar”, ou seja, trazer as rupturas que configuram o saber Histórico, ao

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

invés de uma busca por uma continuidade. Entender a História como algo feito de tempos descontínuos, cheio de lacunas é parte do trabalho dele e é fundamental para a compreensão do conceito de História de Foucault. O artigo analisado então faz essa busca de aproveitar Foucault para uma proposta de História em que excluídos do seu fazer tradicional aparecem e as narrativas não mais procuram criar um fio ininterrupto de tempo que ligue os acontecimentos (FERRARI; NOGUEIRA, 2020).

O levantamento como um todo nos demonstrou uma utilização ainda tímida do autor, deixando uma lacuna para que seja inserido nos debates da História, mas também deixou explícito seu potencial no campo. Explorando essa lacuna trabalhamos o conceito de História em Foucault, em diálogo com o conceito de História como discurso apresentado por Keith Jenkins (2017) em um artigo aceito pela revista *Textura* da ULBR-Universidade Luterana do Brasil (FERRARI; NOGUEIRA, no prelo).

No artigo partimos do evento em que o Governo Bolsonaro entrou na justiça para que fosse permitido comemorar o golpe militar de 1964 no início do ano de 2021. Entendendo como Jenkins (2017) vê a História como um dentre vários discursos que existem no mundo, uma forma de dar inteligibilidade a nossa existência, vimos essa reivindicação absurda como uma forma do Governo de se inserir nos jogos de poder que permeiam o saber histórico. A produção da verdade histórica, enquanto produção discursiva disputa espaço com várias outras (como as da literatura) nessa busca por dar um sentido ao passado (PEREIRA; SEFFNER, 2008). E é um local importante na medida em que dizer do passado é dizer do presente, é dizer de identidades e compreensões de si. Então, o que está em disputa com a possível comemoração do golpe não é apenas o negacionismo de uma parte da História do Brasil, mas um projeto de cidadãos e cidadãs. É uma tentativa de interferir nos estudantes que se formam nas escolas, nos ideais que permeiam o país.

Uma questão relevante nessa disputa, é a característica que Foucault e Jenkins ressaltam no saber histórico: seu caráter ideológico. Justamente por ser parte de como as pessoas se constituem narrativamente, a História nunca é um saber neutro e nunca poderia ser. Produzida sempre por e para alguém, aqueles que tentam ocultar a ideologia por trás dela tentam na verdade negar o próprio princípio do fazer histórico. É o caso do negacionismo propagado pelo Governo, na medida em que, acusando as escolas de ensinarem uma “História ideológica” procuram sobrepujar essas narrativas constituídas no campo acadêmico com sua própria versão que seria, segundo sua propaganda “não ideológica”. Apesar de um argumento enganoso, é um que tem muito apelo na sociedade atual e, portanto, que acaba significando vitórias em alguns locais. Entender e analisar a construção desses discursos negacionistas se coloca como forma de resistência à eles e seus projetos destrutivos, e era um dos objetivos que almejávamos com o artigo.

Esse ano, com a renovação da pesquisa, trabalharemos outros dois conceitos relacionados ao conceito de história foucaultiano: o de Arquivo e o de Acontecimento, explorando suas relações com História e o ensino de história. Para isso, começamos fazendo a leitura de quatro textos do autor, presentes na coleção “Ditos e escritos”: Retornar à História, Nietzsche a genealogia e a História, O Estilo da História e O Jogo de Michel Foucault, sendo esse último uma entrevista realizada com ele. A partir desses textos, podemos delinear um conceito de História que perpassa a escrita de Foucault e é por ele definido.

História em Foucault

O conceito de História em Foucault atua como ferramenta para a genealogia por ele praticada. Opõe-se não a uma outra história dos historiadores, mas a uma busca pela origem. Essa oposição à origem vem como um se opor a ideia de que existe, em um suposto “início” a verdadeira essência definidora, contemplada a partir desse retorno. É também oposição a uma ideia que o autor chama de “metahistória” que segue uma ideia religiosa de uma “Alta Origem” seguida pela queda. O começo histórico é baixo, se opondo ao “exagero metafísico” que coloca no começo de tudo o precioso e essencial (FOUCAULT, 1971). Recuperando a definição de História como uma prática discursiva, queremos dizer que essa definição nos obriga a trabalhar com a História e com o Ensino de História em diálogo com dois outros conceitos da obra de Foucault: prática discursiva e discurso.

No primeiro caso, a prática discursiva é entendida como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2008, p. 133) que vão definir “as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133). Por sua vez, o discurso é entendido como um “conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p. 132-133), o que não significa dizer que esse conjunto forme uma unidade que se repete indefinidamente. Ao contrário disso, esse conjunto de enunciados é de um número limitado, de maneira que podemos e somos chamados a definir suas condições de existência.

A história, assim, não é a procura por uma origem, algo sólido e único, algo divino, especial, mágico. Pois a origem não é o local de uma verdade encoberta pelo discurso. A história inverte essa suposta relação: a verdade é recente, e atrás dela vemos uma “proliferação milenar dos erros”. Foucault (1971) critica a história que supõe o sentido suprahistórico buscando mostrar na história um reconhecimento de nós mesmos em todo lugar, com um apoio fora do tempo, feita de julgamentos supostamente objetivos. Se o sentido da história não se apoia em nenhum absoluto, ele escapa da metafísica e se torna instrumento da genealogia (FOUCAULT, 1971).

Portanto, nas palavras de Foucault, “O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada de sua origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate” (FOUCAULT, 1971, p. 263). A história que se propõe a ver essa discórdia, entender os acontecimentos naquilo que tem de mais agudo e dissonante, os acidentes que teriam formado o nosso presente, essa é aquela que o autor defende. A relação que antes era uma grande continuidade sob uma descontinuidade a parte, a história passa a ser um emaranhado de descontinuidades pois estas se multiplicam. Surgem, no interior da história, tempos de duração diferentes. A história como uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros.

Para fazer isso, busca-se duas coisas: a “proveniência”, não como forma de identificar semelhanças dentro de um mesmo grupo, mas para determinar suas diferenças, seus múltiplos começos. É ver a proliferação de acontecimentos que formam um conceito, uma característica, não para estabelecer uma grande continuidade, nem para mostrar que o passado ainda estaria ali, muito menos para demonstrar alguma evolução ou destino e

sim para manter o que se passou numa dispersão que lhe é própria, situar seus acidentes, falhas, cálculos errôneos que fizeram ser real o que para nós existe e tem valor: “é descobrir que, na raiz do que conhecemos e do que somos, não há absolutamente a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.” (FOUCAULT, 1971: 266).

Essa investigação da proveniência é a forma da História de se opor à finalidade que Foucault atribui como seu começo, nos séculos XVII e XVIII, de mostrar, no interior da ideologia burguesa, como as unidades nacionais que seriam necessárias ao capitalismo, viriam de longa data. A história surgiria então como forma de justificar, achar coerência no tempo para que o “reinado” da burguesia se mantivesse (FOUCAULT, 1972). Por isso mesmo, segundo o autor, a História teria-se colocado nas universidades francesas como a grande instituição de saber na universidade depois do século XIX (FOUCAULT, 1984). Revisando isso que Foucault chama de vocação e papel da história, poderíamos então separá-la do sistema ideológico em que ela nasce e se desenvolve. E faz-se isso através dessa desmitificação de um sentido de história coerente, evolucionista, com uma origem que diz da sua essência ou de um suposto progresso linear. É a necessidade de ressaltar o acontecimento em seu potencial disruptor (FOUCAULT, 1972).

Além da proveniência tem-se também a “emergência”, ou “ponto de surgimento” nessa genealogia, que, mais uma vez, não se baseia numa continuidade ininterrupta. Não é através da busca do presente naquela origem, algo que faz com que vejamos a história como destinada a chegar aonde estamos. E sim reestabelecer os diversos sistemas de submissão, o jogo casual das dominações. A análise deve mostrar o jogo de forças determinado sob o qual se emerge. Deve-se ver a forma como as várias emergências não são figuras sucessivas de uma mesma significação, e sim efeitos de substituição, deslocamento, conquistas disfarçadas, entre outros. O autor cita como exemplo o castigo que, embora possa ser visto em múltiplos tempos históricos, tem seu sentido alterado no tempo, seu objetivo, as ideias que o justificam (FOUCAULT, 1971).

A partir disso, é importante que a história não tema ser um saber perspectivo, assumindo o lugar de onde fala, o momento, o posicionamento assumido. Essa história supostamente “neutra” e “não ideológica” é aquela que surge com o objetivo de justificar o domínio burguês, sendo assim uma história supostamente despretensiosa, que oculta suas tendências ideológicas. Na perspectiva de Foucault, a História “deve ser preferencialmente compreendida como a análise das transformações das quais as sociedades são efetivamente capazes”. (FOUCAULT, 1971, p. 287). Com isso o autor faz um deslocamento, defendendo que as “duas noções fundamentais da história, tal como ela é praticada atualmente, não são mais o tempo e o passado, mas a mudança e o acontecimento”. (FOUCAULT, 1971, p. 287)

Pode-se pensar nessa História como um saber posicionado, que parte sempre do presente em busca das descontinuidades que formam aquilo que temos como valores, sempre cercada de relações de poder. É assim uma história que, ao se repensar se libertando do seu começo como projeto ideológico da burguesia, abre-se a grupos previamente excluídos desta, cabendo em si pensar sobre história múltiplas, não necessariamente lineares, mas que se entrecruzam no nosso presente. As questões de gênero, sexualidade, raça, entre outras encontram aí seu espaço, nessa narrativa não mais focada em ter uma coerência dura e sim em buscar entender suas mudanças e acontecimentos.

Arquivo e Acontecimento

Michel Foucault, ao tratar da História, o faz em conjunto com dois outros conceitos: o de Acontecimento e o de Arquivo. Isso se deve ao entendimento que o autor tem deles, profundamente relacionado ao que ele entende por História. Afinal, de acordo com ele, a História que o verdadeiro sentido histórico reconheceria, é aquela que nos mostra que vivemos numa imensidade de acontecimentos (FOUCAULT, 1971).

Colocando a mudança e o acontecimento como as duas noções fundamentais na História (FOUCAULT, 1972), Foucault nos deixa claro a importância desse conceito para si. O autor define o conceito da seguinte forma:

Acontecimento: é preciso entendê-lo não como uma decisão, um tratado, um reino ou uma batalha, mas como uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se amplia e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que estão em jogo na história não obedecem nem a uma destinação nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta (FOUCAULT, 1971: 273)

O acontecimento é entendido como uma relação de forças, que estão em jogo na história e que obedecem ao acaso da luta. É assim essencial à História que defende, permitindo a inserção da descontinuidade no fazer histórico. Além disso, como se pode observar na citação acima, as relações de poder lhe são intrínsecos, na medida que o acontecimento se daria na medida em que elas atuassem, invertendo, subvertendo antigas regularidades. Em outro momento Foucault (2015) relaciona o acontecimento ao discurso. “O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que eu busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isso é o que eu chamo de acontecimento”. (FOUCAULT, 2015, p. 249). O discurso é considerado como “uma série de acontecimentos”, de maneira que o trabalho com a História e o acontecimento seria o de descrever e estabelecer as relações que os diferentes acontecimentos mantêm entre si. Que relações os acontecimentos discursivos mantêm com acontecimento de ordem econômica, ou política, ou das instituições?

Em Vocabulário de Foucault, Edgardo Castro (2016) diferencia entre dois acontecimentos que permeiam a obra de Foucault: a ideia de acontecimento arqueológico como novidade, diferença, ruptura, e um acontecimento discursivo, da prática histórica, como regularidade. Os dois se relacionam na medida que é o acontecimento arqueológico, disruptivo, que dá origem a novos acontecimentos e, assim, novas regularidades. A arqueologia é utilizada por Foucault como uma palavra com “a qual se pode jogar” (FOUCAULT, 2015, p. 251) e é nesse jogo que se evoca um sentido de começo para designar a arqueologia. Mas mais do que isso, a arqueologia também remete ao “arquivo”, entendido como a “maneira como os elementos discursivos foram registrados e podem ser extraídos”. (FOUCAULT, 2015, p. 251). É nesse encontro entre a discurso, história, acontecimento e arquivo que Foucault define a arqueologia como uma certa metodologia de investigação. “O termo “arqueologia” remete, então, ao tipo de pesquisa que se dedica

a extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo”. (FOUCAULT, 2015, p. 251).

Segundo Castro (2016), deve-se pensar essa relação entre eles “assumindo a descontinuidade dessas regularidades, o acaso de suas transformações, a materialidade de suas condições de existência.” (CASTRO, 2016: 25). A partir disso, o acontecimento teria ainda um terceiro sentido enquanto relação de forças. Todas essas três noções de acontecimento – como ruptura, como regularidade e como relações de força – se encontram na medida em que se fala não apenas da inversão da relação de forças em si, por exemplo, mas da forma como um vocabulário pode ser retomado e voltado contra aqueles que o utilizavam. O que liga a visão do acontecimento como ruptura e ele como regularidade é a relação de forças que conecta essas passagens, de uma regularidade à outra.

Por fim, ainda com a preocupação de Foucault com o trabalho com o acontecimento, pensa-se a ideia de acontecimentalizar. Este seria um método de trabalho histórico (CASTRO, 2016), onde se faz surgir uma singularidade no lugar que previamente se via uma constante histórica, uma evidência que se imporia a todos. Seria a “Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas.” (FOUCAULT, 1980: 339). A partir desse processo de identificar a singularidade, se prosseguiria a reencontrar conexões, apoios, jogos de força, bloqueios, entre outros que em um momento específico teriam formado o que funcionaria a seguir como universalidade. É uma análise do acontecimento a partir dos vários processos que o constituem que interessa ao autor (FOUCAULT, 1980).

Já o Arquivo, seria para Michel Foucault não os documentos em si, ou a instituição que deles cuida (CASTRO, 2016), e sim o “jogo de regras que, e uma cultura determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e das coisas.” (FOUCAULT, 1968: 95). Os enunciados, vistos como acontecimentos discursivos, teriam regularidades regendo sua formação e transformações. Através do Arquivo, se definiria o que é possível falar e o que está destinado a entrar na memória ou no esquecimento, assim como quais serão válidos, discutíveis ou inválidos, quais serão no futuro valorizados ou reconstituídos e que indivíduos e grupos tem direito à determinados enunciados.

Para finalizar é importante destacar que o trabalho com o discurso, na sua relação com o acontecimento e com o arquivo, é o que marca as investigações de Michel Foucault numa perspectiva histórica. Mas ao mesmo tempo que o aproxima da História, esse mesmo trabalho também o distancia e serve para a crítica ao modelo de pesquisa e escrita realizados na História na França. “O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história. O problema é que, durante 50 anos, a maioria dos historiadores escolheu estudar e descrever não acontecimentos, mas estruturas”. (FOUCAULT, 2015, p. 250).

É a escolha por pesquisar sobre o acontecimento que aproxima Foucault do trabalho dos historiadores. “Assim, meu projeto não é o de fazer um trabalho de historiador, mas descobrir por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos. Se faço isso, é como o objetivo de saber o que somos hoje”. (FOUCAULT, 2015, p. 251-252). Esse é o objetivo que pensamos ser importante para pensar e trabalhar com o ensino de história, ou seja, tomar a história como um discurso

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

sobre os acontecimentos e sobre a verdade e não “o” discurso sobre o passado e a realidade. Partindo desse entendimento, assumir o ensino de história como esse trabalho com os acontecimentos discursivos nos possibilita problematizar e colocar sob suspeita o que somos hoje, como pensamos e como agimos para que possamos pensar e agir diferente, construir modos de ser nunca antes pensado.

Referências:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da História. Bauru: Edusc, (2007).

BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. PO-EX: a poética como acontecimento sob a noite que o fascismo salazarista impôs a Portugal. **Revista Brasileira de História**. 2014, v. 34, n. 67 pp. 131-155. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882014000100007>. Acesso em: 1 Dezembro 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault -um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução: Ingrid Muller Xavier. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FERRARI, Anderson; NOGUEIRA, Júlia de Castro Martins Ferreira. As potencialidades e os desafios do conceito de História em Michel Foucault para problematizar a História, o Ensino de História e a Educação. **Anais da XXXVI Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, p. 416-429, 2020. Disponível em: <http://ufjf.br/semanadehistoria/anais>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FERRARI, Anderson; NOGUEIRA, Júlia de Castro Martins Ferreira. O Conceito de História em Foucault: História como discurso. **Textura**, no prelo.

FOUCAULT, Michel. “Eu sou um pirotécnico”: sobre o método e a trajetória de Michel Foucault. In: POL-DROIT, Roger. **Foucault Michel Entrevistas**. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. 1968 Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 82-118.

FOUCAULT, Michel. 1971 Nietzsche, a genealogia, a História. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos II: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento**. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 260-281.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

FOUCAULT, Michel. 1972 Retornar a História. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 282-295.

FOUCAULT, Michel. 1977 O Jogo de Michel Foucault. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos IX**: Genealogia da Ética Subjetividade e Sexualidade. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 44-77.

FOUCAULT, Michel. 1980 Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Tradução: Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 335- 351.

FOUCAULT, Michel. 1984 O Estilo da História. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Michel Foucault - Ditos e Escritos VII**: Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Tradução: Elisa Monteiro. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p. 252- 258.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, (2008).

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault - Ditos e Escritos IV**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

GARAVELO, Leonardo Martins Costa. Acervo, Escrita e Pesquisa: modos de narrar e escrever uma vida. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364860454_ARQUIVO_Leonardo_Garavelo.pdf. Acesso em: 1 dez. 2021.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de História? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

O Museu do Holocausto de Curitiba e a Exposição “Entre Aspas”: reflexões a partir do Ensino de História em um espaço não escolar

Tamires de Moura Nogueira Rosa¹

RESUMO: Esta comunicação é parte de um dossiê desenvolvido como atividade na disciplina de Saber Histórico Escolar, que integra o currículo da Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. O objeto de estudo concentra-se na Exposição “Entre Aspas”, realizada pelo Museu do Holocausto de Curitiba e pela Associação Casa de Cultura Beit Yaacov. Refletimos sobre a constituição do espaço museal como um ambiente não escolar de produção de saberes históricos. Assim, objetiva-se identificar as memórias construídas em relação aos entendimentos de sujeito, temporalidades, afetos, verdade e suas disputas. A Exposição visa ampliar as reflexões acerca do Holocausto e também da realidade contemporânea, contudo, ela não representa uma totalidade, e sim, um potencial ponto de partida para a problematização dos saberes históricos em espaços não escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Museu, Ensino de História, Holocausto.

ABSTRACT: This communication is part of a dossier developed as an activity in the School Historical Knowledge discipline, which is part of the curriculum of the Licentiate Degree in History at the Federal University of Juiz de Fora. The object of study focuses on the Exhibition “Entre Aspas”, held by the Holocaust Museum in Curitiba and the Association Casa de Cultura Beit Yaacov. We reflect on the constitution of the museum space as a non-school environment for the production of historical knowledge. Thus, we aim to identify the memories constructed about the understandings of subject, temporalities, affections, truth, and their disputes. The Exhibition aims to broaden reflections on the Holocaust and also on contemporary reality, however, it does not represent a totality, but rather, a potential starting point for the problematization of historical knowledge in non-school spaces.

KEY-WORDS: Museum, History Teaching, Holocaust.

Introdução

Esta comunicação é fruto de uma atividade desenvolvida pela disciplina de Saber Histórico Escolar, que compõe o currículo da Licenciatura em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Elaborou-se um dossiê coletivo que trabalhou as dimensões do museu como um espaço não escolar de produção de saberes históricos. Com seus devidos recortes, apresenta-se aqui parte dos resultados deste estudo mais amplo.

A reflexão sobre o espaço museal e suas características parte do questionamento “Quem vive de passado é museu?” — No senso comum, a sentença é tomada como uma verdade utilizada para distanciar-se de certo tempo passado e de suas memórias em um movimento que vai em direção a um presente emergente, reservando ao passado um espaço específico, ou seja, o museu. Mas será possível dizer que o passado está restrito ao museu? E que o museu está restrito ao passado?

É interessante perceber a potencialidade dos questionamentos em problematizar, para além das fronteiras escolares, a produção e o entendimento dos saberes históricos. Mais especificamente, apontaremos algumas considerações acerca do Museu do Holocausto de Curitiba, pioneiro na temática no Brasil, e de sua Exposição “Entre Aspas”.

Museu: um espaço não escolar de produção de saberes históricos

Atualmente imersa em uma rede de concepções próprias da contemporaneidade, a palavra museu tem sua origem no grego *mouseion*, o templo das musas (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Nesse sentido, Chagas (2009) aponta a genealogia mítica em que se fazem presentes Zeus, Mnemósine e as musas. Com isso, o museu é portador de características físicas, isto é, o espaço em si; mas também é marcado pela presença da capacidade narrativa, dotada de construções e interpretações.

Um pouco distinta desse parecer, mas nem por isso desconexa, a terminologia museu, para o *International Council of Museums (ICOM)*, refere-se à instituição, ao estabelecimento, ou ao lugar em que testemunhos da humanidade e de seu meio se reúnem através de uma seleção. Em sua definição oficial:

o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013: 64).

Tal formulação não é única, nem estática, podendo ser compreendida como uma definição normativa, cujos fins são corporativos e cujo contexto é ocidental (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Também em um sentido normativo, no cenário brasileiro, há o Estatuto de Museus, sancionado pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 (BRASIL, 2009).

A educação é um dos elementos que perpassam as definições acerca das atividades elaboradas pelos museus. No entanto, ressalta-se que eles “[...] são espaços potencialmente educativos, mas não possuem uma natureza ontológica educativa” (VAN ERVEN; MIRANDA, 2014: 116). Assim, ao assumir o latente desenvolvimento de um processo educativo no âmbito museal, é necessário compreender suas especificidades.

Em um primeiro momento, pensaremos nos movimentos institucionais para a promoção das atividades educativas no espaço museal. Nesse sentido, indica-se a ação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (2018) para fomentar as práticas educativas nestes espaços através da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). Em um esforço de discutir o campo, o Caderno confeccionado pelo IBRAM apresenta um conjunto de definições que perpassam a relação entre educação e museus, dentre elas, a educação museal.

Esse conceito faz uso do neologismo “museal” em busca de expressar aspectos relativos ao domínio específico do museu, indicando tanto uma modalidade educacional quanto um campo científico (IBRAM, 2018). Congrega-se, pois, os elementos relativos ao patrimônio e à memória, interligados pelos objetos, fazeres e saberes.

É visível um esforço por parte IBRAM de uma percepção do museu como um espaço que também pode contribuir com a educação de seus visitantes. Contudo, tendo em vista as especificidades dos saberes históricos, deve-se considerar dois aspectos neste contexto: as demandas pelos usos do passado e as dimensões políticas das narrativas destes espaços.

No primeiro ponto, Oliveira (2013) ressalta a ligação entre a forma de viver no tempo e o espaço dos museus. A partir de críticas elaboradas por Hartog (2013), a autora aproxima a ideia de lugar de memória (NORA, 1993) ao espaço museal, o qual é “construído e reconstruído sem cessar, podendo ser interpretado como encruzilhada onde se encontram ou deságuam diferentes caminhos de memória” (OLIVEIRA, 2013: 117).

Ademais, Oliveira (2013) trabalha com a reflexão de Hartog (2013) a fim de pensar os papéis dos museus na contemporaneidade, também compreendendo que este espaço é permeado por construções, escolhas e imaginações:

Portanto, não se trata tão somente de indicar que o Museu abriga um imaginário no sentido mais literal do termo, como conjunto de imagens visíveis e simbólicas. Trata-se de refletir sobre a complexidade de um ambiente que, ao mesmo tempo, mediatiza e confere tangibilidade ao universo contraditório e multifacetado de representações por meio das quais os sujeitos históricos constroem sua vida no presente, estabelecem relações com o tempo, projetam interpretações sobre seu próprio percurso, sobre a trajetória da sociedade à qual pertencem e sobre os elementos materiais e simbólicos que compõem, constituindo o que se convencionou denominar patrimônio cultural coletivamente compartilhado. (OLIVEIRA, 2013: 117).

A autora trata, em especial, do Museu Paulista, no entanto, consideramos que seja possível transpor suas reflexões ao contexto mais amplo dos museus de história. Assim sendo, é imprescindível ter em mente que estas instituições selecionam e produzem

saberes de forma integrada ao momento histórico em que estão situadas e às suas demandas.

Miranda (2010: 375), por sua vez, aborda a dimensão política das narrativas elaboradas nos museus ao evidenciar que “a linguagem museográfica não é neutra e o discurso dela derivado é também um discurso produtor de memórias e de sentidos identitários”. Nessa perspectiva, busca-se “fazer defeitos nas memórias” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012: 37), tendo em vista que o estudo dos tempos passados implica fazer-se presente em um outro tempo. Isto é, é o próprio presente, que, a partir de suas questões, reelabora as percepções das questões históricas.

Dessa forma, pensar o museu como um espaço que se restringe ao passado é um equívoco, à medida que o olhar do sujeito no presente impacta e engendra a narrativa em potencial do ambiente. O museu abriga diferentes temporalidades, dentre elas, o passado, ou melhor, partes de um passado que se materializou e que foi selecionado para constituir este espaço. Evidencia-se, pois, a (re)construção e a elaboração de narrativas nos museus — uma ação eminentemente política que é permeada por escolhas.

O Museu do Holocausto de Curitiba e a Exposição “Entre Aspas”

O Museu do Holocausto de Curitiba, em atividade desde 2011, é vinculado à Associação Casa de Cultura Beit Yaacov e à comunidade israelita da capital paranaense. Além disso, o museu é o primeiro centrado no tema do Holocausto no país. A iniciativa tem como pilar o valor à vida, de modo que o tripé educação, memória e pesquisa guiam as atividades do Museu (MUSEU ..., 2021).

A instituição tem produzido materiais e exposições temporárias para além da exposição permanente que se encontra no espaço museal de Curitiba.² É possível notar um extenso trabalho desenvolvido a partir do tema central do museu. Para fins de viabilidade no estudo, selecionou-se a Exposição “Entre Aspas”.

Em seu perfil no Facebook, o Museu do Holocausto de Curitiba (2017) narra a trajetória do projeto que levou a criação da Exposição. A iniciativa surgiu como uma série de publicações para os perfis das redes sociais da instituição e, devido a sua grande repercussão, expandiu-se o projeto para o formato de exposição (MUSEU..., 2017).

A Exposição “Entre Aspas” integrou a Semana Nacional de Museus promovida pelo IBRAM em sua 15ª edição, no ano de 2017. Contando com a curadoria do Museu do Holocausto de Curitiba, através de seu coordenador geral, Carlos Reiss, a exposição é composta por “trechos de falas, depoimentos e discursos de sobreviventes do holocausto que reconstruíram suas vidas no Brasil” (IBRAM, 2017: 153). Neste mesmo sentido, inicia-se a terceira fase do projeto, que retorna ao meio digital e constitui-se como uma exposição online através do *hotsite* do Museu.

A exposição virtual “Entre Aspas”, para fins de análise, é subdividida em cinco partes. Ela inicia-se, conforme a Figura 1, através da abertura da Exposição, que leva as identificações da Associação Casa de Cultura Beit Yaacov e do Museu.

Figura 1 - Abertura



Fonte: Museu do Holocausto de Curitiba

Em um segundo momento, como indica a Figura 2, há uma apresentação, com uma epígrafe e um texto que prepara o visitante para os depoimentos posteriores. A epígrafe, em consonância com os princípios do Museu, traz a mensagem de valorização da vida e aponta uma contraposição entre os sentimentos de pena e respeito. Esse contraste pode ser observado como um modo de firmar um novo arquétipo de identidade para os sobreviventes e seus descendentes, de modo a ressaltar as dimensões de dignidade e valor da vida num contexto pós-Shoá.

Figura 2 - Apresentação



Fonte: Museu do Holocausto de Curitiba

Seguindo a análise da Parte II da Exposição Virtual, há três parágrafos que levantam memórias e percepções acerca do tratamento da Shoá (termo em ídiche para Holocausto) na atualidade. No primeiro parágrafo, apresenta-se uma concepção de história que, em sua forma tradicional, é caracterizada por uma natureza impessoal. Há a ideia de transmissibilidade de tal história, de forma que os livros didáticos, seguindo esta lógica, também se comportam como modelos impessoais.

Esse trecho pode referir-se à História Factual, ou *Événementielle* (LUCA, 2020). No caso em análise, infere-se que o entendimento de História empregado foi citado a fim de ser um marcador de rompimento com o ideal de verdade factual, chamando a atenção do espectador para a narrativa da exposição, a qual visa considerar as subjetividades de seus atores.

No que concerne às narrativas construídas nos livros didáticos, nota-se que há uma busca pelo distanciamento de seu modelo, provocando, de certo modo, uma disputa pelas memórias envolvidas. A Exposição entende que estes materiais também apresentam marcas da História Tradicional. Dessa forma, é plausível registrar a diferenciação, por parte da Exposição, entre o espaço museal (mesmo virtualmente) e o espaço escolar, os quais dialogam em diversos momentos, mas também se distanciam e diferenciam-se.³

Voltando à Parte II da Exposição, no segundo parágrafo, o tema central do Museu — o Holocausto — é colocado em evidência e os modos de trabalhá-lo são apontados como um desafio à atualidade. É expressivo perceber que a Exposição busca personificar a Shoá através dos testemunhos das vítimas, o que mobiliza as temporalidades do passado, mas também de um presente, no qual se colhe o relato, e de um futuro, que, potencialmente, pode ser impactado pelos relatos do presente.

Retomando o texto presente na Exposição, em seu o último parágrafo, em busca de uma síntese e, ao mesmo tempo, de uma abertura para os testemunhos que se seguirão. Também se reafirma a contraposição entre “números” e “histórias”. Nesse sentido, percebe-se um combate pelas formas de tratamento da Shoá e de suas memórias. De acordo com a Exposição, o Holocausto muitas vezes é entendido apenas como um número pela consciência pública e por projetos educacionais em diversos contextos do globo. Essa abordagem se vincula a uma compreensão impessoal e desumanizada. Nessa lógica, são desconsideradas as pluralidades, e os riscos de uma perda de sentidos são elevados, fechando os horizontes de futuro. Dessa forma, a fim de pluralizar os sujeitos e as narrativas, atenta-se para

a ênfase na diversidade de experiências, que permite fazer frente à tendência que temos de homogeneizar os grupos, como se “os judeus”, “os imigrantes”, “os negros”, “os escravos” etc. fossem unidades auto-explicativas. É preciso evitar a cristalização do “judeu como vítima”, do “escravo como vítima” e estudar formas de resistência, como o levante do gueto de Varsóvia, em 1943, e a revolta dos Malês, de 1835, por exemplo. (ALBERTI, 2014: 3).

Destarte, em busca de uma diversidade de vozes, a Exposição propõe-se a trabalhar de maneira reflexiva através dos relatos, que trazem mensagens de resiliência. Na terceira seção da Exposição, como aponta a Figura 3, é possível percorrer cada

depoimento individualmente em uma mostra de relatos. Todos têm as mesmas características: a imagem do depoente, sua fala, assinatura, nome e datas de nascimento e falecimento, quando é o caso. Mesmo tendo um modelo, é notável a individualidade dos sujeitos-autores que compõem a exposição, produzindo um mosaico de narrativas.

Figura 3 - Mostra de Relatos



Fonte: Museu do Holocausto de Curitiba

Alberti (2010: 155) afirma que “a História oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. Não obstante, é necessário diferenciar relato, memória e História, com o objetivo de não os confundir, criando a ilusória imagem do relato como uma verdade em si. Por conseguinte, “em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas dêem conta de forma definitiva e completa do que aconteceu no passado” (ALBERTI, 2010: 158).

No caso em análise, percebe-se que os relatos são brevemente contextualizados pela segunda parte da Exposição, já brevemente comentada. Além disso, o conteúdo dos relatos transita através de memórias e emerge como pequenas prosas nas quais as mensagens são um convite à abertura de narrativas, e não um enclausuramento de memórias. Com isso, entendemos que a Exposição tem potencial para expandir o estudo do tema em outros meios, como as demais plataformas do *website* do Museu, o Museu em si e, também, as redes sociais, visto que a instituição é ativa nas mídias como *Instagram*, *Facebook* (página pública e grupo para professores), *Twitter* (páginas em português e em inglês), *TikTok* e *YouTube*.

Na quarta subdivisão, como mostra a Figura 4, há uma vista panorâmica dos depoentes, com fotografia e nome, de todos os quarenta sobreviventes, em ordem

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

alfabética, sendo possível clicar em cada nome e ser redirecionado ao espaço anterior do *hotsite* para que se visualize o discurso do depoente.

Figura 4 - Vista panorâmica



Fonte: Museu do Holocausto de Curitiba

As imagens, monocromáticas, se contrapõem ao design colorido do site, que utiliza respingos de tinta nas cores vermelho, laranja, amarelo, azul e roxo. Este cenário virtual pode nos levar à reflexão proposta por Michel Pollak (1989) acerca das memórias e seus contextos de emergência. Segundo o autor, “distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado” (POLLAK, 1989: 8). Nesse sentido, enxergamos a metáfora das cores na Exposição através de seu design e de seu propósito, apontando que, mesmo se constituindo como um espaço de disputas nem sempre evidentes, as memórias de parcela dos sobreviventes da Shoá no Brasil encontram espaço para serem ouvidas através do Museu.

Por fim, a última subdivisão consiste nos créditos da exposição, conforme apresenta a Figura 5. Observa-se a participação de diversas pessoas na elaboração da Exposição, que é uma construção coletiva entre o Museu do Holocausto de Curitiba, demais colaboradores e os quarenta depoentes que constituem a narrativa.

Figura 5 - Créditos



Fonte: Museu do Holocausto de Curitiba

Considerações finais

O espaço museal pode ser entendido como um ambiente que, a partir de suas características e especificidades, tem o potencial de explorar um desenvolvimento vinculado ao ensino de História. Assim sendo, comentou-se brevemente sobre uma Exposição cuja trajetória parte do meio virtual e retorna ao espaço digital, em que se consolida em um *hotsite*. Encontrou-se, neste percurso, uma contraposição entre a memória sedimentada em números e fatos e as narrativas que personificam a Shoá por meio dos sobreviventes.

Ao longo da Exposição, sujeitos, temporalidades e afetos são mobilizados em prol de uma reflexão que considera tanto aspectos do passado histórico, como também da realidade contemporânea. Desse modo, as memórias evocadas não se encontram fechadas em um único período. Delineia-se, pois, uma perspectiva em direitos humanos que não homogeneiza os relatos, relaciona-se às demandas do presente e, bem como Alberti (2014: 3) apontou, nos questiona: “como foi possível chegarmos a esse ponto? Podemos dizer que as violações de direitos humanos e os horrores estão restritos a esse tema estudado?”

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Fontes orais. In: PINSKY, Carla (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. (Palestra). In: **Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades**, 4., Caicó (RN), Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Rio Grande do Norte (UFRN), 17-21 nov. 2014. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17189/palestra%20Verena%20Alberti%20seminario%202014%20Caico.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: Márcia de Almeida Gonçalves [et. al.] (orgs). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. (p. 21-39).

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 146, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 01 jul. 2021.

CHAGAS, Mário. **A imaginação museal**: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ibram, 2009.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em 26 jun. 2021.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Autêntica, 2013. 272 p.

IBRAM. **15ª Semana de Museus - Museus e histórias controversas**: dizer o indizível em museus. 2017. 185 p. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/SemanaMuseus2017_GuiaProgramacao_Final.pdf. Acesso em: 04 ago. 2021.

IBRAM. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. 132 p.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020. p. 144.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

MIRANDA, Sonia Regina. Estranhos passados encontrados em um museu: a criança e seus olhares sobre o tempo desconhecido. **Caderno CEDES 82** – Educar para a compreensão do tempo, Campinas, SP, v.30, n.82, p.369-382, set.-dez. 2010.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. **Tem exposição nova chegando.** Curitiba, 20 abr. 2017. Facebook: museushoacuritiba. Disponível em: <https://www.facebook.com/MuseuShoaCuritiba/photos/a.110183039088942/1290133411093893>. Acesso em: 04 ago. 2021.

MUSEU DO HOLOCAUSTO DE CURITIBA. **O museu.** Disponível em: <https://www.museudoholocausto.org.br/o-museu/>. Acesso em 06 nov. 2021.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. O tempo presente e os sentidos dos museus de história. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 103-123, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/89>. Acesso em: 11 jul. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

VAN ERVEN, Maria Fernanda; MIRANDA, Sonia Regina. Crianças nos templos das Musas: mediadores culturais, processos de significação e aprendizagens em museus. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 91-119, 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/139>. Acesso em: 07 jul. 2021.

Pandemia e Autorreflexão: Ensino de História e Emoções Políticas

Edson Silva de Lima¹

Lucas Peleias Gahiosk²

Resumo

O presente texto tem como objetivo refletir sobre alguns problemas que podem ser colocados para o ensino de história num contexto de crise. Para tanto, iremos explorar algumas categorias chave de nossa disciplina, como a ideia de duração e o conceito de narrativa, não com o objetivo de realizar um debate sobre tais conceitos, mas de instrumentalizá-los na reflexão sobre o trabalho docente em tempos de crise, especialmente quando as emoções políticas são afloradas, em parte em resposta a essa crise. Terminamos nossa reflexão explorando as potencialidades políticas do manejo das emoções políticas, em diálogo com a filósofa Martha Nussbaum.

Palavras-chave: História, Emoções Políticas, Pandemia

Abstract

The following text aims at reflecting about some problems that can be posed to the teaching of history in a context of crisis. To do so, we shall explore some key categories in our discipline, such as the idea of duration and the concept of narrative, not with the goal of debating such concepts, but mobilizing them as instruments in the reflection about teaching in a moment of crisis, especially when political emotions surface, partially in response to such crisis. We shall end our discussion by exploring the political possibilities of managing political emotions, in dialogue with the philosopher Martha Nussbaum.

Keywords: History, Political Emotions, Pandemic

A imprevisibilidade das contingências quase sempre nos gera medo. Essa dimensão da vida humana faz com que os acontecimentos que preenchem – e, ao mesmo tempo, produzem – o fluxo do tempo sejam marcados pela instabilidade. Posto de outra maneira: aquilo que acontece não carrega, em si, sentido algum. Talvez, seja esse o motivo pelo qual procuramos formas de estabilizar o mundo à nossa volta; cremos que a forma mais efetiva de conferir algum tipo de sensação de estabilidade às coisas seja o recurso à narrativa. Hayden White aponta para essa ideia, quando afirma que é justamente a “forma de uma história” o que faz uma determinada seleção de eventos parecer formar

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

um todo coerente (1987). Paul Ricoeur aponta para o caráter antropológico da operação narrativa, quando afirma que ela é fundamental para que o tempo seja transmutado em “tempo humano” (1983).

Caminhando com White e Ricoeur, podemos pensar as sensações de terror e medo que experimentamos desde março de 2020, com o surgimento de uma crise global como colocando sérios desafios para a construção narrativa de nossas próprias vidas. Se temos a escola como centro de nossas reflexões, temos de pensar em como a atual crise afeta(rá) o trabalho docente, não apenas no nível das condições materiais para a sua execução, como os protocolos sanitários, o acesso a ferramentas tecnológicas como computadores, câmeras, microfones e internet de alta velocidade, a distribuição de vacinas e o comprometimento das equipes escolares, alunos e responsáveis, o que já é por si só fundamental, mas também no nível do próprio fazer docente, de nossas práticas, estratégias e concepções pedagógicas. Esta questão é e será fundamental para nós, professores de história, na medida em que o nosso próprio objeto de reflexão está intrinsecamente relacionado com a fratura temporal e social gerada pela crise.

Podemos, assim, genuinamente nos perguntar: o que, para nossos alunos, significa a ideia de processo histórico? De que maneira eles compreendem o papel que eles mesmos têm em meio a um momento de crise? Como se dedicar ao ensino e ao aprendizado da história, não apenas como disciplina acadêmica ou escolar, mas como uma maneira de estar no mundo, como uma ferramenta que nos auxilia a compreender e agir?

Boaventura de Souza Santos, ainda nos momentos iniciais da crise, já colocava uma questão que merece atenção: a pandemia do novo coronavírus pode ser lida como uma das consequências do longo processo histórico que se desenrola desde o século XVII (2020). É claro que não se trata de um processo ininterrupto e uniforme, mas a reflexão de Santos nos ajuda a construir alguma referência para nossa posição no tempo; é, como apontamos acima, uma maneira de se combater a instabilidade radical do mundo, acentuada pelo momento de crise, crise essa que se faz sentir numa duração muito mais curta. Se aproximarmos as reflexões do intelectual português das problemáticas relativas ao ensino de história, podemos pensar a centralidade da ideia de processo e da ideia de duração (*a durée*, de Braudel), numa tentativa de leitura crítica da crise.

Santos busca confrontar diferentes temporalidades. Uma seria o tempo da mídia e da política, que, se pensarmos com Braudel, operam na curta duração. Seus discursos se direcionam ao agora, operam na imediatez do acontecimento e são capazes de formar imagens vívidas daquilo que ocorre ao redor e envolve o espectador, mobilizando, entre outras coisas, sentimentos e emoções os mais diversos. Continuando com Santos, a cobertura midiática da pandemia do novo coronavírus seria um bom exemplo disso. O contraste, ele continua, seria um processo mais longo e lento, aquele da exploração predatória do planeta terra e esgotamento de seus recursos naturais, que ceifa milhões de vidas a cada ano em decorrência da poluição atmosférica, por exemplo, e que, por não ser objeto dos discursos políticos e midiáticos tão frequente e intensamente, não produz o mesmo senso de urgência no público em geral. Aqui, há uma ressalva importante a ser feita. No momento em que Santos empreendeu esta reflexão, o novo coronavírus havia matado cerca de 40 mil pessoas ao redor do mundo. No momento em que escrevemos estas linhas (setembro de 2021), já se tornou evidente que o senso de urgência construído por setores mais responsáveis da mídia e por governos comprometidos com a preservação

da vida é mais do que justificável; especificamente no caso Brasileiro, podemos concluir que foi justamente a falta desse senso de urgência que aprofundou a crise e abreviou a vida de quase seiscentos mil irmãos e irmãs nossos. A velocidade e a imprevisibilidade dos acontecimentos, no nosso tempo, têm o poder de fazer reflexões envelhecerem rapidamente. Contudo, acreditamos que a premissa básica do argumento de Santos permanece válida: os discursos político e midiático têm o poder de influenciar não apenas o ritmo dos acontecimentos, mas também a forma como nos sentimos em relação a eles.

Situar-se dentro do processo histórico: eis, nos parece, a chave crítica que Boaventura busca com seu argumento. A essa altura, essa ideia já não nos é estranha; em nossos exercícios reflexivos e pedagógicos, sabemos o quanto essa competência de nossa disciplina pode servir de ferramenta para a leitura crítica de processos que se desenrolam no presente. Contudo, a gravidade da crise, sem precedentes em nossa memória – sobretudo nossa memória individual – parece exigir que se faça um esforço no sentido de relembrar o que torna a história significativa para a formação do cidadão engajado. É uma das armas que podemos empregar na luta por emprestar certa estabilidade ao mundo, o que nos permite continuar vivendo – e, também, projetar algum futuro possível.

Nossa reflexão deve ainda mais uma vez dialogar com outro argumento de Santos: o de que a crise é um “momento privilegiado de análise”. Isso se relaciona com o que já foi dito acima, e evidencia a necessidade de pensarmos sobre que conceito de história nos mobiliza enquanto sujeitos críticos e que mobilizamos enquanto professores. Qual é o papel da “crise” nesse conceito? Aqui, é produtivo lembrar da reflexão de Walter Benjamin, quando o filósofo diz que “a tradição dos oprimidos ensina-nos que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra.” E continua: “temos de chegar a um conceito de história que corresponda a essa ideia” (Benjamin, 2013: p. 13). Em sua reflexão sobre o vírus, Santos chama atenção para a desigualdade de sua violência; na verdade, não precisamos de nada além de uma rápida leitura de jornais ou de pesquisas sobre o perfil da maior parte das vítimas do novo coronavírus em nosso país: ao longo do ano passado e do corrente ano, o que se viu foi um aumento cada vez maior de internações e óbitos entre negros e trabalhadores precarizados. Nesse sentido, a reflexão de Benjamin se faz necessária, na medida em que nos auxilia a ler a crise sob o pano de fundo de um processo maior, aquele das relações sociais no mundo burguês. Se o que caracteriza essas relações é uma diversidade de violências cotidianas, o que a pandemia faz é menos inovador do que parece: ela potencializa uma violência que cotidianamente já se manifestava por meio da precarização dos transportes, da violência policial e das desigualdades socioeconômicas e raciais. A crise não se configura como uma aberração, uma exceção na história, um capítulo à parte ou algo completamente novo: ela faz parte do próprio processo de formação e manutenção da sociedade burguesa. Esse conceito de história – que, repetimos, nos mobiliza e mobilizamos – nos abre a possibilidade de construir aulas mais críticas, a partir da própria assunção crítica dos fundamentos de nossa disciplina.

Acreditamos, ainda seguindo os passos de Benjamin, que a tarefa do professor é buscar não a “essência” do passado, ou articulá-lo “como ele realmente foi”, mas sim buscar a imagem desse passado que pode ser reconhecida no presente. Essa é a abertura que o momento de crise nos possibilita experimentar: ele é capaz de fraturar a experiência ordinária da vida a tal ponto que nos força a construir outras maneiras de viver. Nessa abertura, o professor de história pode mobilizar o passado enquanto ferramenta para a construção de uma leitura crítica do presente. Ao perceber a imagem do passado – a gripe

espanhola, os caracteres fascistas do atual governo, o processo histórico que serve de pano de fundo à atual crise sanitária – o professor engajado pode tentar “capturá-la”, visando instrumentalizar a construção de conhecimento sobre esse passado no embate no tempo presente. Está em jogo, portanto, uma pedagogia da história, não como “magistra vitae”, mas como presença que atua como fator de legibilidade do presente.

O objetivo de uma tal pedagogia da história é auxiliar o aluno a construir ferramentas que permitam o guiar-se criticamente no presente. Um processo afim à superação da qual falava Paulo Freire, e que já mencionamos acima. Nessa superação, é necessário que o aluno seja capaz de reconhecer-se como ator histórico, como sujeito que se move dentro de uma dada sociedade, num conjunto de relações que, apesar de mais antigas que ele enquanto indivíduo, não se configuram como realidades imutáveis. Assim, é possível que haja a assunção, pelo aluno, de um ponto de vista crítico em relação ao mundo que o cerca. Contudo, o processo não se encerra aí, e guarda importantes complexidades. A primeira delas reside nos diversos sentidos que a palavra “crítica” pode assumir. Afinal, os terraplanistas também se consideram agentes críticos no mundo.

Os partidos de extrema direita, por sua vez, mobilizam em suas fileiras milhares de indivíduos que creem ter descoberto a verdade última do mundo. Não acreditamos, como já deve ter ficado evidente, em tais posturas. Contudo, vale ressaltar que esses sujeitos são movidos por fortes sentimentos, sobretudo sentimentos patrióticos; é esse um dos grandes motores de sua vontade. Desejamos, por meio desta reflexão, pensar um caminho possível para a construção de pontos de vista críticos que tenham os valores democráticos como seu Norte.

Para podermos pensar em como o professor pode mobilizar sentimentos intensos como as emoções patrióticas de forma ética e responsável, é produtivo retornarmos às discussões propostas por Martha Nussbaum. A filósofa, com efeito, busca repensar tais emoções, evitando sua demonização – buscando responder a seguinte pergunta: como podemos estimular o amor do particular – uma comunidade, uma nação, seus símbolos e suas especificidades – sem embotar as faculdades críticas do sujeito? Nossa reflexão busca confrontar, mais especificamente, uma concepção deturpada da democracia, que se expressa nas palavras de um “presidente” da república que brada, por exemplo, que a “minoridade deve se curvar à maioria”. Se não o fizer, ele continua, a alternativa é seu desaparecimento. Seguindo o caminho aberto por Nussbaum, queremos – e convidamos nossos ouvintes a – enfrentar o desafio de sua pergunta.

Ainda com a filósofa, concordamos que a escola é um dos espaços centrais na promoção dos sentimentos patrióticos (e das emoções políticas de uma maneira geral); enquanto espaço privilegiado de formação cidadã, ela também está aberta à influência dos valores e ideologias que circulam fora de seus muros. Dentro dela, vemos como esses mesmos valores e ideologias se manifestam por meio dos currículos e das escolhas dos próprios professores. Cabe aos professores progressistas avaliarem criticamente suas escolhas, incluindo seus alunos como sujeitos do processo pedagógico, e, também compreendendo seu próprio papel enquanto sujeitos formadores.

Para a filósofa, os sentimentos patrióticos – esse amor do particular – podem ser úteis na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Contudo, para que eles cumpram essa função positiva de fortalecimento dos vínculos entre os cidadãos, é preciso que a nação seja encarada e lida como um ente dotado de materialidade e história, e não

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

como um conjunto de ideias abstratas e eternas, o que significa que a própria nação deve estar aberta à instabilidade e ao dinamismo do movimento da história.

A proposta de Nussbaum é que, para que possamos nos defender dos perigos que as emoções e sentimentos patrióticos guardam, devemos investir em narrativas que sejam inclusivas. Já vimos, com White e Ricoeur, o quanto as narrativas são poderosas ferramentas. Se pensarmos a narrativa dentro da aula de história enquanto instrumento de legibilidade do presente, podemos auxiliar nosso aluno a construir um ponto de vista que o situe dentro dos processos históricos que o cercam – e, entre tais processos, está o da própria construção da nação. Se as narrativas que promovemos enquanto professores de história colocam a nação em movimento, se o passado não aparece como algo fixo e já de antemão conhecido, criamos então possibilidades para que o presente e o futuro também se abram em sua plasticidade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: O anjo da história. Trad. João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. A intensa pedagogia do vírus: as primeiras lições. In: A cruel pedagogia do vírus. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

NUSSBAUM, Martha C. Political emotions. Harvard University Press, 2013.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa I. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality. In: The content of the form. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

Saberes inacabados: as experiências e vivências dos futuros professores de História em questão

Octavio de Melo Pontes¹

RESUMO: Este trabalho é resultado de reflexões construídas no projeto de pesquisa intitulado “Trajetórias estudiantis e construção de saberes de futuros professores de história”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. A pesquisa buscou mapear e analisar as dinâmicas envolvidas no processo de desenvolvimento dos saberes dos professores de História ao longo de sua formação inicial, considerando o que atravessa a formação para além dos saberes acadêmicos e disciplinares. Pensando nisso, este trabalho busca apresentar a pesquisa, seus procedimentos e estratégias metodológicas, além de apresentar uma discussão a respeito das experiências e trajetórias dos estudantes de História como parte fundamental na constituição dos saberes profissionais. Assim, pretende-se refletir sobre a importância das subjetividades ao longo da formação, uma vez que as vivências dos estudantes são múltiplas.

PALAVRAS-CHAVE: Trajetórias Estudiantis; Saberes Docentes; Experiência.

ABSTRACT: This work is the result of reflections developed in the research project entitled “Student trajectories and construction of knowledge of future History teachers”, of the Education Faculty from the Federal University of Juiz de Fora. The research sought to map and analyze the dynamics involved in the knowledge development process of History teachers throughout their early years of graduation, considering what goes beyond their academic and disciplinary knowledge. With this in mind, this work aims to present the research, its procedures and methodological strategies, as well as to present a discussion about the experiences and trajectories of History students as a fundamental part in the constitution of professional knowledge. Thus, it is intended to reflect upon the importance of subjectivities throughout their formation, given that the experiences of students are manifold.

KEYWORDS: Student Trajectories; Teaching Knowledge; Experience.

INTRODUÇÃO

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Paulo Freire, Pedagogia da Autonomia

Em suas reflexões sobre o conceito de *experiência*, Jorge Larrosa (2012) pontua que a experiência se dá na medida em que o sujeito é atravessado, afetado por algo, onde o sujeito se encontra em constante formação e transformação. Em diálogo com Larrosa, este trabalho busca, a partir de um relato de pesquisa, construir uma reflexão a respeito das transformações presentes ao longo da formação inicial em História, onde o futuro professor de História, movido por vivências e experiências múltiplas, se coloca como centro das discussões.

Para a realização deste trabalho, apresentaremos, inicialmente, a pesquisa em sua composição, caminhos teórico-metodológicos, objetivos e metodologia. Em seguida, serão apresentados os resultados encontrados e uma discussão a respeito do que foi desenvolvido, bem como uma reflexão de modo a enxergar perspectivas possíveis para a pesquisa com a formação inicial em História, que se mostrou um vasto espaço de possibilidades.

O projeto de pesquisa intitulado “Trajetórias estudantis e construção de saberes de futuros professores de História”, sob orientação da prof.^a dr.^a Yara Cristina Alvim², da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, buscou refletir sobre as dinâmicas que envolvem a formação inicial dos professores de História. Aqui, a formação inicial é pensada como um momento marcado por vivências e experiências múltiplas, tornando-a um espaço de reflexão fundamental para se pensar quais são e como se constituem os saberes dos professores de História em formação.

Pensar a formação inicial como um espaço de experiência implica observar e analisar demandas e vivências dos estudantes de História, vivências estas que vão além dos conhecimentos universitários. Por isso, em diálogo com Maurice Tardif, consideramos os saberes docentes diretamente atravessados pelas experiências sociais e temporais dos professores, o que confere pluralidade e heterogeneidade a estes saberes. Nossa reflexão a respeito dos saberes de formação se deu a partir de uma revisão bibliográfica, onde buscamos referências para construir uma base teórica dedicada à investigação e acompanhamento de trajetórias acadêmicas de futuros professores de História.

A pesquisa se dedicou, inicialmente, a localizar, na literatura do campo do Ensino de História, trabalhos que tinham como esfera principal de análise a trajetória dos estudantes na formação inicial para além dos saberes acadêmicos e disciplinares, considerando referências que dialogassem com a temática das trajetórias estudantis. Feito o mapeamento inicial, foram estabelecidos dois objetivos principais: o primeiro, analisar a produção já mapeada na primeira etapa da pesquisa, ou seja, as pesquisas encontradas nos portais acadêmicos, que se voltam à investigação dos saberes da formação do professor de História, que tinha como objetivo principal localizar se existem referências que considerem a trajetória na formação inicial para além da experiência vinculada ao saber acadêmico disciplinar como foco de pesquisa; e o segundo, mapear a literatura

relacionada à investigação das trajetórias e vidas estudantis no ensino superior, buscando localizar possíveis referências que tragam em cena a relação entre trajetórias e vidas estudantis e a construção dos repertórios de saberes dos estudantes.

Para a realização do levantamento, seguimos dois caminhos metodológicos principais: de um lado, buscamos analisar a produção dedicada à temática dos saberes da formação do professor de História; por outro lado, buscamos mapear e analisar a literatura relacionada à investigação das trajetórias e vidas estudantis no ensino superior, buscando localizar possíveis referências que trazem em cena a relação entre trajetórias e vidas estudantis e a construção dos repertórios de saberes dos estudantes.

DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Antes de falar sobre a metodologia da pesquisa, falaremos a respeito de dois trabalhos fundamentais para a construção teórica da pesquisa. O primeiro trabalho, de Ana Maria Monteiro (2003), trata da relação dos professores com seus saberes, onde a autora desenvolve uma importante análise acerca da relação entre os professores e os saberes que mobilizam, pensando a partir de uma perspectiva que rompe com a racionalidade técnica e apresentando um panorama do desenvolvimento dos estudos dos saberes docentes como campo de estudo.

A autora traz uma importante análise para a compreensão da categoria que compreende os “saberes docentes”, observando que, ao longo das décadas de 50 e 60, tais saberes não estavam no centro das pesquisas e discussões a respeito da docência, o que se via eram reflexões sobre a chamada “vocação”. O professor era visto como um mero organizador de saberes já prontos, não um produtor e mobilizador de saberes.

A partir da década de 70, as pesquisas começaram a olhar para o papel do professor a partir de uma nova perspectiva. Se antes a preocupação se voltava para o “fazer docente”, agora, começa a se constituir o “saber docente”, na medida em que a docência passa a ser entendida como um espaço de agência e ação direta. Assim, a partir dos anos 80 e 90, de forma mais sistemática, os saberes docentes começam a fazer parte dos estudos sobre a formação dos professores, entendendo-os como sujeitos ativos na construção da profissão, constituída a partir de saberes próprios e específicos.

O trabalho de Monteiro (2003) se faz fundamental para nossa pesquisa na medida em que apresenta a reflexão de que o professor, sendo um sujeito, traz consigo, em sua prática profissional, sua própria história, suas marcas e experiências de vida, mostrando, em diálogo com “Tardif, Lessard e Lahaye (1991) que os saberes dos docentes são plurais, estratégicos, temporais, personalizados” (MONTEIRO, 2003a).

Além dos trabalhos de Monteiro (2003; 2007), dialogamos também com o trabalho de Maurice Tardif (2000), que nos orientou a refletir a respeito dos saberes docentes como saberes construídos de forma heterogênea, plural e temporal, chamando atenção para alguns aspectos indispensáveis para nossa pesquisa, uma vez que o autor, ao direcionar sua análise para a construção dos saberes, consequentemente direciona seu olhar para a temática das trajetórias profissionais.

Tardif aborda três questões principais, sendo elas: a) quais são os saberes (conhecimentos, habilidades) dos professores; b) em que medida esses saberes se

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

diferenciam dos saberes acadêmicos; c) que relações deveriam existir entre os saberes profissionais e os conhecimentos universitários. Tardif orienta suas reflexões no sentido de pensar na profissionalização do ensino, em como os saberes atravessam e são atravessados através da prática docente.

Diante das dificuldades e problemáticas que envolvem a profissionalização do ensino na educação, o autor aponta para uma crise que emerge na elaboração do conceito. Se a prática profissional encontra dificuldades em estabelecer bases epistemológicas para se firmar, necessitando de referências que a mantenham de pé, ela acaba, conseqüentemente, entrando em crise, e essa crise, que atravessa inúmeras dimensões da prática docente, desde às dimensões éticas até problemáticas que envolvem os modos de produção do conhecimento acadêmico.

Diante disso, Tardif nos leva a pensar, a partir de sua reflexão, em epistemologias alternativas em meio a crises. Seja de modo individual, seja de modo social, o autor nos conduz por veredas que ampliam a noção de saber para analisar como a epistemologia da prática profissional se relaciona aos saberes dos professores. Para isso, o autor enumera alguns aspectos dos saberes profissionais dos professores, sendo eles: a) saberes temporais, adquiridos através do tempo e marcados temporalmente; b) plurais e heterogêneos, oriundos de diversas fontes; c) personalizados e situados, sendo incorporados e subjetivados, sempre relacionados a pessoas e experiências, o que nos leva ao quarto aspecto d) trazem as marcas do ser humano, havendo um componente ético e emocional.

O trabalho do autor é fundamental para nossa pesquisa, uma vez que Tardif vai além das problemáticas e apresenta possibilidades de reflexão a respeito dos saberes dos professores, abrindo o campo das pesquisas sobre saberes, apresentando novos repertórios, como os saberes da/na sala de aula, os saberes no diálogo com as subjetividades, e os saberes que dizem respeito às marcas da experiência, estas, essenciais para pensar as trajetórias dos professores de História em formação.

Feitas as leituras e discussões que orientaram nossas reflexões iniciais, iniciamos a segunda parte do trabalho, referente ao levantamento bibliográfico. No entanto, antes do levantamento propriamente dito, realizamos um treinamento com uma das funcionárias da Biblioteca da Faculdade de Educação. No treinamento, tivemos contato direto com diversos repositórios, com destaque para o portal de periódicos da CAPES³ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁴, e técnicas de pesquisa que possibilitaram melhor experiência na pesquisa bibliográfica.

Esse foi um momento fundamental para o trabalho, visto que nos foram apresentados inúmeros recursos e ferramentas de pesquisa que facilitaram a filtragem, a organização e a seleção de palavras-chave e resultados de pesquisa. Depois de realizado o treinamento, escolhemos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) como repositório de buscas para nosso mapeamento, pois este é atualizado com mais frequência e traz comandos mais intuitivos de filtragem em sua busca, o que facilitou nossas pesquisas.

Após o treinamento e a escolha do repositório, as buscas no repositório foram iniciadas. Para isso, construímos um conjunto de palavras-chave e conceitos que se relacionam diretamente a temáticas abordadas em nossa pesquisa. Em cada busca

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

utilizamos duas ou mais palavras-chave que nos retornavam resultados diversos. O conjunto elaborado para a busca foi dividido em dois blocos e se apresentou da seguinte maneira:

BLOCO 1:

- 1) formação de professores + ensino de história + saber docente;
- 2) formação inicial + ensino de história + saber docente;
- 3) licenciatura + ensino de história + saber docente.

BLOCO 2:

- 4) trajetória estudantil + licenciatura
- 5) trajetória acadêmica + licenciatura
- 6) vida estudantil + licenciatura

- 7) trajetória estudantil + formação de professores
- 8) trajetória acadêmica + formação de professores
- 9) vida estudantil + formação de professores

- 10) trajetória estudantil + saber docente
- 11) trajetória acadêmica + saber docente
- 12) vida estudantil + saber docente

- 13) trajetória estudantil + ensino de história
- 14) trajetória acadêmica + ensino de história
- 15) vida estudantil + ensino de história

Foram encontrados, somando-se todas as buscas, 4327 trabalhos (aqui não se consideram as sobreposições). Para selecionar os trabalhos que mais se alinhavam com a nossa pesquisa, utilizamos os seguintes critérios: a) trabalhos das áreas de História ou Pedagogia, preferencialmente; b) trabalhos cujos recortes estivessem centralizados na formação inicial, com licenciandos em História ou Pedagogia; c) trabalhos defendidos a partir de 2010.

T/D	TÍTULO	AUTOR	ORIENTADOR	ANO	ÁREA	PROGRAMA	RESUMO
D	Tornar-se professor de história: um estudo das experiências de professores iniciantes com a formação e o trabalho docente. ACESSO: http://www.bdfd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7312	Nathaly Pião da Silva	Mairce da Silva Araújo	2014	Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação - Processos Formativos e Desigualdades Sociais – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	A presente dissertação se situa no debate que envolve os saberes, as práticas, os processos formativos e o trabalho docente. Os referenciais teóricos elencados propõem um debate teórico amplo sobre a realidade atual que perpassa a formação institucionalizada de professores, bem como a educação escolar pública. Assim, evidencia-se na atualidade um campo de forças na educação, que ora revela um sistema educacional marcado pela perversidade, ora aponta para a possibilidade de movimentos transformadores capazes de romper com as mazelas instituídas na educação escolar. Algumas questões orientam a discussão, tais como: Como o sujeito se torna professor? Qual o papel da formação inicial no processo na preparação dos professores? Como é ser um professor iniciante de História na realidade atual do ensino público? Como os professores experienciam o choque de realidade ao ingressarem profissionalmente em sala de

Figura 1 - Recorte da tabela onde foram organizados os trabalhos encontrados no levantamento

Com o objetivo de organizar os trabalhos selecionados nas buscas, foi planejada uma tabela onde foram inseridas algumas informações a respeito dos trabalhos, sendo elas: a) identificação (tese ou dissertação); b) título do trabalho e link de acesso; c) nome do autor; d) nome do orientador; e) ano de defesa; f) área de concentração; g) programa e universidade em que foi desenvolvido; h) resumo. Abaixo, como exemplo, é possível ver um recorte da tabela:

Nas buscas, foi possível observar um universo muito grande de trabalhos com a temática da formação de professores. No entanto, a formação inicial, a formação pré-profissional, trabalhos sobre a formação de professores no espaço da graduação, formaram um contingente muito baixo em um universo muito grande de trabalhos. Apesar de as buscas terem retornado muitos trabalhos, foram selecionados apenas dezoito (18) deles, sendo onze (11) dissertações de mestrado e sete (07) teses de doutorado.

RESULTADOS

Para analisar os trabalhos e observar se, de fato, as teses e dissertações selecionadas no levantamento se alinhavam em alguma medida às questões propostas pela pesquisa, montamos, para cada produção selecionada, uma tabela, organizada nos seguintes tópicos: a) temáticas abordadas no trabalho; b) objetivos e enfoques; c) recorte; d) referências teóricas; e) caminhos metodológicos; f) observações. A partir destes pontos, iniciamos a análise e sistematização dos dados de cada um dos trabalhos. Abaixo podemos ver um exemplo de como foram construídas as análises:

1.

Construindo percursos acadêmicos e profissionais: diferentes trajetórias estudantis no interior do curso de Pedagogia da FAE/ UFMG (Dissertação)					
Ariadia Ylana Ferreira					
<p>Esta dissertação se propõe a compreender de maneira sistemática, como os estudantes do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação Universidade Federal de Minas Gerais constroem diferentes trajetórias no interior do Ensino Superior e como essas os direcionam para destinos acadêmicos e profissionais também diferenciados. O trabalho foi guiado por algumas perguntas básicas: Qual o perfil dos estudantes do curso de Pedagogia da UFMG? Como se constituem os caminhos percorridos pelos estudantes de Pedagogia da UFMG? Qual a formação profissional priorizada pelo currículo do curso de Pedagogia da UFMG? Qual o interesse em relação à docência desses estudantes concluintes do curso? Sociologicamente, como se caracterizam as diferentes maneiras de ser um estudante desse curso e que fatores são determinantes nesta construção da experiência estudantil? Para responder a essas perguntas foram adotados alguns procedimentos metodológicos: a) tratamento de dados estatísticos secundários sobre os alunos ingressantes no curso nos anos de 2009 a 2013; b) tratamento de dados estatísticos resultantes de um questionário elaborado especificamente para essa pesquisa e aplicado nas turmas do oitavo e nono período do curso de Pedagogia da FAE; c) entrevistas semiestruturadas com onze estudantes concluintes do curso. Os resultados evidenciam que o perfil médio do aluno de Pedagogia apresenta-se expressivamente diferente do perfil geral do estudante da UFMG (dados de 2008 e 2009). Enquanto no curso de Pedagogia a maioria dos aprovados é egressa de escola pública e se autodeclararam negros, no universo total dos estudantes da UFMG, temos uma maioria de alunos oriundos de escola privada e que se autodeclararam brancos. Por meio das análises das entrevistas, ressaltou-se o modo como as trajetórias individuais são marcadas pelo perfil institucional da faculdade, de valorização da pesquisa, e pelo contexto nacional de desvalorização da docência. Foi identificado ainda, na população investigada, quatro modelos diferentes que caracterizam a experiência estudantil do aluno de Pedagogia da UFMG. Considera-se nas análises as contribuições da Sociologia da Experiência, tendo como ferramenta analítica, principalmente, a noção das três lógicas de ação desenvolvida por Dubet (Projeto, Integração e Vocação). Procura-se também apropriar-se dos elementos que caracterizam o ofício de estudante desses indivíduos, analisando características do processo de afiliação desenvolvida ao longo da graduação. A interpretação das trajetórias levou em conta também o habitus dos sujeitos investigados.</p> <p>Palavras-chave: Docência; Experiência estudantil; Pedagogia; Trajetórias no Ensino Superior.</p>					
TEMAS	Objetivos e Enfoques	Recorte	Referências Teóricas	Caminhos Metodológicos	Observações
Trajetórias dos estudantes do curso de Pedagogia da UFMG; Direcionamentos profissionais dos Estudantes; Construção da Experiência Estudantil.	Compreender como se constroem as trajetórias no Ensino Superior; Como se constituem os caminhos percorridos pelos estudantes no interior do curso de Pedagogia da UFMG; Quais são os fatores determinantes da experiência estudantil.	Estudantes do 8º e 9º períodos do curso de Pedagogia da UFMG;	Autores da Sociologia da Educação; Mais detidamente, Sociologia da Experiência: Dubet; Bourdieu, Coulon, Dubet, Charlot, Lahire.	Análise dos dados sobre os ingressantes no curso de Pedagogia da UFMG entre 2009 e 2013; Questionário elaborado para as turmas de 8º e 9º períodos; Entrevistas semiestruturadas com onze alunos concluintes.	- A autora centraliza a pesquisa na experiência institucional dos estudantes; - O conceito de "afiliação" é muito mobilizado ao longo do argumento da autora;

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Figura 2 - Tabela de análise de um dos trabalhos encontrados no levantamento.

Das dezoito produções analisadas, dezesseis foram desenvolvidas em programas de pós-graduação em Educação, sendo eles a tese de SANTANA (2010), desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde, da área de Psicologia, da Universidade de Brasília (UnB) e a dissertação de SILVEIRA (2017), do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Dos dezesseis trabalhos desenvolvidos em Programas de pós-graduação em Educação, a grande maioria é composta por trabalhos da área da Pedagogia. No entanto, há quatro trabalhos específicos da área de História, sendo eles a dissertação de SILVA (2014) sobre as experiências de professores de História iniciantes; a dissertação de GABRIEL NETO (2014) sobre as experiências dos estudantes de História no PIBID/CAPES⁵; a tese de FARIAS (2019), que trata das concepções dos estudantes de História e demais funcionários da UFPE ligados ao curso em contexto de reforma curricular; a tese de SAVRY (2015) sobre as concepções dos sentidos de antiguidade pelos estudantes ao longo do curso de História.

Dos trabalhos que centralizam suas análises nos cursos de pedagogia, foram contabilizadas quatro dissertações e três teses. É importante ressaltar que os cursos de pedagogia foram mantidos porque o pedagogo também é, em alguma medida, professor de História, por isso, trabalhos que contemplam trajetórias de estudantes do curso de pedagogia foram muito importantes para nossas reflexões. Em relação às produções cujos enfoques se direcionam às demais licenciaturas (aqui inclusa a licenciatura em História) foram somadas duas dissertações e duas teses. Há, ainda, entre as produções dos PPGs, a dissertação de BATISTA (2016) que não se atém às licenciaturas, porém, traz uma discussão sobre trajetórias de estudantes de escola pública, o que fez com que ela despertasse nosso interesse durante a busca e fosse selecionada.

É importante mencionar que, dos dezoito trabalhos selecionados e analisados, dezessete (17) foram desenvolvidos por mulheres. A respeito da distribuição geográfica dos programas de pós-graduação onde as produções foram construídas, oito trabalhos foram produzidos em programas da região Sudeste, sendo Minas Gerais e São Paulo predominantes, quatro foram produzidos na região Nordeste, destacando-se Paraíba e Ceará, três foram produzidos na região Centro-Oeste, mais precisamente Brasília e Mato Grosso e três na região Sul, com destaque para a Universidade Federal de Santa Maria. Tais detalhes, ainda que tragam respostas pouco definitivas, abrem questões não apenas em um recorte de gênero, como também no que significa pesquisar trajetórias formativas no Brasil.

DISCUSSÃO

O mapeamento descortinou um Universo de possibilidades na pesquisa sobre formação de professores. É possível dizer isso graças aos inúmeros modos de se construir pesquisas na/com a formação inicial, incluindo múltiplos recortes, referenciais, aportes

teóricos, caminhos metodológicos, abordagens e diálogos mobilizados pelos autores em suas produções.

Em relação aos referenciais teóricos mobilizados pelos autores, temos um grupo bastante heterogêneo. Teóricos da Sociologia da Educação (Lahire; Charlot; Dubet; Bourdieu), autores cujo trabalho se dedica aos saberes docentes (Tardif, Monteiro), autores que se dedicam ao trabalho com prática profissional dos professores (Nóvoa; Arroyo; Frigotto), pesquisadores do campo do currículo e da legislação brasileira, como Saviani, até pesquisas fundamentadas em referenciais da Filosofia da Educação ou do Desenvolvimento Humano.

Há, ainda, autores que mobilizam os conceitos de profissionalidade docente (Del Bianco; Carlos; Pimentel; Pires; Jesus; Oliveira) e identidade docente (Arroyo). Quanto aos caminhos metodológicos percorridos pelos autores, também há um universo marcado por disparidades. Apesar de, em alguns casos, haver semelhanças, pois muitos autores utilizam entrevistas, por exemplo, como método qualitativo de construção dos trabalhos, os métodos de análise dos resultados se diferenciam muito entre si.

As entrevistas foram as escolhas metodológicas predominantes nos trabalhos, estando presentes em quinze produções. Os questionários também foram métodos muito utilizados pelos autores. Grupos focais, rodas de conversa, narrativas de vida, o “método caleidoscópico”⁶ de análise cruzada de dados, memoriais, análise de documentos (legislação brasileira, projetos político-pedagógicos) também foram procedimentos de análise utilizados nas teses e dissertações.

Mesmo que haja muitos trabalhos sobre a formação de professores, o levantamento mostrou que ainda são poucos os trabalhos sobre os saberes docentes na formação inicial, e a quantidade diminui se pensarmos as trajetórias estudantis para além dos espaços institucionais - o que não exclui a importância de tais espaços. No entanto, a partir da análise, é possível observar um maior cuidado às demandas interpostas entre os estudantes de História e os espaços vivenciados ao longo da graduação. Os perfis socioeconômicos dos licenciandos, suas trajetórias, seus interesses acadêmicos e, não menos importante, suas histórias de vida, têm sido cada vez mais levadas em consideração ao se pensar as temáticas que envolvem a formação docente.

Além disso, o levantamento possibilitou o contato com outras referências bibliográficas e caminhos metodológicos, capazes de enriquecer o debate e as reflexões às quais a pesquisa se propõe. O diálogo com a Sociologia da Educação, por exemplo, emerge como um aliado aos trabalhos sobre as trajetórias estudantis, na medida em que as referências sociológicas se propõem a analisar e refletir sobre as trajetórias dos estudantes em suas mais diversas esferas. Além disso, indo além nas teorias sociológicas, podemos citar o campo da Sociologia da Experiência, campo onde François Dubet se dedica a refletir sobre o lugar do sujeito tanto em sua dimensão subjetiva quanto em sua dimensão social. Em suma, o diálogo com outros referenciais se mostrou fundamental para se pensar as possibilidades do trabalho com trajetórias formativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre os saberes dos futuros professores, mais do que um espaço de possibilidades e em potencial expansão, é também um espaço fundamental para se observar as dinâmicas envolvidas na relação entre a Universidade, o conhecimento e os estudantes. Conhecer estes estudantes, conhecer suas trajetórias e experiências atravessa demandas fundamentais para se pensar a importância da Universidade no Brasil atualmente.

O espaço universitário tem mudado, o perfil dos estudantes tem mudado, as demandas têm mudado e, conseqüentemente, o curso de História, sua estrutura, seus espaços têm mudado. Conhecer os estudantes de História, os futuros professores de história, sujeitos múltiplos, que têm ocupado o ambiente acadêmico de formas singulares, é conhecer novos olhares sobre o conhecimento produzido na academia, é olhar para a diversidade, para a pluralidade, para experiências e vivências diferentes, novas.

Citando Paulo Freire, que, em sua *Pedagogia da Autonomia*, escreveu que “é na inconclusão do ser que se funda a educação como processo permanente” (FREIRE, 2021, p. 57) , pensamos os educadores como sujeitos em constante formação e transformação, onde mobilizam saberes dinâmicos, mutáveis, sujeitos não determinados, mas considerando sua sensibilidade, seu papel singular em um universo múltiplo, olhando a formação inicial como um caminho possível, em que o olhar se volta para a diversidade, para a pluralidade, para novas e outras experiências.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ludmilla Savry dos Santos. *Saberes em movimento: futuros professores de História e seus sentidos de Antiguidade*. 2015. 303 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora (MG), 2015.

BATISTA, Nilcione Maciel Lacerda. *Trajelórias de sucesso escolar dos jovens oriundos de escolas públicas no ensino superior*. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*. n. 19, Jan-abr. 2002.

FARIAS, Danielle Cristine Camelo. *Concepções de formação pedagógica do curso de licenciatura em história da UFPE em contexto de reforma curricular*. 2019. 250 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

FERREIRA. Ariadia Ylana. *Construindo percursos acadêmicos e profissionais: Diferentes trajetórias estudantis no interior do curso de Pedagogia da FaE/ UFMG*. 2014.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

196 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 68ª Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2021.

GABRIEL NETO, José Antônio. *O professor de História e o seu Saber: a experiência do Programa PIBID/Capes*. 2014. 99f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2014.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. ‘A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. *História & Ensino*, Londrina, v. 9, p. 37-62, 2003b.

_____. *Entre saberes e práticas: a relação de professores com os saberes que ensinam*. In: Anped 26ª Reunião Anual. “Novo governo. Novas políticas.” 2003, Poços de Caldas. Anped 26 Reunião Anual Novo governo. Novas políticas”. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped, 2003a.

_____. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SANTANA, Alba Cristhiane. *Significações na formação de professores: um estudo dialógico sobre o desenvolvimento docente*. 2010. 212 f. Tese (Doutorado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SILVA, Monique da. *Imaginário social e educação: nos labirintos da formação inicial de professores*. 2017. 303 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria (RS), 2017.

SILVA, Nathaly Pisão da Silva. *Tornar-se professor de história: um estudo das experiências de professores iniciantes com a formação e o trabalho docente*. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ), 2014.

SILVA, Rosangela Aparecida Galdi da. *O desenvolvimento da profissionalidade docente dos professores de educação infantil no curso de pedagogia com o apoio de projetos de formação e de supervisão*. 2018. 292 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2018.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

SILVEIRA, Prisciele Maicá. *Narrativas de alunos do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual de Londrina - UEL (2014 - 2017): uma pesquisa em educação histórica*. 2018. 152 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Estadual de Londrina, Londrina (PR), 2018.

SOARES, Rosana Maria Cavalcanti. *A constituição do ser professor: análise do percurso de formação e trabalho de docentes da educação básica*. 2012. 226f. – Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2012.

SOUZA, Angelita de Fátima. *Constituição da identidade profissional docente no curso de Pedagogia a partir do estágio supervisionado*. 2015. 148f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2015.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários Elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*, nº 13, p.5-24, Jan/Fev/Mar/Abr 2000.

Da salvação à destruição: Uma análise cinematográfica do ensino da história “alternativa” da Segunda Guerra Mundial.

Maria Eduarda Taroco Vieira¹

Mikayla Grace Werneck²

RESUMO

Temas sensíveis se encaixam num cenário de disputas na relação professor-conteúdo, onde o cinema se torna potencializador do Ensino, através de noções de memória que perpassam os sujeitos históricos e a forma como são retratados em diferentes referências cinematográficas, fazendo com que diferentes abordagens numa sala de aula, sobre as mesmas temáticas, sejam possíveis. Nessa perspectiva, a Segunda Guerra Mundial, um tema popularmente abordado em filmes de caráter “histórico”, traz paralelos entre as memórias coletivas e sociais, e os debates historiográficos que permeiam as questões dos saberes históricos escolares. Seguindo uma linha de análise através de produções cinematográficas, tece-se uma relação entre os sujeitos, temporalidades e memórias, com foco nas diferenças e similaridades.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Ensino de História, Cinema, Sujeitos, Memórias, Narrativas

ABSTRACT

Sensitive topics fit in a scenario of conflict within the teacher-content relationship, in which cinema enhances teaching through notions of memory that proceed historical subjects and the way they are portrayed in different cinematographic references. It is then possible to make different approaches on the same topics in a classroom. In this perspective, World War II, a popularly addressed theme in "historical" films, brings parallels between collective and social memories and the historiographical debates that permeate the issues of historical school knowledge. Following a line of analysis through cinematographic productions, a relationship is woven between subjects, temporalities and memories, focusing on the existent differences and similarities in historical events and their portrayals.

Keywords: World War II, History Teaching, Cinema, Subjects, Memories, Narratives

INTRODUÇÃO

O entendimento mais intrínseco da Segunda Guerra Mundial enquanto conflito repleto de disputas que permeiam questões de memória e se fazem presentes em diversos ambientes, principalmente no popular cinema Hollywoodiano, assim como nas indústrias cinematográficas de outros países que fogem do padrão norte americano, foram as principais escolhas ao introduzirmos os ideais aqui colocados. No processo vívido e fluído dentro de uma sala de aula, reflexões atribuem sentidos e conseqüentemente resgatam noções que propõe, como afirmado por Carmem Zeli de Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio (2018), que o papel da escola e mais particularmente da condição de tensionamento através da qual a História se constrói, se aproxima cada vez mais da necessidade de ensinar o preconceito, o sofrimento, e os traumas, contribuindo enquanto sociedade e nação em constante fluidez. Assim, debates entre fictício e real, saberes escolares e não escolares, memórias coletivas e individuais, e noções de espaço-tempo através do ensino de História, são levantados com auxílio do enfrentamento ante a livros didáticos e indicações comumente abordadas numa sala de aula, a fim de entender como temáticas ligadas a Segunda Guerra Mundial, são entendidas e difundidas num ambiente escolar ou não.

Os filmes muitas vezes são vistos apenas como recursos artísticos usados em uma sala de aula, porém, em geral podem ser na verdade uma ferramenta didática que potencializa o conhecimento histórico escolar. Compreendemos a importância dos filmes para provocar debates, seja para criticar ou refletir sobre as temáticas abordadas, trazendo noções e perspectivas que podem ser levantadas com o auxílio do professor e pelos próprios alunos através de abordagens que tradicionalmente não seriam realizadas, seja apenas pela conversa ou pelos livros didáticos. Assim, analisamos o tema da Segunda Guerra Mundial a fim de entender como ele é relacionado nas escolas e nos movimentos didáticos brasileiros, por meio de materiais didáticos. O Brasil, como outros países, aborda esse tema de uma forma particular, e é por isso que analisar produções cinematográficas de diferentes lugares do mundo se faz muito importante ao pensarmos em uma perspectiva escolar. Sendo assim, reconhece-se que existem diversas possibilidades e visões sobre a Segunda Guerra Mundial, principalmente em narrativas que se tornam potentes para a sala de aula a partir da articulação de professores de História, demonstrando questões que dizem respeito por exemplo ao debate entre o real e o fictício. Sergei Eisenstein, um filmólogo e cineasta soviético, explica que:

A representação A e a representação B devem ser selecionadas entre todos os aspectos possíveis do tema em desenvolvimento, devem ser procuradas de tal modo que sua justaposição – isto é, a justaposição desses próprios elementos e não de outros, alternativos – suscite na percepção e nos sentimentos do espectador a mais completa imagem do próprio tema. (EISENSTEIN, 2002: 18)

Assim, nesta análise, percebemos um conflito entre o conhecimento histórico midiático e o saber histórico escolar, em que os jovens geralmente tomam como verdades as representações nos grandes filmes Hollywoodianas, pois “vivemos uma espécie de intoxicação visual, na qual o conhecer se reduziu ao ver, o estou vivendo substituiu o eu compreendo — e, quando não há nada a acrescentar, as pessoas dizem: está tudo visto” (SALIBA, 2004: 124). Desta maneira, ao longo deste trabalho, desconstruiremos certas visões e olhares presentes em algumas obras cinematográficas para serem pensadas para uma sala de aula. Para isto, desenvolvemos dois eixos principais de interpretação. São eles, respectivamente, a Destruição e a Salvação, tendo em vista o caráter apresentado em cada um deles, e as visões trazidas pelas produções em ambas situações. O eixo Destruição, tem como foco o Holocausto e as bombas nucleares, enquanto a Salvação, retrata a guerra em combate físico e demais batalhas, para isso a escolha de cada produção cinematográfica foi pensada de acordo com as interpretações necessária para cada uma das abordagens.

A DESTRUIÇÃO

Para tratarmos do primeiro eixo de análise, denominado “A Destruição” foram escolhidos os filmes *Gen Pés Descalços* (1983), *O Menino do Pijama Listrado* (2008), *Os Falsários* (2007) e *O Pianista* (2002). Num âmbito generalista, todos os selecionados retratam de forma simbólica ou trazendo relatos pessoais de sobreviventes, um pouco sobre a destruição causada durante a Segunda Guerra Mundial, cada um com suas particularidades e especificidades, as quais serão discutidas.

A exemplo disso, a animação japonesa *Gen Pés Descalços*, se trata de uma representação da realidade vivida pelo próprio autor que escreveu o mangá e posteriormente auxiliou na criação do filme, retratando o episódio vivenciado por ele no ataque com as bombas nucleares. A animação de forma lúdica, porém pertinente, intenta retratar o sofrimento, a dor do luto, as dificuldades e todos os processos que perpassam no cenário de destruição causado nas ilhas japonesas, em que o protagonista, Gen, um garoto de seis anos, vê sua família perecer diante de seus olhos e luta para sobreviver em meio a este caos. Em seguida, o filme austro-alemão, *Os Falsários*, traz uma ótica não muito comum de retratação, voltada para questões de moralidade em meio a operação de falsificação de dinheiro, episódio trazido, retirado do livro de memórias de Adolf Burger e os valores humanos em contraposição ao conflito humanitário e aos valores capitalistas. A maior parte do filme é visualizada num campo de concentração, que mais parece ao telespectador uma empresa, um cartel de falsificação de dinheiro. Deparamos então com um espírito de produção do mundo contemporâneo, ao mesmo tempo que entendemos uma produção cinematográfica alemã diante do episódio dos falsários, falsificadores de dinheiro. A produção assim como no caso de *Gen Pés Descalços* também é proveniente de relatos de sobreviventes, e conta com uma riqueza de detalhes e um tom de terror através do desenrolar da história e da continuidade de cada personagem, com foco em sua participação no esquema de falsificação.

Para seguir o eixo, o filme *O Pianista*, de origem franco-britânica-germano-polonesa, continua essa noção de relatos experienciados por sobreviventes, neste caso, sua direção

é de Roman Polanski, um sobrevivente do gueto de Cracóvia na Polônia. O filme é baseado na autobiografia de Władysław Szpilman, o pianista que protagoniza a história do filme e sua trajetória e a forma como as restrições e o governo nazista se apropriou aos poucos da vida total dos judeus.

Por último, *O Menino do Pijama Listrado*, cuja crítica tecida e entendida por nós se desenvolve nos âmbitos a seguir. Sendo o único filme abordado que não é inspirado em um relato judeu, *O menino do pijama listrado*, um dos filmes mais conhecidos e um livro best-seller, é a motivação pela qual levantamos uma problemática acerca de sua repercussão numa sala de aula. Sendo inclusive criticado pelo próprio Museu de Auschwitz³, por suas incongruências históricas, a produção cinematográfica possui o foco central da história se desenvolvendo sob a ótica do sofrimento nazista, e não nas milhões de mortes de crianças judias e o extermínio causado a eles.

É então, numa coletânea de análise de perspectivas e momentos, que se designam indicações de produções cinematográficas, a partir de seus levantamentos e críticas, com suas potencialidades diante do trabalho das temáticas trazidas dentro de uma sala de aula. Voltando o olhar ao aluno e as necessidades de discutir o cinema e a fluidez da história dentro de cada relato, principalmente quando pensamos na Destruição e no extermínio de milhares de pessoas, num episódio como a Segunda Guerra Mundial.

A SALVAÇÃO

Consideramos potentes para este eixo os seguintes filmes: *Stalingrado - A Batalha Final* (1993), *O Resgate do Soldado Ryan* (1998), *Pearl Harbor* (2001) e *A Estrada 47* (2013). Como foi dito anteriormente, estes filmes abordam temas de batalha e luta dos soldados da Segunda Guerra Mundial. Percebe-se uma diferença notável entre as narrativas sobre o campo de batalha presentes em cada um dos filmes.

Em primeiro lugar, analisaremos os dois filmes estadunidenses do eixo. *O Resgate do Soldado Ryan* e *Pearl Harbor* apresentam narrativas de patriotismo estadunidense, de aspiração para lutar para a nação com orgulho de estar presente no campo de batalha, ainda que o primeiro é considerado um dos melhores filmes sobre a Segunda Guerra Mundial com a homenagem aos falecidos e as cenas de batalha realistas. Sendo assim, os dois filmes possuem uma visão patriota da participação estadunidense na Guerra. Eles abordam temáticas como "lutar para o país" em vez de "lutar para o certo" e "lutar é um sonho" em vez dos terrores das lutas. Vê-se presente nesses filmes uma glorificação da participação estadunidense na Segunda Guerra Mundial, uma visão que persiste até hoje na memória do povo de que os soldados enviados pelos Estados Unidos foram os heróis da guerra que salvaram o mundo.

Estas narrativas, porém, não foram criadas pelo cinema hollywoodiano. De acordo com Mark A. Stoler, a memória estadunidense sobre a Segunda Guerra Mundial derivou do novo status de potência que a nação ganhou após a Primeira Guerra Mundial, criando assim uma memória que "grosseiramente enfatizou demais seu próprio papel em derrotar o Eixo enquanto menosprezava ou ignorava os papéis dos seus aliados" (STOLER, 2001: 388, tradução nossa). Tendo esse papel heroico idealizado dos Estados Unidos em vista,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

percebe-se, então, uma demarcação clara do “bem” e do “mal” nos filmes hollywoodianas.

Ao contrário desta visão, os outros dois, *A Estrada 47* e *Stalingrado - A Batalha Final*, respectivamente, um filme brasileiro e um filme alemão, possuem uma visão mais humanizada dos soldados da Segunda Guerra Mundial. Esses filmes dão enfoque nas relações entre os soldados, e não na ação das lutas. Diferente dos primeiros dois filmes, os sobreviventes da guerra não são representados como os “heróis da guerra” glorificados. *A Estrada 47* e *Stalingrado* não contam histórias dos grandes soldados, mas aqueles que foram enviados para a Guerra. Eles demonstram que os soldados eram em primeiro lugar pessoas que sentiam a necessidade de se alistar para sobreviver, que se arrependiam, que sentiam medo e que queriam voltar para casa.

O filme *A Estrada 47* se apresenta notavelmente significativo para nós por ser uma produção brasileira que demonstra a participação da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente por ser produzido porque a história foi “esquecida pelos brasileiros e que é completamente desconhecida no exterior” (FERRAZ, 2013). Sendo assim, reconhecemos uma certa repercussão da FEB hoje em dia, derivada da condição de invisibilidade recebida pelos soldados ao voltar para o Brasil, pois no contexto histórico do Estado Novo, a força política da FEB esvaziou com medidas consideradas injustas e humilhantes, minimizando as glórias dos veteranos da guerra (RIBEIRO, 2013). A memória da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial presente nos dias atuais tem, portanto, como base as visões negativas que o povo brasileiro teve sobre os veteranos da guerra — vagabundos, alcoólatras, desajustados, criminosos, mendigos — e se resumem na ideia de que os soldados brasileiros não fizeram nada na guerra.

Seguindo a visão humanizada que intenta desconstruir certas narrativas nacionais, analisaremos *Stalingrado - A Batalha Final*. O filme apresenta o mesmo tom aterrorizante presente em outro filme alemão citado anteriormente, *Os Falsários*. Diferente das representações dos soldados alemães em filmes Hollywoodianas, em que há uma clara distinção entre os “heróis” e os “vilões”, vemos um conflito interno entre os soldados nazistas e os não-nazistas, em que os não-nazistas são apresentados como piores por aceitarem as ações dos superiores nazistas. Vemos, então, neste filme, que as vítimas da circunstância da Segunda Guerra Mundial perderam a guerra, a humanidade e a vida.

USOS E EXEMPLIFICAÇÕES EM SALA DE AULA

Reconhecendo então a hiper-dramatização nos grandes filmes históricos que são passados para os jovens e o conflito que é gerado em sala de aula por eles, percebe-se “[...] a necessidade urgente do ofício do historiador e do professor de História no sentido de evitar a amnésia da sociedade atual marcada por incertezas e perspectivas indefinidas.” (BITTENCOURT, 2004: 14). Portanto, compreendemos o papel essencial do professor de História, ao colocar um filme sobre a Segunda Guerra Mundial em sala de aula, como um papel mobilizador de sentidos. Todos os filmes citados anteriormente possuem uma potência para o ensino, seja para chamar a atenção para a predominância de certas

narrativas e representações históricas ou para trabalhar com a consciência histórica ao demonstrar temas sensíveis como o Holocausto.

Como professores de História, algumas perguntas ao passar um filme em sala de aula devem ser feitas, como: “Por que eu vou passar esse filme? O que meus alunos vão obter a partir disso? O que eu quero que meus alunos percebam com esse filme?”. Colocar os alunos para assistirem um filme durante a aula de História não significa colocar um filme com “falhas históricas” somente para criticá-lo nem colocar um filme “historicamente correto” para ilustrar tal evento. Cada produção cinematográfica possui um sentido por trás, uma certa narrativa que ela constrói, desconstrói ou reconstrói. É este trabalho que se procura fazer em uma sala de aula: reconhecer que o filme é uma produção, ou seja, é uma representação, e não uma imagem completa da história. Pois, então, como Saliba aponta:

Ao utilizar-se do filme no processo de ensino, ainda acredito que todo o esforço do professor de humanidades deve ser no sentido de mostrar à maneira do conhecimento histórico — o filme também é produzido, também ele irradia um processo de pluralização de sentidos ou de verdades — e, da mesma forma que na História, o filme é uma construção imaginativa que necessita ser pensada e trabalhada interminavelmente. [...] Portanto, construir a história na narrativa fílmica pode implicar, inclusive, destruir significados estáveis, desmontar sentidos estabelecidos, desmistificar ilusões ou mitos já cristalizados. (SALIBA, 2004: 119-120)

Para demonstrar esse tipo de utilização do filme em sala de aula, trazemos a experiência da professora Fabiana Rodrigues de Almeida (2014) com uma turma do 6º ano. Ela passou *Tróia* (2004) para a turma assistir, porém, iniciou o filme pelos créditos finais para mostrar a quantidade de pessoas envolvidas na produção. Ela também pediu para analisar as escolhas desses sujeitos para a produção e como contribuem para a narrativa do filme. Ao longo do filme, Almeida pausava para discutir sobre tais escolhas, realizando uma prática de “e se...?”, por exemplo, “no caso do cinegrafista, “e se...” ele desse um zoom em todas as lutas, teríamos a dimensão da multidão de soldados envolvidos na batalha? Por que ele escolheu esse foco ampliado? Por que em outros momentos reduziu o ângulo de visão?” (ALMEIDA, 2014: 333).

Tomando o movimento de Almeida como ponto de partida, trabalharemos com a importância dessa análise do visível e do invisível (FERRO, 1995) dos filmes sobre a Segunda Guerra Mundial em uma sala de aula. A partir dos argumentos anteriores, reconhecemos que o movimento em que colocar um filme para os alunos assistirem não é uma mera ilustração, não é uma análise do filme pelo filme, mas uma análise do que ele representa. Os filmes são produzidos a partir de escolhas e a compreensão do aluno delas e de seu desenvolvimento em cada temática de fato se faz fundamental.

Todavia, percebemos que ainda há uma falta desses tipos de trabalhos de análise nos manuais de professor dos livros didáticos, além de uma falta de filmes sobre a Segunda Guerra Mundial nos livros dos alunos. Dos cinco livros didáticos de História do Ensino Fundamental II mais distribuídos do Brasil no ano de 2020⁴, dois não fazem referência alguma a filmes sobre a Segunda Guerra Mundial. Os filmes geralmente aparecem no manual do professor, porém sem acompanhamento de sugestão, proposta ou

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

orientação. Apesar disso, duas das coleções não apresentam sugestões, propostas ou orientações para o trabalho geral com filmes no manual do professor.

Sendo assim, Vitória Azevedo da Fonseca (2016a) critica os manuais do professor e suas orientações sobre o “como usar” o audiovisual em sala de aula que possuem como base a análise fílmica e a crítica cinematográfica, ao invés de pensar o audiovisual como um recurso pedagógico potente para o processo de aprendizagem. Dessa maneira, Fonseca (2016b) também discorre sobre a alerta em relação ao uso de um filme nesses manuais, questionando se estas mesmas preocupações estão presentes nas orientações sobre o uso de textos. Percebe-se então que “o uso do filme em geral é visto como uma forma de o professor “matar a aula”, em outros termos o filme ainda é visto como um recurso secundário e descolado do conteúdo e, portanto, visto como um recurso para ilustrar e não ensinar e aprender a partir dele” (FELISBERTO; CHAVES, 2020: 2)

Desta maneira, dentro dos volumes voltados para o 9º ano nas coleções de História citados anteriormente — *História Sociedade & Cidadania, Araribá Mais - História, Vontade de Saber História, Estudar História: das origens do homem à era digital e Historiar* — há um total de seis filmes sobre a Segunda Guerra Mundial presentes nos livros do aluno, sendo assim, quatro deles estão na coleção *Historiar*. À vista disso, o filme mais indicado para os alunos é *A Menina que roubava Livros* (2013), porém este filme apresenta problemáticas parecidas com *O Menino do Pijama Listrado*, em que o espectador se sensibiliza com as sofrências dos jovens alemães em um filme que se apresenta como uma inovação de olhares sobre as vítimas do Holocausto. Percebemos então que quando estes filmes são indicados, são apresentados como ilustrações e conteúdos extras.

Posto isto, os questionamentos e debates sobre os filmes indicados pelos livros didáticos ou apresentados pelos professores necessitam partir do próprio professor, pois os jovens não possuem contato com eles somente à partir dos livros escolares. O professor precisa reconhecer que, como Marc Ferro (1995) afirma:

[...] empreender a análise de filmes, de fragmentos de filme, de planos, de temas, levando em conta, segundo a necessidade, o saber e o modo de abordagem das diferentes ciências humanas, não poderia bastar. É necessário aplicar esses métodos a cada substância do filme (imagens, imagens sonoras, imagens não sonorizadas), às relações entre os componentes dessas substâncias; analisar no filme principalmente a narrativa, o cenário, o texto, as relações do filme com o que não é o filme: o autor, a produção, o público, a crítica, o regime. (FERRO, 1995: 203)

À partir da análise do visível e do invisível dos filmes sobre a Segunda Guerra Mundial, percebemos uma clara diferença entre filmes como *O Pianista* e *O Menino do Pijama Listrado*, por exemplo. O primeiro, como foi dito anteriormente, foi baseado em um relato de um sobrevivente do gueto de Varsóvia e dirigido por um sobrevivente do gueto de Cracóvia, ou seja, dois sobreviventes do Holocausto estavam envolvidos (diretamente ou indiretamente) na produção do filme, portanto houve um grande cuidado com a sensibilidade e afetos produzidos pelo filme. O segundo foi baseado em um romance histórico com muitas imprecisões históricas escrito pelo autor irlandês John Boyne e teve um grande impacto negativo no saber histórico dos jovens. Michael Gray

(2014) demonstra as respostas obtidas sobre uma pesquisa realizada em 2009 pela London Jewish Cultural Centre, em que a maioria dos alunos entrevistados acreditaram que a história do O Menino do Pijama Listrado era verdadeira e que alguns pensaram que o Holocausto terminou quando crianças nazistas morreram nos campos de concentração. Nesta mesma pesquisa, foi percebido que 40,9% dos alunos pensaram que, ao chegar nos campos de concentração, os judeus recebiam roupas novas, enquanto somente 18,5% declararam que os judeus foram mortos.

CONCLUSÃO

Como movimento principal diante de tudo apresentado, a desconstrução das narrativas e seu uso na sala de aula, são geradores fundamentais num processo de desenvolvimento de possibilidades de ensino e aprendizagem. É importante entendermos que ao tratar desses filmes aqui escolhidos, assim como das produções cinematográficas em geral, não há receita de bolo pronta para que os professores de História sigam passo a passo. Mas sim, um leque de possibilidades que nos demonstram chances de trazer para o ambiente escolar debates que envolvam relações dentro e além conteúdo, que perpassam realidades de cada aluno e trazem nos filmes um cenário de debate e escuta ativa, onde cada telespectador tem poder de discutir sobre sua perspectiva diante do que foi ali apresentado. Tendo o apoio do professor, assim como dos livros didáticos ou materiais extra ou curriculares, a discussão tende ainda mais a se intensificar, trazendo as noções de análise do visível e do invisível, tendo no além conteúdo um suporte didático. É dessa forma que "pode-se assim esperar compreender não somente a obra como também a realidade que representa." (FERRO, 1995: 203)

Dessa forma, vemos a possibilidade de desenvolvimento de materiais de ensino que auxiliem o professor nas reflexões, problematizações, na produção de conhecimento, em forma de metodologias para o trabalho com filmes nas aulas de História. Serão usados os filmes apontados nos livros didáticos, compreendendo estes enquanto documentos históricos portadores de sentido, capazes de sugerir mediações, permitindo ao sujeito formular problemas e colocar em questão a sociedade que os produziu. (FELISBERTO; CHAVES, 2020: 8)

Ou seja, além do conteúdo e da narrativa presente no filme, é necessário analisar também o diretor, a crítica, o público, o contexto da produção, entre vários outros aspectos "invisíveis". Ao realizar um trabalho dessa maneira, como foi feito pela professora Fabiana, os alunos podem, com as sugestões feitas de produções, ou até mesmo com outros filmes que também apresentam relações como as indicadas, discutir e propor numa sala de aula de História, aquilo que a História e o Ensino de História devem trazer. As noções de um passado que deve ser espaço de entendimento, de discussão, de debate e consequentemente de construção de saber.

REFERÊNCIAS

- Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

FILMES

A ESTRADA 47. Direção de Vicente Ferraz. São Paulo: Primo Filmes; Lisboa: Stopline Films; Rio de Janeiro: Três Mundos Produções; Roma: Verdeoro, 2013. DVD (1h47min).

A MENINA que Roubava Livros. Direção de Brian Percival. Los Angeles: Fox 2000 Pictures; Pawtucket: Sunswept Entertainment; Berlin: Babelsberg Studio; Nova Iorque: TSG Entertainment, 2013. DVD (2h11min).

GEN Pérs Descalços. Direção de Mori Masaki. Tóquio: Madhouse, 1983. DVD (1h25min).

O MENINO do Pijama Listrado. Direção de Mark Herman. Londres: BBC Filmes; Heyday Films, 2008. DVD (1h34min).

O PIANISTA. Direção de Roman Polanski. Babelsberg: Studio Babelsberg; Paris: StudioCanal, 2002. DVD (2h30min).

O RESGATE do Soldado Ryan. Direção de Steven Spielberg. Los Angeles: DreamWorks Pictures; Paramount Pictures; Amblin Entertainment; Mutual Film Company, 1998. DVD (2h50min).

OS FALSÁRIOS. Direção de Stefan Ruzowitzky. Babelsberg: Studio Babelsberg, 2007. DVD (1h38min).

PEARL Harbor. Direção de Michael Bay. Burbank: Touchstone Pictures; Santa Monica: Jerry Bruckheimer Films, 2001. DVD (3h3min).

STALINGRADO - A Batalha Final. Direção de Joseph Vilsmaier. Berlin: Senator Film Verleih GmbH; Culver City: Strand Releasing, 1993. DVD (2h14min).

LIVROS DIDÁTICOS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania:** 9º ano : ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Estudar história:** das origens do homem à era digital, 9º ano. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 9º ano:** ensino fundamental, anos finais. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila; PELLEGRINI, Marco César. **Vontade de saber:** história: 9º ano : ensino fundamental: anos finais. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.

FERNANDES, Ana Claudia (Ed.). **Araribá mais:** História, 9º ano. São Paulo: Moderna, 2018.

BIBLIOGRAFIA

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. Narrativas e (re)invenções de uma professora em movimento. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 325-339, dez. 2014.

BITENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. *In*: BITENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 11-27.

EISENSTEIN, Sergei. **O sentido do filme**. Tradução de Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, Anpuh-Brasil, v. 7, n. 13, p. 139-159, jun. 2018.

GRAY, Michael. The Boy in the Striped Pyjamas: a blessing or curse for Holocaust education?. **Holocaust Studies**, v. 20, n. 3, p. 109-136, 2014.

FERRAZ, Vicente. ‘Road 47’: Telling a ‘Forgotten Part of History’. **Variety**. Los Angeles, 5 out. 2013. Disponível em: <https://variety.com/2013/film/global/road-47-telling-a-forgotten-part-of-history-1200697379/>. Acesso em: 22 dez. 2021.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? *In*: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos objetos**. Tradução de Teresinha Marinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 199-215.

FELISBERTO, Edivane de Almeida; CHAVES, Edilson Aparecido. Livros didáticos de História: Analisando o manual do professor e seu impacto na construção de novas metodologias para ensinar a partir de filmes. *In*: ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 11., 2020, Ponta Grossa. Anais eletrônicos... Ponta Grossa: ABEH, 2020. Disponível em: https://www.perspectivas2020.abeh.org.br/resources/anais/19/epoh2020/1606759935_A_RQUIVO_734df4c28f3fad88799af2032ce853e2.pdf. Acesso em: 7 nov. 2021.

FONSECA, Vitória Azevedo da. Filmes históricos e o ensino de História: diálogos e controvérsias. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 415-434, 2016.

FONSECA, Vitória Azevedo da. Filmes no ensino de História na visão dos livros didáticos: use com moderação. **Revista Labirinto**, v. 24, n. 2, p. 57-70, 2016.

RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e luta: construindo a memória da FEB**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, FGV - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, p. 301, 2013.

SALIBA, Elias Thomé. Experiências e representações sociais: reflexões sobre o uso e o consumo das imagens. *In*: BITENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 117-127.

STOLER, Mark A. The Second World War in U.S. history and memory. **Diplomatic History**, v. 25, n. 3, p. 383-392, 2001.

Museu e Ensino de História: o museu virtual como espaço de (re)construção de memória

Ricardo Vicente da Cunha Júnior¹

Edmo Videira Neto²

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo problematizar a relação entre museu e ensino de História, à luz da discussão sobre memória. Para tanto, é apresentada a experiência denominada Museu Virtual, desenvolvida com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada, no intuito de refletir acerca das contribuições que essa experiência pode trazer para o ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História. Museu Virtual. Memória.

Abstract

The present work aims to problematize the relationship between museum and history teaching, in light of the discussion about memory. Therefore, the experience called Virtual Museum is presented, developed with students from the 6th year of elementary school at a private school, in order to reflect on the contributions that this experience can bring to the History teaching.

Keywords: History Teaching. Virtual Museum. Memory.

Introdução

“Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato”
(Samba-enredo Mangueira, 2019)

Em 2019, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira colocou nas avenidas de um dos maiores eventos da cultura nacional uma verdadeira aula de História. Ao exigir “um país que não está no retrato”, a escola de samba nos colocou uma importante tarefa de pensar as várias e múltiplas “histórias que a História não conta”. Nesse sentido, um dos espaços privilegiados, cujos retratos contribuem para a construção de uma memória coletiva, são os museus. Parte das atividades externas das escolas, quando se trata das aulas de História, estão relacionadas a visitas a museus, de maneira que, à luz do samba enredo da Estação Primeira de Mangueira, algumas questões são centrais para a reflexão: como educar para a compreensão histórica, especialmente nos espaços museais? Como construir com os estudantes a ideia de memória? Quais significados são atribuídos aos museus no interior das aulas de História? Como problematizar o espaço museal enquanto espaço de memória nas aulas de História? Outro desafio também colocado nos tempos pandêmicos que vivemos é o de pensar como proporcionar a esses jovens um contato histórico com museus em um contexto onde essas instituições se encontram fechadas?

Tendo como pano de fundo essas e outras questões que propomos para este trabalho a análise da proposta denominada Museu Virtual, uma iniciativa que tem como objetivo contribuir para a construção e reflexão da memória individual e coletiva junto aos alunos do 6º ano do ensino fundamental de uma escola privada na cidade de Juiz de Fora. Portanto, nosso objetivo com este trabalho é realizar um duplo movimento: primeiro, estabelecer uma discussão teórica sobre os sentidos do ensino de história e sua relação com a ideia de museu e memória; segundo, analisar a partir dos objetos escolhidos pelos estudantes qual o sentido de memória e história que suas narrativas presentes no museu virtual constroem.

Em síntese, pretendemos analisar os sentidos que as crianças atribuem a essa experiência, partindo do pressuposto de que o espaço do museu, mesmo virtualmente, abre possibilidades de repensar o ensino de História, realocando o lugar do passado nas aulas e, conseqüentemente, contribui para pensar a identidade dos estudantes em evidência no Museu Virtual, identidade essa que busca fazê-los se compreenderem enquanto sujeitos históricos que “produzem” História. Assim sendo, a perspectiva de Museu que ora nos ancoramos encontra respaldo no fato de que “a linguagem museal (...) não está restrita às coisas, mas antes lança mão das coisas e de outras tantas linguagens e de outros tantos recursos: táteis, visuais, olfativos, gustativos, auditivos, afetivos, cognitivos e intuitivos” (CHAGAS *apud* COSTA, 2011: 97)

Museu e ensino de história: um debate teórico

O espaço do museu constitui-se enquanto um lugar de perpetuação da memória e da História, de forma que é um local comumente utilizado no ensino de História para reflexões em torno do tema da memória. Entretanto, muitos espaços museais possuem uma determinada narrativa acerca do passado, de maneira que, em muitos casos, acaba por afastar os sujeitos implicados no processo de ensino e aprendizagem, ao invés de

atraí-los. Isso decorre muito fortemente da maneira como o museu é tratado no campo do ensino, em que, na maior parte das vezes, destina-se a mostrar "heróis" e "grandes acontecimentos", o que ainda remonta a um modelo de ensinar História do século XIX, em contexto de construção das identidades nacionais. Como nos aponta Rodrigo Turin, o historiador dos oitocentos se comportava como o pedagogo da nação e tinha como objetivo guiar os Estados Nacionais rumo ao futuro prometido pela modernidade (TURIN, 2018). Portanto, podemos compreender a concepção clássica de museu, como um local que preserva uma memória diretamente ligada com a ideia de história produzida pela tradição historiográfica oitocentista. Ao preservar peças diretamente ligadas à elite econômica da época e contar a história de "grandes homens", esses espaços de memória se comportam como lugares perpetuadores do domínio colonial e moderno empreendido pelos estados nacionais europeus do século XIX.

Teoricamente, podemos entender essa ideia clássica de museu a partir da definição que Nietzsche estabelece em sua "Segunda Consideração Intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida". Dentre os tipos de historiadores e as formas de história analisadas pelo autor, dois deles nos chamaram a atenção: o monumental e o antiquário (NIETZSCHE, 2003). O primeiro, estaria focado na construção das grandes narrativas monumentais, em contar as grandes histórias dos grandes homens que venceram batalhas e que conduziram as políticas estatais. Já a história antiquária seria aquela praticada pelo colecionador de relíquias, roupas, arquivos e qualquer objeto antigo que denote um senso de passado, tornando-se assim, um guardião material do tempo pretérito. O que assemelha ambos os tipos de história é sua pretensão de totalidade, de apreender cada mínimo detalhe do passado, e a tentativa de controlar e dar forma ao incontrolável caos do tempo. Neste sentido, partimos do pressuposto de que a ideia clássica de museu é uma mistura entre a história antiquária e a monumental. Ao mesmo tempo em que esses espaços de memória preservam objetos de antepassados (atitude essa que é fundamental para a preservação da memória) se comportando como os colecionistas antiquários, também escolhe contar uma história monumental, pois aquilo que está exposto geralmente escolhe narrar a vida de grandes personalidades, estadistas, políticos e heróis de guerra da nação. A questão central que se apresenta aqui, além de ser sobre o que preservar e musealizar, também é sobre como contar uma determinada história presente em um museu. Neste sentido, um outro tipo de história descrita por Nietzsche em 1873 pode nos servir como base para pensarmos nossa proposta de estudar um museu virtual elaborado por alunos: a ideia de história crítica (NIETZSCHE, 2003). Neste tipo de história, mais do que um conhecimento voltado exclusivamente para o passado, temos uma ideia de conhecimento que serve à vida e, conseqüentemente, para o presente do sujeito que consome histórias. É por isso que partimos do pressuposto de que nosso museu virtual se ancora em uma perspectiva crítica de história, onde os alunos são os protagonistas e os curadores desse museu que abarca um acervo de suas memórias pessoais.

Contemporaneamente, em nossa sociedade, a metáfora do historiador como pedagogo da nação que citamos acima perdeu seu significado. Se o século XIX, com o Estado-Nação e os historiadores profissionais a seu serviço, elaboraram as meta-narrativas mestras, teleológicas e universais de desenvolvimento e progresso humano, o século XX se incumbiu de destruí-las. Portanto, em nosso século XXI moldado pelo presentismo (HARTOG, 2006), a história disciplinar como se constituiu no século XIX e o historiador como esse funcionário do Estado, parecem não fazer mais sentido. Mais do

que isso, esse antigo pedagogo da nação é visto pelo Estado atual e, em especial o Estado brasileiro, como um incômodo funcionário (TURIN, 2018). É nesse sentido que propomos pensar um movimento de reinvenção de nossas práticas disciplinares, de nossa ideia de museu e da concepção de ensino de história. Portanto, se torna cada vez mais urgente e necessário que historiadores(as) e professores(as) de história busquem a realidade do estudante como ponto de partida para o ensino e destaquem a importância de suas memórias pessoais para a construção da memória coletiva, ou seja, devemos constantemente buscar uma concepção de história crítica. Como Hayden White nos mostra, é necessário educar para a descontinuidade histórica (WHITE, 2014) justamente porque as meta-narrativas do século XIX e a construção dos heróis históricos representam um tempo linear e cronológico, onde as memórias de pessoas comuns são relegadas em prol das narrativas dos “grandes homens”. Neste sentido, devemos pensar em uma educação que descontinue essa ideia, trazendo para a cena histórica e para os museus, histórias e memórias de pessoas comuns.

Neste trabalho, nos deteremos especialmente na possibilidade do museu enquanto espaço de constituição de identidades, não as identidades nacionais, mas a identidade enquanto espaço de reconhecimento de si e dos outros. É a partir dessas perspectivas que buscaremos analisar de que forma os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental estão pensando o Museu Virtual. Isso porque, tal como destacado por Carina Costa

Turistas e visitantes querem ter o seu próprio museu na sala de visitas. Assim, há um esforço de reter e guardar um presente que se torna velozmente passado e, por outro lado, de representar o passado por meio de outras estratégias, que não as relacionadas ao ensino formal (COSTA, 2011: 22)

Esse momento de auto reconhecimento de suas memórias, histórias e trajetórias é um movimento extremamente importante para o ensino de história de maneira crítica. Desta forma, um ensino que parte de um museu construído com um acervo que tem como prioridade a memória de jovens estudantes contribui para a desconstrução da ideia de que, em espaços de memórias, apenas as histórias de “grandes heróis” podem ser contadas. Acreditamos, em confluência com Costa (2011), que é “de fundamental importância, portanto, historicizar os discursos produzidos pelos museus históricos” (COSTA, 2011: 96), de maneira que a nossa proposta com o Museu Virtual é, juntamente com os estudantes, “refletir sobre os sentidos de passado por eles veiculados e também a concepção de educação que está implícita” (ibid.).

Se como dissemos acima, muitos museus contemporâneos ainda pensam a história na chave oitocentista, o mesmo pode ser percebido no ensino de história. Por mais que a ideia de ensinar datas e nomes de “pessoas importantes” tenha caído cada vez mais em desuso, ainda percebemos muitas dessas práticas em várias escolas. Portanto, repensar um ensino na chave de uma história crítica também é uma atividade relevante. Principalmente em nosso caso, onde relacionamos um museu virtual com a ideia de ensino de história. Isso significa que, na narrativa clássica perpetrada por várias escolas, a história dos alunos não teria lugar em um museu. Esse processo histórico de negação de identidades precisa ser combatido, justamente para que o estudante se reconheça enquanto

um agente social e, mais do que isso, perceba que sua história é tão importante quanto a de qualquer outra pessoa.

Musealizando experiências: os objetos no Museu Virtual

A musealização de um objeto constitui-se enquanto um processo de escolha que orienta, necessariamente, a história que se pretende construir e, por conseguinte, memórias possíveis que se busca preservar. É preciso ter clareza do movimento de seleção daquilo que está em um espaço museal, para que esse espaço educativo possa efetivamente assumir seu caráter pedagógico, assumindo o fato de que, segundo Ramos (2004), nenhum museu é “inocente”.

Nesse sentido, compreende-se que todo objeto musealizado passa a adquirir valor simbólico, cujo objetivo é produzir significados em torno da historicidade inerente a cada objeto, em outras palavras, os objetos contam histórias. Partindo dessa premissa e dos pontos discutidos no decorrer deste texto, a proposição do Museu Virtual parte, não de certezas, mas de um conjunto de indagações em torno da ideia de um objeto musealizado. Mais que pensar criticamente a escolha dos objetos e as narrativas construídas nas exposições, este texto vai além, pois busca problematizar o que efetivamente é um espaço museal e quais sujeitos/objetos podem ter suas narrativas presentes neste espaço educativo.

Partimos, portanto, daquilo que Ramos (2004) denominou como “alfabetização museológica”, a qual pretende educar para a sensibilidade e para a criticidade, em que se busca compreender as relações sociais, históricas e culturais construídas no espaço dos museus, especialmente no que tange à relação entre os sujeitos e os objetos. Nesse verdadeiro amálgama do processo de alfabetização museal, que implica pensar sujeitos, objetos, temporalidades, conhecimento, buscamos caminhar no sentido de possibilitar aos estudantes do ensino básico uma relação com o museu mediada pela memória individual. Quiçá, reflexões em torno do próprio sentido de História, haja vista que a experiência ora narrada foi desenvolvida com estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental, que dentre outros temas, discutem, conforme o currículo proposto, os próprios sentidos de se aprender História e seus objetos de estudo.

Para tanto, a discussão inicial com a turma partiu de uma notícia acerca da catástrofe no Museu Nacional, em que parte do acervo, incluído o próprio prédio, foi destruído pelas chamas de uma sociedade que ignorou as profundas marcas do descaso presente naquela instituição. Nessas discussões, buscamos compreender o significado daquela perda para o que denominamos como “memória coletiva”, para que os estudantes pudessem se aproximar do significado de um museu. Isto posto, a turma foi convidada a pesquisar e descobrir informações sobre o chamado Museu da Pessoa, refletindo, inclusive, sobre o próprio nome do museu, diferenciando sua proposta daquela do Museu Nacional. Ao longo de todo o processo, a turma foi conhecendo parte dos acervos, com intuito de mapear semelhanças e diferenças dos objetivos de cada uma dessas instituições e como esse acervo contribui [ou não] para a construção da memória.

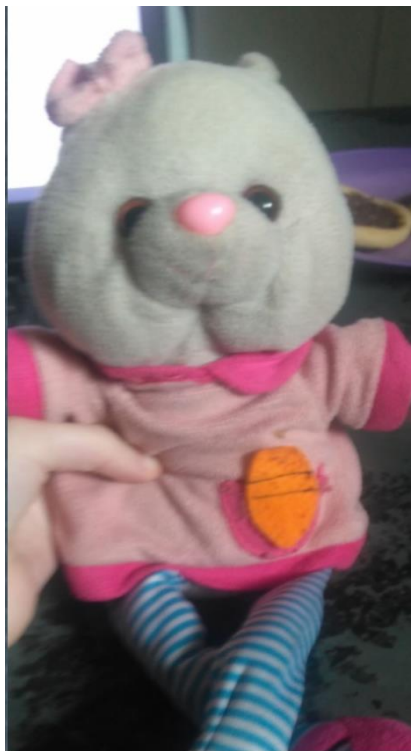
Nesse movimento, pensar a memória foi fundamental para a construção do Museu Virtual, pois era necessário que cada estudante compreendesse que os museus são instituições históricas que perpetuam memórias e que essas memórias constituem as identidades sociais e culturais de cada sujeito. Assim, foi proposto à turma que pensassem sobre sua própria vida e selecionassem um objeto que era importante para eles e que de alguma forma representasse cada um deles. Ao selecionarem, cada um pode dizer sobre a importância daquele objeto e, em seguida, surgiu a provocação junto à turma: vocês acham que esses objetos pessoais merecem ir para um museu?

Em função do movimento inicial de debate sobre acervo, museu, memória e História, foi unânime a crença de que os objetos de cada um mereciam ir para o espaço museal. Ao assumirem que suas memórias individuais eram também construções históricas e, mais que isso, entenderem que suas narrativas poderiam compor um acervo de Museu, afinal, em que pese a individualidade de cada memória, elas próprias remontam à História de cada um de nós, sujeitos imersos em determinado tempo e espaço que, a partir dos enunciados de cada um, tais objetos “banais” passam a compor significados a essa comunidade de sujeitos que compartilham agora suas histórias. Nesse compartilhamento de narrativas acerca de nossas memórias, nossos objetos adquirem sentido. Nossos objetos passam a materializar nossas palavras, que deixam de ser simplesmente nossas e tornam-se palavras compartilhadas, pois toda “palavra serve de expressão ao “um” em relação ao “outro”. Na palavra, eu dou forma a mim mesmo do ponto de vista do outro e, por fim, da perspectiva da minha coletividade” (VOLÓCHINOV, 2017: 205).

Nas narrativas de cada sujeito que experienciou a vivência com o Museu Virtual, desdobraram-se lugares, pessoas, temporalidades, em síntese, cada objeto despertou memórias, constituindo-se, por excelência, aquilo que Ramos (2004) denominou como “objetos geradores”. Dentre os objetos geradores, foram expostas fotografias, que remontavam a momentos da vida, como viagens e nascimento; anéis de formatura, que marcam uma transição importante para cada estudante, que sai do ensino fundamental I e passa a ir para o fundamental II que, mais do que uma simples passagem de fase educacional, é a passagem da infância para adolescência, é a passagem da própria vida, da transformação temporal da existência de cada um; presentes de parentes próximos, parentes estes, inclusive, que só se fazem presente agora na memória dos estudantes, dentre outros objetos.

Nos deteremos aqui especificamente no objeto e relato de uma estudante da turma, em função das contribuições que seu objeto e sua narrativa possibilitam elucidar em torno do que vimos discutindo no decorrer deste texto. Abaixo, segue a imagem do objeto escolhido e a transcrição do relato da aluna que aqui chamaremos de Mariana.

Imagem 1: Objeto escolhido pela estudante.



Fonte: Museu Virtual.

“Bom, meu objeto foi uma coelhinha que se chamada Sofia. Eu ganhei ela com 5 anos de idade. Vendo um comercial de refrigerante na páscoa, tinha um monte de crianças segurando uns coelhinhos. Uns eram de verdade, já outros eram pelúcias. No começo eu queria um de verdade, mas meus pais disseram que era melhor o de pelúcias. Demorou muito para eu aceitar, mas eu aceitei e nós fomos no shopping. Tinham vários, mas nenhum chamou minha atenção e estava quase fechando e a última loja que vendia brinquedos era a lojas americanas e lá tinha um GIGANTE, era muito grande. Eu não gostei, mas meu pai queria que eu pegasse. Aquela parte de brinquedos tinha tipo que uma oferta, que cada um saia a 15 reais.

Eu gostava muito da princesinha Sofia, ai veio o nome Sofia, mas antes de por eu pedi para ver o que era, não sabia o que significava significado. Minha mãe disse que é sabedoria, sábia, mas eu gostava dela pois era fofa, e fofa tem um nome com significa que é Julia, portanto o nome dela é Sofia Julia. Não me julguem, pois só tinha 5 anos.

Passou uma semana, ela estava na gaveta jogada, mas se passaram uns dias, meses, e lá para maio ou junho eu estava triste, meio magoada e, sei lá, uma voz na minha mente falou vai brincar e esqueça tudo. Achei meio estranho, mas como avô faleceu e minha mãe é espírita, eu meio que acredito em espíritos, e pensei que fosse meio avô me dando um conselho. Peguei a coelhinha e ela foi a única e melhor amiga que tinha e aquela voz. Naquele dia brinquei bastante e nunca mais esqueci dela, e a voz aparece no meus pesadelos os mais piores e sobre os sonhos eu sonho com meu avô, mas enfim, essa é a história.”³

Partindo do pressuposto que nos colocamos no mundo pela linguagem, ancoramos essa parte de nossa reflexão na filosofia da linguagem proposta pelos teóricos pertencentes ao chamado círculo de Bakhtin. Nessa teoria, um aspecto central são os chamados enunciados, que são as formas pelas quais a linguagem se materializa nas comunicações humanas, sejam eles orais ou escritos. Entendendo a narrativa da aluna enquanto um enunciado, podemos atribuir alguns significados de como ela mobiliza a memória e, por conseguinte, constrói significado ao objeto que escolhe alocar no espaço museal.

Dessa forma, tudo o que enunciamos corresponde aquilo que subjetivamente está em nosso interior e ganha forma e sentido na fala viva e dinâmica. É, pois, nessa perspectiva que a memória ocupa um lugar privilegiado. Analisando o enunciado dessa estudante, percebemos que ela seleciona o objeto que possui valor simbólico a ela, valor esse que é sentimental e, ao escrever sua narrativa, ela pretende legitimar o pertencimento desse objeto no museu, entendido como espaço de manifestação das memórias. Nesse sentido, esse objeto gerador a provoca construir uma narrativa voltada para os sentidos que ela atribui ao objeto, mas, também, é uma narrativa direcionada àqueles que prestigiam sua memória no espaço do Museu Virtual.

A partir de seu enunciado, podemos compreender que esses estudantes se colocam em interação quando ganham esse espaço privilegiado do museu. Todo o movimento de detalhamento da história presente no seu objeto, história essa pessoal, de vida, ativada pela memória presente que visa dar sentido ao pretérito de seu objeto de memória, deixa de estar no plano do subjetivo e individual e passa agora a compor uma memória coletiva/pública/compartilhada. Ou seja, o objeto perde seu valor de uso e passa a estar na interação com outras memórias, com outros sujeitos, cujas histórias se assemelham à dela. Seu enunciado busca um ouvinte, um parceiro. Quando ela enuncia que “*Não me julguem, pois só tinha 5 anos*”, pretende no curso de sua memória uma atitude respeitosa do seu interlocutor, para que este compreenda suas escolhas. Portanto, ao entrar em espaço público, no sentido de que sua memória agora deixa de estar no plano do individual, ela busca e requer um interlocutor uma “ativa posição responsiva”, isto é, seu enunciado “não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação uma objeção uma execução, etc” (BAKHTIN, 2011: 272). Em outras palavras, o museu vai se constituindo enquanto um espaço destinado ao outro, que se identifica, se reconhece, se constrói nessa interação, outrossim, (re)constrói sua própria identidade.

Ao construir seu enunciado, percebemos que ela nos provoca a pensar acerca da fluidez da memória, das constantes negociações a ela inerentes. Seu enunciado evidencia que não somente busca um interlocutor, mas também constrói para ela própria os sentidos de seu objeto, fato bem demarcado no último parágrafo da fala da aluna, onde ela destaca que o objeto escolhido estava jogado na gaveta. Isso nos mostra como a relação que estabelecemos com lugares de memória são fluídas e podem ser ressignificadas com o passar do tempo. Neste exemplo, vemos a memória sendo exercida enquanto uma atividade, que se coloca na interação, ou seja, algo é realizado a partir da memória (RICOUER, 2007). Se em um primeiro momento, Mariana havia abandonado o ursinho que fora tão importante em sua infância, agora ela recorre a ele novamente em um momento em que se sentia triste. A fala de Mariana aponta para o amálgama entre objeto e sujeito. Repleta de sensibilidade, a memória vai se destacando enquanto uma forma de

dizer de mim, tal como nos aponta Ricouer (2007), “as memórias das “coisas” e memória de mim mesmo coincidem: aí, encontro também a mim mesmo, lembro-me de mim, do que fiz, quando e onde fiz e da impressão que tive ao fazê-lo” (RICOUER, 2007: 110). Mariana diz de si ao narrar a escolha museal de seu objeto, e essa é uma das partes mais interessantes de sua narrativa, pois nos aponta para o fato de que criamos várias relações afetivas com os objetos que consideramos importantes. Ela nos aponta para a potencialidade do museu virtual: fazer esse movimento também é chamar atenção para os afetos e sensibilidades que produzimos diariamente com lugares, objetos e, porque não ursinhos de pelúcia. E aqui, o museu passa a ser o lugar onde esses sentimentos são não só eternizados, mas também passam a ter suas histórias contadas para todos aqueles que visitarem esse espaço de memória.

Outro ponto que também vale a pena chamar a atenção é o processo de escolha do ursinho por parte de Mariana. Provavelmente, se a atividade fosse realizada antes dele ser recuperado de sua gaveta, a aluna escolheria um outro objeto. Mas a partir do momento em que ele serviu como um consolo em um momento de tristeza, passou a denotar um outro sentido para ela. Esse movimento de colocar e retirar da gaveta coisas importantes para nós é realizado por todos diariamente. Portanto, o momento em que cada coisa é escolhida e a importância que ela assume naquele instante é fundamental para pensarmos o porquê os alunos escolheram determinados objetos para terem suas memórias musealizadas.

Conclusão

Não temos a pretensão de oferecer uma conclusão fechada para todos os temas que perpassam nosso texto. Fazer isso seria uma incongruência como a própria ideia de um museu virtual, que também se propõe um espaço aberto para a inclusão de outras memórias. A memória, tal como defendida por Pierre Nora (1993) é viva, constante, permanente. Nessa perspectiva, nosso Museu está em ação constante, sempre à disposição da (re)invenções da memória, pois a

“memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura, ou projeções. (NORA, 1993: 9)

Ademais, uma conclusão definitiva fecharia o espaço para as mudanças que, como vimos, constituem aquilo que consideramos importante. Entretanto, algumas poucas palavras podem ser ditas no intuito de sistematizar nossas reflexões. Primeiramente, devemos sempre reforçar a abertura não só da história, mas também dos museus, para as narrativas populares.

Acreditamos que essa experiência lança luzes para outras reflexões e ações que visem, retomando aqui a epígrafe que abre nosso texto, contar “histórias que a história não

conta”, como se propôs a escola de samba do Rio de Janeiro Estação Primeira de Mangueira em 2019.

Essa é uma atividade extremamente necessária e que traz para a centralidade do debate histórico a memória de pessoas que foram historicamente marginalizadas, memórias comuns, de pessoas que não se veem em espaços “formais” de memória. Em outras palavras, é compreender que a história e os museus podem ser povoados por memórias de sujeitos comuns, ou, nas palavras de Pollak (1989), memórias subterrâneas, que comumente são sucumbidas pelas narrativas hegemônicas que visam a construção de um projeto político de nação.

É neste sentido que nosso museu funciona como uma forma de historicizar as narrativas dos jovens estudantes, provocando-os a compreenderem que todos, inclusive eles, são sujeitos históricos e a partir de seus lugares únicos na existência, produzem/fazem/vivem a/na História/história. Em outros termos, é propiciar o exercício de uma consciência histórica, que requer a mobilização do tempo para atribuição de sentidos ao presente, de forma que o passado de cada estudante vai se constituindo enquanto objeto de estudo e de reflexão de sua própria relação com o tempo, fazendo-os compreenderem o movimento histórico que constituem a nossa existência. Defendemos, portanto, com essa experiência do museu virtual, que um ensino de história significativo, capaz de instigar e tornar mais complexa a consciência histórica, é aquele que mobiliza constantemente o estar no mundo como parte da produção dos saberes.

A experiência com o museu virtual aponta para uma aprendizagem histórica que vai se construindo na relação com a memória, com o tempo e com os sujeitos implicados no processo de ensino e aprendizagem, rompendo, assim, com um ato homogêneo de ensinar história, em que os saberes estão disponíveis somente para nosso conhecimento e nós nada somos do que receptáculos de eventos passados. Construir um museu a partir da problematização de conceitos como tempo, memória, fonte histórica, sujeitos, narrativas, é mobilizar a consciência histórica que, segundo Cerri (2011), é inerente a cada sujeito. O museu virtual, portanto, é uma abertura para a reflexão sobre a temporalidade e sobre a memória, que potencializa o nosso entendimento do processo de inacabamento do tempo e da memória (FREIRE, 2020).

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CERRI, Luiz Fernando. **Ensino de história e Consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

COSTA, Carina Martins **Uma arca das tradições : educar e comemorar no Museu Mariano Procópio** / Carina Martins Costa. – 2011. 320 f. Tese (doutorado) – Centro de

Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 65ª ed. / Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HARTOG, François. **Tempo e Patrimônio**. *Varia História*, Belo Horizonte, v.22, n. 36, p. 261-273, Jul/Dez 2006.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. *Relumé Dumará*, Rio de Janeiro, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São

Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

TURIN, Rodrigo. **Entre o passado disciplinar e os passados práticos**: figurações do historiador na crise das humanidades. *Tempo*, Niterói, vol. 24, n. 2, Maio/Ago. 2018. Disponível em:< <https://www.scielo.br/pdf/tem/v24n2/1980-542X-tem-24-02-186.pdf> >Acesso em: 25 out. 2021

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Grillo, Sheila; Américo, Ekaterina Vólkova. Ensaio introdutório de Grillo, Sheila. São Paulo: Editora 34, 2017.

WHITE, Hayden. O fardo da história. In: WHITE, Hayden. **Trópicos dos discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NO ENSINO REMOTO: ENTRE IDENTIFICAÇÕES E SUJEITOS

Hiago Gonçalves Dias do Nascimento¹

Maria Beatriz de S Thiago Ragon²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo cotejar experiências concernentes à formação inicial de professores e professoras de História em sua relação com os alunos e alunas, imersos no contexto da pandemia de COVID-19. Os processos de subjetivação no ambiente escolar sofrem os impactos causados pela distância entre docentes e discentes, gerando uma incógnita em torno de quais subjetivações estão sendo ativadas nessa conjuntura. Pretendemos articular nossas experiências, enquanto *pibidianos* da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ao debate sobre os danos causados aos processos de subjetivação de alunos e de professores, sobretudo os docentes que se encontram no período de formação durante a pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História, Formação Docente, Identidade, Sujeitos, Ensino Remoto

ABSTRACT

The present work aims to collate experiences concerning the initial training of history teachers in their relationship with the students, immersed in the context of the COVID-19 pandemic. The processes of subjectivation in the school environment suffer the impacts caused by the distance between teachers and students, leading to an uncertainty about which subjectivations are being activated at this juncture. We intend to articulate our experiences as *pibidianos* from the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), to the debate on the damage caused to the processes of subjectivation of students and teachers, especially teachers who are in the formative period during the pandemic.

KEYWORDS: History Education, Teacher Education, Identity, Subjects, Remote Learning

13. INTRODUÇÃO

Para pensar uma educação que abrace todos os sujeitos que a constroem, é preciso um sonho ou projeto, de forma a alinhar a realização do que se almeja com uma prática coerente que amplie as possibilidades para que isso aconteça (FREIRE, 2016). Surgem então algumas questões que norteiam o nosso trabalho: Quem são esses sujeitos? Como se constroem esses sujeitos? E que futuro sonhamos para a educação?

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Pensando a partir de uma perspectiva da ausência, levando em consideração a pandemia do coronavírus que teve seu início decretado pela OMS em março de 2020, não nos sentimos munidos de ferramentas para enfrentar os desafios do que é ser professor. A partir de nossa experiência enquanto *pibidianos* desde outubro desse mesmo ano, trabalhamos apenas com a expectativa que temos do nosso aluno, sem saber de fato quem ele é, por conta das limitações impostas a partir da atuação no Ensino Remoto Emergencial. Como acreditamos que “A aula de História, como a de qualquer disciplina, deve implicar para o aluno um sair de si, um confrontar-se com outras possibilidades de ser humano, de ser sujeito” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016. p. 26), de que forma podemos possibilitar esse confrontar-se sem saber quem é o nosso aluno?

Creemos que um dos caminhos para desanuviar a visão diante destas indagações consiste em uma aproximação com autores que debatem a questão do sujeito e, conseqüentemente, associam-na com a questão da identidade. Devido a nossa afeição epistemológica por Homi Bhabha, Stuart Hall e Tomaz Tadeu da Silva, escolhemos os trabalhos desses três estudiosos como ferramenta teórica para as reflexões aqui propostas. A revisão do conceito de identidade, a elaboração do conceito de hibridismo e o apontamento da diferença como elemento estruturante do processo de identificação, são algumas das contribuições com as quais trabalharemos no decorrer deste escrito. Apostamos que a postura anti-essencialista diante dos processos de identificação, característica desses autores, oferece maior potencial heurístico de investigação.

Nesse sentido, o trabalho encontra-se dividido em três partes. No primeiro momento, buscamos apresentar como se desenvolveram as atividades que realizamos no Pibid. Essa seção tem por objetivo explicitar a dificuldade de aproximação entre professores e alunos durante o ensino remoto, adotado em função da pandemia. Na segunda parte, tentaremos apresentar brevemente os principais conceitos dos autores que mobilizamos na pesquisa para, enfim, adentrarmos na terceira seção do trabalho. Nessa última etapa, nós cotejaremos as possibilidades de visualizar nossa experiência, enquanto *pibidianos* na pandemia, a partir do referencial teórico mobilizado - isso para observarmos em quais condições os processos de subjetivação de professores e alunos têm se desenvolvido.

14. A Iniciação à Docência e o Contexto Remoto

Em junho de 2020, a Universidade Federal de Juiz de Fora abriu um processo de seleção para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que trata-se de um programa que concede bolsas a alunos de licenciatura de instituições de educação superior (IES) em parceria com as redes básicas de ensino, promovendo a imersão e o acompanhamento das atividades no ambiente escolar desde a graduação. Dentre as 144 bolsas/vagas oferecidas para atuar como bolsista do Pibid na UFJF, oito eram voltadas para curso de Licenciatura em História e 8 para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais. A partir do processo de seleção dos bolsistas, foi estruturado o *Pibid Interdisciplinar em História e Sociologia*, sob a coordenação das professoras Yara Cristina Alvim e Katiúscia Vargas Antunes e supervisão dos professores Mateus Fernandes de Oliveira Almeida e Fabrício Andreto Rodrigues.

O projeto teve início em outubro do mesmo ano, porém com um grande desafio a ser enfrentado no decorrer das atividades: o isolamento social. Em decorrência da

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

pandemia da Covid-19, foram fechadas as instituições de ensino, interpelando o lado criativo do processo de ensino-aprendizagem e limitando as potencialidades libertadoras do que é aprender (PLÁ, 2020), obrigando o aluno a continuar produzindo apesar da maior crise sanitária e política da história global recente.

2.1. A atuação do Pibid na pandemia

Em meio à crise instaurada pela pandemia, o Pibid inicia seus trabalhos. Num primeiro momento, trabalhamos com a análise das bases curriculares que definem “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e o Currículo de Referência de Minas. Esse primeiro movimento, embora não promovesse nossa inserção imediata na docência, abriu brechas para que observássemos o que documentos curriculares institucionais consideram indispensável no ensino de História e Sociologia. No fim desta etapa, o grupo concluiu que os dois currículos de referência estabelecem limites para o que deve ser trabalhado em sala de aula, limitando as práticas docentes e a autonomia do professor.

Num segundo momento, passamos a trabalhar com os Planos de Estudos Tutorado (PET), uma iniciativa do Governo Estadual de Minas Gerais, que visa ser uma ferramenta de continuidade do ensino no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE). De acordo com o Governo do Estado de Minas Gerais:

O Plano de Estudos Tutorado (PET) é o conjunto de atividades semanais que contempla os Componentes Curriculares de cada ano de escolaridade, respeitando a carga horária mensal a ser vencida pelo estudante. Ele é organizado considerando as habilidades e competências previstas no currículo para cada ano de escolaridade. (MEMORANDO-CIRCULAR Nº 34/2020/SEE/SG)

Ou seja, são apostilas com breves explicações sobre determinados conteúdos e sugestões de atividade, já que, dentro da lógica produtivista na qual a escola básica está inserida, o aluno não pode parar de produzir, mesmo vendo-se restrito ao ambiente privado.

Assim, foram analisados os cinco primeiros PETs de História e Sociologia disponibilizados para o Ensino Médio da rede pública de Minas Gerais. São divididos em eixo temático e tema, além de expor as Habilidades e Competências da BNCC e previstas no Currículo ao qual ele se enquadra, os conteúdos relacionados ao tema e a suposta interdisciplinaridade a qual ele estaria inserido (Figura 1).

SEMANA
EIXO TEMÁTICO:
TEMA
HABILIDADE(S):
CONTEÚDOS RELACIONADOS:
INTERDISCIPLINARIDADE:

Figura 1: Quadro explicativo dentro de cada Semana no PET

Ao analisarmos mais especificamente o material de História, levamos em consideração três questões que nos pareceram centrais para entendermos as intencionalidades dos PETs: 1) qual o contexto de produção do material? 2) qual foi a linha curricular usada? 3) de que maneira o conteúdo foi exposto? Em relação às questões 2 e 3, fica clara a inserção dentro da proposta da BNCC para o Ensino de História e a corroboração com normativo e cronológico, testemunhamos uma exposição muito precária dos conteúdos na apostila. As explicações, principalmente nos primeiros PETs, são rasas e esperam que o aluno tenha um amplo conhecimento prévio, além de estarem associadas à continuação dos estudos em outras plataformas, com indicações de páginas na internet que explicam o conteúdo ou mesmo vídeos no *YouTube* que servem como complemento.

Uma das principais motivações para a produção dos PETs foi o reconhecimento do abismo social aprofundado pela pandemia, traduzido na ausência de possibilidade de acesso a tecnologias remotas e a internet. Antes, em 2019, cerca de 4,3 milhões de estudantes em todo o país não tinham acesso à internet, seja por razões econômicas ou mesmo a indisponibilidade e ausência do serviço na região em que vivem, sendo desse total, 4,1 milhões da rede Pública de ensino (IBGE, 2019). A situação já era grave, no entanto, em 2020, cerca de 36% dos estudantes tiveram dificuldade ou não conseguiram acompanhar as aulas por falta ou baixa conexão, como mostra a pesquisa realizada pelo Comitê Gestor de Internet no Brasil³. Dessa maneira, os PETs deveriam suprir as necessidades dos alunos que não têm a possibilidade de assistir aulas online. Mas, percebemos uma constante insistência no suporte de plataformas digitais, que muitos alunos não conseguiriam ter acesso.

Assim, retornamos à primeira questão que norteou a nossa análise, mas que nos trouxe ainda mais perguntas. Claro que foram levadas em consideração as circunstâncias de produção do material, feito às pressas, e buscando ocupar um vazio deixado pela escola. No entanto, nos perguntamos: será que terá valido a pena? Para nós, fica claro que o PET não consegue alcançar seus objetivos. Tratar os alunos como meros receptores de conteúdos vazios e, ainda assim, de maneira superficial, inibe a possibilidade da disciplina histórica “dotar os estudantes de instrumentos para análise e interpretação desses processos [históricos] que lhes permitam construir sua própria representação do passado.” (SILVA, 2019. p. 54) e da educação enquanto prática da liberdade, que “é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (HOOKS, 2016. p. 25). Acreditamos que sem essas premissas o ensino de história perde seu sentido verdadeiramente transgressor e libertador⁴.

Assim, levando em consideração que a História é muito mais do que um mero compilado de acontecimentos e análise do passado histórico, o ensino de História não pode se limitar à simples passagem de dados e acontecimentos. Precisamos estudar História não para simplesmente aprender sobre o passado ou seguir a ideia *herodotidiana* de pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro, mas para desenvolver o pensar. O ensino de História é o lugar de colocar os saberes históricos em relação, uma forma de trabalhar com a realidade do próprio aluno, para que se identifique enquanto sujeito e integrante do processo histórico e educativo. O Ensino Remoto inibiu profundamente essas possibilidades.

2.2. Quem é o nosso aluno?

Como já dizia Drummond, o historiador é importuno e insistente. Então, enxergamos que aprender a ensinar implica “ser capaz de recomeçar sempre, de fazer, de reconstruir, de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente, de entender e de viver a vida como processo, como vir a ser” (FREIRE, 1967. p. 34).

Sendo assim, uma das nossas principais inquietações no decorrer de todo o projeto até aqui é “Como é possível se ver professor sem o aluno?”. Nesse tempo, trabalhamos apenas com as expectativas que se tem do aluno, com a ausência da interlocução. Nunca chegamos a conhecer, de fato, quem é o nosso aluno. Apesar da orientação dos nossos supervisores, que já haviam conhecido as turmas com as quais estávamos trabalhando antes da pandemia, eles também não entendiam mais quais as necessidades e demandas atuais desses alunos, tendo em vista que não convivem mais com eles.

Tentando, então, encurtar as distâncias entre os alunos, professores e bolsistas, enviamos uma pesquisa para os discentes das escolas que integram o Pibid, buscando entender como foi a experiência do ensino remoto e como foi o ano de 2020 para eles. Assim, dentro de um universo de 77 alunos, da Escola Estadual Sebastião Patrus de Souza e da Escola Estadual Professor José Saint Clair M Alves, conseguimos vislumbrar um pouco mais o perfil dos nossos estudantes.

Desse modo, mais da metade dos alunos referidos são do gênero feminino e 51,4% são brancos. Desses alunos, 56,8% precisaram recorrer a novas fontes de renda durante a pandemia para suprir as necessidades pessoais, mas somente 70,3% desse montante conseguiu receber o Auxílio Emergencial. A maioria dos estudantes, 90%, só tinha possibilidade de acessar a internet através de dados móveis e 84% somente através do celular, entretanto, 85,1% alegaram que o aparelho era de uso exclusivo próprio.

A partir dessas informações, fomos capazes de traçar um perfil socioeconômico um pouco mais preciso do aluno com o qual estávamos trabalhando, elaborando atividades que pudessem ser realizadas ainda de maneira remota, mas que coubessem dentro das limitações apresentadas por eles. Todavia, as respostas de duas outras perguntas nos chamaram muito a atenção.

Buscando entender como está esse aluno, como tem se sentido, perguntamos “O que mais prejudicou o seu desenvolvimento no Ensino Remoto?” e “O que mais sente falta do ensino presencial?”. Dentre as respostas para a primeira pergunta, as dificuldades que se fizeram mais presentes foram em relação à concentração e à ansiedade (Figura 2). Mas, podemos observar que outras questões muito graves apareceram com destaque, como “dificuldades tecnológicas”, “tarefas domésticas” e “medo”.



Figura 2: Nuvem de palavras das respostas à questão “O que mais prejudicou o seu desenvolvimento no Ensino Remoto?”

Podemos perceber que a pandemia aprofundou uma situação de vulnerabilidade socioeconômica que é há muito conhecida, mas que agora foi escancarada por completo. Os alunos retornaram ao seu ambiente privado mas também foram obrigados a conciliar os estudos com outras demandas, principalmente levando em consideração que 56,8% dos nossos alunos tiveram que recorrer a novas fontes de renda durante a pandemia. Exige-se que o aluno continue produzindo da mesma maneira, no entanto, ele está cercado de novas preocupações tanto no âmbito pessoal, onde se vê requisitado por novas demandas, e no coletivo, onde vivemos uma pandemia de um vírus desconhecido que deixou um rastro de destruição por onde passou.

A ausência do outro, da troca e da construção, agora se fazem ainda mais presentes na realidade de alunos e professores, limitando o seu espaço de crescimento. Ainda que a perspectiva de futuro pareça, no entanto, anuviada pela impossibilidade de realização, é preciso cultivar a esperança, enquanto verbo, que é a “necessidade ontológica que, muito além da pura teimosia, “é imperativo existencial e histórico”, essencial para a concretização da utopia, dos sonhos possíveis, numa mobilização que se faz em ato” (THIAGO, SEIXAS. 2021. p. 3). A segunda pergunta supracitada será trabalhada mais a frente no texto e nos mostra que ainda há espaço para o esperar na prática e na formação docente, alinhando a teoria com a prática, e se fazendo cada vez mais necessário.

15. A epistemologia da Identidade e da Diferença

Dando sequência à tentativa de compreensão das subjetividades discentes e docentes em tempos de pandemia, decidimos apostar nas contribuições teóricas de Homi Bhabha, Tomaz Tadeu da Silva e Stuart Hall, como um importante insumo para nossa pesquisa.

Um dos fatores que nos levaram a Bhabha, está ligado à sua postura epistêmica anti-essencialista diante do campo social. Esse ponto se mostra valioso pois uma de nossas missões aqui é escapar de construções teóricas que estabelecem a identidade e, portanto, o sujeito, como entes fixos, fechados, inflexíveis. A lente que escolhemos para enxergar o mundo pertence a um viés pós-fundacional e pós-estruturalista⁵. Ancorados nas contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, nossa leitura do político⁶ parte de uma concepção em que o mesmo é discursivamente significado (MENDONÇA, 2009) e detém um caráter irrevogavelmente precário e contingencial.

A revisão do significante ‘identidade’ empreendida por Bhabha também nos chama bastante atenção. O filósofo realça o caráter antiquado do termo e propõe sua substituição pelo vocábulo ‘identificação’ (1998, p. 21). Segundo nossa leitura, essa escolha foi feita porque a ideia de identidade produz um fechamento epistemológico muito profundo ao pensar o sujeito. Enquanto a noção de ‘processos de identificação’ permite uma inteligibilidade mais aberta, ou seja, anti-essencialista dessas práticas. Em outras palavras, quando nos referimos a identidade, estamos falando de um conjunto fechado de elementos que serve para caracterizar determinado sujeito independente da circunstância. Por outro lado, ao falarmos de identificação consideramos o caráter circunstancial e relacional do processo, com isso, entendemos que elementos usados para

definir certo indivíduo ou grupo em determinado contexto hoje, não podem ser utilizados para definir a mesma pessoa em outro contexto amanhã.

De forma bastante sintética, também nos interessa elencar o conceito de hibridismo tecido pelo filósofo. Na busca por um entendimento mais preciso das relações culturais entre aqueles que ocupam o poder e aqueles que se encontram em subalternidade, Bhabha produz um conceito que liberta as relações sociais das amarras do essencialismo, sem deixar de reconhecer as relações de poder intrínsecas a quaisquer encontros culturais. Segundo nosso entendimento, para Bhabha, os hibridismos concernem em um produto obtido a partir das relações sempre desiguais entre os sujeitos. Desse encontro não necessariamente resulta uma desculturalização do sujeito periférico, em detrimento da confirmação da soberania do discurso articulado pelo sujeito privilegiado. Ao contrário disso, o hibridismo é o produto de um encontro desigual, mas também é o interstício em que a contingência e a precariedade do social marcam presença e cedem brechas para a agência do sujeito periférico se fazer presente.

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O "direito" de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contradição que presidem sobre as vidas dos que estão "na minoria" (BHABHA, 1998, p. 20 - 21)

Tomaz Tadeu da Silva também não poderia ser deixado de lado se o que propomos discutir aqui são questões relacionadas à identidade e ao sujeito. Em *A produção social da identidade e da diferença* o autor opera uma crítica ao significante "multiculturalismo" que, segundo ele, vem sendo apropriado de forma "vaga e benevolente" (SILVA, 2014, p.73) por alguns campos da educação. Esses campos, ele diz, vêm abordando o assunto simplesmente como uma questão de *tolerância e respeito* para com a diversidade cultural (SILVA, 2014). Silva acusa essa perspectiva de essencializar os significantes *tolerância e respeito* e pouco problematizar "a produção das diferenças" (SILVA, 2014, p.73), elemento que, segundo ele, se faz indispensável na produção de identidades. Na contra mão destes estudos, o autor propõe uma pedagogia e um currículo de abordagem da identidade e da diferença, em que

A pedagogia e o currículo tratariam a identidade e a diferença como questões de política. Em seu centro, estaria uma discussão da identidade e da diferença como produção. A pergunta crucial a guiar o planejamento de um currículo e de uma pedagogia da diferença seria: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais são os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação? [...] Para isso é crucial a adoção de uma teoria que descreva e explique o processo de produção da identidade e da diferença (SILVA, 2014, p. 99).

O terceiro teórico mobilizado, Stuart Hall, expõe sua preferência, assim como Bhabha, em trabalhar com o termo identificação no lugar da ideia de identidade. Todavia, acreditamos que esse autor, em comparação a Bhabha e Silva, aprofunda um pouco mais o debate e produz uma espécie de semiose discursiva e psicanalítica da expressão 'identificação'⁷. Consideramos muito pertinente um alerta epistemológico esboçado por Hall a respeito dos cuidados que devemos tomar ao incorporarmos o conceito de "identificação" em nossos trabalhos. Ele assinala que o conceito se mostra tão ardiloso

quanto o de identidade e, apesar de abrir espaço para novas interpretações, o termo em si não nos dá nenhuma garantia contra as dificuldades conceituais que vêm assolando o debate (HALL, 2014). Portanto, assim como o autor, estamos cientes que uma simples troca de significantes não nos livra de entraves epistemológicos, não nos impede de cair em armadilhas de mundivisões que rejeitamos - essencialistas, estruturalistas, fundacionalistas, entre outras. Mas, apesar disso, reconhecemos maior potencial neste termo e por isso optamos por empregá-lo no decorrer deste trabalho.

Em síntese, apesar de suas particularidades teórico-metodológicas, o que estes autores têm a nos dizer é que com a morte do sujeito moderno, um novo trato necessita ser aplicado à questão da identidade. E é exatamente isso que tentaremos empreender aqui. Sustentados nos aportes teóricos já citados, investigaremos as condições dos processos de subjetivação de alunos e professores, sobretudo os docentes que se encontram no período de formação durante a pandemia, permeados por uma ótica que compreende esses processos como relações desiguais mas, ainda assim, suscetíveis à emersão de hibridismos culturais.

16. Aprender a ensinar

Durante a licenciatura, vivemos a busca pela identificação como professor. O ser professor, principalmente de História, é muito mais do que meramente mediar a “transmissão” do conhecimento, mas estabelecer relações dialógicas entre o ensino e aprendizagem de fato, ao passo em que professor na mesma medida que ensina, aprende (FREIRE, 1991). O processo de aprender a ensinar, aprender a estimular o aluno, fazendo com que se sinta instigado, com vontade de abraçar o conhecimento, é coletivo. A formação do professor implica necessariamente a formação do aluno e vice-versa.

O Pibid, por “provocar rupturas numa visão disciplinar e fragmentada de conhecimento, pelo exercício da docência compartilhada, em que éramos, ao mesmo tempo, professores e aprendizes” (ANTUNES, ALVIM. 2021. p. 181) parecia representar essa possibilidade de enxergar a docência enquanto o lugar da troca. Porém, por conta da pandemia e das entraves já discutidas anteriormente, esse movimento se viu limitado. Quando perguntamos para os nossos alunos “O que mais sente falta do ensino presencial?”, a resposta mais presente foi clara: professor (Figura 3). Mas esse movimento se dá na direção inversa também: o que mais sentimos falta no remoto é o aluno.



Figura 3: Nuvem de palavras das respostas à questão “O que mais sente falta do ensino presencial?”

Entendemos que o “ensino de História deve ser capaz de construir marcos e marcos e de torná-los legíveis, seja os deixados pelo tempo, pelas ações dos homens, seja

os elaborados e deixados pelos próprios historiadores” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016. p. 36), mas mais do que isso, o ensino de História precisa afetar o aluno de maneira que ele se sinta parte integrante não só do processo histórico, mas também do processo de ensino-aprendizagem. A transformação do *aluno aprendiz* em *aluno estudante* (BITTENCOURT, 2019), ou seja, transformar o aluno em protagonista da sua subjetivação e identificação enquanto sujeito também dotado de historicidade e que faz parte de um todo, mas detém a sua própria individualidade.

Na mesma medida, a subjetivação do professor em formação se dá no contato e na troca com seu aluno. A partir da diferença pensa-se a identidade e no coletivo que o processo de subjetivação se dá. Então, pensar o ensino de História é pensar que muito mais do que o conteúdo que é dado, mas uma maneira de possibilitar esses afetos e sensibilidades por parte do aluno e do professor. Dessa forma, a cada vez que

"Uma aula exprime-se, sua consistência jamais se resume ao propedêutico, menos ainda à reprodução ou realização de um modelo ideal de conteúdo, didática, aluno e professor. Interessa-nos, assim, mais os diferentes meios de expressar uma aula do que os constrangimentos relativos que definem os limites de sua expressão." (PEREIRA, TORELLY, 2020. p. 755).

Pensar, assim, o grande abismo existente entre o que é ensinado em sala de aula e a realidade do aluno não como “uma dificuldade intransponível ao intelecto, mas um convite sedutor, o que nos permite pensar que é justamente pelo incremento da distância entre “realidade” e “conteúdo” que se aprende” (PEREIRA, TORELLY, 2020. p.759). Dessa forma, caso o ensino de História se limite a currículos fechados, torna-se impossível dar conta da multiplicidade de sujeitos que se apresentam na realidade, refreando a ascensão de um terceiro espaço⁸ que contenha essa experiência da alteridade. O cerne da questão é que o remoto fez com que não conseguíssemos ver além da forma bancária e tradicional de se pensar o ensino, por cercear as possibilidades de troca e partilha.

Essas relações, interrompidas devido ao cumprimento dos protocolos de isolamento, fazem com que nos sintamos inseguros quanto às possibilidades de exercício pleno (ou ao menos satisfatório) da docência. Segundo nossa leitura, essa insegurança é reflexo de uma instabilidade na estrutura discursiva que permeia as relações entre aluno e professor. Fica evidente para nós, que tanto o entendimento sobre o que é ser aluno, quanto o entendimento do que é ser professor, são interpelados por uma lógica relacional. Em outras palavras, não existe professor sem aluno e não há aluno sem professor. Entretanto, o que fazer quando a conjuntura imposta inviabiliza completamente o encontro desses sujeitos? Por motivos que foram expostos em seções anteriores, mas também por diversos outros, alunos e professores foram impedidos de estabelecer uma relação significativa durante a pandemia. E, como mostramos, teoricamente os PETS buscaram suprir esta ausência, ainda que tenha fracassado. Diante disso, a lógica relacional que sustenta a compreensão do *ser professor* e do *ser aluno* se esvai. Para nós, isso se desdobra em uma impossibilidade de efetivação das práticas de ensino-aprendizagem, uma vez que os principais sujeitos envolvidos nessas relações são abissalmente segregados.

Há alguns parágrafos, demonstramos a potência do conceito de hibridismo tecido por Homi Bhabha. Nosso interesse nesse conceito se dá em razão dele considerar a diferença como característica intrínseca das relações culturais, mas, ainda assim, crer na

possibilidade da emersão de um produto que descenda de ambos os sujeitos/grupos envolvidos nesses processos e que não necessariamente consista numa sobreposição do “mais forte” sobre o “mais fraco”.

Assim como Bhabha, reconhecemos a desigualdade como um elemento estruturante às relações sociais. Quando olhamos para o campo que estamos inseridos não podemos deixar de considerar que os processos de identificação que permeiam docentes e discentes se dão em meio a condições sempre desiguais. Todavia, o reconhecimento dessa desigualdade não impede que do encontro entre esses sujeitos/grupos, aflore um terceiro espaço (hibridismo), que escapa ao controle das identidades previamente estabelecidas. Isso porque, “a identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas” (SILVA, 2014, p.87).

Em resumo, acreditamos que o encontro entre diferentes sujeitos, mesmo que permeado por uma desigualdade intrínseca às identidades associadas a eles, tem potencial para produzir hibridismos que questionem a natureza desses processos de identificação. cremos que um ensino de História potente deve incorporar a abordagem curricular e pedagógica da identidade e da diferença, uma vez que esta abordagem estimula os estudantes a explorar as possibilidades de perturbação, transgressão e subversão das identidades existentes. Um currículo e uma pedagogia da diferença podem ser capazes de abrir o campo da identidade para as estratégias que tendem a colocar seu congelamento e sua estabilidade em xeque (SILVA, 2014, p.100).

Entretanto, ao pensarmos as possibilidades de implementação da abordagem da identidade e da diferença no contexto em que estamos inseridos, uma questão insiste em nos pressionar: uma vez que o hibridismo, o tensionamento e a desestabilização das identidades, são frutos do encontro entre identidades distintas, como fazer isso numa conjuntura em que esses encontros são interditados? A resposta nos parece evidente: não há como o ensino de História engajar-se na produção de hibridismos, se professores e alunos são impedidos de sincretizar seus processos de identificação. Em outras palavras, sem um encontro significativo entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, não há possibilidade de avançarmos para uma concepção de identidade e, portanto, de sujeito, que subverta as construções essencialistas que historicamente assolam esse debate. Numa sociedade como a nossa, as opressões continuam e o *status quo* permanece o mesmo.

CONCLUSÃO

Durante a escrita, embora tenhamos articulado conceitos de autores que se encontram aquém do Ensino de História, procuramos operá-los de modo a respeitar a autonomia do campo e, nesse sentido, não reforçar a chamada *tese do descompasso* (MONTEIRO, 2014). Suas ideias e conceitos, a todo tempo foram mobilizados tendo o Ensino de História como referência máxima. Com isso, suas contribuições foram articuladas de modo a se enquadrar nas especificidades e regras do campo, e não inversamente.

Nestas linhas que ficarão à sua disposição, caro (a) leitor (a), tentamos compartilhar nossas inseguranças a respeito dos processos de subjetivação de alunos

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

professores em formação que se encontram imersos no isolamento realizado em função da pandemia de COVID-19. Esperamos que este breve trabalho contribua para reforçar a importância da escola enquanto ambiente privilegiado de formação dos sujeitos. Também tentamos alertar que o desencontro entre professor e aluno mina o potencial de desenvolvimento dos processos de subjetivação em sala de aula, algo tão estimado pelo Ensino de História.

O diagnóstico que apresentamos parece negativo, mas no fundo não é. Ele nos conscientiza a respeito da crise pela qual o sistema educacional tem passado, mas também evidencia a necessidade de lutarmos por uma educação que considere as relações de poder que permeiam as identificações produzidas na escola, e trabalhem para possibilitar a ascensão de hibridismos que mais combinem com nossas expectativas para o futuro. Em suma, torcemos para que as aulas de História e as pesquisas realizadas no campo do Ensino de História, se preocupem cada vez mais com as condições para o “tornar-se presença” (BIESTA, 2017), para o “vir a ser” (FREIRE, 1997), de professores e alunos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Regimes de historicidade: como se alimentar de narrativas temporais através do ensino de História.* In: Carmen Teresa Gabriel, Ana Maria Monteiro e Marcus Leonardo Bomfim Martins (Orgs). *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de História.* 1a ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. (p. 21-42).

ALVIM, Yara. ANTUNES, Katiúscia. *Experiências de formação docente no contexto do Pibid: História e Ciências Sociais tecendo práticas interdisciplinares.* GABRIEL, Carmen Teresa. MARTINS, Marcus Leonardo. *Formação docente e currículo: conhecimentos, sujeitos e territórios.* Mauad X. Rio de Janeiro, 2021.

BHABHA, Homi K. *o local da cultura.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano.* 1. ed.; 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BITTENCOURT, Circe. *Método de Ensino.* In: FERREIRA, Marieta. OLIVEIRA, Margarida. *Dicionário de Ensino de História.* FGV Editora. Rio de Janeiro, 2019.

FREIRE, P. *Educação Como Prática da Liberdade.* Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1967

FREIRE, P. *Das relações entre a educadora e os educandos.* São Paulo: Olho D'Água, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação.* São Paulo: Paz & Terra, 2016.

MENDONÇA, Daniel de. *A Questão do Fundamento em Heidegger e a Importância para a Teoria Política Pós-Estruturalista.* TRANS/Form/Ação (UNESP. MARÍLIA. ON LINE) v. 43, p. 117-146, 2020.

MENDONÇA, Daniel de. *Como olhar o político a partir da teoria do discurso.* Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso), v. 1, p. 147-164, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria; COSTA, Warley da; GABRIEL, Carmen Teresa; ARAUJO, Cinthia Monteiro de (Org). *Pesquisa em Ensino de História: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2014.

PEREIRA, Nilton Mullet; TORELLY, Gabriel. *Uma aula de história não narcísica*. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.13, n. Especial, p. 753-767, dez. 2020

PLÁ, Sebastián. *A pandemia na escola: entre a opressão e a esperança*. IN: H. Casanova Cardiel (Coord.). *Educación y pandemia: una visión académica*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación. 2020, pp. 30-38.

SILVA, Cristiane Bereta da. *Conhecimento Histórico Escolar*. In: FERREIRA, Marieta. OLIVEIRA, Margarida. *Dicionário de Ensino de História*. FGV Editora. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

THIAGO, Ana Clara Frey de S; SEIXAS, Luciana Velloso da Silva. *Entre vivências e saberes numa Maré de singularidades: narrativas docentes em diálogo com Paulo Freire*. Revista Prática Docente, v. 6, n. 3, e093, 2021.

Diretrizes de EJA em Campinas: a História dentro do processo contínuo de reflexão e ação

Harian Pires Braga¹

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade própria do Ensino Básico e um direito social no Brasil. Os seus componentes curriculares devem atender-se ao momento escolar próprio dessa população, já excluída e extremamente diversa. Neste trabalho, abordo as “Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos Anos Finais: Um Processo Contínuo de Reflexão e Ação”, documento curricular de Campinas-SP, elaborado por educadores e educadoras, ao longo de conferências entre os anos de 2009 e 2012. O documento é composto por 6 itens, que refletem a concepção de currículo, a história da EJA no município, o Trabalho como eixo norteador, os componentes curriculares, a avaliação e a Educação Especial, sendo a atenção maior aos objetivos gerais e os específicos de História.

Palavras chave: EJA – currículo – Ensino de História

EJA Guidelines in Campinas: History within the continuous process of reflection and action

Youth and Adult Education (EJA) is a specific modality of Basic Education and a social right in Brazil. Its curricular components must pay attention to the specific school moment of this population, already excluded and extremely diverse. In this work, I approach the “Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos Anos Finais: Um Processo Contínuo de Reflexão e Ação”, a curriculum document of Campinas/SP, prepared by educators, during conferences between the years of 2009 and 2012. The document is composed of 6 details, which reflect the curriculum design, the history of EJA in the municipality, Work as a guiding axis, curricular components, evaluation and Special Education, with greater attention to the general and specific objectives of History.

Keywords: EJA – curriculum – History Teaching

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade própria do Ensino Básico e não pode ser pensada em termos retrógrafos de suplência. Ainda que grande parte das pessoas conheça a EJA como “supletivo”, o termo é impreciso e cercado de uma carga negativa, na qual o público alvo da modalidade, estaria diante de um ensino menor, de

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

uma educação simplista e estanque com objetivos de mera reposição de um tempo perdido longe da escola. Sim, as pessoas que estão na EJA são excluídas e excluídos do ensino formal, por razões diversas e estampam desigualdades no acesso à educação – questões geográficas, de renda, de perfil social, de gênero, de violência, entre outras –, mas suas vidas não giram entorno apenas do sistema educacional e, portanto, seus saberes são polimórficos, devendo ser respeitados e dialogados com os saberes escolarizados. Da mesma forma, a ideia conservadora de uma correção de fluxo parece atender muito mais às medições externas de ranqueamento escolar, do que um real aumento do capital simbólico de camadas excluídas. Assim, de início, é preciso marcar neste trabalho como visualizo a EJA porque é dessa visão, a partir dessas práxis que minhas análises sobre o currículo da cidade paulista de Campinas são feitas.

Do ponto de vista teórico, é necessário reafirmar a importância de Paulo Freire para a EJA. O pensador pernambucano, Patrono da Educação no Brasil, abordou em sua vasta obra a importância de reconhecer os saberes prévios de jovens, adultos e idosos que retomam seus estudos. Suas histórias de vida e seus saberes populares, laborais e pessoais são fundamentais, como apontei anteriormente, para que se constitua um saber articulado com o que a escola tem a apresentar. Antes de pensar em hierarquias desses saberes, é preciso pensar em pontos de contato, de complementariedade e da busca por uma leitura de mundo, ou seja, a interpretação ativa da realidade em que se vive. Freire também atestou que nenhum/nenhuma estudante é uma folha em branco, à espera que se deposite – tal e qual um banco, daí a célebre metáfora da educação bancária – conhecimento. Mais do que uma estrela guia iluminada, a educadora e o educador de EJA é um intermediário, é alguém que cria, instiga e dá autonomia para que os diferentes saberes possam existir.

Ainda nesta conceitualização do que é a EJA, não se pode perder de vista como ela aparece nas políticas públicas, nos vários níveis. Evidente que o olhar pormenorizado nesse aspecto é, por si só, um trabalho de pesquisa muito maior do que este ensaio, mas alguns pontos precisam ser mencionados. O primeiro deles é que a Educação é um direito social duramente conquistado pela sociedade brasileira e estampado em nossa Constituição. Que pese as diferentes obrigatoriedades de ensino, não é possível que a EJA seja vista como um apêndice ou como uma benfeitoria de algum agente público; pelo contrário, a educação é direito e a oferta de vagas para essa população não escolarizada é um dever do Estado brasileiro na busca por diminuir as desigualdades de sua população. O segundo ponto é justamente como a EJA é pensada em termos de currículo. Ao longo da primeira década deste século, as políticas curriculares buscaram integrar a Educação Profissionalizante à EJA, em ações comandadas pela Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC)². A integração com a Educação Profissional é o alvo da Meta 10 do Plano Nacional de Educação (2014-2024). Porém a mesma atenção não foi dada na elaboração da Base Nacional Comum Curricular, que não traz em seu texto final, não traz a EJA como uma modalidade dotada de especificidades próprias (CATELLI JR, 2019).

No caso de Campinas, terceiro maior município do estado de São Paulo e centro da segunda maior região metropolitana paulista, a discussão que levou ao atual currículo de EJA é contemporânea ao momento positivo das décadas de 2000 e de 2010. A discussão curricular na cidade não esteve limitada à EJA, mas abarcou também a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, dividido em Anos Iniciais (1º a 5º ano) e Anos Finais (6º a 9º ano). O modelo adotado para as discussões foi horizontal, com grupos de

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

trabalho montados por diversos educadores e educadoras, incluindo docentes e não apenas especialistas. Parte desses grupos aproveitou uma estrutura de formação já existente, em que um/uma profissional da rede oferta coordena discussões num grupo de formação eletivo e remunerado. No caso específico da EJA, o Grupo de Formação de EJA, depois renomeado de Grupo de Estudos de EJA, desempenhou esse papel inicial de discussão. A seguir as propostas foram encaminhadas para as Unidades de Ensino, para discussão interna nos tempos coletivos e por fim, fóruns e assembleias envolvendo educadoras e educadores debateram e aprovaram a versão final do texto.

A sistematização da discussão curricular ocorreu entre os anos de 2009 e 2013, quando a versão final das “*Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos Anos Finais: Um Processo Contínuo de Reflexão e Ação*” (*Diretrizes*), foi publicada e enviada às escolas. É justamente esse documento que será analisado neste trabalho, pensando como o saber histórico está posto no documento oficial e como ele dialoga com os pressupostos gerais contido nas diretrizes. Ao todo, o documento é composto por 6 itens, que refletem a concepção de currículo, a história da EJA no município, o Trabalho como eixo norteador, os componentes curriculares, a avaliação e a Educação Especial. A atenção maior aqui recai sobre os componentes curriculares e sobre a ideia de Trabalho como eixo norteador. Mais do que uma análise curricular, este é um trabalho de reflexão de atuação docente, uma vez que desempenho desde 2014 a função de formador do Grupo de Estudos de EJA, que, entre outros temas, tem discutido a aplicação e os desafios do documento curricular no município.

Trabalho como eixo central

No terceiro item *Parte II – Trabalho e Educação* é apresentado o Trabalho como eixo norteador do currículo e como princípio educacional. Importante frisar que a concepção de Trabalho apresentada é marxista, concebendo que toda transformação da natureza pelo ser humano é um trabalho. Ou seja, não se pensa em termos de remuneração ou de qualificação pragmática de “aprender uma profissão”, mas sim de compreender as transformações sociais produzidas a partir do Trabalho. De fato, a noção não é simples, pois demanda um entendimento mínimo da sociologia marxista, mas também uma reconfiguração de sentidos não apenas pelas/pelos estudantes, mas também por educadoras/educadores. Essa reconfiguração passa pelo entendimento que o conhecimento sociológico é denso e legítimo, afastando-se de uma ideia panfletária de doutrinação ideológica na escola³. Assim, vale retomar dois trechos do documento:

Aqui cabe uma diferenciação. O trabalho na sua essência e generalidade, tomado em seu sentido ontológico, ou ontocriativo, ou seja, o trabalho como ação constituinte do tornar-se humano. Este não deve ser confundido com o trabalho em suas formas históricas específicas da escravidão e do assalariamento. Enquanto realizado sob condições físicas e mentais penosas e submetido à exploração, ou seja, em que seus frutos são expropriados para riquezas acumuladas por poucos, o trabalho tem seu sentido negativo levado ao extremo. Mas o trabalho tomado como princípio educativo traz outras perspectivas (...) (CAMPINAS, 2013: p.28).

Tomado o trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, constituinte do fazer-se humano, alguns autores têm feito o esforço de definir a relação entre trabalho e educação ou entre trabalho e ensino, trabalho e escola. Não aprofundaremos, neste documento, tais análises em toda a riqueza e diversidade de tratamentos existentes. Um estudo aprofundado pode e deve ser uma tarefa dos educadores ao olharem suas práticas e pensarem as propostas concretas de organização do ensino na escola. Porém, faz-se importante indicarmos como fundante dessa Diretriz a noção de “trabalho como princípio educativo”, nascida das reflexões de Karl Marx (séc. XIX) e desenvolvida por Antonio Gramsci (séc. XX). (CAMPINAS, 2013: p.29).

Ao pensar o Trabalho como central, as *Diretrizes* atestam a complexidade e a diversidade do ser humano, o que é fundamental para pensar uma sala de aula com diferentes momentos escolares e portadora de diferentes saberes. Além de uma concepção teórica é uma dimensão prática do fazer pedagógico, uma vez que se pretende observar a atuação humana no mundo em diferentes possibilidades. Mais do que uma receita pronta e generalista, o olhar sobre o Trabalho passa a ser um ponto de partido que só é possível de ser aprofundado na relação micro, com educadoras e educadores dialogando com seus/suas estudantes. Colocar a possibilidade de aprofundamento para cada docente e chamar à responsabilidade de pensar a prática é um caminho constante no documento, que ao mostrar linhas gerais a ser seguida pela rede, também afirma a importância de pensar as especificidades de professoras e professores e das Comunidades Escolares.

Mas o que seria esse princípio educativo referido nos dois trechos? Mais uma vez o texto do documento permite que se pense essa dimensão⁴.

O conceito de trabalho como princípio educativo não deve ser compreendido com uma técnica didática ou metodológica. Considerado em sua dimensão mais ampla, ainda segundo a autora, a realização da formação integrada e humanizadora depende de alguns pressupostos que passamos a elencar, pois entendemos que se constituem como referências mais amplas importantes para a configuração do currículo

da EJA: a) a formação integrada pressupõe um projeto de sociedade, um enfrentamento dos problemas da sociedade brasileira, a superação da desigualdade social e da formação concebida como simples preparação para o mercado de trabalho; b) garantir, no âmbito legal, a articulação entre formação geral e educação profissional, como forma

de fomentar políticas públicas de formação integral de longo prazo e combater os mecanismos que reforçam a tradição dualista; c) promoção da adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e específica através de um processo de discussão e elaboração coletivo das estratégias acadêmico-científicas de integração; d) diálogo com as necessidades, condições de vida e expectativas dos alunos e de seus familiares em relação à formação oferecida, rompendo o isolamento institucional; e) a realização de experiências democráticas e participativas, por uma ação coletiva que supõe abertura à inovação; f) afirmação da escola como lugar de memória, das lembranças de seus personagens e momentos mais expressivos, perspectiva essa que contribui para o fortalecimento da identidade institucional, fator de coesão e aglutinação de esforços, e para a construção orgânica e criativa de projetos autônomos de educação; g) garantia de investimentos na educação, como pressuposto para uma oferta pública, gratuita e de qualidade para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional (CIAVATTA, 2005). (CAMPINAS, 2013: p. 30).

A dimensão educativa do Trabalho não se limita a um simples processo temático, de buscar exemplos meramente ilustrativos, mas demanda uma transformação da própria escola

e de uma concepção mais progressista de educação. Já no primeiro ponto há um engajamento pela leitura crítica de mundo proposta por Paulo Freire, uma vez que não basta articular saberes escolares gélidos, mas buscar transformações, demandando enfrentamento aos problemas sociais. A formação profissional também é contemplada, apresentada no item b como questão de política pública e no item c é chamada a participação das/dos profissionais da escola, ou seja, novamente um diálogo entre uma dimensão macro e uma micro. A valorização dos saberes prévios é contemplada no item f em que a escola é um local de memória vivo, contribuindo em processos identitários; importante essa noção para que se pense a própria disciplina de História, pois não se fala num passado pronto, mas em memórias e em identidades em construção.

O que também chama atenção no texto são os itens d, e quando se fala em concepção democráticas dentro da escola. Ao propor um olhar democrático, de decisões compartilhadas, em táticas que tragam toda a Comunidade para a discussão as diretrizes reforçam uma concepção necessária e ainda palco de embates no ensino público. Na verdade, a própria discussão de currículo proposta no Item *Definindo Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e adultos (EJA)*. O currículo e a escola não podem ser pensados como lugares prontos e verticalizados, com o poder legitimado pela burocracia interna. A escola deve ser viva e plural, sendo assim democrática. Trazer linhas gerais de como proceder o Trabalho como princípio educativo é deixar esse espaço de debate para a Comunidade Escolar, fortalecendo seus espaços coletivos.

Objetivos

As *Diretrizes* apostam numa saída interessante para um documento curricular que é apresentar objetivos a serem alcançados e não conteúdos a serem apresentados. Esses objetivos aparecem em dois momentos. O primeiro deles é geral, uma espécie de síntese da discussão do Trabalho como princípio educativo. O segundo momento é dividido em cada componente curricular, ou seja, como cada área do conhecimento percebe-se e se articula dentro da ideia de um currículo integrado pelo Trabalho. Esse segundo momento foi construído por professoras/professores dos componentes e reflete também como a EJA é concebida a partir dos referenciais de cada área do conhecimento. Aqui, evidentemente, abordarei os objetivos de História. Vejamos primeiro, os Objetivo Gerais.

- Desenvolver uma visão atualizada e crítica do mundo do trabalho a partir das experiências dos educandos;
- Relacionar os conteúdos formais estudados e as diversas possibilidades de utilizá-los nas situações da vida cotidiana, objetivando a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e dos grupos sociais;
- Entender o sistema de organização social e de produção material historicamente construído pela humanidade, objetivando a participação cidadã e atuação crítica dos indivíduos na transformação da sociedade atual em uma sociedade mais justa e

igualitária;

- Desenvolver posturas para aprendizagens: curiosidade, interesse, mobilização para a busca e organização de informações, autonomia e responsabilidade na realização de suas tarefas;
- Formar um aluno leitor e produtor das variadas linguagens;
- Compreender as diferentes tecnologias da sociedade letrada e saber fazer uso delas;
- Analisar criticamente as informações dos mais variados meios midiáticos: rádio, televisão, imprensa escrita, internet como espaço de informação/contra-informação e disputa de ideias;
- Formar um aluno construtor e produtor de conhecimento, que saiba relacionar os diversos objetos de estudo aos seus saberes prévios;
- Desenvolver posturas de respeito para com o meio ambiente e de busca de alternativas para um desenvolvimento sustentável;
- Desenvolver valores que contribuam para a formação ética dos educandos tais como tolerância, justiça, honestidade, solidariedade, alteridade, responsabilidade e respeito.

É perceptível que cada um dos objetivos propostos busca a formação de um indivíduo crítico, autônomo e condições de atuar em mudanças no mundo que o cerca. Nenhum ponto é específico de um determinado componente, mas deve passar por uma articulação entre todos. Em outras palavras, as discussões sobre o que ensinar devem ser coletivizadas e buscar alcançar esses objetos. Não se separa também em séries os objetivos já que a ideia é que se pode aprofundar cada um deles ao longo dos quatro semestres da EJA Anos Finais. Do ponto de vista do Ensino de História é possível trabalhar todos os objetivos com um olhar que busque mais diálogos temáticos do que propriamente cronológicos, mas sobretudo, que busque historicizar as relações sociais.

O processo de tornar histórico as relações sociais para dialogar com os objetivos é uma volta ao que é, em linhas gerais, o saber histórico como campo de conhecimento, na qual o tempo e as relações humanas são pontos centrais. Assim, apenas com os Objetivos Gerais já é possível que se tenha indicativos para o trabalho histórico. Destaco três objetivos que nos permitem pensar a prática do Ensino de História na EJA. O primeiro deles é justamente o que busca desenvolver a visão crítica a partir do olhar dos estudantes, pois é, mais uma vez o diálogo freiriano, como também é construir um Ensino de História que não seja uma sucessão de fatos, de datas e de nomes ou mesmo de casos anedóticos, mas sim um instrumento de compreensão a partir dos saberes iniciais. O segundo objetivo que destaco é das variadas linguagens que podemos converter como a possibilidade leitura e de análise de diferentes fontes históricas, não apenas ampliando os capitais simbólicos das/dos estudantes, como fazendo uma salutar defesa de uma historiografia atual que não se baseia apenas em documentos oficiais escritos. Por fim, o último objetivo, quando se fala de formação ética, é o momento de questionar e de desconstruir posturas, demonstrando que nada em termos histórico e sociais é pronto e natural.

A parte específica de História não se resume apenas aos objetivos, pelo contrário, possui uma parte inicial relativamente extensa, quando comparada a outros componentes, localizando qual a concepção de História defendida pelas *Diretrizes*. Num primeiro momento isso pode parecer uma amarra teórica, mas a concepção é menos historiográfica e conceitual e mais metodológica e de aplicação em sala de aula. Ao meu ver, essa escolha permite que diferentes referenciais historiográficos e mesmo de teoria de História possam ser arrematados, o que mais uma vez demonstra uma interessante escolha por pensar

linhas gerais, sem lesar as especificidades que cada contexto escolar possui, incluindo aí a própria formação docente.

O primeiro ponto abordado é o Ensino de História em consonância com a leitura e a escrita. Temos que pensar que mesmo parecendo um tema pouco polêmica há duas esferas de tensão que precisam ser discutidas. A primeira delas é da hierarquização das disciplinas e como que a leitura e a escrita, em visões conservadoras, passam a ser um exclusivismo da área de Língua Portuguesa. É sabido que boa parte do aparato avaliativo e de ranqueamento composto por provas externas de avaliação foca em apenas dois componentes curriculares: Língua Portuguesa e Matemática. Enquanto o segundo é palco nobre para raciocínio lógico – que também poderia ser desenvolvido em saberes das Artes, das Ciências ou da Geografia – o segundo é o baluarte da leitura. Assim ler e escrever ainda são vistos como importantes num único componente. Essa ideia, esqualida, desconsidera a importância que a leitura e a escrita tem no Ensino de História, pois não se trata de um saber mnemônico, mas sim numa compreensão apurada, a partir de diferentes relações e com diferentes tipos de fontes (textos). Ensinar História sem leitura e sem escrita é não ensinar História, mas emular, de forma sofrível, um saber enciclopédico com pouco ou nenhum sentido.

O segundo ponto de tensão pode ser inerente a um saber histórico datado e desatualizado no qual as fontes históricas escolhidas são apenas textos escritos, deixando de lado possibilidades imagéticas, sonoras, audiovisuais e orais. No lugar de uma ode ao texto escrito que conta a História a partir de grupos sociais dominantes, devemos diversificar a leitura e buscar que a oralidade, legítima, também se apresente como um texto escrito. Sim, as camadas populares tendem a ter menos fontes para períodos mais distantes, mas é preciso que indaguemos junto ao grupo de estudantes que registros e que leituras são essas, buscando também apresentar plataformas de leitura novas, especialmente as que estão ancoradas no meio virtual, como as redes sociais, pois é inegável que boa parte das experiências de leitura, atualmente, ocorre nesses espaços.

A segunda reflexão é sobre a ideia de cidadania, tão explorada como regra de ouro nas escolas. Aqui o texto do documento busca desnaturalizar a cidadania, mostrando que sua concepção atual é fruto de um determinado momento histórico – Revoluções Burguesas do século XVIII – e com uma concepção liberal de cidadão – contrato social com regras pré-estabelecidas de direitos e deveres. A provocação feita é se essa visão de cidadania engloba as classes trabalhadoras, justamente aquelas que o vilipêndio aos direitos básicos é mais sentida. Importante essa desconstrução histórica para que não se repita um processo de exclusão, pois muitas/muitos das/dos estudantes de EJA não conseguirão se enxergar, a contendo, nessa ideia de cidadania.

Compreender em termos histórico o que é ser cidadão/cidadã é também compreender como operam as relações sociais no seu entorno, um diálogo franco com os objetivos gerais das *Diretrizes*. O texto do documento ainda critica uma visão de cidadania limitada apenas ao voto, um direito importante, mas que deve estar associado à participação ampla na vida coletiva. Esse é o ponto em que a teoria e a prática podem se encontrar pelas vivências prévias das/dos estudantes, pois é provável que elas/eles tenham a relatar episódios cotidianos de violação de seus direitos básicos e aí não é o ato de votar que passa ser decisivo, mas o da pressão coletiva para que a legitimidade do voto seja revertida em conquistas contra a desigualdade. Também há a crítica a uma ideia de

cidadania como consumo, e aqui é importante que se desconstrua a visão de que os direitos sociais, a cidadania plena, está nas mãos apenas de quem consome, portanto, quem tem maior capital econômico.

Já a parte que relaciona o Ensino de História com o Trabalho como princípio educativo há uma certa repetição do que já está posto nos itens iniciais das *Diretrizes*. Do ponto de vista da construção textual não é de se surpreender que haja essa certa redundância, pois, o que se tem no debate inicial, sobretudo na concepção do que é trabalho, dialoga muito com áreas-chaves da formação docente em História, como Teoria de História. O que se tem de novo é como pensar a questão do Trabalho mais pormenorizado em História, o que perpassa novamente uma desconstrução – no caso a de uma ideia moralista e capitalista de trabalho – e também com estudo comparativo das noções de Trabalho em diferentes sociedades. Estudos comparativos tem o risco de pender para um anacronismo quando buscam comparar valores que são, em si, incomparáveis. O ponto não é a comparação pela comparação, mas a construção de um pensamento histórico, a investigação através das mudanças e das permanências ao longo do tempo.

As *Diretrizes* também fazem duas opções sobre os assuntos a serem trabalhadas do ponto de vista cronológico e temático. Aqui não é uma escolha de conteúdo, mas uma reflexão sobre as escolhas do que se consegue trabalhar em sala de aula. Todo o currículo é uma disputa, mas também é uma fração de um pretenso todo. O currículo passa novamente por escolhas e tem pontos preteridos quando chega nas mãos de um/uma professor/professora. Compreensível que seja assim, pois existem nortes gerais, mas também existem espaços para as especificidades, algo que já escrevi ao longo deste texto. Assim a sugestão é de que aborde mais a História do Brasil e o tempo presente. A escolha faz sentido, mas alguns cuidados devem ser tomados.

Focar em História do Brasil deve ser um olhar para a realidade brasileira, sem desconsiderar que grandes processos históricos precisam ser vistos em nível mundial. Não há como pensar a colonização do Brasil sem que se olhe a expansão europeia nos séculos XV a XVII, mas também ela não pode ser contada a partir de grandes heróis masculinos e brancos em suas embarcações. A escravidão não é um problema brasileiro puramente, deve ser pensada em termos da expansão do capitalismo e da destruição simbólica da África. Os dois exemplos que citei são exemplos de um olhar para a História do Brasil, sem perder de vista os processos mais amplos, mas também fugindo de uma simples “contextualização”. Também não se soçobra numa história contada a partir de referenciais apenas europeus, crítica contundente no texto do documento curricular.

A história do tempo presente, por sua vez, é apresentada como uma saída para que os temas sociais mais relevantes, portanto, aqueles objetivos gerais possam ser alcançados. Problemas relacionados às opressões e às desigualdades a que a população alvo da EJA está submetida podem e devem ser explicadas a partir da consolidação do modo de vida Ocidental, consolidado nos últimos três séculos, mas é preciso regredir um pouco mais no tempo para que outras organizações, outros valores e outras relações sociais sejam apresentadas, tanto como modelos de alternativa e de crítica, como para que vislumbre como outras opressões e outras desigualdades foram enfrentadas, que resistências e que foram consolidadas. Assim, mais do que um imediatismo é buscar

escolhas que tenham sentido dentro de um saber histórico que garanta leitura de mundo, não apenas memorização de reis e imperadores de tempos distantes.

Por fim, o texto abre caminho para o direito à cidade. Conhecer a cidade, conhecer o local em que se vive é uma forma de efetivar a cidadania, ampliar o capital simbólico com o acesso a museus, teatros, cinemas, espaços culturais, exposições e afins. Mas é também a construção de uma identidade autônoma. A discussão sobre identidades também está presente no texto das *Diretrizes*, reforçando como a multiplicidade é o ponto fundamental na EJA, com diferentes agentes, com diferentes demandas sociais. Assim, quando se observa todas essas discussões, os objetivos passam a ser síntese do processo, mas não menos importantes, pois são caminhos para que o Ensino de História de fato se realize de maneira significativa e democrática. Transcrevo esses objetivos como ponto final desta sessão.

- Refletir e debater sobre o estudo da História, sua importância na formação enquanto sujeito histórico e no próprio exercício da cidadania;
- Ser capaz de enxergar a si próprio e a realidade local, regional, nacional e global, sob a perspectiva histórica;
- Caminhar no sentido da construção e constituição da identidade histórica, tanto pessoal quanto coletiva e/ou social;
- Entender que suas experiências e saberes são formas de compreensão do mundo que devem ser valorizadas e trabalhadas;
- Ser capaz de observar, descrever e estabelecer relações entre presente e passado, desenvolvendo as noções de semelhança/diferença, permanência/mudança e relações sociais;
- Compreender que os processos históricos se dão a partir de conflitos de interesses e que o conhecimento destes processos também está marcado pelos embates ideológicos presentes na sociedade;
- Interpretar diferentes fontes históricas e contextualizá-las, elaborando conhecimentos.

Considerações Finais

As “*Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos Anos Finais: Um Processo Contínuo de Reflexão e Ação*” constituem um documento curricular extremamente interessante para pensar a Educação de Jovens e Adultos. O próprio processo de construção, que buscou ouvir educadores e educadoras é muito promissor, ainda que não possa ser visto como forma edílica. Há pelo menos dois pontos que precisam ser questionados, focos maiores do que este trabalho. Primeiro é como ainda a participação da discussão curricular se limita a um corpo técnico, não consegue atingir a Comunidade Escolar como um todo. Evidente que não significa desprestigiar a função docente, mas é preciso que as vozes estudantis também possam ser ouvidas. O segundo ponto é que temos o texto final, com uma história vencedora, mas o que não foi incorporado à versão final, não poderia nos trazer indícios sobre os embates e sobre a forma como o documento é posto, dia-a-dia, em prática nas escolas?

Do ponto de vista da concepção de História temos um texto bem avançado e dialogando com muitas das discussões atuais em curso tanto no Ensino de História, como na própria Teoria de História. O uso de diferentes fontes em sala de aula, qualifica o debate, superando tanto o saber mnemônico e de poucos sentidos com a realidade, como também um anedotário pitoresco em que fofocas e teorias da conspiração ganham a ordem

do dia. A escolha pela História do Brasil e pelo tempo presente são boas saídas desde que não incorram no erro de simplificar processos maiores ou mesmo de limitar o horizonte das/dos estudantes. Sempre o saber histórico escolarizado e acadêmico deve ser pensado em termos de que há também um saber popular que não pode ser simplesmente desconsiderado, mas revisto e debatido.

Esses avanços convivem também como limitações que precisam ser discutidas, como por exemplo, visões historiográficas que protagonizem uma história negra, uma história dos povos originais e uma história das mulheres. Assusta que um documento tão progressista ainda trate ser humano por homem ou que não nomeie opressões de gênero ou de etnia. Do ponto de vista pedagógico, o debate sobre avaliação é muito tímido, o que pode fazer com que todo o trabalho de valorização dos saberes prévios afunde em provas escritas enfadonhas e conteudistas. Não é em si um desabono ao texto, mas um olhar para pontos que ainda merecem atenção. Como o subtítulo do documento indica, isso só pode ocorrer com a ação e a conseqüente reflexão. As práticas pedagógicas precisam ocorrer e serem avaliadas, por toda a Comunidade Escolar, para que um documento curricular seja mais do que um bonito texto, num bonito lugar de uma estante perdida.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *IN: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-50.

BARBIER, Jean-Marie. *Formação de Adultos e Profissionalização: tendências e desafios*. Brasília: Liber Livro, 2013. p.175-200.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular? (Coleção Primeiro Passos, n. 318)*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. PNE. *Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação -PNE e dá outras providências*. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 25 de junho de 2014.

CAMPINAS. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos Anos Finais - um processo de reflexão e ação*. Campinas: SME, 2013.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

CARA, Daniel. Uma guinada equivocada na agenda da educação. *IN:CATALLI Jr.; CÁSSIO, Fernando (orgs.) Educação é a Base? 23 Educadores discutem a BNC.* São Paulo: Ação Educativa, 2019. Parte I, p. 85-92.

CARR, E. H. *O que é História?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CATTELI Jr., Roberto. O não-lugar da Educação de Jovens e Adultos na BNCC. *IN:CATELLI Jr.; CÁSSIO, Fernando (orgs.) Educação é a Base? 23 Educadores discutem a BNC.* São Paulo: Ação Educativa, 2019. Parte III, p. 313-318.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

HADDAD, Sérgio. Paulo Freire, o educador proibido de educar. *IN: CÁSSIO, Fernando (org.). Educação contra Barbárie – Por Escolas Democráticas e pela Liberdade de Ensinar.* São Paulo: Boitempo, 2019, p. 141-147.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos (1914-1991).* São Paulo: Cia das Letras, 2012.

KARNAL, Leandro (org.) *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas.* São Paulo: Contexto, 2003.

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa.* São Paulo: Boitempo, 2019, p. 15-25.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Afetividade e letramento na alfabetização de adultos. *IN: ____ (org.) Afetividade e letramento na Educação de Jovens e Adultos.* São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 19-62.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor; Os circuitos dos jovens urbanos. **Sociologia**, Porto/Portugal, v. XX, p. 13-38, 2010.

MARINHO, Ramuth. A EJA, a pandemia e o pandemônio. **Pensar a Educação em Pauta (FE/UFMG)**. Belo Horizonte, 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/a-eja-a-pandemia-e-o-pandemonio/>. Acesso em 12 de fev. de 2021.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Tendências recentes dos estudos e das práticas curriculares *IN: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos.* — Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. *IN:GALLEGO, Esther Solano (org.). O Ódio como Política.* São Paulo: Boitempo, 2019, p. 109-113.

PIERO, Maria Clara del. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. *IN: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos.* Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005.

PISTRAK, M.M. *Fundamentos da escola do trabalho.* São Paulo: Expressão Popular, 2000.

ROVAI, E (org.) *Ensino Vocacional: uma pedagogia atual.* São Paulo: Cortez Editora, 2005.

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Cia das Letras, 2015.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Vocacional: uma aventura humana, Direção: Toni Venturi. Brasil, 2011, 1 vídeo, (77 min), Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ircyREuDr9Y>. Acesso em: 9 fev. de 2017.

**Simpósio Temático 15 – História da Arte, patrimônio e memórias:
diálogos possíveis**

**PATRIMÔNIOS EDIFICADOS E AS MARCAS DE EXPRESSÃO
CULTURAL DE UMA CIDADE**

Maria Aparecida Carbonar¹

Adelaine Ellis Carbonar dos Santos²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo destacar a importância da preservação dos patrimônios culturais brasileiros, em especial, da cidade de Ponta Grossa, Paraná. A memória histórica constitui o sinal da cultura de um povo, a sua “identificação humana” podendo ser compreendida como a capacidade de relacionamento entre o passado e o presente. Tanto a memória como a identidade cultural de uma sociedade se reforçam mutuamente e isso pode ser identificado pelas marcas das edificações em sua riqueza de detalhes que se perpetuam ao tempo. Neste sentido, o Patrimônio Histórico Edificado da cidade de Ponta Grossa deve ser abordado além de seus referenciais históricos e artísticos, levando-nos a conhecer a cidade e a memória histórica afetiva selecionada por seus moradores.

PALAVRAS-CHAVE: História, Memória, Preservação, Patrimônios, Educação.

ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of preserving Brazilian cultural heritage, especially in the city of Ponta Grossa, Paraná. Historical memory constitute the signal of the culture of a people, its “human identification” can be understood as the capacity for relating the past and the present. Both the memory and the cultural identity of a society reinforce each other and this can be identified by the marks of the buildings in their richness of details that are perpetuated over time. In this sense, the Built Historical Heritage of the city of Ponta Grossa must be approached further than its historical and artistic references, taking us to know the city and the affective historical memory selected by its residents.

KEYWORDS: History, Memory, Preservation, Heritage, Education.

INTRODUÇÃO

A cidade não é um bem imóvel: ela é dinâmica, ela se altera. Por que ela se altera? Porque mudam os hábitos, modificam-se os costumes, surgem outras influências culturais. Nesse sentido, as casas, os objetos arquitetônicos são as palavras que a História vai deixando na cidade. As frases são as ruas, as casas são as palavras de pedra que marcam as Histórias das cidades nas ruas. O importante é ler esta História na cidade. Como que uma criança lê? Ela aprende a ler. Aprender a ver é uma tarefa difícil (...). É preciso aprender a ver (CYRO CORREA LYRA).

A memória histórica constitui a marca ou sinal da cultura de um povo, a sua ‘identificação humana’ podendo ser compreendida como a capacidade de relacionamento entre o passado e o presente. Tanto a memória como a identidade cultural de uma sociedade se reforçam mutuamente e isso pode ser identificado pelas marcas das edificações em sua riqueza de detalhes que se perpetuam ao tempo. Neste sentido, ‘bens culturais’ é todo o resultado da atividade humana, decorrente da convivência do homem na sociedade.

Segundo a Conferência Geral da ONU para a Educação, a Ciência e a Cultura (11/1968), a expressão ‘bens culturais’ engloba não só os sítios e monumentos arquitetônicos, arqueológicos e históricos reconhecidos e protegidos por lei, mas os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística e histórica.

Geralmente, temos o patrimônio edificado como importante registro da história e do desenvolvimento das cidades, uma vez que suas características retratam as memórias e as diferenciações entre as técnicas construtivas empregadas retratando as marcas dos imigrantes que se dirigiram para nossa região. Assim, o presente artigo busca elencar alguns patrimônios edificados tombados na cidade de Ponta Grossa, Paraná, e as prerrogativas atenuantes que os fazem marcadores da memória histórica. Propõe trazer uma discussão sobre as tensões com a comunidade mediante a transformação da paisagem citadina e sua imaginabilidade, tendo como pano de fundo nossos patrimônios culturais.

O Patrimônio Histórico Edificado da cidade de Ponta Grossa deve ser abordado além de seus referenciais históricos e artísticos levando-nos a conhecer a cidade e a memória histórica afetiva selecionada por seus moradores. O artigo 216, seção II da atual Constituição brasileira informa:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...) (ART. 216, II).

Também na Lei nº. 1.211, em seu artigo 1º, de 16 de setembro de 1953, encontramos referências à constituição do patrimônio histórico e natural do Estado do Paraná:

Constitui o patrimônio histórico e natural do Estado do Paraná o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no Estado, cuja conservação seja interesse público, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, assim como os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importa conservar e proteger pela natureza ou agenciados pela indústria humana (LEI Nº 1.211/1953, ART. 1).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Portanto, o momento atual procura resgatar a memória do sujeito comum, dos seus valores e costumes vividos no cotidiano da história além das necessidades que se apresentam no processo de formação de novas gerações no contexto histórico. A Educação Patrimonial voltada ao despertar dessa consciência preservacionista, objetiva assegurar a preservação dos patrimônios edificados de nossa cidade.

Para assegurar o direito a preservação desses patrimônios edificados, contamos com o COMPAC - Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural - e com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. O COMPAC foi criado no município pela Lei nº 8.431, de 29/12/2005 e nas suas disposições preliminares, no art. 1, determina que a proteção ao Patrimônio Cultural do Município de Ponta Grossa é direito e dever de todos os seus cidadãos.

Já o IPHAN, foi reorganizado pelo Decreto n. 66.967, de 27 de julho de 1970, substituindo o antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 1937, criado pela Lei nº. 378). Contudo, somente em 1976, com a Portaria nº. 230, um novo regime interno modificaria a organização do Instituto.

Sendo assim, se entende o Tombamento como o ato de reconhecimento do valor histórico de um bem, transformando-o em patrimônio oficial público e instituindo um regime jurídico especial de propriedade, levando em conta sua função social e preservando a célula de identidade de uma comunidade, e assim, garantir o respeito à memória local e a manutenção da qualidade de vida. Droga et al. (2012), ao se referir sobre a preservação de nossos patrimônios afirmam que:

Num determinado contexto (oportunidades e ameaças), Ponta Grossa conseguiu segurar alguns traços e vestígios de sua história urbana, quando a Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura, em 1990, tombou seis edificações. Destaca-se que se delegou ao Estado o papel de guardião de tal memória, principalmente devido à gravidade do processo de destruição pelo qual passava a cidade (DROPA et al., 2012: 35).

Atualmente, com novas políticas públicas, outros prédios foram tombados como patrimônios no referido município através do COMPAC e muitos outros infelizmente “tombaram” seja pela desinformação de seus donos, seja pela especulação imobiliária. Portanto, valorizar um patrimônio requer conhecimento sobre o mesmo para salvaguardar sua história e propiciar a apreciação dos mesmos e as mensagens artísticas e humanas que possuem.

A CIDADE DE PONTA GROSSA, A PRINCESA DOS CAMPOS GERAIS

Pertencemos aos 0,01% dos atuais terráqueos que, ao nascer, tiveram o privilégio de abrir seus olhos à luz dos Campos Gerais; para sempre, estes ficaram gravados em nossa mente e coração (LANG, 1992: 1).

Ponta Grossa nasceu no caminho das tropas, iniciando a partir das fazendas de criação o seu desenvolvimento. Além dessa atividade primordial, também se desenvolveu o comércio e as indústrias, beneficiadas pelo entroncamento rodoferroviário, que foi desbravado pelo Caminho de Viamão - Sorocaba, no período do tropeirismo, que fazia uso dessa estrada para fazer ligação comercial entre os estados de Rio Grande do Sul e São Paulo, e parando em pousos que foram aqui sendo fixados.

A partir do seu crescimento, Ponta Grossa atualmente conta com uma boa infraestrutura que comporta os fluxos de investimento em variados setores. O povoamento da região foi crescendo e, em 1812, foi encaminhado pedido ao Governo Provincial de São Paulo, por intermédio da Câmara Municipal de Castro, para elevação do bairro à Freguesia. A petição, entretanto, não pode ser considerada desde logo, tendo em vista o intenso movimento em favor da Independência do Brasil, que deixou de lado as outras medidas dessa natureza. Conforme Uller, Carbonar e Uller (2001):

Em 15 de setembro de 1823, afinal, foi baixado ato criando a Freguesia de Estrela, sendo a primeira denominação dada para nossa querida cidade. Mais tarde, pela Lei Provincial nº 34, de 07 de abril de 1855, foi elevada à categoria de Município, com território desmembrado do de Castro, porém com a denominação de Ponta Grossa e instalado solenemente a 06 de dezembro de 1855. Por fim, em 24 de março de 1862, em virtude da Lei Provincial nº 82, a sede municipal foi elevada à categoria de cidade. Pela Lei nº 281, de 15 de abril de 1871, Ponta Grossa passou a denominar-se Pitanguí, entretanto, a 05 de abril de 1872, de acordo com a Lei nº 409, voltou-se a denominar-se Ponta Grossa. Em 18 de abril de 1876, em virtude da Lei nº 469, Ponta Grossa foi elevada à categoria de Comarca e instalada oficialmente no dia 16 de dezembro de 1876, sendo o primeiro Juiz de Direito o Dr. Conrado Erichsen. A 16 de abril de 1877 foi suprimida a Comarca, porém a 08 de abril de 1889, de acordo com a Lei nº 572, foi a mesma restaurada, tendo como Juiz de Direito de nova fase o Dr. Haroldo Erichsen (ULLER, CARBONAR e ULLER, 2001: 87-8).

Atualmente, Ponta Grossa possui um grande parque industrial e apesar da acidez de seu solo, as atividades agropecuárias se desenvolveram aliadas à utilização de modernas tecnologias, se configurando enquanto a quarta cidade mais populosa do estado do Paraná.

PATRIMÔNIOS EDIFICADOS TOMBADOS DE PONTA GROSSA

Monnet (1996: 228) destaca que “[...] o patrimônio só existe porque protegemos algo que denominamos assim. Designação e proteção vão juntas. Do fato mesmo de protegê-lo, o sacralizamos, isolando-o do destino habitual das coisas; por ser sacralizado ele deve ser protegido”. Assim, elencamos alguns dos patrimônios edificados da cidade de Ponta Grossa e que foram “tombados” como patrimônios históricos, os quais podem ser encontrados em Uller, Carbonar e Uller (2001):

I) Capela Santa Bárbara (construída no ano de 1729 e tombada pelo COMPAC no ano de 2000). Sendo uma das relíquias dos Campos Gerais até por ser antecessora ao Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

surgimento de nosso município, nos leva aos primórdios dos que aqui se estabeleceram. Em agosto de 1727, José Góes e Morais doou a sesmaria de Itaiacoca, também chamada de Pitangui, à Companhia de Jesus e, em novembro do mesmo ano, a do rio Verde aos padres da Ordem de São Bento. A margem esquerda do riacho São Jorge, afluente do rio Pitangui, no ano de 1729, foi construída uma capela em louvor à Santa Bárbara. A região vizinha da capela Santa Bárbara do Pitangui era atravessada pela velha estrada do Maracanã, a qual foi utilizada pelos tropeiros que passavam por nossa cidade.

II) Clube literário e Recreativo 13 de Maio³: O imóvel que abriga o “Clube 13 de Maio” está situado na Rua Gal. Carneiro n.º 1069, no antigo bairro Corrientes, cujo terreno fora adquirido pela Irmandade do Rosário no século XIX. O Clube foi fundado em 1890 por um grupo de jovens liderados por Lúcio Alves da Silva, Luiz Marias Bento, Casemiro Cardoso de Menezes, Vidal Branco e José Borges. Esses jovens se reuniam clandestinamente no casarão do Sr. Ezequiel Barbosa de Almeida, mas, se descobertos, eram denunciados pelos brancos que temiam uma rebelião. A primeira sede do Clube, foi construída em 1921, em madeira com estuque, o telhado de duas águas coberto de telhas, tinha uma porta ao meio e com janelas contíguas, com frete a Rua Theodoro Rosas e esquina com a Rua Gal. Carneiro. Neste prédio eram realizadas as festas, os bailes, os desfiles, os carnavais, etc. O segundo prédio onde se encontra a sede atual foi construída em 1935, pelo pedreiro Laurentino Neres Fagundes conhecido por “Deco”, que foi presidente da entidade e delegado da cidade. Ainda, pelo COMPAC foram tombados: Casa de Ernesto Vilela e Chaminé da Cerâmica 12 de Outubro, dentre outras).

III) Cine Teatro Ópera⁴: Construído no ano de 1947 em estilo art-decô, o edifício localizado na esquina de duas das principais ruas da época, a XV de Novembro e a Augusto Ribas, o Cine Teatro Ópera marca materialmente o início da modernidade arquitetônica em Ponta Grossa. Foi o primeiro prédio ponta-grossense construído com base no processo de verticalização em que muitas cidades brasileiras implantavam nesta época como modelo da modernidade. O prédio foi construído com seis pavimentos, sendo que o térreo contava com a estrutura para um Cine Teatro e o restante dos espaços era destinado originalmente a serem utilizados como residências. Foi também o primeiro prédio da cidade que podia contar com uma nova ferramenta da modernidade, o primeiro a possuir um elevador.

Pela Coordenadoria do Patrimônio Cultural e Artístico do Paraná temos tombados:

I) Complexo das Estações da Estrada de Ferro (Estação Paraná, construída em 1894 e a Estação Roxo de Rodrigues – a “Estação Saudade”, construídas em 1898, ambas tombadas pelo Processo n.º. 04/90, Inscrição n.º. 100 do ano de 1990). A primeira estação ferroviária foi construída com a finalidade de ser utilitária e não apresenta grandes adereços significantes. Hoje ela abriga a Casa da Memória, com relativo acervo histórico da cidade. A segunda estação, “Roxo de Rodrigues”, ou também chamada de estação “Rio Grande – São Paulo”, ou ainda de “Estação Saudade”, é mais expressiva e rica em adereços. Possui dois andares com duas alas nos lados, sua frente é saliente com um

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

ornamento em cima das portas em forma semicircular posto acima de uma platibanda vazada ornada com pedestal em forma de jarra. É composto por portas arqueadas de entrada, janelas regulares e alas térreas vazadas com arcos ogivais, seu telhado tem quatro caídas, ou quatro águas ocultas pelas platibandas.

II) Edifício da Praça Floriano Peixoto – PROEX (construído em 1906, tombado em 1990, em processo nº. 15/90, Inscrição nº. 106): Atualmente ocupado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) para programas de extensão. Foi construído em 1906 por Guilherme Neuman, imigrante de origem alemã, o qual ali instalou seu comércio de ferragens, que fechou em 1933. A partir disso, essa construção serviu como serviços de telégrafos e farmácia, faculdade de Odontologia, departamento de Estrada e Rodagem e depois foi doado à Universidade. A arquitetura do prédio tem dois pavimentos e destaca-se a presença de platibandas abalaustradas que escondem a cobertura de telhas francesas. Na fachada os ressaltos bastante apurados feitos à massa merecem destaque.

III) Mansão Vila Hilda (construída na década de 1920 e tombada pelo Processo nº. 03/90, Inscrição nº. 99). Construída na década de 1920, por Antônio Thielen, se encontra na Rua Júlia Vanderley, 936, e atualmente pertence a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. É dividida em três níveis: o porão, o pavimento principal e os torreões. Sua arquitetura eclética faz um jogo de reentrâncias e saliências. O porão é revestido externamente a bossagem, o pavimento principal é revestido com aplicações de massa em alto-relevo reproduzindo formas de flores, e os torreões são revestidos de telhas francesas com a presença de um mirante.

IV) Edifício do Antigo Fórum (Museu Campos Gerais, inaugurado em 1928 abrigando o Fórum até o ano de 1982, tombado pelo Processo nº. 14/90, Inscrição nº. 105 de 1990): Começou a ser construído em 1924, mas teve seu término em 1928 quando passou a abrigar o Fórum de Ponta Grossa, e ali ficou até o ano de 1982. A partir dessa data, o prédio abrigou o Museu Campos Gerais, com a doação do acervo do departamento de História para a UEPG. Com fatos relevantes a serem destacados na história do prédio estão: o nome de seus criadores, sendo que o projeto foi de autoria de Angelo Lopes, e a construção de Paulo Ferreira do Valle, a carpintaria de Roberto Amádio e o acabamento externo das fachadas dos mestres Rodolpho Roedel e os irmãos Max e Alberto Wosgrau. Seu estilo é eclético, sendo o primeiro pavimento trabalhado em arcos, tem uma grande porta vazada em ferro. Além de o prédio ser um patrimônio de nosso município, guarda a memória vinculada aos Campos Gerais, sendo este trabalho desenvolvido pela UEPG.

V) Colégio Regente Feijó (datado de 1927, tombado em 1990 pelo Processo nº. 13/90, Inscrição nº. 104): Situado na Praça Barão do Rio Branco, é propriedade do Governo e consolidou-se na memória princesina como marca de desenvolvimento de nossa história. Sua arquitetura se destaca na imponência da praça, sendo construído em dois pavimentos e também é marcado pelo ecletismo do período em que foi edificado,

chegando a ocupar todo o quarteirão. No espaço térreo encontramos janelas de vergas levemente arqueadas, a fachada é revestida de bossagem e repete a sequência de cobertura do pavimento superior que, arrematado por platibandas, remete a uma sequência de janelas retangulares com ornamentos em massa, sob e sobre os vãos, demonstrando um modelo clássico.

AS FACHADAS ARQUITETÔNICAS

Vale ressaltar ainda que devido à diversidade étnica que se instalou em Ponta Grossa, temos uma imensa variedade de estilos arquitetônicos que identificam os traços culturais do seu povo, principalmente encontrados nas edificações mais antigas, onde os arquitetos respeitavam o estilo dominante das construções na cidade, entendendo-a como um espaço coletivo.

Salientamos também na criação de leis⁵ que valorizam as fachadas presentes nas principais ruas como a Vicente Machado e o Calçadão da Rua Coronel Cláudio. Estudando e conhecendo nossa história, descobriremos seus patrimônios edificados legando às futuras gerações o acesso dos mesmos.

Sabemos que a preservação dos patrimônios ajuda a resguardar nossa identidade cultural, e que isso também está voltado ao nosso direito de garantir a cidadania de nosso povo. Deste modo, a educação patrimonial está voltada ao despertar da consciência preservacionista valorizando os bens materiais e imateriais de toda a sociedade. Uller, Carbonar e Uller (2001: 26) dispõem que:

Pelo fato da cultura estar muito ligada à vida em sociedade, ela reflete muito do processo social, da construção histórica, das lutas e das conquistas e derrotas. (...) ela traduz produtos, povos, estilos e épocas, dados fundamentais para a compreensão das sociedades contemporâneas (ULLER, CARBONAR e ULLER, 2001: 26).

A cultura pode ser social (é criada, aprendida, acumulada e transmitida pelos elementos de um grupo enquanto sociedade), é seletiva (incluindo padrões comportamentais), é explícita e manifesta (através de ações e movimentos inclusos nos hábitos, práticas, aptidões) e implícita ou não manifesta (por estarem muitas vezes oculta no inconsciente das pessoas). Ela provoca mudanças, ou seja, inovações. Pode levar a uma integração através da aceitação, ou então pode eliminar, excluir.

Quando nos referimos à cultura, pensamos também em patrimônio. Todos são responsáveis pela destruição ou preservação dos bens patrimoniais, porém, só é capaz de entender essa diferença aquele que estiver disposto a parar para refletir de forma consciente e se colocando como principal agente de transformação. A cidade sofre transformações, não é um bem imóvel, mas dinâmico, que constantemente se altera. E nesse processo de transformação, como afirma Lyra (1984: 16) “as casas, os objetos arquitetônicos são as palavras que a História vai deixando na cidade”. Sendo assim, preservar essas marcas históricas é papel de cada um de nós, para que não venhamos a

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

cometer o mesmo erro como o da demolição de nossa antiga Catedral e da Cervejaria Adriática, utilizando como discurso o progresso e a modernidade de nossa cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Patrimonial aliada às Leis que a regem deve ser levada ao conhecimento de toda a sociedade. Quando a pessoa se reconhece enquanto sujeito histórico, mais fácil é ela lutar pela preservação de determinados prédios que tenham notoriedade em sua vida. Isto se justifica com o deslocamento pelas ruas da cidade de Ponta Grossa e na observação de seus prédios, de sua história, dos lambrequins ainda presentes em alguns casarões demonstrando a vinda de imigrantes por nossas “paragens”. Muita coisa mudou, mas ainda podemos encontrar em nossa caminhada muitas casas que ainda resistem ao tempo e guardam a memória de sua construção.

Conhecendo a história de nossa cidade, descobriremos motivações e transformações que a permearam até chegar à situação atual. Aqui encontramos o maior entroncamento rodoviário, uma rica cultura oriunda da miscigenação das etnias que para cá veio, nossas paisagens naturais são belíssimas, enfim, temos tudo para fazer de nossa cidade uma verdadeira “princesa dos Campos Gerais”.

Todos os patrimônios (Natural ou Paisagístico; Histórico ou Saber Fazer e o Artístico ou os Objetos) independentes de sua categoria, são extremamente importantes e refletem a nossa identidade cultural. Os caminhos para que haja preservação são vários, mas destacamos a educação como conscientização e sensibilização da comunidade e, pelo tombamento que cabe ao Estado essa responsabilidade.

Oriá (1993: 266) nos apresenta a necessidade de “propor que o Patrimônio Histórico-Cultural seja apropriado enquanto objeto de estudo no ensino de História, a fim e desenvolver em nossos alunos a consciência preservacionista da memória histórica, enquanto referencial de nossa identidade e construção de cidadania”. Sabemos que a preservação da qual falamos não consiste só no tombamento, mas que através da educação ela se efetive nos espaços acadêmicos e que realmente se efetive com uma consciência coletiva que articule e movimente os interesses relacionados à preservação da memória.

Cabe a cada cidade aprender a ler e a compreender o que a história escreveu e ainda está escrevendo, preservando o que está registrado e dar continuidade em sua história cotidiana, sem apagar o que foi escrito por nossos antepassados. Refletir sobre as cidades como locais de expressão de identidade, como “espelho de um povo”, afirmamos que ela é tudo o que expressa a cultura popular e que, por ser expressão de uma cultura, ela é dinâmica e se transforma continuamente ao mesmo tempo em que se forma de dados acumulados por antigas gerações.

A preservação das edificações bem como a paisagem urbana no seu conjunto, valoriza a cultura local, resgata os valores culturais e possibilita a formatação de um produto turístico, sendo que “esse patrimônio histórico, arquitetônico interessa ao turismo urbano, pois pode representar uma possibilidade de diversificação da oferta turística do lugar” (CRUZ, 2002: 52). Assim, estas discussões poderão contribuir para despertar o interesse econômico utilizando nosso potencial arquitetônico e urbanístico da cidade para

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

incrementar nosso atrativo turístico aliado ao patrimônio natural: o Parque estadual de Vila Velha, que foi criado em 12/10/1953, pela Lei nº 1.292 e tombado pelo Processo nº 5, inscrição nº 5 do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 1966.

A continuidade da história de uma sociedade se dá na preservação de seus bens patrimoniais e o uso desse material é a essência de sua cultura e que transforma esse reconhecimento e legado em patrimônio. Apesar de Ponta Grossa ter perdido alguns de seus patrimônios por desconhecimento de sua importância ou por especulações imobiliárias como a antiga Catedral do bispado, a Cervejaria Adriática, a antiga casa Nadal, muitas edificações datadas do século XIX e XX ainda podem ser encontradas no centro histórico, bem como antigas casas onde encontramos lambrequins no entorno da cidade. Cabe aos cidadãos conhecer sua história e zelar por sua preservação.

A educação é o fio condutor que leva a transformações e conhecer as leis de tombamento pode ser o caminho a ser percorrido na busca da preservação de nossos patrimônios históricos e salvaguarda de nossa memória histórica. O diálogo está se fazendo presente. Alusivo à comemoração dos 200 anos da cidade de Ponta Grossa que se realizará em 2023, as Secretarias de Educação, Cultura e Turismo estão em parceria com o projeto: ‘Patrimônio Cultural e Natural: Subsídios para o ensino de História e Geografia, articulada com o Turismo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Ponta Grossa’, no qual temos como objetivos a promoção a educação patrimonial e a valorização a identidade; produção e distribuição de material didático para os professores da rede municipal de ensino como aporte teórico para o planejamento de aulas que contemplem os objetos de conhecimento nos componentes de História e Geografia constante nos Referenciais Curriculares para os anos iniciais do Ensino Fundamental; Produção e distribuição cartilhas de didáticas para os alunos da Rede Municipal; promover cursos de formação de professores da Rede Municipal de Ensino, com a presença de um professor multiplicador por escola e Realizar saídas técnicas para a observação, descrição, comparação, análise e conclusão sobre os patrimônios culturais e naturais do Município.

Enquanto docentes, não podemos ficar alheios ao descaso com nossos patrimônios históricos. Nosso primeiro passo está sendo dado ao levar até a comunidade acadêmica a história de alguns prédios tombados e a seu significado às futuras gerações para que possamos juntos, preservá-las para que os mesmos não se tornem vagas lembranças em nossos corações ou das gerações passadas, fundamentais para nossa identidade cultural.

Feijó (1983: 8) diz que “(...) são culturais as obras de inteligência ou da sensibilidade humana, objetivando interferir na realidade (...) são manifestações culturais desde um romântico poema publicado em jornal de bairro até uma concentração punk”. Desta forma, é justamente esta diversidade existente entre as pessoas que caracterizam os diferentes tipos de cultura e que as valorizam. Quando falamos em cultura, nos referimos também aos patrimônios. Todos somos responsáveis pela sua destruição ou preservação, porém, só é capaz de entender essa diferença aquele que estiver disposto a parar e refletir conscientemente, se colocando como o principal agente dessa transformação.

REFERÊNCIAS

- Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

BELLOTO, Heloísa Liberalli. A função social dos arquivos e o patrimônio documental. In: PINHEIRO, A.P; PELEGRINI, S. **Tempo, Memória e Patrimônio Cultural**. Piauí: EDUFPI, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: 2008.

CARTAS PATRIMONIAIS. CADERNOS DE DOCUMENTOS, IPHAN. BRASÍLIA, 1995. CRUZ, R. C. A. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

DROPA, M. M.; SOUZA, L. F.; BAHL, M.; OLIVEIRA, R. C. S. **Patrimônio Cultural em Ponta Grossa (Paraná, Brasil): Articulações Possíveis entre Memória, História e Turismo**. Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**> v. 20, n. 1 (2012). Acesso em: 09 de out. 2021.

FEIJÓ, M. C. **O que é Política Cultural**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LANG, F. L. P. Os Campos Gerais e Sua princesa. Curitiba: Copel, 1998. LYRA, C.C. Guia dos Bens Tombados do Paraná. Rio de Janeiro: Ed. Expressão e Cultura, 1994.

MONNET, J. O Álibi do Patrimônio: Crise da Cidade, Gestão Urbana e Nostalgia do Passado. **Revista do Patrimônio**. Prefeitura Municipal (Administração Luiz Carlos Zuk) – Ponta Grossa Turística. s/f.

ORÍÁ, J. R.. Educação Patrimonial e Cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. IN: **Memória, História e Historiografia: Dossiê Ensino de História**. São Paulo, ANPUH, vl.13, n25 -26 de agosto de 1993.

ULLER, Adriana S., CARBONAR, Maria A., ULLER, Waldir. **Preservação do Patrimônio Local: Uma Questão Para a Educação Mundial?** Apucarana: Diocesana, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA. Imóveis tombados. Disponível em: www.pontagrossa.pr.gov.br/casadamemoria/imoveistombados. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

Disputas em torno do Largo do Rosário: As problemáticas do Patrimônio cultural e religioso em São Gonçalo do Sapucaí

Rogerio Damaceno Alves Junior¹

RESUMO

O Estado de Minas Gerais possui uma incomensurável cultura, construída ao longo de sua História e carregando dentro de si aspectos populares e religiosos. Essa simbiose traz características peculiares à tradição religiosa-festiva mineira, muitas delas baseadas em elementos da cultura negra, que por si só possuem em suas entranhas a resistência do povo negro. Entre essas manifestações, a Festa do Rosário se destaca, principalmente em localidades como a cidade de São Gonçalo do Sapucaí. Nesse município, essa festa é popularmente e carinhosamente conhecida no imaginário local como “festa das congadas”, e mesmo diante de sua importância local – e seu enraizamento histórico-cultural – com o passar dos anos observou-se situações de embates públicos acerca dos encaminhamentos dessa festa, nos quais se evidenciou o conflito entre seus aspectos religiosos e profanos.

Palavras-chaves: Educação patrimonial; Festa do Rosário; História e Cultura Popular

ABSTRACT

The State of Minas Gerais has an incommensurable culture, built throughout its history and carrying within it popular and religious aspects. This symbiosis brings peculiar characteristics to the religious-festive tradition of Minas Gerais, many of them based on elements of black culture, which by themselves have in their entrails the resistance of black people. Among these manifestations, the Feast of the Rosary stands out, mainly in localities like the city of São Gonçalo do Sapucaí. In this municipality, this feast is popularly and affectionately known in the local imaginary as the "feast of the congadas", and even before its local importance - and its historical cultural roots - over the years it was observed situations of public clashes about the directions of this feast, in which the conflict between its religious and profane aspects was highlighted.

Keywords: Patrimonial education; Feast of the Rosary; History and Popular Culture

INTRODUÇÃO

A Festa do Rosário, popularmente conhecida no município de São Gonçalo do Sapucaí - MG como a Festa das Congadas, é a celebração religiosa realizada, ao que se tem notícia, desde 1808, demarcando a presença de escravizadas/os que mantinham laços de sociabilidade e solidariedade em torno da devoção à Nossa Senhora do Rosário e das/os santas/os pretas/os. Tal festividade é uma importante manifestação cultural, se não a mais, dentro do calendário cívico e religioso da cidade, reunindo, ao longo dos dias em que é realizada, uma grande quantidade de pessoas vindas das cidades vizinhas.

O município de São Gonçalo do Sapucaí está situado no sul de Minas Gerais, às margens da rodovia Fernão Dias, a 340 km de Belo Horizonte, capital do Estado, e próxima dos municípios de Campanha, Pouso Alegre, Três Corações e Varginha. Vários foram os conflitos que desencadearam os dissabores dos munícipes, em sua grande maioria jovens, em relação aos rumos que a Festa do Rosário tomou ao longo dos anos. Em especial no ano de 2019, quando foram cancelados os shows do referido festejo devido aos impasses ocorridos nos anos anteriores.

17. A FESTA DO ROSÁRIO NO MUNICÍPIO

Os ternos de congo, conforme sua configuração no passado, possuem rei, rainha, um mar de seguidoras/es e fiéis unidas/os por um só motivo: a fé. Com a cadência e a força dos tambores e o ritmo da dança, em conjunto com as vozes fortes entoando os cantos que ecoam pelas ruas da cidade, a festa acontece anualmente a partir do calendário litúrgico da Igreja Católica, tendo seu início 40 dias após a Páscoa, iniciando os festejos religiosos com o levantamento dos mastros dedicados à Nossa Senhora do Rosário; Santo Elesbão; Santa Ifigênia; São Benedito; São Gonçalo de Amarante e Divino Espírito Santo.

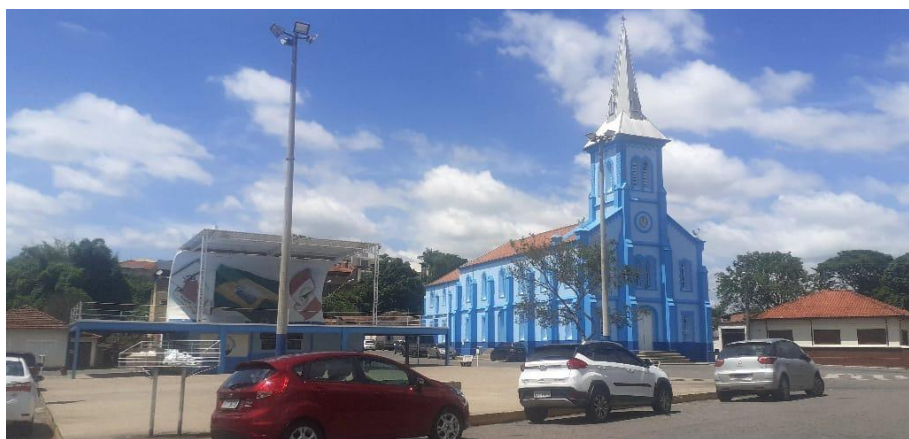


Mastros da Festa do Rosário. Imagem do arquivo particular do autor.

Ela culmina no domingo da festa de Pentecostes, encerrando-se com a procissão pelas ruas da cidade, acompanhada pelos ternos. Atualmente, há no município nove ternos de congo: Terno de São Benedito; Terno de São Benedito de Carneiros; Terno do Divino Espírito Santo; Terno de São Elesbão; Terno de São Gonçalo de Amarante; Terno de Santa Ifigênia; Terno de Nossa Senhora Aparecida; Terno de Nossa Senhora do Rosário; Terno de Santa Luzia.

2 AS PROBLEMÁTICAS, CONFLITOS E DISSABORES

As problemáticas em questão vieram à tona quando, no início do ano de 2018, a Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Sapucaí apresentou à população a proposta de reforma e ampliação da concha acústica, lugar onde acontecem os shows, construída ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário - imóvel inventariado pelo município em 2010.



Largo do Rosário – São Gonçalo do Sapucaí/MG. Imagem do arquivo particular do autor.

Consecutivamente a isso, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, acionou o Ministério Público local, a fim de garantir a integridade do templo, mediante as obras que aconteceriam no Largo da Capela. Após isso, a administração local decidiu, num primeiro momento, por meio de uma notificação extrajudicial, delegar toda a organização da Festa à Irmandade, mediante a querela instaurada. As/os irmãs/ãos, por sua vez, redigiram uma contra notificação endereçada à prefeitura, alegando que não houve em nenhum momento a intenção de se impedir definitivamente a execução da obra, mas que se chegasse a um consenso, conforme orientação do Ministério Público, quanto à preservação do patrimônio cultural e à inviabilidade de se deixar “a manutenção, organização e realização” da Festa como atribuições somente da Irmandade. Alegaram, ainda, que continuariam realizando todos os “atos litúrgicos” da Festa do Rosário.

Em síntese, o impasse em relação a reforma da concha acústica foi solucionado com um acordo entre ambos os lados. Todavia, enquanto o entrevero se desenrolava, a população ficou dividida e as redes sociais foram palco de desentendimentos, com opiniões a favor e contra a obra. Apesar disso, a mesma foi realizada. Em seguida, logo

após a festa daquele mesmo ano, surgiu outro impasse. Na ocasião, a Associação de Congadeiros alegava o desinteresse por parte dos munícipes e demais membros da administração municipal em relação à parte cultural e religiosa da festa, que levavam em consideração a valorização das demais atrações, deixando de lado o foco principal da Festa nas Congadas. Tal alegação se deu a partir de um fato ocorrido na segunda-feira da Festa, denominada “subida do Rosário”, dia em que o reinado do ano corrente passa as coroas e os mantos para o reinado do próximo ano. Naquele mesmo dia, aconteceria o show da cantora sertaneja, Naiara Azevedo, a qual arrastava multidões devido ao seu sucesso nas mídias. No município não foi diferente, visitantes de vários lugares chegaram para o show, deixando o Largo do Rosário extremamente lotado de pessoas.



Largo do Rosário do município de São Gonçalo do Sapucaí, show da cantora Naiara Azevedo. Imagem Jornal Brasil Metrópole festejos de 2018.

Os agentes municipais, ao verem tanta gente, solicitaram aos congadeiros que “fizessem o que tinham que fazer” de forma rápida, pois o show tinha que começar. O tensionamento causado por estes eventos em torno do Largo do Rosário mobilizou as/os moradoras/es num debate fundamental para compreendermos os dilemas e desafios da efetivação de ações de patrimonialização nos lugares de devoção ao Rosário e às/aos santas/os pretas/os, levando-se em consideração as diferentes posturas adotadas pelas instituições que detêm o controle sobre esses espaços públicos, que com a passagem dos anos, ganham novos sentidos para a sua ocupação enquanto lugar da Festa, ou, do que se deseja festejar ali.

Logo após o entrave, os congadeiros alegaram descaso da parte cultural e religiosa do referido festejo, a administração municipal achou por bem cancelar os shows no ano de 2019. O dissabor por parte dos munícipes, em sua grande maioria jovens, era perceptível, haja vista terem sido as redes sociais palco mais uma vez de árduos e longos debates em relação ao assunto.

Os cartazes para a divulgação das festividades nos ajudam a visualizar melhor todo esse problema em torno da Festa do Rosário em São Gonçalo. No ano de 2016, a imagem divulgada pela Prefeitura destacava o quanto aquele convite para “a maior festa

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

de congadas do sul de Minas” se dirigia mais à população sul mineira interessada em shows de duplas e bandas, que nas congadas em si.



Cartaz de divulgação Festa do Rosário de São Gonçalo do Sapucaí. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/508766089136793079/>. Acesso em: 01/10/2021

O mesmo ocorreu no ano de 2019, com a divulgação do show da cantora Naiara Azevedo. Não se via ali nenhuma referência aos ternos de congo, ou aos santos de sua devoção, somente ao entretenimento além das congadas.

Pensando na problemática em questão, realizou-se na Escola Estadual Dr. João Pinheiro, em maio de 2021, uma pesquisa buscando entender o que as/os alunos pensavam acerca da Festa do Rosário enquanto patrimônio cultural. A pesquisa foi realizada com jovens da faixa etária de 11 e 17 anos, pois a grande maioria que se posicionava contra o cancelamento dos shows se encontrava nessa média de idade. Na ocasião foram lançadas perguntas que ajudaram a visualizar melhor a dinâmica da festa das congadas, com o esvaziamento do Largo enquanto espaço do sagrado e observar o quanto a retirada das congadas em função dos shows incomodava aquelas/es estudantes.

Fica evidenciado, dessa maneira, mesmo analisando resultados parciais de nossa pesquisa, que o processo de desvalorização do ritual praticado pelas e pelos congadeiros não se apresenta como uma questão nítida na compreensão dessas e desses jovens. Ao mesmo tempo que no questionário salientam a importância da preservação das práticas culturais da festa como patrimônio de sua comunidade, afirmam também que participam dos festejos em razão dos demais entretenimentos que não estão ligados diretamente às manifestações religiosas de devoção aos santos/as pretos/as.

Ainda como parte da pesquisa, foi realizada uma qualitativa com a professora de história Carolina Paula Ferreira Alves de Azevedo². Em relação à preservação e valorização dos festejos, ela afirma que:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Muito, é o que tá faltando, é o que precisa, pra essa festa do rosário ser reconhecida como patrimônio e a partir daí as pessoas terem mais conhecimento do que realmente é a festa do rosário, as pessoas sabendo disso, vão saber que se trata da festa das congadas, vai procurar realmente entender mais e saber o que realmente são as congadas, saber que é algo de origem africana, e aí sim as pessoas vão conseguir ter uma compreensão melhor, a pessoa vai se ver ali como sujeito histórico, como ela faz parte daquela história ali, nós temos sangue africano gente nas veias, corre, corre aqui. Eu falo, cabelo meu era encaracolado, eu acabei com meu cabelo, me arrependo amargamente, porque década de 90, cabelo armado não se usava né, isso é sangue africano na veia. Então acho que o ponto seria esse, eles fazerem uma grande mudança, as pessoas, as pessoas iam enxergar com outro olhar, iam ver as coisas de uma outra maneira” (Transcrição de trecho da entrevista com Sra. Carolina Paula Ferreira Alves de Azevedo, professora de história)

Todos os elementos salientados no depoimento de Carolina Paula reforçam o quanto a festa das congadas está relacionada diretamente à formação da identidade local, especialmente, da comunidade negra, da qual ela se reconhece parte integrante, mesmo enquanto mulher branca e certo distanciamento dos congadeiros.

Conforme já citado, as atitudes tomadas por parte da administração municipal quanto às obras para a reforma da concha acústica no largo do Rosário, a fim de promover mudanças “positivas” na estrutura do festejo, trouxe à tona diversos dissabores por parte das/dos munícipes em especial o cancelamento e shows naquele ano. Porém de acordo com a professora Carolina, muitas coisas já haviam sido modificadas anteriormente na estrutura do festejo, que segundo ela, não foram positivas:

Um exemplo é o seguinte, antigamente não tinha aquela concha acústica que tem lá no largo do rosário, aí tem a igreja do rosário né e toda história por trás dela, tanto que a festa recebeu esse nome por conta da igreja porque se for ver mesmo a data aí que se comemora aí Nossa Senhora do Rosário, seria agora em outubro, é por conta da igreja, a festa é a festa das congadas mesmo se a gente for pensar né, o primeiro nome que teria que ter ao meu ver. Mas assim era assim, hoje em dia tem a concha acústica, tem show tantantan. Antes na minha época, década de noventa foi ontem mesmo (risos) é o seguinte as pessoas elas curtiam mais, de uma maneira mais divertida, a parte profana (risos) era algo gostoso, essa festa tem a parte religiosa né pra quem quer a parte religiosa tem, mais pra quem quer a parte profana tem. Era muito gostoso gente, vocês não têm ideia, não tinha esse negócio de show, show acabou com a festa, todo mundo ficava na festa ali em torno assim de duas da manhã, todo mundo escutando o mesmo estilo de música, tinha várias barraquinhas ao redor do largo do rosário ali, sabe onde fica o largo? As barracas eram todas em volta ali, barracas de argola, sabe aquelas coisas antiga? Aquelas coisas da minha época antiga (risos) sabe aquelas coisas que você vê em filme que tem aquela recordação legal, bacana? Então eu acho que não precisava nada daquilo, gastar dinheiro com shows, que não são tão interessantes assim, acho que assim eles deveriam pegar esse dinheiro, incentivar mais a questão dos ternos das congadas, divulgar mais a história da festa, sabe? (Entrevista com Sra. Carolina Paula Ferreira Alves de Azevedo, professora de história)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda essa discussão nos aponta caminhos possíveis para compreender o que “se comemora no Largo do Rosário”. O lugar da festa convida às tensões e a configuração de outras dinâmicas conforme o tempo presente evoca o que lembrar ou esquecer, o que

celebrar, como celebrar e quem celebra. O que basicamente consiste nos quereres dos sujeitos que compõem o referido festejo, ou seja, os objetos de desejo dos participantes.

A fala da professora evidencia que os embates entre profano, sagrado e da própria identidade da festa se arrastam por muito tempo no decorrer da história da Festa do Rosário. Convoca a pensar na necessidade urgente de intervir para que o real sentido do festejo seja valorizado. Valorizar o patrimônio não implica necessariamente excluir este ou aquele entretenimento, mas associa-los de forma harmoniosa, para que as congadas e tudo que as permeia sejam o principal elo do festejo.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo** / Benedict Anderson; tradução Denise Bottman. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRITO, Bruna Fátima de. **Festejo de Nossa Senhora do Rosário: Discurso Memória e Sentido**. 2016. 83f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Vale do Sapucaí - Univás, Pouso Alegre: Univás, 2016.

GONÇALVES, José Reginaldo. Os limites do patrimônio. In: FILHO, Manuel Ferreira Lima; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural** - diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra. 2007, p. 239-248.

_____. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Simpósio Temático 16 – História Ambiental: a natureza em diálogos interdisciplinares

Cartografia Histórica e Imagens Aéreas na Caracterização da História Ambiental de Paraty, Brasil, 1965-2020

Rodrigo Zambrotti Pinaud¹

O município de Paraty possuiu seu apogeu econômico nos séculos XVII e XVIII, através de sua via de ligação terrestre do litoral com a região de São Paulo e Minas Gerais. A partir de meados do Século XIX, Paraty entrou em um processo de estagnação econômica que só começou a ser revertido a partir de meados do Século XX. Foi reconhecida como Monumento Histórico do Estado do Rio de Janeiro em 1945, Monumento Nacional em 1966 e desde 2019 é Patrimônio Histórico da Humanidade - Cultura e Biodiversidade (UNESCO). Pouco descrito, o impacto ambiental desses ciclos econômicos locais levou a degradação de praticamente toda a cobertura florestal do município, situação essa que ainda podia ser evidenciada na década de 60 do Século XX. Com a abertura do trecho Rio-Santos da rodovia BR-101 no início dos anos 70, um verdadeiro boom turístico e populacional atingiu Paraty. Concomitantemente, uma série de Unidades de Conservação foram criadas na região: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim, Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, Estação Ecológica de Tamoios E Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. O objetivo deste trabalho é mostrar, que apesar da extensão das áreas protegidas legalmente e suas áreas adjacentes o que aumentou a extensão das áreas cobertas por florestas no município, o vetor de expansão urbana faz que a vegetação fez com que a vegetação seja progressivamente suprimida ao longo dos cursos dos rios e áreas adjacentes.

Palavras-chave: Acumulação por Espoliação, História Ambiental, Cartografia Histórica

Use of Historical Cartography and Aerial Images in the Characterization of the Environmental History of Paraty, Brazil, 1965-2020

The municipality of Paraty, Brazil, had its economic heyday in the 17th and 18th centuries, through its land connection between the coast and the region of São Paulo and Minas Gerais. From the mid-19th century onwards, Paraty entered a process of economic stagnation that only began to be reversed in the mid-20th century. It was recognized as a Historic Monument of the State of Rio de Janeiro in 1945, a National Monument in 1966 and since 2019 it has been a World Heritage Site - Culture and Biodiversity (UNESCO). Little described, the environmental impact of these local economic cycles led to the

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

degradation of practically the entire forest cover of the municipality, a situation that could still be evidenced in the 60s of the 20th century. With the opening of the Rio-Santos stretch of the BR-101 highway in the early 1970s, a true tourist and population boom hit Paraty. Concomitantly, a series of Conservation Units were created in the region: Serra da Bocaina National Park, Paraty-Mirim State Leisure Area, Cairuçu Environmental Protection Area, Tamoios Ecological Station and Juatinga State Ecological Reserve. The objective of this work is to show that despite the extension of legally protected areas and their adjacent areas, which increased the extension of areas covered by forests in the municipality, the vector of urban expansion causes the vegetation to be progressively suppressed over time. along river courses and adjacent areas.

Keywords: Accumulation by Dispossession, Ambiental History, Historic Cartography

1. Introdução

Os mapas sempre estiveram, ou, pelo menos, o desejo de balizar o espaço sempre esteve presente na mente humana. A apresentação do meio ambiente e a elaboração de estruturas abstratas para representá-lo foram uma constante da vida em sociedade, desde os primórdios da humanidade até os nossos dias (HARLEY, apud MATIAS, 1996, p. 31).

No Início do século XVII, Paraty já era descrita como uma pequena vila com menos de 50 casas térreas, a maior parte delas em taipa, cobertas com palhas, com o casario acompanhando o eixo inicial de ocupação. (CURY, 2002, p. 100). Em 1799, o Rio de Janeiro possuía 616 engenhos de açúcar e 253 de aguardente, sendo 155 destes em Paraty (RIBAS, 2003, p. 23), sendo que à medida que se expandiam os canaviais, mais supressão vegetal era praticada, expondo o solo para a nascente cultura da cana-de-açúcar e já alterando o ciclo das águas em Paraty, pois muitas nascentes e cursos d'água secavam com o avanço da supressão vegetal nas encostas do município.

Devido à sua localização estratégica, durante esse período, Paraty garantiu importante posição, inclusive os metais preciosos de Minas Gerais que eram escoados para Portugal passavam primeiro pelo seu porto (MELLO, 2002, p. 06). Por essa época “o caminho marítimo-terrestre por Paraty, onde era vencida a serra do Facão pela antiga trilha guaianá, era o único que existia ligando o Rio de Janeiro a zona das minas recém-descobertas” (SOUZA, 1994, p. 12). Aproximadamente no final do século XVII foi iniciada a abertura de uma nova estrada, ligando a cidade do Rio de Janeiro às minas, pela Serra dos Órgãos e mais tarde este caminho veio a ser chamado de Caminho Novo (RIBAS, 2003, p. 37).

Com a abertura, no ano de 1855, da Estrada de Ferro D. Pedro II, garantindo o acesso do vale do Paraíba ao Rio de Janeiro e encerrando a prosperidade de Paraty, pois nessa conjuntura os produtos oriundos do vale do Paraíba passaram a ser transportados para o porto do Rio de Janeiro através da nova ferrovia (SOUZA, 1994, p. 57).

Por um decreto datado de 30 de outubro de 1857, o conselheiro Antônio Nicolao Tolentino – então presidente da Província – determinou aos engenheiros Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer a organização de uma Carta Chorografica da Província do Rio de Janeiro. Impressa em 1863, na forma de litografia, a Carta divide-se em quatro grandes folhas de papel (COTRIM, 2012, p. 101). Ao redor do mapa da Província, aproveitando cada uma das folhas, foram litografadas as plantas das principais vilas e cidades fluminenses. A “Planta da Cidade de Paraty” é essencial para o estudo da evolução urbana local, pois indica importantes remanescentes do século XVIII.

Através da sobreposição da imagem da Carta de 1863 com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps utilizando técnicas de Cartografia Histórica com o software QGIS, podemos observar com clareza as modificações no contorno da costa da cidade, seu traçado urbano à época e, principalmente, a utilização das margens e conformação da foz do Rio Perequê-Açú, de acordo com a Figura 1:

Figura 1: Sobreposição da Carta de 1863 com o atual traçado urbano da cidade de Paraty



Fonte: Elaboração do autor, a partir de Conrad e Bellegarde (1863) e base de dados georreferenciada OpenStreetMaps

Da mesma forma, utilizando as mesmas técnicas de cartografia histórica, mas sobre trechos do Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty, datadas de 1965, obtidas da Força Aérea Norte-Americana (USAF), também comparadas com a base de dados atualizada georreferenciada OpenStreetMaps, é possível verificar o traçado urbano em 1965 e sua evolução até os dias atuais, onde já se pode observar o então limite da retificação do rio Perequê-Açú naquela data e seu curso meândrico e sinuoso a montante, onde passava pelo atual bairro do Caborê, de acordo com a Figura 2:

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Figura 2: Sobreposição do trecho da sede municipal de Paraty atual e em 1965



Fonte: Elaboração do autor, a partir de ortofoto pancromática 1:25.000 de 1965 (USAF/CPRM) conjugada com a base de dados georreferenciada OpenStreetMaps

2. Desenvolvimento

Até o final do século XIX, não havia água encanada em Paraty, e como o seu assentamento estava próximo do mar, não era possível a construção de poços ou cisternas. As construções de dois chafarizes, no Largo da Santa Rita e na atual Praça do Chafariz, tiveram o papel de atenuar tal carência. E assim, isolada, mas com um passado vivo em suas heranças formais e simbólicas, Paraty ficou literalmente esquecida por mais de meio século, até a abertura de de uma precária estrada de terra subindo a serra, em sua maior parte aproveitando o antigo Caminho do Ouro, ligando o município ao Vale do Paraíba no estado de São Paulo. Este isolamento de Paraty, assim como de inúmeros sítios caiçaras do litoral sul fluminense e norte paulista no mesmo período, permitiu a preservação das edificações do sítio histórico, assim como a conservação de um nicho particularmente muito bem preservado de uma cultura particular, material e imaterial e a disponibilização de toda uma paisagem natural em diversos estágios de alteração e conservação e baixíssima densidade demográfica, serviu como palco de uma sequência de acontecimentos que se constituíram em marcos históricos no desenvolvimento da região.

2.1 Projetos de Desenvolvimento Regional -Vetores de Impacto Social e Ambiental

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

2.1.1 Construção da BR-101

Aberta ao tráfego em meados da década de 1970, o trecho conhecido como Rio-Santos da rodovia BR-101 foi fator determinante para o fim do isolamento de Paraty: Era uma via moderna de transporte rodoviário. Intensificou-se então a entrada de capital, principalmente estrangeiro, em todos os setores da economia da região, com todas as facilidades permitidas pelo governo, enquanto uma reforma agrária esboçada na década de 1960 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para a região foi deixada de lado (LHOTTE, 1982, p. 19).

Ainda na década de 60, vários fatores vêm tirar o caiçara de seu isolamento. As vias de acesso ao norte paulista são melhoradas. Além da BR-101, a Petrobras se instala na região (com seus Terminais marítimos em São Sebastião e Angra dos Reis) e também as Usinas Nucleares de Angra dos Reis (atraindo pessoas de outras localidades em busca de novos campos de trabalho), fazendo com que pessoas de alto poder aquisitivo busquem outras áreas de lazer (SIQUEIRA, 1984, p. 62).

“Na matéria “As favelas de caiçaras” publicada na revista Veja de 24/12/1975, lê-se que muitos dos caiçaras viviam isolados na praia do Sono, em Paraty, próximas à vila de Trindade, e que não conheciam o dinheiro até a chegada dos especuladores imobiliário. Com a construção da Rio-Santos. A partir do simples projeto da Rio-Santos, os proprietários de terras surgem como que do nada, demarcando áreas enormes a partir de pequenas escrituras, “grilando” terras, expulsando os lavradores com violência e ameaças ou mesmo com ofertas irrisórias a que os lavradores não resistiam, por não conhecer o valor exato do dinheiro. Estes, analfabetos em sua maioria, eram enganados de várias formas, inclusive assinando contratos de arrendamento, meia ou parceria, onde acabavam cedendo seus direitos de posse, sem saber” (BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL, 2017, p. 09).

Após a venda de suas terras, boa parte da população tradicional caiçara mudou com suas famílias para a cidade de Paraty, e só encontraram guarida nos bairros periféricos ou na zona rural do município. Esse processo histórico era baseado no conceito de “Acumulação por Espoliação”, que consistia em:

“(…) mercadificação, e a privatização de terra e expulsão violenta de populações camponesas, a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado, em direitos exclusivos de propriedade privada (...), além de (...) isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo a terra para a corrente principal privatizada (HARVEY, 2004, p. 121-122).

Tal corrente principal privatizada, naquela época, em Paraty se constituiu em um exercício de força e que, em Paraty, teve como um de seus mais importantes vetores o conglomerado capitalista denominado “Atlantic Community Development Group for Latin America” – ADELA. (DREIFUSS, 1987, p. 61).

Nenhuma formação foi mais representativa do processo de integração capitalista (internacionalização, centralização organizacional e fusão e interpretação financeiro-industrial), que ocorria em meados da década de 50 e princípios da década de 60, do que a ADELA:

“A ADELA foi formada em 1962 a partir de recomendações de um *think-tank* encabeçado pelo vice-presidente da Standard Oil for New Jersey (grupo Rockefeller) e pelo vice-presidente da FIAT (complexo Agnelli). Tal conglomerado foi posto em ação por parlamentares da OTAN e senadores dos Estados Unidos. A ADELA foi registrada no Grão-Ducado de Luxemburgo em setembro de 1964, operando na América Latina através de um escritório em Lima, no Peru. A organização consolidou-se no fim da década de 60 e, em fins de 1972, os acionistas da ADELA incluíam 240 companhias industriais, bancos e interesses financeiros de 23 países (8 empresas do Brasil). A ADELA foi também capaz de exercer forte pressão sobre os governos dos países onde ela opera. As suas funções são explorar as oportunidades de investimento para as corporações multinacionais e criar um clima favorável para investimentos usando sócios locais” (DREIFUSS, 1987, p. 62).

3. A Região da Juatinga como Alvo da Acumulação por Espoliação

As novas formas de capitalismo, que se realizavam a nível global através de uma articulação complexa e contraditória com as várias formações sociais nacionais, tiveram como expressão organizacional básica as corporações multinacionais. O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista:

“Através do seu controle oligopolista do mercado, as companhias capitalistas (Estados Unidos e Europa), o capital financeiro reinava supremo no círculo de hegemonia americana. A maior parte dos investimentos no Brasil era feito por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas ou tributárias. O processo de concentração industrial foi acompanhado por uma extrema concentração de posse de terra, o que promoveu o processo de Acumulação por Espoliação na região” (DREIFUSS, 1987, p. 62)

3.1 Condomínio Laranjeiras

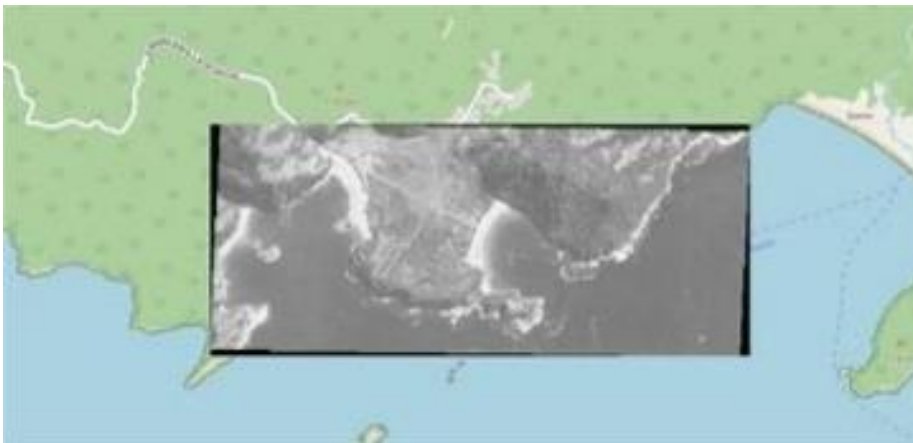
Mas o que determinou o interesse dos grupos econômicos estrangeiros foram os terrenos e as praias da antiga “Fazenda Laranjeiras”, praticamente na divisa dos estados do Rio e São Paulo, para a implantação de um condomínio de grande porte para clientes de altíssimo poder aquisitivo, o Condomínio Laranjeiras, algo sem precedentes no território brasileiro, removendo seus habitantes seculares de suas posses e reassentando-os longe das praias e posteriormente vedando seu acesso a elas e seu entorno mais próximo. A Figuras 3 e 4, abaixo, mostra a região de Laranjeiras antes da implantação do Condomínio.

Figura 3. Fazenda Laranjeiras e seu campo de pouso



Fonte: Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 (USAF/CPRM)

Figura 4. Fazenda Laranjeiras e entorno



Fonte: Elaboração do autor, a partir de ortofoto pancromática 1:25.000 de 1965 (USAF/CPRM) conjugada com a base de dados georreferenciada OpenStreetMaps

Dessa forma, em uma época onde ainda não havia Legislação Ambiental específica no Brasil (ainda em meados da década de 1970) foi implantado o Condomínio Laranjeiras, com a “criação” de uma imensa marina privada em um local originalmente ocupado por terras emersas. Como ainda não havia sido criada a figura do EIA/RIMA no Brasil, que só seria exigido após 1986, com a Resolução CONAMA 01, uma grande transformação na paisagem foi efetuada, na época sem avaliação nem quantificação dos impactos ambientais e socioeconômicos, conforme as Figuras 5 e 6, a seguir:

Figura 5: Condomínio Laranjeiras em 1976 com sua Marina recém-construída



Fonte: Administração do Condomínio Laranjeiras

Figura 6. Condomínio Laranjeiras em 2018, ocupado por edificações de condôminos, principalmente ao redor da Marina implantada em meados da década de 70:



Fonte: Google Earth website. Acessado em 09/01/2021

4. Prainha de Mambucaba

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

A Prainha de Mambucaba, localizada às margens da rodovia BR-101, entre a estrada e o mar encontrava-se praticamente intocada, sem ocupação humana consolidada até pelo menos o ano de 2004. Constituíam-se em uma das raras praias convexas da região, possuindo grande beleza cênica e uma muito bem preservada floresta entre o cordão arenoso e a BR-101. Entretanto, justamente a partir dos anos de 2004/2005, houve invasão desse território por pessoas, que cercaram, impediram o acesso da população em geral e deram início a supressão vegetal e parcelamento do terreno ao arrepio do Poder Público Municipal (não seguiu o Código de Obras do Município), Estadual (pois não havia Licença Ambiental do Órgão Ambiental Estadual INEA) e Federal, pois encontrava-se na área da Estação Ecológica de TAMOIOS, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO).

A partir dos anos de 2004/2005, a região da Prainha de Mambucaba foi intensa e progressivamente invadida e edificada, sem que o todas as esferas do poder público tivessem efetividade em evitar tal impacto, resultando na destruição da cobertura vegetal, interferência com corpos hídricos e parcelamento irregular do solo. É atribuído localmente a uma organização paramilitar espúria difusa denominada genericamente de “Milícia”², que possui a responsabilidade pela invasão, apropriação, parcelamento irregular e gestão paraestatal da região. As figuras abaixo ilustram a situação aqui apresentada, que carece de estudos mais aprofundados para apuração de responsabilidades. As figuras 07 e 08, a seguir, apresentam o padrão insustentável de ocupação da Prainha de Mambucaba.

Quebra de Página

Figura 7. Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 destacando a região da Prainha de Mambucaba em 1965



Fonte: Trecho de Ortofoto pancromática escala 1:25.000 (USAF/CPRM)

Figura 8. Região da Prainha de Mambucaba em 2020, completamente invadida, loteada e ocupada irregularmente



Fonte: Google Earth website. Acessado em 09/01/2021

5. O Papel da Legislação Ambiental para a Conservação da Paisagem do Município de Paraty

Com 81,91% do seu território inserido em Unidades de Conservação (UC's), no ano de 2017, o município de Paraty apresenta um ativo ambiental expressivo (FERREIRA e GUERRA, 2014, p. 857). Estão sobrepostos ao município de Paraty o Parque Nacional (PARNA) da Serra da Bocaina, primeira Unidade de Conservação do município, implantada em 1971 através do Decreto nº 68.172; Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu, criada pelo Decreto nº 89.242, de 1983; Estação Ecológica de Tamoios, instituída pelo Decreto nº 98.864, de 1999; Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), criada pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 1992 e a APA Marinha da Baía de Paraty, Enseada de Paraty-Mirim e Saco do Mamanguá, criada pela Lei Municipal nº 685, de 1984. Todas essas Unidades de Conservação, com as vedações de uso da terra preconizadas em seus respectivos Planos de Manejo, tiveram também papel importante na função em proteger os ecossistemas existentes no município de Paraty, garantindo a preservação e recuperação de grande parte da paisagem natural do município, preponderantemente nas áreas espoliadas na região da Juatinga.

6. A Recuperação da Cobertura Florestal do Município de Paraty

Em 2007, em mapeamento elaborado pela então Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro, foi levantado que mais de 88% da área apresentava uso de Floresta, enquanto apenas 9,13% era destinado a atividades antrópicas – ocupações urbanas de média e baixa densidade e pastagens. Já para o ano de 2012, o uso de Floresta superou 90% (FERREIRA, 2016, p. 37). Pode-se afirmar que as encostas de praticamente todo o município de Paraty, principalmente aquelas localizadas nas regiões correspondentes a Unidades de Conservação, permaneceram sem intervenção humana

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

desde a década de 60 do século XX. Cessou praticamente a agricultura, exceto a de subsistência caiçara e a agricultura familiar, pontual e não impactante. Através da comparação de fotos atuais de uso e ocupação do solo com fotos antigas da região, principalmente com as ortofotos pancromáticas na escala 1:25.000 oriundas do levantamento aerofotogramétrico da Força Aérea Norte Americana (USAF), realizado em 1965 (Arquivo do Autor) fica evidente a regeneração florestal em grandes áreas do município de Paraty, principalmente na região da Juatinga. As Figuras 1, 2, 3, e 4, ilustram de forma a evolução da cobertura vegetal da região Trindade e de parte da Península da Juatinga, no recorte de tempo de 1965 a 2020, através de comparação das imagens de época com imagens atuais obtidas no Google Earth em banda preta e branca, que através da utilização de técnicas de interpretação de imagens e cartografia histórica, terão tais áreas recuperadas e quantificadas oportunamente em estudos específicos por parte do autor. As Figuras 9 e 10, a seguir, ilustram a recuperação da cobertura vegetal na região da Juatinga:

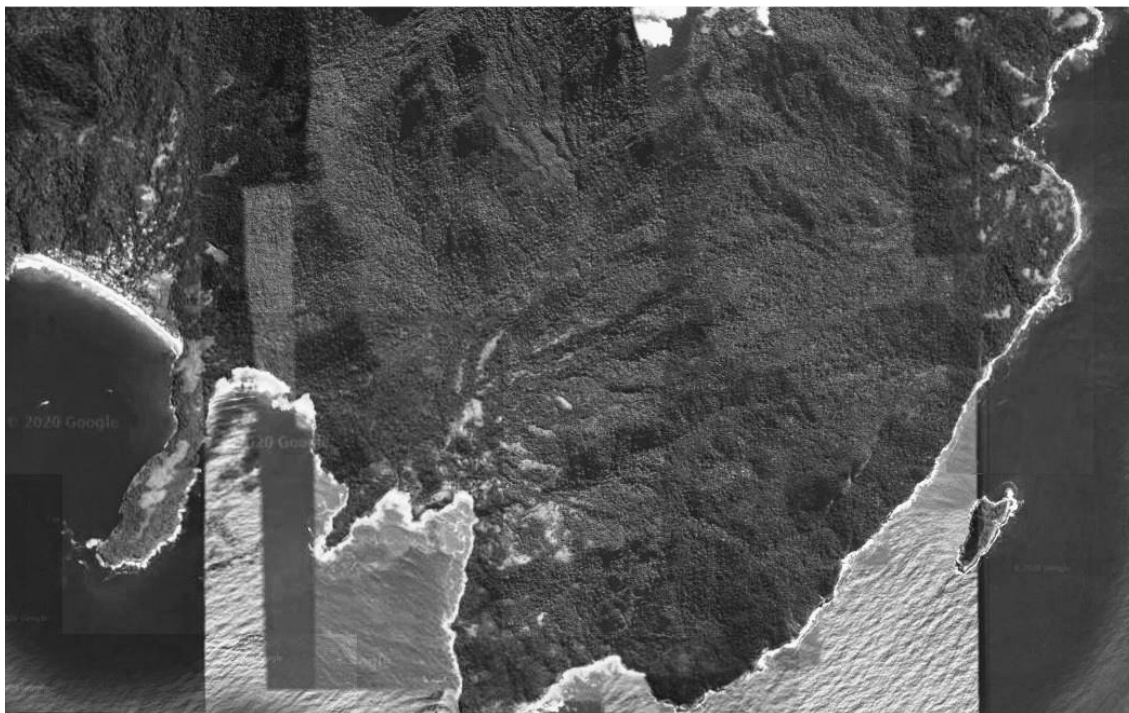
Quebra de Página

Figura 9. Detalhe da Península da Juatinga, em 1965, com destaque para os trechos com vegetação suprimida nas regiões da Praia do Sono, Ponta Negra e Cairuçu de Pedras, a partir da esquerda.



Fonte: Trecho de Ortofoto pancromática 1:25.000 (USAF/CPRM)

Figura 10. Detalhe da Península da Juatinga, em 2021, com trechos revegetados



Fonte: Google Earth Website, acessado em 09/01/2021

6. Considerações Finais

Além da ação dos Órgãos Governamentais de Proteção ao Patrimônio Histórico e dos Órgãos Ambientais, a recuperação da cobertura florestal das encostas de Paraty também se deu pela vedação de seu uso por parte de seu ocupante tradicional, a população caiçara, pelo medo que os Conglomerados capitalistas e sua grilagem impunham. Estes três fatores em conjunto permitiram que a própria natureza fizesse seu papel, com as florestas se regenerando naturalmente em áreas antes desflorestadas, principalmente as encostas do litoral do município. Podemos considerar que a Acumulação por Espoliação, apesar de todo o impacto socioambiental provocado, algo abjeto e cujos impactos negativos se refletem até os dias de hoje no município, foi um dos vetores da conservação das paisagens do município de Paraty. Ressalta-se que apesar do ganho ambiental em termos de regeneração vegetal e florestal, na região da Juatinga a aplicação da legislação ambiental também acarretou impactos socioambientais que ainda perduram nos dias de hoje e estão longe de serem solucionados.

6. Fontes Documentais

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

USAF/CPRM. *Conjunto de Ortofotos Pancromáticas 1:25.000 do município de Paraty*. Datadas de 1965. Arquivo do Autor

GOOGLE. *Google Earth website* (earth.google.com), acesso em 09/01/2021

7. Referências Bibliográficas

BRASIL. PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. SECRETARIA DE APOIO PERICIAL. *PARECER TÉCNICO Nº 236/2017-SEAP*. Comunidade Tradicional. Caiçara. Sobreposição do Parque Nacional da Serra da Bocaina em área caiçara. Paraty/RJ. Análise documental e vistoria.. Rio de Janeiro, 2017

COTRIM, C.R.M. *Villa de Paraty*. Ed. Capivara, Rio de Janeiro, 2012, 272p.

CURY, Isabelle. *A Evolução Urbana e Fundiária de Paraty do séc. XVII até o século XX, em face da adequação das normas de proteção de seu patrimônio cultural*. Vol. I. Tese (Mestrado em Arquitetura), FAU/USP, São Paulo, 2002

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação, política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, 814p, 5a edição, Editora Vozes, 1987.

FERREIRA, Stella Mendes. *Efetividade da Legislação Ambiental para a Conservação das Paisagens de Paraty (RJ)*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia/UFRJ, 2016

FERREIRA, Stella e GUERRA, Antonio José Teixeira. *A Lei 12.651/2012 e seus Impactos sobre as Áreas Destinadas à Preservação no Município de Paraty (RJ - Brasil)*. In: Anais do IV Simposio Iberoamericano de Geografía Física. Santiago, Chile. Eje 3 – Planificación y gestión para enfrentar los desastres naturales, p. 853 – 862, 2014

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola, São Paulo, 201p, 2004

LHOTTE, Christine. *Trindade para os trindadeiros*. Tese (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, 1982.

MATIAS, L. F. *Por uma Cartografia Geográfica: uma análise da representação gráfica na Geografia*. Dissertação (Mestrado em Geografia). USP, São Paulo, 1996.

MELLO, Diuner. *Paraty – Roteiro do Visitante*. Paraty. Associação Pró Paraty Patrimônio da Humanidade – Prefeitura Municipal de Paraty. 29p, 2002.

RIBAS, Marcos Caetano. *A História do Caminho do Ouro em Paraty*. Contest Produções Culturais, Paraty, 143p, 2003

SIQUEIRA, Priscila. *O Genocídio dos Caiçaras*. 1a Edição, Massao Ohno – Ismael Guarnelli/Editores, São Paulo, 78p, 1984

SOUZA, Marina de Mello e. *Paraty: a cidade e as festas*. Editora UFRJ. Tempo Brasileiro. 84p., 1994.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ALERJ.
RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A AÇÃO DE MILÍCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (RESOLUÇÃO Nº 433/2008). 282p

O MEIO AMBIENTE NO PENSAMENTO MODERNO NO PARANÁ IMPERIAL (1854-1889): POLITIZAÇÃO DA NATUREZA COMO POSSIBILIDADE DE PESQUISA PARA HISTÓRIA AMBIENTAL

LEITE, LUCA¹

FASSHEBER, J. R. M.²

RESUMO

Em fins do século XVIII e sobretudo no XIX, empreendeu-se no Brasil uma série de políticas, por parte do governo central, que visavam em linhas gerais coibir a depredação do meio natural. Estas se apresentavam na forma de: queima de terras, caçadas ilegais, pesca irregular e na derrubada sistemática de árvores. Nesse sentido, a partir de um olhar epistemológico da História Ambiental, buscamos verificar de que maneira as políticas ambientais do governo Imperial estavam presentes no Paraná Provincial. Esta pesquisa se deu por meio da análise de documentação referente à legislação oficial da época, presente em leis, decretos e decisões do Império, da Província e os relatórios destes presidentes. Dessa forma, o Brasil Imperial é um momento de definição das primeiras bases jurídico-administrativas do então nascente Estado brasileiro. Posto isto, pensar as ações de exploração dos recursos naturais neste momento torna-se relevante na medida em que podemos compreender perspectivas da formação histórica brasileira e da postura do nosso Estado e sociedade frente ao mundo natural. Portanto, dentro de nosso recorte temporal de 1854-1889, o presente projeto de pesquisa busca preencher a lacuna do campo da História Ambiental em relação às análises do poder legislativo. Este projeto propõe a realização de uma análise comparada entre a agenda ambiental do governo central e do Paraná provincial.

Palavras-chave: História Ambiental. Província do Paraná. Políticas Ambientais.

THE ENVIRONMENT IN MODERN THOUGHT IN IMPERIAL PARANÁ (1854-1889): NATURE POLITICIZATION AS RESEARCH POSSIBILITY FOR ENVIRONMENTAL HISTORY

ABSTRACT

At the end of the 18th century and especially in the 19th, a series of policies was undertaken in Brazil, by the central government, which aimed, in general terms, to curb the depredation of the natural environment. These took the form of: land burning, illegal hunting, irregular fishing and the systematic felling of trees. In this sense, from an epistemological look at Environmental History, we seek to verify how the environmental policies of the Imperial government were present in Paraná Provincial. This research was carried out through the analysis of documentation

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

referring to the official legislation of the time, present in laws, decrees and decisions of the Empire, the Province and the reports of these presidents. In this way, Imperial Brazil is a moment for defining the first legal-administrative bases of the then nascent Brazilian State. That said, thinking about the actions of exploitation of natural resources at this moment becomes relevant insofar as we can understand perspectives of the Brazilian historical formation and the posture of our State and society towards the natural world. Therefore, within our time frame from 1854-1889, this research project seeks to fill the gap in the field of Environmental History in relation to the analyzes of the legislative power. This project proposes to carry out a comparative analysis between the environmental agenda of the central government and that of Paraná provincial.

Keywords: Environmental History. Province of Paraná. Environmental Policies.

INTRODUÇÃO

A questão ambiental, em escala mundial, é historicamente recente, e nos últimos 50 anos ganhou grandes proporções. Estas últimas décadas foram marcadas por uma profunda mudança de nossa relação com o meio natural. A crise ecológica marcada pela expansão ao infinito do produtivismo capitalista, fenômenos como a contaminação do ar, das águas e dos solos, catástrofes naturais, alterações no clima e nas paisagens, ameaças à biodiversidade, extinção sistêmica e desenfreada de espécies da fauna e flora, e o surgimento de doenças desconhecidas.

Em 2020, infelizmente fomos acometidos pela chegada de um vírus, até então, desconhecido da humanidade: a COVID 19. O caos provocado pela pandemia exigiu da comunidade global uma série de políticas de quarentena e isolamento social. No momento da escrita deste artigo, depois de quase dois anos de terror sanitário, o vírus em escala global começa a minguar, após desenvolvimento de vacina e da colaboração da comunidade internacional. Entretanto, o coronavírus ceifou mais de 4 milhões de vidas no mundo, no Brasil foram mais de 600 mil mortes evitáveis e a situação ainda é delicada devido ao descaso e má gestão do Estado pelo governo Bolsonaro.

Os estudos em História Ambiental, nesse sentido, tem sua gênese na interdisciplinaridade dos *Analles*. Com o advento da chamada Nova História e sua abertura a novos temas e novas abordagens, uma importante janela foi aberta para o reconhecimento da necessidade de estudar as relações históricas entre as sociedades e seus ambientes numa abordagem interdisciplinar.

Portanto, a discussão transdisciplinar que permeia a História ambiental, implica na tomada de consciência de um projeto de história, que não é novo. Guardadas as devidas proporções, nos permitimos dizer que já havia sido colocado pelo historiador francês Fernand Braudel em tom de alerta. Dizia ele que a história e as demais ciências estavam, “[...] tôdas elas esmagadas pelos seus próprios progressos, isto em razão do acúmulo de novos conhecimentos e pela necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente está ainda por estabelecer; direta ou indiretamente, tôdas, das mais ágeis dentre elas, são atingidas, quer queiram ou não, pelos progressos, mas permanecem, no entanto, ligadas a um humanismo retrógrado, insidioso, que não lhes pode mais servir de quadro.” (BRAUDEL, 1958: 41). Já estava em curso, portanto, um grande apelo coletivo para que a história e a demais ciências realizassem o que esse intelectual chamou de ‘esforço

suplementar’ para rompermos os cercadinhos de saber, as ‘[...] fronteiras que as separam, ou que não as separam, ou que as separam mal das ciências vizinhas. Pois cada uma delas sonha, de fato, em permanecer o que é.” (Idem: 42)

Na vanguarda dessa concepção, foram os historiadores franceses que levaram a frente um debate, ainda não inconcluso, que envolveu o diálogo entre a história e geografia. Do conjunto desses intelectuais, cabe ressaltar o pensamento de Vidal de La Blanche e, notadamente a produção geo-histórica de Lucien Febvre e Fernand Braudel durante a primeira metade do século XX.

Contudo, a despeito de um consenso historiográfico sobre o surgimento da história ambiental como um campo disciplinar, surgido nos anos 1970, - em meio às transformações da relação homem - natureza e das discussões acerca de uma consciência ambiental e da necessidade de preservação do meio ambiente, entendemos que - a seu modo e jeito – aqueles autores franceses, também buscaram “[...] colocar o homem na natureza” (DRUMMOND, 2020: 4). Ou seja, para eles, a experiência humana não ficou isenta da natureza, não tecem suas práticas como espécie separada de um ambiente geográfico e natural e não estão imunes as consequências de suas ações.

De fato, o alargamento desse campo da História Ambiental, implica em continuar redescobindo a geografia, a sociologia, a antropologia, as ciências da natureza, enfim todas as áreas que cercam a história, - aceitando assim, toda essa vizinhança na constituição dos saberes ambientais. Além disso, o diálogo o entre a história e a biologia, com implicações para a ecologia histórica, demonstra o meio ambiente enquanto uma construção histórica. Toda a biosfera não humana do planeta se vê afetada por atividades humanas, não somente de maneira destrutiva nem ao mesmo tempo, contudo sempre de maneira significativa (BALÉE, 1998).

Em 2019 em fala do professor Donald Worster, um dos pioneiros no campo em língua inglesa, na UFSC em Florianópolis, durante o 3º Congresso Internacional de História Ambiental, foi questionado sobre a falta de pesquisadores familiarizados com a História Ambiental, e que isso causaria problemas no momento da escrita acadêmica. A resposta do estadunidense foi simples, “a nós historiadores sempre nos foi dito que ‘isto não é história e isto é’. Escreva você a história destes rios e conte a história destes sujeitos.”

A resposta de Worster é de uma pessoa que busca romper com o antigo paradigma tradicional de “a quem é passível de se considerar agentes históricos”. Animais, plantas, fungos, doenças, pedras, forças geológicas, rios e o clima foram historicamente colocados em espaços subalternos na escrita da História. Entretanto é impossível compreender os conflitos entre romanos e cartagineses sem considerar o papel de cavalos e elefantes. E estudar as Guerras Napoleônicas sem dar crédito ao “general Inverno”, o clima russo que derrotou as tropas francesas. Assim como estudar a História da Saúde Pública sem levar em consideração os mosquitos e insetos transmissores de doenças, ou os mamíferos hospedeiros de vermes contaminando as populações humanas. Vidas humanas e não humanas estão constantemente entrelaçadas. O planeta Terra e o mundo natural continuariam a existir perfeitamente sem o *Homo sapiens*, uma vez que o mundo natural de forma alguma é estático. Contudo as sociedades humanas não existiriam sem os outros animais. Nesse sentido a extinção de abelhas, onças, formigas e rinocerontes diz respeito

diretamente a nós. Dito isso, a história ambiental tem por fim dar visibilidade a esses sujeitos apagados da historiografia. É nisso que pretende o presente artigo.

Sobre isto, tenho um especial carinho por este trecho do geógrafo Diogo Cabral, em que o autor discorre com a sensibilidade digna de um poeta, sobre abraçar novos sujeitos históricos e contar a história desses personagens que ilustra muito bem nossa discussão:

É com razão, portanto, que alguns chamam essa nova corrente de “história dos mudos”. Mas, se muitos desses personagens subalternos não podiam falar em português, havia muitos outros, tão ou mais subalternos que eles, que não podiam falar *em absoluto* – pelo menos não com palavras. Seres não humanos como árvores, capins, formigas, onças, capivaras, montanhas, solos e rios, embora tenham participado ativamente daquela fantástica empresa que foi a América portuguesa, nunca puderam dar o seu próprio testemunho dos fatos. Evidentemente, nunca poderão. Todavia, uma coisa é certa: esses seres se movimentam. Ao se movimentarem, eles se “registram”, eles se “escrevem” em nós. “O transbordamento das coisas para fora delas mesmas, ao nosso encontro, nos outorga parte do próprio ritmo do mundo”, escreveu o geógrafo Eric Dardel. A natureza é percebida pelos humanos “na medida em que ela ‘vai passando’, ou seja, num processo temporal; daí o ‘livre movimento da matéria’ ser parte da nossa cognição, tanto quanto nós somos parte da natureza e a percebemos sensorialmente”. O mundo não humano “fala” simplesmente através de seu movimento. [...] Os não humanos, por mais “mudos” ou “silenciosos” que pareçam, possuem uma linguagem bem expressiva. Chamam e prendem continuamente a nossa atenção pelas impressões vivas que gravam em nossos sentidos, transmitindo-nos as condições dinâmicas de sua cognoscibilidade – e portanto, das nossas próprias possibilidades de existência e ação (CABRAL, 2014: 29).

. Outro trecho que corrobora com Cabral é o do historiador José Augusto Pádua:

Poder-se-ia usar a imagem de uma peça de teatro, em que o cenário serve de contexto passivo para o dinamismo contido na movimentação dos atores. A partir de certo momento, porém, o cenário começa a se movimentar e a se modificar de maneira intensa e surpreendente, forçando o reconhecimento da sua presença ativa. A peça passa a ser uma interação entre os movimentos do cenário e os movimentos dos atores. A diferença, em relação ao contexto científico contemporâneo, é que o cenário sempre esteve em movimento, tendo a mudança ocorrido na percepção subjetiva dos atores (PÁDUA, 2010: 88)

A clássica analogia do teatro de Pádua nos ajuda a compreender que nosso pressuposto de “ambiente” é na verdade uma configuração dinâmica, e não um plano de fundo imóvel que nos serve somente como referência. Nossa vida é moldada à base destas relações, deste “teatro”. Essa postura metodológica, de caminhar em terrenos epistemológicos não conhecidos, tem por fim recuperar um mundo histórico mais integral.

Em outras palavras, por fim,

os historiadores ambientais não estão interessados em como a saga humana foi, aqui e ali, “perturbada” por azares climáticos e outros eventos e desastres “naturais”, mas em demonstrar que aquele caminho foi, desde o começo e durante todo o percurso, construído em conjunto com

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

outros seres. Chuvas torrenciais, tsunamis e terremotos, tanto quanto massapés, serras gerais e angiospermas, não “mudam” a história a história; eles são história. Outra forma de dizer isso, talvez até mais elegante, é que os humanos não “transformam a natureza”, mas tomam parte, ao lado de outros seres no processo em que a socionatureza transforma a si mesma (CABRAL, 2014: 28)

Dessa forma, nosso objetivo aqui é, portanto, construir narrativas, onde, as florestas, os animais, os rios, solos e montanhas sejam entendidos e estudados enquanto sujeitos históricos, capazes de escrever sua história vista de baixo. “Lucien Febvre costumava dizer: ‘a história é o homem’. Eu, por outro lado, digo: a história é o homem e tudo mais. Tudo é história: solo, clima, movimentos geológicos” (*apud* PÁDUA, 2010).

Buscamos até este ponto, fazer uma contextualização teórica com a abordagem epistemológica e a fonte escolhida. A Modernidade e o estudos dos modernos e sua relação com a Natureza chamam particular atenção de nós historiadores ambientais. Este terreno metodológico foi marcado mudanças, rupturas e substituições de paradigmas. Dessa forma, esse período constitui um fértil terreno para a História Ambiental produzir este debate acerca do nosso relacionamento com o mundo natural.

Donald Worster aponta que é muito comum que os historiadores ambientais estejam em busca de estórias sobre mudanças para narrar. Mudanças nas atitudes das pessoas em relação ao mundo natural têm estado entre as mais dramáticas estórias descrita pelas pesquisas neste campo de estudo. A mudança da “montanha sombria para a montanha gloriosa por exemplo” (WORSTER, 2012: 367). Nesse sentido, estórias sobre mudanças existem em abundância no mundo Moderno. A fartura e riqueza de documentos para pesquisas possíveis fica evidente neste relato de Worster.

Esta proposta de pesquisa se insere dentro deste cenário, em que a Natureza passava por transformações epistemológicas. Três narrativas sobre a natureza, entre o XIX e início do XX, são características dessa episteme: “um mundo de transformações na produção (segunda revolução industrial), dinâmica capitalista (imperialismo), e a estrutura social (urbanização crescente)” (ESPINDOLA, 2016: 202-203).

Baseado nisso, percebemos que a função atribuída à Natureza nesta pesquisa liga-se ao que Donald Woster (1994) identifica como “espírito” do pensamento ecológico capitalista. De que: i) a natureza é vista como capital; ii) os humanos têm direito e obrigação de utilizar deste capital para seu constante progresso; iii) a ordem social estimula e legitima esse progressivo crescimento de riqueza pessoal. É importante ressaltar que estas ideias foram gestadas num momento específico para capitalização da natureza, ou seja, sua transformação em bem de capital.

Em outras palavras, o avanço desta capitalização da Natureza, é o que Jason Moore (2015) chama de a ecologia mundial capitalista (*capitalist world-ecology*). Moore aponta que o capitalismo não se configura apenas como um sistema econômico utilizado por humanos, mas como uma verdadeira ecologia mundial de poder, capital e natureza que implica todas as espécies e processos físico-químicos. A ecologia mundial capitalista (*capitalist world-ecology*) é uma maneira de distribuição e funcionamento da teia da vida (*web of life*), ou seja, uma forma de organizar a vida e o planeta.

O filósofo francês Robert Lenoble (1969) traz uma rica contribuição para esta discussão em “História da Ideia de Natureza”³. O autor elenca uma esmiuçada discussão a respeito do conceito de Natureza, e nesse sentido sua contribuição é extremamente rica e relevante para a História Ambiental. Lenoble chama atenção para o fato de que a natureza em si não passa de uma abstração. Para o francês: “não encontramos senão uma ideia de natureza, que toma sentidos radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens” (LENOBLE, 1969: 17).

Para Lenoble (1969), este conceito está ligado aos significados que acompanharam o desenvolvimento humano e que mudam de acordo com os seus interesses. Reinhart Koselleck (2006) contribui para a discussão chamando a atenção para o estudo dos conceitos e da variação de seus significados ao longo do tempo como condição básica para o conhecimento histórico. Para Koselleck (2006), só é passível de uma única definição aquilo que não tem história. A Natureza por sua vez, carrega em si o desenrolar de vários processos históricos, como descrito por Lenoble (1969).

A Natureza dessa forma, toma determinados contornos a partir das necessidades e desejos dos *sapiens* que a rodeiam. Portanto, “a Natureza está condenada a viver o drama humano” (LENOBLE, 1969: 41). Em suma, a análise que buscamos propor neste artigo são as marcas que a Modernidade deixou na ideia de Natureza e como esse cenário foi absorvido pela administração Imperial e Provincial, por meio de sua documentação oficial.

Pensando a relação dos colonos portugueses com o meio natural, verificamos que já em 1600, de acordo com os relatos de missionários jesuítas, muito da paisagem natural já havia sido completamente alterada e algumas espécies de aves não eram mais vistas (DEAN, 1996).

Dessa forma, em 1786 foi o ano em que foi publicado o primeiro ensaio escrito por um brasileiro com reflexões políticas amplas sobre os problemas ambientais do país, dando início a tradição⁴ ambiental brasileira. Trata-se do *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil*, de Baltazar da Silva Lisboa (1786). Seguindo essa linha de pensamento, em 1790, o patriarca da independência José Bonifácio (1965), escreveu *Memória sobre a pesca das baleias, e extração do seu azeite, com algumas reflexões a respeito das nossas pescarias*.

Embora estes textos sejam interpretados por muitos como obras ambientalistas antes do tempo de emergência desta área, devemos ter cautela com o perigo do anacronismo. Esta não é uma obra de preservação ambiental tal como a conhecemos hoje, mas sim um consultoria econômica sobre as maneiras de torná-las mais rentáveis em longo prazo.⁵

Estes documentos chamam atenção e valem ser ressaltados, uma vez que é uma fonte datável, esse tipo de mentalidade é característico da Modernidade. Keith Thomas em *O homem e mundo natural* aborda essas mudanças de perspectiva em relação ao mundo natural, e afirma através de relatos setecentistas que:

A espantosa ignorância do XVII com a sabedoria do XVIII. O conhecimento sobre o mundo natural, cresceu com ‘rapidez inconcebível’. É ver que em um século lançou-se mais luz sobre

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

esta ciência do que o que fora inferido no período precedente por cerca de 5700 anos. (THOMAS, 1988: 124)

O fato de que no final do século XVIII estarem sendo discutidas no país ideias que se aproximam da reflexão ecológica contemporânea indica que estamos diante de um fenômeno intelectual instigante. A gênese desse grupo de críticos ambientais brasileiros tinha epicentros institucionais bem definidos.

O fato de que no final do século XVIII estarem sendo discutidas no país ideias que se aproximam da reflexão ecológica contemporânea, como a de Baltazar Lisboa por exemplo, indica que estamos diante de um fenômeno intelectual instigante. Fato que depois de pouco mais de três séculos de exploração predatória e mau uso dos recursos naturais, a agricultura brasileira começa a dar sinais evidentes de que estava vivendo uma crise ecológica profunda.

A gênese desse grupo de críticos ambientais brasileiros tinha epicentros institucionais bem definidos. Ao longo dos séculos XVIII e XIX um grande fluxo de jovens oriundos da elite social do Brasil destinou-se a universidades europeias como Coimbra e Lisboa para realizar seus estudos universitários. Foi dentro dessa camada da elite que surgiram os primeiros críticos ambientais brasileiros. Jovens que tiveram contato e absorveram as concepções de filosofia natural, direito, economia e também o espírito pragmático e progressista que caracterizavam o Iluminismo europeu, podendo ser chamados de “geração ilustrada” luso-brasileira. Na Europa esses jovens tiveram contato com figuras que hoje conhecemos como os pais da ecologia moderna. Figuras como Domenico Vandelli, Lineu, Buffon, Charles Darwin e Humboldt. É relevante ressaltar que, a ecologia nasce nessa época a partir da preocupação com o fato de que tudo o que buscamos na natureza é finito (KRENAK, 2020) e nossos desejos são infinitos.

Surge do interior dessa elite intelectual, constituindo uma minoria dentro da minoria, os fundadores da crítica ambiental brasileira. Essa tradição crítica por sua vez encontrou sua expressão mais profunda e sistemática na obra de José Bonifácio de Andrada e Silva. Suas reflexões e seu legado teóricos mais importantes, nesse sentido, foram o de estabelecer a existência de um nexos casual entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural, enfatizando a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial.

Em fala à Assembleia Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura em 1823:

A Natureza fez tudo a nosso favor, nós porém pouco ou nada temos feito a favor da Natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas que temos roteado são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se esvalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favorecem a vegetação e alimentam nossas fontes e rios, sem o que nosso belo Brasil, em menos de dois séculos, ficará reduzido aos paramos e desertos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos (*apud* PÁDUA, 2004: 5)

Dessa forma, a politização do tema ambiental atingiu seu ápice no Segundo Reinado⁶ (Ibidem). Portanto, a presente comunicação tem por objetivo apresentar as possibilidades e potencialidades para pesquisa em História Ambiental a partir da análise de fontes oficiais durante a Modernidade.

A vista disso, o recorte do tema será dos anos de 1854-1889, haja vista nossa proposta de compreender o papel do meio natural dentro das políticas ambientais da Província do Paraná, em toda sua extensão. Nesse sentido, o Paraná se torna Província em 1854 quando é separado da província de São Paulo, e 1889 quando, após o golpe republicano, o Paraná se torna um Estado.

Estando esta pesquisa inserida no campo de estudo da História Ambiental, é relevante ressaltar o mapeamento da historiografia ambiental brasileira realizada pelo professor Pádua e a professora Alessandra Izabel de Carvalho⁷. Este levantamento pontua que existem duas grandes lacunas no campo ambiental: os estudos relacionados a questão indígena, e a análise do poder legislativo. Nesse sentido, esta pesquisa tem grande potencial à acrescentar em vista de preencher esta lacuna, uma vez que propõem-se a análise justamente em cima deste rol documental.

É relevante ressaltar, entretanto, que esta pesquisa representa apenas um recorte do que foi a discussão ambiental no Brasil Império e no Paraná Provincial. Nossa própria escolha das fontes limita nossa discussão. Como foi bem pontuado pelo professor Dr. Evandro Cardoso na banca de qualificação em 2020, os documentos oficiais nas leis e decretos nos apresentam discussões prontas. Os debates por trás destas leis formam um outro arcabouço documental e que tem grande valor aos historiadores ambientais e merecem ser incentivados aos novos pesquisadores. Portanto, como foi destacado acima: este relatório é um breve primeiro estudo acerca do fértil campo o qual esta problemática nos convida a debruçar-nos.

No Paraná, apesar de todas as leis e decretos a respeito do meio natural que foram analisadas no período Imperial, grande parte das matas e florestas do Paraná foram destruídas durante as primeiras décadas da República, durante o ciclo do café. Outros autores que trabalham com esta mesma proposta, afirmaram que “apesar do viés utilitarista e da inserção política relativamente forte desse grupo, houve apenas avanços pontuais”⁸. Os discursos sobre a beleza da paisagem, a importância e a necessidade de preservação das florestas não foram suficientes e pesaram muito pouco diante da devastação das matas.

METODOLOGIA

As fontes utilizadas para a pesquisa tratam-se de documentos Primários, Escritos, Oficiais e Seriais. A forma de apresentação é digital e, portanto de fácil acesso por meio dos sites do Arquivo Público do Paraná e na Câmara dos Deputados. Essas fontes consistem em um conjunto de normativas do Governo do Império do Brasil, que abrangem leis, decretos, decisões, cartas régias, alvarás e atos dos poderes Legislativo,

Executivo e Judiciário, e dos Ministérios. Também compõe esse rol de fontes as Leis e Decretos do Governo da Província do Paraná e os Relatórios de Presidente de Província.

Esse conjunto de legislações e normas são fundamentais para compreender como foram entendidas as propostas ambientais do Governo Central nas percepções dos primeiros presidentes provinciais do Paraná. Documentos históricos que nos permitem verificar projetos políticos e agendas oficiais de um Estado.

Deste modo, sendo foco da proposta o domínio socioeconômico sobre a natureza, a análise deste conjunto de fontes consistiu no levantamento de assuntos relacionados à exploração e apropriação dos recursos naturais. Assim os temas de destaque que foram usados como filtro na catalogação das fontes podem ser elencados em seis grandes categorias: extrativismo, agricultura, pecuária, águas, pesca e terra.

Essa metodologia é proposta por Fabíola Sevilha de Souza (2011) em seu artigo *Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império*. E tem por objetivo examinar as possibilidades analíticas e temáticas de trabalho dentro da História Ambiental no período Imperial brasileiro. Dessa forma, a autora expõe ao leitor, de que maneira o meio natural foi encontrado nos documentos analisados, e nos é revelado que os temas principais podem ser elencados em sete grandes categorias: abastecimento, terras, caminhos e transportes, administração, extrativismo, agricultura e pecuária. Foi a partir deste relato que montamos as bases do que viria a ser a planilha de catalogação.

Levantados os documentos e montada a problemática, a catalogação dos documentos foi feita através de três planilhas: uma destinada as leis imperiais, outra destinada as leis da província do Paraná e uma terceira destinada aos relatórios dos presidentes. As Leis e Decretos foram analisadas e catalogadas através das palavras-chave descritas acima e organizadas segundo as seguintes categorias: extrativismo, agricultura, pecuária, águas, terras e pesca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto desse corpo de Leis, associados as falas governamentais provenientes dos Relatórios de presidente de Província, coloca em destaque a noção utilitária que a natureza adquiriu na época. Seu significado, naquele contexto, teve íntima relação com um estilo de sociedade moderna nascida do advento do capitalismo. A palavra, natureza, passou a ser entendida como fonte de recurso, e por consequência, fonte inesgotável de lucro. A representação de natureza como um benefício a ser explorado, herdeira dos ideais iluminista e fisiocrata estiveram presentes no país no século XIX e, portanto, presentes na formação do pensamento ambiental brasileiro. Dito isso, cabe destacar que, essa reflexão, indicou importantes sinais de como tais ideários podem ser acessados na Província do Paraná por meio da documentação histórica, trazendo com isso uma contribuição para o campo da História e sobretudo para a História Ambiental.

Por fim, foi possível demonstrar que questões ambientais estiveram presentes naqueles momentos de constituição do Estado brasileiro e, portanto, foram colocadas na arena política, lugar simbólico onde se encontravam em jogo determinadas condições

para a apropriação material da natureza. Por sua vez, o conjunto de Leis e falas oficiais trataram de elevar os usos da natureza a níveis de legitimidade.

Para os modernos, a natureza é recurso que pode promover a riqueza dos particulares e do Estado. Nas últimas décadas do século XIX, a era do Imperialismo chega ao seu auge, penetrando o interior de todos os continentes: a corrida armamentista, o poder do aço, a revolução da eletricidade, a extensão das ferrovias e as novas indústrias. Tudo isso proporciona um novo debate de políticas ambientais. A discussão acerca da necessidade da preservação das matas, as discussões sobre os prejuízos econômicos da construção naval e civil causados pelo corte desproporcional de árvores, além das discussões sobre o clima e as secas, tomariam novos rumos das décadas finais do XIX e novos formatos da República.

As análises das políticas ambientais a partir da formação da Província do Paraná aqui propostas não se encerram por si mesmas e nem se pretendeu esgotá-la nesse texto. Ao contrário, o objetivo último é o de abrir o leque de novas questões que suscitem futuras possibilidades de pesquisa sobre a História dos mudos (CABRAL, 2014). Existem diversas lacunas a serem detectadas e preenchidas e entende-se que as pesquisas em História Ambiental terão muito a revelar sobre a ação colonizadora dos últimos cinco séculos e seus efeitos contínuos e predatórios sobre a natureza da região. Certamente, entendemos que todas as pesquisas científicas sobre os usos da natureza devem contribuir para a permanência e sustentabilidade da mesma. Existe uma história por trás dos usos econômicos da natureza e o texto desafia a pensar historicamente o ambiente. O campo da História Ambiental é mais uma parte relevante dessa tarefa.

Dessa forma, a partir dessas informações, procuramos destacar a importância que as árvores e florestas, em geral, tiveram na história do Brasil. Desde a derrubada para a expansão das áreas de lavoura à uma mudança de mentalidade, com a defesa da conservação das áreas florestais para fins econômicos. Diante disso, buscamos portanto, incentivar e convidar nossos colegas de área, para que novos pesquisadores e pesquisadoras avancem na discussão, e sobretudo, salientar a riqueza metodológica desta documentação.

REFERÊNCIAS

BALÉE, William. **Advances in Historical Ecology**. Cambridge University Press, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**, a longa duração. *In*. Escritos sobre a História, Editora Perspectiva, S.A, 1992.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

DEAN, Warren, 1932-1994. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**; tradução C. K. Moreira; revisão técnica José Augusto Drummond. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

DRUMMOND, José. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8 1991, p. 171-197.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Território, fronteira e natureza no Vale do Rio Doce.** In: FRANCO, J. L. A. (Org.) ; SILVA, S. D. E. (Org.) ; DRUMMOND, J. A. (Org.) ; TAVARES, G. G. (Org.). (Org.). História Ambiental: territórios, fronteiras e biodiversidade. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 2, p. 202-235.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **História das preocupações com o mundo natural no Brasil: da proteção à natureza à conservação da biodiversidade.** In: FRANCO, J. L. A. (Org.) ; SILVA, S. D. E. (Org.) ; DRUMMOND, J. A. (Org.) ; TAVARES, G. G. (Org.). (Org.). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 333-366.

HOBBSAWN, Eric. **A Era do Capital (1848-1875).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LENOBLE, Robert. **História da ideia de Natureza.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1969.

MOORE, J. **Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital.** London; New York: Verso, 2015

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888) – 2.ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2004.**

_____. **As bases teóricas da história ambiental.** São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

_____; CARVALHO, Alessandra Izabel de. **A construção de um país tropical: apresentação da historiografia ambiental sobre o Brasil.** História, Ciências, Saúde Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.4, out.-dez. 2020, p.1311-1340.

SEVILHA, Fabíula. **Temas e Métodos para uma História Ambiental do Brasil Império – Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH – São Paulo, 2011.**

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural.** Trad. J. R. Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOSTER, Donald. **Nature's Economy: a history of ecological ideas.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. **A natureza e a desordem da história.** In: FRANCO, J. L. A. (Org.); SILVA, S. D. E. (Org.); DRUMMOND, J. A. (Org.); TAVARES, G. G. (Org.). (Org.). História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 367-384.

Simpósio Temático 18 – Escravidão e liberdade nas Américas: séculos XVI – XIX

Colonialismo e povos indígenas do Maranhão e do Grão-Pará (séculos XVII e XVIII).

Luiza Rocha de Oliveira¹

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar, como o colonialismo impactou a vida dos povos indígenas das regiões do Maranhão e Grão-Pará durante os séculos XVII e XVIII. Para isso, investigaremos as implicações de como as epidemias, os trabalhos forçados, as aculturações e as guerras tiveram papel irrefutável para a redução de grande parte da população indígena desses territórios. A partir da análise do documento ‘Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão’, de autoria do padre João Felipe Bettendorff, problematizaremos as relações entre colonizadores e indígenas, e seus impactos na existência dos povos autóctones da Amazônia Colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas; Colonialismo; Maranhão; Grão-Pará; Amazônia Colonial.

ABSTRACT: This paper aims to analyze how colonialism impacted the lives of indigenous peoples in the regions of Maranhão and Grão-Pará during the 17th and 18th centuries. For this, we will investigate the implications of how epidemics, forced labor, acculturations and war played an irrefutable role in the reduction of a large part of the indigenous population in these territories. Based on the analysis of the document ‘Chronicle of the mission of the priests of the Society of Jesus in the state of Maranhão’, written by Father João Felipe Bettendorff, we will discuss the relations between colonizers and indigenous peoples, and their impacts on the existence of indigenous peoples in the Colonial Amazon.

KEYWORDS: Indigenous peoples; Colonialism; Maranhão; Grão-Pará; Colonial Amazon.

INTRODUÇÃO

A “Conquista da América”, seguida da Colonização, teve um efeito devastador nas populações autóctones do continente americano. Ao longo desse processo pode-se elencar

várias violências geradas pelo colonialismo, como: guerras, fome, doenças contagiosas, catequização, imposição de uma nova língua, escravização, entre outros. Através deste pequeno ensaio, e tendo aqui o foco no Maranhão e Grão-Pará colonial, pretendemos analisar algumas das múltiplas violências coloniais.

Uma dessas atrocidade é a escravidão indígena. Nesse sentido, a historiadora Hebe Mattos nos traz uma reflexão muito importante, quando diz que a conexão entre a diáspora africana e a escravidão americana, tem tido grandes associações na atualidade, o que acaba por gerar um apagamento sobre a escravidão indígena na América Portuguesa (MATTOS, 2004). Essa observação é de suma importância para análise que aqui nos submetemos a fazer, pois ao longo de texto, uma das nossas propostas é enfatizar que a escravidão indígena na América Portuguesa ocorreu, sendo ela, por vezes até concomitante com a escravidão africana no continente.

Nesse caminho de investigar a escravidão indígena na América Portuguesa, nossa seleção do recorte temporal e do território aqui em análise, foi feito baseado em uma contribuição do historiador Luiz Felipe de Alencastro. O pesquisador em uma de suas obras mais célebres “O trato dos viventes”, observa que o Grão-Pará e o Maranhão tiveram o cativo indígena como a principal forma de trabalho até meados do século XVIII (ALENCASTRO, 2000).

Com a contribuição de Mattos e Alencastro, selecionamos a fonte ‘Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão’, de autoria do padre João Felipe Bettendorff para a pesquisa aqui proposta. O relato, foi escrito no ano de 1699, por João Felipe Bettendorff, padre jesuíta que nasceu em Luxemburgo no ano de 1625 e aos 20 anos entrou para Companhia de Jesus, se tornando duas vezes superior das Missões no estado do Maranhão e Grão Pará. A primeira vez, de 1669 a 1674; e a segunda, de 1690 a 1693.

A seleção da fonte foi determinada pelo importante cargo que Bettendorff ocupava dentro das Missões Jesuíticas, do momento analisado. Para além disso, há de se considerar, quando Varnhagen faz referência à Crônica, como uma das fontes de maior segurança, para se estudar e pesquisar o Maranhão no século XVII. Ademais, a crônica de Bettendorff, também é uma importante fonte para pesquisas em torno da história do estado do Maranhão. À vista disso, tendo conhecimento de quem é o autor da fonte selecionada, reiteramos a importância de uma análise cautelosa dos escritos, e do cruzamento dela com uma historiografia sobre o tema, atenção que aqui adotamos.

EPIDEMIAS

A história das relações entre índios e brancos no Brasil ensina que as armas de conquista foram alguns apetites e ideias, um equipamento mais eficiente de ação sobre a natureza, bacilos e vírus – sobretudo vírus.

- Darcy Ribeiro.

As epidemias, foram cruciais para a queda demográfica das populações autóctones da América, sendo até mesmo destruidora de aldeias inteiras. Como mencionado acima por Darcy Ribeiro, os vírus causadores de epidemias, pode ser enxergado como a principal arma da conquista, e também, por que não da colonização?!. Nesse sentido, iremos investigar nesse subitem algumas das epidemias de varíola e de sarampo que arruinaram o Grão-Pará e Maranhão colonial, e por conseguinte seus impactos na vida das populações indígenas ali ativa.

O historiador Rafael Ivan Chambouleyron, analisa em seus estudos o Grão-Pará e o Maranhão colonial como um lugar de “formidável contágio” (CHAMBOULEYRON, 2011). Dessa forma, observamos como a epidemia de varíola, conhecida também como epidemia de bexigas, castigou o Maranhão no ano de 1661, matando não só escravizados indígenas, como também a população em geral.

Em novembro de 1696, o Conselho Ultramarino avisava ao rei sobre as cartas que haviam sido recebidas do estado do Maranhão, enviadas pelas Câmaras e pelo governador. Nelas informava-se a “grande mortandade” causada pelo “mal de bexigas”, que havia ceifado a vida “não só dos índios do sertão, mas também aos moradores daquelas conquistas e aos escravos”. (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 989).

Na visão do padre jesuíta João Felipe Bettendorf, que analisa esse fato, a justifica para tal acontecimento seria um castigo divino. Segundo ele, “Deus castigou todo o estado, depois dos povos se terem levantado contra os padres missionários da Companhia de Jesus” (BETTENDORF, p. 349). Dessa forma, o jesuíta enxerga a proliferação da varíola diretamente ligada à expulsão dos jesuítas do território do Maranhão.

No entanto, a análise do padre Bettendorf, deixa de levar em conta uma circunstância muito importante que diz respeito ao comércio de escravizados africanos para essa região. Segundo o historiador da saúde, Benedito Carlos Costa Barbosa, “a inserção da doença na região relaciona-se diretamente ao comércio de escravos africanos” (BARBOSA, 2016, p. 1).

Diante disso, a alta taxa de mortandade dos indígenas frente a essas epidemias, somado ao fato dos escravizados africanos terem mais resistência à doença, fez com que a mão de obra indígena passasse a ser mais cara do que a africana, sendo assim mais rara. Tal ponto, é importantíssimo para se entender a difusão da escravização africana na América Portuguesa. “Nada mais natural, então, que em épocas de crise se recorresse ao tráfico de africanos como solução para a falta de trabalhadores indígenas” (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 996). Dessa forma,

Pode-se dizer que uma primeira rota do tráfico para o estado do Maranhão e Pará, consolida-se entre meados da década de 1690 e meados da primeira década do século XVIII, foi também estimulada, entre outros fatores, pelas necessidades recorrentemente apontadas pelos moradores, em decorrência da ação das temíveis bexigas. (CHAMBOULEYRON, 2011, p. 997).

Somada a epidemia de varíola, tem-se a de sarampo, que atingiu em cheio as populações indígenas do Grão-Pará entre 1758 e 1760. Segundo Roberta Sauaia Martins, a mortalidade era bem delineada, sendo os povos indígenas a maioria dos mortos por sarampo. O espaço das aldeias, era a principal localidade de disseminação das doenças, pois era nessas localidades que os indígenas entraram em contato com os africanos e europeus. (MARTINS, 2011).

Portanto, as epidemias podem ser consideradas como uma das principais causas do declínio das populações indígenas na região da Amazônia, assim como nos demais territórios da América. No entanto, outras razões devem ser consideradas quando se pensa a queda demográfica dessas populações. Roberta Sauaia Martins nos faz refletir sobre:

Outros fatores tais como o estado nutricional da população bem como a sua organização social e cultural, devem ser igualmente levados em consideração para a compreensão da grande mortalidade indígena durante a ocorrência de surtos epidêmicos. Deve-se destacar ainda, que se por um lado as doenças tiveram papel importante na queda demográfica dos índios, fatores como a escravidão, trabalho e migração forçados, além do uso da violência, tiveram consequências negativas no quadro populacional desses grupos. (MARTINS, 2011, p. 4-5).

Nesse sentido, é válido refletir que esses grupos viveram por muito tempo isolados até a chegada do europeu, dessa forma, esses povos não tinham um sistema de defesa imunológica para essas doenças. Porém, não só essa imunodeficiência deve ser levada em conta, quando se pensa o contexto de declínio populacional indígena. A queda demográfica dessa população deve ser refletida pelo viés da violência colonial, que abrange desde o trabalho forçado, passando pelo abuso sexual, fome e maus tratos em geral, entre outros fatores.

ÍNDIOS AMIGOS *VERSUS* ÍNDIOS INIMIGOS

Durante todo o processo de conquista e colonização, os grupos indígenas eram observados pelos europeus, em duas caixinhas de análise, ‘índios aliados’ e ‘índios inimigos’. Tal julgamento, já foi desmontada, pois através de vários estudos historiográficos, pode se notar, como essas possibilidades de grupos indígenas, ora amigos ou ora inimigos, eram múltiplos, existindo entre essas duas facetas diversas possibilidades que podiam ser utilizadas por tais grupos. Como Maria Regina Celestino bem menciona: “Na condição de aliados ou inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais.” (ALMEIDA, 2010, p. 9).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Dentro dessa proposta de análise, e considerando também as contribuições de Beatriz Perrone-Moisés, quando fala sobre as legislações indigenistas do período colonial, há de se notar que existia uma política indigenista que era aplicada aos índios aliados e outra que era aplicada aos índios inimigos (PERRONE-MOISÉS, 1992). Conforme, Maria Regina Celestino, também demonstra:

A ambivalência das múltiplas leis que se sucediam e se contradiziam, favorecendo ora índios e missionários, ora colonos, refletiam a própria ambivalência dos objetivos da Coroa e dos religiosos em relação aos índios, Explorá-los como força de trabalho e ao mesmo tempo protegê-los como aliados e súditos cristãos não era tarefa simples e gerou leis aparentemente contraditórias e relações conflituosas, complexas e oscilantes entre os vários agentes. (ALMEIDA, 2010, p. 82).

Para ilustrar o que Beatriz e Regina explicitam, no capítulo III do Livro IV, da “Crônica da Missão”, o padre Bettendorff descreve sua ida às aldeias que ficavam na imediação do rio Tapajós, assim:

[...] costumava eu visitar cada semana as casas da aldeia conforme a visita, quando entrando em um rancho [...] deu-me curiosidade de lançar os olhos para trás; [...] descobri em um cantinho um meninozinho reduzido aos ossos, botado em o chão. [...] achando que ainda era pagão, perguntei então por que razão ficava sem batismo, e respondeu um índio que era por ser escravo; com que, tendo-lhes dado uma repreensão pelo descuido, o batizei solenemente. (BETTENDORF, p.192).

Através do trecho acima, somado as contribuições das autoras, refletimos sobre a legislação que era dada ao índio tido como inimigo, que por consequência era escravo, não podendo assim ser batizado. Além disso, o fragmento suscita outras compreensões, que perpassam refletir a desumanidade que esse indígena era tratado. Na passagem, parece que esse indígena não era mais considerado um pagão, e estava vivendo ali em um espaço de aldeia. Pois bem, como explicar esse indígena morrendo de fome em um lugar onde deveria ser protegido?! O que nos leva a crer que esse indígena estava vivendo em uma situação pior do que a dos escravizados.

OS DESCIMENTOS

Os descimentos eram deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias, onde estavam os colonizadores. Os padres missionários deviam convencer os indígenas de que ao fazer o descimento, suas populações estariam protegidas. Esse convencimento deveria ser feito de forma passiva, sendo os descimentos forçados proibidos na Lei de 10/09/1611 (PERRONE-MOISÉS, 1992), porém tais descimentos não eram nada pacíficos e sim conflituosos.

No capítulo VII do Livro III da Crônica em estudo, Bettendorff nos fala que: “Tendo o padre Francisco Veloso acabado a missão que se tinha mandado fazer pelo rio das Amazonas acima, vieram uns tupinambás que por sua livre vontade se tinham descido para junto do povoado.” (BETTENDORF, p. 126). Aqui, os questionamentos podem começar a serem feitos através da análise que os missionários tinham sobre os índios amigos/aliados. Os tupinambás eram tidos como índios aliados, e por esse motivo a análise feita pelo padre, os colocam em um lugar de passividade e harmonia com as vontades dos missionários.

No mesmo capítulo, ainda é narrado por Bettendorff que esses índios falaram para os padres que nas terras que antes habitavam, havia muitos índios que deveriam ser buscados pelos padres para assim se tornarem filhos de Deus. Dessa forma, o padre Antônio Vieira e o padre Francisco Veloso, são selecionados para tal missão, por terem mais afinidade com a língua dos tupinambás (BETTENDORF, p. 126). Ao chegarem nessas aldeias:

[...] foi recebido o padre missionário como um anjo vindo do Céu, e apenas lhe propôs a causa de sua vinda às suas terras, quando ouvidas as suas práticas que lhes fazia em sua língua própria, que falava como natural entre eles e ainda muito melhor, deles não houve um só que não quisesse descer em sua companhia. (BETTENDORF, p. 127).

Ao ler o trecho, quase pode passar despercebido que ali houve uma coerção. Pois é descrito por Bettendorf, de forma sutil, como os padres indicados para o encargo, utilizam da língua dos tupinambás como aliada nessa coação. Mais adiante, e tentando comprovar a minha hipótese, o padre Bettendorf, diz que:

Aqui se viu o grande poder da Divina Graça com que moveu estes bárbaros a largarem sua pátria, sita sobre um rio de cristalinas e as mais sadias águas do Estado todo [...] umas campinas que estendendo-se a perder de vista, além de muito aprazíveis lhes davam mantimentos em abundância, e sem embargo disso vieram-se alegremente para baixo, sem se lhes dar do que deixavam, enquanto não deram em algumas cachoeiras pelas quais se despenham as águas. (BETTENDORF, p. 127).

Esse fragmento, aliado ao anterior, nos mostra como os descimentos não eram pacíficos, pois não seria fácil convencer uma população a deixar tantas maravilhas descritas pelo padre no trecho. Ademais, tal fragmento ainda nos demonstra a visão que os missionários tinham dos indígenas, quando os descrevem como bárbaros, que deviam ser cristianizados pela fé divina. “O que na descida dos tupinambás se pôde mais admirar não é somente terem pela força da Divina Graça saído de suas próprias terras tão belas e fecundas, como

já se tem dito, para virem em conhecimento da verdadeira fé” (BETTENDORF, p. 128-129).

AS GUERRAS

Como dito no item ‘índios amigos *versus* índios inimigos’, as legislações indigenistas foram durante o período colonial contraditórias e oscilantes. Através da guerra justa, era justificável escravizar legalmente indígenas que se recusassem à conversão na fé cristã. Dessa forma, mesmo os Reis recomendando que antes de se travar uma guerra, o primeiro movimento a ser feito, fosse a pacificação, a expressão ‘guerra justa’ foi vastamente usada para justificar tomadas de territórios e invasões às aldeias.

No capítulo XVII do Livro IV das Crônicas do padre Bettendorff, ele diz que: “O governador, depois de embargar e interpretar a Lei a seu modo, logo tratou da guerra contra os aruaquizes que os padres lhe tinham reprovado.” (BETTENDORF, p.262). O que pode ser observado aqui em um primeiro momento, é duvidar do que o jesuíta disse, ao descrever que os padres tinham falado ao governador Rui de Vaz de Siqueira, para não fazer a guerra; pois seria conveniente para Bettendorff retirar a responsabilidade de tal ato das mãos dos missionários. Outra análise a ser feita, é como a legislação era lida e interpretada por esses governadores, à sua revelia. Mostrando então, que dependendo do tom ameaçador e hostil que esses indígenas representavam aos portugueses, a guerra justa era ‘justificada’.

A exemplo do tom ameaçador do grupo indígena aruquize, segue o trecho onde Bettendorff, diz:

Ainda mal, que logo se surgiu o levantamento do Pará com expulsão dos missionários e ao depois disso deram os portugueses guerra ao aruaquizes daquele sertão, onde houve grande derramamento do sangue dos índios. (BETTENDORF, p. 193).

Nesse fragmento, pode-se notar que Bettendorff tenta justificar a guerra aos aruquizes pelo fato de terem resistido a catequização e conseqüentemente terem expulsado os missionários. Porém, como visto no trecho anterior e neste último, a responsabilidade do ato não é atribuída aos padres jesuítas.

Outra análise através desses dois últimos fragmentos, e dialogando com Beatriz Perrone Moisés, é pensar que em muitos documentos, os cronistas procuraram provar a presença de um inimigo real, para justificar a guerra (PERRONE-MOISÉIS,1992).

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

Reflete-se então, que esses aruquizes podem ter sido constituídos como inimigos, como forma de ser justificável a guerra justa, e assim conseguirem mais mão de obra escravizada.

Além disso, deve ficar claro, como a conquista e colonização fora sanguinária e violenta, usando termos que para Davi Kopenawa e Bruce Albert são caras (KOPENAWA, ALBERT, 2015). Como forma de ilustrar a barbárie da colonização, cito aqui mais uma passagem da crônica:

Continuou a guerra por espaço de três meses, com grandes fomes e incansável trabalho, caminhando grandes jornadas pelo mato adentro, e só prenderam trezentas almas entre crianças e velhos, sendo que em três aldeias ordinariamente se resgatavam quinhentos índios, que seus senhores livremente vendiam, tomados de tapuias de outras nações a que davam guerra. Estas trezentas pessoas todas foram remetidas ao Governador Rui Vaz da Siqueira, e o maior número delas morreu por esses caminhos a pura necessidade, a muitos deles batizados *in extremis*, por intérpretes outros inocentes, nas aldeias por onde passavam. (BETTENDORF, p. 264-265).

Dessa forma, observamos o tom de crueldade do colonialismo, que arrancava os indígenas de seus territórios, impondo-os uma nova língua, uma nova estrutura de trabalho, ou seja, uma nova cultura. Dessa forma, o impacto da violência colonial foi sentido em vários âmbitos da vida indígena, perpassando os traumas psicológicos, até a queda demográfica dessas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebendo então, como as epidemias de varíola e de sarampo foram fatores cruciais para a destruição de grandes povos indígenas, como os povos aruquizes analisado. Tem que se considerar que a suposta incapacidade dos povos indígenas para o trabalho, é uma análise estereotipada, que nega os próprios registros. Visto que, a mão de obra indígena foi essencial para a manutenção das aldeias, para a implementação dos engenhos e para a extração de pau brasil, entre outros. Desse modo, pretendemos de forma ainda, mesmo que sucinta, desmistificar o índio como sujeito preguiçoso e não capacitado para o trabalho intenso. Dado que as epidemias de varíola e de sarampo, somados a violência colonial são a razão para que os colonizadores passem a buscar pela mão de obra africana, principalmente devido ao declínio populacional dessa população na região do Maranhão e Grão Pará, no momento analisado.

Entretanto, mesmo com uma grande mortandade indígena e consequências negativas no gráfico populacional desses grupos, há de se considerar que eles também reagiam. Como no exemplo analisado no texto, os povos indígenas aruquizes enfrentaram os missionários, e os expulsaram de seu território. À vista disso, ao analisar as diversas formas de violências colônias e seus impactos nos grupos indígenas, deve se considerar também, que esses povos não foram só vítimas passivas desse processo violento.

Desse modo, esse pequeno artigo, através de uma reduzida análise da ‘Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão’, pretende demonstrar como todos os fatores indicados acima, tiveram consequências negativas no gráfico populacional dos grupos indígenas do Maranhão e do Grão-Pará. Explicitando então, as crueldades advindas do colonialismo. Contudo, observando também, as resistências do povo aruquize. Sendo assim, defendemos que para se estudar a História do Maranhão e Grão-Pará colonial, também deve-se levar em consideração as ações indígenas nesse processo histórico.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Capítulo 4. Índios, os “escravos da terra”.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. Revista Brasileira de História, vol. 37, no 75, 2017.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios Aldeados: histórias e identidades em construção. Tempo, Rio de Janeiro, no 12, 2001.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. O tráfico negreiro e a varíola na Amazônia colonial. In: 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2016, Florianópolis. Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2016.

BETTENDORFF, João Filipe. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão / João Filipe Bettendorff. -- 1a ed. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael et al. ‘Formidável contágio’: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750). História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, n.4, out-dez. 2011, p.987-1004.

GOUVEIA, Jaime Ricardo. “Ubi Societas Ibi Ius. Os indígenas nos auditórios eclesiásticos do espaço luso-americano”. In: Angela Domingues, Maria Leônia Resende e Pedro Cardim. Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (sécs XVI – XIX). Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019. p. 191 – 219.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce, Davi A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. tradução Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

- MARTINS, Roberta Suaia. Em busca dos remédios para tanta ruína: Epidemias de Sarampo no Grão-Pará (1748- 1750). 2018. (Apresentação de Trabalho/ Comunicação).
- MATTOS, Hebe. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2000. Hal Langfur. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 37, no 75, 2017. p. 119 – 143.
- OLIVEIRA, Mauro Leonardo da Costa de. Escravidão indígena na Amazônia Colonial. 2001. Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2001.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). O Brasil colonial: volume 1 (1443-1580). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI – XVIII). In: Manuela Carneiro da Cunha (org). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 115 – 132.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Terras indígenas na legislação colonial. Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 95, p.107-120, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva. A escrita da história das missões no Estado do Maranhão e Grão-Pará (século XVII). In: XII Encontro Regional de História – Usos do Passado, 2006, Niterói. Anais Eletrônicos do XII Encontro Regional de História – Usos do Passado. Niterói: ANPUH RIO, 2006.

Traçar a liberdade através da Fronteira: Ações de liberdade da Vila de Canguçu, 1885.

Alisson Barcellos Balhego¹

Resumo: O presente trabalho tem por intuito analisar uma ação de liberdade de um escravizado, que residiu na Vila de Canguçu (RS), durante o final do período escravista brasileiro, mais especificamente no ano de 1885. Ele acessa a justiça para garantir direitos, sua busca estava relacionada a luta pela liberdade para si. Esse processo é parte de um conjunto de 64 documentos, que estão depositadas no Arquivo Centralizado do Judiciário de Porto Alegre/RS. São ações de liberdade que em sua maioria estão fundamentadas na Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre. Enquanto outras estão ambientadas na legislação referente a fronteira, ou estão vinculadas a uma situação de herança.

PALAVRAS-CHAVE: Leis abolicionistas; Escravidão; Canguçu/RS, Fronteira.

Abstract: This article aims to analyze an action of freedom of a slave, who lived in Vila de Canguçu (RS), during the end of the Brazilian slave period, more specifically in the year 1885. He accesses justice to guarantee rights, his search it was about fighting for freedom for you. This process is part of a set of 64 documents, which are deposited in the Centralized Archive of the Judiciary of Porto Alegre/RS. These are lawsuits that are mostly based on Law 2040, of September 28, 1871, known as the Free Womb Law. While others are set in the legislation referring to the border, or are linked to a situation of inheritance.

KEYWORDS: Abolitionist laws; Slavery; Canguçu/Rs Border.

Introdução

O trabalho tem como base a dissertação que desenvolvi junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas, defendida no ano de 2020, intitulada *Para o bem e fielmente sem dolo nem malícia, Ações de Liberdade da Vila de Canguçu, 1868 - 1887*. Já o cenário no qual o caso ocorre é a Vila de Canguçu que está localizada no interior do Rio Grande do Sul, na Serra dos Tapes, que forma em conjunto com a Serra do Herval, a região gaúcha das Serras do Sudeste, serras divididas pelo rio Camaquã, que limita ao norte o município e é a formação geológica mais antiga do Rio Grande do Sul.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

O objetivo do texto é analisar uma ação de liberdade impetrada por um escravizado residente no extremo do sul do Brasil, durante as últimas décadas do sistema escravocrata brasileira. Esse processo apresenta um projeto de liberdade de um homem escravizado que prospecta nas relações de fronteira seu ensejo pela libertação.

Antônio, o proponente, ao impetrar uma ação de liberdade, fez o uso do maior número de elementos que pudessem favorecer seu desejo. Nesse sentido, a busca era obter um direito angariado pelo manejo da fronteira a seu favor, como veremos mais à frente no caso. Esse projeto leva em conta as informações que o campo negro captura em favor daqueles que fazem uso de sua rede de auxílio. Assim sendo, juntos a outros cativos espalhados por todo o Brasil, em sua luta e resistência cotidianas, eles iam minando as bases do sistema escravista.

Esse tipo de documento apresenta um pouco das adversidades que as pessoas escravizadas necessitavam sobrepor para pleitear objetivos através da justiça. Começar um processo desses, mesmo escudado por um projeto de liberdade robusto não garantia a efetividade dos elementos jurídicos em alguns casos, mas produziu efeito real em outros, o que pode ser visualizado com o episódio vivenciado por Antônio.

Além de que, esse tipo de caso demonstra a força simbólica da justiça no imaginário dos agentes sociais, as possibilidades que eram vislumbram pelas pessoas em condição social de escravidão por intermédio das brechas que foram sendo abertas ao longo das décadas e as relações delas com as autoridades e com suas redes de auxílio. Afinal, mesmo sendo complicado buscar um desejo através da justiça, ainda é uma possibilidade de ação (THOMPSON, 1987).

Em um contexto rural, mais especificamente, em uma Vila situada no interior da Província de São Pedro do Sul, as condições para atuar perante um elemento simbólico do ponto de vista social, como a justiça, exigiam o recolhimento de um conjunto de informações que corroborariam para a construção do processo em diversos níveis.

A vila de Canguçu era uma localidade de desenvolvimento rural maior que o urbano, está situada na Serra dos Tapes, a composição geográfica mais antiga da região, um ambiente de difícil locomoção. Além disso, a Vila está próxima a banda oriental do Uruguai, ou seja, essa proximidade caracteriza a localidade em virtude do trânsito de pessoas que ali ocorria e por conseguinte de cultura e informações. Elementos que iremos abordar com maior detalhamento no tópico a seguir.

As ações de liberdade contribuíram que o Estado ganhe amplitude em suas ações, pois esses recursos impuseram a relações sociais de pessoas escravizadas e senhores que naquele período eram percebidas como privadas, a interferência de autoridades. E aproveitando essa mudança a população escravizada passou a buscar seus direitos também perante a Lei.

Nesse sentido, importa destacar que de forma inicial apresentaremos algumas informações relativas a localidade em que o processo ocorre, na sequência serão expostos detalhes sobre as documentações, assim como da legislação que fomenta esse recurso judicial. Além de trazer para o texto elementos que auxiliem no entendimento de um contexto de fronteira e como essa situação reverbera no processo e na opção de ação da proponente da ação de liberdade.

Uma Vila no interior da província de São Pedro

A Vila Canguçu, cenário em que Antonio viveu, trabalhou e conjecturou seu projeto de liberdade é uma região que detêm interiormente, parte da Serra dos Tapes, entre os rios Piratini e Camaquã. Posicionamento que demonstra a importância estratégica de outrora, pois a historiografia local registra alguns marcadores espaciais da ocupação como transitórios, caracterizado em virtude das investidas militares, na medida em que desde a guerra guaraníca essa região fez parte de um trajeto estabelecido por militares que se deslocavam de Rio Grande a Rio Pardo (dentre outras rotas possíveis).

Além disso, está posicionada no escudo granítico rio grandense, a formação geológica mais antiga do Estado, que compreende a região dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul. E por conta das particularidades geográficas, acaba sendo um ambiente de deslocamento custoso.

Depois das características geográficas outra particularidade que define o local é a proximidade com a banda oriental do Uruguai, e ser vizinha da cidade de Pelotas-Rs. Estar ao lado de Pelotas significou a transformação da produção em Canguçu, de algo relacionado a subsistência, para o abastecimento das charqueadas. Também ocorreu um impacto na relação social da localidade perante a hierarquia regional de poderes. Característica que vincula sua produção agropecuária ao mercado de pelotense e torna Canguçu um importante município escravista da região, uma vez que esse desenvolvimento econômico se deu com a utilização de mão de obra escravizada (BALHEGO, 2020).

Os limites administrativos de Canguçu foram mudando com o passar das décadas. No período pré-abolição a dimensão territorial era bem maior, pois Cristal e Cerrito faziam parte do distrito. Contudo, a densidade demográfica de Canguçu mais atual, conforme aponta o IBGE² é de 55.871 pessoas, a localidade é reconhecida como o município com o maior número de minifúndios do Brasil, com cerca de 14 mil propriedades rurais e como a Capital Nacional da Agricultura Familiar. E também é o município com o maior número de quilombos (16 comunidades) da região sul, todos certificados pela Fundação Cultural Palmares.

O local começou a ser ocupado por povos distintos aos originais em meados do século XVIII, o que aconteceu através do agraciamento de sesmarias e datas. Essa distribuição de lotes, era um tipo de destinação de terras para militares, prática frequente em nosso país. Situação que criava uma cadeia de obrigações recíprocas como disponibilidade para o serviço régio, pedido de mercês em retribuição de serviços prestados, engrandecimento, atribuição de status, entre outros elementos, como define (BICALHO, 2005). As datas eram propriedades que não extrapolavam 272 hectares, cedidas pelo governador do Rio Grande aos pequenos lavradores parte da política de colonização do sul sem estatuto jurídico (OSÓRIO, 2007).

Por conta do crescimento da população, do aumento das fronteiras agrícolas e a volumosa entrada de africanos escravizados no território povoações como Canguçu foram sendo erguidas. A partir dos anos 1820 e 1830, a expansão da economia açucareira e

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

cafeeira do sudeste brasileiro, (com destaque para Rio de Janeiro e São Paulo), impulsionou o mercado de produção de alimentos, dedicado para o abastecimento interno. João Fragoso (1998) que era contrário as teses clássicas que negavam a existência/importância desse mercado interno. O historiador estudou o principal porto brasileiro, o do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830 e concluiu que existia articulação comercial intensa de caráter exportador e do comércio interno.

No período aprofundado por Fragoso, o porto do Rio de Janeiro alcançava as maiores cifras da exportação brasileira. No entanto, o autor demonstra as atividades do mercado interno, com as relações comerciais que ocorriam entre o porto do Rio e as distintas províncias do centro-sul do Brasil, demonstrando que não eram as únicas a movimentar aquela praça mercantil. Sendo assim, a economia interna produzia acúmulos que ficavam aqui, ou seja, construía grandes lucros com os comerciantes sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro. A parte mais significativa dessa acumulação endógena, fruto do mercado interno, ficava na praça mercantil do Rio de Janeiro. Ainda assim, isso não impediu que processos de acumulações diversas existissem, dentro deste circuito, mas fora da Corte. O que favoreceu um enriquecimento de muitos proprietários espalhados nas distintas províncias (BALHEGO, 2020).

A criação de novas freguesias e vilas que como Canguçu, estavam ligadas ao comércio de abastecimento era um movimento comum. Na primeira metade do século XIX, André Corrêa (2013) indicou que o mesmo fenômeno ocorreu em Caçapava, enquanto Gustavo Gularte (2015), Leandro Fontella (2013), Luís Farinatti (2007) e Marcelo Matheus (2012) apontaram situações semelhantes em Jaguarão, São Borja, Alegrete e Bagé. Em todos esses locais a escravidão negra foi fator estrutural.

Canguçu chamou atenção por conta do fornecimento de gêneros de subsistência, produzidos nas áreas de serras e matas, e de gado, criação desenvolvida pelas estâncias localizadas nas áreas planas e de campo. Outro fator relevante para construção da análise da agência de Antônio é a fronteira que iremos destacar no tópico adiante.

O episódio de Antônio

O recurso judicial inicia no dia 2 de agosto de 1885 quando Antônio se apresenta no cartório da Vila e explica que Joaquim Nunes da Rosa, que morava no mesmo distrito, o mantinha injustamente no cativeiro desde o ano de 1844, data em que foi transportado para o Brasil, em virtude da guerra civil naquela província. À vista disso, exerce a função de suplicante, tendo ciência do direito que o assiste a lei lavrada de 1831. Sendo assim, requisitou que o juiz nomeasse um curador que pugne por seus direitos, visto o suplicante ser pessoa miserável e incapaz de estar em juízo; e protestando desde o início, pelos salários a que tem direito, e mais alguns pontos.

Em 15 de agosto de 1885, a mando do doutor Manoel André da Rocha, Juiz Municipal do Termo de Canguçu, Joaquim Nunes da Roza foi intimado para que houvesse o prosseguimento do processo de Antônio. E no dia 20 de agosto de 1885 é divulgada a primeira datação para que Antônio aproveite a vida em liberdade, sem condição alguma, pois Joaquim manifesta interesse em atribuir uma ponderação³.

O manuscrito em que ocorre uma breve negociação entre o senhor e o escravizado expõem que inicialmente Joaquim indicou que libertaria Antônio se ele continuasse a

prestar serviços a ele e sua família ou a quem fosse de seu desejo, no espaço de 7 anos, mas reconsiderou e decidiu libertar o escravizado sem contrapartida. Por fim, é determinada pelo Juiz a liberdade e que por saber que o autor não era letrado, pede ao Sr. Manoel de Paula Silveira que o fizesse e assinasse.

Ao longo do processo Antônio e o réu indagam, estipulam parâmetros. Joaquim Nunes da Rosa tenta manter Antônio prestando serviços e aponta uma condição de servidão por mais sete anos para depois conceder a liberdade, já Antônio reclama salários não pagos. Pela data do documento e o momento que o país vivia, as colocações do senhor são excêntricas, todavia, como o costume social estava baseado em um regime de trabalho forçado e de direito à propriedade que ainda persistiam nacionalmente e em especial naquela localidade, a afirmativa condiz com o que acontece nesse local, até porque o imaginário de libertação estava sendo lapidado.

A solicitação dos salários não pagos desaparece ao fim do acordo manuscrito na ação, o que aponta que a retirada desse pedido foi uma das sustentações do compromisso firmado entre as partes. Além disso, havia diferença econômica entre os senhores, ou seja, alguns são mais abastados do que outros. A agência de Antônio é marcada pela sutileza, pois ele observa a condição financeira do senhor e da Vila, para o forçar através do recurso da ação de liberdade que tinha um custo alto e ainda traz para o debate o peso das atribuições punitivas da lei de 1831 e as dificuldades relacionadas a política internacional.

Esse tipo de ação de liberdade apresenta complexidade por levar a frente uma proposição judicial que atende a um desejo de liberdade em uma região tinha dificuldades na lida com essas questões e por apresentar uma denúncia que envolve Brasil e Uruguai. Contudo, com o avançar das décadas e o decréscimo do prestígio do sistema escravocrata brasileiro, ocorre um aumento da legislação do Brasil que estabelecia elementos favoráveis aos escravizados. À título de exemplo, a promulgação da Lei do Ventre Livre trouxe mais respaldo as ações de liberdade, ainda que existissem várias dificuldades que precisavam ser vencidas para dar início a uma ação de liberdade. Ainda assim, documentos como os da Vila de Canguçu, auxiliam a instituir nitidez a agência de pessoas que viviam em condição social de escravidão e utilizaram a justiça para garantir direitos como salários, melhores condições de trabalho e também a liberdade.

O protagonismo dessas pessoas está diretamente associado a um projeto de liberdade. O projeto de Antônio levava em consideração uma série de questões como quem poderia entre as pessoas cativas, livres, ou libertas dar algum tipo de auxílio, até mesmo para assinar a ação de liberdade. Ou até aproveitar disputas locais de seu antigo senhor com esses homens de histórico militar que exerciam a função de autoridade responsável pelo julgo dessas causas no âmbito judicial.

Essas redes de solidariedade e articulações chamam atenção quando observamos o potencial econômico da Vila de Canguçu, assim como as organizações das pessoas escravizadas naquela localidade, como os quilombos, e aos pecúlios apresentados por algumas pessoas escravizadas, as vezes formados por valores que aumentavam rapidamente ou de curiosas peças de valor monetário. Sendo assim, existe uma cooperação de vários sujeitos sociais para a libertação de algumas pessoas escravizadas. Logo, ocorre empatia entre as pessoas negras libertas e que haviam fugido com aqueles que ainda viviam a rotina do cativo. E existia o conflito de interesses entre as pessoas do mundo branco, que também perpassa essas situações, assim como o auxílio de setores

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

emancipacionistas e os projetos de liberdade, tanto individuais, como das famílias negras (BALHEGO, 2020).

Ademais, uma última ponderação a ser feita sobre o projeto do requerente, é a crise econômica que ocorria na região, para tanto, observar o que acontecia na cidade de Pelotas vizinha de Canguçu e que tinha alguns setores de sua produção econômica vinculados a Vila de Canguçu.

Em Pelotas a concentração de renda aumentou na década de 1870 e com isso houve uma concentração de cativos e conseqüentemente um aumento da distância entre os maiores plantéis e os menores plantéis inventariados. Observando os inventários entre 1846 e 1885 em períodos de 10 anos, fica exposto que no primeiro 14% dos inventários possuíam 30% dos escravos, já no terceiro (1865-1875), 16% dos inventários detinham 49% dos cativos. No decênio seguinte, 2 charqueadores (28% dos inventariados) possuía 60% dos escravizados (VARGAS, 2012).

Ou seja, a região não vivia um momento afortunado, o que significou na prática um distanciamento cada vez maior de riquezas entre essas pessoas, assim sendo, manter mão de obra escravizada se tornava uma condição difícil de sustentar e enfrentar um processo judicial para a manter, seria ainda mais complexo.

A fronteira e alguns fatores que favoreciam o agir.

A fronteira é um elemento que nos auxilia a compreender a ação de sujeitos como Antônio. Ele utilizou sua relação com o ambiente fronteiro, nesse sentido, observou as contradições, para formatar um projeto que levava em consideração a sua busca por liberdade. O conceito de fronteira manejada, foi cunhado por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Luís Farinatti (2012) e depois aprimorado por Thompson Flores (2012) é um bom caminho de leitura para compreender a relação desses sujeitos sociais com a fronteira e o outro lado. Além desse conceito, o campo negro de Flavio Gomes e a Lei Feijó de 1831 também são elementos marcantes para interpretar o projeto de liberdade e o recurso judicial impetrado pelo escravizado.

É importante ponderar que dentre as ações de liberdade da Vila de Canguçu, os documentos que abrigam esses casos são distintas, por serem impetrados por pessoas que teriam sido escravizadas e feito a travessia transatlântica após a instauração da lei Feijó de 1831, ou, estavam no Estado Oriental do Uruguai quando foi deflagrada a abolição naquele país, devido a isso se consideravam livres, contudo teriam sido reescravizados quando atravessaram a fronteira em direção ao Brasil acompanhados de seus antigos senhores ou parentes. No entanto não haviam as pessoas negras raptadas no Uruguai e forçadas a exercer trabalho cativo no Brasil (BALHEGO,2020).

Através do conceito de fronteira manejada Thompson Flores (2012) indica que essas regiões de fronteira têm Estado vigente por meio de uma burocracia específica, com leis, guardas de fronteira, e outros elementos, em razão desses locais estarem em constante contato com o “outro” para reforçar ali o “espírito nacional”. Além de que o ato de “cruzar a fronteira é mais uma marca de diferença. Essa ação cotidiana ao mesmo tempo que isso aponta a fluidez do espaço, indica a ideia de “cruzar para o outro lado”, em que aqueles que o fazem passam a ser estrangeiro.

Então faz parte do contexto dessas pessoas lidar com essas descontinuidades, para as administrar, como explica Thompson Flores (2012). Sendo assim, muitas desses agentes sociais constituem partes importantes de suas vidas no outro lado ou, imaginavam tirar proveito de alguma forma daquele espaço em suas estratégias sociais. Esses agentes sociais sabem que habitam um espaço que coloca em contato duas soberanias com sistemas vigentes distintos e faziam uso da incoerência inerente a esse espaço para utilizar suas brechas.

Além disso, a historiadora demonstra que essa fronteira também era manuseada por escravizados e libertos em suas estratégias de sobrevivência durante e também após o cativeiro. A fronteira é um mundo que abriga violências e criminalidade, o que de certa forma possibilitava a fuga e também um caminho para alcançar a liberdade em país vizinho. Todavia, ela também era um espaço de conflitos militares, o que viabilizava o engajamento dos mesmos cativos nos batalhões frequentemente mobilizados pelo Rio Grande do Sul nas guerras que ocorreram no século XIX.

A Lei Feijó de 1831 nosso próximo fator que constitui o agir de vários proponentes de ações de liberdade na Vila de Canguçu foi estabelecida em 7 de novembro de 1831. Ela confirmava a proibição do tráfico e reconhecia a liberdade de todos os escravizados africanos ilegalmente trazidos para o Brasil a partir daquela data (CONRAD, 1978). Ademais, nos seus artigos os importadores estavam sob o julgo do artigo 179 do Código Criminal, ou seja, um artigo que fazia referência à redução de pessoas livres à escravidão e estabelecia multa de 200 mil réis por cada pessoa escravizada ilegalmente importada. O texto também impunha o pagamento das despesas com a “reexportação para qualquer parte da África”.⁴

O quinto artigo designava o pagamento de recompensa de 30 mil réis por cabeça apreendida a todo aquele que apresentasse às autoridades denúncia de desembarque de escravizados ilegais no país (GURGEL, 2004). Contudo, a lei teve problemas para ser executada e conseqüentemente houve o descumprimento por parte de proprietários escravistas e pelo Estado. Dentro desse contexto, ocorria que o governo imperial não fiscalizava como deveria e o corpo de funcionários do Estado responsáveis pela apreensão e julgamento dos contrabandistas era formado em grande parte por proprietários escravistas ou por membros do mesmo grupo político, o que complicava a aplicação da lei. Robert Conrad (1978), explica que duas décadas depois da Lei Feijó, os traficantes tinham liberdade com “conhecimento e aprovação total da maioria dos regimes brasileiros”, o que era apontado por representantes estrangeiros, que reportavam às suas nações essa atuação das autoridades brasileiras. (CONRAD, 1978, p. 32-33).

Entretanto, mesmo com todas as problemáticas a lei Feijó serviu aos interesses de várias pessoas escravizadas e daqueles que auxiliavam no combate ao sistema escravista brasileiro. Assim sendo, algumas décadas depois de sua proclamação integrantes das alas mais radicais do movimento abolicionista usaram o desrespeito à lei com argumento para delimitar ilegalidade da escravidão.

Assim como Luiz Gama, vários abolicionistas ao fim da década de 1860, passaram a usar a lei Feijó na formatação de seus argumentos em favor de cativos importados ilegalmente. Atitude que irritou as autoridades brasileiras que consideravam esse argumento radical. Isto significa que uma lei que teve problemas para ser levada a frente

pelo estado imperial, passou a ser referida por advogados que a entendiam como “matéria clara e positiva” (AZEVEDO, 1999, p. 83).

Mesmo que essa lei tenha tido uma aplicação deficitária, na arena judicial seu papel é relevante. Nesse sentido, a onda abolicionista que se fortalecia país, na segunda metade do século XIX, foi preponderante nos casos apresentados no cartório e na subdelegacia da Vila de Canguçu. As formas que essa população escravizada usou para alcançar a liberdade são variadas, o que nos demonstra que cada pessoa fazia uso da ou das opções que entendesse ser mais apropriada. O que explica essa localidade ser reconhecida como esconderijo de cativos que resistiam ao cativo (BALHEGO, 2020).

No que tange as especificidades dessa região de fronteira, além de sua constituição geográfica que possibilitava as fugas utilizando a Serra dos tapes ou atravessar a fronteira com a Banda oriental do Uruguai, havia a procura pelo alistamento militar por parte dos homens escravizados. E também, a região em que a Vila está situada era um ponto geopoliticamente relevante desde o início de sua exploração.

Além disso, era mais um dos pontos que as iniciativas farroupilhas utilizavam para o recrutamento. A historiadora Daniela Vallandro de Carvalho (2013) atenta que a região da Serra dos Tapes foi uma das localidades em que as tropas farroupilhas recrutaram escravizados com a promessa de liberdade. E explica que Raul Carrion, em estudo mais recente, é mais um autor a demonstrar que a maioria dos recrutados pelos farroupilhas vinham da Serra dos Tapes e de Herval. Ainda assim, ao longo da explicação, o autor cita as localidades de Arroio Grande, Canguçu, Piratini, Caçapava e Encruzilhada. Entretanto, Carvalho (2013) pondera que Carrion uni todas essas localidades, como se todas pertencessem a região sul, mas só Canguçu e Arroio Grande podem ser consideradas integrantes. Os outros três municípios fazem parte do sudeste da Província, logo a região de recrutamento, teria uma amplitude maior em relação à região sudeste, descendo rumo ao sul da Província.

Aceitar o recrutamento em razão de uma promessa de liberdade era um dispositivo de possível emancipação do cativo em toda a América Latina (ANDREWS, 2007), situação que caracteriza Canguçu, a tornando um abrigo das forças rebeldes farrapas e um ponto de arregimentação de escravizados para compor os corpos de lanceiros negros, assim como as tropas leais ao poder imperial.

Portanto, as formas de ação das pessoas escravizadas residentes na Vila de Canguçu, variavam em razão de seus projetos de liberdade, ou melhor, das condições que elas julgassem mais possíveis de alcançar levando em conta o meio em que elas estavam inseridas.

Considerações Finais

A fronteira, assim como a geografia, as leis e as redes de relações é um elemento utilizado por essas pessoas na projeção de suas vidas, pois fazer a travessia de um país a outro era algo corriqueiro. E quando atravessavam entravam em contato com outra realidade social vigente, nesse sentido uma sociedade que já havia abolido a escravidão.

Nesse sentido, o objetivo do texto era demonstrar a importância desse elemento na vida e nos projetos de liberdade de pessoas escravizadas e livres residentes no extremo sul do país. Além disso, um caso como o de Antônio traz nitidez para o contexto

escravistas brasileiro, ou seja, podemos perceber como o sistema escravista reverberava na Vila de Canguçu e consequentemente na Província de São Pedro do Sul.

As relações entre Brasil e Uruguai não eram as mais amistosas no que diz respeito a situação escravista brasileira. E as pessoas que habitavam Canguçu naquele período eram cientes das animosidades, pois além da população escravizada que era levada para os dois lados, vários senhores possuíam estâncias tanto na Vila como na banda oriental do Uruguai e usavam várias formas para burlar a lei do país vizinho e utilizar mão de obra escravizada.

Mesmo que optar por utilizar esse argumento na ação de liberdade possa trazer ganhos, ainda é uma escolha arriscada, em virtude de envolver a legislação brasileira e a uruguaia. Então mesmo que essa opção exponha uma série de irregularidades, esse movimento agrega ao processo questões que não eram trabalhadas na lei do Ventre Livre, por exemplo. E que já estavam em voga no momento de início da proposição judicial impetrada por Antônio.

Nesse sentido, o projeto de liberdade não levava em conta apenas as irregularidades e a situação difícil que havia entre Brasil e Uruguai na questão escravocrata, atentava para as condições financeiras do ex-senhor, conjugando não só as custas do processo, como os valores devidos a Antônio. E mesmo que a Vila de Canguçu possa ser percebida como um recanto escravocrata que tentou utilizar esse sistema até seu último respiro, a situação no país era diferente.

Então no momento em que Antônio acessa suas redes de solidariedade, mesmo ciente das dificuldades o ex-cativo projeta o movimento nacional, a perda de prestígio do sistema vigente e atenta aos sujeitos sociais que ocupavam os cargos de autoridade que seriam responsáveis pelo julgamento de seu caso.

As ações de liberdade da Vila de Canguçu apresentam uma série de situações que colaboram para a compreensão da ação de pessoas escravizadas em sua luta contra o sistema escravista. Corroboram para percepção de como esse sistema reverbera em diferentes lugares do país.

Bibliografia

ANDREWS, George Reid. **América afro-latina, 1800-2000**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

ARAÚJO, T. L. de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)**. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008 [dissertação de mestrado].

AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo**. 2010.

BALHEGO, Alisson. **Para o bem e fielmente, sem dolo, nem malícia: Ações de Liberdade em Canguçu (1868 – 1887)**. Dissertação de Mestrado, Programa de pós graduação em História/Universidade Federal de Pelotas, 2020.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

BETHELL, Leslie. **A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869**, Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu - Reencontro com a História: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. 2ª ed. Barra Mansa/RJ, Acandhis / Gráfica e Editora Irmãos Drumond, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. **“Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”**. Almanack Braziliense, n. 2, Novembro 2005, pp. 21-34.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **Fronteiras da liberdade: experiências escravas de recrutamento, guerra e escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850**. 2013. Tese de Doutorado. Tese de doutorado em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CASTRO, Hebe Mattos de. **Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil século XIX**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

CONRAD, Robert Edgar. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CORRÊA, André do Nascimento. **Ao sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura agrária em caçapava 1821-1850**. Santa Maria (RS): PPGH/UFSM, 2013.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. 2007. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História) –Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Escravos do Pastoreio. Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850)**. Revista Ciência e Ambiente, n. 33 (jul/dez, 2006) Santa Maria: UFSM, 2006.

FONTELLA, Leandro Goya. **Sobre as ruínas dos Sete Povos: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1860)**. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFRGS, 2013.

FLORES, Mariana F. C. T. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GULARTE, Gustavo da Silva. **Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801-1835**. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GURGEL, Argemiro Eloy. **A Lei de 7 de novembro de 1831 e as ações cíveis de liberdade na Cidade de Valença (1870-1888)**. Dissertação de Mestrado História. Rio de Janeiro, UFRJ/ IFCS, 2004.

GRINBERG, Keila. **A Fronteira da Escravidão: a noção de " solo livre" na margem sul do Império brasileiro**. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2007.

LIMA, Rafael Peter de. **'A nefanda pirataria de carne humana': escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: o significado da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3ª. Ed. rev. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil**. Oikos Editora, 2012.

MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2017.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Ed. da Ufrgs, 2007.

RUBERT, Rosane Aparecida; SILVA, Fernanda de Oliveira; OLIVEIRA, Solange de; **Canguçu: apontamentos históricos**. In: RUBERT, Rosane Aparecida (Org.). Relatório antropológico de caracterização histórica, geográfica, econômica e sociocultural da comunidade remanescente de quilombos de Maçambique (Canguçu-RS). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas; Fundação Simon Bolívar, 2015. 514p

THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARGAS, Jonas. **Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880**. In: XAVIER, Regina Célia Lima. Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise. São Paulo: Alameda, 2012. pp. 275-302.

Simpósio Temático 19 – Juiz de Fora: História e Pesquisa

Conjuntos arquivísticos em Juiz de Fora: mapeamento e considerações iniciais

Caroline de Paula Martins Leopoldo¹

Tamires de Moura Nogueira Rosa²

RESUMO:

A conjuntura juizforana se caracteriza pela quantidade significativa de instituições custodiadoras de conjuntos arquivísticos, porém, não há um instrumento atualizado que reúna tais locais e que informe à população sobre a realidade arquivística. A presente pesquisa objetiva realizar um mapeamento das instituições custodiadoras de conjuntos arquivísticos do município de Juiz de Fora – MG e tornar acessível ao público as informações referentes às instituições, ao acervo e aos profissionais. Diante disso, as possibilidades de usos dos arquivos e a legislação brasileira que regulamenta o campo são brevemente apresentadas, além da metodologia e do questionário realizado. O estudo se encontra em andamento, portanto, as considerações feitas neste trabalho são derivadas dos resultados parciais encontrados.

Palavras-chave: Acervo arquivístico, Arquivos, Mapeamento, Juiz de Fora.

ABSTRACT:

The juizforano context is characterized for the significant amount of archival custodian institutions, but there is not a recent implement that brings these places and informs the population about archival reality. The present research has the purpose to execute a mapping of archival custodian institutions located in Juiz de Fora – MG and to make these informations about the institutions, collections and professionals accessible to the public. In front of that, the possibilities around archival uses and the brazilian law that regulate the area are shortly presented, besides of methodology and the questionnaire that was made. This study is in progress, so the considerations made originate from the partial results found.

Key-words: Archival collection, archives, mapping, Juiz de Fora.

I. O contexto dos conjuntos arquivísticos no município de Juiz de Fora

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Juiz de Fora, localizando-se na Zona da Mata mineira, fez parte do complexo cafeeiro regional e foi a primeira cidade a se industrializar no estado, também inserindo-se no modelo de industrialização pós-1930 (PAULA, 2006). A cidade, desse modo, assiste ao desenvolvimento de variadas atividades e, conseqüentemente, de registros em suas diversas formas. No município, foram criadas instituições e iniciativas, que, desde o início de sua formação, trabalham com a documentação juiz-forana (PINTO; HENRIQUES; PINTO, 2016).

Pinto, Henriques e Pinto (2016) trazem um panorama histórico do tratamento e sistematização das principais instituições de pesquisa em Juiz de Fora. Os autores apontam o surgimento de iniciativas desde o século XIX e, mais especificamente, em meados do século XX, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora (IHGJF). Ademais, os acervos juiz-foranos tiveram uma renovação em seu tratamento entre as décadas de 1970 e 1980, com a inserção de pesquisadores e estudantes vinculados ao campo da História. No entanto, também é marcante a perda de acervos, cujos registros foram destruídos definitivamente (PINTO; HENRIQUES; PINTO, 2016).

A perspectiva na qual Pinto, Henriques e Pinto (2016) se inserem é voltada para a relação entre as instituições de pesquisa e a historiografia. Tal entendimento é fundamental no processo de construção da história e da memória local e regional, como denota Bellotto (2014). Todavia, ao refletirmos sobre as instituições custodiadoras de acervos arquivísticos, não é possível uniformizar seu público, nem sua forma de difusão. Nesse sentido, compreende-se o arquivo como uma instituição específica, com conhecimentos próprios e que é

[...] singular e multifacetada, objeto e também ferramenta para pesquisas em todas as áreas do conhecimento. Instituição/serviço crucial para garantia de provas das mais variadas áreas sociais, possui dimensão cultural (erudita), principalmente no âmbito da memória e conhecimento do passado. (CHAVES, 2020: 88).

Sublinha-se, pois, a importância e a singularidade dos arquivos. Assim, Chaves (2020) propõe uma difusão crítica dos conjuntos arquivísticos, isto é, busca-se explorar o potencial social das instituições a partir de seus conhecimentos próprios.

Neste artigo, levantaremos algumas reflexões teóricas que baseiam os trabalhos arquivísticos no Brasil e buscaremos narrar a trajetória do mapeamento dos conjuntos arquivísticos em Juiz de Fora - MG, que se encontra em andamento. Marca-se que esta atividade é desenvolvida pelo Estágio em Patrimônio Histórico e pelo programa de Treinamento Profissional no âmbito do Laboratório de Pesquisas em História e Arquivologia (LaphArq) do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC-UFJF).

II. O arquivo e seus usos

A polissemia do termo arquivo é marcante na definição elaborada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, que registra quatro possibilidades de entendimento da

expressão. Primeiramente, trata-se da coletânea de documentos produzidos e acumulados no desenvolvimento das atividades, tanto de uma entidade, quanto de uma pessoa ou família (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Em um segundo momento, o vocábulo refere-se à instituição que trabalha com base na custódia, no processamento técnico, na conservação e no acesso a documentos. Ainda nesse sentido, o arquivo pode ser entendido como as instalações dos arquivos ou como o móvel que abriga os documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Diante disso, é visível a pluralidade e a amplitude da expressão, que permeia as práticas de muitas organizações.

A partir do entendimento do arquivo como uma instituição que desenvolve suas atividades com base e através dos documentos, é possível compreender a existência de três grandes usos dos arquivos. O uso prático se refere às funções básicas, primordialmente em seu aspecto administrativo (BELLOTTO, 2014). O uso acadêmico, por sua vez, concentra-se na possibilidade de pesquisa que os documentos arquivísticos suscitam, relacionando-se com a historiografia, mas também com outras áreas do conhecimento. Por fim, aponta-se o uso popular, que abrange o cidadão comum, em uma perspectiva informativa, seja pelo caráter de direitos a serem resguardados, seja pelo âmbito sociocultural (BELLOTTO, 2014).

É através do uso popular do arquivo, por exemplo, que o acesso à informação pode ser indicado como um direito fundamental para garantir a cidadania. De forma que, para Morigi e Veiga (2007: 31), o acesso à informação é entendido como um “direito-meio”, isto é, não há um fim na própria informação, mas ela é capaz de contribuir para o direcionamento à cidadania.

Nessa perspectiva, os autores pensam o arquivo como um espaço público informacional, que promove atividades de amplo interesse, como o conhecimento das atividades estatais e o acesso a projetos governamentais (MORIGI; VEIGA, 2007). Com isso, é possível ter transparência nas ações efetivadas, refletir sobre os programas elaborados e capacitar o cidadão para exigir e lutar por direitos sociais (MORIGI; VEIGA, 2007). Pondera-se que

Ao perceber-se parte integrante do processo de construção do conhecimento, o usuário deixa sua condição de passividade, reconhece seu lugar na cadeia dos acontecimentos e vai tomar a iniciativa necessária para buscar outro conjunto de informações que subsidiem sua tomada de decisão. (MORIGI; VEIGA, 2007: 36).

Evidencia-se que o usuário da instituição arquivística, enquanto cidadão, exerce uma ação ativa na formulação de conhecimentos que podem embasar decisões em variados âmbitos. Além disso, o uso popular do arquivo também pode vincular-se à identidade cultural e ao patrimônio histórico, através de conhecimentos socioculturais (BELLOTTO, 2014).

Diante disso, nota-se a complexidade dos usos e dos públicos que frequentam o arquivo. Também cabe ressaltar que “é a sociedade, são as suas entidades, os seus cidadãos que determinam o uso dos arquivos: como, por que e para que eles são instrumentos.” (BELLOTTO, 2014: 180). Para que isso venha a ocorrer plenamente, é

necessário que os cidadãos tenham acesso às informações de como usufruir da instituição. Por isso, visa-se mapear e compreender o contexto arquivístico juiz-forano.

III. A legislação arquivística brasileira: breves comentários

O cenário arquivístico brasileiro está inserido e regulamentado, primeiramente, pela Constituição Federal. Por meio do Artigo 216, os documentos são tomados como parte do patrimônio cultural brasileiro, cabendo ao Poder Público a proteção dos documentos e das informações neles contidas, a fim de possibilitar eventuais consultas (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, destacam-se a Lei nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991, que se refere à Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que legisla acerca do acesso à informação no país (BRASIL, 1991; 2011).

A Lei nº 8.159, de 9 de janeiro de 1991, comumente conhecida como Lei de Arquivos, é a principal legislação arquivística do país. Dentre suas disposições gerais, destaca-se, no Artigo 2º, a definição de arquivo, que contempla os conjuntos documentais, em sua natureza variada, “produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física” (BRASIL, 1991).

Também é relevante apontar que o direito à informação é assegurado pela referida lei em seu Artigo 4º. Neste aspecto, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), é responsável por regulamentar a área.

A LAI, dentre suas disposições, assenta as bases para a divulgação das formas de acesso à informação. Isso é notado, principalmente, em seus Artigos 5º, 7º e 8º. Assim, permite-se que o interessado na busca de determinado documento tenha direito de obter os dados sobre o seu local de custódia de modo claro e objetivo, através dos meios de comunicação disponibilizados pelos órgãos responsáveis.

Incorporando as deliberações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) à análise, cabe ressaltar que, em 9 de fevereiro de 2001, aprovou-se a Resolução nº 13, que trata de subsídios para a Política Municipal de Arquivos; de recomendações para a Construção de Arquivos e de Diretrizes Gerais para a Construção de Websites de Instituições Arquivísticas (BRASIL, 2001). Este último ponto é fundamental para a compreensão de como o acesso à informação por meio dos arquivos pode se iniciar pela possibilidade de obtenção de dados através dos websites.

Como ponto de partida, as diretrizes gerais objetivam prover os referenciais básicos para a construção de websites. Dessa forma, é preciso reconhecer que os arquivos passaram a ter uma dimensão virtual e que as informações e seus usos foram impactados neste processo. Essa operação é uma oportunidade de difusão de informações através de um espaço de comunicação e de prestação de serviços.

Desse modo, afirma-se que o website, “além de redefinir as formas de relacionamento com os usuários tradicionais, poderá atrair outros que, por várias razões,

difícil ou raramente procurariam o Arquivo como realidade física.” (BRASIL, 2001: 4). Além disso, o website voltado para a instituição arquivística também pode ser um meio de prestação de serviços, de comunicação e de relacionamento com o usuário (BRASIL, 2001).

Diante do exposto, percebe-se que os apontamentos levantados têm demandas que convergem à atividade em desenvolvimento, contribuindo para uma melhor compreensão da problemática em análise.

IV. Objetivos

Tendo em vista as considerações acima, a presente pesquisa tem o objetivo de realizar um mapeamento das instituições custodiadoras de conjuntos arquivísticos do município de Juiz de Fora – MG. Também delinea-se compreender qual a realidade arquivística desses conjuntos documentais, identificando as estratégias de tratamento, a equipe de trabalho e o acesso ao acervo. Com isso, pretende-se construir um diretório, reunindo as informações coletadas e tornando-as acessíveis ao público.

Bellotto (2014) reconhece os arquivos como instrumentos, em que um dos seus usos é a ferramenta da cidadania, portanto para que esse aspecto se consolide, os cidadãos precisam ter acesso às informações. Desse modo, o nosso trabalho intensifica o caráter dos arquivos enquanto ferramentas de cidadania, pois visamos tornar tais instituições conhecidas, de modo que o público em geral conheça e acesse esses espaços.

V. Metodologia

Diante disso, a investigação inicia-se a partir da lista de Museus e Centros Culturais disponibilizada pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Funalfa), vinculada à Prefeitura de Juiz de Fora. Essa reúne informações das instituições, como a localização, horário de funcionamento, site e breves comentários sobre os documentos custodiados. Sublinha-se que consideramos a proposta idealizada por Rodrigues e Giacomo (2019), de modo a dar continuidade em suas ponderações sobre o mapeamento em questão.

Primeiramente, através de uma pesquisa exploratória, foi possível identificar quais informações haviam sido disponibilizadas na plataforma da Funalfa. Em seguida, realizou-se um mapeamento inicial com o objetivo de catalogar o cenário encontrado no começo da pesquisa. Listou-se quarenta e cinco instituições na plataforma, dentre as quais, para o trabalho, foram selecionadas somente as instituições arquivísticas, resultando em treze organizações. Assim, através de uma tabela, foram elencados os dados encontrados e suas possíveis variações, apontando considerável divergência entre alguns elementos.

Em um segundo momento, elaborou-se um questionário a fim de conhecer a realidade dos acervos arquivísticos e dos respectivos arquivos. O formulário foi realizado através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Formulários Google*. As questões foram subdivididas em cinco seções e suas respostas, em grande parte, são abertas. Todavia, algumas questões têm como resposta o formato de múltipla escolha ou de caixa

de seleção, possibilitando, respectivamente, a escolha de uma ou mais de uma alternativa. Além disso, as perguntas marcadas com asterisco tinham obrigatoriedade na resposta para que o questionário fosse finalizado e enviado.

Na Tabela 1, encontram-se as questões formuladas na primeira seção do questionário. Busca-se, neste momento, obter os principais dados institucionais da instituição custodiadora de conjuntos arquivísticos.

Tabela 1 - Dados institucionais

Questão	Tipo de resposta
Declaro que sou maior de 18 anos, que li este termo e concordo em participar da pesquisa. *	Múltipla escolha
Instituição *	Aberta
E-mail de contato da instituição *	Aberta
E-mail de contato do respondente	Aberta
Endereço completo * CEP, logradouro, complemento, número, bairro, cidade e estado.	Aberta
Telefone *	Aberta
Horário de funcionamento *	Aberta
Há funcionários com formação arquivística? *	Múltipla escolha
Se sim, quantos?	Aberta

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

A Tabela 2 apresenta as questões que correspondem à temática do acervo custodiado pela instituição. Assim, as perguntas se tornam mais específicas. Para maior padronização nas respostas, adotamos, nesta seção, os formatos de resposta em múltipla escolha e caixa de seleção para a maior parte das respostas.

Tabela 2 - Acervo Arquivístico

Questão	Tipo de resposta
Qual o tipo (origem, fundo e tipologia) de acervo? Há informações sobre o acervo? *	Aberta
O acervo está disponível para consulta? *	Múltipla escolha
Há algum instrumento de pesquisa para o acervo? *	Múltipla escolha
Se sim, quais instrumentos?	Caixa de seleção
Há conjuntos documentais digitalizados? *	Múltipla escolha
Qual é o estado de conservação dessa documentação (física e digital)? *	Múltipla escolha
Como os documentos estão acondicionados? *	Caixa de seleção

Quais destes serviços são prestados pela instituição? *	Caixa de seleção
---	------------------

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

Na Tabela 3, elaboramos as questões a fim de identificar o perfil de usuário mais comum nessas instituições. Considerando a diversidade de usuários, construiu-se questões específicas a respeito da acessibilidade. Nesta seção, a pergunta sobre o perfil de usuário/ temas mais pesquisados foi a única aberta, para o entrevistado pontuar livremente as informações relevantes.

Tabela 3 - Usuários

Questão	Tipo de resposta
Existe registro do tipo/perfil de usuário mais comum? *	Múltipla escolha
Se sim, qual o perfil de usuário mais comum? Quais são os temas mais pesquisados?	Aberta
O leiaute (layout) das instalações físicas da instituição permite facilmente o deslocamento e a acessibilidade dos usuários? *	Múltipla escolha
Os materiais impressos de comunicação são adaptados em linguagem acessível (Braille)? *	Múltipla escolha
Os aparelhos tecnológicos (telefone, computador, etc.) permitem o acesso das pessoas com deficiência? *	Múltipla escolha

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

Na Tabela 4, encontram-se as informações sobre as potenciais redes sociais das instituições. Visando compreender se o acesso às informações do acervo se estendem a tais canais de comunicação.

Tabela 4 - Redes Sociais

Questão	Tipo de resposta
Há alimentação de redes sociais (Facebook, Instagram) ou sites institucionais com informações sobre o acervo? *	Múltipla escolha
Facebook	Aberta
Instagram	Aberta
Youtube	Aberta
Twitter	Aberta
Pinterest	Aberta
Outros	Aberta

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

Na Tabela 5, reservamos um espaço permitindo que os responsáveis acrescentem pontuações que considerem relevantes e que não tenham sido contempladas anteriormente.

Tabela 5 - Outras informações

Questão	Tipo de resposta
Há outra informação sobre o conjunto arquivístico de sua instituição que considere relevante para a pesquisa? Se sim, deixe-a aqui.	Aberta

Fonte: Elaborada pelas autoras (2021).

Com a elaboração do questionário finalizada, seguimos para a próxima etapa, em que contatamos as instituições selecionadas no mapeamento inicial da pesquisa exploratória. A comunicação ocorreu via e-mail, situando a pesquisa em desenvolvimento e enviando o questionário através do *Formulário Google*. Até o presente momento, contudo, não foi obtido nenhum retorno das instituições.

VI. Considerações finais

O município de Juiz de Fora pode ser caracterizado por uma marcante presença de instituições que fazem a gestão de conjuntos arquivísticos. Dessa forma, a partir da legislação brasileira, é possível estabelecer uma série de direitos que transpassam o âmbito dos arquivos, que são entendidos como espaços públicos informacionais (MORIGI; VEIGA, 2007).

Sublinha-se que esta comunicação apresenta os resultados parciais de um trabalho em andamento. Assim, estamos em um momento intermediário da pesquisa, aguardando o retorno das instituições. Com essa espera, observamos que a realização do questionário de maneira remota trouxe variados desafios à pesquisa, dentre eles são citados: a falta de atualização das informações de contato virtual dos arquivos, que fizeram alguns e-mails retornarem por estarem desatualizados, e a demora por parte dos responsáveis em responderem o questionário.

Com a aplicação do questionário objetivamos aprimorar as informações levantadas pela Funalfa, fornecendo um panorama mais recente sobre a atual realidade arquivística de Juiz de Fora. Neste momento, também buscamos refletir sobre o encaminhamento das atividades de pesquisa. Posteriormente, com a realização da coleta de dados efetivada, ambiciona-se produzir uma espécie de diretório com o intuito de publicizar as informações levantadas. Assim, visa-se tornar esses dados acessíveis e expostos de modo claro aos cidadãos e pesquisadores, alcançando, pois, o caráter social dos arquivos.

Referências Bibliográficas

- Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.
ISSN:2317-0468

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 13, de 9 de fevereiro de 2001.** Dispõe sobre a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de websites de instituições arquivísticas. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-13-de-9-de-fevereiro-de-2001>. Acesso em: 22 jul. 2021

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei 8.159, de 9 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso às informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 13 jul. 2021.

CHAVES, Marcelo Antônio. O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 10, p. 77-92, 2020. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/artigo_chaves.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

MORIGI, Valdir José; VEIGA, Alexandre. Esfera Pública Informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade**, v. 17, n. 2, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/96216>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **E do caminho novo das Minas dos Matos Gerais emerge a 'Manchester Mineira' que se transformou num "bau de ossos": história de Juiz de Fora:** da vanguarda de Minas Gerais à "industrialização periférica". 2006. 165p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286144>>. Acesso em 30 set. 2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

PINTO, Jefferson de Almeida; HENRIQUES, Heliane Casarin; PINTO, Rogério Rezende. Instituições de Pesquisa em Juiz de Fora (MG): seus acervos e a contribuição para a historiografia local e regional. **Multiverso: Revista Eletrônica do Campus Juiz de Fora - IF Sudeste MG**, v. 1, n. 2, p. 279-290, 2016.

RODRIGUES, Andreia de Freitas; GIACOMO, Luiz Henrique Souza de. Mapeamento de conjuntos arquivísticos em Juiz de Fora. *In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA*, 35, 2019, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora. p. 367-374.

O “Feiticeiro” do Botanágua: o papel e a importância das práticas alternativas de cura na “Manchester Mineira” (1920)

Marcos Estevam Vasconcelos Silva¹

Resumo: O texto tem como objetivo apresentar uma parte da trajetória de Salathiel Damásio, um famoso curandeiro que atuava em Juiz de Fora na década de 1920.

Alguns fragmentos da história desse personagem, descritos num processo de Lesão Corporal, nos interessam na medida em que nos ajudam a discutir, através da análise de múltiplas fontes sob uma perspectiva de micro-história, diversas questões relevantes como os significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais à experiência da doença e da cura e a condenação dos hábitos, dos costumes e das religiosidades populares nos primeiros decênios do século XX.

Palavras-chave: Salathiel; Práticas alternativas de cura; micro-história.

Abstract: The text has the objective of presenting a part of the trajectory of Salathiel Damásio, a famous healer that worked in Juiz de Fora on the decade of 1920.

Some fragments of the history of this character, described in a process of Bodly Injury, are interesting to us as they help us discuss, through analsys os multiple fonts under a micro-history perspective, relevant questions like the meaning that diferent social goups and individuals give to the illness and healing experience and the condemnation of habits, mores and popular religiosities on the frist years of the 20th century.

Key words: Salathiel; Alternative healing praticicies; micro-history

A noite do dia 10 de novembro de 1920 já se aproximava do fim, pelo menos para alguns juizforanos. Por volta das oito horas e meia daquela quarta-feira, o empregado do comércio Absalão de Almeida Moreira, depois de mais um dia de labuta, se achava na sala de visitas de sua residência localizada no Botanágua, aproveitando o pouco tempo que lhe restava para colocar a conversa em dia com seus familiares antes de se recolher para o leito².

Naquele mesmo horário, o carroceiro Carlos de Souza, que era vizinho próximo de Absalão, já estava mais do que atrasado para o descanso. Provavelmente exausto graças à natureza de seu ofício e ciente de que sua luta recomeçaria logo pela manhã no dia seguinte, ele certamente não via a hora de recostar sua cabeça em um confortável travesseiro. Feito isso, lhe restava apenas torcer para que a madrugada fosse fresca e silenciosa o suficiente para não atrapalhar seu sono e que as horas passassem o mais devagar possível.

Para a infelicidade de Carlos, sua adorável esposa Floripes de Souza Werneck não lhe fazia companhia na cama. A jovem, que sem sombra de dúvidas também estava afadigada, uma vez que era ela a responsável por todas as atividades do lar, o que incluía, obviamente, o preparo da última refeição do casal - afinal quem é que consegue dormir de barriga vazia? -, preferiu aproveitar o final da noite para colocar a prosa em dia com seu pai, sua irmã Maria Carolina Ferreira Matoso e com o comerciante português Manoel dos Santos Palmeirão na calçada de sua casa. Vale lembrar que se por um lado os dias de novembro geralmente são muito quentes - e os de 1920 mantiveram uma temperatura média de 30^o3 -, as noites são quase sempre agradáveis e convidativas para uma boa conversa com familiares e amigos sob os belos e luminosos raios da lua. Isso se as nuvens ou outros contratemplos não prejudicarem esse cenário, é claro.

Naquela ocasião, havia outros que, a exemplo de Floripes, não estavam dispostos a repousar tão “cedo”. Esse era o caso do carpinteiro Salathiel Damásio da Rocha, sua “mulher” e do cabouqueiro Joaquim Bento da Silva que se encontravam na residência do casal, possivelmente petiscando algum quitute e apreciando a movimentação através da “sala da frente”. Uma rápida espiada pela janela lhes permitia avistar, do outro lado da rua, o grupo formado por Floripes e Manoel Palmeirão e também a “venda” de Oscar Mattoso.

Seguramente o estabelecimento comercial de Oscar Matoso – que era esposo de Maria Carolina e, portanto, cunhado de Floripes - não estava vazio naquele horário. Esses ambientes, que não eram raros nas ruas centrais e nas áreas suburbanas de Juiz de Fora, geralmente reuniam até “altas horas” uma turma disposta a apreciar uma bebida forte enquanto se divertiam com um intenso carteadado ao som afinado dos instrumentos musicais. E é claro que tanto o período de funcionamento das “vendas” como os hábitos mais animados de seus frequentadores incomodavam alguns indivíduos mais “moralistas”, como atesta uma matéria publicada pelo periódico “O Pharol” em maio de 1924:

A cidade, nos seus pontos mais afastados do centro, está cheia de vendas, tascas e botequins lóbregos, onde reúnem, à noite, vadios, ratoneiros, marafonas de baixa espécie e indivíduos suspeitos, que ali ficam a discutir, a tocar sanfona e a beber cachaça, perturbando a ordem e o sossego.

Taes botequins, que deveriam cerrar as portas às 7 horas da noite, ficam com elas escancaradas até de madrugada.

E, neles, além do mais, joga-se também: o vinte e um, o busio, o vispora e outros jogos.

A polícia, como sempre, brilha pela ausência.

Ou, quando aparece, não se importa.

O resultado é que a cidade se vae enchendo de vadios, ébrios e ratoneiros, criados e educados nos taes botequins de má fama, que se notam, no Botanagua, no Lamaçal, na Tapera, em Manoel Honorio, na várzea da Piáu, etc., etc.

Os srs. Delegados de policia bem que podiam organizar, todas as noites, canoas para apanhar esses vadios e obrigar as tascas a se fecharem. (O PHAROL, 27 de maio de 1924: 1).

Apesar do horário já avançado, pelo menos para certos padrões da época, é possível conjecturar que ficar até mais tarde nas vendas, nas barbearias⁴, ou mesmo nas calçadas e nas casas dos vizinhos, muitas vezes vencendo o sono e as limitações de um corpo exaurido, fazia parte do cotidiano de muitos moradores e frequentadores do Botanágua. Embora a noite fosse indispensável para o descanso de indivíduos como Carlos, que abandonavam o conforto da cama antes mesmo do nascer do sol para pegar cedo no batente, aquele era o único período do dia que lhes oferecia um raro vislumbre de distração e de sociabilidade.

Na década em que por lá viveram Carlos, Floripes, Palmeirão, Salathiel e companhia, o Botanágua era um dos maiores e mais populosos bairros da cidade de Juiz de Fora, localizada na Zona da Mata de Minas Gerais. Tendo a Avenida Sete de Setembro como a principal via de acesso entre as extremidades do Vitorino Braga e do Costa Carvalho e as pontes da Rua Halfeld e da Rua Carlos Otto como única forma de vencer as águas turvas do Rio Paraibuna para chegar ao centro da cidade, o arrabalde concentrava em seu vasto perímetro muitos estabelecimentos industriais e casas comerciais que movimentavam estoques dos mais variados produtos e gêneros, como as fábricas de cerveja e de camisas da viúva C. Stiebler e Filhos, a fábrica de Sabão Martins, Barbosa & CIA, as quitandas de Antônio Chaves e João Rosa Machado, o botequim de Braga & Mello e a barbearia de Ernesto Lazarine⁵.

Certamente o movimento no arrabalde era intenso a qualquer hora do dia e da noite. Além dos muitos empregados do comércio, como Absalão, e dos incontáveis “clientes” que apreciavam uma boa cerveja, uma bela camisa e um caprichado trato no cabelo e no bigode, por lá também circulavam com frequência os boiadeiros que, proibidos de passar pelas ruas centrais em 1920⁶, tocavam o gado em direção a seu último suspiro no matadouro, os vendedores ambulantes, os carroceiros, as lavadeiras, os punguistas e os *Bon Vivants*.

Por falar nas especialistas em deixar as roupas limpas e cheirosas - com ou sem os sabões adquiridos na fábrica local de Martins, Barbosa & CIA -, uma das inúmeras versões sobre a origem do nome “Botanágua” é atribuída a elas. Segundo uma reportagem especial sobre o bairro Costa Carvalho publicada pelo “Diário da Tarde” em abril de 1967, sua antiga nomenclatura remetia ao grande número de lavadeiras que ali residiram nas décadas passadas. Quando essas mulheres sugeriam a lavagem de uma peça ou de objeto nas águas do Paraibuna, elas diziam: “bota n’água”. Com o passar do tempo, a expressão supostamente cunhada pela categoria teria se popularizado entre “o povo juizforano”. (DIÁRIO DA TARDE, 29 de abril de 1967: 2).

Outra característica marcante da paisagem do Botanágua era a presença dos “prédios”, cortiços, barracões e casas de cômodo, habitações onde as famílias operárias e de baixa renda, como provavelmente as de Carlos, Oscar Mattoso e Salathiel Damasio, buscavam escapar do relento da noite o mais próximo possível de seus locais de trabalho para se livrarem dos altos custos dos alugueis e dos transportes públicos e, é claro, para contarem com alguns minutos extras de sono. No geral, as condições dessas moradias,

quase sempre alugadas a preços mais modestos, mas nem por isso fáceis de serem quitados em dia, eram precárias. Muitas não contavam com janelas suficientes para uma ventilação adequada ou mesmo com instalações sanitárias e de água. (OLIVEIRA, 2010: 222-223).

Manoel dos Santos Palmeirão – que palestrava com Floripes e seus familiares na noite de quarta-feira - era um dos muitos proprietários que lucravam bastante com a locação dessas habitações. Desde pelo menos o início da década de 1910, o português, que também possuía um armazém de secos e molhados na Rua Halfeld e um hotel no centro da cidade, era dono de diversos imóveis localizados naquele bairro. Somente no ano de 1913, Palmeirão apresentou uma planta à Câmara Municipal pedindo licença para construir oito “casas pequenas na Rua do Botanágua”. (O PHAROL, 8 de julho de 1913: 1). Cerca de dois anos mais tarde, quando adquiriu um terreno pela quantia de 600\$000, ele solicitou outra autorização para erguer um prédio no arrabalde. (O PHAROL, 23 de março de 1915: 1). Em 1918, ocasião em que efetuou a compra dos imóveis de número 594 e 602 pela importância de 700\$000, o português já contava com tantas propriedades que uma parte do bairro era conhecida popularmente como “Avenida Palmeirão”.

Os que Reclamam

Vários moradores da avenida Palmeirão, no Botanágua, tem vindo a esta redação pedir-nos reclamemos do Sr. Dr. Ribeiro de Abreu, digno delegado de policia, uma providencia qualquer contra uma mulher ali conhecida por Amelia Lavadeira, a qual provoca a Deus e a todo mundo, dirigindo impropérios e palavrões à vizinhança.

E Isso quase todos os dias, de maneira que a vida é um inferno naquela avenida.

A mulher em questão precisa ser chamada à policia, afim de acalmar os nervos, que traz tão excitados.

Com certeza o Sr. Dr. Ribeiro de Abreu dará uma providencia a bem dos moradores da avenida Palmeirão. (O Pharol, 15 de março de 1918: 1).

Como é bem sabido, quantidade nem sempre é sinônimo de qualidade. Um abaixo-assinado enviado à Câmara Municipal por Manoel Palmeirão e outros proprietários em 1918, ambos insatisfeitos com as notificações dos fiscais municipais que constataram algumas irregularidades nas instalações sanitárias e de água de suas propriedades, é capaz de nos dar algumas mostras das condições das casas que eram alugadas no Botanágua.

No documento, Manoel Palmeirão e seus pares alegaram que imediatamente após a conclusão das obras de seus prédios eles mandaram fazer todas as instalações sanitárias e de água conforme as determinações da Câmara. Tais instalações, efetuadas há no máximo 10 anos e fiscalizadas pelos engenheiros e empregados da municipalidade, foram classificadas como “boas” e “suficientes”. Para os proprietários, portanto, a exigência de que as dispendiosas modificações ou as novas instalações fossem efetuadas no prazo máximo de 60 dias tratava-se de uma medida “arbitraria” e “injusta”, principalmente naquele período marcado por “tantas dificuldades”. Além da falta de dinheiro, dos “avultados” impostos prediais, do preço da água e dos frequentes concertos, todos afirmaram que sofriam enormes prejuízos com os “inquilinos mau pagadores”.

Se as coisas não estavam fáceis para proprietários bem-sucedidos como Palmeirão, imaginemos a situação dos inquilinos. Alugar uma casa, mesmo que precária, não era uma tarefa simples no ano de 1920. De acordo com uma publicação do Diário Mercantil, naquele contexto Juiz de Fora atravessava uma grave “crise das habitações”, ocasionada, sobretudo, pela “falta de moradias” e pela “alta dos alugueis”. O problema era tão sério que os grupos socialmente mais vulneráveis estavam construindo “algumas casinhas toscas, cobertas de folhas de caixas de phosphoros e sem hygiene” em terrenos arrendados coletivamente. No mês de novembro, cerca de 30 famílias foram intimadas pela municipalidade a desocupar os “cafúas” erguidos na propriedade do Coronel José Lemos, situada no Bairro Manuel Honório. Após alegarem a crise, os moradores conseguiram, por meio de um compromisso assinado por todos eles, “que a municipalidade lhes concedesse licença para irem habitando os casebres clandestinos, em caráter provisório”. (DM, 10 de novembro de 1920: 1).

Para aqueles que ainda tentavam enfrentar os altos custos dos alugueis, o dia de quitá-los certamente representava apenas mais uma etapa de uma longa e cíclica aventura chamada sobrevivência. Não é preciso muito esforço para compreender que diante de uma vida repleta de dificuldades, liquidar as contas trata-se de uma questão de “baixa prioridade”. Quando os ganhos são minguados e algumas despesas mais urgentes, como comer, por exemplo, são muitas, geralmente os senhorios esperam um pouco mais para receber aquilo que lhes é de direito.

Em muitos casos, quando essa espera ultrapassava os limites do tolerável e os inquilinos eram inseridos definitivamente na categoria de “maus pagadores”, a polícia era acionada para tentar resolver os conflitos. Em fevereiro de 1919, o Sr. Ubaldino José de Oliveira, proprietário de uma casa situada no Botanágua, resolveu procurar a delegacia depois que sua inquilina Sebastiana Rosalina, que lhe devia alguns meses de aluguel, perdeu a paciência e o insultou durante uma das cobranças. (O PHAROL, 8 de fevereiro de 1919: 1).

Como se já não bastasse, as longas jornadas de trabalho, os baixos salários e a “crise das habitações” não eram os únicos desafios enfrentados por nossos personagens. Ainda nos anos iniciais da década de 1920, momento em que segundo os articulistas do “O Pharol” o centro de Juiz de Fora já se achava devidamente “embelezado” e “saneado” – lembremos que pelo menos o gado era proibido de passar por lá -, os moradores do Botanágua não contavam com alguns serviços públicos indispensáveis, como escola, serviço de bonde, iluminação adequada e instalações de água e esgoto. (O PHAROL, 21 de setembro de 1922: 1).

Além dos incontáveis problemas de infraestrutura, os costumes e as manifestações culturais dos moradores e frequentadores do Botanágua, considerados como “desviantes” pelos setores que difundiam uma ética do trabalho através de um discurso elitista, agressivo, “persuasivo e mobilizador da mão de obra potencialmente útil”, era outro assunto que levava o arrabalde a figurar diariamente nas páginas dos principais periódicos locais. (OLIVEIRA, 2010: 218).

O trânsito constante de indivíduos “desocupados”, “imorais” “ignorantes” e “supersticiosos”, tanto pelas áreas centrais como pelas zonas suburbanas da cidade, incomodava profundamente alguns setores da sociedade juizforana. Para os articulistas, que cobravam diariamente por medidas a serem atendidas pelas autoridades municipais,

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história:

Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas;

Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

lugares classificados como redutos de prostitutas, jogadores, vadios, ébrios, feiticeiros e menores vagabundos, como Botanágua, precisavam de uma vigilância policial constante.

Notas & Factos

A polícia há dias anunciou ou fez anunciar que ia dar cabo do “canjerê” na cidade.

Todo o mundo bateu palmas a essa resolução sensata, proveitosa e magnífica.

Mas... tudo, infelizmente, ficou apenas em promessa.

A polícia parece que prendeu realmente um feiticeiro no Botanagua, e foi só.

Ora, a cidade está cheia de “canjerê”, centros “espiritas” e casas de feitiçaria, onde gente da mais baixa espécie se entrega à prática da bruxaria, iludindo os incautos e vivendo á tripa fôrra, numa vadiagem terrível.

Em todos os arrabaldes e mesmo no centro da cidade, esses “centros” pululam. Só os não vê, quem não quer.

No Botanagua, no Lamaçal, no Zinco, em Manoel Honório, por toda parte eles enxameiam. Centenas e centenas de vadios, de ambos os sexos, vivem disso, dessa exploração grosseira e repugnante.

Será possível que a policia queira deixar tudo como está, dando ampla liberdade a esses malandros perigosos?

Acreditamos que não.

Mas é preciso que a energia policial não se limite apenas a promessas e a notícias nos jornais.

É necessário agir. (O PHAROL, 4 de março de 1923: 1)

Vale ressaltar que para esses setores, modernizar Juiz de Fora não significava apenas intervir em sua região central, construindo ruas largas, iluminando-as, impedindo o trânsito de animais e colocando a baixo as habitações consideradas insalubres. Representava também "medicalizar" esses espaços e os corpos que os ocupavam, monitorando e controlando os hábitos e os costumes dos indivíduos, ditando novas formas de relações familiares e novos padrões de comportamento. (MIRANDA, 1990: 274)

E foi justamente nesse contexto que os médicos acadêmicos, principalmente àqueles vinculados à Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), uma instituição de classe fundada em 1890, mas ligada, desde seus primórdios, à administração pública⁷, passaram a ser considerados, tanto pelas autoridades municipais quanto pela imprensa, como figuras indispensáveis para guiar o município rumo ao "progresso" e à "civilização". Eles seriam os detentores de um saber indispensável para a resolução dos principais problemas sociais que acometiam a população, como a loucura, a prostituição, os mais variados vícios e superstições e as diversas epidemias que atrapalhavam, sobretudo, o funcionamento da economia.

O problema é que, como sugere a publicação do "O Pharol" que discorria sobre o número elevado de "gente da mais baixa espécie" que se entregava à "prática da bruxaria", nem todos os juizforanos compartilhavam dessa mesma opinião. Para muitos deles, por motivos que veremos adiante, os médicos acadêmicos não materializam todos esses significados.

Aos articulistas e demais membros dos setores dominantes, engajados com as transformações sociais dos primeiros decênios do século XX, restavam à missão de convencer a população que os tempos haviam mudado e que, pelo menos no campo da cura, os médicos científicos representavam o futuro. Para tanto, duas etapas pareciam imprescindíveis. A primeira era trabalhar na construção de uma imagem positiva, que valorizasse a eficiência e os atributos dos médicos acadêmicos, apresentando-os como cidadãos humanitários, bondosos e caritativos, sempre dispostos a realizar os atos e as curas mais memoráveis. Nessa empreitada, era fundamental que os periódicos despertassem a atenção e o interesse da população para as práticas "científicas" dos médicos.

Já a segunda tratava-se de uma "missão pedagógica de 'persuasão' e 'doutrinação do povo'", cujo objetivo era desqualificar todas as outras "artes de curar", deixando claro para a sociedade que os "concorrentes" diretos dos médicos acadêmicos representavam um sério risco à saúde pública. (SAMPAIO, 2001, p. 22). Enquanto os "Doutores" eram vistos como os arautos da "Luz", da civilização e do novo século, os "charlatães", indivíduos sem qualquer embasamento científico, que não possuíam leitura e nem tampouco os longos anos de estudo dos "verdadeiros médicos", eram associados ao atraso, ao ilegítimo e, sobretudo, à ignorância. Como atestou Beatriz Weber ao discorrer sobre as denúncias que recaiam sobre esses personagens:

É importante que interpretemos essas denúncias e críticas como a opinião de intelectuais ou setores ligados aos próprios médicos formados. Expressavam um grupo social que tinha uma visão sobre a "civilização", estado ideal que devia ser atingido e do qual os curandeiros não faziam parte. Aliás, consideravam que a população que se utilizava de seus serviços devia ser educada e regenerada por intermédio da denúncia para evitar que outros seguissem o mesmo caminho. (WEBER, 1999: 194).

O Código Penal de 1891 é um exemplo emblemático de como a atuação dos terapeutas populares não seriam toleradas. Instituído por meio do decreto 847 de 11 de outubro de 1890, o Código “foi o primeiro grande conjunto de leis a definir a nova ordem jurídica associada ao nascente regime republicano”. (GIUMBELLI, 1997: 79). Contando com três artigos específicos no capítulo intitulado “Dos Crimes Contra a Saúde Pública”, o documento foi responsável por institucionalizar a postura defendida pelas classes conservadoras, sobretudo pela corporação médica, de reprimir a atuação de indivíduos não diplomados, associados à supersticiosidade, à religiosidade e ao atraso da população.

De volta as imediações do Botánagua, graças as suas características de um bairro bastante movimentado, o arrabalde estava longe de ser um lugar onde o silêncio e paz fizessem parte de seu cotidiano. Naquela quarta-feira, no entanto, tudo parecia caminhar para um fim de noite atípico na vizinhança, pelo menos no que diz respeito à ausência de conflitos. Com relação ao silêncio não podemos assegurar, uma vez que a “venda” de Oscar Mattoso ainda não havia baixado as portas e alguns moradores como Floripes, Maria Carolina Ferreira Matoso e Manoel dos Santos Palmeirão pareciam bastante empolgados com a proza defronte a casa de Salathiel Damasio.

Embora os vizinhos fossem indispensáveis para o alívio das incontáveis dificuldades físicas e psicológicas do cotidiano, principalmente nos momentos de crise, como auxiliar nos cuidados com os doentes, emprestar uma ferramenta, um alimento desfalcado na despensa, uma pequena quantia em dinheiro para quitar o aluguel atrasado ou apenas o ombro amigo para o desabafo das angústias e incertezas, era justamente nessas relações que surgiam brechas para as discussões e os conflitos que despertavam a atenção, a preocupação e obviamente a curiosidade de todos os moradores de uma rua, quicá de um bairro. Sobre esse último aspecto, nossos personagens tem algumas coisas a nos dizer.

Por volta das oito horas e meia da noite da noite, o simples fato de Salathiel Damasio ter avistado Manoel Palmeirão enquanto observava a movimentação através da janela de sua sala foi suficiente para dar início a uma forte confusão que viria a atrapalhar a diversão de muitas pessoas e ainda prejudicar o descanso do pobre coitado do Carlos.

Para entendermos o estopim da desavença é preciso voltar algumas horas naquele dia. Cabe ressaltar que Salathiel e Manoel Palmeirão aparentemente mantinham um bom relacionamento antes do incidente que narraremos a seguir. De acordo com seus vizinhos, Salathiel era um dos muitos inquilinos de Palmeirão e o comerciante frequentava com certa frequência a casa do carpinteiro, onde funcionava uma pequena oficina para cuja montagem o português havia sido o fiador⁸.

Às dez horas da manhã, Palmeirão se dirigiu ate a residência de Salathiel para buscar uma trena de sua propriedade. Ao recebê-lo e tomar conhecimento do motivo da visita, Salathiel afirmou que não havia nenhuma ferramenta em sua posse e que se caso

fosse do desejo do português, ele mesmo poderia examinar a caixa onde todos os seus instrumentos de trabalho se achavam guardados. Após vasculhar a caixa e espalhar diversos objetos pelo chão, Palmeirão partiu sem dizer uma única palavra.

Pouco tempo depois desse incidente, Salathiel, ao se encontrar com Oscar Mattoso provavelmente em sua venda, foi informado que Palmeirão estava espalhando pela vizinhança que ele não passava de um feiticeiro. Inconformado com a atitude do português, o carpinteiro aguardou ansiosamente para lhe cobrar uma explicação. E a oportunidade apareceu justamente por volta das oito horas e meia da noite, quando seu “desafeto” estava próximo à sua casa, conversando com Floripes e seus familiares.

Ao se deparar com Manoel Palmeirão do outro lado da rua, Salathiel não pensou duas vezes antes de chamá-lo para questionar o motivo do destrate: - “O! Senhor Palmeirão faz o favor de chegar aqui”⁹. Perguntado se era verdade que ele estava dizendo a seus vizinhos que Salathiel era um feiticeiro, o português afirmou prontamente que sim, pois ele “vivia ali iludindo a todos com o espiritismo” e que seu espiritismo não “passava de um canjerê”. E que falava isso por “experiência própria”, já que ele mesmo havia sido “vítima” das “invencionices” de Salathiel, quando foi até o Rio de Janeiro e não localizou os indivíduos acusados de tê-lo enfeitado.

Insatisfeito com a resposta, Salathiel gritou da janela que Palmeirão não sustentaria aquela versão com ele do lado de fora. O português retrucou “que sustentaria em qualquer lugar”. Foi então que Salathiel se afastou e partiu em direção a porta. Diante desse movimento estranho, Palmeirão caminhou para o meio da rua e aguardou por sua aproximação.

Naquele momento, contudo, a bulha já havia despertado a atenção e a curiosidade da vizinhança, e algumas pessoas já estavam prontas para impedir – e é claro assistir - a pugna entre os dois “valentões”. Absalão de Almeida Moreira, por exemplo, que se achava na sala de visitas de sua residência, quando escutou os gritos de uma mulher que implorava “acode!”, “acudam!”, “misericórdia!” e identificou que eles partiam da casa de Salathiel, foi para lá às pressas. Maria Carolina Ferreira Matoso, que há pouco conversava com Palmeirão, partiu em disparada até a “venda” para chamar seu esposo. Ao se aproximar da casa de Salathiel, Oscar Matoso o encontrou imobilizado por um grupo de “populares”. Floripes, por sua vez, correu até sua residência com o intuito de pedir a ajuda de seu amado Carlos, que muito provavelmente não aprovou a interrupção abrupta de seu descanso.

Ainda muito agitado quando agarrado por seus amigos e vizinhos, Salathiel, um “sujeito alto, cheio de corpo”, desferiu um chute que, por sorte, não acertou em ninguém. Palmeirão, por outro lado, que era “mais baixo, porém mais gordo”, conseguiu se desvencilhar daqueles que o seguravam e com um revólver em punho avançou em direção a seu “adversário”, aplicando-lhe uma severa coronhada. Ferido na cabeça, Salathiel retornou para o interior de sua residência resmungando: “pra que vocês me seguraram para esse bandido me ferir?” e de lá saiu empunhando um pedaço de pau “lavrado”, semelhante a um “pé de mesa”. Seus esforços, contudo, foram em vão, visto que Palmeirão, que se achava novamente seguro pela população enquanto se queixava: “me deixem para que eu acabe de amassar o negro”¹⁰, já havia se afastado suficientemente do

local da briga. À Salathiel, restou apenas ir até o centro da cidade para apresentar queixa do fato às autoridades policiais.

Essa história, que num primeiro momento pode ser interpretada como um desentendimento corriqueiro entre vizinhos numa noite qualquer de 1920, cujo desfecho não foi positivo para os envolvidos – Salathiel saiu com um corte na cabeça, Palmeirão com problemas diante da justiça e os demais com o compromisso entediante de prestar depoimento na delegacia no dia seguinte -, nos interessa por dois motivos específicos: primeiro porque ela envolve a figura do “famoso” curandeiro Salathiel Damásio, cujas práticas eram bastante conhecidas pela população, pela imprensa e também pela polícia na década de 1920. Segundo, porque as informações contidas no processo de Lesão Corporal nos permitem discutir o papel e os significados que as práticas alternativas de cura desempenhavam no cotidiano da população nos primeiros decênios do século XX.

Muito embora a fonte em análise se trate de um processo cuja finalidade era apurar a agressão cometida por Palmeirão, a atuação de Salathiel no campo da cura acabou ganhando destaque na peça, principalmente nos depoimentos das testemunhas. Em determinados momentos, como nos de averiguação das condutas dos envolvidos, suas atividades parecem ter preocupado mais as autoridades do que a pancada que recebeu naquela noite. Em outros termos, é como se a coronhada desferida pelo comerciante português que resultou num “ferimento de forma alongada, medindo três centímetros de extensão, de bordas lisas dirigindo obliquamente de trás para diante e do direito para a esquerda, na região superior do parietal esquerdo”, fosse justificável diante do fato de Salathiel viver “iludindo a todos com o seu espiritismo” que, segundo Palmeirão, não “passava de um canjerê”. (LESÃO CORPORAL, 01 de fevereiro de 1923, p. 8-8v).

Os depoimentos de algumas das testemunhas no processo de Lesão Corporal envolvendo Salathiel, responsáveis por revelar mesmo que superficialmente o envolvimento do curador com seus vizinhos, nos permite conhecer um pouco mais de suas práticas de cura. Alguns deles sugerem, por exemplo, que as “sessões” realizadas em sua casa no Botánagua, à noite, três vezes por semana, frequentadas, segundo Carlos, por pessoas da “classe baixa da sociedade”, ofereciam tratamentos tanto para as doenças físicas quanto para outras aflições. De acordo com Joaquim Bento da Silva, que segundo ele havia sido um dos auxiliares das “concentrações” em outros tempos, Salathiel, para a cura das enfermidades, “abria um livro, lia qualquer coisa que o depoente não compreendia, punha-se sério, fechava os olhos, concentrava-se, todo ele estremecia e finalmente invocado o espírito, Salathiel apontava os remédios que o doente deveria tomar”. Já para os outros casos:

[...] Salathiel, usando dos mesmos processos referidos, os quais faziam com que mudasse até de feições, adivinhava também a vida de seus consulentes, para o que invocava um espírito conhecido por “fala-tudo”; que “fala-tudo”, encarnado na pessoa de Salathiel, tudo contava; que o mesmo “fala-tudo”, por vezes, virado para as pessoas presentes, dizia: “deem-me tostão, senão eu conto tudo; que então, pessoas presentes começavam a dar dinheiro; que Salathiel, em suas sessões, dava-se também ao trabalho de adivinhar casos amorosos como os de infidelidades conjugais e de simples namorados; que as sessões de Salathiel eram três vezes por semana e à noite”. (LESÃO CORPORAL, 01 de fevereiro de 1921: 47, 47v).

Além de prescrever receitas e de “adivinhar” a vida e os casos de infidelidade com a ajuda de “fala-tudo”, algumas declarações indicam que Salathiel também lidava com feitiços. Uma delas se encontra no episódio em que Manoel Palmeirão procurou explicar o motivo de tê-lo chamado de “feiticeiro”. Lembremos que o português disse ter feito isto com “razão e experiência própria” por ter sido uma de suas “vítimas” quando viajou para Rio de Janeiro a procura dos homens que o teriam enfeitado e que “correndo as ruas e números por ele indicados pode certificar-se não passar o fato de uma invencionice”. (LESÃO CORPORAL, 01 de fevereiro de 1921: 17).

Nas declarações de Oscar Mattoso também é possível extrair algumas informações importantes sobre as atividades de Salathiel e as interpretações de seus vizinhos acerca delas.

De acordo com Mattoso, que foi categórico ao afirmar diante das autoridades que Salathiel era um “curandeiro profissional”, pois ele mesmo havia “lhe pago certa quantia por um serviço dessa ordem”, sua esposa Maria Carolina Matoso, ao se achar doente pouco tempo depois, também resolveu consultar-se com seu “vizinho fronteiro”. Naquela ocasião, Salathiel disse a ela que para que sua saúde fosse reestabelecida era necessário “tirar o feitiço” encomendado por seu senhorio Manoel Palmeirão que se achava na paina das almofadas da sala. Para isso, bastava atirá-la ao rio Paraibuna ou enterrá-la na porta da frente ou dos fundos de sua residência. Segundo Mattoso, após abrir as almofadas, atirar a paina ao rio, “cavar na porta dos fundos e na da rua” e não encontrar feitiço algum, “tudo contou a Palmeirão”. Foi então que o português “disse ser Salathiel um feiticeiro e intrigante e que o depoente não acreditasse nas bobagens de Salathiel”. (LESÃO CORPORAL, 01 de fevereiro de 1921: 38-41).

A fala de Oscar Mattoso, além de esclarecer muitos pontos da desavença entre Salathiel e Palmeirão na noite daquela quarta feira ao apontá-lo com um dos principais responsáveis, evidenciam que ele e sua esposa confiavam nas capacidades curativas de seu vizinho. O simples fato de Maria Carolina ter se “consultado” com Salathiel pouco tempo depois de Oscar pressupõe que o tratamento anterior foi bem sucedido e que o casal não questionava seus métodos, tampouco sua eficácia. Caso contrário, Floripes teria procurado outro agente ligado às práticas alternativas de cura – o que não era difícil de encontrar – ou, então, um médico acadêmico, pois como bem percebeu Giovanni Levy ao analisar a imagem da doença e da etiologia na sociedade em que viveu o exorcista Giovan Battista, a ineficiência de uma técnica de cura geralmente conduz “não apenas a um outro curandeiro mas, igualmente, a uma etiologia diferente”. (LEVY, 2000: 80).

Apesar das limitações da fonte, que não traz detalhes sobre suas moléstias, as buscas de Oscar e Maria Carolina Mattoso pela cura de suas aflições evidenciam que a confiança que eles detinham na capacidade terapêutica de Salathiel pautava-se, principalmente, nas interpretações sobrenaturais que ambos possuíam sobre suas causas. Não por acaso, o casal procurou mais de uma vez pelos préstimos de um curador que se utilizava do auxílio de um espírito para fazer o diagnóstico e aviar suas receitas e não duvidou de que o “feitiço” encomendado por Palmeirão era o principal agente causador do incomodo da moça. Tanto que Oscar, com o intuito de livrar sua amada do “malefício”, resolveu confrontar seu senhorio Manoel Palmeirão em plena época de “crise das

habitações” e não mediu esforços para rasgar as almofadas e cavar os buracos no chão próximo às portas.

Se olharmos atentamente tanto para o ímpeto “destruidor” de Oscar Mattoso quanto para a viagem não programada de Manoel Palmeirão ao Rio de Janeiro, suas ações demonstram, para além de suas crenças na competência de Salathiel manipular as forças ocultas para lhes fazer o bem, seus receios diante da presença de um feitiço. Nesse sentido, é possível perceber alguns elos de permanência em relação à interação de alguns indivíduos com o sobrenatural e com aqueles que eram capazes de “controlá-lo”. Na década de 1920, ou seja, no período em que Salathiel oferecia suas “sessões” no Botánagua, a lida com as forças ocultas ainda assumia, tal como na Colônia e no Império, um papel indispensável na luta material e simbólica que uma parte significativa da população travava contra as múltiplas dificuldades cotidianas.

Passados alguns séculos e transformadas as estruturas sociais, certos problemas e suas soluções pareciam ter as mesmas origens de outrora. As doenças, as angústias e as incertezas, vistas como a ação direta do sobrenatural sobre suas existências, não deixaram de sufocar e amedrontar seus corações. Nesses momentos de aflições, muitas vezes incompreensíveis e inaceitáveis, homens e mulheres, fossem estes “falsos e/ou verdadeiros” espíritas, curandeiros e/ou feiticeiros, estavam lá, muitas vezes bem pertinho, do outro lado da rua, prontos para receber um “espírito” e oferecer uma oração e/ou um remédio capaz de curar o corpo e aliviar os padecimentos da “alma”. Ou, então, uma fórmula e algumas palavras para adoecer a “carne” e enfermar o “espírito”.

FONTES

1. Fontes Manuscritas

1.1. Arquivo Histórico de Juiz de Fora, Fundo Fórum Benjamim Colucci. Lesão Corporal (1921).

2. Fontes Impressas

2.1. *Diário Mercantil* (1912 a 1941) - Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

2.2. *Jornal do Comércio* (1908) - Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes.

3. Fontes Digitais

3.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

1. *O Pharol* (1891 a 1933). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/pharol/258822>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

REFERÊNCIAS

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres: Juiz de Fora na Belle-Époque mineira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

GIUMBELI, Emerson. **O Cuidado dos Mortos:** uma história da condenação e da legitimação do espiritismo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, capital e poder:* políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. 1990, 400 f. Dissertação (Mestrado em História)—UFF, Niterói, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo de. *Os trabalhadores e a cidade:* a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Juiz de Fora: Funalfa, 2010.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Controle Social e Pobreza (Juiz de Fora, c. 1876 – c. 1922).** Juiz de Fora: Editar, 2008.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar:** medicina, religião, magia e positivismo na Republica Rio-Grandense. Santa Maria: EDUSC, 1999.

Comunicação e História: compreendendo o papel da mídia através do projeto "Ruínas do Passado"

Samuel Fontainha do Nascimento¹

O presente artigo trata do projeto de iniciação científica (IC), “Ruínas do passado: a imprensa, a memória e os depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora”. O qual realizou pesquisas acadêmicas com objetivo compreender os meios de comunicação utilizados pelo DCE da UFJF durante o período ditatorial, bem como analisar a cobertura midiática sobre o movimento “Mascarenhas Meu Amor” considerado pontapé para as manifestações em prol do “Diretas já” no município. Igualmente a cobertura dos veículos de comunicação sobre o movimento negro em Juiz de Fora, o qual começa a se estruturar também neste período de reabertura política. No decorrer do projeto abordou-se a importância dos meios de comunicação como fontes históricas, a relevância da comunicação alternativa em meio a ditadura e o papel dos veículos de comunicação para potencializar ou não as reivindicações dos habitantes da cidade.

Pesquisa, Comunicação, História, Iniciação Científica

This article deals with the scientific initiation project (IC), “Ruins of the past: the press, the memory and the testimonies of the Municipal Truth Commission of Juiz de Fora”. Who carried out academic research in order to understand the means of communication used by the UFJF DCE during the dictatorial period, as well as to analyze the media coverage of the “Mascarenhas Meu Amor” movement considered a kick for the demonstrations in favor of “Dirct now” in the municipality . Likewise, the coverage of the media on the black movement in Juiz de Fora, which is also beginning to be structured in this period of political reopening. During the project, the importance of the media as historical sources was addressed, the relevance of alternative communication in the midst of the dictatorship and the role of the media to enhance or not the demands of the inhabitants of the city.

Research, Communication, History, Scientific Initiation

INTRODUÇÃO

O presente artigo descreve a experiência e os resultados do projeto de iniciação científica "Ruínas do Passado: a imprensa, a memória e os depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora", no grupo de pesquisa CNPq² Comunicação Cidade e Memória

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

(COMCIME) da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Ao longo de dois e meio de pesquisa, os trabalhos foram realizados por um bolsista de Iniciação Científica (IC), o qual atuou durante um ano e respectivamente dois bolsistas voluntários que atuaram durante um semestre letivo, logo depois, um segundo bolsista de IC que trabalhou durante dois anos e um terceiro outro bolsista voluntário que também participou durante um semestre letivo; totalizando cinco alunos da graduação sobre coordenação da Profa. Dra. Christina Ferraz Musse.

Em diversas partes do mundo, inúmeros pesquisadores(as) de várias áreas do conhecimento se dedicam a estudos sobre as memórias recentes para reescrever a história de seus países e compreender melhor o presente. O desejo de memória é um fenômeno mundial, que aponta para várias questões potenciais no cenário contemporâneo, em que o passado, por mais traumático que posso ter sido, aparenta funcionar como uma âncora identitária, uma referência do que somos e de onde viemos, quando o presente é tão efêmero e o futuro não nos garante qualquer conforto.

Entre os conceitos podemos destacar “retorno seguro”. Esse termo diz respeito ao desejo do consumidor de viver no passado, se tornando assim, um “consumidor nostálgico”, que se apoia em tais mercadorias para nunca esquecer seus bons momentos, uma vez que nostalgia nos remete a sentimentos e emoções

prazerosas. (pesquisafacomufjf, 2020.)

Instigado por tal fenômeno de pesquisa e consumo da memória, assim como nostalgia, nossos trabalhos buscam por meio de análise dos veículos de comunicação compreender um pouco mais do passado do município de Juiz de Fora (JF), interior do estado de Minas Gerais (MG), no Brasil.

Para tal, como recorte de estudo, nos debruçamos inicialmente sobre o espaço dado pelos veículos de comunicação para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, bem como a comissão nacional.

Os meios de comunicação utilizados pelo Diretório Central do Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), no período da ditadura civil-militar, a fim de compreender de que forma o movimento estudantil se organizava para protestos contra o fim da ditadura, também se havia diálogo com a população Juiz-forana em geral. Logo depois os estudos se voltam para o momento de reabertura política, o recorte proposto passa a ser o movimento cultural “Mascarenhas Meu Amor”, a seguir o surgimento e formação do movimento negro na cidade.

DITADURA CIVIL MILITAR - DCE

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

A história do Brasil vem sendo reproduzida por uma série de autores(as), de diferentes gerações, que têm se disponibilizado a contar suas memórias, ou as lembranças que guardam de seus pais e avós, até então desconhecidas da maior parte das pessoas, sobre o período da ditadura militar no Brasil. Essas histórias envolvem pessoas comuns, gente quase anônima, que tiveram os rumos de suas vidas transformados pela repressão a um pai ou mãe, a prisão de um marido ou esposa, a tortura de um filho(a), o desaparecimento de um ente querido São histórias da vida cotidiana que, repentinamente, foram interrompidas por um acontecimento trágico, relatos que ficaram guardados e poucas vezes vieram à tona e foram compartilhados. Por vergonha, por medo, ou pela dor, centenas de brasileiros que tiveram suas vidas marcadas pela ditadura militar silenciaram durante anos.

Ditadura que deixou pelo menos [434 mortos e desaparecidos](#), torturou milhares com técnicas como choques e pau de arara, instituiu a censura na imprensa e na arte, levou pessoas ao exílio, cassou políticos, aumentou a desigualdade social e cerceou a liberdade de expressão. Para nunca esquecermos os horrores. (nonada, 2019.)

Devido a relevância de tais histórias, visto que Juiz de Fora foi uma das únicas cidades do país que possuiu uma Comissão Municipal da Verdade, pois foi de onde saiu o golpe militar; buscamos analisar como foi feita a cobertura midiática sobre o trabalho e os resultados obtidos pela. Da mesma forma analisamos como foi registrado e armazenado o relato de vitimadas da ditadura pela comissão municipal (Juiz de Fora) e nacional.

Para tal, realizamos uma entrevista por meio da metodologia da história oral com a presidente da comissão municipal da verdade de Juiz de Fora, Helena Motta Sales. Em seguida uma análise dos sites que abrigam todas as informações e registros de ambas as delegações, finalmente uma segunda análise, porém sobre matérias nos tabloides e portais de notícias sobre o lançamento, andamento e a finalização dos trabalhos das comissões.

Nesse período, tudo o que era ligado ao movimento estudantil e ou contra a Ditadura ficaria no poder do Estado. Assim, o próprio movimento se uniu desempenhando um papel importante neste período de repressão, fazia parte de uma das frentes que sempre se mobilizavam contra o autoritarismo e a censura sobre a arte em todo país.

O movimento estudantil foi um dos principais protagonistas da luta contra o regime militar no Brasil. Inconformados com o autoritarismo e a repressão, muitos estudantes tiveram a coragem de enfrentar as forças repressoras, dispostas a massacrar jovens idealistas e contestadores, ou qualquer um que simpatizasse com ideias consideradas subversivas. (memoriasdaditadura, s.d.)

Desta forma, logo depois, passamos a investigar os meios de comunicação usados pelo DCE da UFJF para falar com alunos e moradores no período ditatorial, visando articulações para os atos da época. Neste caso, passamos a atuar no acervo do Centro de Conservação da Memória (Cecom) da instituição, examinando os arquivos do período. Ao todo, foram nove meses de pesquisa divididos em dois semestres letivos.

MASCARENHAS MEU AMOR

Juiz de Fora também foi palco das efervescentes manifestações em prol dos “Diretas Já”, igualmente buscamos analisar a cobertura midiática sobre o movimento cultural “Mascarenhas Meu Amor”. O ato foi considerado o pontapé inicial para as reivindicações do “Diretas já” em JF.

O “Mascarenhas meu Amor” aconteceu no começo dos anos 1980, iniciado por Walter Sebastião, Guilherme Bernardes, Jorge Sanglard, que organizou atos culturais e reuniões da categoria artística com o poder público, tentando negociar o uso do espaço da companhia textil. Tais negociações aconteceram durante alguns meses; a ideia era usar o espaço da antiga fábrica para a apropriação cultural. Sem sucesso nas negociações, os manifestantes e agentes culturais de todo país, ocuparam a fábrica em ruínas realizando ali o lançamento de um livro servindo como coquetel café com broa.

As obras do “Paschoal” foram interrompidas. Um técnico do SNT (Serviço Nacional do Teatro) veio a Juiz de Fora avaliar o projeto da PJF e deu um parecer contrário. Concomitantemente, tomamos conhecimento que o prédio da antiga Tecelagem Mascarenhas estava em risco de demolição. Invadimos o prédio, e registramos o estado precário do mesmo. Conseguimos que as fotos fossem publicadas e isso gerou grande comoção. (BERNARDES, 2020).

Neste momento para realizar o trabalhos, utilizamos a entrevista em profundidade para para colher os depoimentos dos organizadores do “Mascarenhas Meu Amor” e através de uma pesquisa bibliográfica na Biblioteca Municipal de Juiz de Fora, investigar matérias na mídia impressa do município. Ainda no meio do trabalho se deu o início da pandemia do novo coronavírus, questão que nos obrigou a adaptar a pesquisa para o meio online.

O MOVIMENTO NEGRO DE JUIZ DE FORA

O movimento negro de Juiz de Fora, começa a se estruturar neste período de reabertura política. Dada a relevância da luta do povo preto, seguimos os estudos no “Ruínas do Passado” pesquisando como se deu a formação do movimento negro na cidade, bem como se havia espaço nos veículos de comunicação para as reivindicações do povo preto.

Para desenvolver esta pesquisa, voltamos a utilizar a entrevista em história oral, entrevistamos fontes de relevância para a cidade como a líder comunitária Adenilde Petrina, igualmente o editor chefe da Tribuna de Minas, Paulo Cezar, considerado o maior jornal impresso de JF atualmente. Da mesma forma, recorremos a investigação em acervos digitais, sites, e tabloides.

Na região, a aliança da população negra começou a ganhar força através de ações da sua comunidade, as quais tinham como foco à cultura, entre outros fatores, por duas principais

questões, Primeiro, foi através da cultura que a militância negra do município começou a perceber sua magnitude, reivindicar seus direitos e mostrar o seu valor, e também a entender que a discriminação era naturalizada em nossa sociedade.

As ações que podíamos realizar eram ligadas à religião, Umbanda, Candomblé, benzedeadas e também à música, tudo parte daí. Antes, não tínhamos consciência da nossa negritude, que estávamos em uma sociedade racista, com muita desigualdade, pois era tudo naturalizado. (BISPO, 2020).

DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

Em nossa primeira pesquisa, investigação sobre as comissões municipal e nacional da verdade, encontramos certa dificuldade em achar os registros oficiais e os relatórios dos trabalhos. Do mesmo modo, não houve uma expressiva cobertura midiática sobre a atuação das comissões e seus relatórios.

No país em que alguns cidadãos ainda ignoram o holocausto brasileiro, outros insistem em afirmar que não houve tortura no Brasil. É por essas, entre outras razões, que nos parece tão preocupante a dificuldade no acesso a estas informações, principalmente para pessoas de realidades diversas. A falta de divulgação implica também no não conhecimento sobre a existência dos trabalhos realizados

No segundo caso, a pesquisa sobre o DCE também nos trouxe dificuldades. A má conservação dos arquivos impediu um melhor conhecimento sobre a atuação do movimento na época. Ainda segundo depoimento de Helena Motta, a qual também atuou no DCE, boa parte do material produzido para divulgação era feito em partidos clandestinos, além da utilização da pixação.

Devido ao medo da repressão e tortura, era comum panfletos serem feitos em partidos clandestinos levados as reuniões do DCE e aqueles não utilizados, eram descartados ou voltavam para as cedas. Ainda tinha as pichações feitas à noite, convocando para os atos. (Motta, 2019.)

Em outro momento já com a pesquisa voltada para o “Mascarenhas Meu Amor”, mesmo com dificuldade em acessar o acervo público do município, também devido a má conservação e a falta de investimentos no espaço. Concluímos que a cobertura da mídia foi uma das responsáveis para que o ato cultural chegasse ao nível nacional.

A maior parte das notícias tinha como objetivo saber os desdobramentos da briga que se instaurou entre os órgãos do poder público e os manifestantes para conseguir o espaço de uma das tecelagens pioneiras no Brasil. Mesmo com pouco espaço, a qualidade das

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

reportagens veiculadas pelos jornais trouxeram uma grande visibilidade e repercussão para o caso. As poucas reportagens jornalísticas encontradas sempre se apresentavam em destaque, buscando o máximo de relevância possível para o debate.

Os comparsas da imprensa não só ajudavam como eram agentes infiltrados. Havia grande cumplicidade. Todo mundo era articulado com as ações do movimento, o Sindicato dos Jornalistas deve ter, senão participado efetivamente, apoiado. (BERNARDES, 2020).

Em contra partida, a luta e as ações movimento negro em Juiz de Fora. Foram marcadas em seu início pela violência e falta de espaço. As próprias manifestações deste período só permitiam pessoas negras desde que a luta fosse exclusivamente o voto direto; muito além manifestantes negros eram vistos como violentos e perigosos, discurso que era endossado pelas campanhas nos veículos de comunicação local.

Havia muitas propagandas na televisão de como o negro era malandro, lembro também de uma fotografia, na primeira página do “Jornal do Brasil”, de vários jovens negros presos e amarrados pelo pescoço, mesmo muitos anos depois da abolição. Os negros militantes sempre apareciam na televisão, por exemplo, de uma maneira que fizesse a gente ter medo deles, era uma maneira de trabalhar com nosso psicológico para não participarmos de nada (Bispo, 2020.)

As diferentes realidades entre o movimento “Mascarenhas Meu Amor”, conduzido por manifestantes brancos de classe média, e do movimento negro refelete a importância dos meios de comunicação como meio de dar voz a questões sociais e reivindicações da população que não tem espaço na sociedade naquela época e até os dias atuais.

Uma vez que através dos jornais o movimento "Mascarenhas Meu Amor" chega ao reconhecimento nacional, falta de espaço na mídia, aliado às campanhas nos meios de comunicação que marginalizam pessoas negras, sua luta e as reivindicações, faz com que não ganhe destaque no debate público até o fim da década de 90, início dos anos 2000. Contribuindo para a manutenção do racismo.

CONCLUSÃO

Este projeto se torna fundamental para formação dos graduandos em Jornalismo, pela familiaridade entre as áreas acadêmicas, como ressalta Musse, muitos pesquisadores chamam os jornalistas de historiador do presente, uma que possui pontos em comum entre a comunicação, em especial o jornalismo, e a história.

Acredito que é um conhecimento fundamental para o jornalista pois ele vai ter uma dimensão maior da temporalidade e das características que são macro estruturais, de cada época. E com isso ele vai poder interpretar melhor os fenômenos que ele analisa no dia a dia. Pois as coisas não acontecem de repente elas têm um encadeamento muito grande que leva a um fenômeno. (Musse, 2021)

A pesquisa ainda reflete um dever que a universidade pública tem com a sociedade, o qual se trata de um retorno, pesquisas que resultem em algum produto que resultem em algum produto ou serviço que beneficie a população. Os alunos que participam ainda podem ampliar seu campo de visão, a respeito de demonstrar à sociedade a relevância de pensar no futuro, de lutar por políticas públicas, de algo inovador que poderá ajudar a resolver problemas graves da sociedade, entre outras indagações.

A Iniciação Científica pode revelar para os alunos, uma visão mais rápida do que a pesquisa pode fazer pelo bem de todos, de uma consciência de uma população sobre suas origens, realidades. A bolsa permite a este estudante que está aprendendo uma profissão, mas que também vai ter contato com aquilo que a investigação acadêmica pode trazer para sociedade. (Musse, 2021)

O trabalho do projeto de iniciação científica ainda abre caminho para uma nova realidade. Muita gente desenvolve pesquisa sobre realidades dos espaços de grandes centros urbanos, mas realizar estudos sobre cidades do interior e ou pequenas comunidades, permite agregar mais valor a história

Estudar ao invés do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Recife, estudar as cidades do interior as cidades pequenas ou de porte médio isso traz uma contribuição muito importante para historiografia, maneira de escrever história. Ao mesmo tempo, isso é muito enriquecedor para formação identitária de uma comunidade pequena que vive fora dos grandes centros. (Musse, 2021.)

Ambas as análises abordadas ao longo deste período nos apresenta a importância da comunicação em todo esse processo também como fonte histórica ao se tornar arquivos que registram o passado de Juiz de Fora. Cabe daqui para frente, talvez em uma pesquisa futura, falar sobre as consequências desta questão para memória de Juiz de Fora, visto que passamos por uma mídia em grande parte elitista, ainda se olharmos para as primeiras pesquisas deste projeto vemos um município que não se preocupa com a forma como é armazenado sua história.

REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Nonada Para nunca esquecer: 8 relatos de vítimas da ditadura militar no Brasil. Disponível em:

<https://www.nonada.com.br/2019/03/para-nunca-esquecer-8-relatos-de-vitimas-da-ditadura-militar-no-brasil/> Acesso em 24 Dez. 2021.

BLOG COMCIME. MOFOTV: Um arquivo online de nostalgia. Disponível em:

<https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2020/04/07/mofotv-um-arquivo-online-de-nostalgia-por-samuel-fontainha/> Acesso em 24 Dez. 2021.

Anais da XXXVII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os tribunais da história: Alcances e limites das narrativas no tempo. Eduarda Guerra Tostes; Júlia Machado de Souza Freitas; Marco Antônio Campos e Souza (Org.). Juiz de Fora, 2021. 929 p.

ISSN:2317-0468

Site Infoescola. A UNE na Ditadura Militar. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/a-une-na-ditadura-militar/> Acesso em 24. Dez 2021.

Musse, Christina e. Entrevista concedida a Samuel Fontainha do Nascimento em 07 Dez 2021.